



SCIENTIA  
instituto



**PESQUISAS E INOVAÇÕES EM CIÊNCIAS  
HUMANAS E SOCIAIS: PRODUÇÕES CIENTÍFICAS  
MULTIDISCIPLINARES NO SÉCULO XXI, VOL 2**

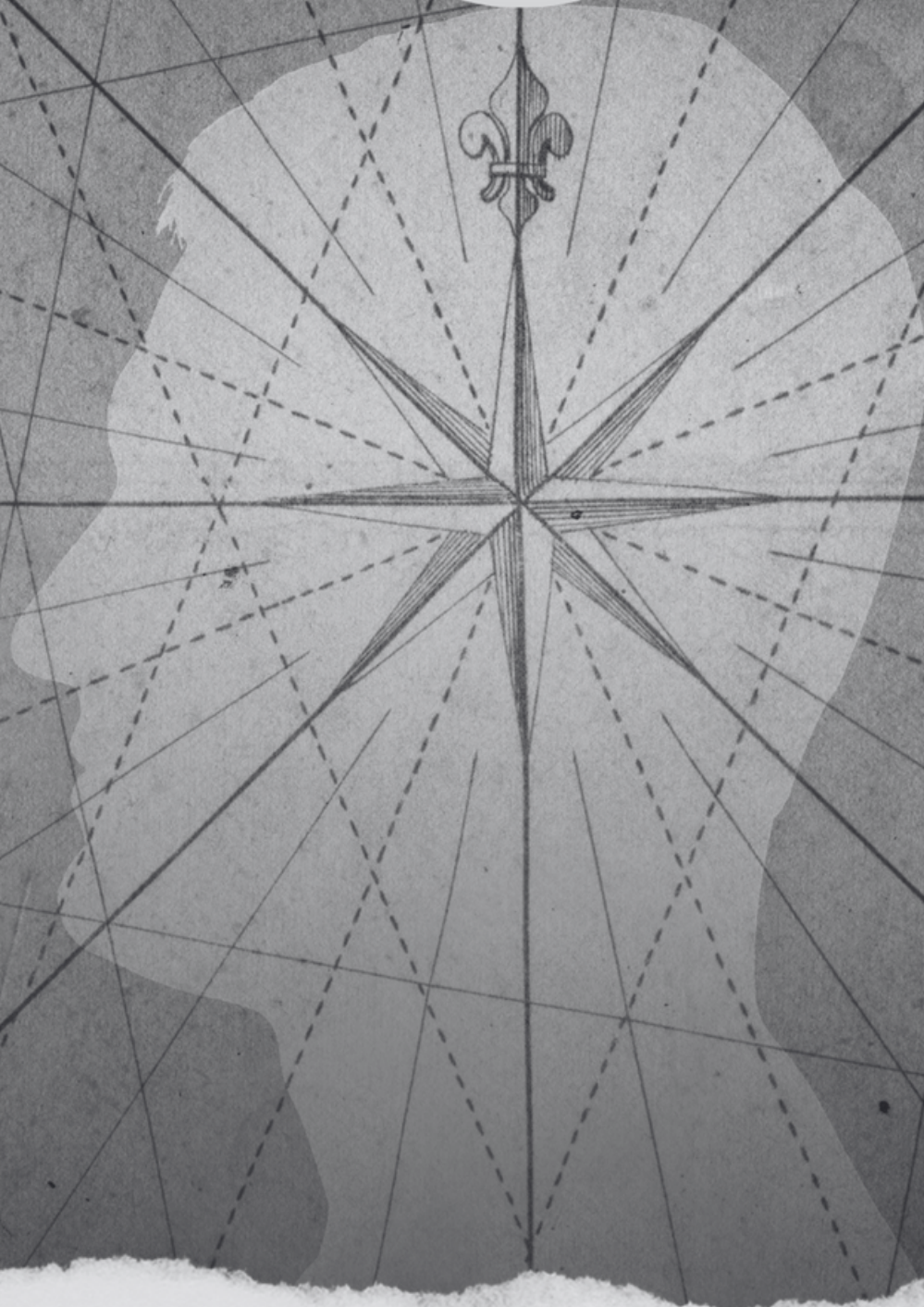
*Organizador - Daniel L. S. Braga*

DOI 10.55232/10830012

ISBN: 978-65-85047-09-8



SCIENTIA  
instituto



**PESQUISAS E INOVAÇÕES EM CIÊNCIAS  
HUMANAS E SOCIAIS: PRODUÇÕES CIENTÍFICAS  
MULTIDISCIPLINARES NO SÉCULO XXI, VOL 2**

*Organizador - Daniel L. S. Braga*

DOI 10.55232/10830012

ISBN: 978-65-85047-09-8

# ***Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI, Volume 2***

Copyright 2022 © Instituto Scientia

(CNPJ 43957433000142)

Todo conteúdo exposto nos capítulos é de responsabilidade dos próprios autores.

## **Organizador**

Daniel L. S. Braga

## **Corpo Editorial**

George Luiz Nérís Caetano  
Edson Da Silva De Oliveira  
Maria Daniela Vieira Da Silva  
Ediane Teles de Matos  
Adilson dos Santos  
Leonardo Souza De Oliveira  
Maria Aparecida Das Dores  
Patrícia Prudente Costa  
Isabela Monteiro Naves  
Rodrigo Gomes Xavier  
Ana Luiza Machado de Santos

[www.institutoscientia.com](http://www.institutoscientia.com)  
[conato@institutoscientia.com](mailto:conato@institutoscientia.com)

## **APRESENTAÇÃO**

O presente livro, intitulado “Pesquisa e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI, Volume 2” trata-se de uma coletânea dos artigos científicos acadêmicos multidisciplinares das áreas das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, com capítulos compostos por diversos autores de todo o Brasil, organizado e publicado pelo Instituto Scientia no ano de 2022 e disponibilizado na internet de forma gratuita, em prol da democratização da ciência.

**DOI 10.55232/10830012**

**ISBN 978-65-85047-09-8**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial do Instituto Scientia. É permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega por membros do Corpo Editorial deste Evento, tendo sido aprovados para a publicação.

# SUMÁRIO

Capítulo 1 - O CEJUC-PI COMO FORMA DE ACESSO À JUSTIÇA E GARANTIA DE LIBERDADES INDIVIDUAIS E COLETIVAS DA SOCIEDADE PIAUIENSE - Página 11

Capítulo 2 - TRANSTORNO SENSÓRIO MOTOR: O OLHAR DE UMA MÃE EDUCADORA - Página 31

Capítulo 3 - OBRA DE ARTE: POR UM DIÁLOGO COM WALTER BENJAMIN, NORBERT ELIAS E MARTIN HEIDEGGER - Página 39

Capítulo 4 - UEM CIANORTE E A COMUNIDADE - ENGAJADAS PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL - Página 56

Capítulo 5 - IGREJA DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL PARA O ESTADO DO PIAUÍ: A IGREJA COMO PONTO DE PARTIDA PARA FORMAÇÃO CIDADINA - Página 103

Capítulo 6 - DESENHO ANIMADO E HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NO ENSINO DE CIÊNCIAS - Página 130

Capítulo 7 - ALTERNATIVAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: ESTUDO NA ALTA DOS CASOS, A PARTIR DO CONTEXTO HISTÓRICO SOCIAL - Página 140

Capítulo 8 - PIBID: AS CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO INICIAL DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 - Página 154

Capítulo 9 - REFLEXÕES SOBRE A ECOLOGIA DE SABERES: CAMINHO PARA MUDANÇAS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E RESSIGNIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS DOCENTES - Página 167

Capítulo 10 - ALGORITMOS RACIAIS E A SUA OCORRÊNCIA NO RECONHECIMENTO FACIAL NA SEGURANÇA PÚBLICA COMO ENTRAVE AOS DIREITOS HUMANOS - Página 181

Capítulo 11 - O TRABALHO DO TELEATENDIMENTO NAS EMPRESAS DE CALLCENTER EM TEMPOS DE COVID-19 - Página 195

Capítulo 12 - O DIA EM QUE A ESCOLA MUDOU DE LUGAR: DESAFIOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA - Página 210

Capítulo 13 - COLONIALIDADE DO DIREITO: PROPRIEDADE PRIVADA, MULHER E NATUREZA NA SOCIEDADE PATRIARCAL - Página 215

## ***Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI, Volume 2***

Capítulo 14 - BARREIRAS ESTRUTURAIS PARA A PRÁTICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: BUSCA PELA ACESSIBILIDADE - Página 240

Capítulo 15 - PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE INOVAÇÃO NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DO CAPF/UERN - Página 256

Capítulo 16 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - O IMPACTO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - Página 274

Capítulo 17 - ACOLHIMENTO COMO ESTRATÉGIA DE CUIDADO NA SAÚDE MENTAL - Página 289

Capítulo 18 - AS COTAS TÊM GARANTIDO O DIREITO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ATUAL CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO BRASILEIRO? - Página 299

Capítulo 19 - CULTURA PUNITIVISTA NA JURISDIÇÃO UM OLHAR CRÍTICO SOBRE O ENCARCERAMENTO E SEUS REFLEXOS SOCIAIS - Página 313

Capítulo 20 - O PENSAMENTO AGOSTINIANO SOBRE A NATUREZA DO BEM, DO AMOR E AS ESSENCIALIDADES DA SUA PRÁTICA - Página 318

Capítulo 21 - OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NA PENITENCIÁRIA MAJOR ELDO SÁ CORREA EM TEMPOS DE PANDEMIA: A DINÂMICA DO ENSINO APOSTILADO - Página 354

Capítulo 22 - INDICADORES PRIVADOS INTERNACIONAIS E ORDENS JURÍDICAS NACIONAIS: REGULAÇÃO PRIVADA E ATUAÇÃO DO ESTADO EM MATÉRIA DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS - Página 360

Capítulo 23 - EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL: HISTÓRIA, MEMÓRIA E FORMAÇÃO DOCENTE - Página 369

Capítulo 24 - A CONEXÃO NECESSÁRIA ENTRE O DESENVOLVIMENTO PLENO E A ÉTICA - Página 382

Capítulo 25 - DISCURSO, HISTÓRIA E RESISTÊNCIA EM “UM DEFEITO DE COR”, DE ANA MARIA GONÇALVES - Página 393

Capítulo 26 - “ALFABETIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS DO POVOADO CUTIAS III EM MATINHAMA: UMA EXPERIÊNCIA DE SUPERAÇÃO PELA VIA DA EDUCAÇÃO POPULAR - Página 408

Capítulo 27 - MEDIAÇÃO ESCOLAR INCLUSIVA: O DIREITO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA A ACOMPANHANTE ESPECIALIZADO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO MÉDIO EM RECIFE – PE - Página 428

# ***Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI, Volume 2***

Capítulo 28 - AS PRÁTICAS MÁGICAS NO COMBATE DE DOENÇAS. - Página 455

Capítulo 29 - CRIME CIBERNÉTICO CONTRA A MULHER: A EXPOSIÇÃO DA MULHER NA MÍDIA ATRAVÉS DOS CRIMES E A LEI 13.718/18 - Página 463

Capítulo 30 - TRABALHO COM A SEQUÊNCIA DIDÁTICA E O GÊNERO LISTA - Página 479

Capítulo 31 - NOVOS DESAFIOS DO ENSINO EM TEMPOS DE PANDEMIA - Página 488

Capítulo 32 - PORTFÓLIO COM TECNOLOGIA DIGITAL: UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA - Página 501

Capítulo 33 - A EFETIVIDADE DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO QUE TANGE A SEGURANÇA COLETIVA E A SUA DEPENDÊNCIA NO CONSELHO DE SEGURANÇA - Página 510

Capítulo 34 - A LEITURA NO SISTEMA PRISIONAL EM RONDONÓPOLIS: PROJETO LIVROS QUE DÃO ASAS - Página 528

Capítulo 35 - AFETIVIDADE - Página 536

Capítulo 36 - REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DURANTE A PANDEMIA - Página 539

Capítulo 37 - POLÍTICA PÚBLICA DE ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL E O TRANSTORNO AFETIVO BIPOLAR: REFLEXÕES NO CENÁRIO DE PANDEMIA DE COVID-19 - Página 546

Capítulo 38 - PARA TUDO: ATIVISMO – E ARTIVISMO? – DIGITAL DE GÊNERO E POLÍTICAS DE VISIBILIDADES JUVENIS NO BRASIL - Página 563

Capítulo 39 - O MOTORISTA POR APLICATIVO NA PANDEMIA - Página 579

Capítulo 40 - ASPECTOS RELIGIOSOS E ÉTICOS DA MORTE EM VÁRIAS CULTURAS - Página 593

Capítulo 41 - A INCLUSÃO NO OLHAR DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL - Página 610

Capítulo 42 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: A MESORREGIÃO DA GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL, ENTRE A INVISIBILIDADE POLÍTICA E A IDENTIDADE SOCIAL EM CONSTRUÇÃO - Página 622

Capítulo 43 - DA CONSCIENTIZAÇÃO A PRESERVAÇÃO: ABELHAS SEM FERRÃO NO COTIDIANO ESCOLAR - Página 638

## ***Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI, Volume 2***

Capítulo 44 - FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE ESCOLAS RURAIS: VIVÊNCIAS DE ATIVIDADES ADAPTADAS DA SITUAÇÃO DE ESTUDO NO ENSINO DE CIÊNCIAS - Página 652

Capítulo 45 - A ÉTICA E A DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA - Página 666

Capítulo 46 - MODERNIDADE LÍQUIDA. UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE PESQUISAS SOBRE ORGANIZAÇÃO E TRABALHO - Página 680

Capítulo 47 - A INSERÇÃO DO JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO - MEU PRIMEIRO EMPREGO - Página 682

Capítulo 48 - A IMPORTÂNCIA DO PPP NA ESCOLA DEMOCRÁTICA - Página 684

Capítulo 49 - PLANO DIRETOR E A PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS - Página 686

Capítulo 50 - CULTIVANDO O SABER: IMPLANTAÇÃO DE UMA HORTA EDUCATIVA NA ESCOLA ESTADUAL COMENDADOR MÁRIO DEDINI - Página 688

Capítulo 51 - DIREITO E A JUSTIÇA NA PERSPECTIVA CONTRATUALISTA - Página 690

Capítulo 52 - RECURSOS TECNOLÓGICOS: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NO CAMPO EM TEMPOS DE PANDEMIA EM RIO BRANCO- ACRE. - Página 692

Capítulo 53 - OS BENEFÍCIOS DE UMA ATIVIDADE MUSICAL DE QUÍMICA PARA A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL - Página 694

Capítulo 54 - BIODIGESTORES INTELIGENTES: GERAÇÃO TECNOLÓGICA DE BIOGÁS E BIOFERTILIZANTES ATRAVÉS DA CO-DIGESTÃO DE BIOMASSA LIGNOCELULÓSICA E BACTÉRIAS ÁCIDO LÁTICAS (BAL) - Página 696

Capítulo 55 - A IMPORTÂNCIA DAS 4C'S (PENSAMENTO CRÍTICO, CRIATIVIDADE, COLABORAÇÃO E COMUNICAÇÃO) NA EDUCAÇÃO EM CENÁRIO DE IA (INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL) NO SETOR PÚBLICO - Página 698

Capítulo 56 - COMPORTAMENTO NO DESCARTE PÓS-CONSUMO DE CELULARES NA PERSPECTIVA DA ÉTICA DA SUSTENTABILIDADE - Página 699

Capítulo 57 - BIOMASSA COMO SOLUÇÃO AGRÍCOLA E DE ENERGIA - Página 701

Capítulo 58 - OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS AULAS REMOTAS EM TEMPO DE PANDEMIA - Página 703



## ***Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI, Volume 2***

Capítulo 59 - EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS NO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICAS NA TURMA DO 2º ANO CMEB PROFª LÍVIA LORENE BUENO MAIA - Página 705

Capítulo 60 - A SUBJETIVAÇÃO DO MACHISMO PELA MULHER: UMA FORMA DE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA? - Página 706

Capítulo 61 - RETORNO DAS AULAS PRESENCIAIS NA PANDEMIA - Página 708

Capítulo 62 - LITERATURA E MULTILETRAMENTOS: NOVAS FORMAS DE ENSINAR E APRENDER NA CONTEMPORANEIDADE - Página 710

Capítulo 63 - PROJETO TOCA GUARUS: ENSINO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E PRÁTICA INSTRUMENTAL COLETIVA - Página 712

Capítulo 64 - O CONTROLE DAS FAKE NEWS ELEITORAIS EM SERGIPE - Página 713

Capítulo 65 - A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NO COMBATE AO RACISMO E À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA - Página 715

Capítulo 66 - DESPERTANDO O OLHAR EMPREENDEDOR EM ESTUDANTES DE QUÍMICA: VIVÊNCIA E EXPERIÊNCIA - Página 717

Capítulo 67 - APLICAÇÃO DE UMA ABORDAGEM TERAPÊUTICA NO TRATAMENTO DE ABUSO DE ÁLCOOL - Página 719

Capítulo 68 - “PIBID EM GEOGRAFIA NOS TEMPOS DE PANDEMIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS” - Página 721

Capítulo 69 - INFLUENCIADORES OU INFLUENCIADOS: UM ENTENDIMENTO DA RELAÇÃO SOCIAL CONTEMPORÂNEA SOB A ÓPTICA DO INTERACIONISMO SIMBÓLICO - Página 723

Capítulo 70 - CASSAÇÃO DE WILLIAM PARREIRA E PAULO TELLES: BREVES CONSIDERAÇÕES - Página 725

Capítulo 71 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM IBIRITÉ E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Página 727

Capítulo 72 - A COLETA DE ELEMENTOS PROBATÓRIOS NO ÂMBITO DA INTERNET POR MEIO DE FONTES ABERTAS - Página 729

Capítulo 73 - AÇÕES INTERDISCIPLINARES NO CUIDADO DE GESTANTES NO CONTEXTO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - Página 730

## ***Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI, Volume 2***

Capítulo 74 - PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BAHIA: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DA RUA PEDRO ALVARES CABRAL. - Página 732

Capítulo 75 - AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA EJA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO ESTADO DA BAHIA. - Página 735

Capítulo 76 - COMPLIANCE E LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: DA ABORDAGEM RESPONSIVA À GOVERNANÇA - Página 737

Capítulo 77 - A IMPLEMENTAÇÃO DO BOLSA FAMÍLIA NA BAIXADA FLUMINENSE - Página 739

Capítulo 78 - CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DAS BICAS PÚBLICAS DE OLINDA: SÃO PEDRO, QUATRO CANTOS E ROSÁRIO - SISTEMA COLONIAL DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA - Página 741

Capítulo 79 - Gestão de mudanças: Estudo de caso da empresa Cresça Mais - Página 752

Capítulo 80 - AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO COMO ESTRATÉGIAS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE NO ENFRENTAMENTO DA COVID-19 – Página 764

Capítulo 81 – SENTIDOS NA VISÃO DE PROFESSORES PARA A ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO ENSINO SUPERIOR – Página 777

Capítulo 82 – QUANDO A DUALIDADE DO PAEBES DENUNCIA A FARSA DO BÔNUS DESEMPENHO – Página 790

Capítulo 83 – O VOO DO PÁSSARO DE FOGO: A DUALIDADE DO IDEB DO MUNICÍPIO DE CARIACICA-ES – Página 811

Capítulo 84 – HISTO É GEOGRAFIA: UM PROJETO INTERDISCIPLINAR SOBRE A SERRA DO ABONARI, RODOVIA FEDERAL BR 174, KM 202 – Página 835

Capítulo 85 – ECONOMIA CRIATIVA: UMA ABORDAGEM INTEGRADORA DA REVISÃO DA LITERATURA. – Página 844

Capítulo 86 – VISÕES REGENERATIVAS INTEGRANDO HUMANOS E A NATUREZA – Página 850

**Capítulo 1 - DOI:10.55232/10830012.1**

**O CEJUC-PI COMO FORMA DE ACESSO À JUSTIÇA E  
GARANTIA DE LIBERDADES INDIVIDUAIS E  
COLETIVAS DA SOCIEDADE PIAUIENSE**

**Deny Sávia Martins da Silva**

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo apresentar a conciliação judicial como ferramenta de acesso à justiça em favor da sociedade do estado do Piauí. Através de um trabalho híbrido feito entre a auto composição proporcionada pela conciliação e a organização estruturada das políticas públicas é possível se alcançar um resultado satisfatório às necessidades da sociedade que precisa do Judiciário Federal para resolver suas demandas, garantindo suas liberdades individuais e coletivas.

**Palavras-chave:** Conciliação, Autocomposição, Políticas Públicas, Liberdades, Garantias Coletivas e Individuais.

## **INTRODUÇÃO**

As formas de resolução de conflitos através da autocomposição, em que as partes procuram um meio para a resolução de suas demandas, está cada vez mais presente no ambiente judicial visto que os meios para desafogamento do judiciário são cada vez mais bem-vindos diante da atual conjuntura em que ao tempo que nenhuma matéria foge à apreciação do judiciário, o mesmo encontra-se sobrecarregado por demandas. A cultura do país é judicializar.

Partindo destes elementos buscou-se no cenário do judiciário federal uma alternativa que alcançasse aos usuários não somente da justiça, mas à coletividade para que houvesse não somente o desafogamento das demandas, mas que os seus resultados transcendessem ao pedido do processo, beneficiando a todos os que possam fazer uso do serviço público em geral fazendo com que este esteja ao alcance de todos.

Este trabalho contará com pesquisa bibliográfica e quantitativa para melhor ilustrar o evolutivo da resolução de demandas por autocomposição, passando pela origem e sua positivação da autocomposição no ordenamento brasileiro, até a criação do Centro Judiciário da Justiça Federal do Piauí e o desenvolvimento e resultado dos seus trabalhos, bem como apresentando os tipos de demandas alcançadas pelo núcleo.

Logo após seguiremos com a delimitação de atividades do Centro Judiciário de Conciliação da Justiça Federal do Piauí (CEJUC-PI) que inicia em 2015 o seu trabalho de resolução de demandas através da autocomposição de forma especializada, dando retorno imediato à resolução de demandas para a sociedade piauiense.

Finalmente chegaremos aos resultados do núcleo para a solução de conflitos no Estado, apontando os retornos sociais alcançados pelas suas práticas, que trabalha a conciliação judicial de forma híbrida juntamente com as políticas públicas em prol do retorno social

## **1 - ORIGEM DA CONCILIAÇÃO**

O Direito é inerente à sociedade. Todo grupo que caminha junto necessita de regramento para melhor organizar a sua convivência social, impondo limites e regulando garantias.

Seguindo este raciocínio, Dallari (2015, p.21)<sup>1</sup>, entende que embora a vida em sociedade traga benefícios aos que ela compõe, existirão limitações que em determinados momentos resultam em afetação da liberdade humana.

Assim, a sociedade sempre terá como resultado da sua interação a limitação das suas ações como forma de controle social.

Para Siqueira Jr. (2012, p.35)<sup>2</sup> o que se entende por norma jurídica é o resultado dos preceitos de direito estabelecidos pela sociedade e que como resultado da dinâmica social torna-se uma conduta obrigatória.

Desta forma a sociedade regrou-se através do comportamento próprio e dos costumes inerentes ao seu grupo, que ao longo da sua caminhada tanto evoluiu intimamente como o reflexo desta evolução resultou na positivação das normas de conduta social.

Para Nader (2014, p.31)<sup>3</sup> “o direito não é o único instrumento responsável pela harmonia da vida social. A moral, religião e regras de trato social são outros processos normativos que condicionam a vivência do homem na sociedade”.

Então, o que se observa é que o comportamento, os costumes e os valores pessoais são inerentes à convivência e sociedade, bem como é um medidor de conduta suficiente para o regramento da vida social.

Para se chegar às normas de conciliação hoje vigentes foi necessária a observação próxima dos efeitos provocados pela convivência dos indivíduos bem como dos meios disponíveis para que se alcançassem as suas necessidades sem a interferência direta da justiça, como se demonstra a seguir.

## **1.1 – Aspectos gerais**

Dialogar faz parte da sociedade e do convívio humano desde sempre. Diante do atual cenário do judiciário brasileiro, em que as demandas somente crescem e por consequência tornam a justiça cada vez menos célere, urge-se a busca pela resolução mais rápida e eficaz dos conflitos.

---

<sup>1</sup> Dalmo de Abreu Dallari. **Elementos da Teoria Geral do Estado**. Capítulo 1. Da sociedade. p.21. 32.ed. São Paulo: Saraiva. 2013.

<sup>2</sup> Paulo Hamilton Siqueira Jr. **Teoria do Direito**. Capítulo 2. Dogmática do Direito. p.35. 3.ed. São Paulo: Saraiva. 2012.

<sup>3</sup> Paulo Nader. **Introdução ao Estudo do Direito**. Capítulo 5. Instrumentos de Controle Social. p.31. 36. Ed. Rio de Janeiro: Forense. 2014.

Algo importante a observar é que apesar da celeridade proporcionada pela autocomposição, nem sempre a demanda poderá ser resolvida mediante acordo pelo fato de existirem alguns direitos que são indisponíveis, ou seja, não poderão ser objeto de negociação, como exemplo o direito à vida.

Falando em negociação, o que seria negociar? Para Vasconcelos (2008, p.37)<sup>4</sup> “É lidar diretamente, sem a interferência de terceiros, com pessoas, problemas e processos, na transformação ou restauração de relações, na solução de disputas ou trocas de interesses.”

Desta forma, negociar trata-se de buscar por meios próprios a solução de divergências sem que haja um vencedor ou perdedor, mas uma solução pacífica e inteligente e de bom proveito aos envolvidos.

Falando da negociação como algo que pressupõe consenso, o que seria a conciliação? Para Vasconcelos (2008, p.38)<sup>5</sup>

A conciliação é um modelo de mediação focada no acordo. É apropriada para lidar com relações eventuais de consumo e outras relações casuais em que não prevalece o interesse comum de manter um relacionamento, mas apenas o objetivo de equacionar interesses materiais.

Desta forma, delimita-se o caráter objetivo da conciliação, que nada mais é que do que direcionar-se apenas à demanda requerida pelas partes, não preocupando-se em restabelecer vínculos.

Para Rocha (2016, p.168)<sup>6</sup> o objetivo principal da conciliação “é o auxílio de um terceiro que facilita, aproxima, orienta e cientificando as partes do procedimento a ser instaurado”. No mesmo sentido, Volpi (2011, p.142)<sup>7</sup> entende que “Em síntese, a conciliação é um procedimento de solução de controvérsias em que um terceiro, de forma imparcial, conduz as partes a um acordo satisfatório. Pode ser judicial ou extrajudicial.”

---

<sup>4</sup> Carlos Eduardo de Vasconcelos. **Mediação De Conflitos E Práticas Restaurativas**. São Paulo: Método, 2008.

<sup>5</sup> Op. Cit.

<sup>6</sup> Frank Cardoso da Rocha. **A Conciliação na Justiça Brasileira: Um Método Alternativo Obrigatório No Novo CPC**. 2016.

<sup>7</sup> Elon Kaleb Ribas Volpi. **Conciliação na Justiça Federal. A Indisponibilidade do Interesse Público e a Questão da Isonomia**. Revista da PGFN/ Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. V. 1, n. 2 (jul./dez. 2011). Brasília-DF. 2011.

Assim o conciliador se faz importante no momento de orientar e apontar soluções para agilizar a resolução do conflito, mas sem adentrar nas questões pessoais das partes. Isto quer dizer que diferentemente da mediação, em que as partes buscam a solução do conflito sem sugestões do mediador e com suas próprias propostas, a conciliação contará com sugestões do conciliador para a resolução do conflito.

## **1.2 – Positivção no ordenamento brasileiro**

Nada mais natural que com a evolução dos métodos de solução de conflito por autocomposição estes tenham sido positivados no ordenamento por se tratarem, mesmo que não exclusivamente, de métodos judiciais. Assim, ao ser utilizado na esfera do judiciário a conciliação teve que ser delimitada para que houvessem parâmetros que determinasse a sua validade e aplicação.

Apesar do empoderamento proporcionado para as partes para que elas decidam o futuro do litígio, não devemos ignorar a autocomposição como método judicial, pois apesar de nem sempre ser realizada pelo juiz, o resultado de uma conciliação judicial trata-se de coisa julgada e não será possível recurso quanto ao objeto do acordo.

No atual ordenamento, desde o preâmbulo Constitucional da Carta Magna de 1988, a solução pacífica de conflitos está assegurada conforme o que expõe o texto a seguir:

“Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição Da República Federativa do Brasil.”

Logo a seguir, no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 45, de 2004), dispõe que “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade

de sua tramitação”. Assim, coloca-se a duração razoável como um princípio constitucional a ser obedecido como forma de garantir a celeridade judicial.

Mais adiante na Carta Magna, no art. 98, está prevista juntamente à criação dos juizados especiais e da justiça de paz, a competência para o exercício da conciliação, que antes somente era prevista no rito sumário.

Em 2001 com a Lei 10.529/01 foi criado o Juizado Especial Cível e Criminal no âmbito federal, que lhe atribuiu a competência para conciliação de processos no valor de até sessenta salários mínimos<sup>8</sup>. Desta forma, bem antes da intervenção do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) já era possível a autocomposição também no Juizado Especial Federal.

Com a emenda constitucional nº45/2004, surge no judiciário brasileiro o que seria a “mãe” da legislação pertinente à mediação e conciliação no país. A implantação do CNJ, em 2005 com a supracitada emenda, trouxe princípios, garantias e regras para a solução de conflitos judiciais por autocomposição.

Foi através da Resolução 125/2010 do CNJ que implantou-se a Política Judiciária Nacional e que fundamentou-se a mediação e conciliação judiciária. É importante que se lembre que a demanda extrajudicial não é abraçada por esta resolução.

A resolução supracitada destaca as regras de procedimento como normas de conduta a serem observadas pelos mediadores e conciliadores para o bom desenvolvimento dos trabalhos e engajamento das partes. São eles:

I – Informação – dever de esclarecer os envolvidos sobre o método de trabalho a ser empregado, apresentando-o de forma completa, clara e precisa, informando sobre os princípios deontológicos referidos no Capítulo I, as regras de conduta e as etapas do processo;

As regras de procedimento da audiência de conciliação têm a ver diretamente com o dever de informação à parte, como por exemplo dizer onde ela está, como será realizada a audiência, qual é a sua finalidade e o que ocorrerá se houver acordo e se não houver acordo explicando todas as etapas do processo de conciliação.

---

<sup>8</sup>Art. 3º Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.



II – Autonomia da vontade – dever de respeitar os diferentes pontos de vista dos envolvidos, assegurando-lhes que cheguem a uma decisão voluntária e não coercitiva, com liberdade para tomar as próprias decisões durante ou ao final do processo e de interrompê-lo a qualquer momento;

Para Bergamaschi & Tartuce (2017, p.06)<sup>9</sup> este princípio desdobra-se em duas orientações. A primeira diz respeito a voluntariedade do ato como meio consensual e que esta orientação vai de encontro a este princípio pelo fato de que quando apenas uma das partes quer realizar a audiência de conciliação a outra não poderia ser obrigada a se submeter.

A segunda orientação é que no andamento da mediação ou conciliação o resultado é definido e controlado pelas partes não sendo possível ao terceiro imparcial decidir.

Desta forma, a autonomia da vontade diz respeito ao poder da parte em audiência para que seja feita apenas o que for da sua vontade e não por imposição ou intimidações. A parte é a maior interessada e não será feito nada além do que ela determinar, independentemente de possibilidade ou não de acordo.

III – Ausência de obrigação de resultado – dever de não forçar um acordo e de não tomar decisões pelos envolvidos, podendo, quando muito, no caso da conciliação, criar opções, que podem ou não ser acolhidas por eles;

Com a ausência da obrigação de resultado não existe obrigação de homologar acordos ou mesmo de se fazer qualquer tipo de proposta. Em muitas situações a conciliação é parte do processo de conhecimento para tentativa prévia de acordo. Porém, se as partes entenderem que seja melhor uma análise mais criteriosa de provas ou tratar-se de matéria de direito, o processo seguirá pelas vias comuns do Judiciário.

IV – Desvinculação da profissão de origem – dever de esclarecer aos envolvidos que atuam desvinculados de sua profissão de origem, informando que, caso seja necessária orientação ou aconselhamento afetos a qualquer área do conhecimento poderá ser convocado para a sessão o profissional respectivo, desde que com o consentimento de todos;

---

<sup>9</sup> André Luís Bergamaschi; Fernanda Tartuce. **Meios Consensuais na Esfera Previdenciária: Impactos da Nova Legislação e Papel do Terceiro Imparcial.** DOCTRINA - Revista Magister de Direito Previdenciário Nº 37 - Fev-Mar.2017.

Quanto à desvinculação da profissão de origem o conciliador fica isento de prestar qualquer tipo de orientação aconselhamento profissional ou técnico sendo previsto, de acordo com este inciso, a presença de um perito ou profissional de área pertinente ao objeto do acordo para que se possa oferecer o melhor parecer a respeito da causa, esclarecendo pontos importantes do processo assim como poderá dar conceitos mais fundados a respeito do interesse das partes.

V – Compreensão quanto à conciliação e à mediação – Dever de assegurar que os envolvidos, ao chegarem a um acordo, compreendam perfeitamente suas disposições, que devem ser exequíveis, gerando o comprometimento com seu cumprimento.

Para que se cumpra este inciso é necessário que o conciliador explique todos os termos do acordo firmado entre as partes para que ambos entendam perfeitamente todas as suas disposições pelo fato de o termo resultante do acordo será exequível, ou seja, o acordo resultante será um título executivo judicial e caberá execução normal na vara correspondente.

Seguindo os passos das inovações jurídicas apresentadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2010, o legislador incrementou ao Novo Código de Processo Civil (NCPC), através da Lei nº 13.105/15, o estatuto da conciliação e mediação em um item próprio.

Com a inovação trazida pelo NCPC, o estatuto da conciliação ganha não somente a previsão processual mais recente, mas pela primeira vez não se fala de forma genérica sobre este estatuto e destina um item apenas para ele no Capítulo III, Seção V, nos artigos de 165 a 175 do referido código.

Desta forma, a autocomposição tomou a sua forma no judiciário brasileiro obedecendo aos costumes e necessidades de cada época e sendo vivenciada e trabalhada de acordo com regulamentações e princípios pertinentes à sua aplicação.

## **2 - O CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS DA JUSTIÇA FEDERAL**

Seguindo o fluxo do legislador, que apenas normatizou uma prática já existente e estimulada pelo CNJ, em 2015 juntamente com a inovação do CPC a Justiça Federal do Piauí cria de forma pioneira no país o Centro Judiciário de Conciliação em Políticas Públicas, com a Portaria 143/2015 DIREF.

Como conciliar a matéria pública? Assim surgia um dos primeiros desafios a serem enfrentados nas atividades do núcleo, pois não havia a crença de que fosse possível fazer acordos deste tipo, face a existência do princípio da indisponibilidade do interesse público, previsto na Constituição Federal.

Interessante frisar inicialmente sobre o interesse público, que para Moreira Neto (1997, p.83)<sup>10</sup>, o conceito de interesse são as projeções das necessidades que as pessoas e sociedades humanas buscam satisfazer através de bens e serviços e que por consequência criam a relação de mercado. Desta forma, o conceito de interesse remete a relações de necessidade e demanda, para o uso de serviços públicos.

Apesar da antiguidade da referência supracitada, o autor mencionado já tratava há vinte anos do tema de autocomposição das demandas em que o Estado demandava através da arbitragem da matéria pública, preocupando-se com os benefícios possíveis através da solução construída de conflitos.

Continua o autor sintetizando o que seriam as duas categorias de interesses públicos, sendo estas as primárias e as secundárias (ou derivados). Para ele os interesses primários são indisponíveis e o regime público é indispensável enquanto a categoria secundária tem natureza instrumental, ou seja, será o meio pelo qual se concretiza o interesse primário e resolvem-se em relações patrimoniais, que desta forma torna o interesse público disponível na forma da lei, não importando sob qual regime.

Entendimento semelhante é o de Volpi (2011, p.149)<sup>11</sup> entende que sobre este aspecto do tratamento da matéria pública como elemento negociável é oportuno fazer a diferença entre o interesse público primário e secundário do Estado. Enquanto o primeiro revela-se como a vontade expressa na Constituição, a segunda entende-se como o interesse transitório do Estado.

---

<sup>10</sup> Diogo de Figueiredo Moreira Neto. **Arbitragem nos Contratos Administrativos**. Revista de Direito Administrativo FGV. V.209. 1997. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/47043/46028>. Acesso em 27/01/2019.

<sup>11</sup> Elon Kaleb Ribas Volpi. **Conciliação na Justiça Federal. A Indisponibilidade do Interesse Público e a Questão da Isonomia**. Revista da PGFN/ Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. V. 1, n. 2 (jul./dez. 2011).Brasília-DF. 2011. Disponível em: <http://www.pgfn.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/revista-pgfn/ano-i-numero-ii-2011/012.pdf>. Acesso em 27/01/2019.

O Centro Judiciário de Conciliação da Justiça Federal do Piauí (CEJUC-PI) ao longo de sua caminhada passou a inserir novas matérias para sua apreciação. No ano de 2016, a com a Portaria n. 087/2016-DIREF acrescentou-se a Responsabilidade Civil da Caixa Econômica Federal. Desta forma, a Justiça Federal passou a resolver conflitos como dano moral e material de forma consensual, evitando assim o desgaste e o longo caminho das vias judiciais.

Unindo-se à possibilidade da atenuação em casos de danos, a conciliação neste tipo de matéria possibilitou ao usuário da justiça um maior acesso aos benefícios judiciais que vão desde o protocolo até a resolução de uma pendência sendo o próprio requerente o seu patrocinador, dando-lhe autonomia processual por completo.

Em 2017, com a Portaria N. 07/GAJUC/JEF/PI, foi dado mais um passo rumo à inovação jurídica do Centro, desta vez com matéria previdenciária. Desta forma, passou-se a conceder Aposentadoria por Invalidez e auxílio-doença que possua laudo pericial favorável através da conciliação.

Assim, é possível ser periciado e até aposentado no mesmo dia da perícia o requerente que vem, inclusive, de outro município enfrentando dificuldades como a de locomoção e falta de estadia na capital, além do desconforto provocado pela doença em si durante este intervalo. Chega a ser um milagre em matéria de política pública.

Falando em política pública, quem trabalha com ela sabe o quanto é difícil promovê-la. Sua humanização torna-se pelo menos distante quando se envolvem números e metas. O gestor de políticas públicas deve ser pelo menos sensível no momento em que a sua gerência será determinante na vida das pessoas envolvidas com ela.

O núcleo de conciliação com apenas dois anos de funcionamento recebeu, em 2017, o seu primeiro prêmio do CNJ pelos trabalhos do Círculo de Políticas Públicas na 9ª edição do Prêmio Conciliar é Legal, na categoria “demandas complexas ou coletivas”.

Fundamentada em princípios e procedimentos próprios (conjunto cadenciado de audiências com o objetivo de cumprir o cronograma constituído conjuntamente), ligados à solução e respeito aos argumentos técnicos, o Círculo trabalha com vista a efetividade das soluções. Segundo a MM. juíza coordenadora do Centro, Dra. Marina Rocha Cavalcanti Barros Mendes, fixa-se inicialmente neste tipo de audiência que “o objetivo não é procurar culpados, mas procurar soluções”.

A seguir, delimitaremos as espécies de demandas conduzidas pelo núcleo, bem como o detalhamento do seu surgimento no CEJUC como matérias especializadas.

## **2.1– Demandas**

### **2.1.1 – Círculo de políticas públicas**

Conforme o que foi supracitado, o início dos trabalhos do CEJUC-PI surge com a implantação do Círculo de Políticas Públicas, com a Portaria 143/2015 DIREF.

Esta portaria delimita a criação do núcleo como projeto-piloto assim como conceitua as políticas públicas que serão realizadas como um conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidos pelo Estado, que visam assegurar determinado direito de cidadania de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico e econômico.

Assim, o conceito de Políticas Públicas traz a estrutura de trabalho, que são as audiências cadenciadas buscando a elaboração de um cronograma de ação para a resolução da demanda e a conciliação traz a oportunidade para a solução construída pelas partes. Ambas, hibridamente, resultam no círculo de políticas públicas que realiza audiências cadenciadas e que elaboram cronogramas de ação em que a demanda é resolvida em consenso entre os entes envolvidos.

A abrangência do núcleo alcançará processos em trâmite nas varas cíveis da seção judiciária do Piauí e subseções que por iniciativa do magistrado ou das partes sejam encaminhados ao Núcleo.

Quanto ao encaminhamento, a referida portaria aponta quais demandas poderão ser solucionadas pelo CEJUC, que são:

- a) Ações civis públicas que versem sobre implementação ou revisão de políticas públicas
- b) Ações individuais repetitivas, cuja solução definitiva depende de implementação ou revisão da política pública existente.

Em outubro de 2016, institui-se o regulamento do núcleo com a Portaria 180/2016-DIREF. Nela distribuem-se os princípios próprios que norteiam a atuação do Círculo de Conciliação em Políticas Públicas, tais quais:

a) construção participada da solução: as partes poderão indicar as soluções para a demanda.

b) esgotamento do conflito: as reuniões acontecerão de modo que só se encerram quando se chegar a solução da demanda.

c) respeito às considerações técnicas: serão chamados para participação os profissionais que tenham conhecimento técnico (profissionais da área) sobre as demandas a serem resolvidas, apontando o que é possível ser cumprido de acordo com o viés técnico.

d) enfrentamento das causas do problema: nas audiências, as partes envolvidas apontam o que está ocorrendo para que se tenha chegado até o objeto da lide em discussão.

e) abertura para a construção de soluções alternativas: todos participam, de forma construtiva, na busca pela solução do problema.

f) gradatividade de atuação: tanto as audiências como a implantação das ações acordadas serão implantadas de forma gradativa.

f) acompanhamento de resultados: após o comprometimento com a implantação das mudanças propostas pelas partes, averigua-se se o acordado foi realmente implantado.

Na mesma, no art. 5.º, define-se em quais hipóteses serão cabíveis a conciliação no núcleo, quais sejam:

a) ações judiciais, coletivas ou individuais, que versem sobre a implementação ou revisão de políticas públicas, encaminhados por iniciativa do juiz condutor do feito ou a pedido das partes;

b) procedimentos pré-processuais, que versem sobre a implementação ou revisão de políticas públicas, se assim requererem os interessados, ou seja, o simples pedido de tentativa de acordo, sem nenhum outro pedido de tutela jurisdicional de urgência ou definitiva, ainda que em caráter sucessivo ou subsidiário (art. 21, §1º).

c) ações judiciais

No art. 6º, também delimita-se o que não poderá ser objeto de acordo no referido Círculo, que são os processos judiciais em que eventual pedido de liminar ou de

tutela antecipada não tenha sido ainda apreciado pelo juiz de origem, exceto no caso de autorização expressa da parte no sentido de postergar a apreciação do pedido. Assim, só irá para o círculo se as partes se manifestarem por escrito quanto a deixar para depois o pedido de tutela antecipada ora pedida por elas.

É possível ainda no CEJUC-PI o Mecanismo de Conversão para Resolução Coletiva – MCRC. O uso de tal mecanismo é permitido quando houver em trâmite na respectiva vara diversas demandas individuais repetitivas causadas pela insuficiência ou pela falta de uma política pública (art. 28).

### **2.1.2 – Responsabilidade civil**

Em maio de 2015, com a Portaria n. 087/2016-DIREF, insere-se como demanda do núcleo o tema de responsabilidade civil em desfavor da Caixa Econômica Federal, advindos das Varas do Juizado Especial.

Desta forma, imediatamente ao ajuizamento da ação, os processos da Classe “Procedimento Comum Cível”, enquadrados como indenização por dano moral e material, serão remetidos ao CEJUC para que haja uma tentativa prévia de conciliação.

O Centro, conforme o inciso V da portaria, também será responsabilizado pela elaboração da pauta das audiências, bem como das intimações do requerido, com antecedência mínima de 30 dias.

Se houver acordo entre as partes na audiência de conciliação, caberá ao magistrado coordenador do CEJUC/PI, homologar o acordo, com o respectivo julgamento com resolução de mérito. Caso contrário, os processos deverão ser remetidos de volta à Vara para a qual fora distribuído, para o prosseguimento do feito pelas vias judiciais comuns

O prazo para contestação do réu se inicia na data da realização da audiência de conciliação, a teor do art. 335, I, do Código de Processo Civil.

Não se pode deixar de destacar que quando a parte ré, ora a Caixa Econômica, é um ente público, o prazo correrá em dobro, portanto o prazo para contestação passa de 15 para 30 dias após a audiência de conciliação.

No caso de ausência da parte autora devidamente intimada da audiência de conciliação implica na extinção do processo sem julgamento do mérito, a teor do art. 51, da Lei n.º 9.099/95.

### **2.1.3 – Aposentadoria por invalidez e auxílio-doença**

Em 2016 fora implantada nova matéria nas atividades do Centro Judiciário com a Portaria N. 07/GAJUC/JEF/PI, de 24 de Novembro de 2016. Tal matéria trata-se da aposentadoria por invalidez e do auxílio-doença, ambos concedidos a partir da audiência de conciliação realizada no mesmo dia que a perícia médica.

Nesta portaria, determina-se que no momento da autuação do processo seja designada, nos casos que couber, data para realização da perícia médica, intimando de logo a parte autora. Em seguida ao momento da perícia, após análise do laudo pericial sendo ele favorável ao autor, o processo é incluído na pauta de conciliação do mesmo dia no CEJUC/PI.

Em um caso exemplificativo temos um autor “A” que protocola seu pedido de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez. No mesmo dia do pedido, “A” é intimado do dia da perícia. Caso o seu laudo seja favorável para a concessão do benefício, no mesmo dia em que se realiza a perícia o processo é conciliado no Núcleo, havendo a possibilidade de implantação imediata do auxílio ou aposentadoria.

Assim, além da celeridade processual, temos a desburocratização do serviço público em favor da sociedade menos favorecida, visto que muitos dos que necessitam das atividades do judiciário moram em localidades distantes da Justiça Federal e que sem esta iniciativa de conciliação imediata haveria não somente um maior custo financeiro, mas um maior desgaste pela espera de apreciação pelo judiciário dos pedidos ali feitos.

## **3 – O RETORNO À SOCIEDADE PIAUIENSE – A CONCILIAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL COMO FERRAMENTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Ante o exposto neste trabalho, tivemos a apreciação histórica da conciliação bem como a sua evolução no ordenamento brasileiro, apontando seus avanços e melhorias diante da atual modernização da codificação do Processo Civil.

Em seguida, apresentamos o Centro Judiciário desde o seu surgimento até as demandas que são solucionadas por eles.



Neste ponto, será apontada a forma como a conciliação judicial se encontra com as políticas públicas, tornando-se uma ferramenta multiplicadora no auxílio da sociedade do Estado do Piauí.

Primeiramente, cabe salientar que o processo de implantação das políticas públicas, supra conceituado, fundamenta-se no agendamento das ações propostas de forma cronológica e que vai sendo cumprida de acordo com o tempo estipulado neste cronograma. Com o agendamento é possível uma maior organização e levantamento das reais necessidades a serem supridas.

No Círculo de Políticas Públicas existe o trabalho sinérgico e ao mesmo tempo híbrido das ações de conciliação e políticas públicas na busca do bem comum da sociedade.

Ao tempo que a conciliação é a ferramenta que possibilita a retirada do processo do trâmite judicial comum, trazendo a possibilidade do ganha-ganha entre as partes e a solução construída do conflito, as Políticas Públicas vêm como a forma de organizar e estruturar as ações decorrentes dos acordos firmados entre as partes, estabelecendo o cronograma necessário para o seu cumprimento, além de estabelecer o agendamento das várias audiências necessárias para o alcance da solução pretendida.

No momento em que a conciliação é escolhida como forma de resolução de conflitos, esquece-se o perde-ganha do resultado processual comum e não mais se apontam culpados ou inocentes, mas sim, busca-se soluções e indicações do que pode ser feito por todos os envolvidos.

### **3.1 – Estatísticas do Cejud-PI**

Apesar das dificuldades encontradas pelo caminho logram-se ótimos números com as atividades do núcleo. Os dados à seguir foram informados através de questionário respondido pelo núcleo que nos relatou, de forma quantitativa, o desempenho das atividades de conciliação.

O controle estatístico do CEJUC-PI passou a ser realizado a partir de 2017, desconhecendo-se ao certo a quantidade de audiências e acordos realizados durante os anos anteriores. Os números à seguir foram colhidos

Atualmente, o CEJUC-PI conta com 34 conciliadores que, ao longo de 2017, realizaram 3.540 audiências, resultando em 59% de acordos nos processos previdenciários por incapacidade.

Vemos com estes números que alcançou-se quase 60% de acordos durante o ano de 2017 no referido núcleo. Trata-se de um número expressivo e que aponta a solidez do trabalho realizado nesta matéria.

Registrou-se também em 2017 a porcentagem de 41% de acordos nos processos de responsabilidade civil contra a Caixa Econômica Federal. Assim, apesar de não alcançar a metade de acordos realizados ainda se prospera em ótimos números e espera-se que nos anos seguintes a esta triagem estatística alcancem números maiores.

Concluindo, o CEJUC-PI eliminou praticamente a metade da demanda relativa a Caixa econômica e Auxílios previdenciários das varas do juizado especial, garantindo a facilitação do acesso à justiça a seus usuários.

### **3.2 – Resultados sociais do círculo de políticas públicas**

Como resultado dos acordos, temos o benefício direto à sociedade, que poderá usufruir da coisa pública com maior respeito, dignidade e segurança. O Núcleo de Conciliação do CEJUC, informou através de questionário aduzido ao setor alguns dos resultados alcançados através do Círculo de Políticas Públicas.

Temos por exemplo disto, o acordo feito em uma ação civil pública que pedia a demolição dos quiosques localizados à beira do Rio Poty, em Teresina, que estariam degradando área federal de preservação ambiental.

No acordo ficou resolvido que os quiosques serão removidos para outra área da mesma região, com projeto arquitetônico a ser elaborado pelo poder público municipal em conjunto com os proprietários do estabelecimento.

Outro caso importante que foi resolvido através do Círculo foi uma ação possessória que tratava da retirada de 2500 famílias de baixa renda em imóvel da união, cedido à Universidade Federal do Piauí.

No acordo ficou estabelecido que a União doaria o imóvel para o município em troca da regularização fundiária e urbanização da área da região do Parque Universitário, que logo em seguida ganhou status de bairro e benfeitorias como calçamento e posto de saúde.

Também foi tema do círculo ações possessórias que envolvem 300 famílias da região do Rodoanel de Teresina, em que tratava da individualização de lotes rurais de três assentamentos.

Foi estabelecido no Círculo a fixação de um cronograma de parcelamento dos lotes, bem como a expedição dos títulos de posse para os assentados.

Também fora resolvido pelo núcleo o tratamento oncológico em Teresina feito em pacientes não residentes no Estado.

Através do círculo foi possível instalar uma ala oncológica de alta complexidade no Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí, com 25 leitos de internação e capacidade para realizar 1764 consultas ambulatoriais, 5300 sessões de quimioterapia e 650 cirurgias por ano.

A Justiça Federal do Piauí consegue através deste trabalho reafirmar o seu compromisso com a sociedade piauiense, prestando-lhe o acesso à justiça de forma ampla e igualitária, estimulando a forma consensual para a solução de conflitos que envolvem a coletividade.

## **CONCLUSÃO**

Neste trabalho pudemos ver a importância da celeridade judicial na solução de conflitos bem como da autocomposição fazendo parte deste processo no Estado do Piauí, que neste momento é apontado como o mais prolixo do país.

Da mesma forma, acompanhamos neste trabalho que as formas de resolução de conflito através da autocomposição estão se popularizando face a tentativa de “desafogamento” do judiciário.

A pesquisa bibliográfica ilustrou evolutivo da resolução de demandas por autocomposição, passando pela sua origem e sua positivação no ordenamento brasileiro e em seguida conceituou as políticas públicas definindo a sua origem no mundo e no país.

O CNJ com a sua resolução 125/2010 viabilizou não somente a implantação das políticas judiciárias nacionais, mas tornou-se o embrião em desenvolvimento que resultou no CEJUC-PI e nas suas atividades de conciliação.

Em seguida abordamos a implantação do CEJUC-PI que inicia em 2015 o seu trabalho de resolução de demandas através da autocomposição de forma especializada, dando retorno imediato à resolução de demandas para a sociedade piauiense, como a

reparação de danos morais e materiais cíveis e implantação de benefícios previdenciários por incapacidade ou auxílio-doença.

Finalmente chegamos aos resultados do núcleo para a solução de conflitos no Estado, que não somente atendem demandas judiciais fechadas se restringindo apenas ao pedido das petições iniciais, mas soluções construídas por entes públicos, de forma especializada.

Destacamos também a importância das políticas públicas como ferramenta híbrida em conjunto com a conciliação judicial na busca pelo bem-estar social e como auxiliadora do Estado em Ação para a garantia dos direitos fundamentais individuais e coletivos.

## **REFERÊNCIAS**

BERGAMASCHI, André Luís; TARTUCE Fernanda. Meios Consensuais na Esfera Previdenciária: Impactos da Nova Legislação e Papel do Terceiro Imparcial.

DOCTRINA - Revista Magister de Direito Previdenciário Nº 37 - Fev-Mar.2017.

BRASIL. Constituição Federal. 1988.

\_\_\_\_\_. Código de Processo Civil. Lei 13.105/2015.

\_\_\_\_\_. Emenda Constitucional nº45/2004.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.529/2001

Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Resolução 125/2010.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos da Teoria Geral do Estado. Capítulo 1. Da sociedade. p.21. 32.ed. Saraiva.2013.

Diretoria do Foro-DIREF/JFPI. Portaria 143/2015.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 087/2016.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 180/2016.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 1/2017.

Gabinete de Coordenação do Centro Judiciário - GAJUC/JFPI. Portaria 07/2016.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Arbitragem nos Contratos Administrativos. Revista de Direito Administrativo FGV. V.209. 1997. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/47043/46028>. Acesso em 27/01/2019.

NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. Capítulo 5. Instrumentos de Controle Social. p.31. 36. Ed. Rio de Janeiro. Ed. Forense. 2014.

ROCHA, Frank Cardoso da. A Conciliação na Justiça Brasileira: Um Método Alternativo Obrigatório no Novo Cpc. Publicado em 18 de Setembro de 2016. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-conciliacao-na-justica-brasileira/145665>. Acesso em: 11/07/18.

SIQUEIRA, Jr, Paulo Hamilton. Teoria do Direito. Capítulo 2. Dogmática do Direito. p.35 3.ed. ed. Saraiva. São Paulo. 2012.

TARTUCE, Fernanda. Mediação no Novo CPC: questionamentos reflexivos. In Novas Tendências do Processo Civil: estudos sobre o projeto do novo Código de Processo Civil. Org.: Freire, Alexandre; Medina, José Miguel Garcia; Didier Jr, Fredie; Dantas, Bruno; Nunes, Dierle; Miranda de Oliveira, Pedro (no prelo). 2016. Disponível em [www.fernandatartuce.com.br/artigosdaprofessora](http://www.fernandatartuce.com.br/artigosdaprofessora). Acesso em (08/02/2019).

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. Mediação De Conflitos E Práticas Restaurativas. São Paulo: Método, 2008.

VOLPI, Elon Kaleb Ribas. Conciliação na Justiça Federal. A Indisponibilidade do Interesse Público e a Questão da Isonomia. Revista da PGFN/ Procuradoria-Geral da

***Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas  
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 2***

Fazenda Nacional. V. 1, n. 2 (jul./dez. 2011). Brasília-DF. 2011. Disponível em:  
<http://www.pgfn.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/revista-pgfn/ano-i-numero-ii-2011/012.pdf>

**Capítulo 2 - DOI:10.55232/10830012.2**

**TRANSTORNO SENSÓRIO MOTOR: O OLHAR DE UMA  
MÃE EDUCADORA**

**Monalisa Rodrigues Pereira e Veronice Camargo da Silva**

**RESUMO:** Este texto é processo do trabalho de conclusão da especialização em Serviço em Atendimento Educacional Especializado, contendo apontamentos sobre dificuldade motora na primeira infância com base em experiências maternas a partir de um viés científico; tais percepções são oriundas de teorias no que tangem à motricidade, situações sensoriais, inteligências e o cotidiano de tarefas mãe-filha. O cerne deste trabalho é, dessarte, reflexionar sobre a dificuldade motora na primeira infância com base em experiências pessoais maternas fundamentando-se em evidências científicas.

**Palavras-chave:** Transtorno sensorio motor, maternidade, desenvolvimento infantil

## **INTRODUÇÃO**

É sabido, de acordo com a literatura, que dificuldades motoras são observadas, comumente, primeiramente pelas famílias das crianças. O cuidador ou a cuidadora, na rotina com a criança e dentre as várias tarefas, percebe que há habilidades, de acordo com marcos de desenvolvimento; que a criança ainda não manifesta; em alguns casos, ao procurar auxílio de profissionais da educação ou saúde, o “atraso” no desenvolvimento da motricidade, pode-se chegar a conclusão precipitada de alguma deficiência ou dificuldade de aprendizagem, descartando o que chama-se, atualmente, de Transtorno Sensório Motor ou, em alguns trabalhos científicos, Transtorno do Desenvolvimento da Coordenação isoladamente.

Situações de dificuldade para brincar ou realizar comandos simples, lentidão ou cuidado excessivos, desequilíbrio, recusa de novos alimentos ou medo de certas texturas carece de estudo especializado, uma vez que a infância pode não ser vivida plenamente. A abordagem de Piaget (1970) leva a refletir sobre os saberes que construímos em cada uma das fases do desenvolvimento, colaborando para o levantamento de hipóteses no que diz respeito às dificuldades que a criança pode vir a apresentar. Por entender que o conhecimento se dá por meio de experiências e, a partir delas, atribui-se significados às aprendizagens, intenta-se neste trabalho reflexionar sobre a dificuldade motora na primeira infância com base em experiências pessoais maternas fundamentando-se em evidências científicas. Este estudo busca, ainda, trazer algumas percepções acerca do desempenho motor de uma criança no estágio sensório-motor (PIAGET, 1973). Assume-se, nesta “missão”, além de mãe, o papel de colaboradora, pois

O primeiro receio (e para alguns, a esperança) de que se anule o papel do mestre, em tais experiências, e que, visando ao pleno êxito das massas, seja necessário deixar os alunos totalmente livres para trabalhar ou brincar segundo melhor lhes aprouver. Mas é evidente que o educador continua indispensável, a título de animador, para criar as situações e armar os dispositivos iniciais capazes de suscitar problemas úteis à criança, e para organizar, em seguida, contra exemplos que levem à reflexão e obriguem ao controle das situações demasiado apressadas: o que se deseja é que o professor deixe de ser um conferencista e que estimule a pesquisa e o esforço, ao invés de se contentar com a transmissão de soluções já prontas (PIAGET, 1973, p. 18).

Sabendo que o transtorno em questão se manifesta de diferentes formas e em variadas idades, é necessário que haja um olhar especial para esta condição, pois há a hipótese de haver desinteresse pelas atividades do dia a dia, constrangimento em



ambientes com mais crianças e, não raro, diagnóstico equivocado. A perspectiva materna mostra-se importante partindo do princípio que as suposições acerca de obstáculos enfrentados pelos filhos frequentemente é apontada em casa antes da escola. Para tanto, propõe-se o estudo dos estádio sensório motor (proposto por Piaget), que corrobora o que chama-se, no senso comum, de “sexto sentido materno”: através de informação pertinente, busca-se auxiliar outras famílias e educadoras na busca pela superação da dificuldade motora das crianças.

## **METODOLOGIA**

Na proposta, por ter-se o foco no Transtorno Sensório Motor, utilizou-se enquanto instrumento de pesquisa a coleta de dados e a leitura de disposições sobre a dificuldade pré-estabelecida, tendo como principal motivação para investigação a filha da autora.

Nos diz Bortoni-Ricardo que

[...] a coleta de dados não deve ser apenas um processo intuitivo, que consistiria simplesmente em fazer observações em determinado ambiente e tomar notas. Ela deve ser um processo deliberado, no qual o pesquisador tem de estar consciente das molduras de interpretação daqueles a quem observa e de suas próprias molduras de interpretação, que são culturalmente incorporadas e que ele traz consigo para o local da pesquisa. (BORTONI-RICARDO, 2008, p.58)

Isto posto, delineou-se a pesquisa a partir de textos que trouxessem significado na dinâmica educadora-mãe, uma vez que, segundo Minayo (1995) a escrita a partir de experiências pessoais traz à tona “o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”.

Em um primeiro momento, fez-se uma busca na *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* com a designação da dificuldade selecionada para a escrita. Foram usadas as palavras chave “transtorno sensório motor”, resultando em 1 (um) trabalho de 2008 na área da saúde; após, usou-se as palavras chave “transtorno do desenvolvimento da coordenação”, chegando em setenta e três (73) artigos, em maioria também da área da saúde e publicados entre 2015 e 2021, sendo no ano passado 14 (quatorze) destes, provavelmente devido aos prejuízos da pandemia da Covid-19, de acordo com os resumos lidos.

Com os trabalhos referência em mãos, traçou-se a estratégia de busca, que consistiu em, após ler cada resumo, delimitar critérios para a elaboração de um artigo de

conclusão de curso. Estes critérios foram (1º) trabalhar com textos da área da educação, (2º) selecionar apenas os artigos com viés qualitativo, (3º) refletir acerca de um diagnóstico cuja hipótese foi levantada fora do ambiente escolar.

Assim, chegou-se ao presente artigo, que discorre a respeito de evidências e sugestões a partir da vivência de uma família cuja criança chegou à profissionais de saúde com o prognóstico de Transtorno Sensório Motor, sendo esta conjectura confirmada. Debruçando-se sob o estudo da motricidade e do funcionamento dos sentidos, decidiu-se por esta nomenclatura e não por Transtorno do Desenvolvimento da Coordenação por tratar-se de uma condição global, observada em situações como o alimentar-se, aprender a andar, brincar, etc.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Quando cogitada fora dos espaços de educação e saúde, o caminho até o diagnóstico de uma criança pequena é repleto de palpites e incertezas. Quando a criança não atinge habilidades de determinada fase ou evita determinados afazeres, surge o receio de atribuir àquele ser ainda tão pequeno uma condição que pode não ser, necessariamente, uma dificuldade a qual deve ser encaminhada para intervenção, mas sim um traço individual daquela pessoa em formação.

O percurso em busca de explicações ou conceitos que amenizem ou solucionem as questões colocadas iniciou-se ainda no estágio sensório-motor (PIAGET, 1973), recebendo um parecer mais conclusivo próximo do estágio pré-operatório. Trabalha-se aqui com a teoria, em Piaget, sobre como adaptamo-nos ao ambiente, aprendemos e nos desenvolvemos. Analisando conquistas cognitivas, percebe-se que a vida de uma pessoa é um conglomerado de estruturas mentais que se transformam até seu último dia, aperfeiçoando-se a partir de trocas com o ambiente. Os processos de adaptação, assimilação e acomodação são parte de uma dialética que toma o sentido das experiências oportunizadas. É imprescindível dizer que o ser humano é capaz, por si só, de aprender, sendo a sociedade uma mediadora deste processo. Ainda em Piaget (1983)

Também a formação humana dos indivíduos é prejudicada quando verdades, que poderiam descobrir sozinhos, lhes são impostas de fora, mesmo que sejam evidentes ou matemáticas: nós os privamos então de um método de pesquisa que lhes teria sido bem mais útil para a vida que o conhecimento corresponde (PIAGET, 1983, p. 166).

Baseando-se em elementos externos (situações, objetos, brincadeiras, comandos, etc.) a criança do estágio sensório-motor entra em conflitos, que a levam a processos que visam o equilíbrio do seu sistema cognitivo. Todos os seus sentidos estão compreendidos nesta dinâmica, a qual estrutura seus saberes.

O potencial de reorganizar-se, porém, pode ser prejudicado por diversas variáveis, como estímulos, ambiente, condição genética, etc.; este é o ponto central deste trabalho, ou seja, notando-se a dificuldade da criança em realizar certas atividades, explorou-se uma série de conceitos até chegar em questões que, finalmente, levariam ao trabalho com uma criança com dificuldade motora. A partir de dispêndios nos primeiros dias de aleitamento materno, na introdução alimentar, nos primeiros passos sem apoio, nas brincadeiras e, mais adiante, em situações de convívio social, realizou-se a escrita de um trabalho que, mais do que um artigo de conclusão, é um relato do manejo com um filho.

Para que se alcançasse resultados, estudou-se a teoria piagetiana, fluindo para outros teóricos. Para Piaget (1973), o desenvolvimento da criança deve ter constância, bem como as experiências a ela oferecidas. Por termos vivido, até aqui, 18 (dezoito) meses de isolamento social, a infância pode não ter sido tão estimulante quanto poderia ou deveria. Por este motivo, buscou-se suporte em evidências científicas que auxiliassem no trato das particularidades do desenvolvimento infantil. Atentando-se às atividades diárias de acordo com o estudo das fases do desenvolvimento, pode-se chegar a fatores que propiciam a equilíbrio do sujeito.

No tocando dos estágios do desenvolvimento, é amplamente difundido que cada etapa da infância corresponde à “preparação” para um degrau acima; distribui-se, portanto, a aprendizagem humana em períodos médios, a ser (a) sensório motor, (b) pré-operatório, (c) operatório concreto, (d) formal. A criança em questão, vivenciando a primeira etapa do desenvolvimento, fez perceber que determinados marcos não eram atingidos, ou eram atingidos tardiamente. Sem rotulá-la, pensou-se em experimentos que levassem ao estudo mais aprofundado dos sentidos e motricidade, sendo estes detalhados a seguir.

Por concernir uma fase que pode delimitar toda a infância, o estágio da inteligência sensório motora merece atenção especial. Ao nascer, foi decidido que a criança da narrativa tivesse pouco contato com telas, não utilizasse bicos artificiais e

recebesse livremente o leite materno. Ainda que em uma pandemia, fez-se o possível para que a criança convivesse com sua família próxima seguindo todos os protocolos de segurança, bem como experimentasse atividades de leitura, lazer ao ar livre, contato com animais, alimentação variada, entre outras rotinas. Entendendo-se que esta etapa é a base da formação do ser humano, foram oferecidas situações que pusessem a prova as noções de espaço, tempo e consequências (PIAGET, 1976). O brincar, por vezes orientado, por vezes livre, criou um ambiente amistoso, democrático e motivador para “uma criança que cresce no respeito por si mesma” (MATURANA; VERDEN-ZÖLLER, 2011).

Estando na última etapa do estágio sensório motor, percebeu-se na criança a chegada a uma inteligência mais representativa: observou-se a manifestação dos simbolismos, reconstituição de cenas, representação mental e concretização de imagens, etc. Ao expressar dificuldade de transitar entre o objetivo e o subjetivo, procurou-se atenção especializada para chegar a uma estrutura mental equilibrada. Com um ritual para as tarefas de casa (classificar e organizar brinquedos, colaborar na limpeza, fazer jardinagem, cozinhar, etc) e uma rotina de aprendizagens mais formais (brincar de faz-de-conta, ler, pintar, manusear texturas, etc) chegou-se ao desfecho de que se deveria buscar, além de pesquisa em educação, principalmente em atendimento educacional especializado, profissionais de saúde, neste caso de pediatria, terapia ocupacional e fonoaudiologia. Descartando-se condições particulares de saúde, costurou-se um roteiro de perguntas às profissionais procuradas, acatando suas sugestões a fim de tomar uma postura que levasse à autonomia da criança.

Por mobilizar-se em relação à questão comportamental, leu-se em Piaget (1983)

O desenvolvimento psíquico, que começa quando nascemos e termina na idade adulta, é compatível ao crescimento orgânico: como este, orienta-se, essencialmente, para o equilíbrio. Da mesma maneira que um corpo está em evolução até atingir um nível relativamente estável – caracterizado pela conclusão do crescimento e pela maturidade dos órgãos -, direção de uma forma de equilíbrio final, representada pelo espírito adulto. O desenvolvimento, portanto, é uma equilibração progressiva, uma passagem contínua de um estado de menor equilíbrio para um estado de equilíbrio superior (PIAGET, 1983, p. 11)

O manejo com a questão motora priorizou, portanto, o chamado “equilíbrio progressivo”: pontuou-se padrões de desenvolvimento, expôs se a criança ao que já tinha capacidade de fazer e, gradativamente, aumentou-se a dificuldade. De maneira compatível com sua maturidade cognitiva, bagagem e ambiente, foi possível abrir possibilidades para o pleno desenvolvimento.

O exercício da experiência mobiliza a criança; estas, sendo físicas e lógicas, consolidam aprendizagens, dado que proporcionam edificação de novos saberes a partir dos órgãos dos sentidos. Da mesma forma, a complexidade das situações ambientais e relações sociais aperfeiçoam a elaboração do pensamento, tornando a criança protagonista do seu ser-fazer. Ainda que dando importância à hereditariedade, na maternidade destacou-se a importância de facultar condições que, para além da adaptação da criança, levem-na a equilibrar-se de acordo com a assimilação e acomodação de saberes. A superação do senso comum de que “cada criança tem seu tempo” foi imprescindível para que tal material existisse, pois sem a busca por fundamento científico não se chegaria à premissa de que as crianças tem um tempo para tudo, mas há limites de tempo.

## **CONCLUSÃO**

Com um tema a ser investigado e um método a ser seguido, elaborou-se uma pesquisa que pudesse levar à resolução de um problema; para além de episódios comportamentais e de relacionamentos afetivos, buscou-se conceber como uma dificuldade motora acentuada interferiria no cotidiano da criança. Tarefas habituais, que antes geravam episódios de confusão, choro e insegurança foram convertendo-se em momentos de exaltação à independência da criança. Atribuições, comandos e brincadeiras passaram a trazer satisfação ao invés de angústia e hesitação. Nas palavras, mais uma vez, de Piaget (1970)

[...] Afirmar a necessidade de recuar à gênese não significa de modo algum conceder um privilégio a tal ou qual fase considerada primeira, absolutamente falando: é, pelo contrário, lembrar a existência de uma construção indefinida e, sobretudo, insistir no fato de que, para compreender suas razões e seu mecanismo, é preciso conhecer todas as suas fases, ou, pelo menos, o máximo possível (PIAGET, 1970, p. 130)

Trabalhou-se com a concepção de que o sujeito – neste caso, a criança – constrói suas aprendizagens através de experiências principalmente concretas; ações e interações, por conseguinte, facilitam a evolução da motricidade.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BORTONI-RICARDO, S. M. 2008. O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola, 2008.

MATURANA, H.; VERDEN-ZÖLLER, G. Amar e Brincar - fundamentos esquecidos do humano. São Paulo: Palas Athena Editora, 2011.

MYNAYO, M. C. de S. (org.). Pesquisa Social, teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1995.

PIAGET, J. A Construção do real na criança. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

\_\_\_\_\_. Biologia e Conhecimento. Petrópolis, Vozes, 1973.

\_\_\_\_\_. A equilibração das estruturas cognitivas: problema central do desenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

\_\_\_\_\_. A epistemologia genética. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

**Capítulo 3 - DOI:10.55232/10830012.3**

**OBRA DE ARTE: POR UM DIÁLOGO COM WALTER  
BENJAMIN, NORBERT ELIAS E MARTIN HEIDEGGER**

**Francisco Pereira da Silva e Evandro de Moraes Ramos**

**RESUMO:** As obras de artes, na era da reprodutibilidade técnica, vêm sendo utilizadas ao longo dos tempos como forma de mecanismo de controle a partir dos impulsos e das emoções dos seres humanos e como processo civilizador. Este estudo tem como objetivo aprofundar o estudo das relações que podem ser feitas entre a visão de Walter Benjamin, Norbert Elias e Martin Heidegger. Trata de situar as imagens técnicas e simbólicas e o saber visual como um campo privilegiado de questionamentos sobre nossa história, apelos e gritos para tomar posição em nome do porvir de nosso planeta. Este trabalho toma como fio-guia o poder mimético da obra, seja em meados do século XVII, seja na atualidade com a obra de arte na era da reprodutibilidade técnica e sua relação com o processo civilizador nas sociedades da Pan-Amazônia.

**Palavras-chave:** Arte, Técnica, Percepção

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente trabalho é fruto de um projeto que foi aprovado no curso de mestrado e busca demonstrar mecanismos de controle imbricados à obra de arte, por meio de conceitos constituídos a partir da obra de arte na era da reprodutibilidade técnica baseada em Walter Benjamin e como se relaciona ao pensamento de Norbert Elias e Martin Heidegger. Nessa proposta, faz-se uma análise de como a arte contribui na disseminação de preceitos civilizacionais na sociedade Pan-Amazônica.

O estudo busca, através das artes visuais, na perspectiva de Norbert Elias, Walter Benjamin e Martin Heidegger um olhar preciso aos detalhes das informações visuais, que assim como a pintura de Watteau levou alguns leitores a criarem expectativas de uma ilha galante, situação que não ilusória.

A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica é bem mais efetiva, pois as imagéticas técnicas estão mais presentes no cotidiano das pessoas por meio de dispositivos técnicos (televisão, celular, computador cinema etc.). Em muitos casos, na palma da mão, onde a obra de arte perde sua autenticidade, passando a ser somente um instrumento de controle. E partir de Heidegger, através da obra, poderemos perceber o outro lado das coisas e como deveremos utilizar o que vemos como ponto de partida para uma reflexão sobre o sentido último da arte e como o conceito de arte pode ser empregado na contemporaneidade.

Com o surgimento de novas tecnologias, as artes visuais deixaram de ser estáticas e começaram a ter uma maior interação com as pessoas, através da televisão, do celular, do computador, do próprio cinema e da própria Internet. O ato de ver e perceber leva tempo, que não está sendo dado, pois essa visão etérea das obras criadas com o auxílio de materiais e técnicas bem mais sofisticados que um pincel de pelos e uma tela de tecido não são somente para suprir as necessidades do dia a dia do ser humano, como forma de entretenimento ou lazer, mas também como forma de persuadir e alienar a sociedade.

O poder persuasivo, por meio da comunicação visual, começou a partir da experiência do homem com a natureza. Para Fisher (2007), esse período se deu quando o ser humano começou a transformar objetos naturais em instrumentos capazes de fazê-lo agir sobre o mundo. Experiências que possibilitaram desde que o homem “mágico ou xamã” sacrificava um animal para seu ritual como forma de conseguir algo em troca (ser sobrenatural), por meio dos signos, imagens e palavras. Uma maneira de excitação do espectador, possibilitando-o novas experiências com o desconhecido. A arte foi e é um meio que o ser humano encontrou



para materializar sua imaginação advinda de suas observações sobre a natureza por muitas vezes alienantes aos olhos dos que buscam somente entretenimento e excitação.

Essa alienação por meio da arte não perdeu seu lugar no mundo contemporâneo, pois se percebe claramente a falta de conceitos críticos com relação às informações visuais, o aumento dessa estética alienante que se configurou no mundo atual. Para Benjamin (2012) “O que parece fascinar o homem ‘moderno’ neste mito é a ilusão narcisista do controle total.” (p.177) e, para Elias (1994), a necessidade do distanciamento para entender o que a arte quer transmitir.

Na contemporaneidade, o domínio das tecnologias e sua aplicabilidade nas artes visuais proporcionam uma interação em massa por meio dos dispositivos técnicos como: a televisão, o cinema, o celular, o computador e a própria Internet. Não descartando que as imagens técnicas criadas e transmitidas a partir de dispositivos técnicos, carregadas de sensacionalismo, também podem ser positivas quando se observa de forma crítica as imagens técnicas, pois a crítica segundo Dewey (2010) “reeduca a percepção” em um processo difícil para aguçar os sentidos (ver e ouvir), proporcionando um melhor entendimento sobre nosso meio circundante. Com o olhar crítico sobre as imagens técnicas não perceberemos somente a importância da Pan-Amazônia para o mundo, mas para nós mesmos.

### ***2.1. A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica: uma forma de mecanismo de controle a partir dos impulsos e das emoções na Pan-Amazônia.***

Iniciaremos nossa abordagem fazendo uma reflexão sobre os mecanismos de controle social, que por sua vez depende da experiência adquirida em sociedade, ou seja, que se desenvolve porque somos seres capazes de transformar nosso entorno a partir de nossas experiências advindas de nossas observações.

O povo que faz parte da Pan-Amazônia vem passando por um problema de imigrantes que fogem de problemas políticos e da cidadania de seus países que precisa ser encarado com muito respeito, sem falar que além dos problemas existentes têm os pré-existentes que é o diálogo com os países vizinhos. Segundo (FILHO, 2013) “além do controle dos ilícitos transfronteiriços, que incluem uma série de atividades ilegais que vão desde o tráfico de drogas ao contrabando e descaminho de diversos tipos de produtos.”

O diálogo entre as imagens técnicas por meio de dispositivos técnicos (televisão, celular e computador) a arte de hoje e sua vasta materialidade, tem a função de estimular o pensamento humano reflexivo. É um grito por liberdade, desperta a maneira de comportar e

agir, que acompanha a era da reprodutibilidade técnica da obra de arte, ou seja, imbricada à sua função, mexe com as emoções, a sensibilidade humana e contribui para um nível de civilidade.

A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica e sua funcionalidade contribui temporalmente para expressar fatos históricos, os mecanismos de controle e o nível de civilidade de uma época. Da chegada do colonizador ao Novo Mundo, a arte está presente no encontro dos europeus com os povos autóctones; a ação dos jesuítas e muito mais, mexendo com as emoções do indivíduo da contemporaneidade. Isso nos remete à conquista da Amazônia em 1616 e da própria ocupação portuguesa na região.

Segundo MATOS (2020):

Na relação com outro, *em sua autoimagem*, que os europeus na expansão, na conquista e exploração das terras, deram-se conta, com maior precisão e abrangência, do significado da palavra *civilite*. As palavras civilizados designados para os colonizadores e incivilizados para os colonizados foram potencializadas no sentido de *atribuírem uma grande função ou tarefa* dos primeiros sobre os segundos.

No percurso desse encontro, estrategicamente, a língua dos povos autóctones foi assimilada, possibilitando ao colonizador compreender seus costumes, seu hábito alimentar, o conhecimento do ambiente e sua organização social, impondo gradativamente novas regras. (p. 483)

A arte expressa a forma, as técnicas, as estratégias de abordagens e as diferenças de comportar e agir entre os colonizadores com “sociedade incivilizadas”. Os quadros e suas representações nos mostram os detalhes de roupas até objetos mais simples dos civilizados, ou seja, criações artísticas de alfaiates, artesões e desenhistas, que faziam parte das grandes caravelas e que permitiram, ao captar os fatos sociais, viajar pelo tempo, destacando diferenças ao longo de desenvolvimento da sociedade.

Nos dias atuais as criações artísticas são expressas tecnicamente e simbolicamente e compartilhadas em massa para diversas sociedades, pois com o advento da tecnologia a produção técnica da obra de arte ganhou muito mais espectadores, espectador emancipado, livre de tudo, porém com um outro nível de civilidade que a arte contribuiu a desenvolver ao longo dos séculos.

A atual sociedade da Amazônia desenvolve uma visão do mundo que tem como suporte as imagéticas técnicas, que podem ser cambiadas ao mesmo tempo com o mundo todo, que deixam as pessoas etéreas ao vislumbrá-las. Essas produções, em muitos casos, deixam alguns indivíduos tão fascinados que criam utopicamente sua realidade. Mas essa realidade utópica necessita de uma certa afinação da inteligência visual, pois esse conjunto impresso imagetivamente pode ser um suporte para o próprio indivíduo viver e criar um

mundo subjetivo, diferente de sua realidade, o que Walter Benjamin chama de “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, numa combinação cinematográfica. No entanto, não imaginava ele o que a Internet proporcionaria mais ainda.

Para Barrett, (2014 p.36) “a arte não precisa ser bonita; ela não tem que se esforçar para encher os olhos com uma variedade de sensações equivalentes ao que o mundo real lhe deu”. Somos sabedores que as obras de artes mais antigas, tiveram sua origem em rituais mágicos e religiosos, no qual as imagéticas simbólicas proporcionavam uma visão mais intrínseca do mundo, porém, permitiu transmitir, ao longo do tempo, o nível de desenvolvimento civilizacional das sociedades as quais foram retratadas.

A arte está na essência da cognição humana, na origem da percepção do homem sobre a natureza e de criar novas possibilidades de transformação e criação e, a ela, pode estar imbricada, numa perspectiva subliminar, preceitos civilizadores que mexem com as emoções do observador.

Segundo (BENJAMIN, 2019) afirma que:

(...) a reprodutibilidade técnica da obra de arte emancipa-a pela primeira vez na história mundial de sua existência parasitária em relação ao ritual. A obra de arte reproduzida torna-se, progressivamente, a reprodução de uma obra de arte destinada à reprodutibilidade. \* Por exemplo, é possível uma multiplicidade de revelações a partir de uma chapa fotográfica; a pergunta pela revelação autêntica não faz sentido. No momento, porém, em que o critério da autenticidade fracassa na produção artística, a totalidade da função social da arte é transformada. No lugar de sua fundação sobre o ritual, esta deve duandar-se em outra práxis, a saber: a política. (p. 61)

Para um diálogo mais amplo sobre a arte e como ela atua como mecanismo de controle e nos impulsos e emoções do observador, precisamos entender que a arte está sendo produzida com o auxílio de aparatos tecnológicos mais desenvolvidos.

Esses aparatos na verdade são dispositivos técnicos que se tornaram materialidades para arte. Para Dewey (2010) a arte de hoje é o que muitas pessoas não consideram como tal: o filme, os vídeos, redes sociais, jogos de computadores e celulares, reportagens de crimes e casos amorosos. O que antes era preciso se deslocar a locais específicos para apreciar obras de arte, hoje a possibilidade está na palma da mão.

Mas essa possibilidade de estar na palma da mão, causa uma cegueira visual afetando o aguçar da percepção do espectador, pois nos deparamos com culturas totalmente diferentes

da nossa e, muitas vezes, o que se projeta por meio de imagens técnicas cobertas de um certo mimetismo.

O mimetismo, por meio de dispositivos técnicos, requer um perceber e uma reflexão mais crítica por parte do espectador. O povo amazônico é pluricultural. Isso se deve a interação com outros povos que aqui chegaram e hoje também se deve a interação com imagens técnicas. ELIAS (1994), demonstra que, para compreendermos a problemática sociológica é preciso um trabalho de reorientação. No entanto, não somente a reorientação sociológica, mas também uma compreensão melhor do que é produzido pela “sociedade informática”. Por meio de dispositivos técnicos, a obra de arte mudou a forma de se apreciar uma obra arte, precisamos reorientar como é importante está com o olhar afinado e crítico.

Com o avanço tecnológico, as produções cinematográficas, televisivas e na Internet produzem imagens tanto estáticas quanto não estáticas. Essas imagens são criadas a partir de dispositivos tecnológicos e que assim como a obra de “A peregrinação de Watteau à ilha do amor” possibilitou a diversas pessoas criarem utopias subjetivas de uma realidade que eles não conheciam, apenas objetivavam a partir de seu pensamento subjetivo. Norbert Elias (2006), ao analisar a obra de Antonie Watteau, “A Peregrinação de Watteau à ilha do amor”, mostra como a representação pictórica de uma utopia de um público predominantemente aristocrático, pessoas que nesse período tinham seus ideais de vida simples, elegante da alta burguesia.

Nesse sentido, produções artísticas bem planejadas e bem elaboradas contribuem para que o observador, em tempos e espaços diferentes possa, de forma intersubjetiva, se relacionar com a ficção, quer esteja em espaços públicos, escolas ou nas próprias residências.

## ***2.2. A peregrinação de Watteau a ilha do amor: uma comparação com a obra de arte de hoje.***

Elias, no livro, *A Peregrinação de Watteau à Ilha do amor* destaca como a obra de arte é percebida e como seu público criou utopias referente à ilha de Citera, mas que no início do século XIX começou-se a entender a dura realidade que foram cercadas de utopias a referida obra. Utopias de uma classe dominante que passou pela mão artista, dependendo do tempo e de sua materialidade possibilitando mudanças em suas técnicas. Sempre representando sua de visão de mundo, de acordo com sua realidade sociocultural, ou escolhe para retratar por meio

da arte, como vemos na obra de Watteau que cercou de utopias muitos observadores, perpassou pelo tempo.

Hoje as produções artísticas ganharam novos níveis reprodução e aperfeiçoamento que cerca o homem amazônico da atualidade de utopias do analógico, digital ao virtual, a partir de imagens observadas na Internet, na televisão, no cinema e em *outdoors*, criadas com o auxílio de materiais tecnológicos, as quais tem um poder sobre os sentidos, pois é mais excitante que sua própria realidade. A excitação que possibilita o controle por meio das emoções, as imagéticas técnicas (estáticas ou não estáticas) podem se tornar ou retratar um grande e enigmático problema para a sociedade atual.

Os problemas que essas obras causam no espectador da sociedade atual são: distração, alienação, persuasão e o aumento do analfabetismo. Para Flusser (2019), são utopias da “sociedade informática”<sup>1</sup>. São situações que fazem o espectador amazonense deixar de lado o legado de uma cultura que tanto proporcionou o olhar alegre e respeitoso sob a natureza, de onde sai a riqueza de detalhes dos devaneios amazônicos, assim como os espectadores da obra de Watteau que conseqüentemente viveram uma experiência a partir da obra de arte, criaram conceitualmente sua experiência subjetiva com base na representação da obra, imaginando uma ilha galante agindo por impulso de suas emoções deixando de lado a razão, conceituação e a própria materialização de sua alegoria dialética levando ao espectador criar impressões subjetivas e criar utopias de sua realidade, embora essa seja o lado da ficção da obra de arte que transcende o imaginário e mexe com a psique de quem a aprecia.

Vimos como a pintura Watteau teve o poder de transformar o imaginário subjetivo de indivíduos em meados do século XVIII e início do século XIX. A arte em sua plenitude desde os primórdios tem o poder de fazer o ser humano refletir sobre o desconhecido e criar vários conceitos a respeito do que ele ver e o que não ver, que posteriormente torna-se representativo e real.

Segundo Elias (2005) a respeito do fato de Nerval ter ido pessoalmente à ilha Citera, descreve que:

Lá encontrou, no entanto, uma ilha árida e odiosa que então, sob domínio britânico, chamava-se Cérigo. O que tinha diante de si eram rochas nuas e, como sinal da crueldade humana, uma forca de três braços. De um desses braços pendia um corpo. "Foi", escreveu, "no solo de Citera que vi pela primeira vez um enforcado." (p.45)

---

<sup>1</sup> Vilén Flusser: Uma massa de indivíduos solitários unidos entre si pela identidade cósmica dos programas.

Ver e perceber de forma clara e detalhadamente é educar os sentidos e sempre que possível fazer uma reflexão sobre o que se vê. Essa, talvez, seja uma das funções civilizacionais implícita na obra de arte.

Isso é importantíssimo na sociedade de hoje. Tomemos como exemplo o que foi dito acima sobre a obra de arte de Watteau narrado por Elias a partir de uma pintura e como ela influenciou um determinado grupo de espectador. Nesse período, as produções artísticas tinham seus limites para como a obra de arte e sua aura chegaria ao espectador, pois ainda se tinha uma certa limitação para o uso de certas materialidades, ou seja, as produções artísticas se limitavam em pinturas, narrativas, esculturas, gravuras, retábulos estabelecidos e fixos. E agora imaginemos como a arte está presente em nossos dias atuais, como as imagens fazem parte de nossas vidas e como a arte nos envolve de certa maneira até mais persuasiva.

Segundo Norbert Elias (1995)

“Na fase da arte artesanal, o padrão de gosto do patrono prevalecia, como base para a criação, como base para criação artística, sobre a fantasia pessoal de cada artista. A imaginação individual era canalizada, estritamente, de acordo com o gosto da classe dos patronos” (p. 47).

Hoje não há limite para a criação de obras de artes que envolvam o uso e o auxílio das tecnologias. *A busca da excitação* é a obra em que Elias propõe uma sociologia do lazer e se dedica à compreensão de atividades miméticas, que tem uma ligação com arte, ocupam um lugar de destaque nas sociedades complexas e de que forma a ênfase em atividades desse gênero vai denotar características específicas da estrutura de personalidade dessas sociedades.

Norbert Elias em “*Mozart a sociologia de um gênio*”, nos confirma como a arte era feita nesse período, como pode servir para uma reflexão da sociedade amazônica. A arte de hoje, principalmente as obras técnicas têm na sua essência os mesmos problemas e conflitos entre criatividade e uma sociedade que tudo faz para mantê-la sob controle. O que muda nesse sentido são as formas de se produzir arte e como essa hegemonização se beneficia da arte transformando os códigos simbólicos em ícone midiáticos que conseqüentemente afetam a estrutura perceptível da sensibilidade e que distingue o processo civilizador na vida do homem amazônico em plena contemporaneidade, como espectador de uma arte na era da reprodutibilidade técnica, agindo por sua vez com um certo mecanismo de controle na sociedade que faz parte da Pan-Amazônia.

Segundo Elias (1995)

A imaginação individual era canalizada, estritamente, de acordo com o gosto da classe dos patronos. Na outra fase, os artistas são, em geral, socialmente iguais ao público que admira e compra sua arte. No caso de seus quadros

principais, o *establishment* dos especialistas num dado país, os artistas, enquanto formadores de opinião e a vanguarda artística, são mais poderosos que seu público. Com seus modelos inovadores, podem guiar para novas direções o padrão estabelecido de arte, e então o público em geral pode ir lentamente aprendendo a ver e ouvir com os olhos e ouvidos dos artistas.

Todos os mecanismos de controle são planejados, arquitetados que na contemporaneidade são contemplados por meio de dispositivos técnicos.

As imagens técnicas se tornam representativas visualmente e por meio dos dispositivos técnicos, carregadas de dominação e poder, que hoje tem a possibilidade de ir muito além das fronteiras das regiões mais remotas da Amazônia, que por muito tempo impediu os estabelecidos (indígenas) de entrar em contato com os *outsiders* (a cultura dominante). No entanto, o povo da Pan-Amazônia carrega um estereótipo de viver ainda como algumas civilizações indígenas que nunca tiveram contato com a cultura dominante, ou seja, os *outsiders* se tornaram os estabelecidos e vice versa.

A heterogeneidade da arte na contemporaneidade ganha uma dinamicidade indissociável do espectador.

Segundo ELIAZ, (1995) afirma que:

Que qualidades de uma obra, e que aspectos estruturais da existência social e da sociedade de seu criador, fazem com que este seja tido como "grande" por gerações posteriores — algumas vezes a despeito da falta de ressonância entre seus contemporâneos? É uma questão em aberto, e que hoje em dia muitas vezes ainda se disfarça de mistério insolúvel. (p. 57)

O que aqui estamos buscando apresentar é de que a obra de arte na era da reprodutibilidade técnica pode despertar no indivíduo conceitos constituídos, criando padrões estereotipados nas imagens técnicas o que possibilita o controle social por meio dos impulsos e das emoções, um processo civilizador nos indivíduos que habitam a Pan-Amazônia.

Os padrões que são constituídos por meio das imagens técnicas são padrões utópicos de uma geração que faz parte da revolução técnica, que pouco se importa com os padrões socioculturais de sua realidade, ou seja, as obras técnicas agem como um instrumento que contribui no processo civilizador na Amazônia ao retratar padrões de comportamento da “sociedade informática”.

Elias também vai dizer que, as sociedades mais desenvolvidas quando adentram em sociedades mais antigas tentam impor seu processo “civilizador” ou incivilizado. O trabalho aqui escrito tem como prioridades destacar os estudos epistêmicos de Norbert Elias e como seus estudos se relacionam com o atual contexto da social e cultural na Pan-Amazônia, mas

antes não podemos deixar de destacar que o processo civilizador teve início com frequência com a chegada e ocupação lusitana na Amazônia no início do século XVII. [SANTOS, 2009, P. 38 apud Matos, 2020, p. 481]. Essa ocupação deu início a um choque de culturas, ou seja, a cultura com maior poder simbólico impera seu conceito civilizatório. Poder simbólico que Bourdieu (1989) denominou de “poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.

Esse poder simbólico se desenvolve através da linguagem. Segundo BERGER e LUCKMANN, (2004):

A linguagem constrói, então, imensos edifícios de representação simbólica que parecem elevar-se sobre a realidade da vida cotidiana como gigantescas presenças de um outro mundo. A religião, a filosofia, a arte e a ciência são os sistemas de símbolos historicamente mais importantes deste gênero. (p. 61)

A arte e seu poder lúdico-mimético na contemporaneidade funciona como mecanismos de controle na sociedade amazônica e como as expressões simbólicas na era da reprodutibilidade técnica exige que o indivíduo na Amazônia valorize e tenha um olhar mais aguçado das informações visuais, pois a não valorização pode possibilitar um relaxamento perante os problemas socioculturais, que por sua vez, estão estereotipados em propagandas televisivas, em *outdoors* e principalmente na Internet.

Com o avanço tecnológico, a arte ganhou novas materialidades, principalmente as artes visuais, ficando mais evidente a heterogeneidade como outras linguagens artística.

### **2.3. A importância do conhecimento artístico na atualidade.**

É bem sabido que o conhecimento artístico surge com a necessidade de o ser humano compreender o mundo que o cerca, mesmo que não tenha evidências científicas, mas apenas a investigação científica pode verificar a verdade.

O mundo da arte é subjetivo, cognitivo, concreto, vivo e pode ser observado, compreendido e apreciado. Por meio da experiência artística, o ser humano desenvolve sua imaginação e criação aprendendo a conviver com seus semelhantes, respeitando as diferenças e sabendo modificar sua realidade. A arte dá e encontra forma e sentido como instrumento de vida na busca de compreender quem somos, onde estamos e o que fazemos no mundo.

Segundo Gentiletti (2017, p. 55) “A imaginação potencializa a sua capacidade criativa quando possui uma maior diversidade de “modelos” que exemplificam e estimulam a infinita aptidão combinatória da mente humana”.

Segundo Candelero (2016):



A obra: criação que se dá, algo que não tem finalidade externa. O trabalho é o que é; e o que é, é o que tem. Assim, a beleza - que a obra às vezes consegue ter - não é mais uma força fenomenal independente de substratos (coisas) e livre dos homens (ou seja, aparecer e afetar um e outro 'ao acaso'), como na Grécia. A beleza é agora um 'efeito', um 'reflexo', uma 'representação' --sem causa, não origem--, que reside e perdura na obra de arte - ainda mais do que na Natureza- -, e que com o tempo - a nossa -, chegará até a 'medir' e 'consistir' na única força de afeto ao homem receptor. (Hoje a beleza é apenas e dificilmente um 'afeto subjetivo' - um 'ponto de vista' sensorial e individual.) (P. 08)

Este conhecimento e compreensão do mundo envolvente pela obra é ainda mais necessário na contemporaneidade, pois a obra de arte e sua origem de certa forma suscitam questões no pensamento humano, mas se a obra não tivesse uma finalidade externa o que seria a Arte? De acordo com Ferry (2002, apud FABRE, 2011)

"Essa fala comovente de Ricoeur remete primeiramente à ambiguidade da ideia de *obra*. A obra é o que se faz, o que se cria e, ao mesmo tempo, o que se faz da vida e, portanto, o que se é. Mas será que podemos pensar da mesma maneira, ou seja, com as mesmas categorias, o que se é e o se faz? De igual modo, temos critérios que fazem com que uma vida possa ou não ser qualificada como uma obra: o que é uma vida bem-sucedida e que tipo de sucesso exige a ideia de obra? (p. 348)

A obra de arte está intrinsecamente ligada à subjetividade de seu criador que, além do sentimento estético que sua criação perdura, também persistirá no observador, mesmo que não seja o sentimento que persiste na visão do criador (artista). Da mesma forma, a nossa vida é como se fosse uma obra de arte constantemente observada num contexto que implica a própria valorização de uma obra de arte.

As obras técnicas causam efeitos profundos na estrutura social do povo amazônico, pois suas obras, em muitos casos, são “mimesis” de artistas valorizados ou não pelas aplicações comerciais de seu estilo de vida, por meio da publicidade e a propaganda, o ideal da vida urbana, por meio de imagens técnicas, causando no espectador amazônico o ideal de sociedade urbanizada.

Dessa forma a obra de arte e sua reprodutibilidade técnica, pode representar um ideal perfeito, mas um ideal que não condiz com a realidade sociocultural amazônica, pois precisamos reeducar nossa percepção sobre as obras de arte na era da reprodutibilidade técnica.

O fato é que na sociedade de hoje é necessário um maior entendimento da obra de arte “imagens técnicas” e não apenas de como a arte era vista e admirada por sua áurea. O contexto histórico da Arte Moderna rompeu com a forma como a arte era feita na Europa, lutou pela liberdade de expressão e o fez transformando a forma como a arte podia ser feita e como as suas obras eram compreendidas.

Portanto, a obra de arte permite uma reorganização no contexto da arte e da questão intrínseca da estética com valores não estéticos (fruição e poética) da arte no ambiente envolvente, a arte tornou-se muito maior, a sua representatividade no mundo de hoje, porque a beleza da "arte pela arte" estava muito além da compreensão da beleza do observador, mas também uma compreensão do mundo ao nosso redor.

Contemplando a natureza, o artista emociona-se com a vida e tenta, por meio da arte, expressar suas manifestações. Em sua busca constante pela perfeição, o artista grego cria uma arte de elaboração intelectual na qual predomina o ritmo, o equilíbrio e a harmonia ideal. Tudo isso acarreta consequências fundamentais na história da arte que determinam a sobrevivência de muitos conceitos.

Conceitos pelos quais Platão julga a arte como “imitação, capaz de enganar, visto que a realidade sensível já é uma imitação do inteligível”. Nesse sentido, diz-se que a experiência artística se baseia em situações que têm uma verossimilhança, não com acontecimentos ou atos reais, mas também com aqueles que são possíveis de acontecer, ou seja, que estão no poder.

De forma indireta e direta a arte, por meio dos dispositivos técnicos, contribui com todas as sociedades. No entanto, essa contribuição vem aos poucos acabando com o legado cultural na Amazônia. Segundo (FLUSSER, 2019, p. 86) “São os inventores das imagens técnicas (e dos demais produtos revolucionários) que derrubam o sagrado”, civilizando os povos da Amazônia há uma revolução técnica.

A necessidade de acompanhar essa revolução técnica é primordial, mas precisamos estar alfabetizados visualmente com a inteligência visual aguçada de uma forma que nossa percepção não se limite somente à fome estética.

A fome estética se torna insaciável nessa sociedade informática, pois é uma fome que impossibilita um olhar mais crítico.

Segundo Candelero (2014) afirma:

A abordagem heideggeriana poderia ser apresentada desta forma ... O ser útil do instrumento consiste em sua utilidade, mas mesmo essa utilidade repousa em uma 'essência' mais primária: a segurança. Tal tese é encontrada em "A Origem da Obra de Arte" e, dentro deste livreto, em sua abordagem hermenêutica dos 'sapatos de camponês' de Van Gogh. Heidegger insiste que não é a ferramenta que oferece a chave para acessar e compreender a obra de arte, mas sim ocorre o contrário: é a obra que esclarece e detalha o modo de ser próprio da ferramenta - a obra de arte revela o ser das entidades - entre elas, as úteis, ou as úteis. (p. 02).

Os argumentos de Heidegger nos passa uma reflexão mais complexa sobre o conhecimento artístico, ou seja, nos faz refletir sobre como o conhecimento artístico vem

antes do científico, porém, para que isso aconteça é necessária uma observação mais atenta das coisas. Percepção e a própria inteligência visual.

Quando olhamos para uma cadeira, por exemplo, a maioria das pessoas a vê como algo utilitário de seu ambiente circundante, não imagine que por trás dessa cadeira o objeto anterior era um conceito na essência do pensamento de alguém que viu antes. Sua realização não é apenas a sua utilidade, mas antes um sentimento intrinsecamente coberto por uma conquista que se tornaria útil, mas útil que antes de ser útil para alguém se tornou útil em sua essência, na imagem mental que depois se tornaria algo concreto.

O ato de ver deve ser compreendido e percebido e a experiência por meio da arte é uma forma de compreender o que vemos e ter uma ideia melhor do mundo que nos rodeia. Segundo Dondis, (2007, p. 06) “a experiência visual humana é fundamental na aprendizagem para que possamos compreender o ambiente e reagir a ele; a informação visual é a mais antiga da história”. Para Herman, (2017, p. 33), “a arte nos oferece inúmeras oportunidades de analisar situações complexas, bem como as mais simples”.

O conhecimento artístico nos possibilita seres mais críticos diante das imagens técnicas, um ser mais reflexivo diante dos meios que são instituídos pela revolução técnica. Precisamos estar alfabetizados visualmente para que o processo civilizador não nos torne alienados de um sistema que busca meios de civilizar de acordo com seus ideais.

É muito importante estarmos atentos ao nosso meio circundante, porque nossos sentidos de alguma forma são atraídos por imagens simples, mas o processo para o qual essas sensações são despertadas é que contribui com o grau de complexidade. (TÜRCKE, 2010) afirma que:

(...) "Aquele que chama a atenção" é sinônimo de sensação, e sua percepção tout court ... O caso extremo da sensação começa a se aproximar da normalidade; que não atrai a atenção não é perceptível. E o sentimento se torna uma insanidade vital. É essencial rir de si mesmo e conseguir o que deseja sentir "lá" para ganhar a vida no sentido literal e figurado. (p. 77)

Na cronologia histórica, as formas das imagens de transferência de informação permaneceram um legado muito promissor onde o homem registrou seus maiores medos e desejos. Debray (1993, apud PORTANOVA, ANGELI, & FANTINEL, 2016) afirma:

Imagem era um ser vidente, sobrenatural, caracterizou o primeiro período histórico ocidental catalogado, desde a sistematização da escrita até a maior invenção de Gutenberg. A Igreja medieval deu prosseguimento às premissas da arte greco-romana da imagem fantasmagórica da divindade. Passando da iconologia à autonomia da arte, a imagem é deslocada do altar para o museu, transformando-se de objeto de culto para objeto de contemplação. O progresso da técnica inaugura, então, um terceiro momento de relação com as imagens: a partir da popularização da

transmissão televisiva em cores, nos anos 1960, chegamos à atual era do vídeo. (p. 214)

Em geral, a palavra coisa aqui nomeia tudo o que é simplesmente nada. Nesse sentido, a ciência também é uma coisa, na medida em que é em geral um determinado ser. No entanto, esse conceito de coisa não nos ajuda em nada, pelo menos imediatamente, em nosso propósito de delimitar o ser da coisa, tendo em vista o modo de ser da ciência.

O cognitivo é o que pertence ou está relacionado ao conhecimento. Este, por sua vez, é o acúmulo de informações que estão disponíveis graças a um processo de aprendizagem ou à experiência e percepções do mundo ao redor.

As percepções, a própria experiência, tem a necessidade de que as pessoas tenham a capacidade de contextualizar, ver e perceber o mundo ao seu redor, as interpretações são muitas e é claro que essas análises proporcionam o desenvolvimento da inteligência visual.

Para aprender é necessário entender e analisar a relação entre o futuro e o passado, também entenderemos todo o processo de aprendizagem, ou ser um biógrafo de sua história.

O conhecimento artístico na era da reprodutibilidade técnica é fundamental para que o processo civilizador na Amazônia não seja um processo de destruição dos bons costumes que fazem parte da identidade amazônica. A arte contribui massivamente com o processo civilizatório na Amazônia, pois é intenso o poder das imagens técnicas, nosso corpo é modelado conforme o consumo dessas imagens, mudando a concepção de muitos espectadores na Amazônia.

### **3. Considerações finais**

As criações artísticas com o auxílio das novas tecnologias surgem em meio de interdependência e que além de proporcionar entretenimento e lazer, também possibilita uma reflexão sobre o que se passa na atualidade, mas que tem a necessidade de um aguçamento da percepção visual perante as informações visuais.

Concluimos que aprender é uma mudança de comportamento, assimilação e informação com o sentido de aprender sem barreiras e limites importantes para a criatividade e disponibilidade de cada ser. O desenvolvimento de uma boa aprendizagem e integração dos aspectos: afetivos, físicos, emocionais, sociais e intelectuais do aprendiz, causando uma motivação interna e construtiva ou integral em todos os momentos. Para isso, o observador precisa de sensibilidade, vontade de compreendê-la e um certo conhecimento da história da arte, para que possa compreender o contexto em que a obra foi produzida e relacionar-se com o seu próprio contexto.

Além disso, a arte ou o conhecimento artístico faz parte de todo o processo, indo desde a criação do artista até a compreensão e apreciação do observador.

A arte como mecanismo de controle funciona por meio das imagens técnicas, pois elas adentram às mais remotas civilizações na Amazônia, a acesso a novas culturas adquirindo novos hábitos, ou seja, processo civilizador por meio das imagens técnicas, que podem ser percebidas principalmente por meio da televisão e dos celulares. Uma evolução no contexto amazônico. Estamos conectado ao mundo todo, mas precisamos estar alfabetizados visualmente, para que o processo civilizador não seja tão punitivo quanto o período medieval. Além disso, a arte como mecanismo de controle, é uma tendência das imagens técnicas, pois as produções são excitantes ao ponto causar uma cegueira visual tornando os espectadores imponentes diante das situações socioculturais.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BARRETT, T. (2014). *Crítica de arte: cómo entender lo contemporáneo*. Porto Alegre: AMGH.

BENJAMIN, W. **Estética e sociologia da arte**. 1ª. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2017.

BENJAMIN, W. **A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: L & PM, 2019.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **Construção Social da Realidade**. 24ª. ed. Petrópolis - Rj: Vozes, 2004.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CANDELERO, N. Arte y Ciencia. De la precisión en el hacer. **Ciencias Sociales y Humanidades**, Rosario, Novembro 2011.

CANDELERO, N. De las obras que hacen. El camino de la materia, a la conciencia. **III Jornadas “Imágenes de la urbe: flujos culturales y políticas cotidianas”**, Rosario, 05 Septiembre 2013. 01-16.

CANDELERO, N. Arte y Religión. La transformación ‘moderna’. **Ciencias Sociales y Humanidades**, Rosario, 2016.

DONDIS, D. A. **Sintaxe da Linguagem Visual**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. 4ª. ed. Lisboa: EDIÇÕES 70, 1970.

ELIAS, N. **Mozart, sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Portugal: Difel, 1922.

ELIAZ, N. **O processo Cilizador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v. Volume 1, 1987 - 1990.

FABRE, M. Fazer de sua vida uma obra. **Educação em revista**, p. 347-368, 2011.

FILHO, P. P. Reflexões sobre o Brasil e os desafios Pan-Amazônicos. **Revista brasileira de política internacional**, Brasília, v. 56, p. 94-111, Março 2013. ISSN 0034-7329.

GENTILETTI, M. G. **El pensamiento creador en la enseñanza**. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2017.

HERMAN, A. (2017). *Inteligencia Visual: Agudiza tu percepción, cambia tu vida*. Barcelona: Plataforma Editorial.

MATOS, G. C. G. D. Norbert Elias em debate: usos e possibilidades de pesquisa. **Norbert Elias para o pensamento social e a compreensão da gênese do processo civilizador ocidental na Amazônia/Amazonas**, Ponta Grossa, 2020. 480-508.

TÜRCKE, C. **Sociedade excitada**: filosofia da sensação. Campinas-sp: Editora da Unicamp, 2010.

VIEIRA, M. P. Arte, artista e processo civilizador – um leitura da formação das tradições estéticas no Ocidente a partir de Norbert Elias. **Paper Filosofia e Ciência**, Marília, v. 5, p. 1 - 15, Fevereiro 2003. Acesso em: 2021.

**Capítulo 4 - DOI:10.55232/10830012.4**

**UEM CIANORTE E A COMUNIDADE - ENGAJADAS  
PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

**Cristina do Carmo Lucio Berrehil El Kattel, Anelise Guadagnin Dalberto,  
Rodolfo Tsutomu Miyamoto e Isabelly Quintela Barbosa**

**RESUMO:** INTRODUÇÃO: Este projeto foi criado em 2019, visando o engajamento da universidade com a comunidade por meio das ações constituintes do tripé da universidade pública. Desde seu início, o meio de comunicação escolhido para divulgar tais ações foram as mídias digitais. Porém, com a readaptação mundial das relações humanas à interface digital após a Covid-19, a conexão à internet se transformou em rotina diária da maioria das pessoas. OBJETIVO: Este trabalho expõe os projetos desenvolvidos pelos quatro cursos do Campus Regional da UEM de Cianorte, com os resultados obtidos com a divulgação nas mídias digitais; apresenta as ações planejadas e executadas junto à comunidade; e, finalmente, discute os desdobramentos futuros frente ao novo cenário mundial pós-pandemia de Covid-19. METODOLOGIA: O procedimento metodológico consistiu em quatro etapas: levantamento de informações com os professores, técnicos e discentes dos quatro cursos lotados no Campus Regional da UEM de Cianorte; organização das informações obtidas; planejamento e desenvolvimento da arte e dos textos; postagem nas redes sociais e análise do engajamento midiático. RESULTADOS: Devido aos 36 anos de existência dos cursos de Contábeis e Pedagogia e 20 anos de Design e Moda, e grande quantitativo de projetos desenvolvidos, optou-se por fazer um recorte dos últimos 10 anos. Neste período, foram desenvolvidos 79 projetos docentes de ensino, pesquisa e extensão. Projetos discentes de iniciação científica ou tecnológica (PIBIC, PIBITI, PIBIC-AF-IS, PIBIS e PIC) foram 131. Só não foi possível quantificar projetos discentes PIBEX, mas é sabido que o número também é expressivo. Até o início da Pandemia de Covid-19, houve expressivo engajamento midiático pelo Facebook e Instagram, porém a rotina das pessoas mudou radicalmente a partir de meados de 2020. Com relação às ações planejadas em 2019, as maiores e mais expressivas foram executadas, dentre elas: exposições em espaços públicos; abertura de empresa júnior; aquisição de aporte financeiro para constituição de Fab Lab para a população; abertura de Mestrado Acadêmico em processo de abertura. DESDOBRAMENTOS FUTUROS: A partir de um determinado tempo imersos neste ambiente, a realidade virtual se tornou rotina diária das pessoas, bombardeadas agora de informações que antes ocorriam em menor frequência, como mensagens e demandas familiares, acadêmicas, profissionais e sociais. Portanto é necessário compreender as novas dinâmicas de consumo digital, nível de saturação, características de seletividade, atratividade e preterência das pessoas neste novo universo, muito mais midiático do que há 2 anos e meio. Em pouco tempo, houve grande mudança social global e não foi diferente em relação à internet. Outras plataformas se destacaram e precisam ser analisadas, pois podem revelar novos e potenciais caminhos. CONCLUSÃO: Assim como estamos repensando o modo de viver de antes, é momento de repensar também o modo midiático de se comunicar, entendendo-se por mídia toda e qualquer forma de difusão de informação capaz de transmitir mensagens ou se comunicar com as pessoas, o que inclui o rádio, o jornal, a revista, a televisão, o cinema, os meios eletrônicos e os meios telemáticos (telecomunicação x informática) de comunicação.

**Palavras-chave:** UEM Cianorte; transformação social; extensão transformadora.



## **INTRODUÇÃO**

Iniciamos este projeto utilizando a citação de Marcellus Caldas (UEM, 2019): “Não seremos uma grande universidade sem o apoio da nossa comunidade”. Mas como conseguir esse apoio? Deste questionamento nasceu este projeto de extensão intitulado ‘UEM na comunidade: ações transformadoras de engajamento do Campus Regional de Cianorte na sociedade’.

Uma das principais formas identificadas para iniciar este engajamento seria apresentar o que é realizado dentro da universidade à população que a circunda. Desse modo, também aqui, será primeiramente apresentado o levantamento de informações das atividades que compõem o tripé da Universidade Pública e que são desenvolvidas no Campus Regional de Cianorte, contemplando seus quatro cursos de graduação. Após exposição do levantamento realizado, serão apresentadas algumas das artes que foram desenvolvidas após análise e seleção de conteúdos e efetivamente divulgadas à comunidade, para então serem apresentados resultados de alcance midiático obtidos a partir do conteúdo publicado.

A principal estratégia de divulgação deste projeto foi o uso das mídias digitais, sobretudo Facebook<sup>1</sup> e Instagram<sup>2</sup>, meios de comunicação disseminados entre todas as idades, culturas, níveis educacionais e classes sociais, pelo menos até antes da Pandemia de Covid-19, que eram até então usados inclusive por órgãos oficiais, como Departamentos de Polícia em alguns países, conforme disposto na dissertação de mestrado de Diven (2018). Neste caso, a Polícia utiliza as redes sociais para orientar a população e até para obter informações que possam auxiliar na solução de problemas e a partir desta comunicação entre ambas as partes, o compartilhamento de informações se torna facilitada (DIVEN, 2018). Pesquisas apontaram que quando os policiais dedicaram tempo às postagens dos membros da comunidade, o público avaliou os policiais de forma mais positiva, de modo que Diven (2018) acredita que se os policiais dedicassem mais tempo para o envolvimento online com essas pessoas, haveria uma melhoria nas relações sociais, pois as pessoas se sentem ouvidas e importantes ao poder participar. Esta é uma experiência importante, que precisa ser analisada com bastante cautela sobre como resolver, pois em uma universidade pública, os recursos humanos

---

<sup>1</sup> [www.facebook.com/UEM.crc](http://www.facebook.com/UEM.crc)

<sup>2</sup> [www.instagram.com/UEMcianorte](http://www.instagram.com/UEMcianorte)

são muito capacitados, porém com restrição de tempo para disposição ao atendimento midiático.

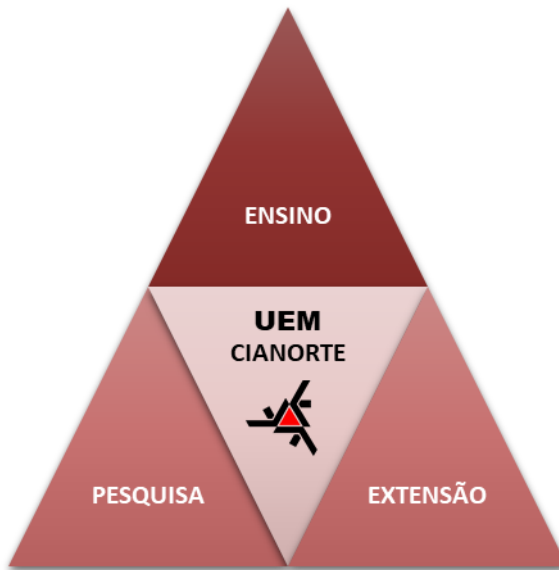
Há 8 anos, Santos e Santos (2014) afirmaram que a internet estava modificando a maneira como as pessoas se relacionavam, aprendiam e se comunicavam. Em 2022, sobretudo após a Pandemia de Covid-19, em que o mundo teve que se adaptar ao Ensino Remoto, ampliando sua comunicação virtual, e tendo inclusive que reaprender a se relacionar virtualmente, hoje é muito difícil encontrar alguém, mesmo das gerações com mais de 60 anos, desconectado das redes sociais e das mídias digitais, sendo muito fácil e rápida a disseminação de informações por este meio.

Para além da comunicação com a sociedade, apresentando o que já é realizado por meio das mídias digitais, é fundamental que novas iniciativas, e que realmente sejam voltados à necessidade regional, sejam implantadas. A partir deste projeto, e das inúmeras discussões coletivas entre professores, discentes e técnicos, surgiram muitas ideias que efetivamente se transformaram em importantes ações e até em programas, criados para aumentar, e com qualidade, o engajamento pretendido.

### **Objetivo deste estudo**

Este projeto nascido antes da Pandemia de Covid-19, visa o engajamento com a comunidade por meio das ações constituintes do tripé da universidade pública:

**Gráfico 1. Tripé da Universidade Pública**



**Fonte própria.**

E desde seu início, o meio de comunicação escolhido para divulgar tais ações foram as mídias digitais, por sua expansão contínua e global. Porém, com a readaptação mundial das relações humanas à interface digital após a Covid-19, tendo se tornado a única forma de convivência entre a maioria das pessoas por longos períodos de tempo, mesmo com medidas de contenção da doença menos restritivas em 2022, a conexão à internet já se transformou em rotina diária da maioria das pessoas.

Desse modo, agora mais do que antes, é preciso manter esta comunicação midiática, porém como praticamente todos estão conectados, é necessário esforço muito maior no planejamento e preparo das artes e nos cuidados quanto às formas, horários e meios de divulgação, para que sejam efetivamente alcançadas as pessoas e se obtenham os resultados esperados.

Desse modo, os objetivos deste estudo são quatro:

**Gráfico 2. Quatro objetivos deste estudo**



**Fonte própria.**

O primeiro deles é apresentar as ações desenvolvidas pelos docentes, discentes e técnicos do Campus Regional da UEM em Cianorte-PR, de modo a demonstrar a dimensão das atividades que compõem o tripé da universidade, seguido dos resultados que tem sido obtidos quanto ao engajamento almejado da comunidade com nosso campus regional. O terceiro objetivo é apresentar as ações pensadas e efetivamente executadas após as discussões promovidas por este projeto, que culminaram em projetos e em programas. Finalmente, o quarto objetivo, é apresentar uma discussão sobre as possibilidades futuras para melhoria do engajamento com as pessoas da cidade e região circundante.

## **A UNIVERSIDADE PÚBLICA E A EXTENSÃO**

Foram encontrados alguns projetos que visam integração da Universidade Pública com a Comunidade, como este próprio estudo sendo apresentado, e também o Projeto de Extensão da Unesp de Franca/SP, intitulado “Universidade na Comunidade” (LIMA et al., 2015). Esse último propõe atividades socioeducativas aos alunos do último ano do Ensino Médio de uma Escola Pública da cidade, levando informações a

estes alunos, de certa forma preparando-os e atraindo-os para os cursos oferecidos no campus da Unesp de Franca.

Braga (2021), de modo mais reflexivo, faz uma análise muito importante do papel da universidade pública na comunidade. Defende que “o trabalho de extensionista é de retribuir à sociedade aquilo que lhe falta”. A autora nos recorda que uma instituição pública é um **espaço coletivo** mantido por **recursos financeiros oriundos da população**, com autonomia garantida pela nossa Constituição, de modo que temos a obrigação, por meio da base indissociável ENSINO + PESQUISA + EXTENSÃO, de preparar, motivar e valorizar os indivíduos desta população. Ainda segundo a autora, a universidade pública é um lugar de conhecimento, de pensamento crítico, capaz de formar cidadãos para transformar a realidade e modificar as condições de vida das pessoas e reduzir conflitos sociais.

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (BRASIL, 1988)

É importante considerar que a comunidade universitária tem acesso a conhecimento científico, ao passo que a sociedade é formada por conhecimento empírico, tradicional, religioso e místico, e nenhum conhecimento é superior ao outro (BRAGA, 2021). Como afirma Paulo Freire (1983), nas “relações com o mundo, através de sua ação sobre ele, o homem se encontra marcado pelos resultados de sua própria ação”.

Os conhecimentos acadêmicos e os populares são complementares, de modo que seu engajamento é fundamental para o aprofundamento da tomada de consciência da realidade.

Isto demanda um esforço [...] de conscientização que, bem realizado, permite aos indivíduos se apropriarem criticamente da posição que ocupam com os demais no mundo. Esta apropriação crítica os impulsiona a assumir o verdadeiro papel que lhes cabe como homens. O de serem sujeitos da transformação do mundo, com a qual se humanizam. (FREIRE, 1983)

Este é nosso papel enquanto servidores da universidade pública, gratuita, de qualidade, mantida pela população. Não podemos ficar inertes em tarefas básicas ou só do ensino, ou só da pesquisa, ou só da extensão; precisamos urgentemente promover a integração, a comunicação e a troca real destes conhecimentos, da comunidade interna para a externa e da externa para a interna, para nossa própria evolução enquanto sociedade.

## **METODOLOGIA DO ESTUDO**

Como todo projeto e estudo, é fundamental que haja planejamento, e neste caso envolve vários fatores. O procedimento metodológico consistiu em quatro etapas, e cada uma delas demandava planejamento diferente.

Na primeira fase, era preciso determinar inicialmente que tipo de levantamento de informações seria realizado em cada período, pois em um campus de universidade pública com quatro cursos distintos, são desenvolvidas muitas atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e inovação, e à extensão. Primeiramente definiu-se quais informações seriam coletadas e optou-se pelos projetos docentes, discentes e técnicos, com destaque para projetos de atendimento direto e constante à população. Foram utilizadas então basicamente 3 formas de obter as informações necessárias: primeiramente por meio da intranet da UEM, conhecido como Sistema de Gestão de Projetos – SGP; em seguida, pelos e-mails institucionais dos docentes, técnicos, discentes e demais unidades da universidade que pudessem fornecer dados; finalmente, por abordagens presenciais a coordenadores e participantes de projetos.

Obtidas as informações, fotos, gráficos, imagens e documentos com professores, discentes e técnicos, a segunda fase, organização dos dados, requeria o planejamento sobretudo do que seria mais relevante e impactante divulgar à sociedade regional, que realmente seria de interesse comunitário, considerando que o objetivo do projeto é aproximar o campus regional com a cidade e entorno.

**Gráfico 3. Etapas metodológicas do projeto**



**Fonte própria.**

A terceira fase, desenvolvimento da arte e textos, demandava o planejamento e adequação da linguagem, pois muitas das vezes as informações obtidas eram científicas ou com linguagem muito técnica para divulgação social, e era necessário pensar em artes adequadas a cada tipo de conteúdo, sobretudo considerando que com tanto conteúdo sendo disponibilizado na rede mundial a cada segundo, é preciso que a publicação seja relevante e interessante ao seu público alvo. Além da linguagem escrita acessível e inteligível, a linguagem visual também demandou estudos aprofundados e planejamento, pois além de necessitar ser atrativa ao público alvo, deveria ser condizente com a identidade da UEM e do próprio campus regional.

Na quarta fase, o planejamento da postagem nas redes sociais era relacionado ao horário de maior alcance ou maior impacto ao público consumidor das mídias utilizadas, majoritariamente Facebook e Instagram. Após as postagens, foi possível analisar o engajamento midiático com a comunidade de acordo com o conteúdo

publicado, demonstrando os principais interesses e possíveis formas de incentivar a participação das pessoas nas atividades acadêmicas extensionistas.

## **ATIVIDADES DO CAMPUS REGIONAL DE CIANORTE**

Conforme descrito na metodologia, constantemente eram solicitadas informações sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas principalmente por professores do campus regional da UEM de Cianorte, mas também por discentes por eles orientados e também por técnicos.

Periodicamente, eram enviadas mensagens aos e-mails institucionais de todos os docentes dos quatro cursos deste campus, solicitando informações sobre seus projetos, como: resumo, participantes, financiamentos, publicações, desdobramentos, fotos, gráficos. Essa sempre foi, no entanto, a etapa mais difícil, devido à baixa adesão dos interpelados, tanto professores, quanto discentes. Na maioria das vezes, enviávamos os e-mails e não obtínhamos respostas.

A maioria das informações foi obtida por meio da intranet da UEM, porém para dados complementares, publicações e principalmente fotos, documentos e desdobramentos, era fundamental que o coordenador ou discente informasse. Por vezes, eram enviados inúmeros e-mails e geralmente o resultado efetivo acontecia por meio de contato pessoal direto ou por meio de aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones.

Neste capítulo, serão apresentados os projetos desenvolvidos, separados em dois subcapítulos: projetos docentes e técnico seguidos dos projetos discentes.

### **Projetos coordenados por docentes e técnico da UEM Cianorte**

Quanto aos projetos coordenados por docentes do Campus Regional de Cianorte, a tabela a seguir apresenta todos os trabalhos desenvolvidos nos últimos 10 anos, cujos dados apresentados foram obtidos via intranet da UEM. Foi definido este curto período devido ao volume de projetos, pois os cursos de Design e de Moda possuem 20 anos e os de Pedagogia e Contábeis, 36 anos. Ainda que muitos projetos tenham sido



encerrados há alguns anos, utilizávamos seus dados de modo histórico, então é importante que constem da lista.

Os projetos estão organizados por curso, com algumas artes desenvolvidas a partir das informações complementares enviadas pelos coordenadores, e que serão apresentadas na sequência de cada tabela.

**Quadro 1. Projetos de Pesquisa Docente 2012 a 2022 :. CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

<b>Docente</b>	<b>Projeto</b>	<b>Vigência</b>
Valter da Silva Faia	Determinantes e Consequentes das Práticas Contábeis-Gerenciais no Processo de Gestão Organizacional	15/05/2020 a 14/05/2023
Evelini Lauri Morri	Sinergia Entre Finanças e Marketing: Efeitos Diretos e Indiretos de Investimentos Em Marketing no Preço das Ações	02/04/2019 a 01/04/2022
Valter da Silva Faia	Determinantes do Desempenho nas Atividades de Vendas - Investigação Empírica Em Funcionários da Linha de Frente	11/04/2017 a 10/04/2020
Angelo Alves da Silva	Projeto de Pesquisa: Investigação, Análise e Descrição da Influência do Advento da Lei de Responsabilidade Fiscal no Nível de Investimentos e nas Funções de Governo Educação e Saúde e o Reflexo no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Dos Municípios das Regiões Nordeste e Sudeste do Brasil.	23/09/2014 a 22/09/2017

4 Projetos de Pesquisa.

**Figura 1. Artes desenvolvidas e postadas no Facebook**



Fonte própria.

**Quadro 2. Projetos de Extensão Docente 2012 a 2022 :. CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

<b>Docente</b>	<b>Projeto</b>	<b>Vigência</b>
Angelo Alves da Silva	Cidadania Para O Futuro: Um Enfoque Em Gestão Pública	08/05/2018 a 07/05/2022

Valter da Silva Faia	Empresa Júnior de Consultoria Contábil da UEM/CRC	03/06/2017 a 02/06/2022
----------------------	---	----------------------------

**2 Projetos de Extensão.**

**Figura 2. Artes desenvolvidas e postadas no Facebook**



Fonte própria.

**Quadro 3. Projetos de Pesquisa Docente 2012 a 2022 :. DESIGN (Produto)**

Docente	Projeto	Vigência
Fabiano Burgo	O Valor no processo de projeto	24/07/2022 a 23/07/2024
Claudia Cirineo Ferreira Monteiro	Desenvolvimento e caracterização de biocompostos e produtos a base de resíduos industriais	27/04/2022 a 20/05/2027
Cristina do C. Lucio Berrehil El Kattel	DCT&I Fab Lab Design - Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação de Produtos e Processos na UEM Cianorte	01/04/2022 a 31/03/2027
Dioclecio Moreira Camelo	Fronteiras do Design	09/09/2021 a 29/10/2026
Anelise Guadagnin Dalberto	Design, Livros e seus significados	15/04/2021 a 14/12/2022
Bruno Montanari Razza	Usabilidade e experiência do usuário em design de produto: base teórico-metodológica e aplicações	01/09/2020 a 31/08/2024
Anelise Guadagnin Dalberto	Ferramentas de design na gestão empresarial	16/11/2019 a 14/11/2021
Anelise Guadagnin Dalberto	Design e mobiliário litúrgico II	30/05/2019 a 31/01/2022
Cristina do C. Lucio Berrehil El Kattel	O Design focado no usuário para o desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica <i>Financiado pela Empresa BOSCH em parceria com a Fundação Araucária – FAPPR</i>	02/07/2018 a 25/02/2021
Cristina do C. Lucio Berrehil El Kattel	O bambu como matéria-prima sustentável no design de produtos	03/05/2018 a 02/05/2022
Dioclecio Moreira Camelo	Design de e-textéis: potencialidades para o ensino de têxteis inteligentes integrados ao design	14/12/2017 a 17/12/2021
Claudia Cirineo Ferreira Monteiro	Desenvolvimento e caracterização de biopolímeros produzidos com o emprego de resíduos industriais para o desenvolvimento de novos produtos	27/04/2017 a 26/04/2022
Anelise Guadagnin	Design e mobiliário litúrgico	19/05/2016 a

Dalberto		18/05/2019
Marcelo dos Santos Forcato	Design e materiais: do resíduo da borracha sintética de calçados ao design de produtos	01/04/2016 a 31/10/2016
Cristina do C. Lucio Berrehil El Kattel	Design de joias	01/04/2016 a 31/03/2021
Dioclecio Moreira Camelo	Criatividade e sustentabilidade: estudo sobre a influência da informação ambiental no processo criativo e na geração de soluções sustentáveis	25/09/2014 a 24/09/2017
Anelise Guadagnin Dalberto	Desenvolvimento de parâmetros para auxílio em atividades de criação de mobiliário litúrgico para Igreja Católica Romana	01/04/2014 a 31/03/2016
Claudia Cirineo Ferreira Monteiro	Desenvolvimento de materiais e produtos utilizando resíduos agroindustriais	01/04/2013 a 31/03/2017
Ricardo Tiradentes Barbosa	Lead - Learning Experiences For Approaching Design (experiências de aprendizagem para se aproximar do design)	03/04/2014 a 15/12/2017
Cristina do C. Lucio Berrehil El Kattel	Fundação araucária - avaliação de usabilidade de embalagens de medicamentos por idosos <i>Financiado pela Fundação Araucária – FAPPR</i>	02/07/2012 a 31/07/2016
Fabiano Burgo	Sistema de controle e acompanhamento de bens patrimoniais com foco no método APPCC	25/06/2012 a 24/06/2015

**20 Projeto de Pesquisa.**

**Figura 3. Artes desenvolvidas e postadas no Facebook**



Fonte própria.

**Quadro 4. Projetos de Extensão Docente 2012 a 2022 :. DESIGN (Produto)**

Docente	Projeto	Vigência
Fabiano Burgo	Revista Design & Moda UEM	04/11/2021 a 03/11/2023
Anelise Guadagnin Dalberto	UEM, Artesanato e extensão	17/07/2021 a 16/07/2023
Ricardo Tiradentes Barbosa	DesignAÇÃO!	01/06/2021 a 22/02/2022
Cristina do C. Lucio Berrehil El Kattel	Fab Lab Design UEM <i>Financiado pela Fundação Araucária – FAPPR</i>	08/03/2021 a 07/03/2023
Anelise Guadagnin Dalberto	SKETCHERS UEM Cianorte	14/08/2020 a 13/08/2022
Anelise Guadagnin Dalberto	Design e ações em período de pandemia	18/06/2020 a 17/06/2021

Anelise Guadagnin Dalberto	Ações de combate às epidemias em Cianorte PR	06/05/2020 a 05/05/2021
Fabiano Burgo	Empresa Junior de Design	02/01/2020 a 01/01/2023
Dioclecio Moreira Camelo	Comunica CPA - Projeto do site e redes sociais da Comissão Permanente de Avaliação	11/09/2019 a 31/08/2021
Anelise Guadagnin Dalberto	UEM na Comunidade: ações transformadoras de engajamento do Campus Regional de Cianorte na sociedade	15/08/2019 a 14/08/2022
Fabiano Burgo	Syllabus UEM	26/05/2019 a 25/05/2022
Bruno Montanari Razza	Design e arte na valorização da cultura indígena Kaingang do Paraná <i>Financiado pela Fundação Araucária – FAPPR</i>	01/11/2018 a 31/10/2019
Claudia Cirineo Ferreira Monteiro	Aplicação de técnicas de desenvolvimento de produtos utilizando o reaproveitamento de materiais descartados <i>Financiado pela Fundação Araucária – FAPPR</i>	11/10/2018 a 19/01/2021
Fabiano Burgo	Projeto gráfico do Informativo #NOSSAUEM	20/11/2017 a 19/05/2019
Bruno Montanari Razza	Capacitação de jovens aprendizes para o desenvolvimento de produtos de joalheria e acessórios <i>Financiado pela Fundação Araucária – FAPPR</i>	12/04/2017 a 11/04/2018
Dioclecio Moreira Camelo	Rádio UEM design - promoção do curso de design através da UEM-FM	03/08/2015 a 03/02/2017
Anelise Guadagnin Dalberto	Edifício e mobiliário para espaço litúrgico	01/03/2013 a 31/07/2016
Fabio Luiz Grassi	Construção, implantação e manutenção do site do curso de Design da UEM	12/01/2009 a 31/10/2022

**17 Projetos de Extensão. \* Acima de 10 anos, porém ainda em andamento.**

**Figura 4. Artes desenvolvidas e postadas no Facebook**



Fonte própria.

**Quadro 5. Projetos de Pesquisa Docente 2012 a 2022 :. MODA**

Docente	Projeto	Vigência
Silvia Mara B. Damasceno Barcelos	Laboratório de Estudos em Moda e Sustentabilidade (LEMODUS)	15/09/2021 a 22/10/2025
Maristela Gomes de Camargo	Análise dos quesitos de proteção e conforto térmico do uniforme dos Bombeiros Militares do Mato Grosso na interação	03/03/2021 a 02/03/2022

	vestuário/corpo	
Eliane Pinheiro	Estudos de sustentabilidade e criação de valor: interações diversas no design de moda	07/09/2020 a 19/08/2021
Eliane Pinheiro	Avanços e barreiras para a implementação da circularidade na indústria da moda	25/06/2020 a 24/06/2021
Marcio José Silva	A Produção de Conhecimento no Sistema Home Office: oportunidades e desafios para as mulheres	21/05/2020 a 20/05/2021
Ronaldo Salvador Vasques	Grupo de pesquisa em moda, história e têxtil (GEMOTEX).	04/01/2019 a 03/01/2023
Maristela Gomes de Camargo	Avaliação do desconforto proporcionado pelo vestuário na interação usuário/atividade/ambiente	20/11/2018 a 18/11/2020
Marcio José Silva	Gestão do conhecimento e inovação no contexto do vestuário	01/02/2018 a 30/01/2023
Cristiane Nunes Santos	Questões histórico-sociais refletidas por meio da moda no evento São Paulo Fashion Week	14/12/2017 a 13/12/2018
Cristiane Nunes Santos	A estruturação da cadeia produtiva do fio da seda para fins têxteis e de confecção ao se considerar as certificações voltadas ao slow fashion	27/04/2017 a 26/04/2019
Marcio José Silva	Análise do perfil do comprador das indústrias do vestuário e a relação com a sobra de matéria-prima	14/04/2016 a 13/04/2018
Maristela Gomes de Camargo	A pesquisa no trabalho de conclusão de graduação em moda	03/12/2015 a 02/12/2016
Maristela Gomes de Camargo	Análise dos problemas ergonômicos existentes na interface produto de vestuário/usuário	23/07/2015 a 21/07/2018
Silvia Mara B. Damasceno Barcelos	Modelo de desenvolvimento integrado de sustentabilidade: análise do ciclo de vida da seda no sistema de valor da moda	22/04/2015 a 01/10/2016
Marcio José Silva	Análise dos procedimentos de planejamento e aquisição de matéria prima nas indústrias de confecção	05/03/2015 a 04/03/2016
Eliane Pinheiro	Sustentabilidade e logística reversa: uma abordagem para o setor do vestuário	19/03/2015 a 18/03/2017
Cristiane Nunes Santos	Avaliação da aplicabilidade da etiqueta de composição para conservação da qualidade do produto de moda-vestuário	12/04/2014 a 11/04/2017
Maristela Gomes de Camargo	Análise e reflexão dos procedimentos metodológicos utilizados na disciplina de criação do curso de moda	02/12/2012 a 01/12/2014

**18 Projetos de Pesquisa.**

**Figura 5. Artes desenvolvidas e postadas no Facebook**



Fonte própria.

**Quadro 6. Projetos de Extensão Docente 2012 a 2022 :. MODA**

Docente	Projeto	Vigência
Eliane Pinheiro	Mídias sociais: compartilhamento e criação de conteúdo de moda	29/03/2021 a 28/03/2023
Cristiane Nunes Santos	Nupecon- Núcleo De Estudos E Pesquisas Em Produção E Consumo Consciente De Moda	16/04/2020 a 31/05/2021
Silvia Mara B. Damasceno Barcelos	Desenvolvimento e produção de vestuário sleepwear para idosas do recanto do velhinhos de Cianorte - PR	10/08/2012 a 18/07/2015
Fabrcício de Souza Fortunato	Tecidoteca	31/03/2009 a 06/04/2023*

**4 Projetos de Extensão. \* Acima de 10 anos, porém em andamento.**

**Figura 6. Artes desenvolvidas e postadas no Facebook**



Fonte própria.

**Quadro 7. Projeto de Extensão Técnico 2012 a 2022 :. DDM**

Técnico	Projeto	Vigência
Anderson da Silva Theodoro	Produto para Leitura Itinerante	20/03/2018 a 19/03/2019

**1 Projeto de Extensão.**

**Quadro 8. Projeto de Ensino Docente 2012 a 2022 :. PEDAGOGIA**

Docente	Projeto	Vigência
Darlene N. Bogatschov	A prática pedagógica no curso Formação de Docentes no Ensino Médio - Modalidade Nomal	19/10/2015 a 22/02/2016
Jose Aparecido Celorio	Laboratório de Educação e Complexidade (LAECO)*	01/03/2011 a 31/03/2023

**2 Projetos de Ensino. \* Acima de 10 anos, porém ainda em andamento.**

**Quadro 9. Projetos de Pesquisa Docente 2012 a 2022 :. PEDAGOGIA**

Docente	Projeto	Vigência
Marli Delmônico de Araújo Futata	Alma Mater E O Projeto Incompleto: Fotografia Documental Da Universidade Estadual De Maringá	04/09/2022 a 04/08/2023

Marli Delmônico de Araújo Futata	Levantamento E Digitalização De Fontes Para A História E A Memória Da Educação No Contexto Paranaense: Em Foco Os Municípios De Cianorte E Nova Esperança	04/01/2020 a 15/12/2022
Darlene N. Bogatschov	O jogo de papéis como atividade guia da criança pré-escolar: reflexões a respeito da ação mediadora do professor na brinquedoteca.	13/09/2019 a 12/09/2022
Marli Delmônico de Araújo Futata	Levantamento E Catalogação De Fontes Para A História E Memória Do Ensino Superior No Município De Cianorte	24/07/2018 a 23/07/2021
Darlene N. Bogatschov	O Conselho Escolar Na Efetivação Da Gestão Democrática: Reflexões A Respeito Do Programa De Fortalecimento Dos Conselhos Escolares No Município De Cianorte-PR.	31/08/2016 a 30/08/2018
Gislaine Aparecida Valadares de Godoy	As Representações Do Feminino No Período Compreendido Entre Os Séculos XVII Ao XIX Pela Ótica Das Imagens Fílmicas	29/06/2016 a 09/02/2088
Alessandro S. da Rocha	As Instituições Escolares De Cianorte-PR Em Meados Dos Anos De 1950: Em Busca Da História Para Fazer A Memória	18/07/2015 a 17/07/2016
Gislaine Aparecida Valadares de Godoy	As Representações Ocidentais Do Feminino No Mundo Medieval Do Século XIII: Uma Análise Crítica Da Historiografia Das Mulheres	16/04/2015 a 15/04/2016
Marli Delmônico de Araújo Futata	Levantamento E Catalogação De Fontes Para A História E Memória Das Instituições Escolares Do Município De Cianorte	25/04/2012 a 24/04/2015

**9 Projetos de Pesquisa.**

**Figura 7. Artes desenvolvidas e postadas no Facebook**



Fonte própria.

**Quadro 10. Projetos de Extensão Docente 2012 a 2022 .: PEDAGOGIA**

Docente	Projeto	Vigência
Jose Aparecido Celorio	Educação e Comunicação não-violenta: tecendo redes de convivialidade e solidariedade na escola	01/06/2021 a 31/05/2023
Fernando Wolff Mendonça	Brinquedoteca *	01/04/2012 a 17/04/2023

**2 Projetos de Extensão. \* Docente lotado em Maringá, mas projeto desenvolvido em Cianorte.**

**Figura 8. Artes desenvolvidas e postadas no Facebook**



Fonte própria.

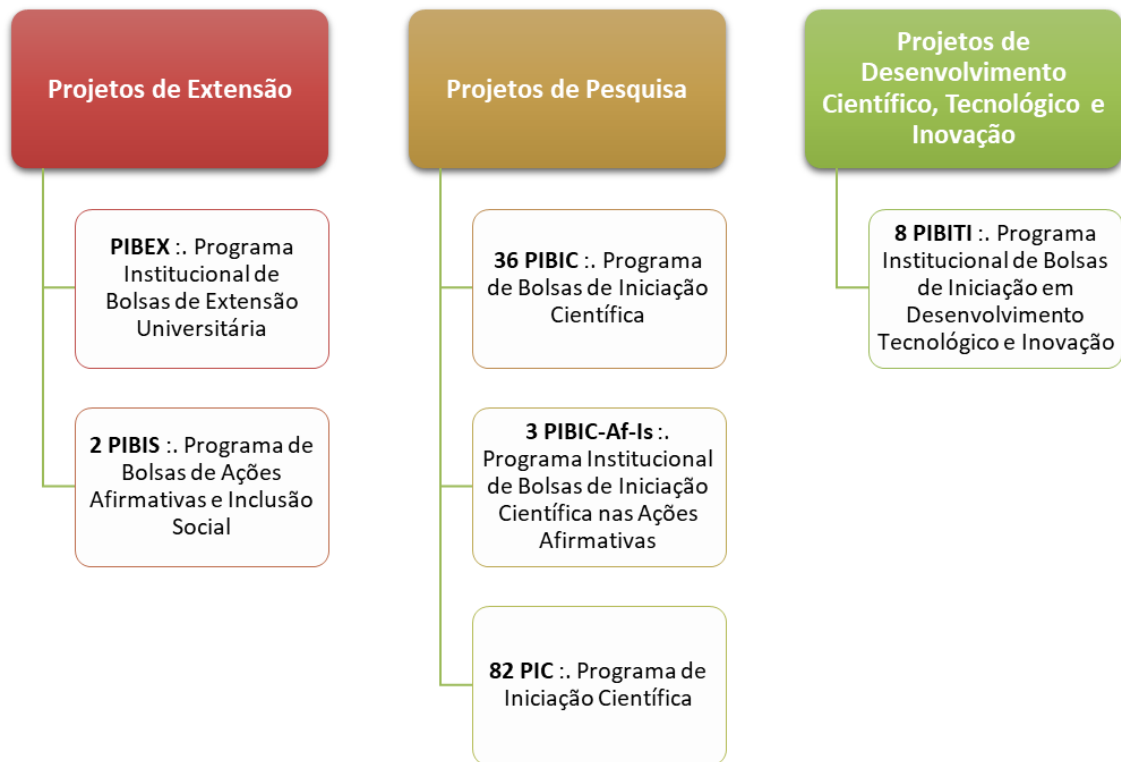
Além dessa grande quantidade de projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos por docentes e técnico dos quatro cursos, foram desenvolvidos muitos cursos e eventos também, dos quais alguns foram divulgados à comunidade, mas não serão apresentados neste estudo também devido ao elevado quantitativo.

### **Projetos desenvolvidos por discentes da UEM Cianorte**

Arelados a projetos de extensão ou de pesquisa dos docentes dos quatro cursos, ou ainda em temas livres, mas sempre orientados por docentes do cursos, são desenvolvidos inúmeros projetos discentes (de iniciação científica, tecnológica ou de extensão) no campus regional de Cianorte. Inicialmente, foi realizada consulta na Intranet da UEM (quadro a seguir), e então contatados os discentes que desenvolviam os projetos para que fornecessem demais dados, fotos, gráficos e documentos.



**Quadro 11. Quantitativo de Projetos de Iniciação Científica e de Extensão**



Fonte própria.

Não foi possível quantificar os projetos PIBEX, pois não estão disponíveis na Intranet da UEM, demandando que seja realizado levantamento junto a cada docente que coordena projeto de extensão, mas como disposto acima, nem todos os docentes responderam às solicitações.

Os projetos encontrados (com exceção dos PIBEX) serão também dispostos em tabelas, organizadas por tipo de projeto discente, com exemplos de artes apresentadas ao final de cada tabela daqueles cujos dados complementares foram obtidos.

Com relação aos projetos PIBITI, primeiros a serem apresentados, é possível notar que somente o curso de Design tem discentes e orientadores envolvidos. Isso se deve à natureza do projeto, que é de tecnologia e inovação. Entretanto, o curso de Moda também possui grande potencial para desenvolvimento futuro de projetos nesta área.

**Quadro 12. Projetos PIBITI :. Design**

<b>Curso e Ano</b>	<b>Discente e Orientador</b>	<b>Projeto</b>
Design 2022	Adriana Mayumi Assakawa Cristina C. L. B. El Kattel	Desenvolvimento de Mobiliário Baixo Custo em Open Source para Fresadora CNC Router e Corte a Laser CO2
Design 2021	Gabriela Maria de Oliveira Bruno Montanari Razza	Desenvolvimento de catálogo técnico com parâmetros ergonômicos para a confecção de joias
Design 2021	Lucas Freitas Cristina C. L. B. El Kattel	Testes de secagem de bambu para definição de método adequado ao desenvolvimento de produtos
Design 2020	Lucas Freitas Cristina C. L. B. El Kattel	Tratamento de bambu por imersão com químicos sustentáveis para obtenção de matéria-prima para o desenvolvimento de produtos
Design 2019	Alexandre Korczovei Lemes Bruno Montanari Razza	Utilização de elementos simbólicos e culturais ucranianos na confecção de joalheira agênero
Design 2019	Lucas Freitas Cristina C. L. B. El Kattel	Análise de durabilidade de amostras quimicamente tratadas de bambu: ensaios para o desenvolvimento de produtos sustentáveis
Design 2018	Júlia Alberti Ginde Cristina C. L. B. El Kattel	Proposta de Aprimoramento Tecnológico com Redução de Custos para Beneficiamento de Pedras e Gemas
Design 2014	Roberta Andries Cristina C. L. B. El Kattel	Proposta de frasco de medicamento com inovação tecnológica no controle de dispensação de comprimidos ou cápsulas

**8 Bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.**

**Figura 9. Arte sobre Projeto PIBITI de Design**



Fonte própria.

**Quadro 13. Projetos PIBIC :. Ciências Contábeis**

Curso e Ano	Discente e Orientador	Projeto
Contábeis 2022	Eduardo Granado Bronzetti Valter da Silva Faia	Arranjos de controle gerencial e o ciclo de vida em Startups
Contábeis 2021	Rosicleia Maria S. Martins Evelini Lauri Morri	Relação entre aspectos operacionais, econômicos e financeiros das empresas e a participação no ranking das marcas brasileiras mais valiosas
Contábeis 2020	Vitor Henrique Kobayashi Valter da Silva Faia	Práticas da contabilidade gerencial nas pequenas empresas e a relação com as medidas de desempenho e sobrevivência

**3 Bolsas do Programa de Bolsas de Iniciação Científica.**

**Figura 10. Artes sobre Projetos PIBIC de Ciências Contábeis**



Fonte própria.

**Quadro 14. Projetos PIBIC :. Design**

Ano	Discente e Orientador	Projeto
2022	Daniela Carla P. da Silva Cristina C. L. B. El Kattel	O Design Educacional Aplicado Na Prática Da Sala De Aula
2022	Danyelee Arissa Nakamura Claudia C. F. Monteiro	Biocompósitos A Base De Resíduos Industriais
2022	Marco Antonio Sant Ana Dioclecio Moreira Camelo	Intervenção Da Ergonomia E Do Design No Trabalho De Triagem De Materiais Recicláveis
2022	Cecilia Ramirez Leoncini Dioclecio Moreira Camelo	Design E O Método Montessori: Contribuições Do Design Para O Ensino
2021	Daniela Carla P. da Silva Cristina C. L. B. El Kattel	Estudo De Métodos, Técnicas E Recursos Do Design Educacional Sob A Ótica Da Experiência Do Usuário
2021	Danyelee Arissa Nakamura Claudia C. F. Monteiro	Desenvolvimento E Caracterização De Materiais A Base De Resíduos Industriais
2020	Ana Beatriz A. Barbosa Cristina C. L. B. El Kattel	O Design De Joias Sustentáveis Como Alternativa Para Geração De Renda De Mulheres Em Situação De Vulnerabilidade Social
2020	Gabriel Sarache Claudia C. F. Monteiro	Desenvolvimento E Caracterização De Biomateriais A Base De Resíduos Da Indústria Cervejeira
2019	Ana Clara R. Romanello Bruno Montanari Razza	O Papel Das Joias Na Representatividade De Gênero

2019	Leticia Freitas Policeno Cristina C. L. B. El Kattel	Espécies De Bambu Da Região Do Arenito Caiuá: Catalogação Para O Desenvolvimento De Produtos
2019	Leonardo Miguel Guzzoni Dioclecio Moreira Camelo	Caracterização Das Possibilidades Para Introduzir O Ensino De E-Textiles Na Formação Dos Novos Designers
2018	Andressa Eduarda Sorian Cristina C. L. B. El Kattel	Análise Dos Aspectos Simbólicos Presentes Na Joalheria Egípcia Decorrentes Do Reinado De Akhenaton
2018	Bianca Cataneo Malavazi Claudia C. F. Monteiro	Desenvolvimento De Produtos Com O Emprego De Resíduo Da Indústria Cervejeira E Resina Vegetal
2018	Polyanna Astrath Costa Dioclecio Moreira Camelo	Produtos Têxteis Inteligentes: Identificação Dos Métodos De Ensino
2016	Bruno Montanari Razza	Metais Nobres, Gemas E Materiais Alternativos Na Área De Joalheria
2016	Gabriel Dalzotto Bruno Montanari Razza	Desenvolvimento De Diretrizes Para Projeto De Joalheria Genderless
2016	Andressa Eduarda Sorian Cristina C. L. B. El Kattel	Estudo Dos Aspectos Culturais E Simbólicos Da Joalheria Inca
2015	Bruno Montanari Razza	Análise De Mobiliário Litúrgico Na Cidade De Cianorte – PR – Segunda Fase
2015	Dioclecio Moreira Camelo	Informação Ambiental E A Influência Na Criatividade: Desenvolvimento De Um Protocolo Piloto Que Auxiliem Especialista Na Avaliação De Produtos Na Fase De Design Conceitual
2015	Dioclecio Moreira Camelo	Sustentabilidade De Novos Produtos: Desenvolvimento De Um Protocolo Para A Observação De Grupos De Designers Na Geração De Ideias Sustentáveis E Criativas
2014	Cristina C. L. B. El Kattel	Análise Da Interface De Uso De Embalagens Para Medicamentos Líquidos E Soluções
2014	Bruno Montanari Razza	Análise De Mobiliário Litúrgico Na Cidade De Cianorte – PR
2014	Claudia C. F. Monteiro	Desenvolvimento De Brinquedo Utilizando Biopolímero Produzido Com Resíduos Agroindustriais.

**23 Bolsas do Programa de Bolsas de Iniciação Científica.**

**Figura 11. Arte sobre Projeto PIBIC de Design**



Fonte própria.

**Quadro 15. Projetos PIBIC :. Moda**

Ano	Discente e Orientador	Projeto
-----	-----------------------	---------

2022	Nathalia dos Anjos Leme Ronaldo Salvador Vasques	Investigação teórica/prática da eficácia e durabilidade dos materiais têxteis antivirais no combate à pandemia da COVID-19
2021	Clara Damasceno Zandona Ronaldo Salvador Vasques	Investigação e análise da história social e das aparências do vestuário de homens negros no período pós-abolição da escravidão no Brasil
2020	Maryanna B. Buzin Ronaldo Salvador Vasques	Práticas sustentáveis e a indústria 4.0 no segmento jeanswear: Investigação no corredor da moda (Cianorte-Maringá- Londrina)
2020	Lais Granado Bitencourt Ronaldo Salvador Vasques	A trajetória da indumentária e da moda feminina oitocentista a partir de ideias da mulher intelectual Nísia Floresta
2019	Giulia M. T. Albuquerque Ronaldo Salvador Vasques	Estudo da fibra da urtiga e do algodão colorido orgânico: Desenvolvimento de produtos para o vestuário por meio do cruzamento de fibras com cunho sustentável
2019	Fernanda Correa Bernardo Ronaldo Salvador Vasques	A influência da vinda da família real portuguesa para o Brasil no contexto da indumentária e moda com aspectos culturais, sociais e costumes
2015	Patrícia Elger Cristina C. L. B. El Kattel	Análise de ciclo de vida da seda no sistema de valor da moda

**7 Bolsas do Programa de Bolsas de Iniciação Científica.**

**Figura 12. Arte sobre Projeto PIBIC de Moda**



Fonte própria.

**Quadro 16. Projetos PIBIC :. Pedagogia**

Ano	Discente e Orientador	Projeto
2015	Alessandro S. da Rocha	História E Memória: As Instituições Escolares De Cianorte-Pr Em Meados Dos Anos De 1950.
2015	Glaciane C. X. Mashiba*	Cyberbullying No Contexto Educacional
2014	Glaciane C. X. Mashiba*	O Processo De Autonomia Em Theodor W. Adorno

**3 Bolsas do Programa de Bolsas de Iniciação Científica. \* Atualmente transferida para Maringá.**

**Quadro 17. Projetos PIBIC-Af-Is :. Design**

Ano	Discente e Orientador	Projeto
2020	Cristina C. L. B. el Kattel	Análise de interfaces de utensílios domésticos produzidos em bambu
2016	Bruno Montanari Razza	Levantamento histórico de mobiliário litúrgico de igreja católica
2012	Cristina C. L. B. el Kattel	Avaliação de uso e desenvolvimento de embalagens de medicamentos

**3 Bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas**

**Quadro 18. Projetos PIBIS :. Design**

Ano	Discente e Orientador	Projeto
2021	Isabelly Quintela Barbosa Cristina C. L. B. el Kattel	UEM na Comunidade: ações transformadoras de engajamento do Campus de Cianorte na Sociedade
2021	Roan C. da S. Pereira Anelise G. Dalberto	Ações de Combate às Epidemias em Cianorte

**2 Bolsas do Programa de Bolsas de Ações Afirmativas e Inclusão Social**

**Figura 13. Artes sobre Projeto PIBIS de Design**



Fonte própria.

**Quadro 19. Projetos PIC :. Design**

Ano	Discente e Orientador	Projeto
2020	Adriana Mayumi Assakawa Bianca Matsuuchi Costa Marcelo dos Santos Forcato	Ferramentas de design na gestão empresarial
2020	Laura Helena Burati Morales Lucas Renato Dias Marcelo dos Santos Forcato	A dimensão material da Semiótica no mobiliário litúrgico católico
2015	Isabela Mezzaroba Belido Dioclecio Moreira Camelo	Estratégia preliminar de análise: estudo piloto sobre os efeitos da informação ambiental no processo criativo de designers
2014	Patrícia Marteloza dos Santos Cristina C. L. B. El Kattel	Análise ergonômica de mobiliário litúrgico na cidade de Cianorte-PR
2013	Isabela Mezzaroba Belido Cristina C. L. B. El Kattel	Estudo de embalagem de medicamento em gotas: desenvolvimento e análise de usabilidade
2013	Gabriele Maria Schiebel Júlia Vicente Gomes Fabiano Burgo	Categorização Dos Bens Patrimoniais Da Universidade Estadual De Maringá Visando A Determinação De Ferramentas De Análise De Seu Estado De Conservação
2012	Beatriz Futlik Mariani Claudia C. Ferreira Monteiro	Design e sustentabilidade: uma análise crítica de suas possíveis relações
2011	Renan Rocha Vergilio Cristina C. L. B. El Kattel	Análise de usabilidade das embalagens de medicamentos para idosos
2011	Naira Osti Ludescher Cristina C. L. B. El Kattel	Revisão das metodologias de usabilidade para análise de embalagens de medicamentos
2011	André F. Batistella Souza Debora Casali Cordeiro Cristina C. L. B. El Kattel	A sílica e suas implicações na saúde do trabalhador - estudo ergonômico sobre as medidas preventivas

2010	Camila Mendes dos Santos Vanessa Maiante Affonso Bruno Montanari Razza	Pesquisa e desenvolvimento de sistema para transferência de pacientes entre leitos - análise da interface e teste de produto com profissionais da saúde
2010	Carla de Souza Colombo Paula Calvo Sotelo Stobbe Bruno Montanari Razza	Desenvolvimento e teste de novo sistema de transferência de pacientes entre leitos - percepção semântica e de conforto por pacientes submetidos ao procedimento
2010	Sarah Quaglio Gregorio Claudia C. Ferreira Monteiro	Desenvolvimento de produtos sustentáveis a partir de estudos sobre comunidades indígenas e cooperativas na região noroeste do paraná
2010	Bruna Ramires Brito Claudia C. Ferreira Monteiro	Elaboração de um banco de dados dos cursos de design do Mercosul
2010	Naira Osti Ludescher Cristina C. L. B. El Kattel	Avaliação ergon�mica e de percepção de uso quanto � interface física de embalagens de medicamentos por idosos
2010	Mariana Pereira Margato Cristina C. L. B. El Kattel	Pesquisa e defini�o de parâmetros projetuais para desenvolvimento de produto para auxiliar no tratamento de ingurgitamento mamário em lactantes
2010	Milielton Brito Cardoso Bruno Montanari Razza	Avalia�o ergon�mica física e cognitiva da atividade de coleta de lixo domiciliar e percepção do trabalhador sobre sua atividade
2010	Renan Rocha Vergilio Bruno Montanari Razza	Análise da interface cognitiva e de percepção do usuário idoso de embalagens de medicamentos
2010	Juliara de Biagi Santos Cristina C. L. B. El Kattel	Avalia�o de usabilidade do caminhão de coleta de lixo domiciliar
2010	Fernanda Cristina R. Arantes Cristina C. L. B. El Kattel	Influência dos EUA e URSS no design brasileiro do pós-segunda guerra
2009	Alessandra S. Tanabe Cristina C. L. B. El Kattel	Estudo antropométrico aplicado � confec�o de acessórios e peças de vestuário
2009	Aline Aristides Bazán Bruno Montanari Razza	Pesquisa antropométrica aplicada � confec�o de vestuário

**22 Bolsas do Programa de Inicia o Científica (sem bolsa)**

**Figura 14. Artes sobre Projeto PIC de Design**



Fonte própria.

**Quadro 20. Projetos PIC :. Moda**

Ano	Discente e Orientador	Projeto
2021	Ana Clara Dinardi Alves da Silva	Consumo de vestuário: análise das motiva�es do consumidor fast fashion e slow fashion

**Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas  
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 2**

	Natani Aparecida do Bem	
2021	Camille Vitoria Fonseca Leao Maria Eduarda Ramos da Palma Silvia M.B.D. Barcelos	Moda Sustentável no Fast Fashion: é possível?
2021	Rafaela Tôro de O. Barbieri Natani Aparecida do Bem	Zero waste e design sustentável aplicados no desenvolvimento de produto de vestuário contribuindo para a redução de resíduos têxteis
2021	Ana Beatriz de Melo Bonin Silvia M. B. D. Barcelos	Produtos de moda sustentável desenvolvidos a partir de casulos de seda de segunda qualidade.
2020	Leticia V. Pelegrini Ribeiro Eliane Pinheiro	Processos de modelagem do vestuário associados às novas tecnologias: um estudo visando o desenvolvimento sustentável
2020	Thayla C. Raimundo Silva Ronaldo Salvador Vasques	Memória e história da primeira confecção da cidade de Cianorte: “Cheina Indústria de Confecção de Roupas”
2019	Ana Beatriz Pires da Silva Caroline Schuch Klein Ronaldo Salvador Vasques	Estudo e desenvolvimento de acessórios voltados para o vestuário utilizando como matéria-prima o couro de kombucha.
2019	Aline Fideles Pereira Juliana Bettazza Capelassi Cristiane Nunes Santos	Uniformes para Atletas De Handebol que Possuem Membros Inferiores Amputados
2018	Poliana da Silva Santos Marcio José Silva	Aspectos de Inovação no contexto Têxtil e Vestuário
2017	Beatriz Correa do Carmo Caroline Machado Mundo Cristiane Nunes Santos	Certificações no Setor do Vestuário voltadas para a Moda Sustentável e o Slow Fashion
2016	Paula Kimie Kawakami Maristela Gomes de Camargo	Análise da arte têxtil indiana, das técnicas de produção de estamparia e de sua configuração estética como símbolo cultural
2016	Alline Barbosa Bampi Eliane Pinheiro	Gestão e redução dos resíduos têxteis na indústria de vestuário
2016	Larissa Aparecida Wachholz Eliane Pinheiro	Estratégias de design e o consumo de vestuário sustentável
2016	Beatriz Correa do Carmo Cristiane Nunes Santos	O desafio da sustentabilidade nas lavanderias industriais de Cianorte
2015	Daniela Lemes Freire de Barros Eliane Pinheiro	O impacto cultural, social e econômico da produção da seda e sua incorporação na moda
2015	Vitória Thereza de Souza Ana Caroline Siqueira Martins	Moda e seu papel social: desenvolvimento de vestuário underwear para mulheres mastectomizadas
2015	Maria A. F. de Assis Moura Eliane Pinheiro	Análise do ciclo de vida da seda no contexto de sua produção
2015	Marília Cristina Alves Esposte Eliane Pinheiro	Sustentabilidade ambiental: um estudo nas indústrias de confecções de vestuário.
2014	Alessandra Tavares Laurenti Maria Caroline Tescaro Bessani Maristela Gomes de Camargo	Consumo de Moda Conceitual no Estado do Paraná – Estudo dos Fatores Determinantes para a Comercialização de Coleções Autorais
2014	Leticia Nardoni Marteli Meriele Figueiredo Vito Maristela Gomes de Camargo	Experimentações têxteis com resíduos da indústria de confecções de Cianorte-PR por meio do design de superfície e aplicação de conceitos do upcycling.
2014	Mariáh Majolo Ronaldo Salvador Vasques	Da formação agrícola para o maior polo de moda do Norte do Paraná: história e memória de Cianorte
2013	Joice Vieira dos Santos Tauana Barbosa Bonazzi Franciele Menegucci	A valorização de identidades locais e culturais por meio do design de moda: um estudo sobre a estética do cangaço e sua apropriação por estilistas brasileiros
2012	Caroline dos Reis Verenez Silvia M. B. D. Barcelos	Moda como fator de inclusão social: vestuário para pessoas com paralisia cerebral
2012	Juliana Dorigoni Ronaldo Salvador Vasques	As interferências da estilista italiana Elsa Schiaparelli nas décadas de 1920 e 1930 na costura, confecção e alta costura com cenários surrealistas

**24 Bolsas do Programa de Iniciação Científica (sem bolsa)**



**Quadro 21. Projetos PIC :. Pedagogia**

<b>Ano</b>	<b>Discente e Orientador</b>	<b>Projeto</b>
2021	Isabelly Quintela Barbosa Liriel Kawene L. Santos Jose Aparecido Celorio	Recepção de Casos de Violência Doméstica Contra Crianças e A Formação de Professores
2021	Bianca A.Laurintino Marli D. de Araújo Futata	Estudo Sobre o Analfabetismo em Cianorte-PR
2021	Alanna C. R. Alberti Marli D. de Araújo Futata	A Produção do Preconceito Contra o Analfabeto
2021	Beatriz R. de Jesus Faria Marli D. de Araújo Futata	A Importância do Letramento no Processo de Alfabetização
2021	Isabeli Schmitz de Souza Darlene N. Bogatschov	O Brincar no Desenvolvimento Psíquico e Social do Pré-Escolar e A Importância de Sua Inserção como Instrumento Pedagógico Pré-Escolar
2021	Cristina M. A. Yoshimoto Darlene N. Bogatschov	A Atuação Do(A) Pedagogo(A) na Brinquedoteca Hospitalar: o Brincar como Processo de Humanização Das Crianças Pré-Escolares Hospitalizadas
2020	Julia Caroline David Gislaine Ap. V. de Godoy	Peças Teatrais como Prática Pedagógica no Século X: Um Estudo de Rosvita de Gandersheim
2020	Gabriel Salmazo de Souza Jose Aparecido Celorio	Educação Diante Da Opressão: Escola, Lugar de Dominação Ou Emancipação?
2019	Aline Rafaela Santiago Jose Aparecido Celorio	A Infância e o Tempo de Brincar
2019	Wesley Flach Alvares Jose Aparecido Celorio	A Aceleração do Tempo na Modernidade/Contemporaneidade e Suas Consequências Para As Licenciaturas e A Educação Básica
2019	Julia Caroline David Jose Aparecido Celorio	Peças Teatrais como Prática Pedagógica no Século X: Um Estudo de Rosvita de Gandersheim
2019	Stephany A.N. da Silva Darlene N. Bogatschov	O Jogo de Papel na Educação Pré-Escolar: Produção de Material Didático Para Professores.
2019	Sandy Evelyn dos Anjos Tainara Maciel Martins Marli D. A. Futata	A Criança na Fase Inicial Da Escrita: Fundamentos e Práticas Escolares
2019	Bruna L.M. dos Anjos Cezar de A.A. de Toledo Marli D. A. Futata	Aprender A Ler e A Escrever no Brasil do Século XVI: Os Jesuítas e As Casas de Be-Á-Bá
2019	Gabriela Nicodemo Vicente Marli D. A. Futata	Origens Da Pedagogia Tradicional no Brasil
2019	Erick Oliveira Zanco Marines Royer Marli D. A. Futata	Alfabetização de Jovens e Adultos: Revisitando A Proposta de Paulo Freire
2019	Julia Piovesan Pereira Gislaine A. V. de Godoy	A Vida Conventual Feminina em Portugal no Século XVIII.
2019	Bruna C.S. Prezotto Jose Aparecido Celorio	As Danças Circulares como Caminho Para Uma Formação Humana Edificada A Partir Da Condição Existencial e Simbólica Da Pessoa
2018	Leandro Rodrigues Felis Marli D. A. Futata	História e Memória do Curso de Pedagogia no Município de Cianorte
2018	Juliana Manrique Tondati Mariana Marioto Segura Marli D. A. Futata	História e Memória Da Educação Infantil no Município de Cianorte
2018	Jessica Trugilio Ribeiro Marli D. A. Futata	Aprendizagem Da Leitura e Da Escrita: Teorias e Práticas em Discussão
2018	Mirella de Abreu Gesilaine Mucio Ferreira	Os Desafios Da Inclusão de Crianças Autistas Nas Instituições de Educação Infantil do Ensino Regular: Contribuições Da Teoria Histórico Cultural
2018	Renata Silva de Souza Tainara de Souza Manoel	A Inclusão de Crianças Com Síndrome de Asperger na Educação Infantil: Formação e Trabalho Docente

	Gesilaine Mucio Ferreira	
2018	Ana C.D. Gryczak Lorena Nalin Gesilaine Mucio Ferreira	Deficiência e Educação Ao Longo Da História: Concepções e Formas de Atendimento
2017	Katia Kazuko Nishizawa Jose Aparecido Celorio	Escola: o Início e o Fim do Arco Íris
2017	Josiane Angelica Mendes Jose Aparecido Celorio	A Proposta Educacional de Rudolf Steiner: A Pedagogia Waldorf
2017	Leticia Bonfim de Brito Darlene N. Bogatschov	O Programa Escola de Gestores na Qualificação de Diretores Escolares: Gestão Democrática em Foco.
2017	Marcio José de Almeida Yasmin Castro Jose Aparecido Celorio	Pedagogia do Imaginário e Reencantamento Da Educação
2016	Juliana Ferreira dos Santos Alessandro S. da Rocha	Educação e Imprensa no Brasil Império: o Discurso Progressista na Imprensa Carioca Da Segunda Metade do Século Xix
2016	Danyella F. da Silva Raquel Santos da Silva Jose Aparecido Celorio	A Medicalização Da Existência na Infância e A Normose Escolar
2016	Josiane Angelica Mendes Keli C.G. da Silva Jose Aparecido Celorio	A Morte e o Processo de Luto no Contexto Educacional e Escolar
2016	Léslie Amanda da Silva Jose Aparecido Celorio	Novos Paradigmas em Educação: o Programa de Educação em Valores Humanos
2016	Marcia Denise Fancelli Sheila P. Landuci Ferraz Gislaine A. V. de Godoy	A Vida e A Educação Das Mulheres Enclausuradas Nos Séculos XVII e XVIII em Portugal, A Partir Das Cartas de Maria do Alcoforado.
2016	Ana Paula Aires Rodrigues Jose Aparecido Celorio	O Que Dizem Os Documentos Oficiais Sobre A Questão Das Diversidades na Escola
2015	Oziel Vicente de Souza Alessandro S. da Rocha	Ideais Formativos Oitocentistas na Imprensa Periódica do Paraná Provincial (1853-1889)
2015	Barbara Maria Darlene N. Bogatschov	A Brinquedoteca Nas Universidades Públicas do Paraná: Um Espaço Para A Formação de Professores

**36 Projetos de Iniciação Científica (sem bolsa)**

**Figura 15. Artes sobre Projeto PIC de Pedagogia**



Fonte própria.

## **Outras atividades relacionados a Ensino, Pesquisa e Extensão**


Além dos projetos elencados, muitas outras atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão são desenvolvidas pelos quatro cursos do Campus Regional de Cianorte, igualmente de grande relevância social. Destes, serão elencadas as principais atividades dos últimos anos e de grande repercussão para o campus regional e para a comunidade regional.

### **ENSINO**

Uma das formas possíveis de aprendizado é por meio da participação em concursos, onde o estudante põe a prova os conhecimentos adquiridos nas disciplinas. Nos cursos de Design e Moda, esta é uma prática comum e ambos os cursos da UEM Cianorte apresentam um histórico positivo nesse segmento de ensino.


Em relação a participações e premiações de alunos em concursos, sempre orientados pelos docentes, o curso de Design obteve pelo menos 56 projetos vencedores ou finalistas, conforme exposto nos quadros a seguir.

**Quadro 22. Premiações e Participações em Concursos :. Design I**

<b>Concurso</b>	<b>Detalhamento</b>
 TALENTO VOLKSWAGEN DESIGN	2009   3º lugar Cleber Gonçalves   Orientador Prof. Ms. Rodolfo Miyamoto
	2013   1º lugar Milene Kazama   Orientador Prof. Ms. Rodolfo Miyamoto
	2013   Finalista Fernando Medeiros   Orientador Prof. Ms. Rodolfo Miyamoto
	2015   Finalista Marco Antonio Lombardi   Orientador Prof. Ms. Rodolfo Miyamoto
	2014   Finalista Bruno Yoshio   Orientador Prof. Ms. Rodolfo Miyamoto
	2015   Finalista Juliana Sandaniel   Orientador Prof. Ms. Rodolfo Miyamoto
	2015   Finalista Bruno Yoshio   Orientador Prof. Ms. Rodolfo Miyamoto
	2015   Finalista Eltom Miguel   Orientador Prof. Ms. Rodolfo Miyamoto
	2016   Finalista Juliana Sandaniel   Orientador Prof. Ms. Rodolfo Miyamoto
	2016   Finalista Antônio Neto   Orientador Prof. Ms. Rodolfo Miyamoto
	2016   Finalista Mateus Nogueira Takaki   Orientador Prof. Ms. Rodolfo Miyamoto
	2016   Finalista Marco Lombardi   Orientador Prof. Ms. Rodolfo Miyamoto
	2017   Finalista Juliana Sandaniel   Orientador Prof. Ms. Rodolfo Miyamoto
	2017   Finalista Antônio Neto   Orientador Prof. Ms. Rodolfo Miyamoto
	2017   Finalista Mateus Nogueira Takaki   Orientador Prof. Ms. Rodolfo Miyamoto
	2017   Finalista Fernando Casado   Orientador Prof. Ms. Rodolfo Miyamoto
	2019   Finalista Letícia Costa   Orientador Prof. Ms. Rodolfo Miyamoto
	2019   Finalista Guilherme Veronez   Orientador Prof. Ms. Rodolfo Miyamoto

**18 colocados ou finalistas. Fonte própria.**



**Quadro 23. Premiações e Participações em Concursos :. Design II**

<b>Concurso</b>	<b>Detalhamento</b>
	2010   3º lugar para Pollyana Fuzer Polsaque   Orientador Prof Dr Marcelo Forcato
	2010   Menção Honrosa Pollyana Polsaque   Orientadora Profª Dra Claudia Monteiro

<b>PRÊMIO TOK&amp;STOK DE DESIGN</b>	2010   Finalista F. Cristina Rosato Arantes   Orientador Prof Dr Marcelo Forcato
	2011   Finalista Maisa Mieko Sasai Portela   Orientador Prof Dr Marcelo Forcato
	2011   Finalista S. de Moraes Fernandes   Orientador Prof Dr Marcelo Forcato
	2011   Finalista Ricardo Bonizoli   Orientador Prof Dr Marcelo Forcato
	2013   Felipe Tadao Ishivatari   Orientador Prof Dr Marcelo Forcato
	2013   Stefânia Moço Arikawa   Orientador Prof Dr Marcelo Forcato
	2013   Paola Rodrigues da Cruz   Orientador Prof Dr Marcelo Forcato
	2013   Tais Pellegrino   Orientador Prof Dr Marcelo Forcato
	2014   Rafael Schneider   Orientador Prof Ms Rodolfo Miyamoto
	2014   Fernanda Azedevo Braghini   Orientador Prof Ms Rodolfo Miyamoto
	2014   Juliara Debiaji Santos   Orientador Prof Dr Marcelo Forcato
	2014   Andressa Ferro   Orientador Prof Dr Marcelo Forcato
	2014   Natália Miki   Orientador Prof Dr Marcelo Forcato


**15 colocados ou finalistas. Fonte própria.**

#### **Quadro 24. Premiações e Participações em Concursos :. Design III**

Concurso	Detalhamento
 <b>PRÊMIO DESIGN MOVELPAR</b>	2009   Finalista Angela G. Ramos   Orientadora Profª Dra Cristina el Kattel 2009   Finalista Deborah Regiane Fabio   Orientador Prof Dr Bruno Razza 2009   Finalista Renata Sayuri Sato   Orientadora Profª Dra Cristina el Kattel 2009   Menção Honrosa para Pollyana Fuser Polsaque Orientadora Profª Dra Cláudia Monteiro 2011   1º lugar (estudante) para Bruno Vinícius dos Reis e Juliara Debiagi Santos Orientadora Profª Dra Cristina el Kattel
<b>PRÊMIO SALÃO DESIGN</b>	2017   Finalistas na modalidade estudante, categoria Inovação em Materiais e Superfícies, para: Vitor Okuma Lonchiati, Mariane Lumi Mukai e Naomi Fukuyama Parra com o revestimento Colbie, inspirado nas colmeias Orientador Prof. Ms. Rodolfo Miyamoto
<b>PRÊMIO MUSEU DA CASA BRASILEIRA</b>	2017   Finalista Antônio Genitori Neto   Orientador Prof Dr Marcelo Forcato 2019   Finalista Pietro Luigi Verona   Orientador Prof Dr Marcelo Forcato 2019   Finalista João Carlos Nisikava   Orientador Prof Dr Marcelo Forcato
 <b>SALÃO DESIGN MOVELSUL</b>	2012   2º lugar para Bruno Vinícius dos Reis e Juliara Debiagi Santos Orientadora Profa Dra Cristina el Kattel
<b>MOSTRA CIENTÍFICA CINTURÃO VERDE</b>	2009   1º lugar para Fernando Braz Izelli   Móveis em Papelão Orientador Prof Ms Rodolfo Miyamoto 2010   1º lugar para Fernando Braz Izelli   Móveis em vidro descartado Orientador Prof Ms Rodolfo Miyamoto

**12 colocados ou finalistas. Fonte própria.**


#### **Quadro 25. Premiações e Participações em Concursos :. Design IV**

Concurso	Detalhamento
 <b>AUDITIONS</b>	2010   2º lugar Milielton Cardoso   Orientador Prof. Ms. Rodolfo Miyamoto 2012   Finalista Bianca Lopes Costa   Orientador Prof. Ms. Rodolfo Miyamoto 2015   Finalista Milielton Brito Cardoso   Orientador Prof. Ms. Rodolfo Miyamoto 2015   Classificada Luana Barbosa Nunes   Orientador Prof. Ms. Rodolfo Miyamoto

**4 colocados ou finalistas. Fonte própria.**

Conforme disposto nos quadros anteriores, as principais vocações em termos de participações em concursos de Design da UEM, que é voltado ao Desenvolvimento de Produto, são, respectivamente, automobilismo, mobiliário e joalheria, mas há participações e premiações em outros segmentos também.

**Quadro 26. Premiações e Participações em Concursos :. Design V**

Concurso	Detalhamento
 IF WORLD DESIGN GUIDE	2014   Projeto selecionado para integrar o Guia IF World Design Guide de Produtos para Deborah Naomi Kosaka   Orientador Prof Ms Fabiano Burgo
PRÊMIO ABRE	2018   1º Lugar (Vencedora Ouro Estudante) para Roberta Andries G. Oliveira com linha de cosméticos masculina   Orientador Prof Ms Fabiano Burgo
PRÊMIO BIM.BOM SENAI	2015   1º lugar (estudante) com o revestimento Colbie, inspirado nas colmeias   Orientador Prof Dr Dioclecio Camelo
PRÊMIO SEBRAE MINAS DESIGN	2014   Finalista Susy Mara da Silva   Orientador Prof. Ms. Rodolfo Miyamoto 2014   Finalista George L.A. Matos   Orientador Prof. Ms. Rodolfo Miyamoto 2014   Finalista Fernanda Rafaela Costa   Orientador Prof. Ms. Rodolfo Miyamoto
CONCURSO DE GRAFISMO DUCATI SCRAMBER DOS SONHOS	2017   Vencedor Fernando Casado   Orientador Prof Ms Rodolfo Tsutomu Miyamoto

**7 projetos finalistas. Fonte própria.**

No curso de Moda, foram 7 premiações e 8 finalistas, com destaque para 2 concursos internacionais onde a discente do curso de Moda da UEM foi a única brasileira a participar, conforme exposto a seguir.

**Quadro 27. Premiações e Participações em Concursos :. Moda I**

Concurso	Detalhamento
PRÊMIO JOÃO TURIN DE INCENTIVO AOS NOVOS DESIGNERS DE MODA	2010   1º lugar para Acácio Mendes Pereira Neto 2011   3º lugar para Najara Costa e Silva
CONCURSO ESTILISTA REVELAÇÃO DO PROGRAMA DA XUXA	2010   4º lugar para Acácio Mendes Pereira Neto
TALENTOS DA MODA PARANAENSE FIEP CRIANDO MODA	2008   Finalista Robson do Nascimento Rocha 2011   3º lugar para Sharmila Nonis
PARANÁ CRIANDO MODA	2012   Finalista Amanda Prado Silva 2012   Finalista Aracely Aguiar 2013   Finalista Ana Paula Segato de Miranda 2014   Finalista Mariella Pilotti de Souza 2015   Finalista Fabiana Ruiz
WGSN FASHION AWARDS GLOBAIS	2015   1º lugar para Natália Vechiatto Feitoza <i>(única brasileira a participar)</i>
CONCURSO PROFESSIONE MODA GIOVANI STILISTI	2012   Finalista Najara Costa e Silva <i>(única brasileira a participar)</i>
 DESAFIO SOU DE ALGODÃO CRIE A SUA LET IT BE, PROMOVIDO PELA LET IT BE INTIMATE	2019   2º lugar para Dario Mittmann (egresso do curso de Moda, hoje estilista, com alguns trabalhos para celebridades, como Karol Konká, Pabllo Vittar e Ludmilla) 2017   1º lugar para Patrícia Elger
	2016   Finalistas Thaís Carolini Pereira Feltrin, Dário Kenedy Mittmann Barbosa, Deise Caroline Silva Bérghamo, Cinthia Custódio Miranda, Nathaly Paulo da Cruz e Lorena Andrade

7 colocados e 8 finalistas. Fonte própria.

Não foi possível obter informações sobre outros tipos de participações relacionadas ao Ensino dos cursos de Ciências e Contábeis e Pedagogia.

## PESQUISA

Além dos projetos de pesquisa apresentados, incluindo os de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação, alguns inclusive financiados por agências de fomento e em parceria com empresas, os quatro cursos do Campus Regional da UEM de Cianorte também possuem expressiva produção científica.

São mais de 150 artigos publicados em periódicos científicos nacionais e internacionais; mais de 30 livros com corpo editorial; mais de 90 capítulos de livro com corpo editorial; mais de 400 artigos completos e mais de 300 resumos publicados em eventos científicos, nacionais e internacionais.

Dada a qualidade das publicações, muitos destes trabalhos ainda ganharam prêmios e reconhecimentos como melhores artigos da área de publicação ou até mesmo do evento em que foi apresentado.

## EXTENSÃO

Além dos inúmeros projetos de extensão apresentados, alguns também financiados por agências de fomento, uma grande quantidade de cursos e eventos também são constantemente desenvolvidos pelos quatro cursos, beneficiando diretamente a comunidade.

Além de projetos, cursos e eventos, o Campus Regional de Cianorte também desenvolve outras ações extensionistas de grande importância, com estruturas físicas e recursos humanos qualificados para atendimento à comunidade de Cianorte e região. Alguns exemplos destas iniciativas serão apresentadas na sequência.

### **Quadro 28. Brinquedoteca**

Tem como objetivo ser o espaço de reflexão e pesquisa dos acadêmicos de pedagogia sobre a importância do brincar para o desenvolvimento integral da criança.



A brinquedoteca foi criada em 2012 e é um espaço utilizado pelos alunos do Ensino Fundamental da Escola Municipal Castro Alves<sup>3</sup> até a presente data.

**Fonte:** Curso de Pedagogia UEM Cianorte.

### **Quadro 29. CARIMBA .: Empresa Junior de Design**



A Carimba Empresa Júnior de Design da Universidade Estadual de Maringá surge com o objetivo de proporcionar a vivência do mundo empresarial ainda no período da graduação, visando a formação de jovens mais capacitados para o mercado de trabalho. Fundada em 2020, a Empresa vem com a missão de deixar a sua marca e através de um bom design, fazer com que seus clientes deixem a deles e se sobressaiam em seus nichos. [www.instagram.com/carimbadesign](http://www.instagram.com/carimbadesign)

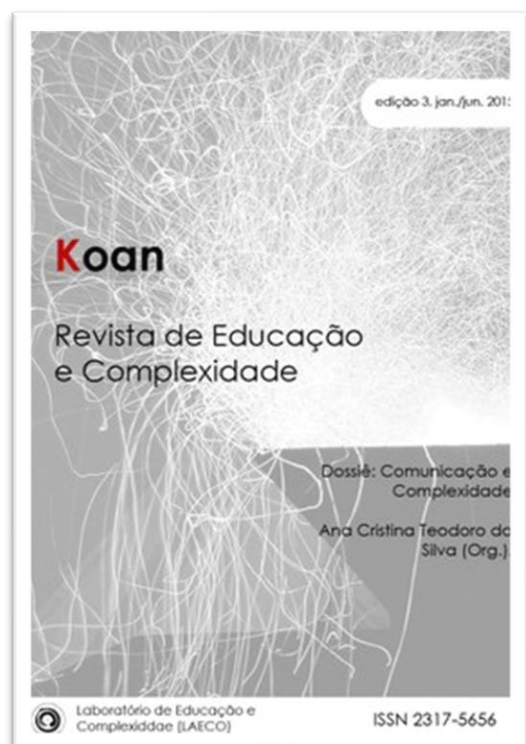
*Alguns exemplos de projetos desenvolvidos pela Empresa Junior de Design Carimba*



**Fonte:** CARIMBA.

<sup>3</sup> A Escola Municipal de Ensino Fundamental Castro Alves e a UEM Cianorte compartilham partes do prédio, tanto salas de aula, quanto setores administrativos.

**Quadro 30. LAECO :. Laboratório de Educação e Complexidade**



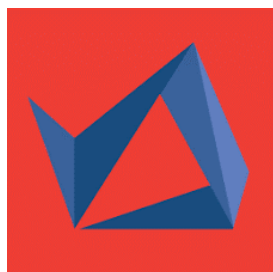
Coordenado pelo professor José Aparecido Celório, o projeto disponibiliza espaços plurais, físicos, virtuais e mentais, e materiais para a prática pedagógica, visando convergir conhecimentos. Possibilita que a formação e o aprendizado aconteçam por meio do diálogo e da troca de experiências, por acolherem diferentes linguagens, materiais e processos, tornando-se mais ricos e adequados. Os espaços funcionam como estimuladores da pesquisa e indagadores do ensino. O compartilhamento dos conhecimentos ocorre por meio de cursos, eventos e revista acadêmica.



Fonte: LAECO.

**Quadro 31. LDM :. Laboratório de Design e Moda**

O Laboratório de Design e Moda, inaugurado em Maio de 2009 no Campus Regional de Cianorte pelos professores Sílvia Mara Bortoloto Damasceno (ao fundo na foto) e Fabiano Burgo (à esquerda à frente na foto), com o intuito de desenvolver e executar projetos de produtos e oferecer estágio a acadêmicos dos cursos de graduação em Design e Moda, é um programa da UEM que visa proporcionar aos alunos um contato com problemas e necessidades reais da comunidade universitária.



A proposta do LDM é encontrar soluções, por meio do design, visando responder às necessidades de cada projeto de forma única e exclusiva. Acesso: [www.ldm.uem.br/index.html](http://www.ldm.uem.br/index.html) E-mail: [lab-ldm@uem.br](mailto:lab-ldm@uem.br)

*Aplicações/Soluções*

Projetos de identidade visual para cursos, eventos e publicações, assessoria quanto a aspectos relacionados ao design de projetos de comunicação visual, desenvolvimento de peças de comunicação visual únicas para situações específicas.

*Alguns exemplos de projetos desenvolvidos*





Fonte: LDM.

### **Quadro 32. NAF-UEM**

O Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF-UEM) é uma proposta do Departamento de Ciências Contábeis, da Universidade Estadual de Maringá, que visa promover a educação fiscal através de orientação sobre a legislação e procedimentos fiscais e contábeis no âmbito tributário federal e estadual, para a comunidade externa (pessoas físicas de baixa renda e microempreendedores individuais).



Com a participação de estagiários da UEM, o projeto promove apoio (Contábil e Fiscal) aos contribuintes de baixa renda, a pequenas empresas e sociedades sem fins lucrativos, numa proposta que busca trazer cidadania às comunidades e treinamento diferenciado aos estudantes do curso de Ciências Contábeis.

Para atingir esses objetivos, o Departamento de Ciências Contábeis, da Universidade Estadual de Maringá, Campus Cianorte, já chegou a firmar com a Associação Comercial e Empresarial de Cianorte – ACIC, parceria para viabilizar ações do NAF-UEM na região, com atendimentos para a comunidade civil e empresarial.

Fotografia: ACIC (2015). Fonte: NAF-UEM.

### **Quadro 33. PRO FAB LAB Design**



O Pro Fab Lab é um Programa de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação e Pré-Incubadora que oferece à população em geral espaço equipado, com maquinário e recursos humanos capacitados, para materialização de ideias em produtos. O Programa oferece múltiplas possibilidades de desenvolvimento e é segmentado em 3 setores, dos quais dois são espaços físicos:

**FAB LAB:** laboratório de prototipagem rápida, onde é possível gravar, cortar, e usinar praticamente qualquer tipo de material por meio da Máquina de Corte a Laser CO2 e da Fresadora Router 4 eixos, além das Impressoras 3D que oferecem grande área de impressão com boa qualidade. O laboratório é coordenado pelo Prof. Ms. Rodolfo Tsutomu Miyamoto. E-mail para contato: [fablab@uem.br](mailto:fablab@uem.br)



**PRÉ-INCUBADORA:** neste espaço, pessoas com perfil empreendedor e com ideias inovadoras podem transformar sua ideia em negócio, por meio de mentorias individuais com especialistas; capacitações presenciais e online; visitas técnicas a incubadoras e a empresas, com possibilidade de imersão; networking profissional e pessoal; validação do mínimo produto viável - MVP; formalização do Modelo de Negócio. A pré-incubadora é coordenada pela prof. Dra. Evelini Lauri Morri Garcia. E-mail para contato: incubadora-profablab@uem.br



**Fonte: PRO FAB LAB UEM.**

### **Quadro 34. Tecidoteca**



O projeto de Extensão TECIDOTECA iniciou suas atividades em 2009, e se tornou permanente. Tem o intuito de disponibilizar um acervo de Bandeiras Têxteis (de tecidos, não tecidos e malhas) para consulta e pesquisa in loco dos acadêmicos dos cursos de Moda, Design de Produto, Engenharia Têxtil, Engenharia de Produção com Ênfase em Confeção, bem como profissionais do setor do vestuário e comunidade externa, possibilitando o manuseio da matéria prima, com a função de entender, conservar e organizar os têxteis como documentos para pesquisa em moda e áreas afins. O projeto conta com a parceria do curso de graduação de Engenharia Têxtil ofertado no Campus Regional de Goioerê (Goioerê, PR). Contato: tecidotecamodauem@gmail.com



**Fonte: Tecidoteca UEM.**

## **ENGAJAMENTO MIDIÁTICO**

Desde quando este projeto de extensão, UEM na Comunidade, foi criado, em 2019, sempre foi feita verificação e análise do alcance das publicações, e foi possível perceber um aumento progressivo de acesso a partir da pandemia de COVID-19<sup>4</sup>, sobretudo após abril de 2020, cerca de um mês após a quarentena.

Serão apresentados aqui os principais resultados obtidos com as postagens e o engajamento observado de acordo com o tipo da postagem. Devido ao bom alcance

<sup>4</sup> O primeiro caso oficial confirmado de pessoa contaminada com o SARS-CoV-2 no Brasil se deu em 26 de Fevereiro de 2020. Segundo a Silva et al. (2020), somente em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como pandemia e a quarentena no Brasil se deu na segunda quinzena de março.

mediático do Facebook com as postagens de projetos discentes, serão inicialmente apresentados estes resultados, comparados com postagens em geral.

**Gráfico 4. Publicações de Projetos Discentes**



**Projetos Discentes PIBITI, PIBIC, PIBEX, PIC. Fonte própria.**

Nesta postagem, foram agrupadas apenas alguns exemplos relativos a projetos discentes, sempre com grande alcance no Facebook. De modo comparativo, o gráfico a seguir apresenta um período de publicações contínuas (não agrupadas), que inclui apenas 2 postagens de projetos discentes (as de maior repercussão do período).

**Gráfico 5. Publicações do período de 13/12/21 a 11/01/22**



Fonte própria.

Comparando ambos os gráficos, as publicações discentes têm obtido grande engajamento midiático no Facebook, o que pode estar diretamente relacionado à comunidade interna ou de relacionamento próximo aos envolvidos. A seguir, serão apresentadas as 20 publicações com maior engajamento na história da conta da UEM CRC no Facebook.

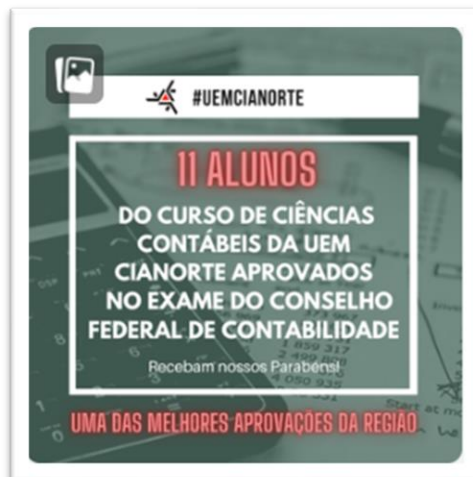
Quadro 35. Publicações com maior engajamento do UEM CRC no Facebook



8,2 mil pessoas alcançadas



6,3 mil pessoas alcançadas



5,2 mil pessoas alcançadas



4,5 mil pessoas alcançadas



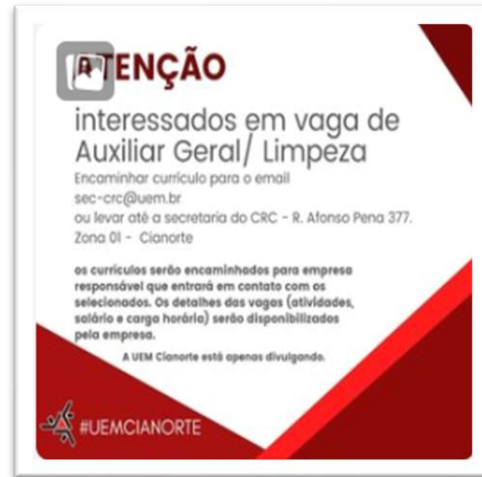
4,4 mil pessoas alcançadas



4,0 mil pessoas alcançadas



4,0 mil pessoas alcançadas



3,8 mil pessoas alcançadas



3,4 mil pessoas alcançadas



3,3 mil pessoas alcançadas



2,8 mil pessoas alcançadas



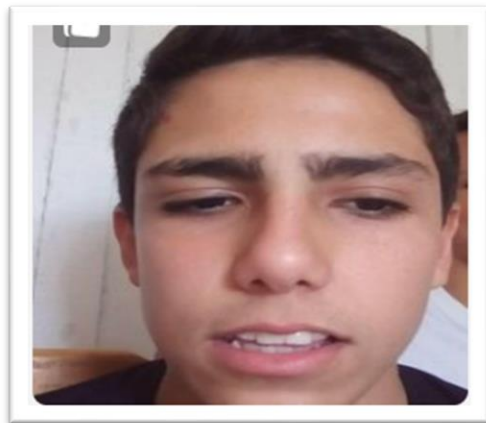
2,7 mil pessoas alcançadas



2,7 mil pessoas alcançadas



2,6 mil pessoas alcançadas



2,5 mil pessoas alcançadas



2,1 mil pessoas alcançadas



2,1 mil pessoas alcançadas



2,1 mil pessoas alcançadas



2,0 mil pessoas alcançadas



1,9 mil pessoas alcançadas

**Fonte própria.**

Das 20 publicações, 5 são de projetos discentes, porém informações postadas sobre as boas colocações de alunos formandos ou egressos em processos seletivos, sejam profissionais ou de pós-graduação, ou em Conselho de Classe, e ainda informações sobre vagas de trabalho e de utilidade pública, têm apresentado alcance muito importante que precisa ser melhor analisado.

## **AÇÕES PLANEJADAS**

Muitas ações foram pensadas e discutidas em grupo, desde a criação do projeto 'UEM na Comunidade', definindo-se as que foram consideradas mais importantes para a comunidade interna e externa à universidade. Estas ações serão expostas a seguir, com descritivo de sua execução desde 2019.

### **Exposições de trabalhos em espaços públicos**

Foram realizadas algumas exposições, na prefeitura e em outros espaços públicos da cidade, apesar da situação de pandemia de COVID-19. Espera-se ampliar em número e qualidade as exposições dos trabalhos desenvolvidos nos espaços públicos da cidade e região. A Mostra de Profissões é um exemplo. Voltada ao público do Ensino Médio, no final de agosto de 2022, os quatro cursos fazem exposição de seus trabalhos na cidade de Cianorte-PR e, em setembro, na cidade de Maringá-PR.



## **Levantamento de financiamentos por agências oficiais**

Ciente da Chamada Pública – CP 10/2020 - Pesquisa e Inovação em Design da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná, a professora Cristina el Kattel participou do processo institucional estadual, envolvendo diversos IES do Paraná, e conseguiu o financiamento para o ano de 2020, o que promoveu a constituição do Fab Lab, com aquisição de vários maquinários de grande porte. Esta conquista desdobrou-se na criação do Programa Pro Fab Lab de Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Pré-Incubadora. Atualmente, o laboratório Fab Lab do Programa atende as pessoas interessadas em materializar suas ideias em produtos e é aberto diariamente no Campus Regional de Cianorte, e conta com 1 técnico, 1 estagiário e 1 bolsista PIBITI. Já a Pré-Incubadora está com Edital aberto para pré-incubação de empresas, com consultoria do Sebrae, e já possui 3 propostas de projeto cadastradas.

## **Ações beneficentes**

Foram realizadas algumas ações, sobretudo de doação de alimentos e roupas, à Entidade Beneficente Rainha da Paz, mas pretende-se intensificar essas ações, muito necessárias à sociedade.

## **Incentivar e auxiliar discentes a abrirem Empresa Junior**

Logo após as discussões iniciais deste projeto, os discentes foram incentivados, ao que alguns alunos do curso de Design se interessaram, possibilitando que efetivamente fosse aberto no curso de Design a Empresa Junior Carimba, inicialmente idealizada, criada e coordenada enquanto projeto de extensão pela professora Cristina el Kattel e pelo professor Rodolfo Miyamoto. Atualmente, o projeto de extensão que deu origem à Empresa Junior segue sendo coordenado pelo professor Fabiano Burgo e pelo professor Rodolfo. A Carimba já possui uma importante carta de clientes e desenvolve diversos tipos de produtos, conforme disposto no tópico “Outras atividades relacionados a Ensino, Pesquisa e Extensão”.

## **Promover abertura de Mestrado Acadêmico**

O Mestrado Acadêmico em Design imediatamente teve seu processo iniciado após o planejamento, e em Abril de 2020 iniciou a tramitação no Departamento de Design e Moda, seguiu para o Centro de Tecnologia, obtendo aprovações por unanimidade nestas unidades administrativas e também nos três conselhos superiores: CAD (fevereiro/2021), CEP (maio/2021) e COU (dezembro/2021). Foi então submetido à CAPES em 2022 e encontra-se atualmente aguardando avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Se aprovado, será o primeiro mestrado acadêmico da cidade de Cianorte e região.

## **DESDOBRAMENTOS FUTUROS**

Desde quando este projeto de extensão, ‘UEM na Comunidade’, foi criado, em 2019, até primeiros meses da pandemia de COVID-19, todos estavam ainda se adaptando à nova realidade mundial e em processo compulsório de imersão digital para atividades tradicionalmente não virtuais para a maioria, como estudar, trabalhar, fazer compras, socializar, se relacionar com a família, fazer consultas médicas.

Entretanto, a partir de um determinado tempo imersos neste ambiente, ainda que muitos se mostrassem afoitos para o retorno ‘presencial’, sobretudo de atividades sociais, a realidade virtual se tornou rotina diária das pessoas, bombardeadas agora de informações que antes ocorriam em menor frequência, como mensagens e demandas familiares, acadêmicas, profissionais e sociais.

Zhang et al. (2020) investigaram as razões por trás da decisão de um indivíduo sair de uma plataforma de mídia social. Uma de suas conclusões, é que muita informação influencia o cansaço social e favorece a troca de usuários; as características da informação também devem ser consideradas no cansaço social e na intenção de troca.

Stolero et al. (2021) estudaram as necessidades e as expectativas de comunicação entre os membros da comunidade e entre eles e autoridades e socorristas, e os resultados revelaram informações importantes. Primeiramente, mostrou a hierarquia das necessidades de comunicação, com cognitivas e unidirecionais no topo, e afetivas e escapistas na base. Também investigaram as fontes de informação preferidas pelo

público. Enquanto os telefones celulares (incluindo todos os tipos de uso, desde mensagens de texto até o uso de aplicativos de emergência) lideraram a lista de canais de comunicação preferidos, as mídias sociais estavam entre os últimos lugares na maioria dos países. Embora, em geral, os entrevistados da pesquisa tenham uma pontuação média alta de alfabetização digital, uma explicação para essas descobertas pode ser os níveis de confiança que o público expressa em relação às mídias sociais. Outra explicação para esses achados pode ser a informação menos organizada nas redes sociais e a dificuldade de encontrar informações. Enquanto o celular, por exemplo, se correlacionou mais com as necessidades cognitivas e unidirecionais, a mídia impressa, embora menos popular, se correlacionou com as necessidades afetivas e escapistas – que também foram menos prevalentes na pesquisa. Essas descobertas exigem mais foco em gênero e nacionalidade. Os achados mostraram que as mulheres classificaram todas as necessidades de comunicação com maior importância do que os homens, enfatizando a necessidade de focar em canais e conteúdos para mulheres.

Para os usuários de mídia social, a relevância da informação é de vital importância, pois suas atividades nas mídias sociais incluem assuntos de relaxamento e trabalho (ZHANG et al., 2020). Os usuários de mídia social naturalmente gravitam em direção ao conteúdo no qual estão pessoalmente interessados e a perda de relevância diminui rapidamente os efeitos positivos (ZHANG et al., 2020). Os assuntos nas mídias sociais incluem principalmente dois aspectos na vida dos usuários: um são as solicitações sociais, atividades com amigos ou familiares, o outro são coisas relacionadas ao trabalho ou à vida cotidiana (ZHANG et al., 2020). Investigações futuras devem aprofundar os mecanismos psicológicos de motivação e intenção e tentar integrar os diferentes níveis de fatores para desenvolver de forma mais eficaz estratégias ideais para diminuir a perda de usuários nas mídias sociais (ZHANG et al., 2020).

Agora é necessário compreender as novas dinâmicas de consumo digital, nível de saturação, características de seletividade, atratividade e preferência das pessoas neste novo universo, muito mais midiático do que há 2 anos e meio. Em pouco tempo, houve grande mudança social global e não foi diferente em relação à internet. Outras plataformas se destacaram, como o Tiktok, e não somente pelos vídeos descontraídos direcionados principalmente para o público jovem, mas agora também pelos conteúdos educativos e informativos. Esta plataforma já está sendo utilizada para influenciar

hábitos saudáveis relacionadas à alimentação e atividade física, instruções sobre a Covid-19 e até sobre aulas e cursos.

## **CONCLUSÃO**

Apesar dos 36 anos do Campus Regional de Cianorte – CRC, sua existência até 2019 era pouco conhecida pela população local. Ao falar em Universidade Estadual de Maringá, muitos cianortenses pensavam no campus universitário da cidade de Maringá, mesmo muitos dos profissionais formados em Cianorte atuarem nas empresas e nas escolas da região durante décadas. Talvez, parte disso devido ao fato de não ter havido nenhum trabalho intensificado de marketing na divulgação do campus, informando o que os seus quatro cursos realizavam nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, ou mesmo talvez faltassem ações integrativas da comunidade interna com a externa massivamente divulgadas. Um dos pontos observados imediatamente após a implantação deste projeto é que os cursos que mais publicaram nas redes sociais tiveram aumento em sua concorrência do vestibular logo no primeiro ano do projeto, enquanto os demais tiveram decréscimo, seguindo uma tendência nacional.

Também foi notório o engajamento da sociedade com o campus de Cianorte pelo aumento de envolvimento nas redes sociais. É imprescindível que a comunicação das atividades realizadas pela comunidade acadêmica seja realizada de forma adequada, com linguagem textual e artística direcionadas ao público a ser atingido, o que deve ser cuidadosamente planejado. Nota-se também que este tipo de trabalho deve ser contínuo, envolvendo todos os atores, de forma que exista reciprocidade, uma vez que os projetos desenvolvidos são voltados para a sociedade, ao passo que precisa dela, e a mesma passa a ter acesso aos resultados por meio da divulgação, criando assim um círculo virtuoso.

O engajamento entre a comunidade interna e a comunidade externa proveniente das ações apresentadas neste estudo é fundamental, mas é crucial que este engajamento seja a força motriz da universidade, por iniciativa de todos os participantes desta. É preciso que as ações continuem, se fortaleçam, se consolidem; novas ações que forem necessárias sejam criadas, sempre com o cuidado de serem devidamente divulgadas.

Porém, assim como estamos repensando o modo de viver de antes, é momento de repensar também o modo midiático de se comunicar, entendendo-se por mídia toda e qualquer forma de difusão de informação capaz de transmitir mensagens ou se comunicar com as pessoas, o que inclui o rádio, o jornal, a revista, a televisão, o cinema, os meios eletrônicos e os meios telemáticos (telecomunicação x informática) de comunicação.

Para além, é fundamental que a comunicação se torne leve, direta, que conquiste a comunidade e seja a ponte mais segura para formar cidadãos conscientes e capazes de transformar a sociedade.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRAGA, J.C.S. **A Função Social Da Universidade Pública Com A Comunidade Do Sudeste Do Tocantins E Nordeste Goiano**. 2021. 74 f. Monografia de Graduação - Curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal do Tocantins, Arraias, 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Presidente Ulysses Guimarães.

DIVEN, C.A.R. **Using Social Media To Connect With The Public: An Exploratory Case Study Of A Police Department Use Of Facebook**. 2017. 125 f. Dissertação de Mestrado - Degree Of Master Of Arts In The Department Of Criminal Justice, Faculty Of Radford University, 2018.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Trad. de Rosisca Darcy de Oliveira. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p.

LIMA, M.J.O.; PIANA, M.C.; GUIMARÃES, O.M.; SOUSA, J.F. Universidade na comunidade. *In: CONGRESSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UNESP, 8., 2015. Anais...*, Franca, 2015.

SANTOS, J. E.; SANTOS, V. L. C. As Redes Sociais Digitais e Sua Influência na Sociedade e Educação Contemporâneas. **Holos**, v. 6, 2014, p. 307-328. Disponível em: [www.redalyc.org/pdf/4815/481547175023.pdf](http://www.redalyc.org/pdf/4815/481547175023.pdf). Acesso em: 25 ago. 2021.

SILVA, A.F.R.L.; POLLI, D.A.; RAZIA, P.F.S.; PAVÃO, L.F.A.; CAVALCANTI, M.A.F.H.; TOSCANO, C.M. Medidas de distanciamento social para o enfrentamento da COVID-19 no Brasil: caracterização e análise epidemiológica por estado. **Cadernos de**

**Saúde Pública**, v. 36, n. 9, Rio de Janeiro, set. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00185020>

STOLERO, N. ; BODAS, M.; PELEG, K.; ADINI, B. ENGAGE. **Engage Society for Risk Awareness and Resilience**. Deliverable 1.3 - Communication, Social Media and Societal Resilience Among Citizens. 31 Mar. 2021.

UEM. Escritório de Cooperação Internacional. Palestras com Marcellus Caldas, PhD, da Kansas State University. **Insights on community engagement** - the role of KSU. 2019. Disponível em: <http://www.eci.uem.br/noticias/palestras-com-marcellus-caldas-phd-da-kansas-state-university>. Acesso em: 18 jul. 2019.

ZHANG, X.; DING, X.; MA, L. The influences of information overload and social overload on intention to switch in social media. **Behaviour & Information Technology**, 31 Jul 2020, Taylor & Francis. DOI: 10.1080/0144929X.2020.1800820

**Capítulo 5 - DOI:10.55232/10830012.5**

**IGREJA DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS COMO  
PATRIMÔNIO CULTURAL PARA O ESTADO DO PIAUÍ: A  
IGREJA COMO PONTO DE PARTIDA PARA FORMAÇÃO  
CITADINA**

**Maria Eduarda de Lima Coutinho, Tamyres Cristina Lemos e Silva,  
Vanessa Matos Cabral e Isis Meireles Rodrigues Sampaio**

**RESUMO:** O presente artigo trata da história da Igreja Matriz do município de Jaicós – PI, a Paróquia de Nossa Senhora das Mercês; que tem seu nome registrado no Livro do Tombo desde 1989 como patrimônio Estadual. Essa pesquisa tem o objetivo de investigar a história do desenvolvimento da cidade a partir desse patrimônio. Realiza-se um apanhado geral do Piauí colonial, das tribos indígenas que se concentraram no estado no XVII, e da catequização desses povos. Também é ponderada a influência do Padre Marcos, responsável pelo processo de criação da vila de Jaicós e de sua Igreja matriz no século XIX.

**Palavras-chave:** Igreja. Patrimônio. Piauí.

## **INTRODUÇÃO**

O teor deste trabalho associa-se ao conceito de que o presente não é explicado por si, estando diretamente ligado ao passado, logo, é notada a grande importância do conhecimento e da difusão acerca das origens daquilo que compõe o lugar onde vivemos, e que conhecemos atualmente. Através do entendimento da história e dos laços longevos que contornam a origem de um povo, surgem relações de maior afeição da sociedade para com as edificações que compõe suas cercanias; e de tal forma esse afeto torna-se inerente ao desejo de preservar, volta-se maior atenção para o bem histórico e esse logo passa a receber devida valorização. Quando um vínculo se torna afetivo, possibilita que a população passe a se enxergar como sujeitos da história, possuindo assim direitos como, também deveres para com a sua localidade. Um povo que não conhece a história, é um povo sem presente.

A história da humanidade não cabe somente a grandes palácios, castelos e casarões Europeus, cabe também a singelos templos religiosos erguidos no centro de uma pequena cidade interiorana no sertão piauiense. Os monumentos históricos que de posse do Estado, são de suma importância visto que a arquitetura representa aspectos da história que são palpáveis, que são elementos concretos advindos de períodos e acontecimentos históricos. São parte da identidade de um povo, bem como muitas vezes são também pontos de partida para a formação de uma sociedade, como retrato disso, as edificações religiosas que impulsionaram a formação das cidades provinciais em seus arredores.

Este artigo tem como objeto de estudo a Paróquia de Nossa Senhora das Mercês, igreja matriz da cidade de Jaicós-PI (Fig. 01). São explorados temas acerca do poder da Igreja para a formação da cidade, e o seu desenvolvimento até que tornasse patrimônio para o Estado do Piauí. Portanto, foi possível a compreensão da história do surgimento da cidade de a construção de sua Igreja Matriz e como esta teve notabilidade no que se relaciona com os traços culturais e identitários da sociedade jaicoense.

Figura 01 – Localização de Jaicós no estado do Piauí





Fonte: Google, editado pelas autoras, 2019

A busca pelo conhecimento das origens da Paróquia levaram a contornos temporais anteriores; como o Piauí Colonial, a história das Povoações Índigenas que foram catequizadas na região em Missões Jesuíticas – povos esse que inclusive deram nome à cidade –, o entendimento de uma figura que teve grande influência na região, o Padre Marcos de Araújo Costa; para que assim houvesse a maior compressão no que tangencia as raízes daquela cidade e obra arquitetônica em estudo.

## **METODOLOGIA**

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi realizada uma avaliação presencial na Paróquia de Nossa Senhora das Mercês e através de uma análise qualitativa, foram averiguados seus aspectos arquitetônicos e o seu atual estado de conservação – a partir do contato pessoal, foi possível um melhor entendimento e interpretação do patrimônio. Também foram exploradas fontes e registros concedidos por moradores, além de depoimentos orais dos mesmos, conseguindo realizou-se uma consulta a artigos científicos e livros que continham os assuntos em questão.

Essa pesquisa tem como objetivo investigar a história da Paróquia de Nossa Senhora das Mercês, não como um bem isolado, mas sim sobre o impacto dessa edificação para evolução de um aldeamento até o posto de cidade. Bem como entender a influência do bem no âmbito cultural deste local e atestar a importância do conhecimento de sua história por parte dos habitantes da cidade e do estado do Piauí. É necessário que essa igreja seja lembrada, cuidada e jamais esquecida, pois ela faz parte do conjunto das obras que caracterizam as raízes da história Piauiense. Além da exposição de fatos sobre a origem da Paróquia e da cidade, objetivou-se gerar uma discussão acerca da importância

do patrimônio, e a conscientização de que não foge a uma nação a responsabilidade sobre a valorização e a preservação de seu acervo histórico.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **Colonização do Piauí e a Ocupação Indígena no Sul do Estado**

A atual região que corresponde ao estado do Piauí foi intensamente povoada por povos indígenas e pertenceu a diversas capitânicas durante a época do Brasil Colônia. Foi considerada por muito tempo uma “terra de ninguém” pelo colonizador, tendo em vista que sua ocupação pelo homem branco foi tardia em comparação aos demais estados do Nordeste do Brasil (OLIVEIRA, 2004).

O Piauí foi o único estado nordestino a ser ocupado do interior para o litoral, em decorrência do povoamento de seu território, que começou nas fazendas de gado instaladas no sul da região – no resto do Nordeste, predominavam as plantações de cana-de-açúcar nas proximidades do litoral. Por meio da ação administrativa do império português no Piauí colonial, foram lançadas as bases do processo de colonização do solo piauiense (SOUSA, 2010).

Desde o primeiro estágio de currais disseminados nesse sertão hostil, o cristianismo sempre esteve presente, através dos próprios desbravadores que carregavam no peito rosários e escapulários milagrosos. Mais que isso talvez só pequenos oratórios com toscas imagens trazidas pelos primeiros vaqueiros, fixando a fé e alimentando espíritos daquela frente pioneira de boiadeiros sem família. (SILVA FILHO, 2007, p.82)

Em meados do século XVI, deu-se início as invasões dos homens brancos no estado do Piauí. Até o século XIX, múltiplas expedições foram realizadas, com o intuito de expulsar os nativos de suas terras (OLIVEIRA, 2004). Os padres da Companhia de Jesus eram os responsáveis pela evangelização e catequização dos povos gentios do sul do estado. A primeira missão jesuíta no Piauí ocorreu em 1607 – Nessa época, o estado era chefiado pela capitania de Pernambuco –, com a vinda dos padres jesuítas portugueses Francisco Pinto e Luís Figueira, que se fixaram na região do Delta do atual rio Parnaíba, o maior do estado. Mesmo com o fracasso de sua missão, esses padres possibilitaram a abertura das primeiras capelas e a construção dos primeiros trilhos do estado (SOUSA, 2010).

Em 1656 veio a missão de São Francisco Xavier; foi nessa época que ocorreu a criação dos primeiros aldeamentos, devido ao estreito e corriqueiro contato entre os missionários e os povos indígenas. Diante disso, o estado começou a ter as mais diversas relações de trabalho (SOUSA, 2010).

Se conhece muito pouco sobre a cultura e modo de vida dos povos indígenas advindos do sul do Piauí, pois as documentações encontradas relativas a esses povos, estão dispersas em profusos documentos, que em sua maioria tratam-se de cartas e ofícios contendo denúncias de governadores a autoridades ou a corte a respeito de ações desses povos. Sabe-se que entre o século XVII e XIX, o Piauí chegou a ter cerca de 17 tribos indígenas.

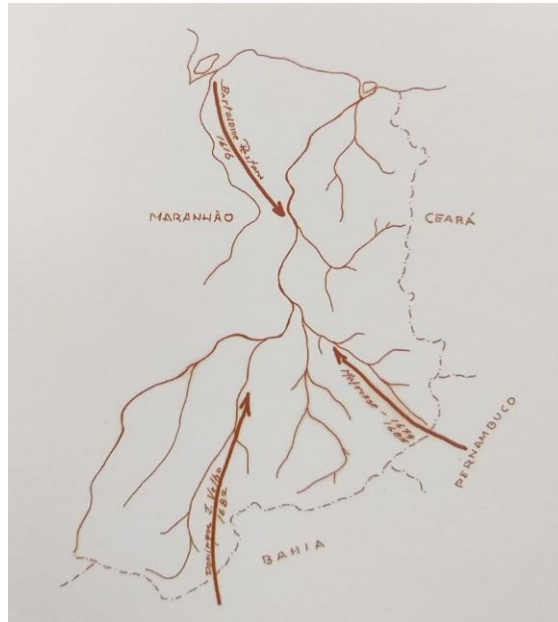
Os indígenas Icós (o Cacique se chamava Jaicó – daí o topônimo do município), segundo o Pe. Antônio Barbosa, um dos maiores estudiosos dos índios brasileiros – Autor do Dicionário Tupi Guarani -, pertenciam ao ramo Tupi (CRUZ, 2019). Também conhecidos como índios Jaicós, cujo o nome também é encontrado com as grafias Jeicó, Jaikó e Geicó, foram localizados primeiramente por Martius em Juazeiro, Bahia. Eles tinham parentesco linguístico com os Acoroás (SOUSA, 2010). Relata-se que o primeiro contato dos índios Jaicós com o homem branco foi no ano de 1674, nas redondezas do rio Gurguéia (OLIVEIRA,2004). Os índios Jaicós conheciam como ninguém os áridos solos do sertão, costumavam percorrer caminhos de difícil locomoção, onde geralmente havia escassez de água e alimentos. Por essas características, foram usados de soldados nas expedições contra outros povos indígenas (SOUSA, 2010).

As primeiras reclamações sobre o comportamento dos Jaicós “apareceram no ano de 1711, em uma propriedade da família Rocha Pita, na ribeira do Canindé, ou seja, os fazendeiros mataram barbaramente quatro Jaicós, rebelando vivamente aqueles gentios que, desesperados, [...] causaram imensos prejuízos aos fazendeiros” (OLIVEIRA, 2007, p.89).

Os missionários religiosos, então, criam uma nova estratégia para livrarem os povos “gentios” da exploração dos colonizadores. Essa estratégia consistia na instalação de novas reduções indígenas longe do litoral, que de início seguiam o curso do Rio São Francisco, entrando pelo sertão dos atuais estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Bahia (Fig. 02) (SOUSA,2010). No Piauí ocuparam a região centro-sul e estiveram nas

localidades de Cajueiro, atual cidade de Jaicós-PI, onde a maior parte foi em determinado momento aldeada (OLIVEIRA, 2004).

Figura 02 – Esquema das rotas de penetração no Piauí no século XVIII



Fonte: SILVA FILHO, 2007.

Depois da instalação de aldeamentos, dava-se início a missão de catequização. A missão se processava da seguinte maneira:

A política básica dos Jesuítas foi a mesma em todo o Nordeste. Opondo-se à escravidão do gentio, eles realizavam um programa de catequização nos pequenos povoados ou aldeias, onde tanto os grupos tribais quanto os índios trazidos do sertão pudessem receber instrução e orientação espiritual. Os índios eram educados para viver como cristãos, conceito que incluía não só a moralidade, mas também os hábitos de trabalho dos europeus. Como os jesuítas concordavam com os colonos quanto aos barbarismos da cultura indígena, pouco se fez para adaptar ou preservar o modo de vida dos nativos. Os padres usavam da cultura Tupi que pudessem facilitar a conversão, [...] Nos limites do possível, instituiu-se nas aldeias uma vida religiosa plenamente católica. Os nativos aceitavam a nova fé seletivamente. As irmandades de leigos e certas festas religiosas com Domingo de Ramos foram prontamente aceitas, ou pelo menos é o que depreende dos relatos, às vezes idílicos, deixados pelos jesuítas. Para os índios, contudo, a aculturação forçada das aldeias era simplesmente o menor dos males. (SCHWARTZ, 1998, P. 49).

Entre os anos de 1660 e 1670, se aventuraram pelo Piauí, bandeirantes paulistas, com intuito de caçar índios, introduzindo assim a economia pecuária no sertão. Domingos Jorge Velho teria chefiado uma dessas expedições próxima ao rio Paranaíba e teria sido ele a batizar o rio com esse nome, em homenagem a sua cidade natal (REDAÇÃO MUNDO ESTRANHO, 2018).

A partir de 1671, criadores de gado da Bahia sobem o rio São Francisco e se instalam em fazendas de gado no sul do estado, em busca de mão de obra e metais preciosos, mesmo com a resistência dos índios da região. Estes grupos estavam sempre em processo de emigração por conta das guerras. O Piauí nesse período era considerado uma área de refúgio de índios vindo da Bahia, Maranhão e Goiás (OLIVEIRA, 2004).

No final do século XVII, o Piauí se desmembra de Pernambuco e passa a ser ligado a Capitania da Bahia. Com a fundação da sede do governo em Oeiras – no centro do estado – em 1712, confirma-se a tendência do desenvolvimento do estado do Piauí a partir de seu interior (SOUSA, 2010).

Em 13 de junho de 1714 instalou-se definitivamente o aldeamento de Nossa Senhora das Mercês, a partir de Renato de Carvalho e Aguiar, um mestre de campo, que requisitou ao coronel Antônio Borges Leal Marim – rico pernambucano de origem portuguesa com muitas terras no Piauí – um pedido para ocupar um arraial em suas terras para o aldeamento dos índios dispersos da região. Mas foi só após uma longa marcha de seis meses que se conseguiu pouco mais de cem índios da tribo Jaicós para serem aldeados em tais terras (SOUSA, 2010).

No ano de 1715, o Piauí ficou sob conta do estado do Grão Pará e Maranhão. Em 1718 foi criada a Capitania de São José do Piauí, mas foi só no ano de 1758 que ela foi instalada, embora ainda houvesse poucas vilas em seu território e ele tenha continuado a ser dominado e comandado pelas fazendas de gado e seus senhores.

Por volta do ano de 1759, as tribos que se concentravam no sul do Piauí, eram os Pimenteiras, os Acoroás, os Jaicós e os Gueguês, todos aldeados. A maioria dos povos identificados que habitavam a região sudeste do estado pertenciam ao troco Tupi, com exceção dos Pimenteiras que são considerados como sendo da família Karib (OLIVEIRA, 2004).

No diário do tenente-coronel, Antônio do Rego Castelo Branco, sobre a entrada do ano de 1776, onde começa a guerra contra os índios Pimenteiras, marchou da cidade de Oeiras, uma forte expedição militar composta de militares colonos e índios recrutados nos principais aldeamentos da Província. Em que “[...] estes índios Jaicós têm merecido nesta conquista o nome dos melhores soldados dela, pela verdade, valor e diligência, acompanhado tudo de boa vontade com que no pouco, e no muito os havemos experimentados” (OLIVEIRA, 2007, p. 134).

Na entrada de 1779, havia cento e trinta e dois soldados no território do atual estado do Piauí, noventa e quatro deles eram índios tirados dos aldeamentos: doze Jaicós, trinta e sete Acoroás e quarenta e cinco Gueguês. “Na capitania do Piauí, os pedidos eram feitos diretamente aos diretores dos aldeamentos, sendo que todos os índios solicitados já tinham nomes cristãos” (OLIVEIRA, 2007, p. 124).

Dessa forma, a freguesia de Nossa Senhora das Mercês se constituiu como uma importante região do sertão piauiense, que abrigou núcleos indígenas, presenciando o desaparecimento de sua cultura em detrimento da cultura advinda da Europa desencadeando assim, a formação dos núcleos familiares clássicos que representariam as persistências coloniais do Piauí, seja nas relações de poder do período colonial ou na tradição religiosa. (SOUSA, 2010).

A topografia do sertão piauiense contribuiu para o surgimento de núcleos urbanos na primeira metade do século XIX. Caminhos naturais eram formados, que além das povoações, também geravam rotas de acesso comercial aos territórios do Nordeste e Norte brasileiros, o território hoje ocupado pelo Piauí ficava localizado num ponto estratégico que ligava as principais regiões administrativas da coroa Portuguesa (SOUSA, 2010). De tal forma, justifica-se como foi dado início ao processo de atração do homem português às terras piauienses, onde a religião atrelada à economia do gado consolidou o crescimento urbano, que por sua vez gerou o processo das primeiras construções lusas de caráter religioso, que em parte permanecem existentes até os dias atuais, e foram impactantes tendo grande papel de balizadoras das configurações iniciais da arquitetura do Estado do Piauí.

### **Formação da Vila de Jaicós: O Padre, a Fazenda e a Igreja**

Marcos de Araújo Costa nasceu no arraial de Paulista (atual cidade de Paulistana) no ano de 1780. O primeiro professor do menino Marcos foi o próprio pai, o português Marcos Francisco de Araújo Costa, que lhe ensinou letras e noções de latim numa escola gratuita que mantinha na fazenda Boa Esperança (região da atual cidade de Jaicós), onde ensinava parentes e amigos a ler e contar. (JORNAL DE PICOS, 1999)

Marcos frequentou o Colégio de Roma, com a finalidade de seguir o curso de Teologia no Seminário Romano. Ele passou tempos em Coimbra, Portugal e pouco antes de se ordenar padre, recebeu a notícia da morte de seu pai. Contava ele, que desde criança

sempre teve o desejo de se tornar padre e fundar uma escola na fazenda de seu pai. (CRUZ, 2019)

Na sua volta ao Brasil, trabalhou no interior do Rio Grande do Norte, Recife e em Oeiras, sempre visitando a fazenda Boa Esperança, com o mesmo velho anseio de firmar sua vida lá e fundar uma escola cujo o ensino ultrapassasse o nível elementar. Ele foi muitas vezes descrito como uma pessoa de poucas ambições, considerando seu nível acadêmico, intelectual e cultural. (CRUZ, 2019)

Em 1820, aos 40 anos, finalmente o padre Marcos se estabeleceu na fazenda Boa Esperança, adaptando a Casa Grande para um colégio e dedicou-se intensamente à educação de jovens piauienses. Ele era poliglota, falava português, francês e latim. A fazenda ainda atuou como uma importante rota comercial, ligando tantas outras províncias ao sul do estado do Piauí. (JORNAL DE PICOS, 1999)

O Padre Marcos de Araújo Costa se tornou conhecido em todo o norte do Brasil, não só pela sua inteligência e saber, mas também pelo seu excelente caráter moral, seu prezar pela educação, zelo pela difusão do ensino e sua benevolência, qualidades que o naturalista escocês George Gardner confirma em seu livro – Viagem ao Interior do Brasil –, quando o mesmo ficou oito dias hospedado nos aposentos do padre Marcos, na fazenda Boa Esperança, durante o século XIX, fazendo também uma ligeira descrição do vasto local onde o padre residia:

A fazenda Boa Esperança era das maiores que eu já visitara no Brasil e nela pastavam mais de 5.000 cabeças de gado e centenas de carneiros. Embora sujeita esporadicamente a grandes secas, como todas as outras do sertão, há, todavia, nesta fazenda água abundante durante o ano todo, mesmo quando não chove por mais de doze meses. O rio corre a pouca distância da casa e conquanto apenas tenha água na estação da chuva, dele se obtém em todo tempo abundante suprimento de líquido, graças a uma sólida represa nele construída em lugares onde as margens são elevadas e rochosas dos dois lados (GARDNER, 1975, p. 117).

Os meios de educação estavam ao alcance de muita pouca gente pertencente a escassa população da região naquela época. Diante desta realidade, o padre Marcos – sendo ele um grande erudito –, desempenhava há muitos anos o hábito de educar e sustentar em sua casa, livre de despesas, vinte meninos até que eles possuíssem conhecimentos suficientes sobre latim, elementos da filosofia e matemática. A instalação da escola na fazenda assinala o início da educação piauiense. Ele não fazia da igreja seu meio de vida, se contentando muitas vezes com o sossego da vida na fazenda, como um simples educador e criador de gado. (CRUZ, 2019)

Todos os presidentes que passaram pela província do Piauí tinham um grande esmero e respeito pelo padre Marcos. Os movimentos que resultariam na independência do Piauí em 1822, tiveram a orientação dele, que também lutou pela anexação do Delta do Parnaíba ao Piauí. É inegável que a vida do Padre Marcos está diretamente ligada a história da província e esta ligação não pode jamais ser ignorada (JORNAL DE PICOS, 1999).

Dos vários cargos políticos aos quais foi indicado, assumiu o papel de deputado provincial (1835 a 1839). Acabou recusando o mandato de vice-presidente do Conselho Geral da Província, pois acreditava que sua missão era outra e tais cargos deveriam ficar para militares mais preparados que ele para exercê-los, nem cargos eclesiásticos ele aceitou – foi convidado pelo bispo D. Marcos Antônio de Sousa para ser o vigário geral forense do Piauí –, ele preferia exercer sua função de padre e educador voluntário (CRUZ, 2019).

Sempre atento a situação política do país, o padre Marcos, atuava não só como um chefe espiritual, mas também como um homem do povo. E deve-se a este homem de tantos princípios e conhecimentos, a fundação da Igreja de Nossa Senhora das Mercês, em substituição à antiga capelinha edificada pelos Padres Jesuítas – no local onde atualmente foi construída a Quadra Poliesportiva Geraldo Silveira, no município de Jaicós-PI –, que teve sua construção iniciada em 1833 e concluída em 1839. Ele foi o vigário de sua paróquia por anos (DA SILVA, 2018).

No dia 1 de novembro de 1850, o padre Marcos reuniu todos os que trabalhavam com ele na fazenda, na igreja, na casa e na escola, e diante deles anunciou que morreria em três dias. E assim foi, no dia 4 de novembro de 1850, aos 70 anos, ele faleceu, na Casa Grande da fazenda Boa Esperança, onde foi sepultado. Seus restos mortais se encontram enterrados dentro da sua obra prima, a Igreja de Nossa Senhora das Mercês (CRUZ, 2019).

Pode-se afirmar com afincos que o Padre Marcos de Araújo Costa foi um dos mais importantes e respeitados intelectuais piauiense durante o século XIX. Que embora, tenha escolhido viver uma vida simples, era inegável naquela época e até os dias atuais, seu prestígio social e político (DA SILVA, 2018).

É correto afirmar que a contribuição de Padre Marcos para a fundação do então município de Jaicós, antes vila, foi fundamental para o desenvolvimento da mesma,



devido a sua influência política e educacional na região, tendo ele sido muitas vezes referenciado como o “homem que construiu Jaicós”. Além disso, Padre Marcos também teve grande importância para as construções da época, no caso esta que é objeto de estudo, trata-se da Paróquia de Nossa Senhora dos Mercês.

Construída em estilo rococó com uma torre, a matriz de Jaicós foi concluída em 1839, construção somente possível graças “ao trabalho de benemerência do Padre Marcos de Araújo Costa”, que teve o cuidado, inclusive, de mandar colocar um galo de bronze na torre da igreja, costume europeu que também podia ser visto em muitas igrejas brasileiras, tradição que, conforme Rafael Filho, o padre trouxe de Portugal, acrescentando esse serviço à sua obra missionária e educacional, traduzido pelo belo e importante templo construído (SOUSA NETO, 2018, p. 250).

As ordens jesuíticas, uma vez que não sofriam com a autoridade direta da administração real e com seu governo independente situado em Roma, obtiveram grande força e influência nas regiões onde atuavam, estabelecendo relações de domínio para com os nativos e a população rural, devido à grande poder de persuasão. Que justifica a presença do clero secular nessas localidades, que impossibilitado de deter bens materiais próprios, mantinha-se através de recursos financeiros reais. “Os jesuítas expandiram núcleos de catequese, pregando o Evangelho nas fazendas e povoados e buscando o gentio para uma aculturação portuguesa e cristã”. (SILVA FILHO, 2007, p. 298).

A vila de Jaicós se originou de uma missão jesuítica, conhecida até então como aldeia do Cajueiro. Juntamente aos jesuítas alguns mercedários, consagraram a aldeia a Nossa Senhora das Mercês, e construíram a capela a ela dedicada e inaugurada em 05 de março de 1723, sendo o padre Tomé de Carvalho o responsável pela construção desta (PASCOS, 2011). Segundo os relatos do Padre Aires de Casal, sacerdote, geógrafo e historiador Português, que viveu durante muitos anos no Brasil, escrevendo o primeiro livro de edição brasileira, em 1817 (p. 293):

A freguesia de Nossa Senhora das Mercês, cujos primeiros habitantes eram pela maior parte de índios Jaicós, fica entre o Rio Itaim e a Ribeira das Guaribas. Todos os fregueses vivem dispersos: o vigário é quase o único vizinho da matriz, que fica mais de vinte léguas afastada da capital.

Em 1750 Sebastião José de Carvalho e Melo – o Conde de Oeiras e posteriormente conhecido como Marquês de Pombal – foi nomeado como primeiro-ministro, e passou a realizar uma série de reformas na metrópole e na colônia portuguesa, sendo uma destas a expulsão dos Jesuítas no Piauí no ano de 1759 (SOUSA, 2010).

Cerca de 64 anos após a consagração da primeira capela do aldeamento dos Jaicós, este viria a ascender ao posto de freguesia, por conta de características fisiográficas, segundo Sousa Neto (2018, p. 243):

Por suas terras férteis e em razão do potencial ao criatório, em 1787, a aldeia tinha 285 habitantes, entre descendentes indígenas da antiga redução jesuíta e colonos interessados em explorar a região. Desta forma, logo no princípio do século XIX, seus habitantes obtiveram autorização da coroa portuguesa para a elevação da aldeia à condição de freguesia, sob o nome de Nossa Senhora das Mercês de Jaicós, que, instalada em 1806, teve como primeiro pároco o padre Antônio Delfino da Cunha.

Capelas e Igrejas eram construídas por todo o sertão em aldeias para a catequização dos povos gentios, ou em curatos, onde residiam padres com ampla autonomia para atenderem às populações das fazendas de gado carentes de sacramento. Portanto, a população era atraída pelo edifício religioso, que justificava a formação das vilas. “Ausente a Câmara a Igreja controla a organização do espaço físico” (SILVA FILHO, 2007, p. 33).

Muitos oratórios eram instalados nas próprias fazendas como forma de soberania, mas com o aumento dessas populações, esse tipo de edificação deu lugar às capelas e igrejas de campo. Dessa forma, houve um processo de exteriorização, onde as mesmas eram dimensionadas para um pequeno número de fiéis, sendo acessíveis a devotos externos (escravos) mas não eliminando totalmente os oratórios privados (SILVA FILHO, 2007).

O limiar entre o mourão rural e a cruz urbana conecta aqui uma simplicidade estrutural: o curral, de provimento físico, fixando o devoto de patuá, indigente das graças celestes; a igreja, em auxílio espiritual, o atraindo para situar curatos. Resultaram, portanto, de populações já estabelecidas ou em formação. (SILVA FILHO, 2007, p. 17)

As vilas do período eram caracterizadas por uma hierarquia espacial seguida pelas “habitações individualizadas e perfiladas no lugar da maloca coletiva”, que seguiam os princípios cristãos. As cabanas de palha preservavam uma relação material e simbólica com a cultura indígena, ao mesmo tempo que traziam ideal de organização e disciplina pelo traçado onde essas construções eram dispostas de forma segregada à capela em alvenaria, fator que também resultou no cultivo da língua tupi, e na configuração onde se preservava a centralização dos terreiros, que mais tarde resultaria na praça retangular cristã – configuração que se faz presente na atual cidade de Jaicós, onde a vila teve início a partir da Paróquia locada em uma quadra retangular, adjacente à Praça Padre Marcos.

Também se faz importante característica das comunidades paroquiais da época, o surgimento destas nas proximidades de recursos hídricos, onde suas matrizes eram locadas em pontos altos da área, acima das inclinações que descem às águas. Na até então Vila de Jaicós, a paróquia de Nossa Senhora das Mercês fora assentada nas redondezas das fontes Gameleira e Paraíso. (SILVA FILHO, 2007)

As grandes praças retangulares foram propósito que se confirma em todas essas localidades, só quebrado por reforma posterior. O veio d'água foi o elemento catalisador para o assentamento das nucleações. De frente para ele e no platô mais elevado se ergueram as matrizes, indiferentes à orientação solar, projetando a monumentalidade a autoridade divina (SILVA FILHO, 2007, p. 15).

Por conseguinte, o feitiço tectônico das igrejas então existentes na Capitania, eminentemente as de Oeiras, Piracuruca, Jerumenha e Jaicós, ainda que bastante singelas quando comparadas aos imponentes monumentos do barroco mineiro e das capitanias litorâneas, mereciam destaque consoante a uma prévia autonomia urbanística. As construções religiosas, já não se tratavam de meros componentes dos “currais de gado para sufrágio dos comboios de tropeiros, ou dos já distanciados arraiais militares, mas obras de arte, arrojados empreendimentos do clero alimentados pelo direito de estola”. Em todas as igrejas do período a liturgia de fundação fora celebrada anteriormente ao governo civil e a uma estruturação política, e juntamente a elas, foram consagradas as primeiras definições de natureza urbanística (SILVA FILHO, 2007).

As vilas eram fundadas em regiões de produção predominantemente rural, onde o gado era pilar da economia local; fator que não favorecia a migração das pessoas do campo para as áreas de adensamento populacional, que iam à vila somente para trocar produtos da fazenda e para os festejos da Igreja. (SILVA FILHO, 2007). Por isso alguns benefícios eram concedidos aos moradores das vilas, como a “concessão de aforamentos, isenção de tributos e emolumentos por doze anos e até à não execução de dívidas contraídas fora delas, nos primeiros três anos de residências nas mesmas”, que se mostravam grandes atrativos, incentivadores à construção de habitações e povoamento das vilas (SILVA FILHO, 2007, p. 35). A Igreja ainda oferecia moradias a vaqueiros dispersos, tementes a Deus, exercendo sua principal função, uma vez que definira o espaço físico do povoado. De acordo com Silva Filho (2007, p. 35):

A igreja foi o componente de atração das populações rurais para a vida urbana. A política de funcionamento das vilas incluía, assim, a persuasão, através do ideal barroco e participação dos fregueses. Quanto mais e maiores as igrejas, mais importante o lugar.

De tal forma se fez a escala hierárquica da localização de prédios públicos e de residências da classe influente, ainda comum em cidades interioranas, que se relaciona com o traçado urbano onde a obra religiosa é disposta como núcleo dos assentamentos. À medida que ocorre o afastamento dessas nucleações, é perceptível o enfraquecimento dos rígidos traçados, e o decaimento da qualidade construtiva das moradias, evidenciando a precariedade presente nos subúrbios (SILVA FILHO, 2007).

A vila de Santana das Mercês ou Jaicós, como é mais geralmente chamada, [...] contém setenta e oitenta casas edificadas em uma grande praça quadrada, da qual apenas três lados estavam então completos, com uma bela igreja ao centro. Os arredores têm muitas choças da gente mais pobre, feitas principalmente de tronco e folhas de carnaubeira, abundante nas vizinhanças. Uns poucos vendeiros e comerciantes, como alfaiates, sapateiros etc. residem permanentemente na vila; mas a maioria das casas pertence a fazendeiros vizinhos, que só as ocupam durante o natal e outros festivais (GARDNER, 1975, p. 118).

Assim foi originada a paisagem das primeiras vilas, regidas por essas influências e condicionantes de residências sem recuos laterais, coladas umas às outras, “por um mesmo objetivo, como que agregando forças para enfrentar o agreste abrasivo, pungente, sobrenatural”. Os telhados em cumeeiras de mesma altura, podendo-se dizer, contínuas; águas voltadas para as frentes e fundos, onde se encontravam quintais, delimitando ainda o senso do que é público e privado, além de beirais de dupla bica. Não possuíam forros, deixando à mostra, em todos os cômodos, a telha vã. As fachadas conjugadas, transmitindo grande essencial de unidade, demonstravam união entre aquilo que se mostrava circundante ao núcleo religioso – organização espacial que é perceptível até os dias atuais na cidade de Jaicós, onde essas residências do período colonial foram preservadas até os dias de hoje nas proximidades da matriz (SILVA FILHO, 2007). O estudo e compreensão de como eram formadas as vilas da época faz-se fundamental para o entendimento do impacto que a Paróquia teve para a formação da cidade, sendo um local de atração, e tendo em suas origens, definido relações dos habitantes da até então vila, que perduram aos dias atuais, tendo a freguesia se desenvolvido ao posto de município.

O barroco foi um estilo que surgiu entre os anos de 1580, como uma forma de protesto a Contrarreforma, que tinha como objetivo ratificar os dogmas da Igreja. Emergiu na Itália e espalhou-se por toda a Europa Central e América Latina, estava diretamente ligado a Igreja Católica, por esse motivo não se propagou nos países protestantes. Em vários segmentos da arte (arquitetura, escultura, pintura, música,

literatura), o barroco se manifestou e possuía seus principais representantes. Em relação à arquitetura nesse período, tiveram como características os contrastes de luz e sombra, buscava um movimento e fantasia, fugindo assim da simetria, além de uma grande quantidade de ornamentos nas fachadas. (VIVA DECORA, 2018)

No Brasil, esse estilo foi introduzido no século XVII e perdurou até primeira metade do século XVIII (apogeu durante a exploração de ouro e diamante), tendo algumas influências europeias, mas possuindo suas características próprias, devido a restrições da época no que se relaciona à obtenção de materiais e técnicas específicas. O estado com maior acervo de arquitetura barroca no país é Minas Gerais, e o maior expoente do estilo foi Antônio Francisco Lisboa, conhecido como Aleijadinho. Os materiais utilizados pelos artistas brasileiros para fabricar os ornamentos foram a madeira e a pedra-sabão, tornando-os mais especiais por sua originalidade. Além da presença do ouro em muitos elementos, os tetos das igrejas eram formados por pinturas (todas de cunho religioso, obedecendo a sociedade da época). Nas capelas, a simplicidade dos materiais utilizados na construção das paredes (taipa, adobe, alvenaria) escondia no seu interior, por muitas vezes, sua beleza e grandiosidade. (VIVA DECORA, 2018)

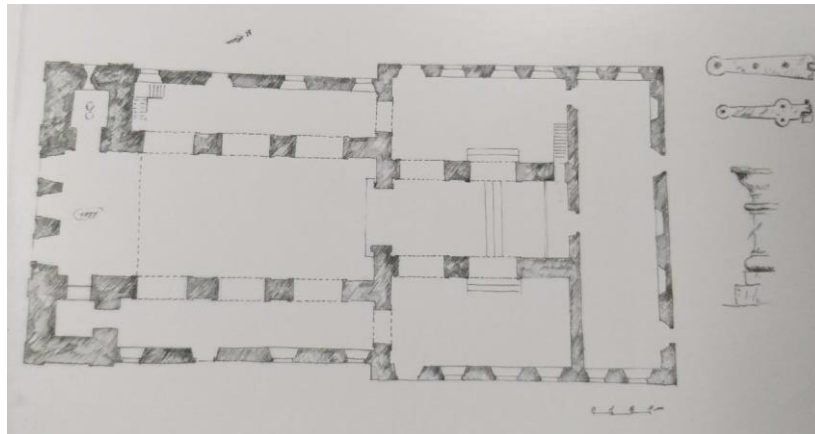
No período colonial, no estado do Piauí, com a chegada dos bandeirantes paulistas, a arquitetura barroca se categoriza como arquitetura colonial ou arquitetura sacra. Os principais materiais construtivos utilizados para as edificações nessa época eram a pedra e o barro, por serem locais e de fácil aquisição. Nas igrejas e capelas, a planta era de caráter simples, na maioria das vezes, sendo composta apenas pela nave central e o altar-mor (BURY, 2006). Desse modo, elucida-se o caráter sóbrio do exterior da Paróquia de Nossa Senhora das Mercês; sendo maior profusão de ornamentos reservada para o interior, no altar-mor e em locais pontuais nas laterais da entrada principal onde se concentram imagens, seguindo assim os ideais do estilo Barroco difundido na região.

### **Construção da Igreja Matriz: Materiais, Técnicas Construtivas e Reformas**

Ao que se diz respeito à arquitetura religiosa no Brasil, pode-se afirmar que tais edificações não poderiam ter sido construídas, sem o mínimo de conhecimento sobre arquitetura. Sabe-se que alguns padres, principalmente os jesuítas, tinham bastante conhecimento técnico e científico. (SILVA FILHO, 2007) Em Jaicós, o Padre responsável pela fundação da matriz – concluída no ano de 1839 – tinha apuro técnico em construção

e arquitetura, tendo sido sua obra considerada uma das melhores da província. O estilo trazido para o Brasil, pelos jesuítas, foi o da Contrarreforma, possuindo um estilo limpo de ornamentação, pesada, fechada e discreta. Na Matriz, a nave central e capela-mor são separadas por um arco-cruzeiro (Fig. 03), com capelas laterais, sacristia, transepto e coro, caracterizando o formato de cruz latina. (SILVA FILHO, 2007).

Figura 03 – Planta baixa da Matriz



Fonte: SILVA FILHO, 2007.

Entre os anos de 1914 e 1915 foram feitas reformas na matriz pelo então vigário, Cônego Miguel dos Reis Mello, compreendendo a construção da torre lateral esquerda (com o relógio) já prevista por Pe. Marcos, além da capela na lateral esquerda. Transformou-se também o depósito anexado ao corpo central na lateral direita em capela, pela abertura de arcos de comunicação com a nave central e abertura de esquadrias na fachada, da mesma forma que foi executada na ala lateral esquerda. (CRUZ, 2019)

Em 1937 foi concluída pelo Pe. José Limmermam a cúpula da nova torre para a celebração do 1º centenário da igreja. Esta festa teve uma grande repercussão na região, tendo sido anotado no livro do tombo, a participação de 10.000 fiéis. Em 1953, é construída a sacristia, pelo aforamento de 5 metros na parte inferior da igreja. Já em 1954, o teto da igreja é substituído por um telhado contínuo de duas águas, em lugar do desnível existente anteriormente entre o teto da nave central e das capelas laterais. (CRUZ, 2019)

Em 1955, é feita uma reforma onde se executam o estuque e forro da nave central, além da platibanda; são abertos arcos sobre as portas e janelas das fachadas laterais; é feita a pintura externa. Sabe-se ainda que o piso em ladrilhos existentes atualmente na igreja foi colocado na década de 50. O piso original executado em tijoleira, pode ser

observado ainda em seus vestígios remanescentes no piso da torre lateral direita ao nível do coro e sob a torre lateral esquerda ao nível da nave central. (CRUZ, 2019)

Em todo o interior da Igreja, fez-se uso do ladrilho hidráulico, que possui uma maior resistência. (Fig. 04) Na parte superior, referente a torre lateral direita, foi utilizado o ladrilho artesanal de barro cozido, bastante utilizado nas casas urbanas. Além disso, no que se refere ao lugar destinado ao coro e à sacristia, confere o piso de madeira (tabuados corridos). (SILVA FILHO, 2007)

Figura 04 – Ladrilho hidráulico utilizado na Matriz, com destaque na nave central



Fonte: Arquivo pessoal, 2019

Quanto à imaginaria existente na igreja, tem-se como peça de maior interesse a primitiva imagem de N. Sra. Das Mercês, trazida pelos jesuítas. Esta imagem mede 43cm de altura, é esculpida em madeira e se encontra guardada em bom estado de conservação. Calcula-se mais de 200 anos de idade. Atualmente, a imagem que se encontra na igreja foi trazida da Bahia, há 100 anos, doada pela esposa de um rico fazendeiro por uma graça alcançada.

Ainda como indicador da importância da igreja, pode-se considerar o seu arquivo, onde estão registrados todos os batizados ocorridos até o início do século no vasto território que abrangia a paróquia de Jaicós, compreendendo as cidades de Picos, Pio IX e Paulistana (CRUZ, 2019). Devido às dificuldades do meio rural, a aquisição de ferragens era limitada. Na Matriz de Jaicós as dobradiças utilizadas nas portas e janelas, remanescentes da era colonial, são do tipo leme e cachimbo, também é possível notar pequenos e frágeis ferrolhos de madeira (SILVA FILHO, 2007).

Devido ao barro ser facilmente encontrado em todo o Estado, favorecia a produção de adobes, telhas, tijolos, ladrilhos, etc. Depois da pedra, o adobe foi o elemento

construtivo de maior valor nas construções de edificações no Piauí. Não se sabe ao certo o início de sua fabricação, mas é com certeza uma das mais antigas, e utilizada até os dias atuais, fazendo-se presente inclusive no sistema construtivo da Paróquia de Nossa Senhora das Mercês. Pode-se observar também na fachada da Igreja, a presença de guarda-corpo de ferro forjado (Fig. 05), protegendo as sacadas avançadas nas janelas rasgadas por inteiro na parte superior à entrada principal e as janelas que ladeiam a mesma (SILVA FILHO, 2007).

Figura 05 – Guarda-corpo de ferro forjado na fachada frontal



Fonte: Arquivo pessoal, 2019

### **Paróquia de Nossa Senhora das Mercês: O seu Papel Enquanto Patrimônio para o Estado**

Atualmente, com todo o dinamismo e desenvolvimento tecnológico, certos fatores no que se relacionam ao espaço arquitetônico passam a ser modificados, consoantes à especulação imobiliária e a definição de novos programas e ideais estéticos contemporâneos, sinônimos do progresso; teme-se então o esquecimento, que certos bens quando analisados em um recorte empresarial sejam vistos como obsoletos. De tal forma faz-se importante que sejam levantadas discussões acerca da história, do patrimônio e das memórias coletivas e individuais, pois há certa preocupação sobre os danos causados à



memória e identidade histórica que conservam informações para que o passado continue a ser lembrado e conhecido (SOUSA, 2018).

A Preservação de Bens Culturais tem relação com a memória coletiva e individual, tendo em vista que a memória é a maneira pela qual a sociedade compreende o passado, forma a sua identidade, e resgata laços com sua ancestralidade (SOUSA, 2018). Desse modo, compreende-se que com a proteção do patrimônio cultural há “a garantia de que a história local continuará a ser conhecida e, com a atuação dos poderes governamentais, esta poderá ser valorizada e divulgada, para gerações futuras” (FERREIRA, 2006, p. 1782).

No sertão piauiense, grande parte dos exemplares arquitetônicos possuem o caráter de arquitetura rural. Composta por materiais orgânicos e naturais da flora local, logo, essas construções apresentavam maior fragilidade e sofriam bastante com intempéries. Como descreve Silva Filho (2007, p. 145): a maioria das casas de fazenda, convertida em ranchos agregados, segue o destino irreparável da ruína.

A história da Fazenda Boa Esperança (Fig. 06) faz parte desse cenário de esquecimento de bens da arquitetura rural, pois a edificação que abrigava a sede da Fazenda era um típico exemplar da arquitetura presente no sertão no Piauí durante o século XVII. Posteriormente, fora adaptada por Pe. Marcos à função de um colégio internato, um dos primeiros empreendimentos educacionais do Piauí Província; tendo em vista a importância histórico e cultural desse bem, o mesmo foi inscrito no Livro do Tombo em 05 de setembro de 1992, (FUNDAC, 2019). Apesar do valor arquitetônico dessa obra e da proteção legal que a envolvia, a antiga residência fora demolida. A exaustão dos materiais construtivos empregados é um fator adjacente a não perduração do imóvel, onde pela natureza orgânica dos insumos utilizados faz-se necessária manutenção para que ocorra maior permanência (SILVA FILHO, 2007).

A antiga escola encontra-se atualmente um pouco descaracterizada de seu partido original, uma vez que passou por reforma e um trecho caiu por falta de reparo, trecho que abrigava a antiga varanda. A edificação retrata através de sua simplicidade construtiva e plástica a arquitetura produzida no século XVIII no Piauí, onde predominam na volumetria os cheios sobre os vazios, soluções técnicas empregando carnaúba, tijolos em adobe, esquadrias em madeira fichada, acarretando tudo isso em produto altamente simples e significativo da nossa cultura (FUNDAC, 2019).

Figura 06 – Casa do Padre Marcos de Araújo, na sede da Fazenda Boa Esperança



Fonte: Fundac, 2019, p. 1

Diferentemente do meio rural, no meio urbano as edificações não são reféns diretas apenas da precariedade das técnicas construtivas, mas também da renovação de traçados e de um aceleramento no ritmo do crescimento das cidades. Segundo Silva Filho (2007, p. 146):

Em todo o Estado, a homogeneidade urbanística foi notadamente afetada na primeira metade do século XX, através do ajustamento de novos modelos que se consolidavam na arquitetura da nova capital, especialmente das platibandas, seguidos dos formatos afastados das divisas e alinhamento.

Com os investimentos agora direcionados para Teresina, cidades de maior idade e tradicional traçado urbanístico, “estacava o seu já arrastado desenvolvimento mergulhando no ostracionismo”; o que decerto gerou maior permanência das construções provinciais (SILVA FILHO, 2001, p. 149). Após o estabelecimento de uma nova ordem econômica, os terrenos passam a ter maior valorização que os edifícios do passado neles locados, o que resultou e uma indiscriminada renovação construtiva, uma grande perda de edificações rurais e urbanas de interesse histórico, quando não descaracterizadas, carentes de referências de sua tipicidade local, sumariamente eliminadas. No sítio da atual cidade de Jaicós enquadram-se nessas perdas, duas importantes edificações, uma delas é A Casa do Padre Marcos de Araújo Costa, por ele construída em 1839, (Fig. 07 e 08) localizada nos arredores da Praça Matriz, figurou como uma das maiores e melhores casas da cidade no período; posteriormente servindo de residência a outros proprietários e de casa paroquial. Foi completamente demolida, atualmente em seu antigo local consta uma construção de tipologia comercial (SILVA FILHO, 2007).

Figura 07 – Residência do Pe. Marcos em Jaicós



Fonte: SILVA FILHO, 2007.

Figura 08 – Cartela sobre a porta de entrada, onde consta o ano da construção



Fonte: SILVA FILHO, 2007.

A outra grande perda é o chamado Sobrado Rosa dos Peixes (Fig. 09), assim conhecido por possuir na fachada 2 peixes entrelaçados em relevo de massa. Aparentemente, constava como o sobrado mais antigo da cidade. Tendo pertencido ao irmão do Visconde de Parnaíba Manoel Clementino de Souza Martins. A construção em alvenaria de tijolo, dotada de sacadas com balcões de ferro forjado, sendo o principal um destaque, por possuir o monograma de José Rafael Leal Lelis. (Fig. 10). Mesmo tombado pelo Estado no ano de 1992, o sobrado fora posteriormente demolido, o que mostra o lamentável descaso da população para com o patrimônio, que provavelmente sequer tinham conhecimento do registro do sobrado no Livro do Tombo, e da sua relevância como bem histórico para a cidade (SILVA FILHO, 2007).

Figura 09 – Sobrado Rosa dos Peixes, Jaicós



Fonte: SILVA FILHO, 2007.

Figura 10 – Monograma no balcão central do sobrado



Fonte: SILVA FILHO, 2007.

Também figura como uma edificação pega pelo descaso, a Casa de Odilon Reis, resistentemente sobrevivendo às novas configurações urbanas e necessidades espaciais. A edificação, pelo que aparenta, figurava como uma das mais imponentes da cidade, antigamente ocupando cerca de uma lateral inteira de um quarteirão, atualmente limita-se a uma esquina remanescente de demolições que deram espaço a novas construções. A residência nunca fora tombada como Patrimônio do Estado, não existem políticas públicas ou privadas para a conservação do bem, o que resulta em seu lamentável estado em ruínas.

Figura 11 – Casa de Odilon Reis em seu estado atual



Fonte: Arquivo pessoal, 2019

De tal forma é possível que se estabeleça um paralelo entre patrimônio e os vínculos pessoais que se relacionam com este. As edificações anteriormente citadas, mesmo sendo de importante valor para a história da cidade, eram de uso privado. Esse fator provavelmente justifica a despreocupação em preservá-las. Na contramão disso, observa-se a valorização direcionada à Paróquia de Nossa Senhora das Mercês, que atravessou séculos, sempre servindo ao povo, com sua imponência através da liturgia, recebendo respeito transmitido de forma ancestral.

Esse cuidado, e a atribuição desses laços para com a Igreja Matriz da cidade, decerto são os motivos que a mantiveram em constante preservação e reparo. O monumento faz parte do cotidiano da população, atravessando gerações, desde a infância quando as crianças se reúnem na Praça Padre Marcos aos pés da Igreja à vida adulta e aos mais longevos, que louvam o espaço e prestam importantes vivências no interior deste. (Fig. 10) Mesmo que vago, há um maior conhecimento acerca da valorização do patrimônio, não apenas pelos caminhos da fé daqueles que habitam a urbe, como também pelo viés de seu significado histórico, figurando como ponto inicial da formação da cidade em si. Portanto até os dias atuais, a Paróquia permanece na incumbência de nucleação da cidade, de ponto de encontro para a sociedade e de cartão postal para os visitantes.

O patrimônio histórico, materializado na forma de construções, vem manter vivo todo esse cabedal intelectual e cultural de civilizações anteriores à atualidade, porque é o testemunho vivo e tangível de épocas passadas, e faz com que se possa entender os fatos mediante um “mergulho” no contexto físico da época, dos costumes, pensamentos e o próprio cotidiano dessas gerações anteriores (FERREIRA, 2006, p.1782).

A Igreja Matriz encontra-se na nucleação da atual cidade de Jaicós-PI, Bairro Centro, na Praça Padre Marcos. Remetendo a configuração comum da época colonial, onde as praças adjacentes às Paróquias funcionavam como locais de aglomeração urbana e de encontros sociais. Nos dias de hoje, o entorno é composto por construções coloniais, em sua maioria em bom estado de conservação, salvo outras edificações que foram completamente demolidas e em seus lugares constam edifícios contemporâneos. Na localidade da vigente Quadra Poliesportiva Geral do Silveira fora levantada em 1723 a primeira capela jesuítica, quando a cidade ainda configurava-se como aldeamento.

Figura 12 – Igreja Matriz de Nossa Senhora das Mercês no encerramento da procissão do Sesquicentenário, no ano de 1987



Fonte: Arquivo pessoal de Francisco das Chagas Cruz, 2019

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tendo em vista o conteúdo anteriormente explanado, conclui-se que, o objetivo da preservação dos monumentos é proteger os próprios bens materiais, mas também o testemunho histórico que deles faz parte. Diante disso, destaca-se a importância da participação da comunidade no processo de intervenção em bens culturais, onde a proteção patrimonial só ocorre quando aliada à preservação do significado desses bens culturais (SILVA, 2021).

A conservação de igrejas coloniais na América Latina pode ser considerada uma das manifestações mais antigas âmbito da preservação patrimonial. É interessante notar que a importância da igreja Católica na colonização ibérica das Américas explica a escolha estratégica de preservar edifícios de cunho religioso nas antigas vilas. Em contrapartida, a ruína é consequência da condição de abandono que aflige esses exemplares da arquitetura rural; que muitas vezes caem em esquecimento e tem seu valor minimizado em detrimento de construções da elite da época, que podiam ser encontradas nos arredores das praças e igrejas, e eram providas através de melhores e mais duradouros materiais e técnicas construtivas (SILVA FILHO, 2007).

Portanto, uma importante questão observada na pesquisa em questão se faz além do uso da Paróquia no cotidiano da cidade, mas também o fato do patrimônio ser de fruto colonial. Esse aspecto se justifica por conta da nossa cultura hegemônica, que faz com que os registros existentes acerca de manifestações culturais de diversos povos sejam vítimas de uma “memória coletiva”. A Igreja, por se tratar de um bem cultural de origem religiosa, e voltada para o povo branco e da elite colonial, teve tanto sua construção e preservação quanto sua institucionalização como patrimônio facilitados.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasílica*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817.

CRUZ, Francisco das Chargas. Depoimento Oral. Entrevista concedida as pesquisadoras Maria Eduarda de Lima Coutinho, Tamyres Cristina Lemos e Silva e Vanessa Matos Cabral. Jaicós, abril, 2019.

DA SILVA, Valdo Benedito. *Raízes de Padre Marcos: Memórias e Legados dos que Sonharam e Construíram*. Teresina: Ed. do autor, 2018.

FERREIRA, Cláudio José Pinto et al. “A Importância do Patrimônio Histórico Joseense”. *Revista Univap*. São José dos Campos, v. 13, n. 24, out. 2006, p. 1782-1784.

FUNDAC – Fundação Cultural do Piauí. Casa do Padre Marcos. Disponível em: <<http://www.ipatrimonio.org/?p=46451>>. Acesso em: 28 de abril de 2019.

GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil: Principalmente nas Províncias do Norte e Nos Distritos do Ouro e do Diamante Durante os Anos de 1836-1841*. São Paulo: Ed. da USP, 1957.

JORNAL DE PICOS. “Quem foi o Padre Marcos” Picos: Ed.do jornal, março de 1999, p.4.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. *Povos Indígenas do Sudeste do Piauí: Conflitos e Resistência nos Séculos XVII e XIX*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2004.

PASCOM – Pastoral da Comunicação. *Histórico de Nossa Senhora das Mercês*. Jaicós (PI). Disponível em: <[http://paroquiadejaicos.blogspot.com/p/pascom\\_05.html](http://paroquiadejaicos.blogspot.com/p/pascom_05.html)>. Acesso em: 14 de abril de 2019.

REDAÇÃO MUNDO ESTRANHO, *Revista Superinteressante*. “Por que o Piauí foi colonizado pelo interior?” São Paulo: Ed. Abril, abril de 2018, p. 1.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. *Carnaúba, Pedra e Barro na Capitania de São José do Piauí*. Volume I – Estabelecimentos Rurais. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2007.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. *Carnaúba, Pedra e Barro na Capitania de São José do Piauí*. Volume II – Arquitetura Urbana. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2007.



SILVA FILHO, Olavo Pereira da. *Carnaúba, Pedra e Barro na Capitania de São José do Piauí*. Volume III – Urbanismo. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2007.

SILVA, Tamyres Cristina Lemos e. *Centro Cultural Santana: projeto de reabilitação arquitetônica da antiga usina santana s/a em teresina-pi*. 2021. 231 f. Monografia (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Uninovafapi, Teresina, 2021. CDROM.

SOUSA NETO, Marcelo de. “O padre, a vila e o galo da torre: padre Marcos de Araújo Costa e a vila de Jaicós (Piauí, 1832-1850)”. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, mai./ago./2018, p. 241-262.

SOUSA NETO, Marcelo de. *Entre Vaqueiros e Fidalgos: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009.

SOUSA, Lourenilson Leal. *História da Educação Jaicoense: Dos Primeiros Aldeamentos ao Ginásio Padre Marcos*. Mestrado em Educação – Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2010.

SOUSA, Priscila Carvalho Mendes de. *A Importância do Patrimônio Histórico como Instrumento de Preservação da Memória*. Monografias Brasil Escola. Disponível em: <<https://monografias.brasescola.uol.com.br/historia/a-importancia-patrimonio-historico-como-instrumento-preservacao.htm>>. Acesso em: 28 de abril de 2019.

TYBEL, D. *6 tipos de citação mais comuns em TCC*. Guia da Monografia, 2017. Disponível em: <<http://guiadamonografia.com.br/tipos-citacao/>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

VIVA DECORA, *Arquitetura barroca: o estilo no mundo e também no Brasil*, 2018. Disponível em: <<https://www.vivadecora.com.br/pro/arquitetura/arquitetura-barroca/>>. Acesso em: 15 de abril de 2019.

**Capítulo 6 - DOI:10.55232/10830012.6**

**DESENHO ANIMADO E HISTÓRIAS EM QUADRINHOS  
NO ENSINO DE CIÊNCIAS**

**Lisiane das Neves Marques**

**RESUMO:** Os desenhos animados e as Histórias em Quadrinhos (HQs) podem ser recursos audiovisuais que auxiliam no processo cognitivo dos estudantes, através da problematização de conceitos e da conexão com o cotidiano. O objetivo deste trabalho foi apresentar a série animada “Patrulha da Água” e as HQs, disponíveis no portal H2OJE, a estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental, a fim de examinar o modo como compreendem o Ciclo da Água, a partir de suas produções textuais e desenhos. Neste estudo, estas ferramentas, aliadas às explicações docentes, contribuíram para que a maioria dos estudantes elaborasse textos com compreensões avançadas das ideias do tema e apresentasse desenhos mais detalhados sobre o Ciclo da Água.

**Palavras-chave:** Ciclo da Água, Desenho Animado. História em Quadrinhos

## **INTRODUÇÃO**

A água é um recurso fundamental para a sobrevivência dos ecossistemas e da humanidade, sendo importante que os estudantes compreendam o ciclo hidrológico e os impactos antrópicos que ocasionam as mudanças climáticas e a escassez hídrica (GROTZINGER e JORDAN, 2013). Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) abordam o tema, sugerindo sua utilização no processo ensino-aprendizagem:

Dentre esses ciclos, por exemplo, um dos mais importantes é o da água. Ao ser trabalhado, espera-se que o professor ressalte a necessidade desse recurso para a vida em geral; a importância que sempre teve na história dos povos; a noção de bacia hidrográfica e a identificação de como se situa a escola, o bairro e a região com relação ao sistema de drenagem; a ação antrópica e a conseqüente tendência de escassez de água com qualidade suficiente para os objetivos do uso humano; de que forma a reciclagem natural pode ser prejudicada por processos de degradação irreversíveis, a importância para a sociedade dos recursos dos rios, do mar e dos ecossistemas relacionados a eles, etc. (BRASIL, 1997, p. 44).

Esses e outros conhecimentos de ciências podem ser problematizados com o auxílio de diversos recursos pedagógicos envolvendo as tecnologias da informação e comunicação (TIC), tais como os desenhos animados e as histórias em quadrinhos (HQs). Em pesquisa realizada com docentes e alunos, Leles e Miguel (2017) confirmaram que os recursos audiovisuais auxiliaram no processo cognitivo dos estudantes, através da problematização de conceitos e da conexão com o cotidiano. Os desenhos animados e as HQs apresentam uma linguagem lúdica, com narrativas que estimulam a imaginação e despertam emoções (JACOB, MAIA e MESSEDER, 2017). Esses autores ainda comentam que os desenhos animados auxiliaram a fomentar a concentração, entusiasmo, interação, espírito investigativo e o interesse científico dos alunos por conceitos de Química envolvendo os estados físicos da água.

Ao buscar investigar aquilo que os estudantes conhecem sobre um determinado tema pode-se utilizar representações da linguagem verbal (palavras ditas ou escritas) e da não verbal (signos visuais). Os desenhos constituem um tipo de linguagem não verbal e podem ser instrumentos muito importantes na análise dos conhecimentos e valores sobre os recursos naturais, como a água, que é um recurso essencial para a vida humana (SCHWARZ *et al.*, 2016).

Pesquisa realizada por Mesquita e Soares (2008) sugere que os desenhos animados podem “motivar debates que privilegiam a construção do conhecimento

científico com base em um universo familiar ao estudante” (p.417), contudo, é preciso que os professores problematizem as visões de ciência mostradas nos desenhos, pois podem trazer uma imagem estereotipada do cientista e da ciência, de modo que:

Reconhecer as visões de ciência que permeiam o discurso implícito nos desenhos animados torna-se importante na medida em que estes discursos refletem e influenciam o pensamento das pessoas em geral; e, de forma mais evidente, influenciam as crianças e os jovens pelo fato de que estes estão formando seus conceitos e ideias sobre o mundo, e o desenho animado é um universo familiar ao jovem estudante (MESQUITA e SOARES, 2008, p. 425).

De acordo com Matos e Almeida (2011), as HQs utilizam linguagens de fácil compreensão, tratando de fatos e atividades presentes no cotidiano da criança, o que torna a leitura prazerosa, pois os estudantes se identificam com os personagens. As autoras ainda comentam que as HQs proporcionaram a reflexão dos alunos do ensino fundamental sobre temas como a importância da água, mudança de estado físico e o ciclo da água, problematizando o debate sobre o “relacionamento do homem com o meio ambiente e dos atos praticados pelos alunos que ajudarão na sustentabilidade do meio ambiente” (p.60).

Os discentes também podem ser incentivados a criarem suas próprias HQs, como indica o estudo de Souza e Lavor (2018), no qual os estudantes do ensino médio elaboraram HQs, de forma autoral e criativa, sobre o ciclo hidrológico e as formas de uso da água pela sociedade humana. Esses autores identificam características das HQs - linguagem e estruturação própria, forma artística, técnicas de desenho, elaboração de roteiro, argumentos e organização de cenas e fenômenos – que as configuram como “instrumentos de aprendizagem que possibilitam ampliar as possibilidades de construção do conhecimento” (p.349), através da mobilização de “habilidades e competências adquiridas em outras disciplinas fundamentais à formação do aluno como cidadão e agente transformador do meio ambiente onde vive” (p.350).

A pesquisa tem como objetivo analisar o modo como os estudantes compreendem o Ciclo da Água (C.A), abordado em série animada e histórias em quadrinhos (HQs), a partir de suas produções textuais e desenhos.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa ocorreu em uma escola pública estadual do município de Rio Grande- RS, envolvendo 33 estudantes de duas turmas de 6º ano do Ensino

Fundamental. Os dados foram coletados nas aulas de Ciências, no ano de 2020 e devido à pandemia Covid-19, as aulas ocorreram de forma remota, através da Plataforma *Google Classroom*. A pesquisa tem abordagem qualitativa e quantitativa, com análise de conteúdo de BARDIN (2011).

Foi apresentada uma série animada desenvolvida pela Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN). No portal H2OJE (<https://www.h2oje.com/patrolha-da-agua/>). Acesso em: 24 abr. 2021), a série “Patrulha da Água” está disponível em oito episódios (Figura 1) e conta a história de duas crianças que participam de ações para melhorar a qualidade da água do rio que estava sendo afetado pela poluição. Todos os episódios da série foram apresentados aos estudantes, durante dois meses, através de aulas síncronas e assíncronas, abordando vários conceitos científicos, tais como ciclo da água, nascentes, lençol freático, bacias hidrográficas, estação de tratamento de água, sustentabilidade, descarte de resíduos, poluição aquática. Este relato apresenta a análise da abordagem dos conceitos sobre Ciclo da Água (C.A) e mudanças de estado físico da água. Além dos episódios da série animada, foram apresentadas as Histórias em Quadrinhos (HQs; Figura 2) disponíveis no portal H2OJE.



**Figura 1:** Cena de um dos episódios da série animada “Patrulha da Água”, disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=-j1\\_0Hb2Q2E](https://www.youtube.com/watch?v=-j1_0Hb2Q2E)>. Acesso em: 25 abr. 2021.



Figura 2: Uma das HQs apresentada aos estudantes. Disponível em: <<https://www.h2oje.com/patrolha-da-agua/>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

Na série animada as explicações sobre C.A estão presentes no 7º episódio. As HQs tratam sobre o C.A e estão organizadas em cinco quadros (Tabela 1). As definições sobre o processo do C.A, na série animada e nas HQs, são apresentadas na forma de textos e imagens.

Tabela 1 - Organização das informações sobre ciclo de água nas histórias em quadrinhos.

Conceito	Definição do conceito
Evaporação	Definição apresentada no quadro 3 – Texto e Imagem
Transpiração	Não apresenta o conceito
Sublimação	Não apresenta o conceito
Condensação	Definição apresentada nos quadros 3 e 4 – Texto e Imagem
Precipitação	Definição apresentada no quadro 4 – Texto e Imagem
Infiltração	Definição apresentada no quadro 4 – Texto e Imagem
Conclusão	Não retoma as etapas do ciclo da água; apresentada no quadro 5 – Texto e Imagem

Fonte: Adaptado de Silva, Aguiar-Júnior e Belmiro (2015).

Após os estudantes assistirem cada episódio da série animada e as HQs, houve interação com a docente, a partir da discussão de sentidos sobre C.A, reforçando conceitos sobre os estados físicos da água. A professora trouxe informações adicionais e também utilizou questionamentos sobre informações ausentes na série animada e nas HQs. Foram necessários esclarecimentos sobre transpiração e sublimação (Tabela 1), visto que estas informações não estavam presentes nos episódios da série e nas HQs. Tais informações foram apresentadas em *slides*, elaborados pela docente.

O propósito deste estudo foi apresentar a série animada “Patrulha da Água” e as HQs e examinar o modo como os estudantes compreendem o Ciclo da Água (C.A), a partir de suas produções textuais e desenhos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A partir da série animada, das HQs e dos *slides*, foi proposto que os discentes pensassem no C.A e tentassem explicá-lo na forma de texto ou desenho. Os textos escritos foram elaborados por 22 estudantes, enquanto que 11 alunos fizeram desenhos. A produção escrita discente apresentava características variadas, tais como textos curtos ou longos, com ou sem numeração das etapas do ciclo da água, compreensões mais e menos avançadas e até a falta de relação com o tema (Tabela 2).

**Tabela 2 – Características dos textos escritos dos alunos.**

Características observadas nos textos escritos dos discentes	Frequência	
	Número	%
- Texto escrito numerado em sequência por etapas do processo do ciclo da água	01	05
- Texto escrito que apresenta indícios de compreensão de ideias e conceitos do tema	07	32
- Texto escrito que apresenta compreensão avançada de ideias e articulado com conceitos do tema	12	54
- Texto escrito desarticulado com o tema	02	09

Fonte: Adaptado de Silva, Aguiar-Júnior e Belmiro (2015).

A maioria dos estudantes (54%) conseguiu compreender as etapas que envolvem o C.A (Tabela 2), elaborando textos com compreensões avançadas, conforme indica o relato de um discente:

A água é encontrada nos diferentes estados físicos no planeta, apresentando a forma líquida, sólida e gasosa. Durante o ciclo da água, essa substância muda de estado, evaporando da superfície dos rios, lagos e oceanos, se condensando para que o vapor forme as nuvens. A água retorna para a superfície da Terra pela precipitação, através da chuva. (Relato de estudante do 6º ano do Ensino Fundamental).

Textos escritos com indícios de compreensão de ideias e conceitos do tema foram elaborados por 32% dos estudantes, enquanto que a numeração das etapas do C.A foi utilizada por apenas 5% dos discentes. A pesquisa de Silva, Aguiar-Júnior e Belmiro (2015) também investigou a linguagem dos desenhos e dos textos verbais escritos por estudantes do ensino fundamental, entretanto, utilizando um infográfico animado para

explicar o C.A. Neste estudo, a maioria dos alunos (45%) elaborou textos verbais articulados com o tema, 15% dos textos apresentavam indícios de compreensão de ideias e conceitos, 20% dos estudantes utilizaram a numeração das etapas do C.A e apenas 10% dos textos apresentavam falta de domínio na escrita, sendo desarticulados com o tema.

Percebe-se que os desenhos (Figura 3) apresentam características variadas, tais como setas circulares, etapas nomeadas, numeradas ou dispostas em quadrinhos, ou até desenhos com pouco ou nenhum conceito sobre C.A (Tabela 3).



**Figura 3:** Alguns desenhos produzidos pelos estudantes sobre o tema Ciclo da Água (C.A). Nos desenhos são utilizadas setas circulares e as etapas do ciclo estão nomeadas.

**Tabela 3 – Características dos desenhos dos alunos.**

Características observadas nos desenhos dos discentes	Frequência	
	Número	%
- Desenho que utiliza representação de setas circulares e nomeia as etapas do ciclo da água	05	46
- Desenho que utiliza a representação de setas circulares e não nomeia as etapas do ciclo da água	02	18
- Desenho numerado em sequência que utiliza setas circulares e nomeia as etapas do ciclo da água	01	09
- Desenho organizado em quadrinhos, sem numeração e nomeia as etapas do ciclo da água	01	09
- Desenho que apresenta pelo menos um conceito ou ideia discutida nas aulas sobre o tema	01	09



- Desenho que não apresenta conceitos ou ideias evidentes sobre o ciclo da água	01	09
---	----	----

Fonte: Adaptado de Silva, Aguiar-Júnior e Belmiro (2015).

Na série animada e nas HQs, o C.A estava indicado por setas circulares e sem nomear as etapas, e essa representação apareceu em 18% dos desenhos dos estudantes (Tabela 3). Contudo, percebe-se que a maioria dos alunos complementou as explicações da série animada e das HQs com os *slides* preparados pela docente, visto que, em 46% dos desenhos, o C.A estava representado com setas circulares e nome das etapas (Tabela 3), conforme mostrado nos *slides*. A presença de setas e a utilização de nomes para identificar as etapas do C.A podem indicar que o aluno elaborou uma construção de conhecimento mais aprofundada sobre o tema.

A pesquisa realizada por Brum e Silva (2015) mostrou que alguns estudantes de uma turma de 6º ano do Ensino Fundamental elaboraram desenhos utilizando, concomitantemente, setas e nomes para identificar as etapas do C.A, após terem assistido a um vídeo e realizado leituras de textos sobre a temática. Desse modo, segundo os autores, os recursos de ensino utilizados auxiliaram os alunos no “trânsito entre o concreto e os níveis de conhecimentos mais abstratos (os conceitos científicos)” (p.57).

Como o processo que dá origem ao C.A é motivado pela energia da radiação solar, procurou-se identificar o sol nos desenhos dos estudantes. Constatou-se a presença dele em 73% (n = 8) dos desenhos. Apenas três estudantes não representaram o sol em seus desenhos.

Os alunos, geralmente, são pouco estimulados a fazer desenhos para expressar suas aprendizagens e este pode ter sido o motivo de apenas metade dos discentes (n = 11) escolherem realizar a atividade através de desenho.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A série animada e as HQs mostraram-se como ferramentas potenciais para o ensino sobre o C.A, uma vez que auxiliaram nas relações entre o concreto e os níveis de conhecimento mais abstratos (conceitos científicos) apresentando a ludicidade para conquistar as crianças. Neste estudo, estas ferramentas, aliadas às explicações docentes, contribuíram para que a maioria dos estudantes elaborasse textos verbais escritos com

compreensões avançadas e desenhos mais detalhados sobre o C.A, utilizando a representação de setas circulares e nomeando as etapas do ciclo da água. Percebe-se que o desenho tem sido pouco difundido como instrumento auxiliar ao processo de aprendizagem e sugerem-se pesquisas futuras em que se proponha a realização concomitante de desenhos e textos explicativos, feitos pelos próprios alunos, pois podem representar ferramentas para identificar as concepções prévias e analisar como poderão ser inseridas no ensino de Ciências.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: meio ambiente/saúde. Brasília: MEC/SEF, 1997. 128 p.

BRUM, W. P.; SILVA, S. C. R. Ensino de Ciências: o posicionamento de estudantes de sexto ano sobre o processo de formação do ciclo da água. **Revista Práxis**, ano VII, n. 13, p. 47-60, janeiro de 2015.

GROTZINGER, J.; JORDAN, T. **Para entender a Terra**. Porto Alegre: Bookman, 2013.

JACOB, T. S. G.; MAIA, E. D.; MESSEDER, J. C. Desenhos animados como possibilidades didáticas para ensinar conceitos químicos nos anos iniciais. **REnCiMa**, v.8, n.3, p.61-77, 2017.

LELES, D. G.; MIGUEL, J. R. Desenho animado como instrumento de Ensino de Ciências. **Revista de Educação, Ciências e Matemática**, v.7, n.1, p. 153-164, Jan/abr. 2017. Disponível em: <[file:///C:/Users/user/Downloads/4343-10731-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/4343-10731-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2021.

MATOS, P. N.; ALMEIDA, L. C. Histórias em quadrinhos como recurso interdisciplinar do tema meio ambiente: uma experiência com alunos do 3º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública. **Revista Ensino, Saúde e Ambiente**, v.4 (3), p. 52-64, 2011.

MESQUITA, N. A. S.; SOARES, M. H. F. B. Visões de Ciência em desenhos animados: uma alternativa para o debate sobre a construção do conhecimento científico em sala de aula. **Revista Ciência & Educação**, v. 14, n. 3, p. 417-29, 2008.

SCHWARZ, M. L.; HERMMANN, T. M.; TORRI, M. C.; GOLDBERG, L. “Chuva, como te queremos!”: representações sociais da água através dos desenhos de crianças pertencentes a uma região rural semiárida do México. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 22, n. 3, p. 651-669, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ciedu/v22n3/1516-7313-ciedu-22-03-0651.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2021

SILVA, A. F.; JÚNIOR, O. A.; BELMIRO, C. A. Imagens e desenhos infantis nos processos de construção de sentidos em uma sequência de ensino sobre ciclo da água. **Revista Ensaio**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 607- 632. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/epec/v17n3/1983-2117-epec-17-03-00607.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

SOUZA, A. S.; LAVOR, L. F. A construção de histórias em quadrinhos como prática de ensino para Educação Ambiental. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 8, n. 16, p. 347-359, jul./dez., 2018.

**Capítulo 7 - DOI:10.55232/10830012.7**

**ALTERNATIVAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA  
DOMÉSTICA: ESTUDO NA ALTA DOS CASOS, A PARTIR  
DO CONTEXTO HISTÓRICO SOCIAL**

**Heloisa Teixeira Domingues, Mateus Magalhães da Silva e Isael José Santana**

**RESUMO:** A violência contra a mulher precisa ser pensada cada vez mais pelo Estado e sociedade, a fim de assegurar o direito a viver sem qualquer forma de violação. Provinda de um contexto patriarcal e machista, se enraizou na cultura popular, naturalizando a subordinação e objetificação da mulher. Outrossim, o principal ambiente de violência contra a mulher é o doméstico e, com a pandemia da COVID-19, a necessidade de permanecer em casa por um maior período, acentuou o risco à vida da mulher que sofre violência: física, psicológica, moral, patrimonial e/ou sexual. Diversos projetos de acesso à informação nesta seara propiciaram novas medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, desde a busca pela efetividade de políticas públicas a movimentações de organizações da sociedade civil. Indaga-se: As novas estratégias implementadas durante o isolamento social foram eficazes? Pesquisas apontam que, no período de 2020, houve aumento no número de denúncias de violência doméstica, tendo como principais agressores companheiros, ex-companheiros ou namorados. Utilizou-se da pesquisa histórico-cultural com revisão bibliográfica, visando a melhor compreensão desta problemática. Suscitando, a efetivação dos direitos humanos frente ao ordenamento jurídico, assim como as medidas alternativas adotadas de combate a violência contra a mulher.

**Palavras-chave:** Violência, Mulher, Marginalização

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente artigo tem por escopo evidenciar alternativas de combate à violência doméstica e familiar, a partir do contexto histórico-social de raízes patriarcais e machistas. Este impasse cultural, que se perpetua desde os primórdios da civilização humana enraizado nas culturas de todo o mundo, naturalizou a subordinação e objetificação da mulher. Em razão dos altos índices de violência doméstica no Brasil, terá por prerrogativa a análise da estrutura social, a compreensão das negativas e consequências sociais advindas da violência perpetrada contra a mulher atualmente, e os mecanismos utilizados para combater esta situação degradante.

Com o objetivo central de atuar na implementação de novas alternativas de combate à violência contra a mulher, buscando a aplicabilidade de atividades no âmbito social buscará contrapor e sopesar os elementos e formas utilizadas mais viáveis e eficientes. Implicando as novidades legislativas com ênfase às medidas de enfrentamento a violência e políticas públicas, assim como a aplicabilidade de medidas alternativas advindas de ações populares.

O estudo das medidas de enfrentamento dirigiram-se de uma breve análise histórica até os momentos atuais, com ênfase as atividades desenvolvidas e aplicadas durante o período de 2020 ao primeiro semestre de 2021, no Brasil. Retrospectivo ao período pandêmico, que requereu alternativas mais inteligíveis frente ao isolamento social.

Tem como justificativa para estudo, o alto índice de violência doméstica contra a mulher no Brasil e a 5ª posição no ranking de países que mais matam mulheres por morte violenta no mundo (Mapa da Violência de 2015, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais). Hoje, mulheres compreendem a maioria na população mundial e índice de expectativa de vida (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2019). Constantemente ameaçadas pela condição de mulher, necessário se faz intervenções no contexto crítico social, que despertam a mulher a condição análoga a de pessoa humana.

É emergente a discussão a respeito dos movimentos, alternativas e medidas de enfrentamento ao combate à violência contra a mulher no Brasil e no mundo. Não apenas por representarem mais da metade da população mundial, mas por serem pessoas humanas dignas da proteção legal pela igualdade, isonomia e dignidade.

Para tanto, este trabalho está estruturado em quatro seções e seis subseções. Em primeiro momento, analisa-se a condição da mulher ao longo da história, desde as

primeiras civilizações a atualidade com a propagação de movimentos feministas e inovações legislativas. Em seguida, o trabalho traz explicações acerca das formas de violência, com posterior apresentação de medidas alternativas de combate. Propondo a reflexão acerca dos altos índices de relatos, homicídios e feminicídios durante o período de isolamento social. Por fim, são apresentadas as considerações finais com a oportunidade de refletir o nosso contexto social atual e o aumento no número de vítimas de violência doméstica.

## **2. A CONDIÇÃO DA MULHER AO LONGO DA HISTÓRIA HUMANA**

As mulheres, desde o início das civilizações esteve análoga aos mecanismos sociais de atuação. A crença religiosa foi um dos principais mecanismos utilizados de subjetificação da mulher, como forma de respaldo a desigualdade. Atividades de trabalho interno ao lar, e as demais restritas a esse ambiente, fazia parte do “comportamento” da mulher ideal.

O mito da beleza, no início do século XIX acentuou os estereótipos atribuídos a mulher ao longo da história. Utilizada como especificidades de padrões obrigatórios, reproduziam na mulher a figura ideal de sucesso. Delineada pelo sistema político de forma quase que hegemônica, manteve a hierarquia do homem sobre a mulher em seus padrões comportamentais, orientada pelo poder institucional (WOLF, 1991).

As ondas dos movimentos feministas propiciaram maior liberdade e conquista de direitos, antes jamais possíveis e imagináveis no plano real. Em busca de eliminar traços da construção social patriarcal, a religião “cedeu” e inovações legislativas no período propiciaram as mulheres alguns direitos trabalhistas e o voto. No entanto, esses direitos sociais democráticos, ainda não favoreciam a liberdade pessoal. Mulheres não possuíam o direito de dispor sobre seus próprios corpos e a liberdade de escolha a reprodução, pois essas escolhas não eram frutos de “mulheres respeitáveis”.

Ao longo das décadas a mulher foi sendo utilizada como produto de um sistema de mercado econômico, desde os afazeres do lar a profissionais de empresas, asseguradas quando compatíveis a um padrão comercial de beleza. Quando em profissões de visibilidade, a “beleza” era qualificação legítima para emprego ao cargo (WOLF, 1991).

Mulheres que exerciam dupla jornada, já naquele período eram vítimas secundariamente do abuso empregatício e do sistema repressivo judicial internacional.

Diversas mulheres vítimas de abuso relataram aos tribunais suas vivências que posteriormente foram represadas e culpabilizadas pela violência que sofreram.

Acontece, que a violência contra a mulher, nunca se ateve apenas aos ambientes comerciais, industriais ou judiciais. Mas, primariamente dentro de suas próprias residências por seus companheiros e familiares. A cultura de descarte de mulheres enquanto seres humanos, é anterior a qualquer iniciativa privada, desde a escolha do marido pelos seus pais, ao casamento infantil, seguridade do lar, o estupro marital e a gravidez consoante “regras” de reprodução cultural.

Durante décadas, movimentos feministas atuaram em prol ao reconhecimento da mulher como indivíduo humano respeitável e digna de respeito. Implementações legislativas, foram capazes de mudar a desigualdade formal através da norma, imputando consequências legais ao desrespeito a condição de mulher. No entanto, a cultura popular enraizada por padrões subjetivamente desiguais a figura feminina, ainda repercutem na sociedade e lutam contra movimentos que buscam o respeito à mulher.

A normatização da violência doméstica como crime é posterior a 2006, com o advento da Lei n.º 11.340, 7 de agosto de 2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha. O nome popular da Lei, faz homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, mulher, vítima de violência doméstica que durante mais de 19 anos buscou justiça pela violência perpetrada por seu ex-companheiro. Símbolo da representatividade feminina contra à violência doméstica, ainda hoje luta pela implementação de políticas públicas e repasse de informação à população através do Instituto que leva seu nome.

### **3. A LEI Nº 11.340/2006**

Marco a representatividade feminina e a violência doméstica e familiar, instituiu mecanismos para coibir, prevenir, punir e erradicar à violência perpetrada contra a mulher. Pelo período de quase duas décadas, Maria da Penha Maia Fernandes, lutou por justiça nos tribunais brasileiros. O caso ganhou repercussão, quando foi denunciado a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, no qual o Estado brasileiro foi responsabilizado por negligência, omissão e tolerância à violência doméstica praticada contra as mulheres brasileiras.

Em meados de agosto de 2006 a Lei n.º 11.340/2006 foi sancionada, reafirmando a seguridade dos direitos e a dignidade humana à mulher independente de raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião. A fim de propiciar

um viver sem violência, com a preservação da saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

A partir dessa, disciplinou as formas de violência doméstica contra a mulher, assistência, medidas preventivas e protetivas, obrigações ao agressor e demais especificidades no tramite dos crimes praticados contra a mulher no ambiente doméstico, que se apliquem a representatividade da Lei Maria da Penha.

Com efeito, incumbiu ao poder público e a sociedade, assegurar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos à dignidade da mulher e a promoção de políticas públicas, que garanta os direitos da mulher no âmbito doméstico e familiar.

## **4. DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA**

A Lei Maria da Penha, disciplina e favorece a compreensão das formas de violência contra a mulher em seu art. 7º. Nesse momento, trataremos das formas de violência praticadas contra a mulher, a partir da norma e doutrinas que dividem pensamentos convergentes.

A fim de facilitar a compreensão, importante conceituar o que compreende-se por violência. De forma geral, compreende-se por violência toda forma de imposição intencional contra si, alguém ou comunidade, manifestada pela força física, ameaças ou ações que inferiorizem e agridam aqueles(as) a que é dirigida. Na seara do presente artigo, subdivide-se em cinco diferentes formas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, vejamos:

### **4.1 FÍSICA**

Qualquer conduta humana que ofenda a integridade física ou saúde corporal.

É uma forma de violência que mais facilmente deixa marcas na pele de quem sofre, no entanto não é requisito para que se consume. Em sua grande maioria das vezes, vem acompanhada de abuso psicológico antes, durante e depois do ato executório principal. Dentre as possibilidades existentes estão: puxões de cabelo, empurrões contra a parede, móvel ou chão, tapas, socos e chutes (Instituto Maria da Penha).

### **4.2 PSICOLÓGICA**

Qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima, ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar



suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

Em 28 de julho de 2021, foi sancionada a lei que criminaliza a violência psicológica contra a mulher. Incluso no Código Penal Brasileiro no capítulo que versa sobre os crimes contra a liberdade individual, assemelha a redação já proposta na Lei Maria da Penha, a qual individualiza e caracteriza as formas de violência.

### **4.3 SEXUAL**

Qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força.

São exemplos da violência sexual: estupro, indução a comercialização ou utilização da sexualidade da mulher; atos que a impeçam de usar qualquer método contraceptivo; force o matrimônio, à gravidez, aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (Instituto Maria da Penha).

### **4.4 PATRIMONIAL**

Trata-se da retenção, subtração, destruição parcial ou total dos objetos da mulher, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores, direitos ou recursos econômicos, incluindo-se aqueles destinados a satisfazer suas necessidades, de forma proposital, a fim de causar intimidação e propiciar o controle de suas ações (Instituto Maria da Penha).

### **4.5 MORAL**

Qualquer ação que configure calúnia, difamação ou injúria. Tais condutas são típicas dos arts. 138, 139 e 140 do Código Penal e corresponde aos crimes contra a honra.

Neste sentido, por calúnia compreende-se a imputação falsa de crime a pessoa; por difamação, a imputação de fato ofensivo a reputação; e a injúria, ofensa a honra e

dignidade de alguém. Disciplinada de forma especial na Lei Maria da Penha, abrange se a mulher como sujeito passivo da relação.

## **5. ALTERNATIVAS DE COMBATE**

Alternativas de combate são mecanismos utilizados para que ações violentas não se perpetrem incessantemente. No âmbito da violência doméstica, busca cessar ações violentas praticadas contra mulheres em seu seio social ou fazer com que essas não ocorra.

Assim sendo, necessária elencar algumas medidas alternativas, a partir do estudo das causas originárias a violência doméstica. Acreditamos que a compreensão do passado, é mais que necessária para encontrarmos mecanismos que reformulem ideais e padrões institucionais na atualidade. O principal objetivo das medidas alternativas, é propiciar a mulher uma vida livre de estigmas sociais, garantindo uma vida digna de respeito e efetividade de direitos constitucionais.

Diversos mecanismos normativos foram propostos como medidas de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. De grande representatividade e repercussão, a Lei Maria da Penha é uma legislação que assegura a mulher condições especiais que propiciem igualdade e dignidade frente ao agressor.

As normas com vigência no Brasil que visam a promoção da dignidade da mulher, são de imensa valia. A institucionalização de mecanismos de atendimento, obrigadoriedades e sanções ao agressor, são medidas mais que necessárias, mas não devem ser as únicas. A norma atua como mecanismo repressivo, após o cometimento da agressão, razão pela qual necessitamos de alternativas que sejam efetivas anteriormente a ocorrência dos fatos.

No âmbito particular, diversas instituições, sociedades e organizações passaram a apoiar a causa com a promulgação da norma, ante a compreensão dos reais efeitos das formas discriminatórias e violentas contra a mulher. Hoje, é possível constatar que a abordagem deste tema, está cada vez mais frequente nos estudos e projetos sociais. E, considerando o crescente número de denúncias, também por parte daquelas que passam a compreender a violência, essa não deve e não pode ser banalizada.

A compreensão dos fatos, é medida educativa proposta por projetos de extensão, que buscam levar a comunidade informação. Compreendemos, que o conhecimento é a principal ferramenta de renovação cultural, e que tudo o que somos parte de uma construção social. Nesta lógica, ações na comunidade em eventos e datas sociais, com

núcleo de apoio especializado são de grande valia. A partir da promoção de palestras, debates e eventos que envolvam a dignidade humana, direitos a liberdade civil, expondo e suscitando as prováveis razões que influenciam mulheres a permanecer no ciclo contínuo da violência.

Projetos desempenhados em prol ao combate à violência doméstica, tem como intuito principal fazer com que a mulher se reconheça neste ciclo violento. O reconhecimento, é o primeiro passo para reagir e contrapor este sistema. A informação quanto as formas de violência, medidas impostas ao agressor, contexto histórico a que estamos inseridos, formas de denúncia e a quem procurar, são alternativas possíveis e inteligíveis. Em regra, o contato pessoal com mulheres, facilita a compreensão e discernimento do estado em que se encontram. A possibilidade de expor de modo pessoal suas angústias, rancores, medos afastam a mulher do ambiente que a “sequestra”, mesmo que por um curto espaço de tempo.

No entanto, por mais que as alternativas de combate se proponham a auxiliar mulheres na luta contra a violência doméstica, é necessário conscientizar e informar aqueles que são os principais responsáveis pelas agressões, devendo e podendo também as ações partirem desse ponto.

Alguns exemplos são passíveis de consideração e desempenham importante papel, como grupos reflexivos propostos a acolher homens que agrediram mulheres e foram denunciados. No âmbito de Paranaíba, Mato Grosso do Sul há uma parceria entre Tribunal de Justiça, Delegacia de Atendimento à Mulher e organizações da sociedade civil. Em conjunto com a pena aplicada, é obrigatória a participação dos agressores a encontros semanais, onde através de conversas é proposta a reflexão ao reconhecimento da mulher como uma igual.

## **5.1 MEDIDAS ALTERNATIVAS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19**

Há mais de 01 ano e meio, estamos isolados socialmente, em decorrência a decretação de pandemia por uma onda de contaminação pelo novo CoronaVírus (Sars Covid 19). O isolamento social, impossibilitou diversos mecanismos de atuação em todas as searas do mundo globalizado. Na luta contra violência doméstica e familiar, que disponha de importante contato presencial com vítimas e agressores, as ações ficaram

comprometidas. No entanto, o mesmo não ocorreu com os casos registrados e/ou denunciados acerca da violência contra mulheres no âmbito doméstico.

Pesquisas apontam que uma em cada quatro mulheres foi vítima de alguma forma de violência doméstica em 2020, durante o isolamento social. Com o índice aproximado de 50%, um aumento de 7% em relação a 2019. Tendo como principais agressores os companheiros, namorados e ex-namorados (PAULO, Paula Paiva. 2021)

Em contrapartida, os índices de violência contra a mulher nas ruas caíram em quase 10% dos casos relatados em 2020. Esses números, evidenciam que os lares domésticos é um dos, se não o principal ambiente de violência contra a mulher em todo Brasil. Medidas protetivas de urgência, foram solicitadas com um aumento de 12% em relação ao ano anterior (PAULO, Paula Paiva, 2021).

Em 2020, uma mulher foi agredida e morta, vítima de feminicídio a cada 7 horas. A cada 2 horas, uma mulher foi morta vítima de homicídio no Brasil. Em média, mais de cinco mil mulheres, perderam suas vidas de forma violenta no ano passado (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020).

Com efeito, o isolamento social foi muito propício ao agressor e a manutenção da vítima no ciclo violento. Afastar-se dos familiares, amigos, colegas de trabalho e a sociedade no geral, são ações típicas e características de relacionamentos abusivos. Foi em razão deste, que medidas alternativas de atuação em prol ao combate a violência contra a mulher fizeram-se necessárias para o período. Mas como em meio ao isolamento social? Quais medidas puderam ser adotadas?

Com a restrição das atividades presenciais, a internet tornou-se um dos principais meios de comunicação com o mundo exterior e reforçou ser um dos mecanismos mais eficazes de propagação de notícias, campanhas, acesso à saúde e informações no geral, em tempos de pandemia. Na propositura de alternativas de combate a violência doméstica, não foi diferente.

A divulgação e compartilhamento de informações acerca da presente temática, durante o período de isolamento social, foi constantemente presenciada, através das redes sociais. Voltada à todos os públicos, os aplicativos de mensagens e compartilhamento de histórias, propiciaram postagens de conteúdos informativos que facilitaram a identificação das formas de violência, números de denúncia e proteção legal através da Lei Maria da Penha e demais ações, a diversas pessoas que estiveram e estão conectados no mundo digital nos dias atuais.

Projetos de Lei, sanção de novas normas, campanhas de institutos em prol ao combate a violência doméstica, organizações da sociedade civil e novas modalidades de extensão universitária foram reformuladas neste período. A facilidade dos meios de comunicação permite o acesso em maior escala as pessoas. No entanto, acabam por acentuar a marginalidade, de grande parte da comunidade que não tem acesso aos mecanismos digitais.

Durante o período de isolamento social, novas medidas de enfrentamento a violência doméstica foram sancionadas. A promulgação da Lei n.º 14.188, de 28 de Julho de 2021, provocou alterações na Lei Maria da Penha e no Código Penal brasileiro. A instituição do programa de Cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica, como medida de enfrentamento e a tipificação do crime de violência psicológica contra a mulher.

O programa de Cooperação Sinal Vermelho, funcionará como um mecanismo de enfrentamento a violência doméstica e familiar contra a mulher, autorizada a integração entre os poderes Executivo, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, os órgãos de segurança pública e as entidades privadas. Será considerado ainda crime de violência psicológica contra a mulher, qualquer conduta que:

“cause dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação”. BRASIL, 1940 – online.

O crime de Perseguição com previsão no art. 147-A do Código Penal, assegura melhores alternativas repressivas ao agressor. Apesar de tratar-se de crime comum, declina majorante específica quando praticado contra a mulher, com previsão de aumento da pena em metade (art. 147-A, § 1º, II). Aplicando-se após perseguição reiterada que ameace a integridade física ou psicológica restringindo a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade.

Ainda nesta seara, importante mecanismo será adotado nas instituições de ensino, com a promulgação da Lei n.º 14.164, de 10 de junho de 2021. Essa nova Lei, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para que seja incluído nos currículos da educação básica, conteúdos sobre prevenção da violência contra a mulher, instituindo também a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher. Essa novidade

propiciaria maior contato de crianças e adolescentes com causa de tamanha importância, impulsionando a reflexão crítica, seja pela abordagem das alternativas de combate à violência contra a mulher e a capacitação de educadores para provocar a conscientização primariamente.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho se propôs a estudar as formas de alternativas de combate à violência doméstica, a partir da compreensão do histórico da condição de mulher ao longo da sociedade civilizatória. Sabemos, que as raízes de uma cultura desempenham fator preponderante para as ações coletivas de uma comunidade, e como, à condição de mulher esteve e ainda está associada a subordinação e objetivação, visando atender poderes institucionais, como machismo e patriarcado.

As crenças religiosas, movimentos proletários, feministas, marcam com assertividade o sistema político vivenciado nas décadas passadas. Direitos sociais e individuais conquistados pelas mulheres, marcam o movimento feminista que luta por maior liberdade pessoal de escolha da mulher. Assim como, pelo seu reconhecimento como indivíduo, mas não apenas como parte de um sistema econômico.

Durante a década de 80 e 90, marcos importantes acentuaram a necessidade de proteção as mulheres, vítimas de violência e maus tratos em seus próprios lares. Em 2006, o Brasil influenciado por pressões de Organizações Internacionais de Direitos Humanos, promulgou a Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha. A proteção legal, propiciou as definições das formas de violência doméstica, redes de proteção à mulher e medidas protetivas, dentre outros mecanismos de auxílio a serem desenvolvidos e utilizados na rede de enfrentamento à violência doméstica, como formas alternativas de combate.

Alternativas de combate à violência doméstica, funcionam como mecanismos para cessar as ações violentas do agressor ou até mesmo inviabilizar seu acontecimento, em casos de iminente perigo, propiciando a mulher uma vida digna de respeito e liberdade. Enquanto normas, por vezes, são mecanismos repressivos que propiciam efetividade posteriormente a ação violenta.

Políticas públicas quando bem programadas, podem ser mecanismos utilizados para que de fato à violência não ocorra. Pensamos que, a melhor compreensão dos fatos

só se faz possível, quando conhecemos verdadeiramente o problema, sendo a educação um dos principais mecanismos para essa finalidade.

Por essa razão, durante o isolamento social, diversas foram as alternativas utilizadas para a proteção e vida digna da mulher. Desde a tipificação do crime de perseguição e violência psicológica contra a mulher; a instituição do programa sinal vermelho; alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que aperfeiçoa a prevenção da violência contra a mulher no espaço escolar; ao acesso as redes sociais e movimentos populares que crescem diariamente em prol a essa causa.

Com efeito, mesmo com tais movimentações o número dos casos de violência contra a mulher, ainda se faz crescentemente assustador. Durante o isolamento social ocasionado pela Pandemia da COVID-19, houve aumento expressivo no número de denúncias e mortes violentas de mulheres. O maior tempo em casa, tornou-se ambiente propício para controle sob os corpos e isolamento familiar e social, e com frequência à violência e o abuso de mulheres.

## **6. REFERÊNCIAS**

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos, v. 26, n. 50, p. 71-102,2005.

ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/atlas-2020/>. Acesso em: 16 de setembro 2021.

BORGES, Maria Clara Roman. RAZERA, Bruna Amanda Ascher. Paradoxos feministas: o discurso punitivista contra a violência de gênero. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/75974-Texto%20do%20Artigo-289958-1-10-20210218.pdf>. Acesso em: 07 de Julho de 2021

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. ADC 19: dispositivos da Lei Maria da Penha são constitucionais. Supremo Tribunal Federal, 2012. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=199845>. Acesso em: 15 de março de 2020.

BRASIL. Lei nº. 11.340 de 07 de agosto de 2006. Brasília, DF, 08 ago. 2006, Seção 1. pt. 1. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm)

BRASIL. Lei nº 13104, de 09 de março de 2015. Brasília, DF, 10 mar. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm).

BRASIL. Lei nº 14.132, de 31 de março de 2021. Brasília, DF, 01 de abr. 2021. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14132.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14132.htm)

BRASIL. Lei nº 14188, de 28 de julho de 2021. Brasília, DF, 29 jul. 2021. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm).

CUNHA, Carolina. Feminicídio – Brasil é o 5º país em morte violentas de mulheres no mundo. Disponível em <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/feminicidio-brasil-e-o-5-pais-em-morte-violentas-de-mulheres-no-mundo.htm>. Acesso em: 15 de março de 2020

CORRÊA, Luiz. Violência de gênero, o escopo da Lei Maria da Penha. Disponível em <https://www.webartigos.com/artigos/violencia-de-genero-o-escopo-da-lei-maria-da-penha/115774/> Acesso em 17 de março de 2020

DIAS, Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. 3. Ed. Ver., atual. E ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

GUIMARÃES, Maisa Campos; PEDROZA, Regina Lucia Sucupira. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. *Psicologia & Sociedade*. Vol27. No 2. Belo Horizonte. Maio/Agosto. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822015000200256](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822015000200256). Acesso em 17 de março, 2021

Instituto Maria da Penha- IMP. Disponível em: <http://www.institutomariadapenha.org.br/> Acesso em: 14 de março de 2020.

MENDES, Soraia da Rosa. *Criminologia feminista: novos paradigmas*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

PAULO, Paula Paiva. Uma em cada quatro mulheres foi vítima de algum tipo de violência na pandemia no Brasil, aponta pesquisa. G1, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/07/1-em-cada-4-mulheres-foi-vitima-de-algum-tipo-de-violencia-na-pandemia-no-brasil-diz-datafolha.ghtml>. Acesso em: 16 de setembro de 2021

INSTITUTO BRASILEIRO GEORGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE-EDUCA). QUANTIDADE DE HOMENS E MULHERES. IBGE educa, 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>. Acesso em: 17 de setembro de 2021.



SUNDRÉ, Lu. COCOLO, Ana Cristina. Brasil é o 5º país que mais mata mulheres. Unifesp, 2020. Disponível em:  
[https://www.unifesp.br/reitoria/dci/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=2589:brasil-e-o-5-pais-que-mais-mata-mulheres](https://www.unifesp.br/reitoria/dci/index.php?option=com_k2&view=item&id=2589:brasil-e-o-5-pais-que-mais-mata-mulheres)

STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane; ZANELLO, Valeska; SILVA, Edlene; PORTELA, Cristiane. Mulheres e violências: Interseccionalidades. Brasília: Technopolitik, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35386>. Acesso em 13 de março, 2021.

VISÍVEL E INVISÍVEL: A vitimização de mulheres no Brasil, 3º edição. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Datafolha: Instituto de Pesquisas. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>

WOLF, Naomi. O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. 12ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020

**Capítulo 8 - DOI:10.55232/10830012.8**

**PIBID: AS CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO INICIAL DE  
ESTUDANTES DE PEDAGOGIA DURANTE A PANDEMIA  
DA COVID-19**

**Rosimeire Martins Régis dos Santos, Maria Auxiliadora da Silva Muller,  
Andreia Norberto da Silva e Débora Gonçalves Amaro**

**RESUMO:** O relato apresenta resultados da experiência no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e tem como objetivo descrever as contribuições do PIBID na formação inicial dos estudantes de Pedagogia no período de pandemia Covid-19. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e descritiva de abordagem qualitativa, participaram 8 (oito) bolsistas de iniciação à docência do curso de Licenciatura em Pedagogia, foram realizados momentos formativos, reuniões de orientações com a coordenadora de área e supervisora da escola, participação de atividades definidas no subprojeto de forma remota, utilizando as tecnologias digitais e encontros presenciais. Os movimentos iniciaram com as escolas fechadas, uma experiência inédita no PIBID, uma realidade de afastamento de forma presencial entre estudante e professor, nesse cenário de distanciamento, foram necessárias outras estratégias para que os pibidianos permanecessem ativos nos estudos e no programa durante a pandemia. No desenrolar dos encontros virtuais os pibidianos, vivenciaram experiências e conhecimentos diante da necessidade e realidade vivenciada na universidade e na escola. Observamos que o momento vivenciado serviu como estímulo ao engajamento dos estudos, a diminuir os sentimentos de isolamento e solidão e a valorização da formação de professores.

**Palavras-chave:** PIBID; Pandemia; Formação de professores

## **1 INTRODUÇÃO**

Apresenta-se nessa pesquisa um relato de experiências do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) no período de 2020/2021. O objetivo é descrever as contribuições do PIBID na formação inicial dos estudantes de Pedagogia no período de pandemia Covid-19. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e descritiva de abordagem qualitativa, do subprojeto participaram 8 (oito) bolsistas de iniciação à docência do curso de Licenciatura em Pedagogia da referida universidade, uma professora supervisora da escola que orientava e viabilizava as atividades dos estudantes bolsistas na escola e uma professora coordenadora de área responsável pela coordenação do subprojeto na formação dos estudantes pibidianos.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) foi proposto, em 2007, pelo MEC/Capes (Ministério da Educação/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Dentre os objetivos do Programa é relevante a ideia de elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura ao promover a integração entre Ensino Superior e Educação Básica.

No Brasil o Ministério da Educação (MEC), no dia 17 de março de 2020, publicou a Portaria nº 343, a qual “dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - COVID-19” (BRASIL, 2020), por esse motivo as escolas e universidades, foram adequando o processo pedagógico e as tecnologias, seguindo as determinações ao longo dos meses, contidas nas legislações das Esferas Federal, Estadual e Municipal.

Neste sentido, gestores educacionais buscaram medidas para dar continuidade ao processo de ensino/aprendizagem e cumprimento do que estabelece a legislação brasileira, para que mantivessem o isolamento social, fato que nos vemos em um contexto diferenciado no que se refere às atividades realizadas, pelo fato de estarmos inseridos em um Ensino Remoto Emergencial. Sendo assim, as práticas da escola, da universidade e do PIBID tiveram de ser reinventadas pelo ensino remoto. Santo e Trindade (2020) demarcam o surgimento do ensino remoto emergencial a partir de situações atípicas como pandemias e outras catástrofes e o define como possibilidade para a continuidade das atividades pedagógicas com o objetivo de diminuir os prejuízos derivados da suspensão das aulas presenciais.

Inicialmente, apresentamos as aproximações do PIBID na Escola pública e na universidade, em seguida, discutimos o PIBID em tempos de pandemia covid-19 e os movimentos da Escola Pública, também apresentamos o PIBID em tempos de pandemia covid-19 com os movimentos da Universidade. Assim, este artigo apresenta um pouco da nossa trajetória sistematizando as contribuições do PIBID na formação inicial dos estudantes no período de pandemia Covid-19, no âmbito do subprojeto de pedagogia.

## **2 O PIBID: APROXIMAÇÕES DA ESCOLA PÚBLICA E A UNIVERSIDADE**

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) beneficia os bolsistas com a inserção no âmbito docente juntamente com os professores que atuam na Educação Básica, vivenciando as práticas pedagógicas escolares e desenvolvendo uma concepção metodológica educativa que possa contribuir para a formação do licenciando.

PIBID oferece bolsas para que alunos de licenciatura exerçam atividades pedagógicas em escolas públicas de educação básica, contribuindo para integração entre teoria e prática, para aproximação entre universidades e escolas e para a melhoria da qualidade da educação brasileira. Para assegurar os resultados educacionais, os bolsistas são orientados por coordenadores de áreas – docentes das licenciaturas- e por supervisores – docentes das escolas públicas onde exercem suas atividades. (BRASIL, 2013).

O subprojeto juntamente com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e de Nível Superior (CAPES) oportunizam estudantes da graduação, da modalidade licenciatura, parcerias com a escola pública, disponibilizando os acadêmicos e recursos pedagógicos para ações dentro da instituição contemplada pelo programa. Assim, o principal objetivo do subprojeto é complementar a formação acadêmica objetivando educadores, consciente de seu papel na formação de cidadãos, buscando contribuir para a articulação entre teoria e prática, a valorização do magistério, bem como com a escola tendo em vista a melhoria na qualidade da educação e da formação inicial de professores; valorizar a docência e auxiliar acadêmicos na aquisição de novos conteúdos como na vivência prática da docência; contribuir para a melhoria na qualidade do ensino a partir de ações integradas entre a comunidade universitária e a comunidade escolar.

A Escola Estadual Antônio Delfino Pereira- (Tia Eva), é parceira do PIBID na inserção dos acadêmicos do Curso de Pedagogia no ambiente escolar, durante todo o processo de formação inicial, procurando assim por meio da professora supervisora do PIBID na escola, orientar e viabilizar o aperfeiçoamento nas ações realizadas pelos

acadêmicos em sala de aula, possibilitando os estudantes pibidianos articular os conceitos já estudados na universidade na integração entre a teoria e a prática.

## **2.1 PIBID em tempos de pandemia COVID-19: Os movimentos da escola pública**

Desde o dia 23 de março de 2020, como forma de prevenir o avanço da Covid-19 em Mato Grosso do Sul, a Secretaria de Estado de Educação (SED) suspendeu as atividades presenciais em todas as unidades escolares da Rede Estadual de Ensino. Com isso, foram iniciadas as Aulas Remotas, que permitiram a sequência dos estudos sem interferir no andamento do Calendário Escolar.

Considerando a publicação do Decreto Nº 15638 de 24 de março de 2021 que instituiu, em caráter excepcional e temporário, medidas restritivas no Estado de Mato Grosso do Sul para evitar a proliferação do coronavírus (SARSCoV-2) e dá outras providências. Determina-se a suspensão do funcionamento das escolas da Rede Estadual de ensino de Mato Grosso do Sul, no período de 26 de março a 4 de abril de 2021, sendo prorrogado por vários meses. Conforme o Artigo 1.41, do Decreto Nº 15638, ficou estabelecido que a Educação dos níveis fundamental, médio, técnico-profissionalizante, superior e pós-graduação, em formato remoto ou a distância.

A unidade escolar passou por uma reestruturação e funcionamento diferenciado por estarmos numa pandemia, do Covid-19, e para isso tivemos que nos reinventar para possibilitar uma nova forma de aula expositiva de forma on-line e a distância.

Os recursos tecnológicos utilizados no contexto da educação básica foram, whatsApp, vídeos aulas, links de site educativos e as atividades pedagógicas complementares (APCs), atividades impressas, que foram utilizadas para viabilizar o acesso às atividades pedagógicas, entre escola, pais e estudantes.

A tela de notebook, do computador, do celular, os vídeos, o whatsApp, não seria apenas ferramenta: seria o espaço da colaboração, da conversação, da cooperação e da autoria, através da mediação docente, conforme entendimento de Santos, Carvalho e Pimentel (2016). Mas nem sempre isso foi possível devido à exclusão escolar, não podemos esquecer dos estudantes e professores sem acesso ou com acesso precário à recursos tecnológicos, a internet ou velocidade adequada para o uso pedagógico.

No entanto, na pandemia do COVID-19, precisamos seguir os protocolos de biossegurança, visando evitar aglomeração e com isso houve escala de professores e estudantes da escola para serem atendidos, no plantão tira dúvidas.

Após esses ajustes na escola, a professora supervisora do PIBID na escola, apresentou o horário individual de atividades aos bolsistas de iniciação à docência, cada acadêmico bolsista, deverá dedicar-se, no período de vigência da bolsa 4 (horas) horas semanais as atividades do PIBID na Escola Estadual Antonio Delfino Pereira.

Como a escola atende os protocolos de biossegurança, são respeitados os limites de distanciamento social e higiene.

A professora supervisora do PIBID na escola, organizou um horário semanalmente, para os acadêmicos, e sendo agendado à distância, uma hora por dia, em todos os dias da semana, para atender os estagiários, caso precisem tirar dúvidas ou trocar ideias, via WhatsApp, E-mail.

Portanto, fomos informados que neste ano letivo de 2021, trabalharemos na plataforma digital do Google Classroom e no Whatsapp, para postagens das APCs – Atividades Pedagógicas Complementares. Os pais dos estudantes ficam com a responsabilidade em retirar as Atividades Pedagógicas Complementares na escola, quinzenalmente. Houve um horário, de plantão tira dúvidas para atender os estudantes com dificuldades em realizar as atividades.

Entre março e setembro do ano de 2021, as aulas foram realizadas com o apoio de diversos recursos, como aplicativos do Google e Microsoft, além da distribuição de atividades impressas para os estudantes sem conectividade. No entanto, no dia quatro de outubro de 2021, iniciaram as aulas 100% presencialmente, com exceção dos estudantes com atestado médico apresentado pelos pais ou responsáveis.

A Rede Estadual de Ensino de MS retornou às atividades de forma remota em 1 de março de 2021, inicialmente o retorno das atividades aconteceu com uma acolhida, realizada de forma presencial e com os estudantes organizados por turmas em diferentes dias da semana.

Em 2 de agosto de 2021, as atividades escolares no estado de MS, iniciaram pelo formato híbrido: estudantes da turma 1, estarão presencialmente, enquanto a turma 2, estarão à distância. Na semana em que ficarão em casa, o conteúdo será disponibilizado através do material impresso, da APCs - Atividades Pedagógicas Complementares para os estudantes que estão em casa a distância, enquanto a turma 1 está presencialmente na

escola. Portanto, somente estarão dispensados do presencial, estudantes com atestado médico com CID, apresentado pelos pais ou responsáveis.

Diante da vivência realizada na escola da educação básica, durante o período de pandemia, sentimos que foi um momento que nos ensinou a fazer outros movimentos para o diálogo, para os encontros, para as aprendizagens, vivemos um momento intenso. A tentativa e a vontade era que os encontros dos pibidianos com os estudantes e professores acontecessem de forma presencial, mas um vírus interrompeu as ações presenciais.

A força dos professores da educação básica e da universidade foram seguidas em passos para conseguirmos direcionar aos objetivos do PIBID, organizamos o planejamento das atividades para o processo formativo dos acadêmicos pibidianos, utilizando aplicativos como o WhatsApp, rede social, e-mail, google meet.

A seguir, apresentamos os movimentos da formação dos bolsistas PIBID.

## 2.2 PIBID em tempos de pandemia covid-19: Os movimentos da Universidade

A seguir apresentamos as atividades desenvolvidas pelo subprojeto de pedagogia com a participação dos acadêmicos:

### Quadro 1 - Participação em eventos

<b>Participação em Eventos</b>	<b>Palestrante</b>
Roda de Conversa PIBID e a Escola: Socializando experiências	Karolina da Silva Riquelme e Vanciele Galdino Batista – Acadêmicas do curso de Pedagogia - participaram do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) durante o ciclo 2019/2020.
Oficina: Como escrever um artigo científico	Profa. Rosimeire Régis Martins dos Santos – Doutora em Educação – Coordenadora de área do subprojeto Pedagogia/UCDB
BNCC e Currículo	Prof. José Flávio (Secretaria de Educação do Estado de MS)
Educação sexual e prevenção ao abuso: O papel do professor	Débora Gonçalves Amaro - acadêmica do curso de Pedagogia (UCDB) e bolsista PIBID
Saúde mental do professor	Flávia Maria Feroldi Ferreira - Mestre em Educação, Professora Universitária.

Palestra BNCC	Eleida Arce - Professora da Secretaria de Estado de Educação (SED/MS)
Saúde física e sua importância para a qualidade de vida	Cláudia Diniz de Moraes – Mestre em Educação, Professora Universitária
Estágios supervisionados e PIBID	Selma Garrido Pimenta – Pesquisadora e Coordenadora o GEPEFE - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação do Educador
Palestra: Iniciação teatral e criação colaborativa	Maria Amélia Gimmler Neto - Artista Cênica, Professora e Pesquisadora.
WEBINAR - 15ª Primavera de Museus - "Museus: Perdas e Recomeços" & III Encontro da REM/MS	Dirceu Mauricio Van Lonkhuijzen - (MCDB/UCDB); Renata Sant'Anna - (MAC/USP); Prof. Douglas Silva - SIEM/MS)
Roda de conversa sobre o tema “Educação para as relações étnico-raciais na educação básica”	Sheila Azevedo Pereira - professora da Rede Pública Municipal de Campo Grande/MS e Bartolina Ramalho Catonante – professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Fonte: As autoras (2021)

Com a situação da pandemia do coronavírus fez com que desencadeasse mudanças nas interações, assim os eventos ocorreram de forma virtual, esses momentos promoveram aprendizagens compartilhadas com professores internos e externos, ex-pibidianos em que todos aprendem juntos com outros pares. Segundo, Santos, Melim e Paniago (2017, p.15) “a formação docente é um processo contínuo, no qual o professor pode procurar caminhos de formação que problematizam a suas necessidades e que permitam dialogar sobre os problemas com que se deparam no seu dia a dia”, Dessa forma, as temáticas abordadas nos eventos apresentavam demandas emergentes para aos desafios contemporâneos da educação no século XXI.

**Quadro 2 - Leituras recomendadas aos pibidianos**

<b>Leituras</b>	<b>Autor(a) do texto</b>
Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	Ministério da Educação
Projeto político pedagógico da escola: Uma construção coletiva	Ilma Passos Alencastro Veiga
Reflexões entre a prática e a teoria a partir de olhares de bolsistas do PIBID aplicados em escolas da Rede Pública municipal de Porto Alegre/RS	João Batista da Silva Goulart; Anie Cristine Pires Gabriel; Mariele Schutz dos Santos; Magali de Moraes Menti
Educação a distância no contexto universitário	Crediné Menezes, Daniel Lopes, Mariangela Ziede e Rosane Aragón
O que é: Plano de aula e Projeto de ensino	Rosimeire Régis Martins dos Santos



Percepções discentes sobre aulas remotas em tempos de pandemia	Larissa Cavalcanti de Albuquerque; Ércules Laurentino Diniz; Edineide Jezini Mesquita Araújo; Maria Das Gracas De Almeida Baptista
Escolas fechadas... e agora? O PIBID em tempos de Ensino Remoto	BONCOMPAGNI, A.L.; MAIA, T.L.; MAIA, V.M.; MARTINS, J.C.; OLIVEIRA, A.G.; RUAS, T.S.; SILVA, A.L.R.; SOUZA, L.C.
Ensino remoto: o que aprendemos e o que pode mudar?	Portal Faz: Educação e Tecnologia
Ensino remoto: o que aprendemos e o que pode mudar nas práticas e políticas públicas	Portal Porvir: Inovações em Educação
Teatro e Educação	Gabriel Perissé
Palestra: O brincar na Educação infantil	Tizuko Morchida Kishimoto

Fonte: As autoras (2021)

Entre outras leituras de periódicos científicos, assim, conforme acordado com os pibidianos, eles deveriam escolher a leitura mensal, das situações de aprendizagem e apresentar o que foi significativo no relatório mensal, aprofundando o que está sendo discutido, ora ampliando o debate com outras fontes de informação, novos pontos de vista e concepções.

### **Quadro 3 - Atividades presenciais**

<b>Atividades presenciais</b>	<b>Local</b>
Produção de material lúdico e decoração para a escola Antônio Delfino Pereira	Universidade Católica Dom Bosco
Visita a escola para organização dos objetos em comemoração ao dia do estudante	Escola Estadual Antônio Delfino Pereira
Reunião do PIBID com gestão pedagógica da escola e coordenadora institucional do PIBID	Escola Estadual Antônio Delfino Pereira

Fonte: As autoras (2021)

Durante o encontro para o desenvolvimento das atividades presenciais em tempos de pandemia, houve os diálogos, com o “olho no olho”, como diz Ferreira (2021, p.7) “[...] que tanto fez falta, em vários momentos, entrecortados pelo silêncio e a escuridão das câmeras tantas vezes desligadas”.

As atividades vividas no âmbito do PIBID, assumem uma perspectiva colaborativa, Passos (2016, p. 167) destaca que “podem desenvolver ações que tornam efetiva a parceria entre a universidade e a escola e contribuir para bons resultados na formação dos professores, e, conseqüentemente, no aprendizado dos alunos”, assim as atividades presenciais somam essas parcerias e criam condições favoráveis à inserção

dos pibidianos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criar, participar.

**Quadro 4 - Objetos pedagógicos/ materiais didáticos produzidos pelos pibidianos**

<b>Objetos pedagógicos/ materiais didáticos produzidos</b>	<b>Objetivo</b>
Posts (digitais) semanais de temas diversos	Auxiliar na aprendizagem das crianças, com conteúdos trabalhados em sala
Atividade Pedagógica Complementar (APC)	Desenvolver APA para os estudantes do 4º ano
Vídeo com contação de história do livro: “As coisas que a gente fala” de Ruth Rocha	Trabalhar a temática de bullying nas escolas, através do lúdico
Objeto de aprendizagem: Dado matemático	Aprimorar o aprendizado em Matemática de uma maneira divertida
Vídeo com contação de história do livro: “Patinho feio” de Ruth Rocha	Trabalhar o conceito de diversidade, respeito e a temática do bullying nas escolas.
Painel em homenagem a Campo Grande	Organizar decoração da escola
Árvore dos sonhos	Proporcionar a motivação dos estudantes e organizar decoração na escola
Objeto de aprendizagem com caixa de fósforo	Aprimorar o aprendizado em Matemática de uma maneira divertida

Fonte: As autoras (2021)

O resultado dos objetos pedagógicos e materiais didáticos produzidos, foi considerado o processo, sem considerar erros, mas a evolução nos trabalhos apresentados pelos pibidianos.

Sabemos que a prática docente requer planejamento, desenvolvimento, reflexão e avaliação, durante todo o processo, assim, os erros, avanços, imprevisibilidades, crescimentos durante os encaminhamentos do PIBID, foram fundamentais para o bom andamento do programa.

No mês de setembro de 2021, foi enviado um informativo aos pibidianos por meio de um grupo no WhatsApp com perguntas que possibilitaram refletir e avaliar as condições dos acadêmicos beneficiários do PIBID, assim destacado:

"O que eu agreguei na minha formação durante o PIBID?"; "O que eu fiz até o momento no PIBID que tenho orgulho de relatar?"; "O que faltou?"; "O que eu poderia fazer que ainda eu não fiz?"; "Como estou dialogando com a Profa, supervisora da escola para aprender ainda mais e contribuir com os estudantes do 4º ano?"; "Como eu trabalhei em equipe com meus colegas pibidianos para pensar e colocar em ação uma proposta criativa de aprendizagem com os estudantes do 4º ano?"; "Como estou visualizando o

momento que tenho que administrar os horários dedicados ao PIBIC, será que estou administrando esse tempo para aproveitar o meu aperfeiçoamento na formação?"; "Será que estou apropriando das leituras, de pesquisas, que trazem ideias inovadoras que posso compartilhar com os meus pares (estudantes pibidianos, professora supervisora, profa. coordenadora de área e demais momentos e pessoas que tenho oportunidade"; "Como estou construindo uma significação da docência no PIBID?"; "Como estou dialogando com a profa. coordenadora de área para a elaboração do artigo, para não deixar para o último momento"; " Foi me dada a autonomia para administrar o meu tempo, foi exigido, assinei um termo de compromisso de responsabilidades no PIBID, como eu avalio a minha participação no PIBID até o momento?".

Todas essas questões apontadas, foram refletidas pelos pibidianos e respondidas no relatório de atividades que é entregue mensalmente pelos pibidianos. Com algumas poucas exceções que alegaram questões pessoais, parece o entendimento de que o momento está sendo oportuno para ampliar os saberes da docência, ou seja, na compreensão que as leituras realizadas e as interações online por WhatsApp e e-mail com a supervisora da escola e coordenadora de área, revela que os movimentos do Pibid, durante a COVID 19, que exigiu isolamento social, oportunizou um preparo para os futuros professores daquilo que era desconhecido da profissão docente quanto aos saberes da experiência que requer competências digitais, autonomia e uma nova postura de professores e alunos a partir de um lugar docente face à realidade social.

Conforme ressalta Walter Mignolo (2008, p. 305), "Precisamos desatar o nó, aprender a desaprender, e aprender a reaprender a cada passo", assim, promovemos um movimento de formação.

Para dar suporte ao processo formativo foi necessário criar um ambiente de acolhimento, respeito, cooperação e empatia, o que significava perceber a linguagem emocional em cada fala, ou mesmo através dos silêncios, e acolher aquelas emoções, valorizando a contribuição de cada sujeito (LIMA; CARVALHO; COUTO, 2018).

Assim, a professora supervisora Pibid da escola e a coordenadora de área, encontraram caminhos possíveis para a dimensão sensível na formação dos pibidianos, proporcionando o diálogo, a escuta e estabelecendo uma mediação do desenvolvimento autônomo na produção de objetos pedagógicos e materiais didáticos ao pensar criativo e crítico.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e descritiva de abordagem qualitativa, participaram 8 (oito) bolsistas de iniciação à docência do curso de Licenciatura em Pedagogia, foram realizados momentos formativos, reuniões de orientações com a coordenadora de área e supervisora da escola, participação de atividades definidas no subprojeto de forma remota, utilizando as tecnologias digitais e encontros presenciais.

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis

Concordamos com Minayo (2011), que a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social.

A pesquisa bibliográfica, qualitativa, foi elaborada com materiais já publicados, constituídos principalmente de consultas a livros, material disponibilizado na Internet, que segundo Gil (2017, p. 28) “com o propósito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho, bem como a identificação do estágio atual do conhecimento referente ao tema”.

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nessa trajetória, o início do PIBID de forma remota parece apontar entre os pibidianos um estranhamento por não terem um lugar definido de forma presencial na escola para conhecer a dinâmica da sala de aula e o trabalho do professor. Apenas, alguns momentos houve encontros presenciais, conforme demonstrado no quando 3, no desenvolvimento da pesquisa.

Houve momentos difíceis para a nova adaptação ao momento vivenciado de pandemia COVID-19, no entanto, o incentivo a formação docente, as sugestões para os pibidianos, somado ao compromisso com o programa, a relação entre os conhecimentos da docência e os saberes da experiência vivenciada ainda que de forma remota foi encontrando respostas provisórias.

A experiência do subprojeto Pibid, pedagogia oportunizou um preparo para os futuros professores daquilo que era desconhecido da profissão docente quanto aos saberes da experiência que requer competências digitais, autonomia e uma nova postura de professores e alunos a partir de um lugar docente face à realidade social.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Concluimos que acelerando o ritmo com contribuições de atividades desenvolvidas para os estudantes da escola pública, alguns encontros presenciais na universidade e na escola e certamente, essas oportunidades de criação e participação, possibilitou mobilizá-los como protagonistas da prática, por meio da apropriação e da reflexão frente à formação inicial de professores, do cotidiano escolar e outros elementos que constituem o trabalho docente.

Acreditamos que foi importante a participação do Programa PIBID, mesmo que em momentos remotos, pois possibilitou muitas reflexões e temos muito mais a falar, apresentar e analisar, objetivando contribuir positivamente para que este Programa se torne permanente, uma vez que cumpre satisfatoriamente os seus objetivos.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Gabinete do Ministro. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 mar. 2020a. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 28 maio 2020.

BRASIL. Portaria nº 096, de 18 de julho de 2013. Brasília. Aprova o regulamento do Pibid. Disponível em: [http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria\\_096\\_18jul13\\_AprovaRegulamentoPIBID.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_096_18jul13_AprovaRegulamentoPIBID.pdf). Acesso em 10 set. 2021.

CAMPO GRANDE/MS. Governo Estado de Mato Grosso do Sul. Decreto nº 15638, de 24 de março de 2011. Institui, em caráter excepcional e temporário, medidas restritivas no Estado de Mato Grosso do Sul para evitar a proliferação do coronavírus (SARSCoV-2) e dá outras providências. Campo Grande/MS, 2021.

FERREIRA, Verena Santos Andrade. Mediação e tecnologia para a aprendizagem colaborativa no ensino remoto. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v.7, n.6, p. 55722-55729 jun. 2021

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Caroline Costa Nunes; CARVALHO, Felipe Silva Ponte; COUTO JR, Dilton Ribeiro. A linguagem emocional na prática docente online: implicações educacionais cotidianas. *Revista Internacional de Educação Superior*, v. 4, n. 3, p. 542-557, 2018. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8652173/18078>. Acesso em: 12 set. 2021

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

PASSOS, Laurizete Ferragut. Práticas formativas em grupos colaborativos: das ações compartilhadas à construção de novas profissionalidades. In: ANDRÉ, M.(org.). *Práticas inovadoras na formação de professores*. Campinas, SP: Papirus, 2016.

SANTOS, Edméa; CARVALHO, Felipe da Silva Ponte; PIMENTEL, Mariano. Mediação docente online para colaboração: notas de uma pesquisa formação na cibercultura. *ETD: Educação Temática Digital*, v. 18, n. 1, p. 23-42, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8640749/12238>. Acesso em: 03 mar. 2021.

SANTO, Eniel Espírito; TRINDADE, Sara Dias. Educação a distância e educação remota emergencial: convergências e divergências. In: MACHADO, Dinamara P. *Educação em tempos de COVID-19: reflexões e narrativas de pais e professores*. Curitiba: Editora Dialética e Realidade, 2020.

SANTOS, Rosimeire Martins Régis dos; MELIM, Ana Paula; PANIAGO, Maria Cristina Lima. Formação continuada de professores universitários na rede social facebook:: interagir, trocar, dialogar, compartilhar, aprender e conviver. *Interações (Campo Grande)*, v. 18, n. 2, p. 13-20, 30 maio 2017. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/1502>. Acesso em: 12 set. 2021.

**Capítulo 9 - DOI:10.55232/10830012.9**

**REFLEXÕES SOBRE A ECOLOGIA DE SABERES:  
CAMINHO PARA MUDANÇAS NAS INSTITUIÇÕES DE  
ENSINO E RESSIGNIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS  
DOCENTES**

**Leonardo Poloni**

**RESUMO:** O cotidiano do professor é marcado por cobranças e muitos desafios. Uma profissão marcada pela alta carga horária de trabalho, pela baixa remuneração, pela desvalorização social e por condições de trabalho precárias, o que acaba influenciando no seu estado físico e emocional. Mesmo diante das adversidades, é necessário realizar atividades que valorizem a sua prática docente. Boaventura destaca a existência de uma Linha Abissal que divide a sociedade e indica uma ruptura sistêmica como caminho para construir uma sociologia das emergências. Essa proposta tem consequências para a organização da educação, refletindo na relação entre a escola e a comunidade, entre o conhecimento formal e o informal, entre a sociedade e a própria universidade. Tendo em vista este cenário, o presente artigo objetiva relatar questões referentes às instituições de ensino e promover reflexões sobre o conceito ecologia de saberes, abordando como estas podem impactar nas práticas docentes. Como resultado das articulações teóricas, conclui-se com este artigo que o professor deve exercitar o autoconhecimento, explorar a relação professor-aluno e estar atento a diversos conhecimentos para elaborar e realizar as atividades educativas, não se atendo apenas aos conhecimentos científicos.

**Palavras-chave:** Ecologia de saberes, instituições de ensino, práticas docente.

## **INTRODUÇÃO**

Vivemos um momento de muitas incertezas no qual ficamos vulneráveis aos imprevistos, aos inesperados, as emergências, e muitas vezes não estamos preparados para encontrar soluções compatíveis com a magnitude dos problemas e responder aos desafios impostos pelo mundo contemporâneo. Esse despreparo pode levar a sérias consequências, uma vez que a lógica que ainda está sendo utilizada pela maioria dos homens foi herdada do pensamento científico tradicional, saberes provenientes do passado, fundamentado nos princípios da visão binária, caracterizada pela predominância da dualidade entre o certo ou errado, tornando-se insuficiente para resolver crescentes dificuldades que hoje são constituídas de realidades complexas.

A realidade evidenciada em nosso país também revela uma desvalorização do professor, atrelada a uma baixa remuneração, fazendo com que este exerça duplas ou triplas jornadas de trabalho, levando à exaustão e gerando desmotivação. Há casos em que o professor, na necessidade de buscar melhor remuneração, obriga-se a trabalhar em mais de uma escola, em diferentes turnos, ministrando variados componentes curriculares, fatos que contribuem para uma prática didática simplificada, sem o emprego e a exploração de outras fontes de saberes além do conteúdo programático curricular.

As más condições de trabalho, na maioria das instituições nacionais de ensino, também é um fator que desestimula o docente no exercício de suas atividades. Além dessas implicações, são dadas aos professores cada vez mais funções administrativas, aumentando suas responsabilidades e seu sentimento de impotência frente ao seu despreparo para o enfrentamento de problemas tão complexos de ordem social e institucional (SOUZA et al., 2017).

Estes fatores podem levar tanto ao esgotamento físico como psicológico do docente, forçando-o a mecanizar o processo de ensino para desempenhar todas as suas incumbências, provocando, então, um distanciamento da relação professor-aluno. Deste modo, as práticas docentes tornam-se desinteressantes, desestimulantes e enfadonhas. O nível de interesse dos estudantes pelo processo de aprendizagem é um fator determinante para o bom desempenho escolar, um dos maiores problemas do sistema de ensino atual (SOUZA et al., 2017).



Nessa perspectiva, a prática docente no contexto da sala de aula não é um exercício meramente técnico, marcado para atender às prescrições curriculares. As estratégias e ferramentas didáticas utilizadas para auxiliar o professor em sala de aula são importantes meios para o professor articular conhecimentos gerais e disciplinares com vistas à aprendizagem de seus alunos.

Ser professor vai além dessa articulação de conhecimentos, pois requer o emprego de vários conhecimentos e habilidades para a preparação e aplicação das práticas docentes. Nesse processo, diversas questões instigam o trabalho cotidiano do professor, necessitando reflexão, análise de situações e tomada de decisões. As práticas docentes revelam um professor que atua como um mediador na cocriação de conhecimento, sendo mais do que um técnico. Este torna-se um sujeito que, a partir das análises dos fundamentos sociais e culturais de seus alunos, planeja a sua ação no contexto da sala de aula. Esse movimento de interpretação e crítica da realidade faz com que o docente identifique e escolha técnicas e métodos pedagógicos para a socialização das experiências de aprendizagem de seu grupo de ensino (CRUZ, 2007).

Segundo Franco (2016), as práticas docentes estão envoltas por uma enorme complexidade, pois envolvem as perspectivas e expectativas profissionais do professor, seus conhecimentos técnicos e didáticos, bem como questões de atualização e aperfeiçoamento. Além disso, fazem parte das práticas docentes a busca por conhecer a realidade socioeconômica e cultural de seus alunos, a fim de estabelecer relações significativas e integradoras.

Além do contexto escolar e curricular, outro fator também é impactante no desempenho profissional dos professores e na performance acadêmica dos estudantes, que é o apoio da família no processo de ensino. Nesse sentido, vários elementos podem interferir na vida escolar do aluno, como, por exemplo: a desestruturação familiar; a falta de tempo dos pais e responsáveis; bem como o desinteresse dos mesmos pela vida escolar do aluno. Assim, são atribuídas às escolas e, conseqüentemente, aos professores, funções educacionais pertencentes à família (SOUZA et al., 2017). Como resultado temos o professor muitas vezes ocupando-se com obrigações que não deveriam ser de sua responsabilidade e que acabam aumentando sua carga de trabalho. O excesso de atividades extras sobrecarrega e baixa a energia do docente, fazendo com que ele não tenha disponibilidade ou disposição para conhecer a realidade social e cultural de seus

estudantes, o que acaba refletindo nas suas práticas docentes e, conseqüentemente, na relação professor-aluno.

Diante desse cenário, percebe-se que o professor necessita de diversas habilidades e conhecimentos para promover práticas atrativas aos alunos. No entanto, devido às suas obrigações, acaba por realizar atividades mecanizadas em sala de aula, visando apenas cumprir o conteúdo planejado, muitas vezes seguindo estritamente os livros didáticos ou apostilas. Essa forma de atuação pode não ser suficiente para aguçar e estimular a aprendizagem do aluno, cabendo ao professor pesquisar alternativas para aprimorar suas atividades em sala de aula. Nesse sentido, o conceito de ecologia de saberes pode ajudar a expandir o seu conhecimento e ampliar a sua visão para outras fontes de saberes.

Por esta razão, este artigo tem como objetivo apresentar reflexões sobre o termo ecologia de saberes em relação às práticas docentes, promovendo movimentos que possam orientar e dar visibilidade para esse campo de pesquisa na educação. Inicialmente, na próxima seção, serão apresentadas questões referentes às instituições de ensino, a relação entre conhecimento formal e informal e um caminho para a universidade se reerguer através da ecologia de saberes.

## **A UNIVERSIDADE COMO RUÍNA SEMENTE E A ECOLOGIA DE SABERES**

Boaventura de Souza Santos defende a luta por uma educação que ultrapasse a distinção entre Educação Formal e Informal, assim como aponta Paulo Freire. Segundo ele, a Educação Formal constrói a Linha Abissal e ao mesmo tempo a torna invisível. Em seu trabalho intitulado *Epistemologias do Sul*, o autor destaca que a radicalidade da linha abissal está no fato desta ser invisível e, para ele, uma educação com pressupostos universalistas reproduziria, na prática, a linha abissal, dividindo a sociedade em duas: de um lado a sociedade dos plenamente humanos e de outro a sociedade dos sub-humanos (SANTOS e MONARCA, 2021).

Para que possamos ver a Linha Abissal é preciso fazer uma ruptura epistêmica, e para isso, é preciso validar os conhecimentos nascidos nas lutas, tanto nas anticapitalistas, como nas anticolonialistas e nas antipatriarcais. Conhecimentos esses

que nem sequer foram reconhecidos como conhecimentos, porque não foram validados como ciência, que é o único conhecimento que as Epistemologias do Norte consideram válido.

Dussel (1977) nos aponta algumas questões vem se perpetuando com o tempo, como a problemática da inferioridade estabelecida, as discriminações e abusos sofridos por negro, indígenas, pelas mulheres (vítimas de um machismo impregnado). Questões de discriminação e opressão sofridas por diversos grupos e culturas, como é o caso do sertanejo em nosso país, como é o caso dos incas, dos astecas, dos povos dos países sul-americanos em geral. Toda a riqueza cultural desses povos vem sendo fragmentada, vem sendo apagada, devido a esse eurocentrismo, a esse modo de pensamento, a esse sistema.

Outro aspecto apontado por Dussel é a relação dos europeus, colonizadores da América latina conosco, onde eles são os sujeitos e nós somos os objetos. Enquanto não nos entendermos como sujeitos, essa questão de exploração, a qual estamos submetidos desde os tempos da colonização, só irá aumentar. Precisamos nos libertar dessas dependências que temos com os europeus, tanto no aspecto político, como econômico e cultural, para sermos sujeitos da nossa história.

Nesse sentido, a ruptura epistêmica permite ver o que Boaventura chama sociologia das ausências, ou seja, aquilo que foi produzido como não existente, como irrelevante, do outro lado da linha abissal, e a partir daí, construir uma sociologia das emergências, validar esses conhecimentos e as perspectivas sobre o sentido da vida, a organização da sociedade e da política que não foram validadas pelo conhecimento dominante. O conhecimento que resta depois da luta é o conhecimento dos vencedores, e é por isso que as universidades têm sempre ensinado o conhecimento dos vencedores, a história dos vencedores, contada pelos vencedores, onde a história dos vencidos e o conhecimento dos vencidos desaparecem completamente.

Boaventura propõe um modelo de conhecimento que não é o conhecimento antes da luta nem o conhecimento depois da luta, mas o conhecimento enquanto se luta. É o conhecimento construído na luta, enquanto a luta ocorre e a consciência que se vai tendo desse conhecimento. Essa proposta tem consequências epistemológicas fundamentais para a educação, para a organização da educação, e uma delas é a relação

entre a própria escola e a comunidade, entre o conhecimento formal e o informal, entre a sociedade e a própria universidade.

Em muitos países a universidade foi quem verdadeiramente construiu o Projeto de Estado Nacional, o qual se caracterizava por ser um projeto autoritário, muitas vezes cheio de violência epistêmica pois destruía todas as outras nacionalidades que existiam, impondo uma concepção dominante de nacionalidade. Apesar disso, este projeto que foi funcional para o capitalismo em períodos anteriores e atualmente é alvo de um ataque enorme pelo neoliberalismo, o qual não quer projetos nacionais. O neoliberalismo vê a economia e a sociedade como redes globais de fluxos de capital, de mercadorias (não de trabalhadores), e obviamente vê o Estado como um obstáculo a tudo isso, ou seja, o Estado passa a ser um obstáculo à dominação capitalista no mundo hoje e como tal tem de ser posto a serviço disso (SANTOS e MONARCA, 2021).

Atualmente as universidades estão em crise, em ruínas, pois ficaram muito ligadas a esse Projeto de Estado Nacional. A grande pergunta que fica é: a universidade pode se transformar numa ruína semente? Em que sentido? No sentido “que se reconstrói para ser um factor de luta contra a linha abissal e não apenas um agente que destrói o projecto nacional e não é capaz de encontrar um projecto alternativo ao projecto neoliberal” (SANTOS e MONARCA, 2021, p. 274).

Hoje a universidade sofre com o ataque de um capitalismo universitário, um capitalismo educativo, e em muitos países com as forças de um conservadorismo religioso ou secular de extrema direita que começam a fazer uma censura reacionária. Estamos vendo em muitos países, como é o caso do Brasil, um reacionarismo cultural, ou seja, uma reação sistemática, contrária ao espírito liberal.

Boaventura destaca que esse conhecimento reacionário, que tem hoje a sua expressão nos movimentos de extrema-direita, é um conhecimento e uma perspectiva ideológica que ataca a universidade na sua raiz. Como consequência, estamos assistindo a censuras a professores em muitos países, e não só naqueles países que nós estamos acostumados a considerar como países autoritários e menos democráticos. A universidade é atacada duplamente, não só pelo capitalismo educativo, mas também pelo conservadorismo reacionário, porque a universidade continua a ser o único lugar onde é possível produzir conhecimento crítico, livre, plural e independente.

Um caminho indicado por Boaventura para a universidade se reconstruir é através das Epistemologias do Sul. Para isso, a universidade tem que deixar de ser o veículo do conhecimento dos vencedores e começar a dar mais valor ao conhecimento dos vencidos. Esse conhecimento não foi eliminado e continua presente na vida coletiva dos grupos e classes sociais explorados e discriminados e em todas as lutas contra a dominação. A universidade sempre desperdiçou esses conhecimentos por não considerá-los válidos.

Nesse novo período que estamos entrando a universidade tem que aceitar a diversidade epistemológica do mundo, tem que aceitar a ideia da ecologia dos saberes, a ecologia de saberes médicos, saberes epidemiológicos, saberes jurídicos, saberes filosóficos. Para Boaventura, as ecologias de saberes são processos de transformação recíproca, tanto dos conhecimentos eruditos, científicos como dos conhecimentos populares próprios de cada país.

Se a universidade estiver atenta aos conhecimentos nascidos nas lutas, às Epistemologias do Sul, à ecologia de saberes, acabará por produzir outros tipos de intelectuais, os intelectuais que Boaventura designa como intelectuais de retaguarda. As Epistemologias do Sul propõem teorias de retaguarda, teorias que caminham com os movimentos sociais, com os outros saberes, na retaguarda daqueles que são menos avançados, que estão a ponto de desistir na sua luta contra a dominação ou até nem a reconhecem. E é nessa luta a partir da retaguarda que o intelectual deve trabalhar, conhecer com e não conhecer sobre (SANTOS e MONARCA, 2021).

## **ECOLOGIA DE SABERES E ATUAÇÃO DOCENTE**

A palavra ecologia, do termo ecologia de saberes, refere-se a saberes que vão sendo constituídos na articulação de diferentes teorias (legítimas e reconhecidas) e de diferentes formas de conhecimento. As teorias e as formas podem ser advindas de quaisquer fontes de sapiência. Assim, a ecologia de saberes tem como intuito dialogar e articular diversos saberes (científico, educacional, cultural, pessoal, social, etc.) para confrontar o conhecimento científico. Confrontar dados e resultados de teorias já reconhecidas, a partir de outro viés de conhecimento, pode alterar algumas concepções, inclusive na área da educação. O diálogo entre diversas fontes e formas de saberes pode desarticular e reformular novas percepções que eram ditas concretas e absolutas. Deste

modo, “ecologizar” significa misturar os saberes e oxigenar os conceitos que regem a educação. Essa transformação é feita com consciência, porém sem saber o fim.

A ecologia de saberes explora a pluralidade da ciência, isto é, as práticas científicas alternativas, e promove a interação e a interdependência entre os saberes científicos e outros saberes não científicos, onde prevalecem as práticas cotidianas da população. Ela alerta a sociedade para uma visão mais abrangente tanto daquilo que conhecemos, como daquilo que desconhecemos.

Na ecologia de saberes cruzam-se conhecimentos e também mitos e crenças. Assim, num processo de aprendizagem conduzido por uma ecologia de saberes é crucial a comparação entre o conhecimento que está sendo aprendido e o conhecimento que, neste processo, é esquecido e desconsiderado. É da natureza da ecologia de saberes constituir-se mediante perguntas constantes e respostas incompletas. Portanto, a ecologia de saberes é uma epistemologia desestabilizadora na medida em que se empenha numa crítica da política do possível, sem ceder a uma política do impossível. A ciência tem uma grande relevância para a sociedade, porém, é importante sempre questionar e reavaliar as diretrizes já fundadas por ela considerando outros saberes (SANTOS, 2007).

A ecologia de saberes tem como referência não só o contexto social, mas sim diversas fontes de conhecimento (não científicos), buscando uma aproximação com a ciência. Porém, reconhecer os saberes não científicos não implica desacreditar o conhecimento científico. Trata apenas da exploração de práticas alternativas e da valorização da interdependência dos saberes científicos e não científicos. Para o conceito da ecologia de saberes, não existem critérios absolutos nem monopólios da verdade. A falta da verdade absoluta e o princípio da incompletude é a condição para início dos diálogos e dos debates epistemológicos entre diferentes conhecimentos (SANTOS, 2018). Dessa forma: “O objetivo da ecologia de saberes é criar um novo tipo de relação, uma relação pragmática, entre o conhecimento científico e outros tipos de conhecimento.” (ibidem, p. 226).

Com base na ecologia de saberes pode-se ter uma consciência mais ampla do que sabemos e do que não sabemos. Conforme Boaventura, todos os conhecimentos têm limites internos e externos, sendo: os internos as restrições são consequência do que

ainda não se sabe, mas pode-se saber por um determinado tipo de conhecimento; já os limites externos referem-se ao que não se sabe, nem se pode saber mediante um determinado tipo de conhecimento. Partindo desse entendimento, a ecologia de saberes infere que os limites externos implicam em reconhecer intervenções alternativas que só são possíveis com outros tipos de conhecimento, propondo, desta maneira, que os saberes não científicos sejam alternativas ao conhecimento científico (SANTOS, 2018). “A ecologia de saberes se baseia na ideia pragmática de que é necessário reavaliar as intervenções concretas na sociedade e na natureza que os diferentes saberes podem oferecer.” (ibidem, p. 244).

Nesse sentido de valorização de outros conhecimentos, a ecologia de saberes consiste em assegurar a “igualdade de oportunidades” aos distintos tipos de conhecimento que intervêm em diversas epistemologias, com a ideia de maximizar suas respectivas contribuições para o maior grupo de pessoas. Assim, esse movimento busca “uma sociedade mais justa e democrática, e também uma sociedade mais equilibrada em suas relações com a natureza.” (SANTOS, 2018, p. 226). Essa “igualdade de oportunidades” sugere a participação de cada tipo de conhecimento e da conversação da humanidade. Por esta razão, a ecologia de saberes apoia uma maior divulgação da ciência e da diversidade de fontes de conhecimento para a construção de novos debates e diálogos, valorizando tanto os saberes científicos como os não científicos presentes na sociedade para explorar práticas científicas alternativas.

A ecologia de saberes pode ser um conceito importante para os docentes no momento de reflexão de suas práticas de ensino. Porém, para querer ser um ótimo docente, cabe entender o que constitui um profissional nesta área. Para tanto, Moraes (2007) descreve que um professor é aquele capaz de:

[...] ajudar o aprendiz a olhar para dentro de si mesmo, para dentro de seu próprio ser, para que possa reconhecer-se como pessoa, descobrir seus talentos e competências, sua criatividade, sua sensibilidade e sua flexibilidade estrutural em relação ao conhecimento. (MORAES, 2007, p. 19).

Percebe-se a importância do ser docente agregar um pouco da psicologia humana para auxiliar na didática. O professor com um conhecimento sobre psicologia pode conseguir criar e aplicar, com mais facilidade, práticas de ensino que provoquem os alunos e façam com que eles despertem para o seu autoconhecimento e, conseqüentemente, para um melhor aproveitamento das aulas. Esse fator evidencia que

a educação envolve diversos segmentos, sendo que a união e interação desses saberes pode emergir uma nova proposta de educação. Fixar o olhar apenas para uma fonte de conhecimento restringe o potencial do educador e acaba reprimir a relação professor-aluno. Quanto mais o educador se prepara e tem o entendimento de outras áreas, maiores são as possibilidades de mobilizar os alunos em sua prática docente.

Para conhecer outras áreas de conhecimento, o processo de formação docente é bastante relevante. Segundo Moraes (2007), a dinâmica tripolar dos elementos autoformação, ecoformação e heteroformação, de natureza complexa, deve ser estudada ao longo da vida do professor. A formação docente acontece sempre na relação e possui, portanto, uma natureza ecossistêmica. Isso significa que a formação docente “acontece a partir das relações do sujeito consigo mesmo (auto), com o outro (hetero) e com as circunstâncias geradas pelo ambiente (eco)” (MORAES, 2007, p. 31). A denominação auto-eco-heteroformação é estabelecida pela dinâmica entre as três dimensões, a qual ocorre de maneira simultânea. Nota-se que a constituição do ser professor envolve diversas áreas de conhecimentos, necessitando de contínuas reflexões sobre a formação docente, não sendo restrita apenas a conteúdos científicos.

Nesse sentido, o professor precisa possuir uma consciência transdisciplinar, compreendendo o ensino de uma forma plural. Deste modo, não só o docente deve ser capaz de ajudar o aluno a se reconhecer como pessoa, mas o professor também deve refletir a sua melhor maneira de cativá-lo a aprender. Para esses momentos, ambos precisam ter a noção de realidade e de uma consciência transdisciplinar. Um docente deve ser sensível e capaz de perceber os momentos em que algo precisa ser mudado, refletindo e reconstruindo sua prática no cotidiano.

Nesse viés transdisciplinar, trabalhar com o erro a fim entender melhor a dinâmica da realidade é um fator relevante na prática docente. Em uma atividade avaliativa, por exemplo, avisar que o aluno errou em uma questão de prova ou trabalho pode não ser suficiente para a construção de conhecimento. O professor deve desenvolver e explorar o erro para conduzir o aluno ao acerto, fazendo com que ele reflita, repense e desenvolva uma nova maneira de enxergar a solução do problema. Moraes (2007, p. 29) complementa que “os erros e acertos podem dialogar de maneira dinâmica e criativa, complementar e enriquecedora, dentro de cada um de nós”.



Algumas vezes, o professor corrige as questões avaliativas para os alunos, sem trabalhar a falha ocorrida por eles. Talvez o docente não aprofunde muito nessa análise para não atrasar a aula (referindo-se sobre o conteúdo curricular). Deste modo, o professor normalmente sugere trabalhar com as falhas dos alunos num momento extraclasse. Porém, por diversas razões, nem todos os alunos utilizam os horários de atendimento extraclasse para tirar suas dúvidas ou tentar compreender determinados conteúdos. A questão principal nessa situação é que o professor, na pós-avaliação, não trabalha o diálogo entre erro e acerto.

O processo de confrontar o acerto, de tentar alcançar a resposta mais correta através de discussões, opiniões, teorias diferentes é uma maneira de envolver a ecologia de saberes na prática docente. Deste modo, repensar o processo de avaliação como uma evolução gradual do sujeito no dia a dia em um ambiente colaborativo pode ser uma alternativa interessante para promover o debate entre ideias. Torna-se, então, um processo de cocriação, pois o conhecimento é construído a partir de diferentes partes, a fim de produzir conjuntamente um resultado.

Nas práticas docentes há muitas circunstâncias presentes que devem ser reveladas, evocando a ecologias de saberes, como por exemplo: conhecimento do conteúdo e das técnicas didáticas, ambiente institucional, práticas de gestão, infraestrutura, equipamentos, quantidade de alunos, interesse dos alunos (desejos), conhecimentos prévios, vivências, experiências anteriores, etc. “Muitas dessas circunstâncias podem induzir a boa interação e bom interesse e diálogo entre as variáveis do processo – aluno, professor e conhecimento” (FRANCO, 2016, p.544).

Nesse sentido, a ecologia de saberes nas práticas docentes retoma conceitos como: auto-hetero-eco-formação, autoconhecimento, cocriação, transdisciplinaridade, mediação, subjetividade, sentimentos (desejo/vontade), diálogo, interação, realidade, dentre outros. Percebe-se que a prática docente envolve diversos saberes que vão desde o autoconhecimento do professor, até o envolvimento com o aluno, no sentido de perceber as suas emoções, frustrações e condições de vida. Várias fontes de conhecimento podem auxiliar o docente a realizar práticas que motivem o aluno a participar e se sentir um protagonista no processo de construção de conhecimento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação formal, ao mesmo tempo que constrói a Linha Abissal e a torna invisível, também é responsável por dividir a sociedade em duas: de um lado os plenamente humanos e de outro os sub-humanos. É nesse segundo lado que se encontram as sociologias das ausências, ou seja, tudo o que foi produzido como não existente, como irrelevante, conhecimentos que não foram validados pelo conhecimento dominante. A ruptura epistêmica proposta por Boaventura de Souza Santos visa buscar uma justiça epistêmica, uma justiça histórica e cultural, uma justiça racial e sexual, sem as quais não é possível que haja uma justiça social.

A busca por essa justiça epistêmica e social passa por mudanças e rupturas nas escolas e universidades, as quais sempre ensinaram o conhecimento dos vencedores, a história dos vencedores contada pelos vencedores e, nesse ambiente, a história e o conhecimento dos vencidos desaparecem completamente. Para que isso ocorra, as instituições universitárias terão que se envolver em movimentos simultâneos de incorporação da globalidade e de peculiaridades regionais, produzindo conhecimentos adequados aos contextos e formando indivíduos capazes de dar conta das tarefas de compreender e intervir nessa realidade complexa e em constante transformação.

Um caminho para construir um projeto renovado de universidade é através da ecologia de saberes, a qual pode ser vista como uma nova epistemologia, capaz de transgredir fronteiras cognitivas e metodológicas, sobretudo propiciando a construção de modos de produção de conhecimento mais integradores e que respeitem a complexidade do mundo. A universidade precisa converter-se em um espaço onde os diferentes saberes dialogam de forma transdisciplinar como forma de resposta aos mais variados tipos de problemas da humanidade.

Nesse sentido, o papel do docente torna-se primordial para que esse renascimento das universidades aconteça, pois é através da sua relação com os alunos, do seu engajamento com a comunidade local e do seu olhar para a realidade social que serão pautadas sua preparação didática e suas práticas em sala de aula. A ecologia de saberes propõe expandir o conhecimento e trazer um outro olhar para as práticas docentes.

O autoconhecimento é um aspecto relevante na constituição do ser docente, pois é através dele que o professor identifica seus limites e potencialidades. Com isso ele

determina em quais capacitações e atualizações necessita investir seus esforços num processo de formação continuada. Após compreender e desenvolver o autoconhecimento, o professor pode buscar conhecer com maior profundidade seus alunos e estimulá-los a se auto conhecerem também, a fim de que olhem para si e busquem identificar suas fragilidades e potencialidades. O aluno se reconhecendo como pessoa/aluno/cidadão, identificando seus talentos, suas habilidades, seus saberes sociais e culturais pode contribuir com o desenvolvimento das aulas, num movimento de cocriação com os demais colegas e com o professor.

Ao atuar sob essa perspectiva, o professor estimula a criatividade dos alunos e estabelece movimentos colaborativos, visando empoderar os alunos para que se tornem os protagonistas do processo de aprendizagem. Assim, o professor deixa de ser uma pessoa que apenas transmite a informação, e trabalha de forma mediadora e integrada com os alunos, onde o diálogo e as trocas de conhecimentos possibilitam que juntos criem e ampliem as tessituras de saberes.

Outro aspecto relevante é o professor ter uma visão de diálogo entre o erro/acerto bem como entre o programado/imprevisível no processo de aprendizagem. A percepção da mudança por parte do professor é importante para que a dinâmica da aula seja direcionada para o melhor método de aprendizado possível. Esta intuição de flexibilidade é uma habilidade difícil de adquirir, porém a conscientização por parte do docente sobre a importância de refletir e discutir sobre o assunto já é um começo.

Portanto, a ecologia de saberes, sendo um conceito que prima a articulação de diversas fontes de saberes, tanto de conhecimentos científicos como de não científicos, que busca explorar a pluralidade da ciência sem desconsiderar quaisquer fontes de saber, pode ser um elemento importante para as práticas docentes. Para tanto, conhecer outras fontes de sabedoria com base no contexto sociocultural, por exemplo, pode auxiliar o educador a explorar a diversidade de saberes em sala de aula, promovendo um aprendizado colaborativo. Sendo assim, percebe-se que a ecologia de saberes tem o potencial de contribuir para transformar tanto o sujeito como pode amparar o professor nas suas práticas docentes.

## **REFERÊNCIAS**

CRUZ, G. B. A prática docente no contexto da sala de aula frente às reformas curriculares. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 29, p. 191-205, 2007. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602007000100013#:~:text=Falar%20de%20pr%C3%A1tica%20docente%20em,de%20nuances%20e%20de%20significados](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602007000100013#:~:text=Falar%20de%20pr%C3%A1tica%20docente%20em,de%20nuances%20e%20de%20significados). Acesso em 11 dez. 2020.

DUSSEL, Enrique. *Filosofia da Libertação na América Latina*. São Paulo: Loyola, 1977  
Fórum Filosofia da Libertação.

FRANCO, M. A. R. S Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. *Rev. Bras. Estud. Pedagog.* v. 97, n. 247, Brasília, p. 534-551, Sept./Dec. 2016. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2176-66812016000300534](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812016000300534). Acesso em 11 dez. 2020.

MORAES, M. C. A formação do educador a partir da complexidade e da transdisciplinaridade. *Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 7, n. 22, p.13-38, set./dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/4147>. Acesso em: 28 out. 2020.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 79, p. 71-94, nov. 2007. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002007000300004](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004). Acesso em: 28 out. 2020.

SANTOS, B. S. (Org.). *Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia Esencial. Volume I: Para um pensamento alternativo de alternativas - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Antologia\_Boaventura\_PT1.pdf*. Acesso em: 28 out. 2020.

SANTOS, Boaventura Souza: MONARCA, Hector. Contributions for a critical praxis of the social. *Revista Educación, Política y Sociedad*. 2021, 6, 252-289.

SOUZA, Dominique G. et al. Desafios da prática docente. *Revista Educação Pública*, v. 17, n. 19, p. out. 2017. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/17/19/desafios-da-prtica-docente>. Acesso em 11 dez. 2020.

**Capítulo 10 - DOI:10.55232/10830012.10**

**ALGORITMOS RACIAIS E A SUA OCORRÊNCIA NO  
RECONHECIMENTO FACIAL NA SEGURANÇA PÚBLICA  
COMO ENTRAVE AOS DIREITOS HUMANOS**

**Stephanny Resende de Melo, Letícia Feliciano dos Santos Cruz, Diogo de Calasans Melo Andrade e Clara Cardoso Machado Jaborandy**

**RESUMO:** Todos os dias nos é dito que vivemos uma imersão desenfreada na cultura cibernética, ao passo que o anseio de visibilidade na internet explora a ideia da otimização dos fluxos informacionais no mundo. Para além disso, vê-se que a crescente transformação digital ocorrida na sociedade contemporânea se apresenta como um importante objeto de análise. Nesse sentido, o presente trabalho propõe tecer considerações preventivas/repressivas acerca do avanço das novas tecnologias de processamento de dados, especialmente o crescente uso dos algoritmos. Dessa forma, considerando a complexidade da utilização da Inteligência Artificial (IA) no reconhecimento facial na segurança pública, viu-se a necessidade de debater sobre discursos de neutralidade dos softwares. A ocorrência de violência policial em desfavor de corpos negros também é importante de ser analisada, pois contribui com o entendimento de como essas tecnologias podem causar ainda mais discriminações, gerando seletividade e disparates sociais. O objetivo é analisar os motivos pelos quais ocorrem os vieses raciais, ferindo os direitos humanos, além de verificar como podem influenciar no uso do reconhecimento facial. A metodologia utilizada deu-se através da abordagem qualitativa, de natureza exploratória, com procedimento metodológico da pesquisa documental e bibliográfica.

**Palavras-chave:** Abordagem Policial, Algoritmos Raciais, Reconhecimento Facial.

## **INTRODUÇÃO**

O uso de Inteligência Artificial (IA), em 2022, cresceu 171% nos tribunais brasileiros, comparado ao ano anterior, segundo mapeamento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Conselho Nacional de Justiça (ONU, 2022). Assim, com a dada utilização de forma significativa, viu-se a necessidade de debater, de forma aprofundada, e pesquisar, os algoritmos raciais e a sua não neutralidade, uma vez que, em paralelo, foram crescendo os problemas ligados ao seu uso, com o surgimento de vieses de gênero, classe, raça, entre outros, nos resultados e tomadas de decisões pelos sistemas.

Nesse sentido, considerando a ampliação das tecnologias inovadoras, tanto no âmbito privado quanto no público, nota-se que o debate frente ao aumento do uso de reconhecimento facial no Brasil vem sendo discutido em larga escala, principalmente quanto à precaução de falhas. Assim sendo, compreender as medidas regulatórias no tocante ao uso das novas tecnologias no país, especialmente na segurança pública (identificação de possível infrator, reincidência, vigilância e entre outros), se faz urgente, tendo em vista a busca pela efetividade de direitos dos cidadãos-usuários, como também o respeito pelo regime Democrático adotado no ordenamento pátrio.

Desta forma, a presente pesquisa possui relevância ao tratar de um tema bastante atual e que lidará com os principais rumos tecnológicos e de diversidade étnica, analisando a problemática que os algoritmos raciais trazem para o aumento das discriminações raciais e de influência negativa da segurança pública, com aumento de violência policial e talvez um discurso legitimador dessas atitudes. Por conseguinte, questiona-se: há segurança pública para uma sociedade em risco? O foco, por meio da pesquisa científica, se dá em demonstrar caminhos possíveis para a solução.

O objetivo deste artigo é analisar como o uso da inteligência artificial no reconhecimento facial pela polícia pode aumentar as desigualdades raciais e a violência policial que já é significativa, quando não se avaliam os possíveis vieses raciais que dela se originam, ferindo os direitos humanos. É importante destacar que a inteligência artificial será analisada de forma menos profunda e técnica, já que busca-se apenas discutir, teoricamente, seu uso aliado à questão de raça, principal foco.

Assim, o trabalho foi dividido em dois tópicos no seu desenvolvimento, no primeiro cumpre investigar o gerenciamento dos algoritmos e os vieses que lhe são

atribuídos. No primeiro tópico, demonstra-se o quão a abordagem policial é violenta, contribuindo para o racismo estrutural, para no segundo tópico, tratar como essa abordagem será intensificada e legitimada se os algoritmos raciais continuarem a ocorrer no reconhecimento facial utilizado nessas situações, com a perpetuação e a estruturação das discriminações raciais no uso das Inteligências Artificiais, aumentando as desigualdades sociais se não combatidas e reanalisadas.

A metodologia empregada na pesquisa é pautada no método dedutivo, mediante uma abordagem qualitativa do problema, sendo a pesquisa de natureza exploratória, utilizando-se dos procedimentos metodológicos da pesquisa documental e bibliográfica. Assim, realiza-se a pesquisa por intermédio da análise de doutrinas, documentos e textos científicos que guardam pertinência com o tema. Utiliza-se, especialmente, a opinião comprovada de pesquisadores e de seus levantamentos no intuito de buscar uma confirmação da hipótese suscitada e consubstanciar o discurso.

Em uma apertada análise, nota-se que os algoritmos raciais e o racismo estrutural nas abordagens policiais possuem direta ligação e legitimam os vieses no reconhecimento facial na medida em que contribuem para o aumento das disparidades sociais, gerando ainda mais discriminações raciais, além de ferir os direitos humanos. Dessa forma, precisa ser uma preocupação constante, com profundas análises frente a regulamentação do uso das IAs, de modo a garantir ética, boa governança e responsabilidade de todos os envolvidos.

## **ALGORITMOS ENVIESADOS E O RACISMO ESTRUTURAL NA ABORDAGEM POLICIAL**

Vieses discriminatórios nas plataformas digitais tornam-se cada vez mais frequentes, logo investigar o gerenciamento da sua existência na tomada de decisões se faz necessário. É notório que a IA vem se expandindo em diversos segmentos do cotidiano, sendo importante compreender a tomada de decisão automatizada, influências de perfilamento racial e os seus impactos. Dito isto, cumpre enfatizar que os sistemas de aprendizado das máquinas são guiados por uma visão de mundo dos sujeitos dominantes, logo discute-se se há neutralidade na padronização dos algoritmos. Nesse sentido, Osoba e Welser (2017, p. 7) expõe que:

Algoritmos tendem a ser vulneráveis a características de seus dados de treinamento. Esta é um recurso destes algoritmos: a habilidade de se adaptar face a inputs cambiantes. Mas a adaptação algorítmica em resposta aos dados fornecidos também apresenta um vetor de ataque por usuários mal-intencionados. Esta vulnerabilidade da dieta de dados em algoritmos de aprendizado é um tema recorrente.

Ademais, vê-se que os algoritmos são mecanismos matemáticos utilizados para comandos automatizados nos mais variados nichos do ciberespaço. Portanto, o referido estudo carece de atenção pública, uma vez que os ambientes virtualizados e as interações em rede fazem parte do cotidiano de grande parte da população mundial. É inegável o poder da Inteligência Artificial e o seu avanço na execução de tarefas em variados setores do cotidiano, porém há necessidade de fiscalização e medidas repressivas frente a disseminação do racismo sistêmico.

Sobre a IA, afirma Urwin (2016, p. 92):

É uma ferramenta construída para ajudar ou substituir o pensamento humano. É um programa de computador, que pode estar numa base de dados ou num computador pessoal ou embutido num dispositivo como um robô, que mostra sinais externos de que é inteligente — como habilidade de adquirir e aplicar conhecimento e agir com racionalidade neste ambiente.

A busca pela implementação das IAs nas atividades comuns do dia a dia não se trata mais de um diálogo tão futurista, tendo em vista que a evolução tecnológica vem acelerando a sua aplicação. Entretanto, cabe pontuar a existência de entraves da IA diante da necessidade de efetivamente atender aos fundamentos e dignidade à pessoa humana através de sistemas éticos, justos e transparentes. Isto porque, os algoritmos de IA, por vezes, podem replicar condutas preconceituosas e enviesadas.

Para Virgílio Almeida e Danilo Doneda (2018, p. 141):

A disponibilidade de um poder computacional e de conjuntos de dados, que não param de crescer, permite que os algoritmos realizem tarefas de magnitude e complexidade que, muitas vezes, exorbitam os limites humanos. A ponto de, em determinadas situações, haver dificuldade para prever ou explicar seus resultados, até mesmo por parte de quem os escreve.

Nesse contexto, compreende-se que fatores externos realimentam padrões discriminatórios de algoritmos e rompe com a premissa de que os sistemas de IA refletem imparcialidade. Ademais, vale destacar que ao considerar a IA a uma simulação da própria inteligência humana, se faz urgente direcionar uma aprendizagem supervisionada por parte dos algoritmos, utilizando-se da ferramenta de mapeamento das decisões e



controle de dados, tudo isto com o fito de precaver atribuições de comportamentos preconceituosas e de cunho racial às máquinas.

O racismo, ao atingir o psicológico da sociedade, é ampliado para todos os âmbitos, como educação, saúde, mercado de trabalho, ciência etc. É uma condição que nega aos negros acesso a qualquer local que porventura dê um mínimo de destaque, pois se associa que o negro não tem condições para ocupar um *status* de poder ou de riqueza. (CARRERA, 2020). Deste modo, os privilégios na sociedade são mantidos nas mãos de poucos, aqueles que sempre detiveram o poder, pela inexistência de discussão e ampliação do debate racial a contento.

No setor de contratação de empregados, por exemplo, como mostra uma experiência realizada pelo Governo do Paraná, em 2016, na qual foram convidados alguns especialistas de recursos humanos para participar de uma dinâmica, sem indicar seus objetivos finais. Na oportunidade, foram mostradas fotos de pessoas brancas e negras realizando as mesmas situações do cotidiano, como olhar uma roupa em uma vitrine de loja ou limpar uma cozinha. Ao visualizar as imagens, os especialistas deveriam indicar o que viam naquela foto, que tipo de ação estaria acontecendo, os quais responderam, em quase unanimidade, que as pessoas brancas estariam comprando ou limpando sua casa ao passo que os negros seriam os vendedores e/ou empregadas domésticas.

Conforme preceitua Lélia Gonzalez (2020), foi dado ao negro, desde a época colonial, um espaço para ser dominado pelos brancos, assim, os negros teriam moradias insalubres, com bastante violência e condições extremamente precárias, enquanto os brancos estariam em lugares bonitos, confortáveis, com segurança e condições plenas de moradias. Ou seja, brancos e negros deveriam permanecer nessas condições, sem de um ocupar o lugar do outro, seria um distanciamento físico que refletia totalmente no psicológico.

No que diz respeito à violência policial, nota-se que os dados são ainda mais alarmantes, pois conforme o relatório produzido por Silvia Ramos et al. (2021), que analisou as mortes por policiais do ano de 2020, restou coletado que as capitais Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador são os três municípios com maior número de mortes registradas em 2020, com respectivamente 415, 317 e 203 mortes. De outro ângulo, o estado da Bahia registrou 787 mortes por policiais em 2020, um aumento de 21% em

relação a 2019. Ademais, o pior aumento registrado foi em Pernambuco, em que o número quase dobrou de um ano para o outro.

Ainda sobre o relatório, vê-se que em Fortaleza, Recife e Salvador, todos os mortos pela polícia em 2020 eram pessoas negras, enquanto no Rio de Janeiro e em Teresina chegou à marca de 90% e 94%, respectivamente. Deve-se frisar que, os negros são os que mais morrem em ações policiais, independentemente do tamanho da população negra do lugar. Além desses fatos, o relatório também informou que, outro problema é a omissão da cor em alguns Estados, como o Ceará, pois muitos mortos não têm a cor declarada, tornando a obtenção de dados ainda mais difícil, uma tentativa de mascarar uma realidade que é nítida em todo o país.

Ao analisar o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, percebe-se que, feito um comparativo entre as estatísticas de 2020 e 2019, as vítimas da violência policial mantiveram-se com uma alta concentração entre os negros, com 78,9% e 79,1%, respectivamente. E comparando as taxas de pessoas brancas, é ainda mais perceptível a discriminação uma vez que a taxa de letalidade entre negros é 2,8 vezes superior à taxa entre brancos, sendo que enquanto os negros correspondem a 56,3% do total da população brasileira, quase 79% das vítimas de mortes violentas por intervenção policial são de pessoas negras, demonstrando uma sobre-representação.

Conforme Tânia Muller e Lourenço Cardoso (2018), a branquitude gera uma sensação de que apenas a sua realidade é importante e não a visão dos negros, não há um encontro de percepções, apenas uma única, a dos brancos. E isso é perceptível quando analisamos os diversos dados sobre as mortes de pessoas negras, na verdade, sobre todos os direitos que são assegurados ou não assegurados. A desigualdade racial é palco para demonstrar o déficit de direitos mínimos garantidos efetivamente às pessoas negras.

Nesse sentido, segundo Silvia Ramos et al. (2021, p. 11-12):

Há concordância entre pesquisadores de que a violência do Estado brasileiro através das polícias é mais comum contra pessoas negras, mas esse fato é comumente lido como um “viés racial”, ou seja, um desvio do propósito democrático das polícias, que pode ser solucionado por intervenções técnicas, digerindo a natureza desumanizante do racismo e auxiliando em sua manutenção. A narrativa de que o problema da polícia resulta de um “viés racial” em vez de ter sido criada por um propósito racista, é um argumento que se relaciona à branquitude, isto é, uma percepção de mundo em que a raça não é central. Esse argumento marginaliza o racismo do debate, sendo

também uma expressão do próprio racismo. No entanto, em vez do racismo de Estado reconhecido, o que se vê é a branquitude do campo.

Assim, não se pode explicar tamanha violência focada na população negra, senão pelo racismo estrutural que persiste em toda sociedade. Entretanto, conforme aponta Celso Antônio Bandeira de Mello (2002, p. 23), igualdade “é princípio que visa duplo objetivo, a saber: de um lado propiciar garantia individual contra perseguições, e de outro, tolher favoritismos”. Nesse sentido, torna-se ainda mais urgente debater sobre igualdade de raça e sobre como ela influencia em diversos setores da sociedade, especialmente, na violência policial. Partindo desse entendimento, pretende-se analisar, no próximo subtópico, como os algoritmos raciais podem aumentar ainda mais o racismo nas abordagens policiais e trazer ainda mais disparidades sociais, devendo ser repensado e aprofundado o debate.

## **RECONHECIMENTO FACIAL NA SEGURANÇA PÚBLICA: LIMITES E POSSIBILIDADES**

Pelo que foi verificado na primeira seção, os algoritmos não são sistemas neutros, podendo estar totalmente enviesados e atuando como replicadores de eventuais discriminações carregadas pela pessoa que o alimentou. Além disso, ainda na mesma seção, percebe-se o quanto as desigualdades sociais no país ainda são enormes quando pensamos na violência policial em pessoas negras, o quanto há um racismo estrutural nas abordagens policiais.

Destarte, se os bancos de dados forem alimentados através de empresas, ocorrem os vieses raciais, como relatado no primeiro capítulo. Se pensar em alimentá-lo com o acúmulo de dados das abordagens policiais, tem-se a mesma situação, como demonstrado no capítulo anterior. Assim, deve-se discutir como e se é possível a IA contribuir para a eficácia da atuação policial, através do uso do reconhecimento facial, sem aumentar ainda mais as discriminações raciais.

Como já analisado, os algoritmos ainda são muito imprecisos, com diversos erros que desrespeitam os direitos humanos e aumentam as discriminações de todos os tipos, inclusive as raciais. Semelhante ou ainda mais impreciso é o reconhecimento facial, no presente trabalho, focado para a utilização na segurança pública. Nesse sentido, pesquisadores percebendo os mais variados erros, a ausência de transparência e de

regulamentação, começaram a aprofundar e relatar na tentativa de solucionar o problema ou, ao menos, discuti-lo, pois, “A luta pelo direito e pelos direitos humanos no mundo contemporâneo passa necessariamente por sua redefinição teórica.” (HERRERA FLORES, 2009, p. 20).

Sobretudo, pode-se analisar o levantamento da Rede de Observatórios da Segurança Pública (2019), o qual demonstrou que 90,5% das pessoas que foram presas a partir do uso do reconhecimento facial no setor de segurança pública no país eram negras. O uso dessa tecnologia ocorreu durante um ano em cinco estados brasileiros, então, se pensar na sua continuidade e ampliação para os demais Estados, poder-se-ia também pensar no aumento de mais desigualdades sociais ocorrendo, de forma aparentemente legítima, caso não seja denunciado e avaliado criticamente.

Ao verificar a situação relatada no parágrafo acima e a simulação do Governo do Paraná, citada na seção anterior, constata-se que essas seriam as pessoas contratadas como engenheiros para alimentar o banco de dados da inteligência artificial, criando as métricas. Assim, o resultado seria, a perpetuação de desigualdades, de modo invisível e ainda mais complicado de ser percebido e/ou combatido. Seriam essas pessoas que desenvolveriam os sistemas automatizados determinando o que devemos fazer ou o que devemos pensar, contribuindo com valores preconceituosos, ao transmitir ideias racistas, entre outros (BIRHANE, 2020).

Segundo Broussard (2018, p. 289), os algoritmos são “idealizados por pessoas, e pessoas incorporam seus vieses inconscientes nos algoritmos. É raramente intencional – mas isso não significa que devemos ignorar a responsabilidade dos cientistas de dados. Significa que devemos ser críticos e vigilantes sobre as coisas que podem dar errado”. As máquinas incorporam e refletem os estereótipos sociais que integram à sociedade sem, contudo, questionar, porque não há uma cognição por trás delas e tão somente replicações do que foi adicionado (BIRHANE, 2020).

Contudo, é ingênuo pensar que os algoritmos não precisam de um estudo crítico e aprofundado uma vez que podem atingir diversos setores da sociedade, como segurança pública, especialmente, quando sabe-se que o uso da IA tem aumentado a cada dia. De acordo com o *Le Monde Diplomatique Brasil* (2021) verificou que dos 26 prefeitos de capitais empossados em 2021 no Brasil, 17 apresentaram propostas que preveem o uso dessas tecnologias na segurança pública.

Para tanto, o autor Tarcízio Silva (2021), relatou que, em Londres, após ser realizada uma auditoria sobre o uso do reconhecimento facial, verificou-se que em 96% dos casos as pessoas foram identificadas de forma equivocada. Ainda, na implementação dessa tecnologia na capital inglesa, foram reunidas fotos de mais de 2.400 suspeitos e geradas apenas 8 prisões. No caso do Brasil, no seu uso na Micareta de Feira de Santana/BA, foram coletados 1,3 milhões de rostos para o cumprimento de somente 18 mandados. Ou seja, são estruturas que despendem muito dinheiro, aparentemente, pouco resultado e muita discriminação.

Mais alarmante são as palavras da pesquisadora O'Neil (2016, p. 76) ao relatar que:

O próprio policiamento gera novos dados, que justificam mais policiamento. E nossas prisões se enchem com centenas de milhares de pessoas consideradas culpadas de crimes sem vítimas. A maioria deles vem de bairros pobres e a maioria é negra ou hispânica. Portanto, mesmo que um modelo não faça distinção de cor, seu resultado não mostrará outra coisa além disso. Em nossas cidades amplamente segregadas, a geografia é um proxy [condicionante] altamente eficaz para a raça.

Outra demonstração de Tarcízio Silva (2020) das discriminações raciais existentes na IA, ocorreu quando o Google identificou como arma de fogo uma ferramenta qualquer que estava com uma pessoa negra. Ou seja, qual o fundamento para que essa identificação errônea ocorresse? Como esses dados foram alimentados? Isso ocorreria se fosse uma pessoa branca? Essa confusão entre objetos sempre acontece? São perguntas com respostas pouco discutidas porque não há uma preocupação ou transparência no geral. A falta de regulamentação também é um fator forte.

A tecnologia deve ser utilizada em favor da sociedade, ela evolui para que a sociedade caminhe no mesmo ritmo, entretanto, criar no imaginário que a IA não pode trazer prejuízos se utilizada de qualquer forma, é contribuir para que sejam utilizadas em desfavor das pessoas. Para tanto, em outro caso, foi demonstrado mais uma vez que a IA, mediante o uso do reconhecimento facial, pode enganar policiais e fazê-los prender pessoas que não cometeram crime, ou seja, as pessoas erradas. Foi o que ocorreu em 2019 no Rio de Janeiro, oportunidade em que uma mulher foi presa ao ser confundida com uma condenada pela justiça, mais alarmante ainda porque essa outra mulher já estava detida havia quatro anos.

Portanto, é importante ter em mente que o uso do reconhecimento facial pode ser algo benéfico, mas não como está posto até o momento, sem análise de vieses, transparência, ética e regulamentação pois não é algo simples, exige muitos estudos e pesquisas. Aliás, pelo fato de já haver comprovação dos seus vieses, é ainda mais necessário que se possa discutir abertamente sobre o tema e não legitimar ações policiais ilegais ou discursos de ódio.

## **CONCLUSÃO**

Diante do exposto, percebe-se a importância de entender como funciona a inteligência artificial, a alimentação dos seus dados e, conseqüentemente, os algoritmos, para poder combater os abusos que possam vir a ocorrer já que não se deve esperar um dano acontecer para poder agir, objetivando, portanto, sua não ocorrência. Assim, foi demonstrado que os algoritmos raciais ocorrem no reconhecimento facial, não como um caso isolado, mas recorrente em todo o mundo, inclusive e especialmente no Brasil, colaborando com o aumento de discriminações e discurso de legitimidade para as violentas abordagens policiais contra negros.

Compreende-se que a máquina não é racista, ela não cria discriminações, ela simplesmente é treinada por um ser humano e replica aquilo que foi treinada para fazer (*machine learning*) por ele. Ou seja, ela aponta a visão de mundo de quem as alimentou, então, se no seu processo de treinamento houve vieses racistas, o resultado final, após o processamento dos dados pela máquina, será de discriminações, pois foi isso que aprendeu.

Desta forma, as soluções para a desconstrução dos vieses na tecnologia perpassam pela raiz do problema, em que se constrói uma cultura de diversidade, equidade e inclusão na sociedade para, então, ser edificado nas empresas e no poder público. Além disso, a regulamentação do uso da Inteligência Artificial em todas as áreas, efetivando a ética, transparência e responsabilidade, como ferramenta para cumprimento do propósito

Dessa maneira, vale destacar que a Europa criou uma “Carta Europeia de Ética sobre o Uso da Inteligência Artificial em Sistema Judiciais e seu ambiente”, na qual reconhecendo a importância da Inteligência Artificial e seu crescente uso, adotou

princípios que deverão ser seguidos por agentes públicos e privados. Dentre os princípios, foram aplicados o de “respeito aos direitos fundamentais”, de “não-discriminação” e da “transparência”, demonstrando que o interesse da regulamentação está tornando-se uma necessidade. Além disso, no Brasil, existem alguns projetos de lei, sendo o mais avançado a PL 21/2020, em que estabelece princípios, direitos e deveres para o uso da Inteligência Artificial. Entretanto, entende-se que essas regulamentações ainda precisam de muito avanço e ainda mais prioridade no que diz respeito à diversidade de povos.

De tal modo, percebe-se a importância do trabalho apresentado em decorrência da contemporaneidade de seu tema e por somar-se a uma discussão das mais relevantes na atualidade, sempre objetivando dirimir controvérsias entre os que a tramam. Ressalta-se que não houve o esgotamento do debate por entender ser de mais amplo palco e que não pode ser encerrado antes de poder conseguir intentos positivos na prática e não somente no campo teórico. Por fim, o trabalho pode fomentar academicamente o embasamento daqueles que compartilham da mesma posição defendida nesta pesquisa, incentivando o desenvolvimento da pesquisa em Direito enquanto ramo das Ciências Sociais Aplicadas.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALMEIDA, Virgílio A. F.; DONEDA, Danilo. O que é a governança dos algoritmos? In: BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGACO, Lucas (Org.). Tecnopolíticas de vigilância: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIRHANE, Abeba. Colonização Algorítmica da África. In: Comunidades, algoritmos e ativismos digitais. Tarcízio Silva (Org.) São Paulo: LiteraRua, 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 21, de 04 de fevereiro de 2020. Estabelece princípios, direitos e deveres para o uso de inteligência artificial no Brasil, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostaslegislativas/2236340>. Acesso em: 20 dez. 2021.

BROUSSARD, M. Artificial unintelligence: How computers misunderstand the world. Cambridge: MIT Press, 2018.

CARRERA, Fernanda. Racismo e sexismo em bancos de imagens digitais: análise de resultados de busca e atribuição de relevância na dimensão financeira/profissional. In: Comunidades, algoritmos e ativismos digitais. Tarcízio Silva (Org.) São Paulo: LiteraRua, 2020.

DE MELLO, Celso Antônio Bandeira. O conteúdo Jurídico do princípio da igualdade. São Paulo: Malheiros, 2002.

ESTADO DO PARANÁ. Campanha do Governo. Racismo Institucional: Teste de Imagem. 2016. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=JtLaI\\_jcoDQ](https://www.youtube.com/watch?v=JtLaI_jcoDQ). Acesso em: 20 nov. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2018. São Paulo: FBSP, 2018. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2022.

FRANÇA. Carta Europeia de Ética sobre o Uso da Inteligência Artificial em Sistema Judiciais e seu Ambiente. Adotada em 03 e 04 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://rm.coe.int/cartaetica-traduzida-para-portugues-revista/168093b7e0>. Acesso em: 20 dez. 2021.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem politicoeconômica. In: Por um feminismo afro latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Flávia Rios (Org.). 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

IBGE. Síntese de indicadores sociais 2020: uma análise das condições de vida da população brasileira. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Indicadores\\_Sociais/Sintese\\_de\\_Indicadores\\_Sociais/Sintese\\_de\\_Indicadores\\_Sociais\\_2020/indice\\_das\\_tabelas\\_sis2020.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2020/indice_das_tabelas_sis2020.pdf). Acesso em: 25 nov. 2021.

MELO, Paulo Victor. A serviço do punitivismo, do policiamento preditivo e do racismo estrutural. Le Monde Diplomatique Brasil, 2021. Disponível em:



<https://diplomatie.org.br/a-servico-do-punitivismo-do-policiamento-preditivo-e-do-racismo-estrutural/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

MULLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço. Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2018.

NUNES, Pablo. Exclusivo: levantamento revela que 90,5% dos presos por reconhecimento facial no Brasil são negros. The Intercept, 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/11/21/presos-monitoramento-facial-brasil-negros/>. Acesso em: 27 nov. 2021.

ONU. Pesquisa identifica 111 projetos de inteligência artificial no Judiciário. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/188306-pesquisa-identifica-111-projetos-de-inteligencia-artificial-no-judiciario>. Acesso em: 18 ago 2022.

OSOBA, Osonde A.; WELSER IV, William. An intelligence in our image: The risks of bias and errors in artificial intelligence. Rand Corporation, 2017.

RAMOS, Silvia et al. Pele-alvo: a cor da violência policial. Rio de Janeiro : CESeC, 2021. Disponível em: [file:///C:/Users/steph/Downloads/RELATORIO\\_REDE-DE-OBS\\_cor-da-violencia\\_dez21\\_final.pdf](file:///C:/Users/steph/Downloads/RELATORIO_REDE-DE-OBS_cor-da-violencia_dez21_final.pdf). Acesso em: 12 jan. 2022.

RAMOS, Silvia; FRANCISCO, Diego; DA SILVA, Pedro Paulo; SILVA, Itamar. Elemento suspeito: racismo e abordagem policial no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : CESeC, 2021. Disponível em: [file:///C:/Users/steph/Downloads/OK%20CESEC\\_elemento-suspeito\\_final.pdf](file:///C:/Users/steph/Downloads/OK%20CESEC_elemento-suspeito_final.pdf). Acesso em: 12 jan. 2022.

SARAIVA, Adriana. Trabalho, renda e moradia: desigualdades entre brancos e pretos ou pardos persistem no país. IBGE, 2020. Disponível em: [agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29433-trabalho-renda-e-moradia-desigualdades-entre-brancos-e-pretos-ou-pardos-persistem-no-pais](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29433-trabalho-renda-e-moradia-desigualdades-entre-brancos-e-pretos-ou-pardos-persistem-no-pais). Acesso em: 25 nov. 2021.

SILVA, Tarcízio. Google acha que ferramenta em mão negra é uma arma. Blog do Tarcízio Silva, 2020. Disponível em: <https://tarciziosilva.com.br/blog/google-acha-que-ferramenta-em-mao-negra-e-uma-arma/>. Acesso em: 17 jan. 2022.

SILVA, Tarcízio. Linha do Tempo do Racismo Algorítmico. Blog do Tarcízio Silva, 2020. Disponível em: <http://https://tarciziosilva.com.br/blog/posts/racismo-algoritmico-linha-do-tempo>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SILVA, Tarcízio. Reconhecimento facial deve ser banido: veja dez razões.. Blog do Tarcízio Silva, 2021. Disponível em: <https://tarciziosilva.com.br/blog/>. Acesso em: 17 jan. 2022.

URWIN R. Artificial Intelligence: The Quest for the Ultimate Thinking Machine. London: Arcturus, 2016.

WERNECK, Antonio. Reconhecimento facial falha em segundo dia, e mulher inocente é confundida com criminosa já presa. O Globo, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/reconhecimento-facial-falha-em-segundo-dia-mulher-inocenteconfundida-com-criminosa-ja-presa-2379891>. Acesso em: 28 nov. 2021.

**Capítulo 11 - DOI:10.55232/10830012.11**

**O TRABALHO DO TELEATENDIMENTO NAS EMPRESAS  
DE CALLCENTER EM TEMPOS DE COVID-19**

**Pedro Albergaria Paulino de Almeida e Leonardo Moura Lima Calmon de Siqueira**

**RESUMO:** A atividade de teleatendimento nas empresas de callcenter, considerada, no Brasil, essencial no contexto de pandemia do Covid-19, é, historicamente, marcada por condições deletérias e adoecedoras de trabalho. O objetivo do presente artigo é fomentar a discussão a respeito do trabalho do teleatendimento nas empresas de callcenter, com o ânimo de refletir sobre como esse contexto laboral, já precário, poderá ser intensamente agravado pelo novo coronavírus, em razão das circunstâncias típicas nas quais o labor é exercido no setor.

**Palavras-chave:** Trabalho, Teleatendimento, Covid-19

## **INTRODUÇÃO**

O trabalho de teleatendimento no Brasil guarda em seu bojo características centrais do processo contraditório de reprodução social no capitalismo brasileiro (ANTUNES E BRAGA, 2009, p. 9-10). Esse setor é marcado por um quadro de adoecimento sistemático, cuja causa reside, entre outros fatores, no fenômeno da precarização social da atividade, na forma de terceirização, (DRUCK, 2017, p. 191). Nesse sentido, a consideração dessa atividade como “essencial” durante o período de quarentena, por determinação governamental (BRASIL, 2020a), desperta a necessidade de se discutir o fato de que as teleoperadoras são um dos grupos de trabalhadores mais expostos e sensíveis às consequências gravosas que a pandemia da Covid-19 enseja para a classe obreira.

Dentro desse contexto de risco de vida trazido pelo novo coronavírus, são inúmeros os relatos noticiados de teleoperadoras em protesto contra o descaso das empresas na tomada de atitudes que visem à preservação de suas vidas (G1, 2020; FIGUEIREDO, 2020; TAJRA, 2020; MARRA, 2020; FERREIRA, 2020).

Há muito, as teleoperadoras têm, reiteradamente, direitos laborais desrespeitados pelos patrões (DUTRA, 2014; REIS, 2017), em decorrência do padrão de gestão predatório da força de trabalho, que oculta o adoecimento laboral, individualiza os processos gravosos à saúde e combate diretamente os limites à exploração do capital sobre o trabalho, descumprindo amplamente normas de saúde e segurança laboral (FILGUEIRAS, 2017, p. 22-23).

Além disso, a organização do trabalho das teleoperadoras é marcada pela confluência entre o modelo fordista/taylorista - de onde derivam as práticas gerenciais de controle excessivo do tempo e do corpo das operadoras – e o modelo toyotista - de onde decorre a intensificação do trabalho e a apropriação da subjetividade do trabalhador pelo empresariado (DUTRA, 2014; VENCO, 2009).

Como resultado das práticas gerenciais, as teleoperadoras vivenciam um cenário marcado por intenso e heterogêneo quadro de adoecimento causado pelo trabalho, vastamente denunciado pela literatura (BRAGA, 2012; CAVAIGNAC, 2011; DUTRA,

2014; NOGUEIRA, 2009; PENA, CARDIM e ARAÚJO, 2011; ROSENFELD, 2009; SILVA, 2010).

Nesse contexto de pandemia de agente biológico tão contagioso como o Sars-Cov-2, é preciso chamar atenção para as condições de trabalho deletérias típicas do setor. Ambientes confinados e aglomerados são características que marcam a organização dessa atividade laboral (SILVA, 2004), configurando potencial altíssimo de disseminação do vírus, lesando a saúde da trabalhadora ou de pessoas da sua rede de relacionamentos diários, gerando dor e sofrimento em dimensão que vai muito além dos limites do trabalho.

O objetivo deste artigo é, nesse sentido, promover a reflexão sobre o fato de que o trabalho no setor de teleatendimento nas empresas de callcenter – que já é marcado por condições historicamente adversas– está especialmente sujeito a agravos significativos em decorrência da pandemia de Covid-19.

A metodologia utilizada na sua elaboração consistiu na (i) revisão bibliográfica interdisciplinar a respeito das características do trabalho no callcenter, (ii) na análise de dados estatísticos referente ao adoecimento ocupacional no setor, (iii) na coleta de informações publicadas por veículos midiáticos a respeito das experiências iniciais vividas pelas teleoperadoras na pandemia de Covid-19 e (iv) na pesquisa de relatórios de inspeção de órgãos oficiais que fiscalizam as condições de saúde e a segurança do trabalho nas empresas de callcenter. As fontes utilizadas para a coleta dos dados quantitativos foram o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As estatísticas foram acessadas por meio da análise da Base de Dados Históricas de Acidentes de Trabalho, da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Central de Empresas.

Para cumprir o propósito exposto, esse trabalho está dividido em quatro partes além dessa introdução e da conclusão: primeiramente, será realizada uma análise da gestão e organização laboral típicas do teleatendimento; em seguida, será levantado o quadro de adoecimento generalizado do setor; na terceira parte, serão apresentadas estatísticas que denunciam a ocultação do adoecimento laboral por parte das empresas de telemarketing, e, por último, será feita uma análise do contexto inicial vivido pelas teleoperadoras em decorrência da pandemia de Covid-19.

## **A GESTÃO E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO SETOR**

Como principal elemento caracterizador do trabalho no callcenter, destaca-se a sua organização. Nesta, predomina uma espécie de modelo que conjuga características do binômio fordismo/taylorismo com as do modelo pós-fordista. (DUTRA, 2014; VENCO, 2009).

Nesse mesmo sentido, Antunes e Braga (2009, p. 10) sustentam que o trabalho no setor:

[...] articula tecnologias do século XXI com condições de trabalho do século XIX, mescla estratégias de intensa e brutal emulação do teleoperador, ao modo da flexibilidade toyotizada, com técnicas gerenciais tayloristas de controle sobre o trabalhador; [...] ampliando as formas mais complexificadas de estranhamento e alienação contemporânea do trabalho.

Aqui, a tecnologia é pilar fundamental na gestão e na organização laboral, pois opera como fator de disciplina do trabalho (DUTRA, 2014, p. 87). Assim, ao associar aparatos tecnológicos – como os cartões magnéticos, o software e a telemática – ao espaço físico ambiental, se cria uma espécie de “arquitetura do controle” (VENCO, 1999, p. 55), que concentra centenas e até milhares de teleoperadores trabalhando simultaneamente em postos de atendimento colados uns aos outros, onde a proximidade e a interação pessoal são inevitáveis. São “ambientes confinados, dotados de ar condicionado centralizado, com baixas temperaturas e baixa umidade relativa do ar” (SILVA, 2004, p. 28), com monitoramento contínuo.

Outros dois fatores importantes para a saúde das trabalhadoras constam na Norma Regulamentadora nº 17, em seu Anexo II, que prescreve que as teleoperadores têm direito a (i) dois períodos de pausa de dez minutos, para descanso, e um período de pausa de vinte minutos para alimentação e (ii) uma estrutura em boas condições sanitárias adequada para a realização de refeições (BRASIL, 2007). Todavia, é comum a existência de estrutura sanitariamente precária para a alimentação dessas trabalhadoras (SALVADOR, 2020). Além disso, esses intervalos de tempo revelam-se insuficientes (DUTRA, 2014, p. 197): não há tempo para refeição adequada, pois menos tempo de trabalho é igual a menos produtividade, que, frequentemente, gera advertências formais, redução de salários e até demissão. Junto a isso, intervalos para saídas dos postos de

trabalho e satisfação de necessidades fisiológicas são restritos e rigidamente controlados (DUTRA, 2014; SOUZA, BARROS e FILGUEIRAS, 2017, p. 124).

Venco (2009) também identificou outras quatro táticas de gestão muito sintomáticas do setor: (i) controle do tempo e dos movimentos, (ii) exigibilidade estrita do seguimento dos *scripts*, (iii) cobrança excessiva de metas e (iv) assédio moral perpetrado a partir delas, diante do recebimento de ordens geralmente impossíveis de serem obedecidas.

Além desses, Airton Marinho elencou como fatores adoecedores contidos na prática da atividade de teleatendimento: (i) falta de pausas e intervalos durante a jornada; (ii) excesso de solicitação constante de atenção e memória; (iii) manutenção de posturas inapropriadas por períodos significativos; (iv) exposição a intensos ruídos e desgaste visual por períodos prolongados e (v) ambientes confinados e de iluminação deficiente (SILVA, 2004, p. 27-28).

É importante destacar que a terceirização é a forma predominante de contratação à qual as teleoperadoras estão submetidas (DUTRA, 2014, p. 84), expressando cinco dimensões da precarização: (i) as formas de contratação instáveis, carentes de proteção social; (ii) a gestão e organização empresarial que, objetivando a lucratividade ao máximo, intensifica o trabalho, impõe metas impossíveis de serem alcançadas, gerem sua força laboral por meio do medo e do abuso de poder; (iii) a sensação de instabilidade no emprego e de perda de vínculos sociais; (iv) o enfraquecimento da força sindical, devido à divisão e concorrência entre os trabalhadores e (v) o ataque e negação ao Direito do Trabalho, visto pelos princípios liberais como anacrônicos à modernidade (DRUCK, 2017, p. 190-192).

Além disso, ressalte-se a predominância da sub-remuneração. A associação entre a característica oligopolista do setor, a baixa qualificação da força de trabalho e a fragilidade sindical ajudam, de acordo com Braga (2012, p. 151), “a compreender por que os salários brasileiros localizam-se entre os mais baixos do mundo no setor, superando apenas os salários dos trabalhadores indianos”.

## **O ADOECIMENTO NO SETOR**

Em decorrência desse tipo de organização e gestão do trabalho, o teleatendimento realizado no setor de callcenter figura como uma das atividades que possuem maior nível de rotatividade da força de trabalho e que mais adoecem física e psiquicamente seus trabalhadores (DUTRA, 2014, p. 113).

Ruy Braga investigou a percepção do ritmo de trabalho por parte das teleoperadoras e concluiu (i) que 62% dos entrevistados informaram que sua saúde foi comprometida por conta do trabalho e (ii) que as percepções axiologicamente negativas em relação ao trabalho perfizeram 56% das respostas (BRAGA, 2012, p. 150).

A consequência da gestão do trabalho no callcenter dá forma ao que o autor identificou como o “Ciclo do Teleoperador”, um período que dura entre 20 e 24 meses, correspondente a uma espécie de “prazo de validade” do trabalhador determinado pela empresa (BRAGA, 2012, p. 153). Esse período é caracterizado por um momento inicial de adaptação da teleoperadora ao produto que vende, seguido por um tempo de boa produtividade acompanhado do alcance das metas de vendas, ao qual se segue um declínio em decorrência do adoecimento desenvolvido (BRAGA, 2012, p. 152). A partir de então, a teleoperadora é conduzida para seu descarte e substituição por uma nova, que reiniciará o ciclo.

Conforme nos informa Dutra (2014, p. 114), Dal Rosso concluiu que 42,9% dos trabalhadores do *callcenter* sofriam de doenças ocupacionais contra 14,9% de outros setores; que 73,5% das teleoperadoras apresentaram atestado médico frente a 18,9% dos trabalhadores dos demais ramos; que 93% do setor de telefonia demonstrou percepção em relação ao aumento do ritmo e intensidade de trabalho em contraste a 57,5% dos trabalhadores de outros setores da economia.

Confirmando esses dados, em pesquisa realizada em grande empresa de telemarketing, Mônica Cavaignac (2011, p. 62) identificou que “57% dos operadores [...] declararam ter adquirido, pelo menos, um problema de saúde no trabalho”.

Já no que se refere às espécies patológicas que afligem as teleoperadoras, há consenso médico, epidemiológico e previdenciário a respeito da prevalência de patologias específicas no setor de telemarketing (PENA, CARDIM e ARAÚJO, 2011, p. 134). Dentre elas, encontram-se: Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORTs); Lesões por Esforço Repetitivo (LER), cuja espécie mais predominante é a Síndrome do Túnel do Carpo, que afeta principalmente mulheres; patologias na voz;



patologias na audição; distúrbios psíquicos e neurais; problemas na coluna; doença de Ménière; obesidade; gastrite; descontrole hipertensivo; infecções urinárias, que também atingem especialmente mulheres e alcoolismo (PENA, CARDIM e ARAÚJO, 2011, p. 134; OLIVEIRA, 2019, p. 190; KAWAMURA e SIMONELI, 2015, p. 186; CAVAINAC, 2011, p. 62; BRAGA, 2012, p. 150; LOPES e TAVARES, 2005, p. 306; NOGUEIRA, 2009, p. 192; SILVA, 2010, p.94; ROSENFELD, 2009, p. 179).

## **A OCULTAÇÃO DO ADOECIMENTO LABORAL NO SETOR**

O adoecimento ocupacional é espécie da qual acidente de trabalho é gênero. Nesse sentido, a Lei 8.213 de 24 julho de 1991 determina que empregadores devem comunicar acidentes de trabalho à Previdência Social por meio da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) (BRASIL, 1991).

Por sua vez, o Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP), previsto na mesma lei e no Decreto nº. 3.048 de 6 de maio de 1999, é aplicado pela perícia do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) quando se verifica a correspondência “entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade” (BRASIL, 1999), de forma a inferir, automaticamente, o trabalho como causa daquele adoecimento.

No setor de callcenter, a ocultação dos acidentes de trabalho é destaque no cenário nacional. A predominância do adoecimento ocupacional no setor de serviços – que, em relação ao acidente típico, é menos visível; a punição financeira por parte das grandes empresas às terceirizadas que notificam os acidentes; o evitamento de encargos imediatos e a retirada desse fenômeno das vistas das instituições públicas de regulação do trabalho podem explicar esse processo (FILGUEIRAS e CARVALHO, 2017, p. 81-98).

**Tabela 1: Evolução dos acidentes registrados pelo INSS no setor de teleatendimento, 2006-2018, Brasil**

MOTIVO/SITUAÇÃO		ANO												
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Típico c/ CAT	Freq. Absl	484	671	789	947	774	736	802	1.002	825	776	786	845	829
	%	26,4%	19,1%	18,5%	19,9%	19,9%	20,6%	23,0%	24,0%	31,7%	23,4%	22,1%	23,2%	21,5%
Trajeto c/ CAT	Freq. Absl	765	1.152	1.509	1.775	1.515	1.489	1.503	1.794	1.587	1.624	1.730	1.677	1.825
	%	41,8%	32,8%	35,4%	37,3%	39,0%	41,6%	43,1%	43,0%	61,0%	48,9%	48,6%	46,1%	47,4%
<b>Doenças do Trabalho C/ CAT</b>	<b>Freq. Absl</b>	<b>581</b>	<b>418</b>	<b>314</b>	<b>310</b>	<b>199</b>	<b>156</b>	<b>123</b>	<b>120</b>	<b>166</b>	<b>171</b>	<b>164</b>	<b>154</b>	<b>95</b>
	<b>%</b>	<b>31,7%</b>	<b>11,9%</b>	<b>7,4%</b>	<b>6,5%</b>	<b>5,1%</b>	<b>4,4%</b>	<b>3,5%</b>	<b>2,9%</b>	<b>6,4%</b>	<b>5,2%</b>	<b>4,6%</b>	<b>4,2%</b>	<b>2,5%</b>
Sem CAT	Freq. Absl	-	1.269	1.656	1.732	1.396	1.198	1.057	1.257	25	747	881	962	1.100
	%	-	36,2%	38,8%	36,4%	35,9%	33,5%	30,3%	30,1%	1,0%	22,5%	24,7%	26,4%	28,6%
<b>TOTAL</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.830</b>	<b>3.510</b>	<b>4.268</b>	<b>4.764</b>	<b>3.884</b>	<b>3.579</b>	<b>3.485</b>	<b>4.173</b>	<b>2.603</b>	<b>3.318</b>	<b>3.561</b>	<b>3.638</b>	<b>3.849</b>

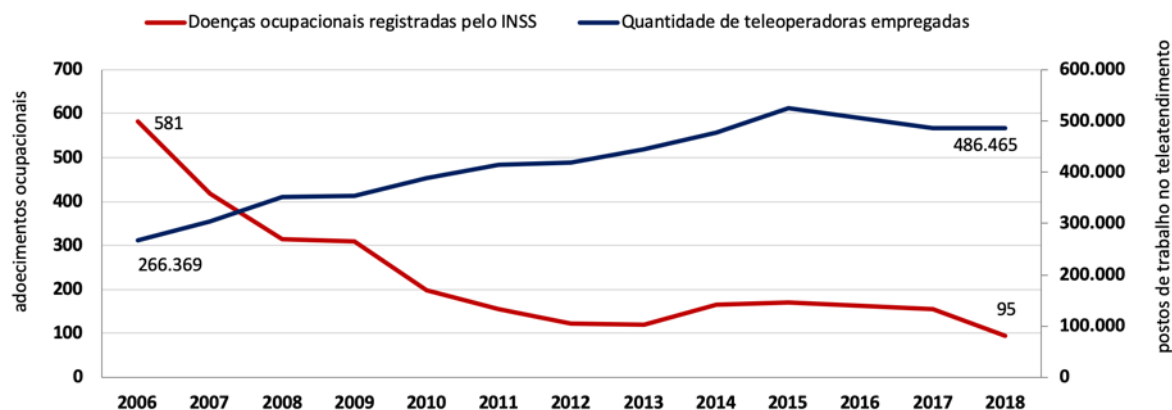
**FONTE:** Base de Dados Históricas de Acidentes de Trabalho. **Elaboração** própria.

Com base em estatísticas de agravos ocupacionais registrados pelo INSS no âmbito nacional entre os anos de 2006 e 2018, constata-se que no setor de teleatendimento houve registro muito maior de acidentes sem emissão de CAT (geralmente reconhecidos como doença ocupacional pelo INSS, através do uso do NTEP) do que de acidentes com emissão de CAT (reconhecidos pela empresa como ocupacionais) (Tabela 1).

Entre os anos de 2016 e 2018, menos de 5% do total dos casos de acidente de trabalho registrados foram reconhecidos como doença ocupacional por parte da empresa. No ano inteiro de 2018, quando o Brasil detinha 2.396 empresas do ramo de teleatendimento, somente 95 adoecimentos ocupacionais (2,5% do total) foram reconhecidos pelos empregadores, correspondendo, aliás, ao menor índice desde o início da série histórica.

O fenômeno em análise se torna ainda mais evidente quando comparamos a evolução, a nível nacional, da quantidade de doenças ocupacionais registradas pelo INSS na atividade de teleatendimento e a da quantidade de operadoras de telemarketing empregadas formalmente (Gráfico 1). Enquanto, na série histórica, se observa aumento crescente da quantidade de teleoperadoras empregadas (de 266.369, em 2006, para 486.465, em 2018), há queda do número de doenças ocupacionais registradas (de 581, em 2006, para 95, em 2018). Em outras palavras, enquanto o número de teleatendentes aumenta, o número de adoecimentos cai, o que reforça o argumento da existência de ocultação das doenças ocupacionais nas empresas de callcenter.

**Gráfico 1: Evolução da quantidade de doenças ocupacionais registradas pelo INSS vs. quantidade de teleoperadoras empregadas, 2006-2018, Brasil**



**FONTES:** Base de Dados Históricas de Acidentes de Trabalho e Relação Anual de Informações Sociais. Elaboração própria.

As estatísticas reveladas na Tabela 2 tornam o que já foi exposto ainda mais significativo ao comparar registros de agravos de saúde entre o teleatendimento e outros setores econômicos semelhantes: o setor de “serviços de escritório e apoio administrativo” (CNAE Grupo 82.1), que tinha 97.962 empresas em 2018, registrou 37 doenças como ocupacionais nesse ano, enquanto o setor de “atividades de teleatendimento” (CNAE Grupo 82.2), que detinha 2.396 empresas no ano de 2018, registrou 95 adoecimentos ocupacionais. Esse dado revela o elevado grau de adoecimento presente no setor de teleatendimento, isso sem levar em conta a subnotificação. Assim, o telemarketing se destaca quanto ao quadro deletério de saúde e segurança do trabalho ante todos os outros setores econômicos de atividades semelhantes analisados.

**Tabela 2: Acidentes de trabalho registrados pelo INSS de acordo com o CNAE 2.0 (Divisão 82), 2016-2018, Brasil**

CNAE (Grupo)	Qtd. Empresas			Doenças ocupacionais com CAT			Acidente de trabalho sem CAT		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
<b>82.2</b>	<b>2.483</b>	<b>2.475</b>	<b>2.396</b>	<b>164</b>	<b>154</b>	<b>95</b>	<b>881</b>	<b>962</b>	<b>1.100</b>
82.1	82.832	89.092	97.962	46	45	37	196	203	205
82.3	22.055	21.641	21.501	5	2	8	26	17	25
82.9	68.151	66.991	62.536	40	34	33	280	303	280

**FONTE:** Cadastro Nacional de Empresas (IBGE) e Base de Dados Históricas de Acidentes de Trabalho. Elaboração própria.

## **O TRABALHO NO CALLCENTER NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19**

Os veículos de comunicação denunciaram a situação gravosa em que se encontravam os teleoperadores no contexto atual de pandemia causada pelo novo coronavírus, principalmente em razão da inércia inicial do empresariado. (TAJRA, 2020).

Segundo uma das matérias veiculadas, trabalhadoras de uma empresa de callcenter no Recife alegaram que continuaram a trabalhar – uma delas, inclusive, grávida – durante a pandemia sem terem recebido nenhuma orientação por parte dos empregadores. De acordo com uma das teleoperadoras, “a empresa, mais uma vez, se posicionou como sempre se posiciona, que é não falando com a gente” (PINA, 2020).

Essa mesma trabalhadora (que labora num ambiente ocupado por cerca de 300 pessoas) estima que pelo menos dez das vinte teleoperadoras da sua equipe de trabalho apresentaram sintomas que são considerados característicos da Covid-19, mas que continuaram trabalhando com medo de serem demitidas (PINA, 2020).

Nessa seara, o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) de Salvador-BA, realizou uma inspeção sanitária no sítio de trabalho de uma das maiores empresas do setor do Brasil em outubro de 2019 – portanto, alguns meses antes mesmo da chegada da pandemia de Coronavírus em solo brasileiro. Já nessa época, a inspeção constatou que, na empresa, o ambiente e os equipamentos de trabalho não eram limpos de forma adequada, o que aumentava a exposição das teleoperadoras a agentes nocivos à saúde (SALVADOR, 2020).

Além disso, a mesma inspeção identificou que, dos 4.559 atestados médicos apresentados naquela empresa nos últimos dois anos, 768 (17%) deles eram referentes a doenças infecciosas e parasitárias (SALVADOR, 2020).

No Estado de São Paulo, onde se concentra a maior parte dos casos de coronavírus no país, o Ministério Público do Trabalho recebeu 1.533 denúncias relacionadas à pandemia, 155 relacionadas ao setor de telemarketing, o que representa cerca de 10% do total de notificações (PINA, 2020).

Até então, o sindicato da categoria no estado paulista havia registrado duas mortes por coronavírus (inclusive, uma das teleoperadoras vítimas fazia parte do chamado “grupo de risco”). Todavia, as entidades sindicais reclamam da falta de transparência das empresas na comunicação a respeito do quadro de contaminação pelo SARS-Cov-2 em seus locais de trabalho: “Nós temos casos de contaminação de várias pessoas. Mas não

temos um número preciso porque algumas empresas estão dificultando passar essa informação” (PINA, 2020).

## **CONCLUSÃO**

As técnicas empresariais de gestão e organização do trabalho adotadas pelas empresas de callcenter reiteram a tendência amplamente verificada em se colocar a saúde e segurança da teleoperadora em último plano. No contexto pandêmico da Covid-19, a precarização verificada (i) na forma de terceirização; (ii) no uso intensivo da tecnologia dando origem a uma “arquitetura de controle” sobre as teleoperadoras, o que implica a disposição de pessoal em ambientes confinados e aglomerados; (iii) no descuido com as boas práticas de saúde e higienização do local de trabalho e (iv) no contexto inadequado à boa alimentação, potencializa os riscos de contaminação.

Como a literatura especializada demonstrou, as práticas empresariais, por sua vez, promovem o quadro de adoecimento heterogêneo e generalizado típico do teleatendimento nas empresas de callcenter. A partir do atual contexto da pandemia da Covid-19, tornam-se oportunas avaliações acerca da possibilidade de redução da extensão do Ciclo do Teleoperador, sintoma típico da alta rotatividade nas empresas de callcenter.

Por seu turno, a análise dos dados aponta para um grave e crescente quadro de ocultação sistemática e generalizada do adoecimento laboral por parte das empresas de callcenter, que veem, nessa prática, uma forma de perpetuar seu padrão deletério de gestão da força de trabalho do setor, não havendo qualquer sinal de modificação desse comportamento empresarial. A análise, por meio dos artigos jornalísticos, das condições iniciais vividas pelas teleoperadoras na pandemia de Covid-19, apontam uma provável reiteração das deliberadas e estruturais condições negativas de trabalho no setor.

O que a revisão bibliográfica sobre o tema e a análise estatística aqui desenvolvidas possibilitam concluir é que o trabalho do teleatendimento nas empresas de callcenter segue marcado por condições deletérias à saúde e segurança das trabalhadoras. As características singulares desse processo permitem inferir a alta sujeição das teleoperadoras aos agravos decorrentes da Covid-19, como a contaminação em massa, as dificuldades em obter amparo e assistência por parte dos empregadores e o conseguinte aprofundamento de suas já mórbidas condições de trabalho e de vida.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. Apresentação. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (orgs.). Infoproletários: degradação real do trabalho virtual. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 7-13.

BRAGA, Ruy. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRASIL. Medida Provisória nº. 927, de 22 de março de 2020. Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências. Brasília DF., mar., 2020b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv927.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv927.htm)>. Acesso em: 27 mai. 2020.

BRASIL. Decreto nº. 10.282, de 20 de março de 2020. Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Brasília DF., mar., 2020a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Base de dados históricos de acidentes de trabalho. Brasília: 2018. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/aeat/>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. IBGE - Cadastro Central de Empresas. Brasília: 2018. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/992>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. Brasília: 2018. Disponível em: <[http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_anuario\\_rais/caged\\_anuario\\_raistela17.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_anuario_rais/caged_anuario_raistela17.php)>. Acesso em: 14 nov. 2020.

BRASIL. Portaria nº 9 de 30 de março de 2007 do Ministério do Trabalho e Emprego. Aprova o Anexo II da NR-17 - Trabalho em Teletendimento/Telemarketing. Brasília, DF, 30 mar. 2007. Disponível em: <[http://www.normaslegais.com.br/legislacao/portariasst9\\_2007.htm](http://www.normaslegais.com.br/legislacao/portariasst9_2007.htm)>. Acesso em: 19 set. 2020.

BRASIL. Decreto nº. 3048, de 6 de maio de 1999. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. Brasília, DF, 6 mai. 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm)>. Acesso em: 6 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF, jul. 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm)>. Acesso em: 6 jun. 2020.

CAVAIGNAC, Mônica. Precarização do trabalho e operadores de telemarketing. Revista Perspectivas, São Paulo, v.39, p. 47-74, jan/jun 2011. Disponível

em:<<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/4752>>. Acesso em: 21 mai. 2020.

DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: mais precarização e riscos de morte aos trabalhadores. In: FILGUEIRAS, Vitor. (org.). Saúde e Segurança do trabalho no Brasil. Brasília: Gráfica Movimento, 2017. p.183-204. Disponível em <<http://abet-trabalho.org.br/saude-e-seguranca-do-trabalho-no-brasil-org-vitor-araujo-filgueiras/>>. Acessado em 20/09/2019.

DUTRA, Renata Q. Do outro lado da linha: poder judiciário, regulação e adoecimento dos trabalhadores em Call Centers. 294 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Brasília, UNB, Brasília, 2014. Disponível em <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/15608>>. Acesso em: 5 nov. 2019.

FERREIRA, Marcela. Funcionários de call center reclamam de falta de prevenção ao Covid-19: ‘Tratados como lixo’; vídeo. A Tribuna, Santos, 20 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.atribuna.com.br/cidades/santos/funcion%C3%A1rios-de-call-center-reclamam-de-falta-de-preven%C3%A7%C3%A3o-ao-covid-19-tratados-como-lixo-v%C3%ADdeo-1.93949>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

FIGUEIREDO, Natália. Funcionários de call center realizam manifestação e param atividades. A Tarde, Salvador, 19 mar. 2020. Disponível em: <<https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/2123602-funcionarios-de-call-center-realizam-manifestacao-e-param-atividades>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

FILGUEIRAS, Vitor; DUTRA, Renata. Adoecimento no teleatendimento e regulação privada: a inviabilização como estratégia. In: 38º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), 2014, Caxambu. Anais do 38º Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo: 2014. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt41-1/9218-adoecimento-no-teleatendimento-e-regulacao-privada-a-invisibilizacao-como-estrategia/file>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

FILGUEIRAS, Vitor. Saúde e segurança no trabalho no Brasil. In: FILGUEIRAS, Vitor (org.) Saúde e Segurança no Brasil. Brasília: Gráfica Movimento, 2017. p. 19-77. Disponível em <<http://abet-trabalho.org.br/saude-e-seguranca-do-trabalho-no-brasil-org-vitor-araujo-filgueiras/>>. Acessado em 20/09/2019.

FILGUEIRAS, Vitor; CARVALHO, Sarah. A ocultação do adoecimento laboral no Brasil. In: FILGUEIRAS, Vitor (org.) Saúde e Segurança do trabalho no Brasil. Brasília: Gráfica Movimento, 2017. p. 79-119. Disponível em: <<http://abet-trabalho.org.br/saude-e-seguranca-do-trabalho-no-brasil-org-vitor-araujo-filgueiras/>>. Acessado em 20/09/2019.

G1. Coronavírus: funcionários de empresa de call center com mais de 10 mil profissionais protestam em Bauru. G1, Rio de Janeiro, 20 mar. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2020/03/20/coronavirus-funcionarios-de-empresa-de-call-center-com-mais-de-10-mil-profissionais-protestam-em-bauru.ghtml>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

KAWAMURA, Aline; SIMONELLI, Ângela. Caracterização da população acometida pela síndrome do túnel do carpo: Enfoque na prevenção. REFACS (online), Uberaba, v. 3, n. 3, p. 182-188, 2005. Disponível em: <<http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/refacs/article/view/1235/1101>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

LOPES, Hélio; TAVARES, Walter. Diagnóstico das infecções do trato urinário. Rev. Assoc. Med. Bras., São Paulo, v. 51, n. 6, p. 306-308, dez. 2005. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010442302005000600008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010442302005000600008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 jun. 2020.

MARRA, Pedro. Coronavírus: call center mantém funcionários aglomerados. Jornal de Brasília, Brasília, 24 mar. 2020. Disponível em: <<https://jornaldebrasil.com.br/cidades/coronavirus-call-center-mantem-funcionarios-aglomerados/>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

NOGUEIRA, Cláudia. As trabalhadoras do telemarketing: uma nova divisão sexual do trabalho? In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (orgs.). Infoproletários: degradação real do trabalho virtual. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 187-212.

OLIVEIRA FILHO, João; OLIVEIRA, Aline. Síndrome do túnel do carpo na esfera trabalhista. Rev. Bras. Med. Trab, São Paulo, v.15, n.2, p.182-192, 2017. Disponível em: <<http://rbmt.org.br/details/228/pt-BR>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

PENA, Paulo; CARDIM, Adryanna; ARAUJO, Maria. Taylorismo cibernético e Lesões por Esforços Repetitivos em operadores de telemarketing em Salvador-Bahia. Cad. CRH(online), Salvador, v.24, n.spel, p. 133-153, 2011. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792011000400010&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000400010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 21 mai. 2020.

PINA, Rute. Terceirizados e precarizados, operadores de telemarketing se arriscam ao contágio em salas sem janelas. Agência Pública, São Paulo, 25 mai. 2020. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/05/terceirizados-e-precarizados-operadores-de-telemarketing-se-arriscam-ao-contagio-em-salas-sem-janelas/#Link2>>. Acesso em 09 jun. 2020.

ROSENFELD, Cinara. A identidade no trabalho em call centers: a identidade provisória. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (orgs.). Infoproletários: degradação real do trabalho virtual. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 173-185.

SALVADOR. Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura de Salvador – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Salvador. Documento Técnico N° 004/2020 – Relatório de Inspeção. Salvador: SMS-Salvador, 2020.16p.

SILVA, Airton. A regulamentação das condições de trabalho no setor de teleatendimento no Brasil: necessidades e desafios. 90f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2004. Disponível em <<http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca-digital/acervodigital/detalhe/2010/8/a-regulamentacao-das-condicoes-de-trabalho-no-setor-de-teleatendimento-no-brasil-necessidades>>. Acesso em: 08 jun. 2020.



SILVA, Fábio. Trabalho e emprego no setor de telemarketing.183f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2010. Disponível em <[https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-07052010111706/publico/FABIO\\_PIMENTEL\\_MARIA\\_SILVA.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-07052010111706/publico/FABIO_PIMENTEL_MARIA_SILVA.pdf)>. Acesso em: 08 jun. 2020.

SOUZA, Ilan; BARROS, Lidiane; FILGUEIRAS, Vitor. Saúde e Segurança do Trabalho Curso Prático. Brasília: ESMPU, 2017. ISBN 978-85-9527-020-6. Disponível em<<http://abet-trabalho.org.br/saude-e-seguranca-do-trabalho-curso-pratico-orgs-ilan-fonseca-de-souza-lidiane-de-araujo-barros-vitor-araujo-filgueiras/>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

STF. STF afasta trechos da MP que flexibiliza regras trabalhistas durante pandemia da Covid-19. STF, Brasília, 29 abr. 2020. Disponível em: <<http://stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=442355>>. Acesso em 10 jun. 2020.

TAJRA, Alex. Gigante do call center é alvo de protestos em SP: 'queremos álcool em gel'. UOL, São Paulo, 20 mar. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/03/20/sem-alcool-gel-e-higiene-funcionarios-de-call-center-fazem-greve-em-sp.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

VENCO, Selma. Centrais de Teleatividades: o surgimento dos colarinhos furta-cores? In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (orgs.). Infoproletários: degradação real do trabalho virtual. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 153-171.

VENCO, Selma. Telemarketing nos bancos: o emprego que desemprega. 130p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 1999. Disponível em: <[http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/251061/1/Venco\\_SelmaBorghini\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/251061/1/Venco_SelmaBorghini_M.pdf)>. Acesso em: 24 jun. 2020.

**Capítulo 12 - DOI:10.55232/10830012.12**

**O DIA EM QUE A ESCOLA MUDOU DE LUGAR:  
DESAFIOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA**

**Regina Maria de Castro e Ana Maria Gimenes Corrêa Calil**

**RESUMO:** “O dia em que a escola mudou de lugar: um novo capítulo nos desafios dos formadores”. A pesquisa traz como questão problematizadora: Como se deu o processo de formação nos tempos de pandemia.”. Objetiva identificar a formação e a atuação do formador em tempos de pandemia. Buscar-se-á, também, investigar o processo de desenvolvimento profissional, o planejamento e necessidades de ações formativas. De natureza qualitativa, será realizada em uma instituição de ensino profissionalizante que atua no Brasil, porém delimitamos a uma unidade do Estado de São Paulo, com mais de setenta (70) anos de atuação e cujos participantes são docentes. A pesquisa será realizada por meio de análise documental e aplicação de questionário. Após análise dos dados, almeja-se construir uma proposta de formação que contemple os espaços: Presencial-Virtual, contribuindo não apenas com a instituição campo de pesquisa, mas oferecendo a oportunidade de reflexão e estudo de formadores de maneira geral, de modo a fomentar diálogos que incluam não só a formação mas o papel do formador nos diversos espaços onde a educação se processa.

**Palavras-chave:** FORMADOR ; FORMAÇÃO; NECESSIDADES FORMATIVAS - FORMER; FORMATION; TRAINING NEEDS.

## **INTRODUÇÃO**

Como formadora de professores a escolha do tema para pesquisa, “O dia em que a escola mudou de lugar: desafios da formação continuada”, se deu pela importância de fomentar a discussão e a reflexão sobre o formador, sua formação, suas necessidades formativas para atuar não só no panorama atual dos sistemas de ensino e espaços de formação, bem como, diante das incertezas trazidas pela pandemia – COVID19. Se estudar as funções e as necessidades formativas dos formadores já era premente, após a pandemia tornou-se imprescindível. De acordo com Santos (2020):

A pandemia e a quarentena estão revelando que são possíveis alternativas, que as sociedades se adaptam a novos modos de viver quando isso é necessário e sentido como correspondendo ao bem comum. Esta situação torna-se propícia a que se pensem alternativas ao modo de viver, de produzir, de consumir e de conviver nestes primeiros anos do século XXI. (SANTOS, 2020, p.29).

A formação de formadores, o conceito da figura do formador, o ato de formar, o constituir-se formador de forma processual é campo fértil, amplo e prioritário para estudos e pesquisas. Faz-se necessário, progressivamente, construir saberes, aprender a formar, planejar, avaliar, validar, replanejar além do espaço presencial. Tudo é verbo, tudo é ação, em um momento de muita indefinição. No presente artigo trataremos da figura do formador conforme apontamentos de Vaillant, Marcelo, André e Almeida.

## **O FORMADOR**

O formador no Brasil vive a experiência de olhar sucessos, insucessos, obstáculos, avanços e retrocessos, que o desafia a buscar respostas que possibilitem intervenções na realidade educacional, tendo em vista, sempre, melhorias no processo de aprendizagem e ampliação de repertório de conhecimentos e estratégias que favoreçam a formação. Escolhemos utilizar a expressão “formador ou formador de formadores”, mas é substancial esclarecer que esses profissionais são identificados por diferentes

denominações, como: orientador pedagógico, instrutor, multiplicador, assessor, coordenador pedagógico, coordenador educacional, técnico, moderador, professor coordenador, professor, etc.

Um aspecto relevante apontado por Vaillant (2009), é a dificuldade de definir a identidade e a definição do que é ser formador, por não requerer conhecimentos ou formações específicas para o ingresso como formadores. Segundo Vaillant e Marcelo (2001), podemos definir o formador como:

[...] pessoa que se dedique profissionalmente a formação em seus diferentes níveis e modalidades tal como o planejamos [...]. O formador é um profissional da formação, e como todo profissional, está capacitado e creditado a exercer esta atividade; possui conhecimento teórico e prático, compromisso com sua profissão, capacidade e iniciativa para aprender e inovar em seu âmbito. Também, [...] o profissional, pertence a coletivos profissionais que assumem princípios e valores em relação com os clientes da formação. (VAILLANT e MARCELO 2001, p. 32)

Para os autores, o formador precisa estar capacitado e creditado para se dedicar a formação nos diferentes níveis com conhecimentos teóricos e práticos, tendo compromisso com a própria aprendizagem. É necessário ampliar a base de conhecimento e é um trabalho conjunto com os pares, gestores, professores, alunos, comunidade.

Não se trata apenas de formação técnica/didática, mas de uma formação crítica, reflexiva, considerando a efetivação da aprendizagem, tendo a prática, a iniciativa de inovar e o compromisso com a profissão como premissas do processo.

[...] como ‘um processo contínuo, sistemático e organizado’ que [...] abarca toda a carreira do formador. Do ponto de vista do ‘aprender a aprender’, os formadores passam por diferentes etapas que representam exigências pessoais, profissionais, organizativas, contextuais, psicológicas, etc., específicas e diferenciadas. (VAILLANT, 2003, p. 35)

Conforme a autora, existem características para o formador de professores, como: [...] aperfeiçoar os conhecimentos e habilidades dos professores mal capacitados; fornecer conhecimentos especializados em matérias que se diagnosticam claras deficiências; facilitar a introdução de reformas educativas, de inovações ao currículo e de novas técnicas ou novos textos de estudo. (VAILLANT, 2003, p. 10-11).

Já ao relacionar a profissão do formador e do professor, compreende-se que segundo (ANDRÉ e ALMEIDA, 2010, p. 79), a profissionalidade de ambos é “um

conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores” que formam a competência do professor e do formador.

A formação ocupa um lugar essencial na carreira docente e de educadores no contexto geral, sendo incumbência dos formadores, que em sua maioria veio de sala de aula onde enfrentavam os mesmos dilemas que agora lhe são apresentados como situações a resolver, visto que, a boa docência necessita de bons formadores, que por sua vez, precisam de boa formação.

O formador é, portanto, antes de tudo um professor com experiências de sala de aula (em sua grande maioria) e que precisa compreender o ato pedagógico da relação professor-aluno, com consciência do saber construído e da importância de ampliar a prática com pesquisas e estudos. Desta forma, as atividades desse formador precisam superar a dicotomia entre formação inicial e continuada com a utilização de estratégias criativas, análise de materiais, reflexão, que favoreçam a investigação e análise dos problemas oriundos do fazer pedagógico dos professores, proporcionando suporte para resolução de problemas e do seu próprio fazer profissional de formador.

Na era da informação fomos acometidos pela inexperiência com práticas e vivências em ambientes não presenciais em uma sociedade que já vinha conectada por redes, e que Castells (2003) já nomeava como o novo ambiente da comunicação e necessário para a atividade humana. A sociedade, com interações mais rápidas por conta do advento da internet, clamava pela aplicação de novos conhecimentos, inovações tecnológicas que impulsionassem as transformações sociais e nossa pauta ainda tão voltada para as ações presenciais.

Algo tão urgente e distante das reais discussões de formadores: a educação na era de novos modos de comunicação e mediação, em variados formatos e espaços, diante do papel dos formadores como atores deste processo de transformação e inovação!

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Trata-se de pesquisa em andamento. Após análise dos dados, almeja-se construir uma proposta de formação que contemple os espaços Presencial-Virtual, contribuindo não apenas com a instituição campo de pesquisa, mas oferecendo a oportunidade de reflexão e estudo de formadores de maneira geral.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANDRÉ, M. E. D. A. de. e ALMEIDA, P.C.A. A profissionalidade dos professores de licenciatura sob o impacto das reformas educativas e das mudanças no mundo contemporâneo. In: ENS, R.T.; BEHRNS, M. A. Formação do professor: profissionalidade, pesquisa e cultura escolar. Curitiba: Champagnat, 2010.

MARCELO, C. & VAILLANT, D. Desarrollo Profesional Docente. Como se aprende a enseñar? Madrid. España: Narcea, 2009.

SANTOS, B. de S. A Cruel Pedagogia do Vírus. Editora @almedina.net, 2020.

VAILLANT, D.; GARCÍA, C. M. Las tareas del formador. Málaga: Ediciones Aljibe, 2001.

VAILLANT, D. Formação de formadores: estado da prática. Programa da Promoção da Reforma Educativa da America Latina e Caribe – PREAL, N. 25, 2003.

**Capítulo 13 - DOI:10.55232/10830012.13**

**COLONIALIDADE DO DIREITO: PROPRIEDADE PRIVADA, MULHER E NATUREZA NA SOCIEDADE PATRIARCAL**

**Isabele Augusto Vilaça e Laura Loureiro Gomes**

**RESUMO:** O presente artigo objetiva analisar a Colonialidade enquanto elemento constitutivo das organizações capitalistas, operando na apropriação que a sociedade patriarcal faz sobre o corpo da mulher em analogia à apropriação da natureza. A pesquisa foi realizada com a técnica descritivo-analítica, aliada a abordagem qualitativa, por meio de análise documental e legislativa, no intuito de correlacionar as categorias de colonialidade, propriedade privada e gênero; almejando compreender a forma como a mulher era inviabilizada dentro do ordenamento jurídico brasileiro, bem como buscar no Novo Constitucionalismo Latino-Americano e na teoria do Ecofeminismo novas perspectivas de combate a essa problemática. Dessa forma, foram analisados: o Código Civil de 1916, o Decreto nº 2.848/48, qual seja o Código Penal e a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) enquanto instrumentos da Colonialidade no Direito, e também, as Constituições do Equador e da Bolívia enquanto instrumentos legislativos que incorporam ideias como o do Buen-Vivir e da Pachamama, resultando em uma forma de emancipação jurídica por um projeto de sociedade pós-colonial.

**Palavras-chave:** Colonialidade do Direito; ecofeminismo; novo constitucionalismo latino-americano;

## INTRODUÇÃO

O Colonialismo, enquanto fenômeno histórico firmado nas conquistas territoriais e dominação dos povos originários nas Américas, foi responsável por exportar o patriarcado europeu e as noções europeias de sexualidade, epistemologia e espiritualidade nas sociedades latino-americanas, transformando-os em critérios hegemônicos que iriam racializar, classificar e patologizar o restante da população mundial - e seu contato com a natureza - de acordo com uma hierarquia de superiores e inferiores. Por consequência, todo o imaginário acerca da América Latina possui interferência direta das concepções europeias estruturantes da sociedade, que tinham como objetivo manifesto inviabilizar a vida e vivência dos povos originários, essencialmente no que toca à produção de conhecimento.

Assim, repensar a origem social da ciência e do conhecimento é também problematizar o que é esse conhecimento e como ele foi apropriado e moldado para fins econômicos e não às necessidades de cada grupo social (BORDIN, 2017). Em “Colonialidade del poder, eurocentrismo y América Latina”, Quijano entende que:

Com base nas suas refinadas concepções de humanidade e de dignidade humana, os humanistas do século XV e XVI chegaram à conclusão de que os selvagens eram sub-humanos. A questão era: os índios têm alma? Quando o Papa Paulo III respondeu afirmativamente na bula *Sublimis Deus*, de 1537, fê-lo concebendo a alma dos povos selvagens como um receptáculo vazio, uma *anima nullius*, muito semelhante à *terra nullius*, o conceito de vazio jurídico que justificou a invasão e ocupação dos territórios indígenas. (QUIJANO, p.37, 2010).

O Direito moderno incorporou as concepções abissais de epistemologia e legalidade, em que era impossível visualizar que as principais leis vigentes na sociedade civil deste lado da linha não tinham a mínima aplicabilidade do outro lado, e que essa situação não interferia em nada a sua universalidade jurídica, uma vez que esses seres indígenas entendidos enquanto “sub-humanos” não são considerados sequer candidatos à inclusão social.



Apesar de existirem várias matrizes de pensamento sobre a América Latina, como a originária, a negra, a independista, das mulheres, dos trabalhadores, entre outros (JAUMONY; VARELLA, 2016), ainda prevalece uma influência intrínseca da Colonialidade sob o modelo jurídico latino-americano, e por consequência, os pressupostos de imparcialidade e impessoalidade atribuídos aos operadores de direito encontram-se prejudicados, dado que o poder é exercido pela sociedade com raízes na hierarquização de raças, gênero e subjugação da natureza, deturpando o próprio direito de justiça.

Cabe então, indagar: como a problemática do gênero, especialmente as teorias feministas, pode contribuir para o debate sobre o pós-colonialismo? De que forma esses entendimentos proporcionariam uma ressignificação do conhecimento jurídico? Como se alcançar a decolonização dos saberes tomando como base as teóricas do feminismo? Partindo do entendimento que a colonialidade opera através do patriarcado implicando nas demandas de povos minoritários, tal como das mulheres (grupo aqui aprofundado), objetiva-se responder os questionamentos supracitados.

À vista disso, o presente artigo busca compreender a apropriação que a sociedade patriarcal faz sobre a mulher em analogia à apropriação que o colonizador fez sobre a natureza, sob o prisma da propriedade privada, através da Colonialidade do Direito. Assim, por meio da análise de documentos informativos legais, são levantadas evidências da relegação da mulher ao status de propriedade privada, da mesma forma que essa relação de poder encontra-se ligada ao colonialismo e perdura até os dias de hoje.

Tendo em vista a importância do apagamento de saberes epistemológicos em prol da modernidade, utiliza-se da Teoria Ecofeminista em associação às propostas práticas de emancipação dos povos do sul, e ao protagonismo das mulheres frente a essa luta. Outro ponto essencial de interseção na discussão proposta é a expressão do Novo Constitucionalismo Latino-Americano, em sua materialização jurídica da perspectiva próxima à decolonialidade, quando incorpora ao direito concepções como a do Buen-Vivir e da Pachamama; ao encontro de um projeto de sociedade pós-colonial; o que consequentemente, abre novos caminhos para as mulheres dentro do ordenamento jurídico.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa foi realizada através de caráter qualitativo, por meio de coleta de referencial teórico e documental acerca do tema, cumprindo os parâmetros da pesquisa bibliográfica, com o objetivo de elucidar os aspectos de Colonialidade do Direito no que diz respeito aos conceitos de Colonialidade do Poder, da Natureza e de Gênero; da relação entre o Patriarcado e a Propriedade Privada, bem como a análise do Constitucionalismo Latino-Americano na busca em compreender alternativas dentro do ordenamento jurídico.

O material utilizado consiste em livros impressos e digitais, artigos científicos, monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado, para composição do referencial teórico, associado à análise de documentos jurídicos, legais ou jurisprudenciais, para compor os dados documentais a serem analisados frente aos fatos sociais, obtidos através de informativos jornalísticos ou mesmo nas pesquisas teóricas, por meio de etnografias, historiografias ou demais trabalhos empíricos que possam consubstanciar a pesquisa.

Na construção dos conceitos de Colonialidade do Poder, do Gênero e da Natureza, foram utilizados estudos e autores para entender a Colonialidade, como Aníbal Quijano (1997), Walter D. Mignolo (1995), Edgardo Lander (2005) e Ramon Grosfoguel (2010), seguindo os dois primeiros objetivos específicos do projeto. Logo foi entendido que a Colonização impôs a classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e da escala social. É com a subjugação do sul global em detrimento do norte que surge a Colonialidade do Poder.

Na busca por traçar um campo de estudo específico da Colonialidade com as categorias Natureza e Gênero, com a interseccionalidade de múltiplas e heterogêneas hierarquias globais de formas de exploração sexual, política, epistêmica, entre outras, empregamos os estudos de Silvia Federici (2002), Vandana Shiva e Maria Mies (1993), Carolyn Merchant (1980), Val Plumwood (1993) e Maria Lugones (2014). Então, entende-se que os seres considerados “não-humanos”, por não atenderem às expectativas do padrão hegemônico, vão ser igualados à natureza. Por sua vez, esta vai

ser subvertida enquanto um recurso a ser explorado, da mesma forma que a mulher vai servir à lógica de reprodução, divisão sexual do trabalho e subjugação para o capitalismo-patriarcal.

Considerando as perspectivas de uma “apropriação contra-hegemônica” ou ainda uma “cumplicidade subversiva” discutida por autores como Grosfoguel (2010) e Boaventura de Sousa Santos (2020), analisamos instrumentos normativos que incorporaram as categorias do Bem Viver e incluíram a natureza, Pachamama, enquanto sujeito de direitos e digna de inclusão nas relações de poder provenientes das sociedades da América-Latina. Para tanto, foi feita uma análise específica da Constituição Equatoriana (2009), e também de outras Constituições de forma menos expressiva, objetivando a ilustração dessa perspectiva.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS**

### **Colonialidade do poder, da natureza e do gênero**

A colonialidade transcende as particularidades do colonialismo histórico e não desaparece com a independência ou com a descolonização (Quijano 1997), tendo em vista que o domínio e exploração das terras das Américas e do povo colonizado foi condição *sine qua non* para a concretização do modelo político econômico centralizado no acúmulo de capital. Ela se refere à lógica interna de organização do mundo a partir da lógica da colônia, isto é, toda relação de poder colonial é ressignificada, tomando novas formas. Dessa maneira, a colonialidade é uma resposta aos mecanismos de poder do sistema-mundo capitalista colonial-moderno, proporcionando a continuidade das formas coloniais de dominação, mesmo após o fim das administrações coloniais. Como bem apontado por Lander (2005), “Com o início do colonialismo na América inicia-se não apenas a organização colonial do mundo mas – simultaneamente– a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória (Mignolo, 1995) e do imaginário (Quijano, 1992)”.

A partir da invenção eurocêntrica da América, criou-se a narrativa de que a Europa pré-existia ao padrão capitalista mundial de poder, e com isso, constituía o momento mais evoluído das espécies. Esse pensamento moderno possui como fundamento a ideia de raça; e em razão disso, as diferenças fenotípicas começam a ser

utilizadas no processo de colonização como forma de diferenciar conquistadores e conquistados, designando, assim, uma relação de superioridade e inferioridade regrada nas distintas estruturas biológicas de cada grupo social, criando hierarquias entre os seres humanos. Essa diferença biológica serviu como elemento fundador da dominação, originado na América e expandindo-se mundialmente. A ideia de raça teve força tão significativa, que acabou tornando-se parte integrante da subjetividade dos sobreviventes. (QUIJANO, 2005).

Sendo assim, os estudos decoloniais surgiram como resposta às propensões imperiais dos ideais europeus modernos projetados para o mundo não europeu, tendo como propósito superar essa concepção errônea de que há um padrão civilizatório que é, ao mesmo tempo, superior e normal. Toda essa discussão implica em uma análise do que é a questão do poder, já que é a partir desse fenômeno, constituído de dominação, exploração e conflito, que são desenhadas as classificações sociais. Quijano entende que os atores sociais, através das relações de poder, disputam o controle dos quatro âmbitos da existência humana: sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade. A este padrão de controle, hierarquização e classificação da população mundial que afeta as dimensões da existência social, Quijano denominou Colonialidade do Poder; e juntamente com o capitalismo, o Estado e o Eurocentrismo, a Colonialidade do poder estrutura o atual padrão de poder mundial.

Seguindo essa perspectiva, uma importante análise a ser feita refere-se à ruptura feita pela modernidade entre humano e natureza, o que gerou uma exploração intensiva e transformação da natureza em “coisa”, deixando de representar um ser vivo e ativo, para se tornar morto e passivo, um recurso mensurável e calculável (SHIVA e MIES,1993). Um fator determinante para essa separação dicotômica foi o surgimento do capitalismo na Europa e na América, visto que dependeu diretamente da exploração de recursos naturais, ao passo que gerou a ruptura dos ecossistemas associados e com isso, influenciou e foi influenciado por essas alterações ambientais, bem como pelas relações de gênero e relações com os povos colonizados (MERCHANT,1980). Dessa forma, compreende-se a ideia de natureza como algo externo aos sujeitos, sendo, portanto, um objeto que precisa ser dominado; a isso chamamos de colonialidade da natureza, que é uma das dimensões constitutivas da colonialidade do poder. Sobre essa dimensão, Catherine Walsh destaca que:

É a colonialidade cosmogônica ou da mãe natureza, que se relaciona à força vital- mágico -espiritual da existência das comunidades afrodescendentes e indígenas, cada uma com suas particularidades históricas. É a que se fixa na diferença binária cartesiana entre homem/natureza, categorizando como não modernas, “primitivas” e ‘pagãs’ as relações espirituais e sagradas que conectam os mundos de cima e de baixo, com a terra e com os ancestrais como seres vivos. Assim, pretende anular as cosmovisões, filosofias, religiosidades, princípios e sistemas de vida, ou seja, a continuidade civilizatória das comunidades indígenas e as da diáspora africana. (WALSH, 2009. p. 15).

A separação dicotômica homens/natureza, reproduz outros critérios hierárquicos de desigualdade, tais como: cultura/natureza, razão/natureza, masculino/feminino, mente/corpo (natureza), mestre/escravo, razão/matéria (fiscalidade), racionalidade/ animalidade (natureza), razão/emoção (natureza), mente, espírito/natureza, liberdade/necessidade (natureza), universal/particular, humano/ natureza (não humano), civilizado/primitivo (natureza), produção/ reprodução (natureza), público/privado, sujeito/objeto, eu/outro (PLUMWOOD,1993). Essa perspectiva dualista constrói uma diferença que está pautada na inferioridade, ao passo que é fundamental na constituição das identidades dos membros dos grupos, sendo de extremo prejuízo para aqueles que constituem os grupos de menor valor na lógica dualista e hierárquica.

Nesta lógica, em conformidade com a filósofa María Lugones (2014), durante a colonização das Américas e do Caribe, o colonialismo deu origem não só a uma hierarquia dicotômica entre o que era humano (colonizador) e o que era não humano (colonizado), como também incluiu a distinção hierárquica entre homens e mulheres, onde o homem europeu, burguês e colonial moderno era um ser de civilização, de mente e razão, apto a decidir e exercer sua autoridade.

Por sua vez, a mulher europeia burguesa era entendida como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, passividade e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês. A partir dessa visão, a filósofa ampliou a noção de colonialidade do poder, introduzindo a categoria de gênero e sexualidade nas lógicas de classificação racial, por meio do termo colonialidade de gênero. Dessa forma, ela propõe um sistema moderno colonial de gênero, aprofundando a teorização opressiva da modernidade colonial, através das dicotomias hierárquicas de lógica categorial.

Diante disso, em contrariedade a Quijano, a autora percebe gênero e raça como juntos e indissolúveis, optando por não reduzir o gênero a uma “organização do sexo, seus recursos e produtos”. Para a autora, Quijano se apoia em uma noção biológica (e binária) de sexo e em uma concepção heterossexual/patriarcal do poder para explicar a forma pela qual o gênero figura nas disputas de poder para o controle do sexo, seus recursos e seus produtos.

Entende-se então que o sistema colonial, ao utilizar de estratégias e práticas discursivas para colonizar os nativos, está recorrendo a uma dimensão de gênero; assim, tanto a raça quanto o gênero são ficções poderosas e interdependentes. Ao trazer a colonialidade do gênero como elemento significativo na teorização sobre colonialidade do poder, abre-se um espaço para a articulação entre feminismo e pós-colonialismo, cujo objetivo é lutar por um projeto de descolonização do saber eurocêntrico-colonial através do poder interpretativo das teorias feministas. Ochy Curiel (2020) defende que:

Uma posição decolonial feminista significa entender que tanto a raça quanto o gênero, a classe, a heterossexualidade etc. são constitutivos da episteme moderna colonial; elas não são simples eixos de diferenças, são diferenciações produzidas pelas opressões, de maneira imbricada, que produzem o sistema colonial moderno. (CURIEL, 2020)

Essa hierarquização entre homens e mulheres citada por Lugones de fato tornou-se um dos legados do colonialismo histórico, visto que a medida que a modernidade e o mercado se expandem, intensifica-se a dominância sobre a mulher, como se fosse uma “coisa sem dono”, suscetível à invasão e alterações, assim como a perspectiva europeia via a natureza com base no princípio da *Res Nullius* (ZIZEK, 2015; HORN, 2005).

### **Patriarcado e propriedade privada**

No sentido de entender como se dá a atribuição da mulher ao status de propriedade privada, através de mecanismos do patriarcado, será feita a análise correlacionando os dois conceitos, através de uma abordagem histórica e dinâmica. De início, percebe-se que o Direito possui um monopólio semântico na compreensão do conceito de propriedade privada, que não possui significativas alterações com o tempo. Segundo Bobbio:

O conceito que daí emerge é o de “objeto que pertence a alguém de modo exclusivo”, logo seguido da implicação jurídica: “direito de possuir alguma coisa”, ou seja ‘de dispor de alguma coisa de modo pleno, sem limites’. A implicação jurídica surge logo: ela é, com efeito, um elemento essencial do conceito de Propriedade, dado que todas as línguas distinguem, como já fazia o direito romano, entre posse (manter de fato alguma coisa em seu poder, independente da legitimidade de o fazer) e Propriedade (ter o direito de possuir alguma coisa, mesmo independentemente da posse de fato). (BOBBIO 1991).

Dessa forma, o Patriarcado reverte-se do “direito de possuir alguma coisa” sintetizado pelo direito, representando um poder político estruturado, de maneira que homens tomem posse dos corpos femininos. É, principalmente, o poder político que restringe as liberdades e direitos das mulheres. É dado aos homens o direito de explorar, dominar e oprimir os corpos e as vidas das mulheres. (PATEMAN, 1993).

Nessa perspectiva, utilizando a obra “O contrato Sexual” de Carole Pateman, há a análise de que o Patriarcalismo reside no apelo à natureza e a alegação de que a função natural das mulheres é a subordinação. Ao investigar como se dão as relações de poder concebidas pelos filósofos do Contrato Social, entende-se pela composição do cenário para a institucionalização, pelo Direito através do contrato social, da nova divisão sexual do trabalho, atribuindo legalmente à mulher a condição de propriedade.

Para Pateman, o contrato social pressupõe o contrato sexual, ou seja, a liberdade dos homens para estabelecer os fundamentos normativos da sociedade só se tornou possível às custas da submissão feminina à condição de propriedade ou de mero objeto, negando-as o reconhecimento da condição de sujeitas de direito. (CARRIERI, COUTO, FONSECA, 2018)

De igual modo, o Capitalismo enquanto fenômeno possível a partir da lógica de dominação, que pressupõe o sujeito masculino como autor, expande-se com uma roupagem Patriarcal que determina os arranjos das relações entre ser humano e natureza. Há o imperativo à ordem do lucro e exploração de recursos para o mercado, transformando qualquer elemento natural que interesse à lógica capitalista em propriedade privada.

Assim, conforme as teóricas do Ecofeminismo de Maria Mies e Vandana Shiva (1993) “ Somente sob o patriarcado capitalista é que a divisão entre o espírito e a

matéria, o natural e o social, conduzem à total desvalorização do que é designado por natural”.

É com o patriarcado exportado nas empreitadas coloniais e expandido com o desenvolvimento do capitalismo, que ocorre a subversão do “não humano” - o que não corresponde ao sujeito masculino, europeu e heterossexual -, e a sua consequente transformação em propriedade privada. São vítimas desse fenômeno a natureza (transformada em recurso para servir ao lucro) e também a mulher, que é relegada às relações de desigualdade e objetificação por parte da sociedade patriarcal.

Ao analisar as relações sociais na Europa, a filósofa Silvia Federici (2004) constata que a formação do capitalismo é pedra angular da discriminação contra as mulheres na sociedade capitalista, percebendo que a implementação de divisões profundas no corpo do proletariado serviram para intensificar a exploração, especialmente àquelas entre homens e mulheres. Define como “patriarcado do salário” o momento em que a classe capitalista adotou políticas pretendendo disciplinar, produzir e aumentar o proletariado, tendo a família como um importante instrumento para a apropriação dos corpos femininos.

São as estruturas de poder que determinam a norma, o direito a ser dito e aplicado, mantendo no poder os sujeitos privilegiados pelo Patriarcado e pelo Capitalismo, o mesmo sujeito protagonista da empreitada colonial, em detrimento da patologização dos que são desviantes, subjugando-os, como ocorre com as mulheres em analogia à natureza. Cabe assim, ao Direito buscar saberes decoloniais que vão de encontro a essa padronização hegemônica no intuito de estabelecer novos paradigmas que respeitem as diversas existências e que buscar conceber o “fazer justiça” mais equânime à todos.

### **Ecofeminismo, Constitucionalismo Latino-Americano – Pachamama e Bom Viver**

As relações intrínsecas de poder fundadoras das desigualdades sociais, raciais, coloniais, ambientais e de gênero decorrentes da virada de paradigma ocorrida entre os séculos XVI e XVI nas estruturas sociais, políticas e jurídicas dominantes na sociedade capitalista globalizada é amplamente analisada a partir de uma perspectiva



ecofeminista, que objetiva a superação da dicotomia Cultura vs. Natureza, especificamente na ordem jurídica; também na busca de oferecer alternativas emancipatórias.

O Ecofeminismo ou Feminismo Ecológico pode ser definido como um conjunto múltiplo de teorias e práticas interconectadas que abrange os estudos animais, ambientais e feministas e permanece unido pelas categorias fundamentais de sua abordagem: mulheres, animais e meio ambiente (ROSENDO, KUHNEN 2019). Dessa forma, conforme Marti Kheel:

O ecofeminismo refere-se à ideia de que a desvalorização das mulheres e da natureza tem andado de mãos dadas na sociedade ocidental patriarcal. Essa desvalorização se reforça mutuamente, por exemplo, as mulheres são associadas com a natureza e por isso são desvalorizadas; e a natureza é vista como feminina e por isso também é desvalorizada. A desvalorização das mulheres é também comumente vista como conectada com outras formas de opressão, tais quais racismo, classismo [classism], heterossexismo e especismo. (KHEEL, 2019).

Considerando que o modelo epistêmico hegemônico tratou de reproduzir toda e qualquer forma de dualismo hierárquico que prevalecesse o ideal de homem branco capitalista e colonizador, a ciência jurídica fundou-se nessas estruturas de exclusão que configuram seu conteúdo e estão em funcionamento até a atualidade.

É fundado na tentativa de propor uma verdadeira ruptura com a perspectiva moderno/colonial eurocêntrica que surgiu o movimento constitucionalista de reformulação do Estado Nacional, o chamado Constitucionalismo Latino-Americano:

[...] recolhendo a evolução do constitucionalismo desde a sua aparição, no século 18, e em particular os avanços no constitucionalismo europeu depois da Segunda Guerra Mundial, de avançar em âmbitos nos quais o constitucionalismo europeu ficou paralisado: a democracia participativa, a vigência dos direitos sociais e dos demais direitos, a busca de um novo papel da sociedade no Estado e a integração das minorias até agora marginalizadas. (MARTÍNEZ DALMAU, 2017).

É possível perceber a materialização do Constitucionalismo Latino Americano nas Constituições da Colômbia (1991), do Equador (1998), da Venezuela (1999) e da Bolívia (2006 – 2007/2009); em que são caracterizadas pela incorporação de elementos ecocêntricos, como a atribuição dos direitos a natureza, a Pachamama, e direitos do desenvolvimento, o Bem-Viver.

Para Wolkmer (2011) o Novo Constitucionalismo ganha especial dimensão quando se refere a “Mãe Terra” Pachamama, pois tem-se como uma de suas bases a cultura Inca que transparece um incrível respeito pela natureza, a partir da proposição de que o homem é seu hóspede e deve respeitar sua grandeza e fertilidade já que é dela que a vida humana e, todo o resto de vida advém.

Especificamente, o termo Pachamama tem origem no termo PachaAchachi do idioma Kolla-suyu. O contato dos povos originários com outras culturas e, especialmente, com o catolicismo e o idioma espanhol, fez com que o termo incorporasse o vocábulo “mama”, possivelmente como uma referência a Nossa Senhora. O vocábulo “pacha”, que originariamente significava universo, mundo, tempo e lugar, passou a significar “terra”, enquanto “mama” refere-se à mãe. Assim, Pachamama representa a “terra merecedora de culto”, uma entidade divina protetora e onipresente, da qual todos os seres fazem parte (TOLENTINO; OLIVEIRA, p. 315/316, 2015). A ética derivada da sua concepção impõe “que todo el espacio cósmico es viviente y está movido por una espiritualidad que conduce a relaciones de cooperación recíproca entre todos los integrantes de la totalidad cósmica” (ZAFFARONI, p. 21, 2010)

É na incorporação da natureza enquanto sujeito de direitos que é possível o estabelecimento da cultura baseada no Bem Viver; ou seja, na capacidade que os povos antigos, principalmente o povo Inca, possuíam em extrair o necessário para sua sobrevivência sem comprometer o meio ambiente (AITA, RICHTER, 2018)

### **A análise crítica de dispositivos do direito pátrio e a emancipação jurídica pelo novo constitucionalismo latino-americano.**

Os fatos apresentados evidenciam a correlação da forma como a mulher é concebida enquanto propriedade em um sistema patriarcal, da mesma forma que a natureza é vista como objeto e incorporada à lógica do capital, ambos os acontecimentos sustentado pela modernidade do sistema hegemônico de dualismos hierárquicos, o qual concebe o colonizado como inferior e passível de ser assujeitado pelo colonizador; sendo o Constitucionalismo Latinoamericano um movimento dentro do direito que propõe um rompimento com esse paradigma.

A forma como a mulher era inviabilizada e submissa ao contrato sexual é evidente na história legislativa brasileira, destacando-se a análise do Código Civil de 1916 – que vigorou até 2002. Tal dispositivo versava em seu artigo 6º que as mulheres não tinham capacidade plena para realizarem os atos de civil de forma independente, precisando ser assistidas ou ter os seus atos ratificados. Esse artigo manteve a mulher sujeita permanentemente ao poder marital, colocando-a na condição de relativamente incapaz, pareada aos filhos, aos pródigos e aos indígenas. Contudo, a mulher solteira maior de 21 anos ou a viúva, eram plenamente capazes, estando a incapacidade relativa ligada ao matrimônio da mulher. (BRASIL, 1916).

De acordo com Saad (2010), na classificação dos direitos e deveres de cada cônjuge, a diferença de tratamento entre o marido, chefe da sociedade conjugal, e a mulher, sua colaboradora, ficava evidente. Essa ideia era legitimada no Artigo 233, do mesmo código, onde as decisões familiares ficavam todas a cargo do marido, sendo ele o chefe da sociedade conjugal, responsável pela dos filhos e sustento da família.

A justificativa para essa exclusividade da chefia conjugal era de que a mulher casada era relativamente incapaz, recapitulando a tal da “fraqueza do entendimento” prevista pelas Ordenações Filipinas do Brasil Colonial. Entretanto, esse argumento não se sustentava, por ser justamente a condição de casada que colocava a mulher no rol dos relativamente incapazes, sendo capaz então a mulher maior desde que permanecesse solteira. (BRASIL, 1916). Leia-se:

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal.

Compete-lhe:

I - A representação legal da família.

II - A administração dos bens comuns e dos particulares da mulher, que ao marido competir administrar em virtude do regime matrimonial adaptado, ou do pacto antenupcial

III - O direito de fixar e mudar o domicílio da família

IV - O direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do tecto conjugal

V - Prover à manutenção da família, guardada a disposição do CCB/1916, art. 277

Além de ser o chefe da sociedade conjugal, o marido podia interpor pedido de anulação do casamento se desconhecia o fato de a mulher ter se casado virgem ou não. Isso pode ser verificado nos Artigos 218 e 219, que um dos nubentes poderia anular o casamento se fosse caracterizado erro essencial quanto à pessoa do outro, podendo esse erro ser considerado o defloramento da mulher ignorado pelo marido. A mulher que não comprovasse sua virgindade por ocasião do casamento podia ser rejeitada e devolvida à sua família. Fato semelhante ocorre no Artigo 1.744, III, do referido código, dispondo que se a filha fosse “desonesta” por exercer sua sexualidade, poderia ser deserdada da casa.

O Artigo 242, inciso VII, combinado com o artigo 233, inciso IV, do Código Civil de 1916, proibia a mulher casada de exercer qualquer profissão, fora do lar conjugal, sem autorização do marido. Naquela época a preocupação era que os encargos profissionais comprometessem a administração interna do lar, cabendo então apenas ao chefe da família decidir se era conveniente ou não a mulher exercer atividade fora de casa. (BRASIL, 1916).

Na esfera criminal, assim que o Código Penal de 1940 foi concebido, era claro não haver qualquer preocupação com a dignidade da pessoa humana da mulher, e sim com a preservação da honra da família patriarcal. Além disso, existia uma confusão entre valores morais, religiosos e jurídicos, visto que o casamento da mulher com seu agressor ou outrem extinguiu a punibilidade do agente. Está disposto no Artigo 107, incisos VII e VIII:

Parte Geral, Art. 107, (quando concebido)

Extingue-se a punibilidade:

VII- Pelo casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes, definidos nos Capítulos I, II e III do Título VI da parte Especial deste Código;

VIII- pelo casamento da vítima com terceiro, nos crimes referidos no inciso anterior, se cometidos sem violência real ou grave ameaça, desde que a

ofendida não requeira o prosseguimento do inquérito policial ou da ação penal no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da celebração. (BRASIL, 1940)

Considerada uma das maiores evoluções na conquista de direitos para as mulheres, a Lei Maria da Penha criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme prevê art. 226, § 8º, da Constituição Federal, traduzindo pela Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher. Dispõe, inclusive, sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, além de estabelecer medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. As Delegacias de Defesa da Mulher foram criadas para dar maior sustentação às reclamações da população feminina contra as agressões sofridas, na maioria das vezes, no âmbito doméstico.

Contudo, apesar da lei reconhecer que para intervir no contexto da violência doméstica e familiar contra as mulheres, a partir da perspectiva de gênero, é preciso implementar ações que possam também incluir os homens, as ações propostas na Lei apresentam algumas lacunas, tais como: (a) não fazem nenhuma alusão a trabalhos de prevenção com população masculina; (b) não apresentam uma definição clara sobre a estrutura e organização dos centros de atendimento aos autores de violência, cuja finalidade, conforme a lei seria “educação e reabilitação” (segundo o artigo 35 da Lei) ou “recuperação ou reeducação” (segundo artigo 45 da Lei). Dessa forma, apesar de haver o reconhecimento da problemática da violência de gênero, não há um aprofundamento na responsabilização e ressocialização dos agressores envolvidos, deixando a eficácia da lei prejudicada na sociedade como um todo.

Vale ressaltar que, ainda que as normas versam sobre o gênero feminino, existem intersecções de raça e classe que põe em xeque a universalidade do entendimento sobre a definição de “mulher” perante o direito. Não há como igualar o tratamento de mulheres brancas com mulheres negras, por exemplo; bem como há as particularidades evidentes para com mulheres indígenas. Assim, a construção através das leis necessita a ressalva crítica acerca desses fatores.

Na medida em que o processo epistemológico hegemônico se consolidou na formação estrutural dos Estados na América Latina, a percepção da mulher enquanto coisa a ser apropriada pelo homem e cultura patriarcal foi sendo traduzida para o fazer jurídico na organização social. Por essa razão, é através da análise de dispositivos da

legislação brasileira, feita no projeto de referenciado acima, que é possível compreender a coisificação e apropriação da mulher dentro do ordenamento jurídico brasileiro e como esta fica em posição excludente no processo legislativo e no ambiente do judiciário.

Há então que se pensar na possibilidade de criar discursos e representações diferentes, buscando uma reinvenção da própria subjetividade por meio de referências conceituais, metodológicas e políticas nas matrizes do pensamento Sul Global. Tendo em vista a relevância de um pensar decolonial na seara jurídica, a análise do Novo Constitucionalismo Latino-Americano como uma proposta contra-hegemônica e emancipatória torna-se imprescindível. Este Novo Constitucionalismo teve seu princípio no século XXI, originando-se das comunidades indígenas, campesinas e dos povos originários dos Andes, e dentre suas principais finalidades está a transgressão com o paradigma constitucional clássico da modernidade eurocêntrica. Tal concepção constitucional eurocêntrica submete sujeitos à condição de subalternidade, por prevalecer os ideais europeus de universalidade e neutralidade sobre indivíduos fora desta lógica. Considerando esse cenário, o movimento constitucionalista preconiza uma reformulação do Estado Nacional, aproximando grupos marginalizados do âmbito de decisões políticas, afirmando o pluralismo jurídico e dando proteções jurídicas constitucionais diferenciadas do paradigma moderno/colonial. Assim, verifica-se um claro alinhamento da teoria ecofeminista com o movimento do Novo Constitucionalismo Latino Americano, como se a ideia emancipatória dos povos do sul e da natureza. A constituição equatoriana, especificamente, através do Bem Viver, busca por uma nova cosmovisão que inclua os saberes e vivências dos povos originários andinos, entre eles as mulheres. Por conseguinte, demonstra a própria identidade histórica, econômica, sociopolítica e jurídico constitucional de nossa América. (WOLKMER, 2013).

Descendo à análise específica dos textos constitucionais frutos do movimento, a materialização dessa pensamento decolonial pode ser encontrado, por exemplo, no preâmbulo da Constituição Equatoriana, quando esta reconhece as raízes milenares do povo equatoriano, celebra a Pacha Mama, reconhece a pluralidade religiosa e cultural, e busca uma forma de convivência cidadã para alcançar o “bom viver” ou “sumak kawsay”. (EQUADOR, 2008). Da mesma forma, a Constituição da Bolívia reconhece a

pluralidade de sua sociedade e estabelece a emancipação do pensamento colonial como base de sua construção (BOLÍVIA, 2017).

**Quadro de documentos jurídicos coletados.**

Norma	Artigo	Pontos-Chaves
Constitución de la Republica del Ecuador	<p>Art. 10.- Las personas, comunidades, pueblos, nacionalidades y colectivos son titulares y gozarán de los derechos garantizados en la Constitución y en los instrumentos internacionales. La naturaleza será sujeto de aquellos derechos que le reconozca la Constitución</p> <p>Art. 71.- La naturaleza o Pacha Mama, donde se reproduce y realiza la vida, tiene derecho a que se respete integralmente su existencia y el mantenimiento y regeneración de sus ciclos vitales, estructura, funciones y procesos evolutivos. Toda persona, comunidad, pueblo o nacionalidad podrá exigir a la autoridad pública el cumplimiento de los derechos de la naturaleza. Para aplicar e interpretar estos derechos se observaran los principios establecidos en la Constitución, en lo que proceda. El Estado incentivará a las personas naturales y jurídicas, y a los colectivos, para que protejan la naturaleza, y promoverá el respeto a todos los elementos que forman un ecosistema.”</p>	Reconhece a Pachamama como sujeito de direitos, sendo entendida como sinônimo de natureza.
Constitución de la Republica	Art. 14. Se reconoce el derecho de	Corresponde à Cultura do Bem-

<p>del Ecuador</p>	<p>la población a vivir en un ambiente sano y ecológicamente equilibrado, que garantice la sostenibilidad y el buen vivir, <i>sumak kawsay</i>.</p> <p>Se declara de interés público la preservación del ambiente, la conservación de los ecosistemas, la biodiversidad y la integridad del patrimonio genético del país, la prevención del daño ambiental y la recuperación de los espacios naturales degradados..</p>	<p>Viver ao partir da noção de cultura de vida</p>
<p>Constitución de la Republica del Ecuador</p>	<p>Art. 395.- La Constitución reconoce los siguientes principios ambientales:</p> <p>1. El Estado garantizará un modelo sustentable de desarrollo, ambientalmente equilibrado y respetuoso de la diversidad cultural, que conserve la biodiversidad y la capacidad de regeneración natural de los ecosistemas, y asegure la satisfacción de las necesidades de las generaciones presentes y futuras.</p> <p>2. Las políticas de gestión ambiental se aplicarán de manera transversal y serán de obligatorio cumplimiento por parte del Estado en todos sus niveles y por todas las personas naturales o jurídicas en el territorio nacional.</p> <p>3. El Estado garantizará la participación activa y permanente</p>	<p>Princípios Ambientais que exigem que o Estado tenha um modelo de desenvolvimento sustentável, ambientalmente equilibrado e respeitoso da diversidade cultural que conserve a biodiversidade e a capacidade de regeneração natural dos ecossistemas e assegure a satisfação das necessidades das gerações presentes e futuras.</p> <p>Além disso, A Constituição confere a qualquer pessoa, coletividade ou grupo humano a legitimidade para requerer em juízo a proteção dos ecossistemas, permitindo, assim, que as comunidades que vivem mais próximas e em maior sinergia com a natureza possam ativar diretamente a tutela jurisdicional.</p>



	<p>de las personas, comunidades, pueblos y nacionalidades afectadas, en la planificación, ejecución y control de toda actividad que genere impactos ambientales.</p> <p>4. En caso de duda sobre el alcance de las disposiciones legales en materia ambiental, éstas se aplicarán en el sentido más favorable a la protección de la naturaleza.</p>	
Constitución de la Republica del Bolivia	<p>Son fines y funciones esenciales del Estado, además de los que establece la Constitución y la ley:</p> <p>1. Constituir una sociedad justa y armoniosa, cimentada en la descolonización, sin discriminación ni explotación, con plena justicia social, para consolidar las identidades plurinacionales.</p>	Princípio da decolonização como base do desenvolvimento de um Estado Plurinacional
Constitución de la Republica del Bolivia	<p>Art. 30</p> <p>[...]</p> <p>II. A su identidad cultural, creencia religiosa, espiritualidades, prácticas y costumbres, y a su propia cosmovisión.</p> <p>[...]</p> <p>IV. A la libre determinación y territorialidad.</p> <p>V. A que sus instituciones sean parte de la estructura general del Estado.</p> <p>VI. A la titulación colectiva de tierras y territorios.</p> <p>[...]</p>	<p>Determina o alcance do plurinacionalismo ao conferir aos povos indígenas originários camponeses o direito à autonomia, ao autogoverno, à sua cultura, ao reconhecimento de suas instituições e à consolidação de suas entidades territoriais</p>

	<p>XI. A la propiedad intelectual colectiva de sus saberes, ciencias y conocimientos, así como a su valoración, uso, promoción y desarrollo.</p> <p>[...]</p> <p>XIV. Al ejercicio de sus sistemas políticos, jurídicos y económicos acorde a su cosmovisión.</p> <p>[...]</p> <p>XVIII. A la participación en los órganos e instituciones del Estado.</p>	
<p>Constitución de la Republica del Bolivia</p>	<p>Artigo 306.</p> <p>I. El modelo económico boliviano es plural y está orientado a mejorar la calidad de vida y el vivir bien de todas las bolivianas y los bolivianos.</p>	<p>O reconhecimento do pluralismo intercultural enquanto meio para alcançar o bem-viver</p>

Fonte: Constituição do Equador

A construção jurídica em busca da emancipação dos pensamentos coloniais hegemônicos, que perpetuam a lógica de hierarquias na sociedade e permitem a subjugação da mulher, da mesma forma que da natureza, é formalmente confrontada com o advento do Novo Constitucionalismo Latino-Americano. É a partir do texto posto nas constituições que há o consenso legal de que os povos originários, suas culturas e suas sociabilidades são necessários para compor a organização social de um ponto de vista que subverte a natureza como somente passível a apropriação e entende a que o imaginário em torno dos povo originários, em especial as mulheres, deve levar em conta as suas pluralidades e especificidades de gênero.

Boaventura de Souza Santos (2021) concebe que a dominação moderna teve três pilares principais - capitalismo, colonialismo e patriarcado - e todos eles assentaram na concepção de que a natureza nos pertence. Nessa lógica, a natureza enquanto passível de expropriação-apropriação-mercadorização permitiu que a modernidade justificasse a colonização, e conseqüente exportação do patriarcado para as Américas; o que é sustentado pela Colonialidade até os dias atuais.

Desde o século XVII, os três unicórnios são o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. São os modos de dominação principais. Para dominarem eficazmente têm de ser, eles próprios, desregulados, ferozes e incapazes de se dominar, como adverte Da Vinci. Apesar de serem onipresentes na vida dos humanos e das sociedades, são invisíveis na sua essência e na essencial articulação entre eles. A invisibilidade decorre de um sentido comum inculcado nos seres humanos pela educação e pela doutrinação permanentes. Esse sentido comum é evidente e é contraditório ao mesmo tempo. **Todos os seres humanos são iguais (afirma o capitalismo); mas, como há diferenças naturais entre eles, a igualdade entre inferiores não pode coincidir com a igualdade entre superiores (afirmam o colonialismo e o patriarcado).** Esse sentido comum é antigo e foi debatido por Aristóteles, mas só a partir do século XVII entrou na vida das pessoas comuns, primeiro na Europa e depois em todo o mundo. (SANTOS, 2021, grifo nosso).

Em síntese, o capitalismo, colonialismo e patriarcado não tem poder para dominar caso atuem como entidades separadas; isto é, enquanto existir o capitalismo, haverá o colonialismo e o patriarcado. Em vista disso, a busca pela descolonização do âmbito jurídico, através de uma mudança na concepção de natureza torna-se indispensável para romper com a perspectiva colonial sobre a *terra nullius* e, conseqüentemente, sobre o corpo feminino e hierarquização de gênero que se dá na construção do direito.

## **CONCLUSÃO**

A modernidade europeia que, possibilitou a expansão colonial nas Américas e conseqüente engendramento dos territórios coloniais segundo a ordem hegemônica de poder que perpassa o gênero, a natureza, o saber e o ser em prol das dicotomias hierarquizadas do que era humano (colonizador) e do não humano (colonizado), é composta essencialmente pelo processo de Acumulação Primitiva. Com o estabelecimento da relação de expropriação-apropriação-mercadorização para com a natureza, esta se torna um recurso convertido para o lucro, o que cria o imperativo de exploração de recursos naturais para o mercado, sendo esta a principal lógica que sustentou e ainda sustenta as organizações e políticas dos Estados e de seus mecanismos de poder, inclusive, do ordenamento jurídico e sistema judiciário.

Dessa forma, na intersecção de três áreas profundamente afetadas com a continuidade das relações coloniais em torno da organização jurídica na América-Latina, quais sejam as áreas do feminismo; da natureza, ciência e desenvolvimento e tecnológica; e das perspectivas locais ou indígenas, surge o Ecofeminismo. A proposta de emancipação que busca resgatar e construir um modelo de sociedade que não seja fundado na opressão das mulheres, dos povos do Sul e da natureza aponta para um novo pensamento de sociabilidades que pode ser analisada na essência do Novo Constitucionalismo Latino-Americano, que parte de uma base de um poder constituinte popular na busca da interculturalidade, plurinacionalidade e pluralismo jurídico. Esse movimento constitucional andino possibilita a participação política e decolonização através da promoção do bem-viver e da proteção da natureza, a pachamama.

A metodologia utilizada recaiu em abordagem descritiva dos dados, analítica e qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e documental, com o objetivo de esclarecer os aspectos de colonialidade do direito no que se refere aos conceitos de patriarcado, feminino, natureza e propriedade privada. Utilizou-se como base do referencial teórico os livros, artigos científicos, monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado associados à análise de documentos jurídicos, legais ou jurisprudenciais.

De modo geral, constatou-se que a partir da lógica da Acumulação Primitiva, a natureza e a mulher foram consideradas como “res nullius” e passíveis de serem apropriadas pela estrutura de dualismos hierárquicos que é perpetuada pela Colonialidade, em especial, a do Direito até a atualidade, através da legitimação que o Estado concede ao homem enquanto titular e proprietário sobre a organização social, política e jurídica da sociedade. Por isso, entende-se que o Ecofeminismo como ponto de partida para a compreensão e força de resistência e mudança é extremamente importante, podendo ser verificado o alinhamento de suas proposições com o movimento Constitucional Latino-Americano enquanto materialização jurídica da luta pela decolonização.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AITA, Dimitri; RICHTER, Daniela. **O Constitucionalismo Latino Americano e a Pachamama como sujeito de direito: o reconhecimento da água como direito humano.**

10ª Jornada de Pesquisa e 9ª Jornada de Extensão do curso de Direito da Faculdade Metodista Centenário. Disponível em: [http://metodistacentenario.com.br/jornada-de-direito/anais/10a-jornada-de-pesquisa-e-9a-jornada-de-extensao-do-curso-de-direito/artigos/4-direitos-fundamentais-constituicao-e-meio-ambiente-do-trabalho/o-constitucionalismo-latino-americano-e-a-pachamama-como-sujeito-de-direito\\_o-reconhecimento-da-agua-como-direito-humano.pdf/view](http://metodistacentenario.com.br/jornada-de-direito/anais/10a-jornada-de-pesquisa-e-9a-jornada-de-extensao-do-curso-de-direito/artigos/4-direitos-fundamentais-constituicao-e-meio-ambiente-do-trabalho/o-constitucionalismo-latino-americano-e-a-pachamama-como-sujeito-de-direito_o-reconhecimento-da-agua-como-direito-humano.pdf/view). Acesso em 15 de maio de 2021.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. **DO COLONIALISMO À COLONIALIDADE: expropriação territorial na periferia do capitalismo.** Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, 2014.

BOBBIO, Norberto. et alii Dicionário de Política Trad. Carmem C. Varriale. Brasília: UNB, 1991, pág. 1021C.

BRASIL. LEI Nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil de 1916. Diário Oficial da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/13071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13071.htm). Acesso em 26 jan 2021.

CARRIERI, Alexandre de Pádua. COUTO, Felipe Fróes. FONSECA, Lorena. **O Contrato Sexual e o debate sobre a negação da esfera pública à mulher no Direito Brasileiro.** In: Cadernos de Dereito Actual, No 9, (2018), pp. 189-198.

BOLÍVIA. **Constitución Política Del Estado Plurinacional De Bolivia, 2009.** Disponível em: [https://www.oas.org/dil/esp/constitucion\\_bolivia.pdf](https://www.oas.org/dil/esp/constitucion_bolivia.pdf). Acesso em 28 de junho de 2021

CURIEL, Ochy. **Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial.** In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org). Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

EQUADOR. Constituição (2008). **Constituição da República do Equador:** promulgada em 28 de setembro de 2008. 218 f. Disponível em: <http://biblioteca.espe.edu.ec/upload/2008.pdf>

FAGUNDES, Lucas Machado; WOLKMER, Antonio Carlos. **Para um novo paradigma de estado plurinacional na América Latina.** Revista Novos Estudos Jurídicos, v. 18, n.2, 2013.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva.** Trad. de Coletivo Sycorax, São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas:** da Idade Média aos dias atuais. Traduzido por Heci Regina Candiani. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

HORN, Nico. **Eddie Mabo e Namíbia:** reforma agrária e direitos pré-coloniais à posse da terra. Sur, Rev. int. direitos humanos. vol 2 no3. São Paulo Dec. 2005

KHEEL, Marti. **A contribuição do ecofeminismo para a ética animal.** In: ROSENDO, Daniela (org.). Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais. Editora Ape'Ku, Rio de Janeiro, 2019.

LANDER, Edgardo. (org) **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas, CLACSO. Buenos Aires, Argentina. Set. 2005

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo decolonial.** Revista Estudos Feministas, 22(3): 320, Florianópolis, 2014.

MIES, Maria. VANDANA, Shiva. **Ecofeminismo.** Lisboa: Instituto Piaget, 1993

MERCHANT, Carolyn. **The Death of Nature:** Women, Ecology and the Scientific Revolution. Nova York: Harper & Row, 1980.

OST, François. **A natureza à margem da lei,** Lisboa, Piaget, 1995

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual.** São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PLUMWOOD, Val. **Feminism and the Mastery of Nature.** New York: Routledge, 1993.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina.** En libro: La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Edgardo Lander (comp.) CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Julio de 2000. p. 246

ROSENDO, D., KUHNEN, T. A. (2019). **Ecofeminism**. In: Leal Filho, W., Azul, A., Brandli, L., Özuyar, P., Wall, T. (Orgs.), Encyclopedia of the UN sustainable development goals (pp. 1-12). v. 1. Springer International Publishing, 2019.

SAAD, Martha Solange Scherer. **Mulher, sociedade e direitos humanos: homenagem à professora doutora Esther de Figueiredo Ferraz**. São Paulo: Editora Rideel, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. Coimbra; Edições Almedina. 2009.

TOLENTINO, Zelma Tomaz; OLIVEIRA, Liziane Paixão Silva. **Pachamama e o Direito à Vida: uma reflexão na perspectiva do novo constitucionalismo latino-americano**. Veredas do Direito: direito ambiental e desenvolvimento sustentável, Belo Horizonte, vol. 12, n.º 23, p. 313-335, out. 2015

VICIANO PASTOR, Roberto; MARTÍNEZ DALMAU, Rubén. **El Nuevo Constitucionalismo Latinoamericano: Fundamentos para una construcción doctrinal**. Revista General de Derecho Público Comparado, Valência, n.º 9, p. 1-24, jul. 2011.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **La Naturaleza Como Persona: Pachamama e Gaia**. In:

VARGAS, Idón M. Chivi (coord.). Bolívia: Nueva Constitución Política del Estado.

Conceptos elementales para su desarrollo normativo. La Paz:2010, p. 109-132.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade Crítica Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver**. In: CANDAU, Vera (Org). Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009

WOLKMER, Antonio Carlos; MELO, Milena Petters (Org.). **Constitucionalismo latinoamericano: tendências contemporâneas**. Curitiba: Juruá, 2013.

WOLKMER, Antônio Carlos. AUGUSTIN, Sérgio. **O NOVO DIREITO À ÁGUA NO CONSTITUCIONALISMO DA AMÉRICA LATINA**. 2012 INTERthesis.

Revista Internacional Interdisciplinar.PPGICH.v.9, n.1 Disponível em: 23

[https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-](https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2012v9n1p51/22506)

1384.2012v9n1p51/22506. Acesso em 04 maio de 2021

**Capítulo 14 - DOI:10.55232/10830012.14**

**BARREIRAS ESTRUTURAIS PARA A PRÁTICA DE  
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: BUSCA PELA  
ACESSIBILIDADE**

**Cláudia Barsand de Leucas, Ana Luiza Solano Nominato e Mariana  
Bawden Diniz**

**RESUMO:** Este trabalho procurou investigar as condições de acessibilidade de escolas públicas na cidade de Belo Horizonte, para o efetivo acesso e permanência de alunos com deficiência físico-motora nos diferentes espaços escolares onde as aulas e demais atividades de Educação Física são realizadas. Duas das autoras participaram do PIBID (Programa de Iniciação à Docência) por meio da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Uma delas fez parte do programa oficialmente e a outra como voluntária, e a partir desse contato viu-se a necessidade de retribuir as colaborações obtidas durante o programa retornando às escolas onde a Educação Física era contemplada, e, através de uma pesquisa com caráter exploratório observar se existem adequações estruturais nas escolas estudadas. Pretendeu-se, assim, contribuir para a realização de possíveis adequações na infraestrutura das mesmas de acordo com as leis de inclusão brasileiras e do manual de acessibilidade para escolas, limitado a observação à chegada e permanência dos alunos no local onde a Educação Física é cotidianamente realizada. Para este estudo foi feito um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado por duas das autoras para obtenção de título de Licenciatura em Educação Física da PUC Minas. A amostra foi composta de três escolas de Belo Horizonte, sendo duas estaduais e uma municipal, possibilitando perceber que em nenhuma delas existiam adaptações completamente satisfatórias. Ficou evidente nesta pesquisa a necessidade de repensar todos os espaços escolares, não só as vias de ligação como as rampas, mas também, os banheiros, bebedouros e espaços nas arquibancadas, para que todos os alunos, sejam com deficiência ou não, tenham seus direitos efetivados.

**Palavras-Chave:** Acessibilidade, Educação Física, Inclusão, Pessoa com deficiência.

**Palavras-chave:** ACESSIBILIDADE, EDUCAÇÃO FÍSICA, INCLUSÃO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA



## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho procurou investigar as condições de acessibilidade de escolas públicas na cidade de Belo Horizonte para o efetivo acesso e permanência de alunos com deficiência físico-motora nos diferentes espaços dessas escolas onde as aulas e demais atividades, da disciplina de Educação Física são realizadas.

Durante os estágios curriculares em Educação Física realizados em instituições de ensino públicas e particulares de Belo Horizonte, foi percebido que nas escolas ocorreram adequações no espaço estrutural ao longo do tempo. Em algumas, rampas foram construídas assim como também corrimões duplos, portas acessíveis, elevadores e pisos táteis instalados. Porém, tal percepção gerou os seguintes questionamentos: qual realmente foi o intuito ao repensar a estrutura física escolar? Teria sido uma preocupação com os alunos e a necessidade de uma efetiva acessibilidade ou apenas um cumprimento da lei, para que eventuais multas não fossem aplicadas?

Tendo em vista que existe uma população de educandos que necessita de espaços que promovam a plena locomoção nas escolas do ensino regular, principalmente para que tenham livre acesso às áreas onde são praticadas as aulas de educação física, e, devido aos escassos estudos sobre a temática, que se trata de um direito constitucional da pessoa com deficiência, o objetivo desta pesquisa é observar se escolas públicas de Belo Horizonte têm em sua infra-estrutura as adaptações necessárias para que os alunos com deficiência física motora tenham um acesso adequado aos espaços escolares, com ênfase nos locais onde são realizadas as aulas de Educação Física. Para este estudo, foi selecionada uma amostra de três escolas, que entre os anos de 2016 e 2017 receberam o Programa Institucional de Iniciação a Docência (PIBID).

O trabalho busca além de diagnosticar a efetividade da lei de acessibilidade ao espaço escolar, após a conclusão de toda a pesquisa, dialogar com as escolas sobre os seus resultados, podendo possibilitar a implementação de mudanças que melhor se adéquem às necessidades de todos seus alunos.

## **Referencial teórico**

Para melhor compreensão acerca do tema acessibilidade inclusiva nas escolas, esta revisão buscará trazer, a partir de uma evolução cronológica, documentos Estaduais e estudos científicos que vieram propondo readequações aos espaços escolares, vista a necessidade de torná-los a cada dia mais democráticos e inclusivos.

### **1.0 Educação Inclusiva.**

Para a autora Antonia Nakayama a educação inclusiva é compreendida em um conjunto de 9 princípios, entre eles está o da acessibilidade, definido por: Condição para a utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços (NAKAYAMA 2007 p. 116), isto é, a acessibilidade estrutural é a adequação do espaço à todos os alunos, sejam eles com ou sem deficiência, procurando sempre atender às suas limitações, favorecendo seu acesso a todo o espaço escolar com qualidade, facilidade, autonomia e segurança.

Desde que a educação inclusiva começou a ganhar espaço na escola, ela vem sofrendo grandes alterações sejam quanto ao seu entendimento, ou a sua aplicabilidade no espaço estrutural. Báfica (2012) explica que a educação inclusiva só começou a ser discutida quando os alunos com deficiência e seus familiares passaram a lutar por ela, a partir disto, após a década de 1990 passou-se a entender que a educação é um direito de todos, independentemente das limitações físicas, motoras, intelectuais ou múltiplas que a pessoa possa ter.

### **1.1 Conceitos relevantes**

Mártin et al (2004 p. 13) conceituam deficiência como: Anomalia da estrutura corporal e da aparência, com perda ou anormalidade da função de algum órgão ou sistema, qualquer que seja sua causa.

Conceituam ainda incapacidade: Reflete a consequência da deficiência do ponto de vista do rendimento funcional e da atividade do indivíduo. As incapacidades representam os distúrbios no nível da pessoa. (MARTIN et al 2004 p.13). Em qualquer dessas etapas pode ocorrer uma alteração, originando assim, diferentes problemas motores. (MARTIN et al 2004 p.14)

Segundo Glat (2007 p. 141)

É denominada deficiência física a perda ou redução da capacidade de movimento de qualquer parte do corpo. Indivíduos amputados, com hemiplegia (dificuldades motoras em um dos lados do corpo) ou usuários de cadeiras de rodas são exemplos de sujeitos com deficiência física (...) A redução da função motora também pode acometer o indivíduo tardiamente, como consequência de acidentes ou de doenças crônicas ou degenerativas.

Os principais quadros motores possivelmente encontrados nas escolas são: mal formações congênitas, afecções congênitas sistêmicas ou generalizadas do esqueleto, osteocondrose, afecções articulares e neuromusculares e neurológicas. (MARTIN et al 2004 p.16-17)

Segundo Silva (2014 p. 41) a inclusão:

Pode ser entendida como a inserção de pessoas que em decorrência de fatores biológicos ou socioculturais se encontram em condição de deficiência e fora de padrões (físicos, motores, fisiológicos, intelectuais, sociais e/ou afetivos) estipulados culturalmente por grupos sociais hegemônicos como ‘normais’, nos diferentes contextos de convívio social.

## 1.2 Evolução cronológica da legislação sobre educação inclusiva.

Desde a constituição brasileira de 1988, que estabelece a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação, podemos perceber um avanço do país em relação à inclusão de pessoas com deficiência. A Constituição define ainda, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa. O artigo 206, inciso I, estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1988 )<sup>1</sup>.

Entre leis nacionais e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, podemos destacar alguns passos dados pelo país em direção à inclusão de pessoas com deficiência, e em especial a inclusão escolar.

Em 1989 foi divulgada a Lei n° 7.853/89, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social. Define como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado. A pena para o infrator pode variar de um a quatro anos de prisão, mais multa. (BRASIL, 1989)

O Estatuto da criança e do adolescente (Lei n° 8.069/90) veio reforçar os dispositivos legais, determinando em seu artigo 55, que os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino (BRASIL, 1990)<sup>1</sup>. No mesmo ano, 1990, documentos internacionais passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva, o que pode ser constatado na Declaração Mundial de Educação para Todos (BRASIL 1990<sup>2</sup>).

Em 1994 foi divulgada a Declaração de Salamanca, que trata dos princípios, política e práticas na área das Necessidades Educativas Especiais, mostrando a obrigatoriedade do ensino de crianças com deficiência no ensino regular.

Em 2001, foram dados três passos relacionados à inclusão escolar, sendo eles, o Plano Nacional de Educação – PNE n°10.172/2001, destacando que, o grande avanço que a educação deveria produzir nesta década seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana (BRASIL,2001<sup>1</sup>). A Convenção de Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto n° 3.956/2001, que afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas (BRASIL,2001<sup>2</sup>). O mesmo documento define também como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais.

Foram criadas também as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB n° 2/2001), determinando que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, o que contempla, portanto, o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização. Porém, acreditamos que ao admitir a possibilidade de substituir o ensino

regular, é dado na verdade um passo contrário, pois essa substituição acaba por não potencializar a educação inclusiva prevista no artigo 2º da constituição brasileira.

### 1.3 Acessibilidade nas escolas.

Na cartilha de Acesso de alunos com deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular, o Ministério Público Federal divulgou em 2004 o documento com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão. No mesmo ano, o Decreto nº 5.296/04 regulamentou as leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (implementação do Programa Brasil Acessível) (BRASIL, 2004).

O Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE – em 2007 trata da acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, da implantação de salas de recursos multifuncionais e da formação docente para o atendimento educacional especializado. Também em 2007 o Decreto nº 6.094/07 estabelece dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas (BRASIL, 2007).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (lei número 13.146, de 6 de julho de 2015), em seu capítulo IV, artigo 27, institui que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurando sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015).

Dispõe ainda em seu artigo 28, inciso II, do aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena. (BRASIL, 2015).

Após a divulgação da lei de diretrizes e bases de 1996, as instituições de ensino passam a ser obrigadas a cumprir novas exigências curriculares e estruturais, destacando ainda mais às necessidades de alunos com deficiência.

Segundo Mandarino (2013) o espaço escolar ainda se remete muito a uma exclusividade às pessoas “normais”, característica essa, que pode ser revertida a partir de mudanças estruturais, capazes de proporcionar ao aluno segurança, conforto e sentimento de inclusão, sendo ela alcançada somente diante do fato de alunos com deficiência frequentar escolas onde estudaria mesmo sem deficiência.

Alem disso, de acordo com Guerreiro (2012) o direito ao acesso e a educação compartilha do ideal de igualdade de percurso, o que deveria fazer com que um aluno com deficiência tivesse condições de se deslocar nos espaços internos ou externos da escola, com a mesma facilidade dos demais alunos.

Conclui-se que a não utilização dos espaços em condições igualitárias às dos demais alunos cria uma barreira nos relacionamentos, o que pode chegar a ser um obstáculo maior que a deficiência física. (Cohen e Duarte 2006).

#### 1.4 Objetivos da educação física escolar.

A lei número 7.853/89 prevê a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Regular, e para que isto se concretize é necessária uma boa manutenção das estruturas física e pedagógica nas escolas, uma boa elaboração dos projetos educacionais e a adaptação do currículo de modo que atenda a todos, incluindo a área da Educação Física, que colabora para a integração e socialização dos alunos com deficiência, além de auxiliar no desenvolvimento da autonomia e consciência corporal, isso é, ser o espaço escolar um lugar capaz de cumprir seu papel sociocultural, democrático e inclusivo. (BRASIL, 1999).

Conjuntamente ao entendimento da legislação Brasileira em relação à inclusão, alguns autores defendem os benefícios que a disciplina de Educação Física traz para alunos deficientes inseridos no ensino regular.

Segundo Rodrigues e Bracht (2010), a Educação Física numa perspectiva geral, é considerada uma disciplina que desenvolve habilidades físicas, cognitivas e sociais, promovendo no ser humano uma educação integral. É através do desenvolvimento dessas habilidades que o ser humano torna-se pensante e crítico. Ainda segundo Rodrigues e Bracht (2010), é por meio das práticas corporais que o ser humano desenvolve valores que orientam gostos e preferências, que junto ao entendimento racional determinam a relação dos indivíduos com o mundo. Sendo assim, a Educação Física é de grande importância no currículo escolar, pois possibilita que os alunos

vivenciem as próprias ações corporais, conhecendo os limites do próprio corpo e promovendo o trabalho individual e coletivo na hora de excitar-se. Esta disciplina é um direito de todos os alunos, não diferenciando cor, idade, classe social, etnia ou sexo. Nenhum aluno deve ser excluído das aulas de Educação Física por ter uma deficiência

Como salientam Betti e Zuliani (2002, p.75), a Educação Física deve assumir a tarefa de:

Introduzir e integrar o aluno na cultura corporal do movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir do jogo, do esporte, das atividades rítmicas e dança, das ginásticas e práticas de aptidão física, em benefício da qualidade de vida. (BETTI e ZULIANI 2002 p. 75)

Dessa forma, o modo como a prática corporal é trabalhado na escola regular deve ser contextualizado e reinventado, de modo a garantir a igualdade de oportunidades de participação a todos os estudantes (Martins, 2012). Torna-se imprescindível que os diversos conteúdos contemplados nas aulas de Educação Física (jogos e brincadeiras, lutas, ginástica, dança, esportes e esporte de aventura) auxiliem na melhora da qualidade de vida desses alunos.

A partir disto, entendemos que, os benefícios que a disciplina trás podem favorecer o desenvolvimento da consciência corporal, das capacidades e habilidades de cada aluno. Psicologicamente, há a diminuição da ansiedade e sintomas depressivos e melhora da autoestima.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo buscou realizar uma pesquisa de caráter exploratório, procurando observar sobre acessibilidade nas escolas escolhidas, analisando a conformidade destas instituições com as normativas de inclusão das Pessoas com Deficiência. Esta pesquisa teve um caráter qualitativo, sendo observadas as adaptações existentes nos espaços de locomoção das escolas assim como o acesso às áreas onde as aulas de Educação Física são realizadas e as condições para que estes alunos possam se manter neste local durante a realização das atividades.

As observações de campo foram de caráter sistemático, que segundo Cervo et al (2007) caracterizam-se pela estruturação, planejamento e anotações ou à utilização de outros recursos de registro. Foram escolhidos a fotografia e roteiro de observação como forma de análise dos espaços. Junto a isto, os dados colhidos foram analisados a partir do referencial teórico desse trabalho, especialmente no que diz a respeito à legislação brasileira. A averiguação das conclusões possibilitou uma percepção do atendimento às necessidades individuais e coletivas observadas durante a pesquisa, salientando a necessidade de adaptações estruturais para o efetivo atendimento ao público necessitado destas.

Para selecionar as escolas participantes dessa pesquisa, foram utilizados os seguintes critérios: Escolas da região metropolitana de Belo Horizonte que tenham participado do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) em parceria com a PUC Minas, na área de Educação Física entre os anos 2016 e 2017. A partir desses critérios foram selecionadas três escolas, representadas no presente texto como escola A, escola B e escola C.

A escola A, está localizada na região oeste de Belo Horizonte, conta com aproximadamente 1500 alunos distribuídos entre 6º ano do ensino fundamental a 3º ano do ensino médio, distribuídos em três turnos, a escola possui, ainda, um grupo de EJA (Educação de Jovens e adultos). É uma escola Estadual que foi construída inicialmente para ser um presídio feminino no ano de 1953, mas visto o crescimento populacional da região, e a necessidade de se instalar um espaço escolar no local, no ano de 1973 o local passou por algumas reformas estruturais que o transformasse ser um prédio escolar, perpetuando até a atualidade com seu nome atual (DEUS et al 2015).

Na escola existem alguns alunos com deficiência, mas não se tem um número preciso da quantidade de alunos com deficiência física motora, estimando-se que sejam entre 5 a 10 alunos.

A escola B é uma escola municipal localizada na regional Norte e atende ao público de toda esta região, desde o ensino infantil até o fundamental. Dentre os alunos, 44 apresentam algum tipo de deficiência. A escola ocupa uma área de aproximadamente 26.000 m<sup>2</sup> e foi inaugurada no dia 10 de dezembro de 1972. Inicialmente foi construída para atender a uma demanda vinda para o ensino profissionalizante nas áreas de práticas industriais, agrícolas, comerciais e do lar. Ao longo de mais de 46 anos de construção a



escola já passou por muitas obras, visando sempre sua ampliação, utilização dos espaços disponíveis e melhoria para acessibilidade de todos.

Há oito anos a escola aguarda o início das obras que foram aprovadas pelo projeto do orçamento participativo para total adaptação dos espaços, onde serão construídas mais rampas e será instalado um elevador para acesso ao ginásio. Existe o AEE (Atendimento educacional especializado), que é constituído por professores especializados nas diversas deficiências e atuam em conjunto com a sala de aula promovendo uma acessibilidade do aluno aos conteúdos das disciplinas. São desenvolvidos métodos/materiais para auxílio da apreensão e prática dos conteúdos.

A escola C localiza-se no bairro Padre Eustáquio em Belo Horizonte e foi idealizada pelo reverendo Padre Eustáquio Van Lieshout e construída pelo Padre Domingos. Nos seus anos iniciais a escola contava com apenas doze professores e aproximadamente 400 alunos. Atualmente a escola conta com 21 professores efetivos, 13 designados, 4 professores de aulas especializadas, 2 bibliotecários, 1 secretário, 1 diretor e 2 vice diretores. O público atendido, em sua maioria, reside nas imediações da escola, pertencem a classe média e média baixa e se declaram católicos. Desde a construção o espaço não sofreu obras significativas em sua estrutura, todavia, já foi aprovado o projeto de adequação para que seja acessível à locomoção de alunos com deficiência.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **Escola A**

Existem quatro espaço para as aulas de educação física, sendo eles: ginásio, quadra descoberta, quadra de voleibol e área do estacionamento. O acesso a estes locais sofreu várias reformas ao longo de sua história. A construção do ginásio foi a última reforma realizada que, embora atual, deixa a desejar em quesitos como: desníveis ao longo da rampa de acesso, que deveriam ser nivelados com pisos antiderrapantes e sem buracos; na quadra de voleibol, não há como entrar uma cadeira de rodas, fazendo com que os alunos possam apenas observar o que esta acontecendo nesse espaço; ao final da rampa, logo na entrada para o ginásio, o piso que deveria ser

totalmente nivelado não é; o banheiro, embora adaptado, não possui maçanetas adaptadas, que deveriam possibilitar o manuseio por pessoas com mobilidade reduzida nas mãos; o bebedouro é adaptado e pode ser utilizado sem dificuldades pelos alunos com deficiência; não existem equipamentos como cesta de basquete, redes de voleibol ou outros, que se adéquem às necessidades dos alunos com deficiência; na arquibancada da quadra o local destinado à cadeira de rodas tem a visão obstruída pela presença de uma grade de proteção que está fora dos padrões estabelecidos no manual de acessibilidade espacial para escolas.



### **Escola B**

As aulas de educação física acontecem rotineiramente nas duas quadras e nos dois ginásios da escola. Além disso, os professores contam com o espaço das salas de dança e artes para desenvolver suas atividades. Em torno desses espaços existem rampas de acesso descobertas, bebedouros não adaptados e um banheiro destinado ao público com deficiência físico motora, porem, não é adaptado, obrigando os alunos que dele necessitam a usar um banheiro comum, situado em uma distância maior. Dentro do ginásio mais recentemente construído, existem rampas para a alocação de cadeiras de

rodas na arquibancada e um bebedouro com uma estrutura ao seu redor que impossibilita a utilização por alunos cadeirantes.



**Anexo 1 – Rampa de acesso ao ginásio novo. Anexo 2 – Rampa de acesso ao ginásio novo.**



Como mostrado nos anexos acima, a rampa de acesso para o ginásio novo não possui piso antiderrapante e apresenta alguns desníveis, o que está em desacordo com o manual de acessibilidade espacial para escolas que traz as seguintes recomendações: 1) As escadas e as rampas possuem patamares sem obstáculos a cada mudança de direção. 2) As rampas são largas e possuem pisos antiderrapantes, firmes e nivelados, com inclinação adequada para subir e descer em cadeira de rodas.

## Escola C

Não existe qualquer adaptação para acesso aos espaços onde as aulas de educação física são realizadas, sendo estes: Quadra descoberta e pátio coberto. Não há nenhuma adaptação nos banheiros ou bebedouros e a única rampa existente na escola não atende as especificações do manual de acessibilidade espacial para escolas, que diz: As rampas devem ser largas, e possuir pisos antiderrapantes firmes e nivelados, com inclinação adequada para subir e descer com cadeira de rodas. Além disso, a rampa existente não possui corrimão, que deve ser contínuo dos dois lados das escadas e rampas e instalado em duas alturas.





## CONCLUSÃO

Todas as escolas observadas estão em desacordo com as adequações existentes no manual de acessibilidade espacial para escolas e com as leis de inclusão Brasileiras. É perceptível que não existe uma real preocupação para que alunos com deficiência tenham acesso aos locais onde as aulas de educação física são realizadas.

As adaptações já realizadas estão obsoletas. Nas escolas A e C existe um planejamento para atualização dos acessos, já na escola B não foi observada a preocupação com a adequação dos acessos aos novos padrões.

A partir das observações descritas, fica clara a necessidade da realização de obras de infra-estrutura que devem ser planejadas em conformidade com o manual de acessibilidade espacial para escolas.

## **REFERÊNCIAS**

- A convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência. Disponível em <<http://www.selursocial.org.br/convencao.html>> consultado em 30 de março de 2017 as 11:07h.
- BRASIL, Brasília, 6 de julho de 2015; Lei nº13.146, de 6 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União; 194 o da Independência e 127 o da República. Leis e documentos. Disponível em <<https://inclusaoja.com.br/legislacao/>> consultado em 30 de março de 2017 as 10:10h.
- BETTI, Mauro; ZULIANI, Luiz Roberto. Educação Física escolar; uma proposta de diretrizes pedagógicas. Revista Mackenzie de Educação Física e esporte. 2002, p. 73-81.
- CONCEIÇÃO, Victor Julierme Santos Da; KRUG, Hugo Norberto; VENSON, Edna.
- DISCHINGER, Marta et al. Manual de acessibilidade espacial para escolas: O direito a escola acessível. Brasília: Ministério da educação, Secretaria de educação espacial. Agosto de 2009.
- Mobilizando saberes docentes na educação física escolar: a construção do conhecimento sobre inclusão, Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 26, n. 46, p. 465-484, maio/ago. 2013.
- DA SILVA, Cervo Bervian. Metodologia científica. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007
- DEUS. Alan Cruz De et al. Leitura dos espaços escolares da escola estadual cândido portinari - uma abordagem geográfica. ENALIC, Belo Horizonte, Abril de 2015.
- NACIF, Marcella Fernandes Paticcié et al. Educação Física Escolar: Percepções do Aluno com Deficiência, Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, vol.22 no.1, Jan./Mar. 2016.
- SOUZA, Gisele Cristina de; PICH, Santiago. A reorientação da ação pedagógica na Educação Física sob a perspectiva da inclusão: a pesquisa-ação como caminho. Movimento, Porto Alegre, v. 19, n. 03, p. 149-169, jul/set de 2013.
- MARTINS, Celina Luísa Raimundo. Educação Física Inclusiva: Atitudes dos Docentes.

Movimento. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 637-657, abr./jun. de 2014.

PALMA, Luciana Erina; LEHNHARD, Greice Rosso, Aulas de Educação Física e inclusão: um estudo de caso com a deficiência física. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 25, n. 42, p. 115-126, jan./abr. 2012.

RODRIGUES, Leonardo Lima; BRACHT, Valter. As culturas da educação física. Revista Brasileira Ciência Esporte, Campinas, v. 32, n. 1, p. 93-107, setembro 2010.

Revista Brasileira Ciência Esporte, Campinas, v. 32, n. 1, p. 93-107, setembro 2010.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane Rose. Proposta de Metodologia de Avaliação de acessibilidade aos espaços de ensino fundamental. Rev. Caderno do Proarq 10, Programa de Pós Graduação em Arquitetura Faculdade de Arquitetura e Urbanismo UFRJ. 2006 Rio de Janeiro. Disponível em: [http://www.proarq.fau.ufrj.br/site/cadernos\\_proarq/cadernosproarq10.pdf](http://www.proarq.fau.ufrj.br/site/cadernos_proarq/cadernosproarq10.pdf) - 16/04/2018.

GLAT, Rosana. Educação inclusiva: Cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro 2007 p. 141.

MARTIN, Miguel Cardona et al. Incapacidade motora. Orientações para adaptar a escola. São Paulo 2004 p.13-17.

BRASIL. Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, janeiro de 2008 p.15. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf> - 16/04/2018.

BÁFICA, Ana Paula Souza. Educação inclusiva: Uma análise sobre educação escolar. Revista Espaço Acadêmico nº128. p. 93-100 Rio de Janeiro 2012.

NAKAYAMA, Antonia. Educação inclusiva: Princípios e representação. Tese. São Paulo p. 116-117, 2007.

**Capítulo 15 - DOI:10.55232/10830012.15**

**PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE INOVAÇÃO NO  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DO CAPF/UERN**

**Livia Micaelia Soares Oliveira, Antonia Andreza Lopes de Freitas, Álisson  
Caio Abrantes de Mesquita e Edivaldo Rabelo de Menezes**

**RESUMO:** O artigo tem o objetivo de analisar a percepção dos alunos de administração da UERN/CAPF tem sobre inovação no ensino e aprendizagem em seu curso. Inovar é uma forma de se destacar e de realizar mudanças e as universidades e cursos de forma especial dos de administração tem e devem ser influenciadores do tema. A pesquisa é descritiva com uma abordagem quantitativa-qualitativa, tendo como universo os alunos do curso de administração do CAPF/UERN. Foi indagado aos respondentes que falassem três primeiras palavras que surgissem na mente a palavra mais dita foi tecnologia com um total de 48 vezes, também foi perguntado sobre método de ensino utilizado pelo CAD/CAPF/UERN e entre outras perguntas em torno do ensino-aprendizagem entorno da inovação. Os alunos ligam a inovação como sinônimo de tecnologia.

**Palavras-chave:** Ensino. Aprendizagem. Autoconhecimento.



## **INTRODUÇÃO**

Nascida do processo constante de aprimoramento de definições e processos, a inovação tornou-se um elemento crucial para enxergarmos uma sociedade capaz de se reinventar e encontrar soluções que sejam capazes de expandir horizontes. É ampliar o conhecimento adquirido no momento hodierno, e transformá-lo em um conceito novo de ideias e aplicações, agregando valor a partir do que já existe (AUDY, 2017).

Apesar de ser um conceito amplamente investigado na atualidade, foi apenas no com os estudos do economista, hoje considerado o pai da inovação, Joseph Schumpeter (1934), que o ideal inovador passou a ser um fator em destaque por sua contribuição progressiva e, por instigar as organizações a buscarem constantemente originalidade em seus produtos e serviços, almejando a sua ascensão no mercado competitivo, ainda ressaltando o aporte da inovação como auxiliadora na evolução organizacional, sendo ponto crucial para estabelecer o desenvolvimento das nações de modo geral.

Num cenário de constante mudanças, faz-se cada vez mais necessário manter-se atualizado, ciente do que ocorre ao nosso redor, e isso se aplica a qualquer área do conhecimento. Nos cursos de administração essas transformações são vitais, tendo em vista seu valor para as organizações que movimentam a economia mundial. Correia e Mendes (2018), destacam que, diante dessas transformações globais, as instituições de ensino superior são necessariamente obrigadas a transcender o seu âmbito de atuação para além das fronteiras, estabelecendo redes de investigação de excelência, que permitam seu fortalecimento.

A flexibilização da estrutura curricular dos cursos são fundamentais para direcionar o aluno ao patamar de sujeito ativo no processo de aprendizagem. As metodologias utilizadas contribuem para a formação de um aluno autônomo, capaz de acompanhar as transformações sociais e profissionais do mundo contemporâneo (SANTOS E TEIXEIRA, 2019). Grasel et al. (2018) também destacam a importância de uma matriz curricular efetiva e atualizada, e que atente para a flexibilização e a oportunidade de inovação no ensino em nível de graduação e que tal fato é elemento favorável para a retomada das reflexões sobre a formação do administrador, particularmente, nas questões relacionadas a seu currículo.

No contexto atual, vem se renovando a todo momento são as tecnologias utilizadas das mais diversas formas, aprimoramento dos serviços, surgimentos de novos

serviços. Na educação não é diferente, conhecer a percepção dos alunos de como a inovação vem sendo trabalhada no curso de administração pode auxiliar os professores do curso de administração a focar em procedimentos e rebases do conhecimento sobre a temática da inovação. Este trabalho indaga qual a percepção dos alunos de administração da UERN/CAPF tem sobre inovação no ensino e aprendizagem em seu curso?

O trabalho é guiado pelo objetivo de analisar a percepção dos alunos de administração da UERN/CAPF tem sobre inovação no ensino e aprendizagem em seu curso. Para atender esse objetivo o artigo está estruturado em introdução, referencial teórico, métodos e matérias, análise dos dados e considerações finais.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **Inovação**

Em uma perspectiva global, a necessidade de inovar se prova cada vez mais frequente por seu determinante na competitividade e diferencial estratégico. Inovar no cenário econômico mundial, é prorrogar a vida útil dos negócios e a sua sobrevivência no jogo comercial, principalmente quando incorporada à realidade globalizada, onde a manifestação dos dados e informações é amplamente acessível, e conseqüentemente, com maior índice de rotatividade de ideais (CARVALHO *et al.*, 2017).

Tais exigências de adequação tornou a revisão do *modus operandi* um fator indispensável nas atividades cotidianas e organizacionais, e em razão disso, a tecnologia se mostra uma das principais aliadas para estabelecer a disseminação do conhecimento e garantir a modificação do processo de implementação de estratégias criativas. Segundo Carvalho (2016), a fluidez da relação posta entre tecnologia e desenvolvimento propicia uma mudança no comportamento do consumidor, podendo auferir benefícios ao nível que o crescimento do mercado se adapta a demanda exigida.

Segundo Cunha (2016), existem diversas dificuldades na implementação de políticas de inovação, agindo em contrapartida com a realidade inovadora disseminada, o acabam por atrasar o processo evolutivo em diversas esferas, sendo a educação um dos principais afetados. Estratégias de implementação não são inexistentes, mas por vezes, postas em segundo plano, enfraquecendo a capacidade técnica e qualificação dos jovens

pela inacessibilidade de fontes de aprendizado eficientes e condizentes com a realidade fora de sala de aula.

Assim surge uma necessidade de se pensar na educação como forma de modelar o aluno para seguir o contexto em que a comunidade está inserida e constantemente, se readaptando, apoiando a prática das habilidades adquiridas e a sua realização posterior, profissionalmente, alinhando com a sua capacidade de enfrentar desafios, tornando-se protagonista e suficientemente capaz de lidar com contratempos (TARDIF, 2011).

Nesse sentido, consegue-se entender a utilidade de inserção de metodologias cada vez mais alinhadas com a prática e conhecimento da inovação a partir do pensamento de Nogaro e Battestin (2016), que avalia a presença do elemento inovador como agente primordial para alcançar formações dinâmicas e da aprimoração da capacidade de entregar o aluno para a sociedade competente e capacitado, e alinhado com as constantes remodelações presentes em um cenário de evolução tecnológica e de processos.

### **Inovação nos Cursos de Administração**

O estudo da administração começou a se delinear no século XIX, movido pelas ideias de Frederick Taylor e Henry Fayol. No Brasil, o primeiro curso de Administração data de 1941, na Escola de Administração de Negócios (ESAN/SP), inspirado no modelo do curso da Graduate School of Business Administration da Universidade de Harvard (CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA, 2021). A história da administração é recente no país, figurando como uma área que apresenta mudanças constantes, tendo em vista sua importância no mundo dos negócios, tão globalizado.

Boaventura et al. (2018) destaca que o ensino em Administração, no Brasil, desenvolveu-se com pouca celeridade até a implantação do currículo mínimo na década de 60. Em seguida, houve uma expansão gradual na oferta de cursos. Contudo não basta ter somente um elevado número de instituições ofertando cursos de Administração, é necessário que as IES lancem mão de estratégias que contribuam para a formação de um profissional cada vez mais alinhado com mudanças advindas de um cenário político-econômico cada vez mais dinâmico.

Desde a sua implantação, o ensino de administração no Brasil sofre forte influência de modelos estrangeiros, o que até certo ponto pode ser benéfico, pois nos coloca em posição competitiva no cenário mundial, entretanto, quando se direciona o

conhecimento para aplicação local, percebe-se que há uma perda na qualidade, pois determinadas técnicas nem sempre pode ser aplicado a qualquer situação, sendo necessário observar o contexto cultural e econômico envolvido. Essa prática tem causado um distanciamento entre ensino e contexto social local. Além disso, contribui para formar um profissional engajado em replicar as ferramentas aprendidas sem o mínimo de ajuste cultural. (BOAVENTURA et al., 2018).

Assim, não se pode conceber a formação de um profissional voltado apenas para a aplicação de técnicas genéricas em cenários específicos, é preciso desenvolver no administrador competências que vão além da reprodução do conhecimento, é necessário transformá-lo e adequá-lo, para que possa ser utilizado nas mais variadas situações e em diferentes contextos, para tanto é necessário implementar mecanismos inovadores, que possibilitem esse diálogo entre a necessidade do mercado e a competência do administrador. Silva e Segatto (2017) afirmam que por lógica se entende que para produzir inovação, a universidade deve ser inovadora. Então, há que se refletir sobre a capacidade das universidades inovarem internamente, enquanto organizações.

Assim, verifica-se a necessidade de que haja um alinhamento entre o que é ensinado nas IES e o que o mercado de trabalho exige do profissional. Diante de um cenário cada vez mais incerto, é essencial desenvolver nesses administradores, competências que vão além do exigido rotineiramente. Com isso, o direcionamento dessas ações para o setor de inovação se apresenta como meio de amenizar o esse impacto. Como iniciativa de reconhecer as instituições de Ensino Superior que tem inovado no processo de ensino e aprendizagem nos cursos de Administração, a ANGRAD lançou o Prêmio de Inovação em 2018 (ANGRAD, 2019). Isso só ressalta a importância de adotar metodologias que desenvolvam no estudante a capacidade crítica, capaz de gerar resultados satisfatórios, independente do contexto aplicado.

Gimenes et al., (2020) afirma que a função de enriquecer, melhorar e tornar acessível o processo de aprendizagem hoje ultrapassa amplamente o espaço anteriormente ocupado quase que com exclusividade pelas instituições de ensino. Os autores também destacam que uma das consequências da constante aprendizagem é a constante mudança, e um ambiente construído em determinado período do tempo pode não atender às necessidades do momento seguinte. Assim, é fundamental buscar parcerias que propiciem às discentes oportunidades de pôr em prática os conhecimentos

adquiridos ao longo do curso, além da vivência cotidiana com situações reais, alinhando o conhecimento teórico as práticas necessárias.

Para uma aprendizagem mais profunda, é necessário garantir espaços de práticas frequentes, com ambientes ricos em oportunidades, que ofereça estímulos multissensoriais e se utilizem dos conhecimentos prévios dos alunos, de modo a subsidiar novos conhecimentos. O ensino regular tem sua importância, não podendo assim ser ignorado, mas deve se utilizar de outros espaços e formas de aprender mais amplos, sedutores e adaptados as necessidades e realidades de cada um (MORAN, 2018). Assim o ideal é que se tenha um ambiente de ensino multifacetado, aliado a uma prática que direcione o aluno a aplicabilidade do conhecimento adquirido em sala de aula a situações reais.

Nesse sentido Correia e Mendes (2018, p.111) enfatizam que:

As IES devem hoje procurar tornar-se agentes ativos de inovação, uma vez que são detentoras do conhecimento e na maioria das vezes dos recursos – pessoas, tecnologias e infraestruturas – para a produção de conhecimento avançado inovador. Para tal, a sua ligação ao mercado deve ser cada vez maior e mais próxima, visando obter um claro entendimento da realidade das empresas, seus interesses, suas limitações e suas lacunas e necessidades ao nível da inovação.

Esse intercambio favorece todos os atores envolvidos na ação. As IES que conseguem ver o fruto de seu trabalho sendo disseminado e aplicado nas diferentes esferas, ao mesmo tempo que se apropria das experiências vividas para transforma-las em conhecimento e retroalimentar o sistema; as empresas que diante das mudanças vertiginosas, se beneficiam dessas práticas inovadoras para solucionar seus problemas ou se destacarem num mercado cada vez mais competitivo; e o estudante, que tem a oportunidade de pôr em prática os conhecimentos adquiridos na academia, de modo que este não se limite apenas a técnica, mas sim a aplicabilidade das teorias no caso concreto, fazendo com que a pratica do administrador esteja alinhada ao contexto em que a organização está inserida.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Esse estudo se caracteriza como descritiva (Gil, 2002), por descrever a percepção que os alunos do curso de administração da CAPF/UERN têm sobre a temática da

inovação nos aspectos do ensino e aprendizagem. O universo da pesquisa são os 216 alunos do curso de administração da CAPF/UERN, que estão divididos em seis turmas.

O trabalho tem uma abordagem quantitativa e qualitativa. Para se coletar os dados da pesquisa foi enviado um questionário pelo *link do Google Forms* para as turmas do curso, sendo realizado um pré-teste no dia 16 de agosto de 2021. O período de coleta dos dados foi do dia 16 ao dia 19 de agosto, dos 216 alunos matriculas houve um retorno de 112 alunos o que corresponde a 51,85% dos alunos do curso. O questionário contia nove perguntas sendo duas abertas e sete fechadas.

O *Google Forms* trata as questões fechadas baseado na estatística descritiva (AKANIME; YAMAMOTO, 2013), sendo assim os dados da pesquisa quantitativa foram analisados pela estatística descritiva realizado pelo *Google Forms*. Por sua vez, uma das questões abertas foi tratada pelo site *wordclouds* para a construção de uma nuvem de palavras e a segunda questão foi realizada uma análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O Curso de Administração do Campus Avançado de Pau dos Ferros-RN da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte tem um total de 206 alunos matriculados dos quais 112 responderão ao questionário. Sendo que 58,9% dos respondentes são do sexo menino, a idade dos respondentes é variada, mas em sua grande maioria são alunos entre 19 e 23 anos (49,1%).

Brown e Pinheiro (2010) conceitua inovação como tudo aquilo que gera um impacto considerável na vida das pessoas. Esse é um conceito básico sobre inovação, sem apresentar um conceito sobre inovação foi pergunta aos alunos da UERN/CAPF quais são as três primeiras palavras que vem a sua mente quando se pensa em inovação (Figura 1).

**Figura 1: Palavras sobre Inovação**

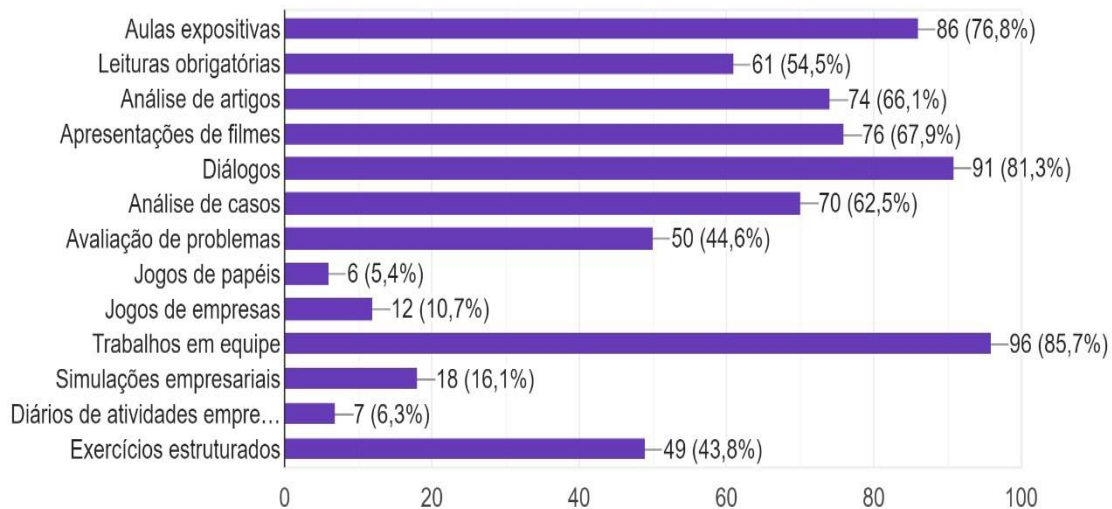


**Fonte: Dados da pesquisa, 2021**

Três palavras se destacam foram Tecnologia, Criatividade e Mudanças, mesmo sem ter um conceito exposto para os respondentes as duas últimas palavras ditas estão relacionadas diretamente com o conceito de Pinheiro (2010), mas a palavra Tecnologia teve um total de 48 vezes mencionadas pelos respondentes.

Solicitou-se aos discentes que indicassem quais atividades fazem parte do método de ensino utilizado pelo CAD/CAPF/UERN (Gráfico 1). A inovação no ambiente acadêmico se dá de várias formas, a metodologia de ensino utilizada é uma delas. O modo como o conhecimento é transmitido faz toda diferença no processo de aprendizagem. Moran (2018) classifica a sala de aula um espaço privilegiado de cocriação, de busca de soluções empreendedoras, nos diversos níveis, onde o aprendizado ocorre a partir de situações concretas ou qualquer outro recurso que tenha em mãos, como jogos, vivências, projetos, etc.

**Gráfico 1: Atividades fazem parte do método de ensino utilizado pelo CAD/CAPF/UERN**



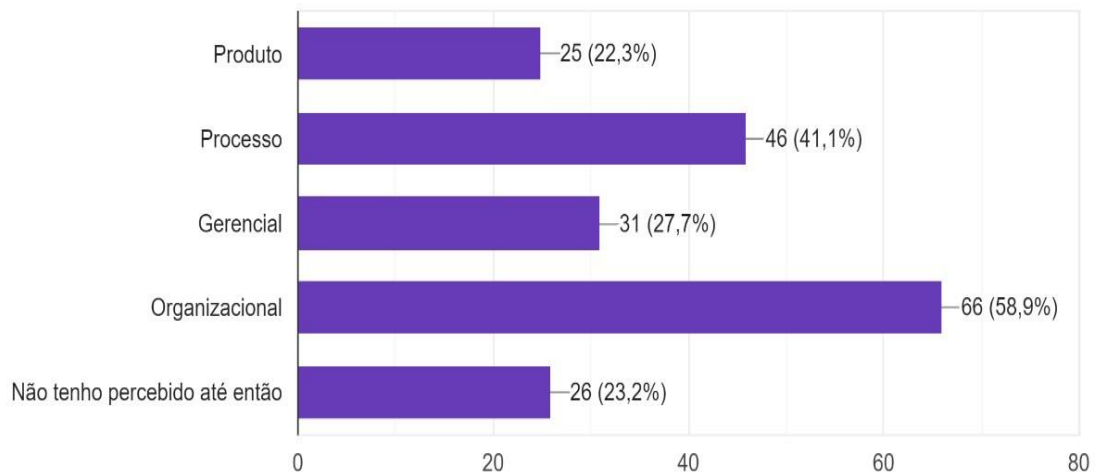
**Fonte: Dados da pesquisa, a partir do Google Forms, 2021.**

Assim, ao serem questionados sobre os métodos de ensino utilizado pelo CAD/CAPF/UERN, os discentes destacaram os trabalhos em equipe como principal metodologia adotada (85,7%), seguido de aulas dialogadas (81,3%) e aulas expositivas (76,8%). Ao analisar esses dados, percebe-se uma pequena mudança no uso dessas metodologias. A tradicional aula expositiva perde lugar para os trabalhos em equipe e as aulas dialogadas. O que favorece a agregação de conhecimento, tendo em vista que o debatendo propicia a troca de experiências, favorecendo a abstração do conhecimento teórico e aplicação no seu dia a dia.

O questionamento seguinte foi sobre a percepção dos alunos em relação as perspectivas em que a inovação é abordada no CAD/CAPF/UERN (Gráfico 2) Desejava-se saber qual área da inovação era abordada com mais frequência, ou se o aluno não tinha essa percepção. O manual de Oslo (OECD, 2018), propõe uma divisão da inovação em quatro áreas: produto, processo, marketing e organizacional. Assim, de acordo com esse Manual, a inovação organizacional não é passível de generalizações, no entanto presume-se que estão implícitos motivos que beneficiem a organização ou a comunidade, como a implementação de um novo modelo organizacional, uma reestruturação nas práticas da organização, enfim qualquer mudança que provoque uma alteração no modo como as coisas são conduzidas. Geralmente estes benefícios envolvem lucratividade, no entanto esse não é o único objetivo, a melhoria na qualidade de vida do trabalhador dentro e fora da empresa também é uma inovação organizacional.



**Gráfico 2: Percepção dos discentes do CAD/CAPF/UERN em relação as perspectivas da temática inovação**



**Fonte: Dados da pesquisa, a partir do Google Forms, 2021.**

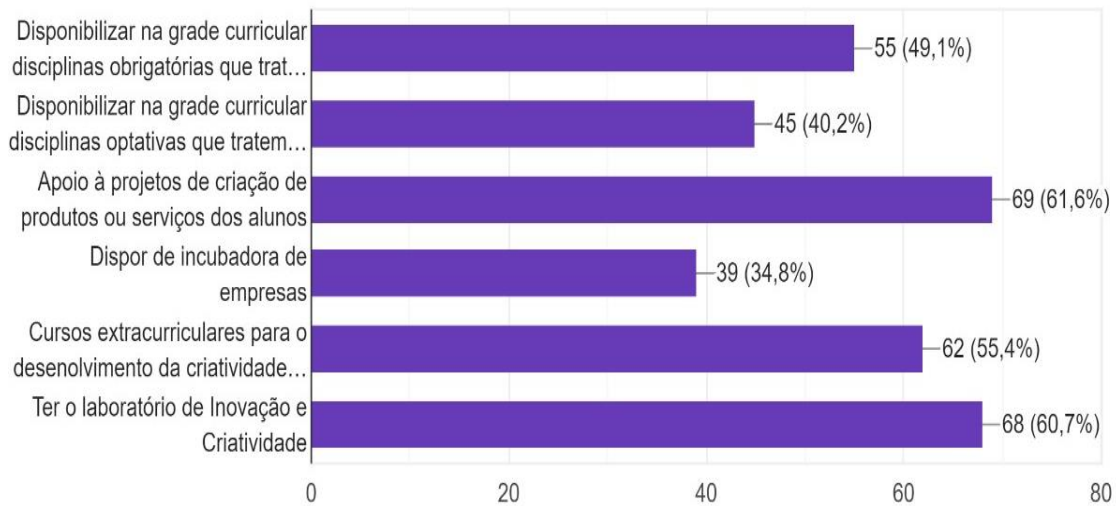
Ao ser questionado sobre sua percepção em relação as perspectivas que a temática inovação vem sendo abordada no CAD/CAPF/UERN, 58,9% dos discentes apontaram a inovação organizacional como sendo a temática mais abordada. Isso pode ser reflexo das peculiaridades do curso, principalmente relacionadas as questões intelectuais e organizacionais, no sentido de pensar estrategicamente, coordenar e gerenciar projetos, tendo em vista a exigência de implementação continua dessas metodologias que melhorem a gestão do negócio, a gestão de pessoas, de processos. Outro ponto que merece destaque é a quantidade de discentes que alegaram não ter percebido nenhum tipo de abordagem a inovação (23,2%), isso pode estar atrelado a falta de conhecimento sobre o tema, mesmo que superficialmente.

Os estudantes também foram questionados sobre quais atividades estes consideram mais importante para desenvolver a inovação no CAD/CAPF/UERN (Gráfico 3). Permitiu-se a escolha de duas atividades entre as listadas. Essa informação poderá servir de subsidio para tomadas de decisões mais conscientes no tocante a novas abordagens para o ensino de inovação.

De acordo com o Projeto Pedagógico do CAD/CAPF/UERN (2020), a abordagem pedagógica idealizada para o curso almeja oferecer contribuições significativas para o desenvolvimento da ciência e o aprimoramento da gestão das organizações. Também destaca a necessidade de o processo de ensino estar acompanhado não só da teoria, mas também no mesmo nível, da prática, oportunizando vivências direcionadas ao efetivo aprendizado. Para tanto e necessário buscar meios de oportunizar

essas vivências, de modo que desperte no aluno o desejo de aprender e o instigue a buscar resposta aos desafios propostos.

**Gráfico 3: Atividades que os discentes consideram mais importantes para desenvolver a inovação no CAD/CAPF/UERN**



Fonte: Dados da pesquisa, a partir do Google Forms, 2021.

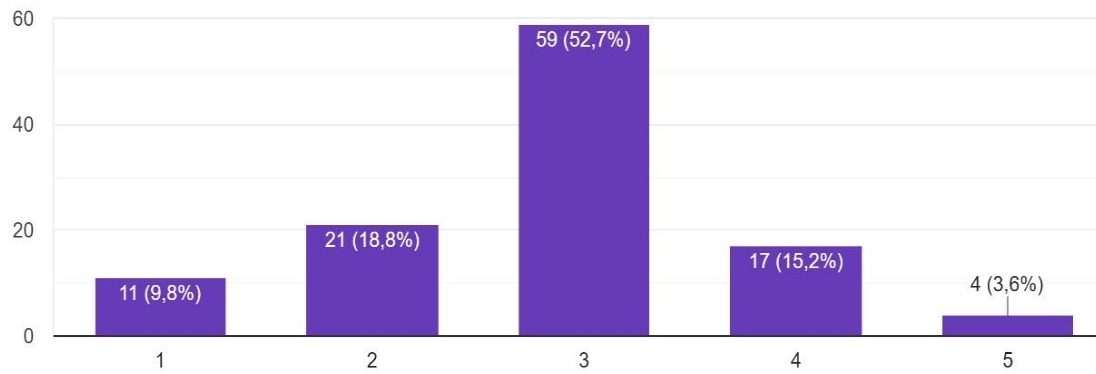
Quando questionados sobre quais atividades seriam mais importantes para o CAD/CAPF/UERN desenvolver inovação, os discentes apontaram o apoio à projetos de criação de produtos ou serviços dos alunos (61,6%) e a implantação de um laboratório de inovação e criatividade (60,7%) como sendo as atividades mais importantes para alcançar esse objetivo. Isso aponta que a maioria dos alunos tem interesse em empreender, ao demonstrar interesse em desenvolver produtos e serviços, e para que isso ocorra de forma mais assertiva, a utilização de um laboratório voltado para a pratica de inovação e criatividade seria de grande valia, pois facilitaria muito esse processo, além de otimizar os custos e tempo inerentes ao desenvolvimento de produto ou serviço.

O questionamento seguinte tratou da percepção do aluno em relação a temática inovação, se esta é apresentada de forma interdisciplinar ou não (Gráfico 4). As alternativas foram apresentadas em escala linear de 1 a 5, onde 1 seria “Concordo plenamente” e 5 seria “Discordo plenamente”.

Para que haja um aprendizado efetivo, adequado e consequente, é necessário que se supere o tecnicismo, sem abandonar a cientificidade. Nesse sentido, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade não podem permanecer só na teoria, devem ser postas em prática, de maneira que propicie ao aluno uma oportunidade para refletir e

entender o mundo, além de desenvolver a capacidade de trabalhar em equipe (PROJETO PEDAGÓGICO/CAD/CAPF/UERN, 2020).

**Gráfico 4: A percepção dos discentes sobre temática inovação ser tratada de forma interdisciplinar**



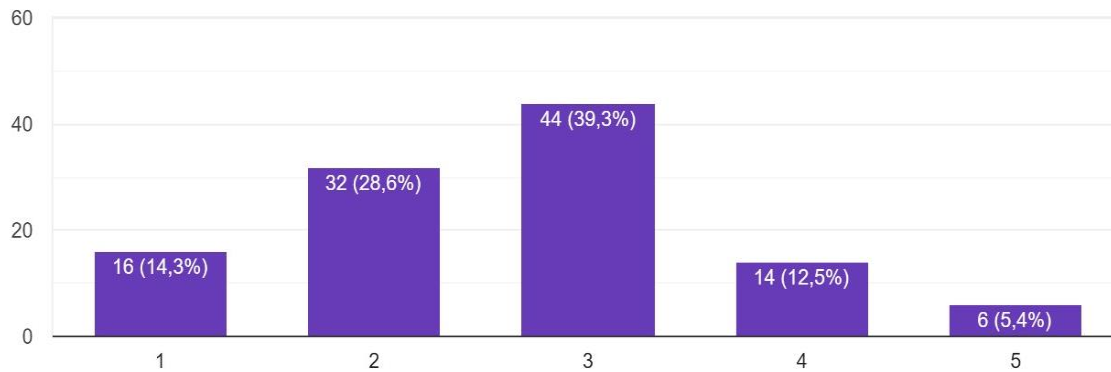
**Fonte:** Dados da pesquisa, a partir do Google Forms, 2021.

Ao ser indagado a respeito de sua percepção sobre a inovação ser tratada de forma interdisciplinar no CAD/CAPF/UERN, 52,7% dos alunos concordam que essa interdisciplinaridade ocorre. Essa percepção é vista de maneira positiva, tendo em mente que essa prática fortalece o aprendizado, além de abrir novos caminhos, principalmente favorecendo meios para que o aluno abstraia o conhecimento e o aplique as diversas áreas, tanto no decorrer de sua vida acadêmica, como na sua vida profissional, impedindo que este fique preso ao conhecimento teórico, voltado para situações específicas e repetindo ações mecanizadas que não se aplicam a qualquer situação.

Ao serem questionados acerca do tratamento da temática da inovação em eventos acadêmicos, os estudantes do CAPF em sua maioria identificam-se como neutros, entendendo que não possuem opinião a respeito da pergunta, incorporando 39,3% dos respondentes a afirmação, o que diretamente podemos assimilar que a temática está sendo abordada com pouca frequência, ou sem aprofundamento.

Na segunda resposta mais frequente dos discentes afirma, por outro lado, que a inovação está sendo representada no âmbito dos eventos acadêmicos, compondo o grupo de 28,6% respondentes, o que pode implicar no modo que os estudantes entendem o que a inovação representa no seu entendimento, levando em consideração a divergência da afirmação entre o público respondente. As informações correspondentes as informações destacadas da questão podem ser vistas no gráfico 5.

**Gráfico 5: Como a temática da inovação vem sendo tratada nos eventos acadêmicos**



**Fonte: Dados da pesquisa, a partir do Google Forms, 2021.**

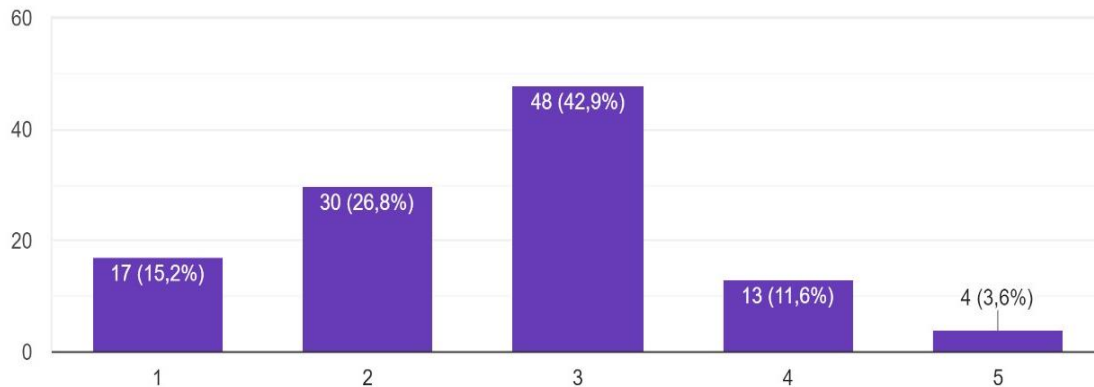
Percebe-se que os alunos entendem que a inovação de formas distintas, assim sendo, cabe a implementação de medidas que intensifiquem o debate a respeito, almejando a ampliação do conceito, e também, a sua aplicação em ambientes cotidianos e de acesso disposto a realidade discente, desenvolvendo a sua capacidade de identificação.

Quanto ao tratamento da temática da inovação na educação superior sendo considerada uma melhoria nos procedimentos de ensino-aprendizagem, o índice de respondentes correspondente a 42,9% acredita que a abordagem em si não determina unicamente melhorias, assinalando a opção indiferente (ou neutro).

Tal resultado pode ser reflexo da atual realidade acadêmica em virtude da pandemia do Covid-19 em Março de 2020, a qual implementou compulsoriamente o isolamento social, fazendo com que os estudantes adotem o ensino remoto, tendo em vista algumas dificuldades que adentraram a rotina de adaptação ao processo, que consequentemente, impossibilitam o ensino com a mesma qualidade do presencial, reduzindo a comunicação direta e humanizada, limitando em alguns momentos a aprendizagem do aluno pela sobrecarga de atividades, acadêmicas e domésticas (MENDES, *et al.*, 2021)

Posteriormente, será apresentado o gráfico 6 que materializa a opinião dos estudantes do campus a respeito do conteúdo relatado no ambiente de ensino, e não obstante, a compreensão dos mesmos no que concerne em melhorias de desempenho acadêmico.

**Gráfico 6: A temática da inovação sendo tratada como melhoria contínua no ensino aprendizagem**

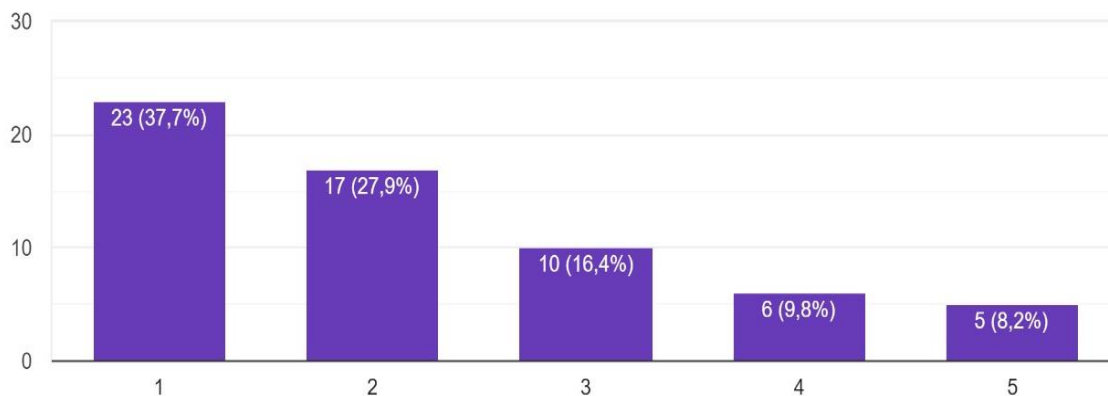


Fonte: Dados da pesquisa, a partir do Google Forms, 2021.

As referências obtidas com a análise das respostas concluem que os estudantes tendem a serem firmes com a questão do uso exclusivo da inovação para agregar na aprendizagem acadêmica, tendo em vista que o fator humano tem grande contribuição no desenvolvimento e na instrução do conhecimento.

O gráfico 7 a seguir mostra dos dados gerais do questionamento feito aos discentes, onde nele pode ser visto as determinações acerca do entendimento dos alunos no tocante a ligação entre a tecnologia e a inovação.

**Gráfico 7: Inovação como sinônimo de tecnologia**



Fonte: Dados da pesquisa, a partir do Google Forms, 2021.

Dentre os discentes da universidade que responderam ao questionário, sendo estes correspondentes a 37,7 dos respondentes da questão, determinaram que a inovação é diretamente ligada ao uso da tecnologia, assinalando a alternativa “concordo totalmente”. Tal afirmação admite que os estudantes identificam o uso de ferramentas tecnológicas

como uma das fontes primordiais para estabelecer ambientes inovadores, sendo necessário o acesso a aparelhos, softwares e hardwares que possibilitem a utilização da tecnologia para ser possível inovar.

Os dados gerados a partir da aplicação do formulário demonstram que grande parte dos discentes entendem que a inovação e a tecnologia coexistem, determinando que para a existência de um ambiente de inovação, ele deve estar diretamente associado a instrumentos técnicos e científicos, permitindo que a sua utilização seja de maximizar e simplificar o discernimento acerca de funções ativas e contemporâneas.

Por último foi indagado aos respondentes como o curso de Administração da UERN/CAPF poderia proporcionar para que o ensino fosse cada vez mais significativo para o aluno, as respostas dos alunos são possíveis dividi-las em cinco seções sendo elas: Aulas, Eventos, Atividades, Parcerias e Gerais, também foram encontradas respostas de alunos que não quiseram responder.

Nas seções aula e atividades os alunos informaram que o ensino poderia ser mais significativo com aulas e atividades práticas e que também fossem mais dinâmicas. Já nos eventos que a sua realização fosse mais frequente e a temática desses eventos deveriam associar a administração, tecnologia e educação. Na visão dos discentes as parcerias deveriam ocorrer de forma que os alunos pudessem desenvolver projetos juntos as empresas e na seção gerais foram encontradas temáticas que forjem da “jurisprudência” do curso para serem executadas como um maior incentivo de políticas públicas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A inovação é uma constante na humanidade, pois toda evolução em que a humanidade passa ao longo dos milênios a inovação de uma técnica ou de conhecimento evolui juntamente com ela. Assim o objetivo desse trabalho é analisar a percepção dos alunos de administração da UERN/CAPF tem sobre inovação no ensino e aprendizagem em seu curso.

A percepção dos alunos sobre inovação está direcionada a tecnologia, pois ao serem perguntados quais as três primeiras palavras vêm mente ao pensar em inovação a palavra tecnologia foi a mais pensada e na penúltima questão do questionário os alunos confirmam que a tecnologia é sinônimo de inovação. Ocorre um contraste entre a

percepção de inovação dos alunos com os principais métodos de aula que o curso de administração da UERN/CAPF tem ao ministrar as aulas.

Um ponto de preocupação para o curso é os 23,2% dos alunos que não percebem o ensino da inovação no curso, isso pode ser por causa do Projeto Pedágio do Curso que não sofreu mudanças desde a sua fundação. Para uma melhor aproximação com a temáticas inovadoras os alunos indicam a necessidade do curso de apoiarem os projetos de criação de produtos ou serviços dos alunos e a implantação de um laboratório de inovação e criatividade, pois um dos motivos de se entrar no curso de administração é por causa do empreendedorismo.

Em geral os alunos concordam que o curso trabalha a temática da inovação dentro da sala de aula e em eventos promovidos pelo curso, mas a referência da inovação no ensino e aprendizagem no CAPF/UERN os alunos escolheram a neutralidade. Os alunos indicam formas de modificação e aprimoramento de como a temática da inovação poderia ser trabalhada sendo principalmente por meio de aulas práticas, com parcerias com empresas de tecnologias e mais eventos na área da inovação.

Esses autores orientas que seja realizados trabalhos futuros dentro da temática da percepção da inovação, mas saindo da percepção dos alunos e adentrando na percepção dos professores. E com isso realizando o um cruzamento de dados entre a percepção dos alunos com a dos professores.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AKANIME, C. T.; YAMAMOTO, R. K. Estudo Dirigido de Estatística Descritiva. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Érica: 2013.

ANGRAD. Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração. 2021. Disponível em: <<https://angrad.org.br/premio-angrad/>>. Acesso em 23 ago. 2021.

AUDY, J. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. Estudos avançados, v. 31, p. 75-87, 2017.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOAVENTURA, P. S. M. *et al.* Challenges in the vocational qualification in management in Brazil/Desafios na formação de profissionais em administração no Brasil. *Administração: Ensino e Pesquisa RAEP*, 2018, Vol.19(1), p.1(31). Disponível em: <[https://pesquisa-](https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/desafios_na_formacao_de_profissionais_administracao_no_brasil.pdf)

[eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/desafios\\_na\\_formacao\\_de\\_profissionais\\_administracao\\_no\\_brasil.pdf](https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/desafios_na_formacao_de_profissionais_administracao_no_brasil.pdf)>. Acesso em 22 ago. 2021

BROWN, T.; PINHEIRO, T. *Design Thinking: Uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias*. Ed. 1. Brasil: Campus, 2010.

CARVALHO, S. M. S. *et al.* Empreendedorismo, tecnologia e inovação: Temas contemporâneos na gestão da Universidade de Brasília. *Cadernos de Prospecção*, v. 10, n. 4, p. 626, 2017

CORREIA, P. M.; MENDES, I. O impacto dos determinantes da inovação na geração de ideias no Ensino Superior: a percepção dos estudantes como evidência. *Sociologia*, 2018, Vol.35, pp.109-134. Disponível em: <<https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/4292/4005>>. Acesso em 17 ago. 2021.

CRA-BA. Conselho Regional de Administração da Bahia, 2021 - Histórico dos Cursos de Administração no Brasil. Disponível em: <<https://cra-ba.org.br/desenvolvimento-profissional/historico-dos-cursos-de-administracao-no-brasil/>>. Acesso em 22 ago. 2021

CUNHA, M. I. Inovações na educação superior: impactos na prática pedagógica e nos saberes da docência. *Em Aberto*, v. 29, n. 97, 2016.

GIL, A. C. *Como Elaborar um projeto de Pesquisa*. 4ª Ed. São Paulo: Editora atlas, 2002.

GIMENEZ, C. G. *et al.* Inovação nos Cursos de Administração no Brasil: uma Análise do Alinhamento às Competências do Século XXI. Disponível em: <<https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/1738/pdf>>. Acesso em 17 ago. 2021.

GRASEL, A. C. *et al.* Assessoria Secretarial: Atuação na Atualização da Matriz Curricular do Curso de Graduação de Ciências da Administração de uma IES Pública Federal. Disponível em: <<https://www.revistafuture.org/FSRJ/article/view/320>>. Acesso em 20 ago. 2021

GUIMARAES, A. Q. Iniciativas para a promoção de emprego e renda: políticas públicas, economia solidária e desenvolvimento local. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p.



313-338, nov. 2011

MORAN, J.; BACICH, L. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Penso, 2018.

MENDES, B. P. *et al.* Vantagens e desvantagens do ensino remoto emergencial na UFMG. Minas Gerais, 2021.

NOGARO, A.; BATTESTIN, C. Sentidos e contornos da inovação na educação. HOLOS, v. 2, p. 357-372, 2016.

OECD/Eurostar (2018). Oslo Manual 2018: Guidelines for Collecting, reporting and Using Data on Innovation, 4th edition, The Measurement of scientific, Technological and Innovation, OECD publishing, Paris/Eurostar, Luxembourg. Disponível em: <[compete2020.gov.pt/documentacao/detalhe/oslo](https://compete2020.gov.pt/documentacao/detalhe/oslo)>. Acesso em 25 ago. 2021.

PROJETO PEDAGÓGICO. Curso de Administração. Departamento de Administração – DAD. 2020.

SANTOS, F. B. P.; TEIXEIRA, M. A. C. Inovações e desafios metodológicos no ensino de Administração Pública no Brasil: um olhar com base no Curso da FGV-EAESP. Administração: Ensino e Pesquisa RAEP, 2019, Vol.20(1). Disponível em: <<https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/1378/pdf>>. Acesso em 15 ago. 2021.

SCHUMPETER, J. The Theory of Economic Development. Harvard University Press, Cambridge Massachusetts, 1934.

SILVA, E.; SEGATTO, A. Innovation in universities: brazilian academic research in the period of 2001-2010. International Journal of Innovation, Sep- Dec 2017, Vol.5(3), p. 289-310. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/innovation/article/view/9810/4512>>. Acesso em 15 ago. 2021.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

**Capítulo 16 - DOI:10.55232/10830012.16**

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - O IMPACTO DAS  
TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES  
DE ENSINO SUPERIOR**

**Jefferson Wanderson Pereira de Sena**

**RESUMO:** Este artigo apresenta os resultados da pesquisa de Mestrado realizado em uma IES situado em Belém do Pará, no ano de 2016 em Orlando, estado da flórida EUA. Teve-se como objetivo investigação o uso das Tecnologias da Informação (TI) na Gestão das Instituições de Ensino Superior (IES), como mecanismo para alcançar um eficaz Planejamento Estratégico, visando atender as necessidades e o interesse de desenvolvimento acadêmico destas organizações educacionais. Optou-se por realizar uma pesquisa de cunho quantitativo. Tendo como local de investigação o CESUPA – Centro Universitário do Estado do Pará, envolvendo Professores e Alunos no período de 2014. Observou-se que a TI é factível em contribuir na prática do planejamento estratégico nas IES, a partir da metodologia de sistemas de informação, com vista alcançar o desenvolvimento acadêmico. Conclui-se 2015. Além disso, conseguimos defender esse trabalho e sendo aprovado com louvor e também recebendo o diploma no ano de 2018 em cerimonia na cidade de João Pessoa/PB.

**Palavras-chave:** Palavras-chave: Gestor; Organização; Sistematização; Atividades acadêmicas; Dados.

## **1 INTRODUÇÃO**

O processo global vem impondo transformações e mudanças no cenário mundial, afetando diretamente as organizações empresariais, as quais vêm adotando estratégias para se manterem competitivas nas atividades em que atuam. A competitividade exige eficiência das instituições, principalmente daquelas que prestam serviço de educação, onde os Gestores têm que identificar as ameaças e oportunidades, tanto no ambiente interno quanto do ambiente externo, para se desenvolverem (ZACARIOTTO; RIBEIRO 2012).

Dai verifica-se a importância da TI, como suporte estratégico para auxiliar a Gestão acadêmica, na elaboração do planejamento estratégico, colocando no centro deste processo metas de competitividade, de crescimento e de desenvolvimento da organização. Por esta linha, as informações geradas e processadas se tornam vigorosas ferramentas estratégicas na tomada de decisão nas IES, desde que a organização tenha um eficiente gerenciamento das metodologias do sistema destas informações produzidas no ambiente acadêmico.

Esse conhecimento, propiciado pelas informações coletadas e trabalhadas, é recolhido e armazenado pela instituição, o que gera a necessidade de gerenciamento do mesmo, o qual pode ocorrer por um sistema de informação. Este processo é justamente possibilitado pelos computadores, os quais deixaram de servir apenas para processar eficientemente dados e automatizar funções repetitivas e se tornaram componentes imprescindíveis para o sucesso das organizações, estando presentes na realidade atual das organizações.

Trata-se da informática que, a partir da rede mundial de computadores, eliminou as fronteiras e encurtou a distância entre os países, regiões e as pessoas, o que permitiu aumento no fluxo e na disseminação de informações, as quais precisam ser gerenciadas, processadas e traduzidas (SILVA FILHO, 2002).

Assim, não é difícil o leitor notar que o tema do qual trata esta pesquisa é a TI, entendida como um sistema informatizado, sustentado por vários computadores interligados com os vários departamentos na organização, de modo a recolher, armazenar e sistematizar todos os dados que dizem respeito às atividades acadêmicas. Tanto que a implementação do sistema de informação tem como finalidade a melhoria do desempenho das tarefas e das necessidades da organização, gerando informações de relevância para a tomada de decisão, com menor custo e com maior qualidade e rapidez.

Acredita-se que a implantação da TI nos estabelecimentos de ensino superior resulte não apenas na melhoria de desempenho da organização, a partir do bom gerenciamento das

informações, mas, contudo, impacta no rendimento dos discentes, na medida em que os expedientes acadêmicos sejam formalizados e cumpridos nos períodos pré-estabelecidos.

A proposta de estudo de tal tema é contribuir com as instituições de ensino de nível superior, no sentido de facilitar seu planejamento e desenvolvimento acadêmico, a partir da estrutura das informações, como efeito da isenção da TI nestas IES.

A contribuição social é que a inserção da TI para gerenciar as informações pode elevar o nível de excelência das universidades, cujo ensino de qualidade possa significar formação de recursos humanos e de futuros profissionais eficientes nas suas atividades de trabalho.

A contribuição tecnológica é que os sistemas computadorizados permitem maior controle das informações. Desta feita, a tecnologia computacional torna-se uma das principais ferramentas para processar o trabalho, em especial nas atividades acadêmicas, pois, ao contrário, a má utilização desta ferramenta pode causar danos incalculáveis para a IES.

Justifica-se que a relevância científica da pesquisa seja fazer com que a instituições de ensino perceba a importância de um planejamento estratégico com a utilização da tecnologia da informação, com intuito de aumentar o nível acadêmico, visando o bem estar dos alunos.

A relevância social da pesquisa é demonstrar que o uso da tecnologia da informação na sociedade está cada vez mais abundante, pois o acesso às informações acadêmicas significa estratégia rápida para fomentar as tomadas de decisões em um contexto de competitividade. Já a relevância pedagógica é verificar como as instituições estão planejando o uso da tecnologia da informação para um melhor acompanhamento da revolução tecnológica aplicada ao setor acadêmico.

A relevância pessoal desta pesquisa tem significado de oportunidade de mudança e de crescimento, pois as transformações e melhorias no ambiente de trabalho, como efeito do uso da TI, podem influenciar de maneira positiva na atividade acadêmica a qual se desenvolve, o que contribui para elevar o desempenho profissional e a relevância acadêmica da pesquisa é apresentar subsídios que demonstrem a importância dos investimentos em tecnologias computacionais por parte das IES para que possa ser trabalhado o sistema de informação a nível estratégico, gerencial e acadêmico. Afinal, as instituições de ensino de nível superior buscam esse diferencial de mercado, o que o leva a repensar a forma como esta organização vem definindo suas metas e planos de ação, bem como as informações vêm sendo gerenciadas e processadas em prol do crescimento acadêmico.

As universidades brasileiras sempre tiveram dificuldades de estruturar suas informações, tanto do ponto de vista do ambiente interno, como do ambiente externo, onde os Gestores planejam as mesmas de forma aleatória, pouca estruturada e sistematizada

(OLIVEIRA, 2004). Esta carência no gerenciamento das informações, principalmente quanto às atividades acadêmicas, se reflete no desempenho da própria universidade e, aliás, não é por acaso que a prática mostra que muitas das IES vêm obtendo resultados abaixo da média recomendada pelos Conselhos de Ensino Superiores. Ou, que é pior: Cursos sendo reprovados pelas instituições de avaliação brasileiras, como o Ministério da Educação e Cultura (MEC) por não alcançar um mínimo de excelência.

Portanto, a ausência das informações estruturadas e sistematizadas, a partir de uma central de gestão, gera problema de desempenho acadêmico e que, certamente, se reflete na qualidade do ensino e, em última instância, se traduz na dificuldade de aprendizagem. Diante deste descompasso, o estudo toma como objeto de investigação o seguinte questionamento: De que maneira a TI pode contribuir na prática do planejamento estratégico nas instituições de ensino de nível superior, a partir da metodologia de sistemas de informação, para o desenvolvimento acadêmico na IES pesquisada?

Teve-se como objetivo geral: avaliar a contribuição do uso da Tecnologia da Informação na prática do planejamento estratégico nas instituições de ensino de nível superior, utilizando a metodologia de sistemas de informação para o desenvolvimento acadêmico, enquanto nos específicos: verificar a utilização da Tecnologia da Informação nas instituições de ensino de nível superior; analisar a utilização do planejamento estratégico nas IES; e Propor condições para aplicabilidade da metodologia de sistema de informação a partir do uso da Tecnologia da Informação no ambiente acadêmico.

Para facilitar a leitura e compreensão do artigo, o conteúdo está distribuída em três partes, onde a primeira Planejamento estratégico no ensino superior neste discutiu-se a melhor forma de como gerir uma IES, no segunda Passos Metodológicos de como foi realizado a construção dessa pesquisa.

A terceira resultados da pesquisa

O planejamento estratégico pode ser utilizado nas IES como forma/meio de gerenciar todos processos acadêmicos, com intuito de processar todos os seus dados de forma assertiva, visando a excelência dos processos.

## **2 PERCURSO METODOLÓGICO**

A metodologia utilizada foi de buscar dados quantitativos da CESUPA – Centro Universitário do Pará que foi permitido e autorizado através do termo de anuência da IES – instituição de ensino superior. Além disso, foi utilizado várias questionários direcionados para

alunos, gestores e professores para o levantamento e análise do dados para fins de estudo e apuração de resultados.

O ponto de partida da construção deste artigo foi os resultados da Dissertação apresentada à Florida Christian University/Universidade do Futuro no Curso de Ciências Educativas e Construção da Cidadania, com finalidade da obtenção do Título de Mestre em Educação, tendo como área de concentração: Educação, desenvolvimento e tecnologia. O rigor científico deste artigo teve o apoio metodológico de Sampieri, Collado e Lúcio (2013, p. 22), cujos pensamentos são de que: “[...] “A pesquisa é a ferramenta para conhecer o que nos rodeia, desde que o pesquisador sintonize o procedimento àquilo que deseja alcançar”.

A pesquisa foi realizada no Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA), localizado na Av. José Malcher. Esta IES disponibiliza cursos em várias áreas do conhecimento, como: Gestão, Administração, Tecnologia da informação, Saúde, etc., os quais funcionam nos turnos da manhã, tarde e noite. Conta com um corpo docente, constituído por Doutores e Mestres, além dos técnicos pedagógicos e tecnológicos, que ministra aulas de Graduação e Pós-Graduação nos Cursos de Ciências Biológicas e Saúde (CBS), Ciências Sociais Aplicadas (CSA) e Ciências Exatas e Tecnológicas (CET). Este estabelecimento conta com 34 professores que lecionam para cerca de 800 alunos.

A opção pelo CESUPA como Unidade de Análise da pesquisa se justifica por ter representatividade, pois conta com 8 estabelecimentos no Estado do Pará, tendo uma participação significativa na produção do saber no ensino superior. A vivência profissional neste ambiente de ensino, por mais de cinco anos, mostra dificuldades no processo de planejamento estratégico, justamente pela precariedade na sistematização das informações geradas. Ou seja, essa IES passa pelo mesmo problema, o qual se investiga nesta pesquisa.

Este estudo, por ter uma amostra singular manifestada na investigação de uma única IES, foi desenvolvido através do Estudo de Caso, uma Pesquisa amplamente utilizada nas Ciências Sociais e pode ser definida como uma: “Investigação exaustiva de “um ou poucos objetos”, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, sendo que tal tarefa é praticamente impossível mediante outras modalidades de pesquisa [...]” (GIL, 2002, p. 54).

A amostra do estudo foi constituída por três tipos de sujeitos: o Gestor do CESUPA; os Professores e os alunos dessa IES, visto que ambos os atores têm relação (in)direta com uso da TIC no ambiente acadêmico.

Rocha é o Gestor e assume responsabilidades nas decisões, tendo grande representatividade na organização, pois o mesmo manipula, opera, organiza e controla as informações pedagógicas e administrativas produzidas na IES. Este agente central conhece as

dificuldades e demandas que interferem na constituição de um sistema de informação eficiente, a partir do uso da TIC. Também é profundo conhecedor das informações produzidas, que entram e que saem da IES pesquisada, as quais são matéria prima da TIC.

O docente como porta-voz desta pesquisa se justifica porque o mesmo depende da TIC para elaborar, programar e realizar suas atividades pedagógicas de forma ágil e seletiva, de modo a gerar conteúdos de qualidades. Mais que disponibilizar o material didático no portal do CESUPA, a TIC permite o desenvolvimento de atividades não presenciais, cuja dinâmica interativa pode acentuar o processo de aprendizagem e com resultados positivos para a IES.

Os discentes participam dessa pesquisa também como usuários da TIC, seja para auxiliar nos estudos, seja para ter acesso às informações extraclasse, como: currículo; matrícula; adquirir material postado; regimento geral do CESUPA; projeto pedagógico institucional; situação legal dos cursos de graduação; resultados das avaliações do MEC; tabela de taxas de serviços administrativos; ou outro tipo de demanda. Enfim, para ao aluno, a TIC significa uma fonte para aprimorar os estudos, além de ser um facilitador de acesso a importantes serviços acadêmicos.

O critério de seleção dos professores e alunos foi que os mesmos fossem do Curso de CET, pois esta área se aproxima ao nosso objeto de estudo da TIC. A escolha dos mesmos se deu de maneira informal, refletindo uma amostra probabilística, visto que “[...] todos os elementos da população têm as mesmas possibilidades de serem escolhidos, refletindo a seleção aleatória dos elementos” (SAMPIERI; CALLADO; LÚCIO, 2013, p. 195). Trabalhamos com uma amostra de 8 professores (50%) e 120 alunos (35%) do Curso de CET.

O instrumental de levantamento e coleta dos dados foi o questionário, o qual pode ser entendido como sendo: “um conjunto de perguntas a respeito de uma variável ou mais que serão mensuradas. Este documento deve ser claro e conciso quanto à formulação do problema e a hipótese de estudo” (SAMPIERI, COLLADO, LÚCIO, 2013, p. 235). Foi estruturado em três blocos de questões, com finalidade de buscar respostas para as perguntas fechadas e abertas construídas, desde que não gerem indagações ambíguas e embaraçosas (SAMPIERI; COLLADO; LÚCIO, 2013). Foi aplicado aos sujeitos da pesquisa nos cinco dias úteis da última semana do mês de outubro de 2016.

Como as análises deste estudo se centram na influência do ‘Sistema de Informação’, propiciada pela TIC, no desempenho do planejamento Estratégico e que, por efeito, influi no desenvolvimento acadêmico, elaboramos os seguintes critérios para mensurar esta variável (Figura 1).

Tabela 1 – Mensuração da variável de análise no planejamento Estratégico

<b>FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS</b>	<b>VARIÁVEL INDEPENDENTE</b>	<b>VARIÁVEL DEPENDENTE</b>
	<b>Sistema de Informação da TI</b>	<b>Planejamento Estratégico</b>
Abaixo de 30%	Não contribui	Baixo desempenho
Entre 30 a 50%	Contribui Pouco	Pouco desempenho
Entre 50 a 80%	Contribui Satisfatoriamente	Desempenho Satisfatório
Acima de 80%	Contribui Muito	Excelente desempenho

Fonte: Elaboração dos Autores do Artigo

Diante destas variáveis, elaboramos a segunda hipótese do estudo: O Sistema de Informação da contribui, de maneira satisfatória, para o desempenho do planejamento Estratégico e no desenvolvimento acadêmico, desde que a TIC encontre condições favoráveis para esta finalidade.

As respostas do Gestor foram transcritas diretamente na redação, de modo a manter a qualidade das opiniões deste interlocutor. Para as respostas dos professores e alunos foram tomadas às recomendações de Barbetta (2005), segundo o qual se deve contabilizar a frequência dessas respostas, de acordo com as ocorrências dos diferentes resultados observados, e, depois, transforma-se os dados em percentuais. Estes foram transformados em gráfico em forma de *Pizza* através da ferramenta *Excel* do computador, cujas análises ocorreram a partir dos maiores indicativos, os quais foram confrontados com as respostas do Gestor, ambas ancoradas nos referenciais teóricos adotados.

### **3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

#### ***3.1 Abrindo Discussão sobre Planejamento Estratégico no Ensino Superior***

As constantes mudanças sofridas no ambiente organizacional obrigam a organização a tomar decisões antecipadamente se quiser cumprir seus objetivos empresariais e para conseguir tomar decisões previamente, é preciso utilizar o planejamento e com estratégia como ferramentas.

Nos dias atuais, a busca pela estratégia vem sendo uma constante pelas organizações no contexto da competição. Na prática a estratégia envolve seleção de objetivos para delimitar e guiar ações de manutenção ou de melhoria de posição a ser alcançada no mercado, a reunião dos recursos disponíveis, a avaliação de contingências ambientais



(internos e externos), tais como interesses de determinados grupos, inovações tecnológicas, medidas governamentais, entre outros elementos (PEREIRA, 2009).

Pelo exposto, então, é racional dizer que a opção por uma dessas linhas vai depender dos objetivos do planejamento estratégico elaborado pelo gestor da organização. No entanto, uma situação é certa: a TI, a partir de uma consistente metodologia do sistema de informação, pode muito bem contribuir para alcançar um destes objetivos para o desenvolvimento acadêmico.

Nas palavras de Pereira (2009, p. 7-8):

O planejamento estratégico está relacionado com os objetivos de longo prazo e às ações que serão realizadas para alcançá-los que afetam a organização como um todo. Representa, contudo, um processo gerencial que possibilita ao executivo estabelecer o rumo a ser seguido, sendo uma responsabilidade dos níveis mais altos da organização, configurando-se no líder da condução do processo estratégico da empresa.

No próprio contexto do PE há várias escolas de pensamento para definir esta ação na organização, no entanto interessa a este estudo a Escola Empreendedora, “[...] cuja elaboração da estratégia leva em conta no processo a perspectiva visionária, fundado em um mentor líder da organização, onde o crescimento é dado através de metas, e não na formulação de planos, como ocorre nos planejamentos estratégicos tradicionais” (BAGGIO; LAMPERT, 2010, p. 13).

Portanto, o PE que interessa a este estudo é àquele que tem como estratégia um processo visionário, com vista alcançar determinadas metas na organização e, neste aspecto, “o planejamento busca um futuro desejado e, para tal, escolhe-se meios eficientes para alcançá-lo” (BAGGIO; LAMPERT, 2010, p. 13).

O planejamento pode ser resumido também nas ações de dirigir, organizar, coordenar e controlar. Dirigir significa determinar alguém para articular e liderar o grupo para fazer o planejamento seguir. Organizar, dizendo quais são os recursos que serão necessários para alcançar os objetivos. Coordenar refere-se a articular os recursos, determinar quais ações deverá ser feito sobre os recursos, enquanto que controlar significa paradas para verificar se tudo está ocorrendo como planejado ou se algo fugiu do foco.

Para Oliveira (2005), o planejamento de uma organização pode ser feito segundo três níveis organizacionais muito interligados:

- a) Planejamento Operacional: Está voltado para o dia-a-dia da empresa, ele formaliza as metodologias de desenvolvimento e implantação das atividades básicas da empresa. É um conjunto de partes homogêneas do planejamento tácito;

- b) Planejamento Tácito: É a busca por melhores resultados de certo ramo da empresa, e não dela como todo, sendo assim, trabalha com a decomposição dos objetivos e das políticas do planejamento estratégico;
- c) Planejamento Estratégico, entendido como “[...] um processo dinâmico e interativo para determinação de objetivos, políticas e estratégias das funções organizacionais e dos procedimentos de uma organização provada ou pública” (REZENDE, 2010, p. 52).

Acrescenta ainda este mesmo autor que planejar de forma estratégica pode ser compreendido como sendo um planejamento global, no qual a empresa define como distribuir seus recursos para alcançar seus objetivos. Ou seja, planejar de forma estratégica significa definir quais ações devem ser tomadas, para que as organizações enfrentem os problemas e desfrutem as oportunidades que o seu ambiente oferece:

O planejamento estratégico é de responsabilidade dos níveis mais altos da empresa e diz respeito tanto à formação dos objetivos quanto à seleção dos cursos de ação a serem seguidos para sua consecução, levando em conta as condições externas e internas à empresa e na evolução esperada (OLIVEIRA, 2005, p.48).

No mercado globalizado, agir inteligentemente tornou-se uma grande vantagem competitiva, sendo a aplicação do planejamento estratégico favorece positivamente a realização das ações implantadas pelos gestores, tendo em vista que o propósito do planejamento é o:

Desenvolvimento de processos, técnicas e atitudes administrativas as quais proporcionam uma situação viável de avaliar as implicações futuras de decisões presentes em função dos objetivos empresariais que facilitarão a tomada de decisão no futuro, de modo mais rápido, coerente e eficaz (OLIVEIRA, 2005, p.36).

Conforme ainda esse autor, para poder gerar essas informações da forma correta, os Gestores devem observar que o planejamento diz respeito a: “[...] implicações futuras de decisões presentes [...]” (OLIVEIRA, 2005, p. 39). O PE, pois, é composto por ações relacionadas e dependentes, que visam ao objetivo máximo da empresa, tendo em vista que os outros objetivos serão alcançados na medida em que o máximo é a junção de todos eles, assim, o planejamento procura maximizar resultados e diminuir deficiências, além de tornar a empresa efetiva no mercado.

O PE tem um prazo longo de execução, já que abrange um conjunto de planejamentos táticos. Este instrumental de Gestão deve considerar a empresa como uma toda, visando às atividades de meio e fim da organização. Entretanto, isoladamente, este

planejamento não é auto-suficiente, pois o mesmo precisa do planejamento tácito e do planejamento operacional para promover ações imediatas ou em curto prazo para, depois, poder viabilizar o PE propriamente dito (OLIVEIRA, 2005).

Certamente que o PE, tendo como âncora a TI, propícia a IES se tornar mais ágil no seu processo administrativo e de gestão, cujo maior dinamismo contribui para a organização alcançar as metas projetadas. Acredita-se que a finalidade deste processo seja a estratégia adotada pelo gestor da organização, no sentido de remediar problemas que impedem a organização alcançar determinado objetivo de mercado ou que afete o seu sucesso no ramo em que atua.

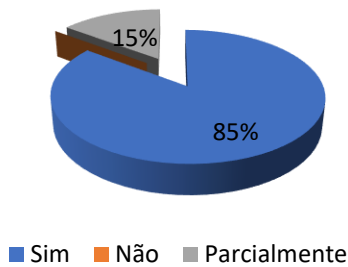
#### 4 ANÁLISE E RESULTADOS

Neste bloco avaliamos a contribuição do uso da TIC na prática do planejamento estratégico no CESUPA, a partir das condições do sistema de informação gerado por esta tecnologia.

##### 4.1 A Utilização da TI na Organização

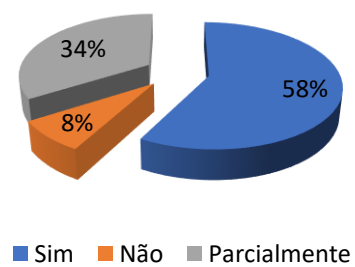
- Os departamentos são constituídos por computadores como ferramenta de trabalho?

Figura 1 – Resp. Professores



Fonte: Pesquisa no CESUPA (2016)

Figura 2 – Resp. Alunos



Fonte: Pesquisa no CESUPA (2016)

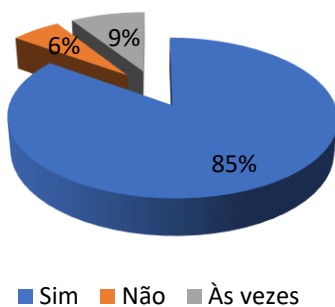
Segundo os sujeitos da pesquisa, os departamentos da IES pesquisada são constituídos por computadores como ferramenta de trabalho, visto que a maioria dos professores (85%) e dos alunos (58%) respondeu positivamente para esta questão.

De fato, o Gestor corrobora esta posição dos sujeitos pesquisados, afirmando que “a maioria dos departamentos da organização são constituídos por computadores como ferramenta de trabalho” (ROCHA, 20016).

#### **4.2. Forma de Planejamento Adotado na Organização**

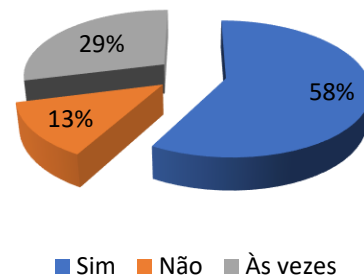
- As atividades acadêmicas são desenvolvidas a partir de metas pré-estabelecidas pela organização?

Figura 3 – Resp. Professores



Fonte: Pesquisa no CESUPA (2016)

Figura 4 – Resp. Alunos



Fonte: Pesquisa no CESUPA (2016)

Parte significativa de Professores (85%) e de alunos (58%) concorda de que as atividades acadêmicas sejam desenvolvidas a partir de metas pré-estabelecidas pela IES pesquisada.

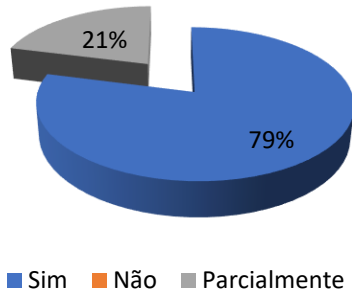
Neste quesito, o gestor concordar com os entrevistados, pois acredita que “as atividades acadêmicas sejam desenvolvidas a partir de metas pré-estabelecidas pela organização” (ROCHA, 2016).

Na percepção do gestor, “o planejamento é sim um processo democrático na Organização, já que a maioria dos colaboradores participa do mesmo” (ROCHA, 2016). Portanto, professores e Gestor corroboram que o planejamento na Organização é Democrático.

#### **4.3. O Sistema de Informação**

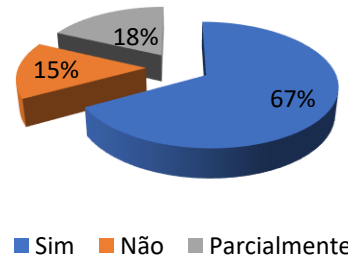
- As informações das atividades acadêmicas são recolhidas, recuperadas, selecionadas e armazenadas, a partir de um agente central, ou seja, há uma Gestão?

Figura 5 – Resp. Professores



Fonte: Pesquisa no CESUPA (2016)

Figura 6 – Resp. Alunos



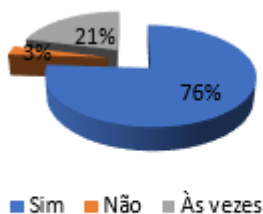
Fonte: Pesquisa no CESUPA (2016)

79% dos professores disseram que as informações das atividades acadêmicas são recolhidas, recuperadas, selecionadas e armazenadas, a partir de um agente central, ou seja, para estes entrevistados há uma Gestão dos dados gerados a partir das informações das atividades acadêmicas. Os alunos (67%) também concordam com este indicativo.

De fato, o gestor confirma que as “as informações das atividades acadêmicas são recolhidas, recuperadas, selecionadas e armazenadas, a partir de uma central, enfim, a organização possui uma Gestão para os dados gerados das informações” (ROCHA, 2016).

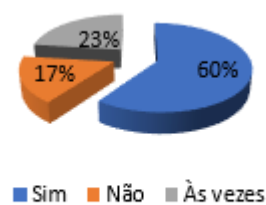
- As informações das atividades acadêmicas são processadas e refinadas em forma de conjunto, visando maior dinamização do processo na organização?

Figura 7 – Resp. Professores



Fonte: Pesquisa no CESUPA (2016)

Figura 8 – Resp. Alunos



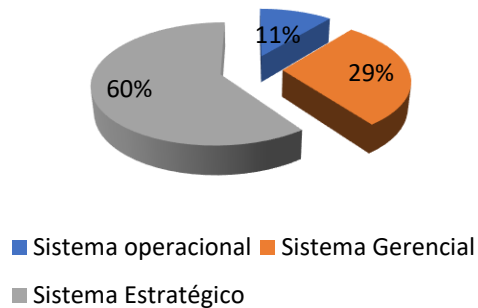
Fonte: Pesquisa no CESUPA (2016)

Os professores (76%) responderam positivamente de que as informações das atividades acadêmicas são processadas e refinadas em forma de conjunto, visando maior dinamização do processo na organização, como também a maioria dos alunos (60%) concorda com esta posição docente.

Inclusive, o gestor também comunga da mesma percepção dos professores e alunos de que “as informações das atividades acadêmicas são processadas e refinadas em forma de conjunto, visando maior dinamização do processo na organização” (ROCHA, 2016).

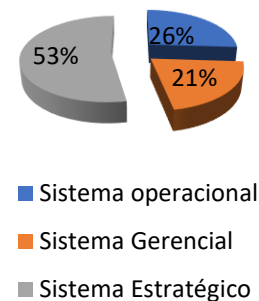
- Qual dos sistemas de informação a organização adotada nas suas estratégias?

Figura 9 – Resp. Professores



Fonte: Pesquisa no CESUPA (2016)

Figura 10 – Resp. Alunos



Fonte: Pesquisa no CESUPA (2016)

A maioria dos professores (53%) e dos alunos (60%) concorda de que a organização adotada o sistema de informação estratégico para alcançar suas metas.

O gestor acompanha também as respostas destes entrevistados de que “a organização adotada nas suas estratégias de crescimento o sistema de informação Estratégico” (ROCHA, 2016).

Tanto para professores (82%), como para alunos (58%) o Sistema de Informação da TIC contribui para o desempenho do planejamento Estratégico da Organização. Segundo o gestor, “o Sistema de Informação contribui de maneira significativa para o desempenho do planejamento Estratégico, como fonte para alcançar as metas pré-estabelecidas” (ROCHA, 2016).

## 5 CONSIDERAÇÕES

O presente trabalho dissertativo avaliou a contribuição do uso da TI na prática do planejamento estratégico nas instituições de ensino de nível superior, particularmente no CESUPA, utilizando a metodologia de sistemas de informação para o desenvolvimento

acadêmico. O fundo deste objetivo foi avaliar o uso da TI como suporte às metodologias de sistema de informação na organização investigada.

Os resultados mostraram que a organização pesquisada adota o Sistema de Informação Estratégica, a partir das atividades acadêmicas, as quais são recolhidas, recuperadas, selecionadas e armazenadas pelo Gestor, que organiza e seleciona os dados gerados, tornando-se fonte de suporte à alta gerência na tomada de decisão para cumprir metas pré-estabelecidas para o desenvolvimento acadêmico. O SI da TI se confunde com própria Metodologia do Sistema de Informação, cujo processo abrange a entrada das informações, processamento, gestão e disseminação do conhecimento gerado, visando informações fidedignas para subsidiar às tomadas de decisões importantes pela organização.

Conclui-se esta pesquisa dissertativa com a seguinte afirmativa: a TI representa suporte significativo da metodologia do sistema de informação, disseminando conhecimento e informações fidedignas para subsidiar às tomadas de decisões na organização e, por isto, contribui para alcançar metas e o desenvolvimento acadêmico.

## **REFERÊNCIAS**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informações e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, ABNT 2011 (Documento).

BAGGIO, Adelar Francisco; LAMPERT, Amauri Luis. **Planejamento organizacional**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010 - Coleção educação à distância. Série livro-texto (Livro).

BARBETTA, P. A. Estatística Aplicada às Ciências Sociais. 5. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005 (Livro).

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologias e Práticas**. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2005 (Livro).

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Sistemas, Organização e Métodos: Uma abordagem gerencial**. São Paulo: Atlas, 2004 (Livro).

PEREIRA, Marco Antonio. **Gestão Estratégica**. Rio grande do Sul: Centro Voluntário de Cruzeiro, 2009 (Apostila - Curso de Gestão Voluntária).

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento de Sistemas de Informação e Informática: Guia Prático Para Planejar a Tecnologia da Informação Integrada ao Planejamento Estratégico das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2010 (Manual).

ROCHA, Johnny. **Gestor da TI do CESUPA**: Entrevista concedida a Jefferson Sena. Belém: UNIP, 2016 (Fonte de Pesquisa).

SAMPIERI, Roberto Hernández; Colado, Carlos Fernández; e Lucio, Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Mc-Graw-Hill, 2006 (Livro).

SANTOS, Antônio Silveira Ribeiro dos. **As empresas e a era da informação**. Disponível em: <<http://www.ultimaarcadenoe.com/artigo16.htm>>. Acesso em: 19 mar. 2015 (Material avulso).

SILVA FILHO, Antonio Mendes da. **A Era da Informação**. Disponível em:<[http://www.espacoacademico.com.br/002/02col\\_mendes.htm](http://www.espacoacademico.com.br/002/02col_mendes.htm)>. Acesso em: 19 mar. 2016 (Material avulso).

ZACARIOTTO, Willian Antonio; RIBEIRO, Joaquim. **Tecnologia da informação e comunicação em educação**. São Paulo: UNIP, 2012 (Livro).



## **ACOLHIMENTO COMO ESTRATÉGIA DE CUIDADO NA SAÚDE MENTAL**

**Larissa Alves Souza, Thatiele Pereira dos Santos e Carolina Schumacher**

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho foi discutir a importância do acolhimento nos serviços de saúde mental como dispositivo de escuta. Para tanto, fez-se uma pesquisa de cunho qualitativo utilizando um estudo exploratório fazendo o uso da revisão bibliográfica como método. Os serviços de saúde mental devem buscar refletir sobre a importância de espaços adequados com ambientes acolhedores e promotores de cuidado de maneira que isso se reflita em suas práticas na rotina de trabalho. Para que isso aconteça, é preciso que se resista ao funcionamento institucionalizante dos serviços, os quais muitas vezes reproduzem a lógica manicomial em suas práticas que se dá por encontros que de algum modo tentam interditar o sujeito, seu modo de pensar e de agir, vendo-o como um estrangeiro gerador de sensações insuportáveis ao outro, o que impossibilita o estabelecimento de relações nesses serviços e, depois, na vida em sociedade. Assim, é imprescindível esse espaço potencial de escuta das especificidades dos sujeitos que chegam aos serviços, escuta essa que possibilita um acolhimento mais humanizado que abre caminhos para a construção do tratamento junto aos usuários, aumentando a adesão ao plano terapêutico, ao processo de mudança em relação aos seus sintomas e, por consequência, as suas crises.

**Palavras-chave:** Saúde mental, Acolhimento, Escuta.

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo busca promover a reflexão sobre a importância do acolhimento como um dispositivo de escuta em saúde mental. Em virtude disso, sua relevância se dá pelo fato de que chegar ao serviço de saúde mental possa ser um momento propício para que o sujeito busque arquitetar possibilidades sobre o seu viver apesar dos sintomas e/ou da crise. Isso contribui para que o mesmo possa ter um lugar seguro para interrogar-se e formular suas próprias questões diante da crise que vivencia.

O presente trabalho evidencia o valor inestimável do acolhimento como uma escuta que atenta o reconhecimento do sofrimento do sujeito, com o intuito que ocorra um “situar-se” nisso que lhe traz ao serviço de saúde para que suas experiências possam ser ressignificadas e elaboradas de uma outra forma, com um outro olhar, possibilitando a saída dessa posição passiva que as lógicas institucionalizantes de atendimento o colocam.

## **METODOLOGIA**

Neste trabalho, foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo e utilizado um estudo exploratório que, conforme Gil (2009), visa aprimorar, compreender e aprofundar ideias, fazendo o uso da revisão bibliográfica como método. O objetivo da pesquisa exploratória é oportunizar mais informações sobre o tema a ser investigado, através de um planejamento flexível, geralmente, envolvendo levantamento bibliográfico (PROVDANOV; FREITAS, 2013). Esse levantamento bibliográfico é realizado através de materiais já existentes os quais compreendem artigos científicos, livros, teses e dissertações (GIL, 2009).

Durante o artigo, buscou-se discutir a relevância do acolhimento em serviços de saúde, refletindo sobre a importância da escuta em serviços de saúde mental e abordando a potência do acolhimento humanizado em situações de crise com os usuários dos serviços.

## **DESENVOLVIMENTO**

## **O enfrentamento das lógicas institucionalizantes**

A lógica manicomial se dá através do controle e da contenção, o que infelizmente, ainda hoje, está muito presente nas instituições de serviços de saúde mental, já que a sociedade se encontra farta de uma racionalidade carcerária, o que caracteriza os manicômios mentais, no qual confinamos a desrazão (PELBART, 1990).

É necessário abolir e buscar abandonar as concepções clássicas de “doença mental” e de “internação manicomial” para que se abra espaço para refletir sobre práticas alternativas e de modos diferenciados de Atenção e de atuação com o usuário que vem com seu sofrimento procurando ajuda (ZAGO, A; RAMOS, C; OKI, N, 2001).

É importante lembrar que a lógica manicomial não diz apenas de um estado de confinamento de pacientes psiquiátricos em manicômios, mas para muito além disso, diz de um conjunto de posturas, olhares ao encarar o usuário dos serviços públicos ou privados de saúde mental, e que caracterizam relações institucionais, entre os profissionais e interpessoais. Isso se dá em função de um sistema que tem como reprodução a objetivação do sujeito, cuja identidade passa a ser construída com base na sua categorização como doente mental (OLIVEIRA, 2009).

Quando se fala sobre saúde mental, é preciso ter em mente que o atendimento do usuário não depende somente do diagnóstico que pela via medicamentosa normalmente se coloca como a primeira forma de contenção de um determinado sintoma, mas também e principalmente de um acolhimento que proporcione, minimamente, a inclusão desse usuário em sua dimensão subjetiva, isto é, apropriar-se de seus sintomas e, assim, construindo sua singularidade a partir de suas vivências (BICHARA, 2007).

Desinstitucionalizar implica superar a condição de dependência, ou seja, implica “libertar-se” de uma dependência subjetiva da instituição, fazendo com que o sujeito saia da posição de objeto e se torne mais atuante em seu tratamento, inclusive participante em seu plano terapêutico, já que é o que diz de seu processo de recuperação e retorno as suas redes de apoio (BICHARA, 2007).

Dessa maneira, desinstitucionalização pode ser confundida com desospitalização, mas desinstitucionalizar é muito mais que desospitalizar, uma vez que a institucionalização não diz respeito apenas a pessoas confinadas em hospitais ou outras

instituições. Trata-se de um fenômeno que atinge potencialmente a todos os indivíduos na sociedade, cujos comportamentos, atitudes e crenças, bem como os paradigmas que regem suas ações sociais, são mediados por configurações acordadas para fins de manutenção de um certo estatuto social e cultural. Logo, desinstitucionalizar é alterar esses padrões e procurar novos modos de ser, reinventar novas formas de viver e, no âmbito do cuidado com a saúde mental, criar novas abordagens, praticar novos olhares, inventar os movimentos para influir de forma positiva na determinação social do processo saúde-doença (OLIVEIRA, 2009).

A instituição existe para acolhê-lo, abrigá-lo, assisti-lo, isto é, orientá-lo e localizá-lo em seu sofrimento assim como em seu tratamento. Assim, esse movimento necessário vai ao contrário de sua exclusão, a qual se dá pelo “discurso da ciência” que inúmeras vezes se baseia em movimentos estereotipados de cuidado, ou seja, esse movimento busca ancorar o sujeito a se colocar como atuante em sua própria mudança, saindo dessa posição passiva que normalmente os serviços o colocam (BICHARA, 2007).

Nesta perspectiva, segundo Bichara (2007), as instituições de saúde mental devem ir além de produzir tamponamento e a estabilização do seu quadro, isto é, devem promover situações em que o sujeito se coloque a falar e/ou expressar a seu modo o que experiência no corpo e se reconhecer no momento do seu sofrimento. Com isso, se faz relevante perceber que, desde a reforma psiquiátrica, vem se produzindo importantes avanços na construção de novas formas de atenção e cuidados em saúde mental.

A flexibilidade e a ampliação dos diferentes modos de reflexão têm de ser constantes nos serviços de saúde mental, abrindo espaços para a discussão sobre o modo de estar e de fazer dos profissionais dentro das instituições, sendo um fato importante que coloca em pauta para questionamentos o saber já instituído sobre o acolhimento (BICHARA, 2007).

Portanto, deve haver uma busca por desmistificar a loucura nos espaços gerais da saúde, proporcionando uma compreensão e aceitação do diferente, do (in)familiar que habita a todos, das necessidades básicas do ser humano que são possíveis de serem identificadas em um referencial de convivência e rotinas da vida em sociedade, ou seja, para além dos espaços dos serviços especializados (ZAGO, A; RAMOS, C; OKI, N, 2001).

Sabe-se que um dos motivos que mais sustentam a lógica manicomial é o medo do desconhecido e de se colocar em risco diante desse “estranho” que encobre a questão da loucura, de abrir-se para acolher os atravessamentos que se colocam ao deparar-se com o encontro com o outro e o que isso denuncia em cada um, no entanto, é justamente esse risco inerente ao trabalho na saúde mental que leva à necessidade e à possibilidade de transgressão para tornar possível a produção de saúde dos usuários (ANDRADE, 2007).

Desse modo, romper com o manicômio é romper com os estigmas socialmente construídos, com os rótulos produzidos no que se refere aos usuários do sistema de saúde mental, no cotidiano. É possível observar as recorrentes práticas desassociadas, descomprometidas da proposta de desinstitucionalização como desconstrução, pois os profissionais entendem quais são tais práticas, estudam os autores da reforma psiquiátrica, no entanto, não articulam esse saber na sua prática, evidenciando que há uma distância entre o que se lê e o que vai para o ato (DUMMER, 2010).

Baremlitt (2002) evidencia o manicômio mental diz de práticas que vivem em nós e que legitimam o “estatuto de incapaz”, como realizadas por profissionais que se tornam detentores do saber que pode “curar”, os quais acreditam saber o que é melhor para o usuário, excluindo a potência de o usuário ser o agente de seu processo único. Diante disso, negam-se as potências dos usuários, negam-se a experiência do próprio sofrimento, a vivência da crise, como se a crise não fosse um momento possível para advir a potência. No entanto, tais estados de crise são considerados ricos no sentido do que é fecundo, pois envolvem a falência do instituído, organizado, do que está cristalizado enquanto funcionamento e a emergência do instituinte-organizante no seio da desordem criadora, do que pode vir a ser potência.

Portanto, esse risco que muitas vezes é erroneamente evitado, pode se tornar potencialidade por abrir espaço para poder vir a ser um ato de criatividade essencial nesse processo e, de forma alguma, dominado para um agir, produzir, realizar e/ou inventar, pois trata-se de um ato que busca a transgressão, isto é, a criação de modo livre e espontâneo (ANDRADE, 2007).

### **Capturar e ser capturado no Acolhimento**

O acolhimento está presente em todos os níveis de atuação nos espaços de saúde mental, sendo que os envolvidos no serviço participam de uma escuta na resolução do

problema do sujeito. Tal constatação leva a reflexão de que a escuta no acolhimento não esteja limitada ao ato de receber (BICHARA, 2007).

Neste sentido, o que se deseja ressaltar é o valor da escuta no acolhimento, que pode vir a ser uma potente ferramenta, a qual deseja capturar o sujeito desesperançado. E, isso, deve-se dar de forma responsável de modo a estreitar a relação do usuário com o serviço, fazendo-se referência. O processo de acolher denota sentidos múltiplos, e a intervenção exige uma sensibilidade aguçada capaz de se entranhar na vida do outro, quer dizer, a escuta sensível se faz imprescindível nesse momento em que é preciso acolher a voz que chega (BICHARA, 2007).

No atendimento em serviços de saúde mental, o acolhimento do psicólogo parte de uma atitude em receber, escutar e tratar de maneira humanizada o usuário e suas demandas. Sabe-se que esse primeiro momento de escuta que é o acolhimento, possibilita o início da construção de vínculos com o usuário e seus familiares, o que é extremamente importante nesse encontro inicial (SCHEIBEL, A; FERREIRA, L. H, 2011).

Assim, o ato de acolher nos serviços de saúde, que tem por objetivo tratar os sujeitos em sofrimento psíquico, possibilita o resgate da história do sujeito, produz subjetivação e será um dispositivo que vai de algum modo facilitar o atendimento nas escutas posteriores (SCHEIBEL, A; FERREIRA, L. H, 2011). Dessa maneira, esse momento/espço do acolhimento pode ser potente no sentido de produzir um efeito terapêutico em sujeitos que se encontram em crise.

O acolhimento dos sujeitos deve ser realizado, deixando de lado o saber do profissional, isto é, qualquer construção de saber a priori fica em suspenso para ser possível operar como aprendiz da clínica, aberto para as (im)possibilidades de escuta, atento a tudo o que vier do discurso daquele que fala de maneira a compreender sobre posições que ocupa, direções que a crise leva e sobre os meios que tem encontrado para lidar até chegar no serviço de saúde mental (ZENONI, 2000).

A crise é um momento especial e com diversos significados latentes, podendo ser vivenciada tanto como uma catástrofe como um momento aberto a oportunidades como a de vir a emergir o sujeito (RAMOS, C; GUIMARÃES, C; et. al; 2007). Nesse momento, o sujeito fala através da crise, o que deve ser percebido com muita atenção e escuta, pois nela o usuário sente-se desorientado, sem referências e ameaçado, o que demanda um acolhimento humanizado do profissional de Psicologia para que esse sujeito se sinta

minimamente amparado diante de todas essas sensações corporais e angústias presentes na crise (RAMOS, C; GUIMARÃES, C; et. al; 2007). A seguir podemos compreender melhor ao que se refere o acolhimento nesse momento da crise:

O processo de acolhimento é voltado principalmente para a retomada do contexto de vida, dos vínculos sociais e familiares que, muitas vezes, são estremecidos em uma situação aguda de crise, sem dúvida. Dentro de seu tempo e com ajuda da equipe, do apoio familiar, trabalhamos para que o indivíduo consiga retomar e reorganizar suas relações (RAMOS, C; GUIMARÃES, C; et. al; 2007).

Por fim e não menos importante, quando se fala em acolhimento das pessoas que procuram ajuda nos serviços de saúde mental também se deve refletir sobre o “acolher” dos seus familiares de modo a situá-los sobre o sofrimento do sujeito assim como proporcionar a inclusão da família no tratamento, o que poderá diminuir, ao menos parcialmente, as angústias referentes aos momentos de crise do usuário assim como contribuir para o plano terapêutico e inseri-los enquanto parte desse processo de tratamento, isto é, valorizar a implicação dos mesmos no amparo do paciente para além daquele momento da crise (ZAGO, A; RAMOS, C; OKI, N, 2001).

Com isso, se faz de extrema importância o encontro autopoietico para o pensar e o agir no acolhimento, já que se refere à quando ocorrem movimentos micropolíticos, agrupamentos de duas e/ou mais vidas em mútuas produções. Esse uso do autopoietico surgiu a partir da biologia, pois expressa que o movimentar-se de um ser vivo é caminhar para produzir vida, criar um sentido de viver, caso contrário, morre (MERHY, 2007).

Desse modo, a autopoiese é um movimento da vida produzindo vida, o que proporciona ressignificar as cenas, as quais deslocaram os seus sentidos, assim, o mesmo lugar que era tomado pela interdição, pode ser também espaço de encontro autopoietico (MERHY, 2007).

Existe micropolíticas inscritas umas contidas nas outras e essas, por diversas questões, geram sensações, por exemplo, a de angústia de morte, a qual pode tomar conta do ser do sujeito, porém, essas mesmas micropolíticas podem possibilitar produção de vida no encontro dessas experiências. Neste sentido, pensando os lugares onde alguém cuida e um outro é cuidado, como em serviços de saúde mental, é preciso pensar em instrumentos que contribuam na construção do ato de cuidado (MERHY, 2007).

Nesse processo, o usuário se coloca como alguém que precisa e busca uma intervenção específica de modo a visar alguma recuperação e/ou produzir posições alguma autonomia no que se refere ao modo como encara a sua vida, sendo assim, uma aposta em relação a esse objeto carente de saúde que é a sua própria vida, mas que também se situa como potência para gerar mais vida (MERRY, 2007).

Assim, é essencial que haja essa construção de redes de apoio para os usuários dos serviços de modo a proporcionar diversos meios de lidar com seus momentos de crises, assim como na própria construção de autonomia em suas vivências, o que deve ser sempre parte da missão nos serviços de saúde mental, sempre indo contra a lógica manicomial que os coloca em um lugar de desrazão e perigo, tirando a possibilidade de escuta e acolhimento necessários a esses sujeitos. (MERRY, 2007).

## **CONCLUSÃO**

Os serviços de saúde mental devem buscar refletir sobre a importância de espaços adequados com ambientes acolhedores e promotores de cuidado de maneira que isso se reflita em suas práticas na rotina de trabalho.

E, para que isso aconteça, é preciso que se resista a esse funcionamento institucionalizante dos serviços de saúde em geral, os quais muitas vezes reproduzem a lógica manicomial em suas práticas, ou seja, lógica que se dá por encontros que de algum modo tentam interditar o sujeito, seu modo de pensar e de agir, vendo-o assim, como um estrangeiro gerador de sensações insuportáveis ao outro, o que impossibilita estabelecimento de relações nesses serviços e, depois, na vida em sociedade.

Assim, em saúde mental, o movimento antimanicomial nos ensina que não somos um lugar para tamponar a falta do outro, mas sim um lugar necessário que pretende explorar as contradições e conflitos advindos no momento da crise, auxiliando no protagonismo desses sujeitos assim como na ajuda para discernir o que é externo deles, ou seja, o que é da dinâmica, comunicação no serviço e não sobre ele.

Desse modo, os usuários se beneficiam muito com a estabilidade e a confiança fornecidas pelo holding, que é um ambiente suficientemente bom que não lhes foi oferecido no decorrer de suas vidas e que será essencial nesse momento. Isso evidencia o quanto é imprescindível esse espaço potencial de escuta das especificidades dos sujeitos



que chegam aos serviços, escuta essa que possibilita um acolhimento mais humanizado e que abre caminhos para a construção do tratamento junto dos usuários, aumentando a adesão ao plano terapêutico, tornando-os participantes no que se refere aos modos de cuidado e ao próprio processo de mudança em relação aos seus sintomas e, por consequência, as suas crises.

Portanto, essa discussão sobre o fazer e acolher em serviços de saúde mental abre caminhos para mudanças na prática do cuidado, da escuta e do acolhimento dos sujeitos, suas demandas e inclusive de seus familiares, em toda a sua complexidade e especificidade, pensando seu lugar no serviço, na família e na sociedade.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANDRADE, Jorge. Risco como potencialidade no trabalho e Saúde mental. A Reforma psiquiátrica no cotidiano II. In. Emerson E. Merhy & Heloisa Amaral (Orgs.). São Paulo, 2007.

BAREMBLITT, Gregorio. Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática (5.<sup>a</sup> ed.). Belo Horizonte: Instituto Felix Guattari, 2002.

BICHARA, Patricia. In. A reforma psiquiátrica no cotidiano II. Emerson E. Merhy & Heloisa Amaral (Org.). Psicanálise e Saúde Mental. São Paulo, 2007.

DUMMER, Carim. Práticas profissionais na saúde mental, lógica manicomial e processos de resistência: uma cartografia do caps escola de Pelotas. Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, 2010. Acesso em: [https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wp-content/uploads/sites/5/2018/03/CARIM.DUMMER\\_Pr%C3%A1ticas-Profissionais-na-Sa%C3%BAde-Mental-%E2%80%93-L%C3%B3gica-Manicomial-e-Processos-de-Resist%C3%Aancia-%E2%80%93-Uma-cartografia-do-CAPS-Escola-de-Pelotas.pdf](https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wp-content/uploads/sites/5/2018/03/CARIM.DUMMER_Pr%C3%A1ticas-Profissionais-na-Sa%C3%BAde-Mental-%E2%80%93-L%C3%B3gica-Manicomial-e-Processos-de-Resist%C3%Aancia-%E2%80%93-Uma-cartografia-do-CAPS-Escola-de-Pelotas.pdf)

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4<sup>a</sup> ed. São Paulo, Atlas S.A., 2009.

MERHY, Emerson. Cuidado com o cuidado em saúde: Saber explorar seus paradoxos para um agir manicomial. A reforma psiquiátrica no cotidiano II. In. Emerson E. Merhy & Heloisa Amaral (Orgs.). São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Walter. *Ética em conflito: reforma psiquiátrica e lógica manicomial*. Florianópolis, 2009.

PERBALT, Peter. *Da clausura do fora ao fora da clausura: Loucura e desrazão*. São Paulo, 1990.

PRODANOV, Cleber; FREITAS, Ernani. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. V.2. Novo Hamburgo, 2013.

RAMOS, Cassia Cristina; GUIMARÃES, C; et. al. In. *A reforma psiquiátrica no cotidiano II*. Emerson E. Merhy & Heloisa Amaral (Orgs.). *Ser ou não ser NAC, sendo NAC “Núcleo de atenção a um cuidado antimanicomial bem protegido”*. Somos, então, um CAPS IV? Eis a questão. São Paulo, 2007.

SCHEIBEL, Aline; FERREIRA, Lígia. *Acolhimento no CAPS: Reflexões acerca da assistência em saúde mental*. *Revista Baiana de Saúde Pública*, v.35, n.4, p.966-983, out./dez. 2011.

ZAGO, Ana Paula; RAMOS, Cassia Cristina; OKI, Nobusou. In. *A reforma psiquiátrica no cotidiano*. Angelina Harari & Willians Valentini (Orgs.). *Unidade de Atenção à crise: Repensando a prática da internação em Saúde mental*. São Paulo, 2001.

ZENONI, Alfredo. *Psicanálise e Instituição: a segunda clínica de Lacan*. *Abreampos – Revista de Saúde Mental do Instituto Raul Soares*, Belo Horizonte, v. 1, n. 0, jun. 2000.

**Capítulo 18 - DOI:10.55232/10830012.18**

## **AS COTAS TÊM GARANTIDO O DIREITO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ATUAL CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO BRASILEIRO?**

**Flavio Luiz Pretto**

**RESUMO:** O artigo aborda a Lei de Cotas (Lei 12.711/2012), cujo advento, no contexto universitário brasileiro, possibilitou o acesso e permanência de alunos oriundos das minorias do país no Ensino Superior. Objetiva-se verificar as razões segundo as quais, mesmo que o direito à educação seja garantido desde 1988 pela Constituição Federal Brasileira, essa prerrogativa não era respeitada até a publicação da referida Lei 12.711/12. Por meio de uma breve revisão bibliográfica, trazem-se à tona questões e conflitos que se estabeleceram fortemente e que ainda perduram nos dias atuais, tanto no âmbito universitário como no contexto social e político brasileiro, nos quais uma ideologia fundada sobre o racismo e o preconceito se mostra ainda presente. Somado a essas questões, a pandemia de Covid-19 causou um déficit nas políticas educacionais, por meio de um desgoverno dos órgãos do poder público, que apresentaram soluções paliativas para o prosseguimento das aulas em todo o sistema educacional brasileiro. Conclui-se que a promoção das cotas propiciou uma considerável penetração, das classes vítimas de preconceito e descaso dos poderes públicos ao longo da história, no âmbito universitário, contudo é preciso sustentar meios de avaliação, de modo a asseverar ao grupo interessado não apenas o ingresso num curso superior, mas também a permanência e a sua conclusão.

**Palavras-chave:** Lei das Cotas. Constituição Federal. Racismo. Pandemia.

## **INTRODUÇÃO**

O direito à educação superior para todos(as) os(as) brasileiro(a)s ainda é um tema discutível e de não aceitação por muitas pessoas. Pois, ainda somos uma sociedade racista fundada na condição étnica, de classe, gênero e origem social, em que a branquitude e o racismo configuram-se como fatores que têm atuado historicamente na hierarquização social e, também, educacional do país.

Nesse sentido, o sistema educacional brasileiro sempre foi regido por lógicas dominantes que, até o momento, têm na educação um instrumento necessário ao desenvolvimento, quase que exclusivamente, do parque industrial brasileiro. Portanto, a educação vem sendo direcionada, na maioria das vezes, para a formação de mão de obra qualificada para suprir as necessidades laborais da indústria brasileira. Também é muito comum o nosso parque industrial usar mão de obra não qualificada, formada por trabalhadores com pouca formação escolar (ou nenhuma) para realizar trabalhos repetitivos na linha de produção. Até mesmo nas ocupações profissionais, em realidade, existem divisões de classes e de saberes.

Contudo, aos poucos, essa visão estereotipada, fundamentada no poder das classes e dos saberes que orientam a sociedade brasileira, começa a dar lugar a diversas lógicas institucionais que se complementam entre si na busca de uma educação cidadã para todos(as) os(as) alunos(as), sejam eles(as) pobres ou ricos(as). A aplicabilidade dessas lógicas, todavia, tem percorrido um intrincado caminho burocrático, pavimentado por normas e regulamentos que as afastam dos objetivos inicialmente propostos. Outras vezes são postas em prática pelas autoridades competentes, entretanto dificilmente são cumpridas todas as etapas previstas, a dependerem de recursos públicos compatíveis para sua consecução. A educação em nosso país, dessa forma, tem oscilado entre avanços e retrocessos.

Nesse sentido, as políticas públicas têm sublimado, em parte, a dívida histórica que o Brasil acumulou através dos anos quanto ao Direito à Educação para todos(as) os(as) brasileiros(as), assegurado pela nossa Constituição Federal, cujo objetivo é repercutir de maneira afirmativa nas trajetórias educacionais e profissionais e, por conseguinte, na vida social de brasileiros até então discriminados pela sua raça, etnia, classe, gênero e origem social. Porém, essa antidemocracia, usada contra as pessoas que não se enquadram num modelo, digamos, eurocentrista (colonial), continua a ter súditos em nosso país.

Sabe-se que muitos grupos sociais, até então excluídos da universidade brasileira devido aos fatores relatados acima, serviram para despertar em muitos atores sociais e políticos uma forma de denunciar e reivindicar uma posição do Estado Brasileiro quanto à adesão das políticas públicas que abrangessem vários setores institucionais do país e, entre estes, as universidades federais e os Institutos de Educação Profissional e Tecnológicos.

Com a aprovação da Lei 12.711/12 (Lei das Cotas)<sup>1</sup>, as instituições públicas de Ensino Superior tiveram que reservar parte de suas vagas para alunos(as) de escolas públicas oriundos(as) de famílias de renda baixa e minorias sociais, como as populações negra, indígenas, pessoas deficientes, as mulheres e LGBTQIA+<sup>2</sup>, grupos que até então possuíam reduzidas possibilidades de cursar a educação superior, tanto pelo número limitado de vagas ofertado quanto pelo desafio da permanência.

## **O DIREITO À EDUCAÇÃO EM UM BRASIL MULTICULTURAL**

A multiculturalidade sempre esteve presente na formação social dos povos e nações, pois as pessoas trazem consigo diferentes culturas, crenças e valores sociais. São também oriundas de raças distintas, formando um caldo cultural com inúmeros componentes, que formam um extraordinário coletivo social. Essa composição, de pessoas que pensam e agem de formas diversas no enfrentamento da vida, suscita conflitos sociais inevitáveis, em que os embates se estabelecem de forma contínua entre dominados e dominadores, estabelecendo-se divergências de ideias e sentidos múltiplos para a vida em comunidade.

No Brasil, temos visto, os grupos dominados não são atendidos em suas demandas sociais, constantemente reivindicadas. Tais grupos, de certa maneira, tornam-se invisibilizados pelo poder do capitalismo, centrado unicamente no sistema mercadológico, cujos únicos objetivos são o lucro e a acumulação de riqueza, de modo que todos os acontecimentos sociais que podem sair de seu controle tendem a ser suprimidos ou ignorados. Esse sistema tem

---

<sup>1</sup> A presidenta da República, Dilma Rousseff, sancionou em 29 de agosto de 2012 a lei que instituiu a reserva de 50% das vagas ofertadas em instituições federais de educação superior para estudantes provenientes de escolas públicas.

<sup>2</sup> A sigla LGBTQIA+ significa: L = Lésbicas; G = Gays; B = bissexuais; T = Transgêneros e Travestis; Q = Queer; o I = Interssexuais; o A = Assexuais e o + representa outras diversidades de orientações e gêneros.

estendido suas raízes de poder para dentro de quase todas as instituições brasileiras, inclusive as governamentais.

O niilismo, principalmente do poder governamental, quanto à tomada de decisões capazes de atender às demandas sociais dos grupos minoritários brasileiros, repercutiu negativamente em parte de nossa sociedade, o que fez com que os grupos sociais começassem a se mobilizar, como vem acontecendo com movimentos constituídos por negros, indígenas, homossexuais, feministas, deficientes e pequenos agricultores.

E uma dessas reivindicações vai ao encontro do Direito à Educação, que há muito deveria ser respeitado por meio de uma educação que contemple a todos(as) os(as) brasileiros(as), ou seja, o direito à igualdade, o direito de não ser branco, o direito a ser diferente.

Daí, mais uma vez, a necessidade de invenção da unidade na diversidade. Por isso é que o fato mesmo da busca da unidade na diferença, a luta por ela, como processo, significa já o começo da criação da multiculturalidade. E preciso reenfatar que a multiculturalidade como fenômeno que implica a convivência num mesmo espaço de diferentes culturas não é algo natural e espontâneo. É uma criação histórica que implica decisão, vontade política, mobilização, organização de cada grupo cultural com vistas a fins comuns. Que demanda, por tanto, uma certa prática educativa coerente com esses objetivos. Que demanda uma nova ética fundada no respeito às diferenças (FREIRE, 1997, p. 157).

Freire nos faz pensar em toda a injustiça social praticada advinda da cor das pessoas, da identidade étnica, da orientação sexual e do alcance cultural, que são representações que criamos do mundo e das pessoas e que, não raro, legitimam a violência, a pobreza, o analfabetismo da maioria de um povo por intermédio das diferenças entre as pessoas.

Santos e Nunes (2003, p. 56), diante disso, afirmam que:

[...] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

Eis porque a redemocratização brasileira é tão difícil e complexa, pois na prática depara-se a todo o momento com fatores contraditórios que, ao abordar as diferenças entre os desiguais como algo natural, por um lado, tornou possível a construção de uma sociedade de diferentes e, por outro lado, construiu parâmetros de negação e de não aceitação de tudo o que fosse diferente aos preceitos exigidos pelo poder da classe dominante. Esta, enraizada num eurocentrismo branco disfarçado, continua a se ver como superior enquanto legitima a opressão e a exploração aos que fogem à regra de uma igualdade racial, interferindo de maneira desumana

na vida da maior parte das pessoas do país, pois, conforme os dados do IBGE de 2019 já revelavam, 54% da população brasileira era negra, sem contar os indígenas, os pardos e os imigrantes.

Nesse sentido, Oliven (2007, p. 49) afirma que:

É importante deixar claro que somos todos brasileiros, mas de cores diferentes e se essas diferenças têm servido como critério para que profundas desigualdades sociais sejam mantidas em termos estruturais e reproduzidas em nosso cotidiano, são as desigualdades que devem ser combatidas, não as diferenças, essas só nos enriquecem.

No entanto, essa negação não se encerra por aí, ela avança como algo antropofágico, alimentando-se das poucas possibilidades que, principalmente as pessoas de grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, dispõem para exercerem os seus direitos numa efetiva participação política, para conseguirem um bom emprego ou terem acesso à universidade e, por conseguinte, a um conhecimento que leve cada um a refletir criticamente sobre a sua situação social.

Quanto ao nosso sistema educacional, encontraremos, tanto na educação básica como na educação superior, uma forma perversa de transmissão de conhecimento, em que o(a) professor(a) transmite os conhecimentos que fazem parte do currículo de tal modo que os(as) alunos(as) não devem interagir com os mestres e, muito menos, com os(as) demais colegas. Além disso, tais conhecimentos repassados serão esquecidos em folhas de caderno ou armazenados em computadores e só serão revistos e estudados em momentos anteriores às provas.

Não se afirma aqui que todas as instituições escolares sejam orientadas por essa metodologia de ensino ou que não existam professores(as) que durante as aulas ensinam e também sejam capazes de aprender na troca de saberes com seu alunado. É claro que existem mestres assim e não são poucos!

Mas, para Freire (2002), a educação baseada única e exclusivamente na transmissão de conhecimento, que ignora o diálogo e a participação de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, não forma, apenas domestica e não contribui em nada na correção das desigualdades sociais. Afirma ele que:

Não seria, porém, com essa educação desvinculada da vida, centrada na palavra, em que é altamente rica, mas na palavra ‘milagrosamente’ esvaziada da realidade que deveria representar, pobre de atividades com que o educando ganhe a experiência do

fazer, que desenvolveríamos no brasileiro a criticidade de sua consciência indispensável à nossa democratização (FREIRE, 2002, p. 102).

Freire entende que a verdadeira educação democrática tem o propósito de desenvolver no(a) aluno(a) um pensamento crítico, fazendo com que este(a) se conscientize de suas próprias possibilidades de participar e ajudar a criar uma nova realidade, uma nova forma de viver em sociedade, reconhecendo e reivindicando seus direitos sociais como cidadãos e cidadãos brasileiros.

De outro modo, para Santos (2006), “todo o conhecimento é autoconhecimento [...] A ciência é autobiográfica” e, ademais:

A ciência moderna legou-nos um conhecimento funcional do mundo que alargou extraordinariamente as nossas perspectivas de sobrevivência. Hoje não se trata tanto de sobreviver como de saber viver. Para isso é necessária uma outra forma de conhecimento, um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos una pessoalmente ao que estudamos (SANTOS, 2006, p. 85-86).

Em complemento ao que afirma acima, em seu entendimento sobre a ciência moderna, Santos (2004, p. 51) diz que é necessária uma “democratização radical da universidade” para que as suas práticas pedagógicas não sejam a causa da “exclusão de grupos sociais e seus saberes de que a universidade tem sido protagonista ao longo do tempo”, mas sim de acolhimento desses grupos excluídos e de seus saberes para a construção de um novo conhecimento, que nos “una pessoalmente ao que estudamos”. E aqui não estamos falando de méritos, pois estes têm sido, em grande parte, os causadores das desigualdades sociais e educacionais no Brasil.

Em seu artigo, *Meritocracia, democracia racial e cotas na educação*, Sílvio Motta Maximino (2013, p. 01) afirma que:

A meritocracia, quando aplicada incondicionalmente a uma realidade heterogênea, acaba por meter na mesma fôrma ou molde, brasileiros desnutridos desde o ventre materno, de baixíssima autoestima (por vezes decorrentes de sua condição étnica), de restrito capital cultural, para competirem em suposta ‘igualdade de condições’, com os outros bem nutridos, dotados de amplo capital cultural e elevada autoestima.

Sendo assim, a meritocracia é um mecanismo que leva os sujeitos, principalmente aqueles que possuem um considerável capital econômico e cultural, a terem vantagens no âmbito social, no contexto escolar, no mundo profissional, entre tantos outros privilégios que anulam as possibilidades de igualdade e justiça social para aqueles que nada têm.



## **O CAMINHO PERCORRIDO ATÉ A PROMULGAÇÃO DA LEI DAS COTAS E O PAPEL SOCIAL DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL**

Os problemas éticos e morais advindos das desigualdades raciais em um Brasil que se diz democrático começam a ter maior repercussão a partir dos anos de 1980, por meio do trabalho incansável do Movimento Negro, que busca pôr em pauta a necessidade de corrigir as desigualdades raciais e sociais no país.

Entre 1995 e 2002, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, essa temática fazia parte, mesmo que de forma incipiente, da agenda do governo. Em 2003, o início do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva trouxe uma grande mudança na condução das políticas raciais, a partir do que ficou evidenciado durante a Conferência de Durban<sup>3</sup>, África do Sul (2001), quando a Assembleia Geral aprovou a Resolução *Unidos contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância*, que aproximou o Movimento Negro do Estado brasileiro, possibilitando que muitas propostas feitas por esse movimento fossem ouvidas e postas em prática.

O caminho estava aberto, pois, a partir dos anos 2000, muitas universidades já haviam disponibilizado vagas para alunos de classes populares em seus cursos superiores, pondo em prática Políticas de Ações Afirmativas.

Para Oliven (2007, p. 30):

O termo Ação Afirmativa refere-se a um conjunto de Políticas Públicas para proteger minorias e grupos que, em uma determinada sociedade, tenham sido discriminados no passado. A ação afirmativa visa remover barreiras formais e informais, que impeçam o acesso de certos grupos ao mercado de trabalho, universidade e posições de liderança.

Destarte, o Estado do Rio de Janeiro adotou em 2001 o sistema de cotas em algumas universidades, na tentativa de corrigir as desigualdades socioeconômicas, após a promulgação da Lei nº 3708, de 09 de novembro de 2001, que “[...] institui cota de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no acesso à universidade do estado do Rio de Janeiro

---

<sup>3</sup> A Conferência de Durban se realizou de 31 de agosto a 08 de setembro de 2001. A conferência foi presidida por Mary Robinson, ex-presidente da Irlanda e presidente da comissão de direitos humanos das Nações Unidas.

e à Universidade Estadual do Norte Fluminense, e dá outras providências” (RIO DE JANEIRO, 2001).

Durante os anos de 2002 e 2003, a Universidade do Estado da Bahia (UEBA), a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) e a Universidade de Brasília (UnB) adotaram o sistema de cotas afrodescendentes, sendo que a UEMS adotou também cotas para brasileiros de origem indígena por meio de Política de Ações Afirmativas.

Nesse sentido, Boaventura Santos (2004, p. 64) afirma que:

No Brasil, as políticas de ação afirmativa assumem hoje grande destaque e merecem uma referência especial. Em resposta à crescente pressão de movimentos sociais pela democratização do acesso ao ensino superior, especialmente do movimento negro, o Governo Lula lançou no primeiro semestre de 2004 o programa ‘Universidade para Todos’ (PROUNI) que preconiza uma ação afirmativa baseada em critérios raciais e sócio econômicos.

Com a promulgação da Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012, determinou-se a obrigatoriedade de reserva de vagas para alunos cotistas, enquadrados nos critérios seletivos, para cursarem a educação superior (BRASIL, 2012a).

Sabemos que a Lei das Cotas, regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012, que, de acordo com o MEC, “define as condições gerais de reserva de vagas, estabelece a sistemática de acompanhamento das reservas de vagas e a regra de transição para as instituições federais de educação superior”, pode impulsionar tal população a novos patamares socioeconômicos e culturais, facilitada por sua continuidade e aplicabilidade, a partir da sua referida regulamentação (BRASIL, 2012b).

Conforme dados apresentados por Feres Júnior e Daflon (2014), em 1997, 2,2% da população negra entre 18 a 24 anos frequentava ou havia concluído um curso de graduação. No ano de 2012, esse percentual elevou-se para 11%. Entre aqueles que se autodeclararam negros, o percentual passou de 1,8% para 8,8%. O índice entre os brancos também aumentou nesse período, passando de 11,4%, em 1997, para 25,6%, em 2012.

Um levantamento realizado pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ao avaliar o impacto da Lei de Cotas sobre as universidades federais nos anos de 2013 e 2014, indicou uma ampliação na oferta de vagas nessas instituições na ordem de 34%. Identificou-se, também, uma considerável

ampliação no total de vagas destinadas a pretos, pardos e indígenas, com um aumento de 176% entre os anos de 2012 e 2013 (FREITAS *et al.*, 2020).

Conforme dados do *Informativo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2019), referente ao ano de 2018, pela primeira vez o índice de alunos pardos e negros matriculados em universidades públicas brasileiras superou a taxa de alunos brancos, alcançando 50,3% dos matriculados. O mesmo estudo também apontou que 78,8% dos jovens brancos entre 18 e 24 anos estão no Ensino Superior, já entre os negros da mesma faixa etária essa porcentagem cai para 55,6%. É importante pontuar também que negros e pardos representavam 55,8% da população brasileira em 2018.

Nesse sentido, as instituições públicas de Ensino Superior têm um papel relevante na continuidade de uma educação superior que possa ser acessível a alunos(as) oriundos das classes populares brasileiras.

Para Chauí (2003, p. 11), se quisermos um Ensino Superior como bem público é necessário exigir que o Estado não conceda a educação apenas “[...] como gasto público e sim como investimento social e político, um direito e não um privilégio, nem um serviço”. Para, então, tornar o Ensino Superior um direito de todo(a) o(a) cidadão(ã) brasileiro(a), o Estado bem como a universidade pública devem lutar pela ampliação e aceitação de alunos de classes populares e recusarem qualquer possibilidade de privatização dos conhecimentos, ou seja, “impedir que um bem público tenha apropriação privada” (CHAUÍ, 2003, p. 12).

Nesse sentido, Chauí afirma que a reforma do Estado brasileiro colocou direitos sociais como a saúde, a educação e a cultura no setor dos serviços definidos pelo mercado. Conforme ela, o Estado reduziu o espaço público e ampliou o espaço privado. Essa perda de autonomia e de definição dos valores e objetivos da universidade fez crescer a pressão do capitalismo no sentido de submeter a universidade pública aos critérios de eficácia e produtividade de natureza empresarial.

É inegável o esforço que tem feito o neoliberalismo para que as instituições de ensino brasileiras implantem um sistema de qualidade total como se elas fossem uma empresa dedicada à educação. Longe disso, as instituições educacionais brasileiras, e entre elas as universidades,

devem sempre buscar critérios educacionais inerentes ao processo de ensino e aprendizagem<sup>4</sup> para torná-las ainda mais democráticas e, dessa forma, mais acessíveis aos(as) alunos(as) das minorias sociais do país.

A esse respeito Gentili (1994, p.176) afirma que:

Um novo discurso da qualidade deve inserir-se na democratização radical do direito à educação. Isto supõe que, em uma sociedade plenamente democrática, não pode existir contradição entre o acesso à escola e o tipo de serviço por ela proporcionado. Assim como não há democratização sem igualdade no acesso, tampouco haverá sem igualdade na qualidade recebida por todos os cidadãos e sem a abolição definitiva de qualquer tipo de diferenciação ou segmentação social. Claro que isso não supõe ‘baixar o nível de todos’, ao contrário, ‘elevá-lo’, transformando a qualidade em um direito e não em uma mercadoria vendida ao que der a melhor oferta. A escola pública é onde se exercita esse direito, não o mercado.

Em vista disso, faz-se necessário refletirmos sobre os processos sociais, políticos e culturais que restringem a cultura brasileira de contemplar determinadas pessoas. Embora ela seja rica e diversificada, sempre coube à alta sociedade do país definir, à sua maneira, uma cultura de privilégios para si que não contemplasse toda a sociedade brasileira

Sendo assim, a elite nacional estabelece o que deve ser ensinado nas instituições escolares, aquilo que é alta moda, a etiqueta que deve ser usada em determinados eventos sociais, entre outras deliberações favoráveis. Para a obtenção desses, digamos privilégios, a elite brasileira sempre se portou de modo intolerante, orientada por uma arbitrariedade desumana com os desiguais.

Desse modo, devemos considerar que o Estado brasileiro sempre foi palco de uma luta desigual, em que a classe dominante exerceu, e ainda o empreende nos dias atuais, poderes de dominação sobre as forças sociais emergentes. A própria educação é, em sua essência ideológica, o âmbito no qual a cultura do opressor tenta sufocar e anular qualquer conhecimento ou expectativa criada a partir de uma ação/reação que leve o oprimido a interagir no sentido de solucionar os problemas surgidos em seu cotidiano vivencial. A impressão que se tem, em certos momentos, é de que ainda estamos vivendo uma espécie de segregação racial e social. Esta, quase sempre velada e nem por isso menos desumana, produz efeitos devastadores para as pessoas que menos podem, menos têm condições de pagar, por exemplo, um curso superior numa universidade particular ou, ainda, planejar uma vida digna em nosso país.

---

<sup>4</sup> Conforme estabelece a LDB 9394/96 atualizada até o momento.

Com isso, não queremos dizer que a universidade privada não deva estar presente na formação cidadã dos(as) brasileiros(as), pois existem universidades particulares com destacada qualidade em seus cursos.

Por outro lado, estamos diante de um novo cenário, trazido por uma nova variável, que torna este caso ainda mais relevante por interferir diretamente na saúde, na educação, na economia e na política nacional, que é a pandemia causada, desde março de 2020, pelo vírus da Covid-19. A presença desse vírus no contexto social brasileiro trouxe alterações notáveis nas perspectivas dos(as) alunos(as) que estão cursando não só a educação superior pelas cotas, mas dos(as) alunos(as) que atualmente cursam a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), porquanto muitos desses alunos não se adaptaram ao novo contexto, como por exemplo em relação ao uso cotidiano de tecnologias. As aulas remotas foram a saída encontrada pelos governantes para a continuação dos períodos letivos de 2020 e 2021.

Freire, ao refletir sobre o papel da informática na educação, reforça o uso do computador na educação quando diz “Acho que o uso de computadores no processo de ensino aprendizagem, em lugar de reduzir, pode expandir a capacidade crítica e criativa [...]. Depende de quem usa a favor de quê e de quem e para quê” (FREIRE, 1995, p. 98).

Contudo, segundo uma pesquisa feita pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), em 2018, 58% dos domicílios no Brasil não possuem computadores e 33% não contam com acesso regular à internet (OLIVEIRA, 2020). Confirmam-se, assim, ainda mais, as desigualdades de acesso ao ensino, não só na educação básica, mas também na educação superior.

No que tange a essa heterogeneidade social, Boaventura Santos (2020), todavia, faz-nos entender que não se pode usar a crise institucional permanente que o Brasil vivencia como causada unicamente pela pandemia da Covid-19. É evidente que a pandemia não é a culpada pelos cortes nas políticas sociais, como educação, saúde, previdência social ou para dar conta da degradação dos salários. Conforme o sociólogo português, é o capitalismo neoliberal sobretudo que tem incapacitado o Estado de responder às emergências centradas tanto no espectro socioeconômico como no sociopolítico.

Um quadro, portanto, devastador, provocado pelo neoliberalismo, observável em nações que se encontram altamente vulneráveis quanto às suas políticas sociais. Tal quadro tende a

continuar assolando o Brasil, principalmente se o país não conseguir vencer a eterna pandemia de interesses há muito instaurada em sua cultura, pois, para Boaventura Santos (2020), tal situação, orquestrada pelo capitalismo neoliberal, caracteriza-se por uma quarentena dentro de outra quarentena numa sequência interminável.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O artigo trouxe, por meio de dados de fontes históricas e atuais, o processo por meio do qual a Lei das cotas foi instituída, via Lei 12.711/2012. A referida legislação, a partir de sua regulamentação, tornou-se um importante instrumento de política pública, cujo objetivo é legitimar o direito à educação a todos(as) os(as) brasileiros(as), sem distinção de raça, cor, sexo, opção sexual, e não somente à educação superior, mas em todos os níveis do sistema educacional do país.

Procurou-se, também, trazer dados sobre o importante papel social desenvolvido pela universidade pública brasileira, que tem possibilitado maior acesso de alunos das minorias brasileiras na educação superior, corrigindo, em parte, as desigualdades sociais. Porém, é necessário criar, além de bolsas de estudos, muitas vezes limitadas, outros mecanismos de inclusão universitária, que garantam a permanência dos alunos(as) cotistas no seio universitário.

Assim sendo, a universidade deverá se manter atenta, criando e ampliando sistemas de avaliação da política de cotas. Estes deverão ser de caráter permanente, a fim de obter-se dados que possibilitem a realização de correções e/ou melhorias nesses sistemas. Com certeza, algumas universidades já vêm adotando esse procedimento, algo que tem contribuído para que os alunos das classes populares concluam seus estudos, obtendo o diploma de um curso universitário.

Desse modo, percebe-se que as mudanças no cenário acadêmico brasileiro estão ocorrendo e a universidade já não é um santuário de saberes e de juízos, frequentada apenas por catedráticos e alunos brancos. Encontramos hoje em seu contexto uma importante diversidade cultural trazida pelas minorias sociais de nosso país.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2012a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm). Acesso em: 26 jul. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Diário Oficial da União, Brasília, 2012b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm). Acesso em: 26 jul. 2022.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003.

FERES JÚNIOR, J.; DAFLON, V. T. Políticas da Igualdade Racial no Ensino Superior. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, n. 5, p. 31-43, 2014.

FREIRE, P. Educação na Cidade. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

FREIRE, P. Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREITAS, J. B. et al. Políticas de Ação Afirmativa nas Universidades Federais e Estaduais (2013-2018). Levantamento das políticas de ação afirmativa (gema), Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://gema.iesp.uerj.br/wpcontent/uploads/2020/07/Levantamento-das-AAs-2018b.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2022.

GENTILI, P. O discurso da qualidade como nova retórica conservadora no campo educacional. In: SILVA, T. T. (Org.) Neoliberalismo: qualidade total e educação: visões críticas. Petrópolis: Vozes, 2001.

IBGE. Informativo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Estudos e Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, Rio de Janeiro, n. 41, 2019. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf?fbclid=IwAR2ZQEhrmq78P9dBVw-LclC3p7FvXlcmovcj8kXLjv2Zhi-\\_kUyz287Jk#:~:text=Nesse%20ano%2C%20havia%2039%2C0,%2Dse%20pr%C3%B3ximas%20a%2060%25](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf?fbclid=IwAR2ZQEhrmq78P9dBVw-LclC3p7FvXlcmovcj8kXLjv2Zhi-_kUyz287Jk#:~:text=Nesse%20ano%2C%20havia%2039%2C0,%2Dse%20pr%C3%B3ximas%20a%2060%25). Acesso em: 29 jul. 2022.

MAXIMINO, S. M. Meritocracia, democracia racial e cotas na educação. JCNET, Bauru, 12 jan. 2013. Disponível em: [http://www.jcnet.com.br/editorias\\_noticias.php?codigo=231565](http://www.jcnet.com.br/editorias_noticias.php?codigo=231565). Acesso em: 28 jul. 2022.

OLIVEIRA, C. Com aulas remotas, pandemia escancara desigualdade no acesso à educação de qualidade. Brasil de Fato, São Paulo, 04 jun. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/04/com-aulas-remotas-pandemia-escancara-desigualdade-no-acesso-a-educacao-de-qualidade>. Acesso em: 02 jun. 2022.

OLIVEN, A. C. Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. *Educação*, Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica, v. XXX, n. 61, p. 29-51, jan./mar. 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84806103>. Acesso em: 23 jul. 2022.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 3708, de 09 de novembro de 2001. Institui cota de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no acesso à universidade do estado do rio de janeiro e à universidade estadual do norte fluminense, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, Rio de Janeiro, 09 nov. 2001.

SANTOS, B. S. *A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. Brasília, 2004.

SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciências*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, B. S. *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2020.

SANTOS, B. S.; NUNES, J. A. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SANTOS, B. S. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 25-68.



**Capítulo 19 - DOI:10.55232/10830012.19**

**CULTURA PUNITIVISTA NA JURISDIÇÃO UM OLHAR  
CRÍTICO SOBRE O ENCARCERAMENTO E SEUS  
REFLEXOS SOCIAIS**

**Cleber Rogério Rodrigues Domingues**

**RESUMO:** O presente trabalho tem por escopo discutir como o neo-liberalismo construiu uma cultura punitivista que se espelha na jurisdição por meio de medidas que visam, cada vez mais, punir as classes subalternas, uma vez que estas não se enquadram no modelo lucrativo fomentado pela sociedade de consumo. Dentro da sociedade de desempenho, conceito criado pelo pensador Byun-Chul Han, busca mostrar como a sociedade, de modo geral, e a jurisdição, de modo específico, olha para os mais desfavorecidos como potenciais ameaças ao convívio pacífico entre os pares. A partir daí, surge toda uma política punitivista com mecanismos hábeis a proteger a propriedade privada e impor medidas que limitem o campo social dessas faixas sociais, tais como criminalização de condutas (mormente com relação à violações à propriedade privada), aumento de pena e encarceramento de massa.

**Palavras-chave:** Punição. Pobreza. Neoliberalismo

## **INTRODUÇÃO**

O avanço da sociedade de consumo e mais especificamente do neoliberalismo, trouxe consigo um conceito de indivíduos funcionando enquanto empresas, ou seja, voltados à lógica de mercado e ao lucro. Porém, essa mesma lógica não é capaz de equipar todos com as mesmas condições o que fará com que alguns consigam produzir os resultados esperados enquanto outros nem tanto. Para esses últimos não resta muita alternativa além de viver à margem e o Estado, atendendo às expectativas dessa demanda, cria mecanismos para lidar com eles por meio da punição (WACQUANT,2003).

Olhando por esse prisma, percebe-se como o neoliberalismo falhou na sua promessa de dar oportunidade para todos, uma vez que tal compromisso é impossível de ser cumprido na ótica de mercado que valoriza a competição (luta de classes (MARX,1985) dentro de faixas sociais) e a desigualdade (HINKELAMMERT, 2013).

Além disso, a jurisdição, dentro de uma cultura punitivista, cria mecanismos de controle hábeis a punir de uma maneira cada vez mais rápida, destinada às classes subalternas. Condenações motivadas por reconhecimento facial fotográfico, ausência de defesa técnica para habeas corpus ou pedidos de liberdade provisória com relação aos defensores dativos ou a movimentação do aparato estatal para punir a posse de drogas para consumo pessoal são apenas alguns exemplos.

Ademais, a criminalização de condutas, endurecimento de penas e encarceramento de massas são as soluções encontradas pelo Estado para o problema da segurança pública que não leva em conta a ressocialização de fato, vez que a lógica da punição passa por instâncias totalmente estanques.

O momento de punitivismo ufanista aliado a uma exploração midiática desenfreada cria um círculo vicioso, pois exercita o medo na mente dos membros dessa sociedade que passam a ver as medidas de enfrentamento somente a partir da lógica de lei e ordem.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada no trabalho usa a análise de dados e confrontação das realidades enfrentadas no combate à criminalidade e garantia da segurança pública de modo crítico com o fito de refletir de modo profundo um problema epidêmico no país, mas cujas soluções apontadas parecem estar longe de resolvê-lo.

Os dados utilizados apontam o descompasso entre os parâmetros do neoliberalismo imposto aos países subdesenvolvidos que, a partir da ótica econômica, sacrificam as políticas públicas, gerando um passivo social cuja conta não fecha.

Sob este enfoque, o trabalho aborda tais temáticas de maneira crítica procurando aprofundar o diálogo existente entre sociedade de consumo, lógica de mercado e punitivismo para as populações mais vulneráveis.

## **CULTURA PUNITIVISTA E NEOLIBERALISMO**

O neoliberalismo trouxe a lógica de mercado para os aspectos mais comezinhos do cotidiano. Vemos, nos tempos atuais, a concretização do contrato social rousseauiano, com um abandono da liberdade em prol da segurança garantida não só pelo Estado, mas também pelo mercado.

Esse contrato tem como premissa o fato de ser assinado entre pares, aqui entendido como aqueles que participam do jogo do mercado. O trabalho transcende a mera questão da mudança da natureza por conta do esforço humano. O lucro torna-se o objetivo final e, modernamente, com atividades voltadas única e exclusivamente para a especulação no mercado financeiro, não há mais a necessidade de confrontar a natureza para a aquisição dos bens de consumo. Basta saber as regras do jogo.

Contudo, a lógica de mercado não dá conta de abarcar todos aqueles que nele precisam lutar diuturnamente. Já não há mais classes sociais na concepção marxista do termo. O que se vê, de fato, são faixas sociais, mais pulverizadas, difíceis de definir e, por consequência, em guerra umas contra as outras. A luta se desenvolve não só em nível vertical, como também horizontal.

Esse mercado não consegue abarcar todos. Haverá aqueles que dele serão alijados por uma série de circunstâncias. A esses, restam a expulsão para os guetos e bolsões de pobreza ou a criminalização de suas condutas. Olhando para esse último aspecto, cria-se toda uma gama de simbolismos que desaguam numa construção estética e social tendente a ver os indivíduos pertencentes a esses grupos como potencialmente perigosos, suas manifestações e como não eruditas e aculturais; em resumo, como inimigos a serem combatidos, criando-se uma cultura punitivista que se reflete na jurisdição penal, principalmente.

Nesse sentido, pontua Vera Malaguti Batista:

“Ressaltamos nos capítulos anteriores alguns processos contemporâneos ligados ao capitalismo tardio que gostaríamos de resumir. Primeiro, uma estetização radical da cultura, colando o simbólico no econômico, produzindo uma realidade cotidiana, que entra pelos olhos, que naturaliza uma rígida e hierarquizante ordem social. Segundo a luta pela ordem, contra o caos, que passa hoje pela criminalização e desqualificação da pobreza, dos não-consumidores, dos novos impuros. Terceiro, que esses processos, no Brasil, se reforçam com a herança escravocrata na implantação de um sistema penal que tem tradição genocida, seletiva e hierarquizadora. Por fim, para perpetuar um sistema penal de extermínio, é necessário um discurso moral sobre o crime.” (BATISTA, 2003, p. 106).

## **MEDIDAS DA CULTURA PUNITIVISTA**

O punitivismo se manifesta de diversas formas dentro da cultura, seja de forma direta, como, por exemplo, por meio de um ufanismo punitivista que enxerga no endurecimento de penas, encarceramento em massa e criminalização de condutas como formas de combater a criminalidade e o problema de violência nas grandes cidades, sem

se atentar para o fato de que tal problema passa longe de operações policiais com resultado morte nos bolsões de pobreza.

Contudo, há outros modos de manifestação desse punitivismo muito mais sutis, revelando-se enquanto violência simbólica (BOURDIEU, 1989). Medidas como a falta de investimento em defensorias públicas, o uso corriqueiro de prisões preventivas baseadas em motivos abstratos e movimentos de lei e ordem, além de uma afronta sistemática ao modelo garantista, que acaba ocupando, tão somente, um espaço retórico.

Pesquisa realizada pela Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep) em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que resultou no 2º Mapa das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital no Brasil, lançada em 03 de agosto de 2021, com dados do biênio 2019/2020, apontou que apenas 42% das Comarcas brasileiras possui Defensoria Pública e o número de defensores está longe do estabelecido pelo Ministério da Justiça de 1 defensor para cada 15 mil habitantes.

Lei de abuso de autoridade, lei de “stalking”, lei nº 14.197, de 1º de setembro de 2021 (que acrescentou o Título XII ao Código Penal), anteprojeto de lei nº. 6/21 (que procura tornar mais rígida a lei de execuções penais, endurecendo as regras para progressão de regime) são exemplos de todo um aparato judicial a serviço da punição.

## **O PAPEL DA MÍDIA**

A mídia assumiu um papel de destaque na disseminação da cultura punitivista, fomentando um medo que não encontra eco na realidade da mesma forma que incentivando um ufanismo punitivista que enxerga nas medidas de endurecimento do sistema penal a solução para o problema da violência,

É assim que, periodicamente, assuntos como diminuição da maioria penal, penas de trabalhos forçados (para que o apenado “devolva” à sociedade os gastos que esta dispendeu com sua manutenção no sistema prisional) e implantação de pena de morte (sob a falácia de “bandido bom é bandido morto”) retornam à baila trazidos pelas mídias por meio de crimes de repercussão, procurando apresentar o quadro sempre da pior maneira.

Frank Furedi, pensador húngaro-britânico, em sua obra *culture of fear* (FUREDI, 2002) pontua que, da mesma forma que as virtudes são adquiridas por meio da práxis (ARISTÓTELES, 1991), o medo (e o medo da violência e da criminalidade, principalmente) também são frutos do exercício diuturno. Por essa razão, programas com forte apelo midiático, muitas vezes acompanhando as forças policiais, conquistam relevantes índices de audiência.

Consequentemente, os indivíduos se sentirão cada vez mais amedrontados, trancados dentro de suas casas com cercas elétricas e grades, exercitando o medo diante do bombardeio de informações, muitas vezes descontextualizadas, que os levarão a ver nas classes menos favorecidas o inimigo a ser combatido e nas medidas de endurecimento de pena, encarceramento e criminalização a solução para o problema.

## **RESULTADOS E CONCLUSÕES**

O trabalho procura olhar para a cultura punitivista na jurisdição de modo holístico. É cediço que a jurisdição brasileira, no aspecto penal, é derivada das elites. Consequentemente, tem a ótica da classe subalterna e do neoliberalismo pós-moderno. Não por acaso, os melhores salários do funcionalismo público estão nas carreiras jurídicas e seus ocupantes são considerados, não meros servidores públicos, mas antes, agentes políticos dotados de uma série de prerrogativas que destoam do restante da coletividade.

Óbvio que o pensamento punitivista da jurisdição, seus símbolos e as consequências que emanam disso são frutos de um processo que se desenvolveu no tempo e espaço. Ante tal fato, a mudança demanda toda uma mudança de norte para que produza efeitos que serão sentidos a longo prazo. Em razão disso, as respostas para a cultura que procure punir as classes subalternas por meio de um pensamento impregnado na jurisdição não são unívocas ou simplórias e o trabalho tem plena consciência disso.

Em resumo, o trabalho visa a construção de diálogos e o fomento de discussões acerca do tema para, assim, paulatinamente, procurar a mudança da narrativa de punição aos menos favorecidos e a instalação de um novo paradigma.

## **REFERÊNCIAS**

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Ed. Nova Cultural. São Paulo. 1991.
- BATISTA, V. M. *O medo na cidade do Rio de Janeiro*. Editora Revan. Rio de Janeiro. 2003. p. 106
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 1989.
- CHUL-HAN, Byung. *A Sociedade do Cansaço*. Ed Vozes. 2015.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *O manifesto comunista*. São Paulo: Ed. Ridendo Castigat Mores, 1999.
- FUREDI, F. *Culture of fear*. New. York/London: Ed. Continuum. 2002
- HILKELAMMERT, Franz J. *Crítica da razão utópica*. Ed. Argos. Chapecó. 2013.
- MARX, Karl. *O capital*. Editora Nova Cultural. São Paulo. 2ª ed. 1985
- WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Ed. Revan. 2003.

## **O PENSAMENTO AGOSTINIANO SOBRE A NATUREZA DO BEM, DO AMOR E AS ESSENCIALIDADES DA SUA PRÁTICA**

**Erica Santana Pinho e Marilina Conceição Oliveira Bessa Serra Pinto**

**RESUMO:** A relevância do pensamento Agostiniano na história ocidental é gigante pois, traz novas formas de ver e interpretar o mundo, ou de pensar na criação do mundo, dos seres e a finalidade de cada criatura, e é inovador porque foi elaborado a partir de sua vivência, suas experiências enquanto homem mundano, ou seja, um homem que até então não acreditava na existência de um Bem supremo que está acima de qualquer coisa e é criador de bens naturais. As dificuldades em entender a formação do mundo e o comportamento ético dos homens induziram, o filósofo à uma série de experiências dolorosas e prazerosas em sua trajetória como pensador pagão. Agostinho percorre o mundo exterior, e nessa busca incessante na exterioridade mundana não encontra nada, pois foi a partir do movimento de voltar-se para si mesmo, na interioridade que ele finalmente vislumbrou a verdade, a qual chamou de felicidade. Seu encontro com a beatitude foi um encontro com Deus, o criador da natureza ao qual todo ser humano, segundo ele, tende a voltar redimido. Pretendemos com esta pesquisa refazer os passos do filósofo, nesta trajetória em busca da verdade, visitando suas obras que trataram a respeito desta problemática, utilizando da metodologia interpretativa. Após sua conversão ao cristianismo, Agostinho traz consigo uma vivência filosófica dos anos em que frequentou escolas pagãs como o ceticismo e o maniqueísmo, que lhe fizeram pensar sobre uma série de questões, como por exemplo, o problema do mal. A problematização sobre qual seria o melhor caminho do bem e do mal para abordar o fato de que, seria Deus o criador do mal? ou seria o fato de o homem não ser perfeito e praticar maldades contra o próximo? A intenção desse projeto é, entre outras, compreender as formas de olhar e amar de cada indivíduo para com o seu próximo e para si mesmo; distinguindo o bem do mal, e também observar as experiências que Santo Agostinho enfrentou durante sua vida e de que forma a partir da reflexão produzida sobre as mesmas transformou-as em teses de natureza filosófico teológica, para concluir que é de suma importância ter compaixão, sabedoria, cultivar as virtudes e buscar a verdade.

**Palavras-chave:** Santo Agostinho, Bem, Mal

## **INTRODUÇÃO**

A interpretação do pensamento filosófico de Santo Agostinho apresentada nesta pesquisa percorrerá prioritariamente dois corolários fundamentais de sua obra, o amor verdadeiro e a natureza do bem que se desdobram em outros temas como a caridade e o mal, os quais se configuram em uma unidade. A escolha do tema ressalta a importância do amor como desejo, e também como bem maior que é Deus, sublinhando as escolhas éticas do ser humano em sociedade, bem como a busca e o encontro de si mesmo, que resulta no encontro do Bem supremo.

Por outro lado, há também como contraponto, a busca obsessiva em adquirir bens materiais levando o homem a cometer pecados. Neste caso, o problema de pesquisa que se coloca é o de saber: *O que deve ser verdadeiramente o objeto de desejo humano? Por qual via o homem deve conduzir sua vida?* Santo Agostinho vivencia essas duas polaridades e descobre ao longo de sua trajetória existencial que os desejos servem apenas como dispositivos da paixão humana.

Em relação à experiência do desejo definido como amor e o seu desdobramento para alcançar a vida eterna há também a distinção entre a caridade e a cobiça, esta última leva o homem a cometer o pecado, pois se encontra no exterior, no vazio da existência e no gozo dos bens materiais que são efêmeros e passageiros. A escolha interna pela busca incessante que levará ao encontro de si mesmo, resulta na maior felicidade que é a vida eterna, pois o homem vive em constante conflito tentando entender qual o sentido da vida, e os seus desdobramentos futuros, tal como a existência possível de uma vida pós-morte.

Portanto, o amor é tomado aqui como o ponto de partida e chegada da reflexão agostiniana, pois, as necessidades do homem estão ligadas, inicialmente, ao desejo em adquirir objetos para amar, e esse desejo que, inicialmente é externo, encontra-se no mundo, segundo o pensador esse desejo não convém ao cristão, mas sim ao homem seduzido pelos bens materiais. Por isso, existem diferenças entre amar a Deus e amar os objetos mundanos, por exemplo, amar intensamente o próprio homem com interesse no prazer do sexo e viver em função de coisas mutáveis que não trazem a salvação, ao contrário do amor justo e verdadeiro que não espera nada em troca. Deus criou o mundo por um ato de bondade, por amar e desejar que toda sua criação agisse dessa forma, que prevalecesse sempre o bem e o amor. Considera-se a revisão dessa temática, fundamental ao entendimento da busca da verdade e da felicidade, as quais foram objeto

da pesquisa também. O texto foi dividido em três blocos, o primeiro compreende a exposição dos principais dados biográficos do filósofo com destaque para o momento da sua conversão ao cristianismo. Aborda também as principais influências das correntes de pensamento vigentes à época. O segundo bloco expõe as diferenças entre o amor verdadeiro e o amor falso fundamentado na moral cristã, a fim de analisar a prática da escolha entre o bem e o mal. No último bloco foi construída uma análise sobre o problema do mal e o uso do livre-arbítrio nas escolhas mundanas.

A metodologia da investigação foi de natureza bibliográfica, cujas técnicas aplicadas foram aquelas inerentes às especificidades de abordagem dos textos filosóficos, a saber: leituras analíticas-interpretativa, a partir do cotejamento das obras clássicas com os comentários dos especialistas. As obras agostinianas que ancoraram esse estudo foram “Confissões”; “A Natureza do Bem” e “O Livre Arbítrio”, nas versões traduzidas para a língua portuguesa.

## **BIOGRAFIA E AS “CONFISSÕES” DE SANTO AGOSTINHO.**

Neste bloco, abordamos a biografia do filósofo Agostinho com o intuito de conhecer melhor o autor, sua trajetória filosófica, pessoal e cristã que construiu com sua experiência sofrida desde a juventude até a maior idade juntamente com sua conversão. Discorreremos também sobre as principais influências em suas teses como, por exemplo, sobre o mal, amor e também na sua conversão, em busca de respostas para suas questões existenciais, quando participou dos círculos maniqueístas, como também do movimento ceticista.

### **1.1 Santo Agostinho**

Em 13 de novembro de 354 nasceu Aurelius Agostinho em Tagaste, na província romana da Numídia, na África, tendo como filiação materna Mônica, uma mulher demasiada religiosa e que desde cedo ensinou o caminho cristão para o filho, mesmo com pouco conhecimento; e filiação paterna, Patrício, o qual não era cristão e faleceu durante a juventude de Agostinho aos 20 anos, no entanto, antes de morrer se converteu para alegria do filho. Aurélio começou seus estudos em Tagaste e seu pai querendo o melhor caminho para o mesmo esforçou-se por melhorar os estudos do jovem,



recorrendo a um amigo rico chamado Romaniano que não hesitou em ajudar a enviar Agostinho para Cartago, no entanto, nessa temporada confiou na sorte e nos excessos de bens temporais.<sup>1</sup>

Durante seus estudos não foi um bom aluno, pois muitas vezes deixava de ir às aulas, abominava a língua grega, cuja consequência mais grave foi a ausência de leituras dos clássicos helênicos que impediu também o acesso à cultura grega, mas, ao longo de seu caminho tentando corrigir esse vazio, buscou assentar as bases de toda sua formação cultural na língua e na leitura dos clássicos latinos, para mais tarde, após sua conversão aprofundar-se na exegese e na Teologia cristã. Com a morte de seu pai fica encarregado de cuidar de duas famílias e então volta para Tagaste e funda uma escola de Retórica, mas logo desiste e volta a Cartago em busca de uma vaga para lecionar esta disciplina na qual realizou sua formação. No meio cartaginês foi elogiado por um professor e filósofo, Favônio Eulógio<sup>2</sup> que reconheceu seu talento, porém, notando o desinteresse dos alunos pelas aulas, decidiu mudar-se para Roma, no entanto, não pôde se transferir, mas, continuou se dedicando à Filosofia.<sup>3</sup>

Acerca das obras dos filósofos gregos chegou a ler as “Categorias” de Aristóteles, em língua latina, pois como se sabe Agostinho detestava a língua grega essa lacuna impedira seus estudos em Atenas e na Alexandria. No meio de sua trajetória intelectual deixou-se conduzir pela doutrina dos maniqueus, que defendiam a existência de dois princípios do bem e do mal, ou seja, a luz e as trevas. A partir da leitura de um diálogo, chamado “*Hortênsius*” em 373 de autoria do filósofo e orador romano Marco Antônio Cícero<sup>4</sup> (106-43 a. C.), trata-se de um elogio à Filosofia, esta obra despertou o interesse pela Filosofia, pois abrangia uma nova abertura de vida para Agostinho que o levava a sabedoria, este livro não o afastava das coisas eternas, conforme relata.

Ele mudou o alvo das minhas afeições e encaminhou para Vós, Senhor, as minhas preces, transformando as minhas aspirações e desejos. Imediatamente se tornaram vis, a meus olhos, as vãs esperanças. Já ambicionava, com incrível ardor no coração, a sabedoria imortal (SANTO AGOSTINHO, 1980, p. 70).

---

<sup>1</sup> PESSANHA, J. Américo, 1980, p.07, In: SANTO AGOSTINHO, Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1980.

<sup>2</sup> Favônio Eulógio foi um retórico romano do final do século IV, foi discípulo de Santo Agostinho entre 375 e 383, trabalhou em Cartago, seus escritos o colocam entre os estudiosos neoptagorianos e neoplatônicos.

<sup>3</sup> PESSANHA, 1980, p. 08.

<sup>4</sup> Marco Túlio Cícero (106-43 a.C) nasceu em Arpinum sudeste de Roma, foi um romano estadista, orador, advogado e filósofo, que serviu como cônsul no ano 63 a.C, tendo uma família rica da ordem equestre romana e é considerado um dos maiores oradores estilistas da prosa romana. Sua influência na língua latina foi imensa, ele apresentou os romanos às principais escolas de filosofia grega e criou um vocabulário latino.

Este livro incentivou sua busca pela sabedoria, ou seja, Agostinho se dedicou à vida filosófica e se aprofundou naquilo que ele bebera com leite materno, a ponto de tornar ainda mais enfadonha e desinteressante a leitura da Bíblia esta que tanto sua mãe insistira para ler, a negação das Sagradas Escrituras se deu pelo difícil entendimento do conteúdo enciclopédico da mesma e por Agostinho ainda não possuir a chave de leitura para a compreensão da mesma (PESSANHA, 1980.)

A leitura do “Hortêncio”<sup>5</sup> foi importante para a trajetória intelectual de Agostinho, *cujo acesso a essa bagagem filosófica, aguçou ainda mais suas dúvidas sobre o sentido da vida.* A Bíblia Sagrada, segundo ele, não era digna de um homem culto, pois antes de se dedicar aos seus estudos, sua vida era mundana e todas as suas ações eram comuns, até o ponto de roubar frutas do vizinho, cujas motivações não eram feitas pela falta de alimentação mas por querer e pelo prazer de fazer algo proibido, de satisfazer suas vontades de homem mundano, como também o afeiçoamento pelo teatro que motivaram a busca pela causa da insensibilidade da dor do outro e chegando a cultivar um casamento proibido no qual foi totalmente fiel, e gerou um rebento chamado Adeodato, que faleceu durante a adolescência.<sup>6</sup>

## **1.2. Conversão: encontro com Deus e respostas para sua crise existencial.**

Logo após a viagem para Milão aos 32 anos de idade encontrava-se angustiado e deprimido nos jardins de sua casa, essa angústia era porque não encontrava sentido na sua existência e buscava respostas para todas as suas questões, no meio dessa crise interior no jardim ouviu uma voz “Eis que de súbito, ouço uma voz vinda da casa próxima. Não sei se era de menino, se de menina. Cantava e repetia frequentes vezes: “Toma e lê. Toma e lê”<sup>7</sup>. Ao ouvir aquela voz levantou-se e foi até o lugar de onde vinha o som, lá chegando encontrou a Bíblia, se dirigiu até ela e ao abrir por acaso, deu na passagem onde dizia “*Não caminheis em glotonarias e embriaguez não nos prazeres*

---

<sup>5</sup> É um diálogo perdido escrito por Marcos Tulio Cícero no ano 45 a. C – o diálogo recebeu esse nome por conta de um amigo rival, o orador Quintus Hortesius Hortalus. Assumiu a forma de um protéptico, neste diálogo ocorre um debate do melhor uso do tempo de lazer, e na conclusão Cícero argumenta que a busca da filosofia é o melhor empreendimento e mais importante.

<sup>6</sup> SANTO AGOSTINHO, 1980, p. 09.

<sup>7</sup> Idem, p. 182 - 183.

*impuros do leito e em leviandades, não em contendas e emulações, mas revesti-vos de nosso senhor Jesus Cristo, e não cuideis da carne com demasiados desejos”<sup>8</sup>*

A leitura da admoestação paulina comoveu Agostinho a ponto de não avançar na leitura, pois a mesma o convencera, na fragilidade sofrida, teve a certeza de que Deus é capaz de preencher o vazio no qual se encontrava. O sofrimento o encaminhou ao conhecedor de todas as coisas, então o passado que obscuro se tornou de uma clareza imensa, pois não havia mais dúvidas dominando o seu coração, após o acontecimento, ele procurou sua mãe e contou o ocorrido no jardim e como era de se esperar Monica alegrou-se e agradeceu a Deus por ter tocado em seu filho. Com a conversão ele renunciou todo o seu passado, ao desejo de adquirir riquezas, prazeres, e honras, dedicando-se somente à contemplação da verdade.

A escolha do amor verdadeiro partiu da inquietação interior de Agostinho, do sofrimento de um homem que apesar das perdas inclinou-se em busca da sabedoria questionando os motivos da infelicidade, da existência do mal, da desordem do universo, recorrendo às doutrinas equivocadas como o maniqueísmo, o ceticismo e os considerados sábios que não entendiam o verdadeiro significado da existência. Tendo essas questões em vista para resolver, todo o seu processo de angústia culminou na sua conversão ao cristianismo,

Sua incessante inquirição pelo encontro com Deus revela um homem constantemente inquieto, pois estava em busca da verdade e surgiam os questionamentos, onde reside Deus? Quem é Deus? Contudo, ele sabe que ama a Deus e que por ele é amado e por isso contempla a Criação e quer encontrar resposta. Nessa busca, não separou a teoria da prática, pois, toda essa interpretação filosófica é resumida na sua própria experiência e nesta encontrara Deus por meio da razão e do amor; e nisso Agostinho percebe que o fato de Deus conhecer a sua criatura, deve residir no interior do homem, ou seja, na alma e que por isso se encontrara distante de Deus. Esse encontro sucederá vencendo as indiferenças sentidas em relação à sua inferioridade perante Deus, ele se sente pequeno interiormente porque “Deus está acima de sua alma”.<sup>9</sup>

Agostinho sabe que somente sua alma pode conduzi-lo intimamente até seu Criador, pois nesta reside a inquietude da busca de quem sabe e ama o que procura

---

<sup>8</sup> Ibidem, p. 182 – 183.

<sup>9</sup> Idem, ibidem, p. 182-183.

mesmo sem saber como chegar a esse encontro. Segundo Gilson (2012, p.122), “*Por isso o problema vital de Agostinho não se exprime na pergunta: que devo procurar? e sim nesta outra: de que modo devo buscá-lo a fim de encontrar repouso na sua posse definitiva?*” O esforço que Agostinho empregou possibilitou uma reflexão de sua vida para esse encontro com Deus, pois mesmo sendo pecador recebeu auxílio e luz na sua vida. E que só percebe quando se volta para seu interior porque Deus reside no interior (alma), ou seja, o encontro acontece quando o filósofo reflete acerca da sua interioridade.

Agostinho levava agora uma nova vida de humildade, sem excesso de materialidade e sem orgulho na sua trajetória, nesse movimento de recolhimento da vida social, ocupa a propriedade de um amigo, Verecundo, em Cassiciaco com a mãe, o filho e os dois amigos e logo em seguida recebeu o batismo no ano de 387 juntamente com seu filho e seu amigo Alípio, após o acontecimento, ocorre o falecimento de sua mãe em Óstia, causando-lhe profunda depressão, o que o leva ao retorno para terras africanas em Tagaste. Contudo, seu luto foi interrompido com o chamado para assumir a igreja de Hipona em função do seu talento retórico.

No entanto, nem tudo ocorreu como queria e os cuidados que Agostinho tomou para não ir à cidade alguma, cuja sede vacante pudesse ser-lhe proposta, surtiram efeito por apenas três anos. Num dia de 391, penetrando na igreja de Hipona (hoje, Annaba ou Boné, na Argélia), ouviu o bispo Valério propor à assembleia de fieis a escolha de um coadjutor das funções sacerdotais, especialmente para o ministério da pregação, o povo não teve dúvidas e uma só voz ecoou pelo templo: “Agostinho, presbítero! ( SANTO AGOSTINHO, 1980, p. 182-183).

Sua vida como cristão estava apenas começando, ao participar na igreja de Hipona o Bispo Valério estava à procura de um coadjutor, e todos que estavam presentes escolheram Agostinho para ser presbítero aos 41 anos, e isso implicou em assumir várias funções sacerdotais como, vigário, foi sucessor do Bispo Valério, exerceu funções administrativas, administrou a instrução catequética, a direção espiritual, defendia os pobres e oprimidos em favor de asilo, cuidava dos patrimônios da igreja e exercia funções seculares de juiz e pregador, o que contribuiu para sua carreira, pois teve contato com a fé popular, intelectual escrevendo os sermões, contudo, com tantas funções que impediram de aperfeiçoar suas obras como as “Confissões”, onde se

revela uma análise psicológica, e a “Trindade”, fruto de uma cobrança interior e natural.<sup>10</sup>

Chegando à velhice Agostinho abandonou algumas funções para se dedicar à escrita, em 414 deixou as atividades exteriores para ir até a igreja em Cartago, em 426 aos 72 anos passou a ter os cinco dias livres por semana, passando a totalidade das atividades para o presbítero Heráclito. E assim, pôde classificar suas obras para a posteridade.<sup>11</sup> O Bispo de Hipona faleceu no dia 28 de agosto de 430, durante a invasão dos vândalos, encontrando-se doente deixou assim a cidade dos homens para ir ao encontro da cidade de Deus que tanto buscou durante toda sua vida, mas deixou o acesso a uma obra onde dispõe de uma nova fé em conformidade com a filosofia, ou seja, a possibilidade de ir ao encontro da fé por meio da razão.<sup>12</sup>

A seguir, listam-se as principais obras e edições escritas por Santo Agostinho, as quais transformaram sua vida pecaminosa, em vivência com Deus, sob o ponto de vista filosófico:

1. *As Confissões*, em treze livros, escrita em 399;
2. *Retratações*, em dois livros, redigida entre 426 e 427;
3. *Contra Acadêmicos*, em três livros, escrita no ano 386, esta obra foi escrita no intuito de refutar o ceticismo;
4. *Da Vida Feliz*, escrita nas vésperas do aniversário de Agostinho, em doze de novembro;
5. *Da Ordem*, em dois livros, essa obra foi redigida enquanto Agostinho trabalhava “Contra Acadêmicos” no ano 386;
6. *Solilóquios*, escrita em dois livros, no ano 386, onde é abordado o problema do conhecimento, das qualidades do sábio e da verdade;
7. *Da Imortalidade da Alma*, sendo uma continuação dos solilóquios, esta obra foi redigida em Milão;
8. *Da Potencialidade da Alma*, escrito em Roma, no ano 388;
9. *Da Trindade*, em quinze livros, escrita entre 399 a 419;
10. *Cidade de Deus*, em vinte e dois livros, redigida entre os anos 413- 426;
11. *Do Mestre*, escrito em 389;
12. *Da Verdadeira Religião*, escrito entre 389 a 390;

---

<sup>10</sup> SANTO AGOSTINHO, 1980, p. 182-183.

<sup>11</sup> PESSANHA, 1980, p.13.

<sup>12</sup> Idem, ibidem, p. 14.

13. *Do Livre Arbítrio*, em três livros, entre os anos 388 a 395;<sup>13</sup>

### **1.3. O Problema do mal: influências**

Agostinho foi levado a aproximar-se da corrente filosófica dos maniqueístas por sua inquietação com o princípio do mal, com o ensinamento desde criança de que o criador de todas as coisas tem natureza boa, entretanto, o mal é uma força constante no mundo, quanto a esse paradoxo o pensador se questionava, como é possível existir o mal se tudo que existe fora criado por uma natureza boa, caridosa? Para explicar esse paradoxo, faremos uma descrição sucinta sobre quem são os maniqueístas, quais foram as filosofias utilizadas por eles e se esse é o caminho verdadeiro. Esta seita foi conduzida por Mani, filho de Persas nascido na Babilônia (216 - 272), considerava-se o mensageiro do Deus da verdade e por isso ficaram conhecidos como a seita maniqueísta, contudo, este foi condenado à morte por fazer pregação anticristã, e como dito, a seita era anticristã e pagã e se diziam esclarecedores da verdade, negavam os dogmas católicos.

Suas concepções acerca de Deus, o viam como um ser corpóreo que vivia em lugar harmonioso, havia uma narrativa que explicava onde viviam, os dois princípios antagônicos, o Bem e o Mal, no meio de luz e da escuridão, ou seja, Deus e Satanás príncipe das trevas e senhor do reino material. Segundo a narrativa de Mani, eles adquiriram poderes, após Satanás descobrir o Reino de Deus que por inveja foi invadido, mas este é superior contendo os cinco poderes de inteligência, sabedoria, discricção, doçura e sentimento e a inferioridade do reino das trevas o barro, ventos de tempestades, fogo de corrupção, trevas e fumaça escura e, ao longo de sua trajetória percebe o erro e nomeia de fábulas ridículas as concepções dos maniqueístas que não possuem sentido e são desprovidas de verdades, logo, ele não é o dono da verdade, contudo Santo Agostinho aderiu a essa doutrina durante nove anos, tempo no qual lhe foi tirada sua paz interior. Durante esse período de nove anos, desde os dezenove até aos vinte e oito anos, cercado de muitas paixões, era seduzido e seduzia, era enganado e enganara: as claras, com as ciências a que chamam liberais, e as ocultas, sob o falso nome de religião<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> GILSON, 2012, p. 140.

<sup>14</sup> SANTO AGOSTINHO. 1980, p. 81.

Sua participação nessa seita foi narrada na obra “As Confissões”, nela Agostinho conta que foi o erro mais grave cometido em busca da verdade, não admitia que a origem do mal fosse Deus, que não existiam duas almas e que, portanto, não existia natureza má, diante disso aceita Deus como Bem Supremo e a partir disso, estabelece as provas na obra redigida contra os maniqueístas que tem como título “A Natureza do Bem” que será esplanada durante o percurso desse escrito.

Assim, duvidando de tudo, à maneira dos Acadêmicos, como os julga a opinião mais seguida, e flutuando entre todas as doutrinas, determinei a abandonar os maniqueístas, parecendo-me que não devia, nesta crise de dúvida, permanecer naquela seita à qual já antepunha alguns filósofos. Porém, recusava-me terminantemente a confiar a cura da enfermidade de minha alma a esses filósofos que desconheciam o nome salutar de Cristo (SANTO AGOSTINHO. 1980 p. 81).

Quando o filósofo percebe o erro, se afasta, e conclui que este não era o caminho para encontrar a verdade. E segue para outra corrente filosófica que foi o Ceticismo, conseqüentemente, o seu desenvolvimento intelectual e de sua doutrina que iria desenvolver posteriormente, resultaram de sua própria experiência filosófica que para ele também não trouxe respostas verdadeiras, mas, contribuiu para sua trajetória intelectual. Com a desilusão do então considerado sábio dentre o maniqueísta chamado Fausto de Milevo<sup>15</sup>, cujo, aquele Agostinho dizia ter mais conhecimento, O pensador continuava a procura pela verdade, então recorre como era de se esperar, aquela que mais se identificava com sua alma, o ceticismo, pois ainda não possuía entendimento da doutrina da igreja.

Conheci outra espécie de pessoas que tinham a verdade como suspeita e não se lhes queriam render, se lhes fosse proposta em estilo copioso e elegante. Vós, porém, meu Deus, já me tínheis ensinado de modo admiráveis e ocultos! Creio o que Vós me ensinastes, porque é verdade, e só vós sois o mestre da verdade em qualquer parte e qualquer lugar que ela brilhe (SANTO AGOSTINHO, 1980, p. 106).

Sua passagem por essa corrente filosófica foi breve e se deu por influência de Cícero, onde cita por várias vezes na obra “Contra os acadêmicos”, esta escreveu para refutar o ceticismo em Cassiacicum, onde se encontrava em um retiro com os amigos. Após ir para Milão lecionar retórica, chegou a participar assumindo uma atitude cética,

---

<sup>15</sup> Fausto era filho de um homem pobre de Milevo, e representou a ala do maniqueísmo que defendia um Cristianismo reformado.

e o entrave que incomodava Agostinho era, segundo Gilson “como é possível alcançar uma verdade certa e incontestável em relação as coisas invisíveis?”. No entanto, Agostinho não nega a certeza dos números, mas queria uma igual certeza em relação as coisas invisíveis. Mas, também foi uma decepção para ele e logo percebeu que ali não encontraria a verdade e que eles não eram capazes de responder suas questões filosóficas e intelectuais, pois estes afirmavam de que de tudo se deve duvidar, embora aqueles céticos levantassem as questões que sempre o incomodaram, “o que teria então motivado o ex- maniqueísta conformar-se e a aceitar a doutrina dos acadêmicos?”<sup>16</sup>

No entanto, Agostinho se utiliza da própria dúvida para se chegar à verdade, utiliza a próprio cogito para refutar os céticos, o que ele faz é inovar esse método da dúvida, ou seja, não se preocupar com os meios, mas com os fins que ela proporciona, e assim tornar-se uma dialética de investigação filosófica, ou seja, para ele encontrar respostas as suas crises existenciais é necessário ocorrer a dúvida, o que segundo os céticos diziam que nunca se chegara a uma plena verdade duvidando.

Enfim, o pensador inaugura uma nova visão em relação ao ceticismo a partir dos próprios céticos, apesar dessa inquietação de espírito Agostinho nunca duvidara da existência de Deus, por isso irá refutar o ceticismo se utilizando do próprio método desse sistema, provando a existência do eu, pois para ele é por meio da filosofia que se encaminha a uma conversão da exterioridade para a interioridade, isto quer dizer, que o filosofar é o ato contemplativo de Deus<sup>17</sup> deixando-se guiar pela voz interior e a convidar a si próprio para pensar em Deus, desejando buscá-lo e desejá-lo, pois este é a mais pura verdade, este é o fundamento da verdade.

Agostinho abandona o Ceticismo e visita outra doutrina filosófica, o Neoplatonismo onde teve acesso por intermédio de Plotino, esse fato contribuiu para sua formação espiritual, embora não tanto, para ele se tranquilizar, pois mais tarde procura Santo Ambrósio que será explicado, mas adiante. O encontro com o Neoplatonismo foi a primeira entrada para uma vivência mística com o encontro do cristianismo, conforme

A influência da inspiração neoplatônica e cristã na orientação existencialista do pensamento agostiniano merece uma referência à parte. O neoplatonismo, com a sua forte incidência na problemática do homem perdido na dispersão intramundana do mundo sensível, com o seu misticismo e o seu caráter soteriológico, proporcionou ao inquieto Agostinho, além do mais, a sua aproximação do cristianismo e nele o vislumbramento daquela sabedoria que

<sup>16</sup> PEREIRA JÚNIOR, A.; COSTA, M. Crítica Agostiniana ao Ceticismo Acadêmico. In: Civitas Agostiniana. Revista Internacional de Estudos Agostinianos. Porto, 2016. p. 71.

<sup>17</sup> COUTINHO, Jorge. Didaskalia: Revista da Faculdade de Teologia de Lisboa, 1989, p. 100.



vinha a responder cabalmente à sua problemática existencial, e à sua ânsia de paz e de salvação (COUTINHO, 1989, p.98).

Notou nos livros platônicos um alto desenvolvimento de espiritualidade que proporcionou respostas a algumas questões que ele procurava, ao ter contato com essa doutrina percebeu que seria proveitoso se conectar à mesma e, logo, aderira os pensamentos neoplatônicos. Agostinho encontrou as respostas em relação a Deus, ao conhecer as coisas incorporais, invisíveis, espirituais, ou seja, necessita se aparta dos sentidos e imagens para conhecer a Deus, este que é a verdade e causa de todas as coisas, isto é, que devesse sair do mundo exterior e ir para o mundo interior, pois é assim que Deus mostrar-se.

Em Milão, aproxima-se de Santo Ambrósio<sup>18</sup>, sendo mais um contato de suma importância para sua formação espiritual, porque conheceu a noção de espírito, mas o materialismo ainda estava impregnado no seu interior e ainda era um impedimento para tornar clara sua convicção de espiritualidade, entretanto, a leitura dos sermões de Santo Ambrósio foi fundamental para esclarecer as Sagradas Escrituras, tornando-se assim uma chave de leitura.

Essa complementariedade fez Agostinho reconhecer a possibilidade de seguir com a fé, a partir disso percebeu o erro quando primeiro quis submeter-se à ciência e por isso, aderiu ao erro dos maniqueus, os quais eram inimigos da igreja, quando o filósofo percebeu a importância das verdades cristãs quis investigar para tomar conhecimento. Antes de adentrar ao problema central dessa pesquisa, iremos a priori, dar ênfase a sua vida pessoal, a qual está intimamente ligada à sua trajetória intelectual, considerando o antes e após, inerentes a conversão de Agostinho, ressaltando acerca de como era a sua conduta moral dentro de uma perspectiva pessoal.

#### **1.4. A moralidade Agostiniana: trajetória pessoal**

O comportamento de Agostinho era comum a tudo e a todos perante a fase de adolescência, esta é comum a partir da felicidade, em diversão com os amigos e usufruir das coisas mundanas. E não seguindo nos estudos seriamente e como todo adolescente discorria que tudo tinha razão, e que seus pais nada entendiam, ou seja, a rebeldia

---

<sup>18</sup> Nascido em Tréveros no ano de 340, era ainda catecúmeno quando subiu a sede episcopal de Milão. Dedicou-se ao estudo das sagradas escrituras com tanto empenho que logo dominou, mas foram suas qualidades pessoais que impuseram o bispo de Milão a devota atenção de todos. A atividade diária de Ambrósio era dirigida antes de tudo a orientação da comunidade e cumpria tarefas pastorais. Agostinho que foi um assíduo ouvinte e refere-se como grandes prestígios por causa de sua eloquência de bispo de Milão e a eficácia de sua tonalidade de voz.

dominava seu ser para contrariar seus pais e mestres, porque não gostava de frequentar a escola por preguiça e que para ele não era prazeroso, e ignorava essa parte, como ele mesmo diz nas confissões *“Fui mandado à escola para aprender as primeiras letras, cuja utilidade eu, infeliz, ignorava. Todavia batiam-me se no estudo me deixava levar pela preguiça.”*<sup>19</sup>

Agostinho demonstrava um comportamento doloroso durante sua juventude, sua conduta moral não correspondia ao que lhe foi ensinado, sua visão em relação ao mundo e as pessoas ao seu redor não importava, porque o seu pensar e agir cobijavam e não aceitavam tanto sofrimento, e levava uma vida na concupiscência. Como não era disposto a ir às aulas, era acoitado por desinteresse no curso, e as pessoas riam daquele sofrimento, segundo Agostinho, *“(…) as pessoas mais velhas e até os meus próprios pais, que, afinal, me não desejavam mal, riam-se dos açoites – o meu maior medo e mais penoso suplicio.”*<sup>20</sup>

Como se sabe a trajetória intelectual do pensador caminha juntamente com sua trajetória pessoal, analisando sua vida antes da conversão é possível notar que a moralidade é inexistente na sua carreira pessoal, pois não achava justo que fosse impedido de fazer o que desejava, ultrapassando os limites para se gloriar em presença dos amigos, por isso não se comportava nas aulas, ao invés de ir as aulas, preferia ir ao encontro dos amigos para se divertir, e isso valia mais do que estudar, pois antes de chegar à fase da inquietação para chegada da conversão ele procurava os meios mundanos para se divertir, seu pensamento era desejar as riquezas, as honrarias, participar de festas, e tudo queria usufruir das coisas luxuosas em excessos, como ele confessa na sua mais importante obra, *“Digo e confesso, diante de Vós, meu Deus, estas fraquezas que me angariavam aplausos daqueles cuja simpatia equivalia para mim a viver cheio de honra.”*<sup>21</sup>

As coisas simples eram vulgares e não mereciam ser usufruídas. O que mais valia era estar entre os amigos e ser reconhecido como uma pessoa má, ou seja, uma pessoa egoísta e esquecer a sua conduta moral, que segundo ele as pessoas riam, e que para ser temido devia fazer coisas más para ser respeitado. E nisso acatava as ordens de seus pais quando diziam que o melhor era estudar para se tornar uma pessoa respeitada.

---

<sup>19</sup> SANTO AGOSTINHO, 1980, p. 43.

<sup>20</sup> Idem, ibidem, p. 43.

Eu pecava Senhor, desobedecendo às ordens de meus pais e mestres, pois podia no futuro fazer bom uso desses conhecimentos que me obrigavam a adquirir, qualquer que fosse a intenção com que nos impunham. Além disso, eu não desobedecia para fazer melhor escolha, mas só pelo amor do jogo (SANTO AGOSTINHO, 1980, p. 43).

Suas escolhas antes da conversão giravam sempre em torno das coisas as quais mais tarde reconheceu como bens temporais e prazeres mundanos que impedem a aproximação de Deus. A desobediência com seus pais e mestres o levou a cometer um erro onde sua conduta ética fugiu completamente, um roubo na casa do vizinho, que por amor ao proibido e pelo prazer daquilo que aparentemente agradava.

O mal-uso de sua liberdade impôs o que mais tarde irá chamar pecado, esse mau uso acarretou para Agostinho em furtar e enganar os seus pais e mestres pelo o amor ao jogo com seus amigos, pois ele não aceitava derrotas durante o jogo e além de roubar, forjavam suas vitórias para se sentir superior a seus colegas, sendo muitas vezes cruel quando era descoberto, preferia omitir a falar a verdade, o que mais tarde será ao contrário como está nas confissões.

Cometia furtos na despensa e na mesa de meus pais, ou impelido pela gula ou para ter que dar aos rapazes, retribuindo-me estes com o jogo, com o qual igualmente se deleitavam à minha custa, porque mo vendiam. Vencido pelo louco desejo de Superioridade, obtinha também muitas vezes nesse jogo as vitórias com fraude. No entanto, se surpreendia alguém, não queria tolerar, e até atrozmente o repreendia, quando era isto mesmo o que eu fazia aos outros! Caso fosse eu o surpreendido e o acusado, preferia antes ser cruel do que ceder (SANTO AGOSTINHO, 1980, p. 43).

Esse mau uso de suas escolhas fizera Agostinho perder a noção de seu comportamento no meio da sociedade em que vivia. Tinha perdido a sua ética no meio desse querer alcançar a superioridade em relação as outras pessoas, deixando-se guiar pela inveja e a cobiça que rodeiam o mundo e gerando ações que desfiguram um ser convertido, totalmente oposto, que estava em busca da verdade.

Após a conversão é possível notar um homem totalmente adverso, o seu pensar e agir diferentes e que agora se importa demasiadamente com o próximo, buscava acima de tudo a verdade, desviando dos caminhos das mentiras e omissões, preocupado em estabelecer a paz interior e agora busca as coisas simples e delas usufruir, sem grau de superioridade e o mais importante, reconhecimento de sua pequenez no mundo. Convertido, sua conduta moral pessoal evidencia no amor, fé, caridade, esperança e em uma vida após a morte, formas distintas de agir e enxergar o mundo, as pessoas. Correspondendo aos valores que sua mãe lhe ensinou, acercar-se de grau de

superioridade o qual resume ao seu criador, Deus, pois para ele, é a única verdade. Contestando, ele buscava os prazeres nas coisas mundanas e esquecia as partes espirituais, como ele confessa:

Quero recordar as minhas torpezas passadas e as depravações carnis da minha alma, não porque as ame, mas para Vos amar, ó meu Deus. É por amor do vosso amor que, amargamente, chamo à memória os caminhos viciosos, para que me dulcifiqueis, ó doçura que não engana, doçura feliz e firme. Concentro-me, livre da dispersão, em que me dissipai e me reduzi ao nada, afastando-me de vossa unidade para inúmeras bagatelas. Quantas vezes, na adolescência, ardi em desejos de me satisfazer em prazeres infernais, ousando até entregar-me a vários e tenebrosos amores! A minha beleza definiu-se e apodreci a vossos olhos, por buscar a complacência própria e desejar ser agradável aos olhos dos homens (SANTO AGOSTINHO, 1980, p. 62).

Quando conhece esta chave para adentrar no mundo espiritual deposita toda a sua vida na fé, esperança e caridade, sendo o criador o senhor que sabe de todas as coisas, e possui poder superior, digno de louvor e honra o único a ser temido, provido da verdade, sendo estar a mais brilhante de todas. Seu arrependimento de atos errados perante as leis divinas e dos homens acarretou no suplício do perdão e justificou seus atos como cumplicidades, pois segundo Agostinho sozinho não se rir facilmente<sup>22</sup>. Portanto, as ações são movidas pelo impulso de certas amizades, que contribuem para caminhos desviados do bem, mas certamente deve contar com a vontade e o desejo de seguir, contrapondo quem está ao lado. Porém, ele ressalta que sem o conhecimento do bem, o homem tende a ficar envergonhado e se negar entre um grupo de amigos.

Para tanto, Agostinho percorre outro caminho para contemplação de sua natureza, deixando-se conduzir por valores ensinados pela mãe, esta que temia a perdição de seu filho por contrariar na adolescência as palavras de Deus, mas após a conversão sua ética distingue-se pela formulação de uma elucidação de como pode existir o mal se tudo vem de Deus que é bom, esboçando uma ética harmonizada com os preceitos morais cristãos baseados na fé, esperança e amor, reconhecendo que o homem bom é aquele que ama e sabe o que deve amar, harmonizando sua convivência com o próximo.

Portanto, a ética agostiniana ressalta a importância do relacionamento com a vontade de Deus uma ação moralmente considerada quando estiver de acordo com a lei divina, que estabelece ordem no universo para comandar no amor, todas as criaturas.

Agostinho descobre que uma ação perfeita é discorrida no encontro com Deus, afirma nas confissões:

É pela piedade humilde que se vai até Vós, para purificardes os nossos maus hábitos. Por causa dela, mostrais-Vos indulgente para com os pecados daqueles que os confessam e ouvis os gemidos dos cativos carregados de ferros. Desse modo, soltais-nos dos grilhões por nós mesmos preparados, contanto que jamais ergamos contra Vós "os chifres duma falsa liberdade", cobiçosos de possuir mais haveres, com risco de tudo perdermos prejudicialmente, se amarmos mais o nosso egoísmo do que a Vós, soberano Bem (SANTO AGOSTINHO, 1980, p.77).

Quando o pensador submete os bens mutáveis aos bens imutáveis ocorre o distanciamento do bem supremo, deixando-se levar pelo egoísmo, pela honra e luxúria, adotando uma falsa liberdade para encontrar uma falsa felicidade, porém, para alcançar uma vida moralmente perfeita é necessário ir ao encontro de Deus, pois este é a fonte da felicidade e este é o objetivo de moralidade. Este foi o objetivo de Agostinho quando se converteu e seguiu os costumes da igreja para inaugurar uma nova teoria teológica.

O reconhecimento do bem superior leva a autonomia para amar a si próprio e o próximo, tendo em vista a ética guiada no amor a Deus, e os hábitos cristãos ressaltando um comportamento fraternalmente correto, pois como sucede que o superior domina o inferior, assim também Deus domina as criaturas, é por esta razão que conduziu sua vida, pois Agostinho amava Deus sem mesmo ele conhecer essa chave, para ele o homem se revela por aquilo que ama.

Vale ressaltar, que a moralidade do filósofo é aquela que ajuda a conviver na ordem do amor, pois esta é a finalidade de toda a criação, justificando a felicidade que resulta na união ao seu criador e a infelicidade de agir imoral segue-se do pecado do distanciamento do dever cristão, resultando na imperfeição de ato, ou seja, ocorre a imitação perversa da natureza do bem, contrariando os costumes religiosos. É notório que, após o conhecimento da espiritualidade, ou seja, sua conversão sobrevém a Agostinho novos hábitos e costumes, pois se tornara bispo e um grande influenciador no Ocidente, cai sobre ele a responsabilidade de agir moralmente e na medida do possível sua participação nos concílios dos santos bispos, mas sua intenção já não era por interesse próprio, oposto a isso buscava os interesses de Deus para auxiliar aqueles que participavam daquele encontro a fim de que permanecessem e seguissem os caminhos cristãos e os costumes da igreja, para assim também se tornarem clérigos e bispos.

É possível perceber nas Confissões que o bispo convencido de um passado que acarretava lembranças de mau uso de sua liberdade, demonstrava arrependimento e o

quanto buscava o perdão divino, este que é recebido pela bondade divina, é incomensurável sua busca por amar e desejar Deus, pois ele amava amar a Deus. Por isso, buscou uma nova forma de ver e usar o mundo, agora prevalecendo da simplicidade, segundo consta na obra do amigo Possídio:<sup>23</sup>

Seus vestes, calçados e lençóis eram simples, mas adequados; nem ótimos, nem péssimos. De fato, nisto costumam os homens em geral envaidecer-se ou humilhar-se, em ambos os casos não procurando os interesses de Jesus Cristo, mas os próprios (Cf. Fl 2,21; 1 cor 13,5). Ele, porém, como disse, mantinham-se no meio, sem declinar à direita ou à esquerda (cf. Nm 20,17; Dt 2,27; Pr 4,27 etc.) 2. Sua mesa era frugal e parca; constava de verduras e legumes, e algumas vezes também carne, por causa dos hóspedes ou dos mais fracos. Sempre havia vinho, porque sabia e ensinava, conforme a palavra do Apóstolo, que tudo o que Deus criou é bom, e nada é desprezível, se tomado com ação de graças, porque é santificado pela palavra de Deus e pela oração (1Tm 4,4; cf. conf. x 32,46; contra Faust. XIV, etc.). (POSSÍDIO, 1997, p. 63 – 64).

Visto como um homem simples, mais consciente do que devia comer e beber, vestir e calçar, analisando seus atos, é perceptível que a conversão ocasionou a Agostinho o amadurecimento, e fundou assim a ética cristã, que é regida pela lei do amor a Deus e ao próximo, sendo esta a ordem divina, pois o homem é criado a imagem e semelhança de Deus. Portanto, esta é a forma definitiva preparada na sua conversão, acarretando no bom uso de sua razão para realização de homem virtuoso e consagrado santo.

#### **DIFERENÇAS ENTRE O AMOR VERDADEIRO E O AMOR FALSO FUNDAMENTADO NA CONDUTA ÉTICA CRISTÃ PARA ANÁLISE DA PRÁTICA DO BEM E DO MAL.**

Este bloco tratou do apego aos objetos materiais e que apesar de referir-se ao período tardo-antigo, ainda está muito presente na contemporaneidade, cujo assunto é bastante debatido em rodas de conversas tanto no meio da religião como fora dela, pois é um assunto que afeta a sociedade modernizada, que luta para conseguir as coisas modernas para satisfazer sua vaidade e luxúria. Em seguida abordo as diferenças entre o amor às coisas terrestres e o amor caridoso, e destaco a importância e o mais valioso segundo santo Agostinho, como seguir e buscar o verdadeiro amor a serviço de Deus,

---

<sup>23</sup> São Possídio foi o primeiro biógrafo de Santo Agostinho, nomeado bispo de Calama por volta de 397, participou juntamente com Agostinho nos concílios na África. A morte de Possídio ocorreu 437.

pois sem esse amor o homem apesar de alcançar seu objeto desejado possui o medo de perdê-lo trazendo o medo da morte como perda total do bem material.

## **2.1 Conceitos: caridade e amor mundano**

Para começar, vale ressaltar que os conceitos de amor como desejo e caridade, o primeiro é a apreciação pelos bens terrenos, que equivale a dizer o gosto pelos bens materiais que resulta na falsa felicidade, o homem anseia pelas coisas criadas e contempla como fim último, quando na verdade deve desejar os bens eternos e apreciar o verdadeiro amor, desprezando assim o amor tenebroso dos desejos mundanos. O segundo é o amor ao próximo e amor de Deus, é a paz interior e a essência da vida humana, pois o amor é a centralidade na moralidade agostiniana sendo a base de um cristão para partilhar o bem, o amor é a chave para construção de uma sociedade de paz, igualdade e bem.

A caridade é a realização da vida cristã todos os mandamentos divinos a ela fazem referência. Agostinho usa os termos amor e caridade como sinônimos, o amor é a força da alma e vida, é ele que a determina no sentido bom ou ruim, segundo o objeto que se ama. É movimento, uma inclinação, uma tendência que nos impulsiona a sair de nós mesmo, do nosso mundo em direção ao amado. Daí a importância do amor a Deus, a nós e ao próximo, são esses os “objetos” que devem ser amados, o amor está no centro da vida cristã e a identifica. Assim como a fé e a esperança, o amor é dom de Deus, que dota a vontade humana de uma aspiração divina, nosso amor deve ser inspirado pelo amor divino e refletido em nossos atos concretos (DETONI, 2010, p. 113).

Visto que o amor é desejo, é certo que existem dois grupos de objetos a serem amados pelo homem, as coisas criadas ou o criador, ou seja, Deus como fim, isto equivale aos níveis de desigualdades entre o amor aos homens e o amor a Deus. Todo o desejo vai ter relação com alguma coisa, pois não existe o desejo sem antes tê-lo conhecimento deste objeto, isto quer dizer, que é preciso amar primeiro para depois desejar e ter.

Todo o desejo tende a um fim e o fim que o homem sempre procura é a vida feliz, é esta que estimula o interesse por cada objeto e direciona ao encontro daquilo que cada um entende por bem, o desejo está ligado a diferentes visões do indivíduo, o ponto de partida que nasce o desejo é justamente o não ter, pois o não ter desarticula o ter posto que o amor impulsiona a vontade de ter e querer alcançar o estado pleno da felicidade. Alocando a importância nas coisas temporais e menosprezando os bens

eternos, o homem, enquanto conhecedor apenas dos bens temporais, não reconhece a importância desse amor superior às coisas temporais, mas sabe distinguir o que é bom e ruim, isto inclui a possibilidade da escolha fundamental.

Amar não é mais do que desejar (appetere) uma coisa por si mesma. E, indo um pouco mais longe: pois o amor é desejo (appetitus). Todo o desejo está ligado a qualquer coisa determinada que deseja. É este objeto do desejo, que antes de mais, fez nascer o desejo, estimulou-o, deu-lhe a sua direção. É determinado por aquilo que o determina, pelo que é predestinado ao seu fim. (ARENDDT, 1997, p. 17).

A característica do desejo é o de não ser possuído, isto quer dizer, uma inquietação da vontade, segundo Gilson (2012) “o desejo é um aquiescer à tendência da vontade para um objeto qualquer”, ou seja, o que estimula o desejo é justamente o não usufruir, enquanto o objeto não estiver na posse o desejo não deixa de desejar para a realização completa, assim o amor é vontade, esta é a senhoril do homem é a própria característica dele, é ela que move o ser entre o querer e o poder de alcance do bem ou mal.

Nessa estrutura do amor que tem por papel a vontade ordenadora de qualquer decisão do homem para com o objeto desejado, revela a direção tomada para um fim, não importa qual seja boa ou ruim a vontade é o guia livre para escolher o seu ato, determinando o mais agradável para sua concretização, determina aquilo o que quer a sua imaginação, ela é a dominadora do ser, portanto, ela é que produz, desperta prazer, seja para odiar, desprezar ou assentir. A intenção dela é simplesmente satisfazer o que ela determina, muitas vezes são atos desregrados, desordenados ultrapassando os limites da ordem divina.

De início, é evidente que se o amor é o motor íntimo da vontade, e se a vontade caracteriza o homem, pode-se dizer que o homem é essencialmente movido por seu amor. Não há nele qualquer coisa acidental ou sobreposta, mas sim uma força interior à sua essência, como o peso na pedra que cai. Por outro lado, já que, por definição, o amor é uma tendência natural para um certo bem, ele se agitará para alcançar seu fim durante o tempo em que não o tiver obtido (GILSON, 2010, p. 257).

Assim, como Agostinho narra em sua obra as confissões que vivera em uma crise de angústia, inquietação, pois não encontrava sentido em sua existência, e por isso não se conformou até que encontrasse respostas para sua alma inquieta. Notando-se que sua vontade é o que movia a buscar em sua memória aquilo que ele queria recordar, pois



a vontade domina tudo aquilo que as lembranças, ou seja, o fato de não se lembrar de uma conversa não foi por falta de atenção, mas sim porque a vontade naquele momento estava direcionada a outro assunto. De certa forma, Santo Agostinho afirma que Deus estava guardado em sua memória, mas a via que a sua vontade procurava estava focada em outra coisa de fora, porque Deus estava dentro e ele fora, isto é, procurava nas coisas corpóreas, na temporalidade e Ele encontra-se fora do tempo.

Vós, porém, permanecéis imutáveis sobre todas as coisas, e apesar disso, dignastes-vos habitar na minha memória, desde que vos conheci. Por que procuro eu o lugar onde habitais, como se na memória houvesse compartimento? É fora de dúvida que residis dentro dela porque me lembro de Vós, desde que vos conheci e encontro-Vos lá dentro, sempre que de Vós me lembro (SANTO AGOSTINHO, 1980, p. 231).

O fato é que, esse encontro extinguiu a inquietação de seu coração, pois descobriu para onde o peso do seu amor apontava, ou seja, levou para o amor a Deus o encontro com o bem supremo, estando esse amor a disposição de espírito, pois era para esse lugar que o seu espírito clamava e direcionava o seu desejo através de uma auto reflexão interior que baseia toda sua vida intelectual e pessoal.

O homem tende àquilo que tem por natureza que foi posto por Deus e direcionado a vontade Dele, tudo que o homem deseja está ligado ao desejo do bem maior, porém, a vontade é dividida entre uma vontade boa e outra má, cujas, vontades Agostinho experimentou quando desejava gozar das coisas temporais buscando a felicidade, mas ao mesmo tempo vivia na angústia e drama de sua crise.

## **2.2. A ausência de amor aos bens superiores origina medo da morte como perda e mal nos bens mundanos**

Em relação a este bem, qual será a definição? Será como algo relacionado em tristeza e alegria, como aquilo em que cada ser determina como bom e ruim? O que é este bem, é aquilo que não se possui, e quando é possuído é desprezado? A partir disso, surge outra questão, quando o homem alcança tal objeto vem juntamente o medo da perda desse objeto, pois o que ele anseia são os objetos temporais desligados de toda superioridade imortal. Este medo nasce, pois o que se ama são as coisas do mundo, a coisa criada mortal. É por isso que o objeto possuído se transforma em medo da perda,

quanto maior o amor pelo objeto maior se torna o medo da perda, esse medo domina o ser a ponto de não aceitar a morte como o fim total.

Este amor transformar-se em medo (*metus*): A pessoa não tem dúvidas de que o medo tem apenas por objeto a perda do que amamos, se o obtivemos, ou a sua não obtenção, se o esperamos obter. Do querer possuir e do querer manter o desejo nasce o medo da perda. No instante em que é possuído, o desejo transforma-se em medo. Assim como o desejo deseja o bem, o medo receia o mal. O mal que, que afasta o medo, ameaça a vida feliz que consiste em possuir o bem. Enquanto o homem deseja as coisas temporais, expõem-se continuamente a esta ameaça e ao desejo de possuir corresponde incessantemente o medo de perder (ARENDDT, 1997, p. 18).

O homem é amedrontado por um devir que assusta o seu presente, durante a estadia do homem na terra ele receia esse mal, como fim de toda a realização dos desejos, pois o desejo é querer e manter o objeto, e isso o homem não pode controlar sendo ele também um ser mortal, as mudanças atormentam a vida e deixam claramente aberto uma porta de novas vidas, esperanças de se fixar naquilo que não pertence a sua natureza.

Não existe, portanto, o retorno de poder entre homem e Deus pois, não existe poder na humanidade o ser humano não é capaz de ordenar justiça no mundo, o poder compete justamente a superioridade do bem supremo, e a falta deste poder humano acarreta na sua inferioridade de bem, portanto, se perde o desejo na imortalidade. Este mal, que o medo teme é visto como a morte ameaçadora da vida terrestre.

A morte é interpretada em dois sentidos, este mal extremo e o indicador daquilo que a vida não pode dispor de si mesma e amando as coisas temporais estará propício a sofrer a perda. A consciência deste poder que falta, através do qual a vida é entendida à primeira vista como mortal, contradiz a definição de amor como desejo enquanto aspiração visa, pelo seu próprio sentido, qualquer coisa de acessível, mesmo que a não consiga alcançar. Se a morte é vista apenas como mal extremo, a unidade da argumentação é preservada (ARENDDT, 1997, p.20).

No entanto, o homem não tem o poder de controlar sua própria vida, qual homem na terra tem esse poder? A humanidade crer em uma liberdade ilusória, ou seja, o homem deseja, faz e fala o que pensa, porém, sua existência é regida não por sua liberdade, mas sim por uma ordem divina que designa como verdadeira liberdade, ou seja, o homem possui autonomia quando reconhece essa ordem da dependência de Deus. Hannah aponta esse problema como contradição à definição de amor como desejo, pois a falta desse poder implica na posse da vida feliz, o amor tenebroso para existir na reta ordem; acontece que, o homem não pode desejar ser imortal, porque ele

próprio é uma coisa criada na temporalidade e transitoriedade, depositada no mundo para um único fim, a morte.

Portanto, sua existência se iguala aos seus desejos temporais e transitórios, e o paradoxo desta definição é ambição de qualquer coisa de acessível ao homem, porém ele não pode viver eternamente no mundo, esse desejo é extinguido pela morte.

Ao contrário, num amor perfeito pelo fim supremo, nenhuma discórdia, nenhuma desigualdade seriam possíveis entre as virtudes. A temperança é um amor que se reserva inteiramente para Deus; a força suporta tudo com facilidades por amor a Deus; a justiça serve apenas a Deus e domina a partir disso, com retidão, tudo que está submetido ao homem, a prudência é um amor que sabe discernir o que a liga Deus e o que separa dele (GILSON, 2010, p. 260 – 261).

É possível notar, que o desejo está ligado a não perda do objeto amado, justamente o bem superior este não é perdido, pois sua raiz é na eternidade, o único capaz de trazer a felicidade do homem, pois esta garante a verdadeira posse do bem e na aniquilação da má vontade de querer possuir os bens inferiores.

O que permanece nesse desejo de posse é justamente o bem supremo, ou seja, o amor a Deus, Quem deseja Deus nunca perde a posse do mesmo, pois sendo ele imortal e verdade, que é a eternidade, pois, nesta não existe morte, medo e é livre para o amor, e o que o amor almeja é o bem e a felicidade. Mas, segundo Agostinho, a vida feliz consiste em viver de modo diferente, no entanto, todos desejam essa beatitude.

Onde e quando experimentei a vida feliz, para a poder recordar, amar e desejar? Não sou eu o único, nem são poucos os que a desejam. Todos, absolutamente todos, querem ser felizes. Se não conhecêssemos a vida feliz por uma noção certa, não a desejaríamos com tão firme vontade. Que significa isto? Se perguntarmos a dois homens se querem alistar-se no exército, é possível que um responda que sim, outro que não. Porém, se lhes perguntarmos se querem ser felizes, ambos dizem logo, sem hesitação, que sim, que o desejam, porque tanto o que quer ser militar como o que não quer têm um só fim em vista: o serem felizes. Opta um por um emprego, e outro por outro. Mas ambos são unânimes em quererem ser felizes, como o seriam também se lhes perguntassem se queriam ter alegria. De fato, já chamam felicidade à alegria. Ainda que um siga por um caminho e outro por outro, esforçam-se por chegar a um só fim, que é alegrarem-se. Como ninguém pode dizer que não experimentou a alegria, encontramos-la na memória e reconhecemo-la sempre que dela ouvimos falar (SANTO AGOSTINHO, 1980, p. 229).

O que ocorre é o que cada um entende por felicidade e pelos bens que o levam à felicidade, que, portanto, deseja, é algo diferente, portanto, o que amor visa é a partir desses dois paradoxos, o bem como aspiração de uma vida livre de medo e mal como

retirada do medo da perda, que é o próprio aniquilamento da vida, portanto, o bem é o próprio Deus. Todos os bens terrestres são ilusões do homem que adotam como vida plena determinado para concretização do bem, não passam de coisas enganosas, pois a mortalidade os aniquila, e só é possível perceber quando os bens do mundo são desvalorizados.

É a partir do conceito de bem assim definido, a partir da eternidade, que o mundo e a temporalidade são desvalorizados e relativizados. Todos os bens deste mundo são cambiantes, mutáveis; uma vez que não tem permanência, não são apropriados para serem ditos. Não podemos confiar nisto. E mesmo se tivessem uma permanência, é a própria vida humana que não a tem. Em cada dia que passa, perdemos a própria vida; vivos, caminhamos em direção ao nada (ARENDDT, 1997, p. 22 – 23).

A desvalorização do mundo acontece com as perdas dos desejos é difícil deixar as coisas ou pessoas que amamos para traz, pois, a própria vida não tem durabilidade na terra e a não compreensão delas partirem se torna a inquietude da vida, acontecendo o encontro da resposta do porque elas morrem, e o homem percebe que não deve confiar nesses bens, confiar, não que deixem de amar, pois “é verdade que, enquanto obra de Deus, todos os bens mundanos são bons”<sup>24</sup>.

Partindo para outra concepção de amor, tendo como ponto de partida o conceito de mundo, equivale a dizer que todos que amam o mundo são denominados mundanos, só é possível interpretar essa forma de amar quando se tem princípio de amor humano, pois é a partir dessa interpretação que os bens do mundo se tornam mutáveis, céu e terra compõem o mundo justificando as obras de Deus, o amor do homem e a sua mutabilidade dentro dessa perspectiva chamada mundo, é por amor do homem pelo mundo que se justifica essa coisa mutável.

A identificação específica entre terrestre e mortal só é possível quando o mundo é considerado a partir do homem, aquele que vai morrer. A este falso amor que se prende ao mundo e que, por esse motivo, o constitui, e que, como tal, é mundano, santo Agostinho chama cobiça, e ao amor justo que aspira à eternidade e ao futuro absoluto, caridade (ARENDDT, 1997, p. 21).

Entre esse amor ao mundo existem duas formas de amar, o amor falso e outro verdadeiro equivalem a dizer que é o amor injusto e o amor justo, que Santo Agostinho denomina como a cobiça e a caridade onde o homem se utiliza e outro usufrui dos bens.

---

<sup>24</sup> Hannah Arendt refere-se ao fato de que todas as coisas terrestres são criadas por Deus e, portanto, são boas por natureza e que ao serem usadas pelo homem, tornam-se um mal, pois a livre vontade se encarrega de desvirtuar os bens.

Conforme afirma Arendt (1997, 24) “A este falso amor que se prende ao mundo e que, por esse motivo, o constitui, e que, como tal, é mundano, santo Agostinho chama cobiça (*cupiditas*), e ao amor justo que aspira à eternidade e ao futuro absoluto, caridade (*caritas*)”.

Dessa forma, o amor se restringe a essência do homem o que induz a uma aceitação ou rejeição da vontade de desejar o que é digno e indigno de ser amado que se segue que o amor é a centralidade da vida moral para o convívio em comunidade, pois está ligado a escolha entre o bem e o mal, seguir o caminho do mal é a perdição e caso aconteça o homem dependerá da graça de Deus que é o amor de Deus, caso contrário, a escolha do bem encontrará a perfeita vida e permanecerá salvo.

Toda escolha é uma adaptação do homem para enfrentar o medo, alegria, tristeza e o temor, ou seja, o homem aceita como algo bom ou rejeita como algo ruim, de qualquer forma, a insatisfação domina o homem e leva para a vontade pecadora, pois o que possui não é suficiente sempre quer mais e acaba caindo na profunda miséria humana que é a corrupção da natureza. Mas, o amor é a saída dessa miséria, pois a natureza do homem é boa e como essência o peso maior, ou seja, o amor.

Agostinho define o homem como criatura de Deus corrompido naturalmente pelo pecado original, cujos pecados encontrariam remissão na graça divina (p. 129, art. livre arbítrio) por isso, enquanto não encontra seu devido lugar permanece inquieto, sendo obrigado a satisfazer sua vontade, pois quem gostaria de viver na tristeza ou sem amar? Desfrutando de desamor, vivendo com pessoas egoístas, se o mundo completamente agisse assim seriam avarentas ou amadas? Portanto, o problema não é o amor e sim os objetos a serem amados, sendo assim, não se pode tirar essa particularização do homem porque ele próprio é criado desse amor.

### **2.3. O amor como desejo e caridade: a distinção entre amor as coisas terrestres e amor a serviço de Deus**

Na interpretação agostiniana esses dois termos foram estabelecidos a partir do amor como desejo, ligado ao bem e o mal direcionado a moralidade agostiniana, a caridade é a realização do amor a serviço de Deus, como também se estabelece o amor ao próximo. O segundo grau de amor determina a vontade do desejo carnal, destituído de virtudes teológicas que caracterizam a presença da ordem divina, que, portanto, representam o bem, amor e paz que são os verdadeiros componentes da sociedade, mas, infelizmente o homem não é perfeito, o pecado é o seu maior defeito, este que não deve

ser atribuído ao seu criador, pois segundo Agostinho sua natureza é boa; portanto, assim existem dois lados opostos, que devem ser atribuídos à vontade.

A caridade consiste em determinar os objetos retos a serem amados que são Deus, a si próprio e ao próximo, vislumbrando o amor a serviço da lei divina para assegurar a não perda do mesmo. Ela designa boa esperança e fé para manter aspiração pelo bem superior, pois essas contemplam o amor verdadeiro que não pode ser abandonado em virtude da posse dos desejos mundanos, a esperança, caridade e fé agem mutuamente, mas é a caridade que exerce o cargo importante e determinante na convivência em comunidade.

É notório que, quem ama crê, cuida e faz o bem, logo o amor é o primeiro na hierarquia de ações valorosas, essas virtudes são de suma importância para prática da vida cristã são elas que movimentam a harmonia que revela a felicidade da vida pós-morte, por isso, a caridade é a luz da humanidade e primazia na vida para contemplar a verdadeira felicidade, pois quem ama deseja, espera e confia.

Graças à fé é que podemos amar a Deus no qual acreditamos. É por meio dela que veem operadas nossas boas obras (EF 2, 8-9). Fé que age através da caridade e que não pode existir sem a esperança, as três virtudes estão intimamente unidas, mas é a caridade, segundo o apóstolo Paulo, a exercer a primazia (1Cor 13). Quem não ama crê inutilmente, ainda se o quer crê for verdadeiro. E inutilmente espera, ainda se as coisas que espera dizem respeito à verdadeira felicidade. Mas quem ama retamente, crê e espera retamente. A caridade é a realização da vida crista, todos os mandamentos divinos a ela fazem referência (DETONI, 2010, p. 112).

Visto que o amor é a centralidade da vida cristã e o fator determinante, é aceitável dizer então que ele é a força e direção aos sentidos de bom ou ruim, ou seja, tem-se a vontade correta e incorreta de agir, portanto, a combinação entre amar e desejar é determinado pelos objetos que se deve amar e não pela impulsão do desejo. Mas, vale ressaltar que a caridade é a união entre Deus e o homem, é a compaixão de Cristo pela vida humana, ela é a tendência do homem é a saída de si para encontrar quem se ama, por isso é de suma importância amar a Deus, pois a caridade é dom de Deus, este é e deve ser a vontade livre de escolha cristã.

A caridade como dita acima, engradece a fé esta que é a chave da salvação, isto é, não basta crer para ser cristão tem que haver a prática do bem, ora, o que é a caridade a não ser fazer bem, afinal, Deus toma o coração e com sua ajuda o homem supera as obras más, a ponto de redimi-lo. O amor de Deus é segurança da vida feliz pós-morte

nutrido da realização do bem e a aniquilação do mal através das boas ações e da boa-fé em Cristo, pois é o exemplo da caridade ele próprio é a caridade.

Se amarmos Deus devemos amar o próximo como a nós mesmos, esta é a fórmula da caridade, mas enquanto aos incrédulos, fazem ou não boas obras? Se fazem o bem ao próximo deve ser considerado caridade ou autoridade? Se a caridade é amor de Deus, é o próprio Deus, logo, a prática do bem é tudo que se encontra na interioridade humana então, a caridade é o coração de Cristo e do homem, pode-se dizer que, a caridade é caridade se possuir Deus no coração, pois quem tem Deus ama e quem ama pratica caridade e quem pratica caridade é feliz. A felicidade é amar, fazer o bem, desejar coisas retas, obedecer a ordem divina, amar o próximo, reconhecimento da humildade renunciando a si própria para alcançar a graça divina.

Amar-se mutuamente é o mandamento da lei, é o próprio espírito desta lei que visa cada lei isoladamente. A lei regula e determina o comportamento da criatura no mundo, na medida em que vê nele o deserto e vive na relação com a sua própria origem. E como este mundo já é sempre constituído pelo homem, a lei determina o comportamento entre eles. O amor é o espírito de todos os mandamentos particulares; por aquilo que significa, cumpre todo o mandamento possível. Ele é mandado porque é o próprio espírito da lei (ARENDETT, 1997, p. 113).

O amor deve ser o espírito da união entre os homens para poder concretizar a lei que foi colocada para servir a obediência e reconhecimento de igualdade, nos atos diante de um ser que não se pode igualar a ninguém, por isso esta lei é a realização de todo e qualquer caráter direcionado ao amor supremo. Mas, voltando agora para a caridade, é de suma importância perceber o que cada um visa, que, portanto, são modos de vida diferentes, a cobiça visa os bens temporais, a caridade os bens ligados a vida eterna e o amor ordenado o próximo, este é visto como intermédio entre o homem e Deus colocado em grau de ordenador no mundo, o que distorce totalmente a visão de um indivíduo cristão e o mundano, justificando as variadas metas de cada homem em atingir aquilo que definirá como bem. Todavia, sabe-se que o justo amor é a caridade e que esta tem por finalidade, a reta escolha dentro da moralidade e que não se pode colocar em questão a escolha quem se deve amar, como afirma Gilson (2012, p. 189.)

O problema central da moralidade é, portanto, o da reta escolha das coisas a serem amadas. Não que haja a menor dúvida quanto ao objeto último do nosso querer: este não pode ser outro que o próprio Deus, segundo vimos na metafísica. Trata-se apenas de determinar e de querer o que é realmente apto

a conduzir-nos a Ele. Ora, o que pode levar-nos a Deus é a “caritas”, ou seja, o amor a Deus (GILSON, 2012, p. 189).

Em razão dessa escolha que homem distingue entre a caridade e a cobiça, pois o que ele escolhe pode se transformar em caridade ou cobiça isto quer dizer, dependendo dos objetos e os meios que se utilizam para fruir e usar do objeto é que se define o bom e o mau uso.

O que move, portanto, a caridade é a vontade de querer fazer o bem, o desejo de praticar as coisas em virtudes da fé e esperança de um futuro esperado na vida após morte, esse amor é visto como o desejo de querer alcançar o supremo bem, que é visto como a eternidade e o amor a Deus, ou seja, um caminho para um fim último do homem. Mas para isso é preciso renunciar a si próprio para manter esse desejo, pois a caridade é mediação entre o homem e Deus, logo, o homem só poderá alcançar essa vida ultrapassando o amor pelo mundo para o amor a Deus.

A caridade é o amor pelo qual se ama o que deve amar. Como ela é o amor, a caridade deve poder ser assemelhada a um dos pesos que arrastam à vontade em direção a seu objeto. Em certo sentido, ela é análoga aos pesos que conduzem os corpos naturais para seu lugar de repouso; estamos muito bem fundamentados para dizê-los, pois, em última análise, na verdade, é o amor divino que move os corpos físicos bem como as vontades humanas (GILSON, 2012, p. 189).

Portanto, a caridade é o amor que pesa em direção a Deus ela é o próprio amor de Deus, que termina a vontade humana para a vontade divina, é o amor puro na entrada da vida eterna, pois esse amor é visto sem segunda intenção, ele é amado por ser ele mesmo assegurando o bem supremo, sendo este o desejo justo do homem; na caridade se ama corretamente, escolhe retamente, ou seja, a vivencia na caridade leva a pureza da vida, que é o amor a Deus. Já a cobiça leva o distanciamento da criatura do criador, perdendo a verdadeira felicidade, pois é somente perto e amando-o que se pode fruir e usar ao mesmo tempo do próprio criador, e a cobiça é movida pelas vaidades, poder e o orgulho da autonomia que ela não possui, visa a corruptibilidade do homem, levando o esquecimento do justo amor

#### **2.4. A busca pelo amor verdadeiro por intermédio dos preceitos morais cristãos.**

O problema da busca em Deus se dá pelo motivo exposto acima, Agostinho vivenciava um coração perturbado e inquieto com as coisas invisíveis, e que durante sua



juventude e o resto de sua vida se dedicou em buscar apenas a verdade através da razão, tanto que levou o bispo a entrar na <sup>25</sup>seita maniqueísta a ponto de desprezar os ensinamentos maternos. Mas, no decorrer do tempo a fé concretizou a vida de Agostinho como verdadeiro cristão trazido do mundo das trevas para iluminação, pode-se dizer, a purificação de uma vida desordenada pela cobiça, essa graça dada por Deus permite a busca pelas coisas eternas que trazem sentido à vida mortal e percebe-se que a razão sozinha não é capaz de alcançar a verdade. No entanto, a revelação através da fé mostrou o verdadeiro caminho a seguir e o verdadeiro amor a espalhar no mundo, é inegável que para saber basta crer, e crendo é possível alcançar a verdade.

O primeiro passo na via que conduz o pensamento em direção a Deus é a aceitação da revelação pela fé. Procedimento surpreendente para a verdade, e que pode legitimamente parecer contraditório, dado que consiste em aceitar primeiro sem provas o que se trata precisamente de provar. Na realidade, ele se explica pela preocupação, constante para santo Agostinho, de decodificar os resultados de sua experiência pessoal. Durante longos anos ele buscou a verdade pela; na época de suas convicções maniqueístas, acreditou tê-la encontrada por esse método, então, após um doloroso período de ceticismo, atormentado pelo desespero de encontrar a verdade, constatou que a fé tinha permanentemente à disposição a mesma verdade que sua razão não pudera atingir. Portanto, em teoria, parece lógico partir da razão para chegar a fé, mas, na prática, não seria melhor o método contrário? Não seria melhor crer para saber do que saber para crer, ou mesmo para saber? É ao menos isso que sua experiência persuade Agostinho e de que ele, por sua vez, quer nos persuadir (GILSON, 2010, p.61).

Nessa interpretação é possível compreender a escolha que Agostinho adotou para seguir, pois a fé é também uma forma de conhecimento capaz de iluminar a sabedoria aprofundando o saber, isso consiste na doutrina da iluminação que adotara do neoplatonismo, onde o homem com ajuda de Deus tem capacidade de conhecer as coisas imutáveis<sup>26</sup>. É por isso que, adotando a fé o homem é capaz de conhecer as coisas divinas, invisíveis, pela graça que é bondade de Deus, mas, por que o filósofo adotou esse amor a Deus, levando em consideração o amor verdadeiro? Seria para acabar com a crise existencial e resumir sua vida em uma única resposta? Ou seria Deus salvando

---

<sup>25</sup> Doutrina anticristã que afirma a existência de um conflito cósmico entre o reino da luz que é o bem, e o reino das sombras, o mal.

<sup>26</sup> A doutrina da iluminação possibilita o conhecimento dos mistérios divinos, as coisas imutáveis que somente Deus conhece, e numa relação de interiorização entre Deus e o homem são possíveis o ser humano conhecer, segundo Agostinho, a verdade por intermédio da bondade divina, ou seja, esse contato interior possibilita a razão conhecer a presença de Deus e as coisas eternas. Por meio dessa teoria o homem em contato com Deus é conhecedor de tais verdades, pois somente Deus é imutável e eterno, por isso é necessário o homem receber a iluminação divina para adentrar e adquirir os conhecimentos imutáveis.

uma vida do pecado? É inegável que esse amor surgiu após sua conversão, mas o motivo da escolha pelo amor a Deus é simples, porque Nele há vida eterna, e principalmente a felicidade.

Vós, que sois o Médico do meu interior, esclarecei-me sobre o fruto com que faço esta confissão. Na verdade, as confissões dos meus males passados- que perdoastes e esqueceste para me tornardes feliz em Vós, transformando-me a alma com a fé e com o vosso sacramento- quando se leem ou ouvem, despertam o coração para que não durma no desespero nem diga: "não posso". Despertam-na para que vigie no amor da vossa misericórdia e na doçura da vossa graça, com a qual se torna poderoso o fraco que, por ela, toma consciência da sua fraqueza. Consolam-se, além disso, os bons ao ouvirem os males passados daqueles que já não sofrem. Deleitam-se não por serem males, mas porque o foram e agora não o são (SANTO AGOSTINHO, 1980, p. 209).

É notório que esse amor é o ponto de chegada de todo ser humano, pois segundo Agostinho somente o homem pode se interrogar o que se deve amar e quem deve amar e deixar de amar, foi dada ao homem a capacidade de pensar e procurar as coisas boas ou ruins. Mas no mundo ninguém se preocupa com esse amor a Deus todos querem viver para si e para aqueles que beneficiam seu mundo capitalista, o egoísmo assume o papel de segurança dos amores tenebrosos, e o início deste jogo quem ordena é a autonomia, posta no mundo transforma a vivencia pura em corrupção. E após o declínio, o ser humano percebe sua fragilidade e nesse momento procura o amor verdadeiro, no qual se sinta firme e salvo do pecado, e lógico, que Deus sendo um ser bondoso e nunca abandona sua criatura, recebe com todo amor aquele que um dia fantasiou sua imortalidade no mundo.

Que amo eu, quando vos amo? Não amo a formosura corporal, nem a glória temporal, nem a claridade da luz, tão amiga destes meus olhos, nem as doces melodias das canções de todo o gênero, nem o suave cheiro das flores, dos perfumes ou dos aromas, nem o maná ou o mel, nem os membros tão flexíveis aos abraços da carne. Nada disto amo, quando amo o meu Deus. E, contudo, amo uma luz, uma voz, um perfume, um alimento e um abraço, quando amo o meu Deus, luz, voz, perfume e abraço do homem interior, onde brilha para a minha alma uma luz que nenhum espaço contém, onde ressoa uma voz que o tempo não arrebatava, onde se exala um perfume que o vento não espargue, onde se saboreia uma comida que a sofreguidão não diminui, onde se sente um contato que a saciedade não desfaz. Eis o que amo, quando amo o meu Deus (SANTO AGOSTINHO, 1980, p.213).

<sup>27</sup>A principal fonte que baseou Agostinho e baseia a vida de todo ser humano para escolher esse amor puro e infinito que existe, a fé, esta leva a fonte da verdade, felicidade e eternidade, com a fé não existe sofrimento, angústia, desamor, ódio, maldade, tristeza, porque ela é movida de esperança e caridade, por isso que, ao se amar Deus se encontra a felicidade. Para compreender os argumentos de Agostinho nesse encontro do amor verdadeiro, tem-se de acompanhar a virtude da fé, esperança e caridade, pois esse encontro das virtudes resume a vida de um homem arrependido dos pecados e males que acarretaram durante sua juventude perturbada pela busca da verdade, mais uma justificativa do amor verdadeiro, pois Deus é a verdade.

A leitura do Hortênsio de Cícero o despertara da tranquila despreocupação de sua juventude. Começou a aspirar pela única sabedoria capaz de lhe trazer a felicidade. Do Hortênsio passou a Manés, a Plotino, e por fim, de Plotino a Paulo e a Cristo. Esta busca traduz uma inquietação latente, que chegou ao seu termo na descoberta da verdade. A inquietação deu lugar a paz, a agitação à tranquilidade e a felicidade inerente a posse da verdade (GILSON, 2012, p. 167).

Agostinho designou Deus como o amor verdadeiro descrito nessa citação, pois a partir da alegria desse encontro ele recebe a posse da verdade, e não aceitou como resumo de sua vida, ao contrário, continuou em busca desse amor que tanto o alegrara, praticando caridade, peregrinou em direção à vontade que lhe foi posta pela divindade, exercendo cargos pastorais para levar ao próximo esse amor que recebera no intuito de fazer perceber a fragilidade humana e a dependência em Cristo. Dessa forma, compreende-se a escolha moral cristã que fez o então filósofo, porque Deus é amor, fé, vida, felicidade e verdade, no qual a humanidade muitas vezes se recusa acreditar ou não aceita essa verdade, pois o homem é assim, tanto quanto miserável em colocar o domínio em si próprio, e a grandeza, enquanto não passa de uma formiga em busca de seus alimentos para sobreviver até o dia em que a enfermidade trará a sua miséria.

### **OS ENTRAVES APONTADOS POR SANTO AGOSTINHO PARA SOLUCIONAR O PROBLEMA DO MAL.**

Neste bloco vimos que o problema do mal é amplo e envolve as vontades e desejos mundanos, que são vistos por visões éticas e morais do usar e usufruir dos objetos criados pelo Bem supremo para suprir as necessidades humanas. O problema do

---

<sup>27</sup>A escolha pelo amor verdadeiro Agostinho desejou após sua conversão e só foi possível por intermédio ou por existir dentro de si a fé, esta que segundo ele é a fonte da vida e o movimento das ações caridosas.

mal que abrange na escolha feita para caminhar ou cumprir as leis eternas para seguir no caminho do bem, visto que é homem deve desapegar das coisas materiais para alcançar a vida eterna. Possuído do seu livre arbítrio o homem deve distinguir o que é certo e errado.

### **3.1 A vontade e o seu mau uso implicam na prática do mal.**

A vontade má ou a desordem é a transgressão da reta ordem, da lei divina, é a interferência nos atos espirituais, nela reside a causa do pecado ela é a própria aproximação do mal, como é a causa do homem se apartar de Deus. A vontade enquanto criadora dos atos impuros da natureza humana pode ser assim definida pois, expressa a personalidade humana de querer ou não querer seguir a reta escolha do bem, isto quer dizer, a vontade reside na necessidade da posse do objeto amado este que não deve ser outro senão o bem supremo superando o hábito do pecado capital como a luxúria, avareza e todos os outros que ferem a alma e a corrompe.

Agostinho descreve bem sua luta contra as vontades carnis que levaram as profundezas de lágrimas, pois nelas não encontrava a paz, ao contrário, encontrava um desespero do hábito dos vícios da carne contra o espírito, que mesmo não querendo consentia a necessidade de alimentar seu corpo, portanto, a vontade possui liberdade de expressão de desejos seja bom ou ruim.

O inimigo dominava o meu querer, e dele me forjava uma cadeia com que me apertava. Ora, a luxúria provem da vontade perversa; enquanto se serve à luxúria, contrai-se o hábito; e, se não se resiste a um hábito, origina-se uma necessidade. Era assim que, por uma espécie de anéis entrelaçados, por isso lhe chamei cadeia, me segurava apertado em dura escravidão. A vontade nova, que começava a existir em mim, a vontade de Vos honrar gratuitamente e de querer gozar de Vós, ó meu Deus, único contentamento seguro, ainda se não achava apta para superar a outra vontade, fortificada pela concupiscência. Assim, duas vontades, uma concupiscente, outra dominada, um carnal e outra espiritual, batalhavam mutuamente em mim. Discordando, dilaceravam-me a alma. Por isso, compreendia, por experiência própria, o que tinha lido. Entendia agora como “a carne tem desejos contra o espírito, e o espírito tem-nos contra a carne”. Eu na verdade, vivia em ambos: na carne e no espírito. Vivia, porém, mais naquele que aprovava em mim (no desejo do espírito contra a carne). Com efeito, neste já não era eu quem vivia, visto que, em grande parte, o sofria mais contra a vontade, do que o praticava de livre arbítrio. Mas, enfim, o hábito que combatia tanto contra mim, provinha de mim, porque, com atos da vontade, eu chegava onde não queria (SANTO AGOSTINHO, 1980, p. 170).

Como uma fonte negativa da vontade o mal contempla a perversidade para atrair a corrupção e ausentar o bem, Agostinho define como uma batalha uma guerra das

vontades que lutam entre o bem e o mal, ele entrou nessa luta carnal e espiritual ambas dilaceravam sua alma e o levavam a praticar coisas que não queria, essa batalha mortal que ora lhe mostrava a certeza e outra a incerteza.

O problema do mal segundo o bispo de Hipona é relacionado ao livre arbítrio dado ao homem para exercitar o bem praticando o que é de sua natureza, porém o uso dessa livre vontade, contraditoriamente, a ordem divina para ter a qualquer custo o objeto que satisfaça sua vontade corporal, esquecendo a origem dela. A cobiça deseja além do necessário para o homem transformando em vontades desregradadas, tornando ações más e pecaminosas devendo-se eliminar, pois se o homem possui livre vontade já que Deus concedeu esse dom para dele proceder sempre ao bem.

De fato, a cobiça (ou amor ao dinheiro) é denominada em grego "filarguria", isto é, amor da prata, termo esse que não é dito somente a respeito desse metal, mas da moeda da qual foi tirado o seu nome, porque as moedas, entre os antigos, eram feitas, o mais frequentemente, de prata pura ou de alguma mistura, à base da prata. O termo deve ser entendido de todas as coisas desejadas com imoderação. Enfim, encontra-se a cobiça em tudo o que alguém quer além do que lhe é suficiente. Tal cobiça é cupidez, e a cupidez é uma vontade desregrada (Ímproba) (SANTO AGOSTINHO, 1995, p. 206).

Portanto, a vontade desordenada é dominada pela cobiça que ocasiona o desvio da retidão divina, sendo ela o amor aos bens temporais e inferiores que desvirtuam a natureza do bem e a causa dos males. A advertência para esse mal é receber os devidos castigos divinos que corroboram para efetividade da boa vontade e aniquilação da má vontade, pois segundo Agostino em diálogo com Evodio, quando pergunta o que vem a ser a boa vontade, em resposta Agostino define a boa vontade como qual os homens devem viver na retidão e honestidade, para atingirmos o cume da sabedoria, é ela que aproxima de Deus para viver em conformidade com sua vontade.

A autenticidade da vontade é o reconhecimento da dependência de Deus, o homem pode-se afastar ou se conectar com Deus, onde Agostinho esclarece que é preferível estar junto ao bem supremo.

### **3.2. A natureza de fruir e usar dos objetos**

O que é fruir e usar de um objeto? Segundo Gilson (2021, p.193) “Fruir, com efeito, é ligar-se a uma coisa pelo amor a ela mesma. Usar, ao contrário, é reconduzir o objeto de que fazemos uso para o objeto que se ama”, contudo, tem critérios para ser amado. É preciso fruir dos objetos amados, pois quem é feliz se não fruir do desejo? Só

há posse se houver fruição, este é o verdadeiro sentido de felicidade o desfrutar dos frutos bons, e isso ocorre em um único ser todo poderoso denominado Deus, só a ele fruímos por ele ser quem é, esta é a ordem da caridade a fruição, quando usamos de algo em excessos deriva-se uma falta de caráter, se utilizar de alguma coisa ilícita é o mesmo que abusar do objeto, isto é, um meio errado de alcançar o desejo, por isso, esses termos distinguem os atos morais e imorais.

Esta distinção dos atos reduzir-se, em última análise, a uma distinção entre os próprios objetos. De que podemos fruir? Em derradeira instância, só de Deus, isto é, da divina trindade: Pai, do filho e do Espírito santo. Pois Deus é o sumo bem, acima do qual não se pode conceber outro maior. Donde a formula clássica, que Agostinho não se cansa de repetir: Não se deve fruir senão de Deus (GILSON, 2012, p. 234).

Sendo assim, somente Deus merece o amor infinito da parte do homem, somente ele que se deve amar mais profundamente, não que deixe de amar a si e ao próximo, mas que ame com o valor de merecimento a cada um, justamente. A caridade é o amor digno e proveniente do bem, e nessa hierarquia do valor do amor não existe igualdade, pois o homem é obrigado amar a Deus acima de qualquer coisa e amar significa cair no esquecimento do seu ser, não é um aniquilamento do homem, mas é principalmente o reconhecimento da sua origem e a partir daqui o encontro verdadeiro de quem é e, sobretudo o reconhecimento de sua dependência.

Portanto, a fruição é pertencimento a divindade e o usar envolve o amor do mundo, se usar os objetos mundanos para um objetivo para alcançar o bem supremo, eles ficam à disposição do homem que perpetra a caridade no amor ao seu próximo e ao seu próprio bem em busca da autossuficiência de Deus e da eternidade.

A caridade, portanto, distingue da cobiça pela estrutura do desejo, isto quer dizer, no contexto da moralidade se o objeto for algo bom ou mal, se diferencia na questão de existência infinita e finita. O resultado dessa distinção é visto como o amor falso e amor justo que caracterizam as duas vontades humana de possuir os bens temporais e os bens divinos, o primeiro, Agostinho provou durante sua juventude, antes de sua conversão fase que ele chama de aventuras, por onde peregrinou no amor pecaminoso, desfrutando do prazer corporal, do prazer temporário do objeto.

É possível notar que a cobiça (*cupiditas*) ocorre o desvirtuamento da vontade, pois ela é dotada de vícios, paixões, amores tenebrosos que transformam os desejos em meros esforços para desfrutar enquanto proporcionam o prazer no objeto, enquanto

durar esse prazer é o que será denominado felicidade, mas esta é falsa porque após o término do desfrute do objeto se torna descartável para a vida, levando por caminhos pecaminosos para atingir o prazer.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho abordamos a vida pessoal e intelectual de Santo Agostino que durante sua trajetória desenvolveu-se através de suas experiências de conflito e de angustias, as quais se tornaram suas teorias de estudos, e neste período modificou seus preceitos por meio de sua conversão, encontrando a resposta que trazia sentido para sua vida, e nisso concluímos que a verdade salvadora é Deus.

Nessa perspectiva, para Agostinho Deus é o bem supremo, é perdão, caridade verdade e esperança da vida pós-morte, no qual devemos colocar nossa vida a disposição de seus mandamentos, a vontade para seus ensinamentos e a caridade para o próximo por ordem suprema, e a verdade para libertar das coisas mundanas.

Ao fim deste trabalho percebemos a importância para o conhecimento espiritual que causou reflexões a respeito das ações maliciosas que atormentam o cotidiano e nos afastam da grande beleza divina, a compreensão da essencialidade da prática da caridade que é o amor de Deus para vivenciar um mundo melhor, que seja de igualdade, de ajudar quem precisa por amor e não por orgulho do poder de mandar ao próximo, se sentir superior, pois o amor entre os homens é uma questão de igualdade de inferioridade de poder e mortalidade.

Assim, o objetivo principal fora descrito e alcançado, que é de demonstrar a essencialidade da prática do bem e o exercício de amar, com enfoque no autor do oposto que é o mal, cujo autor não é Deus, pois toda natureza que Dele proceder é boa e caridosa. Resultando nas ações humanas a existência da crueldade e imperfeições da natureza.

Portanto, a solução apontada por Santo Agostinho de que o mal começa a partir das ações, isto é, o homem por possui a vontade livre adquire atitudes contrárias à sua natureza que preferem a desordem mundana do que a ordem divina, ou seja, a vontade desregrada acarreta a desordem e provoca a desigualdade social, desta forma, o mal não possui somente um autor, mas vários autores que são movidos pela vontade livre e desejo cobiçosos que atuam para destruir a paz da humanidade. É notório enfatizar que

o objetivo de Agostinho era de demonstrar que a via perfeita é a caridade e o bem supremo para construir uma sociedade de bem, sem miséria, fome e desigualdade, o mundo que só é possível se o dom da vontade estiver disposto a querer seguir a lei eterna e menosprezar os bens temporais que interferem na busca da pureza interior do homem, que é de suma importância para o mundo.

## **REFERÊNCIAS**

ARENDRT, Hannah. **O Conceito de Amor em Santo Agostinho**: ensaio de interpretação filosófica. Tradução de Alberto Pereira Dinis, 1ª edição. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Tradução de J. S. Oliveira, A. A. Pina; A. Ricci. 2ª ed. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

\_\_\_\_\_. **O Livre-Arbítrio**. Tradução, organização, introdução e notas Nair de Assis Oliveira; revisão Honório Dalbosco. Coleção Patrística. São Paulo: Paulus, 1995.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Bem**. Tradução: Carlos Ancêde Nougé. Apresentação de Sidney Silveira. 2ª edição. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2006.

BOEHNER, Philotheus; GILSON, Étienne. **História da filosofia cristã: desde as origens até Nicolau de Cusa**. 13ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. **O Livre-Arbítrio, segundo Santo Agostinho: um bem ou um mal**. In: *Ágora filosófica*, ano 7, nº 1, jan.- jun. 2007, p. 89-110

COUTINHO, Jorge. **Didaskalia**: Revista da Faculdade de Teologia de Lisboa, 1989, p. 95- 114.

DETONI, Emerson. **Santo Agostinho: Fé, Esperança e Caridade**. *Mirabilia*: Revista eletrônica de história antiga e medieval, 5, 2010.

Disponível *on line* em: <https://en.m.wikipedia.org/wiki/Cicero>. Acesso: 25/04/2021

GILSON, Étienne. **Introdução ao Estudo de Santo Agostinho**. Tradução de Cristiane Negreiros, 2 ed. São Paulo: Discurso editorial; Paulus, 2010.

GOMES, Rogerio. **O Amor em Santo Agostinho, antes de sua conversão**. Trabalho de Conclusão de Curso de Filosofia. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. São Paulo, 1999. Texto mimeografado. Disponível em <https://academia.edu>  
Acesso em: 23/10/2021.



LIMA, H. C. Vaz. **Escritos de Filosofia IV**: Introdução à Ética Filosófica 1, São Paulo: Loyola, 1988.

POSSIDIO. **Vida de Santo Agostinho**. Tradução Monjas Beneditinas. São Paulo: Paulus, 1997.

PEREIRA JÚNIOR, A.; COSTA, M. **Crítica Agostiniana ao Ceticismo Acadêmico**. In: Civitas Agostiniana. Revista Internacional de Estudos Agostinianos. Faculdade de Filosofia e Letras. Porto, 2016. p. 31-49.

VIEIRA, Carlos Alberto Pinheiro. **O amor como fundamento da ordem social em Santo Agostinho**. Paralellus – Revista dos alunos de Mestrado em Ciências da Religião/ Universidade Católica de Pernambuco. Mestrado em Ciências da Religião, ano 1, n. 1. Recife, 2010 (on line).

**Capítulo 21 - DOI:10.55232/10830012.21**

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NA PENITENCIÁRIA  
MAJOR ELDO SÁ CORREA EM TEMPOS DE PANDEMIA:  
A DINÂMICA DO ENSINO APOSTILADO**

**Fabiane Rodrigues da Silva e Ana Patrícia Brito de Carvalho**

**RESUMO:** Com a pandemia de Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, a prática docente teve uma abrupta e urgente necessidade de ser reformulada em sistema apostilado, para conter o mínimo de danos que foram causados ao ensino dos PPL (Pessoa Privada de Liberdade). Partindo do pressuposto de que a educação é um direito inalienável ao ser humano, este relato de experiência tem o intuito de apresentar os desafios encontrados na sistematização do material apostilado dentro da Penitenciária Major Eldo Sá Correa na cidade Rondonópolis, no estado de Mato Grosso. Deste modo, abordaremos sobre a dinâmica de ensino voltada especificamente para os PPL, no qual a aplicação das atividades se dá de maneira mais complexa devido a dinâmica do contexto prisional. Visto que esses alunos são pertencentes da modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), entendemos que a educação de adultos reflete em uma filosofia específica sobre aprendizagem e ensino, no qual a presença do professor em sala de aula se faz importante para garantir a compreensão do aluno nas disciplinas. Acreditamos na educação como um caminho potencialmente emancipador, por confiar nesse de transformação reafirmamos a sua defesa no âmbito do Estado, ou seja, que a oferta seja pública, gratuita, laica e de qualidade para todos e todas, tendo como objetivo o acesso educacional em todos os âmbitos e circunstâncias. Porém, mesmo com essa problemática das aulas não presenciais, tivemos como resultado uma quantidade expressiva de matriculados neste ano de 2021, dado que as políticas constituídas dentro da penitenciária não possibilitavam o acesso da educação para todos os reeducandos.

**Palavras-chave:** Covid-19, Educação, Dinâmica, Apostilado, Reeducando.

## **INTRODUÇÃO**

A finalidade deste trabalho é ponderar sobre os desafios dos professores na penitenciária Major Eldo Sá Correa em tempos de pandemia, iremos aqui relatar a prática adotada com o novo modelo de ensino apostilado, descrevendo de que maneira esse atendimento aos reeducandos ocorreu nesse novo cenário pandêmico.

Dentre os setores afetados temos a educação tendo que se reestruturar, para tentar obter um resultado menos catastrófico. Sabendo que a figura do professor em sala de aula se faz importante na construção do protagonismo e autonomia do estudante, realizando de forma democrática a troca com o aluno fez-se necessário criar uma maneira de atender essa demanda considerando as particularidades do ensino no sistema prisional.

Faremos essa descrição através do levantamento de dados desde o quantitativo de alunos matriculados, desenvolvimento das apostilas pelos professores, forma de entrega dos materiais de estudo e espaço de fala dos alunos com seus respectivos feedbacks.

## **DESENVOLVIMENTO**

A docência é uma profissão de extrema importância e que requer maior responsabilidade, pois é através do professor que formam-se cidadãos e profissionais em diversas áreas. Historicamente, o modelo tradicional de ensino era voltado apenas ao conteúdo, no qual o aluno agia como ouvinte passivo tendo o professor como o detentor do saber, em um modelo de educação bancária, onde o professor deposita o conhecimento no aluno.

No entanto, houve muitas transformações sociais e tecnológicas no decorrer dos tempos, e com isso os métodos de ensino foram reformulados buscando acompanhar essas modificações que vem acontecendo. Esse novo cenário tecnológico possibilitou que os alunos tivessem outras fontes de informação, além da escola, pois essas ferramentas de ensino trouxeram como via principal a internet e suas inúmeras possibilidades de acesso.

Contudo, é na sala de aula que se constrói o conhecimento através das trocas do professor x aluno, transformando o espaço escolar num âmbito de formação e informação idônea no qual trabalhava-se as necessidades do aluno voltado para sua realidade e o meio no qual ele vive. Com isso os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacional), nos traz que:

Essa função socializadora remete a dois aspectos: o desenvolvimento individual e o contexto social e cultural. É nessa dupla determinação

que os indivíduos se constroem como pessoas iguais, mas, ao mesmo tempo, diferentes de todas as outras. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: INTRODUÇÃO AOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, p.34)

Em março de 2020, houve uma nova ruptura na forma de ensino até então adotada, por força de decreto em nota técnica da SESP (Secretaria de Estado e Segurança Pública), os professores foram afastados de seu local de trabalho por uma questão de biossegurança, neste momento julgamos que este período de distanciamento seria por apenas 15 dias, logo em seguida veio um longo período de angústia e incerteza. Entendendo que as aulas presenciais iriam demorar mais do que imaginávamos ao seu retorno, veio a celeuma de por onde começar o atendimento ao PPL, visto que esse não tem acesso à internet para dar continuidade aos seus estudos por meio do ensino remoto.

A solução foi trabalhar por meio de material apostilado, onde as apostilas eram elaboradas pelos professores semanalmente em home office contemplando as competências e habilidades correspondentes aos seus respectivos segmentos de ensino e entregues aos alunos através do apoio da pedagoga da unidade prisional que nesse período continuou presencialmente.

O advento do ensino apostilado contribuiu positivamente para o aumento de 15% no número de alunos matriculados dentro do sistema prisional, possibilitando aos recuperandos de toda a unidade ter acesso a educação formal.

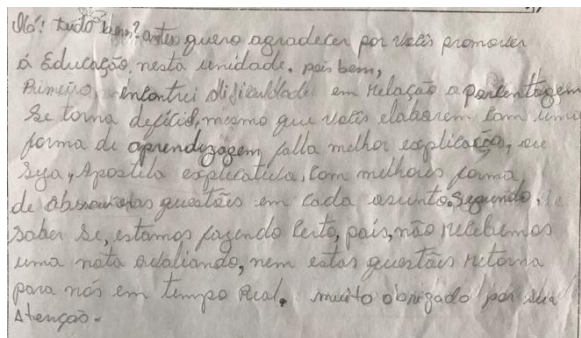
Mas como dialogar de maneira efetiva com esses alunos, sanando dúvidas e atendendo suas necessidades educacionais quando esse era o único contato com o mundo exterior nesse momento? Segundo a teoria de Valentin Volóchinov:

A importância da orientação da palavra para o interlocutor é extremamente grande. Em sua essência, *a palavra é um ato* bilateral. Ela é determinada tanto por aquele *de quem* ela procede quanto por aquele *para quem* se dirige. Enquanto palavra ela é justamente *o produto das inter-relações do falante como ouvinte*. (VOLÓCHINOV, 2017, p.205)

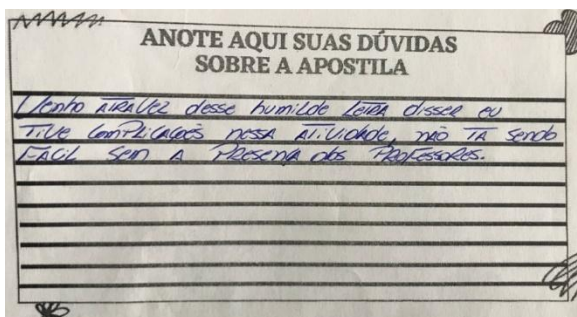
Para atender todas as particularidades, o material foi elaborado com muita cautela, com linguagem simples e de forma narrativa para que a compreensão do aluno fosse alcançada como se estivesse em sala de aula. Adotamos uma dinâmica interna na qual os alunos receberiam as apostilas quinzenalmente, para estudar e praticar, e por ser o único

meio de comunicação com os alunos eles não teriam como sanar possíveis dúvidas. Foi quando depois de esquadrinhar mais o processo, foi resolvido abrir um espaço de fala para o mesmo, na própria apostila, onde ele teria um local específico para colocar suas dúvidas sobre o tema tratado, esse espaço de fala retorna ao professor que assim pode fazer um melhor diagnóstico das maiores dificuldades dos alunos e poder trabalhar de maneira mais efetiva nos materiais seguintes, mas devido a este atraso temporal algumas situações ficaram perdidas de modo que, por vezes, a explicação não supria as necessidades dos alunos e quando o feedback era realizado as dúvidas manifestadas já não eram mais as mesmas ou o aluno já não se lembrava da dúvida, fazendo assim com que a explicação se tornasse obsoleta dentro da questão colocada por ele.

Segue abaixo algumas devolutivas dos estudantes, ilustrando de que forma recebemos esse feedback:

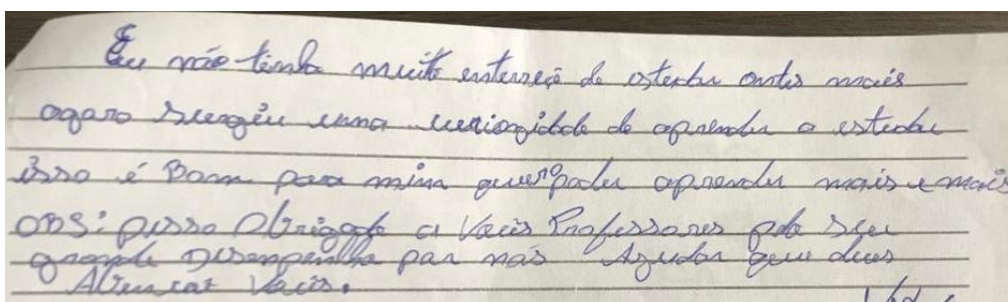


Ola! tudo bem? antes quero agradecer por vcs promover a Educação nesta unidade. pois bem, Primeiro, encontrei dificuldades em relação a porcentagem Se toma de 100, mesmo que vcs elaborarem com uma forma de aprendizagem pela melhor explicação, eu digo, Apostila explicativa, com melhores forma de observação questões em cada assunto, segundo, não saber se, estamos fazendo certo, pois, não recebemos uma nota avaliando, nem estas questões retorna para nós em tempo Real. muito obrigado por sua Atensão.

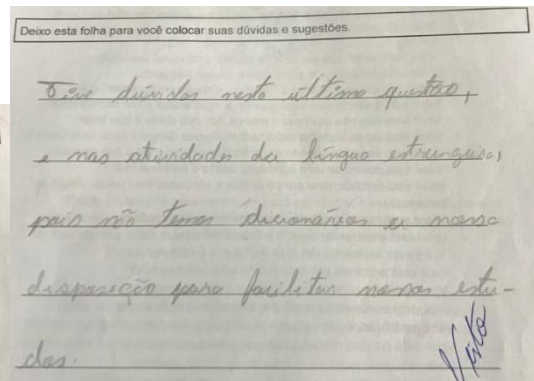
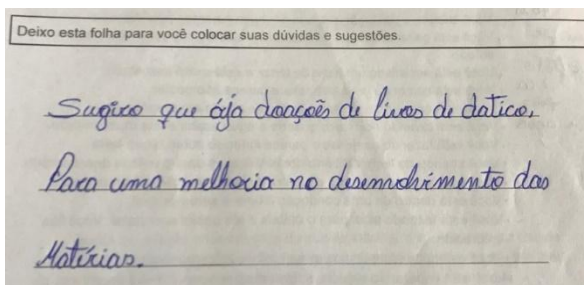
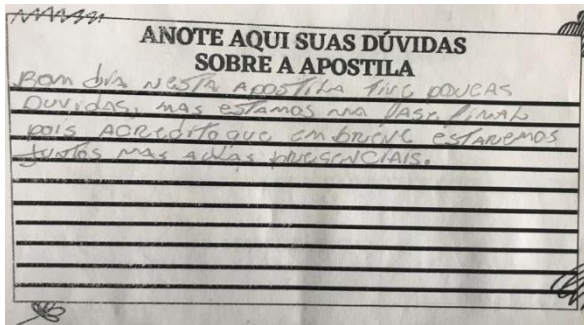
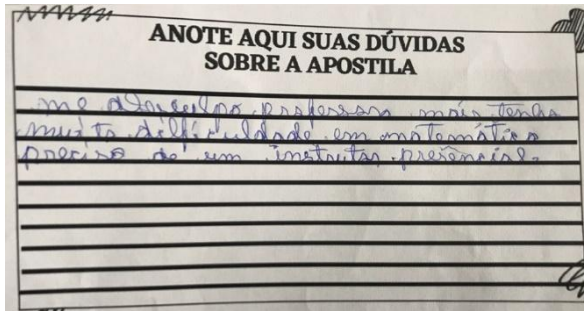


**ANOTE AQUI SUAS DÚVIDAS SOBRE A APOSTILA**

Vendo a parte desse humilde livro disse eu tive dificuldades nessa atividade, não tá sendo fácil sem a presença dos Professores.



Eu não tenho muito interesse de estudar estas matérias agora surgiu uma necessidade de aprender a estudar isso é bom para mim que pude aprender mais e mais  
OBS: muito obrigado a Vários Professores por sua grande dedicação por mais ajuda que deus  
Alunos Vários.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos elementos apresentados de forma ilustrativa e nas informações percorridas no texto, pode-se concluir que os desafios do professor crescem de forma gradativa considerando o contexto em que ele está inserido e mesmo nesse tempo de pandemia nós conseguimos produzir os conteúdos buscando atender as necessidades mínimas do educando.

A experiência vivenciada com o material apostilado nos trouxe vários ensinamentos, pois muitos professores não tinham o domínio com a elaboração do material e tivemos que nos reformular e nos ajudar para que tivéssemos um resultado considerável de aprendizagem, mesmo encontrando alguns percalços. Entendemos a importância da educação na sociedade, e principalmente para o público PPL, visando não

somente os aparatos conteudistas, mas também, mostrando para eles que a educação é transformadora e é uma ferramenta de ressocialização. Sendo assim, concordamos com Paulo Freire, quando afirma que “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” (FREIRE, 2000, p. 67).

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

VOLÓCHINOV, Valentim. **Marxismo e filosofia da linguagem**: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Editora 34, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

ARROYO, Miguel G.. **Imagens quebradas**: Trajetórias e tempos de alunos e mestres. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

**Capítulo 22 - DOI:10.55232/10830012.22**

**INDICADORES PRIVADOS INTERNACIONAIS E  
ORDENS JURÍDICAS NACIONAIS: REGULAÇÃO  
PRIVADA E ATUAÇÃO DO ESTADO EM MATÉRIA DE  
PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS**

**Larissa da Cruz Tayt Sohn**

**RESUMO:** O processo de globalização intensificou os fluxos econômicos, políticos, tecnológicos e informacionais, um contexto em que o Estado perde a sua capacidade plena de regular isoladamente todas as atividades com impactos em múltiplos pontos do globo, pois elas têm se tornado cada vez mais complexas e transnacionais. Diante dessa insuficiência de regulamentação, atores não-estatais exercem autoridade regulatória no cenário internacional e participam da governança global por meio, por exemplo, da criação de normas e indicadores privados alheios aos do Estado a fim de solucionar seus problemas e veicular seus próprios interesses. Desta forma, o presente artigo tem o objetivo de estudar como as normas transnacionais não-estatais contribuem para a construção de uma governança compartilhada e global do tema da proteção direitos humanos. Em particular, o trabalho propõe focalizar a atuação das empresas transnacionais na formulação e adoção de normas privadas, problematizando se as empresas se interessam genuinamente por produzir condições socioeconômicas melhores para seus trabalhadores ou se procuram criar um artifício para aumentar benefícios e maximizar lucros em seus negócios. Uma vez que grande parte das violações dos direitos humanos ocorre por ações das empresas transnacionais, parte-se da segunda hipótese para aprofundar a análise. O estudo recorreu essencialmente à pesquisa bibliográfica, utilizando-se da análise de fontes secundárias para mapear argumentos que confirmem a hipótese de trabalho adotada. Na análise do material coletado, foram identificadas quatro explicações principais que confirmam a hipótese de que as empresas transnacionais procuram estabelecer normas privadas em matéria de direitos humanos com o intuito prioritário de atender a seus propósitos econômicos. Essas normas privadas são, portanto, instituídas e aplicadas para: (a) evitar boicotes por parte dos consumidores e mitigar a pressão proveniente de organizações não-governamentais (ONGs), de modo a preservar seus lucros e vendas; (b) favorecer suas imagens e reputações, com o intuito de conquistar a confiabilidade das ONGs, consumidores e formadores de opinião pública; (c) ocupar o espaço regulatório e escapar das normas estatais por considerarem que essas tendem a ser mais rígidas e podem afetar os interesses de seus empreendimentos; (d) criar estratégias de posicionamento de marca que possam maximizar seus ganhos e aumentar suas vantagens competitivas em relação a seus concorrentes. Os argumentos identificados permitem concluir que as empresas transnacionais buscam alcançar seus interesses particulares por meio da regulamentação privada transnacional. Cria-se, desse modo, a mercantilização de valores morais e sociais, produzindo-se um engajamento ilusório por parte das empresas na produção de normas impotentes para a tutela adequada dos direitos humanos. O exercício da autoridade privada mostra-se, portanto, insuficiente para a regulação transnacional em matéria de direitos humanos, tema que demanda a atuação prioritária de instâncias estatais e da sociedade civil em espaços formais de regulação no âmbito de organizações internacionais.

**Palavras-chave:** regulação privada, empresas transnacionais, direitos humanos



## **INTRODUÇÃO**

O processo de globalização permitiu a intensificação de fluxos econômicos, políticos, tecnológicos entre tantos outros, de maneira que o Estado não tem mais a sua capacidade plena de regular isoladamente todas as atividades que produzem impactos em múltiplos pontos do globo, pois essas estão se tornando cada vez mais complexas e transnacionais. Diante desta insuficiência de regulamentação estatal, novos atores surgem no cenário internacional e participam da governança global, visando solucionar seus problemas e criar normas alheias as do Estado. Assim, percebe-se o fenômeno que Bas Arts e Arnoud Lagendijk (2009) chamam de “Estado desorientado”, pois, apesar de ser o principal detentor do poder, o Estado está cercado por outros protagonistas internacionais que partilham a governança. Deste modo, a pluralidade de atores enfraqueceu a grandeza estatal e derrubou o seu monopólio de criação de regras (OLSSON; SALLES,2015).

Nesta conjuntura, encontram-se as empresas transnacionais as quais têm usado os padrões privados como instrumento de governança global, a fim de suprir lacunas nas regras estatais presentes nas mais diversas áreas, as quais abrangem desde questões de qualidade de produto até questões ambientais e sociais (MARX et al, 2016). O estudo procurou destacar a existência da produção de regras privadas no âmbito social, como é o exemplo da ISO 26000, os Princípios Sullivan e outros códigos privados que dizem respeito à responsabilidade social corporativa (RSC) e aos direitos humanos.

Uma vez que “as empresas transnacionais não são instituições criadas com propósitos exclusivamente morais e sociais, [mas] têm fortemente um propósito econômico, que representa, inclusive, o [seu] propósito primário” (SALIBA, 2009, p. 69), observa-se que a atuação da empresa é realizada em oposição aos direitos humanos e com opressão sobre os Estados, para que esses flexibilizem suas normas e as beneficiem. De outro lado, muitas dessas empresas violadoras estão preocupadas em criar e adotar regulações privados transnacionais, as quais pretendem restringir os efeitos de suas condutas negativas.

A Petrobras, empresa de capital aberto operante na área de recursos naturais e energia, representou o setor da indústria na delegação brasileira durante a formulação da ISO 26000, regulamento que visa sobre responsabilidade social corporativa (ABNT, 2009). Se de um lado, a corporação se mostrou preocupada em participar do processo da criação das normas, e posteriormente, adotou a ISO 26000; do outro, algumas de suas práticas não têm sido condizentes com a regulação adotada. Atualmente, a empresa tem

sofrido pressões e denúncias por parte dos Sindicatos dos Petroleiros do Espírito Santo, de Alagoas e outros estados, devido à falta de medidas protetivas à saúde de seus trabalhadores diante da pandemia COVID-19.<sup>1</sup>

Então, diante desta dualidade de colaborar no processo de elaboração de normas sobre direitos humanos e, ao mesmo tempo, adotar condutas que violam esses mesmos direitos, é importante estudar e tentar compreender quais os interesses das transnacionais em relação aos regulamentos com temática social. Assim, levantou-se o seguinte questionamento: as transnacionais estão interessadas genuinamente em produzir melhores condições socioeconômicas para seus trabalhadores e retratar as suas violações, ou estão procurando um subterfúgio nos padrões privados transnacionais a fim de alcançar benefícios e maximizar os lucros em seus negócios?

## **METODOLOGIA**

O presente estudo foi elaborado por meio do uso da pesquisa bibliográfica, utilizando-se da coleta de documentação indireta. Assim, foram explorados artigos, monografias, jornais *online*, livros e *sites* que pudessem contribuir para o entendimento sobre: regulação privada transnacional, globalização, governança global, violações dos direitos humanos pelas empresas transnacionais etc.

Todos estes assuntos foram importantes para entender não somente o que é a regulamentação privada transnacional, mas também para construir respostas possíveis para a seguinte problemática levantada: as transnacionais estão interessadas genuinamente em produzir melhores condições socioeconômicas para seus trabalhadores e retratar as suas violações dos direitos humanos ou estão procurando um subterfúgio nos padrões privados transnacionais a fim de alcançar benefícios e maximizar os lucros em seus negócios?

Assim, após a sondagem bibliográfica, encontrou-se quatro explicações que demonstram que muitas empresas seguem o segundo caminho: usam e criam regulações privadas transnacionais voltadas para questões sociais, não porque há uma preocupação

---

<sup>1</sup> Nesse sentido, cf. PINHEIRO, K. Petrobras ainda não adotou medidas contra o covid-19, diz Sindipetro. **Infonet**, 19 mar. 2020. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/economia/petrobras-ainda-nao-adotoumedidas-contrao-covid-19-diz-sindipetro/>. Acesso em: 13 jul. 2020; GOBBO, E. D. Após pressão do Sindipetro, Petrobras faz testagem em trabalhadores. **Século Diário**. 28 jun. 2020. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/sindicato/apos-pressao-do-sindipetro-petrobras-faz-testagem-em-trabalhadoresda-plataforma-p-58>. Acesso em: 13 jul.

pura com os direitos humanos, mas porque estas podem fornecer benefícios e aumento de lucros para seus negócios.

## **RESULTADOS**

Com o objetivo de responder à questão central da pesquisa, foram identificadas quatro explicações que permitem concluir que as empresas transnacionais utilizam a regulação privada transnacional, com pretexto de promover valores sociais, com intuito de perseguir seu propósito econômico: a maximização do lucro.

Em primeiro lugar, as empresas podem adotar instrumentos de regulação privada transnacional para evitar boicotes por parte dos consumidores e mitigar pressões provenientes de organizações não-governamentais (ONGs). A globalização permitiu o acesso rápido a informações e aos meios de comunicação, de modo que as transnacionais se encontram vulneráveis ao monitoramento de suas ações (SALIBA, 2009). Assim, são efetuadas estratégias de *naming and shaming* (identificar e constranger), em que “organizações da sociedade civil expõem e enfatizam práticas socioambientais recrimináveis das empresas, convidando os consumidores a boicotar a compra e utilização de seus produtos” (DONADELLI, 2011, p. 11). Desta maneira, as empresas têm criado e adotado padrões privados que contemplam os direitos humanos, como uma forma de garantir que seus lucros e investimentos não sejam prejudicados pelos consumidores e pelas ONGs.

A Nike, uma das maiores empresas de vestuário esportivo, utilizou-se dos padrões privados para se proteger, em 1990. Ela foi “criticada por adquirir seus produtos de fornecedores, terceirizados, que praticavam baixíssimos salários em condições degradantes de trabalho, numa afronta aos direitos humanos” (SALIBA, 2009, p. 77). A empresa tentou alegar que não era responsável pelas violações oriundas em suas fornecedoras, mas o caso a afetou tão negativamente, que a mesma veio a produzir um conjunto de regras para ser utilizado em sua matriz, filiais e fornecedores (SALIBA, 2009). Então, observa-se que esta, em meio a exigências e pressões, revestiu-se das normas para preservar suas vendas.

Em segundo lugar, as empresas podem recorrer à instrumentos privados de promoção de direitos humanos e outros objetivos ligados à sustentabilidade para favorecer suas imagens e reputações. As empresas buscam na regulamentação uma forma de se transparecerem como instituições responsáveis, dotadas de valores sociais e morais,

que se preocupam no bem-estar de seus trabalhadores e consumidores. Desta maneira, elas entendem que criar uma imagem e reputação positiva “aumenta a confiança do consumidor na segurança e qualidade do produto e, portanto, aumenta a demanda do consumidor”<sup>2</sup> (MARX et al, 2016).

A *International Organization for Standardization* (ISO) ao abordar, em um livreto (2010), sobre seu padrão 26000 aponta uma série de benefícios para empresas que optam em implementá-lo. A reputação e a capacidade de atrair clientes estão inclusos nestes.<sup>3</sup> Logo, verifica-se que se uma corporação for vista como uma instituição que valoriza os direitos humanos, esta conseguirá atender as demandas dos seus consumidores, os quais estão cada vez mais exigindo que os produtos sejam feitos de forma ética, ou seja, que os mesmos não sejam oriundos de exploração de mão de obra e outras situações que promovam dano à vida e aos direitos dos empregados e de terceiros.

O caso da Nike acima demonstra que criação das normas não foi apenas para proteger as vendas de boicotes, mas também para melhorar sua imagem e reputação, e assim, ganhar novamente a confiabilidade do público.

Em terceiro lugar, o objetivo de escapar de normas estatais também explica o recurso à regulação privada transnacional. Por meio dessas ferramentas, algumas corporações encontram uma forma de sair da órbita de influência e poder do Estado. Assim “as empresas privadas podem escolher um nível de padrões que minimizem seus próprios custos antes que um governo ou organização internacional estabeleça padrões” (MARX et al, 2016, p. 297).<sup>4</sup> Desta maneira, entende-se que a utilização dos padrões privados permite que as empresas fujam das normas estatais, as quais costumam ser mais rigorosas, e assim, são vistas como obstáculos para a maximização de seus lucros.

O conjunto de regras da Nike, criados em 1992, foi criticado por ser um regulamento muito brando, servindo apenas de disfarce para suas violações (LOCKE 2007 apud SALIBA, 2009). Percebe-se, que essa e, possivelmente, outras empresas podem buscar a autoregulamentação mais com o propósito de implementar regras menos

---

<sup>2</sup> No original: “it increases consumer confidence in product safety and quality, and hence increases consumer demand”.

<sup>3</sup> Outras informações em: INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **Social responsibility:** discovering the ISO 26000. Disponível em: <<https://www.iso.org/publication/PUB100258.html>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

<sup>4</sup> No original: “Private firms may choose a level of standards that minimize their own costs before A governments or international organizations set standards.”

rígidas e com mais brechas (BÜTHE, 2010) do que ter a real preocupação com a proteção direitos humanos.

Em quarto lugar, as empresas podem pretender, por meio da regulação privada transnacional, criar estratégias que possam maximizar seus ganhos, ou aumentar suas posições em relação a dos seus concorrentes. As corporações adotam regulamentos que envolvem questões sociais, se estes permitirem, de alguma forma, aumentar e/ou preservar seus lucros.

Voltando-se novamente para a ISO 26000, verifica-se a oferta deste regulamento como uma forma da empresa ganhar mais clientes, atrair mais investidores, patrocinadores etc. (ISO, 2010).<sup>5</sup> Desta forma, observa-se o uso de valores sociais como uma estratégia de negócios.

Assim também, os Princípios Sullivan foram adotados por muitas empresas norte-americanas como uma estratégia de permanecer atuando na África do Sul, já que elas foram pressionadas “a interromper suas práticas discriminatórias no mercado de trabalho e a introduzir políticas de ação afirmativa por salários mais altos, melhores condições de trabalho e melhores oportunidades de emprego para seus funcionários não-brancos” (BERNASEK; PORTER, 1997, p. 173).<sup>6</sup> Desta forma, para permanecer, as empresas argumentavam que sua presença gerava desenvolvimento social e econômico para o país, e que com a implementação dos princípios seria capaz, inclusive, de direcionar o *Apartheid* para o fim, uma vez que este regulamento visava acabar com a segregação racial e direitos desiguais que perpetuavam sobre os negros. Contudo, as transnacionais norte-americanas não cumpriam fielmente as normas implementadas e continuavam desprezando os direitos humanos. Devido a isto, foi feito o pedido por Leon Sullivan para que elas se retirassem do país. (BERNASEK; POTER, 1997).

Ademais, os Princípios Sullivan sofreram críticas, pois, apesar de prezarem pelo fim da discriminação social e econômica que os sul-africanos negros sofriam dentro e fora das empresas, as normas foram formuladas sem participação dos principais interessados. Logo, não houve o interesse de ouvir a posição daqueles que sofriam os abusos (BERNASEK; POTER, 1997).

---

<sup>5</sup> Confira-se: INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **Social responsibility: discovering the ISO 26000.** Disponível em: <<https://www.iso.org/publication/PUB100258.html>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

<sup>6</sup> No original: “[...] to discontinue their discriminatory labor market practices, and to introduce affirmative action policies for higher wages, improved working conditions and better job opportunities for their nonwhite employees”.

Para além disso, segundo Tim Bütthe (2010), a implementação da regulamentação privada por uma empresa pode criar barreiras econômicas sobre as outras. Nem toda corporação tem condição de criar ou adotar os padrões privados, porque estes exigem custos. Assim, as empresas que têm capacidade para tal usam os regulamentos como um meio de possuir vantagem competitiva sobre seus concorrentes. Como por exemplo, as transnacionais que adotarem a ISO 26000 poderão alcançar um número maior de vendas em relação aquelas que não possuem este regulamento, pois as primeiras terão mais confiança dos indivíduos que desejam adquirir produtos feitos de modo responsável.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Devido à globalização, observa-se que o Estado não possui capacidade para controlar todas as atividades pelo globo. Diante desta insuficiência estatal, outros atores internacionais produzem suas próprias regulamentações, e assim, derrubam o monopólio estatal de criação de regras. Os mesmos têm usado a regulamentação privada transnacional como instrumento de governança global, a fim de atingirem seus interesses e resolverem seus problemas de forma alheia ao Estado.

Entre estes atores, encontram-se as empresas transnacionais as quais violam os direitos humanos, mas, ao mesmo tempo, produzem e adotam regulamentos voltados para responsabilidade social corporativa,

A partir desta contradição, levantou-se o questionamento se as transnacionais adotam estes regulamentos para reparar suas agressões aos seus trabalhadores ou se estão usando os mesmos para atingir seus interesses econômicos.

Assim, buscou responder esta questão, e a partir do estudo encontrou-se explicações para sustentar que as empresas podem produzir e adotar regras para: (a) evitar boicotes por parte dos consumidores e suportar pressões provenientes de organizações não-governamentais (ONGs), com o propósito de preservar suas vendas; (b) favorecer suas imagens e reputações, com o intuito de conquistar a confiabilidade das ONGs, compradores e formadores e opinião pública; (c) escapar de normas estatais, pois estas são mais rígidas e podem afetar os interesses de seus empreendimentos e (d) criar estratégias que possam maximizar seus ganhos e aumentar suas posições em relação às de seus concorrentes.

Com base nesses pontos, pode-se concluir que as empresas transnacionais podem adotar regulações privadas voltadas para questões sociais como um subterfúgio para

maximizar e preservar seus lucros e atingir benefícios próprios. Como resultado disto, cria-se a mercantilização dos valores morais e sociais, produzindo a ausência de um engajamento genuíno por parte das empresas em colocar todas as normas em práticas. Um bom exemplo disto encontra-se na postura das multinacionais instaladas na África do Sul, as quais implementaram os Princípios Sullivan, mas que na prática continuaram violando direitos humanos. O exercício da autoridade privada mostra-se, portanto, insuficiente para a regulação transnacional em matéria de direitos humanos, tema que demanda a atuação prioritária de instâncias estatais e da sociedade civil em espaços formais de regulação no âmbito de organizações internacionais.

## REFERÊNCIAS

ABNT: Cartilha de Responsabilidade social: O Brasil e a futura norma internacional ISO 26000. 2019. Disponível em: <[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/1886a914291bf93a62de030357ae6bf3/%24File/5286.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/1886a914291bf93a62de030357ae6bf3/%24File/5286.pdf)>. Acesso em: 13 jul. 2020.

ARTS, B.; LAGENDIJK, A. *The Disoriented State: Shifts in Governmentality*. 1ª ed. Springer Science + Business Media, 2009.

BERNASEK, A.; PORTER, R. C. Private Pressure for Social Change in South Africa: The Impact of the Sullivan Principles. *Review of Social Economy*, v. 55, n. 2, p. 172-193, 1997.

BÜTHER, T. Private Regulation in the Global Economy: A (P)Review. In: *Business and Politics: Vol.12, Artigo 2*. 3.ed. Berkeley Eletronic Press, 2010.

DONADELLI, F. M. M. As Regulamentações Privadas no Contexto da Governança Global. In: 3º Encontro Nacional da ABRI. São Paulo: Associação Brasileira de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais – USP, 2011. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000122011000200013&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000200013&lng=en&nrm=abn)>. Acesso em: 01 jul. 2020.

GOBBO, E. D. Após pressão do Sindipetro, Petrobras faz testagem em trabalhadores. *Século Diário*. 28 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.seculodiario.com.br/sindicato/apos-pressao-do-sindipetro-petrobras-faz-testagem-em-trabalhadores-da-plataforma-p-58>>. Acesso em: 13 jul. 2020

ISO: 26000 Guidance on social responsibility: Discovering ISO 26000. 1. ed. 2010. Disponível em: <https://www.iso.org/publication/PUB100258.html>. Acesso em: 02 jul. 2020.

MARX, A et al. Conclusion: private standards-a global governance tool? In: Private Standards and Global Governance. 1.ed. Cheltenham: Edward Elger Publishing, 2012.

OLSSON, G.; SALLES, E. B. C. A governança global com e sem governo: o protagonismo das empresas transnacionais na internacionalização do direito. Revista Jurídica UNIGRAN, Dourados, v. 17, n. 34 p. 1-14, jul/dez. 2015.

PINHEIRO, K. Petrobras ainda não adotou medidas contra o covid-19, diz Sindipetro. Infonet. 19 mar 2020. Disponível em: <<https://infonet.com.br/noticias/economia/petrobras-ainda-nao-adotou-medidas-contra-o-covid-19-diz-sindipetro/>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

SALIBA, G, R. Direitos humanos nas empresas transnacionais na era da globalização. 200. 149 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009



**Capítulo 23 - DOI:10.55232/10830012.23**

## **EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL: HISTÓRIA, MEMÓRIA E FORMAÇÃO DOCENTE**

**Maria Paula Taunay e Eva Waisros Pereira**

**RESUMO:** O presente artigo versa sobre pesquisas de cunho histórico, relativas à educação pública do Distrito Federal, que vêm sendo desenvolvidas no âmbito do grupo de pesquisa HISTEDBR – DF, na Universidade de Brasília. Os trabalhos de investigação tiveram início há mais de duas décadas, com a finalidade de analisar os fundamentos, as políticas e os acontecimentos que caracterizaram a origem e a consolidação do sistema público de ensino da nova capital. Os pesquisadores reuniram ampla documentação constituindo valioso acervo de fontes pertinentes ao tema, visando preservar a memória da educação local. Com base na análise das fontes disponíveis, vêm sendo realizada uma gama de estudos científicos, que têm como referência o plano de educação inovador, elaborado por Anísio Teixeira e implantado na cidade, no período de sua fundação. As análises realizadas ao longo do trabalho de pesquisa revelam o funcionamento das primeiras escolas instaladas no Distrito Federal e os fatos marcantes relacionados às condições de vida e de trabalho dos professores e alunos, protagonistas do sistema público de ensino do Distrito Federal. Como decorrência da pesquisa, destaca-se a produção coletiva de uma trilogia de obras sobre a história da educação local, bem como a publicação de livros, capítulos de livros, artigos, teses, dissertações e monografias estruturadas com o suporte do acervo e orientação acadêmica a cargo de pesquisadores do referido grupo. Além das atividades de pesquisa e de ensino, agregam-se ações de extensão, entre as quais, as promovidas pelo Museu da Educação do Distrito Federal. O que se espera é fomentar a abertura de um campo de pesquisa sobre o conhecimento histórico da educação local, a fim de possibilitar ao cidadão brasileiro se reconhecer no seu passado educativo e, principalmente, contribuir para que os professores conheçam suas raízes e, assim, possam fortalecer a sua identidade profissional e o sentimento de pertencimento.

**Palavras-chave:** educação no DF, história, memória, identidade profissional docente.

## **INTRODUÇÃO**

Uma das atuais demandas da área de educação no Brasil é a realização de pesquisas qualificadas sobre a memória e a história educacional, em contextos específicos e situações localizadas. A pesquisa histórica da educação brasileira constituiu-se, tradicionalmente, na perspectiva macro-histórica, produzindo estudos de caráter generalista, relativos aos períodos estudados. A partir das últimas décadas do século XX, esse modelo de investigação passou a ser questionado por pesquisadores reunidos em eventos científicos, sob o argumento de que os resultados obtidos se limitavam a generalizações, que demonstravam ser insuficientes para o conhecimento das realidades locais. Assim, deu-se o redimensionamento do processo de pesquisa, valorizando a micro-história como alternativa de pesquisa em educação.

Afirmando essa tendência, Brandão (2016) ressalta a necessidade do entrelaçamento das visões macro e micro da história educacional, especialmente quando se recorre à memória educativa local, pela riqueza das especificidades presentes nessa modalidade de estudo. Segundo o citado autor, esses trabalhos apresentam resultados de grande envergadura, uma vez que se constituem “sementes embionárias” do que Demerval Saviani denomina pesquisa de base. Outra característica mencionada pelo autor é a legitimidade que esse tipo de pesquisa assume na medida em que valoriza o setor educacional local, suas instituições e trajetórias pessoais e profissionais.

A esses argumentos, pode-se acrescentar que os resultados dessas pesquisas, pela sua legitimidade, tornam factíveis ações transformadoras no interior da instituição escolar e criam condições para que seus agentes, especialmente os professores, possam repensar suas práticas e posturas profissionais num processo de formação continuada.

Desde a década de 1930, na luta pela reconstrução educacional no Brasil, Anísio Teixeira já considerava a formação docente seu maior problema, entendendo que essa formação deveria ter em vista a realidade e a cultura regionais, considerando seus

costumes e valores. Para o autor, os cursos de formação de professores deveriam manter alto padrão e contar com numerosos formadores, o que implicava a utilização de largos recursos. Com essa convicção, na década de 1950, enquanto diretor do INEP, criou o Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional e os Centros Regionais a ele vinculados, de modo a possibilitar a disseminação do conhecimento que alcançasse todo o professorado brasileiro. Com o desenvolvimento das ações formativas dessa rede, destinada à pesquisa e à formação de professores, almejava-se elevar o nível de conhecimento e a qualificação individual do professorado e, conseqüentemente, permitir a melhoria qualitativa no ensino nacional (TEIXEIRA, 2001).

É crescente, na atualidade, a tendência de se realizar estudos regionalizados no campo da história da educação, com olhares diferenciados na produção e no aprofundamento do conhecimento na área. Lopes e Galvão (2001) observam o interesse “em realizar estudos mais localizados, que lidem com realidades mais circunscritas e com períodos mais curtos de tempo” (p.41). Segundo as autoras,

Essa tendência tem possibilitado o aprofundamento de certos temas e uma complexificação da compreensão do passado de determinados fenômenos educativos que, anteriormente, eram visualizados apenas panoramicamente. (LOPES e GALVÃO, 2001, p.41)

Ao restaurar a memória da ação humana e analisar a história nas suas manifestações ou expressões mais singulares, o conhecimento decorrente dos estudos regionalizados contribui para o aprofundamento do fenômeno educativo tomado como objeto.

A produção teórica de que trata o presente texto advém de pesquisas regionalizadas, que buscam contribuir para a escrita da história e a preservação da memória da educação do Distrito Federal. Os trabalhos acadêmicos realizados têm a premissa de resgatar a experiência inovadora da nova capital, suas narrativas, contradições e impasses ao longo do tempo.

A memória histórica da nossa educação deve ser preservada, sob pena de privar a sociedade dos ensinamentos que o passado tem a oferecer. O historiador Hobsbawm, ao refletir sobre a importância da preservação da memória histórica, assinala:

A destruição do passado - ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas - é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio. Por esse mesmo motivo, porém, eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores (HOBSBAWM, 1995, p. 13).

Entender como a educação na nova capital conformou-se historicamente demanda conhecer as bases teóricas em que a mesma se fundamenta. Anísio Teixeira, cujo ideário vincula-se à Escola Nova, formulou o plano educacional de Brasília a partir de uma experiência singular: a Escola Parque da Bahia - projeto de sua autoria implantado anteriormente na cidade de Salvador.

As pesquisas de que trata o presente artigo têm como referência esse modelo de educação, concebido para Brasília, com suas características próprias, seu ritmo e sua diversidade, especialmente considerando o contexto da criação da nova capital. Com o intuito de preservar a memória das experiências vividas no Distrito Federal em torno do legado de Anísio Teixeira para Brasília, um grupo de pesquisadores da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília deu início à pesquisa sobre o tema, cujos desdobramentos, ao longo das duas últimas décadas, têm contribuído para a construção da história da educação da capital brasileira. Conjugada às análises da realidade educacional, os pesquisadores também desenvolvem ações articuladas para a preservação do patrimônio educativo da cidade, tendo em vista resguardar a memória da educação e promover a sua difusão.

## **DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA**

As pesquisas iniciaram-se no ano de 2000 por iniciativa de um grupo de pesquisadores da Faculdade de Educação que, gradativamente, teve sua composição ampliada pela participação de outros docentes e estudantes, inclusive de outras unidades da Universidade de Brasília, de professores da rede pública de ensino do Distrito Federal, além de colaboradores de diversas instituições universitárias.

As pesquisas desenvolveram-se mediante trabalho coletivo de pesquisadores de diferentes níveis de formação acadêmica e de várias áreas disciplinares como Pedagogia, História, Música, Educação Física, Matemática, Comunicação, Psicologia, Arquitetura e Direito. No processo de pesquisa realizaram-se encontros sistemáticos dos pesquisadores, visando garantir a organicidade e o encadeamento dos temas. Essa dinâmica contribuiu para o fortalecimento de vínculos entre grupos de investigação no âmbito da Universidade de Brasília e de outras instituições de ensino superior, e gerou significativa produção acadêmica em nível de graduação e de pós-graduação.

Entre os projetos de pesquisas executados citem-se: “Educação Básica Pública do Distrito Federal (1956-1964): Origens de um projeto inovador” e “Educação Básica Pública do Distrito Federal (1964-1971): Desmonte de um projeto inovador”, que contaram com financiamento, respectivamente, da FAP/DF e CNPq. Ambos integravam a linha de pesquisa “Educação do Distrito Federal: história e memória”, do Grupo de Pesquisa HISTEDBR-DF, credenciado junto ao CNPq. Cite-se, ainda, um terceiro projeto de pesquisa, relativo à educação no Distrito Federal durante o período do regime militar (1964-1984).

Os estudos realizados envolveram uma multiplicidade de interpretações sobre os temas, envolvendo políticas educacionais; instituições escolares, professores e alunos; campos disciplinares; métodos e técnicas de aprendizagem, entre outros. Os pesquisadores sentiram-se livres para abordar suas temáticas conforme suas próprias referências teóricas no campo da história e da memória da educação do Distrito Federal.

Uma das primeiras iniciativas do grupo de pesquisa consistiu em localizar fontes documentais sobre o objeto da pesquisa. A busca e a coleta de documentos resultaram na constituição de um acervo documental valioso, composto por documentos de diferentes formatos – escritos, sonoros e audiovisuais, além de objetos escolares. Os documentos foram, posteriormente, classificados e inventariados, segundo as Normas Brasileiras de Descrição Arquivística (NOBRADE). A referida documentação encontra-se, atualmente, no Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (Ceam), no Campus Universitário Darcy Ribeiro, na Universidade de Brasília e, futuramente, será destinada ao Museu da Educação do Distrito Federal.

Os documentos reunidos no acervo foram coletados em arquivos de instituições públicas ou provêm de doações advindas de acervos privados. Em seu conjunto apresentam dados sobre escolas, planos de ensino, publicações escolares, relatórios, atas, discursos, artigos, correspondências, legislação, informações demográficas e estatísticas e outros. Mencionem-se, também, as fotos de escolas, de professores e de alunos no ambiente escolar e em atividades públicas, de solenidades, de jogos e competições escolares, além de filmes diversos, como os que versam sobre o início da construção de Brasília e do nascente sistema educacional. Destaca-se, ainda, material jornalístico proveniente de pesquisa realizada no jornal “Correio Braziliense”, nas edições armazenadas no setor de microfilmes da Câmara dos Deputados, que possibilitou a seleção de matérias sobre o sistema educacional de Brasília e o contexto sócio-político do período pesquisado.

Com o intuito de possibilitar acesso remoto ao acervo, desenvolveu-se um banco de dados denominado Sistema Arquivístico do Museu da Educação do Distrito Federal, (SAMUDE), com hospedagem no endereço eletrônico [www.museudaeducacao.com.br](http://www.museudaeducacao.com.br), que permite interatividade entre o público interessado e o acervo. Ao assegurar a preservação dos bens e torná-los disponíveis aos diferentes públicos, buscar-se-á

desenvolver a percepção do arquivo como um espaço de produção de conhecimento relevante para a transformação da realidade (PEREIRA e CARVALHO, 2018, p.17-35).

Na constituição do acervo, cabe especial destaque à documentação produzida pelo grupo de pesquisa mediante a utilização da história oral. O emprego dessa metodologia para o resgate da memória da educação contribui para a ampliação do conhecimento e somente pode ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos (ALBERTI, 1989). Tendo em vista que os estudos empreendidos referem-se a um passado ainda recente, foi possível recorrer à história oral. Foram realizadas cerca de quatro centenas de entrevistas com os agentes do processo educacional do sistema público do Distrito Federal. Os depoimentos prestados por professores, gestores e estudantes pioneiros colocam em relevo os acontecimentos, trazendo à luz os sujeitos da ação.

As lembranças rememoradas, com a ajuda dos dados presentes, reconstroem o passado (HALBWACHS, 1990). Com esse procedimento, privilegiou-se a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu.

Não é lembrar, recompor o que houve e, sim, construir, relembrar, através de uma recriação (...) traz como ficção o que em tempo antes havia existido como um fato, um feixe real de acontecimento, que nunca mais pode reexistir como tal. (BRANDÃO, 1998a, p. 3)

Do ponto de vista metodológico, os procedimentos adotados ofereceram aos pesquisadores as condições necessárias à produção de conhecimento histórico, mediante a utilização da análise documental, com ênfase nas entrevistas concedidas por meio da história oral, associando conteúdos de diferentes fontes para resgatar memórias e reconstituir a história do sistema educacional de Brasília.

A interlocução sistemática do grupo de pesquisa com acadêmicos, professores e estudantes, como estratégia metodológica realizada por meio de atividades de extensão, proporcionou uma dinâmica que enriqueceu o processo da pesquisa. O caráter

participativo foi implementado por meio de seminários e serviu de estímulo aos pesquisadores, no sentido de articular propostas de trabalho coletivo, integrar conteúdos com vistas à produção científica e submeter seus achados à consideração do público.

Assim, em 2007, com a celebração do cinquentenário da primeira escola pública do Distrito Federal, a Escola Júlia Kubitschek, fundada em 18 de outubro de 1957, promoveu-se evento com os protagonistas dessa história, professores e estudantes pioneiros que contribuíram com os seus depoimentos para a construção da memória da educação.

Na sequência, o segundo seminário, promovido em 2008, versou sobre o tema “Preservação da Memória da Educação do Distrito Federal”, com a finalidade de ampliar o diálogo com representantes de diferentes instâncias governamentais para a criação do Museu da Educação do Distrito Federal.

Em 2009, o terceiro seminário teve como tema “Museu da Educação do Distrito Federal: memória e cidadania” e contou com a participação de especialistas convidados, para pensar o museu como o lugar da memória viva e debater a interface entre a escola e o museu, para promover diálogo e buscar subsídios para a elaboração do seu projeto museológico.

Mais recentemente, em 2019, realizou-se o quarto seminário, no Memorial Darcy Ribeiro, que reuniu pesquisadores, professores e estudantes para conhecer os resultados preliminares da pesquisa em curso, e apresentar ao público suas propostas de trabalho relativas à educação do Distrito Federal no período da ditadura militar.

As pesquisas geradas fortaleceram a ideia da criação do Museu da Educação do Distrito Federal, propósito assumido pelo grupo de pesquisa, como espaço apropriado para a preservação e a disseminação da memória e da história da instituição educativa, de seus protagonistas e das práticas nela desenvolvidas. Na reconstituição do sistema público de ensino dar-se-á ênfase ao *Plano de Construções Escolares de Brasília*, de



Anísio Teixeira, que sinalizou uma situação favorável à inovação pedagógica. Educadores de várias partes do país apresentaram-se para o concurso nacional de seleção de docentes e vieram para Brasília atraídos pelas possibilidades de realização de suas utopias pedagógicas. Recuperar a memória desse período amplia as possibilidades de realização de projetos inovadores, capazes de promover a qualidade na educação pública em nosso país. Essa iniciativa contribui para reforçar novas utopias pedagógicas e dar sentido ao fazer cotidiano dos educadores no Distrito Federal.

## **PRODUÇÃO CIENTÍFICA**

As narrativas sobre as origens do sistema de educação pública implantado em Brasília, seu desenvolvimento, impasses e contradições, assim como a memória de instituições escolares, seus professores e estudantes, suas vivências e práticas pedagógicas no cotidiano escolar são alguns dos temas que compõem o repertório da produção científica deste grupo de pesquisa.

O acesso à documentação e a reflexão crítica dos pesquisadores sobre as fontes, previamente selecionadas e organizadas em recortes espaciais e temporais, geram estudos que se articulam entre si e viabilizam a estruturação do conhecimento no contexto social. Nesse sentido, favorecem o reconhecimento da experiência educativa em diferentes períodos históricos.

A produção científica abrangeu a publicação de livros, capítulos de livros, artigos em periódicos, trabalhos em anais de eventos científicos, além de monografias, dissertações e teses. Convém destacar, preliminarmente, em relação à escrita de livros, a trilogia da educação do Distrito Federal, composta pelas seguintes obras: a primeira, “Nas Asas de Brasília: Memórias de uma utopia educativa (1956-1964)”, de 2010, a segunda, “Anísio Teixeira e seu legado à educação do Distrito Federal: História e

Memória” publicada em 2018 e a terceira, “Rupturas e desafios da História da Educação no Distrito Federal” (1964-1985), encaminhada para publicação em 2021.

As narrativas sobre as origens do sistema de educação pública implantado em Brasília, sua descaracterização e desmonte, entre outros temas, assim como a memória de vivências e práticas pedagógicas do cotidiano escolar integram a trilogia de obras literárias, de cunho histórico e científico.

Essa produção científica representa a culminância, até o presente momento, de um processo de construção do conhecimento acerca da história da educação do Distrito Federal. Considera-se que o olhar investigativo ao passado pode renovar e fortalecer os ideais voltados para uma educação pública de qualidade, perpassados por uma consciência realista das possibilidades de mudança, no contexto da luta pela construção de uma sociedade mais humana e fraterna. A escrita de cada obra reúne estudos que partem da premissa de que o cidadão brasileiro necessita se reconhecer no passado educativo de Brasília para compor a sua identidade individual e coletiva.

O primeiro livro conta com dezessete capítulos, organizados em quatro partes que dispõem sobre a proposta educacional de Anísio Teixeira para Brasília, pensada na sua urbanidade cosmopolita. Nesta obra, são apresentadas as escolas pioneiras; a história das primeiras instituições escolares criadas em Brasília, com inspiração no ideário anisiano e os três eixos temáticos do trabalho pedagógico desenvolvido nos primeiros anos da cidade: ensino das artes, educação do corpo e educação matemática. O livro trata, ainda, de questões metodológicas e conceituais pertinentes à pesquisa.

O segundo livro, “Anísio Teixeira e seu legado à educação do Distrito Federal: História e Memória” também está organizado em quatro partes. Esse livro trata da memória educativa e do Museu da Educação do Distrito Federal, seu acervo e conteúdo em diferentes suportes, o tratamento arquivístico adotado e a organização dos documentos em meio material e virtual.

A última obra da trilogia tem como título “Rupturas e desafios da história da educação do Distrito Federal (1964-1984)”, seu recorte histórico abrange o período da ditadura militar no Brasil, com foco nos acontecimentos na área da educação e suas repercussões na rede de ensino local. As experiências vividas naquele período de autoritarismo foram antagônicas ao ideário democrático fundante do sistema de ensino público da capital brasileira, embora algumas iniciativas buscassem aproximação à proposta original. A construção do conhecimento histórico a esse respeito é essencial para que se compreenda a relação intrínseca entre educação e sociedade bem como as estratégias de organização social adotadas para o enfrentamento à opressão política e ideológica que marcou uma geração de brasilienses.

Além dos livros já referidos, os pesquisadores elaboraram uma diversidade de estudos sobre o tema, publicados capítulos de livros, revistas científicas e anais de eventos acadêmicos, assim como procederam à orientação de monografias, dissertações e teses a respeito. Para se ter a visão dessa produção, apresenta-se, em anexo, a relação de produtos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa. No quadro 1 constam os títulos de produções, autores/organizadores, instituições envolvidas e o ano de publicação. No quadro 2 são apresentados títulos de monografias, dissertações e teses, autores, orientadores, instituição e ano de defesa.

## **MEMÓRIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DOCENTE**

O resgate da memória e a escrita da história da educação da capital brasileira tem como premissa que o cidadão brasiliense necessita se reconhecer no passado educativo de Brasília, para compor sua identidade individual e coletiva. Nessa perspectiva, recorrer às memórias como instrumento de formação e qualificação de professores é fundamental para a construção e o desenvolvimento de sua identidade profissional. Como afirma Brandão, “múltipla e errante, tanto quanto o deseja a saudade que nutrem

dela e alimentam de símbolos, a memória não é uma faculdade, mas um processo que liga funções e dimensões de ordens diferentes” (BRANDÃO, 1998b, p.9).

O processo de formação identitária do professor requer o conhecimento de suas raízes, para que ele se reconheça como protagonista de um processo histórico de mudanças criativas na educação. “Somos aquilo que lembramos” (BOBBIO, 1997). Sentir orgulho de ser professor e ter valorizada a sua identidade profissional é condição que dignifica a trajetória de todo educador no seu fazer pedagógico cotidiano.

Os estudos sistematizados pelo grupo de pesquisa “Educação do Distrito Federal: história e memória” visam contribuir para subsidiar a formulação de políticas educacionais no tempo presente. A expectativa é de que o olhar investigativo ao passado renove e fortaleça os ideais voltados para uma educação pública de qualidade, perpassados por uma consciência realista das possibilidades de mudança, no contexto da luta pela construção de uma sociedade mais humana e fraterna.

## **REFERÊNCIA**

ALBERTI, Verena. *História oral: A experiência do Cpdoc*. Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro, 1989.

BOBBIO, Norberto. *O tempo da memória*. Da senectude e outros escritos autobiográficos. Rio de Janeiro: Campus, 1997

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. Prefácio. In: FERRI, Lúcia Maria Ferreira Gomes et al (Orgs). *Memória Educacional*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 7–9.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Algumas lembranças. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *As faces da memória*. Campinas, Gráfica ASE/UNICAMP. 1998a (Coleção Seminários, 2).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Memória sertão: cenários, cenas, pessoas e gestos nos sertões de João Guimarães Rosa e de Manuelzão. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.) *As faces da memória*. Campinas, Gráfica ASE/UNICAMP, 1998b (Coleção Seminários, 2).

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1990.

HOBBSBAWN. *A era dos extremos: O breve século XX ( 1914- 1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOPES, Eliane Marta Teixeira e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. 2001. *História da educação*. Rio de Janeiro, DP & A, 2001.

PEREIRA, Eva Waisros; CARVALHO, Pedro Mesquita de. Fontes de pesquisa para a história da educação de Brasília. In. PEREIRA, Eva Waisros; COUTINHO, Laura Maria; RODRIGUES, Maria Alexandra (Orgs). *Anísio Teixeira e seu legado à educação do Distrito Federal: História e memória*. Brasília, Editora UnB, 2018. p. 17 - 35

TEIXEIRA, Anísio. O problema da formação do magistério, 2. ed. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 82, n. 200/201/202, p. 199-206, jan./dez. 2001.

**Capítulo 24 - DOI:10.55232/10830012.24**

**A CONEXÃO NECESSÁRIA ENTRE O  
DESENVOLVIMENTO PLENO E A ÉTICA**

**Andreia Nunes de Castro, Claudionor Nunes Cavalheiro e Marcelo Skowronski**

**RESUMO:** O estudo tem por objetivo expor a ética como sendo necessária ao desenvolvimento pleno do ser humano. trata-se de uma revisão bibliográfica, tendo a composição do corpus a partir da literatura especializada. Esta investigação se justifica, considerando que a escola é um espaço que oferece as possibilidades reais e significativas de práticas, capazes de fortalecer um convívio social, nas quais valores como a amor e o respeito sejam reputados indispensáveis para o exercício da cidadania. Esperamos que a presente análise possa contribuir com a ampliação do entendimento de que a atuação docente abarca compartilhar informação e ensinar o aluno a ser ético em suas condutas no cotidiano.

**Palavras-chave:** Ética, diversidade, cidadania.

## **INTRODUÇÃO**

As mudanças ocorridas na sociedade brasileira contemporânea, a partir da insurgência de atores sociais, até então pouco visíveis na cena pública, impõe desafios à educação, e requer uma reconfiguração do cenário escolar. A escola é percebida como um espaço de sociabilidade para onde convergem diferentes experiências socioculturais que refletem na forma de se conviver em sociedade. Os desafios advindos da convivência com a diversidade no âmbito escolar têm provocado noções estereotipadas e distorcidas no processo ensino e aprendizagem, gerando mal-estar na relação educador e aluno.

Os problemas escolares que surgem desse mal-estar na relação interpessoal, não se encontram apenas, em dados estatísticos de reprovação e evasão, refere-se também, às identidades construídas na escola. Desse contexto, pode-se inferir que há uma relação estreita entre o trato pedagógico e o olhar projetado aos alunos, dado pelo meio cultural, pela divisão de classes, pelas hierarquias sócio-étnico-raciais, de gênero e território. O resultado do protótipo atribuído ao aluno reside na ausência de reconhecimento da riqueza da diversidade. Dessa forma, trabalhamos com a hipótese de que a Ética desconstrói estereótipos, e julgamo-la necessária ao desenvolvimento humano pleno. Segundo Gomes (2007), esse posicionamento avança para superação de concepções hegemônicas de pessoas e culturas, porque a Ética desconstrói olhares preconceituosos e permite repensar as práticas escolares com olhar amoroso para os alunos.

Do ponto de vista metodológico, o *corpus* teórico é fundamentado na ecologia de saberes de Santos (2007), que tem por premissa a ideia da inesgotável diversidade epistemológica do mundo. Sua teoria se baseia na ideia de que o conhecimento é interconhecimento, e dá consistência epistemológica ao pensamento pluralista e propositivo. Para ecologia de saberes, o conhecimento como intervenção no real é a medida do realismo. A credibilidade da construção cognitiva é mensurada pelo tipo de intervenção no mundo que ela proporciona, auxilia ou impede. A avaliação dessa intervenção combina o cognitivo com o ético-político, distinguindo a objetividade analítica da neutralidade ético-política.

Nesse trabalho realizamos uma correlação entre diversidade e escola na perspectiva de Gomes (2007); a noção de desenvolvimento humano e cidadania, segundo Lima (2007) e Santos (2021); e ética na ação docente de acordo com Hooks (2013), Ferreira (2006), Gilligan (1982) e Ramose (2002). Discutimos diversidade como

constituente das relações sociais relacionando-a as representações atribuídas aos alunos, e as consequências dessas representações. Trata-se de compreender que posturas pedagógicas a partir de estereótipos confirmam crenças em que os desiguais por classe, raça, etnia são vistos como desiguais nas capacidades e ritmos de aprendizagem. O estudo oferece uma contribuição para compreender o processo educacional à luz da dimensão da Ética, e como “um ato de resistência” ao individualismo contemporâneo. (BELL HOOKS 2013, p. 18).

## **UM OLHAR PARA A DIVERSIDADE EM SALA DE AULA**

A escolarização é um processo educativo potente responsável pelo processo de humanização. É constituído pela riqueza da diversidade e de práticas culturais imprescindíveis para a cidadania. Segundo Gomes (2007) é nesse contexto que construímos conhecimento, valores, representações e identidades. Nesse sentido, se a escola é considerada por excelência o espaço para a socialização, é obrigação de ofício entender como o pressuposto de superioridade cultural precariza e marca os seres humanos pelas vias da subalternização e da hierarquização. Gomes (2007) ainda destaca que a diversidade faz parte existência humana, tanto biológica quanto cultural. No entanto, as relações de poder estabelecidas entre grupos humanos, levaram a leituras estereotipadas e preconceituosas de pessoas diferentes, encontrando justificativas infundadas para serem exploradas e tratadas de forma desigual.

Entendida como um componente do desenvolvimento biológico e da construção histórica, social e cultural das diferenças, a diversidade requer um trato igualitário e democrático em relação àqueles considerados diferentes.. No que tange à escola, implica respeitar as produções, os saberes, os valores, linguagens, as experiências dos alunos, sem, contudo, deixá-los à margem dos conhecimentos resultantes do desenvolvimento cultural da humanidade. Partindo desse contexto justifica-se a necessidade de pensar as diferenças, sejam elas quais forem, sob novas concepções. Há a necessidade de atribuir às práticas escolares significados outros, que reconheçam, valorizem e respeitem essas diferenças enquanto constituintes do homem.

Para Souza (2002, p. 32), vivemos num espaço e tempo marcados pela efervescência das questões trazidas pela “diferença de gênero, de raça, de classe social, de orientação sexual, de identidades, de origens, de pertencimentos etc. Diferença que



até bem pouco tempo ficou ocultada pela força do discurso sobre a igualdade”. Corroborando com esse argumento, Santos (2007) parte da ideia de que a diversidade do mundo é inesgotável e que a diversidade epistemológica do mundo está por ser construída. O autor vê possibilidade de criação baseada na riqueza da diversidade, por meio da desfamiliarização da tradição canônica das monoculturas do saber. Esse conceito é relevante porque permite perceber a escola como o espaço onde se cruzam conhecimentos e, também, ignorâncias; onde não há uma unidade de conhecimento, como também, não há uma unidade de ignorância. Conduzido por uma ecologia de saberes, reconhece-se o interconhecimento, com a comparação entre o conhecimento que está sendo aprendido com os outros conhecimentos.

Todavia, Gomes (2007) aponta que há tensão nesse processo de conviver com/e na diversidade, devido a uma tendência cultural em ressaltar de modo positivo e melhor os valores individuais. Essa tendência cultural é responsável por causar um estranhamento, uma rejeição em relação ao diferente. No campo escolar, esse estranhamento se materializa quando há categorização de alunos, com base no que se considera socialmente comum e natural, de “bons” e “maus”, capazes e incapazes. A rotulação faz com que tudo na escola seja pensado por esse parâmetro de normalidade, um arquétipo a partir do qual todos serão avaliados. As categorizações têm a marca da desqualificação, resultando em estigmas no ambiente escolar, manifestados nos processos de ensino.

As construções sociais que definem supostas inteligências mais capazes do que outras, legitimam exclusões e desigualdades, e pode repercutir de forma avassaladora no processo de constituição de identidades. Segundo Silva (2001), é necessário compreender a construção da identidade como fenômeno produzido na escola principalmente pelo currículo oculto. O currículo oculto modela-se por meio da produção das identidades culturais constituída pela somatória das normas, das crenças e dos valores que são transmitidos de forma velada. Silva (2004), diz que o currículo oculto se manifesta por meio dos gestos, olhares, inclusão, valoração, atributos baseados em binarismos como bom/mau, legítimo/ilegítimo. Compreender esse conceito permite desenvolver um trabalho firmado na Ética, com respeito à dignidade da pessoa.

Currículo oculto é um elemento estruturante na construção de identidades, tendo como princípio as ideias e representações que as pessoas constroem a partir das vivências escolares compõe suas identidades e subjetividades, suas visões de mundo e de si próprias. Compreender tal princípio requer práticas firmadas na Ética, com

respeito às diversas individualidades, ensinando que conviver com o Outro exige regras para o bem comum.

Trabalhar com a diversidade na escola não é uma reivindicação romântica do final do século XX e início do século XXI. Segundo Pereira (2012), encontra-se normatizada pelo Ministério da Educação desde o final da década de 1990, e não aconteceu por acaso. É o resultado de um movimento mais significativo no campo educacional, uma conquista de um novo ‘lugar político e social’. De acordo com Gomes (2007) e Pereira (2012), essa conquista tem a ver com as estratégias pelas quais os grupos humanos considerados diferentes passaram destacar politicamente as suas singularidades, exigindo que a diversidade saia da dimensão do discurso e receba tratamento justo e igualitário, desmistificando a ideia de uma unidade humana que não existe, e que não resiste aos avanços das ciências e dos valores.

Diante dos avanços das ciências e dos valores, os olhares hierárquicos e classificatórios das capacidades e ritmos dos alunos são desconstruídos, e movem olhares mais respeitosos e igualitários. Tal postura permite analisar valores, comportamentos, conceitos e pré-conceitos que são compartilhados entre os sujeitos escolares. Esse movimento é essencial para autenticar o profissionalismo, na medida em que proporciona conhecimentos que possibilitem, de fato, formar para o desenvolvimento pleno do aluno.

## **A RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO HUMANO E A CIDADANIA**

Há duas concepções de desenvolvimento humano, uma marcada pelas transformações de evolução biológica, que é constante para todos os seres humanos, outra, pela vivência cultural. Para este estudo, o foco é a concepção cultural por entender que está intrinsecamente ligada à percepção e memória, e estas, por estarem muito próximas das aprendizagens escolares. Os estudos de Moran (1991), Hooks (2013), Santos (2021) elucidam perspectivas distintas da racionalidade para compreender o ser humano. Esses pesquisadores colocam em pauta, também, as a subjetividade constituinte do fenômeno humano. Dessa forma, por desenvolvimento pleno do ser humano entende-se o desenvolvimento das potencialidades cognitiva, emocional, motora e social. Logo, a educação deve integrar conhecimentos do domínio

afetivo (emoções, valores, atitudes) com o domínio cognitivo (conhecimento e habilidades intelectuais) e físico (habilidades motoras, ritmo, coordenação, lateralidade). Ao evidenciar a subjetividade na constituição humana não significa rebaixar a objetividade. Entretanto, Hildebrand (2007) alerta de que devemos libertar da ilusão desastrosa de que objetividade implica uma abordagem exclusivamente observadora e exploratória. Visto por esse ângulo, o conhecimento formal torna-se não somente uma aquisição individual, aprender significa utilizar o conhecimento adquirido para o seu desenvolvimento pessoal como para o do coletivo. Formar a pessoa para situar-se como membro de um grupo, enquanto cidadão, passa a ser, também, um objetivo da educação.

Para alcançar essa formação, na explicação de Lima (2007), é necessário percebê-la a partir da teoria histórico-cultural do desenvolvimento humano, na qual a pessoa, ao se apropriar do conhecimento formal, utiliza as funções psíquicas elementares, como percepção, memória, pensamento. Grossi e Ferreira (2001) corroboram com essa concepção ao afirmarem que a memória lembra uma fronteira, cujas territorialidades itinerantes se redefinem continuamente em direção ao território da alteridade, em jogos de poder que enlaçam grupos sociais estruturados. Isso aponta a responsabilidade da escola ao selecionar conteúdos e práticas curriculares que dissertam o passado com interpretação e significado de fatos. Dependendo das histórias circulantes, podem formar identidades impotentes, subservientes, cujo comportamento impede de exercer livremente as potencialidades inerentes a cada pessoa.

Ribeiro (2001) afirma que a memória não é só a lembrança do passado, é tudo o que diz de nós mesmos. Seus significados revelam aquilo que nos constitui como pessoa, como ser social. A memória coletiva, não de indivíduos isolados, mas de indivíduos que constituem a coletividade, são interpretações, visões de mundo pela qual nos relacionamos e ocupamos um espaço. Para a autora, a forma como as pessoas se organiza e faz do espaço seu *habitat* mostra a memória originada pela necessidade de reconhecimento do direito à vida e do direito à cidade. A memória está para a história assim como o homem está para a vida, em conformidade com a condição humana. Trata-se de um substrato que permite ao sujeito entrar em contato com a realidade e exercer a cidadania.

Para Santos (2021), a cidadania se dá em diversos níveis, “sobretudo neste país, todos não são igualmente cidadãos, havendo os que nem são cidadãos e havendo os que não querem ser cidadãos, aqueles que buscam privilégios e não direitos”. A cidadania reside no reconhecimento de três dimensões do homem: a dimensão da corporeidade, da

individualidade e da socialidade. A corporeidade trata-se da realidade do corpo do homem, é uma dimensão objetiva, que representa as virtualidades de educação, da capacidade de mobilidade, da localidade. A dimensão da individualidade é subjetiva; diz respeito às consciências: do mundo, do lugar, de si, do outro, de nós. Santos (2021, n.p) considera que “todas estas formas de consciência têm a ver com a transindividualidade, isto é, com as relações entre indivíduos; relações que são uma parte das condições de produção da socialidade, isto é, do fenômeno de estar junto”. Para o autor o cotidiano é constituído pela materialidade (esfera técnica) e imaterialidade (esfera das paixões, das crenças) tão objetiva em nossa vida quanto objetiva é a esfera da materialidade.

Por tais argumentos nos levam a compreensão de que educar passa também pela tomada de consciência dos próprios sentimentos e emoções, cujo currículo os conteúdos são meios e não como fins em si mesmo, considerando que a aplicação dos conhecimentos formais tem a ver como nos posicionamos no mundo, como vemos o outro, com o conviver e com a cidadania. Tomamos a cidadania no sentido de sujeitos autônomos, conscientes de si, de seus próprios sentimentos e de suas responsabilidades para consigo e para com os demais membros da sociedade.

Essas formas de pensamento, como chamam seus idealizadores, constituiriam a realização fundamental da Educação, baseada na consciência da afetividade como objeto de ensino, porque qualquer conhecimento intelectual será aplicado em baseado no caráter. Por isso, não basta reconhecer a existência da diversidade, é preciso valorizar as diferenças propondo medidas na esfera normativa e formativa. Para tal, Pereira (2012) orienta trabalhar com histórias das diferentes matrizes formadoras de nossa sociedade, evidenciando as lutas por liberdade e por direitos civis de homens e mulheres, negros e brancos, para que a se forme sujeitos autônomos, responsáveis para consigo e para com os demais membros da sociedade.

## **O PAPEL DA ÉTICA NA FORMAÇÃO PARA CIDADANIA**

Reconhecer valorativamente as diferenças requer práticas e condutas pensadas sob um novo olhar, o olhar da alteridade. Alicerçada nas obras de Freire, Hooks (2013), aponta para a construção de uma educação humanista, antirracista, antissexista etc., que reconheça as peculiaridades do indivíduo e que garanta a voz dos estudantes, capaz de

estimular o senso crítico e avançar em práticas que liberte as minorias das opressões. A pesquisadora apresenta uma educação como prática da liberdade, na qual o

[...] trabalho do professor não é o de simplesmente partilhar informação, mas sim o de participar do crescimento intelectual e espiritual dos nossos alunos. Ensinar de um jeito que respeite e proteja as almas de nossos alunos é essencial para criar as condições necessárias para que o aprendiz possa começar do modo mais profundo e mais íntimo. (HOOKS, 2013, p.25)

Em outro momento Hooks (2013) apresenta o amor como ação que constrói as relações humanas justas, capaz de diluir o nihilismo, a ganância e a obsessão pelo poder que dominam nossa cultura. Ao colocar o amor como ação, a autora, obriga os educadores a assumirem a responsabilidade e o comprometimento com o aprendizado. A relação entre educadores e educandos, entre ensino e aprendizagem, nessa perspectiva, reivindica a Ética como pilar para que ocorra o respeito e a proteção das almas dos alunos.

Na reivindicação do amor, Murdoch (2013, p.125) apresenta-o como possibilidade de desvincular-se de impulsos egoístas, sendo estes, convertidos em altruísta e justo. Para ela “o amor que traz a resposta certa é um exercício de justiça e realismo, e de realmente olhar”. Arendt (2007) cita que o amor se assemelha ao respeito, e não se relaciona ao sentimento de estima ou desejo, mas ao reconhecimento do outro e da importância da esfera comum. As filósofas ao referirem ao valor da vida, sua ligação com o mundo vêm no amor a possibilidade de pertencimento. Tal afirmação encontra-se respaldado no pensamento de Arendt (2016, p. 247): “A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens”.

Implica dessa perspectiva o princípio ético como unidade de referência que abre possibilidades de ouvir os alunos silenciados, cuidar de suas integridades, garantindo uma formação identitária respeitosa, solidária e responsável. Segundo Ferreira (2006, p. 32), “Ética é referência para que a escolha do sujeito seja aceita como um princípio geral que respeite e proteja o ser humano no mundo. O *ethos*, como costume, articula-se às escolhas que o sujeito faz ao longo da vida”. A Ética fundamenta a moral, ao expressar a sua natureza reflexiva na sistematização das normas.

Nessa lógica, Carol Gilligan (1982) traz a Ética do cuidado para alcançarmos uma sociedade não-patriarcal, onde homens e mulheres podem ser livres para o

exercício de diferentes vozes morais. A orientação para o cuidado é alicerçada no aspecto da relação com o outro e constitui-se como um modelo de interdependência e do pensar conjuntamente, buscando justiça nas reivindicações do eu e do outro de forma concorrente.

É preciso reivindicar reformulações Éticas que considerem o pensamento feminino, mas sem exigir que ele seja o único. De acordo com Santos (2008), não se pode estabelecer um discurso único de mundo, isso é uma forma de totalitarismo forte e insidiosa, que devem ser analisados à luz de critérios éticos para desconstruir crenças infundadas e desumanizantes. Por isso, é preciso voltar a atenção para o ponto de vista epistemológico e moral de grupos subordinados.

Ética está relacionada à visão do Outro, manifestada em ação humana, e pressupõe escolha e decisão. A Ética permite desvincular-se do raciocínio confinado, substituindo por uma nova consciência, uma nova filosofia moral, da solidariedade. Ramose (2002) entende que o raciocínio confinado implica em algum tipo de cerca, onde o procedimento é nomear, tomar posse e cercar, com efeitos na exclusão de outros. Para resolver o problema da exclusão o filósofo propõe a Ética *ubuntu*, com base no reconhecimento, cuidado, partilha e respeito nas relações humanas. Agir por essa Ética é elevar-se acima do *selo* e afirmar a própria humanidade orientada pelo princípio regulador da justiça, da liberdade e autonomia do pensar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apresentamos uma análise de referência sobre a Ética, visando contribuir para desconstruir os estigmas e preconceitos subjacentes nas práticas escolares. Acreditamos que a educação e seus agentes possam contribuir efetivamente para a formação Ética, visando o alcance de sociedades mais justas, deve-se: (i) mostrar aos estudantes que no campo da Ética há múltiplos caminhos, que o *status quo* não está determinado e pode ser modificado; (ii) evidenciar que atitude Ética exige vigília constante, no intuito de tornar as pessoas mais responsáveis das ações que praticam nos espaços da vida; (iii) buscar uma superação teórica e prática do antropocentrismo ou formas ainda mais excludentes de ontologia moral, adotando práticas que considerem a subjetividade.

Entendemos a formação Ética como direito e necessária à formação humana, considerando que os contextos sociais por onde transcorre a vida são diferentes e

ubíquos, torna-se urgente a necessidade de desenvolver a formação do caráter por meio do ensino de Ética. Se, por força da Ética, agirmos em benefício dos seres humanos, acreditamos que as transformações significativas são possíveis.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARENDDT, H. Entre o passado e o futuro. Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo. Perspectiva, 2016.

\_\_\_\_\_. A condição humana. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FERREIRA, A. C. A morada do educador: Ética e cidadania. In: Educação e revista. Belo Horizonte, n.43, jun. 2006, p.57-72.

GILLIGAN, C. Uma voz diferente: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.

GOMES, N. L. Indagações sobre currículo: diversidade e currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

GROSSI, Y.S; FERREIRA, A. C. Somos seres de um dia só. Cad. hist., Belo Horizonte, v. 6, n. 7, p. 20-29, jul. 2001. Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/1707/1833>> Acesso em: 30 jul. 2021.

HOOKS, B. A teoria como prática libertadora. In:Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. Cap.5, p.83-104.

\_\_\_\_\_. Vivendo de amor. Portal Geledés. 2010. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>>. Acesso em 30 jul. 2021.

LIMA, E. S. Indagações sobre currículo: currículo e desenvolvimento humano. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

MORIN, E. O paradigma perdido: a natureza humana. 5. ed. Mens Martins: Europa-América, 1991.

MURDOCH, I. A Soberania do Bem. Unesp, 2013.

PEREIRA, A. A. “Por uma autêntica democracia racial!”: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história. Revista História. Hoje, v. 1, no 1, p. 111-128 - 2012.

RAMOSE, M B. A Ética do ubuntu. Tradução para uso didático de: RAMOSE, Mogobe B. The ethicsofubuntu. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). The African Philosophy Reader. New York: Routledge, 2002, p. 324-330, por Éder Carvalho Wen.

RIBEIRO, N. B. Os silêncios e tantas histórias...Cad. hist., Belo Horizonte, v. 6, n. 7 p. 57 a 65. Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/articloe/view/1707/1833>>. Acesso em 30 jul. 2021.

SANTOS, B de S. Para além do pensamento abissal. Novos Estudos CEBRAP, 2007. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>>. Acesso em 30 jul. 2021.

SANTOS, M. Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal. 15 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

\_\_\_\_\_. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. Revista Prosa Verso e Arte. Educação e ciência. 2021. Disponível em <[www.revistaprosaversoearte.com/por-uma-geografia-cidada-por-uma-epistemologia-da-existencia-texto-fabuloso-do-professor-milton-santos/](http://www.revistaprosaversoearte.com/por-uma-geografia-cidada-por-uma-epistemologia-da-existencia-texto-fabuloso-do-professor-milton-santos/)>. Acesso em 30 jul. 2021.

SILVA, M. V.; CUNHA, M. D. (Org). Políticas e práticas docentes alternativas em construção. In: O enfoque do negro no currículo escolar: algumas possibilidades de ressignificação. Edufu, Uberlândia, 2004.

SILVA, T. T. O currículo como fetiche: a poÉtica e a política do texto curricular. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOUZA, M. G. A. Diferença e Tolerância: Por uma Teoria Multicultural de Educação. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25., 2002, Caxambu. Anais. Caxambu: ANPED, 2002.



**Capítulo 25 - DOI:10.55232/10830012.25**

**DISCURSO, HISTÓRIA E RESISTÊNCIA EM “UM  
DEFEITO DE COR”, DE ANA MARIA GONÇALVES**

**Lucas Victalino Nascimento, Antonio Fernandes Júnior e Raquel  
Costa Guimarães Nascimento**

**RESUMO:** Este projeto de Iniciação Científica Voluntária (PIVIC) propõe um diálogo das teorias de Análise do Discurso (AD) com as interrelações de poder no romance “Um defeito de cor”, da escritora Ana Maria Gonçalves. Pelo rigor teórico de entendimento do discurso como uma exterioridade à língua(gem), mas que nela toma forma material e real, o romance tem caráter de originalidade e relevância caríssimo aos estudos linguísticos discursivos, tendo em vista que, em sua minuciosidade de detalhes, trata das relações de poder no microcosmo entre/nos sujeitos Casa Grande e Senzala. Para tanto, a obra lança mão pioneiramente de uma História do Brasil enunciada pelo sujeito outro; não um sujeito sem voz, mas um sujeito historicamente silenciado. Deste modo, por meio de análises qualitativas, este trabalho utiliza de pesquisas bibliográficas que coloquem em interface as teorias foucaultianas de AD e materiais publicados acerca da História do Brasil, seu alicerce na escravização e o ressoar dessas configurações na contemporaneidade. Assim, objetivamos compreender de quais maneiras a obra aborda a colonização e escravização; apresentar um panorama das principais estratégias de resistência construídas pela protagonista Kehinde e seus pares frente aos dispositivos de poder que instituíram a existência de um defeito de cor; compreender as fronteiras entre História e Literatura. Como resultado, percebemos um caráter de revisitação da História como tentativa de reler as práticas do presente.

**Palavras-chave:** Literatura negra, Racismo, Análise do Discurso.

## **1. PALAVRAS INICIAIS**

Nos âmbitos científico e literário do Brasil, as produções que tocam em questões raciais têm aumentado significativamente nas últimas décadas. No entanto, este ainda é um momento embrionário de compreensão desta realidade, haja vista os mais de três séculos de escravização açambarcados e a instituição de uma abolição forçada e *inconclusa*. Nesse sentido, pelo rigor teórico de entendimento do Discurso como uma exterioridade à língua(gem), mas que nela toma forma material e real (Fernandes, 2008), o romance *Um defeito de cor* (2006), da escritora brasileira Ana Maria Gonçalves, tem caráter de originalidade e relevância caríssimo aos estudos linguísticos discursivos, tendo em vista que, em sua minuciosidade de detalhes, trata das várias possibilidades de relações de poder no microcosmo entre/nos sujeitos *Casa Grande e Senzala*.

Para tanto, a obra apresenta pioneiramente uma *História do Brasil* contada pelo sujeito *outro*<sup>1</sup>; não um sujeito sem voz, mas um sujeito historicamente silenciado/interditado. Nesse viés, quando muda-se o enunciador, lançamos as perguntas: *o que se fala*, e, principalmente, *como se fala* a respeito do período colonial brasileiro e a relação escravagista que outrora aqui vigorara?

Para tentar responder às questões, por meio de análises interpretativas, qualitativas e descritivas, este trabalho utiliza pesquisas bibliográficas em interface com as teorias foucaultianas de Análise do Discurso (doravante AD), o romance supracitado e materiais publicados acerca da História do Brasil, seu alicerce na escravização e o ressoar na contemporaneidade. Negando a pretensão de esgotar as complexas análises do romance, objetivamos: (I) compreender de quais maneiras a obra de Ana Maria Gonçalves (2006) aborda as configurações da colonização e escravização; (II) apresentar um panorama das principais estratégias de resistência construídas pela protagonista Kehinde e seus pares frente aos dispositivos de poder que instituíram a existência de um *defeito de cor*; (III) compreender as fronteiras entre História e Literatura, com vistas no conceito de *Orality*.

Embora o livro se configure como uma narrativa literária, desde seu título há um elo intrínseco com a historiografia. A saber, no século XVIII, o termo *defeito de cor* referia-se à impossibilidade legal de pessoas negras assumirem cargos específicos, como os eclesiásticos, civis e militares, exceto, conforme Oliveira (2008), em casos pós

---

<sup>1</sup> Neste caso, definimos *outro* como aquele que, na dualidade dominante-dominado, toma forma de dominado em sua subjetividade e afirmação como sujeito.

suplicações de dispensa dessa *irregularidade*. Além disso, o livro e sua proposta já são práticas discursivas cujos movimentos revelam-se em um caráter contra hegemônico. Buscaremos, desse modo, compreender como inter-relacionam-se no romance supracitado os conceitos de discurso, história e memória, tendo em vista que o livro está constantemente marcado por práticas discursivas de *resistência negra*, cuja relevância se destaca tanto para a releitura do passado, quanto para a leitura das práticas do presente. Assim, o pensamento de Michel Foucault e suas teorias, disponibilizadas à nós como caixas de ferramentas, nos auxiliam nas problematizações dos discursos que soam como naturais (“um defeito de cor”?), e estão arraigados nas práticas sociais, tornando-se necessário um exercício de crítica e investigação para que possamos desembaraçar as redes de enunciados e discursos que o compõe.

## **2. DA HISTÓRIA PARA A HISTÓRIA E VICE- VERSA**

No limiar da historiografia e literariedade, *Um defeito de cor* é narrado pela protagonista Kehinde desde sua infância, em Savalu, Reino de Daomé, África, apresentando detalhadamente sua jornada de *sequestro*, sua travessia à América por um navio negreiro, e todas as suas idas e vindas nas terras brasileiras, até o fim de sua vida. A narrativa é apresentada a partir da memória da narradora, por volta de seus noventa anos, ou seja, interferida por afeto e subjetividade e que simultaneamente dialoga com a historiografia. Nesse sentido, conforme Bosi (1994), (a)colher memórias [de velhos] é também dar existência a elas.

Essas memórias, contadas em diálogo com a *História*, têm foco nítido no período da escravização, que no Brasil durara mais de três séculos e deixara um ressoar na contemporaneidade em forma de racismo estrutural e institucional, ou seja, uma teia complexa de fenômenos antropológicos, políticos e sociológicos que delega aos sujeitos negros posições de subalternidade – processos inscritos em discursos e práticas formadoras de uma *subjetividade brasileira*.

Para nosso trabalho, os trechos estão dispostos de maneira não-linear ao romance, isso é, os selecionamos de modo a produzirmos uma linha sequencial de análises<sup>2</sup>. Iniciaremos com um trecho que nos mostra como as relações estabelecidas entre os

---

<sup>2</sup> Como opção metodológica, utilizaremos o formato de quadro para darmos luz às materialidades textuais-discursivas presentes no romance.

personagens são complexas. A personagem Kehinde narra a travessia ao Brasil dentro de um navio negreiro; faz uma avaliação/crítica aos outros negros, aqueles que, por trabalharem com os brancos, mudavam (em tese) sua posição de sujeito:

Os homens que tinham ajudado a carregar os doentes para fora do porão [...] que eram capazes de jogar pessoas vivas ao mar, para alimentar os peixes, [...] nem eram todos brancos, os guardas. Alguns eram até mais pretos do que eu, ou a minha vó e a Taiwo, *mas agiam como se não fossem, como se trabalhar ao lado de brancos mudasse a cor da pele deles e os fizesse melhores do que nós.* (p. 53, grifo nosso)

O modo como a narradora recupera esse episódio da travessia do oceano traz indicações oportunas para pensarmos nos lugares de sujeito por ela assumido no romance, pois não apenas descreve o fato, mas assume um posicionamento de crítica. Por exemplo, no enxerto acima, a expressão adversativa *mas* demarca o ponto onde encerra-se a descrição da cena para a avaliação e problematização dos lugares de sujeito construídos.

No seguinte trecho, Kehinde narra seu espanto em contato com as ideologias dominantes:

[...] fiquei muito espantada com o que eu vi [...], que em uma época não muito distante da nossa, os religiosos europeus se perguntavam se os selvagens da África e os indígenas do Brasil podiam ser considerados gente. Ou seja, eles tinham dúvida se nós éramos humanos e se poderíamos podíamos ser admitidos como católicos, se conseguiríamos pensar o suficiente para entender o que significava *tal privilégio.* (p. 893, grifo nosso)

Além desse, percebamos o seguinte trecho que Kehinde narra quando conhece a Sinhazinha. Há um limite bem definido de sua posição de ser (a)objeto - como um brinquedo, em suas palavras:

A sinhazinha me olhou com certo interesse, mas não retribuiu meu sorriso, provavelmente tinha me achado menos interessante e muito mais feia que os outros brinquedos, porque foi isso que a Esméria disse que eu seria para ela, um brinquedo, e era como tal que eu deveria agir. [...] (p.78)

A protagonista nos mostra, em diferentes momentos do romance, que os negros escravizados tinham posições de objetos, não de sujeitos. Assim, ocupando espaço apenas de uma força de trabalho escrava – e após isso, de indivíduos reificados:

[...] carregar uma pena que fosse era trabalho de preto. Aliás, trabalho sempre era coisa de preto. [...] (p. 637)

Outro episódio da inter-relação com a História: um diálogo tratando de uma negociação uma dispensa do defeito de cor (termo que intitula o romance) – diálogo de caráter verossímil e que retoma às práticas brasileiras anteriores:

[...] com a influência do padre Notório, ela logo conseguiria para ele uma dispensa do defeito de cor, que não permitia que os pretos, pardos e mulatos exercessem qualquer cargo importante na religião, no governo ou na política [...]. (p. 337)

Neste trecho há uma menção à lei de Eusébio de Queirós, que pôs fim ao tráfico negro:

[...] no fim de novembro, o Fatumbi chegou ao sítio com a notícia de que o governo brasileiro tinha declarado o fim do tráfico, e qualquer escravo desembarcado no Brasil seria considerado livre. (p. 436)

No trecho seguinte percebemos a inter-relação do Discurso e História, em que a protagonista, enquanto prestava sua força de trabalho à uma família de Ingleses, ouve uma conversa em que falavam-se dos movimentos que aconteciam no mundo: a industrialização e a instituição da abolição da escravidão - encabeçada pela Inglaterra, em desenvolvimento das políticas (neo)liberais que necessitavam, por razões econômicas, da população livre. É utilizado um recurso narrativo para relatar o episódio, mostrando-nos uma posição de sujeito que critica e interpreta o episódio:

[...] prestando atenção às conversas, que misturavam um pouco de inglês e de português, que fiquei sabendo que os Ingleses eram contra a escravatura. Não porque fossem bonzinhos e achassem que também éramos gente, [...] mas porque tinham interesse em que fôssemos todos libertos. [...] Foi naquela casa que fiquei sabendo que não havia mais escravos nem em Inglaterra nem em seus domínios, que todas as pessoas eram livres para morar e trabalhar onde quisessem, recebendo dinheiro. Era isso que os ingleses mais queriam, que todos tivessem dinheiro para comprar as mercadorias produzidas nas grandes fábricas construídas. (p. 120)

Esses diálogos nos revelam problemáticas nascidas da escravização e da instituição da abolição *inconclusa*. Isso é, os libertos (os também livres) não foram inseridos na sociedade, mas foram deixados à mercê de suas sortes. Neste sentido, no seguinte trecho, Kehinde narra um movimento que acontecia no Brasil: os libertos não conseguiam inserir-se no trabalho, restando-os como uma das alternativas a retomada à escravização:

[...] uma coisa muito estranha [...] estava acontecendo com os pretos libertos, principalmente os africanos. Se quisessem permanecer no Brasil era mais vantajoso que fossem escravos porque assim seriam menos vigiados e teriam garantida a comida e a moradia, pois estava quase impossível arrumar trabalho. (p. 550)

No recém sistema capitalista vigente, Kehinde, como alguém letrada, está à frente dos outros negros por ser uma mão de obra *autorizada*. Apesar disso, há os empecilhos derivados de seu gênero e raça, conforme é narrado:

[...] pensei também que poderia arrumar emprego no comércio, já que sabia ler e escrever, o que era uma grande vantagem em relação aos outros pretos. Mas os comerciantes preferiam os mulatos aos pretos, achando que a mistura de sangue branco fazia deles pessoas mais capazes para serviços que exigiam inteligência. E sempre homens; acho que nunca vi mulheres atrás dos balcões ou cuidando dos livros de contas. (p. 242)

Mediante o exposto, a relação estabelecida entre a História e a história é de uma força expressiva, não apenas em relação aos procedimentos narrativos e da história narrada no romance, mas em relação discursos historicamente produzidos sobre a negritude - que a objetiva como inferior, destinada comumente ao monejo do trabalho. Além disso, estes discursos não se restringem ao nosso passado, mas ressoa em discursos e práticas contemporâneas. Assim, esse diálogo entre história e ficção e entre passado e presente, construídos no romance, nos traz reflexões oportunas para (re)pensarmos (novas) estratégias de subjetivação da realidade.

### **3. UM ROMANCE DO SÉCULO XXI: O ATO DA ESCRITA E A ESCRITA COMO ATO**

Como *analisar discursivamente* uma obra literária? Este romance, escrito pela brasileira Ana Maria Gonçalves, surge em um momento em que as vozes que outrora foram silenciadas, hoje têm se tornado audíveis, ou seja, são enunciadas em condições específicas de possibilidade de discursos. Além disso, o texto literário é um espaço de inscrição, circulação e produção de discursos, ainda que pelo viés da ficção. Emergem, neste caso, questões raciais, ao passo que percebemos a protagonista-narradora enquanto sujeito que fala de um lugar social que problematiza a história da escravização de outro ponto de vista, de outro *lugar de fala*.

A proposta de relacionar ficção com a História, neste caso, pode ser percebida como um manifesto às *verdades* comumente encontradas em nossa historiografia, materiais didáticos e imaginário social, como a ideia de uma passividade/pacificidade dos negros escravizados, até o dia em que uma *boa* princesa os libertou – o que reiteramos ser um discurso homogeneizador, cujas ideologias nos revelam um projeto de silenciamento de lutas e resistências.

Apoiados nas teorias de Michel Foucault, quando o filósofo se dedica a compreender os porquês determinados saberes são dados como *verdade*; “como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2008), e como a ideia de resistência é corolário da repressão, selecionamos o seguinte trecho em que há

uma posição discursiva de resistência, quando Kehinde percebe as violências que a circundavam:

[...] eles diziam que os pretos queriam roubar o Brasil dos brasileiros, profanar os templos católicos e incendiar as propriedades, o que em parte era verdade, mas também era verdade que vinham fazendo isso com os pretos havia muitos anos. Eles nos tiravam do nosso país e das nossas propriedades, faziam nossos batismos na religião deles, mudavam nossos nomes e diziam que precisávamos honrar outros deuses. (p. 541)

Kehinde aprende a ler e escrever de modo mais ou menos autodidata - e isso a catapultou à sua alforria e prosperidade financeira. Isso tudo sob um panóptico<sup>3</sup> que a vigiava em todo o tempo e espaço. Nesse sentido, o seu letramento possui um caráter de transgressão e resistência de modo que isso poderia transformá-la em outro sujeito, ou seja, capaz de questionar as leis e os discursos do momento, pois as posições sociais são móveis na medida em que a identificação com determinados saberes e discursos também se modificam. No seguinte trecho, Kehinde narra o momento em que “enriquece” e, ao andar pelo centro, é bem-tratada (ou *tratada como branca*), assumindo, assim, outra posição de sujeito:

[...] Quando passou a me reconhecer, sempre me cumprimentava com um *bonjour*, e em um dia que eu estava muito bem-vestida chegou a me chamar de madame. (p. 660)

Kehinde narra também as relações que se davam entre os diferentes sujeitos: *os retornados; os africanos; os brasileiros*. A categoria de retornado mescla-se ao brasileiro na narrativa. Há embates de conceitos de *verdade*<sup>4</sup>, pois, para os Africanos, ter sido escravizado no estrangeiro (Brasil) é algo passível de vergonha, apesar das progressões materiais. Por exemplo, este trecho em que a protagonista narra sua volta à África:

Era bom me sentir tão querida depois de tantos anos e eles disseram que nunca tinham deixado de falar sobre mim, a Taiwo e a minha avó, e ficaram muito tristes ao saber o que tinha acontecido com elas [não sobreviveram à tanta violência no trajeto África-América por meio do Navio Negreiro].<sup>5</sup> Eu percebia que estavam curiosos em relação à minha vida de escrava, o que acontecia, o que faziam conosco, mas não tinham coragem de perguntar.

<sup>3</sup> A definição do termo *Panóptico* acessada no *Vocabulário de Foucault*, de Edgardo Castro (2004), nos diz que: o panóptico é uma máquina de dissociar a dupla ver-ser visto: no anel periférico se é totalmente visto, sem jamais ver; da torre central, se vê tudo, sem ser jamais visto (p. 316). Além disso, nos diz que *Panopticum* quer dizer duas coisas: quer dizer que tudo é visto o tempo todo, mas também diz que todo o poder que se exerce nunca é mais que um efeito ótico - O poder não tem materialidade; não tem necessidade de toda a estrutura, ao mesmo tempo, simbólica e real do poder soberano (p. 316).

<sup>4</sup> Foucault circunscreve sua concepção de *verdade* como: “um conjunto de procedimentos regrados para a produção, a lei, a repartição, a colocação em circulação e o funcionamento dos enunciados”; “a ‘verdade’ está circularmente ligada aos sistemas de poder que a produzem e a sustentam e aos efeitos de poder que ela induz e que a acompanham” (CASTRO, 2004, p. 423).

<sup>5</sup> Há neste longo romance os detalhes da travessia do navio negreiro, múltiplas minúcias da viagem.

Mais tarde eu percebi o motivo, pois, *na cabeça deles, todos os retornados deviam se envergonhar de terem sido escravos algum dia, mesmo que no momento se encontrassem em condições muito melhores do que quem nunca tinha partido.* (p. 755, grifo nosso)

Sobre a identidade do *sujeito brasileiro*, não referenciava-se necessariamente àquele que nascesse na terra das palmeiras, mas àquele que assumisse uma *cultura brasileira* – especialmente a religião católica:

Foi também nas conversas [...] que percebi que a presença de brasileiros em Uidá era muito maior do que eu imaginava. *Apesar de ter nascido em África eu também era considerada brasileira assim como muitos outros que nem tinham vivido no Brasil.* Comerciantes portugueses, de escravos ou não, também eram considerados brasileiros, mulheres africanas ou retornadas e seus filhos mulatos, legítimos ou não. Alguns capitães de navios de qualquer nacionalidade, desde que falassem português; também eram considerados brasileiros, assim como os africanos escravos que pertenciam a essas pessoas e aprendiam os hábitos dos brancos, todos eram considerados brasileiros. Até os escravos retornados de Cuba eram incluídos entre os brasileiros, bastando que soubessem um pouquinho de português e que, como todos os outros brasileiros, falsos ou verdadeiros, se dissessem católicos. (p. 773, grifo nosso)

Sobre a identidade do *sujeito retornado*, referenciava-se a um não-lugar. No Brasil, não eram brasileiros. Em África, não eram africanos. Identificavam-se, assim, como um novo povo:

Brasileiros de Uidá faziam questão de preservar as festas de Santos do Brasil dissipado delas quando estavam lá. Os que tinham participado contavam como era, e assim muitas coisas eram preservadas. Os retornados mais antigos diziam que éramos um novo povo africano um novo país dentro da África, porque éramos da África e do Brasil, uma imensa família que não tinha nem tribo nem rei. (p. 773)

Outro trecho que aprofunda às percepções dos retornados, assumiam diferentes posições de sujeitos:

Os brasileiros promoviam almoços em que eram servidos pratos do Brasil, como feijoada, doces de frutas em calda e cocada. Eles também organizavam uma festa para o Senhor do Bonfim, com burrinha e tudo, para São Cosme e Damião e para alguns outros Santos. Também faziam questão de batizar os filhos, como eu precisava fazer com os meus e, acima de tudo, dar a eles um apelido, como faziam todos os brancos e brasileiros. *Na verdade, todos os brasileiros, mesmo que não fossem, eram considerados brancos porque aos olhos dos africanos, morávamos em casas diferentes, tínhamos hábitos diferentes, como de usar talheres e ter móveis, como a mesa e a cama, que não eram usuais em África.* Pelo menos não eram até os comerciantes brancos europeus se instalarem por lá antes disso não eram nem conhecidas. Em iorubá, eve ou fon, por exemplo, não existiam palavras como garfo, faca, mesa, camisa e muitas outras, porque elas não tinham nada para significar. (p. 778, grifo nosso)

E a religião católica era a única coisa que unia todas as categorias de brasileiros:



Era a religião que unia esse povo todo, mesmo que não houvesse igreja para frequentar, mesmo que o forte passasse muito tempo sem a presença de um padre. (p. 773)

A protagonista assume uma posição de superioridade em relação aos africanos, no seguinte trecho, quando Kehinde posta frente aos conflitos financeiros, é sugerida pela personagem Aina a dançar no mercado, como sua mãe fazia em África por ser mãe de ibêjis (gêmeos) - Os ibêjis eram percebidos como seres místicos ou como uma materialização de uma benção divina, por isso davam-se dinheiro para vê-los dançar. Os dispositivos que considerariam *um defeito de cor* uma categoria ampla, não referenciavam-se exclusivamente à cor, mas a um defeito além dela. Um defeito de costumes, de cultura, de valores, de subjetividades. Kehinde, por crescer no Brasil, aprende e apreende novas *verdades e regimes de verdades*, e, por apreendê-las, também se percebe (e é percebida) como um sujeito *superior*:

A Aina me lembrou que, por ser mãe de ibêjis, assim que eles nascessem eu poderia dançar no mercado, como fazia a minha mãe. Eu pensava muito nisso, mas chegava à conclusão de que seria uma das últimas alternativas, pois sentia vergonha. Não deveria, pois a minha mãe tinha muito orgulho daquele trabalho, mas, *de certa forma, eu me sentia superior, mais capaz do que ela. Sabia muito mais coisas e tinha vivido situações diferentes, o que tornaria aquele trabalho muito constrangedor, um reconhecimento de derrota ou a retomada de costumes que já não me diziam respeito.* (p. 752, grifo nosso)

Há uma complexa relação entre os africanos retornados, os brasileiros e os africanos. Um conflito cultural de embates de verdades entre esses diferentes sujeitos:

Os brasileiros faziam questão de conversar somente em português, e acho que isso acabava contribuindo para a fama de arrogantes a cada dia. Alguns já tinham construído casas que se pareciam mais possível com as casas da Bahia, fazendo com que se destacassem muito das casas pobres, feias e velhas dos africanos. Eu também queria uma daquelas, que eram o sonho de todo retornado e até de alguns africanos, embora eles não admitissem, por causa das rivalidades. *Todos os retornados se achavam melhores e mais inteligentes que os africanos.* Quando os africanos chamavam os brasileiros de escravos ou traidores, dizendo que tinham se vendido para os brancos e se tornado um deles, os brasileiros chamavam os africanos de selvagens brutos, de atrasados e pagãos. Eu também pensava assim, estava do lado dos brasileiros, mas, além de não ter coragem de falar por causa da minha amizade com a família da Titilayo, achava que o certo não a era inimizade, *não era desprezarmos os africanos por eles serem mais atrasados, mas sim ajudá-los a ficar como nós.* Eu tinha vontade de ensinar a eles a maneira como vivíamos, como nos vestíamos, como cuidávamos das nossas casas, como comíamos usando talheres, e até mesmo ensinar a ler e escrever, que eu achava importante. Mas a maioria dos brasileiros não pensava assim, principalmente os que não tinham encontrado suas famílias ou tribos, destruídas nas tantas guerras que aconteciam em África. (p. 756-757, grifos nossos)

Desse modo, percebemos que a identidade do sujeito não é marcada estritamente pelo local de nascença, mas pelos costumes e cultura que adquire no lugar em que vive. Assim, a categoria de retornado, brasileiro e africano estão comumente mescladas, dependendo de qual olhar está sendo lançado para o sujeito: Kehinde, para os africanos, era uma brasileira; para os brasileiros, era uma africana; para os outros africanos, que assim como ela, voltaram, definiam-se como os retornados, um povo que *sem rei e sem tribo*.

#### **4. RELIGIOSIDADE, SEXUALIDADE, ORALITURA E OUTRAS COISAS**

As temáticas da sexualidade e religiosidade são percebidas por Foucault como as mais atingidas pela regulação discursiva. Nesse sentido, buscaremos panoramicamente apresentar trechos em que ambas são abordadas, mescladas ou não. Assim, no que tange à religiosidade, o romance aborda algumas especificidades da História brasileira: um olhar para o sincretismo, de perto, uma relação de confiança entre os escravizados, alguns que para manterem seus Santos, na narrativa, precisaram cooperar para manter este segredo.

Era um ambiente de competitividade e denúncias, logo: (i) esconder um objeto religioso poderia ser passagem para castigos múltiplos; (ii) o sincretismo como forma de resistência silenciosa. Encontramos no romance diversas práticas de subversão e resistência à imposição do cristianismo:

[...] Foi assim que descobri como os pretos guardavam os seus santos, escondidos dos olhos dos brancos, [...] até a Esméria tinha lá os seus orixás, mesmo já estando acostumadas aos santos dos brancos e tendo simpatia por alguns deles, como São Benedito, que era preto como nós, ou Nossa Senhora da Conceição, que se reza como Iemanjá, assim como São Jorge é Xangô e Santo Antônio é Ogum, ou São Cosme e Damião, que são os Ibêjis (p. 90)

Percebemos a posição de sujeito da Sinhá, que cautelosamente detinha práticas que visavam distanciar-se de elementos que remetessem à África. Fica perceptível como essas práticas religiosas eram (e ainda são) vistas:

[...] A sinhá Ana Felipa não deixava que a Nega Florinda fosse recebida sem que ela estivesse presente, pois queria ter certeza de que, como desdenhava, a velha não contaria histórias de feitiços nem dos demônios que os pretos chamavam de Santos. (p. 82)

Para deslegitimar as religiões africanas, os brancos associavam-na à feitiçaria e com rituais demoníacos, como forma de impor a religião católica como única a ser seguida. Trata-se de estratégias discursivas, inscritas em relações de poder que

desqualifica todos os saberes vinculados aos sujeitos negros escravizados. Tais práticas e discursos ainda são comuns em pleno século XXI, pois terreiros de candomblés e outros espaços de religiões de matriz africana são destruídos, como forma de apagar/coibir ou excluir essas religiões do campo social.

Sobre a sexualidade, no romance encontramos as repressões e liberações do sexo no contexto da escravização: há relação de repressão dada também pela incompatibilidade de sua colocação no trabalho. Além disso, o romance aborda questões da sexualidade e subjetividade dos personagens. Nesta passagem, vemos Kehinde, quando se relaciona com um homem branco e questiona-se sobre a veracidade romântica, uma vez que as mulheres negras eram preteridas não mais do que em forma de objeto:

[...] Ele era bastante carinhoso e me deixou à vontade, como se também estivesse gostando de ficar comigo, *como se estivesse me vendo como uma mulher e não como uma preta* [...]. (p. 342, grifo nosso)

O corpo do sujeito Kehinde e seus pares, estão diretamente mergulhados em um campo político, dentre um complexo jogo de relações de poder. Conforme nos diz Foucault (2014, p. 25-26), o poder, como um exercício, visa corpos dóceis e produtivos, simultaneamente. Neste caso, a escravização exercia-se além de uma relação de docilidade dos corpos; tratava-se de uma apropriação deles e o controle de seus tempos (*ib.*). Há a transformação para um contínuo tempo disciplinar (*ib.*). No recorte acima, Kehinde se questiona se o carinho recebido do homem branco, com quem se relaciona, era na condição de mulher ou como preta. Essa afirmação se pauta em discursos, já referenciados neste estudo, quando se discutiu a condição de objetos destinada aos negros, inclusive sexual. O questionamento da narradora deixa a ver duas possibilidades, tendo em vista os discursos inscritos no relato, sobretudo pelas comparações: a) não ser vista como mulher e sim como preta (“*como se estivesse me vendo como uma mulher e não como uma preta*”); b) e ser desejada pelo branco como mulher (“*como se também estivesse gostando de ficar comigo*”). São possibilidades que podem ser apreendidas pelas comparações, cujas dúvidas são marcadas, linguisticamente, pelas expressões “como se”.

Sobre a tradição oral, encontramos estes trechos que nos revelam o movimento da oralidade como uma outra prática de resistência silenciosa, não podendo desenvolver livremente suas práticas culturais, utilizavam-se da *oralitura*<sup>6</sup>:

<sup>6</sup> Termo pesquisado na obra: **Nuestra America Negra**. Territorios y voces de la interculturalidad afrodescendiente. Universidad Bolivariana de Venezuela. Caracas, Venezuela, 2013. Disponível em: [Nuestra\\_America\\_Negra\\_1.pdf \(clacso.edu.ar\)](#).

A Mãe Rosa ouvia tudo com muita atenção e quase me ofereci para tomar nota do que falavam, mas me lembrei de que nem sempre as irmandades gostam de ter suas tradições por escrito, preferindo que sejam passadas de irmã para irmã. Assim, também acontecia com os cultos que [...] eram ensinados apenas oralmente, para evitar que a parte sagrada caia em mãos erradas. Acho que também era um jeito de se protegerem das autoridades que não permitiam outro culto a não ser o dos brancos católicos. (p. 610)

[...] os africanos não gostam de pôr histórias no papel, o branco é que gosta. [...] estou fazendo isso agora, deixando tudo escrito, [...] mas esta é uma história que eu teria [...] contado aos poucos, noite após noite. [...] E só faço assim, por escrito, porque sei que já não tenho mais esse tempo. (p. 617)

Um elemento relacionado ao livro, de acordo com Silva (2012), é de que o romance foi inspirado nas lacunas da biografia de Luiz Gama e de lutas pré-abolicionistas, como a revolta dos Malês (1835) e a Sabinada (1837). Além disso, os fatos que tratavam da punição “defeito de cor” davam-se por meios reais e simbólicos, tinham caráter inclusive de vingança, como no episódio em que a Sinhá arranca o olho de uma escrava, remetendo-nos ao capítulo da *punição generalizada*, discutida por Foucault (2014). Ainda em termos foucaultianos, diremos também um pouco mais sobre as forças e poderes que operam sobre o sujeito: (i) O poder disciplinar busca sempre os *corpos dóceis*; (ii) a arquitetura e o vigiar: as sutilezas da vigilância sobre os estudos de Kehinde; (iii) a ideia de distintos lugares de sujeito para a narradora: subjetividades e afetos.

Do ponto de vista religioso e da sexualidade, muitos discursos poderiam ser explorados a partir do romance, cuja extensão, poderia render outros trabalhos. No entanto, optamos por mostrar como houve no período colonial e nos séculos seguintes (e ainda hoje!) uma tentativa explícita de coibir e/ou anular quaisquer práticas religiosas de matriz africana, pois são e estão associadas à feitiçaria e *coisas do diabo*. Mesmo sob forte vigilância, Kehinde consegue inventar estratégias de resistências silenciosas, nas quais continuar a cultivar as divindades africanas ensinadas por sua avó. No campo da sexualidade, a condição de objeto, imposta aos negros e negras, os colocam, no romance, como propriedade dos seus proprietários, de modo que, quando Kehinde se relaciona com um branco, fora das costumeiras situações de violência, ela se questiona se foi amada como mulher ou como preta. O efeito discursivo da dúvida pode se associar aos processos de subjetivação e objetivação vivenciada pela narradora; ora objetivada como objeto e mercadoria, isto é, como sujeito de um discurso que a desqualifica enquanto corpo negro; ora como mulher, que se nega o lugar de objeto e tem uma outra relação subjetiva consigo e com seu corpo (subjetivação).

Sobre essa questão, Judith Revel (2005, p. 82) elucida que “subjetivação designa para Foucault, um processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito”. Tal processo se dá a partir das relações com o meio social e o reconhecimento de si em determinados discursos.

Os “modos de subjetivação” ou “processos de subjetivação” do ser humano correspondem, na realidade, a dois tipos de análise: de um lado, os modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos [...] de outro lado, a maneira pela qual a relação consigo, por meio de um certo número de técnicas, permite constituir-se como sujeito de sua própria existência (REVEL, 2005, p. 82).

Esses apontamentos são muito oportunos para pensarmos a construção subjetiva de Kehinde em sua trajetória como mulher escravizada, escrava liberta, mãe, mulher letrada e outras práticas presentes na narrativa quando essa mulher se assume como sujeito de sua existência e consegue inventar resistências em contextos completamente opressores.

## **5. À GUIA DE CONCLUSÃO**

Este artigo buscou desenvolver um panorama das práticas discursivas relacionadas a ideia de um *defeito de cor*, sem a mínima pretensão de esgotar as análises - pois a obra possui um corpus amplo e rico que nos possibilitaria compreender nuances para repensarmos o passado e as práticas do presente. Esse romance trabalha questões referentes à colonização e escravização, revelando-nos camadas pouco escavadas; Em diálogo com as *caixas de ferramentas* de Michel Foucault, buscamos compreender quais discursos estão inscritos no romance, misturados em ficção e realidade, levando-nos a (re)pensar múltiplos pontos de nossa epistemologia.

Consideramos, para nossas análises, conceitos que compreendem os efeitos da escravização na contemporaneidade; um jogo de forças que materializa-se no vazio da comida, não-espaco para o corpo e outras tantas violências históricas. Essas noções podem ser percebidas por meio do discurso; que não é meramente linguístico, ou seja, essa obra por si já possui um caráter de manifesto frente às lacunas deixadas em nossa historiografia.

Encontramos riquezas à disciplina de Análise do Discurso, uma protagonista-narradora que assume diferentes posições de sujeito na obra; uma no presente, outra no passado. Há uma contação da história a partir da memória, levando-nos a considerar a sua

influência, além das questões levantadas pelo embate dentro/fora da academia quanto à ideia de uma *literatura negra*.

Percebemos que no romance a protagonista e seus pares assumem diversas posições de resistência, especialmente por meio de suas religiosidades silenciosas e sincretistas, além de uma posição ativa e de irmandade na luta para a liberdade. A posição de irregularidade não refere-se estritamente à cor, mas a um defeito além dela; um defeito de cultura, de língua, de religião, de subjetividades.

## **6. REFERÊNCIAS**

BERND, Zilá. **Em busca dos rastros perdidos da memória ancestral: um estudo de Um defeito de cor, de Ana Maria Gonçalves**. In: Estudos de literatura brasileira contemporânea, n.40. 2012.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso: reflexões introdutórias**. São Carlos: Claraluz, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. NEVES, Luiz Felipe Baeta. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. Trad. RAMALHETE, Raquel. 42. ed. Petrópolis: Várias vozes, 2014.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. **Suplicando a "dispensa do defeito da cor": clero secular e estratégias de mobilidade social no Bispado do Rio de Janeiro - século XVIII**. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2008.

PÉREZ-WILKE, Inés; MÁRQUEZ Flor. **Nuestra America Negra**. Territorios y voces de la interculturalidad afrodescendente. Universidad Bolivariana de Venezuela. Caracas, Venezuela, 2013. Disponível em: [Nuestra\\_America\\_Negra\\_1.pdf](#) (clacso.edu.ar).

REVEL, Judith. **Foucault: conceitos básicos**. Trad. de Carlos Piovezani e Niltom Milanez. São Carlos: Claraluz, 2005.

SILVA, Ana Maria Vieira. **Um defeito de cor: Escritas da memória: marcas da história**. Anais do SILIAFRO. V. 1. EDUFU, 2012.

## **7 BIBLIOGRAFIA**

FOUCAULT, Michel. **A história da Sexualidade I: A vontade de Saber.**  
Editora Paz e Terra, 2014.

\_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso.** 9ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

\_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas.** Trad. JARDIM, Eduardo.

MACHADO, Roberto. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

**Capítulo 26 - DOI:10.55232/10830012.26**

**“ALFABETIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS DO  
POVOADO CUTIAS III EM MATINHA-MA: UMA  
EXPERIÊNCIA DE SUPERAÇÃO PELA VIA DA  
EDUCAÇÃO POPULAR**

**Maria Hermínia Cantanhede Coelho Cardoso**

**RESUMO:** Este trabalho é o resultado da aplicação de um projeto de intervenção cujo objetivo geral é a alfabetização de mulheres negras na faixa etária acima de dezoito (18 anos), moradoras do povoado Cutias III, em Matinha – MA, pela via da Educação Popular. Para se alcançar o objetivo proposto, optou-se por uma metodologia de natureza aplicada, exploratória, de abordagem qualitativa e etnográfica quanto ao procedimento. Os instrumentos utilizados foram a observação não participante e a entrevista semiestruturada a partir de um Guião de Questões orientadoras à entrevista. O projeto de intervenção teve como orientação teórica a concepção freireana de Educação Popular. A aplicação do projeto de intervenção seguiu os passos do que fora realizado na cidade de Angicos. A opção pela adoção dos passos realizados por Freire e sua equipe naquela cidade se justifica no fato de que essa experiência serve como balizador para pesquisas no mundo inteiro acerca da Educação Popular. No que se refere ao projeto de intervenção que serviu de base para este trabalho, não se teve o número de adesão que se esperava, apesar de o referido povoado ter um número considerável de mulheres analfabetas. Houve uma adesão de 14 pessoas (14); dentre estas apenas cinco (05) se enquadravam nos critérios estabelecidos pelo projeto de intervenção. Os resultados do projeto em questão dão conta de que todas as cinco (05) mulheres tiveram progressos em sua alfabetização e ainda demonstram que se conseguiu chegar além do que se pretendia no objetivo inicial. As demais pessoas quiseram, por vontade própria, mesmo cientes de que não se enquadravam nos critérios, participar das discussões nos círculos de cultura durante as 40 horas de atividades.

**Palavras-chave:** Palavras-chave: Educação Popular. Alfabetização. Mulheres Negras.



## **INTRODUÇÃO**

O Brasil vem ao longo dos últimos anos demonstrando melhora na universalização da educação no que se refere à faixa etária de 6 a 14 anos. No entanto, os índices de analfabetismo entre os maiores de 15 anos ainda são muito grandes. De acordo com dados do IBGE, em 2019, 6,6% da população brasileira nesta faixa etária é analfabeta. Estes dados podem ser ainda mais alarmantes quando se incluem os analfabetos funcionais.

Pode haver variação dos dados, de acordo com as diferentes regiões, levando-se em consideração um país de dimensões continentais, onde as cinco (05) regiões diferem-se por vários aspectos, impactando, como consequência, nos dados acerca do analfabetismo. Assim, as regiões Norte e Nordeste são as que apresentam maiores índices de analfabetismo no país.

Pode-se dizer ainda que o analfabetismo no Brasil tem raça e gênero, pois essa mesma pesquisa aponta que, entre a população analfabeta, 3,9% são de cor branca, e este percentual se eleva para 9,1% quando se trata de pessoas de cor preta ou parda, considerando apenas a faixa etária de 15 a 59 anos. Quando a faixa etária se eleva para o grupo etário de 60 anos ou mais, os dados apresentam 10,3% de pessoas brancas como analfabetas e 27,5% entre pretas e pardas.

No que se refere ao segmento feminino, o analfabetismo é insignificamente menor do que entre os homens na mesma faixa etária (7,4% homens e 7% mulheres)<sup>1</sup>, o que representa uma parcela significativa da população brasileira. Quando se considera a condição classe social, as mulheres negras são a maioria entre as analfabetas do país. Apesar do índice de analfabetismo entre mulheres pretas e pardas ter diminuído no período compreendido entre 2000 e 2010, dados do portal Geledés<sup>2</sup> comprovam que este percentual é quase o triplo de mulheres brancas nesta mesma condição.

Mesmo considerando as políticas voltadas para a educação de jovens e adultos, existe uma grande parcela da população analfabeta que não tem acesso à escola, e as causas podem ser diversas: a insegurança; a falta de flexibilidade na

---

<sup>1</sup> Dados do IBGE 2019.

<sup>2</sup> O Geledés Instituto da Mulher Negra, fundado em 1988, é uma organização da sociedade civil que atua política e socialmente na questão racial, nas questões de gênero e de direitos humanos, educação, saúde, comunicação, mercado de trabalho, pesquisa acadêmica e políticas públicas.

escola e no trabalho; o distanciamento das práticas pedagógicas com a realidade e o sentimento de não pertencimento à escola são as prováveis causas desse não acesso.

Entre o segmento da população que se encontra no limiar da falta de acesso ou da permanência na escola, encontram-se as populações negra e parda, e dessa totalidade, as mulheres constituem uma parcela significativa que abandona a escola por causas diversas.

Esta é a situação que parece incutida no imaginário dos moradores do povoado Cutias III em Matinha – MA, onde uma parcela significativa da população adulta é analfabeta, o que contribui para a perpetuação de um acentuado ciclo de pobreza, pois acredita-se que exista uma estreita relação entre a baixa escolaridade ou a ausência desta com a falta de garantia de outros direitos básicos como saúde e saneamento básico, fatores que se associam na manutenção desse ciclo.

É com o intuito de contribuir com a superação desse quadro que se propôs um projeto de alfabetização baseado na educação popular pensada e aplicada pelo pedagogo brasileiro de renome internacional, Paulo Freire.<sup>3</sup> Acredita-se que ao se possibilitar a essas pessoas a alfabetização a partir da sua própria realidade, torna-se mais atrativo e mais fácil a aprendizagem, não apenas do código linguístico, mas, sobretudo, da compreensão da sua realidade para superação da mesma.

## **METODOLOGIA**

A metodologia adotada na aplicação do projeto de intervenção teve por objetivo delinear a pesquisa em todos os seus aspectos para que fosse possível uma maior compreensão do processo de aplicação do projeto de intervenção em cada etapa, considerando a experiência de Angicos no Rio Grande do Norte. A pesquisa obedeceu a todo um caminho metodológico, descrito no projeto, respeitando o rigor necessário ao processo, o qual se encontra detalhado nesta seção. A metodologia aqui expressa é a defendida por Minayo (2001, p. 04), como “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade.”

---

<sup>3</sup> Todo o processo de desenvolvimento da educação de jovens e adultos pensada e aplicada por Paulo Freire encontra-se descrito em seu livro *Educação como Prática da Liberdade*, de 1980.

## **Delimitação do Estudo**

O alcance pretendido com a pesquisa partiu de seu objetivo, que é a proposta de implementação de um projeto de alfabetização fundamentado no viés da educação popular pensada por Paulo Freire para as mulheres negras acima de 18 anos, pertencentes às 45 famílias do povoado Cutias, em Matinha-MA, constituindo-se de um estudo experimental e exploratório que teve como seu lócus investigativo o povoado Cutias III, em Matinha, na Região da Baixada Maranhense.

## **Tipo de Pesquisa**

Sendo esta pesquisa voltada para uma proposta de implementação de um projeto de alfabetização fundamentado na educação popular pensada Paulo Freire para a alfabetização de Jovens e Adultos, a contemplar mulheres acima de 18 anos, pertencentes às 45 famílias do povoado Cutias, em Matinha-MA, houve a necessidade de que se buscasse compreender o que e como se estrutura esse processo de alfabetização popular, o que pressupõe um tipo de pesquisa que consiga dar ao pesquisador uma visão aprofundada da aplicação de um projeto com tal pretensão, bem como de suas implicações no que concerne aos resultados, se positivos ou negativos. Assim sendo, o estudo seguiu os passos investigativos abaixo descritos em subseções.

## **Quanto à Natureza da Pesquisa**

Quanto à natureza da pesquisa, entendeu-se a necessidade de se utilizar a aplicada, pois se pretendia compreender o que está proposto na ideia de educação popular de Paulo Freire, se há a possibilidade de sua aplicabilidade e posterior análise dos resultados, concordando com o que diz Cordova e Silveira (2009, p.67), de que a pesquisa aplicada “Objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos.” Sendo a pesquisa aplicada diferente da pesquisa pura, estas apresentam pontos de contato entre si, como destacado abaixo:

A pesquisa aplicada, por sua vez, apresenta muitos pontos de contato com a pesquisa pura, pois depende de suas descobertas e se enriquece com o seu desenvolvimento; todavia, tem como característica fundamental o interesse na aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos. Sua preocupação está menos voltada para o desenvolvimento de teorias de valor universal que para a aplicação imediata numa realidade circunstancial. (GIL, 2008, p. 27).

Nesse sentido, a pesquisa aplicada serviu ao propósito de dar uma devolutiva ao universo pesquisado, com o intuito de apresentar uma proposta de intervenção a partir do que será constatado na pesquisa.

### **Quanto aos Objetivos**

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como exploratória, dado que esta possibilita uma maior familiaridade entre o pesquisador e o tema pesquisado, considerando que a pretensão aqui é aplicação de um projeto de alfabetização para mulheres acima de 18 anos, e posterior análise dos resultados alcançados. A pesquisa exploratória coaduna-se com o que se pretendia investigar, uma vez ela possibilita “maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.” (CORDOVA E SILVEIRA, 2009, p. 33).

A pesquisa exploratória busca modificar os conceitos de algum grupo, indivíduo ou categoria de indivíduos. Neste sentido, concordamos com Gil (2008, p. 2008) quando afirma:

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

A pesquisa exploratória aqui se justifica em virtude do que se intencionava alcançar, que é a alfabetização das mulheres do citado povoado. Além disso, existe a pretensão de que ela se torne fonte para estudos posteriores, por meio dos resultados positivos que se acredita possíveis de serem alcançados com a aplicação do projeto.

### **Quanto à Abordagem**

Considerando os objetivos do projeto, utilizou-se a pesquisa qualitativa, uma vez que não se pretendia esgotar o assunto, mas compreendê-lo de forma mais aprofundada. A pesquisa qualitativa é a que melhor se adequou a este estudo, tendo em vista que se buscava aplicar um projeto de alfabetização junto às pessoas que não tiveram acesso à escola ou se evadiram dela sem se alfabetizarem, além disso, buscava-se compreender qual a importância desse processo em suas vidas.

A pesquisa qualitativa é aquela que se preocupa com o estudo de fenômenos em sua totalidade em um contexto natural, caracterizando-se pela subjetividade na interpretação de uma situação, centrando-se nos processos vividos pelos sujeitos sem

que haja manipulação de variáveis, o que se fundamenta na definição apresentada por Bogdan e Biklen, compreendendo-a como:

[...] um termo genérico que agrupa diversas estratégias de investigação que partilham determinadas características. Os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico. As questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, sendo, outrossim, formuladas com o objectivo de investigar os fenómenos em toda a sua complexidade e em contexto natural. (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 15-80).

A pesquisa qualitativa não se prende a dados estatísticos ou numéricos, seu objetivo está voltado para a compreensão da subjetividade de um sujeito, grupo ou categoria, muito embora aqui os dados quantitativos sejam utilizados. No entanto, eles servirão apenas para que se faça uma análise qualitativa da aplicação do projeto. Diferentemente da pesquisa quantitativa que se fundamenta na análise de dados brutos para interpretação de uma realidade, a pesquisa qualitativa “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (CORDOVA; SILVEIRA, 2009, p. 31).

O aspecto subjetivo presente na pesquisa qualitativa é alvo de duras críticas, no entanto, os defensores da pesquisa qualitativa percebem um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, os quais não podem ser analisados sob a ótica da quantificação. (MINAYO, 2001; CORDOVA; SILVEIRA, 2009).

### **Quanto aos procedimentos**

Quanto aos procedimentos, optou-se pelo método etnográfico por meio do estudo de caso, que serve ao propósito de permitir compreender, de forma mais aprofundada, a história de vida, as concepções, a linguagem e os conhecimentos das mulheres daquele povoado, valorizando a memória oral dessas pessoas, objetivando conhecer a realidade na qual elas se encontram imersas, pois concorda-se com Marcuse (1968 apud GIL, 2008, p. 59), o qual afirma que:

..a realidade é uma coisa muito mais rica do que aquilo que está codificado na lógica dos fatos e que, para se compreender como as coisas verdadeiramente são, torna-se necessário recusar sua simples facticidade.”

A etnografia apresenta-se como importante nesta proposta de estudo porque responde à necessidade de aprofundamento nas histórias de vida daquelas mulheres

que, longe da educação formal, seguem suas vidas no curso de seus conhecimentos simples que definem comportamentos, atitudes, crenças e costumes. Este tipo de pesquisa é o que permite estudar as pessoas, escutando suas conversas, assistindo aos seus ritos, festas, tradições, a fim de conhecer seus modos de vida, conhecendo assim sua cultura. (HERSKOVITS, 1963; LIMA et al. 1996)

A pesquisa etnográfica está adequada a este projeto de pesquisa porque combina vários métodos de pesquisa, entre os quais a observação não participante e a entrevista semiestruturada, aqui utilizadas no sentido de melhor compreender a história das mulheres pesquisadas. Neste sentido, esta pesquisa seguiu as três etapas destacadas por Lüdke e André (1986), que são a exploração para a definição de problemas; a decisão que permitiu maior conhecimento sobre o problema do analfabetismo feminino naquela localidade; e, a descoberta com o objetivo de explicar a realidade na qual vivem as referidas mulheres.

### **População e Amostra**

A definição da população a ser pesquisada se deu considerando que um estudo científico só tem validade quando há clareza para delimitar a população. Para Alvarenga (2014, p. 27), “o universo ou a população, constitui a população que comporá o estudo, na qual se apresentam as características que se deseja estudar e a qual se generalizará o resultado do estudo.” Para o estudo proposto, tomou-se como universo a ser pesquisado as mulheres moradoras do povoado Cutias, em Matinha-MA.

### **População**

Assim sendo, o universo pesquisado apresentou-se bastante delimitado. Objetivando-se um aprofundamento maior com os sujeitos, esse entendimento parte do que defende Alvarenga (2014), pois esse autor afirma que a delimitação da população deve ser criteriosa e clara para determinar quais as características devem ter os integrantes que serão inclusos na amostra. Neste sentido, o grupo pesquisado foi composto pela população feminina com idade acima dos 18 anos, do povoado de Cutias, em Matinha-MA.

## **Amostra**

O estudo contou ainda com as definições propostas por Alvarenga (2014, p. 27), quando afirma que uma amostra é “o processo de selecionar uma parte representativa da população a ser estudada.” Sendo assim, é o que tornará a investigação confiável. Seguindo essa explicação, a tese elegeu como população amostral 5 mulheres negras, analfabetas, moradoras do povoado Cutias, em Matinha-MA.

## **Instrumentos**

Os instrumentos utilizados foram a observação não participante e a entrevista semiestruturada, no sentido de possibilitar ao pesquisador uma proximidade maior com os sujeitos da pesquisa. A observação não participante se valeu de: Roteiro de Pesquisa e os Registros de observação diária. A entrevista semiestruturada foi orientada por um questionário formado por blocos de perguntas orientadoras, do tipo aberta, pautadas em protocolos de entrevistas a fim de que não se perca o foco do objetivo em pauta.

A entrevista semiestruturada favoreceu a descrição dos fenômenos, a compreensão e explicação de sua totalidade (Manzini, 2009). Na entrevista semiestruturada, o pesquisador está sempre presente e atuante no processo de coleta dos dados. Este tipo de entrevista se fundamenta em perguntas básicas que servem para orientar na obtenção de respostas para o que se pretende, entretanto, possibilita ao entrevistado responder livremente ao que lhe é inquirido, possibilitando ao pesquisador uma compreensão mais ampla acerca da situação estudada. Neste sentido:

[...] a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Associada à entrevista semiestruturada a observação não participante foi feita no sentido de se perceber os impactos causados nas mulheres participantes do projeto e foi condensada nos registros diários da pesquisa. Optou-se pela observação não participante considerando o fato de que, muito embora haja a presença da

pesquisadora no ambiente a ser pesquisado, a mesma não é moradora do povoado, não tendo, assim, influência na vida e na opinião das pesquisadas.

A observação é uma técnica importante em uma pesquisa qualitativa, pois ela permite o contato do pesquisador com o objeto a ser pesquisado e, devido a esse contato, é possível uma profundidade maior com a vida das pessoas envolvidas na pesquisa. Entre os tipos de pesquisa, a observação não participante ou observação simples permite ao pesquisador observar e construir hipóteses acerca do que é pesquisado. Neste sentido, a observação não participante aqui utilizada está em conformidade com o que apresenta Carlos Gil:

Por observação simples entende-se aquela em que o pesquisador, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem. Neste procedimento, o pesquisador é muito mais um espectador que um ator. (GIL, 2008, p. 101).

A metodologia aqui utilizada serviu ao propósito de conhecer a realidade do povoado Cutias, para aplicação de um projeto de alfabetização popular junto às mulheres daquela localidade, e observação e análise dos resultados para construção da tese de doutoramento.

## **Coleta de Dados**

Com o intuito de alcançar os objetivos propostos neste projeto – o desenvolvimento de um projeto de alfabetização popular junto às mulheres do povoado Cutias, em Matinha-MA –, houve a necessidade de, inicialmente, mobilizar aporte em autores que tratam da temática alfabetização popular. Assim, a pesquisa bibliográfica e documental foi condição fundamental para se construir o projeto. A pesquisa bibliográfica aqui apresentada é a defendida por Gil (2008, p. 50):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo.

A pesquisa bibliográfica foi utilizada no sentido de fundamentar a pesquisa com o que se tem na literatura científica sobre a implementação de projetos de alfabetização baseados no método de Paulo Freire para a educação de jovens e



adultos. Esta se refere ao estudo das obras que fundamentam a construção e sistematização do objeto a ser estudado na pesquisa. Entende-se que a pesquisa bibliográfica é fundamental em qualquer trabalho de caráter científico por permitir ao pesquisador levantar obras de referência sobre o tema a ser investigado. Neste trabalho, ela foi utilizada no sentido apresentado por Silva (2007, p. 61), de que a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema.”

A coleta dos dados deu-se a partir da observação não participante, condensada nos roteiros de pesquisa, nos registros de observação diária e da entrevista semiestruturada. A sistematização dos dados foi feita em tabelas baseadas em registro das observações em Diário de Pesquisa. As entrevistas também forneceram informações importantes para a coleta e sistematização dos dados. Desse modo, foi feita a transcrição literal das entrevistas, como o intuito de cumprir com fidedignidade o princípio da neutralidade na pesquisa. À medida que as informações foram coletadas e sistematizadas, procedeu-se a análise de acordo com o que defende Gerhardt (2009, p. 58):

Uma vez que os dados foram coletados, trata-se de verificar se essas informações correspondem às hipóteses, ou seja, se os resultados observados correspondem aos resultados esperados pelas hipóteses ou questões da pesquisa.

A análise e discussão dos dados foram feitas a partir de quadros/tabelas que desvelarão todo o processo de pesquisa. Os dados obtidos com a pesquisa foram analisados à luz de referencial teórico sobre o assunto no sentido de dar credibilidade à pesquisa.

## **APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

Com o objetivo de apresentar os resultados da pesquisa, discorre-se aqui sobre o que se conseguiu alcançar com a aplicação do projeto de intervenção. Traz o que se pretendia inicialmente e o que se conseguiu, apresenta ainda o que se conseguiu alcançar e que não se pretendia inicialmente, além de apresentar um retrato do saber que as pessoas envolvidas no projeto possuíam no que se refere ao conhecimento da leitura e da escrita.

Ao iniciar a pesquisa, mesmo esta orientada por um projeto<sup>4</sup> onde estão apresentados os objetivos que se pretendia alcançar, deparou-se com situações que não se encontram ali descritas, algumas positivas e outras negativas. A adesão ao projeto foi um aspecto negativo, uma vez que, mesmo tendo um número muito grande de mulheres analfabetas naquela localidade, só tivemos a participação de 12 mulheres acima de 18 anos, uma adolescente e um jovem do sexo masculino. Pretendia-se alcançar o maior número de mulheres possível, contudo, não se conseguiu a adesão esperada, o que inicialmente se apresentou como um elemento desanimador. Todavia, mesmo considerando a baixa adesão daquele povoado, prosseguiu-se com a aplicação do projeto de intervenção.

A tabela abaixo apresenta o quantitativo de pessoas que aderiram ao projeto conforme sexo e idade. No entanto, o estudo foi feito apenas com 5 mulheres que se enquadravam nos critérios da pesquisa, conforme a tabela que se segue:

**Tabela 1 - Demonstrativa da quantidade de pessoas que se inscreveram no Projeto**

MULHERES ADULTAS	09
ADOLESCENTES	01
JOVENS	03
JOVEM DO SEXO MASCULINO	01

**Fonte:** Tabela construída para totalização do número de participantes da pesquisa.

Das 12 mulheres adultas e jovens que se inscreveram, apenas 5 estavam dentro dos critérios do projeto de pesquisa. Contudo, grande parte delas já haviam frequentado a escola, muito embora isto não signifique necessariamente que elas estivessem alfabetizadas, mesmo com anos de escolarização, conforme mostra quadro abaixo:

---

<sup>4</sup> Consultar Plataforma Brasil.

**Quadro 1 - Demonstrativa da situação de escolaridade das cinco (05) mulheres que se enquadravam no critérios da Pesquisa**

PARTICIPANTE	ESCOLARIDADE
1 BND	7 <sup>a</sup>
2 MRC	5 <sup>a</sup> incompleta
3 IZD	Não concluiu um ano de escolaridade
4 MRC	Não concluiu um ano de escolaridade
5 ATN	8 <sup>a</sup> incompleto

**Fonte: Quadro construído a partir do levantamento inicial acerca do grau de escolarização das participantes.**

Muito embora apenas 5 das mulheres que aceitaram participar do projeto de intervenção estivessem dentro dos critérios estabelecidos no projeto de pesquisa, observou-se que praticamente todas elas são analfabetas funcionais, tendo apenas o domínio da decodificação das palavras, ficando, quando muito, na leitura da palavra.

O levantamento inicial sobre o conhecimento da leitura e da escrita pelas participantes que estavam de acordo com os critérios do projeto encontra-se no quadro abaixo.

**Quadro 2 - Demonstrativa da situação acerca da alfabetização das participantes antes do Projeto de Intervenção**

PARTICIPANTE	CONHECIMENTO SOBRE A LEITURA E A ESCRITA
1 BND	Lê e escreve com muita dificuldade
2 MRC	Só retira as palavras do quadro
3 IZD	Não lê e nem escreve; conhece algumas letras do alfabeto
4 MRC	Não lê e nem escreve; não conhece as letras do alfabeto
5 ATN	Copia as palavras, mas não lê

**Fonte: Quadro construído a partir do levantamento inicial acerca do conhecimento das participantes sobre o domínio da leitura e da escrita**

Sobre o conhecimento da leitura e da escrita ao final do projeto, os resultados encontram-se no quadro abaixo e configuram-se como a essência desta pesquisa:

**Quadro 3 - Demonstrativa da situação acerca da alfabetização das participantes ao final do Projeto de Intervenção**

PARTICIPANTE	CONHECIMENTO SOBRE A LEITURA E A ESCRITA
1 BND	Lê e escreve com facilidade
2 MRC	Lê e escreve
3 IZD	Copia as palavras e lê algumas com facilidade; reconhece todas as letras do alfabeto
4 MRC	Lê e escreve ainda com certa dificuldade; já conhece as letras do alfabeto
5 ATN	Lê com certa timidez

Fonte: Quadro construído a partir do teste feito com as participantes do projeto sobre o domínio da leitura e da escrita ao final da intervenção.

Como positivo, pode-se destacar a participação das mulheres alfabetizadas que, mesmo conscientes dos critérios estabelecidos no projeto, fizeram questão de ir a todos os encontros e participaram efetivamente das discussões, inclusive, exigiram ser entrevistadas. A participação de três jovens, uma adolescente, além de alguns do sexo masculino que ficavam assistindo as discussões pelas frestas das janelas, também foi algo que se pode considerar como positivo.

Em se tratando dos aspectos pretendidos pelo projeto, os mesmos serão analisados e discutidos considerando o que se obteve com a aplicação do projeto junto às mulheres comparando com o que está descrito no projeto.

### **As entrevistas, falas que desvelam vidas**

As entrevistas constituíram-se um dos momentos mais interessantes da pesquisa, na verdade, a aplicação do projeto foi toda uma experiência extraordinária. Tão rico e significativo foi conviver com aquelas mulheres, esquecidas na história de uma sociedade que as inferioriza pela sua condição de gênero, pela sua cor, por sua condição econômica e social, mas, que com tudo isso, apesar das cicatrizes na alma, sua *boniteza*<sup>5</sup>, que trazem consigo, não lhes foi roubada. Mulheres que trazem uma força que as mantêm construindo a sua própria história, a despeito de todas as intempéries econômicas, sociais e políticas.

---

<sup>5</sup> E aqui a *boniteza* é usada no sentido mais freireano possível.

As falas, o nervosismo, a palavra tranquila da pesquisadora e as lágrimas formaram a teia em que vidas foram sendo narradas, derramadas e desveladas em frases que “revelam anseios, frustrações, descrenças, esperanças também, ímpeto de participação, como igualmente certos momentos altamente estéticos da linguagem do povo.” (FREIRE, 1967, p. 49).

Quando foram informadas que se entraria em um momento importante da pesquisa, e que seriam entrevistadas as mulheres cujos critérios as colocavam dentro da pesquisa, as demais, que não se encaixavam nesses critérios, mas que fizeram questão de estar ali todos os dias, participando, inclusive, de todas as discussões, reclamaram para si o direito de também serem entrevistadas. Dessa forma, optou-se pela não exclusão de nenhuma daquelas cuja convivência durante o tempo que se somaram 40h ressignificou a compreensão do que seria alfabetização para além da leitura da palavra. No entanto, aqui serão transcritas as falas apenas das 5 mulheres que se enquadram nos critérios da pesquisa.

As questões orientadoras à entrevista tinham apenas o caráter de conduzir a pesquisadora no caminho delineado no projeto, de modo a não possibilitar desvios nos objetivos nele descritos. Assim, a entrevista partia de quatro (04) questões orientadoras, que eram:

1. Como foi a experiência com a escola (se houve essa experiência);
2. Sobre o que pensam sobre o estudo na vida das mulheres;
3. O que acharam do projeto;
4. E se o projeto tinha afetado as suas vidas de alguma forma.

Como resposta à primeira pergunta, as entrevistadas (que tiveram alguma experiência com a escola) responderam que a experiência fora boa, um dado interessante, tendo em vista não ter sido apontada nenhuma questão negativa em relação à escola propriamente. A fala de uma delas é que:

Foi bom, a experiência foi boa, eu aprendi pouco, mas o pouco que eu aprendi já dá de passar já sei assinar meu nome e agora já sei lê um pouquinho, porque é tão ruim, a gente assim precisar assinar o nome da gente sem saber, ter que botar o dedo, né, muito ruim né, aí a gente sabendo pelo menos assinar o nome né, já é bom demais, e, agora eu já sei ler *melhor*, ...

As respostas às perguntas demonstram que, grande parte daquelas mulheres, independentemente de quem teve pouco tempo na escola, ou que estudou alguns poucos anos a mais, ou quem nunca sequer estudou, o fez devido ao fato de ter se casado ou engravidado. O trecho de uma das entrevistas confirma:

Não, depois que eu cacei família eu não estudei mais, eu fui cuidar de filho, aí eu ainda estudei aqui com a minha *cumade* aqui lá no *outo* [*sic*] coleginho ali no *outo* [*sic*] povoado, eu fui uns dias também, mas, aí depois eu não estudei mais.

As respostas a essa questão remontam à história de vida das mulheres negras na história da educação brasileira marcada por interrupções, percalços e desistências (ALMEIDA E ALVES, 2011) e que incide diretamente em suas condições de vida. Observa-se que as questões trouxeram àquelas mulheres a memória de suas próprias vidas, um lembrar de um tempo que, apesar de ser passado, é o que se tornou as suas vidas, como “resultado de uma operação que se efetua no tempo presente, e por ele está conformada.” (ALMEIDA E ALVES, 2011, p. 83). Histórias estas que se encontram apenas em números frios da educação, sem, contudo, se ter o devido recorte de gênero ou qualquer outro que se volte para a invisibilidade de mulheres que continuam a construir as suas histórias como se em um outro plano existencial.

À segunda questão que perguntava sobre a educação na vida das mulheres, todas elas disseram que a mulher deveria estudar mais, demonstrando que sabem da importância da educação para que as mulheres possam se tornar mais livres. No entanto, faz-se necessário destacar que não é toda a educação que possibilita a mulher tomar consciência da necessidade do libertar-se, é imprescindível que essa educação seja libertadora como a defendida por Freire em toda a sua vida, assim, “a educação teria de ser, acima de tudo, uma tentativa constante de mudança de atitude.” (FREIRE, 1967, p. 94).

A fala de uma das participantes demonstra essa tomada de consciência, “*Porque as mulheres têm que se libertar mais do que era antes, né, e hoje em dia ela precisa sair disso, ela tem que seguir a regra, a mesma coisa como o homem*”.

Ao se ouvir aquelas mulheres, percebe-se que existe ainda muito do ranço do patriarcado no qual se formou a sociedade brasileira, aliado à narrativa que desde sempre foi imprimida no imaginário das pessoas negras, sobretudo das mulheres, de que o lugar delas na sociedade não é o mesmo que o das mulheres brancas.

Sobre o que achavam do projeto, as respostas comprovam a impressão da pesquisadora, de que o projeto de intervenção teria se constituído uma experiência agradável, mas, sobretudo, serviu ao propósito de suscitar naquelas mulheres a tomada de consciência sobre a importância de suas vidas. Algumas falas das pesquisadas:

*“Eu achei muito bom, pena que já vai acabar, foi uma experiência nova que eu tive[...] Ah! Eu aprendi um monte de coisa nova.”*

*“Eu achei também importante, né, eu achei muito importante.”*

*“Eu gostei muito, por isso eu achei bom, deu... porque eu consegui aprender a escrever meu nome melhor, não esqueço mais tanto as letra.”*

*“Ótimo, ótimo, porque pelo menos a gente conhece pessoas maravilhosas que vai ensinar a gente, que vai dar apoio pra gente.”*

As entrevistas aconteceram nos últimos 3 dias de aplicação do projeto de intervenção, sempre após esgotadas as discussões daquele dia. Em alguns momentos permeadas pelos risos, brincadeiras de quem não se deixou sucumbir, por mais dificuldades que a vida lhes tenha imposto. Outras foram interrompidas por lágrimas que se confundiam com suas dores e se escorriam em rostos marcados pelo sol que lhes castigou pelo duro trabalho nas roças desde a infância, mas, que ao mesmo tempo, lhes forjou a marca da resistência e da resiliência.

As falas daquelas mulheres, os seus conhecimentos forjados imbricadamente com suas próprias vidas, muito ensinaram à pesquisadora e, parafraseando Freire, confirmam que não existe um saber menor ou um saber inferior, existem saberes diferentes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa que originou este artigo pretendia propor projeto de alfabetização para as mulheres adultas do povoado Cutias em Matinha MA pelo viés da Educação Popular. Para isso, propunha-se: compreender a educação popular enquanto proposta alfabetizadora; levantar quais seriam os reflexos gerados pela baixa escolaridade na vida das mulheres daquele povoado; identificar aquelas mulheres a partir dos descritores: idade, condição socioeconômica e escolaridade enquanto direito subjetivo; verificar se o analfabetismo das mulheres do povoado é propagador de ciclo de pobreza e, a partir daí, apresentar projeto de alfabetização.

Ao se propor o projeto de alfabetização pela via da Educação Popular, observou-se que esta pode ser sim uma alternativa para a ruptura do paradigma do analfabetismo entre as mulheres do povoado Cutias III em Matinha-MA. O projeto de intervenção junto àquelas mulheres demonstrou que a educação é o caminho pelo qual se pode romper com um ciclo que se mantém há várias gerações. Naquele contexto, considerando a idade daquelas mulheres, suas condições de vida, de donas de casa, de trabalhadoras rurais, algumas chefes de família, a Educação Popular é a que mais faz sentido, dada a sua metodologia fundamentada na concepção freireana de educação, a qual se pauta no diálogo, nas discussões nos círculos de cultura com temáticas pertinentes à vivência daquelas mulheres.

## **REFERENCIAS**

AGÊNCIA BRASIL. **Analfabetismo resiste no Brasil e no Mundo do século 21**, jan. 2021. Disponível em: <https://www.anoticiaaqui.com.br/2021>. Acesso em: 03 set. 2021.

ALMEIDA, Giane Elisa Sales de. ALVES, Maria Costa. Educação escolar de mulheres negras: interdições históricas. School education of black women: historical bans. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 41, n. 27, p. 81-106, jul./dez. 2011.

ALVARENGA, Estelbina Miranda de. **Metodologia da Investigação Quantitativa e Qualitativa**, Normas Técnicas para Apresentação de Trabalhos Científicos. Assuncion: Py, 2014.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas. *In*: Investigação qualitativa em educação. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. [Constituição 1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: <https://www.bibliotecas.ufu.br/portal-da-pesquisa/base-de-dados/google-academico>. Acesso em: 25 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **CNS. Resolução 466/12**. Disponível em: <https://www.bibliotecas.ufu.br/portal-da-pesquisa/base-de-dados/google-academico>. Acesso em: 25 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Resolução 510/16**. Disponível em: <https://www.bibliotecas.ufu.br/portal-da-pesquisa/base-de-dados/google-academico>. Acesso em: 25 jan. 2020

\_\_\_\_\_. LEI Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Lei da Obrigatoriedade do Ensino da História da África e Afro-brasileira na Educação Básica**. BRASIL, 2003.



BRITO, Maria Helena de Paula; ARRUDA, Neivaely Aparecida de Oliveira de; CONTRERAS, Humberto Silvano Herrera. **Escola, Pobreza e Aprendizagem: Reflexões Sobre a Educabilidade**. Disponível em: [http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21930\\_10055.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21930_10055.pdf). Acesso em: 30 abr. de 2020

CORDOVA, Fernanda Peixoto, SILVEIRA, Denise Tolfo. A Pesquisa Científica. *In: Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 10, n. 1, p.171-188, jan. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590>.

\_\_\_\_\_. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004. p. 07-16.

\_\_\_\_\_. **Direitos Humanos e Cidadania**. *In: Os Direitos Humanos no Brasil*. 95. Universidade de São Paulo, São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência e Comissão Teotônio Vilela, 1995.

DOXSEY J. R.; DE RIZ, J. Metodologia da pesquisa científica. *In: ESAB – Escola Superior Aberta do Brasil*, 2002-2003. Apostila.

ENFERMAGEM, I. São Paulo. **Trabalhos**. São Paulo, Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina, 1988. p. 63-9. (Resumo)

FREIRE, P. Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo. *In: FÁVERO, O. (org.). Cultura popular, educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

\_\_\_\_\_. **Educação como Prática da Liberdade**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1967.

GERHARDT, Tatiana Engel. A Construção da Pesquisa. *In: Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. 2008. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HERSKOVITS, M.J. **Antropologia cultural: o homem e seu trabalho**. São Paulo: Mestre Jou, 1963. p. 98-108.

IBGE: **Analfabetismo entre negras é duas vezes maior que entre brancas**, 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/ibge-analfabetismo-entre-negras-e-duas-vezes-maior-que-entre-brancas/>. Acesso em: 3 set. 2021.

LIMA, C. M. G. de; DUPAS, G.; OLIVEIRA, I.de; KAKEHASHI, S. Pesquisa etnográfica: iniciando sua compreensão. **Rev. latino-am. enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 21-30, jan. 1996.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUSTOSA, Kelyana da Silva. **Educação Popular e Pedagogia Freireana**: Contribuições dos Anos 60 Para a Atualidade. III CONEDU. Natal, 2016.

MANZINI, Eduardo José. Avaliação de Periódicos Científicos. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v19n1/09.pdf>. Acesso em: 9 set.19.

MENDONÇA, Carolina de. **50 anos da experiência de Paulo Freire em Angicos**. Disponível em: <http://averdade.org.br/2013/12/50-anos-da-experiencia-de-paulo-freire-em-angicos/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Tatyane Guimarães. DESIGUALDADE SOCIAL: obstáculos para o exercício da cidadania. In: GARCIA, Renata Monteiro; SILVA Marluce Pereira da (orgs.). **EJA, Diversidade e Inclusão**: reflexões (im)pertinentes. João Pessoa: Editora UFPB, 2018.

SANTOS, Milton. As Cidadanias Mutiladas. In: **Preconceito**. São Paulo: Secretaria da Justiça e da defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, 1997.

SANTOS, Beatriz Gerolim dos. A (AUTO) REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA NO CINEMA BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO. **Revista o mosaico**, Curitiba, 2017.

SANTOS, Eline de Oliveira. **A mulher negra na EJA**: Reflexões sobre ensino de história e consciência histórica. 2018. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2018.

SILVA, Alan Costa da. Os Principais Reflexos das Desigualdades Sociais Frente à Educação. In: I SIMPÓSIO ESTADUAL DA INICIATIVA EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL; IV SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL, 2017, Palmas. **Anais [...]**. Palmas: UFT, 2017.

SILVA, Tatiana Dias. MULHERES NEGRAS, POBREZA E DESIGUALDADE DE RENDA. In: MARCONDES, Mariana Mazzini *et al.* (orgs.). **Dossiê Mulheres Negras retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

**Capítulo 27 - DOI:10.55232/10830012.27**

**MEDIAÇÃO ESCOLAR INCLUSIVA: O DIREITO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA A ACOMPANHANTE ESPECIALIZADO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO MÉDIO EM RECIFE – PE**

**Marina Bivar Frazão de Aquino e George André Lando**

**RESUMO:** A finalidade da inclusão social consiste em integrar indivíduos historicamente excluídos do processo de socialização, a partir da elaboração de direitos e garantias, que, de fato, sejam efetivos na sociedade. Sendo assim, as crianças e adolescentes com deficiência se encaixam em um desses grupos e por isso que essa inclusão social deve ser garantida nos ambientes educacionais, conforme o art. 208, III, da Constituição Federal. A partir disso é que surge a mediação escolar inclusiva, uma tecnologia social prevista em leis infraconstitucionais. O estudante que possui deficiência é capaz, através do auxílio de um mediador, de atingir suas metas de maneira mais eficaz e adaptada às suas necessidades. Os objetivos dessa pesquisa concentram-se em analisar o direito à educação inclusiva e a aplicação da mediação escolar nas escolas públicas de ensino médio do Recife. A pesquisa é exploratória e possui metodologia embasada na análise de dados quantitativos e qualitativos, bem como utilização de procedimento bibliográfico e documental de coleta de dados. A fonte primária concentra-se na legislação brasileira e a secundária é composta por pesquisa bibliográfica da doutrina jurídica, materiais sobre mediação escolar inclusiva, direitos da criança e do adolescente e periódicos online. Durante o desenvolvimento do projeto foi possível constatar que, apesar das legislações referentes às pessoas com deficiência promoverem direitos e garantias acerca da educação desses indivíduos, tais aspectos não estão sendo concretizados de maneira adequada no Brasil. Um exemplo disso pode ser demonstrado a partir da pesquisa realizada pela Human Rights Watch. A referida pesquisa apontou que muitas escolas brasileiras não adaptam o currículo para que uma maior inclusão seja promovida. Ademais, verificou a falta de profissionais qualificados para o acompanhamento especializado nessas escolas. Outro ponto observado na presente pesquisa foi que a legislação federal e a do Município de Recife não exigem uma formação específica para os mediadores escolares, gerando problemas na contratação. As chances de admissão de indivíduos sem preparo se tornam mais altas e existe, ainda, a dificuldade encontrada ao definir quais seriam as exigências para o cargo de mediador escolar. Portanto, é necessário mais investimento em políticas educacionais direcionadas a pessoas com deficiência nas escolas públicas e privadas de ensino médio, inclusive, de Recife, além da elaboração da formação profissional exigida para o trabalho de mediação escolar inclusiva nas legislações. Assim, os direitos educacionais de pessoas com deficiência poderão ser efetivados na cidade do Recife.

**Palavras-chave:** Mediação escolar, pessoas com deficiência, inclusão.

## **INTRODUÇÃO**

Logo após o advento da Convenção de Salamanca, em 1994, a temática do acompanhamento educacional especializado voltado a pessoas com deficiência, isto é, a mediação escolar inclusiva ganhou mais força e mais relevância na comunidade internacional, sendo necessária a implantação de políticas públicas que pudessem garantir esse direito às crianças e adolescentes com deficiência nos ambientes educacionais.

A partir da leitura de diversos artigos acerca da mediação escolar inclusiva, de inclusão social e de direitos das pessoas com deficiência, bem como da leitura de diversas leis e tratados como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, Declaração Universal dos Direitos Humanos, Declaração de Salamanca, Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Convenção de Guatemala, Constituição Federal, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) e Lei do Autismo, foi possível verificar a grande importância da garantia de um acompanhamento especializado destinado a estudantes com deficiência nos ambientes educacionais brasileiros, incluindo de Recife, bem como a relevância acerca da visibilidade e discussão desse tema.

Como será visto mais adiante, a pesquisa realizada pela *Human Rights Watch* trouxe imagens e depoimentos chocantes acerca das precárias condições existentes nas escolas brasileiras que trabalham com crianças e adolescentes que possuem deficiência. A falta de atenção, de comprometimento e, inclusive, de qualificação profissional são fatores extremamente preocupantes para a garantia de direitos e de bem-estar a esses indivíduos. Somado a isso, a invisibilidade e a constante indiferença da população em geral acerca da temática contribuem para essa situação de insuficientes investimentos em relação à mediação escolar inclusiva.

Por isso, é imprescindível a realização de cada vez mais pesquisas, artigos, publicações e divulgações acerca dessa temática, afinal, é dever do Estado promover direitos básicos e políticas públicas que possam aprimorar a qualidade de vida de pessoas com deficiência. Por muito tempo, tais indivíduos foram vítimas de extrema discriminação, violência, desafeto e indiferença da sociedade, sendo, então, bastante desprezados no processo de socialização. É, realmente, inadmissível, que nos tempos atuais, após o advento de tantas legislações e tratados, além de maiores divulgações acerca

da temática em redes sociais, desmistificando diversos preconceitos, tais indivíduos sejam, ainda, simbolicamente violentados, tendo direitos básicos violados, em uma sociedade cuja Constituição é denominada de “Constituição Cidadã”.

## **OBJETIVOS**

### **Objetivos gerais**

Os objetivos dessa pesquisa concentram-se na análise do direito à educação inclusiva nas escolas e verificar a aplicação da mediação escolar voltada para estudantes com deficiência na rede pública de ensino médio do Município de Recife – PE.

### **Objetivos específicos**

Além disso, a pesquisa tem como objetivo, também, estudar o direito a acompanhante especializado das crianças e adolescentes com deficiência, inclusive, nas escolas públicas de ensino médio do Recife – PE, conhecer a formação dos mediadores escolares, ou se há ou não essa exigência na legislação, verificando como essa questão seria aplicada no momento da contratação, além de examinar as razões pelas quais os mediadores escolares foram contratados.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa possui caráter exploratório, desenvolvida a partir de uma metodologia de análise de dados quantitativos e qualitativos, bem como procedimento bibliográfico de coleta de dados. O método de pesquisa utilizado consiste, principalmente, no método dedutivo, ou seja, partindo do conceito geral para os casos particulares.

A fonte primária é constituída pela leitura da legislação e jurisprudência brasileiras, considerando a Constituição Federal de 1988. A fonte secundária é representada pela pesquisa bibliográfica da doutrina jurídica, matérias sobre mediação escolar inclusiva, inclusão social e direitos da criança e do adolescente, notícias e periódicos disponíveis na internet.

Alguns dos livros utilizados para a pesquisa estão disponíveis na biblioteca da Universidade de Pernambuco. Ademais, as obras adotadas foram publicadas entre os anos

de 2010 e 2020. As que compreendem os anos antes de 2010 são apenas aquelas consideradas clássicas dentro desse campo de estudo.

Ademais, a maioria dos artigos utilizados são advindos de periódicos pertencentes a Programas de Pós-Graduação de universidades do país, tais como Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Bahia (UFBA), entre outras universidades previamente especificadas que possuem periódicos caracterizados como importantes pela comunidade científica jurídica, além de obras publicadas em anais. Apenas bibliografias que possuem temáticas pertinentes ao tema da pesquisa foram selecionadas, sendo, então, temáticas elaboradas previamente com a finalidade de orientar a pesquisa.

Existem ainda, os aspectos éticos da pesquisa. Tais aspectos correspondem à utilização da citação de autores, respeitando a norma regulamentadora 6023, que dispõe acerca dos requisitos a serem obedecidos na produção de referências, além de promover orientação. O uso dos dados coletados foi restringido tão somente à finalidade científica, em consonância com a normatização ética que engloba a produção de trabalhos científicos.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **4.1 Noções concisas sobre a importância da mediação escolar inclusiva para pessoas com deficiência**

Antes de entrar no conceito de mediação escolar inclusiva, é preciso compreender no que consiste a mediação e a inclusão. Primeiramente, a palavra mediação é originada do latim “mediare” e significa intervir de maneira imparcial e pacífica na solução de conflitos por meio da ação de um mediador, com o objetivo de promover conciliação e entendimentos entre as partes em conflito (SERPA, 1999). Já a inclusão consiste no ato de incluir algo ou alguém a um grupo ou a uma situação específica (HOUAISS, 2009).

A forma de inclusão mais discutida e abordada em diversos temas acadêmicos é a inclusão social. Esse conceito atua de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, 1948) e com a Constituição Federal (BRASIL, 1988), consistindo no ato de incluir na sociedade indivíduos historicamente

excluídos do processo de socialização, como a população negra, a comunidade LGBTI+, grupos desfavorecidos economicamente, bem como pessoas com qualquer deficiência. De acordo com Romeu Kazumi Sassaki (1997), a inclusão social é “um processo bilateral no qual as pessoas ainda excluídas e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos”.

A partir do exposto, é possível compreender a razão da importância da garantia de inclusão escolar para estudantes que possuem alguma deficiência. Contudo, tal relevância passa a ser notável, principalmente, por conta das inovações no período do Renascimento durante a Idade Moderna e dos ideais iluministas da Revolução Francesa, quando a sociedade começou a ter o pensamento de que as pessoas com deficiência não precisavam apenas de hospitais e abrigos com políticas segregacionistas, mas de atenção diferenciada para que esses indivíduos pudessem participar de maneira ativa no cotidiano e integrar a coletividade. No entanto, mesmo com vários avanços, a mentalidade das pessoas, no geral, era voltada para a formação de uma vida focada majoritariamente em indivíduos que não tinham deficiências, estando a sociedade brasileira inclusa nessa mentalidade, ou seja, a construção da educação, do lazer e da vida pública por um longo tempo foram destinadas apenas para pessoas sem deficiências.

Todavia, após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Constituição Federal de 1988 se preocupou em estabelecer legislações que promovessem a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas do país. Um exemplo disso consta no parágrafo 1º do artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei 9394/1996), estabelecendo que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”. Com isso, a fusão entre o trabalho da mediação e da inclusão voltados para a integração de estudantes com deficiência nos ambientes educacionais passa a ser de extrema importância para a garantia de um lugar acessível e acolhedor a esses indivíduos.

Essa importância voltada para o trabalho da mediação escolar inclusiva se deu principalmente após a realização da Convenção de Salamanca, em 1994. A partir de trechos exigidos na Declaração de Salamanca, várias instituições de ensino entenderam que a melhor forma de atender às necessidades de estudantes com deficiência seria através do auxílio de um mediador escolar (MARANHÃO, 2008).



Alguns dos trechos encontrados são: “Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem”; “toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas”; “sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades” e “escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades” (DECLARACÃO DE SALAMANCA, 1994). Tais sentenças foram fundamentais para promover a mediação escolar como o principal meio de garantir a inclusão de estudantes com deficiência nos ambientes educacionais.

Sendo assim, a mediação escolar inclusiva consiste em auxiliar o estudante com necessidades especiais a atingir seus objetivos, além de ajudá-lo a interagir com professores, colegas e com o próprio ambiente escolar. O mediador escolar, que é o principal indivíduo responsável pela promoção da mediação escolar inclusiva, assume um papel diferente do que é conhecido na mediação de conflitos, exercendo uma função de intermediário entre a criança e as experiências vivenciadas por ela, nas quais encontra dificuldades na interpretação e na ação. A mediação de conflitos é realizada no ambiente geral da escola para amenizar confrontos entre alunos e professores, alunos e outros colegas, professores e pais, etc. É um conceito divergente do profissional que integra a mediação escolar inclusiva (CHRISPINO, 2004).

A importância dessa mediação inclusiva consiste, principalmente, na garantia de um ambiente caracterizado pela diversidade. Uma escola que afirma ser inclusiva deixa de ser inclusiva pelo simples fato de não apresentar diferenças. É preciso que estudantes, das mais variadas características, sintam-se acolhidos no ambiente escolar, incluindo aqueles com alguma deficiência. De acordo com Adriana Marcondes (2004), “a inclusão não se dá incluindo os corpos das crianças nas classes regulares. A inclusão se dá quando se devolve ao coletivo aquilo que foi individualizado no corpo do sujeito”. E é justamente essa ação que os ambientes educacionais deveriam adotar para garantir a devida inclusão.

Além disso, a mediação escolar inclusiva auxilia os pais e os professores na integração do aluno na escola, promovendo uma melhor convivência ao indivíduo. Outro fator importante é a socialização do aluno em processo de inclusão, uma das funções do

mediador consiste justamente nesse aspecto, sendo algo extremamente relevante para a vida social do estudante. (SILVEIRA, 2006). O mediador é uma peça fundamental na vida de um estudante com deficiência, diante de um mundo tão excludente e com tanta segregação. Esse profissional se faz presente ao aluno até que sua presença como mediador não seja mais necessária.

Dessa forma, o mediador é responsável por auxiliar o estudante no ambiente escolar através da realização de diversas atividades, como por exemplo, no desenvolvimento da comunicação funcional e espontânea entre professores e colegas, no desenvolvimento da reciprocidade social, verificando se a comunicação está sendo efetiva, na estimulação da imaginação e do direcionamento do olhar da criança para aquilo ou para quem está se comunicando, ensinando a criança a perceber a linguagem corporal e as emoções, bem como explicar o sentido de metáforas e expressões idiomáticas (MOUSINHO, *et al*, 2010).

Em relação à socialização do estudante, o mediador pode proporcionar segurança nas interações da criança com outros adultos, ensinar a como participar de outras atividades sociais, diminuir a tendência ao isolamento social, estimular a empatia e o prazer do convívio coletivo, encorajar a criança a solicitar ajuda aos professores e aos demais colegas, bem como fazer elogios sempre que a criança executar suas ações de maneira correta ou tiver bom comportamento. Ademais, o mediador também pode realizar jogos e brincadeiras com a criança, estimulando o uso da fala durante a brincadeira, apresentando os conceitos de ganhar e perder e estimular os sentidos a partir de brincadeiras sensoriais e a socialização da criança através de jogos coletivos (MOUSINHO, *et al*, 2010).

Todas essas atividades executadas a partir do trabalho do mediador são imprescindíveis para o desenvolvimento do aluno com deficiência no ambiente educacional. Boaventura de Souza Santos (2003) afirmava que todos “temos o direito à igualdade quando a diferença nos inferioriza e temos o direito à diferença quando a igualdade nos descaracteriza.” Ou seja, não basta apenas incluir, de maneira literal, a criança com necessidades especiais no ambiente escolar, é preciso que essa inserção seja de fato fornecida, reconhecendo as limitações de cada estudante e aplicando as medidas correspondentes à cada aluno, garantindo, dessa forma a devida inclusão no âmbito escolar e promovendo a socialização, o conforto e o bem-estar da criança.

São várias as vantagens encontradas no processo de mediação escolar, além das já citadas anteriormente referentes à importância dessa atuação. O aluno que se encontra em exercício de inclusão escolar passa a ocupar um lugar nunca antes ocupado, podendo exercer seus direitos e sua cidadania. A criança aprende a conviver em lugares diversos e com várias pessoas diferentes, sentindo-se cada vez mais capacitada para as mais variadas situações que pode vir a enfrentar na vida. Ademais, a criança é capaz de desenvolver a criatividade na relação com os grupos e formar fortes laços de amizade. O mediador ajuda o aluno a ter mais atenção nas aulas e a aumentar sua participação e comunicação no ambiente escolar.

Além disso, a mediação inclusiva é eficiente para os pais e para os outros alunos que não se encontram em processo de inclusão no ambiente escolar. Os pais sentem-se mais motivados a participar da educação dos filhos quando estão inseridos em um meio tão diverso e os outros alunos aprendem a conviver com o “diferente” e desenvolvem mais respeito em relação ao que cada pessoa é, deixando o preconceito cada vez mais de lado, ou seja, passam a ser crianças mais compreensivas e solidárias com o próximo (SILVEIRA, 2006).

No entanto, como em qualquer outra atividade da vida, a mediação escolar inclusiva pode trazer alguns estresses caso não seja realizada de maneira correta. Em relação à família da criança em situação de inclusão, é preciso ter muito cuidado ao transmitir as informações sobre o processo de aprendizado do aluno. O mediador deve compartilhar apenas informações pertinentes ao desenvolvimento da criança, sem demonstrar, por exemplo, suas impressões pessoais sobre o processo, evitando conflitos com a criança e com a família e respeitando a ética exigida para esses casos (SILVEIRA, 2006).

Outro fator importante que deve ser respeitado é a questão de possibilitar a privacidade e a autonomia da criança, o mediador não deve exercer um papel de superproteção ao aluno, é necessário respeitar a socialização com outros colegas e a interação com o próprio ambiente (MOUSINHO, *et al*, 2010). Além disso, o mediador jamais deve tentar assumir o trabalho do professor ou atrapalhá-lo de alguma forma.

O mediador escolar é um profissional que se encontra nesse ambiente para auxiliar na interação entre professor e aluno em situação de inclusão, pois o fato de haver um

mediador acompanhando uma criança dentro de sala, não significa que o professor deixará de ter um vínculo com esse estudante. Dessa forma, é preciso que o mediador compartilhe seus conhecimentos e esteja de acordo com o planejamento escolar, auxiliando o professor nesse processo de interação, mas jamais invadindo o seu espaço, para assim, garantir práticas mais efetivas de inclusão no ambiente escolar (ROAF, 2003).

Como já foi dito anteriormente, não basta apenas permitir a entrada de um estudante ou de alguns estudantes em situação de inclusão no ambiente escolar, é preciso que a escola trabalhe com as políticas mais acessíveis possíveis para que a integração do aluno seja devidamente garantida, atendendo suas necessidades específicas. A inclusão não consiste somente em ocupar o mesmo espaço que outras crianças que não se encontram em situação de inclusão, vez que inclusão é garantir que os estudantes com deficiência adquiram o mesmo conhecimento teórico que todos os demais, ação esta que deve ser realizada com o auxílio do mediador escolar e de outros profissionais da educação, conhecendo os alunos em situação de inclusão com quem trabalham e assim, adotando táticas de ensino que estejam de acordo com a singularidade de cada uma dessas crianças (MARCONDES, 2004).

Para que no ambiente escolar se possa exercer políticas de inclusão, é fundamental que essa instituição compreenda que a diversidade deve ser uma característica central em todos os espaços do ambiente escolar, bem como, entenda que existem diferentes maneiras de adquirir conhecimento por cada criança, e dessa forma, é importante a presença de diversas formas de ensinar, com variedade nas estratégias abordadas em sala de aula para atender às demandas de todos os estudantes, além de contar com o trabalho em conjunto dos profissionais em sala de aula para que haja o acompanhamento eficiente dos alunos em situação de inclusão no ambiente educacional (BEYER, 2009).

Portanto, é evidente a grande importância da mediação escolar inclusiva, não apenas para a criança em situação de inclusão, mas também para os pais do aluno, para os profissionais do ambiente escolar, para os outros colegas que não se encontram em situação de inclusão e, obviamente, para os próprios mediadores escolares. É sempre muito importante garantir a existência de um ambiente diverso e acolhedor para todos, mas principalmente para crianças com deficiência. Pois, por muito tempo, a humanidade foi cruel e discriminatória com esse grupo de indivíduos, associando-os a seres anormais

ou até mesmo, em tempos medievais, como pessoas que estavam cumprindo um “castigo de Deus”.

É inegável que, com o passar dos anos, as políticas públicas em favor dessas pessoas melhoraram bastante, mas ainda há muito a ser feito para que a inclusão de cidadãos com deficiências possa ser devidamente garantida. A inclusão no ambiente educacional é imprescindível, pois a escola é um dos primeiros lugares de convívio social que os cidadãos frequentam, ou pelo menos, que todos deveriam frequentar, por isso a importância de garantir não só a entrada dessas crianças nos mais diversos ambientes escolares, como também a necessidade de se promover o aprendizado de forma diversificada e direcionada para as singularidades de cada um desses estudantes.

Sendo assim, de nada adianta um ambiente educacional divulgar para a sociedade que possui estudantes com deficiências, afirmando sua “política de inclusão e diversidade”, se não faz o necessário para que a formação educacional dessas crianças seja de fato promovida, até porque a igualdade é sim um direito muito importante, mas apenas por meio da equidade, ou seja, dos meios para que essa igualdade seja realmente promovida, é que se pode mudar a realidade dessas crianças nas escolas do país, garantindo a inclusão de forma eficiente.

## **4.2 Direitos humanos das crianças e adolescentes com deficiência**

Em relação ao direito das crianças e dos adolescentes com deficiência de obterem uma educação de qualidade, existem vários tratados, legislações e convenções que tratam da temática. Essas documentações exigem que os países membros cumpram, de fato, os deveres impostos nesses documentos. A Declaração de Salamanca, por exemplo, dispõe, principalmente, sobre princípios e políticas voltados para a inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais nos sistemas regulares de ensino (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994). O Brasil, então, incorpora os princípios da Declaração de Salamanca em suas políticas de educação.

De fato, são vários os tratados e legislações que abordam a garantia do acesso à educação e a inclusão de estudantes com deficiência nos ambientes escolares, como já foi dito anteriormente. No entanto, a grande questão dessa temática é: será que na prática essa inclusão de pessoas com deficiência no ambiente estudantil está realmente sendo efetivada no Brasil?

Antes de responder a tal questão, é importante realizar uma breve abordagem acerca das várias legislações elaboradas ao longo do tempo voltadas para essa temática, destacando os pontos mais importantes desses documentos e, ao final, verificar como é a política brasileira em relação aos direitos das pessoas com deficiência.

De início, é importante realizar uma concisa abordagem acerca da Declaração Universal dos Direitos Humanos, criada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU), pois apresenta conceitos mais gerais e abrangentes em relação ao direito à educação ao redor do mundo, servindo de base para a criação de outros tratados relacionados à temática. Logo no preâmbulo da Declaração, é possível observar a preocupação voltada para a garantia da educação a toda a população mundial, destacando o esforço que todos os órgãos de cada sociedade devem realizar para que este fim seja atingido (ONU, 1948).

No artigo 7º, a Declaração dispõe sobre o princípio da isonomia, ou seja, da igualdade de todos os cidadãos perante à legislação. Já o artigo 26º dispõe de mais especificidades em relação ao acesso igualitário da educação para todos:

1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito. 2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos humanos e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz (ONU, 1948).

A partir dos princípios apresentados pelos artigos 7º e 26º demonstrados anteriormente, pode-se, então, observar a grande influência que a Declaração teve para a elaboração de vários outros tratados. Enquanto a Declaração Universal dos Direitos Humanos apresenta termos mais gerais, documentos como a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que recebe influência da Declaração da ONU em relação aos direitos citados anteriormente, torna-se mais específica ao tratar do direito e da garantia de uma educação de qualidade para as pessoas com deficiência. A Convenção foi aprovada em 2006 pela Assembleia Geral das Nações Unidas e foi promulgada no Brasil no dia 25 de agosto de 2009.

Ao longo do tempo, a própria ONU também elaborou declarações e tratados mais específicos referentes aos direitos das pessoas com deficiência. No ano de 1975, por exemplo, foi elaborada pela ONU a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes. A principal premissa consistia no fato de que pessoas com deficiência deveriam gozar dos mesmos direitos civis, políticos, sociais, culturais e econômicos que os demais cidadãos que não possuem qualquer tipo de deficiência (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES, 1975).

Ademais, a Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1976 estabeleceu que o ano de 1981 seria oficialmente o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), chamando a atenção da população mundial para essa questão. O tema retratado pela Assembleia foi “Participação plena e Igualdade”, referente ao programa mundial relativo às pessoas com deficiência, permitindo, assim, a adoção de medidas eficazes que garantissem a participação plena, bem como o desenvolvimento social e a promoção da igualdade (GARCIA, 2010).

Diante deste cenário, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que foi criada pela Conferência de Paz logo após o término da Primeira Guerra Mundial, também foi responsável pela criação de legislações voltadas para os direitos e garantias de pessoas com deficiência. Em 1955, foi estabelecida a Recomendação n° 99 da OIT, que trata da reabilitação e habilitação profissional de pessoas com deficiência, para que pudessem exercer os mesmos direitos trabalhistas de pessoas que não possuem deficiência (SECRETARIA INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2004).

Após a Recomendação n° 99 da OIT, a oficialização do ano de 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, bem como depois de outras declarações elaboradas pela ONU, o ato de promover mais igualdade e mais oportunidades para pessoas com deficiência, principalmente em relação à reabilitação e à capacitação desses indivíduos no ambiente de trabalho, gerou ainda mais compreensão, atenção e visibilidade acerca dessa temática ao redor do mundo.

Assim, em junho de 1983 foi realizada a Convenção n° 159, aprovada pela 69ª reunião da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho. A Conferência foi convocada pelo Conselho de Administração do Escritório Internacional do Trabalho e teve sede na cidade de Genebra. A Convenção trouxe o conceito de pessoa com

deficiência e se preocupou em garantir meios de realizar a reabilitação e a capacitação profissional de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, promovendo, assim, a integração ou reintegração desse indivíduo na vida social. Tais elementos encontram-se dispostos no primeiro artigo da Convenção:

Art. 1 - 1. Para efeitos desta Convenção, entende-se por ‘pessoa deficiente’ todas as pessoas cujas possibilidades de obter e conservar um emprego adequado e de progredir no mesmo fiquem substancialmente reduzidas devido a uma deficiência de caráter físico ou mental devidamente comprovada. 2. Para efeitos desta Convenção, todo o País-Membro deverá considerar que a finalidade da reabilitação profissional é a de permitir que a pessoa deficiente obtenha e conserve um emprego e progrida no mesmo, e que se promova, assim a integração ou a reintegração dessa pessoa na sociedade. 3. Todo País-Membro aplicará os dispositivos desta Convenção através de medidas adequadas às condições nacionais e de acordo com a experiência (costumes, uso e hábitos) nacional. 4. As proposições desta Convenção serão aplicáveis a todas as categorias de pessoas deficientes (SÜSSEKIND, 1998).

No ano de 1994, foi criada a Declaração de Salamanca, tratando de princípios, políticas e práticas na área de necessidades especiais para a educação, sendo uma declaração imprescindível quando se discute educação acessível e de qualidade para pessoas com deficiência. O principal objetivo da Declaração é garantir a inclusão de crianças, jovens e adultos que possuem necessidades educativas especiais nos mais variados sistemas de ensino que existem ao redor do mundo. A introdução disserta sobre a importância do direito que cada criança possui de acesso à educação, trazendo aspectos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Declaração Mundial sobre Educação para Todos:

2. O direito de cada criança a educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi fortemente reconfirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriadas às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças. (SALAMANCA, 1994).

Logo em seguida, a Declaração apresenta propostas e direcionamentos da Estrutura de Ação em Educação Especial, abordando orientações para níveis nacionais e internacionais, além de assuntos como administração da escola, informação e pesquisa, recrutamento e treinamento de educadores, serviços externos de apoio e áreas prioritárias como educação infantil, educação de meninas que possuem deficiência, educação de



adultos com deficiência, etc. A seguir, serão apresentados os princípios que influenciaram a construção da Declaração de Salamanca:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

A Declaração de Salamanca é extremamente relevante quando se tratam dos direitos das pessoas com deficiência, principalmente em relação à educação acessível e de qualidade para esse grupo. Isso porque, a Declaração é a principal referência para a construção de um ambiente escolar inclusivo e diversificado, no qual as crianças, os jovens e os adultos possam ter o mesmo acesso ao ensino de qualidade que as pessoas que não possuem deficiência têm acesso. Assim, como a própria Declaração dispõe, são as escolas que carregam o papel de se adaptarem às necessidades de seus estudantes, e não o contrário (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994), e é a partir desse princípio e de outros já mencionados que cada país deve promover uma educação inclusiva para os indivíduos que possuem qualquer tipo de deficiência.

O continente americano também foi responsável pela criação de legislações acerca da temática de direitos humanos e de convenções voltadas para os direitos das pessoas com deficiência. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos de 1978, conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, dispõe sobre os direitos humanos que os Estados Membros devem respeitar, promovendo o cumprimento e a garantia de respeito a esses direitos. Esta Convenção foi ratificada pelo Brasil no ano de 1992 (BRASIL, 1992).

Com isso, em 1999, foi criada a Convenção Interamericana para eliminação de todas as formas de Discriminação contra as pessoas com de deficiência, também conhecida como Convenção de Guatemala e que tinha como escopo principal a garantia dos direitos às pessoas com deficiência (GUATEMALA, 1999). A criação de ambas as Convenções foi muito importante para promover a valorização dessa temática em torno

das Américas, já que uma boa parte das convenções, tratados e legislações foram elaborados no continente europeu.

Por fim, em 2006, foi criada a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a mais recente acerca da temática. Também conhecida como Convenção de Nova York sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, foi a primeira convenção internacional a receber *status* de Emenda Constitucional no Brasil, seguindo os termos do artigo 5º, § 3º, da Constituição Federal de 1988 (DAMASCENO, 2014).

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, além de dispor sobre os direitos para esse grupo, abordou uma nova concepção para o significado de “pessoas com deficiência”:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 2007).

Essa definição mais recente foi muito importante para aprimorar a compreensão acerca dos direitos desses indivíduos, pois não apresentou somente questões biomédicas, isto é, termos com mais descrições científicas relacionadas a esse grupo, mas também questões sociais de acordo com os direitos humanos. Afinal, a redução da definição de pessoas com deficiência para algo apenas científico é algo muito limitado e discriminatório. Acima de tudo, são indivíduos detentores de direitos e deveres que apenas precisam de mais atenção e de mais visibilidade na sociedade, especialmente quando se discute a educação inclusiva. Por isso a importância da definição elaborada pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, já que vai além de questões somente biomédicas.

Ademais, a utilização do termo “pessoas com deficiência” pela Convenção também é um fator muito importante nessa temática. Isso porque, os termos “pessoas portadoras de deficiência” e “portadores de necessidades especiais” são incorretos, uma vez que “portador” é uma nomenclatura que está ligada a doenças e seu uso acaba sendo pejorativo quando é utilizado em referência às pessoas com deficiência. E ainda, o termo “necessidades especiais” também não é apropriado, pois transmite a ideia de inferioridade das pessoas com deficiência, bem como a visão de que o indivíduo necessariamente

possuiria uma necessidade especial, a qual nem sempre é aplicada às pessoas com deficiência, gerando muito preconceito em relação à questão (RODRIGUES, 2020).

Tais termos e especificidades vão mudando e evoluindo ao longo do tempo, estando de acordo com as demandas exigidas por movimentos voltados para os direitos das pessoas com deficiência, principalmente os que estão relacionados a uma educação de qualidade e acessível. As próprias legislações apresentadas anteriormente abordavam termos que já não são mais apropriados atualmente. A Declaração de Salamanca, a principal referência em educação inclusiva para pessoas com deficiência, é um exemplo disso, pois logo em sua apresentação e em outras seções utiliza o termo “necessidades educativas especiais” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Outro exemplo da utilização de termos em declarações e convenções que dispõem sobre os direitos das pessoas com deficiência e que atualmente são inadequados é a Convenção de Guatemala de 1999, já abordada anteriormente, e que em seu próprio título utiliza o termo “pessoas portadoras de deficiência”: “Convenção Interamericana para eliminação de todas as formas de Discriminação contra as pessoas Portadoras de Deficiência” (GUATEMALA, 1999).

E é a partir de mais pesquisas e estudos sobre a temática, além de mais atenção e visibilidade aos direitos das pessoas com deficiência que as legislações irão tratar desse grupo com cada vez mais respeito e dignidade, bem como promover mais meios de obter a integração ou reintegração desses indivíduos na vida social. Além disso, a sociedade será capaz de se referir, bem como de interagir com as pessoas com deficiência da maneira mais respeitosa e empática possível.

A sociedade brasileira é um exemplo de sociedade que precisa olhar para esse grupo de forma mais empática e inclusiva. A partir de agora, será realizada uma abordagem acerca da legislação do país sobre o direito das pessoas com deficiências, especialmente do direito à educação inclusiva.

### **4.3 Legislação brasileira e a mediação escolar inclusiva**

Um dos principais documentos vigentes que reúne leis mais específicas para pessoas com deficiência no Brasil consiste na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), Lei 13.146/2015. No entanto, a título de exemplo, vale destacar a

existência de outras legislações, como: a Lei da Acessibilidade (Lei n. 10.098/2000), a Lei da Língua Brasileira de Sinais (Libras) (Lei n. 10.436/2002), Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n. 8.899/1994) e entre tantas outras que dispõem sobre os direitos das pessoas com deficiência.

Ainda estão inclusas na LBI, pautas sobre educação e mediação escolar inclusiva, dispostas no Capítulo IV do documento, referente à educação das pessoas com deficiência (BRASIL, 2015). Além disso, o Decreto n° 7.611 de 17 de novembro de 2011 dispõe, de maneira mais específica, acerca da educação especial e do atendimento educacional especializado para esses indivíduos (BRASIL, 2011). Desse modo, as leis e decretos que dispõem sobre a garantia da educação às pessoas com deficiência e a mediação escolar inclusiva serão o foco da seção do capítulo em questão.

A Constituição Federal dispõe sobre os direitos de pessoas com deficiência, abordando questões sobre previdência social, direitos trabalhistas, assistência social, bem como a pauta da educação, principalmente em relação ao atendimento especializado, disposto no Capítulo III, Seção I, art. 208: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino [...]” (BRASIL, 1988).

Percebe-se, então, a preocupação referente à garantia de acesso ao ensino para pessoas com deficiência nos ambientes escolares, destacando o atendimento educacional especializado. Apesar dessa garantia proporcionada pela Constituição, não é suficiente para promover o devido acesso à educação de qualidade para as pessoas com deficiência, uma vez que não é explicado de que forma esse “atendimento educacional especializado” deve ser realizado, gerando uma ideia muito vaga desse aspecto.

Ainda que a Constituição tenha feito uso do termo “portadores de deficiência”, já que na época em que foi promulgada havia pouca discussão acerca da problemática desse vocábulo, bem como tenha utilizado a questão do “atendimento educacional especializado” de forma vaga, foi extremamente relevante a atenção dada à educação das pessoas com deficiência. De fato, não foi uma temática muito aprofundada, mas foi um bom começo para a elaboração de outras legislações e decretos voltados para a educação de pessoas que possuem qualquer tipo de deficiência.

Como já foi abordado anteriormente, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 (BONFIM, 2018, p. 12) e apresenta direitos mais específicos em relação à educação das pessoas com deficiência, dispostos no art. 24 do documento.

O primeiro item do artigo dispõe acerca dos objetivos da garantia da educação de qualidade para esse grupo e o segundo item apresenta como esses objetivos devem ser realizados, como por exemplo, é preciso que “medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena” (BRASIL, 2009).

O terceiro item aborda questões mais concretas em relação à realização desses objetivos:

3. Os Estados Partes assegurarão às pessoas com deficiência a possibilidade de adquirir as competências práticas e sociais necessárias de modo a facilitar às pessoas com deficiência sua plena e igual participação no sistema de ensino e na vida em comunidade. Para tanto, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas, incluindo: a) facilitação do aprendizado do braille, escrita alternativa, modos, meios e formatos de comunicação aumentativa e alternativa, e habilidades de orientação e mobilidade, além de facilitação do apoio e aconselhamento de pares; b) facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade linguística da comunidade surda; c) garantia de que a educação de pessoas, em particular crianças cegas, surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social (BRASIL, 2009).

O quarto item dispõe sobre métodos adequados para empregar professores, com ou sem deficiência, habilitados para o ensino da língua de sinais e do braile, bem como para o uso de meios inclusivos de ensino que atendam às necessidades educacionais de estudantes que possuem deficiência. Por fim, o quinto item presente no Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, garante que o Estado deve assegurar que as pessoas com deficiência tenham o acesso à educação em geral, incluindo ensino superior, capacitação profissional, ensino técnico e educação para adultos, sem discriminação e promovendo a igualdade de condições no âmbito educacional. (BRASIL, 2009).

A incorporação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência na Legislação brasileira foi de extrema importância para os cidadãos do país que possuem deficiência, uma vez que tal incorporação promove maior visibilidade às demandas desse grupo, bem como maior inclusão na sociedade, principalmente na

educação, através de medidas específicas para isso, como foi demonstrado anteriormente pela Convenção.

Antes de prosseguir, é importante citar a incorporação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, mais conhecida como a Lei da Língua Brasileira de Sinais ao documento de Legislação Sobre Pessoa com Deficiência. O artigo 4º dessa Lei dispõe acerca da garantia do ensino de LIBRAS no sistema educacional do país. A legislação referente ao ensino da LIBRAS promoveu um passo extremamente importante para a garantia de direitos voltada à comunicação de pessoas que possuem deficiência auditiva, bem como para fornecer maior visibilidade a esse grupo. Posteriormente, outras legislações relacionadas aos direitos de pessoas com deficiência também abordaram questões relacionadas ao fornecimento de materiais voltados para o ensino da linguagem de sinais nos sistemas educacionais do país, suscitando, assim, ações mais concretas em relação à temática.

Uma das legislações mais importantes acerca da temática de direitos das pessoas com deficiência consiste na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, mais conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência. Tendo como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a LBI define o conceito de pessoas com deficiência. E para tanto, leva em consideração os aspectos biológicos, psicológicos e sociais, atendendo em maior escala às necessidades desse grupo. Em relação à educação, a LBI deixa bem claro que é dever do poder público garantir o acesso à educação de qualidade para as pessoas com deficiência. Ainda dispõe no artigo 28 acerca do atendimento especializado aos estudantes que possuem deficiência:

III – projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia; [...] VII – planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva; [...] X – adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado; XI – formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio; [...] XVII – oferta de profissionais de apoio escolar; (BRASIL, 2015).

Apesar de não utilizar o termo “mediação escolar inclusiva”, o fato de ter abordado a questão do atendimento educacional especializado foi imprescindível para a ampliação dos direitos e da inclusão de pessoas com deficiência no ambiente educacional, bem como para uma maior discussão e visibilidade em relação à temática.

A figura do mediador é bastante necessária dentro desse contexto, pois permite que o estudante com deficiência atinja seus objetivos de maneira mais rápida e eficaz, além de poder auxiliá-lo no processo de socialização, exatamente por conta do contato frequente proporcionado pelo mediador escolar (MOUSINHO, *et al*, 2010).

Ainda nesse cenário, é possível que a expressão “atendimento educacional especializado” não seja totalmente satisfatória para a discussão acerca de acompanhamento específico para estudantes com deficiência. Isso porque, é difícil compreender como seria esse atendimento, circunstância na qual o termo acaba se tornando um tanto vago.

Já o termo “mediação escolar inclusiva” especifica melhor como esse atendimento deve ser feito, isto é, é fundamental a presença de um mediador escolar que promova meios para que a inclusão das pessoas com deficiência seja garantida. Assim, é fundamental a presença de um profissional que atue como um intermediário entre o estudante e as experiências vivenciadas por ele no ambiente escolar (MOUSINHO, *et al*, 2010). Por isso, a importância da mediação, do mediador e da maior utilização de tais termos, não só no cotidiano, mas também nas legislações que abordem a temática.

A LBI trouxe, também, outros aspectos acerca dos direitos das pessoas com deficiência na legislação brasileira. Além da abordagem do atendimento educacional especializado e da definição de “pessoa com deficiência” a partir de questões biológicas, psicológicas e sociais, a legislação também dispôs sobre a oferta do ensino de LIBRAS, do sistema Braille e de outras medidas que auxiliem o aprendizado (art. 28, incisos IV, X e XII), bem como sobre os direitos de outras áreas, como direito à saúde, moradia, habilitação e reabilitação profissional, trabalho, etc.

Tal legislação foi, de fato, extremamente importante para os direitos relacionados à educação inclusiva das pessoas com deficiência, influenciando, também, na criação de mais legislações direcionadas ao tema em questão. Dessa forma, foi elaborado o Decreto

nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 que “dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências” (BRASIL, 2011).

Além dos objetivos gerais apresentados para a aplicação da educação inclusiva destinada aos estudantes que possuem deficiência, o decreto aborda aspectos mais específicos em relação à execução desse processo de inclusão, como no artigo 5º que dispõe acerca do apoio financeiro e técnico que a União deve oferecer aos Estados, Municípios, Distrito Federal, bem como a instituições filantrópicas, confessionais e comunitárias para garantir a distribuição e o aprimoramento da educação inclusiva no país.

Após a exposição dos direitos constados no Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, é possível verificar que tal legislação foi mais específica e trouxe soluções mais concretas para promover o acesso à educação de qualidade para as pessoas com deficiência no país. Assim, a proposta de salas de recursos multifuncionais, a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições de ensino, bem como a distribuição de materiais que auxiliam na inclusão do Braille e da linguagem de sinais nos ambientes educacionais são imprescindíveis para a garantia de uma educação inclusiva e acessível.

É imprescindível, por exemplo, garantir o ensino educacional especializado para pessoas com deficiência, promover a distribuição de materiais adaptados para o sistema Braille e da linguagem de sinais, bem como a garantia de meios que, de fato, possam integrar o estudante com deficiência no ensino superior, levando em consideração a individualidade de cada estudante pertencente a este grupo. Dessa forma, o ambiente educacional precisa ser inclusivo e acessível para o estudante com deficiência desde o momento de sua entrada até o momento de conclusão do curso, não apenas nas vagas ofertadas pelas instituições ao prestar os respectivos processos de ingresso.

Ainda na esfera de direitos educacionais para pessoas com deficiência, em 2012, foi sancionada a Lei que dispõe sobre os direitos de pessoas que apresentam o Transtorno do Espectro Autista (TEA), consistindo na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Esta legislação também dispõe acerca dos direitos à educação inclusiva e de qualidade e, também, em relação ao ingresso dos estudantes com autismo nos ambientes educacionais.

É de extrema relevância a presença de uma lei direcionada especificamente aos indivíduos que possuem TEA, uma vez que seus direitos se tornam mais abrangentes,



pois, além da legislação voltada para o grupo, existe a proteção dos direitos e das garantias promovidas pelas outras legislações já citadas, que dispõem sobre os direitos de pessoas com deficiência, incluindo de pessoas que possuem o TEA.

Ademais, a garantia da mediação escolar, isto é, do atendimento educacional especializado, como está disposto e reforçado pela Lei nº 12.764, torna-se imprescindível para esses estudantes, já que é de suma importância a oferta de um acompanhamento educacional que valorize a singularidade desses indivíduos, abordando métodos de ensino que atendam às necessidades de cada um deles. Muitas vezes, o estudante que possui TEA não consegue se adaptar ao ensino fornecido pelas escolas e, por isso, a grande importância do atendimento educacional especializado do qual dispõe a Lei.

Em relação a esta falta de profissionais para o atendimento educacional especializado, ou seja, para a mediação escolar inclusiva, o Estado brasileiro garante esse direito constado nas legislações já estudadas, bem como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) que aborda, também, o direito ao atendimento educacional especializado gratuito para estudantes com deficiência (Art. 4º, III). Além disso, o artigo 59º descreve de forma clara e objetiva como deve ser esse atendimento:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; (BRASIL, 2005).

Ademais, o parágrafo único do art. 60º afirma que o poder público deve adotar medidas que ampliem o atendimento educacional especializado para estudantes com deficiência na rede pública de ensino. Sendo assim, é válido afirmar que as pessoas com deficiência possuem boa parte dos seus direitos previstos em várias legislações, tanto nacionais quanto internacionais (BRASIL, 2005).

No entanto, mesmo com todas essas garantias, a Lei nº 9.394/96 não dispõe acerca da contratação de um profissional que atue diretamente com o estudante, prestando suporte pedagógico. Já a LBI (Lei nº 13.146/15) contempla o auxílio às atividades da

rotina do estudante com deficiência, o que se encaixa na ocupação de cuidador, além de abranger diversas atividades pedagógicas.

A Lei do Autismo (Lei nº 12.754/12), embora disponha acerca da contratação de um acompanhante especializado para os alunos que possuem TEA, desde que comprovada a necessidade, não especifica a formação ou qualificação desse profissional. Ainda nessa conjuntura, o Decreto nº 8.368/14, responsável por regulamentar a Lei do Autismo, também não prevê o auxílio pedagógico, mas dispõe sobre cuidados pessoais e auxílios na comunicação e interação social do estudante, desde que essa necessidade seja comprovada.

Dessa forma, é preciso pôr em prática o que já é disposto nas legislações do país, através de uma maior fiscalização do poder público, bem como das próprias prefeituras em seus respectivos municípios. É necessário, também, revisar algumas dessas legislações para que determinados direitos possam ser garantidos e colocados em prática. Um exemplo disso, seria definir a qualificação profissional exigida aos profissionais de acompanhamento especializado dispostos na Lei do Autismo.

Como foi abordado anteriormente, a Convenção de Direitos sobre Pessoa com Deficiência proíbe a segregação dos estudantes com deficiência nas instituições de ensino, mas ainda assim tal ato é realizado no país. Assim como o direito à atendimento educacional especializado é garantido por lei, mas ainda ocorre a falta de qualificação desses profissionais, bem como a quantidade reduzida de profissionais dessa área nas instituições de ensino do país.

Por isso a importância da discussão acerca das legislações referentes à temática, pois fornece maior visibilidade a esse grupo, bem como garante um maior estímulo às fiscalizações acerca do cumprimento do que é disposto nas legislações vigentes no país. Assim, os direitos voltados para a educação das pessoas com deficiência poderão, de fato, ser assegurados e efetivados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após a exposição das várias legislações mundiais e nacionais referentes ao tema de direitos das pessoas com deficiência, com mais ênfase no direito à educação, foi possível verificar um grande avanço voltado para as políticas públicas idealizadas para

esse grupo, bem como a preocupação acerca do acesso ao ensino de qualidade para esses indivíduos. Entretanto, apesar dos avanços e da inclusão abordada pelas legislações, a realidade brasileira ainda é bastante divergente.

Muitos ambientes educacionais ainda não são devidamente qualificados para acolher estudantes que possuem deficiência. Algumas escolas não adaptam seus currículos para a garantia de uma maior inclusão, como por exemplo, há a oferta reduzida do ensino da LIBRAS e do sistema Braille nas escolas do país, que são garantidos por várias legislações nacionais já abordadas, bem como a falta de profissionais qualificados para auxiliarem no desenvolvimento do estudante com deficiência e a presença da segregação em alguns sistemas de ensino. Tais fatos foram estudados e verificados em uma pesquisa realizada pela Human Rights Watch, na qual demonstrou um nível considerável de segregação presente em instituições educacionais do Brasil (HUMAN RIGHTS WATCH, 2018).

Essa segregação seria caracterizada, por exemplo, por salas de aula ou até mesmo instituições exclusivas para estudantes com deficiência (HUMAN RIGHTS WATCH, 2018). Este não é o caminho para a garantia da inclusão. É preciso que os estudantes com deficiência mantenham contato com os que não possuem, exatamente para ajudar no desenvolvimento pessoal, na socialização, bem como para saber conviver com a diversidade presente na sociedade.

A Convenção de Direitos sobre Pessoa com Deficiência, que está incorporada na Constituição brasileira, como foi visto anteriormente, proíbe a exclusão de estudantes com deficiência do sistema de ensino geral (art. 24º, II – a). Além disso, a pesquisa realizada pela Humans Rights Watch no Brasil acerca das condições do ensino voltado para estudantes com deficiência, apontou que o ambiente segregado causava danos ao desenvolvimento da criança, além de gerar transtornos afetivos justamente pela falta de um atendimento individualizado para cada estudante (HUMAN RIGHTS WATCH, 2018).

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BEYER, H.O. Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas. In: BAPTISTA, C. R. (Org.). Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BONFIM, S.M (org.). Legislação sobre Pessoa com Deficiência. 8º. ed. atual. Brasília: Edições câmara, 2018. 158 p. ISBN 978-85-402-0354-9.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Brasília, DF, 6 nov. 1992.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2009. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 nov. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Lei Orgânica da Assistência Social, Brasília, DF, 21 set. 2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 2000.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 abr. 2002.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

CHRISPINO, A. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/TytpKNQ94yYRNYmhqBXTwxP/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 22 out. 2020.

DAMASCENO, LRS. Direitos humanos e proteção dos direitos das pessoas com deficiência. Evolução dos sistemas global e regional de proteção. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 20, n. 4320, 30 abr. 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/32710>>. Acesso em: 26 mar. 2021.

FARIAS, IM.; MARANHÃO, RVA; CUNHA, ACB. Interação professor-aluno com autismo no contexto da educação inclusiva: análise do padrão de mediação do professor com base na teoria da experiência de aprendizagem mediada (Mediated Learning Experience Theory). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/yP3fxxtVtksKbz8VHyXfCtM/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

GARCIA, RMC. Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e a Formação Docente do Brasil. Disponível em: <<http://ppees.ufms.br/wp-content/uploads/2016/02/garcia-2013.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

HOUAISS, A. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2009.

HUMAN RIGHTS WATCH. “Eles ficam até morrer”: Uma vida de isolamento e negligência em instituições para pessoas com deficiência no Brasil. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/report/2018/05/23/318010>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

MACHADO, AM. Ética, Subjetividade e Formação docente: políticas de inclusão em questão. Disponível em: <[http://27reuniao.anped.org.br/diversos/se\\_adriana\\_marcondes\\_machado.pdf](http://27reuniao.anped.org.br/diversos/se_adriana_marcondes_machado.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2020.

MOUSINHO, R. *et al.* Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia, Rio de Janeiro, RJ, ano 2010, v. 27, n. 82, 13 abr. 2010.

ONU. Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, 1975. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec\\_def.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: UNESCO, 1994.

\_\_\_\_\_. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

RECIFE. Lei Orgânica de 4 de abril de 1990. Recife: Câmara Municipal do Recife, 1990.

ROAF C. Learning support assistants talk about inclusion. In: Nind M, Rix J, Sheehy K, Simmons K, eds. Inclusive education: diverse perspectives. London: David Fulton; 2003. p. 221-40.

RODRIGUES, J. PcD, PNE, afinal, que termo usar para Pessoas com Deficiência? Disponível em: <<https://pcdmais.com.br/pcd-pne-afinal-que-termo-usar-para-pessoas-com-deficiencia/>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

SANTOS, BS Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003: 56.

SASSAKI, RK Inclusão, Construindo uma Sociedade para Todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SERPA, M.N. Mediação e novas técnicas de dirimir conflitos. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (coord.) Repensando o direito de família: anais do I congresso brasileiro de direito de família. Belo Horizonte: Del Rey, 1999, p. 3555-394.

SILVEIRA, F.F.; NEVES, M. M. B. da J. Inclusão escolar de crianças com deficiência múltipla: concepções de pais e professores. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 79-88, jan./abr.

SÜSSEKIND, A.L. Convenções da OIT, 2ª edição, Ed. LTR. 1998. p. 338.

**Capítulo 28 - DOI:10.55232/10830012.28**

**AS PRÁTICAS MÁGICAS NO COMBATE DE DOENÇAS.**

**Natalia Viana Alves Silva e Priscila Gontijo Leite**

**RESUMO:** Com caráter informativo, o principal objetivo da comunicação é inserir o leitor no universo do Egito Antigo evidenciando o uso dos encantamentos mágicos e rituais junto com a medicina no combate de doenças. Para isso, é necessário entender que a estrutura política e social egípcia girava em torno da figura central do faraó. Cabia ao faraó manter a ordem e estabelecer a paz. Os egípcios foram revolucionários no ramo da medicina e já realizavam pequenas cirurgias. Era comum a especialização dos médicos para cada região do corpo, pois seu conhecimento sobre a anatomia humana era abrangente. Eles acreditavam que a causa das doenças estava relacionada aos espíritos ruins, então, para se manter imune era necessário passar por alguns rituais. Baseado em uma leitura bibliográfica, a comunicação irá abordar a temática dessas práticas mágicas no combate das doenças na região dos olhos.

**Palavras-chave:** Egito Antigo, medicina e doenças.

## **INTRODUÇÃO**

A sociedade egípcia estava organizada de forma sistemática, tendo a figura central o faraó. Imbuído de prestígio e poder, o faraó tinha a responsabilidade de estabelecer a ordem e sua figura estava ligado ao divino. Os egípcios acreditavam que o faraó era o próprio deus, encarregado de constituir a paz e manter o equilíbrio, além de estabelecer um vínculo com a natureza. “A figura do faraó ocupa uma posição central não só no domínio da religião mas também no da arte e da história do antigo Egito” (DONADONI, Sérgio, 1994, p.239). Além da figura central do rei, o quadro social dessa época se articulava na figura dos escribas e sacerdotes, escravos, soldados e artesãos, camponeses e escravos.

A figura social do escriba estava interligada diretamente com a escrita e a linguística. Os escribas eram encarregados de manipular os textos escritos, sua função foi de extrema importância para a criação dos textos religiosos da época. A religião egípcia tem uma forte ligação com o sacerdócio, tal proximidade estava ligada com o significado social dos sacerdotes. Eles eram vistos com bons olhos diante da sociedade egípcia, sua imagem estava relacionada ao equilíbrio, a paz que era visível nos sacerdotes estava ligada a sua forte proximidade com o divino. Sendo assim, os sacerdotes eram bons exemplos de vidas e deveriam ser um espelho a ser seguido.

Constituindo uma parcela menor da sociedade, os soldados exerciam uma função de manter a ordem estabelecida pelo faraó. Outro componente que constitui o quadro social da época é o escravo, boa parte dos escravos eram os prisioneiros de guerra e em alguns casos específicos chegavam a desempenhar a função de soldado. Além das categorias já citadas podemos visualizar os camponeses e artesãos. Ligados diretamente com a agricultura, os camponeses eram a espinha dorsal na escala social egípcia. “O camponês situava-se no degrau inferior da escala social, era uma molécula da enorme massa de gente vulgar, indistinta, que constituía a maioria da população egípcia”. (DONADONI, Sérgio, 1994, p.15). Por outro lado os artesãos estavam relacionados com a arte, trabalhavam de forma manual e a profissão era passada de pai pra filho.

O surgimento da medicina está atrelado a necessidade da busca de soluções práticas que auxiliassem o doente na cura de sua doença. Essas soluções ocorriam através de medicamentos, pomadas e encantamentos mágicos. Para isso, era necessário um bom conhecimento do corpo humano.



A medicina no Egito Antigo desde o princípio teve uma relação intrínseca com as práticas religiosas. Um componente importante da religião era a magia - Heka. – e as práticas médicas tinham uma forte ligação com ela: “Heka aparece nos textos como significando uma força, potência, e é, na maioria dos casos, acompanhada de sua divina personificação, a divindade da magia, o deus *Heka*. Também traduzido como mago, ou mago ancião.” (MACHADO, 2019, p.23). Para os egípcios, a magia representava uma força cósmica primária e toda a relação social estaria ligada a essas práticas mágicas. Assim, Heka, ajudava na estruturação da sociedade egípcia e tinha o papel no cosmos por estabelecer a ordem.

Com uma cultura enrijecida pelas crenças religiosas, os egípcios foram os pioneiros em vários campos da medicina. Tinham um grande conhecimento sobre a anatomia do corpo e um controle sobre a manipulação de medicamentos. O uso de plantas medicinais e a manipulação de remédios também era algo presente nessa sociedade, isso contribuiu para aprimorar as técnicas terapêuticas dessa civilização. Com o surgimento da anatomia, surge a necessidade da especialização dos médicos egípcios. Já era possível visualizar médicos especializados para cada região do corpo. Segundo Rogério Ferreira, as doenças dos olhos, as doenças dos dentes e dos ossos, bem como as doenças dos órgãos internos e as doenças da pele parecem ter merecido a atuação de médicos especialistas. (FERREIRA, 2003, p. 65).

Portanto, os procedimentos medicinais adotados pelos egípcios contribuem para a compreensão acerca das crenças religiosas, e vice versa pois eles acreditavam que as doenças eram causadas por espíritos malignos e não por causas naturais. Dessa maneira, era muito comum utilizarem a magia associada a religião para o tratamento de doenças. Os registros desses procedimentos ficam visíveis no *Papiro de Ebers*.

O *Papiro de Ebers* é um dos tratados médicos mais antigos, datado aproximadamente de 1.500 a.C. Consiste num rolo de cerca de 20 metros de comprimento e 30 cm de altura, com 110 páginas. Contém mais de 700 fórmulas mágicas e alguns remédios, bem como encantamentos para ajudar no tratamento do doente. Atualmente o papiro se encontra na Universidade de Leipzig e recebeu esse nome em 1873, em forma de homenagem ao monge alemão Georg Ebers. Os encantamentos contidos no papiro

davam um suporte ao doente, possibilitando o paciente de expulsar o demônio<sup>1</sup> que estava lhe causando toda essa má sensação. Em boa parte, o tratamento com encantamentos tinha um resultado positivo pois, o paciente conseguia a cura para a sua doença, tanto fisicamente, quanto psicologicamente.

Como parte do ofício do historiador, devemos olhar para essas práticas mágicas com bastante cuidado para não cair no anacronismo. Tais práticas eram utilizadas para obter uma determinada finalidade: a cura do paciente. O médico ao realizar o atendimento do paciente deveria recitar os encantamentos mágicos com o auxílio de plantas e outros componentes. Os encantamentos sofrem variações conforme a necessidade do paciente.

A especialização dos médicos era fundamental, em sua maioria, havia toda uma preparação educacional para ser médico. No primeiro momento eram os sacerdotes que exerciam esse papel de ser médico e sua principal função era redigir os livros médicos. Sua formação ocorria na Casa da Vida, um espaço voltado para a preparação dos sacerdotes na área médica.

### **A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DE HISTÓRIA ANTIGA**

A respeito da região do Egito poucas obras são desenvolvidas em solo brasileiro, apesar do excepcional trabalho de Ciro Flamarion Cardoso. Esse quadro passou por algumas alterações nesses últimos anos. Alguns trabalhos já são desenvolvidos por egiptólogos brasileiros, nas universidades essa temática ganha espaço com alguns grupos de estudos como: LAOP (Laboratório do Antigo Oriente Próximo), MAAT (Núcleo de Estudo de História Antiga), LEAO (Laboratório de Estudos da Antiguidade Ocidental), GEHA (Grupo de Estudos em História Antiga). Infelizmente o número de especialistas brasileiros ainda é muito tímido.

Alguns trabalhos já são desenvolvidos nas universidades brasileiras com a perspectiva voltada para a História Antiga. Um forte exemplo é o artigo desenvolvido por Victor Braga nos anais da ANPUH de 2018, o artigo faz um breve levantamento acerca do ensino de História Antiga nas escolas públicas de João Pessoa. Outro trabalho que apresenta a temática de História Antiga é o artigo desenvolvido pela Professora Priscila Gontijo, onde é trabalhado a importância do ensino de História Antiga na educação básica. O artigo faz

---

<sup>1</sup> Entende-se por demônio os espíritos maus, causadores de doenças. Os egípcios acreditavam que os demônios eram a principal causa das doenças do corpo e da alma.

uma crítica ao modelo inicial da BNCC (Base Nacional Curricular Comum) que tinha o intuito de retirar o ensino de história antiga e medieval na formação escolar.

O olhar geral que predomina sobre essa civilização ainda é de distanciamento. Um dos principais questionamentos desse trabalho é: Qual o motivo desse sentimento de distanciamento? Percebendo a importância de contribuir para o conhecimento sobre o povo egípcio antigo, esse estudo pretende apresentar o universo da medicina egípcia e sua relação com a religião a partir de suas práticas mágicas na cura de doenças na região dos olhos. Desmistificando o olhar contemporâneo que muitas vezes associa esses métodos mágicos acerca de simpatias, vodum<sup>2</sup>, bênçãos e orações.

Para tanto, também é necessário analisar a figura do médico no Antigo Egito e sua representação, bem como a relação médico e paciente. Nesse último ponto, na maioria das vezes o médico visitava o doente na sua residência, ofertando a assistência necessária ao doente. “O médico no Antigo Egito era então, por excelência, um pilar de sabedoria, um mago conhecedor dos segredos da Natureza que, através da sua acção, permitia a manifestação dos poderes dos criadores e regeneradores do Cosmos junto dos homens do seu tempo.” (FERREIRA, 2003, p. 67). Contudo, a posição social do médico passou por modificações no decorrer da história. Agora a figura do médico está imbuída de prestígio e status. A relação com o paciente também se modificou ao longo da história, deixando para trás a assistência que em alguns momentos acontecia na própria casa da pessoa fragilizada.

Sendo assim o estudo visa contribuir no conhecimento acerca das práticas mágicas no combate de doenças no Antigo Egito, ressaltando a importância de se estudar a medicina egípcia para uma melhor compreensão da figura do médico e sua mudança no quadro social, sendo perceptível algumas praticadas médicas que ainda são utilizadas hoje. Além da área médica, o trabalho propõe evidenciar o estudo da religião egípcia visando contribuir para o conhecimento da sociedade egípcia.

## **OFTAMOLOGIA NO ANTIGO EGITO**

Nas escrituras hieroglíficas a expressão *sunu* estava interligada ao ofício de ser médico. Sendo assim, as pessoas que exerciam as práticas curativas nos enfermos se

---

<sup>2</sup> A compreensão da palavra vodum está relacionada a um tipo de crença religiosa.

enquadravam nesse quesito. Segundo o Papiro de Ebers, havia uma hierarquia social e uma variedade nas especialidades dessa profissão. Essa hierarquia estava ligada diretamente a classe social do paciente.

Os *sunu*, eram os médicos que tinham um conhecimento empírico e praticavam seus feitos através de papiros médicos. Além do *sunu*, temos os *Nabu nu Sekhmet*, eram os sacerdotes de Sekhmet, através do elo sacerdotal exerciam um poder religioso sobre o paciente. Os egípcios recorriam a eles quando a causa da doença estava relacionada ao divino. Outro grupo de médicos comuns nesse período são os *Sau*, cercados pelo mundo da magia, utilizavam encantamentos e feitiços na cura de doenças.

No que concerne as doenças na região dos olhos, os relatos mostram que as mais comuns eram as infecções, tais como, cegueira noturna, tracoma, catarata e distorções das pálpebras. A proliferação das doenças acontecia de forma rápida, pois o ambiente era favorável, levando em consideração que nesse momento a higiene não era algo tão forte e a dieta não era tão balanceada. Ao tratar da medicina egípcia, Manuel Cuenca e Raquel Barba deixa isso claro: “Las condiciones higiénicas y el clima favorecían la proliferación de insectos, por lo que quizá el agente del tracoma encontraba las condiciones ideales para su difusión.” (ESTRLLA, BARBA, 2010, P. 161-162).

## **OBJETIVOS**

Compreendendo a necessidade de um estudo elaborado sobre uma civilização tão rica em conhecimentos médicos. O principal trabalho busca mostrar ao leitor como eram alguns dos procedimentos mágicos que os egípcios utilizavam no combate à doença. Analisando a relação dessa civilização com a magia e o seu uso. Desse modo, veremos como essas práticas mágicas tiveram uma grande contribuição na área médica nos tratamentos terapêuticos no Antigo Egito. Os egípcios faziam uso das plantas, alguns medicamentos, fórmulas e encantamentos até mesmo algumas práticas mágicas para obter sucesso contra as doenças do corpo e da alma.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Ao estudar uma civilização tão rica de cultura e religião junto a uma forte ligação com o místico, a sociedade egípcia tem uma ilustre história marcada por conquistas. Na

área medicinal, algumas dessas conquistas refletem no quadro médico contemporâneo. Nessa concepção, essa pesquisa busca mostrar algumas das práticas mágicas utilizadas pelos egípcios antigos no combate das doenças do corpo e da alma. Visando transmitir ao leitor como se articulavam a relação da magia – Heka, no combate das doenças. Enfatizando como a magia estava conectada de forma direta com a religião e como esse conceito vai além da nossa compreensão de magia.

Partindo do aspecto social, a pesquisa possui um caráter bibliográfico. Com a perspectiva de envolver o leitor na civilização egípcia. Em meus horários de exploração sobre o tema fiz várias leituras de artigos, livros, periódicos e dissertações de mestrado para uma melhor orientação sobre o tema. Realizei uma seleção do material que irá nortear o trabalho e para entender como era o funcionamento das fórmulas mágicas adotadas pelos egípcios irei utilizar o *Papiro de Ebers*, que contém mais de 700 fórmulas mágicas para o combate de doenças dos mais variados tipos. As fontes serão de cunho primário. A escolha de um papiro como fonte primária deverá vir acompanhada de um olhar atencioso e criterioso do historiador, faz parte desse processo analisar o ano de criação do papiro, as traduções mais relevantes. É importante observar o estado do material e sua localização atual.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O combate de doenças no Antigo Egito estava ligado de forma direta a magia. Na área médica, a prática de fórmulas e encantamentos mágicos no combate de doenças era algo presente nessa sociedade. Além da forte ligação com a magia, a religião teve uma grande contribuição para o conhecimento do corpo humano e no desenvolvimento da anatomia egípcia. O reflexo desse conhecimento está presente na variedade de médicos especialistas em cada região do corpo.

## **REFERÊNCIAS**

MACHADO, Tamires. ***Heka: magia, ideia e personificação. Uma análise conceitual de textos funerários do Egito Antigo.*** 2019. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas, 2019.

LIRA, Bruno. ALMEIDA, Emmanoel. **A Medicina Egípcia e a Influência das Crenças Religiosas no Tratamento Terapêutico no Antigo Egito.** Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/revistas/joinbr/trabalhos/TRABALHO\\_EV081\\_MD1\\_SA67\\_ID265\\_15092017204941.pdf/](https://www.editorarealize.com.br/revistas/joinbr/trabalhos/TRABALHO_EV081_MD1_SA67_ID265_15092017204941.pdf/) Acesso em: 16 de junho de 2019.

DONADONI, Sergio. **O Homem Egípcio.** 1º edição. Lisboa. Editorial Presença. 1994.

HENRIQUE, Thiago. **A Magia no Egito Antigo: Uma Proposta de Definição.** Disponível em: <file:///C:/Users/Nat%C3%A1lia%20Viana/Downloads/27280-96315-1-PB.pdf/> Acesso em: 16 de junho de 2019.

FERREIRA, Rogério. Os médicos no Antigo Egito: o simbolismo da prática médica. **Arquivos de Medicina.** p. 64-67.

BRANGAGLION, Jr. Junior. **Estudos de Egiptologia IV** – Rio de Janeiro: Editora Klínē, 2017.

JACQ, Christian. **O mundo mágico do Antigo Egito.** 2º edição. Rio de Janeiro. Editora: Bertrand Brasil, 2001.

GRUPO DE EGIPTOLOGIA DO LAOP, **LAOP.** Página Inicial. Disponível em:< <http://www.usp.br/laop/>> Acesso em: 20 de set. de 2019.

NUCLEO DE ESTUDO DE HISTORIA ANTIGA, **MAAT.** Página inicial. 2010. Disponível em:< <https://maatufrn.wordpress.com/>> Acesso em: 20 de set. de 2019.

GRUPO DE ESTUDOS EM HISTÓRIA ANTIGA, **GEHA.** Página Inicial. 2012. Disponível em:< <https://geha.paginas.ufsc.br/>> Acesso em: 20 de set. de 2019.

LABORATORIO DE ESTUDOS DA ANTIGUIDADE OCIDENTAL, **LEAO.** Página Inicial. 2017. Disponível em:< <http://www.ufrgs.br/leao>> Acesso em: 20 de set. de 2019.

ESTRELLA, Manuel. BARBA, Raquel. **Medicina en el Antiguo Egipto.** Alderaban Ediciones, S.L. 2004

CARDOSO, C. F. **O Egito antigo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

ESTRELLA, Manuel. BARBA, Raquel. **La Medicina em el Antiguo Egipto.** 2º Edição. Cuenca, S A. 2010

**Capítulo 29 - DOI:10.55232/10830012.29**

**CRIME CIBERNÉTICO CONTRA A MULHER: A  
EXPOSIÇÃO DA MULHER NA MÍDIA ATRAVÉS DOS  
CRIMES E A LEI 13.718/18**

**Tâmara Moura, Evellin Paesante Siqueira e Luciana Ferreira da Silva**

**RESUMO:** Com o avanço da tecnologia a sociedade passou por diversas transformações, não foi diferente com a formatação de uma comunidade virtual, onde todas as pessoas possuem à internet e utilizam as redes sociais devido a facilidade de acesso. Com isso, os crimes virtuais sexuais contra mulher tem sido uma realidade constante nesta sociedade. Sabe-se que a violência contra mulher é uma problemática que ocorre desde os primórdios da humanidade, tendo expandindo-se para os meios digitais, neste caso. Foi nessa perspectiva que se justifica a pesquisa, pois os crimes virtuais contra mulheres têm se alastrado porque os criminosos utilizam da internet com um meio mais seguro para atuar. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é demonstrar a exposição da mulher na mídia através da pornografia da vingança e como a legislação 13.378/18 está respaldada nesse cenário a fim de buscar soluções para proteção e prevenção das vítimas envolvidas. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, com finalidade de caráter exploratório, além de cunho descritivo, com abordagem qualitativa sobre os cibercrimes sexuais contra mulheres, sendo estudado sobre a principiologia constitucional protetiva aos direitos femininos, respaldado no princípio da dignidade da pessoa humana e sua proteção aos direitos à honra, à privacidade, à intimidade e à imagem. Conclui-se que a violência contra a mulher na internet é uma realidade, ocorrendo por meio da divulgação não consentida de conteúdo íntimo, sendo este real ou editado, por intermédio da pornografia de vingança ou por meio da obtenção ilícita desse conteúdo.

**Palavras-chave:** crimes cibernéticos, internet, privacidade, violência contra a mulher.

## **1. INTRODUÇÃO**

O acesso a Internet expandiu o alcance das informações, pois hoje quase todas as pessoas possuem acesso à Internet por meio de dispositivos eletrônicos. Seguindo essa linha de raciocínio, passou a existir uma sociedade virtual onde agora será preciso evoluir e adaptar-se a essas novas áreas de maneira responsável.

Diante do avanço tecnológico na área de novas tecnologias da informação e da comunicação, atos de violência passaram a se efetivar também no âmbito virtual com a divulgação de fotos, imagens, vídeos e textos que atentam contra a honra, a imagem, a privacidade e a integridade da mulher. Apostando na impunidade, inúmeros agressores inundam as redes sociais com este tipo de conteúdo, com a intenção de agredir, expor, vilipendiar, vituperar e difamar suas vítimas.

Inicialmente, cumpre destacar que a pornografia de vingança ocorre quando conteúdos sexuais são divulgados na internet sem o consentimento da vítima. Logo, mídias como fotos, vídeos e áudios são colocados a exposição para a sociedade.

Insta salientar, que a maioria dos casos tem como principais vítimas as mulheres. Assim, o agente ao divulgar tal conteúdo busca principalmente vingar-se dessa vítima, cometendo nessa hipótese um ato infracional que vem contra os direitos fundamentais, bem como os direitos de personalidade normatizados.

Neste sentido, muitos são os danos gerados a vítima, que diversas vezes não consegue ao menos dar continuidade a sua vida social devido tal exposição, visto que a internet se tornou um veículo de informação o qual muitos possuem acesso.

Tendo em vista a facilidade de esconder-se atrás de uma tela de computador ou celular juntamente com a dificuldade em localizar e punir os cibercriminosos, a Internet passou a ser um local de cometimento de muitos crimes, os quais muitas vezes não são punidos.

A finalidade dessa pesquisa é demonstrar que existe responsabilidade civil pelo assédio moral no serviço público e como os institutos legais já estão em vigor para os casos de assédio moral no âmbito da administração pública.

Há de se demonstrar o quanto o setor público necessita conhecer a realidade do assédio moral e o regime de trabalho, bem como as relações que são estabelecidas com suas devidas especificidades ligadas a esse setor.

Nesse contexto, os objetivos da pesquisa são avaliar a responsabilidade civil pelo assédio moral no serviço público, identificar os tipos de comportamentos agressivos mais



frequentes, verificar junto ao seu conceito, suas bases legais e jurisprudenciais para melhor entendimento e respostas com relação ao tema.

Partindo desse contexto, o trabalho busca realizar o estudo acerca das legislações que tratam do assédio moral e com isso passa a responder a seguinte pergunta: há responsabilidade civil pelo assédio moral no serviço público?

Diante da metodologia aplicada ao trabalho, o artigo é dividido em três importantes partes: o primeiro perpassa sobre a definição do fenômeno, sua caracterização e como acontece dentro das organizações; no segundo são demonstrados as normas legais de aparato para essa problemática e a importância de se ter uma legislação específica afim de melhorar na prática a resolução dos problemas ligados ao assédio moral no âmbito da administração pública, e por fim, o terceiro que trata da existência da responsabilização civil pelo assédio moral no serviço público e a importância da prevenção e combate da prática.

Em suma, trabalha-se com os servidores públicos e as nuances de determinadas situações ligadas ao assédio moral, pois algumas posturas e conflitos podem ser considerados ‘naturais’ e ‘legítimos’, devido a questões de hierarquia e das relações de poder estabelecidas no âmbito do mundo das organizações.

## **2. Crime cibernético contra mulher: um instrumento de pornografia de vingança**

Com a globalização e os avanços da tecnologia, a sociedade estará sempre em constante evolução. Porém algumas dessas evoluções não são tão benéficas se partimos do ponto da dignidade da pessoa humana. Neste caso, a pesquisa relata como esses avanços motivaram diversas formas de violência de gênero, principalmente a pornografia de vingança, que é o locus deste artigo.

A pornografia de vingança é uma conduta que viola sobretudo o direito à privacidade e a próprio dignidade sexual. Neste sentido, Buzzi (2015), entende que tratar do contexto histórico da pornografia de vingança requer, sobretudo, uma análise do processo social que acarretou o reconhecimento da sexualidade feminina como motivo de humilhação.

Nesse contexto, é importante mencionar que essas condutas potencializaram no cenário da pandemia do COVID-19, onde as violações do direito a imagem e a dignidade da pessoa humana nos espaços virtuais se intensificaram assumindo um destaque excepcional no dia a dia de muitas mulheres.

Outra questão a ser levantada é com relação as consequências dessas condutas que muitas vezes podem ser perpetuas e irreversíveis, pois um determinado conteúdo, após divulgado na Internet poderá permanecer ali por tempo indeterminado.

Isto posto, para elucidar a problemática é necessário passar pelo contexto histórico do crime cibernético. Sabe-se que o crime cibernético tem origem através da fusão entre as novas tecnologias e a globalização, embora esse resultado seja benéfico para alguns aspectos como: científicos, sociais e culturais, por exemplo, acontece da mesma forma para eclosão de outras implicações, sobretudo jurídicas.

A globalização advém de um “complexo processo de estreitamento das relações sociais, culturais, políticas e, especialmente, econômicas no mundo”, embora haja divergências acerca do seu surgimento (BARRETO, KUFA; SILVA).

Para a maioria dos historiadores econômicos, tal processo elevou-se no século que antecedeu o ano de 1914, reflexo do surgimento de novas tecnologias, concomitante a ideia de livre comércio e a adoção do ouro para fins financeiros em 1870, oportunizando a circulação de diversas moedas e comercio internacional. (BARRETO, KUFA; SILVA, 2020)

De acordo com Barreto, Kufa e Silva (2020), a internet surgiu em 1969, durante a Guerra Fria, oriunda da Advanced Research Projects Agency Network – ARPANet –, com fito de descentralizar as sensíveis informações e preservá-las na hipótese de um ataque nuclear pela até então União Soviética, bem como garantir a comunicação entre os soldados e as bases militares norte americanas.

No Brasil, essa tecnologia fora utilizada inicialmente em 1988, com objetivo restrito de pesquisas feitas pelo meio acadêmico e, posteriormente, em meados de 1994, através da empresa EMBRATEL, a internet passou a ser comercializada. (SILVA, 2016)

Contudo, apenas em 1995 o país passou a ser acessível a rede de internet, mediante provedores comerciais, através da portaria dos Ministérios da Comunicação, da Ciência e da Tecnologia, em 01 de junho do referido ano, tendo criado o provedor de acesso privado. (BARRETO, KUFA; SILVA, 2020)

Assim, como reflexo da eficácia da rede, em 2018, pelo menos em 97,1% dos domicílios brasileiros possuíam acesso à internet. Tal dado é imprescindível para entendermos a dimensão da inserção nesse ambiente. (IBGE, 2018)

Neste contexto, ao tratar dos reflexos da era digital na esfera do direito, Barreto, Kufa e Silva (2020), esclarecem que a fusão entre a conectividade e diversos dispositivos hábeis ao uso da internet corroboram para o surgimento de alterações culturais e de

comportamento, estas que também refletem no âmbito jurídico. Em razão dessas mudanças, discute-se, portanto, a criação do direito digital.

Assim, o crime cibernético, revela-se como resposta ao despreparo dos usuários quanto a segurança virtual e os perigos da conectividade, bem como a falsa sensação de ausência de problemas coadunado a dependência e o uso demasiado dessa rede. (BARRETO; KUFA; SILVA, 2020)

No que tange ao termo “cybercrime”, sabe-se que fora aludido inicialmente em 1995 por Susman e Heuston e, em 1997 fora novamente mencionado em relatório de comissão presencial constituída para analisar a proteção de infraestrutura crítica. (BARRETO; KUFA; SILVA, 2020)

Em 2001, o crime aplicado na rede de computadores passou a ser regido pela Convenção de Budapeste, criada pelo Conselho da Europa, com fito de apresentar os países signatários a forma como devem agir e tipificar essa modalidade de crime, com o objetivo de combater e controlá-los. Insta salientar que em 2019 o Brasil foi devidamente convidado a aderir essa convenção.

De acordo com Buzzi (2015), o termo “reveng porn”, traduzido para o português como pornografia de vingança, trata-se da publicação via internet de vídeos, imagens ou áudio de cunho privado sem a devida anuência, atravessando os limites da privacidade e do direito à imagem. Essa conduta se manifesta como meio contemporâneo de manutenção da ordem, com fito de punir as mulheres que viola o papel social que fora imposto, tendo tal conduta se moldado aos novos métodos de publicação e humilhação social que conhecemos hodiernamente.

Neste sentido, a Deputada Federal, Gleisi Hoffmann, enquanto exercia o cargo de Senadora, conceituou a pornografia da vingança ao fundamentar a Emenda Substitutiva do Senado ao Projeto de Lei nº 5.555/2017, identificado como PLC 18/2017, que inclusive subsidiou a construção do art. 218-C do Código Penal, advento da Lei 13.718/2018. Segundo ela, trata-se de violência de gênero configurada no momento em que o agressor, beneficiando-se das relações íntimas, utiliza os meios de comunicação, sobretudo as redes sociais, para disseminar cenas privadas de nudez com fito de constranger, humilhar, provocar, ameaçar, chantagear ou acarretar o isolamento social da vítima:

[...] É evidente que a agressividade expressa nesse tipo de conduta está relacionada à exigência social de que a conduta da mulher atenda as regras morais eivadas de hipocrisia e que culminam por minar a autonomia feminina, sua dignidade e seu direito sobre o próprio corpo. Infelizmente, uma prática tão aviltante, que deveria provocar rápida identificação e responsabilização de

seus autores, acaba sendo alastrada impiedosamente, por pessoas que compartilham as imagens sem refletir sobre os danos que elas acarretam. E são muitos esses danos. Nosso país registra suicídio de meninas decorrentes do vexame a que foram expostas nas mídias sociais, em razão da divulgação das imagens íntimas. [...] A “vingança pornográfica” é violência baseada em gênero e, de certo modo, corresponde à prática de tornar “falada” ou “mal afamada” uma mulher que ou se desnuda ou exerce sua liberdade sexual, enquanto o homem se sente, num contexto como esse, realizando e confirmado em sua macheza, ao expor a vítima ao julgamento de quem se compraz em fortalecer e cultivar essa cultura de dominação masculina (HOFFMANN, Gleici, PLC 18/2017, Câmara dos Deputados apud BIACHINI, BAZZO e CHAKIAN, 2020).

Consoante Bianchini, Bazzo e Chakian (2020), o termo “vingança pornográfica” é inclusive criticado por não versar sobre vingança *stricto sensu*, uma vez que pressupõe algo ruim ou errôneo para o agente que se vingue, ademais, a relação interpessoal consensual para satisfação sexual não configura pornografia.

No que tange o real surgimento dessa conduta, Buzzi (2015) destaca uma pesquisa feita por Sergio Messina, que em 2000 passou a identificar o crescimento de um novo gênero de pornografia dentre os usuários do site Usenet, uma antiga rede de comunicação virtual. Tal gênero, denominado “realcore pornography” ou pornografia amadora, versava de imagens e vídeos de ex-parceiras dos usuários que eram divulgadas no referido site.

Fora apenas em 2010, na Nova Zelândia, que ocorreu a primeira sentença condenatória em face da publicação de conteúdo pornográfico com fito de obter vingança em razão do término de relacionamento. Joshua Ashby, o autor do crime, tinha 20 anos na data do fato e foi condenado a quatro meses de cárcere, por ter disponibilizado na rede social Facebook uma imagem da sua ex-namorada sem roupas mediante invasão da própria conta da vítima. (BUZZI, 2015)

No que tange ao território brasileiro, não se sabe com certeza qual foi o primeiro caso de pornografia de vingança, contudo, destaca-se algumas situações que chamaram a atenção da mídia.

No âmbito do direito, destacam-se ainda a Lei nº 12.965, conhecida como Marco Civil da Internet, que surgiu com o objetivo de conter a prática de condutas ilícitas e a Lei nº 12.737/12, popularmente conhecida como “Carolina Dieckmann”, que trata de invasão de dispositivos informáticos, ambas serão trabalhadas posteriormente.

Por fim, foi mediante a publicação da Lei nº 13.718/2018 em 25 de setembro de 2018 que surgiu a tipificação do art. 218-C do Código Penal, este prevê a ilegalidade da divulgação de cena de estupro ou de estupro de vulnerável, sexo ou pornografia.

Neste contexto, por estar vinculada a uma relação de afeto com o agressor, sendo está uma relação íntima, familiar ou doméstica, a violência exercida faz com que as mulheres se sintam ainda mais vulneráveis em razão do sistema de desigualdade de gênero, se comparado a outros como geração, etnia ou classe. (BIANCHINI, BAZZO; CHAKIAN, 2020)

No que tange as maiores vítimas, é inquestionável que as mulheres se destacam. Neste sentido, o SaferNet, instituição de civil de direito privado sem fins lucrativos, que inclusive é parceiro do Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado da Bahia, Universidade Federal da Bahia, dentre outras instituições, indicou:

Em 2019, a central de denúncias recebeu e processou 7.112 denúncias anônimas de Violência ou Discriminação contra Mulheres envolvendo 3.336 páginas (URLs) distintas (das quais 901 foram removidas) hospedadas em 582 domínios diferentes, de 43 diferentes TLDs e conectados à Internet através de 871 números IPs distintos, atribuídos para 23 países em 5 continentes. As denúncias foram registradas pela população através dos 3 hotlines brasileiros que integram a Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos (SAFERNET, 2019)

Portanto, entende-se que a violência de gênero é o reflexo da discriminação e da distinta valorização dos papéis sociais. Diante de uma cultura machista que corrobora com a violência contra mulher tem-se a supervalorização social do papel do homem, bem como a subordinação feminina e conseqüentemente a conduta denomina de pornografia de vingança.

### **3. A proteção da imagem da mulher nos crimes cibernéticos**

Com as inovações tecnológicas e diante da facilidade do acesso à internet, esse meio está propício a veiculações utilizadas a possivelmente qualquer pessoa que possua acesso a algum provedor, seja qual for sua finalidade.

No entanto, diante do ordenamento jurídico e da evolução dos direitos individuais fundamentais, além da vigência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) (Lei 13.709/2018), que se utiliza de preceitos protetivos sobre os dados virtuais pautados na liberdade individual, e, o direito à privacidade, como garantia protetiva, mediante cláusula pétrea elencada pela Constituição Federal, ressalta-se limitações diante dessa liberdade cibernética uma vez que há legislações que operam para a proteção de direitos individuais que devem ser resguardados.

Dito isso, é importante verificar que sob essa subseção se objetiva nortear e elencar crimes em que mulheres diante de situações sofridas decorrentes de abusos sexuais e psicológicos no campo da violação à imagem, vítimas de crimes cibernéticos, que ferem diretamente a honra, a intimidade e a privacidade.

Assim, a abordagem escolhida foi caracterizada sob a proteção da imagem da mulher nos crimes cibernéticos e como o ordenamento jurídico se posiciona diante desses crimes cometidos diariamente, que se encontram em canais midiáticos como jornais, redes sociais.

O direito à imagem é reconhecido pela Constituição Federal de 1988 como direito individual fundamental e se encontra no artigo 5º, “X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”<sup>1</sup>.

Para tanto, aliado a esse direito reconhecido como cláusula pétrea à Constituição Federal, a legislação infraconstitucional e o entendimento jurisprudencial possuem respaldo acerca desse direito através de dispositivos que abarcam com propriedade as matrizes em questão, sobre o direito à imagem e à privacidade.

O Código Penal, em seus dispositivos elencados nos artigos 138 e seguintes, restou evidenciado sob a finalidade protetiva diante do direito à intimidade; resguardado à honra ao tipificar os crimes de calúnia, injúria e difamação<sup>2</sup>.

Além disso, essa legislação possui como dispositivos diretos relacionados a crimes cibernéticos elencados pelo artigo 154-A sobre a seção dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos, e, nesse dispositivo consta crimes de invasão de dispositivo informático como crime cibernético, incluído pela Lei nº 12.737, de 2012 (Lei Carolina Dieckmann) (BRASIL, 1940).

A criação da Lei nº 12.737 de 2012, conhecida por Lei Carolina Dieckmann, decorreu de o caso de violação à intimidade referente à atriz global Carolina Dieckmann, em que consistiu em um ataque realizado por um hacker que invadiu seu computador e possibilitou acesso a fotos da atriz, de caráter íntimo (CAMPOS, MELO, 2018).

---

<sup>1</sup> BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF, Senado Federal, 1988.

<sup>2</sup> BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

Essa lei retrata mudanças em alguns dispositivos do código penal para complemento ao que se relaciona a título de crimes cibernéticos uma vez que não havia dispositivos nessa legislação de especificidade da matéria (BRASIL, 2012).

Além disso, é importante observar que em consonância a esses dispositivos criados com a finalidade de robustecer o ordenamento jurídico ao tipificar a conduta ilícita praticada na Internet, observa-se, ainda, pelo projeto de lei de número 5555/2013, elaborado por João Arruda (PMDB/PR), o que compreende alteração de dispositivos elencados pela Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) sobre os crimes relacionados à invasão de privacidade e intimidade versada por dados despejados pelos cônjuges sobre a rede virtual, como meio de desavença e posterior vingança conjugal. Nesse caso, foi-se pensado em resguardar violações diretas (direito à privacidade e direito à intimidade) uma vez que são formas de violência doméstica (BRASIL, 2013).

Outra legislação que merece destaque nessa subseção é a Lei do Marco Civil na Internet (Lei 12.965 de 2014) que foi criada para estabelecer princípios e garantias sobre o uso da Internet, conforme se verifica em seu artigo 1º, da referida Lei. Essa legislação demonstra a evolução sobre garantia de direitos e deveres diante do uso da Internet uma vez que se utiliza de uma prevalência robusta de cuidados com o destinatário final, o usuário (BRASIL, 2014).

Apesar da criação da lei do Marco Civil da Internet ainda há certas falhas condizentes no ordenamento jurídico sobre o direito da Internet e como opera em relação a utilização de serviços disponíveis e sobre a responsabilidade que confunde muitos juristas.

Dessa forma, juristas operam ao analisar tal responsabilidade por meio de analogia uma vez que não resta claro as peculiaridades inseridas sob a rede ou quando não há legislação específica em detrimento do tema.

Prevê, por sua vez, Paulo Sá Elias que:

o Poder Judiciário, quando se depara com situações inusitadas, oriundas das conseqüências da informática e da atual tecnologia no direito e na sociedade, pode, na maioria das vezes, tranqüilamente, proferir justa decisão sem a preocupação da lacuna ou obscuridade da lei, na medida em que é possível, como sabido de todos, a possibilidade de aplicação de regra válida para hipótese semelhante e da utilização de pareceres técnicos fornecidos por peritos da área de informática no auxílio à formação do convencimento do Magistrado (ELIAS, 1999).

Com isso, ao elencar legislações que abarcam uma estrutura evidenciada para a proteção de direitos individuais fundamentais, diante de ambiente cibernético, vulnerável

e que possibilita o ensejo para práticas diante do fácil acesso a rede virtual, é necessário elucidar como a proteção à imagem da mulher é tratada diante dessa pauta. Inicialmente, ao perpassar pelo assunto, a menção sobre a Lei Carolina Dieckmann e diante do ataque sofrido pela atriz global responde a esses preceitos sobre violação de imagem em que a mulher se torna vulnerável diante das redes.

Outra legislação que ganha destaque diante da vulnerabilidade da mulher é a Lei 13.718 de 2018 que rechaça quaisquer comportamentos de divulgação não autorizados publicados sobre o campo cibernético de importunação sexual que consta sobre o Código Penal.

#### **4. Divulgação pornográfica e a aplicação da Lei nº 13.718/18**

A lei 13.718/18 inseriu novos crimes no texto do código Penal, que ficaram conhecidos como crime de pornografia de vingança ou *revenge porn*, que de acordo com Buzzi (2015), é um termo em inglês, que surgiu nos Estados Unidos, tratando dos crimes de divulgação de cena de estupro, sexo, nudez ou pornografia, sem permissão da vítima, por qualquer meio, inclusive de comunicação de massa ou sistema de informática, seja por fotografia, vídeo ou qualquer tipo de registro audiovisual, além do aumento de pena para os crimes de divulgação de estupro coletivo e corretivo.

O projeto de lei sobre o delito de divulgação de cena de estupro se uniu a outros projetos de lei que tratavam de matéria correlacionada de crimes contra a dignidade sexual, incluindo o crime de importunação sexual, além de divulgação de cena sexual não consentida pela vítima.

A legislação entrou em vigor em 2018. Apesar de recente, a sociedade, e em especial as mulheres, já ansiavam por uma lei de proteção, que abarcasse as novas mudanças sociais e crimes que vão surgindo com elas. Antes somente havia norma prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, inexistindo norma regulamentadora no Código Penal.

Devido ao crescimento da rede mundial de computadores - a internet-, e o rápido avanço tecnológico que reflete diretamente no comportamento dos indivíduos em diversos aspectos, junto a isso vem crescendo a propagação de crimes virtuais, assim, cresce também os desafios e necessidades de responsabilização decorrentes dos acontecimentos e ações que o ambiente virtual traz.



Nesse cenário, esse espaço multimídia, instantâneo e com poder de alcance e onipresença impetra de um número maior de vítimas, pois são os canais utilizados para divulgação e publicação de cenas de sexo, nudez e pornografia sem o consentimento da vítima ou de conteúdo relacionado a estupro ou de apologia a este.

Crimes como esses geralmente ocorrem por meio do parceiro ou por uma pessoa de sua intimidade e confiança, muitas vezes a filmagem ocorre com a autorização da vítima, entretanto, usando dessa confiança com o fim de vingança ou humilhação, o objetivo é realmente causar dano à imagem, e ainda, fazendo a vítima se sentir culpada, violando o direito a privacidade e a intimidade do indivíduo, que em sua grande maioria, o alvo desses crimes são as mulheres.

Diante de toda a legislação pertinente inserida sobre crimes cibernéticos, e, prejudicial à dignidade da mulher, é importante observar inicialmente que a divulgação pornográfica é um meio de depreciar a honra de pessoas e o seu relacionamento com familiares, amigos, com o trabalho e principalmente com si mesmo, fazendo com que a vítima se questione sobre sua dignidade, atingindo assim, sua honra subjetiva, e também a sua honra objetiva, quando toca no ponto do que as pessoas pensam sobre ela.

Nesse seguimento, a pornografia de vingança é uma forma de violência psicológica, acometendo as vítimas uma série de comportamentos psíquicos como culpa, baixa autoestima, insegurança e medo e muitas vezes chegam a cometer suicídio.

Nesse sentido, os autores Carvalho e Arraes (2017) comentam as causas que levam as vítimas aos incidentes alarmantes, como o suicídio:

A razão para tal fator ser causador de índices alarmantes, do principal motivo de suicídio entre jovens em sua maioria mulheres que tiveram sua intimidade, imagem e dignidade ferida por ex-parceiros, que, após o término da relação, não apagaram os arquivos e sim espalharam nas redes sociais, gerando um litígio emocional para as vítimas e suas famílias, sendo desmoralizadas diante a sociedade. É inevitável para uma jovem conseguir manter seu ego por tais acontecimentos não somente pelo ciclo de convivência social mais principalmente por sua família. As vítimas sentem-se envergonhadas por sua intimidade ter sido lançada ao mundo e comentada por desconhecidos, familiares, amigos, colegas ou apenas conhecidos. Passando a ser difamada e conseqüentemente excluída da sociedade por ter adotado ações diferentes dos valores do grupo. O conflito emocional e desesperador é o que leva a cometer suicídio por sentir-se uma pessoa imoral, indigna, envergonhada e rejeitada pela sociedade (CARVALHO E ARRAES, 2017, p. 1).

A ministra do Superior Tribunal de Justiça, Nancy Andrighi (2018), em julgamento de Recurso Especial interposto pela Google Brasil Internet Ltda, fez uma declaração sobre a exposição pornográfica não consentida – ainda antes da legislação entrar em vigor - alegando que “a exposição pornográfica não consentida, da qual a

‘pornografia de vingança’ é uma espécie, constitui uma grave lesão aos direitos de personalidade da pessoa exposta indevidamente, além de configurar uma grave forma de violência de gênero que deve ser combatida de forma contundente pelos meios jurídicos disponíveis.”

A partir dessa problemática, a Lei nº 13.718/18 alterou o Código Penal para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro como forma de proteger os bens jurídicos tutelados, como à honra, dignidade, privacidade, intimidade e, até mesmo, a saúde mental da vítima em casos de divulgação pornográfica.

O Estado também tem por necessidade tipificar tais condutas, a fim de passar a mensagem à sociedade que esse tipo de ato é passível de sanção, mostrando que tal postura e conduta violenta contra a mulher não é mais tolerada e será punida pelo poder público.

Além de tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, e estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes, definindo como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo.

Nesse contexto, é possível observar o bem jurídico do crime, é a dignidade sexual, e, como objeto material no caso concreto, o registro audiovisual. Importunar alguém em local público, de modo ofensivo ao pudor era considerado apenas um delito previsto na Lei de Contravenções Penais, com pena de multa. Agora, quem praticá-lo poderá pegar de 1 a 5 anos de prisão e passou a se tratar de Ação penal incondicionada, assim, deixa de ser escolha da vítima prosseguir com a ação para punibilidade do agente causador, passando esta função ao estado.

Essa forma de violência ainda é crescente e constante, e as consequências para as vítimas são devastadoras, fato que enseja punições e previsões legais mais rigorosas. Portanto, se torna evidente que o progresso das tecnologias da comunicação, em especial da internet, e a facilidade em se valer do anonimato para praticar a pornografia de vingança e outras formas de exposição, em especial, da mulher, vem sendo acompanhada pelas alterações legislativas, que buscam assegurar os bens jurídicos já mencionados.

### **Considerações finais**

A violência contra a mulher ocorre desde os primórdios da humanidade, tendo expandindo-se para os meios digitais. Existe a dificuldade de o direito acompanhar as

revoluções digitais, bem como de localizar e punir os criminosos virtuais, tendo em vista a rapidez que os crimes virtuais prescrevem, além dos desafios para localizar os infratores, bem como as questões de competência territorial, já que o criminoso pode estar em qualquer lugar do mundo. Diante desses obstáculos, os criminosos ficam mais seguros para atuar, também nos crimes sexuais virtuais contra mulheres, como a pornografia de revanche.

Com o advento da internet, a possibilidade de crimes contra o público feminino foi ampliada, passando os criminosos também a divulgar conteúdo íntimo das mulheres sem a sua autorização, gerando constrangimento, bullying, perda de oportunidades profissionais, dentre outras graves consequências.

As consequências dos crimes sexuais virtuais contra as mulheres são devastadoras, podendo levar a vítima a precisar de tratamento psicológico durante toda a vida e muitas vezes até tratamento psiquiátrico, para que possa conseguir lidar com a exposição, pressão, com o desrespeito e os julgamentos da sociedade estruturalmente machista em que vivemos. Ainda, a vítima pode sofrer consequências sociais, sendo afastada de grupos sociais, tendo em vista os julgamentos das pessoas, podendo até perder oportunidades profissionais.

Por isso é importante a inserção de políticas públicas como meio de prevenção e coibição de crimes virtuais sexuais contra a mulher, tendo como finalidade também obter penas mais severas em relação as consequências sofridas pelas vítimas sexuais na Internet.

No que tange ao crime cibernético, somente em 2011 estes passaram a ter notoriedade, inclusive para a mídia, em razão do ocorrido com a atriz Carolina Dieckmann, o que acarretou a publicação da Lei nº 12.737/12, em 03 de abril de 2012. Surgiu então a tipificação do art. 154-A do Código Penal, que versa sobre a invasão de dispositivo informático.

Constatou-se que antes da referida lei, para o ordenamento jurídico brasileiro, a pornografia de vingança era tratada como violação à honra, sendo este o bem jurídico tutelado. Essa lei inovou ao prever a penalização para divulgação de cena de estupro ou de estupro de vulnerável, sexo ou pornografia, atribuindo a causa de aumento de pena de um a dois terços se tal publicação for praticada por pessoa que tenha mantido ou mantém relação íntima de afeto com a vítima, com o fim de obter vingança ou causar humilhação.

Embora exista tutela penal, nota-se a gravidade da pornografia de vingança ao reconhecer que, uma vez divulgada o conteúdo indevido, o alcance desse material, bem

como o período em que poderá estar disponível é imensurável, mesmo com a previsão de responsabilização dos servidores prevista no Marco Civil da Internet, fazendo com que as vítimas estejam em constante estado de desconfiança, pois a qualquer momento pode ter a sua intimidade violada ao viralizar novamente nas redes sociais.

Por fim, verificou-se que a publicação da Lei 13.718/18 não é um dispositivo legal apto a disciplinar a conduta de pornografia de vingança, seja em relação a aplicação da pena, em razão da proporcionalidade, considerando os danos irreparáveis a dignidade da vítima, como também por ter sido disciplinada no ordenamento jurídico brasileiro apenas como causa de aumento de pena, sendo que o bem jurídico tutelado perpassa a garantia da dignidade sexual, havendo, sobretudo, violação direitos e garantias constitucionais, como a dignidade da pessoa humana, privacidade e direito a imagem.

Conclui-se, portanto, que a pornografia de vingança pode ser definida como a divulgação não consentida de conteúdo íntimo de uma mulher por parte do ex-companheiro, normalmente para vingar-se de algum acontecimento do relacionamento, tal como traição ou o término.

### **Referências Bibliográficas**

BARRETO, Alesandro Gonçalves; KUFA, Karina; SILVA, Marcelo Mesquita. *Ciber Crimes e seus reflexos no direito penal brasileiro*. Editora Juspodivm. 1. ed. Salvador-BA. 2020.

BRASIL. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: DF, Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

BRASIL. Lei 11.343, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Lei 12.737, de 30 de novembro de 2012. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Lei 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Lei 13.718, de 24 de setembro de 2018. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2018.

BRASÍLIA. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 5.555/2013. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - criando mecanismos para o combate a condutas ofensivas contra a mulher na Internet ou em outros meios de propagação da informação. Disponível

em:<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=576366>>. Acesso em: 05 maio. 2022.

CAMPOS, Igor Santos de; MELO, Marcos Tulio de. Os crimes cibernéticos no ordenamento jurídico brasileiro, e a pornografia da vingança. UNIVAG Centro Universitário. Disponível em:<<https://repositoriodigital.univag.com.br/index.php/rep/article/view/1000>>. Acesso em 05 abr. 2022.

CARVALHO, Marcela Melo; ARRAES, Bruno. Suicídio e pornografia de vingança (2017). Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/58248/suicidio-e-pornografia-devinganca>. Acesso em 14 de Julho de 2022.

ELIAS, Paulo Sá. Alguns aspectos da informática e suas consequências no Direito, in Revista dos Tribunais, São Paulo, agosto de 1999.

BIANCHINI, Alice; BAZZO, Mariana; CHAKIAN, Silva. Crimes contra mulheres: Maria da penha, crimes sexuais e feminicídio. 2. ed. rev. e atual. Salvador-BA 2020.

BUZZI, Vitória de Macedo. Pornografia de Vingança: Contexto Histórico-Social e abordagem no Direito Brasileiro. Florianópolis: Empório do Direito, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/133841>. Acesso em set. 2021.

SILVA, Tairys Ialy Gonçalves da. A (in)eficácia do ordenamento jurídico brasileiro no combate à pornografia de vingança. 2016 Caruaru. 2016. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/59457914/texto-3-a-in-eficacia-do-ordenamento-juridico-brasileiro-no-combate-a-pornografi>. Acesso em set. 2021.

DADO DO IBGE, 2018. Disponível em:< <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html#subtitulo-0>>. Acesso em: 20. Set. 2021.

DADO DO SAFERNET, 2019. Disponível em: <https://indicadores.safernet.org.br/index.html>. Acesso em 20. Set. 2021.

**Capítulo 30 - DOI:10.55232/10830012.30**

## **TRABALHO COM A SEQUÊNCIA DIDÁTICA E O GÊNERO LISTA**

**Geovanna Gonçalves de Sousa, Fernando Nicolau de Souza e Nilma Fernandes do Amaral Santos**

**RESUMO:** Este trabalho buscará relatar uma das muitas vivências do Programa Residência Pedagógica (RP) realizada na Escola Municipal Dr. Adahyl Lourenço Dias, na turma de segundo ano. Haja vista as muitas mudanças sofridas no mundo por conta da pandemia, a educação também esteve afetada, pois as escolas tiveram que manter o afastamento determinado. O módulo I do programa foi uma tentativa de manter o ensino de forma contínua apesar da distância; já o módulo II buscou meios de superar as dificuldades encontradas; por fim, no módulo III houve a oportunidade de participar dos encontros presenciais, seguindo os protocolos de segurança, e a execução da regência diretamente com os alunos, em que, meio semestre com os alunos do 2º ano e a outra parte com a turma de 1º ano da mesma instituição. A metodologia adotada no trabalho é a pesquisa-ação que propõe relacionar teoria e prática, estando em concordância com os documentos oficiais do RP e o objetivo do Projeto do Curso de Pedagogia em desenvolver a pesquisa. Também foi escolhida a sequência didática com a finalidade de promover atividades que fossem programadas com base nos conhecimentos prévios dos alunos e possibilitassem um avanço na aprendizagem, ocorrendo por meio do desenvolvimento do gênero lista. Sendo assim, esse trabalho será baseado em autores como Franco (2005), Nóvoa (2009), Araújo (2013), Niedermayer (2019) e Soares (2020), com a finalidade de trazer à essa análise, a confiabilidade e credibilidade científica.

**Palavras-chave:** Gênero lista. Intervenção. Pesquisa-ação. Sequência didática. Aprendizagem.

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem por finalidade compartilhar um pouco das muitas experiências do Programa Residência Pedagógica, um espaço propício para partilhar as vivências, promovendo análise e reflexão da prática. Assim, este texto se torna relevante pela oportunidade de contribuir com a comunidade acadêmica, apresentando uma realidade vivenciada no âmbito da educação em momento atípico de Pandemia de Covid-19, também por trazer as alternativas de intervenções possíveis e realizadas para contribuir com a aprendizagem dos alunos, além de revelar a contribuição desse processo para a formação das residentes. Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo elucidar o trabalho com a sequência didática sobre o gênero lista e seus desdobramentos, além de analisar essas situações criticamente.

Definiu-se pelo método da pesquisa-ação e a metodologia pedagógica da sequência didática como meio de desenvolver as atividades, sendo o gênero lista escolhido a fim de promover um avanço com relação aos conhecimentos já adquiridos, progredindo nas aprendizagens das crianças. Para tanto, esse trabalho será baseado em autores como Franco (2005), Nóvoa (2009), Araújo (2013), Niedermayer (2019) e Soares (2021), com a finalidade de trazer a essa análise a confiabilidade e credibilidade científica.

## **METODOLOGIA**

Foi utilizado o método da pesquisa-ação, que tem como principal objetivo reunir em uma pesquisa a teoria e a prática, obtendo resultados que promovam uma transformação da realidade para os indivíduos participantes. E também a metodologia didática da sequência didática, que segundo Araújo (2013) “é um modo de o professor organizar as atividades de ensino em função de núcleos temáticos e procedimentais” (ARAÚJO, 2013, p. 322-323). Em que foi proposto primeiramente uma avaliação diagnóstica, que deu ao pesquisador as condições necessárias de compreender os conhecimentos prévios do aluno para depois desenvolver o trabalho, no caso o gênero lista, buscando ampliação do conhecimento desses alunos com atividades que fizessem sentido para eles, mas que também tivessem entre si conexões, sendo sequencial e lógico. Assim, tanto o método da pesquisa-ação, quanto a metodologia da sequência didática seguiram em concordância tanto em relação a forma de guiar os conteúdos como nos embasamentos teóricos que sustentam essas teorias.



## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

O Programa Residência Pedagógica promove interação entre as universidades e as instituições de ensino básico em busca de valorizar e qualificar a formação de futuros professores da educação básica, assim, os alunos estudantes de licenciatura tem a oportunidade de relacionar teoria e prática por meio da inserção em instituições campo. Em contrapartida, as escolas têm a oportunidade de contribuir com a formação de novos professores ao mesmo tempo em que esses estudantes poderão colaborar com as ações da escola em atuação com professores mais experientes. Em outras palavras, é uma forma de preparar futuros professores e promover vínculo com as instituições básicas de ensino. Segundo a portaria 259 de 17 de dezembro de 2019, artigo 5º, são objetivos do Programa Residência Pedagógica:

- I - incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica, conduzindo o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente;
- II - promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de licenciatura às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- III - fortalecer e ampliar a relação entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e as escolas públicas de educação básica para a formação inicial de professores da educação básica; e
- IV - fortalecer o papel das redes de ensino na formação de futuros professores (CAPES, 2020, p.01).

Assim, o Núcleo Pedagogia/Alfabetização da Unidade Universitária de Anápolis, tem atuado na Escola Municipal Dr. Adahyl Lourenço Dias há um ano e meio, acompanhando e colaborando com o desenvolvimento da turma do, atualmente, 2º ano A, tendo como professor preceptor o docente Fernando Nicolau e como professora orientadora a docente Nilma Fernandes. Os encontros<sup>1</sup> do núcleo ocorrem semanalmente por meio de uma plataforma *online*, com a participação de todas as residentes e os docentes, onde são discutidos os embasamentos teóricos, compartilhadas reflexões e discussões da prática, além de planejamentos e encaminhamentos.

No módulo I foi realizado um questionário com os alunos do 2º ano, com a finalidade de estabelecer um contato direto com as famílias e conhecer um pouco das crianças e de sua realidade sociocultural e econômica. O questionário continha perguntas

---

<sup>1</sup> Todos os encontros são iniciados com um Momento Cultural propício para ampliação do repertório cultural dos residentes e para as discussões teóricas pautadas nas obras estudadas. Além de possibilitar um momento para reflexões e compartilhamentos de ideias e interpretações.

referentes aos dados pessoais da criança, dados dos familiares, renda financeira, acesso a bens culturais, acesso a locais frequentados socialmente, acesso à internet, dificuldades e expectativas com relação ao ensino remoto. Assim, foi estabelecida a primeira comunicação com as famílias via telefonemas ou chamadas de vídeo por aplicativo, dando às residentes a possibilidade de conhecer um pouco da vida e condições de cada aluno. Esse questionário foi importante para o módulo II, pois foi possível dar direcionamentos por meio das respostas obtidas, além da oportunidade de fazer um reconhecimento do perfil dos alunos.

Também foi neste momento do módulo I, que a regência ocorreu por meio de vídeos gravados e postados em canais do Youtube de cada residentes. Foi optado por esse formato pela instituição escolar, pois por se tratar de família carentes sem acesso recorrente a internet, possibilitava assistir em diversos dias e momentos, além de possibilitar retornar no determinado vídeo caso a família precisasse.

No módulo II, as ações apoiaram-se no método da pesquisa-ação, que tem como principal objetivo reunir em uma pesquisa a teoria e a prática, obtendo resultados que promovam uma transformação da realidade para os indivíduos participantes. Segundo Franco (2005), a pesquisa-ação “(...) assume uma postura diferenciada diante do conhecimento, uma vez que busca, ao mesmo tempo, conhecer e intervir na realidade que pesquisa” (p. 490).

Desse modo, o questionário do módulo I favoreceu a aproximação e participação da vivência dos indivíduos, oportunizando às residentes conhecer o grupo social. Essa aproximação é o que Franco (2005) relata sobre a necessidade do pesquisador se inserir no grupo social como participante ativo, mas sem perder o olhar crítico, pois, quando é participante do grupo consegue enxergar pelo olhar do sujeito vendo suas necessidades, mas também, deve manter a impessoalidade no processo mantendo criticidade para examinar as situações e produzir encaminhamentos que sejam positivos para o grupo em questão, ou seja, ao mesmo tempo em que busca conhecimento, busca maneiras de melhorar o meio.

Esse processo da pesquisa-ação tem seus fundamentos em Lewin (*apud* FRANCO, 2005). Para o autor, existe um ciclo da pesquisa-ação que é planejar a melhoria, agir implementando essa ação; logo após, analisar sua desenvoltura se é positiva ou não; avaliar seus resultados para ter algo concreto, atentando-se ao fato de a

avaliação ser para o professor saber como ajudar esse aluno, e não no sentido classificatório de aprovação e reprovação; e recomeçar com o planejamento de novas ações que gerem transformação no meio, mantendo esse ciclo em espiral, buscando sempre meios para avançar.

O próximo passo da pesquisa-ação é promover ações que reflitam em mudanças positivas para o grupo, no caso, a turma do 2º ano A, baseadas em teorias que sustentem essa prática. A metodologia didática escolhida para embasar as ações foi a sequência didática, que segundo Araújo (2013) “é um modo de o professor organizar as atividades de ensino em função de núcleos temáticos e procedimentais” (ARAÚJO, 2013, p. 322-323).

Para dar início a sequência didática foi necessário realizar primeiramente uma avaliação diagnóstica, a fim de obter elementos necessários para planejar as ações. Segundo Araújo (2013) por meio dessa avaliação, o professor “avalia as capacidades já adquiridas e ajusta as atividades e os exercícios previstos na sequência às possibilidades e dificuldades reais de uma turma” (p. 323). Os diagnósticos foram realizados via chamada do WhatsApp, de forma individual, com o direcionamento pelo professor preceptor. A proposta era iniciada com uma introdução ao tema “higiene pessoal” para criar a relação entre as palavras e os objetos, dando também a oportunidade de o aluno expor seus conhecimentos sobre o tema, com intenção de contextualização; logo após foram citadas quatro palavras, sendo elas: 1. sabonete, 2. escova, 3. pente, 4. gel e a frase “eu uso pente no cabelo” para escrever e realizar leitura apontada. Essas palavras eram organizadas na estrutura do gênero lista, sendo, enumeradas, uma embaixo da outra e relacionadas ao mesmo campo semântico.

O diagnóstico possibilitou uma verificação do desenvolvimento dos alunos, identificando uma sala com crianças que apresentam diversos níveis de escrita: sendo, 4 silábicos com valor sonoro, 2 silábicos sem valor sonoro; 3 silábico-alfabético; e 3 alfabéticos. Para Soares (2020):

Diagnosticar o nível de compreensão da escrita em que se encontram as crianças tem, para a ação educativa de alfabetizar em situação escolar, objetivos pedagógicos: a partir desse diagnóstico, podem ser definidos procedimentos de mediação pedagógica que estimulem e orientem as crianças a progredir, a avançar de um nível ao seguinte, atuando nas palavras de Vygotsky, sobre sua zona de desenvolvimento potencial (SOARES, 2020, p. 57)

A partir dessas conclusões advindas da avaliação diagnóstica foi possível dar continuidade na sequência didática, com o gênero lista e em concordância com as determinações da Secretaria de Educação de Anápolis. Araújo (2013) diz que o gênero “deve permitir aos alunos um acesso progressivo e sistemático aos instrumentos comunicativos e linguísticos necessários à produção de textos pertencentes a diferentes gêneros.” (p. 325-326). A autora Niedermayer (2019) afirma que o gênero lista:

(...) possibilita a organização de uma série de atividades significativas para a criança, uma vez que as palavras utilizadas para produzir as listas, são fornecidas pelos próprios alunos, em formato de jogos de palavras, as quais passam a ser reconhecidas e associadas em suas partes (fragmentos), a outras palavras (p. 88).

Nessa direção, foram produzidas listas com base nos conhecimentos prévios dos alunos, em textos reais e em situações do cotidiano, unindo essas informações e agrupando as palavras de acordo com o mesmo campo semântico. Pode-se perceber esse processo de formação de listas por campos semânticos no desenvolvimento de avaliação diagnóstica, pois se tratava de uma lista com palavras que tinham conexão entre si e que faziam parte da rotina diária desses alunos. Todas as propostas foram pensadas para abranger as propriedades do gênero, bem como sua ocorrência no dia a dia, que muitas vezes passa despercebido pela criança. Assim, os alunos tiveram a oportunidade de não apenas compreender o gênero escolhido, mas explorar por meio das listas outras aprendizagens, tais como as letras, fonemas, sílabas, ampliação de vocabulário, dentre outras.

A proposta para o gênero lista foi realizada por um grupo de 5 residentes, que realizaram reuniões *online* tanto com os docentes, quanto entre si, para planejar uma melhor maneira de colocar em prática as atividades. Essas reuniões reforçaram as palavras de Nóvoa (2009) que refletem sobre a necessidade de trabalho compartilhado entre os professores, pois segundo o autor, a análise partilhada das práticas auxilia a “transformar a experiência coletiva em conhecimento profissional e ligar a formação de professores ao desenvolvimento de projetos educativos nas escolas” (p. 41). Além disso, é uma oportunidade de aprender com os professores que têm mais experiências, ocasionando então em um enriquecimento profissional.

As atividades planejadas são entendidas na pesquisa-ação como uma maneira de intervir na realidade, uma vez que buscam diferentes maneiras de propiciar a aprendizagem e avanço dos alunos. Sendo assim, as aulas foram planejadas de acordo com os níveis reconhecidos no diagnóstico, com momentos de leitura que propiciassem

condições para o desenvolvimento das listas, porém, com a preocupação de não perder a finalidade social que o gênero tem, afinal, se não tiver uma conexão com as práticas sociais o esforço da atividade se perde, pois não fará sentido para o aluno fora do contexto escolar.

No entanto, devido ao momento atual que vivemos foram encontradas algumas limitações que dificultaram esse processo de aprendizagem. Uma dificuldade para a realização dessa intervenção foi a impossibilidade de as residentes comparecerem na instituição de ensino devido a pandemia, retirando a convivência com os sujeitos e as possibilidades de intermediar os avanços e atuar na zona de desenvolvimento proximal desses alunos, os orientando. Assim, as aulas foram gravadas remotamente e os links de acesso disponibilizados no grupo de WhatsApp das famílias. Pode-se perceber com isso o obstáculo para o processo de ensino-aprendizagem, afinal, o professor grava a aula e ensina um conteúdo, mas não tem acesso ao aluno para perceber suas reações, suas dificuldades e ouvir suas dúvidas. O resultado é que o processo deixa de ser de ensino-aprendizagem e passa a ser apenas de ensino, sem retorno suficiente para se perceber se a aprendizagem tem ocorrido de forma efetiva ou não.

Outra dificuldade encontrada é a falta de acesso tecnológico de interatividade, pois, como foi relatado ao falar do questionário sociocultural e econômico se trata de famílias com baixo poder aquisitivo, sendo que em alguns moram na zona rural, possuem dificuldades de acesso à internet, dentre outros. Deste modo, foi possível se deparar com famílias nas quais 4 crianças dependiam de um único aparelho celular que era utilizado quando a mãe retornava do trabalho, ou várias outras famílias que não tinham internet *wi-fi* ou móvel, dependendo de ir em outros lugares, como igreja nos fins de semana, para poder enviar as atividades da criança. Infere-se que essa falta de acesso e recursos, dadas às circunstâncias, são críticas, pois impedem que o processo básico educacional ocorra, deixando esse aluno às margens do processo de ensino.

Além dessas dificuldades, também houve um momento de indecisão em relação ao retorno presencial por parte dos órgãos responsáveis. Assim, existia uma incerteza que desestabilizou as ações programadas<sup>2</sup>, afinal, os planejamentos para o ensino remoto e para o ensino presencial diferem em sua didática, haja vista a relação entre escutar esse aluno e perceber seu processo de aquisição do conhecimento e condução da aula de

---

<sup>2</sup> Tínhamos um planejamento prévio pronto para o ensino remoto e devido a repentina retomada do ensino híbrido fez-se necessário um novo planejamento em caráter de urgência.

acordo com a turma. Pelo exposto, as dificuldades encontradas ocasionaram em uma limitação da intervenção prevista.

Porém, no módulo III teve-se a oportunidade de retorno ao presencial. Nesses primeiros contatos frente a frente ao aluno, pode-se perceber as dificuldades desses alunos relacionadas as aprendizagens. Então de outubro a dezembro os esforços se concentraram em auxiliar esses alunos de modo a propiciar um avanço com relação as aprendizagens que já deveriam ter sido adquiridas, mas não ocorreram pela Pandemia. Por esse motivo, o gênero lista foi pouco explorado no presencial, dando prioridades às necessidades do momento.

## **CONCLUSÃO**

No módulo (II) do Programa Residência Pedagógica foi realizado um esforço coletivo para desenvolver maneiras de superar as barreiras encontradas no módulo I. Acredita-se que a pandemia trouxe muitos malefícios, dentre eles, a interrupção da vivência dos alunos nas instituições tendo que aprender pelo modo remoto, com a ajuda de um adulto por vezes sem preparo para ser o mediador deste processo de alfabetização.

Assim, o módulo II do programa, buscou por meio do método da pesquisa-ação e da metodologia da sequência didática desenvolver atividades que intervissem nas dificuldades encontradas pelos alunos e proporcionassem avanços na aprendizagem, além de contribuir com o processo formativo das residentes. Já no módulo III, o foco foi direcionado para as dificuldades de aprendizagens dos alunos, em consequência da Pandemia, utilizando poucas vezes o gênero lista.

A intervenção realizada por meio do gênero lista promoveu atividades que envolvessem palavras dos mesmos campos semânticos e que tivessem aproximação com a realidade dos alunos, utilizando de suas vivências reais para avançar em relação ao conhecimento.

Os resultados, porém, ainda não se encontram sistematizados devido à dificuldade em realizar uma avaliação do processo de aprendizagem nesse período de atividades remotas, dada a distância entre os pesquisadores e os sujeitos, ocasionando em uma limitação da intervenção, e também, pelo pouco uso no modo presencial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Denise Lino de. O que é (e como faz) sequência didática? **Entrepalavras**, Fortaleza - ano 3, v.3, n.1, p. 322-334, jan/jul 2013. Acesso em: 29/04/2021. Disponível em: [O que é \(e como faz\) sequência didática? | Lino de Araújo | Entrepalavras \(ufc.br\)](#).

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. PORTARIA GAB Nº 259, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019. Disponível em: [SEI/CAPES - 1118576 - Portaria GAB \(www.gov.br\)](#)

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da Pesquisa-Ação. **Educação e Pesquisa**: São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483 – 502, set./dez. 2005. Acesso em: 22/06/2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/DRq7QzKG6Mth8hrFjRm43vF/?format=pdf&lang=pt>.

NIEDERMAYER, Luci Piletti. **O desenvolvimento da consciência fonológica no processo de alfabetização**. 2019. 146 f. Tese (mestrado profissional), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2019. Acesso em: 24/10/2021. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/4438>.

NÓVOA, António. Para uma formação de professores construída dentro da profissão. In: **Professores Imagens do futuro presente**. Lisboa: EDUCA, 2009, p. 25 – 45. Acesso em: 13/06/2021. Disponível em: [http://www.revistaeducacion.educacion.es/re350/re350\\_09por.pdf](http://www.revistaeducacion.educacion.es/re350/re350_09por.pdf).

SOARES, Magda. **Alfabetrar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. 1. Ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

**Capítulo 31 - DOI:10.55232/10830012.31**

**NOVOS DESAFIOS DO ENSINO EM TEMPOS DE  
PANDEMIA**

**Jose Roberto da Silva**

**RESUMO:** Ao redor do globo as instituições de ensino sofrem com o avanço da pandemia do Covid-19 e com o afastamento social em consequência da proteção à doença. O ensino presencial foi interrompido e sofreu a imposição da descontinuidade e a necessidade emergencial do uso do modelo de ensino remoto. Podemos dizer que aqui no Brasil não existia um planejamento para isto, tal como em outros países, porém plataformas digitais que já existiam tiveram que ser implantadas, mesmo necessitando de melhor desenvolvimento. Da mesma forma, não havia muitas metodologias eficientes para o ensino remoto nem tampouco preparo adequado para os professores e para as instituições de ensino em geral. A importância desta matéria exige um grande planejamento. A proposta deste artigo é chamar a atenção aos aspectos do ensino a distância, analisando, no cenário real brasileiro, as suas vantagens e os principais desafios enfrentados pelos alunos, professores e instituições de ensino para, ao final, recomendar um direcionamento que seja viável agora, e que também permita incentivar o futuro do ensino remoto.

**Palavras-chave:** Ensino remoto emergencial. Covid-19. Instituições de Ensino.



## **INTRODUÇÃO**

Em 2020, segundo a UNESCO, foram interrompidas as atividades presenciais nas instituições de ensino em 91% no mundo em função do afastamento social causado pela pandemia da COVID-19 (UNESCO, 2020). Contrariando as projeções iniciais que indicavam que tais medidas de controle se prolongariam em torno de 3 meses. Observa-se agora que tais projeções não se confirmaram pelo avanço da doença e boa parte das atividades ainda continuam suspensas.

Em março do mesmo ano, a UNESCO lançou a Coalizão Global de Educação, uma parceria multissetorial para atender a urgente necessidade de continuidade da educação em uma escala sem precedentes. A plataforma se baseia na colaboração e intercâmbio de informações entre mais de 150 membros da família ONU, sociedade civil, universidades e setor privado, para garantir que a aprendizagem nunca pare (UNESCO, 2020). Os membros da Coalizão se unem em torno de três eixos principais: conectividade, professores e gênero, todos voltados a ações de naturezas variadas, dependendo de pedidos feitos pelos países.

A Coalizão é estruturada para trabalhar de uma maneira flexível e ágil, a fim de oferecer respostas para a continuidade e a qualidade da educação. Esse novo modelo, lançado pela UNESCO, propõe parcerias para apoiar as respostas educacionais e traz benefícios na forma como suas iniciativas são implementadas na crise atual, porque as intervenções são rápidas, eficientes e capazes de alavancar recursos que normalmente não estão disponíveis para produzir resultados. Em diferentes países, as contribuições da Coalizão não substituem as respostas nacionais. Por outro lado, a Coalizão envolve novos atores que normalmente não seriam parceiros óbvios, assim como organizações de tecnologia e mídia, a fim de complementar e apoiar os esforços nacionais para garantir a continuidade da aprendizagem (UNESCO, 2021).

No Brasil, o Conselho Nacional de Educação (CNE), em resolução pelo parecer CNE/CP Nº: 19/2020, autoriza a continuidade do ensino remoto até 31 de dezembro de 2021. Este documento também sugere a junção dos anos letivos 2020 e 2021, além de recomendar às redes de ensino uma flexibilização no sentido de “promover” o estudante para a série seguinte.

Foi autorizada, também, por medida provisória nº934, de 1º de abril de 2020, a flexibilização dos dias letivos, desde que mantida a carga horária mínima dos cursos (BRASIL, 2020). Quanto ao ensino ofertado por meio remoto já existia anteriormente a possibilidade de realizar, a distância, parte da carga horária (40%) nos cursos de graduação presenciais, na modalidade denominada ensino a distância (EAD), desde que cumprindo suas normas

curriculares. O Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, conceitua em seu artigo 1º a Educação a Distância da seguinte forma:

Art. 1º - Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2015).

Muito se buscou tentando fazer uma adaptação emergencial ao cenário da pandemia. Entretanto, como será este novo horizonte daqui para frente? Ainda não é possível saber ao certo, porém, as instituições de ensino terão que se adequar a novas metodologias de ensino e, também, tirar dessa experiência bons frutos para um futuro que rapidamente se aproxima.

Não há alternativa que descarte a necessidade de se manter um nível adequado de segurança, sem prejuízo de políticas pedagógicas e com a garantia da saúde nas instituições de ensino para aqueles que as frequentam. Serão necessárias políticas públicas eficientes, tanto nas instâncias governamentais, como também nas privadas, para que novos planos venham à tona promovendo diretivas eficientes, propostas adequadas e projetos pedagógicos de qualidade. Caberá ao Ministério da Educação - MEC, juntamente com o auxílio de outras instituições dos serviços nacionais de aprendizagem, sindicatos e órgãos ligados ao ensino privado, os necessários ajustes de forma para que as disciplinas sejam conduzidas a nível pleno e sem prejuízo do aprendizado dos alunos. Neste contexto foi emitido o parecer nº5 no qual o Conselho Nacional de Educação (CNE) estabelece mudanças nas práticas de atividades curriculares nos meios digitais com suas respectivas cargas horárias.

Sabe-se que o possível está sendo feito em meio a tanta adversidade, pois a formação educacional não pode parar. Tanto é que 78% das instituições privadas de ensino superior mantêm suas aulas por meios digitais, segundo a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES, 2020). Em um recorte feito no Brasil, considerando suas dimensões continentais e culturas diversas, percebe-se a necessidade de avanços nas atividades de ensino, do básico ao universitário, incluindo aqueles que desenvolvem atividades de extensão e pesquisa. Apesar de todos esses esforços, ainda enfrentamos problemas como a ausência de suporte psicológico aos professores, baixa qualidade no ensino por falta de planejamento das atividades em plataformas digitais, excesso da carga de trabalho dos professores, animosidade

dos alunos e suas necessidades especiais e, não menos importante, a dificuldade ao acesso às tecnologias existentes.

Neste cenário de afastamento social se faz imperativo acertadas decisões e escolhas para que se encontrem condutas pedagógicas eficientes nos processos de ensino e aprendizagem. Precisar-se-á, para progredir, diferenciar o que já está estabelecido pelo ensino a distância e o que surge como alternativa no ensino remoto. Pretende-se neste artigo analisar e compreender este novo cenário vivenciado a partir da pandemia e a partir da compreensão das vantagens e desafios em relação ao ensino remoto, elencar algumas práticas e propor soluções que podem ser consolidadas por meio de uma proposta de programas de projetos educacionais e/ou didáticos. Para elucidar a compreensão do cenário, serão levantados importantes aspectos que surgiram por meio de entrevistas e conversas com profissionais que enfrentam este cotidiano, conforme será visto adiante.

## **METODOLOGIA DE PESQUISA**

A metodologia utilizada neste trabalho se apoiou em pesquisa bibliográfica e em entrevistas que foram feitas com profissionais da educação que vivenciam no dia a dia o contexto das relações do ensino remoto acelerado em função do afastamento social. Esta análise e compreensão do mundo acadêmico poderá constatar os fenômenos que estão ocorrendo. A avaliação do cenário da pandemia poderá servir como ponto de partida, dando então sequência na compreensão e finalmente propondo soluções, de acordo com a proposta deste artigo. Foram entrevistados profissionais das áreas do ensino básico e fundamental até o ensino superior, com levantamento, análise e interpretação dos dados obtidos.

Sabe-se que a pesquisa bibliográfica deve apresentar um modelo metodológico que possibilite ao pesquisador o entendimento e busca de possíveis soluções para o seu objeto. Portanto é necessário um modelo que se adeque à metodologia científica no escopo do trabalho a ser construído com suas escolhas de procedimentos adequados para todo o processo metodológico a fim de demonstrar a configuração da análise dos dados que serão obtidos. Por isso, para entender este cenário de constantes alterações, entrevistar profissionais da área estudada que enfrentam esta realidade de ajustes diários pareceu ser um método bem adequado à presente pesquisa. Deve-se apresentar também correta escolha de processos e procedimentos que garantam uma flexibilidade na associação de dados e respostas que deverão ser revistas continuamente, pois desta forma, serão permitidas discussões futuras. “Nada pode ser

intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática.” (MINAYO, 2001, p. 17).

Além das entrevistas, a pesquisa bibliográfica permitiu agregar exemplos vivenciados neste contexto dinâmico, consolidando o objetivo deste trabalho sempre atento a novos questionamentos e observações para melhoria de todo seu arcabouço bibliográfico. “Uma atitude é uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente.” (MINAYO, 1994, p.23).

## **DESENVOLVIMENTO DO OBJETO DE ESTUDO**

O presente estudo aborda a educação em dois segmentos: no primeiro o ensino básico e fundamental; e no segundo no ensino superior. Ao final, porém, será proposto um programa de projetos que engloba os segmentos da educação que aceitem uma adequação dos métodos tradicionais para um ensino mais moderno.

Conhecemos muito sobre o potencial tecnológico digital, porém o que se observou em alguns cenários foi a falta de uma metodologia adequada para lidar com essa tecnologia. Já existia uma certa tendência para o ensino híbrido, então, com a pandemia, houve a possibilidade de explorá-lo em um profundo debate. Para permanecerem atualizadas, as instituições de ensino precisaram reinventar seus ambientes de aprendizagem para que o ensino remoto não deixasse de lado a relação aluno-professor. Não é mais possível adiar essa mudança de ambientes “[...] porque a perda de aprendizagem leva a perda de habilidades e as habilidades que as pessoas têm em relação à sua produtividade” (HANUSHEK E WOESSMANN, 2011).

A ex-diretora global de educação do banco mundial, Claudia Costin, que é também pesquisadora de políticas públicas, respondendo ao programa “#HISTORYENTREVISTA” sobre os impactos da pandemia na educação, disse que “Graças a essa quebra de paradigmas, a educação no mundo inteiro nunca mais será a mesma”. Segundo ela, temos aprendido muito com a pandemia, pois todas as crises trazem oportunidades de aprendizagem. No entanto, é necessária uma rápida resposta para suas consequências, já que no Brasil há grandes desigualdades educacionais. Claudia compara a complexidade de logística das redes de ensino público que lidam com milhões de alunos em relação às escolas particulares, pois oferecer um ensino a distância para uma população grande e mais vulnerável demanda um trabalho de organização muito maior.

A entrevistada tem estudado estratégias em relação ao retorno das aulas presenciais, integrando-a ao ensino a distância e assim, apontando este como um caminho ao ensino híbrido. Ela reforça a necessidade de os professores serem preparados para os meios digitais e das metodologias ativas serem mais exploradas para facilitar essa adaptação. Lembra ainda que a nossa base curricular contempla o ensino digital como importante elemento, mas que demandará do governo grande investimento em acesso à internet de alta velocidade, tanto para escolas, quanto para residências.

### Educação à distância no ensino básico e fundamental

Todos sabemos da importância da escola como espaço de socialização e transmissão de conhecimento, e isso se reflete principalmente na educação infantil, onde o contato professor aluno é essencial. “Mas uma coisa é fato: o digital ocupou de vez a escola e continuará ocupando. Ocupar não é invadir. Mas, ainda assim, deixa marcas.” (PÁDUA, 2020). Segundo o autor, será preciso colocar este novo olhar para a educação infantil com o devido mérito, pois todos sabemos da importância desta fase na formação do indivíduo, sendo um equívoco pensar diferente.

Em entrevista com uma diretora de escola do ensino infantil e fundamental, ela nos relata que acredita em um processo de ensino não linear, principalmente para alunos com necessidades especiais, que também tem necessidades específicas em seu processo de socialização. Para ela, a boa escola é aquela que se encaixa no perfil do aluno. Ela relata ainda que, mesmo antes da implementação do ensino remoto, ao se integrar às inovações tecnológicas, era comum os pais perguntarem se seus filhos iriam estudar com *tablets* e se ainda precisam de livros. Ao conhecer algumas plataformas digitais, foram necessários estudos sobre o ensino híbrido e a sala de aula invertida a fim de preparar seus professores para esta integração com as novas tecnologias.

Ao longo de um ano de testes, antes da pandemia, o que inicialmente havia se mostrado um desafio, tornou-se mais familiar aos profissionais da instituição, até que, em seguida, foi imposto um afastamento social em função da COVID-19, colocando em xeque a maneira como se trabalhava com o ensino a distância. Este momento foi batizado como ensino remoto emergencial - mesmo porque, tais plataformas não estavam preparadas para tamanha demanda. A escola passou a implementar uma transição para as telas no ensino remoto, buscando acomodar seus alunos, em um primeiro momento utilizando conteúdos assíncronos e, em seguida, aulas ao vivo.

Apesar de todo esforço, a diretora considera que tiveram muitas perdas, inclusive por acreditar que há maior desgaste nas aulas remotas do que nas presenciais. Para ela deve haver menos carga horária remota em comparação às presenciais. Ela relata também que há perda nas relações interpessoais, somado a outros prejuízos emocionais, mas sabe que as tecnologias vieram para ficar e que todos devem perder o medo e resistência para seguir em frente. Ela defende que, mesmo em meio a adversidade, a tecnologia proporciona um melhor entendimento quando, por exemplo, os alunos podem ver o globo terrestre girando 360° nas aulas de geografia, o funcionamento do corpo humano nas aulas de ciências biológicas, ou fazer viagens virtuais pelo mundo nas aulas de história. Facilitou, até mesmo, os diálogos da instituição com os pais e responsáveis dos alunos, com os informes escolares chegando diretamente até eles por meio digital.

Ela comenta que, no decorrer desse processo, tem testemunhado trabalhos excelentes feitos pelos professores e também pelos alunos, os quais trazem e apresentam novas ferramentas que proporcionam um melhor aprendizado. Por outro lado, surge a necessidade de se trabalhar outras questões, como uso da imagem e ética tecnológica, principalmente na questão da exposição dos alunos e professores.

### Educação à distância no ensino superior

Vemos na última década um importante aumento na procura pelo ensino superior à distância em comparação ao presencial, mesmo ainda com uma menor demanda em relação à oferta. “Matrículas cresceram 17%, enquanto a quantidade de vagas, 44,6%. A modalidade continua atraindo pessoas que já estão no mercado de trabalho” (Revista Ensino Superior, 2019). Essa modalidade causou um impacto significativo no ensino superior, de tal forma que tem mudado toda a estrutura das instituições de ensino, levando a criação de novos ambientes de atuação e, até mesmo, a extinção de outros. Sendo assim, a reflexão que se faz é: será que o afastamento social causado pela pandemia da Covid-19 trouxe novos desafios ou apenas acelerou uma tendência natural e circunstancial de evolução do ensino superior?

Imponderavelmente surge uma nova matriz educacional acelerada pela pandemia, na proporção em que o ensino presencial é obrigado a incorporar estratégias, metodologias e tecnologias associadas ao ensino a distância. Se torna natural pensar, então, que há uma tendência de que o híbrido seja uma eficaz modalidade de ensino no futuro já que traz também, boa flexibilidade ao acesso, tal como viabiliza a diminuição de custos gerais.

Em um questionamento sobre o ensino remoto emergencial (ERE) feito a um estudioso em EAD, responsável pela implantação do ensino a distância em muitas instituições de ensino superior no Brasil, reconhece ele o esforço feito por todos aqueles que militam na área de ensino em relação ao uso do ERE. Entretanto, observa com muita cautela a real eficiência desta modalidade pois, segundo ele, não existem ainda estudos sérios nesta área pois não houve tempo para isso. Ele acredita que é imperativo um prazo para que pesquisas sérias possam ser feitas e resultados avaliados. Para se integrarem ao ensino remoto, cita, em um primeiro momento, aqueles que possuíam condições para acesso, sendo seguidos então por outros tantos que começaram a acreditar que o ensino remoto seria um ganho de melhoria dos processos educacionais.

Professores que, eventualmente, não dominavam plataformas digitais passaram, por necessidade, a dominá-las. Ao participar de um grupo de estudos, no entanto, ele observou que os professores apenas reproduziam suas aulas presenciais através de plataformas digitais. Ele afirma, no entanto, que não houve ganho na reprodução das aulas presenciais em plataformas digitais e que, pelo contrário, houve dispersão e perda de relacionamento temporal entre alunos e professores. Reconhece que plataformas digitais são um excelente mecanismo de aprendizado quando bem utilizadas, mas que levará ainda algum tempo para a criação de métricas adequadas às metodologias necessárias, para que se alcance uma real qualidade no ensino. Ele entende que a mudança diz respeito ao modelo educacional e não à tecnologia e relembra que existe uma metodologia ativa praticada em vários lugares do mundo, conhecida como ensino híbrido, com conteúdo em plataformas digitais, interação e laboratório em forma presencial. Esse será, segundo ele, o caminho para o futuro da educação, na qual os alunos frequentarão as escolas por no máximo dois ou três dias na semana.

Em outra oportunidade, foi ouvido um advogado e também professor universitário sobre sua opinião quanto à utilidade do ensino remoto em tempos de afastamento social. Ele acredita que o ensino presencial é insubstituível. Com certo saudosismo diz ter uma visão nostálgica em relação a época em que foi educado. Pontuou alguns acontecimentos em suas aulas remotas quando, por exemplo, percebeu uma melhora significativa nas notas de alguns alunos, os quais tiveram mal aproveitamento nos tempos de ensino presencial, suscitando dúvidas se as avaliações mantiveram o nível de dificuldades. Em um outro ponto põe em dúvida a real participação dos alunos nas aulas, pois ao questionar sobre a matéria dada a alguns alunos escolhidos aleatoriamente, estes não souberam responder. Será que estavam mesmo assistindo aula? Apesar de tudo isto, acredita que o ensino se tornará o de modo híbrido no futuro, pois as

tecnologias e ferramentas digitais permitem ótimos recursos ao aprendizado, além da possibilidade de o aluno assistir aulas em diferentes locais facilitando sua demanda logística.

### Educação à distância em uma visão geral

A partir das entrevistas feitas, foi elaborada uma tabela que apresenta resumidamente as vantagens e desafios do ensino à distância, para os principais tópicos levantados pelos entrevistados, considerando aspectos como Tecnologia, Metodologia, Acesso e Avaliação. Estes aspectos foram introduzidos a partir do cenário de aulas online acelerado pela pandemia e levantados pelos profissionais entrevistados nesta pesquisa como relevantes na discussão em busca de melhorias no ensino remoto.

**Quadro 1. Uma análise geral do ensino à distância**

TÓPICOS	VANTAGENS	DESAFIOS
<b>Tecnologia</b>		
Desenvolvimento de tecnologias de ensino à distância	Melhores resultados no aprendizado e melhor logística	Análise de eficácia dos resultados
Interface customizada	Conteúdo direcionado a um histórico de pesquisa	Fidelidade a construção do trabalho pedagógico
Processamento e análise de grande massa de dados a serem empregados nas diversas áreas educacionais	Possibilidade de recolher dados sobre uma maior população e não apenas sobre indivíduos	Interpretação de grande massa de dados
<b>Metodologia</b>		
Desenvolvimento de novas metodologias de ensino	Economia de tempo visando possibilidade de aulas plurais	Fatos e informações sujeitas a interpretações
Implementação de método centrado no aluno	Transformar postura do aluno de passiva para ativa	Tempo necessário para abordagem em forma personalizada
Aquisição de conhecimento de diferentes maneiras e estilos	Alunos se tornando fontes de informação para outros	Professores podem entender que não são mais responsáveis pelos resultados da aprendizagem
Interesses e hábitos diversos	Os alunos aprendem sobre o que tem mais interesse, resultando maior eficácia no processo para um estudo mais aprofundado	Risco de abandono do currículo padrão pelo aluno
<b>Acesso</b>		
Acesso a conteúdos gerais e/ou específicos	Troca de conteúdos e materiais didáticos em dispositivos diversos	Vigilância a pirataria
Disponibilização imediata dos conteúdos	Atualização abrangente de conteúdos novos	Acesso igualitário a todos os alunos
Uso crescente de dispositivos móveis	Acesso para alunos com necessidades especiais	Alto custo de atualização dos dispositivos em função de mercado
<b>Avaliação</b>		
Nível de habilidades não homogêneo	Resultados escolares melhores e bem estar mental	Dificuldade na aplicação nos estágios iniciais da educação



Necessidade de novas qualificações para os estudantes nas rápidas mudanças sociais da atualidade	Possibilidade de amplitude de opiniões por diferentes meios e/ou veículos para essas novas reflexões	Problemas na organização de trabalho em grupo
Aprendizado independente	Auto controle sobre seu próprio processo educativo	Falta de controle do professor sobre o aluno
Baixos resultados educacionais	Possibilidade de monitoramento sobre o progresso do aluno frequentemente e em tempo real	Maior custo em função da dedicação necessária entre professor/aluno
Avaliação à distância	Possibilidade de agendamento	Risco de a avaliação não corresponder ao real nível da aprendizagem

**Fonte: Autoria própria (2021)**

Não há dúvidas de que o uso das tecnologias de informação e comunicação adequadas permite que estudantes recebam seus conteúdos em ambientes virtuais para então prosseguir aos encontros presenciais. Esta foi a melhor forma para se adequar ao enfrentamento do ensino remoto emergencial e possivelmente será o melhor caminho para o futuro do ensino. O *Blended Learning*, ou ensino híbrido, juntamente com a aula invertida, (*Flipped Classroom*), favorecem, personalizam e valorizam o empenho do aluno, promovendo maior autonomia, disciplina e flexibilidade. Como conceito educacional de soluções mistas e metodologias diversas de aprendizado, o ensino híbrido é um conceito educacional que valoriza a criação e a troca de conhecimentos (CHAVES FILHO, *et al.*, 2006, p. 84 apud RODRIGUES, 2010). Fomentar, então, a boa recepção do ensino híbrido nas instituições de ensino superior caracteriza-se como um processo válido na construção do conhecimento, com diversas vantagens, tanto no contexto econômico quanto na gestão. (FILIPE e ORVALHO, 2004).

*Blended Learning* é um conceito de educação caracterizado pelo uso de soluções mistas, utilizando uma variedade de métodos de aprendizagem que ajudam a acelerar o aprendizado, garantem a colaboração entre os participantes e permitem gerar e trocar conhecimentos. O conceito faz uso de integração de diversos métodos instrucionais (estudos de caso, demonstração, jogos, trabalhos de grupo), métodos de apresentação (áudio, *groupware*, TV interativa, teleconferência, sistemas de apoio à performance, multimídia) com métodos de distribuição (TV a cabo, CD-ROM, e mail, Internet, Intranet, telefone *voicemail*, *web*), em resposta ao planejamento instrucional previamente estabelecido. (CHAVES FILHO, *et al.*, 2006, p.84).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Destacar novos aspectos relevantes para o ensino e chamar atenção sobre as novas metodologias foram os principais objetivos deste artigo, considerando esse cenário de pandemia onde o ensino remoto teve que ser adotado de forma emergencial. Sabemos que toda crise nos leva a uma mudança de paradigmas. É difícil falar em falar em benéficos, quando se trata de uma doença, porém devemos aproveitar a situação e continuar a desenvolver aquilo que já é uma tendência de futuro, ou seja, o ensino remoto. Mais especificamente o “Ensino Híbrido”. É preciso ter um pensamento otimista de que ele trará benefícios extraordinários quando bem desenvolvido.

No ambiente tecnológico, já tão desenvolvido, há pouco a acrescentar. Basta falar da Inteligência artificial, big data, inteligência analítica que são conceitos associados à capacidade de geração e análise de grande quantidade de dados, fornecidos por usuários diversos e que podem ser aplicados em diversas áreas, inclusive na educação. Esta tecnologia poderá analisar, por exemplo, o progresso de aprendizado dos alunos em quaisquer fases, bem como explorar essas informações criando conteúdos eficazes. Além disso, poderá colaborar também com os professores tornando factível a personalização da Educação. O mercado financeiro, o comércio, as redes sociais já dominam todo esse sistema, então por que não o usar no ensino?

Como recomendação para ajustes futuros que atendam esse dinamismo do ensino remoto, é possível criar projetos que entendam as necessidades de alunos e professores, concomitantemente dos coordenadores e gestores de ensino. Sendo assim, esta pesquisa sugere como recomendação ao aprimoramento do ensino remoto uma proposta de programa com projetos que tragam modernidade para as instituições que trabalham ainda na forma tradicional.

Esta transformação certamente irá impactar alunos, professores, gestores e a família, devendo, assim, todos estes serem elencados nos projetos como importantes partes interessadas. A proposta desse programa reafirma o ensino híbrido como um divisor de águas na flexibilização tecnológica dentro do setor educacional. Oportunamente, novas e melhores tecnologias poderão ser introduzidas trazendo excelentes possibilidades de melhoria nos projetos em questão.

### **Figura 1. Exemplo de Programa de Projeto**

PROGRAMA DE PROJETOS PARA O ENSINO REMOTO

1 - PROJETO TECNOLÓGICO	2 - PROJETO METODOLÓGICO	3 - PROJETO ACESSIBILIDADE	4 - PROJETO AVALIAÇÃO
-------------------------	--------------------------	----------------------------	-----------------------

OBJETIVOS

1.1 - Desenvolvimento de tecnologias de ensino à distância com interface customizada e processamento para análise de grande massa de dados a serem empregados nas diversas áreas educacionais gerando melhores resultados no aprendizado e construção de trabalhos pedagógicos.

2.1 - Desenvolvimento de nova metodologias de ensino com método centrado no aluno para aquisição de conhecimento de diferentes maneiras, estilos, interesses e hábitos.

3.1 - Ampliação de acesso a conteúdos gerais e/ou específicos com disponibilização imediata, agregando o uso de dispositivos móveis.

4.1 - Criação de níveis de avaliação não homogêneos com métodos seguros de verificação do aprendizado à distância que atendam a dinâmica do ensino remoto e as particularidades dos grupos de estudantes de uma forma geral.

Fonte: Autoria própria (2021)

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL, Órgão: Atos do Poder. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80. Diário Oficial da União, Brasília, v. 1, n. 100, p. 3-3, 26 jun. 2017. Disponível em: <http://www.in.gov.br>. Acesso em: 12 abr. 2021.

BRASIL, MPV 934/2020: transformada na lei ordinária 14040/2020. Atividade Legislativa: Projetos de Lei, Brasília, v. 2, n. , p. 1-229, 1 abr. 2020. Disponível em: <http://www.camara.leg.br>. Acesso em: 12 abr. 2021.

CHAVES FILHO, H. *et al.* Educação a distância em organizações públicas: mesa redonda de pesquisa-ação. Brasília: ENAP, 2006. Disponível em: <https://www.repositorio.enap.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2021.

HANUSHEK, E. A. & WOESSMANN, L. Do better schools lead to more growth? Cognitive skills, economic outcomes and causation. National Bureau of Economic research, 2009a.

MATEUS, F. A. J. & ORVALHO, J.G. Blended learning e aprendizagem colaborativa no ensino superior. In: VII Congresso Iberoamericano de Informática Educativa, 7, 2004, Monterrey, México. Actas do... Porto Alegre: UFRGS, 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br>. Acesso em: 10 de abril de 2021.

MINAYO, M. C. Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. In: (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 09-30.

MINAYO, M. C. de L. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 19. Petrópolis: Vozes, 2001.

PÁDUA, M. Pandemia e escola: reflexos e reflexões. Revista Bis, Belo Horizonte, v. 1, n. 51, p. 37-38, jun. 2020. Trimestral.

SUPERIOR, Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino. Até o fim de abril, 78% das faculdades particulares migraram aulas para ambientes virtuais. ABMES, v. 1, n. 1, p. 1-1, 7 maio 2020. Disponível em: <http://www.abmes.org.br>. Acesso em: 05 abr. 2021.

SUPERIOR, Revista Ensino. EAD tem oferta superior à demanda. Redação Ensino Superior, São Paulo, v. 1, n. 242, p. 1-1, 19 set. 2019. Disponível em: <http://www.revistaensinosuperior.com.br>. Acesso em: 20 abr. 2021.

UEMS, L. A. R. Interfaces da Educação: uma nova proposta para o conceito de blended learning. Periódicos Online, Paranaíba, v. 1, n. 3, p. 5-22, out. 2010. Disponível em: <http://www.periodicosonline.uems.br>. Acesso em: 10 maio 2021.

UNESCO. #Aprendizagem nunca para: resposta da educação frente à covid-19. Unesco.Org, Paris, p. 1-1, 22 set. 2020. Disponível em: <http://www.unesco.org>. Acesso em: 10 abr. 2021.

**Capítulo 32 - DOI:10.55232/10830012.32**

**PORTFÓLIO COM TECNOLOGIA DIGITAL: UMA  
SEQUÊNCIA DIDÁTICA**

**Gilberto Mazoco Jubini, Veruschka Rocha Medeiros Andreolla,  
Crisóstomo Lima do Nascimento e Paula Andrea Grawieski Civiero**

**RESUMO:** Sequência didática (SD) consiste em uma intervenção pedagógica que inclui um conjunto de atividades que foram planejadas sobre um conteúdo específico e que é apresentada sequencialmente para atender objetivos educacionais. O termo portfólio, no resumo, refere-se ao uso de um caderno grande usado de forma adaptada para os registros individuais. O objetivo é descrever um relato de experiência sobre o uso do portfólio físico e tecnologia digital atrelado a uma SD no ambiente virtual de aprendizagem (AVA). Nos resultados alcançados são descritos os passos da sequência didática e apresentados resultados de dois estudos bibliométricos. Nas considerações finais, aponta-se que o uso do portfólio como uma ferramenta no processo de ensino, de aprendizagem e de avaliação que, concatenado com as tecnologias digitais, pode promover o processo de aprendizagem com autonomia e responsabilidade compartilhada.

**Palavras-chave:** Aprendizagem. Autonomia. Educação.

## **INTRODUÇÃO**

As pequenas empresas participam ativamente da economia, tanto em número de empreendimentos quanto em número de empregos formais, mas ao mesmo tempo que são fonte de suporte para o desenvolvimento, existe uma alta taxa de mortalidade representada pelo grande número de falência das mesmas nos cinco primeiros anos de existência. A falta de gestão técnica e profissional é um dos principais problemas enfrentados pelas pequenas empresas, tendo em vista a inadequada alocação de profissionais com expertise para atuação estratégica nas mesmas. Para fazer frente ao cenário desafiador destas organizações, é possível lançar mão de algumas ferramentas gerenciais como o Planejamento Estratégico (PE) e a Gestão do Conhecimento (GC) (CHIAVENATO 2008; MELO; RIBEIRO, 2019; NUNES, 2008; ZARLEGA, 2019).

Com isso, surge a necessidade das organizações adotarem as melhores formas de gerenciar conhecimentos de forma que seja possível agregar valor ao negócio. É nesta seara que o Planejamento Estratégico (PE) e a Gestão do Conhecimento (GC) contribuem junto às organizações, independentemente da área de atuação e tamanho, para sua perpetuação no mercado competitivo. O PE contribui para vislumbrar o futuro organizacional de maneira realística, pois estabelece objetivos e meios para alcançá-los. Já a GC colabora com o nivelamento de saberes e a transmissão das informações estratégicas dentro da organização. Ambas as ferramentas atuando em conjunto, podem gerar uma simbiose de ações personalizadas e que atendam às demandas organizacionais de maneira oportuna (MAXIMIANO, 2017; MELO; RIBEIRO, 2019; OLIVEIRA, 2015; RIBEIRO; SEGATTO; COELHO, 2013; SCATOLIN, 2015; VALENTIM, 2010).

Diante do contexto apresentado, considerando a alta taxa de falência em seus anos iniciais de atividade, a investigação a ser realizada será de cunho aplicado, buscando identificar as contribuições que as ferramentas do planejamento estratégico e da gestão do conhecimento podem fornecer para as organizações que buscam se perpetuar no mundo dos negócios. A pesquisa foi realizada por meio da estratégia de estudo de caso único da empresa Real Inteligência em Negócios ([www.realin.com.br](http://www.realin.com.br)). Levantou-se o seguinte questionamento que norteou a pesquisa: Como o Planejamento Estratégico (PE) e a Gestão do Conhecimento (GC) podem contribuir para garantir a

perpetuação de uma pequena empresa de consultoria e treinamento empresarial situada em Teresina-PI?

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa caracteriza-se como sendo pesquisa aplicada, do tipo descritiva e analítica, de abordagem qualitativa, com perspectiva temporal transversal, fazendo uso da estratégia de estudo de caso único, usando como técnica de coleta de dados a pesquisa documental, submetendo os dados e informações coletadas à análise de conteúdo e apresentação dos resultados de forma organizada em quadros, tabelas e esquemas representativos que auxiliaram na compreensão dos achados (BARDIN, 2009; CORAIOLA; SANDER; MACCALI; BULGACOV, 2013; CRESWELL, 2010; GIL, 2002, 2008).

A pesquisa foi desenvolvida por meio de estudo de caso único na empresa Real Inteligência em Negócios (pequena empresa que atua no ramo de consultoria e treinamento empresarial). Para isso, foram submetidos à análise apenas documentos com informações sobre o Planejamento Estratégico (PE) da empresa, sendo os mesmos utilizados para descrever como se dá a Gestão do Conhecimento (GC) na organização (documentos elaborados, informações disponíveis no site oficial, relatórios gerenciais, banco de dados, etc).

Foi feito uso de pesquisa documental para enriquecer e sanar as necessidades de dados e informações a serem analisadas para que se alcançassem os objetivos propostos. Os procedimentos de coleta respeitaram os critérios e orientações estabelecidas previamente para garantir o máximo de cientificidade durante a coleta (são descritos no Quadro 1 no tópico análise e discussão dos resultados).

A pesquisa documental incluiu documentos com informações sobre o Planejamento Estratégico (PE) da empresa, onde foram analisados para extração de inferências a respeito do processo de concepção do mesmo, bem como para descrever como se dá a Gestão do Conhecimento (GC) na organização (práticas realizadas de fato e documentadas). Não foram previstas quaisquer indagações aos sócios da empresa, todas as análises e inferências foram feitas com base nos documentos coletados.

A técnica de análise de dados foi a análise de conteúdo e, para isso, os dados foram organizados, tabulados e categorizados de maneira que se pudesse realizar inferências do impacto sobre a empresa e seu desempenho. Também foram construídos quadros e tabelas necessários para apresentação das análises dos documentos advindos da pesquisa documental.

A pesquisa atendeu aos preceitos éticos e legais enquadrando-se nas exigências legais de creditação de direitos autorais citando todos os autores e fontes utilizadas na construção e desenvolvimento da pesquisa e seus produtos finais (relatório, publicações, etc). Não foram divulgadas informações estratégicas da empresa, bem como todas as informações resultantes foram submetidas ao aval da organização objeto de estudo antes de qualquer divulgação.

**Quadro 1. Protocolo de Pesquisa**

FONTE	O QUE PROCURAR	FOCO DE ANÁLISE
Documentos e relatórios gerenciais da empresa	a) Planejamento Estratégico b) Mapa Estratégico c) Missão, Visão e Valores d) Objetivos e Metas e) Indicadores f) Cronograma de Execução g) Logomarca h) Portfólio de Serviços i) Horizonte temporal vislumbrado j) Concepção do Planejamento Estratégico (PE) k) Existência da Gestão do Conhecimento (GC) l) Processo de execução do Planejamento Estratégico (PE) m) Processo de Gestão do Conhecimento (GC)	1) Processo de Concepção do Planejamento Estratégico (PE) 2) Modelo de Gestão do Conhecimento (GC) 3) Aderência ao Balanced ScoreCard (BSC) 4) Processo de Execução e Controle do Planejamento Estratégico 5) Processo de Execução e Controle da Gestão do Conhecimento (GC)
Site e Redes Sociais da Empresa	n) Planejamento do processo de comunicação organizacional	6) Práticas reais de gestão do conhecimento e planejamento com uso de BSC
Banco de Dados	o) Procedimentos organizacionais	

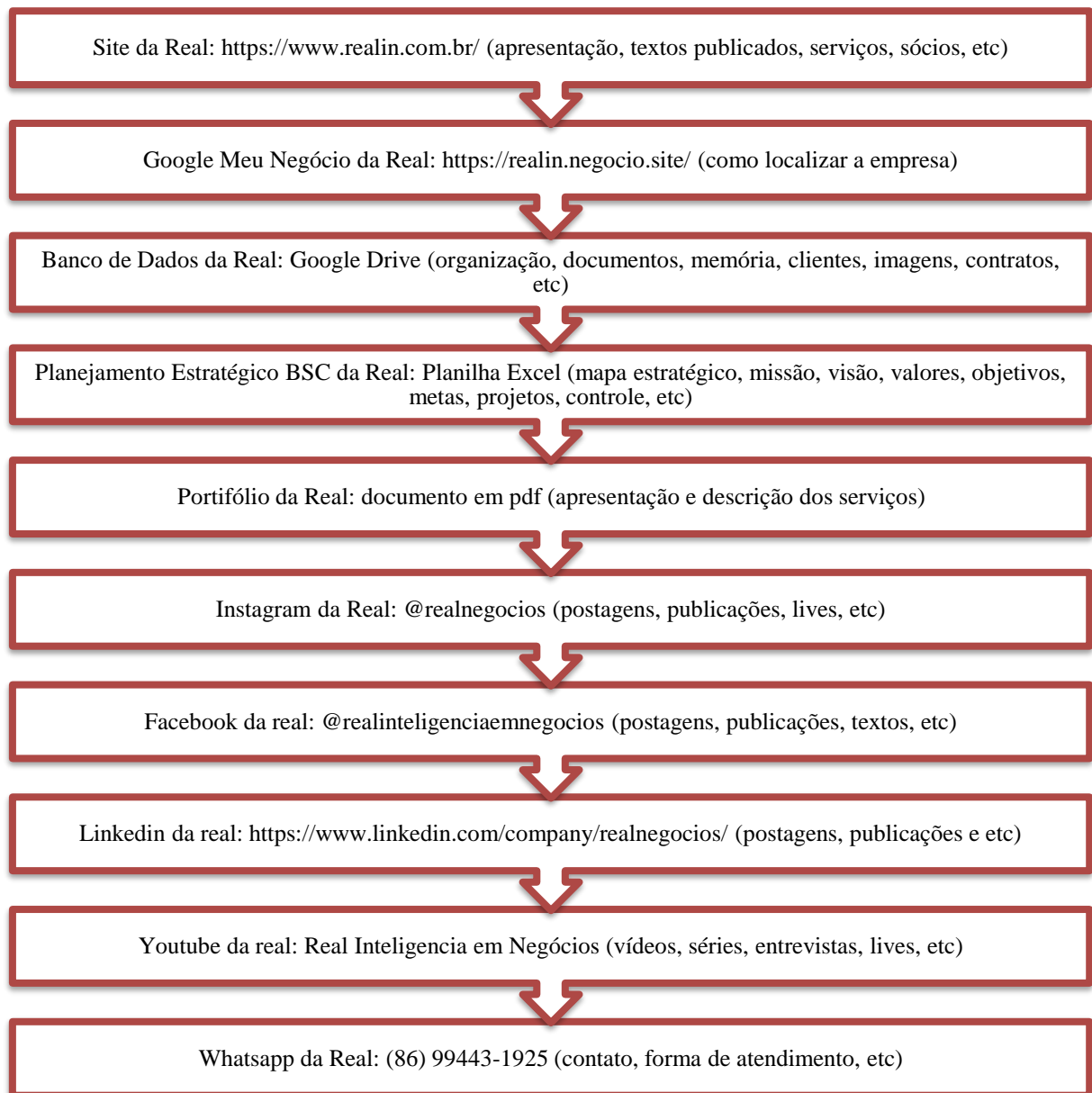


p) Fluxogramas de processos	
q) Como se arquiva e transmite o conhecimento	
r) Como se adquire e seleciona o conhecimento	

Fonte: Autoria própria (2021).

O protocolo de pesquisa permitiu coletar dados e conhecer a organização de maneira mais profunda e alcançar análises realísticas. As principais fontes de consulta e análise encontradas estão simplificadas na figura 1, apresentada a seguir.

**Figura1. Esquema das Principais Fontes Consultadas**



Fonte: Autoria própria (2021)

Para iniciar as suas atividades, a organização elaborou seu planejamento estratégico no final de 2019, para um período de 05 anos, correspondente aos anos de 2020 a 2024, com diagnóstico, aplicações de ferramentas e utilização do BSC como metodologia principal do planejamento. Momento delicado, tendo em vistas o início da Pandemia da Covid-19 em março de 2020, poucos meses após início das atividades da empresa.

Porém, o fato de terem iniciado suas atividades já com um planejamento estratégico pronto, permitiu que a organização conseguisse se adequar mais rapidamente ao cenário imposto.

Ressalta-se que antes de iniciar a elaboração do planejamento estratégico, os sócios passaram por treinamentos, cursos, pesquisas e discussões para estabelecer o formato a ser utilizado pela organização. Por meio da metodologia do BSC, foi feito um mapa estratégico, portanto, o qual considerou todos os elementos planejados, constando a missão, a visão, os valores e objetivos estratégicos. Tendo sido desenhados em harmonia com a estratégia da empresa. A seguir, a figura 2 apresenta a missão, visão e valores da empresa.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

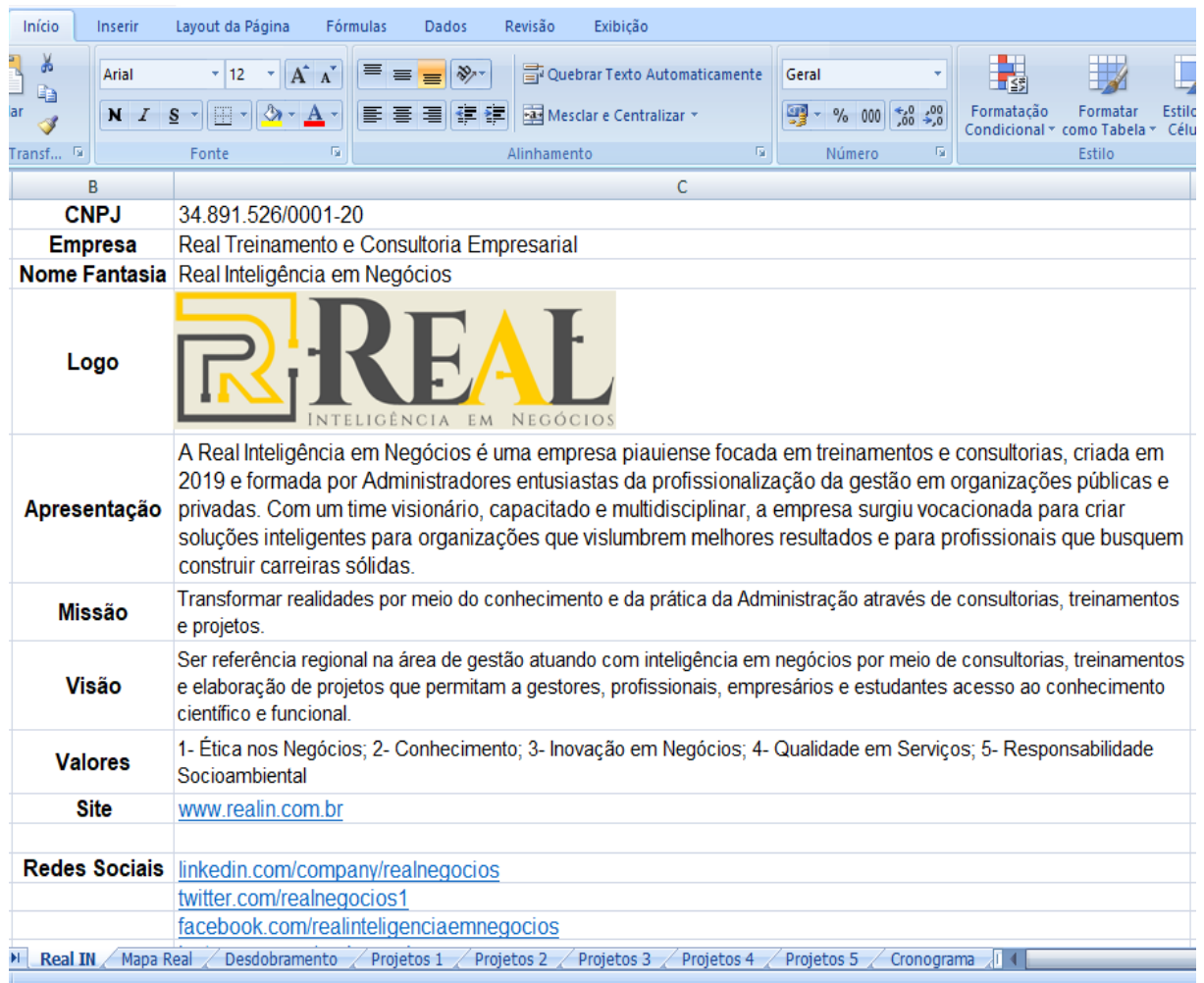
Neste tópico são apresentados os resultados da pesquisa desenvolvida sobre o uso do planejamento com BSC e a relação com a gestão do conhecimento para subsidiar uma pequena empresa em suas práticas, rotinas e ações de forma a tornar-se perene ao longo do tempo. Para execução da pesquisa, foi estabelecido um protocolo de pesquisa para uso durante a coleta de dados de forma a garantir maior rigor e cientificidade ao estudo de caso único.

Na parte inicial do planejamento, a empresa se apresenta, bem como os canais de comunicação da mesa. Em seguida, encontra-se o mapa estratégico, o qual é dividido em metas e indicadores que contemplam todos os objetivos estratégicos previamente estabelecidos. Sendo que há um indicador para cada meta e um objetivo para cada ano da organização.


Todo o planejamento foi baseado no BSC e feito em planilha do Excel, bem

como o seu desdobramento. A figura 3 apresenta a planilha online de acesso ao planejamento estratégico da empresa.

**Figura 2. Planejamento Estratégico da Real em Planilha Eletrônica**



The image shows a screenshot of an Excel spreadsheet with the following data:

	B	C
<b>CNPJ</b>	34.891.526/0001-20	
<b>Empresa</b>	Real Treinamento e Consultoria Empresarial	
<b>Nome Fantasia</b>	Real Inteligência em Negócios	
<b>Logo</b>		
<b>Apresentação</b>	A Real Inteligência em Negócios é uma empresa piauiense focada em treinamentos e consultorias, criada em 2019 e formada por Administradores entusiastas da profissionalização da gestão em organizações públicas e privadas. Com um time visionário, capacitado e multidisciplinar, a empresa surgiu vocacionada para criar soluções inteligentes para organizações que vislumbrem melhores resultados e para profissionais que busquem construir carreiras sólidas.	
<b>Missão</b>	Transformar realidades por meio do conhecimento e da prática da Administração através de consultorias, treinamentos e projetos.	
<b>Visão</b>	Ser referência regional na área de gestão atuando com inteligência em negócios por meio de consultorias, treinamentos e elaboração de projetos que permitam a gestores, profissionais, empresários e estudantes acesso ao conhecimento científico e funcional.	
<b>Valores</b>	1- Ética nos Negócios; 2- Conhecimento; 3- Inovação em Negócios; 4- Qualidade em Serviços; 5- Responsabilidade Socioambiental	
<b>Site</b>	<a href="http://www.realin.com.br">www.realin.com.br</a>	
<b>Redes Sociais</b>	<a href="https://www.linkedin.com/company/realnegocios">linkedin.com/company/realnegocios</a> <a href="https://twitter.com/realnegocios1">twitter.com/realnegocios1</a> <a href="https://facebook.com/realinteligenciaemnegocios">facebook.com/realinteligenciaemnegocios</a>	

At the bottom of the spreadsheet, the following tabs are visible: Real III, Mapa Real, Desdobramento, Projetos 1, Projetos 2, Projetos 3, Projetos 4, Projetos 5, Cronograma.

**Fonte:** Real (2021).

Como é possível observar no rodapé da figura 3, a planilha possui abas de organização do planejamento que foi elaborado constando: a) apresentação geral; b) mapa estratégico; c) desdobramento com objetivos, metas, indicadores e cronologia; d) projetos de responsabilidade direta de cada sócio (1-2-3-4-5); e) cronograma de acompanhamento e controle.

Pesquisar organizações permite ampliar os conhecimentos acerca das atividades, estratégicas, ferramentas e práticas mais comuns, bem como as mais assertivas. Isso permite difundir conhecimento para outras empresas na medida em que se aprofunda e aperfeiçoa as que são estudadas/investigadas como estudo de caso.

As pequenas empresas têm papel estratégico no desenvolvimento nacional e local, tendo em vistas que elas são o maior número de empresas presentes e atuando no Brasil e estão presentes em todas as cidades e estados da nação, gerando emprego, renda e capilarizando a produção nacional, chegando e atuando onde as grandes empresas são ausentes. Desenvolver pequenas empresas é desenvolver o país. Auxiliar uma empresa de consultoria a se desenvolver é algo simbólico, pois é um tipo de organização que existe e atua em prol da melhoria e perpetuação de outras, gerando externalidades positivas multiplicadas.

## **CONCLUSÃO**

O objetivo principal deste estudo foi alcançado na medida em que foram feitas análises profundas e o estudo de caso único sobre a empresa Real Inteligência em Negócios, permitindo conhecer a realidade dela e estudar a relação entre o BSC aplicado em seu planejamento estratégico e a gestão do conhecimento aplicada na empresa.

Ter acesso amplo aos documentos da organização foi muito positivo para que fosse possível imergir na realidade da mesma já registrada, porém, o fato de não ter acesso presencial ou previsão de realização de entrevistas acabou por deixar algumas lacunas de entendimento sobre as práticas e como foram concebidas/pensadas e fato.

Foram apresentadas algumas propostas para a empresa e entregue aos sócios para análise e consideração. Na figura 7 apresentou-se um resumo e escopo geral das mesmas para facilitar a compreensão. Sugere-se que a Real considere as propostas e sugestões apresentadas para sua próxima revisão do planejamento estratégico.

Futuramente, espera-se que seja feito o estudo em outras organizações de pequeno porte para analisar e comparar as práticas adotadas, bem como compreender se as práticas adotadas pela Real são comuns ou raras nas organizações de pequeno porte. Que seja possível, ainda, analisar os desdobramentos e aplicações das propostas resultantes deste estudo na empresa pesquisada.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AMESTOY, S.C. *et al.* Paralelo entre educação permanente em saúde e administração complexa. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 31, p. 383, 2010.

ARAÚJO, L.U.A. *et. al.* Avaliação da qualidade da atenção primária à saúde sob a perspectiva do idoso. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, p. 3521, 2014.

ARAÚJO, P.T.B. & UCHÔA, S.A.C. Avaliação da qualidade da prescrição de medicamentos de um hospital de ensino. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, p. 1107, 2011.

TYBEL, D. 6 tipos de citação mais comuns em TCC. *Guia da Monografia*, 2017. Disponível em: <<http://guiadamonografia.com.br/tipos-citacao/>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

**Capítulo 33 - DOI:10.55232/10830012.33**

**A EFETIVIDADE DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO QUE TANGE A SEGURANÇA COLETIVA E A SUA DEPENDÊNCIA NO CONSELHO DE SEGURANÇA**

**Mariana Casagrande Brisse**

**RESUMO:** A Organização das Nações Unidas é um grande avanço na área de segurança coletiva quando a comparamos com a sua antecessora. A Liga das Nações, infame por seu fracasso em evitar uma segunda guerra mundial e a criação de uma arma de destruição global, foi a base para a atual organização e ajudou no processo de criação de um sistema mais efetivo e, tecnicamente, mais equitativo de segurança coletiva. Porém, no século XXI, após os conflitos da Guerra Fria e o atual ressurgimento de governos de extrema direita como podemos classificar a ONU e seu conselho de segurança? Nesse artigo vamos avaliar a efetividade, segundo os conceitos de Oran R. Young, da segurança coletiva internacional assistida pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e como esse conselho acaba interferindo e influenciando com as decisões do restante da instituição.

**Palavras-chave:** ONU, Conselho de Segurança, segurança coletiva

## **INTRODUÇÃO**

Ao analisar as instituições internacionais pode-se evidenciar algumas falhas pontuais que certas Organizações possam ter. Porém, não há uma instituição tão avaliada nos dias de hoje como a ONU, todos têm algo a falar sobre a maior instituição do século 21, e portanto, ninguém é mais criticado que a mesma. A diferença das críticas anteriores com a qual será apresentada nesse texto (ênfatizando que crítica pode ser um termo positivo e negativo) é a utilização do conceito de segurança coletiva internacional como a base da instituição.

O sistema de segurança coletiva é, sobretudo, um meio de gerir o sistema internacional através da cooperação na área da segurança entre os Estados, os quais acordam conjuntamente sobre normas de uso da força (HERZ; HOFFMANN, 2004). A segurança coletiva da ONU é representada pelo seu principal órgão: o Conselho de Segurança. O órgão é responsável pela solução de conflitos internacionais através da diplomacia e solução de controvérsias. Para avaliar a instituição e o Conselho de Segurança será utilizado os conceitos de efetividade de Oran Young, a partir das variáveis críticas apresentadas pelo autor.

Porém, antes de avaliar a instituição deve-se entender como ela surgiu, em qual contexto foi estabelecido que os Estados deveriam se unir em uma instituição para debater a segurança coletiva internacional e não apenas lidar com conflitos internacionais como antigamente, através de estratégias militares e alianças políticas entre monarcas europeus.

## **1 O FRACASSO LIGA DAS NAÇÕES E UM NOVO SISTEMA DE MANUTENÇÃO DA PAZ**

A fragilidade da segurança coletiva internacional apresentada no contexto da Primeira Guerra Mundial (1914 - 1919) assustou muitos países, que marcados com os horrores e lembranças das trincheiras, chegaram a um acordo durante a Conferência de Paz de Paris para a criação de um sistema internacional de segurança coletiva para impedir futuras guerras.

O plano e concepção da Liga veio do então presidente norte-americano Woodrow Wilson, que elaborou uma organização internacional para resolução de conflitos e uma arena para debates que facilitasse a comunicação entre os países. Diferente da sua

sucessora, a Liga das Nações foi criada apenas para o debate de assuntos relacionados a segurança coletiva internacional e balanças de poder.

A Liga das Nações foi a primeira organização internacional de caráter universal. Também chamada de Sociedade das Nações, a organização tinha como órgãos principais o Conselho, a Assembleia, o Secretariado e a Corte Permanente de Justiça Internacional (PCIJ). Ela criou o protótipo de sistema de segurança coletiva, contido nos artigos 10, 11 e 16 do Pacto da Liga, que mais tarde seria reformulado na ONU e esboçado no capítulo VII da Carta<sup>1</sup>.

O sistema de segurança coletiva pode ter sido aplicado primeiro com a criação da Liga das Nações, contudo, na ocasião da Liga, o sistema de segurança coletiva não obteve êxitos e sucumbiu a lógica das alianças entre Estados guiados pela então balança de poder<sup>2</sup>, que acabou provocando a Segunda Guerra Mundial em 1939, além da criação e utilização de uma arma de destruição em massa, a bomba atômica. Seria apenas com a criação da ONU, aprimorada após o fracasso da Liga, que o sistema de segurança coletiva passaria a ser operacional. Portanto, é importante ressaltar que o sucesso para a criação da ONU se deve ao fracasso da Liga das Nações.

Entre os possíveis motivos para a falha da Liga, muitos autores gostam de ressaltar a inexistência do veto dentro do Conselho do órgão, como diz Rezende em 2012:

*(...) é ressaltado o poder de veto como sendo uma diferença essencial em relação à configuração anterior da Liga das Nações, que foi introduzido a fim de comprometer as grandes potências com o sistema de segurança coletiva, evitando assim que conflitos eclodissem (REZENDE, 2012).*

Porém, ao contrário do que pensa Rezende, não é o veto que fez o Conselho de Segurança da ONU ter uma maior efetividade que o Conselho da Liga das Nações. Foi a impunidade e falta de ação, a falta de resoluções obrigatórias e não somente recomendações<sup>3</sup>, que fez da Liga das Nações uma instituição inefetiva. Mesmo se

---

<sup>1</sup> HERZ; HOFFMANN, **Organizações Internacionais**: história e prática, p. 74-81. 2ª edição, 2004.

<sup>2</sup> WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**, p. 98-102. 1979.

<sup>3</sup> Como foi o caso da invasão de Nanquim pelo Império Japonês em dezembro de 1937, que inclusive era um membro permanente do Conselho de Segurança da Ligas das Nações e deveria ser o exemplo para outros países presentes no bloco. Quando o Conselho realizou um relatório rechaçando a ação, o Império simplesmente saiu do bloco sem qualquer forma de punição por ter violado os termos acordados dentro da instituição.



houvesse utilizado o sistema de vetos presente na ONU, a segurança coletiva não poderia ter sido garantida pela instituição.

Com o fim da Liga das Nações, que mesmo datado oficialmente em 1946 já havia sido desacreditada a partir das invasões japonesas e começo da Segunda Guerra Mundial, os Estados buscaram criar um outro mecanismo de segurança coletiva. Entre agosto e outubro de 1944 foi acordado entre a União Soviética, os Estados Unidos, a China e o Reino Unido a criação de uma organização universal baseada no princípio da igualdade entre Estados soberanos. Esse encontro culminou na Conferência de São Francisco em abril de 1945, que juntou esforços de cinquenta países para a criação da carta da organização, e em 24 de outubro do mesmo ano, com a ratificação da carta pelos futuros membros do Conselho de Segurança, a ONU passou a existir oficialmente.

## **2 ONU: COMO SUA ESTRUTURA AFETA SUA EFETIVIDADE E A TORNA UMA INSTITUIÇÃO DEPENDENTE**

Diferente da sua antecessora, a ONU começa a abordar muito mais do que apenas segurança coletiva. A inserção de temas como educação, cultura, saúde e economia nos debates de segurança atribuiu muito para a efetividade da instituição. A ONU começava a entender melhor que o sistema internacional não é preto e branco e os conflitos armados podem ser resolvidos com a compreensão e resolução da raiz do problema (ligada na maioria das vezes a temas humanitários e não conflituosos) e diplomacia. Porém, mesmo com atividades sociais e econômicas, a principal função da organização continuava sendo a administração da segurança pelo princípio de que o uso unilateral da força contra a integridade territorial ou independência de qualquer Estado está proibido e de que disputas devem ser resolvidas pacificamente.

A Carta de São Francisco é o documento constitutivo da Organização das Nações Unidas, é nela que estão estabelecidas as obrigações e os direitos dos países-membros e a estrutura da organização. A ONU é composta por seis órgãos principais: o Conselho de Segurança, a Assembleia Geral, o ECOSOC (Conselho Econômico e Social), o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado<sup>4</sup>. Cada órgão possui uma

---

<sup>4</sup> HERZ; HOFFMANN, **Organizações Internacionais**: história e prática, p. 82. 2ª edição, 2004.

função e um sistema que estabelece seus membros, que consiste na maioria das vezes em uma votação dentro da Assembleia Geral a partir de indicações do Conselho de Segurança.

O problema da estruturação da ONU é a forma como o CSNU (Conselho de Segurança) sempre está envolvido direta ou indiretamente nos outros órgãos. A instituição pensou em um sistema com base na segurança coletiva, portanto mesmo nos assuntos de economia e educação o CSNU acaba interferindo através de seus membros, especialmente se tratando daqueles permanentes possuidores do veto<sup>5</sup>.

É fácil de visualizar a onipresença dos membros do Conselho de Segurança quando observamos a estrutura e membros dos outros órgãos. O ECOSOC, por exemplo, é formado por 54 membros divididos igualmente entre os 5 continentes que são decididos a partir de indicações do CSNU e de uma votação na AG (Assembleia Geral), dentre esses membros é costumeiro que todos os cinco membros permanentes sejam votados e incluídos no órgão. O Conselho de Tutela em si é inteiramente formado pelos membros do Conselho de Segurança.

A admissão de novos membros na ONU, a eleição de membros não permanentes do Conselho de Segurança, dos membros do ECOSOC, do Conselho de Tutela, do Conselho de Direitos Humanos, a designação de juízes da CIJ, a aprovação do orçamento e a participação no processo de revisão da Carta são atribuições da Assembleia Geral. Nela também ocorre a discussão e a análise de conflitos e a elaboração de recomendações sobre questões de segurança que o Conselho não está discutindo, além disso a Assembleia pode fazer recomendações para medidas de segurança coletivas quando o Conselho está paralisado devido ao uso exacerbado do veto.

A grande arena democrática da ONU, como é chamada a AG, possui o sistema de um voto por país e por isso estabelece o princípio de igualdade na instituição. Porém, até meados da década de 1950, os Estados Unidos tinham controle sobre o processo decisório na Assembleia através do bloco formado por europeus ocidentais, latino-americanos e Estados do Commonwealth britânico. Basicamente uma liga de países desenvolvidos que regravava todos os outros órgãos e freava as decisões do Conselho principalmente durante a Guerra Fria quando os Estados Unidos batia de frente com a União Soviética.

---

<sup>5</sup> Dentro do Conselho de Segurança existem 5 membros permanentes e 10 provisórios. Os membros permanentes - EUA, China, Rússia, Reino Unido e França - possuem o poder de vetar qualquer decisão dentro do conselho, que só pode aprovar resoluções com o aval dos cinco países.

A hegemonia norte-americana dentro da ONU só diminuiu com a criação de grupos regionais, como o grupo dos 77<sup>6</sup> que se tornou uma coalizão dominante na década de 60. O episódio foi importante para mostrar como a ONU é dependente e influenciável, os países com maior poderio econômico e político dentro da Assembleia e do CSNU acabam dominando toda a instituição. A ONU depende de países poderosos como os Estados Unidos para formar alianças e promover uma nivelção de valores dentro dos outros órgãos, para que as decisões sejam tomadas mais rapidamente e sem muitas variações da mentalidade do país hegemônico.

Algo que também interfere na efetividade da ONU é a ambiguidade e incerteza apresentada na própria Carta de São Francisco. O exemplo mais apropriado para demonstrar o quão ultrapassada e distante a Carta está da realidade da organização hoje em dia é a menção da criação de um exército da ONU.

Como a Carta não representa o funcionamento da ONU, quem acaba regrido as ações da instituição e estabelecendo normas para outros países-membros são exatamente os mesmos países que se sobressaem dentro da Assembleia e participavam do Conselho. No período da Guerra Fria, suas influências dentro dos órgãos eram tão grandes que elas ditavam não só as regras da ONU, mas também do sistema internacional. Um exemplo disso é a criação das missões de paz. Como países hegemônicos dentro da ONU, como os EUA, não viam vantagens para a criação de um exército próprio como era estabelecido dentro da Carta (por motivos nacionalistas e econômicos) eles criaram as missões de paz. As missões fazem o papel de enxertar a ONU nos conflitos internacionais sem ameaçar a soberania e poder político dos Estados que a patrocinam.

A dependência que a ONU tem com os Estados hegemônicos também pode ser devido a escassa participação da sociedade civil dentro das reuniões e resoluções, o que é inusual uma vez que a ONU possui como princípio que indivíduos, ou grupos, são sujeitos do direito internacional e portanto devem fazer parte da discussão internacional. O princípio, no entanto, não muda o fato de que a Cruz Vermelha é única ONG que realmente participa dos debates e reuniões da AG.

No Conselho de Segurança o único encontro realizado com uma ONG foi em 1987 para debater sobre o genocídio de Ruanda. Quando o órgão deixou de seguir as

---

<sup>6</sup> O grupo dos 77 foi formado em 1964 durante a primeira sessão da UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development — Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento) para promover os interesses dos países em desenvolvimento. Conta hoje com 132 membros, mas o nome foi mantido.

recomendações das ONGs, a atuação da ONU no conflito foi rechaçada pela sociedade internacional.

### **3 INEFICIÊNCIA DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU**

Se a instituição é inefetiva na área de segurança coletiva graças a sua estrutura e dependência, podemos verificar que uma das principais causas dessa inefetividade está relacionada a disposição do Conselho de Segurança. Tentando imitar o sistema internacional e as relações interestatais, o CSNU é um órgão não equitativo, que segue os moldes de poder da época pós segunda guerra. Ele divide seus membros entre possuidores e não possuidores de poder dentro do órgão, com esse poder sendo representado pelo direito de vetar resoluções.

O problema de seguir esse molde é de pausar o possível desenvolvimento que os países possam vir a conquistar na área diplomática e militar. Como o poder reside sempre na mão dos mesmos países, não existem brechas para uma nova potência (se não aqueles já incluídos no “Conselho dos Cinco” - Estados Unidos, Reino Unido, França, China e Rússia). E mais, além de não possibilitar novas hegemonias, ele concentra uma quantidade exacerbada de poder na mão de poucos, o que pode ocasionar um desequilíbrio das relações diplomáticas internacionais e, até mesmo, um conflito interno entre esses cinco países.

Os Estados, assim como os homens, já mostraram diversas vezes como são famintos de poder, quando possuem uma vantagem eles buscam cada vez mais possibilidades de se sobressair sobre seus iguais. Ou então se igualar aos poderosos. É exatamente isso que ocorreu com a criação do sistema do Conselho de Segurança. Impressionados com o poderio militar dos Estados Unidos apresentado na Segunda Guerra Mundial, os outros membros permanentes do CSNU logo seguiram seus passos assustando a comunidade internacional com uma possível destruição em massa do Planeta Terra. A obtenção da bomba nuclear virou quase que um requisito para permanecer no topo das relações internacionais e a instituição, que fora criada para gerar paz internacional e a resolução de conflitos, acabou influenciando os países a alcançarem patamares de destruição jamais imaginados pela sociedade.

O veto foi introduzido no Conselho de Segurança como um fusível, uma forma de congelar o processo decisório do órgão quando existe o perigo do sistema colapsar. Isso

mascarando os interesses de dois países que queriam proteger a sua autonomia, caso algum conflito de interesses surgisse durante as reuniões. Foi exatamente o ocorrido entre as décadas de 50 e 90, Estados Unidos e União Soviética começaram um conflito ideológico e político durante a Guerra Fria que paralisou as decisões do Conselho de Segurança, mas manteve intacta a autonomia que esses países possuíam fora do bloco.

### **3.1 Guerra Fria**

O direito de veto bloqueia o processo decisório no Conselho caso haja discordância entre as grandes potências. A ONU só pode se envolver em atividades no campo da segurança se todos os membros permanentes estiverem de acordo. O suposto é que uma ação coletiva só pode ser realizada quando há unanimidade entre os Estados mais poderosos e nunca contra um desses<sup>7</sup>.

A paralisação do CSNU entre 1946 e 1990 foi em decorrência das divergências entre os Estado Unidos e União Soviética. Para ilustrar essa paralisação do CSNU, durante o período, o direito de veto foi utilizado duzentas e setenta e nove vezes, ou seja, mais de seis vezes ao ano em média<sup>8</sup>. O problema do mecanismo de paralisação foi que as potências, mesmo que presas pelo sistema elaborado pela ONU para travar o órgão em uma ocasião de conflito, continuaram atuando como detentoras do poder da segurança coletiva internacional fora da instituição.

Muitos autores enxergam as ações do Conselho de Segurança durante a Guerra Fria como algo positivo:

*Entretanto, a ação do uso dos vetos no CSNU pelos membros permanentes durante a Guerra Fria, apesar de ter travado o principal órgão decisório da organização, é vista como um mecanismo eficiente. Isto é dito visto que o sistema de segurança coletiva da ONU foi mantido e o arranjo foi capaz de conter a ocorrência de conflitos entre grandes potências no sistema internacional. (REZENDE, 2013)*

Porém, ao contrário do que dizem esses autores, a contenção desses conflitos não ocorreu fora das paredes da ONU. A Guerra Fria viu explodirem diversas guerras civis e conflitos armados financiados pelos Estados Unidos e pela União Soviética, que mesmo não entrando em confronto direto, sempre buscavam algum tipo de conflito internacional

---

<sup>7</sup> HERZ; HOFFMANN, **Organizações Internacionais: história e prática**, p. 104. 2ª edição, 2004

<sup>8</sup> FUJITA, **O BRASIL E O CONSELHO DE SEGURANÇA (NOTAS SOBRE UMA DÉCADA DE TRANSIÇÃO: 1985 - 1995)**, p.67-74. Volume 2, 1996

para que pudessem provar a sua superioridade ideológica e militar a seus adversários e aliados. Entre esses conflitos estão a Guerra das Coréias, a Guerra do Vietnã e a Guerra do Afeganistão. Além desses confrontos diretos houve um momento de tensão internacional, com a Crise dos Mísseis, onde o mundo se viu cara a cara com uma ameaça nuclear entre os maiores polos militares do planeta.

Apenas na Guerra do Vietnã ocorreram aproximadamente dois milhões de mortes vietnamitas, entre civis e militares, e 58.000 mortes de soldados norte-americanos até a retirada dos Estados Unidos do conflito em 1973. Parte considerável da população economicamente ativa do Vietnã morreu durante o conflito, o que provocou uma grave crise econômica nos anos seguintes ao término do conflito. Afirmar que o período da Guerra Fria foi um sucesso dentro do Conselho de Segurança graças a paralisação do órgão e o impedimento de um conflito direto entre as duas nações é desconcertante.

### **3.2 Conflitos Atuais e o Descaso da ONU**

Mesmo com a ineficiência do Conselho de Segurança durante a Guerra Fria, o órgão não chegou a aprender com os seus erros do passado. Atualmente existem muitos conflitos que ocorrem e que estão prestes a ocorrer que, se não ignorados pelo CSNU, são apresentados bem mais diminutos do que verdadeiramente são. A maioria desses locais de conflitos são descartados das reuniões por não apresentarem uma vantagem aos presentes no bloco.

Quando um conflito começa em uma área sem reservas naturais ou petrolíferas, que não pode ser um aliado político regional, ele recebe atenção suficiente para o Conselho de Segurança emitir um relatório sobre o assunto. No relatório eles afirmam rechaçar os atritos ocorridos e apoiam uma resolução através de diálogo e diplomacia. Se o combate tem muitos feridos civis, é enviado uma missão de paz, caso contrário não é realizada mais nenhuma ação sobre o assunto.

É o caso do conflito entre o Paquistão e a Índia, que está ocorrendo desde o começo de 2019, para o controle da área da Caxemira. O conflito, considerado de pequenas proporções, só recebeu um pequeno relatório no início de fevereiro e só voltou a atenção internacional no encontro anual da Assembleia Geral em setembro de 2019. No encontro, o primeiro-ministro do Paquistão, Imran Khan, afirmou que a situação na

Caxemira irá piorar e alertou sobre o risco de uma guerra com a Índia, o que colocaria frente a frente duas potências nucleares<sup>9</sup>.

Outro conflito atual que escapou da atenção do Conselho de Segurança foi a iminente ameaça turca na região Síria que abriga o povo Curdo. A decisão do presidente Trump de retirar os EUA do que chamou de "guerra sem fim" deu à Turquia sinal verde para enviar tropas para a Síria, mudando todo o mapa do conflito em uma semana. Como a decisão norte-americana é baseada no princípio da soberania, não cabe a ONU interferir na sua decisão, deixando a região desprotegida para um possível ataque ao povo Curdo.

A sua inatividade nos conflitos internacionais e sua incapacidade de atingir resoluções que agradem a todos os membros permanentes fazem do CSNU um órgão quase não presente na segurança coletiva internacional. Os únicos casos de interferência positiva do Conselho de Segurança envolvem as missões de paz, porém elas não são o suficiente para regradar todo o sistema de segurança coletiva, abrindo brechas para novos conflitos e opiniões extremistas (como é o caso dos ataques terroristas do século 21 e dos governos de extrema direita que começam a ressurgir nas potências mundiais).

#### **4 MISSÕES DE PAZ COMO NOVO MECANISMO DA MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA COLETIVA INTERNACIONAL**

Os conflitos que apareciam na época da Guerra Fria juntamente com a inaptidão que o Conselho de Segurança apresentava, fizeram a ONU pensar em outro meio de manter a ordem no sistema internacional. Abordando os conflitos de outro ângulo, ao invés de impedi-los de acontecer (algo impossível com o uso exacerbado do veto pelo países permanentes do CSNU, principalmente EUA e URSS) enviar operações de paz para apaziguar os ânimos e ajudar os civis envolvidos em conflitos já iniciados.

Apesar de não terem sido inicialmente previstas no evento de origem da ONU, com a Carta de São Francisco, as operações de paz surgiram como meio de controlar conflitos em andamento, garantindo, assim, a manutenção da paz e da segurança

---

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/na-onu-paquistao-diz-que-ha-risco-de-guerra-com-a-india-pela-caxemira/>>

internacionais. Desse modo, a evolução dos princípios das operações de paz foi forjada concomitante com o estabelecimento das mesmas<sup>10</sup>.

Muitos autores concordam que a criação das operações de paz da ONU está ligada a ineficiência e pausa ocorridas no Conselho durante a Guerra, é o caso de Rezende e Sutterlin, que mesmo com opiniões muito positivas sobre as operações de paz afirmam:

*As operações de paz foram o meio encontrado pela organização para controlar conflitos em andamento e garantir, assim, o cumprimento da função do CSNU em suas atribuições de manutenção da paz e da segurança internacionais (REZENDE, 2012).*

*As operações de paz foram criadas em âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) em resposta a não utilização do mecanismo de segurança coletiva da organização (SUTTERLIN, 2003).*

Portanto, podemos interpretar o surgimento das operações de paz como uma certa admissão, por parte da ONU, que o mecanismo do CSNU é tão propício a falhas e travas que a ONU teve que criar outra forma de resolver os conflitos. É verdade que as operações de paz da ONU, principalmente atualmente com a possibilidade do uso da força física, são muito mais do que apenas um mecanismo de substituição do Conselho, porém, não podemos ignorar um de seus propósitos. Sendo um possível substituto do mecanismo de resolução de conflitos e reparador dos erros existentes no CSNU, como podemos classificar a efetividade das missões de paz?

Como representam um papel de substituição no Conselho de Segurança, as missões de paz tentaram resolver alguns problemas de efetividade apresentados dentro do órgão. Um desses problemas é a atuação em áreas de interesse. As missões de paz tentam incluir conflitos em regiões em que os países do CSNU normalmente não atuariam, por não possuírem qualquer recurso natural que possa ser explorado ou alianças políticas que possam vir a ser favoráveis. Isso pode parecer contraditório com as conclusões que alcançamos anteriormente no texto, mas a verdade é que, mesmo com missões de paz enviadas a esses locais “desfavoráveis” para o conselho, o órgão não os protege genuinamente.

Missões de paz, inclusive com líderes femininas, já foram enviadas a um local chamado **República Árabe Saaraui** (ou Saharai) **Democrática**, essas missões são

---

<sup>10</sup> GOULDING, Marrack. **The evolution of United Nations peacekeeping**, International Affairs, pgs 451-464. 3ª Edição, July 1993.



ótimos exemplos de uma proteção não genuína do CSNU. O Conselho envia missões de paz para a região do Saharai para evitar conflitos onde os países não tem a intenção de interferir, as missões possuem a tarefa de reportar qualquer atividade que possa causar dano no acordo entre as partes em conflito. Porém as missões não possuem papel de ajuda populacional, mesmo quando a população do Saharai (uma região árida com muitas tempestades de areia) está rapidamente falecendo.

A comandante de uma das missões enviadas ao Saharai, Tenente-Coronel Andréa Firmo (Team Site Commander MINURSO Saara Ocidental), afirmou<sup>11</sup> já presenciar uma situação onde um indivíduo que morava na região sofria com dores muito fortes e, mesmo depois de reportar suas dores aos militares da missão, não foi socorrida. Quando questionados pela Tenente-Coronel os militares afirmaram apenas estarem seguindo protocolo, já que ajudar os indivíduos do local não fazia parte da sua missão. A verdade é que as Nações Unidas não reconhecem a República do Saharai, e por isso não interferem na perda da população.

Outra mulher atuante das missões de paz, Márcia Braga, também apresenta outro problema das missões<sup>12</sup>. Para a Capitã de Corveta da Marinha brasileira, que participou de uma missão de paz na República Centro-Africana (Minusca) e ganhou o Prêmio de Defensora Militar do Gênero das Nações Unidas<sup>13</sup>, o tempo das missões é muito curto. Os 6 meses em que Márcia Braga esteve na missão Minusca foram poucos para um engajamento de resultado efetivo, quando ela obteve a confiança da população e começou a melhor entender dos assuntos da região houve uma troca de líder da missão.

Talvez outro problema das missões de paz da ONU podem se encaixar no caso da Capitã Marcia Braga, que durante sua missão foi ferida em um conflito com moradores de um bairro muçulmano de Bangui, capital da República Centro-Africana. Outro brasileiro renomado que foi vítima de ataques durante missões da ONU foi Sérgio Vieira de Mello<sup>14</sup>. É comum que vários ataques ocorram com enviados da ONU em conflitos, o questionamento que surge a partir desses casos é: como a ONU, sendo representada pelo

---

<sup>11</sup> Disponível em: <<https://news.un.org/pt/interview/2019/04/1669271>>

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://igarape.org.br/entrevista-exclusiva-com-a-capitao-de-corveta-marcia-braga/>>

<sup>13</sup> Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/militar-brasileira-recebe-premio-da-onu-por-defender-igualdade-de-genero/>>

<sup>14</sup> Sérgio Vieira de Mello foi alto-comissário da ONU para os Direitos Humanos e funcionário das Nações Unidas por mais de 30 anos. O dirigente trabalhou em diferentes crises humanitárias, políticas e de refúgio. O brasileiro foi morto em 2003, em um ataque terrorista ao Hotel Canal, o complexo da Organização em Bagdá, no Iraque.

Conselho de Segurança e pelas missões de paz, pode garantir a segurança internacional se ela não consegue proteger seus próprios enviados?

## **5 REFORMAS DENTRO DO CONSELHO**

No início do século 21, após o mundo presenciar a insuficiência da ONU durante os conflitos insurgentes na Guerra Fria, os países começaram a pressionar o bloco para uma reforma na instituição com um foco especial no Conselho de Segurança. O órgão até então não havia sofrido qualquer tipo de mudança desde a Carta de São Francisco e era rechaçado pelos países em desenvolvimento, que ganharam uma voz maior dentro das reuniões da Assembleia Geral desde a criação do grupo dos 77.

Portanto, em 21 de março de 2005, o então Secretário-geral Kofi Annan conclamou as Nações Unidas a encontrarem um consenso sobre a expansão do Conselho de Segurança para 24 membros, num plano referido como "Em Maior Liberdade" ("*In Larger Freedom*")<sup>15</sup>. Achando 24 um número muito grande para o bloco, cinco Estados-membros da ONU (Itália, Argentina, Canadá, Colômbia e Paquistão), representando um grupo de outras várias nações, propuseram à Assembleia Geral outro projeto<sup>16</sup>. O projeto defendia a continuidade dos cinco membros permanentes e a ampliação do número de membros não-permanentes para 20.

Porém, a reforma de Kofi Annan não foi o suficiente para muitos Estados-membros, que gostariam de uma mudança nos membros permanentes do CSNU e não apenas nos não-permanentes. Os candidatos geralmente mencionados para integrar o bloco como membros permanentes são Brasil, Alemanha, Índia e Japão, que integram o grupo conhecido como Nações G4, apoiando mutuamente uns aos outros em candidaturas à organização. Países integrantes do CSNU como Reino Unido, França e Rússia apoiam abertamente a entrada do G4 no Conselho de Segurança. Muitos dos candidatos ao status de membros permanentes são eleitos regularmente ao Conselho por seus respectivos grupos: Japão e Brasil foram eleitos por nove vezes e Alemanha venceu três eleições.

Este tipo de reforma tem sido refutado pelo grupo conhecido como União pelo Consenso, composto primariamente por nações que rivalizam comercial e regionalmente com os membros do G4. O grupo é liderado por Itália e Espanha (em oposição à adesão da Alemanha), México, Colômbia e Chile (em oposição à adesão do Brasil), Paquistão

---

<sup>15</sup> Disponível em: <[«Missão do sucessor de Kofi Annan é completar reforma das Nações Unidas»](#)>

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/internacional/noticias/2005/jul/11/19.htm>>

(em oposição à adesão da Índia) e Coreia do Sul (em oposição à adesão do Japão). Para tentar impedir a entrada do G4, a Itália têm proposto a criação de assentos semi-permanentes ou a expansão do número de membros temporários em alternativa à expansão dos membros-permanentes.

O discurso, principalmente por parte do Brasil, continua o mesmo. Durante os discursos dos representantes brasileiros na reunião anual da Assembleia Geral sempre há uma menção da reforma do Conselho para a inclusão do Brasil como membro permanente. O mais recente foi o discurso do Ex-Presidente Michel Temer na 73<sup>a</sup> Assembleia Geral da ONU<sup>17</sup>:

“Precisamos fortalecer esta Organização. Precisamos torná-la cada vez mais legítima e eficaz. Daí porque, precisamos de reformas importantes entre elas a do Conselho de Segurança, que como esta, reflete um mundo que já não existe mais. Precisamos, enfim, revigorar os valores da diplomacia e do multilateralismo. Já demos reiteradas provas de que somos capazes, juntos, quando nos movemos por esses valores (...)”

Porém, mesmo com a vontade de mudança apresentada pelos Estados-membros da ONU, as reformas idealizadas estão longe de alcançarem uma efetividade do Conselho de Segurança como era previsto na Carta de São Francisco. O que impede o avanço do conselho como um órgão exemplar é a constante busca de poder dos seus membros. A entrada do G4, a ampliação de membros não-permanentes e a criação de assentos semi-permanentes estão atrelados aos interesses estatais e, portanto, de nada fazem para mudar o cenário de iniquidade apresentado nos dias de hoje.

O cerne do interesse estatal dentro da ONU é a permanência da existência de um mecanismo de valorização de vencedores da guerra, da “representação” mundial de poder (podendo ser econômica ou militar). O Veto utilizado dentro do CSNU apenas faz desfavores a instituição, que mesmo apresentando uma fala de democracia e igualdade entre os Estados, permanece favorecendo aqueles que não necessitam de ajuda ou favores no ambiente internacional.

Se a retirada do Veto não favorecer a equidade da instituição, podem ser introduzidas outras reformas fora do CSNU, uma que não interfira nos interesses Estatais ou da própria instituição. A criação de um Parlamento das Nações Unidas é algo

---

<sup>17</sup> Disponível em: <[Discurso do Presidente Michel Temer na abertura do Debate Geral da 73ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas](#)>

mencionado por muitos, e seus resultados podem ter um grande impacto nas ações do Conselho de Segurança. A inclusão da sociedade civil dentro do órgão pode aumentar as pressões sobre os países e alterar algumas posições que eles possam ter sobre a segurança coletiva. Com uma sociedade mais inserida nos assuntos internacionais, a instituição progride para um ambiente mais democrático e equitativo.

A maior inclusão de ONGs também pode ser um passo tomado rumo ao desenvolvimento das relações interestatais, a especialização desses organismos pode ser de extrema importância para os debates dentro do Conselho de Segurança. A Cruz Vermelha, que já possui status de observadora na Assembleia Geral, ajuda no debate de alguns assuntos que estão dentro da sua área de atuação. A introdução de outras ONGs dentro das Nações Unidas pode ajudar em assuntos que vão além da segurança coletiva, como saúde, meio ambiente e direitos humanos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Organização das Nações Unidas tem um grande papel internacional de arena diplomática, onde os Estados podem se encontrar e discutir assuntos diversos junto com representantes da sociedade civil. É graças aos esforços da ONU que podemos pensar em direitos humanos, em preservação cultural e um sistema internacional de saúde. Também cabe à ONU o papel de entidade de segurança coletiva internacional, independente dos seus acertos e falhas.

O Conselho de Segurança, assim como a instituição, está longe da perfeição, porém não podemos descartar o grande papel que ele exerce no cenário internacional. Como pode-se ser entendido efetividade como a capacidade de gerar efeitos no cenário internacional, podemos, até certo ponto, enxergar o Conselho de Segurança como um órgão efetivo.

Porém, suas diversas falhas o faz cair em descrédito, e em uma época onde existem acreditantes de uma Terra plana e céticos ao pouso na Lua, a ONU começa a ser intensamente criticada em diversos ângulos. A inclusão da sociedade civil na instituição faria dela um organismo mais democrático e aceito internacionalmente, assim como o tornaria eficaz (e não apenas eficiente).

A mudança do pensamento da instituição também seria bem-vista, principalmente para países periféricos e para minorias dentro da sociedade civil. Os últimos anos foram altamente carregados de movimentos sociais de mudança de pensamento e inclusão, nada

mais justo do que a ONU acatar com o pensamento atual e tentar sair dos moldes criados no pós segunda guerra. O Conselho de Segurança funcionaria melhor sem a valorização dos vencedores, com um sistema mais equitativo ele também se torna humanitário, a retirada do Veto dos países permanentes pode aproximar o órgão da realidade social que vivemos em 2019 e promover uma visão melhor para os anos futuros.

## **REFERÊNCIAS**

YOUNG, Oran R. **The Effectiveness of International Environmental Regimes: Causal Connections and Behavioral Mechanisms.** MIT Press, 1999;

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea. **Organizações internacionais: história e práticas.** Rio de Janeiro. Elsevier, 2004. 10a reimpressão;

BARBOSA, Juliana Graffunder. **A BRIGADA DE INTERVENÇÃO DA MONUSCO: uma inflexão para o uso da força em operações de paz das Nações Unidas?.** UFSC, Florianópolis, 2017. Disponível em: [https://www.academia.edu/36324144/A\\_BRIGADA\\_DE\\_INTERVEN%C3%87%C3%83O\\_DA\\_MONUSCO\\_uma\\_inflex%C3%A3o\\_para\\_o\\_uso\\_da\\_for%C3%A7a\\_em\\_oper%C3%A7%C3%B5es\\_de\\_paz\\_das\\_Na%C3%A7%C3%B5es\\_Unidas](https://www.academia.edu/36324144/A_BRIGADA_DE_INTERVEN%C3%87%C3%83O_DA_MONUSCO_uma_inflex%C3%A3o_para_o_uso_da_for%C3%A7a_em_oper%C3%A7%C3%B5es_de_paz_das_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas)>;

FUJITA, Edmundo Sussumu. **O BRASIL E O CONSELHO DE SEGURANÇA (NOTAS SOBRE UMA DÉCADA DE TRANSIÇÃO: 1985 - 1995).** O novo perfil do Conselho com o fim da Guerra Fria. Parceria Estratégicas, Volume 2, 1996;

REZENDE, Lucas. **O Engajamento do Brasil nas Operações de Paz da ONU.** Análise dos efetivos enviados e recomendações para o fortalecimento da inserção internacional brasileira. Curitiba: Ed. Appris, 2012;

GOULDING, Marrack. **The evolution of United Nations peacekeeping.** International Affairs, Volume 69, Issue 3, July 1993, <https://doi.org/10.2307/2622309>;

SUTTERLIN, James S. **The United Nations and the Maintenance of International Security: A Challenge to be Met.** Greenwood Publishing Group, 2003;

"E essa mulher fui eu, do Brasil" - diz militar que liderou tropas de paz na África. **ONU News, Mulheres**, 23/04/2019. Disponível em : <<https://news.un.org/pt/interview/2019/04/1669271>>. Acesso em: 20/11/2019;

Militar brasileira recebe prêmio da ONU por defender igualdade de gênero. **Nações Unidas Brasil, UNIC RIO**, 27/03/2019. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/militar-brasileira-recebe-premio-da-onu-por-defender-igualdade-de-genero/>>. Acesso em 20/11/2019

PEREIRA, Pérola Abreu; KUELE, Giovanna. Entrevista exclusiva com a Capitão-de-Corveta Marcia Braga. **Instituto Igarapé, REBRAPAZ**, 28/08/2019. Disponível em: <<https://igarape.org.br/entrevista-exclusiva-com-a-capitao-de-corveta-marcia-braga/>>. Acesso em: 20/11/2019;

CAIAFA, Roberto. Márcia Braga, capitão-de-corveta da Marinha ferida em missão de paz da ONU no Saara é homenageada em Nova York. **Tecnologia e Defesa, Cenário Internacional**, 29/3/2019. Disponível em: <<http://tecnodefesa.com.br/marcia-braga-capitao-de-corveta-da-marinha-ferida-em-missao-de-paz-da-onu-no-saara-e-homenageada-em-nova-york/>>. Acesso em: 20/11/2019;

ONU lança selo em homenagem ao brasileiro Sérgio Vieira de Mello. **Nações Unidas Brasil, UNIC RIO**, 17/10/2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-lanca-selo-em-homenagem-ao-brasileiro-sergio-vieira-de-mello/>>. Acesso em 23/11/2019;

Missão do sucessor de Kofi Annan é completar reforma das Nações Unidas. Itamaraty, Folha de S. Paulo, 17/12/2006. Disponível em: <[«Missão do sucessor de Kofi Annan é completar reforma das Nações Unidas»](#)>. Acesso em 27/11/2019;

ONU discute a expansão do Conselho de Segurança. **O Estado de São Paulo**, 11/07/2005. Disponível em:

<<http://www.estadao.com.br/internacional/noticias/2005/jul/11/19.htm>>. Acesso em 27/11/2019;

‘Uniting for Consensus’ Group of States introduces text on Security Council reform to General Assembly. **United Nations**, General Assembly, Plenary, 26/07/2005. Disponível em: <<https://www.un.org/press/en/2005/ga10371.doc.htm>>. Acesso em 27/11/2019;

Discurso do Presidente Michel Temer na abertura do Debate Geral da 73ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. **Ministério das Relações Exteriores**, Discursos, 25/09/2018. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/19533-discurso-do-presidente-michel-temer-na-abertura-do-debate-geral-da-73-sessao-da-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-2>>. Acesso em 28/11/2019;

Na ONU, Paquistão diz que há risco de guerra com a Índia pela Caxemira. **Veja**, Mundo, 25/09/2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/na-onu-paquistao-diz-que-ha-risco-de-guerra-com-a-india-pela-caxemira/>>. Acesso em 28/11/2019.

BOWEN, Jeremy. Como retirada das tropas americanas ordenada por Trump modifica a guerra na Síria. **BBC**, 15/10/2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50053251>>. Acesso em 28/11/2019

**Capítulo 34 - DOI:10.55232/10830012.34**

**A LEITURA NO SISTEMA PRISIONAL EM  
RONDONÓPOLIS: PROJETO LIVROS QUE DÃO ASAS**

**Ana Patrícia Brito de Carvalho, Creuza Rosa Ribeiro e Jhiones de Arruda Mazeto**

**RESUMO:** Este trabalho pretende expor ações pedagógicas voltadas para a leitura no Sistema Prisional na Penitenciária Major Eldo Sá Corrêa “Mata Grande” em Rondonópolis – Mato Grosso. Objetivando promover o acesso à leitura por meio de acervo literário convencional aos recuperandos, nas dependências das alas dos raios, possibilitando a estes uma ocupação prazerosa, ampliando seus conhecimentos e diminuindo a ansiedade causada pelo isolamento social nas Pessoas Privadas de Liberdade – PPL. A leitura é um instrumento de poder, pois dá ao sujeito a capacidade de ampliar seus conhecimentos e as suas possibilidades comunicativas, propiciando-lhe acesso à cultura, enriquecendo-o e permitindo que exerça o papel de sujeito de sua própria história, ao buscar transformar-se para transformar a realidade em que está inserido. A rápida propagação da Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, levou o mundo inteiro a adotar medidas preventivas de isolamento social, o que tem gerado impactos na vida das pessoas. O período pandêmico exige de todos, mudança de comportamento e de rotina, e, a prisão não está à margem desta nova realidade. Se em tempos normais a tensão, o estresse e a ansiedade já são elevados atrás das grades, sem visitas, sem atividades educacionais e laborativas, poderá atingir níveis imensuráveis. Diante desta nova realidade surge à necessidade de expandir o projeto de livros existentes, adquirido por meio de doações, são insuficientes para atender a demanda atual, sendo necessário a ampliação do acervo da biblioteca da Unidade Prisional.

**Palavras-chave:** Leitura, Prisional, Pandemia



## **INTRODUÇÃO**

Ler é rebater a soberania desordenada de informações que, por muitas vezes, mais prejudicam e aumentam a nossa ansiedade do que, de fato, contribuem. Sua função é a formação do sujeito consciente e reflexivo, capaz de transformar a si, o outro e a própria sociedade a qual está inserido. Sabe-se que a leitura contribui, significativamente, não só para a formação intelectual do indivíduo bem como colabora com sua formação pessoal.

Além de todos os benefícios citados advindos da leitura, ela pode também amenizar os sintomas de estresse causados por esse momento. Um estudo realizado pela universidade de Sussex, no Reino Unido, afirma que ler por apenas seis minutos ajuda a diminuir cerca 68% os níveis desse estresse.

Foi partindo desta premissa que observou-se a necessidade da implantação do projeto: **Livros que dão asas** dentro da Penitenciária Major Eldo Sá Correa “Mata Grande”, em Rondonópolis, Mato Grosso, o qual permite aos recuperandos do regime fechado ocuparem o tempo ocioso com a leitura dos diferentes gêneros literários, livros de literatura, científicos, didáticos e paradidáticos, jornais e revistas, os quais lhes serão entregues em todas as alas por meio do carrinho itinerante.

## **DESENVOLVIMENTO**

“Ensinar o sujeito leitor a compreender significa mostrar como construir significados quando eles leem. Instrução da estratégia é tudo sobre ensinar o leitor não meramente à leitura”. (HARVEY e GOUDVINS, 2007, p.31). As habilidades de leitura são desenvolvidas, não com a quantidade de textos, mas com a qualidade dos textos e das experiências de leitura.

Nós temos como premissa de que a leitura é imprescindível em todos os espaços, pois é uma ferramenta de inclusão ou, no caso da ausência dela, de exclusão social, sentimos a necessidade de desenvolver esse projeto de leitura onde incluíssemos principalmente recuperandos que não tem acesso ao ensino regular. Organizando a leitura como uma ação prazerosa, capaz de permitir a construção de significados e formar leitores capazes de compreender além dos textos, Freire explicita a importância de que se entenda a leitura do mundo antes da leitura da palavra:

Refiro-me a que a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra (...)  
De alguma maneira, porém podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida do mundo, mas por certa forma de escrevê-lo

ou de reescrevê-lo, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente. (FREIRE, 2000, p.20).

Em tempos de pandemia os livros foram de fundamental importância, como notabiliza Conceição Evaristo, quando diz que “a leitura é uma oportunidade de ir além daquilo que te cerca” (EVARISTO, 2020). Dada a importância da leitura na unidade, a direção através da Associação dos Servidores Penitenciários da Penitenciária Major Eldo Sá Correa – ASPPMESC disponibilizou recursos financeiros para a ampliação do acervo e melhor atender os recuperandos da unidade. Segue abaixo algumas fotos, ilustrando o aumento do acervo literário:



**Foto 1** Aquisição de novos livros para o acervo do projeto: Livros que dão asas pela unidade.



**Foto 2** Aquisição de novos livros para o acervo do projeto: Livros que dão asas pela unidade.

Tendo como idealizadora e coordenadora do projeto: Livros que dão asas, a pedagoga da unidade, ela é a principal entusiasta em promover o hábito de leitura.

É disponibilizado um recuperando capacitado, que colabora no setor de educação, que fica responsável pela organização do acervo e distribuição de livros em todos os raios e alas do presídio, efetivando os devidos registros dos empréstimos, colhendo assinaturas no protocolo que valida a cedência do livro por 30 dias, podendo ser renovado por mais uma semana, caso não tenha concluído a leitura. Os recuperandos trabalhadores tem livre acesso aos livros no setor de educação. A sequência de fotos seguinte, demonstra de que forma se dá essa dinâmica:



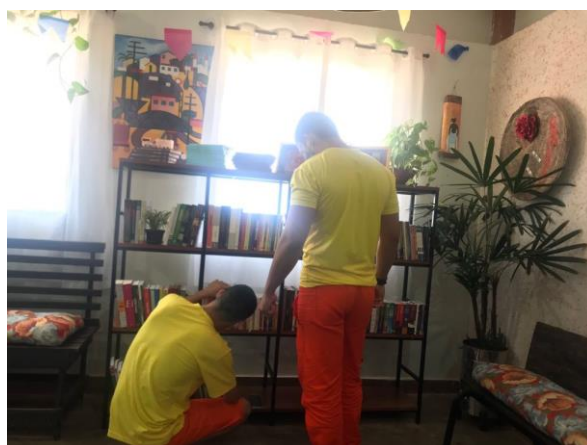
**Foto 3** Recuperando responsável pela distribuição dos livros adentrando os raio e alas do presídio.



**Foto 4** Momento da coleta de assinaturas.



**Foto 5** Pedagoga da unidade fazendo distribuição de livros.



**Foto 6** Recuperandos trabalhadores buscando livros no setor de educação.

Nossos recuperandos, que agora chamamos também, com orgulho, de leitores, retratados nas imagens abaixo:



**Foto 7** Recuperandos em momento de leitura.



**Foto 8** Recuperandos em momento de leitura.



**Foto 9 Recuperandos da ala LGBTQIA+ em momento de leitura.**

Depois do consumo intenso e profundo, sem pressa, o leitor pode tornar a sua leitura mais apurada, e aprimorar seus conhecimentos atribuindo significados ao que foi lido. Corroborando com esta ideia, Freire afirma que:

Ler é uma operação inteligente, difícil, exigente, mas gratificante. Ninguém lê ou estuda autenticamente se não assume, diante do texto ou do objeto da curiosidade a forma crítica de ser ou de estar sendo sujeito da curiosidade, sujeito da leitura, sujeito do processo de conhecer em que se acha. Ler é procurar ou buscar criar a compreensão do lido; daí, entre outros pontos fundamentais, a importância do ensino correto da leitura e da escrita. É que ensinar a ler é engajar-se numa experiência criativa em torno da compreensão. Da compreensão e da comunicação. E, a experiência da compreensão será tão mais profunda quanto sejamos nela capazes de associar, jamais dicotomizar, os conceitos emergentes na experiência escolar aos que resultam do mundo da cotidianidade. (FREIRE, 1996, p.29-30)

Esse movimento do leitor exige uma avaliação formativa, entre observar e ser/leitor e o potencial/leitor, com atividades que cada vez mais possibilitam uma ação do leitor, o seu engajamento, articulando os objetivos pessoais e as descobertas. Trata-se de sujeitos que compartilham suas leituras para melhor compreender o mundo que os cerca, na comunidade se amplia, o que, de certa forma, democratiza o acesso à leitura. Ao adotar a concepção de que ler é compreender, e que para compreender o leitor utiliza as estratégias de leitura, é preciso ensinar-lhe a utilizar essa “ferramenta” ou esses procedimentos que podem conduzi-lo ao entendimento profundo do texto. Nesse ensejo,

segue abaixo, algumas das devolutivas dos PPL com relação a experiência dos mesmos com o projeto:

Quando a angústia do carcere tenta me delo-  
rar de imediato abro osos e algo vôo, em alguma  
ala estou fisicamente preso mais em cada página  
penso conhecer melhor o mundo os galáxias e logo  
me sinto livre. Segundo o educador paulo Freire a  
educação transforma e transformação é o que  
mais precisamos dentro de uma penitenciária.

A leitura ocupa meu tempo ocioso e expon-  
de meu conhecimento. Os livros tem hoje grande  
importância em minha vida, lendo mantenho viva  
minha esperança de um dia fazer curso superior e  
levar educação, renda e dignidade para a minha  
família.

**Foto 10 Devolutiva dos recuperandos com relação a experiência no projeto: Livros que dão asas.**

O projeto livros que dão Asas tem sendo de uma  
importância imensurável, em plena pandemia sem  
ver minha família a mais de um ano consigo ter  
atraso a excelentes livros. Estou convicto que  
vidas serão salvas e transformadas através desse  
projeto. plantando inclusão e educação se colhe  
transformação.

Até pouco tempo eu trabalhava em um frigorífico  
cortando carne, já fui pescador, garçom, sergente de  
pedreiro e sempre com muito orgulho. Quem diria  
que dentro do presídio eu conseguiria entrar em  
uma faculdade federal pro curso engenharia me-  
cânica e vou me tornar engenheiro; sabe o nome  
disso: oportunidade.

**Foto 11 Devolutiva dos recuperandos com relação a experiência no projeto: Livros que dão  
asas.**

Acreditamos que um livro é capaz de mudar a nossa forma de compreender o mundo, apostar na diversidade da leitura nos ajuda a construir a nós mesmos todos os dias, a leitura de clássicos serve para a vida toda, são livros que passaram no teste do tempo sem perder a importância, estão em diálogo constante com os temas da atualidade. Sobre ficção concordamos com Conceição Evaristo, quando afirma que “a ficção apresenta a saída que a realidade não permite” (EVARISTO, 2020).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A intenção, com o projeto é de que a leitura contribua para um melhor relacionamento dos recuperandos consigo, com os demais, e que as grades não sejam limitadores de seus pensamentos e de sua capacidade de viajar por mundos distintos através da leitura e que esta seja ferramenta de transformação do sujeito pensante ampliando assim, a sua visão de mundo e de si no mundo.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

CATANI, Denise Bárbara et al. Docência, memória e gênero. São Paulo, Escrituras, 1997.

FREINET, Célestin. Pedagogia do Bom Senso. 7ª edição, São Paulo, Martins Fontes, 1985.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 23 ed. São Paulo: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

HARVEY, Stephanie; GOUDVIS, Anne. Strategies that work: teaching comprehension for understanding and engagement. 2 nd . Portland, Maine: Stenhouse Publisher, 2007.

LITERÁRIAS, TAG - Experiências. Você constrói quem você é todos os dias. Youtube, 06 abr. 2020. Disponível em: <[VOCÊ CONSTRÓI QUEM VOCÊ É TODOS OS DIAS - YouTube](#)> Acesso em: 15/09/2021.

LITERÁRIAS, TAG - Experiências. As pessoas que leem sabem estar sozinhas.

Youtube, 06 abr. 2020. Disponível em: < [AS PESSOAS QUE LEEM SABEM ESTAR SOZINHAS - YouTube](#)> Acesso em: 15/09/2021.

## **AFETIVIDADE**

**Iranilza Rosa Sampaio**

**RESUMO:** O presente artigo vem dialogar e refletir sobre Afetividade na concepção de Wallon e Vygotsky, os quais vêm referenciar este trabalho. Já na tenra idade, especificamente na idade de entrar na Educação Infantil, a criança deixa o laço familiar para entrar num ambiente diferente do que vive. Partindo desse pressuposto então, a relação professor/criança e criança/criança devem ser significativas para a criança, devido à mudança da sua vida social. A aprendizagem está, dessa forma, repleta de afetividade, pois esta acontece a partir das brincadeiras e interações sociais num processo vincular. Segundo Fernandes, (1991) “Não aprendemos de qualquer um, aprendemos daquele a quem outorgamos confiança e direito de ensinar” (FERNÁNDES, 1991, p.47 e 52). Sendo assim, com o decorrer do desenvolvimento, os vínculos afetivos da criança vão se ampliando, o professor, portanto, passa a fazer parte dessa relação significativa entre o ensino e a aprendizagem com a criança. Refletindo sobre isso, sob as lentes do olhar walloniano e vigotyskyano este artigo objetiva de modo geral analisar as consequências positivas e significativas da Afetividade nas relações professor/criança e criança/criança. E de maneira específica investigar os alguns aspectos da afetividade na teoria de Wallon; analisar as consequências da afetividade sob a perspectiva do mesmo, na relação professor/estudante e criança/criança na Educação Infantil; e desenvolver vivências de afetividade, se colocando no lugar do outro. Nas considerações finais, experiencia-se que ao existir a afetividade na relação escolar possibilita-se melhores motivações para avançar e superar as dificuldades que surgem no dia a dia da vida. Incentiva-se a determinação de seguir em frente diante das derrotas, além de atenuar os conflitos com as adversidades da vida.

**Palavras-chave:** Afetividade, Desenvolvimento, Educação Infantil.



Este artigo surge da necessidade de estimular o desenvolvimento da criança na sua interação com os colegas e as pessoas à sua volta, proporcionando vivências de afetividade e reflexões em colocar-se no lugar do outro e expressar seus sentimentos. Essas relações implicam mudanças de comportamentos e busca a presença da solidariedade, empatia, respeito ao outro, além da importância do afeto e amor no ensino aprendizagem que envolva a Escola como um espaço de significações coletivas. Expondo a afetividade na concepção de Henry Wallon e Vygotsky como referências, o estudo parte do relacionamento que existe entre professor/criança, criança/colegas, na Educação Infantil. A criança ao chegar à escola, deixa o laço familiar, para entrar em um meio diferente do que vive. É um momento de alterações na sua vida social, portanto, a afetividade na relação professor/criança é muito significativa. Toda aprendizagem está repleta de afetividade, pois esta ocorre a partir das interações sociais num processo vincular. De acordo com Tassoni (2000, p. 265) *“O processo de aprendizagem ocorre em decorrência de interações sucessivas entre as pessoas a partir de uma relação vincular, portanto, é através do outro que o indivíduo adquire novas formas de pensar, agir e apropria-se ou constrói relações sociais que influem na relação do indivíduo com os objetos, lugares e situações.”* A autora explica que embora os fenômenos afetivos tenham natureza subjetiva, estes são produzidos no meio sociocultural, e estão ligados de forma direta à qualidade das interações sociais. Portanto, é por meio dessas experiências que a criança vivencia na escola que os objetos passarão a ter um valor cognitivo e também afetivo. Vygotsky (2001, p. 455) fala da relação aluno/professor concernente à afetividade em que *“o mestre deve viver na comunidade escolar como parte inalienável dela e, nesse sentido, as suas relações com o aluno podem atingir tal força, transparência e elevação que não encontrarão nada igual na escola social das relações humanas”*. O teórico expõe que a origem do pensamento passa pela esfera da motivação na qual se insere influências, necessidades, interesses, impulsos, afetos e emoções. Ele refere-se à consciência da psique humana constituída por uma inter-relação dinâmica que se transforma com o desenvolvimento entre o intelecto, o afetivo e a interação social. Vygotsky (1993) propõe uma visão de homem como sujeito social e em constante interação com o meio. A criança quando é inserida num grupo, constrói o conhecimento com a ajuda do adulto e seus pares. Dessa maneira, a aprendizagem ocorre a partir de um processo de interação social, por meio do qual o indivíduo vai internalizando os instrumentos culturais, ou seja, as experiências vivenciadas com outras pessoas é que vão possibilitar a ressignificação individual do que foi internalizado, é fundamental o papel do outro no processo aprendizagem. Wallon (1975) defende uma evolução progressiva da afetividade, que inicialmente é determinada pelo fator orgânico e com o passar do tempo é fortemente influenciada pela ação do meio social. O autor afirma que a criança acessa o mundo simbólico por meio das manifestações afetivas que permeiam a mediação que se estabelece entre ela e os adultos que a rodeiam. Defende que a afetividade é a fonte do conhecimento. Wallon compreende a afetividade como um conjunto de reações centrípetas – orientado em direção à pessoa – a pessoa afeta e é afetada. *“É possível pensar a afetividade como um processo amplo que envolve a pessoa em sua totalidade. Na constituição da estrutura da afetividade, contribuem de forma significativa as diferentes modalidades de descarga do tônus, as relações interpessoais e a afirmação de si mesmo, possibilitada pelas atividades de relação. (WALLON, 2010, p. 14).”* Assim, conjunto das atividades psíquicas assume a organização e a sustentação indispensáveis à realização de diferentes tarefas. O desenvolvimento do projeto materializou-se através das práticas vivenciais, nas quais a professora fez Roda de Conversa com as crianças para o estabelecimento de combinados na relação aos cuidados com os colegas. Em seguida, ocorreu a contação da história: “Margarida Friorenta” usando fantoches de e.v.a para ilustrar a história. Ao

final da mesma foi apresentado o amigo “Abração”, feito de feltro, que foi considerado o mascote da turma para motivá-los a abraçar os coleguinhas. As crianças também foram convidadas a visitar a sala do Berçário II para soltarem bolhas de sabão, ensinar os menores a soprarem as bolhas e se divertirem juntos. Durante a semana, as crianças foram recebidas pela professora com a dinâmica dos Quadrinhos de Cumprimentos: abraço, dança, beijinho, bater as mãos, etc., onde eles escolhiam a gravura que representava a acolhida que eles desejavam receber. A professora confeccionou junto com as crianças a Árvore dos Afetos, onde cada criança desenhou um coração representando um carinho que ele tem pelo coleguinha sorteado. As crianças também foram motivadas a desenhar o coleguinha num papel pardo e pintá-lo de acordo com suas características, valorizando a forma única de cada ser. A avaliação foi feita de forma processual, buscando minimizar as dificuldades da criança gradativamente. Também considerou-se o envolvimento, a participação, a responsabilidade, a independência para concluir as atividades realizadas, respeitando o ritmo de aprendizagem de cada criança. Conclui-se que ao existir a afetividade nessa relação escolar, possibilita melhores disposições de cunho positivo para superar as dificuldades que possam acontecer, a determinação de não aceitar as derrotas, atenuar os conflitos com as diversidades, uma maneira de tornar amena uma situação difícil, que favorece a busca de um objetivo em sala de aula.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

- ALMEIDA, Ana Rita Silva. **A emoção na sala de aula**. 5.ed. Campinas: Papyrus, 2005.
- DANTAS, Heloysa; OLIVEIRA, Marta Kohl de; LA TAILLE, Yves de. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992.
- FERNANDÉZ, A. **A inteligência aprisionada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- TASSONI, E.C.M. **Afetividade e aprendizagem: a relação professor aluno**. Anuário 2000. GT Psicologia da Educação, Amped, Setembro de 2000.
- VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Psicologia Pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- WALLON, Henri. **Psicologia e educação da infância**. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.
- WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

**Capítulo 36 - DOI:10.55232/10830012.36**

## **REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DURANTE A PANDEMIA**

**Marina Santos dos Batista e Aldeny Alves de Oliveira**

**RESUMO:** A pandemia afeta todo mundo, o impacto maior é na educação, visto influenciando negativamente o processo de ensino aprendizagem na vida das crianças, jovens e adultos. A internet é uma mídia que não atende toda a sociedade, os professores trabalharam além do seu horário para atender os alunos com aulas remotas e elaborar apostilas para dar continuidade ao aprendizado. O objetivo dessa pesquisa foi estudar e refletir sobre as ações como educador do ensino infantil, por ter a convicção da importância das práticas pedagógicas, das propostas potencializadoras, das habilidades das crianças em tempo de pandemia, respeitando assim, cada fase do seu desenvolvimento, a faixa etária, mantendo a autonomia, a criatividade e a imaginação de cada uma delas mesmo no período de isolamento social. A metodologia dessa pesquisa foi baseada em levantamento bibliográfico serviu para apresentar definições sobre os principais conceitos, literatura de autores renomados e profissionais que tem se destacado no cenário global, como também utilização de revistas e sites especializados sobre tema abordado. Para comunicar e enviar atividades foi feito grupo de WhatsApp pela professora e supervisionada pela coordenadora, sustentado por uma concepção sociointeracionista do desenvolvimento infantil, que, todas as crianças devem ser respeitadas como cidadã com plenos direitos. O planejamento e trabalho pedagógico foram progressivamente conforme as orientações que a BNCC propõe. Quanto os profissionais dessa fase em meio a pandemia, tendo a certeza que não existe ensino remoto para a educação infantil, pois o aprendizado constitui por meio de especificidades diferentes das outras etapas da educação.

**Palavras-chave:** Educação. Pandemia. Ensino-remoto.

## **INTRODUÇÃO**

O período pandêmico qual nosso país e mundo vem enfrentando fez com que mudássemos nosso modo de vida, e assim conseqüentemente nosso modo de trabalho, todos os seguimentos foram afetados, porém o impacto maior se encontra na educação, visto que temos diversos fatores que influenciam negativamente o processo de ensino aprendizagem na vida das crianças, jovens e adultos.

Estudar por meio das mídias sociais e plataformas digitais que não atende a uma grande parcela de sociedade, pois nem todos tem acesso à internet de qualidade, eletrônicos como computadores e celulares para acompanhar as aulas remotas, e os alunos não ficarem sem estudar os professores tiveram que trabalhar além do seu horário para dar conta de atender os alunos que assistem aulas remotas e para elaborar apostila com material pedagógico para os pais ou os alunos retirem nas instituições de ensino dando continuidade ao aprendizado. Mas será que isso é o suficiente? Será que esta criança/ adolescente/ jovens e adultos estão tendo o direito de um ensino de qualidade? Pensando, nos conteúdos trazidos nessas apostilas nunca foram vistos pelos alunos, podemos citar o caso da transição da educação infantil para o fundamental, em que as crianças chegaram para serem alfabetizadas, elas teriam maturidade cognitiva para realizar as propostas apresentada pelas escolas sem terem tido a oportunidade de se apropriar desse conteúdo? E agora pensando na educação sabemos que ela possui limitações que não condizem com a educação a distância (EAD).

Tendo em conta as características da comunidade escolar, o seu ambiente e os conceitos relacionados com a educação, o conhecimento e as crianças, a escola é considerada como o espaço essencial das relações de comunicação social e base do desenvolvimento cognitivo, sendo definida pelo processo de assimilação e interação para orientar e promover novos. A aquisição de conhecimentos, por meio da vivência do sujeito, e assim participam ativamente de sua própria aprendizagem por meio de experimentos, pesquisas em grupo e incentivos, afetando assim o modo de pensar e o comportamento.

O objetivo dessa proposta foi estudar e refletir sobre nossas ações quanto educadores do ensino infantil, por termos a convicção da importância das práticas pedagógicas e das propostas potencializadoras das habilidades das crianças em tempo

de pandemia, respeitando assim, cada fase do seu desenvolvimento, a faixa etária, mantendo a autonomia, a criatividade e a imaginação de cada uma delas mesmo no período de isolamento social. Reforçando e buscando de maneira humilde o apoio e a compreensão das famílias nesse período tão difícil para toda a sociedade, onde o processo de alfabetização trabalhado como a preparação deste momento com estimulação das habilidades que só serão despertadas na fase da infância se tornando uma base sólida e estruturada para o momento em que chegassem no ensino fundamental.

A metodologia foi baseada em levantamento bibliográfico que serviu para apresentar definições sobre os principais conceitos, literatura de autores renomados e profissionais que tem se destacado no cenário global, como também utilização de revistas e sites especializados sobre tema abordado. Foram relacionados os artigos encontrados sobre o tema independente do ano de publicação.

Vale ressaltar que esta proposta se encontra em processo de desenvolvimento no CMEI- Maria Severina da Silva localizada na rua Catorze, s/nº, quadra 21, no bairro Residencial Farias, Centro qual fazemos parte do corpo docente.

## **METODOLOGIA**

Assim SANTOS (2020) destacou, que a epidemia tem mostrado o que a educação infantil ainda é um campo a ser apontado realmente as funções e as especificidades para a sociedade e precisa avançar em certo sentido, que não é meramente assistencialista e sim é norteado pela base educacional, a BNCC sendo uma fase inicial da educação básica. A Rede de Educação tem trabalhado muito para proteger os direitos das crianças em isolamento social e como alinhá-los às decisões de políticas públicas.

O Comitê dos Direitos da Criança responsabiliza o Estado e seus membros a cumprir os seus deveres no que diz respeito ao direito à educação durante a primeira infância por esta razão foi elaborado no ano de 2005, destacado no Comentário Geral nº7. Partindo desse pressuposto o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Ministério

da Educação (MEC) formula um parecer com diretrizes com o intuito de orientar as instituições de ensino durante este período pandêmico, na qual foi aprovado por unanimidade, no dia 28 de abril de 2020. Porém se faz presente uma certa dificuldade de se encontrar as especificidades da Educação Infantil no quesito organização curricular, no que é prioridade e como se efetiva esse momento na vida e na construção histórico cultural das crianças atendida por essas instituições de ensino.

Segundo FOCHI (2020), é loucura e desespero a escola "receitar" desesperadamente atividades escolares para a família, o que deturpa completamente o trabalho realizado pela escola de educação infantil. Ainda com a visão de FOCHI (2020), quando diz que não ofertamos ensino remoto e sim, oportunidades de acompanhamento e propostas pedagógicas que venham ao encontro das crianças quanto escola, certo de que as famílias não são preparadas para impor o mesmo olhar e posicionamento que nós profissionais da Educação Infantil possuímos, estudamos e defendemos.

Dessa forma ao nos aproximar das crianças e das famílias com propostas atreladas as experiências que as constituem enquanto ser, partindo do convívio das pessoas com quem divide seus medos, inseguranças, alegrias, conquistas, momentos de afetos, do meio cultural, crenças e valores que os cercam, os diferenciam e os institui cidadãs, permitindo-os criar e recriar um mundo que permeia o real e a fantasia, tornando seus lares um reino de acontecimentos e sensibilidades que as façam livres para pensar, protagonizar e resignificar ações que até então eram vista como simples ações corriqueiras do dia a dia, mas que a pandemia os proporcionou um olhar diferente, um olhar que hoje se faz significativo por saber que as crianças não agem da forma que agem por serem crianças e sim porque elas se constroem assim, através de “pequenas ações” do seu cotidiano.

Segundo MELLO (2007) relata que, ao contrário de outras teorias que consideram o processo de humanização - isto é, o processo de formação da qualidade humana - como fatos metafísicos ou produtos genéticos, as teorias históricas e culturais consideram os seres humanos e sua natureza humana como o produto da criação da história. A própria humanidade atravessa toda a história. No processo de criação e desenvolvimento da cultura, os humanos formaram seu campo pulsional - um conjunto de gestos adequados ao uso de objetos e ferramentas e, por meio deste, também criaram

as funções intelectuais que participam desse processo. Ao criar a cultura humana - objetos, ferramentas, ciência, valores, hábitos e costumes, lógica, linguagem - criamos nossa humanidade, ou seja, o conjunto de características e qualidades humanas expressas por meio de habilidades, habilidades e talentos, através da própria atividade humana.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Partindo desse pressuposto e o fato de estarmos distantes fisicamente das crianças, buscamos utilizar o lar como um ambiente educativo mas, sem fazer com que este lugar perca a sua essência natural, propondo atividades que despertem nas famílias o prazer, criatividade e a reflexão referente a importância da família, esta, vista e respeitada como um núcleo de pessoas unidas por laços afetivos que compartilham o mesmo espaço e mantém entre si uma relação solidária e social envolvida pelo cuidado, valores, princípios e virtudes.

Neste sentido, tendo como referência e apoio curricular no que diz respeito ao nosso agir pedagógico a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as demais legislações vigentes, na qual buscamos chegar até as crianças de maneira significativa, tornando este momento de isolamento social propício a novas descobertas e experiências de aprendizagem tornando o lar uma ferramenta essencial para este processo, buscamos propor o fortalecimento dos vínculos afetivos, a interações entre criança e família, família e escola, e escola criança. Acompanhando-as pelo grupo de WhatsApp diariamente pela professora e supervisionada pela coordenadora, o foco de nosso trabalho foi sustentado por uma concepção sociointeracionista do desenvolvimento infantil, haja vista que, todas as crianças devem ser vistas e respeitadas como cidadã com plenos direitos.

Para tanto, o planejamento e trabalho pedagógico foram progressivamente conforme as orientações que a BNCC propõe. Buscando garantir que mesmo no ambiente doméstico e longe de nossos olhares as crianças tenham acesso e oportunidade de vivenciar experimentações que visa garantir que suas habilidades sejam potencializadas com o auxílio de seus responsáveis que, durante todo este período vem sendo nosso principal elo de estimulação das crianças, o que permite e preza a articulação entre as vivências, saberes e cultura de cada uma com os conhecimentos

sistematizados por meio dos campos de experiências que são: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação e por fim, Espaço, tempo, quantidades, relações e transformações, os quais, oportunizam condições favoráveis para o desenvolvimento dos aspectos físicos, intelectuais, sociais e emocionais. O alicerce para o planejamento das ações pedagógicas os eixos norteadores da Educação Infantil: o brincar e o interagir, além dos seis direitos de aprendizagem: conviver, brincar, explorar, participar, expressar-se e conhecer-se, direitos esses que se tornam essenciais para a promoção do desenvolvimento e amadurecimento das habilidades e competências de nossas crianças.

E assim, iniciamos as formações continuadas pautadas nas possíveis propostas pedagógicas a serem ofertadas as crianças e suas famílias, qual foi possível observar uma apropriação significativa por parte dos pais, que abraçaram esta causa e estão caminhando juntos com o CMEI tornando o processo de ensino aprendizagem remoto enriquecedor as nossas crianças. Os temas sugeridos para estudo neste ano letivo, foram previamente elencados, mas, sabemos que nada é engessado e por isso, nossos temas de estudos também é flexível, ou seja, podem ser alterados se necessários, por termos ciência que as formações continuadas devem ir ao encontro das necessidades do grupo.

## **CONCLUSÃO**

Foi discutido várias propostas que viriam se tornar significativas na vida das crianças e suas famílias, por este motivo além do projeto elaborado pela secretaria municipal de Educação: “Programa de Atividades Escolares Da Rede Municipal de Ensino”, foi elaborado um projeto institucional que é: “Identidade e Cultura familiar”, projeto este que foi trabalhado durante o primeiro semestre 2021, podendo ser estendido para o segundo, visto que, neste ano não tivemos oportunidade de conhecer, e ter sequer um segundo de contato com as crianças, o que torna nosso trabalho quanto instituição de ensino ainda mais desafiador, pois, sabemos e temos total ciência de que nada substitui o contato físico e a interação, ainda mais na educação infantil.

Desse modo, reforçamos que o ser humano sempre se encontra em desenvolvimento, assim como no berçário os bebês estão descobrindo seu corpo e o



mundo a sua volta, nós adultos que já desenvolveu esta habilidade estamos descobrindo uma nova forma de vermos e explorarmos este mesmo mundo, por meio da educação e da busca constante de novos desafios, percorrendo uma gama de culturas e individualidades presentes em nossas turmas e no próprio corpo docente.

Por este motivo sabemos que temos que nos reinventar quanto instituição e profissionais dessa fase em meio a esta era pandêmica, tendo a certeza de que não existe e não há ensino remoto para essa modalidade, pois o aprendizado se dá e se constitui por meio de especificidades diferentes das outras etapas da educação, por esta razão se chama Educação e não ensino.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: introdução. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998<sup>a</sup>.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília, DF, 2017.

FOCHI, Paulo. Como zelar pela educação infantil em tempos de isolamento social? Publicado em: 27.04.2020, Lunetas. Disponível em: <https://lunetas.com.br/como-zelar-pela-educacao-infantil-em-tempos-de-isolamento-social/> Acesso em: 06.03.2021

LÜCK, Heloísa. Dimensões de gestão escolar e suas competências. Heloísa Lück. – Curitiba: Editora Positivo, 2009. ISBN - 978-85-385-0027-8

MELLO, Suely Amara. Infância e humanização: algumas considerações na Ministério da Educação. Documento de Referencia Curricular para Mato Grosso: Educação Infantil. Mato Grosso, 2018. Perspectiva histórico-cultural. Florianópolis, v. 25, n. 1, 83-104, jan. /jun. 2007

SANTOS, Marcia Pires dos. OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA COVID -19. Evento de Ciência, Tecnologia, Inovação e Empreendedorismo de Mato Grosso do Sul 2020.

**Capítulo 37 - DOI:10.55232/10830012.37**

**POLÍTICA PÚBLICA DE ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL  
INFANTOJUVENIL E O TRANSTORNO AFETIVO  
BIPOLAR: REFLEXÕES NO CENÁRIO DE PANDEMIA DE  
COVID-19**

**Kadydja Rosely Varela da Fonseca e Oscar Kenji Nihei**

**RESUMO:** Esse artigo objetiva discutir o campo das políticas públicas em saúde mental na infância e adolescência frente à situação de pandemia de COVID-19, com enfoque no transtorno afetivo bipolar de início precoce. Para tanto aborda os aspectos relacionados a territorialidade das políticas públicas em saúde mental e como resultado apresenta dados levantados no SIH-DATASUS, sobre a morbidade dos transtornos de humor infantojuvenil no Brasil e no Estado do Paraná no período de 2010 a 2020. Discute-se o aumento da morbidade dos transtornos de humor e o agravamento no quadro da saúde mental na infância e adolescência. Ao final, discorre-se sobre a premência de implementação de novos modelos de intervenção em saúde mental, que integre inovações nas políticas públicas no atual cenário da pandemia e pós pandemia.

**Palavras-chave:** Saúde Mental. Adolescente. Transtorno Afetivo Bipolar.

## **INTRODUÇÃO**

A pandemia do coronavírus (COVID-19) é a maior emergência de saúde pública enfrentada pela comunidade internacional nos últimos tempos. Além dos riscos quanto à saúde física também representa um desafio à saúde mental, especialmente para crianças e adolescentes ainda em fase de desenvolvimento. No presente estudo objetivou-se discutir o campo das políticas públicas em saúde mental na infância e adolescência, com enfoque no transtorno afetivo bipolar de início precoce, bem como, apresentar os desafios relacionados a atual pandemia de COVID-19, na saúde mental dessa população.

A partir dessas reflexões buscou-se destacar a importância das políticas públicas para o enfrentamento dos desafios na saúde mental durante e pós pandemia. A metodologia adotada foi a da revisão da literatura sobre o tema, além disso, analisou-se dados de casos de internação decorrente de transtorno de humor (afetivos), na faixa etária de 10 a 19 anos, que compreende o período da infância e adolescência, referente ao período de janeiro de 2010 a julho de 2020, foram obtidas no banco de dados públicos do Sistema de Informação Hospitalar (SIH) do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS, 2020).

Por fim, diante do atual cenário da pandemia, discutiu-se os desafios e a importância de políticas públicas para o fortalecimento da capacidade de atenção à saúde da criança e adolescente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

### **1. CENÁRIO DE MUDANÇAS DA ATENÇÃO EM SAÚDE MENTAL NO BRASIL**

No Brasil, até a década de 1970, o atendimento na área de saúde mental, era equivalente a hospitais psiquiátricos e intervenções terapêuticas que ocorriam em confinamento e através de medicação. Nas últimas décadas, esta situação foi bastante criticada e combatida, tanto a nível nacional quanto internacional, sendo tema de discussões e críticas que resultaram na reforma psiquiátrica no Brasil (BRASIL, 2005a).

A Reforma Psiquiátrica buscou estabelecer um novo estatuto social para o doente mental, garantindo-lhe cidadania e respeito a seus direitos e a sua individualidade. As diretrizes estabelecidas para a implantação da Reforma Psiquiátrica no Brasil, objetivou a reformulação do sistema de tratamento clínico da doença mental, eliminando de forma gradual a internação como forma de exclusão social. Este modelo foi substituído por uma rede de serviços territoriais de atenção psicossocial (TENÓRIO, 2002).

A rede territorial de serviço proposta pela Reforma Psiquiátrica, inclui os centros de atenção psicossocial (CAPS), visando a descentralização e territorialização do atendimento na saúde, conforme previsto e instituído na Lei Federal que criou o Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil (BRASIL, 2005a).

Apesar do avanço das reformas e propostas no sistema de saúde e da existência de uma política nacional de saúde mental e legislação que ampara os indivíduos com transtornos mentais, no que se refere à infância e à adolescência, os investimentos e gastos destinados são limitados e os serviços especializados são escassos para atender essa população.

No contexto atual, a necessidade de políticas públicas de saúde mental com foco na infância e adolescência torna-se ainda mais relevante. Pois vivemos uma emergência de saúde pública de repercussão mundial, a pandemia de coronavírus (COVID-19) representa um desafio à saúde mental, principalmente para crianças e adolescentes.

De acordo com Lucas *et al.* (2020), além do Brasil, a maioria dos governos mundiais fecharam temporariamente as instituições de ensino, no intuito de conter a disseminação da pandemia de COVID-19. No Brasil, cerca de 83,4 milhões de estudantes da educação básica, ensino fundamental e ensino médio também foram afetados pelo fechamento das escolas para evitar a propagação do vírus (BRASIL, 2015). E, para muitas crianças e adolescentes, a escola é uma rede apoio fundamental, representando além de um local de ensino, um espaço de socialização, e, muitas vezes símbolo de cuidado e afeto.

Embora essas ações sejam necessárias para a contenção da transmissão de COVID-19, elas causam um forte impacto na vida de crianças e adolescentes com problemas de saúde mental pré-existentes. A perda da rotina, o fechamentos das escolas, a duração prolongada de estresse, os temores de infecção, tédio, distanciamento social, ausência de contato com colegas de classe, falta de espaço em casa, dificuldades financeiras na família, e, em alguns casos, luto de pessoas próximas, podem ocasionar um impacto mais duradouro na vida desses jovens (LUCAS *et al.*, 2020).

Nesse sentido, apesar da precariedade do sistema de assistência em saúde mental, será fundamental se pensar em políticas públicas para o atendimento dessa população na administração da crise e também no cenário pós-crise. Para Lucas *et al.* (2020), torna-se essencial que as considerações sobre saúde mental se integram as ações de resposta à pandemia. Tal fato, justifica-se devido ao risco de sequelas resultantes dos desajustes

mentais resultantes desse período de isolamento da pandemia. Outro aspecto relevante, é que, os distúrbios emocionais que surgem na infância e na adolescência podem se configurar em graves prejuízos na fase adulta.

O objetivo desse artigo é discutir o campo da saúde mental infanto-juvenil no Brasil e o impacto da pandemia da covid-19 nas políticas públicas voltadas para essa população que se encontra em sofrimento psíquico, no caso em estudo, o transtorno afetivo bipolar de início precoce. Busca-se problematizar nesse novo cenário de pandemia de covid-19, a forma que atualmente tem sido conduzida a atenção em saúde mental para crianças e adolescentes, com enfoque particular com base em dados do Estado do Paraná.

A metodologia utilizada fundamentar-se-á na análise e reflexão das políticas públicas aplicadas a saúde mental na infância e adolescência, buscando identificar as dificuldades existentes no acesso e diagnóstico do transtorno afetivo bipolar de início precoce, nesse novo cenário de pandemia de covid-19, especialmente no Brasil.

Para tanto, será realizada uma revisão bibliográfica do assunto, abordando as políticas de saúde na infância e adolescência, a territorialização e a saúde mental no Brasil à partir da criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e a implementação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), ressaltando-se a importância de serem estabelecidas ações e políticas de cuidado com esse segmento da população, considerando-se os impactos da pandemia da covid-19 nos serviços de saúde mental.

Além disso, foram obtidos os dados epidemiológicos sobre atendimentos hospitalares de casos de transtornos de humor, entre a população de crianças e adolescentes do Estado do Paraná, de 2010 a 2020, por meio do Sistema de Internações Hospitalares (SIH) do DATASUS, que constitui um banco de dados de acesso público (<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0203&id=6926>) para subsidiar as análises e reflexões sobre a evolução desses transtornos no estado, auxiliando nas reflexões propostas. Assim, o presente estudo visa resgatar e sanar uma dívida histórica no que tange a atenção e estratégias de acolhimento e cuidados que deem conta da complexidade que representa os transtornos mentais na infância e adolescência, em especial, refletindo esse tema no contexto atual de pandemia de covid-19, em relação ao estado do Paraná.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1. O Território e a Saúde Mental no Brasil**

Segundo Santos (2007), o território é o lugar onde confluem todas as ações, forças, poderes, paixões e todas as fraquezas, ou seja, é onde o homem registra a sua história a partir das manifestações da sua existência, realizando-se plenamente. Conforme o autor, é através da geografia, que os dramas do mundo, da nação; do lugar e dos homens são explicitados. Assim sendo, o território não se configura um conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas que estão superpostas; deve ser entendido como *território usado*, que é a integração do chão mais a identidade, que por sua vez, reflete o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. Portanto, o território é o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais, é o fundamento do trabalho e do exercício da vida.

Os Sistemas de Saúde se estruturam sobre uma base territorial, ou seja, a distribuição dos serviços obedece a uma lógica de delimitação de áreas de abrangência, que devem ser condizentes com os níveis de complexidade das ações implementadas pela saúde pública. Um dos princípios da Política de Saúde Mental Infanto-Juvenil é:

O Território que é o lugar psicossocial do sujeito. O conceito adotado pela Política de Saúde Mental de Território ultrapassa o recorte regional ou geográfico. O território é onde a vida acontece, considerando as “instâncias pessoais e institucionais que atravessam a experiência do sujeito, incluindo sua casa, a escola, a igreja, o clube, a lanchonete, o cinema, a praça, a casa dos colegas e todas as outras, incluindo-se centralmente o próprio sujeito na construção do território” (BRASIL, 2005b, p.13).

De acordo com a Constituição Federal, todo cidadão Brasileiro tem o direito à saúde, cabendo ao Estado assegurá-lo, por meio de políticas públicas que reduzam o risco de doenças e outros agravos. Com esse fim, foi instituído o Sistema Único de Saúde (SUS) norteado pelos princípios de participação popular, universalidade, regionalização, descentralização, equidade e integralidade das ações (BRASIL, 1988).

A proposta de regionalização e hierarquização da rede assistencial a partir dos serviços com bases territoriais, foi o ponto central da reforma Sanitária Brasileira. O movimento da Reforma Sanitária surgiu no início da década de 1970, no contexto da luta contra a ditadura, com o tema Saúde e Democracia. A expressão foi utilizada para referir-se a um conjunto de ideias que abarcavam uma série de mudanças e transformações imprescindíveis na área da saúde, em busca de melhorias nas condições de vida da população. As propostas da Reforma Sanitária culminaram na criação do (SUS).

A base territorial, constitui um dos princípios basilares da organização assistencial dos sistemas de saúde. O estabelecimento dessa base territorial é um passo essencial para

a caracterização da população e de seus problemas de saúde, bem como a possibilidade de se mensurar o impacto do sistema sobre os níveis de saúde de uma população, além da criação de uma rede de responsabilidade entre os serviços de saúde e sua população.

## **2.2. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)**

A atual política nacional de saúde mental fundamenta-se na redução progressiva dos leitos psiquiátricos e na expansão e fortalecimento da rede extra-hospitalar, constituída essencialmente pelos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT). Abrange ainda a inclusão das ações de saúde mental na atenção básica (BRASIL, 2004).

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) surgiram em 1986 e são responsáveis pelos serviços de saúde mental que se propõe a prestar atendimento diário a pessoas com transtornos mentais severos e persistentes. Os CAPS foram criados para serem um dos pilares da reforma psiquiátrica e funcionar fazendo a intermediação entre o atendimento ambulatorial e a internação após a alta de pacientes de hospitais psiquiátricos. Atendem a população adstrita à sua localização, integrado a uma rede de cuidados (BRASIL, 2004).

O CAPS é um tipo de serviço de saúde comunitário que oferece atendimento diário a pacientes portadores de transtornos mentais severos e persistentes, em regime de tratamento intensivo, semi-intensivo e não-intensivo, de acordo com a gravidade do quadro clínico (BRASIL, 2004). É de responsabilidade dos CAPS prestar atendimento individual, medicamentoso, psicoterápico, grupal, oficinas terapêuticas, atividades comunitárias e socioterápicas, visitas domiciliares e atendimento à família, enfocando a integração do paciente ao seu meio social. Considerando todas as modalidades de atendimento, existem 2209 CAPS em todo o país, mas sua distribuição territorial é desigual e ainda não atinge o parâmetro de uma unidade para cada 100 mil habitantes, apenas as regiões Nordeste e Sul apresentam indicador de Cobertura de CAPS/100 mil habitantes maior que a média nacional (BRASIL, 2015).

É da competência do CAPS regular a entrada dos pacientes na rede de assistência psiquiátrica e dar apoio ao atendimento à saúde mental na atenção básica. Os CAPS são divididos em CAPS I (municípios com população entre 20.000 e 70.000 habitantes), CAPS II (em municípios com população entre 70.000 e 200.000 habitantes), CAPS III (municípios com população acima de 200.000 habitantes, atendendo 24 horas/dia, inclusive feriados e finais de semana, com leitos para internações breves), CAPSi II

(atendimento a crianças e adolescentes em uma população de cerca de 200.000 habitantes, ou outro parâmetro populacional a ser definido pelo gestor local) e CAPSad II (referência para o atendimento de usuários com transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas em municípios com população superior a 70.000 habitantes) (BRASIL, 2004).

Com a reforma psiquiátrica, houve um aumento no número de CAPS em diversas cidades brasileiras, visando acolher os pacientes com transtornos mentais, estimular sua integração social e familiar, e oferecer-lhes atendimento sob perspectiva integral. A principal característica dos CAPs é a proposta de integração dos pacientes em um ambiente social e cultural concreto, constituído como o seu “território”, o espaço da cidade onde se desenvolve a vida cotidiana de usuários e familiares (BRASIL, 2004).

Apesar da expansão da rede de saúde mental em todo país e da maior distribuição de serviços, ainda não é possível atender toda a demanda que, na grande maioria das vezes, não consegue acompanhamento especializado e tem dificuldade de acesso aos CAPS e aos demais serviços oferecidos no sistema de saúde (BRASIL, 2007).

### **2.3. A Saúde Mental na Infância e Adolescência**

Os dados apontam que a prevalência dos transtornos mentais em crianças e adolescentes pode chegar até 20% dessa população (BRASIL, 2005a). Acrescenta-se a tal fato, a constatação de que muitos transtornos mentais em adultos tem o início nessa fase da vida, sendo a intervenção precoce fundamental para um melhor prognóstico. As crianças com transtornos mentais ficaram durante muito tempo aos cuidados de instituições assistenciais, sem perspectivas terapêuticas e, muitas vezes com viés asilar.

Em estudos epidemiológicos populacionais internacionais a prevalência estimada de transtornos psiquiátricos na infância e adolescência apresenta ampla variação, entre 1% a 51%. Os problemas mentais mais comuns incluem os transtornos de conduta, os transtornos de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e os transtornos emocionais, que além de ocasionar sofrimento psíquico aos jovens e seus familiares, interferem no desenvolvimento psicossocial e educacional, podendo ocasionar graves problemas psiquiátricos e de relacionamento interpessoal na vida adulta (FEITOSA *et al.*, 2011).

No Brasil, a partir de 2003 o Ministério da Saúde passa a adotar e orientar a construção coletiva e intersetorial das diretrizes de uma assistência para esta faixa etária de base comunitária e com as diretrizes da Reforma Psiquiátrica. A Constituição de 1988,



representa um marco histórico com a criação do SUS e seus princípios de sistema público de saúde gratuito, seguido do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que contribuíram gradativamente na criação de um campo assistencial no âmbito da saúde.

A OMS (2005) ressalta três razões relevantes para se desenvolver intervenções específicas para crianças e adolescentes:

I - Como os transtornos mentais ocorrem em certos estágios do desenvolvimento da infância e da adolescência, os programas de identificação e as intervenções para tais transtornos podem ser direcionados para os estágios em que estes costumam aparecer com maior probabilidade;

II - Como há um alto grau de continuidade entre os transtornos da infância e adolescência e os da idade adulta, intervenções precoces poderiam prevenir ou reduzir a probabilidade de dano em longo prazo e

III - intervenções efetivas reduzem a carga dos transtornos mentais sobre o indivíduo e a família, reduzindo os custos para os sistemas de saúde e comunidades (BRASIL, 2008, p. 34 apud OMS, 2005).

Apesar da Reforma Psiquiátrica Brasileira ter trazido significativas transformações ao modelo de atenção vigente, verifica-se que foi com mais lentidão que as políticas de saúde mental infantojuvenil se fizeram presentes, considerando que as ações concretas se mantiveram em certo descompasso se comparadas com as ações das políticas públicas voltadas para a população adulta.

Nesse sentido, apesar das significativas transformações no campo da legislação a essas populações ocorridas na década de 1990, entre elas o Estatuto da Criança e do Adolescente, percebe-se que estes novos modelos propostos para a inserção destes indivíduos, enquanto sujeitos de direito e assegurados para o pleno acesso em relação as suas demandas essenciais como saúde, educação, lazer, moradia, convivência familiar, encontraram dificuldades de execução em iniciativas concretas para esta população (COUTO, 2001).

No que se refere a atuação dos profissionais da atenção básica, constata-se inúmeras deficiências na atuação, a exemplo: a dificuldade de identificação precoce dos problemas de saúde mental nessa faixa etária; a pouca valorização desse tipo de problema e a deficiência na formação para o diagnóstico precoce dos transtornos mentais.

Diante do exposto, considerando o atual cenário de pandemia da covid-19, que ocasionou a suspensão dos serviços essenciais de saúde mental, o atendimento da saúde mental na infância e adolescência adquire contornos ainda mais críticos diante dessa nova perspectiva. O isolamento social, e todos os problemas decorrentes da pandemia do covid-

19, tais como, o fechamento de escolas, perdas financeiras dos familiares, incertezas quanto ao futuro, aumento da violência familiar, dentre outros aspectos, tem afetado à saúde mental da população. Assim sendo, torna-se imperativo os cuidados e a atenção às crianças e adolescentes no campo da saúde mental.

#### **2.4. O TRANSTORNO AFETIVO BIPOLAR DE INÍCIO PRECOCE**

O transtorno afetivo bipolar (TAB), é uma doença crônica, grave e recorrente que afeta cerca de 1,6% da população e representa uma das principais causas de incapacitação no mundo (KAPCZINSKI, FREY E ZANNATTO, 2004). O TAB é um transtorno de humor que se caracteriza pela alternância de episódios de depressão, mania ou hipomania, bem como, por alterações nos padrões de sono, energia, atividade, atenção e impulsividade (SUPPES e DENNEHY, 2009).

É uma doença que envolve aspectos neuroquímicos, cognitivos, psicológicos e que tem significativo impacto na vida do paciente, de sua família e da sociedade, ocasionando frequentemente prejuízos irreparáveis à vida do indivíduo, abarcando aspectos sociais, financeiros, profissionais, de saúde, ocasionando alto nível de sofrimento psicológico (NEWMAN *et al.*, 2006).

Atualmente, o transtorno bipolar é considerado como parte integrante do conjunto afetivo que engloba em maior ou menor grau os sintomas de: euforia, agitação, impulsividade, grandiosidade, irritabilidade, aceleração do pensamento e da linguagem, estímulo aos comportamentos adictivos e hedonistas (PEREIRA *et al.*, 2010).

Nos últimos anos, houve significativo aumento de interesse no transtorno bipolar, tal importância refletiu-se no aumento de pesquisas em diagnósticos, neurobiologia, epidemiologia e tratamento. Porém, mesmo assim, a identificação de pacientes pertencentes ao vasto grupo de bipolares, apesar da extrema relevância clínica, social e econômica, e da terapêutica disponível, ainda continua sendo pouco ou tardiamente diagnosticado e com tratamento inadequado.

Dados de São Paulo ([www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br)) denotam de forma indireta o problema, visto que, mais de 10 mil AIHs (Autorizações de Internação Hospitalar) por ano são devidas ao transtorno bipolar (MORENO *et al.*, 2005). De acordo com a Associação Brasileira de Transtorno Bipolar (ABTB), o distúrbio atinge 4% da população.

O Ministério da Saúde do Brasil estima que no país até dois milhões de pessoas apresentam transtornos bipolares, desde a sua forma mais leve, até os problemas mais

graves. O órgão também elaborou o primeiro *Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas*, que objetiva orientar os médicos sobre a utilização dos novos medicamentos e em quais casos eles são mais efetivos.

O transtorno bipolar é definido pelo Ministério da Saúde como uma *doença crônica de longa evolução*, que prejudica os aspectos familiar, social e profissional dos doentes. Por isso, o seu tratamento é considerado fundamental para a qualidade de vida das pessoas, das famílias e da sociedade. Estimativas indicam que um portador que desenvolve os sintomas da doença aos 20 anos de idade, por exemplo, pode perder nove anos de vida e 14 anos de produtividade profissional, se não for tratado adequadamente.

A maioria dos pacientes com transtorno bipolar (TB) relata o início dos sintomas ainda na infância, entretanto, devido ao desconhecimento da real incidência e prevalência, a investigação sobre o TB de início precoce, ou seja, antes dos 18 anos de idade, só adquiriu relevância nas últimas décadas. Em estudos retrospectivos, 60% dos adultos portadores de TB descreveram seus primeiros sintomas de alteração do humor antes dos 20 anos de idade, e 10 a 20%, antes dos 10 anos (FU-I; BOARATI; MAIA, 2012).

De acordo com a autora, o diagnóstico do transtorno bipolar em crianças e adolescentes (TB-IA) é mais difícil, porque vários sintomas são similares aos de transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) ou transtornos de conduta. Em vários casos as crianças recebem outros diagnósticos, o que retarda a implementação de um tratamento adequado. Tal fato traz consequências devastadoras, pois o comportamento suicida pode ocorrer em 25% dos adolescentes portadores de TB.

O transtorno de humor bipolar que ocorre em crianças <12 anos e adolescentes <15 anos apresenta mais irritabilidade, ciclagem rápida, baixa recuperação entre os episódios e elevada comorbidade com o transtorno de oposição desafiador e ou transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. Entretanto, o transtorno bipolar que ocorre em adolescentes >15 anos apresenta elevada comorbidade com abuso de substâncias, sintomas de ansiedade e quadro mais semelhante aos dos adultos (ROHDE, 2002).

Para Boarini (2008), dentre as demandas que mais procuram atendimento nos serviços de saúde mental das UBSs, a depressão na infância merece destaque. Para Lee Fu (1996) a depressão atinge 1,2% dos adolescentes na faixa dos 12 aos 16 anos. Ainda, um estudo realizado em um ambulatório de psiquiatria em Porto Alegre, Brasil, foi encontrado uma prevalência de 7,2 % de TB em uma amostra de 500 pacientes com idade abaixo de 15 anos (WAGNER, 2009, p.29 *apud* Tramontina *et al.*, 2003).

Atualmente, no Brasil embora exista uma política nacional de saúde mental e legislação que protege os indivíduos com transtornos mentais, no que se refere à infância e à adolescência, os investimentos e gastos destinados são limitados e os serviços especializados são escassos para atender essa população.

Os direitos de crianças e adolescentes, são frequentemente violados por distintas formas de exploração e por dificuldades de acesso aos serviços de saúde, educação e assistência social de qualidade. Nesse sentido, o diagnóstico e o tratamento do Transtorno Bipolar na infância e adolescência, são fundamentais para reduzir o grau de sofrimento dos pacientes, a cronicidade, a morbidade e mortalidade associadas ao transtorno.

A seguir, apresentaremos o atual cenário da pandemia de covid-19 no Brasil, auxiliando na reflexão de como este contexto pode estar relacionado com maior número de casos de transtornos mentais na população em geral, e em crianças e adolescentes, e como as políticas públicas em saúde mental podem ser afetadas e devem ser aprimoradas para atender a esse novo desafio, tanto no contexto presente como no pós-pandemia.

## 2.5. O ATUAL CENÁRIO DE PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL E O CAMPO DA SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO

No final de 2019, surgiu na China um novo coronavírus denominado “*severe acute respiratory syndrome coronavirus-2*” (SARS-CoV-2). Associado ao SARS-CoV-2, a doença foi denominada “*coronavirus disease 2019*” (COVID-19), tornando-se o mais grave problema de saúde pública dessa geração, foi considerada pandemia em 11 de março de 2020 (FIOCRUZ, 2020).

Nesse momento, a fim de evitar a propagação do coronavírus, causador da covid-19, as autoridades de saúde mundial recomendam como principal medida de contenção o isolamento social. Assim, o fechamento de universidades, escolas, clubes, parques e locais de atividade física confinou adultos e crianças. Apesar dos serviços essenciais serem mantidos, as crianças e os adolescentes foram privados do convívio social e forçados a se manterem em isolamento.

Nesse sentido, a mudança no estilo de vida de forma radical e prolongada, associadas ao medo de ser contaminado, à impossibilidade do contato físico, as incertezas sobre o futuro e a possíveis problemas sociais e perdas financeiras causadas pela pandemia acaba afetando à saúde mental da população.

O impacto da pandemia na infância e adolescência produz efeitos diretos e indiretos. Os efeitos diretos são relacionados as manifestações clínicas da COVID-19. Alguns dos efeitos indiretos são destacados a seguir, de acordo com os dados da (FIOCRUZ, 2020):

- Prejuízos no ensino, na socialização e no desenvolvimento, visto que creches, colégios, escolas técnicas e de idiomas, faculdades e universidades tiveram que ser fechadas.
- O afastamento do convívio familiar ampliado, com amigos e com toda rede de apoio agravando vulnerabilidades.
- O estresse (e sua toxicidade associada) afeta enormemente a saúde mental de crianças e adolescentes, gerando um claro aumento de sintomas de depressão e ansiedade.
- Aumento da violência contra a criança, o adolescente e a mulher, e a conseqüente diminuição da procura pelo atendimento aos serviços de proteção.
- Exagero no uso de mídias/telas, como televisão, computadores, *tablets* e *smartphones*.
- Crianças e adolescentes sofrem as conseqüências do enorme impacto socioeconômico nas famílias, com aumento do desemprego e impossibilidade de trabalho para serviços não essenciais.
- Aumento da fome e do risco alimentar em parte pelo fechamento das escolas e das creches além de perdas nas receitas familiares.

Considerando todos os fatores elencados acima, torna-se ainda mais grave a situação para crianças e adolescentes que possuam algum transtorno mental. E, em se tratando do transtorno afetivo bipolar, os riscos associados são ainda mais elevados.

Segundo a OPAS/OMS (2018), as condições de saúde mental são responsáveis por 16% da carga global de lesões e doenças em pessoas na faixa de idade entre 10 e 19 anos. A depressão em todo o mundo, é uma das principais causas de doença e incapacidade entre os adolescentes e o suicídio é a terceira principal causa de morte entre adolescentes.

No Brasil, entre o período de 1996 e 2017, houve um aumento de 681,82% no número de mortes decorrentes de episódios depressivos. No Paraná, nesse mesmo período o aumento foi de 354,55%. Com base nos dados do Sistema de Informações sobre mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, que inclui na estatística casos que aparecem na Classificação Internacional de Doenças (CID 10) como ‘transtornos do humor (afetivos)’, que abarcam episódios depressivos e transtorno depressivo recorrente.

No Paraná, o número de mortes decorrentes de transtornos de humor, neste período de 1996 a 2017, foram 724 óbitos, com média de 35 óbitos anuais. Analisando os dados, pode-se verificar uma tendência de crescimento ao longo dos anos. Importante

ressaltar que, as taxas de suicídio são bem mais elevadas às mortes associadas à depressão. No Brasil, a cada 40 minutos uma pessoa tira a própria vida.

### **3. RESULTADOS ALCANÇADOS**

De acordo com levantamento da Sociedade Brasileira de Psiquiatria (SBP, 2019), verificou-se que houve um aumento de 107% nos últimos 09 anos no SUS das internações hospitalares de adolescentes com dez a quatorze anos de idade, ocasionadas por doenças mentais e comportamentais. Na faixa etária de 15 a 19 anos, ocorreram mais de 130 mil internações em hospitais da rede pública em 10 anos, no ano de 2018 foram 14,5 mil internações, maior número registrado no período. Corroborando com esses dados, um estudo realizado em um ambulatório de psiquiatria em Porto Alegre, Brasil, foi encontrado uma prevalência de 7,2 % de TAB em uma amostra de 500 pacientes com idade abaixo de 15 anos (TRAMONTINA *et al.*, 2003).

Em relação aos dados obtidos por meio do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH-SUS), para os transtornos de humor (afetivos) entre crianças e adolescentes (10 a 19 anos), no Brasil e no estado do Paraná, no período de 2010 a 2020, constatou-se que houve um aumento significativo no número de casos de morbidade para esses transtornos. A nível nacional, passou de 1813 casos de internação em 2010, para 6267 casos em 2019, representando um aumento de 245% na morbidade do transtorno de humor (afetivo) (Tabela 1). No estado do Paraná, para os mesmos anos em análise, a morbidade dobrou, passando de 175 casos para 350 (Tabela 2). Os dados apontam que os casos de morbidade se concentram na faixa etária de 15 a 19 anos, tanto no Brasil e como no Paraná, representando respectivamente, 79,8% e 84,4% das internações por transtornos de humor na faixa etária de 10 a 19 anos de idade. A seguir, as tabelas abaixo apresentam os dados de morbidade hospitalar do SUS no Brasil (Tabela 1) e a morbidade hospitalar do SUS no Paraná (Tabela 2).

Tabela 1 – Morbidade Hospitalar do SUS - Brasil

CID 10 – Transtorno de Humor (Afetivo)												
Período: Jan/2010 a Jul/2020												
Faixa Etária	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
10 a 14 anos	319	309	333	421	429	391	454	612	900	1526	638	6332
15 a 19 anos	1494	1607	1687	1679	1802	1859	2005	2591	3309	4741	2224	24998

Total	1813	1916	2020	2100	2231	2250	2459	3203	4209	6267	2862	31330
-------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	-------

Fonte: Ministério da Saúde – Sistemas de Informação Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Tabela 2 – Morbidade Hospitalar do SUS - Paraná

CID 10 – Transtorno de Humor (Afetivo)												
Período: Jan/2010 a Jul/2020												
Faixa Etária	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
10 a 14 anos	30	18	20	12	19	11	21	30	60	73	23	317
15 a 19 anos	145	148	142	126	116	123	109	197	241	277	96	1720
Total	175	166	162	138	135	134	130	227	301	350	119	2037

Fonte: Ministério da Saúde – Sistemas de Informação Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

De acordo com os dados levantados no SIH-DATASUS, o que se observa é um aumento da morbidade dos transtornos de humor ao longo dos anos na população infantojuvenil. Nesse sentido, pode-se inferir um agravamento no quadro da saúde mental dessa população. Portanto, tal fato denota uma ineficiência do sistema de saúde na mitigação da morbidade dos transtornos de humor na infância e adolescência.

Isso posto, e, levando em conta que as pessoas com transtorno de humor apresentam maior vulnerabilidade em relação aos estressores ambientais, no manejo das decisões e cujo agravo do quadro clínico também pode também afetar o sistema de saúde, torna-se fundamental considerar os efeitos estressores e psicológicos causados pela pandemia de COVID-19, a exemplo, o isolamento social, a quarentena, o fechamento das escolas, dentre outros. Esses fatores podem atuar como importante gatilho para a incidência e o agravamento dos quadros depressivos e episódios hipomaníacos e maníacos do TAB. Doravante, a agenda de saúde mental torna-se urgente e prioritária no que tange o desenvolvimento de novos modelos de intervenção em saúde mental que conjecturem inovações nas políticas públicas para o atual cenário da pandemia e pós-pandemia.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A utilização das informações públicas do SIH-DATASUS, possibilitou observar através dos dados obtidos, uma tendência de aumento, no Brasil e no Estado do Paraná, da proporção dos transtornos de humor (afetivo) na faixa etária das crianças e

adolescentes (10 a 19 anos), mas com predomínio de casos de internação, principalmente, na faixa etária de 15 a 19 anos, no período analisado de 2010 a 2019. Diante do exposto, considerando o aumento do número de casos de transtorno de humor na infância e adolescência, observa-se que as práticas adotadas no campo da saúde mental infantojuvenil, apresentam-se bastante comprometidas.

Considerando a precariedade do sistema de assistência em Saúde Mental, será fundamental nesse cenário de pandemia, que as ações em saúde mental na infância e adolescência sejam partes integrantes da resposta à pandemia. As políticas de saúde mental, executadas em determinado território, têm a responsabilidade de transformar e ampliar as condições de vida das crianças e adolescentes, através de ações coletivas em prol da saúde e da qualidade de vida dos sujeitos atendidos nesses centros.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BOARINI, Maria Lúcia. O psicólogo e a Unidade Básica de Saúde: o desvio de rumo. In: ZANELLA, AV., *et al.*, org. *Psicologia e práticas sociais* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. *Lei Federal N° 8.068*, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), 1990.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Saúde Mental no SUS: os centros de atenção psicossocial. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. In: *Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil*. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. *Caminhos para uma Política de Saúde Mental Infanto-Juvenil*. 2005b. Disponível em: [http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/pdf/05\\_0379\\_M.pdf](http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/pdf/05_0379_M.pdf). Acesso em: 16 set. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Saúde Mental no SUS: acesso ao tratamento e mudança do modelo da atenção. In: *Relatório de Gestão: 2003-2006*. Brasília: Ministério da Saúde; 2007.



\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Saúde Suplementar. *Diretrizes Assistenciais para a Saúde Mental na Saúde Suplementar*. Rio de Janeiro: ANS, 2008. Disponível em: [http://www.ans.gov.br/images/stories/Plano\\_de\\_saude\\_e\\_Operadoras/Area\\_do\\_consumidor/diretrizes\\_assistenciais.pdf](http://www.ans.gov.br/images/stories/Plano_de_saude_e_Operadoras/Area_do_consumidor/diretrizes_assistenciais.pdf). Acesso em: 29 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Saúde Mental em Dados – 12, ano 10, nº 12. In: Informativo eletrônico. Brasília: outubro de 2015b. Acesso em: 30 set. 2020.

COUTO, Maria Cristina Ventura. *Novos desafios à reforma psiquiátrica brasileira: necessidade da construção de uma política pública de saúde mental para crianças e adolescentes*. III Conferência Nacional de Saúde Mental: cuidar sim, excluir não, 2001, Brasília. In: Caderno de Textos. Brasília, Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, 2001, p.121 - 130. Disponível em:

[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/3\\_conf\\_mental.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/3_conf_mental.pdf) >. Acesso em: 20 nov. 2020.

DATASUS [homepage na Internet], 2020. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde; Disponível em: [www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br).

FEITOSA, Helvécio Neves *et al.* A saúde mental das crianças e dos adolescentes: considerações epidemiológicas, assistenciais e bioéticas. In: *Rev. Bioética*, vol.19, núm. 1. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 2011, p. 259-275.

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=361533255017>. Acesso em: 23 set. 2020.

FIOCRUZ. Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira. In: COVID-19 e Saúde da Criança e do Adolescente. Ago. 2020. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencaocrianca/covid-19-saude-crianca-e-adolescente>. Acesso em: 29 nov. 2020.

FU-I, Lee; BOARATI, Miguel Angelo; MAIA, Ana Paula F. *Transtornos Afetivos na Infância e na Adolescência, diagnóstico e tratamento*. Porto Alegre: Artmed, 2012.

KAPCZINSKI, Flávio; FREY, Benício Noronha. ZANNATTO, Vanessa. Fisiopatologia do transtorno afetivo bipolar: o que mudou nos últimos 10 anos? In: *Rev. Bras. Psiquiatr.* [online]. vol. 26, suppl.3, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Psiquiatria, 2004, p. 17-21.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbp/v26s3/22334.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

LUCAS, Lílian Schwanz. *et al.* Comunicação Breve. Impactos da Pandemia de COVID-19 na Saúde Mental de crianças e adolescentes: Orientações do departamento de Psiquiatria da infância e adolescência da Associação Brasileira de Psiquiatria. In: *Debates em Psiquiatria*, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Psiquiatria, abr-jun 2020, p. 74-78. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.25118/2236-918X-10-2-8>. Acesso em: 22 set. 2020.

MORENO, Ricardo Alberto; MORENO, D. H.; RATZKE, R. Diagnóstico, tratamento e prevenção da mania e da hipomania no transtorno bipolar. In: *Rev. Psiq. Clín.*, vol. 32, supl. 1, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 39-48.

NEWMAN, Cory F. *et al.* *Transtorno bipolar – tratamento pela terapia cognitiva*. São Paulo: Roca, 2006.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE /ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OPAS/OMS). *Determinantes Sociais e Riscos para a Saúde, Doenças Crônicas não Transmissíveis e Saúde Mental. Folha informativa – Saúde mental dos adolescentes*. Organização Pan-Americana de Saúde, 2018.  
Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/saude-mental-dos-adolescentes>. Acesso em 03 out. 2020.

PEREIRA, Lilian Lopes *et al.* *Transtorno bipolar: reflexões sobre diagnóstico e tratamento*. In: *PERSPECTIVA*, v. 34, n. 128, Erechim: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai, dez. 2010, p. 151-166. Disponível em: [http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/128\\_144.pdf](http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/128_144.pdf). Acesso: 03 out. 2020.

ROHDE, Luís Augusto. *Transtorno Bipolar em Crianças e Adolescentes*. In: XX CONGRESSO BRASILEIRO DE PSIQUIATRIA. *Simpósio: Novas Abordagens do Diagnóstico e Tratamento do TAB e TDAH*. Florianópolis, 2002.

SANTOS, Milton. *Território, territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SUPPES, T.; DENNEHY, E. B. *Transtorno bipolar: as mais recentes estratégias de avaliação e tratamento*. Tradução Marina Fodra. Porto Alegre: Artmed, 2009.

TENÓRIO, Fernando. *A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceito*. In: *História, Ciência, Saúde*, vol. 9, n.1, Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz), 2002, p. 25-59. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702002000100003>. Acesso em: 29 nov. 2020.

TRAMONTINA, S.; Schimitz, M.; Polanczyk, G. & Rohde, L. A. *Juvenile Bipolar Disorder in Brasil: Clinical and Treatment Findings*. In: *Biological Psychiatry*, vol. 53, n. 11, Amsterdã: Elsevier, 2003, 1043-1049.

WAGNER, Cláudio Joaquim Paiva. *Transtorno do Humor Bipolar: A Importância do Diagnóstico precoce na Infância e na Adolescência*. In: *Revista de Psicologia da IMED*, vol. 1, n. 1, Passo Fundo: IMED, jun. 2009, p. 28-38. ISSN 2175-5027. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/9/9>. Acesso em: 29 nov. 2020. doi: <https://doi.org/10.18256/2175-5027/psico-imed.v1n1p28-38>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Child and Adolescent Mental Health Policies and Plans*. Genebra, 2005. Disponível em: [http://www.who.int/mental\\_health/policy/Childado\\_mh\\_module.pdf](http://www.who.int/mental_health/policy/Childado_mh_module.pdf).

**Capítulo 38 - DOI:10.55232/10830012.38**

**PARA TUDO: ATIVISMO – E ARTIVISMO? – DIGITAL DE  
GÊNERO E POLÍTICAS DE VISIBILIDADES JUVENIS NO  
BRASIL**

**Josefina de Fatima Tranquilin Silva**

**RESUMO:** :Neste artigo indago o canal do Youtube “Para Tudo” da drag Lorelay Fox, problematizando seu caráter político e comunicacional, uma vez que as tecnologias estão imbricadas às apropriações políticas juvenis operadas nas cartografias digitais. O objetivo é discutir como a performance e a estética de Lorelay Fox configuram seu ativismo – e seu artivismo? – de gênero. A metodologia é a Etnografia: a “observação densa” dos vídeos e a entrevista em profundidade aplicada com Danilo Dabague – criador da Lorelay Fox – formatam o trabalho de campo.

**Palavras-chave:** ativismo digital, artivismo digital, politicidades, estética drag, juventudes

## INTRODUÇÃO

### **Lorelay Fox: referência política para as juventudes lgbtiq+**

Para alguém que pesquisa gêneros, juventudes e comunicação política, torna-se óbvio inquietar-se com Lorelay fox, uma *drag* sorocabana, que se transforma em símbolo de luta juvenil, principalmente entre os ativistas das causas LGBTIQ+. Assim, inauguro uma busca pela *page* no facebook de Lorelay Fox e lá encontro uma foto do criador de Lorelay – Danilo Dabague. E qual é a minha surpresa? Danilo foi meu aluno há 10 anos, quando Lorelay já existia como performista em shows nas casas noturnas de Sorocaba. Entro rapidamente no *Messenger* do facebook e troco com Danilo mensagens carinhosas, embaladas por muitas saudades, elogios e cumplicidades.

A partir do facebook me deparo com seu canal no Youtube e com seus 10 mil inscritos<sup>1</sup>. Desvendo ali, imediatamente, a existência de um ativismo digital de gênero. Começo a assistir avidamente todos os seus vídeos postados em “Para Tudo de Lorelay Fox”, seu canal, o que me inspira as reflexões e o objetivo deste artigo<sup>2</sup>: discutir a estética e a *performance* de Lorelay Fox como possibilidades de negociação de sentidos entre ela e as juventudes que em seu canal fazem-se visíveis. Interessante perceber que estamos tratando de uma estética de “montagem”, que dá vida a uma personagem feminina protagonista do ativismo – e artivismo? – de gêneros existente no canal.

**Fig 1: Capa do perfil de Lorelay Fox no Youtube**



Fonte: Youtube

<sup>1</sup> Em 2017, quando da publicação do artigo na **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**, v. 14, n. 40, 2017. hoje (30/11/2020), o canal consta com 829 mil inscritos.

<sup>2</sup> Este artigo amplia consideravelmente as discussões presentes em comunicações feitas em dois congressos: 1- VI Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia/Coimbra/Portugal; 2- ComuniCon 2016: Congresso Internacional em Comunicação e Consumo/ESPM/SP.

Refletir sobre os ativismos juvenis de gêneros na contemporaneidade é entender que as ações políticas das juventudes ocorrem nos territórios presenciais e nos ambientes digitais. Di Felice (2003, p. 54), analisando a dimensão da cidadania nos espaços digitais, apregoa que “essa dimensão específica nos leva à necessidade, no interior da análise do net-ativismo, de aprofundar o significado da ação social, buscando entender e pensar a qualidade da *ação na rede* [...]”. Como nos diz Martín-Barbero (2008, p. 211):

O ‘lugar’ da cultura na sociedade muda quando a mediação tecnológica deixa de ser meramente instrumental para tornar-se espessa, densificar-se e converter-se em estrutural. A tecnologia remete hoje não apenas a novos aparatos, como também a novos modos de «percepção» e de ‘linguagem’ a novas sensibilidades e escrituras. Radicalizando a experiência de desancoragem produzida pela modernidade, a tecnologia deslocaliza os saberes modificando tanto o estatuto cognitivo quanto o institucional das ‘condições do saber e as figuras da razão’ (Chartron), o que está conduzindo a uma forte diluição das fronteiras entre razão e imaginação, saber e informação, natureza e artifício, arte e ciência, saber experto e experiência profana (Castells).

As juventudes são as protagonistas nesse processo de mudança cultural, pois ocupam os espaços digitais e tecem ações políticas, demonstrando o quanto as mediações tecnológicas convertem-se em estruturais. Como diz o próprio Martín-Barbero (1998), a tecnologia torna-se *tecnicidade*. Nesse contexto as juventudes são aqui analisadas como “uma prática, cujo momento etário se retrai ou se dilata de acordo com a participação dos indivíduos e os contextos das dimensões social, cultural, política e econômica” (PRATA, 2008, p. 223).

O caminho metodológico foi o da etnografia digital (ou netnografia)<sup>3</sup>, na perspectiva das autoras Amaral, Natal e Viana (2008), que a partir da etnografia dos espaços físicos constroem a etnografia digital. Para elas, a etnografia digital “leva em conta os processos de sociabilidade e os fenômenos comunicacionais que envolvem representações do homem dentro das comunidades virtuais” (p.35). Portanto, a técnica da “observação” do canal “Para Tudo de Lorelay Fox” e a entrevista em profundidade aplicada com Danilo Dabague – criador da Lorelay – compõe o trabalho de campo etnográfico. É importante destacar que os comentários postados pelos os sujeitos interlocutores deste canal são percebidos nesta pesquisa como *vocalidades* (ZUMTHOR, 1987), apesar de neste artigo não termos feito pesquisa de recepção.

---

<sup>3</sup> Segundo as autoras enquanto a Etnografia digital se faz por meio da Antropologia, a Netnografia está mais próxima à Administração e ao Marketing. No texto esses termos são usados como sinônimos (2008:34).

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### **Urbania: experiências de corporeidades e corporalidades intoleráveis**

Quando pesquisamos sobre as redes digitais, gêneros, sexualidades, corpos, ativismos digitais e, especificadamente, uma *drag queen*<sup>4</sup>, temos como contexto a contemporaneidade, momento sócio político cultural no qual as urbanidades, as práticas do consumo e as linguagens midiáticas são os motores das ações cotidianas, principalmente das juventudes.

Para Martín-Barbero (2008, p. 208), vivemos nas “urbanias”, os “novos modos de estar juntos, [vistos nas] massas, tribos, bandos, gangues, guetos, comunitarismos étnicos, religiosos, de gênero, etc.”. É neste contexto que os sujeitos acabam por decodificar a pele que habitam: os corpos. “A imagem do corpo é o efeito, o resultado, a construção que se produz por meio da subjetivação das estruturas que antecedem nossa entrada no mundo” (CORTÉS, 2008, p. 125). Neste sentido, ao analisarmos as corporeidades e as questões dos gêneros, entendemos que existem grandes dificuldades para que os sujeitos criem narrativas que demonstrem a aceitação do Eu, do Eu em sintonia com o Outro, e do próprio Outro, pois os corpos denunciam as particularidades do Eu e as diferenças inaceitáveis do Outro: aquele que foge das acessões culturais.

Nestas urbanias, de tantas trajetórias e entrecruzamentos, vale a pena problematizar até que ponto as distintas corporalidades são aceitas; se a regulação e o controle social dos corpos estão ou não em vias de extinção. Os espaços metropolitanos são compostos por “cartografias físicas” e “cartografias simbólicas” (SILVA, 2001) diferenciadas, e isto faz com que certas corporalidades, aquelas que chocam, sejam aceitas em determinados lugares e em outros não; sejam grafadas nos muros, aplaudidas nas *performances*, mas tenham imperdoáveis existências na trama cotidiana. Assim, “os imaginários aparecem [então] como uma estratégia [...] para dar conta dos processos urbanizadores que não são só manifestações de uma cidade, mas também, do mundo [composto por Eu, Outro e Nós] que a urbaniza” (SILVA, 2001, p. 08).

Butler (2015, p. 231), em diálogo com Young, salienta que tanto o “repúdio” que os indivíduos sentem quanto a “expulsão” que praticam são o alicerce que materializa as

---

<sup>4</sup> Utilizo o termo “drag” e não “*crossdresser*”, pois é assim que Lorelay Fox se define.

“identidades culturalmente hegemônicas em eixos de diferenciações de sexo/raça/sexualidades”. Sendo assim, essa aversão leva à expulsão do Outro para longe do Eu, como se fossem “excrementos”, transformando-os em seres “abjetos” e assim repudiados. Dessa forma avaliamos que o “repúdio” e a “expulsão” cometida pelos indivíduos, de que nos fala Butler, centram-se primeiramente no corpo.

Leite Junior (2011, p. 559), refletindo sobre a noção de “abjeto” presente nas análises de Butler, informa-nos que a filósofa o utiliza com “parcimônia, mas se pode seguir uma linha constante em suas análises: “o ‘abjeto’ é o que, na constituição do sujeito socialmente inteligível, é colocado ‘de fora’ desse sujeito, tornando-se seu exterior constitutivo.” A representação do corpo é mais que uma simples imagem, ela é um código que nos aproxima ou nos distancia do poder, da ética, do afeto e da moral. Por isso o corpo é corporeidade e corporalidade.

Butler (2015) entende os gêneros como *performáticos*. Ao se perguntar “qual é a lei interditora que gera a instabilização corporal do gênero, a representação fantasiada e fantasiosa do corpo” (p. 234), a filósofa explica o gênero: quando a cultura produz a disciplinarização dos gêneros acaba por solidificar uma falsa noção de estabilidade destes, pois na verdade, os corpos nunca foram e nunca serão estáveis, e por isso não há necessidade de os sujeitos nomearem por ser de um determinado gênero e nem de ter essa ou aquela identidade de gênero. Estas opções são necessárias somente a fim de contribuir com a sedimentação da regulação heteronormativa. O gênero é, então, “um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, DHNET, s/a, s/p). Assim podemos dizer, por exemplo, que as orientações sexuais que fogem da regulação normativa “bagunçam” a noção de gênero: os homossexuais e bissexuais desarranjam e desagregam essa “ficção reguladora”, profere Butler (2015).

Neste sentido, Scott (1998) elabora críticas fundamentais aos estudos advindos da “história ortodoxa” e das ciências sociais e humanas, quando estas áreas de conhecimento, ao efetuarem pesquisas sobre feminismo, homossexualidade, identidade de gênero etc., não conseguem desconstruir o cerne da questão, que é “a estrutura da economia fálica” (p. 303), e acabam promovendo somente a visualidade de certas questões dentro desta economia, como é o caso de determinados estudos sobre homossexualidade e a heterossexualidade:

Não apenas a homossexualidade define a heterossexualidade especificando seus limites negativos, e apenas a fronteira entre ambas é mutável, mas ambas operam dentro das estruturas da mesma ‘economia fálica’ – uma economia

cujos fundamentos não são levados em consideração pelos estudos que procuram apenas tornar a experiência homossexual visível. [...]. Teorizado desta forma, homossexualidade e heterossexualidade trabalham de acordo com a mesma economia, suas instituições sociais espelhando uma à outra. [...]. Na medida em que esse sistema constrói sujeitos de desejo, simultaneamente estabelece-os, e a si mesmos, como dados e fora do tempo, do modo como as coisas funcionam, com o modo que inevitavelmente são. (SCOTT, 1998, p.303-304)

A partir do momento que muitas pesquisas sobre gênero efetuada na História – assim como em muitas outras áreas de conhecimento como a Antropologia, Sociologia e a Comunicação – não questionam a estrutura da “economia fálica”, elas reforçam a “naturalização” ou “naturalidade” da categoria de gênero e, assim, contribuem para que determinados corpos continuem a ser indesejados, pelo menos nos espaços públicos. Porém contraditoriamente, a presença vívida desses corpos indesejáveis evidencia a pusilanimidade do modelo de gênero. “O ideal regulador é então denunciado como norma e ficção que se disfarça de lei do desenvolvimento a regular o campo sexual que se propõe descrever” (BUTLER, 2015, p. 234).

Refletindo sobre os corpos não representáveis e o gênero como uma edificação dramática, pusilânime, simbólica, aleatória de sentido e, portanto, performativa, são muitos estes corpos, dentre eles apartamos os corpos das *drags*. Para Butler (2015, p. 237), “a *performance* da *Drag* brinca com a distinção entre a anatomia do performista e o gênero que está sendo performado”. Isso porque a *drag* carrega consigo “três dimensões contingentes da corporeidade significante: sexo anatômico, identidade de gênero e *performance* de gênero” (2015, p. 237).

Danilo compreende que Lorelay pode ser vítima de repulsa do outro: “quando eu to montado geralmente eu estou num meio que me favoreça, né? [...] eu sei que posso ser vítima de ódio das pessoas [...]”. E continua “hoje em dia, não sou mais agredido... deve ser justamente pelo respeito que conquistei com o canal”. Vemos então que Danilo, ao dar vida à Lorelay Fox – há 13 anos –, assume ser o *outro*, o *objeto*, o corpo não representado que sofreu a violência, e ainda pode ser vítima de ódio, causado pela *repulsa* e *expulsão* que os sujeitos sentem e fazem desse outro.

### **A estética da montagem: usos e apropriações da cultura de massas**

Se nossa análise tem como foco o corpo, a corporeidade, a corporalidade, encontramos na estética, na montagem de Lorelay, um dos principais elementos que interroga as relações entre sexo anatômico, identidade de gênero e *performance* de gênero (BUTLER, 2015): os corpos representáveis.



Representação feminina normalmente loira, porém, se metamorfoseia em ruiva ou morena; maquiagem exuberante; brincos, colares, tiaras, pulseiras e broches compõem sua estética de montagem para o canal. Fora dele, mostra ainda um figurino de cores fortes e vibrantes; meias arrastão; nádegas, peitos, bumbum e culotes falsos e avolumados.

**Figs 2, 3 e 4: Representações Femininas de Lorelay Fox.**



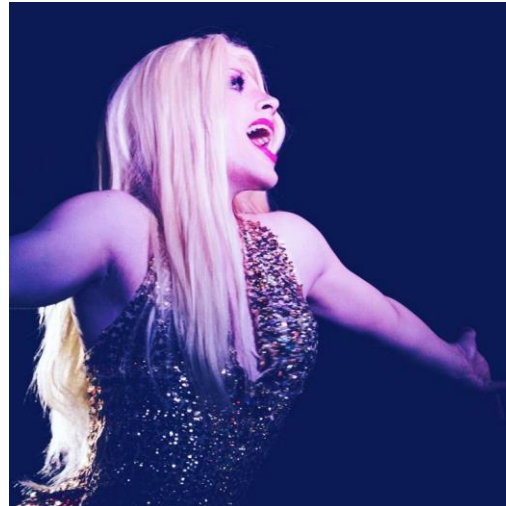
Fonte: perfil Facebook



Fonte: perfil Facebook



Fonte: perfil Facebook



Fonte: perfil Facebook

Olhando para ela – nos territórios físicos ou em seu canal – vemos uma apropriação e novos usos da estética feminina advindas dos produtos culturais midiáticos, aquela estética criada pelo cinema da década de 1950 e que ainda hoje faz sentido: a mulher-fatal, a mulher-objeto, a mulher-sujeito, a virgem, a santa, a sedutora, *ça vamp*, a puta.

Observando alguns comentários notamos que a paixão de seus interlocutores é construída a partir dessa sua estética midiática pop – pois é assim que ela se oferece – presente nos produtos midiáticos, que são citados em seus vídeos, como séries de TV, músicas pop, filmes hollywoodianos, literatura best seller. Atentemo-nos à estética de

Lorelay, nos dizeres de seu criador:

Desde o início busquei as referências no mundo pop... nas músicas, nas séries, nos filmes... naquelas coisas que são dos jovens... A Lorelay é moderna, ela é diva, é musa, é *drag*. Você tinha que ver o meu último show quando cantei “O tempo não para”, do Cazuzza... foi demais... Aproveitei o momento político e pensei: é a hora de detonar... Fiz o show usando a bandeira do Brasil. Foi lindo... a galera pirou! (DABAGUE)

Para seus interlocutores ela é “diva”, “linda”, “mara”. Estamos, então, diante de uma estética que provém das visualidades e propõe visibilidades? Concordamos com Rocha (2012, s/p), quando diz que “assumindo nosso foco analítico particular, pensamos a cultura a partir das *visualidades* e a política a partir das *visibilidades*.”. Para Rincón (2006, p. 203), “um olhar fugaz e efêmero à nossa paisagem *artificial* nos permite constatar que habitamos uma proliferação de imagens, que as imagens têm o dom da ubiquidade e que habitamos uma estranha fascinação pela reprodução visual”. (tradução nossa). Danilo leva para seu corpo masculino uma estética feminina: a estética da montagem. Por conseguinte, há aí marcas da cultura no corpo. Essa cultura que é midiática, que cria corpos midiáticos, reconhecíveis, identificáveis. De forma complementar, interdependente e contraditória, as marcas da cultura no corpo de Lorelay inserem-se em uma *performance* que caçoa, ri, brinca com as diferenças entre a anatomia masculina de Danilo e o gênero feminino que está sendo performado.

Na década de 1960, Morin (1969, p. 77) já nos dizia que a “cultura de massa é, sem dúvida, a primeira cultura da história mundial a ser plenamente estética”. Isto quer dizer que o cotidiano revela uma força imaginária. As imagens invadem o mundo. “O mundo imaginário não é mais consumido em forma de ritos, cultos, de mitos religiosos, de festas sagradas nas quais os espíritos se encarnam, mas também de forma de espetáculos, de relação estética”. (MORIN, 1969, p. 78-79).

Notemos que as referências estéticas de Lorelay pertencem ao universo das juventudes para além do mundo LGBTIQ+, ou seja, em sua entrevista e nos vídeos de Lorelay, Danilo mostra-nos que há um cotidiano estético – de consumo – compartilhado com as juventudes – interlocutoras de seu canal ou não –, aquelas que são “os herdeiros do século XXI [...] os filhos das imagens eletrônicas e digitais: um universo onde o vídeo é deus, memória e futuro [...]. O vídeo nos tem libertado e nos permite a todos balbuciar resquícios de pensamentos visuais” (RINCÓN, 2006, p. 207 – tradução nossa). Isso significa, como bem nos coloca este autor (2006, p. 18), que “a comunicação mediática produz uma cultura que se caracteriza por ser mais de narração e afetividade que de conteúdos e argumentos” (tradução nossa). Assistimos, então, a uma *performance* que de

uma só vez se insere em um sistema de representação simbólica de participações amplas e de singularidades subjetivas.

Neste contexto as juventudes possuem extrema facilidade em dar visibilidade a seus corpos/imagens e assim, por meio das narrativas e afetividades, construir políticas de visibilidades nos territórios digitais. Analisando o ativismo gay, Nussbaumer (2012: s/p) salienta que “o ciberespaço [...] emerge como um lugar de potencialização da multiplicidade que a cultura gay pode englobar”. Neste sentido, concordamos com Reguillo Cruz (2000: 18) que apregoa: “as indústrias culturais [a cultura midiática] têm aberto e desregularizado o espaço para a inclusão da diversidade estética e ética juvenil” (tradução nossa)

## **RESULTADOS ALCANÇADOS**

### **Políticas de visibilidades, ativismo – e artivismo? – digital de gênero: corpos representáveis**

Um corpo “montado” por si só já quebra as convenções culturais dos corpos representáveis. O corpo montado de Lorelay Fox já nos informa que Lorelay participa de outras formas menos tradicionais do “fazer político”: as políticas de visibilidades, as *politicidades* (ROCHA e TRANQUILIN-SILVA, 2016, p. 38) comuns entre as juventudes nas contemporaneidades e urbanias. Como nos coloca Aguilera Ruiz (2014, p. 37):

Expressar, manifestar, visibilizar. Noções que remetem à forma em que aparece frente a nós um grupo de jovens fazendo algo: os vemos, estão ali, se fazem presentes, se visibilizam através de um conjunto de linguagens e estratégias que remetem tanto às características culturais que apresentam as grupalidades juvenis como a forma e conteúdo com que a sociedade vai construindo e constituindo os distintos grupos sociais que nela convivem (tradução nossa).

Esse conjunto de linguagens e estratégias está claramente colocado nas *playlists* do canal de Lorelay. Quando eu contei ao Danilo que não selecionei uma *playlist* específica para analisar o ativismo de Lorelay, já que enxergava ações ativistas no conjunto de seus vídeos, ele me perguntou: “mas mesmo nos vídeos de maquiagem? Quando ensino como faz?”. Ao explicar que a estética da *drag* está diretamente relacionada a um corpo específico que se montará e o fato de Lorelay demonstrar os passos de como se maquiar já a coloca como uma ativista – “como sendo parte de um movimento histórico em curso” (Angela Davis - <https://www.facebook.com/SSEXBBOXDoc/?fref=ts>), aquele que luta pela quebra do poder heteronormativo que sustenta o binômio homem e mulher –, Danilo

pensa e responde: “pensando por esse lado, acho que sim... por que muita gente vem me perguntar nos vídeos de maquiagem: ah, eu sou mulher, posso me montar? Aí eu falo: vai lá, se divirta, maquiagem não é pra um ou pra outro, é pra todo mundo...”. Isto já demonstra o quanto Lorelay quebra os estereótipos de gênero por meio destes seus vídeos. Continua Danilo: “acho que pensando assim, talvez eu seja ativista o tempo todo, mas não é uma coisa intencional, não, deve ser uma coisa fluida, que acontece sem eu planejar. Acho que está interno em mim, né?”. Tanto é assim, e sua estética se mistura às práticas de consumo, que a *Avon*, famosa marca de cosméticos, por meio de uma campanha a favor da diversidade, publica em sua *page* uma homenagem a Lorelay Fox (<https://www.facebook.com/avonbr/photos/p.10154266085436195/10154266085436195/?type=3&theater>)

Rainha nos palcos e no discurso, Lorelay Fox é drag queen e uma figura importante no debate de diversos assuntos acerca do universo LGBTQI. Usando sua voz, talento e canal para esclarecer e dar muitos closes certíssimos, utiliza da maquiagem como ferramenta de sua arte e reforço da sua mensagem linda de empoderamento. Não é apenas uma beleza que a gente admira, mas uma beleza que lacra, ensina e desbanca todos os preconceitos (PERFIL FACEBOOK LORELAY FOX).

**Fig 5: Campanha Avom**



Fonte: perfil do Facebook

Lorelay/Danilo, agora entendendo o quanto de politicidades carregam seus vídeos sobre maquiagem e a própria maquiagem que utiliza para se transformar em uma mulher, diz: “a maquiagem [...] é a minha arte, é onde transbordo o meu imaginário [...]. A expressão das minhas contestações políticas, das angústias com o preconceito e dos meus delírios de glamour e beleza”, e finaliza falando do gênero: “maquiagem está além de gêneros e rótulos”.

Para Danilo, Lorelay é mesmo uma grande militante na *playlist Reflexões*: “os vídeos de *Reflexões* têm um roteiro muito bem feito, quase fala por fala [...]. Eu pesquiso muito”. É notável que, para além do título *Reflexões*, Danilo, publicitário de formação, faz pesquisa sobre os assuntos que discutirá e tem um processo *profissional* de criação. Estes elementos já nos mostram o objetivo de transformar a *drag* Lorelay – que antes existia somente em shows – em uma youtuber ativista das causas de gênero.

Danilo continua sua fala sobre *Reflexões*: “Nessa *playlist* me considero um verdadeiro ativista de gênero... acho que sou até pelas mulheres e não somente pelos LGBTs.... Você não acha, Fina?”. Partindo do pressuposto de que os corpos são instáveis em relação aos gêneros, as identidades de gênero são movediças, a cultura solidifica a regulação heteronormativa, e por isso a categoria gênero é performativa, podemos dizer que Lorelay Fox é uma feminista “pós-gênero”, aquela que, como ativista de gênero, toma

[...] como políticos os próprios termos em que as identidades são constituídas, o que nos levaria a pensar além da categoria gênero como social, mas entender o poder sobre a materialidade dos corpos como aquilo que constrange a diferença sexual como binária, que não se resolveria na tentativa de construção de novas identidades sexuais e de gênero que possam ir além do par masculino/feminino. (RODRIGUES e HEILBORN, 2013, p. 07)

Assim Lorelay se visibiliza por meio de um conjunto de linguagens e estratégias culturais, que definem os pertencimentos juvenis.

Danilo, falando sobre “o poder” de Lorelay, deixa-nos bem claro como sua estética é um elemento de negociação de sentidos entre ela e seus interlocutores: “Lorelay tem o poder que toda arte tem [...], de mexer com o sentimento das pessoas [...]. A partir do momento que a *drag* é arte, ela sempre causa uma comoção, né?”.

Podemos pensar que *drag* é arte, mas, e quando esta *drag* está nos espaços digitais, utilizando uma estética que advém da indústria cultural, do entretenimento, da cultura de massas, podemos dizer que isso é arte? que constrói resistências? Acreditamos, juntamente com Rocha (Apud ASSIS, 2018), que “[...] a primeira questão que podemos

pensar é essa grande relação entre entretenimento e possibilidades de resistência, ou possibilidades de ação política, de consenso social, de mobilização social, de transformação social, e assim por diante”. De nossa parte, acreditamos que experienciamos nas urbanias os processos de midiaticização social, como diz Sodré (Wolfart, 2009): a “[m]idiaticização [...] é a articulação do funcionamento das instituições sociais com a mídia”, ou seja, os elementos característicos da contemporaneidade – “simultaneidade”, a “instantaneidade” e a “globalidade” – se constituíram por meio de efeitos midiáticos, como a estética, por exemplo. Para Sodré: “está se gerando uma nova ecologia simbólica, com consequências para a vida social. (WOLFART, 2009). Dessa forma, a cultura é atravessada pelas tecnologias digitais. Portanto, o canal “Para Tudo de Lorelay Fox” localiza-se nesta nova “ecologia simbólica”. Ali existem subsídios de ampla força: as “mediações”, as quais são “construções que delimitam e configuram a materialidade social e a expressividade cultural” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 292). Obviamente, há uma verdadeira negociação de sentidos no processo comunicativo, que se faz de forma tensa e integradora, ao mesmo tempo. Portanto, partilhamos da premissa que o entretenimento e as tecnicidades podem reverberar transformações. São ligações que se dão, das: “narrativa autobiográfica [...] e uma série de conteúdos comunicacionais do *mainstream*, inclusive das divas pop. Uma experiência de se apropriar desses elementos, mesclar à sua própria experiência de vida e criar um conteúdo cultural próprio”. (ROCHA, 2018).

Considerando o Youtube como um espaço de comunicação pós-massiva e, prioritariamente das juventudes, vemos em “Para Tudo” um forte potencial de ativismo, uma vez que (re)constrói identidades e subjetividades, dando visibilidade ao Eu e ao Outro. “Acho que esse foi o primeiro passo desse sucesso nas redes sociais: ser uma *drag*, uma forma artística falando, e não ser o Danilo, primeira pessoa falando, entendeu? [...] O Danilo falando não seria tão ouvido, com certeza!”. É o corpo de uma jovem *drag* negociando sentidos, sentimentos e afetos. Sendo assim, a estética de Lorelay, sua *performance* e *vocalidade* produzem e socializam “as tendências de gosto e de sentimentos” (RINCÓN, 2006:203 – tradução nossa).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Então, Lorelay, aquela *drag* que zomba da identidade de gênero e possui um corpo não representável no cotidiano, quando está nos espaços digitais e nos lugares de

presencialidade – eventos e shows – torna-se um corpo representável, ao menos em determinados espaços, olhares e escutas. Obviamente esta conquista não elimina os conflitos entre o “Eu” e o “Outro” baseados no “repúdio” e na “expulsão”, porém Lorelay constrói negociações e agenciamentos com a estrutura do poder. Neste sentido, temos certeza de que os territórios digitais “desempenham (...) novas formas de sociabilidade, de identidade, e de comportamento político e social” (SILVEIRA, BRAGA E PENTEADO, 2012:05). Então podemos dizer que, ao mesmo tempo, a *performance* e a estética de Lorelay são perspectivas de construção de subjetividades, símbolo de comunicação e politicidades juvenis. Portanto, Lorelay Fox é uma ativista e pode ser considerada uma artista de gênero.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AGUILERA, R. O. Generaciones: movimientos juveniles, políticas de la identidad y disputas por la visibilidad en el Chile neoliberal. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014. Disponível em:

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20141028030628/generaciones.pdf>.

AMARAL, Adriana; NATAL, Geórgia; VIANA, Lucina (Eds). Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. Sessões do Imaginário, s/v. n. 20, p. 34-40, 2008. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrio.br/fale/ojs/index.php/famecos/article/view/4829/3687>

ASSIS, Carolina. ENTREVISTA: ‘Artistas de gênero’ e a transformação pela música. In: Revista gênero e número. s/n. 2018. Disponível em:

<http://www.generonumero.media/entrevista-artistas-de-genero-e-transformacao-pela-musica/>

BUTLER, J. Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2015.

CORTÉS, J. M. G. Políticas do espaço: arquitetura, gênero e controle social. São Paulo, Editora Senac, 2008.

Di FELICE, M. Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas. Matrizes, ano 7, nº 2, p. 49-71, jul. /dez. 2013. Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/viewFile/69406/71974>.

LEITE JUNIOR, J. Transitar para onde? Monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e Identidades transgêneras. Estudos Feministas, 20(2), p. 559-568, maio/ago, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v20n2/v20n2a16.pdf>

MARTÍN-BARBERO, J. (1997). Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro, Brasil: UFRJ.

MARTÍN-BARBERO, J. Arte/comunicação/tecnicidade no final do século. Revista Margem, Educ/Fapesp, p. 06-20, nº 8, dez. 1998.

MARTÍN-BARBERO, J. As novas sensibilidades: entre urbanias e cidadanias.

Matrizes, no. 2, p. 207-215, abril, 2008. Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38201/40951>

MORIN, E. O paradigma perdido: a natureza humana, Lisboa, Europa-América, 1995.

MORIN, E. Cultura de massas no século XX: espírito do tempo, São Paulo, Editora Forense, 1969.

NUSSBAUMER, G. M. Cultura e identidade gay: a diferença do múltiplo fsm/UFBA. In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2001, Campo Grande. Anais... Campo Grande: UNIDERP, UCDB, UFMS, 2001. p 70-85. Disponível em:

<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP13NUSSBAUMER.PDF>.

PRATA, P. Dilatada, Reconfigurada, Contemporânea: juventude e pirataria como exercício de cidadania cultural. Contemporânea, edição especial, Vol.6, ano 3, p. 222-243, 2008. Disponível em:

<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/17256> .



REGUILLO CRUZ, R. Emergencia de culturas juveniles. Estrategias del desencanto, Buenos Aires, Grupo Editorial Norma, 2000. Disponível em: <http://www.iberopuebla.mx/microSitios/catedraTouraine/articulos/Rossana%20Reguillo%20EMERGENCIA%20DE%20CULTURAS%20JUVENILES%20estrategias%20del%20desencanto.pdf>.

RINCÓN, O. Narrativas Mediáticas: O como se cuenta la sociedade del entretenimento, Barcelona, Gediza ed. 2006.

ROCHA, R. L. de M. Políticas de visibilidade, juventude e culturas do consumo: um caso (de imagem) nacional. In: CONGRESSO LUSOCOM, 8, 2012, Lisboa. Anais... Lisboa: AGACOM, s/p. Disponível em: <http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/lusocom/8lusocom09/paper/viewFile/95/73>

ROCHA, R. de M; TRANQUILIN-SILVA, J. de F.. Alteridade de gênero e deslocamentos de sentido como práticas feministas em rede: observações sobre a página “Moça, você é machista”. Contracampo, v. 35, n. 02, pp. 33-51, ago/nov., 2016. Disponível em: <http://www.contracampo.uff.br/index.php/revista/article/view/934/pdf>.

RODRIGUES, C. e HEILBORN, M. L. Gênero e pós-gênero: um debate político. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10, 2013, Florianópolis. Anais... FLORIANÓPOLIS , UFSC, P. 55-70. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384187904\\_ARQUIVO\\_carlarodrigues.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384187904_ARQUIVO_carlarodrigues.pdf).

SCOTT, J. W. A invisibilidade da experiência. In: Revista Projeto História. 16.02.1998. São Paulo.

SCOTT, J. W. gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: DHNET – Declaração dos Direitos humanos. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen\\_categoria.html](http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html)

SILVA, A. Imaginários urbanos, São Paulo, Perspectiva, 2001.

SILVEIRA, S. A. da; BRAGA, S. e PENTEADO, C. Cultura, política e ativismo nas redes digitais, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível em:

<http://www.fpabramo.org.br/publicacoesfpa/wp-ontent/uploads/2014/10/RedesDigitais-web.pdf>

WOLFART, G., (abril de 2009) A interação humana atravessada pela midiatização.

(EDIÇÃO 289). Revista do Instituto Humanitas Unisinos. Obtido em <http://>

[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2476](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2476).

ZUMTHOR, P. A letra e a voz: A "literatura" medieval, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

### **Espaços digitais consultados:**

LORELAY FOX. Disponível em: <https://www.facebook.com/lorelayfoxx?fref=ts>

NÓS DIVERSOS. Disponível em: <https://www.facebook.com/nosdiversos>

PARA TUDO DE LORELAY FOX. Disponível em:

<https://www.youtube.com/channel/UC-NW3bCGpuJm6fz-9DyXMjg>

PARADA LGBT DE SOROCABA. Disponível em:

<https://www.facebook.com/paradaLGBTSorocaba/?fref=ts>

## **O MOTORISTA POR APLICATIVO NA PANDEMIA**

**Fabiano Franco Daniel**

**RESUMO:** A pandemia de coronavírus – COVID-19 trouxe diversos desafios e expectativas em todos os setores da economia. Entre os motoristas, empresas e usuários de aplicativos de mobilidade urbana não foi diferente. Saudados por entusiastas da flexibilidade de direitos trabalhistas e do empreendedorismo, os aplicativos de mobilidade apresentaram-se como um paliativo à defasagem de vagas no mercado de trabalho. Entretanto, diversos problemas sociais e jurídicos se apresentaram desde a ativação dos serviços no Brasil. Problemas estes que se potencializaram no ano de 2020, com o isolamento social devido à pandemia do novo coronavírus, amenizaram-se com a abertura gradativa de alguns serviços e consequente aumento demanda por motoristas, mas, na aurora de 2021, a esperança da categoria em dias melhores está sendo nublada pelos aumentos nos combustíveis e pelas novas medidas de contenção da pandemia que ocorrem em todo o país. O presente artigo é uma proposta de abordagem da situação dos motoristas por aplicativos no cenário da pandemia. Foram exploradas algumas questões específicas em relação aos motoristas: implementação de políticas de proteção; subsídio aos contaminados pelo novo coronavírus; situação dos “parceiros” do grupo de risco. Foram coletados dados de canais que alguns motoristas mantêm na plataforma de vídeos Youtube, destinados à temática do trabalho por aplicativos, assim como dois grupos de WhatsApp e um, do Facebook, e realizadas algumas entrevistas remotas com motoristas. A partir das informações colhidas, foi traçado um panorama dos motoristas por aplicativo no Brasil no momento pandêmico.

**Palavras-chave:** Motoristas por aplicativo, Pandemia, Condições

## **1 INTRODUÇÃO**

No dia 20/07/2020, o jornal on-line DCM reproduziu um fato curioso, muito relevante e não menos preocupante em relação aos motoristas por aplicativo. A chamada dizia: “Uber não libera auxílio prometido a motorista e o manda trabalhar”<sup>1</sup>. Embora não se trate de uma reportagem, pois, o conteúdo se restringe somente à apresentação de alguns documentos, a notícia chamou atenção diante do espaço que o debate sobre os motoristas por aplicativo tem tomado na sociedade, na academia, chegando ao Parlamento<sup>2</sup>. Mas também, causou preocupação, porque, nesse momento de pandemia, devido a maior visibilidade dos entregadores por aplicativo, apresenta-se como perspectiva a diminuição dos ganhos e o aumento de jornada dos motoristas (LAPA, 2021), por causa da menor circulação de pessoas e carros nas ruas devido à pandemia.

Dito isto, o artigo tratará especificamente da situação dos Motoristas por Aplicativo durante a pandemia de coronavírus. Iniciarei a discussão fazendo uma breve contextualização sobre a categoria no contexto pré-pandemia. Depois, a partir dos dados coletados especificamente para este artigo, pretendo constatar se as remunerações foram afetadas; quais os fatores que mais preocupam os motoristas nesse momento; quais as suas perspectivas especificamente em relação aos aplicativos de mobilidade; e, por fim, o que os motoristas veem como perspectivas no horizonte do mercado de trabalho.

Apresenta-se imprescindível, por ora, abrir uma breve nota metodológica. A obtenção de dados foi exclusivamente oriunda do meio virtual, pois, tendo em vista a necessidade de distanciamento social, pareceu-me a melhor técnica naquele e neste momento, mas também porque a um artigo que trate do impacto de uma pandemia a uma determinada categoria faz-se mister se valer da limitação que a pandemia impôs aos próprios pesquisadores.

Dessa forma, além das fontes de dados que foram os vídeos de Youtube, assim como, o grupo do Facebook, lancei mão de informações coletadas em grupos de WhatsApp e em entrevistas com alguns motoristas. A interpretação dos dados a partir de uma análise eminentemente qualitativa pareceu-me suficiente para entender o momento

---

<sup>1</sup> <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/uber-nao-libera-auxilio-prometido-a-motorista-e-o-manda-trabalhar/>, acesso em 06/08/2020.

<sup>2</sup> <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2257468>, acesso em 03/03/2021.

pelo qual passam os homens e mulheres que labutam intermediados pelos aplicativos e, embora padeça de algumas limitações que as redes possam proporcionar ao pesquisador, foram suficientes à proposta do presente trabalho.

Outrossim, cumpre destaca ainda que as entrevistas e os canais de Youtube são de âmbito nacional: as entrevistas foram realizadas com quatro motoristas: três homens, um atuante em Brasília, outro em São José/SC e um de Curitiba/PR, e uma única mulher que atua no Distrito Federal. Mas, as comunidades on-line (KOZINETS, 2014), tanto na plataforma Facebook quanto no aplicativo WhatsApp, ficaram restritas ao universo do Distrito Federal.

Cabe destacar que, o presente artigo foi pensado às pressas, pois, diante da pandemia do novo coronavírus a categoria de motoristas, por óbvio, teve uma perda significativa em seus ganhos, pois, a demanda pelo serviço, por causa das restrições impostas à população pela pandemia, caiu. À época, julho de 2020, os entregadores que também laboram para os aplicativos ganharam muita visibilidade, e os motoristas perderam o protagonismo de outrora. Assim, achei relevante fazer um levantamento sobre as condições dessa categoria.

O esclarecimento acima se faz necessário porque os dados do Youtube e das entrevistas dizem respeito ao primeiro semestre de 2020, mas os dados da comunidade do Facebook, do WhatsApp, assim como, a atualização de uma das entrevistas, realizada com a única mulher da minha amostra, dizem respeito ao ano de 2021.

Penso que essa amostragem, embora limitada e proveniente do universo virtual, deu-me uma interessante percepção das condições, anseios e perspectivas desses trabalhadores, nesse momento.

## **2 O BRASIL E OS APLICATIVOS**

Embora diversas empresas atuem no setor de aplicativos, o objeto de estudo restringiu-se à plataforma Uber<sup>3</sup>, tanto por ser a empresa mais popular no setor quanto

---

<sup>3</sup> Não obstante o objeto seja a empresa Uber, não excluirei menções, seja nos vídeos, nos comentários ou entrevistas, a outras empresas atuantes no setor de aplicativos.

pelo seu pioneirismo. A Uber, que foi fundada em junho de 2010<sup>4</sup>, atua no Brasil desde 2014.

Em 2014, não obstante o resultado das urnas, o governo da Presidenta Dilma Rousseff enfrentava alguns desafios oriundos da crise econômica e política que avançava no país, e o emprego formal começava a abandonar os bons patamares dos anos anteriores. Vejamos:

A taxa de desemprego no Brasil que em 2013 chegou ao 5,4%, e em 2014 bateu os 6,9 pontos percentuais, em 2015 seria de 8,4%, superando as taxas médias registradas no mesmo período dos anos anteriores, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Assim, confrontado os dados de 2013, quando o Brasil ostentava a menor média anual desde o início da série histórica, em março de 2002<sup>5</sup>, em 2015, o desemprego dava claros sinais de recrudescimento no país.

A partir de 2017, o então Presidente Michel Temer, implementa políticas neoliberais dentro de suas possibilidades. Em vistas ao presente artigo, destaco a denominada Reforma Trabalhista, representada pela Lei n. 13.467, julho de 2017, que entrou em vigência em novembro do mesmo ano. A reforma teve como substrato ideológico a geração de empregos e a superação da crise econômica através do consumo. Veja-se o resultado:

Conforme a PNAD contínua, divulgada no dia 06/08/2020, o desemprego no Brasil estava em 13,3% no trimestre encerrado em junho, atingindo 12,8 milhões de pessoas. O último trimestre de 2020 ostenta uma cifra acima dos 14 milhões de desempregados e quase 6 milhões de brasileiros em desalento<sup>6</sup>.

Pois bem, ao que parece, segundo os dados, a geração de empregos, tampouco a superação da crise econômica, foi alcançada.

A “inauguração” dos aplicativos de mobilidade urbana no país, no ano de 2014, apresentou-se em momento extremamente favorável às empresas, pois, ao mesmo tempo

---

<sup>4</sup> <https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/fatos-e-dados-sobre-uber/> , acesso em 02/03/2021.

<sup>5</sup> <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?view=noticia&id=1&idnoticia=2575&busca=1&t=desocupacao-foi-4-3-dezembro-fecha-2013-media-5> acesso em 10/08/2020.

<sup>6</sup> <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> , acesso em 02/03/2021.

que o desemprego estava aumentando, alguns trabalhadores que se socorreram nos aplicativos, para complementar renda ou como fonte de renda exclusiva, talvez fossem os mesmos que nos períodos anteriores tiveram acesso a bens de consumo essenciais a este trabalho, a saber, carro e aparelhos smartfone<sup>7</sup>.

Saudadas pelos entusiastas do empreendedorismo e da flexibilização da legislação protetora do mercado de trabalho, as plataformas<sup>8</sup> chegam ao Brasil e aderem-se à rotina da população. Tanto usuários quanto trabalhadores utilizam as plataformas. A título apenas exemplificativo, de acordo com dados da revista *exame*<sup>9</sup>, em 2018, só a Uber, tinha 91 milhões de usuários no mundo, um crescimento de 35% em relação a 2017. A Uber tem mais de 22 milhões de usuários no Brasil e mais de 1 milhão de motoristas parceiros, estando presente em mais de 500 cidades. O Brasil é o segundo maior mercado da Uber. Esses dados estão disponíveis no site da empresa.<sup>10</sup>

Os motoristas somente da Uber, conforme a própria empresa, são mais de 1 milhão, somente no Brasil. Segundo dados do IBGE, divulgados em 2019, o Brasil já tem mais de 1.125.000 motoristas de aplicativo, informação que também foi explorada por Manzano e Krein (2020) que nos apresentam as condições dos trabalhadores por aplicativo e nos informam que, de 2016 para 2020 o número de trabalhadores por aplicativo saltou de 1,39 milhões para 2,02 milhões, ou seja, um aumento de 41,9%.

A Uber é um fenômeno, mas ao mercado de trabalho brasileiro talvez a Uberização<sup>11</sup> não tenha surgido com a pecha de uma mazela, mas sim como uma alternativa: uma possibilidade de empreender e uma forma de renda, exclusiva ou complementar. É verdade que os aplicativos de mobilidade são um fenômeno mundial,

---

<sup>7</sup> JUNGE, Benjamin; TAVARES, Álvaro Prado A. *Subjetividades Móveis*. Novos estudos CEBRAP. São Paulo: JAN.–ABR. 2020

<sup>8</sup> Embora eu utilize com frequência a palavra “aplicativo”, em alguns momentos utilizei o termo “plataforma”. Estou ciente que os aplicativos compõem as plataformas, como bem abordou Oliveira, Carelli e Grillo (2020), mas como o objetivo do artigo é explorar as condições dos trabalhadores deixo de lado essa importante discussão e, didaticamente, utilizarei os termos aplicativo e plataforma como sinônimos.

<sup>9</sup> <https://exame.com/negocios/os-numeros-secretos-da-uber-us-1-bi-no-brasil-us-11-bi-no-mundo/>, acesso em 06/08/2020.

<sup>10</sup> <https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/fatos-e-dados-sobre-uber/>, acesso em 03/03/2021.

<sup>11</sup> Embora haja divergência acerca do termo “Uberização”, faço aqui o uso, embora poucas vezes, devido à popularização e utilização por autores de minhas referências, por exemplo, ABÍLIO, Ludmila K, 2020 e SLEE, Tom, 2018.

mas o contexto brasileiro foi imprescindível para desenvolver-se aqui um dos mercados mais promissores às empresas.

### **3 AS COMUNIDADES *ON LINE*, OS MOTORISTAS NA RUA E A PANDEMIA**

Quando iniciei a coleta de informação para subsidiar este trabalho, tinha uma ideia sobre os motoristas por aplicativo. Chamo de ideia aquilo que se poderia adjetivar de hipótese, qual seja: a de que a Uberização e precarização são corolários, assim como, os motoristas migraram às plataformas seduzidos pela ideia do empreendedorismo e, por fim, que se trata de uma categoria pulverizada em que a coesão e a união carecem de força, o que, conseqüentemente, dificultaria sua luta por melhores condições de trabalho.

Dada a incipiência da pesquisa, não posso abandonar aquelas hipóteses nem tampouco confirmá-las, mas já tenho indícios interessantes a analisar.

Como já mencionei, foram observadas postagens no grupo do Facebook denominado UBER Motorista Brasília-DF, que tem mais de 5 mil membros<sup>12</sup>, assim como acompanho 2 grupos de WhatsApp exclusivos a motoristas que laboram no Distrito Federal, e assisti a quase 100 vídeos postados em 3 canais da plataforma de vídeos Youtube, a saber: *Uber do Marlon*, que contém 590 mil inscritos; *Fernando Uber Floripa*, que contém 253 mil inscritos; e *Uber do Marcelo, o Uber fora da curva*, com mais de 86 mil inscritos.

Dentre as comunidades pesquisadas, os grupos de WhatsApp e do Facebook apresentam postagens mais espontâneas e o tema que ganhou maior relevo, foi a tarifa implementada pela empresa Uber e suas congêneres denominada “Promo”. Trata-se de uma tarifa com preços muito baixos que, de acordo com as empresas, serve aos motoristas em momentos de baixa demanda<sup>13</sup>. Mas, embora os reclames em todas as postagens, o que transpareceu de interessante foi a união dos grupos pesquisados no sentido de não realizarem esses tipos de viagens. Algumas postagens sugerem que o motorista quase paga para realizar o serviço e há alguns relatos de passageiros que reclamam da

---

<sup>12</sup> <https://www.facebook.com/groups/114024819107984> , acesso em 26/02/2021

<sup>13</sup> Não encontrei a referência no site da Uber: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2020/08/o-que-e-uber-promo-nova-modalidade-traz-corridas-mais-baratas.ghtml> , acesso em 02/03/2021



indisponibilidade da opção “Promo”, embora disponível no aplicativo. Ou seja, aparentemente, há um “acordo” entre os motoristas a fim de não realizar esse tipo de serviço que está prejudicando os objetivos das empresas, mas os aplicativos já utilizam formas de driblar os motoristas e os valores pagos pela modalidade mais usual, a UberX, segundo alguns, estão se defasando, como demonstra um comentário no Facebook do dia 02/03/2021: “So parar de rodadar por que so toca promo acabou velho não dá mais e o x esta o mesmo valor!”. (manteve-se a grafia original)

Outro assunto que também ganha destaque são os frequentes aumentos no preço dos combustíveis, sobretudo no ano de 2021. Alguns motoristas, sobretudo nos grupos de WhatsApp, indignam-se e dizem que irão abandonar os aplicativos, pois, não obstante o aumento, as tarifas pagas a eles não sofrem reajustes e o prejuízo é potencializado pelas promoções impostas pela empresa.

A título de exemplo, em comentário feito no dia 27/02/2021, um motorista diz que “temos que fazer uma analogia a escravidão moderna da Uber, assim ela fica queimada no mercado acionário nem um investidor vai querer se associar a empresa ligada a escravidão moderna!”. (mantive a grafia original).

A partir do dia 26 de fevereiro de 2021, por causa do Decreto do Governo do Distrito Federal sobre as medidas restritivas de combate à pandemia, o assunto orbitou por esse tema. A maioria dos motoristas apoiavam as manifestações contra o decreto, salvo poucas vozes dissonantes, que salientavam a necessidade das medidas haja vista o alto número de contaminados e as altas taxas de ocupação das Unidades de Terapia Intensiva em quase todo Brasil.

Já em relação aos vídeos analisados, a espontaneidade fica por conta dos comentários. Como a maioria dos vídeos é editado e os apresentadores, geralmente, não tecem críticas às empresas, limitando-se a abordar os assuntos de forma neutra, incentivando motoristas a lançarem mão de alternativas e táticas para aumentarem a renda, os vídeos não fogem à ideia que tinha inicialmente, ou seja, não obstante aleguem não haver vínculo entre os apresentadores e as plataformas de mobilidade, os apresentadores são entusiastas dos aplicativos.

De acordo com os dados coletados nos vídeos, as empresas não tinham apresentado quaisquer alternativas aos motoristas, quando do início da pandemia. Os

apresentadores corroboram a parca atuação das empresas e ostensivamente orientaram aos seguidores, por iniciativa própria, limitarem o número de passageiros. Não havia sequer proposta de reembolso dos valores gastos com produtos de higienização das mãos ou do veículo. Havia alguns arremedos de proposta de ajuda financeira, mas a partir da demanda de alguns motoristas, via justiça.

Outra informação que destaco é que o apresentador da cidade Florianópolis/SC enfatizou pouco as perdas financeiras. Mas, destaca-se que aquela cidade se manteve por muito tempo sem transporte coletivo<sup>14</sup>, durante a pandemia, embora fosse divulgado um número controlado de casos de COVID-19. Logo, muitas pessoas continuavam a utilizar os serviços dos aplicativos naquele período, como alternativa ao transporte coletivo que estava suspenso.

No que tange às empresas, segundo os relatos, no início da pandemia não houve amparo financeiro aos motoristas, sequer para compra de produtos de limpeza. Em alguns vídeos, já no fim do mês de março, alguns apresentadores ensinavam como fazer umas gambiarras com plástico, cano de PVC e fitas adesivas para isolar os motoristas dos passageiros, mas por conta própria. Já estava previsto pelas empresas, baseadas na experiência de outros países, uma suposta ajuda aos motoristas adoecidos, ou com suspeita de contágio ou aqueles(as) do grupo de risco. Entretanto, os relatos nos comentários dão conta de que, quando o motorista informa a empresa, imediatamente ficava bloqueado por 14 dias, enquanto a empresa apreciava a documentação, e os relatos são inúmeros no sentido da negativa à ajuda.

Ainda em relação à assistência financeira, no dia 16/04/2020, a empresa Uber propõe novidades. A assistência restringe-se aos motoristas que “ou tenham um diagnóstico confirmado de COVID-19, ou receberam orientações para permanecer em isolamento por suspeita de COVID-19, ou porque têm problemas de saúde preexistentes, e encontram-se no grupo de risco de manifestação grave da COVID-19”. O auxílio corresponde ao valor da média semanal dos últimos 3 meses<sup>15</sup>.

Entre os meses de maio e junho, aparentemente, embora o Brasil numa situação muito crítica em relação à pandemia, os ânimos dos apresentadores pareceram menos

---

<sup>14</sup> <http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina&noti=22459>, acesso em 30/10/2020.

<sup>15</sup> <https://www.uber.com/pt-BR/blog/auxilio-financeiro/>, acesso em 08/08/2020.

acirrados que no período anterior, com menos casos. Entretanto, em confronto com os comentários, a percepção é outra. Muitos seguidores insatisfeitos com o descaso das empresas e indignados com a cobrança pela instalação da placa de isolamento. Muitos comentários sobre a falta de ressarcimento dos kits de higienização e alguns comentários relatando a descaso das empresas no que tange ao não pagamento da assistência prometida.

A título de exemplo, destaco o seguinte comentário no canal Uber do Marlon:

A Uber ja rouba a gente pra caramba e ainda tem coragem de cobrar um serviço desse. E essa divisoria sem vergonha os clientes vao dar uma estrela toda vez que enroscar os pes para entrar e sair, isso se nao derrubalos. Ja não estamos ganhando nem para abastecer e ainda cobram 89 paus Bão ,tem louco pra tudo. (Anônimo, 2021) (mantive a grafia original do autor).

Ao que parece, as empresas, ao afastarem os motoristas que solicitam a assistência, preocupam-se com a imagem da marca, perante o usuário, e deixam os motoristas em segundo plano, pois, muitos não receberam ajuda alguma, embora imediatamente afastados. Ainda em relação à assistência, há preocupação no sentido do valor que deveria ser calculado pela média dos últimos meses, estes já defasados pela pandemia.

Observei que atualmente, embora incipiente, alguns comentários mencionam a necessidade de união entre os motoristas, críticas veementes às empresas maiores, e fica clara a intenção de muitos seguidores, nos comentários, a acionarem judicialmente as empresas. Essa intenção apareceu com mais destaques quando se tratava das exclusões arbitrárias de motoristas experientes. Não vi menções relevantes sobre a intenção de vínculo empregatício. A maioria dos motoristas destaca preocupação com a pandemia, pois, devido ao momento econômico, a demanda pelo serviço baixou muito.

Uma característica comum observada nos canais foi o alinhamento dos apresentadores ao empreendedorismo. Os três apresentadores se alinham aos princípios propugnados pelas empresas gestoras dos aplicativos<sup>16</sup> e, frequentemente, denotam perfil empreendedor. Entendem-se autônomos e destacam essa autonomia, sobretudo naquilo

---

<sup>16</sup> Em vídeo do dia 06/03/2020, no canal Fernando Uber Floripa, o apresentador analisa uma decisão da Justiça do Trabalho do RS sobre uma decisão reconhece o vínculo entre a Uber e um motorista. A opinião pessoal do motorista é de que o reconhecimento do vínculo seria ruim, desconfiguraria o serviço, destacando ao fim sobre como seria interessante os motoristas serem MEI, tal qual, segundo ele, é em Portugal, por exemplo.

que tange à flexibilidade de horário. Os apresentadores também enfatizam com frequência estratégias para aumentar os ganhos.

Nesse sentido, um comentário me chamou a atenção por dois motivos: O excesso de jornada relatado pelo motorista e a forma como ele se compreende enquanto trabalhador. Segue:

Exatamente Marlon, a verdade é que a grande maioria só reclama, nunca está bom. Eu particularmente reconheço que com a pandemia caiu bastante o movimento da plataforma, porém pra mim não mudou muito no meu dia de trabalho pois mantenho-me compromissado com meus horários. Das 05:00 até às 19:30. (mantive a grafia original do autor).

Até aqui entendi que seja pela intensificação da jornada ou por causa da crise na saúde pública devida à pandemia, seja pela diminuição na demanda e conseqüentemente da remuneração recebida, o trabalho de motoristas por aplicativos, seja em relação aos valores recebidos ou às condições de trabalho, teve uma sensível piora, se o tomarmos em relação ao período anterior à pandemia.

Comparado ao ano de 2020, em 2021 as postagens dão conta de que as condições do motoristas por aplicativo em relação ao início da pandemia permaneceram as mesmas, ou seja, as empresas permanecem inertes quanto ao apoio aos motoristas, salvo medidas pontuais, tais como os centros de apoio ao motoristas instalados em algumas cidades, mas que cobram pelo serviços, limitando-se a gerir os aplicativos, dentro da proposta que entendem a correta, a saber, que são tão somente uma empresa de tecnologia, não uma contratante de motoristas para o seu serviço de transporte urbano de passageiros.

## **4 AS ENTREVISTAS**

As entrevistas foram elaboradas na forma de perguntas semiestruturadas e realizadas entre os dias 10 e 11 de agosto de 2020. Devido ao isolamento social e os diversos domicílios dos entrevistados, as entrevistas foram feitas via chamada de vídeo pelo aplicativo *WhatsApp* e os áudios foram gravados. Ao todo foram feitas 11 (onze) perguntas com a intenção de coletar dados mais subjetivos, tais como, anseios, preocupações e expectativas dos entrevistados.

Três entrevistados consideraram-se autônomos, mas destacam que a empresa dirige o serviço. Apenas um dos entrevistados, que atua em Brasília/DF, foi enfático em dizer

que era empresário e foi o único que declarou ser microempresário individual (MEI)<sup>17</sup>, mas curiosamente, quando por mim induzido, admito, utilizou o termo “mão de obra explorada” para falar de seus serviços. Os entrevistados demonstraram preocupação com o desemprego porque, segundo eles, os serviços por aplicativo poderão receber o excedente de mão de obra, por causa do desemprego, o que diminuiria os ganhos.

Não obstante as respostas tenham sido pueris, a questão da relação com a empresa parece que se dá em uma zona gris. Os motoristas entrevistados fizeram críticas ao gerenciamento e demonstraram preocupação com as exclusões, mas aparentemente veem o vínculo empregatício como algo muito improvável. O mote é financeiro, mas a temporalidade foi também pontuada, ou seja, veem o aplicativo como um paliativo ao desemprego, para eles, momentâneo.

A queda nos ganhos por causa da pandemia trouxe novas luzes a essa questão do vínculo, pois, conforme os relatos, a empresa deveria ter tido outra atitude em relação aos motoristas. A assistência financeira não foi solicitada por nenhum dos entrevistados, mas todos lançaram mão do Auxílio Emergencial proposto pelo Governo Federal, sendo que apenas dois o receberam. Aqueles que não usufruíram do auxílio, alegaram que o indeferimento se deveu a suas rendas no ano anterior, pois, ambos estavam empregados.

Excetuando-se o entrevistado que atua em Curitiba, todos os outros mencionaram a existência de grupos coesos, sobretudo via grupos de WhatsApp, e viram com bons olhos o movimento dos entregadores que, em duas oportunidades no mês de julho de 2020, paralisaram os serviços de entrega demandando melhorias nas condições de trabalho e aumento dos ganhos. Não vislumbraram à época a possibilidade de manifestação dos motoristas, pois, segundo eles, a baixa demanda pelos serviços enfraquece os movimentos.

A expectativa dos motoristas em relação às empresas e seu papel na mobilidade urbana são parecidas, pois, eles acham indiscutivelmente essencial, nas grandes cidades. Veem com preocupação o futuro por causa do desemprego e citaram a desvalorização dos entregadores por aplicativo como um motivo de preocupação, pois, assemelham-se a estes

---

<sup>17</sup> Desde agosto de 2019, o motorista por aplicativo pode ser MEI, conforme Resolução nº 148, de 2/08/2019, do Comitê Gestor do Simples Nacional, obedecidos os critérios estabelecidos para a categoria, por exemplo, receberem até R\$ 81 mil por ano.

em relação ao vínculo e a exploração de mão de obra que, hoje já existente, tende a se intensificar.

Por fim, destaco que as entrevistas foram muito relevantes para a proposta do artigo porque deram vazão a muitas palavras dos motoristas. Todos os entrevistados estavam muito preocupados com a diminuição nos ganhos e com os posicionamentos incertos da empresa Uber, sobretudo naquilo que tange aos auxílios aos motoristas doentes ou pertencentes aos grupos de risco. Impressão que corrobora a notícia que abre o artigo, ou seja, as empresas não fornecem o auxílio financeiro da forma que deveriam e submetem o motorista ou ao bloqueio ou ao labor mesmo doente, o que, nesse último ponto, denota o pouco comprometimento tanto com os seus “parceiros” quanto com a sociedade em geral.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O universo dos motoristas por aplicativo é permeado pela precariedade e pelo desemprego, no qual, a preponderância desse último proporciona a potencialização daquela.

O excesso de jornada sem controle, sem dias de descanso remunerado, sem férias, sem adicional noturno, mas subordinados às diretrizes dos aplicativos, embora escamoteada dos olhos de muitos motoristas, denota um nicho de trabalho precarizado. Esse trabalho teve uma sensível piora durante a pandemia. As empresas, não obstante previamente cientes dos dados relativos à doença em outros países, não tiveram uma preocupação com os motoristas do Brasil. As empresas não foram nem estão sensíveis às perdas financeiras de seus motoristas e tiveram atitudes tímidas em relação a intensificação das medidas de higienização.

O desemprego já alto desde antes da pandemia, unido a um ordenamento protetor debilitado, sobretudo após a reforma trabalhista de 2017, se intensificou na crise de saúde atual. A demanda pelos serviços, não obstante estar aumentando, ainda é baixa, o que faz migrar alguns motoristas para os aplicativos de entrega, diminuindo a remuneração destes últimos. A classe trabalhadora está a arcar com as despesas da crise.

Embora os dados coletados denotem que este tipo de ocupação já teve dias melhores, sob a ótica dos sujeitos, ao que parece, porque imersos num contexto já

precário, é mais uma alternativa de renda disponibilizada pelo mercado, sobretudo no momento.

Trata-se de um universo laboral específico em que se sofre as agruras da pandemia, além daquelas oriundas da exploração do capital sobre o trabalho, mas deveras intensificada. Entretanto, guardadas às peculiaridades, algumas manifestações de motoristas no sentido da coesão da categoria, embora em contatos eminentemente remotos, proporcionam o vislumbre de contestação do projeto pensado para obtenção de lucro a partir da exploração de mão de obra, aqui e alhures.

Por fim, quando escrevo estas linhas, junho de 2021, os aplicativos de mobilidade urbana, notadamente o app Uber, permanecem com sua lógica inalterada, ou seja, entendem-se como mero intermediador de serviços e, por isso, omitem-se a oferecer melhores condições trabalho aos trabalhadores, denominados parceiros. Problema que se intensifica agora, quando uma pandemia limita a circulação de pessoas e aquilo que outrora amenizava a falta de um emprego formal apresenta-se como uma mazela, uma ferida proveniente do atual cenário econômico brasileiro.

## **REFERÊNCIAS**

ABÍLIO, L. Uberização: a era do trabalhador just-in-time?. ESTUDOS AVANÇADOS 34 (98), 2020

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. A precariedade está hoje por toda parte. In BORDIEU, Pierre. Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 72-77.

BRIDI, Maria Aparecida; LIMA, Jacob Carlos; O trabalho digital e os trabalhadores. In:BRIDI, Maria Aparecida; LIMA, Jacob (Orgs.). Flexíveis, virtuais e precários? Os trabalhadores em tecnologia da informação: Editora da UFPR: Curitiba, 2018

FERNANDO, Uber Floripa. Vídeos diversos. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/c/FernandoUberFloripa/about>>, Acesso entre 06 e 12 de ago. de 2020.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. 26ª ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2016.

JUNGE, Benjamin; TAVARES, Álvaro Prado A. Subjetividades Móveis. Novos estudos CEBRAP. São Paulo: JAN.–ABR. 2020

KOZINETS, Robert V. Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

LAPA, Raphael Santos. Trabalho em plataformas digitais durante a pandemia da Covid-19: análise de dados da PNAD-Covid19 – IBGE – Parte 2 – Motoristas de Aplicativos. Projeto: O mundo do trabalho na Era Digital: plataformas digitais. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2021. 23 p

LEITE, Márcia. O trabalho e suas reconfigurações: Conceitos e realidades. In: LEITE, Marcia; ARAÚJO, Ângela M. C. O trabalho reconfigurado: Ensaio sobre o Brasil e México. São Paulo: Annablume, 2009.

MANZANO, Marcelo; KREIN, André. A Pandemia e o Trabalho de Motoristas e de Entregadores por Aplicativos no Brasil. 2020.

MARCELO, o Uber fora da curva. Vídeos diversos. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/c/UberdoMarcelooUberforadacurva/about>>. Acesso entre 06 e 12 de ago. de 2020.

MARLON, Uber do. Vídeos diversos. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/c/UBERdoMarlon/about>>. Acesso entre 06 e 12 de ago. de 2020.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

OLIVEIRA, Murilo C. Sampaio; CARELLI, Rodrigo de Lacerda; GRILLO, Sayonara. Conceito e crítica das plataformas digitais de trabalho. Rev. Direito e Práx., Rio de Janeiro, V. 11, N. 4, 2020, p. 2609-2634.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: Poupart J. et al (org.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. São Paulo: Vozes, 2008.

SLEE, Tom. Uberização: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Ed. Elefante, 2018.



**Capítulo 40 - DOI:10.55232/10830012.40**

## **ASPECTOS RELIGIOSOS E ÉTICOS DA MORTE EM VÁRIAS CULTURAS**

**Alessandra Martins de Brito e Sandra Morais Ribeiro dos Santos**

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo refletir e demonstrar as similaridades encontradas nas religiões que cultivam a ancestralidade e, mediante seu conceito sobre vida, o destino que é dado aos mortos em seus rituais fúnebres. Não há necessidade de o ser humano participar ou comungar de um núcleo religioso para que possa ser inserido em dois rituais de passagem nesta existência: ao nascer e ao morrer. Tendo como base uma abordagem sem tendências religiosas, o propósito é analisar como um ritual repleto de dor pela separação do seu ente querido, nas culturas religiosas que farão parte desta pesquisa, conseguem amenizar o luto e até mesmo proporcionar um bálsamo a quem fica. Através de pesquisas bibliográficas pretende-se identificar a presença destes ritos e rituais em culturas diversas e que tem sido temas de discussões e debates filosóficos e religiosos através dos tempos.

**Palavras-chave:** Campo Santo; Ritos; Rituais; Vida; Pós-Morten.

## **1 INTRODUÇÃO**

A dualidade existente entre vida e morte é companheira do ser humano desde épocas imemoriais. Registros encontrados em textos antigos e em desenhos rupestres dão exemplo dessas questões filosóficas e existenciais, que é inerente a todo ser humano e, que ao menos uma vez em sua vida, já se questionou: “De onde vim e para onde vou”.

Para Gaarder et al. (1952, p. 8) esses questionamentos existenciais são a base das religiões. Todas as civilizações possuem algum registro de práticas religiosas em algum momento da sua história. Essa inquietação filosófica sobre questões existenciais é responsável por um processo civilizatório e a consolidação de núcleos sociais que possuem um mesmo ideal ou partilham de um pensamento similar sobre o assunto, sendo responsável por transmitir às futuras gerações a sua preocupação e o seu cuidado ao tratar seus mortos.

Como esclarece Elias (1989, p. 8) “Ideias da morte e os rituais correspondentes tornam-se um aspecto da socialização. Ideias e ritos comuns unem pessoas; no caso de serem divergentes, separam grupos.” Enfim, a morte, através dos inúmeros questionamentos que traz ao ser humano, é uma das responsáveis diretas pela construção de várias narrativas em disciplinas acadêmicas como Filosofia, História, Sociologia e Antropologia. Esta preocupação em tentar defini-la e elucidar o que acontece após essa vida, trouxe avanços nos campos científicos, contribuindo para uma expectativa maior de existência física.

O tema também é relevante e constante em mitos, fábulas, poemas e liturgias religiosas. Cidades foram construídas e deuses exaltados e agraciados, na intenção de que fosse concedida ao viajante uma boa passagem entre os mundos. Orações, cânticos, mantras, preces são proferidos por aqueles que ficam, no intuito de que os que partiram possam continuar sua jornada, seja esta aonde sua crença o condiciona a acreditar que ela exista.

Sendo assim, pretende-se através desta pesquisa averiguar como as culturas conviveram com a vida e como compreenderam a morte pois, independente de crença religiosa ou do ritual realizado na despedida, a intenção é única: que o ente querido em sua partida terrena, pudesse seguir em paz alcançando a felicidade e, aos que continuaram na existência terrena, sua memória fosse para sempre vivenciada.

## **2 Ritos e rituais de passagem em distintas culturas litúrgicas**

Para compreender a importância de um ritual é pertinente que sua representação no contexto de quem o pratica seja analisada, e para isso é preciso relacionar o conceito associado a ritos e por consequência aos mitos.

Quando a palavra mito é mencionada, e por consequência a mitologia de um povo, é fundamental memorar que o que hoje se denomina de mito, para determinado povo e cultura foi uma religião, e que os deuses cultuados tinham sua relevância e como tal, devem ser respeitados.

Toda Mitologia foi um fato em que algum momento da História contou uma estória e teve sua notoriedade e representatividade para quem nela acreditou. Analisando a estrutura dos mitos, pode-se observar que o mito é a narração para um evento que até o momento de sua criação, não era possível de ser explicado em outra linguagem, tendo a função prática de informar os motivos ou consequências que ocasionou um fato a ocorrer.

Isto é muito bem avaliado por Campbell (1968, p. 30) ao mencionar a observação de James Bar ao expressar que

[...] o mito é uma totalidade antes de mais nada porque o pensamento mitológico luta por uma visão total do mundo, por uma interpretação ou significado de tudo o que for relevante. A mitologia não é uma manifestação periférica, nem um luxo, mas uma tentativa séria de integração de realidade e experiência, consideravelmente mais séria do que hoje chamamos casualmente de 'filosofia de vida'. Seu objetivo é a (totalidade do que é significativo para as necessidades humanas, materiais, intelectuais e religiosas. Possui, portanto, aspectos que correspondem a ciência, a lógica e à fé, e seria errado ver o mito como um substituto distorcido de qualquer uma destas. (CAMPBELL, 1968, p.30)

Por vezes, tem-se testemunhos muito similares contados em um tempo cronologicamente diferente, mas que apresentam os mesmos personagens condutores da estória. Por exemplo, na Bíblia Sagrada, tem-se o dilúvio vivido por Noé e todo seu esforço para dar continuidade a uma existência que seria dizimada, e na Epopeia de Gilgamesh<sup>1</sup>, que é considerada a literatura mais antiga conhecida, é possível encontrar também um relato de um dilúvio vivido por Utnapistim<sup>2</sup>.

O próprio tempo traz à memória a questão da finitude em tudo que existe, quando presenteia a todos os seres diariamente com 86.400 segundos, para então dar início a um novo

---

<sup>1</sup> Antigo poema épico escrito pelos Sumérios, na região da Mesopotâmia, aproximadamente a 2.000 a.C. (WILKEN, 1967. p. 15-40).

<sup>2</sup> Personagem ancião da Epopeia de Gilgamesh, encarregado de construir um grande barco a fim de preservar a vida. *Ibidem*.

ciclo, registrando uma nova data. E, dessa maneira, se repete diariamente, até que se comemora, ao fim de 12 meses, o início de um novo ano.

Quando se fala em ritos e rituais, é importante observar a sacralidade que ele possui aos seus participantes e sua continuidade transmitida às gerações. Eliade (1992, p. 38) elucida a importância desses, quando afirma que “toda festa religiosa, todo Tempo litúrgico, representa a reatualização de um evento sagrado que teve lugar num passado mítico, *nos primórdios*”.

### **3 A crença em uma pós-vida ou *post-mortem***

As religiões mesopotâmicas e gregas possuíam em seus cultos politeístas uma crença similar de uma continuação da existência após vida. Nas narrativas encontradas e também em escavações arqueológicas, foi possível identificar que possuíam um rito fúnebre composto por rituais apropriados à condição do morto na sociedade.

Estes rituais demonstram um cuidado e uma preocupação com a nova vida que ele teria e, além do processo de tratamento do corpo, também o abasteciam com provisões para sua nova jornada. A preservação do corpo é uma das insígnias do povo egípcio o que permitiu às civilizações posteriores conhecer sua cultura, hierarquia organizacional e religiosidade.

A crença em uma continuação pós-vida é contribuinte para que os egípcios tivessem uma preocupação nesta existência com os seus atos e conduta, individual e coletivamente, sendo possível identificar tais preocupações em uma coletânea de textos, como o conhecido *Livro dos Mortos*, ou originalmente, *Livro de Sair para à Luz*. Acreditavam que os perigos vivenciados por um egípcio em terra, também poderia ser vivenciado no além e, para livra-lo de destino indesejável, era necessário o conhecimento de ritos protetores como as fórmulas ou feitiços de proteção.

Em sua tese *Cartografias do Além*, Matias (2016, p. 41) esclarece que “adquirir um *Livro dos Mortos* era uma ação fundamental tanto do ponto de vista concreto quanto do ponto de vista simbólico, sobremaneira pela capacidade que este material funerário possuía no sentido de guiar o morto em sua jornada *post-mortem*.”

Essa continuidade existencial era uma característica marcante dessa cultura, conforme relata Matias (2016, p. 123). O autor cita que a responsabilidade de preparação dos ritos fúnebres, que envolviam a mumificação até o enterramento, era da família. Também caberia ao morto sua continuidade no mundo de *Duat*<sup>3</sup>. Ele dependeria dos familiares para que

---

<sup>3</sup> *Duat* – Universo egípcio dos mortos, concebido com base no mundo dos vivos (*Kemet*), constituído como uma continuação da vida terrena. (MATIAS, 2015. p. 51-59).

depositassem oferendas em seu túmulo, mas também das fórmulas e hinos que deveria ter aprendido em vida, constante no *Livro de Sair para a Luz*, pois em sua nova condição teria que, entre tantos outros processos, pronunciar em nome dos Deuses, suas *confissões negativas*, relatando que não havia roubado, matado, mentido etc.

O Livro Tibetano dos Mortos (Bardo Thodol), também possui essa função ao fazer advertências sobre o estado de consciência que o falecido irá enfrentar. De tradição oral originalmente, é possível identificar que as experiências vividas poderão facilitar ou dificultar o *pós-mortem* até um possível renascimento e, logo no primeiro Bardo faz referência à finitude terrena, ao exortar que “o Tempo caminha em direção a ti para te levar a novos planos de realidade”.

#### **4 Campo Santo ou Cemitério?**

A presença de lugares consagrados aos ritos fúnebres e os seus rituais, como o velório (presente no pranteamento pelo ente que se foi), tratamento destinado ao corpo (como o embalsamamento) e o sepultamento (enterro em cavernas ou grutas), também está presente no livro sagrado dos cristãos, a Bíblia, tanto no Antigo como no Novo Testamento. É necessário conceder ao morto um descanso ao corpo, somente diferenciando o modo como será enterrado, se coletiva ou individualmente, dependendo da sua condição em vida.

A Bíblia narra todo esse processo quando relata, em um primeiro momento, a atitude do Pai das três religiões Abraâmicas no falecimento de sua esposa Sara, “e morreu Sara em Quiriate-Arba, que é Hebrom, na terra de Canaã; e veio Abraão lamentar Sara e chorar por ela” (Gn 23:2), nos preparativos para seu enterro “estrangeiro e peregrino sou entre vós; dai-me posseção de sepultura convosco, para que eu sepulte a minha morta de diante da minha face” (Gn 23:4) até o enterro de sua querida “e depois sepultou Abraão a Sara sua mulher na cova do campo de Macpela, em frente de Manre, que é Hebrom, na terra de Canaã.” (Gn 23:19).

Pode-se constatar a cultura de ancestralidade e descendência, que hoje encontra-se nas lápides familiares dos cemitérios, também presente na Bíblia, quando o próprio Abraão e seus descendentes são enterrados na gruta de Macpela ou, conhecidamente como, a Caverna dos Patriarcas:

E Abraão expirou, morrendo em boa velhice, velho e farto de dias; e foi congregado ao seu povo; E Isaque e Ismael, seus filhos, sepultaram-no na cova de Macpela, no campo de Efrom, filho de Zoar, heteu, que estava em frente de Manre, O campo que Abraão comprara aos filhos de Hete. Ali está sepultado Abraão e Sara, sua mulher. (BÍBLIA, A.T., Gênesis 25:8-10).

E continua no desejo de Jacó, quando este acaba de conceder sua bênção aos filhos que se tornariam as doze tribos de Israel e vem a falecer:

Depois ordenou-lhes, e disse-lhes: Eu me congrego ao meu povo; sepultai-me com meus pais, na cova que está no campo de Efrom, o heteu. Na cova que está no campo de Macpela, que está em frente de Manre, na terra de Canaã, a qual Abraão comprou com aquele campo de Efrom, o heteu, por herança de sepultura. Ali sepultaram a Abraão e a Sara sua mulher; ali sepultaram a Isaque e a Rebeca sua mulher; e ali eu sepulte a Lia. O campo e a cova que está nele, foram comprados aos filhos de Hete. Acabando, pois, Jacó de dar instruções a seus filhos, encolheu os pés na cama, e expirou, e foi congregado ao seu povo. (BÍBLIA, A.T., Gênesis 49:29-33)

É possível identificar também na Bíblia e na Tanakh<sup>4</sup>, a preparação dos corpos dos mortos, tal como era nas culturas Egípcias, Gregas ou Incas, e que também é praticada em religiões de matrizes Africanas e Indígenas, quando a mesma nos relata sobre os cuidados que José destinou ao seu pai Jacó:

Então José se lançou sobre o rosto de seu pai e chorou sobre ele, e o beijou. E José ordenou aos seus servos, os médicos, que embalsamassem a seu pai; e os médicos embalsamaram a Israel. E cumpriram-se-lhe quarenta dias; porque assim se cumprem os dias daqueles que se embalsamam; e os egípcios o choraram setenta dias. (BÍBLIA, A.T., Gênesis 50: 1-3).

Ao considerar que isto era tão somente um rito antigo, praticado nas culturas primordiais, observa-se sua perpetuação no Novo Testamento, na preparação do corpo de Jesus para ser sepultado após a crucificação, quando José de Arimateia solicita a posse de seu corpo para praticar os rituais fúnebres, envolvendo o corpo de Jesus em faixas de linho após trata-lo com mirra e alóes, trazidas por Nicodemos, que por serem uma mistura aromática eram utilizadas no processo de unção e embalsamamento dos corpos

Tomaram, pois, o corpo de Jesus e o envolveram em lençóis com as especiarias, como os judeus costumam fazer, na preparação para o sepulcro. E havia um horto naquele lugar onde fora crucificado, e no horto um sepulcro novo, em que ainda ninguém havia sido posto. Ali, pois (por causa da preparação dos judeus, e por estar perto aquele sepulcro), puseram a Jesus. (BÍBLIA, N.T., Evangelho de João 19:40-42).

---

<sup>4</sup> Tanakh ou Tanach (do hebraico תנ"ך), é a coleção israelita de escritos (24 ao todo) que deram origem ao Antigo Testamento da Bíblia Cristã. A palavra é um acrônimo " pelas três principais divisões da Bíblia Hebraica: Torá (Pentateuco ou "A Lei"), Nevi'im (Profetas) e K'tuvim (Escritos). (Bíblia Judaica, 2010, p. 21).

Dessa forma percebe-se que o rito fúnebre e seus rituais acompanham os povos primevos e os advindos após a Era Cristã ou Era Atual e, que são necessários como rito de passagem de uma existência à outra, pois assim como o parto é um ritual necessário ao nascimento e à consagração do mais novo membro familiar, à despedida e todos os rituais envolvidos, desde à comunicação do falecimento até o seu sepultamento ou cremação, é necessário como parte de um processo de compreensão do luto aos que ficam.

Não se pode esquecer de mencionar que além do sepultamento também ocorria na antiguidade a cremação. Os Gregos concediam a honraria da cremação aos mortos em batalhas considerados dignos dessa homenagem e honraria em justa contraposição aos Hindus que consideram a cremação como um desapego à sua individualidade ao unir-se ao Todo.

Ao refletir sobre a finitude da Vida e na sua companheira irmã, comumente chamada de Morte, é imprescindível que a expressão dita por Coélet<sup>5</sup>, e também presente em Genesis e também em Eclesiastes seja analisada: “No suor do teu rosto comerás o teu pão, até que te tornes à terra; porque dela foste tomado; porquanto és pó e em pó te tornarás” (Gn.3:19), ou ainda “Todos vão para o mesmo lugar; todos procedem do pó, e ao pó tornarão” (Ecl 3:20).

O propósito nessa pesquisa não é analisar a veracidade das palavras, mas o seu contexto no tocante à inscrição que há em muitos cemitérios e seu surgimento com a finalidade de dar um destino único aos mortos, sendo um local de homenagens até festivas, presente na cultura Mexicana e Japonesa.

O sepultamento e todas as suas variantes, assinala a passagem dos tempos e reforça uma identidade individual ou coletiva. Segundo conta Ariès (1977, p. 41-42), houve tempos em que o morto tinha sua sepultura individual, valas coletivas, sem caixão, fora da cidade, na cidade, em igrejas e até, como era o desejo dos anacoretas do deserto egípcio, deixados à própria sorte e caridade de algum viajante que o encontrasse. Um desses monges nos relata:

Encontrei uma caverna, e antes de lá penetrar, bati, como é de costume dos irmãos”. Sem resposta, entra e vê um irmão sentado e calado. “Estendo-lhe a mão, tomo-lhe o braço, que se desmancha em pó na minha mão. Palpei-lhe o corpo e compreendi que estava morto... Levantei-me então, rezei, recobrando o corpo com a minha capa, cavei a terra, o enterrei e saí. (ARIÈS, 1977, 41-42)

---

<sup>5</sup> Coélet, Kohelet ou Qohélet (do hebraico קהלת) – “Aquele que sabe” ou “O que reúne”. Transliterado para grego Eclesiastes na Bíblia Hebraica (Tanack) ou Antigo Testamento. Normalmente é traduzido para o português como “O pregador”. O homem da Assembleia, o mestre ou orador. (Bíblia de Jerusalém, 2017, p. 1072; Bíblia Judaica, 2010, p. 1075).

Pode-se imaginar o cemitério como uma última expressão da filosofia de vida que o ser manteve. Inúmeras inscrições, datadas do século VI ao VIII d.C., nos informam sobre a importância dos túmulos dos mártires e sua contribuição na construção de capelas, basílicas, e até mesmo bairros afastados construídos para esta finalidade, até chegar ao formato dos cemitérios como hoje se conhece. Elias (1982, p. 23), referindo-se às lápides dos cemitérios, acredita que

[...] o que está escrito na pedra é uma mensagem muda dos mortos para quem quer que esteja vivo — um símbolo de um sentimento talvez ainda não articulado de que a única maneira pela qual uma pessoa morta vive é na memória dos vivos. (ELIAS, 1982, p. 23)

Pode-se então presumir que também faz parte de um ritual, um tributo do vivo ao seu ente querido, pois quase que em sua totalidade, as frases sempre expressam um carinho dos seus descendentes. A maneira como uma pessoa se prepara para a morte e dialoga um tema que para algumas pessoas ainda é um tabu, com seus familiares, reflete como ela condicionou a sua vivência.

O intuito dentro dessa questão é de apresentar como este tema é vivenciado individualmente e os reflexos em uma sociedade contemporânea. A partir dessa perspectiva, nota-se a afirmação de Greschat (1998, p.25), na qual a religião integra uma comunidade ou a divide, e que todo pesquisador precisa analisar a egrégora litúrgica do seu objeto de pesquisa:

Atos rituais incluem gestos e termos simbólicos cujo significado torna-se acessível à medida que se conhece o simbolismo da linguagem mitológica. De modo semelhante, para compreender o sentido dos princípios éticos de uma religião é preciso estudar suas doutrinas. (GRESCHAT, 1998, p.25)

Ainda com base nas reflexões de Elias, no tocante à atitude em Cemitérios e sua aparência, observa-se que em sua maior parte há uma postura sisuda e que veementemente condena manifestações de alegrias, por considerar que isso seria uma violação a paz e uma falta de respeito com os mortos. Entretanto é possível encontrar exceções, com a que se apresenta na cultura Mexicana que simplesmente tem outra concepção de respeito ao morto.

Tombado como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela Unesco, o dia dos Mortos no México é motivo de alegria e comemorações em Cemitérios do País. Este ritual é de origem indígena e cultuado pelos povos pré-hispanicos da América Central.

Essa homenagem coletiva à Ancestralidade é realizada nos dias um e dois de novembro, pois tradicionalmente para o povo mexicano, nestes dias os mortos possuem permissão para



visitar seus familiares. Esta permissão é concedida desde que a família do Morto pratique um rito muito simples: a lembrança.

O não esquecimento de sua existência é celebrado com um ritual no qual são oferecidas comidas típicas, as preferidas da pessoa quando viva. Tais alimentos são ofertados em altares adornados com flores, com incensos e velas, juntamente com fotos daqueles que estavam sendo lembrados.

Este ritual é realizado em ambiente familiar e no Campo Santo e todos que visitam são convidados a partilharem dos alimentos. A função dessa celebração é transmitir aos mais jovens as estórias de sua família através das gerações.

## **5 Considerações sobre os elementos de similaridade nas culturas com relação a morte**

A morte questiona todas as sociedades e culturas, e impele o ser humano a profundas reflexões baseadas na sua experiência de dor e sofrimento frente ao inevitável. Evidentemente que cada cultura apresenta sua forma de vivenciar tal situação, entretanto há algumas peculiaridades e similaridades interessantes.

Como se pode notar nas pesquisas, a crença em outra vida é um elemento comum entre as diversas culturas por ora pesquisadas, norteando os rituais estabelecidos para este momento. Tal crença motivou desde as primeiras civilizações humanas inúmeros ritos visando preservar a memória do ente que se fora e também a sacralidade do ritual, tal como os Egípcios nos cuidados ao corpo inerte pela morte, buscando preservá-lo através do processo de mumificação, o que tornou possível que após milênios, os restos mortais mumificados sejam estudados, e os costumes de uma civilização redescobertos, ou mesmo a deusa mitológica romana Ceres<sup>6</sup> que, inconformada pela morte de sua filha Persefone, determinou o ciclo das colheitas - primavera (simbolizando a vida) e inverno (simbolizando a morte).

Na Bíblia também pode-se notar inúmeras passagens falando sobre a morte. O texto de Eclesiastes (Coélet), por exemplo, direciona à reflexão sobre a temática, quando afirma que tudo é vaidade, indicando justamente as inúmeras vaidades humanas, afinal tudo terminará um dia, e as coisas materiais aqui ficarão. O mesmo Eclesiastes, em outra passagem bíblica, leva à compreensão que tudo é um ciclo, quando afirma que há um tempo para tudo embaixo do Sol: “tempo de nascer e tempo de morrer”. (Ecl 3:2). Abraão, para enterrar o corpo de sua companheira e prestar-lhe homenagem inicia uma tradição de Campo Santo e, mesmo estando

---

<sup>6</sup> Ceres na mitologia romana ou Demeter na mitologia grega, deusa da terra cultivada, sendo a primeira a utilizar o arado. (KERÉNYI, 2015, p. 72).

em terra estrangeira, Ihe é concedido a gruta que tanto queria, denotando a honra e a solidariedade que o sofrimento da separação gera em todas as culturas.

Na tradição da religião Yorubá, o Orixá Oxossi<sup>7</sup> conhece a morte, e volta renovado dela como Odé. Otelo chora sua amada e Dante percorre os nove círculos para descobrir o que acontece na morte, após o direcionamento que cada um teve em vida

As características simbólicas, expressada através das cores, também denotam uma similaridade entre as culturas, como por exemplo, a cor roxa, presente em várias religiões, destinada à morte, se faz presente na indumentária do padre que daria a extrema unção, no forro do caixão, na mortalha sacerdotal, na roupa da Velha Ancestral Nanã, a Orixá da Morte na cultura Yorubá e na nova Era, com o Conde de Saint Germain, que possui a cor violeta como símbolo de transmutação e renovação espiritual.

O alimentar aos mortos, ainda praticada em inúmeras culturas como a mexicana e a japonesa, vem de tempos imemoriais quando se destinava a eles provisões para o caminho, como também deixavam moedas para que o Barqueiro Caronte<sup>8</sup> fizesse a travessia dos mortos para os Campos Elíseos. Esta mesma ideia de pagamento (ou justiça) se faz presente no livro Tibetano dos Mortos, quando se diz que será pesada suas ações (WENTZ, 2020, p. 150).

Na Epopéia de Gilgamesh, o mesmo lamenta após a morte de seu querido amigo Enkidu e inicia uma jornada na busca da imortalidade, pois a Morte Ihe dá medo. Marchadour (1984, p. 23) afirma em seu texto que possivelmente o autor de Gênesis 2 e 3 conhecia a história da planta da vida que Gilgamesh encontra no fim de sua jornada, e que virou, nos textos judaicos e posteriormente também cristãos, a árvore da vida. “Não houve, Gilgamesh, ninguém que tenha feito este caminho, da montanha ninguém jamais viu as profundezas”. O autor também salienta como é interessante observar que as duas árvores, da vida e do conhecimento do bem e do mal estão juntas nos relatos bíblicos, entretanto não há compatibilidade entre ambas, não é possível ao homem possuir as duas, o que para ele denota a incapacidade do ser humano em compreender o enigma da morte – “o homem é um deus porque tem a ciência, mas um animal porque morre”. Tal compreensão atravessa culturas e as várias religiões buscam responder a esse questionamento desde tempos antigos.

Com certeza as diferentes religiões com seus ritos, textos e reflexões buscam refletir sobre o enigma da morte e alcançar respostas para significá-la. Através de diferentes elementos

---

<sup>7</sup> Perséphones era filha de Demeter com Zeus na mitologia grega. *Ibidem*.

<sup>8</sup> Barqueiro Caronte – barqueiro do submundo, responsável por levar os mortos para o reino de Hades ou mundo inferior. *Ibidem*. p. 153.

ritualísticos mostram quão impactante e similar são as consequências da morte, o sofrimento pela separação, a esperança por uma vida *pós-mortem* para todo ser humano.

## **7 Implicações ecológicas dos ritos fúnebres**

A base de um pesquisador em Ciência da Religião tem que ser a isonomia e um olhar crítico e holístico sobre o tema pesquisado. Seguindo este princípio de isenção, a direção desta pesquisa foi o de manter a imparcialidade e ao mesmo tempo considerar todos os pontos análogos nas religiões pesquisadas.

A Ciência da Religião intrinsecamente está ligada a uma multidisciplinariedade em outros campos epistemológicos como geografia, história, sociologia, psicologia, antropologia e, seu entendimento globalizado, permite identificar o norteamento característico e construtivo de uma base litúrgica.

As religiões estudadas têm como princípio um Divino Criador e, mesmo que de maneiras distintas, um retorno à origem. Se os ritos funerários constituíam desde tempos imemoriais a constituição de um solo sagrado como destino final do corpo físico, pressupõe-se que o meio ambiente era uma preocupação em todas as culturas.

Embora no passado, fosse possível esses sepultamentos próximos aonde o morto residia, no século XVIII d.C. há uma preocupação crescente com o destino dado aos corpos e os impactos dos seus restos mortais aqueles que ainda estão vivos. Tal preocupação surgiu principalmente em decorrência do avanço das disciplinas ligadas às ciências biológicas e a medicina, com relação à saúde da população. Mais recentemente esta preocupação ampliou-se para os impactos ambientais resultantes da presença dos cemitérios principalmente em ambientes urbanos.

A insalubridade dos cemitérios está presente na Paris do século XVIII d.C. Ariés (1977, p. 640) relata que no ano de 1.737, o Parlamento de Paris encarregou os médicos de um inquérito sobre os cemitérios. Para se sentirem mais próximas da salvação era costume o enterro dentro das igrejas ou em seus arredores, porém esta cultura foi duramente discutida pelos investigadores e administradores das igrejas dessa época.

“[...] a fábrica da Igreja reconheceu que as queixas são justificadas. A irmandade procurou, aliás, um lugar nos confins da cidade, com o objetivo de levar para lá o seu cemitério. Não há dúvida: todos, ou quase todos, hoje, estão convencidos da insalubridade dos cemitérios. Fica-se surpreendido como se puderam abandonar os costumes racionais dos antigos durante a Idade Média e sob a influência da superstição, e como foi possível suportar, durante séculos, focos de pestilência e

espetáculos de horror bem no centro das cidades, em meio as habitações! (ARIÈS, 1977, p. 649).

É possível perceber esta preocupação também no Brasil, quase no mesmo período em que ocorria na Europa, com uma visão sanitarista sobre o destino final do morto, e principalmente, para que houvesse a construção de cemitérios separados das Igrejas e afastados das cidades.

Para Carneiro (2009, *apud* VIEIRA, 2002), embora esta lei tenha surgido em 1.801, em uma carta régia de Minas Gerais, somente em 1.917, o Código Canônico de Direito proibiu definitivamente os enterros nas Igrejas. “Cân. 1242: Não se sepultem cadáveres nas igrejas, a não ser que se trate do Romano Pontífice, de Cardeais ou de Bispos diocesanos, também os eméritos, que devem ser sepultados em sua própria igreja”. (CAP V, Dos Cemitérios, Código de Direito Canônico, p. 83).

Segundo o historiador João José Reis (1991, p.115), em seu livro “A morte é uma festa”, em 1.836, na Bahia, houve uma revolta conhecida como Cemiterada e que “a motivação central foi a defesa de concepções religiosas sobre a morte, os mortos e em especial os ritos fúnebres”.

Nesta época, o médico higienista Antônio José Alves, também se posicionou contra os malefícios dos enterros em locais próximos da comunidade, pois “*mortos e vivos deviam ficar separados*”.

Em um tempo mais atual essa preocupação com o meio ambiente, com o nosso habitat, ficou relegada por assim dizer, aos ativistas ecológicos, porém, essa consciência ecológica tornou-se assunto presente em esferas globais e está presente na Agenda 2.030 da ONU, devido a questões sanitárias oriundas da contaminação originada por estes ambientes. Sendo assim, cumpre analisar na atualidade o destino dado aos corpos no processo de sepultamento e seu impacto ambiental no solo.

O corpo físico sem vida, em seu processo de decomposição, começa a produzir um líquido denominado *necrochorume* e, este por sua vez, contém agentes patogênicos que se não forem devidamente controlados podem ocasionar contaminação das águas subterrâneas nas áreas de localização dos cemitérios.

Os Campos Santos foram inicialmente construídos em áreas afastadas dos centros urbanos, porém com o crescimento populacional, bairros foram construídos em seus entornos, e em muitas dessas construções não foram realizadas pesquisas geológicas de solo e nem o cuidado necessário para evitar as contaminações dos lençóis freáticos.

Segundo uma pesquisa realizada pela FUNASA para a Engenharia de Saúde Pública, foi constatado que

O necrochorume é constituído de água, sais minerais, proteínas e 471 substâncias orgânicas, incluindo duas diaminas, que são muito tóxicas, a cadaverina e a putrescina, além de vírus e bactérias. Desta maneira, os cemitérios são fontes potenciais de impactos ambientais, principalmente quanto ao risco de contaminação das águas subterrâneas e superficiais por bactérias e vírus que proliferam durante os processos de decomposição dos corpos, além das substâncias químicas liberadas. Esta água contaminada, por sua vez, frequentemente acaba sendo utilizada pelas populações vizinhas às necrópoles. (MIGLIORINI, 2006, p.202)

Também podem estar presentes no *necrochorume*, os resíduos oriundos da prática de tanatopraxia<sup>9</sup>, que consiste em preparar e maquiar os mortos, dando-lhes um aspecto mais favorável e também, em alguns casos, produtos químicos provenientes de quimioterapia e outros tratamentos hospitalares.

Esta preocupação é necessária e oportuna principalmente em um ano tão decisivo para a sociedade mundial, como 2020. Devido a Pandemia instaurada pelo COVID-19, ocasionando infelizmente um aumento inesperado de sepultamentos devido aos óbitos causados pela doença, é relevante que a Saúde Pública tenha os olhos voltados para esta realidade.

No Brasil, a pesquisa relacionada à contaminação dos solos devido aos cemitérios teve início no CEPA (Centro de Pesquisas de Águas Subterrâneas), do Instituto de Geociências da USP. Nesta mesma pesquisa, foi relatado, segundo Person (1979, apud MIGLIORINI, 2002), que higienistas franceses correlacionaram na França a endemia da febre tifoide com a localização das águas de abastecimento em localidades próximas a cemitérios.

Um dos maiores pesquisadores sobre a contaminação do solo e das águas subterrâneas por cemitérios tem sido o professor Dr. Alberto Pacheco, da Universidade de São Paulo, que em sua pesquisa realizada ainda em 1980, comprovou a contaminação bacteriológica em cemitérios no Estado de São Paulo. (CAMPOS, 2007, p. 79).

As Resoluções expedidas pelo CONAMA possuem o caráter de regulamentar os impactos ambientais causados pelos cemitérios e, a CETESB têm orientado quanto às questões de conservação do solo e principalmente do fluxo de lençol freático e drenagem, nas áreas de construção e manutenção dos mesmos. (CAMPOS, 2007).

A preocupação do impacto ambiental cemiterial, é um tema importantíssimo e de relevância, não somente em termos de ecologia, mas também por envolver um rito religioso presente em diversas culturas. No Brasil, a prática mais comum é o sepultamento em cemitérios horizontais. Porém, tem-se discutido os impactos ambientais minimizados pela cremação e pela construção dos cemitérios verticais.

---

<sup>9</sup> Tanatopraxia é o procedimento moderno de embalsamamento do cadáver, utilizando técnicas e produtos que evitam a decomposição rápida do cadáver.

As práticas ritualísticas, provenientes de uma convicção religiosa, precisam ser respeitadas e, dessa forma, faz-se necessário uma discussão dos órgãos públicos competentes junto às entidades religiosas, no intuito de estabelecer regras e principalmente, fiscalização ambiental constante nestes ambientes.

A frase em latim, que é possível encontrar nos cemitérios, *Revertere ad locum tuum* (retorna ao teu lugar) foi à escolhida para compor esta pesquisa devido justamente ao significado que a expressão traz em si, pois é abrangente e é empregada em praticamente todas as culturas religiosas: na tradição judaico-cristã, que informa que todos os homens voltarão à terra que os da qual são oriundos; nas religiões orientais, que acreditam em retornos necessários até a completa união com o Universo, nas culturas Africanas e Indígenas que atribuem uma ritualística envolvendo alimentos aos ancestrais como reverência aos seus feitios quando pertencentes à este mundo.

O solo, a terra, tão sagrada e consagrada nas liturgias, tem que ser a preocupação de todos, pois é ela uma das mantenedoras da vida e acolhedora na morte.

## **8 Considerações Finais**

No desenvolvimento deste trabalho sobre os ritos e rituais existentes, as principais fontes referenciais de pesquisa foram textos filosóficos, teológicos e antropológicos que auxiliaram nessa compreensão, não absoluta, por ser um tema que proporciona um vasto campo de pesquisa, mas que instigasse a continuar pesquisando e refletindo sobre este tema dual.

Através da pesquisa pode-se constatar que em todas as sociedades, a morte é um fator preponderante para discussões sobre conduta moral de existência, definindo diferentes rituais, os quais são condicionados a cada cultura de acordo com o que lhes é mais caro.

Independentemente da localidade geográfica e cultura dos povos dos textos analisados, há sempre uma constante que norteia os registros bibliográficos e que ficou evidenciado: a reverência aos antepassados. A importância de um ser em vida será parte preponderante para seus ritos funerários. Guerreiros, sacerdotes, pessoas ditas comuns, sem títulos honoríficos, todas merecem uma despedida que remeta à sua importância entre os que participaram de sua existência terrena.

Presenciar um corpo inerte e que outrora apresentou tanta vida sempre conduziu o ser humano a uma reflexão religiosa, filosófica, social e também ecológica. A morte apresenta-se assim como a justa contrapartida para direcionar a vida, seja ela individual ou coletiva. O medo

de morrer, contribuiu e continua a contribuir a passos largos para os avanços da medicina em retardar o envelhecimento e a cura de inúmeras doenças.

Um dos fatores que chamou a atenção as similaridades constantes em sociedades diversas através das eras, as quais conduzem à compreensão de que se a Vida nos separa a Morte nos iguala e destina-nos ao nosso tema inicial: *Revertere ad locum tuum*.

A história de civilizações registradas em seus livros sagrados ou transmitidas oralmente, honra a ancestralidade familiar ou comunitária, e perpetua ritos e rituais em diversas gerações. Essa é a expressão máxima de uma crença, uma fé inefável e como tal merecedora de respeito e objeto de constantes pesquisas. Como se pode exemplificar com a Bíblia, cujas histórias e ensinamentos repercutem por séculos, chegando a nossos dias. Pode-se afirmar até de certa forma o mundo é bíblico em relação aos inúmeros ensinamentos e virtudes deste livro que transcendem o tempo, o espaço geográfico e a cultura semita, e chegam a nossos dias tão atuais como o eram na época em que foram escritos.

Passando por questões comuns a todas as sociedades e culturas, pode-se também notar que tal evento afeta não só aspectos religiosos, ritualísticos e litúrgicos, mas também ambientais, principalmente com relação a questões sanitárias. Observou-se que quando ocorrem alterações nas honras fúnebres, a cidade inteira se manifesta e é impactada pelas mudanças não somente no aspecto físico, mas principalmente emocional e religioso. Já com relação a questão dos cemitérios, ao denomina-lo de Campo Santo, pode-se compreender sua real importância em um contexto histórico e cultural e há toda uma complexidade de costumes, ritos e rituais funerários que podem ser ainda ser estudados mais profundamente.

Saramago salienta “E se não houvesse morte, o que faríamos? Como seria a situação de todos?” O que é possível concluir diante deste tema tão complexo desenvolvido é que a morte, além de ser o destino certo de todo ser vivente, também é capaz de gerar reflexões e mudanças significativas na vida de uma pessoa ou comunidade, tanto nos aspectos religiosos, mas também sociais e culturais. A morte do outro talvez não cause comoção a todos, mas quando essa morte se torna presente e palpável, ocorrendo com alguém próximo e querido, se torna real e seus impactos emocionais sentidos de forma ímpar, causando grandes reflexões sobre o papel da vida e sua finitude.

## REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. **O homem diante da Morte**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

BÍBLIA. **A Bíblia Sagrada**: Edição Corrigida e Revisada. Tradução de João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Ed. Paulus, 2017.

BÍBLIA. **Bíblia Judaica Completa**. São Paulo: Editora Vida, 2010.

BRASIL. **Caderno de pesquisa em engenharia e saúde pública**. Brasília: Funasa, 2004.

Disponível em:

[http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/manuais/arquitetura/Mnl\\_CaderPesq.pdf](http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/manuais/arquitetura/Mnl_CaderPesq.pdf) Acesso em 01 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Cemitérios como fonte potencial de contaminação das águas subterrâneas**.

Brasília: Funasa, 2007. Disponível em:

<http://www.funasa.gov.br/documents/20182/39040/Cemitérios+como+fonte+potencial+de+contaminacao+MT.pdf/a824bad5-7e25-49f5-bf85-3c3f9eea570d> Acesso em: 01 ago. 2020.

CAMPBELL, Joseph. **Mitos, sonhos e religião nas artes, na filosofia e na vida contemporânea**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

CAMPOS, Ana Paula Silva. Avaliação do potencial de poluição do solo e nas águas subterrâneas decorrente da atividade cemiterial. 2007. 141 f. Dissertação (Saúde Ambiental) - Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2007.

CARNEIRO, Victor Santos. **Impactos causados por necrochorume de cemitérios: meio ambiente e saúde pública**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.

CARVALHO, Leonardo Augusto de Paula Freitas Barbosa de. **Necrochorume: Aspectos da Mobilidade e da Mitigação dos Impactos**. Orientador: Jonathas Batista Gonçalves Silva. 2013. 43 f. Monografia (Bacharelado em Engenharia Ambiental) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013. Disponível em: [https://www.ufjf.br/engsanitariaeambiental/files/2019/05/TFC\\_LEONARDO\\_necrochorume-CORRIGIDO.pdf](https://www.ufjf.br/engsanitariaeambiental/files/2019/05/TFC_LEONARDO_necrochorume-CORRIGIDO.pdf) Acesso em: 14 ago 2020.

**CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO**, promulgado por João Paulo II, Papa. 4ª ed. Tradução de Antonio Leite. Lisboa: Editorial Apostolado da Oração, 1983.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ELIAS, Norbert. **A Solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FILHO, Walter Malagutti; SILVA, Robson Wilians da Costa. **Cemitérios como áreas potencialmente contaminadas**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Ambientais - número 9, 2008.



GAARDER, Jostein; HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry. **O livro das religiões**. Tradução de Isa Mara Lando. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

GRESCHAT, Hans-Jürgen. **O que é ciência da religião?** Tradução de Frank Usarski. São Paulo: Paulinas, 2005.

KERÉNYI, Karl. **A mitologia dos gregos. A história dos deuses e dos homens**. v. 1. São Paulo: Ed. Vozes, 2015. p.72.

MATIAS, Keidy Narelly Costa. **Cartografias do Além: o mundo dos vivos e o universo dos mortos no Antigo Egito**. Orientadora: Marcia Severina Vasques. 2016. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

Disponível em:

[https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/22440/1/KeidyNarellyCostaMatias\\_DISERT.pdf](https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/22440/1/KeidyNarellyCostaMatias_DISERT.pdf) Acesso em: 12 ago 2020.

\_\_\_\_\_. Cartografias do Além: a sociedade dos vivos e a sociedade dos mortos do Antigo Egito. **Alétheia Revista de Estudos sobre Antiguidade e Medievo**, v. 10, n. 1, 2015. p. 51-59.

MARCHADOUR, Alain. **Morte e vida na Bíblia**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.

MIKSIC, Beatriz Fonseca. **Questões sobre a morte e o morrer entre os egípcios e os hindus: conservação ou destruição do corpo?** 2012. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwig3dWi6IvrAhVcLLkGHTOxB0wQFjAEegQIBhAB&url=https%3A%2F%2Fede2.pucsp.br%2Fbitstream%2Fhandle%2F3404%2F1%2FBeatriz%2520Fonseca%2520Micsik.pdf&usg=AOvVaw37WU8aPCz4CnHqeIu9m1Cw>. Acesso em: 08 ago. 2020.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Claudia. **Lugares dos Mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca, 1995.

WENTZ, Evans (ORG.). **O Livro Tibetano dos Mortos**. São Paulo: Pensamento Cultrix, 2020.

WILKEN, Irmã Isabel Sampaio. O dilúvio no poema de Gilgamesh. **Revista de História**, v. 34, 1967. p. 15-40.

## **A INCLUSÃO NO OLHAR DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**Luana Stracher França e Luana Stracher França**

**RESUMO:** A maneira com que o ser humano se relaciona com o outro indivíduo com necessidade especial está relacionada com as suas percepções, ideologias, e conhecimento prévio. Assim a participação de aluno incluso em sala de ensino regular propicia as pessoas entender e aprender como funciona a inclusão. Este trabalho teve por objetivo levar a compreensão da importância desse processo através do olhar dos estudantes que convivem na mesma sala com portadores de necessidades especiais. Trata-se de uma pesquisa de campo, realizada no mês de junho e julho de 2014, com alunos da quinta série do ensino fundamental da Escola Municipal de Santa Lúcia, no município de Santa Lúcia.- Paraná e alunos da oitava série do Colégio Estadual Orlando Luiz Zamprônio, de Santa Lúcia. Foram trabalhados conceitos de inclusão e Educação Especial com os alunos, focando a realidade existente na sala de aula. Os dados foram coletados através de questionário. Constatou-se que trabalhar com a Educação inclusiva na escola foi uma maneira de buscar alternativas que possa reverter a situação em que se encontra o processo de inclusão nos dias atuais, bem como conscientizá-los sobre a importância que cada um tem na construção de um conhecimento socializado com o aluno incluso. Ressaltando que Educação inclusiva é uma atitude de aceitação das diferenças. A maneira com que o ser humano se relaciona com o outro indivíduo com necessidade especial está relacionada com as suas percepções, ideologias, e conhecimento prévio. Assim a participação de aluno incluso em sala de ensino regular propicia as pessoas entender e aprender como funciona a inclusão. Este trabalho teve por objetivo levar a compreensão da importância desse processo através do olhar dos estudantes que convivem na mesma sala com portadores de necessidades especiais. Trata-se de uma pesquisa de campo, realizada no mês de junho e julho de 2014, com alunos da quinta série do ensino fundamental da Escola Municipal de Santa Lúcia, no município de Santa Lúcia.- Paraná e alunos da oitava série do Colégio Estadual Orlando Luiz Zamprônio, de Santa Lúcia. Foram trabalhados conceitos de inclusão e Educação Especial com os alunos, focando a realidade existente na sala de aula. Os dados foram coletados através de questionário. Constatou-se que trabalhar com a Educação inclusiva na escola foi uma maneira de buscar alternativas que possa reverter a situação em que se encontra o processo de inclusão nos dias atuais, bem como conscientizá-los sobre a importância que cada um tem na construção de um conhecimento socializado com o aluno incluso. Ressaltando que Educação inclusiva é uma atitude de aceitação das diferenças.

**Palavras-chave:** Ensino Fundamental, Políticas Públicas, Inclusão Social.

## **INTRODUÇÃO**

O processo de inclusão está acontecendo de forma lenta e gradativa em meio a uma série de controvérsias. Diante disso, acreditamos ser necessário compreender a importância desse processo através do olhar dos estudantes que convivem na mesma sala com crianças com necessidades especiais.

Quando se fala em educação inclusiva, instiga o pensamento à questão da inclusão social, visto que, todas as pessoas fazem parte de uma sociedade, sendo esta, um ambiente social em que deve incluir todos os indivíduos, em um processo cultural, político, religioso entre outros. Definir inclusão social não é uma tarefa muito fácil, tudo porque não poderíamos considerar inclusos na sociedade, um indivíduo que fosse limitado e ou negado direitos mínimos de cidadania. Pois cidadania plena é ter o direito constitucionalizado assegurado a todas as pessoas de uma sociedade.

Uma das estratégias para um melhor desenvolvimento de ações no processo de integração escolar de crianças com necessidades especiais são as escolas inclusivas, as quais requerem novas estruturas e novas competências. Já é de consenso de todos que a formação de educadores deve romper com a polaridade entre educação comum e especial, tendo como referência a diversidade e o aprendizado da inclusão.

Este trabalho revela as possibilidades de inclusão de pessoas com necessidades especiais, no ensino regular, e principalmente no nível de ensino público, abrindo o questionamento sobre as estratégias que podem ser adotadas para enfrentar as resistências (conscientes e inconscientes) de professores, diretores e escolas de ensino regular, assim como a necessidade de haver investimento na formação de professor e na forma de atendimento dos portadores de necessidades especiais.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa foi realizada, com 10 (dez) alunos do ensino regular de quinta série ensino fundamental da Escola Municipal de Santa Lúcia, município de Santa Lúcia, Paraná, nesta sala há dois alunos inclusos, sendo estes cadeirantes. Nessa escola os alunos tinham um bom relacionamento entre si conciliando entre assuntos e práticas educativas exploradas pelos professores. Cada aluno tinha uma forma própria de estar ajudando o colega cadeirante.

Estadual Orlando Luiz Zamprônio, município de Santa Lúcia, Paraná, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Cascavel, onde se encontra um aluno surdo, (sem domínio da oralidade). Nessa escola os colegas mantinham uma linguagem própria para se comunicar, e ate em discussões por pequenos assuntos, o aluno surdo defendia seus colegas e se destacava no grupo.

Sendo assim, foi trabalhado com os alunos, conceitos de educação especial, e inclusão. E também as diferenças e o conceito de respeito mútuo entre as pessoas. Ressaltando que os alunos inclusos não estavam presentes no dia da realização da pesquisa. Aplicou-se o questionário e os dados foram tabulados e analisados.

## **REVISÃO BIBLIOGRÁFICA/ESTADO DA ARTE**

### **Contexto histórico da Educação Especial**

Desde a antiguidade havia dificuldade em aceitar as diferenças. Nesta época, conhecida como fase do extermínio as pessoas com deficiências eram sacrificadas, havia o medo das doenças por isso os deficientes, eram considerados amaldiçoados pelos deuses.

A Etapa do assistencialismo ocorreu na idade média com o advento do cristianismo; os deficientes foram reconhecidos como filhos de Deus e portadores de alma. Eram acolhidos em instituições religiosas por caridade, e vistos como doentes inválidos e incapazes e eram deixados à própria sorte, dependendo da caridade e boa vontade das pessoas. No século XII, com a justificativa de ser demônio e hereges houve a perseguição pela igreja (caça e extermínio) e posteriormente com os avanços na área da medicina têm-se o internamento dos deficientes em conventos, asilos, hospitais psiquiátricos. (SHIMAZAKI, 2014).

A etapa da segregação institucional foi o período ao qual com a impossibilidade de acesso às escolas comuns, as famílias buscaram criar escolas especiais de educação (escolas, hospitais e residências clínicas). No entanto, entre as décadas de 60 e 70 surgiram movimentos de institucionalização de ambientes menos restritivos. Essas mudanças de atitude, fez com que na década 80 o Brasil ofertasse duas formas de atendimento a educação Especial: o atendimento as classes comuns aos mais aptos, e o atendimento a classe especial para atender os considerados de maior gravidade. A etapa da inclusão foi o período caracterizado como um processo de reforma e reestruturação escolar ocorrido na década de 90. Houve a revolução de valores e atitudes: respeito com a diversidade humana, mudança na estrutura da sociedade e da educação escolar. Não é o aluno que se adapta a escola, mas e a escola no seu processo ensino e

construção do saber. (SHIMAZAKI, 2014).

## **A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar**

Considerando que a escola tem a sua responsabilidade para a inclusão educacional, é preciso repensar sua estruturação enquanto instituição de ensino, e refletir sobre as mudanças no sistema educacional considerando que na atualidade a escola tem recebido na rede regular os alunos portadores de necessidades especiais.

Na atualidade, a escola regular é apontada como o local preferencial para a escolarização formal de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais. Em contrapartida, serão oferecidos, sob a forma de complementação curricular, os apoios e serviços especializados necessários a sua aprendizagem e desenvolvimento. Desse modo, busca-se romper a tradição histórica de separação entre o ensino regular e o especial, articulando discursos e ações em uma proposta que traga unidade às formulações teóricas e práticas pedagógicas de ambos os contextos educacionais.

Portanto, esses direitos amparam-se no artigo 58 da Lei de Diretrizes e Base da Educação, Lei 9394/96 explicita que,

Entende-se por educação especial, para efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais.

§ 1º - Haverá, quando necessário, serviço de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º - O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Os direitos dos cidadãos portadores de necessidades especiais estão garantidos em Lei, que prioriza o atendimento nas escolas regulares, reservando o encaminhamento do aluno para os serviços especiais, caso haja necessidade.

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) possui artigos conflituosos (artigos 58º e 59º) com a constituição para superar os impasses de interpretação da leis, e garantir o direito ao portador de necessidades educativas especiais o atendimento na rede regular; no ano de 1999, surge um documento orientador de valor de lei ordinária, através da Convenção da Guatemala (Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa com Deficiência) para corrigir as falhas e omissões encontradas na LDBEN.

A constituição Federal de 1998, em seu artigo 208 expresso que é dever do Estado à garantia de atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, e o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade, com a ressalva do artigo 37º do estatuto da Pessoa com Deficiência, que frisa ser direito da família ou representante legal do aluno com deficiência, a opção pela frequência às classes comuns da rede comum de ensino, assim como ao atendimento educacional especializado. O artigo 205, da constituição declara a educação como direito de todos e sua promoção visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Afirma também o direito à cidadania e a dignidade da pessoa humana nos incisos II e III do artigo 1º, e o inciso IV do artigo 3º declara a promoção do bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação e o artigo 5º e 205º, defende a igualdade perante a Lei, a Educação como direito e dever, seja do Estado ou da família como cidadãos e trabalhadores. (Saviani, 2001).

As bases político-filosóficas das práticas inclusivas são orientadas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que afirma o direito a Educação para todos, independente da sua origem condição social; a Convenção sobre os Direitos da Criança, (1989), garante os direitos aos portadores de necessidades educativas cuidados especiais, como serviços gratuitos, integração social e desenvolvimento individual total; a

Declaração de Salamanca, (1994), que expressa o direito a educação, com no ensino regular, tendo proposta pedagógica adequada. (ROSA, 2004 p. 96).

Como vemos apesar de todos os avanços muitas questões ainda precisam ser revistas para mudar atitudes discriminatórias e de exclusão, cujo maior obstáculo centra-se no modelo capitalista de produção.

Este evento patrocinado pela UNESCO realizou-se em Salamanca na Espanha no ano de 1994, e contou com a participação de 92 governos e 25 ONGs. Foi a primeira vez que um documento de divulgação internacional explicita recomendações em relação aos alunos com dificuldades de aprendizagem diferenciando-os dos portadores de deficiências, até porque as dificuldades de aprendizagem podem ocorrer em ambos os casos.

No que se refere à Universalização da educação, houve um consenso de que as crianças e jovens com necessidades educativas especiais sejam incluídos nas escolas comuns, denominadas “Escola Inclusiva”, cujo maior desafio é a articulação de uma pedagogia que garanta a educação tanto das crianças tidas como normais, bem como aquelas que possuem

características naturais dos seres humanos – não pode ser utilizada para justificar o descaso da escola para com os alunos com necessidades educativas especiais. Assim não é a criança que tem que adaptar-se, mas é o processo ensino- aprendizagem é que deve ser adaptado as necessidades da criança. (CARVALHO, 1997). A escola aqui passa a ser vista como essencial para a emancipação do ser humano é a educação como integrante dos fatos sociais, políticos e culturais em detrimento a uma escola padronizada onde poucos têm privilégios sobre a maioria.

### **Educação Inclusiva no Ensino Fundamental**

Educação inclusiva significa dar oportunidades a todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiências, para que recebam serviços educacionais eficazes na preparação de pessoas para uma vida satisfatória na sociedade, em classes adequadas à suas idades (BEAUPRÉ, 1997).

O Princípio fundamental da escola inclusiva é que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível independente de qualquer dificuldade ou diferença que elas possam ter.

A inclusão implica a construção de uma sociedade que possa respeitar todos os seus membros, pois, como afirma (Beaupré 1997, p. 166), “uma comunidade na qual não seja possível de estar próximo de conviver com pessoas deficientes, favorecer sua aquisição de conhecimentos ou de aprender com elas, é uma comunidade em que falta o órgão essencial que a faz viver, ou seja, o seu coração”. Estudos têm evidenciado que o convívio com pessoas com deficiências promove o acesso a uma gama mais ampla de papéis sociais, o respeito às diferenças, desenvolve a cooperação e a tolerância, favorece a aquisição do senso de responsabilidade, além de melhorar o desempenho escolar (HIRATA, GISELLE; 2009).

No Brasil, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. À luz dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola comum para que receba todos os alunos, atenda suas especificidades e promova a melhoria da qualidade da educação.

O Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresenta um documento chamado “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”<sup>1</sup> que considera a evolução dos marcos filosófico, políticos, legais e da pedagogia, definindo diretrizes para os sistemas de ensino. Essas diretrizes devem se traduzir em políticas

acompanhando os avanços do conhecimento e das lutas sociais, constituindo políticas públicas promotoras do amplo acesso à escolarização. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010). A inclusão na prática enfrenta inúmeros desafios, porém ela apresenta duas facetas, que relevam fatores positivos: Incluir é "acolher" indivíduos que desprovidos de alguns fatores intelectuais ou físicos ou de fatores externos, estavam à margem da exclusão social, por não aderirem aos parâmetros de normas e padrões, socialmente construídos por uma organização social de interesses próprios. Aqueles indivíduos que não se "enquadravam" aos padrões exigidos, eram marginalizados do sistema. Como se incluir fosse uma proposta generosa e solidária. (SALAMANCA, 1994) A inclusão de pessoas com deficiências é um direito inalienável que é eloquentemente sintetizado na declaração de SALAMANCA (1994): "qualquer que seja a origem, natureza e gravidade das suas deficiências e dificuldades, as pessoas com deficiências têm os mesmos direitos fundamentais que os seus concidadãos da mesma idade." Num contexto educacional isto significa que as crianças e os jovens com Necessidades Educativas Especiais (NEE) têm o direito de ser incluídos na educação regular. A proposta de educação inclusiva requer que haja uma conscientização social, com respeito aos ritmos próprios de cada aluno, como sugere Mantoan (2003), que explica que a inclusão para ser efetivada necessita de transformação total, a partir de uma revolução na escola atual, com mudança de paradigmas, espaço físico, políticas pedagógicas e principalmente a participação dos professores. A escola inclusiva entendida como "Escola para todos" (grifos nossos), é "um espaço de apropriação do saber centrado na necessidade das crianças, buscando o pleno desenvolvimento de suas potencialidades." (CARVALHO 1997, p. 59), independente das dificuldades ou diferenças que os sujeitos tenham. Portanto a inclusão envolve a gestão democrática e participação de toda a escola defendendo o mesmo objetivo, uma educação de qualidade para todos. Na proposta de inclusão, o primeiro ponto a ser discutido diz respeito à preocupação em incluir, principalmente, para reparar a atitude excludente que a escola tem tomado com as mais diversas formas de diferença, tais como, a discriminação racial e social além de tantas outras, tendo o aluno como sendo a fonte do problema sem rever seus métodos e posições político-sociais. Ao mesmo tempo a proposta de educação inclusiva requer a participação de todos os profissionais da escola em benefício da inserção efetiva dos alunos incluídos. Não basta que o aluno esteja matriculado ou apenas frequentando o ambiente escolar, ele precisa fazer parte de todo sistema. A inclusão não se restringe à sala de aula, é preciso que toda a escola esteja sintonizada na busca do mesmo objetivo, uma educação de qualidade para todos que fazem parte da mesma, pois para que ocorra a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular se faz necessário uma revisão conceitual da estrutura curricular dos cursos de formação docente. (ROSS 1998 p.66) evidencia que,



excluídos, não é um problema específico que pode ser tratado isoladamente. Na verdade, reverter essa situação, alcançar um patamar em que exista algum tipo de compromisso, em que as iniciativas e os projetos privilegiem demandas mais imediatas, são objetivos que dependem da superação de problemas estruturais para ser atingidos.

Assim, as propostas inclusivas se concretizam com a revisão dos currículos, espaços físicos adequados, organização escolar, e metodologias, conteúdos, processos avaliativos coerentes para o aprendizado do aluno; a necessidade de reflexão sobre a formação e de conhecimento das necessidades educativas especiais; reivindicação as universidades de primar pela qualidade educacional pela formação de futuros profissionais em qualquer área, conscientes sobre temas correlatos a esta especificidade; e a necessidade do envolvimento de toda comunidade buscando a democratização da escola.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Ao questionar os alunos da sala **como se sentiam estudando na mesma sala que um aluno com necessidades educativas especiais**, mesmo com a questão sendo aberta, demonstra respostas foram otimistas, onde a maioria dos alunos tanto da 5ª série quanto da 8ª série, responderam sentir-se bem, e que tem se desenvolvido intelectualmente por aprender com as necessidades do colega, tratando essa pessoa como se fosse comum, e mesmo tendo dificuldades de adaptação no início da convivência em sala de aula, conseguem se comunicar por gestos e sinais.

Quando perguntado aos alunos **sobre quais atividades faz com o colega com necessidades educativas especiais**, observou-se que grande parte dos alunos brinca e ajuda o aluno incluso nas atividades escolares. Pequena quantidade de alunos entrevistados disse que somente ficam observando, como demonstra o gráfico 1, pois não conseguem manter um vínculo de amizade, não conseguindo se comunicar de acordo com as necessidades de entendimento do aluno incluso, ou mesmo devido o fato do incluso ser cadeirante, dificultando as brincadeiras entre eles.

### **GRÁFICO**

8  
7  
6  
5

■

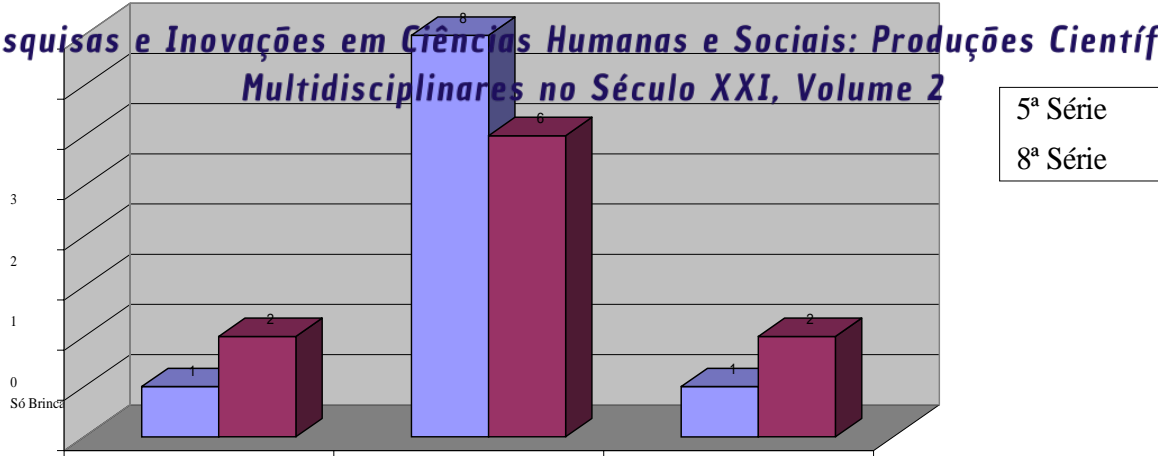


Gráfico 1: Que atividade você faz com o colega com necessidades especiais?

Estas respostas confirmam que existe grande sintonia entre a turma e os inclusos, onde auxiliam nas atividades escolares, e tem aceitação plausível. Este dado pode se concretizar ainda mais, quando foi perguntado **se o aluno com necessidades educativas especiais é bem aceito pelos colegas em sala de aula**, e, como mostra o (Gráfico 2), 65% dos colegas respondeu que sim que o aluno incluso era bem aceito em sala de aula, sendo importante ressaltar que 20% não sabiam se os seus havia aceitação, ou tinham alguma diferença com os alunos com necessidades educativas especiais, já 15% acreditam que os alunos com necessidades especiais ainda não são bem aceitos pelos colegas. Assim, para poder falar que a inclusão de fato ocorre, esses números deveriam ser de 100% de aceitação.

GRÁFICO 2

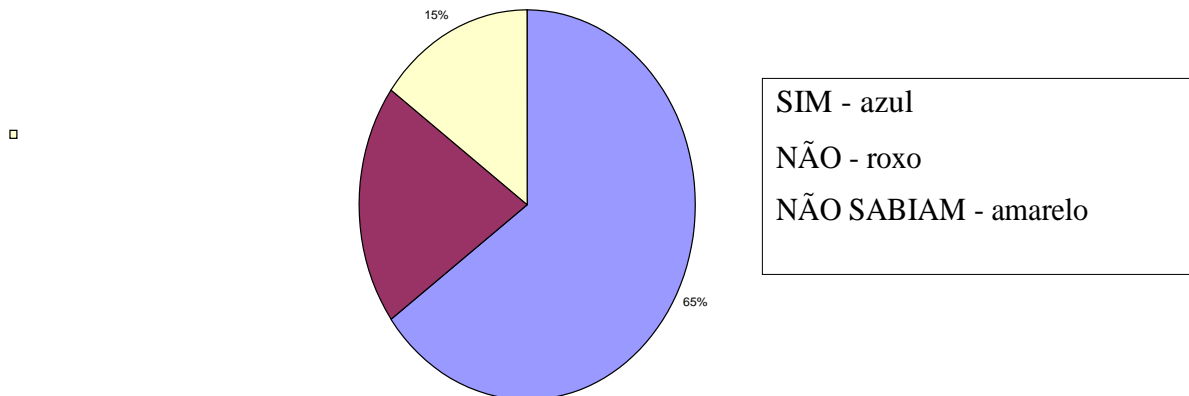
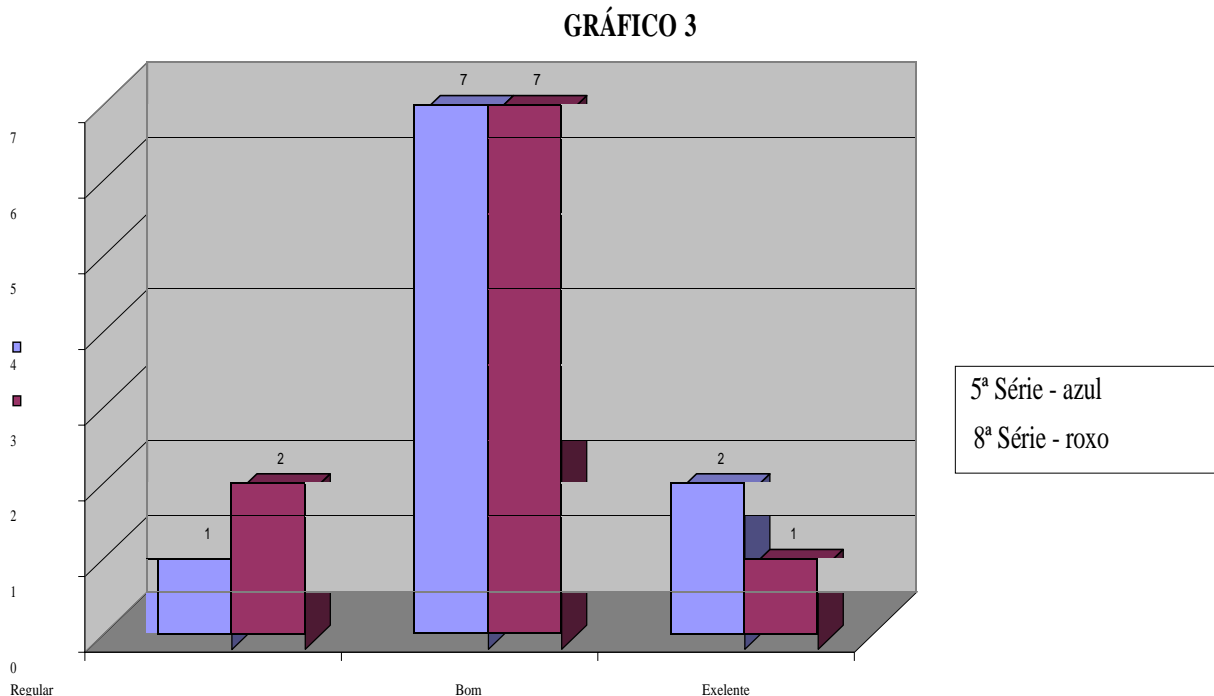


Gráfico 2: O aluno com necessidades educativas especiais é bem aceito pelos colegas em sala de aula?

Um dos questionamentos de grande relevância está sobre: **o aluno incluso consegue aprender em sala de aula regular?** A maioria respondeu que "sim". Mas, ao serem perguntados se ele fosse o professor, o que deveria ser feito de diferente para o aluno incluso aprender melhor, as respostas foram distintas, por exemplo: acreditam necessitar de maior atenção com o aluno incluso; elaboração de atividades em que envolvesse pinturas em vez de somente utilizar de textos. Inclusive tem um aluno que disse sobre a necessidade de "ter mais de um professor, para ajudá-lo a aprender melhor". O que mais se destacou e chamou a atenção foi à observação

encaminhado a uma pessoa formada em Libras”. Essas respostas revelam que os alunos com necessidades educativas especiais precisam receber um atendimento especializado com um profissional capacitado. E, o que é mais importante, os alunos revelam a necessidade de ter outro profissional professor em sala de aula para ajudar na aprendizagem dessas crianças. Essas respostas dos alunos podem revelar também a dificuldade que eles mesmos têm de serem atendidos uma vez que o professor necessita dedicar tempo para as crianças com necessidades educativas especiais.

É preocupante ouvir tais respostas das crianças. Elas são reveladoras de que os próprios alunos percebem as dificuldades encontradas pelos portadores de necessidade especiais, gerando assim, grandes dificuldades no processo de inclusão, que apesar de ser um direito, ele não é garantido. Este direito é apenas camuflado uma vez que é transferida a responsabilidade de inclusão ao professor da classe onde tem as crianças com necessidades educativas especiais. Professor este, na grande maioria das vezes não preparado para tal responsabilidade e tal atendimento especial. Visto que estas afirmações se comprovam quando perguntado *sobre a relação do professor com o aluno incluído*. O que prevaleceu foi a opção de “bom”, isto é, uma boa relação entre aluno e professor, conforme mostra o Gráfico 3.



**Gráfico 3: Relação professor e crianças com NEE**

Os alunos observam que os professores tentam ajudar o aluno com necessidades especiais da melhor maneira possível, mas os alunos também percebem que não é “excelente”.

observações registradas na questão anterior.

Por fim questionou-se a classe, *se eles acreditam ser importante que tenha aluno incluso com necessidades educativas especial na sala de aula do ensino regular*. As respostas foram unânimes no sentido de que é importante esta inclusão. Uma resposta que marcou foi de um aluno da 8ª série que respondeu “sim, porque eles podem ensinar muitas coisas pra nós”; e outras de alunos da 5ª série: “quem sabe a gente pode aprender melhor com ele”; e “sim, para aprendermos que somos todos iguais”. Essas respostas remetem a idéia de que apesar de todas as dificuldades no processo de inclusão esta se manifesta como um aprendizado para todos. Porém, não se pode perder de vista, a necessidade de programas sérios que construa uma inclusão de conhecimento e de desenvolvimento humano, social, cultural e intelectual. Como explica Robert Barth<sup>2</sup>, professor de Harvard (1990, p. 514-515): “As diferenças representam grandes oportunidades de aprendizado. As diferenças oferecem um recurso grátis, abundante e renovável... o que é importante nas pessoas – e nas escolas – é o que é diferente, não o que é igual”.

Diante do exposto, percebemos a importância da inclusão, dessa forma, a escola inclusiva deve acomodar todas as crianças independentemente de suas condições intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas e outras (SALAMANCA - 1994). Deve, ainda, promover uma educação de alta qualidade a todos os educando, modificando atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras e desenvolvendo uma sociedade inclusiva. E, por fim, ser adaptada às necessidades dos alunos, respeitando-se o ritmo e os processos de aprendizagem.

## **REFERENCIAS**

ALENCAR, EUNICE M. L. SORIANO. UM RETRATO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL. BRASÍLIA, ANO 13, Nº 60, OUT/DEZ, 1993.

BARROS, ALESSANDRA. ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS REGULARES: LIMITES DE UM DISCURSO. SAÚDE E SOCIEDADE V.14, N.3, P.119-133, SET-DEZ, 2005

BEAUPRÉ, P. O DESAFIO DA INTEGRAÇÃO ESCOLAR: ÊNFASE NA APRENDIZAGEM ACADÊMICA. IN: M.

T. E MANTOAN (ORG.). A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA REFLEXÃO SOBRE O TEMA. SÃO PAULO: MEMNON, EDITORA SENAC: 1997, P. 162-166.

BARTH, ROBERT. A PERSONAL VISION OF A GOOD SCHOOL. N. 71, P. 512- 571, 1990 APUD PROGRAMA DE

SEMTEC/ SEED. 2004.

CARVALHO, R. E. TEMAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL. RIO DE JANEIRO: WVA, 1998. A NOVA LDB E A EDUCAÇÃO ESPECIAL. RIO DE JANEIRO: WVA, 1997.

GOVERNO DO ESTADO. PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA. INTEGRAR É O PRIMEIRO PASSO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. S/A.

HIRATA, GISELLE; REVISTA NOVA ESCOLA; UMA ESCOLA SEM BARREIRAS. JULHO; 2009.

LDB; LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL; 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

LYCURGO, TASSOS; INCLUSÃO SOCIAL E DIREITO: POR UMA DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL; BRASIL; 2005.

MANTOAN, M. T. E. INCLUSÃO ESCOLAR : O QUE É? POR QUÊ? COMO FAZER? SÃO PAULO: ED.MODERNA, 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. TRABALHO DOCENTE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL.

SÃO PAULO: EPU, 1993.

M. J. S. E SOUZA, S. M. Z. L. INCLUSÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA. ESTILOS DA CLÍNICA: REVISTA SOBRE A INFÂNCIA COM PROBLEMAS, 9 (V). SÃO PAULO, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. MARCOS POLÍTICO-LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. BRASILIA: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2010.

ROSS, PAULO RICARDO. EDUCAÇÃO E TRABALHO: A CONQUISTA DA DIVERSIDADE ANTE AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS. IN: BIANCHETTI, L; FREIRE, I. M. UM OLHAR SOBRE A DIFERENÇA: INTERAÇÃO, TRABALHO E CIDADANIA. SÃO PAULO: PAPIRUS, 1998.

SASSAKI, ROMEU K. INCLUSÃO. CONSTRUINDO UMA SOCIEDADE PARA TODOS. RIO DE JANEIRO, ED. WVA 1997. SAVIANI, DEMERVAL. A NOVA LEI DA EDUCAÇÃO: TRAJETÓRIA. TRAJETÓRIA, LIMITES E PERSPECTIVAS.7. ED. SÃO PAULO: AUTORES ASSOCIADOS, 2001.

SHIMAZAKI, ELSA MIDORI. FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. DISPONÍVEL EM:<  
[HTTP://WWW.GESTAOESCOLAR.DIAADIA.PR.GOV.BR/ARQUIVOS/FILE/PRODUCOES\\_PDE/MD\\_ELSA\\_MIDORI\\_SHIMAZAKI.PDF.](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/file/producoes_pde/md_elsa_midori_shimazaki.pdf) > ACESSO EM 05 AGO 2014.

**Capítulo 42 - DOI:10.55232/10830012.42**

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: A MESORREGIÃO DA GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL, ENTRE A INVISIBILIDADE POLÍTICA E A IDENTIDADE SOCIAL EM CONSTRUÇÃO**

**Edemar Rotta e Sílvio de Oliveira**

**RESUMO:** O presente artigo reflete sobre o desenvolvimento regional e as políticas públicas, a partir de recorte de análise com foco na Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul (MGFM). Intenta-se discutir como as políticas públicas de desenvolvimento tendem a produzir impactos e/ou inflexões em espaços regionais concretos. O Brasil possui uma tradição consolidada de estudos sobre o desenvolvimento regional e as políticas públicas, mas apresenta espaços ainda não explorados na análise da relação entre eles. Mediante pesquisa bibliográfica e documental, e com metodologia analítica, pretende-se, primeiramente, compreender a base do processo de desenvolvimento regional relacionado à MGFM. Para tanto, emprega-se a base teórica clássica estruturalista de Myrdal para apreender alguns fenômenos do desenvolvimento ocorridos espacialmente ao longo do século XX. Em seguida, para entender o debate contemporâneo estabelecido sobre desenvolvimento regional, adota-se a matriz teórica na qual Boisier se insere, combinada com aplicação das ideias de identidade e de (in)visibilidade socioterritorial, bem como a problematização das questões inerentes ao objeto desta investigação. Posteriormente, busca-se identificar eixos relevantes de debate em torno das políticas públicas de desenvolvimento em escala intermediária no território correlato, objetivando qualificar a discussão mediante detecção de possíveis dilemas e contradições. Na análise da relação entre desenvolvimento e os aspectos socioculturais se utiliza o clássico paradigma interpretativo weberiano. Constatou-se que a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul possui histórico de baixo dinamismo e que algumas características estruturais atuais não favoreceram o desenvolvimento, inclusive sob a perspectiva endógena. Além disso, há indicadores de que a redução da visibilidade pode integrar um processo mais amplo de “simplificação” de políticas relacionado à tentativa de modernização associada a um projeto neoliberal ou, para alguns, ultraneoliberal. Sobre a identidade sociocultural, foi possível identificar que há significativas divergências e dúvidas sobre o desenho territorial proposto, e uma dependência de estudos específicos para subsidiar o debate a ser retomado, do que poderão resultar mais e melhores políticas públicas para o desenvolvimento em escala sub-regional.

**Palavras-chave:** Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, Desenvolvimento Regional, Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

## **INTRODUÇÃO**

A alternância política no poder integra a dinâmica inerente ao regime democrático. Com as mudanças de projeto de governo, algumas medidas que até então consistiam em prioridade, podem deixar de sê-lo, e vice-versa. Outras pautas temáticas podem nem constar na agenda ulterior. Silva e Marques (2020, p. 358) detectam que, no Brasil, a partir do início dos anos 2000, ocorreu um novo ciclo de interesse pelo desenvolvimento regional, inclusive com a criação de Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Em sentido convergente, em relação aos territórios regionais, Brandão (2019, p. 276) identificou que “entre 2003 e 2018, ficaram patentes os colossais constrangimentos do padrão de alta concentração de renda e baixo acesso à riqueza e propriedade (especificamente da terra, rural ou urbana)”.

Por sua vez, em 2019, o Decreto nº 9.810/19 revogou o Decreto nº 6.047/07, instituindo uma nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Entre outras alterações geradas pelo decreto revogante, deixaram de constar as Mesorregiões Diferenciadas, espaços em escala sub-regional com identidades e vulnerabilidades específicas, de acordo com as dimensões política, econômica, social, ambiental e cultural. Dentre as treze mesorregiões reconhecidas no Decreto nº 6.047/07, encontrava-se a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul (MGFM). Diante desse quadro, surgem no ambiente acadêmico indagações sobre as causas da referida mudança normativa, que possui origens metajurídicas. Por exemplo, algumas hipóteses aventadas para a supressão da visibilidade da escala mesorregional foram: que, ao menos em parte, a redução das desigualdades em escala intermediária ou deixou de ser um problema público (o que prescindiria de uma demanda estatal), ou o problema persiste, mas deixou de ser prioridade ou, sucessivamente, foi ignorado.

Para realização *deste estudo específico*, que engloba a referida nova PNDR, emprega-se o seguinte conceito de política pública (PP) proposto pelo cientista político João Pedro Schmidt (2018, p. 127): “política pública é um conjunto de decisões e ações adotadas por órgãos públicos e organizações da sociedade, intencionalmente coerentes entre si, que, sob coordenação estatal, destinam-se a enfrentar um problema político”.

Opta-se por trabalhar *ad hoc* com esse conceito porque, distribuindo a possibilidade de promover as ações entre o poder público e a sociedade civil, sem atribuir necessariamente o protagonismo a nenhum deles, pode ser empregado em distintos

momentos históricos, resguardando que a coordenação invariavelmente pertence aos entes estatais – podendo, inclusive, limitar a atuação do Estado a esse papel em determinados períodos.

A discussão em apreço está ainda inserida na temática do desenvolvimento regional, motivo pelo qual a seguinte noção é aqui utilizada (OLIVEIRA, 2019, p. 1): “O desenvolvimento regional constitui um processo de transformação social, econômico, cultural e político”.

A partir da aplicação desses constructos, pretende-se entender o que representa a referida mudança gerada pela promulgação do decreto que instituiu a nova PNDR e como ela impacta no respectivo território. Como em Ciência Política é insólito cogitar ocorrência de mudanças de rumo fortuitas, trabalha-se aqui sem excluir *a priori* possíveis cenários, porém mantendo o foco nas evidências objetivas que forem detectadas no estudo, seguindo, portanto, uma perspectiva teórica social weberiana, quanto a esse aspecto.

Mediante pesquisa bibliográfica e documental, e com metodologia analítica, pretende-se, primeiramente, compreender a base do processo de desenvolvimento regional relacionado à MGFM. Para tanto, emprega-se a base teórica clássica estruturalista de Myrdal para apreender alguns fenômenos do desenvolvimento ocorridos espacialmente ao longo do século XX. Em seguida, para entender o debate contemporâneo estabelecido sobre desenvolvimento regional, adota-se a matriz teórica na qual Boisier se insere, combinada com aplicação das ideias de identidade e de (in)visibilidade socioterritorial, bem como a problematização das questões inerentes ao objeto desta investigação. Posteriormente, busca-se identificar eixos relevantes de debate em torno das políticas públicas de desenvolvimento em escala intermediária no território correlato, objetivando qualificar a discussão mediante detecção de possíveis dilemas e contradições. Na análise da relação entre desenvolvimento e os aspectos socioculturais se utiliza o clássico paradigma interpretativo weberiano. Derradeiramente, serão expostas as considerações resultantes deste estudo acadêmico interdisciplinar.

## **DESENVOLVIMENTO NA ESCALA MESORREGIONAL**

A disciplina do desenvolvimento regional surge, no século XX, num contexto capitalista em que se verificou a ocorrência de desigualdades em determinado território,



com a concentração espacial de desenvolvimento em determinadas áreas. Trata-se de uma característica verificável nesse sistema econômico, pois há uma tendência em concentrar investimentos em locais de maior viabilidade de retorno financeiro em menor período de tempo. Ademais, não é novidade que esse problema tende a ser maximizado num projeto neoliberal, porque, a partir de uma perspectiva reduzida de projeto social de modernidade, a modernização restringiu-se à produção e ao consumo de bens e serviços para alcançar maior crescimento econômico, sem preocupação com o desenvolvimento mais amplo e abrangente da sociedade e de melhoria de suas estruturas.

Para a compreensão da mesorregião diferenciada, é necessário um olhar prévio sobre a realidade brasileira. Embora tenhamos cinco macrorregiões geográficas oficiais, inclusive com elementos culturais bastante definidos (RIBEIRO, 2002, p. 272), é inviável traçar políticas apenas nessa escala, diante das dimensões territoriais e das significativas diversidades internas em cada macrorregião. Ou seja, ainda que esses territórios tenham diferenças entre si (entre as macrorregiões), há significativas disparidades internas (no interior da macrorregião), nas quais, por exemplo, há áreas com concentração de renda e outras áreas estagnadas.

O seguinte mapa ilustra essa característica:

**Mapa com tipologia do desenvolvimento, a partir de dados coletados junto ao Ministério da Integração, de 2009**



**Fonte: Adaptado pelos autores a partir da elaboração de Cargnin (2013).**

Há nessa ilustração uma nítida faixa de estagnação que inicia no sudoeste paranaense, em direção ao oeste catarinense, e em seguida ao norte, noroeste, oeste e sudoeste gaúcho. É possível ainda verificar que esse território não corresponde à Faixa de Fronteira (FF), a qual compreende o território situado no limite de 150 quilômetros

com outros países (§ 2º do art. 20 da CF/88), cujo Arco Sul compreende à faixa de 150 quilômetros nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No Arco Sul da FF, há áreas de alta renda no noroeste paranaense e no sudeste riograndense. Dessa forma, é inviável tratar de todos os assuntos na FF, que, além de prevista na CF/88, resultou mantida no Decreto nº 9.810/19. É relevante acrescentar que a área de estagnação ultrapassa as escalas geográficas micro e mesorregional definidas pelo IBGE, de modo que a MGFm corresponde a um território com 396 municípios, que abarca, no Rio Grande do Sul, 223 vinculados a onze Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), em Santa Catarina, 131 municípios vinculados a nove Associações de Municípios e, no Paraná, 42 municípios relacionados a uma associação e a respectiva Agência de Desenvolvimento Regional do Sudoeste do Paraná, envolvendo uma população de 3.815.791 habitantes no ano de 2007 (PROMESO, 2009, p. 31).

É no contexto acima delineado que surgiu a definição dessa escala sub-regional, a exemplo da formulação de Freitas e Rambo (2019, p. 171):

As Mesorregiões são formadas por municípios que apresentam identidades físicas, econômicas, sociais e culturais e permitem a configuração de um arranjo político-institucional com participação da sociedade civil, num processo de busca de coordenação e efetividade das ações territoriais das políticas públicas de diferentes esferas de poder.

Não é demais ressaltar que os estudos dos quais resultaram as regiões diferenciadas foram elaborados a partir de meados da década de 1990 (CARGNIN, 2011, p. 78). Diante desse quadro, pergunta-se: houve profundo reordenamento e reconfiguração territorial nas duas últimas décadas e meia, ou a situação permanece semelhante na contemporaneidade? O questionamento é relevante porque, enquanto não superado o paradigma que deu origem a esse mapa, parece subsistir a justificativa para a existência das mesorregiões, pelo menos sob aspecto do desenvolvimento econômico.

Conforme artigo produzido por Carlos Antônio Brandão, extrai-se que, nas últimas duas décadas, as mudanças significativas ocorridas no território da MGFm resumem-se aos decorrentes dos investimentos no setor energético (UHE Foz do Chapecó) e na educação, embora sem mencionar expressamente a UFFS e os novos *campi* de institutos federais. Ainda que a MGFm tenha sido impactada pela alta demanda de *commodities*, foi no Cerrado e no Pantanal que ocorreu a “grande transformação do agronegócio” nos 15 primeiros anos do século XXI (BRANDÃO, 2019, p. 273).

Para conhecer, ainda que de forma sucinta, o processo econômico ocorrido no território da MGF, especialmente ao longo do último século, emprega-se o ferramental teórico da Causação Circular e Cumulativa, elaborada com a colaboração de Myrdal, o qual se considera, *a priori*, suficientemente dimensionado para a respectiva época. Esse autor, pertencente à escola estruturalista, explica a realidade a partir dos fatores de produção e agentes sociais organizados coletivamente (mercado e sociedade civil). De acordo com essa abordagem teórica, o centro regional atua como fonte de atração de recursos. Entretanto, o desequilíbrio cumulativo é entendido como imanente ao modelo capitalista, ou seja, ocorrendo por si só (MYRDAL, 1960, p. 28). Daí a necessidade de formular e executar PPs capazes de intervir nesse processo, protagonizadas pelo Estado, principalmente nos efeitos regressivos da concentração, ou seja, quando o centro regional não produz efeito propulsor – de irradiar desenvolvimento ao seu entorno. Quanto mais distante geograficamente de grandes centros industriais, mais está o território desintegrado do processo de crescimento econômico.

Antes de realizar as análises, é importante observar algumas características da formação socioespacial, pois o desenvolvimento consiste em um fenômeno complexo e multidimensional. Sob ponto de vista territorial, destaca-se que a mesorregião está situada nas bacias hidrográficas do Uruguai e Paraná, predominando, no extremo oeste, as pequenas propriedades rurais. Pela perspectiva demográfica, a imigração europeia não ibérica, durante o século XX, gerou sucessivos fluxos migratórios internos provenientes do sul desse território em direção ao norte (DEVES; RAMBO; MIGUEL, 2019, p. 2-3). Esses dados são relevantes porque na primeira metade do século passado, em regra, a população rural superava a urbana e o setor primário foi protagonista na participação do PIB, especialmente nos territórios distantes do litoral, das capitais e regiões metropolitanas.

Seguindo a tendência nacional de concentração urbana e industrial nas regiões litorâneas e próximas das capitais (BRANDÃO, 2019, p. 269), a industrialização, nesse território, foi tardia, pois situada no Oeste – posição geográfica em longitude oposta a Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre e suas respectivas regiões metropolitanas, bem como em relação ao litoral e seus portos.

Em relação ao sudoeste paranaense, resultou evidenciado, por exemplo, que o entorno sofreu significativa perda populacional em direção aos centros regionais, na segunda metade do século passado (MONDARDO, 2011, p. 127-8):

A partir do esgotamento do ciclo agroexportador no âmbito estadual, a reinserção da economia paranaense ao movimento mais amplo de desenvolvimento nacional, agora sob o comando do capital industrial, gerou profundas e rápidas alterações na estrutura socioeconômica da região Sudoeste, com repercussões decisivas sobre as migrações. Se, entre 1940 e 1970, a região assistiu ao boom de atração de grandes fluxos imigratórios, consolidando a ocupação colonial por meio da estrutura fundiária calcada na pequena propriedade rural, na década de 1970 o processo inverteu-se rapidamente, passando a região a expulsar população rural a um ritmo vertiginoso. A parcela desses fluxos populacionais que permaneceu acelerou a tendência à urbanização e provocou a concentração populacional em centros urbanos maiores, como nas cidades de Francisco Beltrão, Pato Branco e Dois Vizinhos.

A título exemplificativo, a concentração industrial no nordeste do Rio Grande do Sul, envolvendo a região metropolitana e serra gaúcha (CARGNIN, 2011, p. 106), na segunda metade do século XX, ocorreu simultaneamente com o fenômeno do êxodo rural, mediante movimentos migratórios originários do norte, noroeste e da metade sul do Estado, além de contingentes advindos de outras regiões. Ocorre que, como visto, esse movimento migratório nem sempre foi provocado pela atração de um centro industrial dinamizado, sendo, muitas vezes, o esvaziamento populacional decorrente de falta de políticas públicas e de inviabilização econômica da pequena propriedade, inclusive por excesso de fracionamento do solo entre as sucessivas gerações familiares.

No final do século XX, o território da MGFM ainda

[...] tinha em comum a presença de municípios com as mais altas taxas de população rural que, em muitos casos, ultrapassavam a metade da população. Esses municípios apresentavam grande dependência econômica das atividades rurais e de agroindústrias, que se somavam a indicadores sociais preocupantes (CARGNIN, 2011, p. 82).

As situações pontuais aqui identificadas nem de longe pretendem esgotar o exame histórico sobre a concentração regional, mas apenas objetivam, enquanto categoria de análise, demonstrar que alguns importantes efeitos regressivos realmente ocorreram no território em estudo, de acordo com a perspectiva teórica de Myrdal. O aprofundamento dos estudos sobre fluxos migratórios poderia lançar luz no sentido de identificar se ele decorre de efeitos regressivos ou se insere em um conjunto explicativo mais complexo, no qual estão relacionados aspectos multidimensionais e multiescalares. Os fluxos migratórios nem sempre decorreram de um efeito regressivo do centro, mas podem estar relacionados à necessidade premente de fuga da região periférica por questões de sobrevivência e/ou busca de perspectivas de melhor qualidade de vida em outros territórios.

O arcabouço teórico do desenvolvimento endógeno pode auxiliar a reflexão no sentido de trazer novos elementos na perspectiva multidimensional e multiescalar. O final do século XX e início do XXI apontam para a consolidação da ideia de sociedades complexas, globalização consolidada e desenvolvimento sustentável. Para o pesquisador chileno Sérgio Boisier, o desenvolvimento regional, além de adotar o paradigma *bottom up*, precisa ocorrer de forma pluridimensional, articulando: “a) atores, b) instituições, c) cultura, d) procedimentos, e) recursos, e f) entorno” (BOISIER, 1996, p. 133).

Na primeira década do século XXI, foram executadas políticas públicas setoriais na MGFM relacionadas ao fortalecimento das agroindústrias familiares, vitivinicultura e piscicultura, desenvolvimento de APL no setor moveleiro, sinalização turística, fomento aos setores lácteo e da mineração artesanal, porém sem o viés da integração (DEVES; RAMBO; MIGUEL, 2008, p. 24-5). Essa realidade sugere ocorrência de equívocos na referida política, especialmente envolvendo atores, instituições e procedimentos. Isso porque, para ocorrência de desenvolvimento endógeno, é necessário que haja coerência interna na estrutura produtiva em âmbito regional, bem como que essa mesma estrutura esteja alinhada com os movimentos que ocorrem do cenário global.

Em 2010, Lima e Eberhardt diagnosticavam (p. 148-9):

Os principais problemas da Mesorregião GFM, na atualidade, se resumem nos seguintes itens: crescente perda de dinamismo da economia regional, frente ao contexto de globalização e competitividade; dificuldade de inserção da pequena propriedade rural no mercado e as precárias condições de moradia de parcela significativa da população, com deficiências de saneamento básico, acesso à saúde e à educação. Como consequência dos fatores elencados, advém a baixa capacidade de criação de empregos e retenção da população, gerando êxodo rural e emigração regional.

Especificamente quanto ao sudoeste paranaense, tomado exemplificadamente, Vasconcelos e Antonello constataram que

a Política Nacional de Desenvolvimento Regional na mesorregião Sudoeste do Paraná transitou da possibilidade de avanço para a persistência do problema, porque o avanço teórico e normativo proposto não foi acompanhado por uma evolução dos meios práticos de intervenção (2020, p. 12).

Do ponto de vista da teoria endógena, esse quadro poderia ser traduzido, ao menos, por evidência de falha operacional no âmbito dos agentes, das instituições e dos recursos. Sendo diminuta a capacidade de mobilização política em torno de um objetivo

de desenvolvimento regional comum, há uma tendência de inviabilizar o fenômeno do desenvolvimento.

Na contemporaneidade, por exemplo, segue-se vivenciando a aglutinação de minifúndios e absorção de pequenas propriedades no oeste catarinense (KAPPES, 2020, p. 75). Esse cenário decorre da inviabilidade ou baixa atratividade econômica para permanência no meio rural, compelindo pessoas (agentes) a formar fluxos migratórios para garantir meios de sobrevivência, em prejuízo dos modos tradicionais e os aspectos culturais, os quais terão de se adaptar à nova realidade dos centros urbanos em que irão fixar residência. Esse movimento está associado ao paradigma *top down* de desenvolvimento, o que está em contraposição com as premissas da teoria endógena, que valoriza o patrimônio sociocultural para, a partir dele, promover desenvolvimento com um relativo grau de autonomia tecnológica.

Se, ao intensificar as monoculturas no agronegócio para destinação ao mercado externo na forma de *commodity*, a esse produto não lhe é agregado valor, a tendência é de maior concentração do capital, em prejuízo da capacidade regional de reinvestir o excedente, de capitalizar sua economia e de atrair investimentos.

Ainda no plano dos atores e das instituições, Freitas e Rambo realizam significativos aportes sobre a resistência de representantes estaduais e de alguns municípios quanto à integração territorial na MGF, pois manifestaram desconformidade com o desenho regional proposto pelos representantes da sociedade civil (2019, p. 177).

No plano cultural, estaria envolvida uma identidade socioterritorial (BOISIER, 1996, p. 122 e 137). É válido ponderar que o próprio Mercosul está em construção, de modo que avanços e retrocessos não deixam de significar que fazem parte do processo não linear rumo ao mercado comum originariamente idealizado. Especificamente quanto à identidade, embora o debate registre tratativas precursoras, a denominação Mercosul apenas surge no início da década de 1990.

Importante ainda é pontuar que a identidade e sua delimitação precisam de um território. Nesse plano, há questionamentos que requerem resposta: trata-se de invisibilidade política e/ou invisibilidade social? os sujeitos se reconhecem na condição de cidadã/cidadão da Grande Fronteira do Mercosul? as pessoas de outras regiões veem a população da MGF como um grupo razoavelmente coeso? essa discussão está mais presente no ambiente acadêmico e no meio político diretamente atuante em DR? Pesquisas quantitativas renderiam respostas para essas perguntas. E pesquisas qualitativas

enriqueceriam o espectro do conhecimento. Essas indagações têm razões de existir. Por exemplo, em pesquisa nos títulos, na base *Scielo* não foi encontrado nenhum artigo sobre mesorregião da GFM e, no portal de periódicos da Capes, apenas 4, publicados em 2017, 2011, 2010 e 2008, o que sinaliza para um baixo foco de produção no ambiente acadêmico sobre a temática, especialmente de estudos recentes.

A formação territorial é assim descrita por Ludka e Fraga (2015, p. 2),

O território não é produzido de maneira isolada. Ele decorre das articulações estruturais e conjunturais a que esses indivíduos ou grupos sociais estão submetidos numa determinada época, tornando-se, portanto, intimamente ligado ao tempo e ao modo de produção vigente. Este aspecto processual de formação do território constitui a territorialização.

De acordo com essa perspectiva, avalia-se que essa dimensão cultural poderia ser mais bem delineada a partir de cartografias sociais, cujo significado adota a cultura em sentido mais amplo do que o de simples fator de desenvolvimento:

A Cartografia Social apresenta-se como uma ferramenta muito importante na medida em que favorece articulação entre saberes e conhecimentos por meio do estabelecimento de uma linguagem acessível que diz respeito a representação da realidade por meio da cartografia. A partir das discussões inerentes ao mapeamento participativo expressadas neste artigo é possível afirmar que os grupos sociais possuem uma visão de mundo pautada na experiência de vida, valores e conhecimento. O ato de mapear não é feito somente através da representação, mas também por meio do diálogo, discussão e análise das informações que serão representadas.

O território é um conceito chave nos trabalhos de Cartografia Social sendo compreendido como recorte espacial destinado ao processo de socialização de diferentes grupos sociais sendo constituído por múltiplas culturas e dimensões inter-relacionadas, a saber, uma dimensão ambiental, econômica, político, cultural, social e histórico.

O processo de mapeamento social é fundamentado na representação da comunidade de nomes de lugares, confecção de seus símbolos, com sistemas de representação conhecimento local. Eles não estão limitados aos meios de comunicação oficiais. (COSTA, *et al.*, 2016, p. 84-5)

Sob esse enfoque, além dos dados objetivos já mencionados, inclusive sob o viés histórico, um atual diagnóstico das percepções dos integrantes do grupo social seria relevante para a demarcação territorial e a conservação dos laços identitários. Nessa perspectiva, igualmente parece ser relevante trabalhar com a noção de territorialidade, que envolve subjetividades e, portanto, sentimentos identitários de pertença e de exclusividade (CARGNIN, 2011, p. 45). Assim, seria viabilizada a afirmação de uma identidade social mesorregional.

Outras possibilidades aventadas seriam: fomentar a integração apesar de reconhecidas as diversidades culturais, ou repensar essa demarcação territorial a partir das identidades mais sólidas já existentes (FREITAS; RAMBO, 2019, p. 178).

A partir desses apontamentos, avalia-se que há elementos indicando que a identidade social parece estar em construção, o que pode significar que ela ainda não está bem consolidada, requerendo estudos para aferição de seu real estado. Assim, mesmo que a dimensão política seja relevante para a definição de uma identidade sociocultural, esta também depende do trabalho de cientistas, que são artífices da atividade intelectual de mediação simbólica, enquanto intérpretes da realidade social (ORTIZ, 2006, p. 139-140).

## **(IN)VISIBILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Após muita procura por um conceito de invisibilidade oriundo da Ciência Política, resultou infrutífera a tentativa, ausente mesmo no dicionário de política de Bobbio, Matteucci e Pasquino. Esta ausência pode estar relacionada ao fato de o tema ser recente entre nós e possuir um caráter polissêmico. A título de problematização, é necessário levar em conta que uma conotação, do ponto de vista do observador, é a invisibilidade no sentido de cegueira (desconhecimento). Diversa é a visibilidade parcial (hipovisibilidade) e uma outra ainda é a visibilidade mais plena, e diante delas uma possível atitude de indiferença e ou de atribuir a ela baixo grau de importância (menoscabo). Outra forma é a produção (fabricação) da invisibilidade, como tentativa de escamotear a realidade. Além disso, é relevante mencionar uma perspectiva distinta, do ponto de vista interno (a partir do observado), de avaliar as características da região a partir de como a respectiva população se identifica ou não com o desenho territorial proposto.

Independentemente das motivações, a nova PNDR precisa ser estudada de forma sistêmica, ou seja, não isolada. O debate sobre o tema parece relevante, pois não se trata apenas da extinção de norma do ponto de vista jurídico (Decreto nº 6.047/07), mas do que isso simboliza para a sociedade e seu propósito de desenvolvimento enquanto projeto de nação (CF/88), a respeito da “redução das desigualdades regionais”. Dito de outra forma, ultrapassa uma questão de Direito e, mesmo sugerindo redirecionamento em rota de colisão com os objetivos sociopolíticos inscritos no artigo terceiro do texto constitucional, também não parece viável efetuar uma leitura isolada de tal texto normativo. Também é importante mencionar que falta clareza nos objetivos da nova PNDR (art. 3º), não sendo



possível extrair diretamente do texto normativo qual seria o papel do Estado e das instituições nessa nova política.

Mais importante que a(s) causa(s), talvez seja o fato de nem ao menos haver reconhecimento nominal dos diversos territórios. Mesmo que apenas recentemente, na primeira década do século XXI, por meios de relatórios produzidos pela OCDE, Comunidade Europeia e Banco Mundial, até teóricos de tradição neoliberal reconheceram algumas diferenças regionais, ainda que tenham se limitado a tentar promover a integração de territórios com crescimento desigual, fomentando o aumento de competitividade, atraindo investimentos e retendo mão de obra qualificada (SILVA; MARQUES, 2020, p. 353-6). Dessa forma, um fato objetivo que não passa despercebido diz respeito a que, uma vez reconhecidas as mesorregiões diferenciadas, a perda do reconhecimento ou de visibilidade parece, para muitos, significar retrocesso do que já poderia ser considerado precário. Todavia, essa percepção de retrocesso não significa necessariamente uma situação imutável e perpétua, especialmente pela possibilidade de alternância no poder, que é imanente à democracia, como mencionado no início do texto.

O ponto nevrálgico está no fato de que o desenvolvimento é um fenômeno social que ocorre a médio e longo prazo, o que demandaria um projeto político de Estado com parâmetros básicos definidos, que não fossem facilmente alterados a cada quatro anos. Nesse contexto, o país não logrou a aprovação de uma política de DR de Estado em âmbito nacional, pois não foi reconhecida por lei oriunda do poder legislativo. Mesmo assim, há, na realidade social, significativos elementos apontando a necessidade de um olhar diferenciado para os territórios que correspondem às mesorregiões.

Por outro lado, independentemente da(s) causa(s) para a supressão das mesorregiões diferenciadas, o cenário possui uma consequência direta em comum hoje: a impossibilidade de formular políticas públicas explícitas. Mesmo deixando de ser prioridade, poderia ser mantida a visibilidade, para que esses territórios não dependessem exclusivamente de políticas implícitas. De todo modo, vale recapitular que foram as políticas regionais implícitas que prevaleceram nos últimos 20 anos, segundo Silva e Marques (2020, p. 365).

Em se realizando uma reflexão acerca de problemas havidos na recente experiência com essa escala intermediária, a exemplo da “superposição de políticas federais em relação ao ordenamento territorial, como os territórios da cidadania, programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)” (SILVA; MARQUES, 2020, p. 360), esses resultados justificariam a supressão das mesorregiões? Ou seria

válido aperfeiçoar a estratégia anterior, citada por Cargnin e Rückert (2013, p. 12), de tratar a mesorregião em conjunto ou de forma coordenada com a Faixa de Fronteira?

Evidentemente este estudo não tem o propósito de responder a todos esses questionamentos, porém pretende estabelecer diálogos e contribuir com a problematização da temática a partir de reflexões e da formulação de perguntas pertinentes, em torno de um debate construtivo acerca do desenvolvimento regional em escala sub-regional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da sondagem das temáticas para o debate sobre desenvolvimento regional em escala sub-regional, que na contemporaneidade foi relegado a um grau de relevância secundário ou terciário em âmbito nacional, foi possível ampliar a compreensão das estruturas sociais relacionadas à Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. E foi possível ir além, por meio da formulação de perguntas pertinentes ao tema, que parecem ainda não ter resposta plausível, mas que possivelmente constarão no debate que em algum momento se reestabelecerá. No ambiente interdisciplinar em que se opera, isso é relevante para avançar na prospecção de possibilidades, especialmente para o futuro desse território e de sua gente.

Foram apresentadas algumas evidências de que a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul possui histórico de baixo dinamismo e que algumas características estruturais atuais não favoreceram o desenvolvimento, inclusive sob a perspectiva endógena. Além disso, há indicadores de que a redução da visibilidade pode integrar um processo mais amplo de “simplificação” de políticas relacionado à tentativa de modernização associada a um projeto neoliberal ou, para alguns, ultraneoliberal.

Sobre a identidade sociocultural, foi possível identificar que há significativas divergências e dúvidas sobre o desenho territorial proposto, e uma dependência de estudos específicos para subsidiar o debate a ser retomado, do que poderão resultar mais e melhores políticas públicas para o desenvolvimento em escala sub-regional.

## **REFERÊNCIAS**

BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de política. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. Planejamento e políticas públicas. Rio de Janeiro, nº 13, p. 111-145, jun. 1996.

BRANDÃO, C. A. Mudanças produtivas e econômicas e reconfiguração territorial no Brasil no início do século XXI. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 258-279, maio-ago. 2019. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2019v21n2p258>

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 05 mai. 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6047.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6047.htm). Acesso em: 05 mai. 2021.

BRASIL. Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9810.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9810.htm). Acesso em: 05 mai. 2021.

BRASIL. Ministério da Integração. PROMESO: Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais. SPR: Brasília, 2009.

CARGNIN, A. P.; RÜCKERT, A. A. O planejamento territorial no Brasil: efeitos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Estado do Rio Grande do Sul. São Paulo, Revista Confins, nº 19, 2013. <https://doi.org/10.4000/confins.8519>

CARGNIN, A. P. Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: vestígios, marcos e repercussões territoriais. [tese]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

COSTA, N. O. et al. Cartografia Social uma ferramenta para a construção do conhecimento territorial: reflexões teóricas acerca das possibilidades de desenvolvimento do mapeamento participativo em pesquisas qualitativas. ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Especial, p. 73-86, 2016.

DEVES, O. D.; RAMBO, A. G.; MIGUEL, L. A. A Mesorregião grande fronteira do MERCOSUL: uma análise dos sistemas agrários e das políticas de desenvolvimento neste “Território”. In: Encontro de Economia Gaúcha, EDIPUCRS, Porto Alegre, 2008.

FREITAS, T. D; RAMBO, A. G. Seguindo em busca do “Esquivo Desenvolvimento Regional”: considerações sobre avanços e desafios da PNDR no sul do Brasil. COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional - FACCAT - Taquara/RS - Edição Especial II SADR, jan. 2019, p. 161-183.

KAPPES, J. Fronteiras da soja no Oeste Catarinense: biopoder e difusão de transgênicos (2002-2010). [dissertação]. Chapecó: UFFS, 2020.

LIMA, J. F.; EBERHARDT, P. H. C. Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul: perfil locacional do desenvolvimento regional. Revista Redes, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 2, p. 134 – 151, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/1304>. Acesso em: 10 mai. 2021.

LUDKA, V. M.; FRAGA, N. C. Políticas públicas de desenvolvimento e territorialidade em Bela Vista do Toldo, SC: a invisibilidade da Guerra do Contestado na construção da identidade municipal. In: XII jornada do trabalho - A dimensão espacial da expropriação capitalista sobre os mundos do trabalho: cartografando os conflitos, as resistências e as alternativas à sociedade do capital. Curitiba, 2011. DOI:10.13140/RG.2.1.2972.4887

MONDARDO, M. L. A dinâmica migratória do Paraná: o caso da região Sudoeste ao longo do século XX. R. bras. Est. Pop., Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 103-131, jan./jun. 2011.

MYRDAL, G. Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

OLIVEIRA, N. M. Algumas Considerações sobre o Desenvolvimento Regional. In: IX Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional: Processos, Políticas e Transformações Territoriais, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 11 a 13 de setembro de 2019.

ORTIZ, R. Cultura brasileira e identidade nacional. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHMIDT, João Pedro. Para estudar políticas públicas: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. Revista do Direito. Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 56, p. 119-149, set/dez. 2018.

SILVA, R. O.; MARQUES, M. D. Neoliberalismo e Desenvolvimento Regional: Obstáculos da Política Regional no Brasil. DRd - Desenvolvimento Regional em debate. v. 10, p. 348-369, 2020. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2686>

VASCONCELOS, L. H. C.; ANTONELLO, I. T. Política nacional de desenvolvimento Regional no sudoeste do paraná. Mercator, Fortaleza, v. 19, p. 1-13, 2020. <https://doi.org/10.4215/rm2020.e19025>

WEBER, M. Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva. Madrid: Fondo de Cultura Económica de España, 2002.

**Capítulo 43 - DOI:10.55232/10830012.43**

## **DA CONSCIENTIZAÇÃO A PRESERVAÇÃO: ABELHAS SEM FERRÃO NO COTIDIANO ESCOLAR**

**Lais Furlanetto Bilert**

**RESUMO:** O projeto é mostrar para a comunidade e os estudantes do Colégio Estadual Jardim Porto Alegre e a Escola Municipal Alberto Santos Dumont, como a abelha é importante na sociedade tanto com ferrão, e sem ferrão, como é realizado o transporte do pólen, realizado a sua célula de cria, como é a organização de divisão de trabalhos, se existe a possibilidade no enxame ter só uma rainha no enxame ou várias, sendo que é um dos insetos mais importantes para a natureza que é realizado entre 70 por cento de sua polinização mundialmente. Segundo a CIRAM, existem no mundo aproximadamente 400 espécies dessas abelhas, no Brasil aproximadamente 300 espécies, sendo destas, aproximadamente 40 da tribo das melíponas, as demais são da tribo das trigonas., foi utilizada uma garrafa pet de 2 litros, enrolamos no jornal, e um saco na cor preta para deixar o interior da garrafa escuro, espalhamos em diversos lugares, sítios, chácaras, centros urbanos, e rurais. Com isso realizamos montagem de caixas didáticas para poder ser estudada e observada, com 30cm de altura e 14cm de largura, montando no interior das salas de aulas mostrando a parte frontal quando poder ser estudado o trabalho das abelhas saindo e retornando na mangueira transparente localizado na lateral da caixa didática, para as abelhas se transportarem sem ter problemas, montagem de iscas para as abelhas que irão migrar entre as estações na primavera, verão que as abelhas encontram seus novos enxames, e quando realizamos a captura de um enxame aguardamos por um mês para a rainha montar seu enxame completamente, depois realizamos a mudança da garrafa para caixa didática, nós retiramos da garrafa e colocamos em um espaço maior que são as caixas didáticas. Atualmente o projeto está com 10 caixas didáticas entre no Colégio Estadual e a Escola Municipal montamos aulas com os estudantes entre pré I até 5 ano do Ensino Fundamental I, estamos mostrando para os estudantes do Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

**Palavras-chave:** Jatá; Meliponicultura; Educação

## **INTRODUÇÃO**

Conforme o local onde vivem, as abelhas sem ferrão são responsáveis por 40% a 90% da polinização das árvores nativas. (IBAMA, 2005) As abelhas como espécie Trigona, que são as abelhas sem ferrão, elas não têm seu ferrão por sua mutação e começaram a perde seus ferrões, e a sua defesa e beliscar seu predador, como um ser humano a abelhas vão nas partes mais sensível como: (olhos, em baixo do braço, boca, entre outras...). Entre os alimentos nenhum alimento fornecido às abelhas pode substituir total o pólen e o néctar pegos diretamente das flores e plantas.

A oferta de boas floradas durante todo o ano é fundamental para a sobrevivência das colônias muitos apicultores oferecem alimentação artificial, mas não aí ser o mesmo que elas coletaram. O meu objetivo e mostra a importância das nossas pequenas abelhas que sem elas a polinização no futuro será manualmente, e que muitos estudantes conhecem a Abelha Europa (ela e mais utilizada para apicultura e comercializada) existe no brasil 240 espécies já encontradas como: jatai, mandaçaia, tubuna, mirim, entre outras.

## **METODOLOGIA**

### **Produção das iscas de abelhas**

Com início do projeto foram recolhidas garrafas plásticas de 2 Litro para montagem das iscas, realizamos a limpeza utilizando sabão neutro e água (figura 1) foram expostas no sol para secagem, então foram realizadas o corte do jornal (figura 2), lona preta ou saco lixo preto (figura 3) para não ocorrer nenhuma humidade dentro da isca e também para isca ficar bem escura para não haver um superaquecimento dentro das iscas, adicionamos um cano de meia polegada para entrada e saídas das abelhas sem ferrão. Tivemos a escolha de trabalhar com a jatai (*Tetragonisca angustula*) era umas das espécies mais encontrada da nossa região (figura 4).

**Figura 1:** Limpeza das garrafas pets e aplicação de feromônio.



**Fonte:** Autoria Própria (2021).

**Figura 2:** Enrolando no jornal.



**Fonte:** Autoria Própria (2021).

**Figura 3:** Enrolado em uma sacola de lixo preta.



**Fonte:** Autoria Própria (2021).



**Figura 4:** Coleta das folhas.



**Fonte:** Autoria Própria (2021).

#### **Produção da caixa didáticas nas salas de aulas**

A montagem da caixa didática utilizei madeira de pinheiro foi realizada dos seguintes tamanhos 30 centímetros de altura, 14cm de largura(figura 5,7,8,9 e 10) adicionado um furo lateral para passagem de abelhas em uma mangueira de 10mm, para a abelha se adaptar ocorre durante 7 dias, para mudanças de moradia das abelhas, recortamos lentamente a garrafa de plástico, depois transportamos tudo dentro das abelhas para caixa didática, fechamos a frontal com acrílico para estudar como elas formam sua colmeia.

No Colégio Estadual Jardim Porto Alegre possui dez caixas didáticas (figura 12), no município na Escola Municipal Santos Dumont existe duas caixas didáticas.

**Figura 5:** Queimando a caixa didática para evitar cupins.



**Fonte:** Autoria Própria (2021).

**Figura 6:** Interior da caixa didática.



**Fonte:** Autoria Própria (2021).

**Figura 7:** Frontal da caixa didática.



**Fonte:** Autoria Própria (2021).

**Figura 8:** Fixando a caixa didática na parede.



**Fonte:** Autoria Própria (2021).

**Figura 9:** Frontal finalizada da caixa didática.



**Fonte:** Autoria Própria (2021).

**Figura 10:** Finalizando a caixa didática.



**Fonte:** Autoria Própria (2021).

**Figura 11:** A abelha utilizada jatai (*Tetragonisca angustula*).



**Fonte:** Autoria Própria (2021).

**Figura 12:** A sala de aula.



**Fonte:** Autoria Própria (2021).

**Figura 13:** Parte externa que foi retirado o excesso.



**Fonte:** Autoria Própria (2021).

**Figura 14:** Utilizado uma mangueira de 10mm para passagem das abelhas.



**Fonte:** Autoria Própria (2021).

### **Produção dos cadernos didáticos**

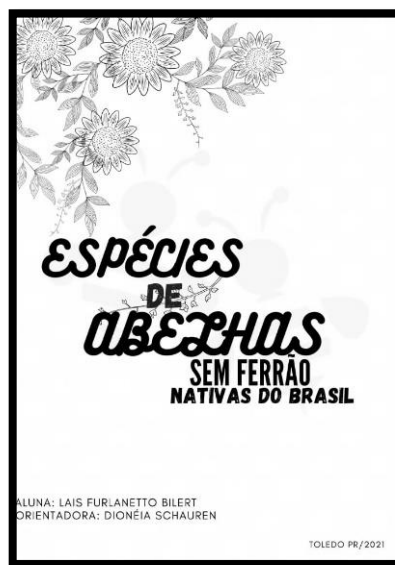
Então descobri que existem plantas e flores que matam as abelhas (figura 15) então montamos um caderno com as melhores flores (figura 17) e plantas para as abelhas (figura 16), e plantas que causam a morte delas como a mais famosa “Espatodea” (*Spathodea campaulata*).

**Figura 15:** Atlas sobre as plantas toxicas para as abelhas.



**Fonte:** Autoria Própria (2021).

**Figura 16:** Atlas sobre as principais espécies de abelhas sem ferrão nativas do Brasil.



**Fonte:** Autoria Própria (2021).

**Figura 17:** Atlas sobre as melhores flores e plantas para as abelhas.



**Fonte:** Autoria Própria (2021).

**Figura 18:** Mostrando aos estudantes sobre a abelha sem ferrão.



**Fonte:** Autoria Própria (2021).

**Figura 19:** Lembrancinha distribuída para os estudantes.



**Fonte:** Autoria Própria (2021).

**Figura 20:** Destruição das lembrancinhas.



**Fonte:** Autoria Própria (2021).

**Figura 21:** Uma estudante segurando uma abelha sem ferrão.



**Fonte:** Autoria Própria (2021).

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

O projeto tem entre mais de 10 caixas didáticas e os estudantes ficaram curiosos e impressionados.

A abelha sem ferrão apresenta um amplo papel na polinização, chegando a polinizar cerca de 40% a 90% das árvores nativas, o remanescente é realizado por abelhas solitárias, borboletas, mamíferos, coleópteros, morcegos, água e vento (DORCHIN et al., 2012).

Durante a aula os alunos mostraram bastante interesse com a execução e explicação da mesma. À medida que o mostrou-se os tipos de abelhas, importância desses insetos para o meio ambiente, e algumas causas que podem estar levando o desaparecimento das abelhas, os alunos foram tirando suas dúvidas. Observou-se que alguns alunos relataram que pensavam nesses seres apenas como seres danosos e pouco sabiam das interações com as demais espécies e da sua relevância na manutenção dos recursos naturais

Mediante a realidade na qual as abelhas se encontram atualmente, os trabalhos que visam a conscientização por meio da sensibilização, especialmente em crianças, são extremamente importantes e vantajosos. Com atividades de educação ambiental realizadas no contexto escolar, é possível que os alunos percebam a importância de



vários grupos animais e vegetais, como foi no nosso estudo com as abelhas. Elevando a compreensão desse grupo não só para a continuidade da produção de mel, mas também para a manutenção dos recursos naturais, além da influência da ação humana no desaparecimento desse agente polinizador. Portanto, ações enfatizando essa vertente são necessárias nas escolas para que auxiliem não só a aprendizagem dos alunos sobre conteúdos ambientais, mas também lhes proporcionem o vivencial para que se construam como autênticos cidadãos.

Apesar da ampla importância das abelhas, elas estão entrando em um processo rápido de desaparecimento. Tal fato coloca em causa a sustentação do nível de prestação de serviços da polinização realizada pelas abelhas, além das consequências da intensificação a que se assiste nos sistemas de produção agrícola. Hoje, os cientistas não sabem ao certo qual a principal causa que vem ocasionando esse fenômeno. Porém, uma das influências são as ações humanas como o desmatamento, uso desenfreado de agrotóxicos e queimadas. Em muitas regiões esse fenômeno vem acontecendo de forma rápida, poucas pessoas conhecem o mel das abelhas nativas, o que faz desse produto uma verdadeira iguaria, apresentando gosto, cor e aroma diferenciado (LOPES et al., 2005).

Várias práticas agrícolas atuais causam impactos altamente negativos sobre os polinizadores, afetando sua diversidade, abundância e eficiência de polinização. Os efeitos mais drásticos dessas práticas decorrem dos agrotóxicos, sobretudo da sua forma inadequada de uso (Lima & Rocha, 2012). Muitas práticas como passagem de veneno podem estar matando um animal de extrema importância para agricultura que é a abelha

Muitas abelhas estão desaparecendo e se nós não cuidar das abelhas as flores e frutos sua produção irá despencar drasticamente e terá que ser feita manualmente. Quando se avalia a educação ambiental nas escolas é possível observar que a mesma é confundida com outras disciplinas, principalmente com a matéria de Ciências, pelo fato desse tema ter um papel central no desenvolvimento dessa disciplina escolar. Segundo Brügger (1999), o trabalho de educação ambiental nas escolas vem recebendo caráter naturalista de preservação da natureza, realizando caminhadas através de trilhas ecológicas, visitas a parques, ou a mananciais. A sensibilização para os problemas ambientais vem ocorrendo, através de participação em campanhas preservacionistas, comemorações do dia do meio ambiente, plantando árvores e outras atividades.

## **CONCLUSÃO**

Conta com 10 caixas didáticas entre o Colégio Estadual e Escola Municipal, e os estudantes entre os primeiros dias da instalação das caixas didáticas demonstraram curiosidade sobre as abelhas sem ferrão e como ela produz o mel.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Criação de abelhas sem ferrão / Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea; autores, Gislene Almeida Carvalho-Zilse, Carlos Gustavo Nunes da Silva, Nelson Zilse ... [et ai.]. - Brasma: Edições IBAMA, 2005. 27p. 21 em. - (Inidativas Promissoras, 2)

DORCHIN, A.; FILIN, I.; IZHAKI, I.; DAFNI, A. (2013). Movement patterns of solitary bees in a threatened fragmented habitat. *Apidologie*, 44, 90-99

DELAPLANE, K. S.; MAYER, D. F. *Crop Pollination by Bees*. Wallingford, UK: CABI, 2000.

FERREIRA, N. R. *Biologia reprodutiva, desenvolvimento e produção de sementes de *Adesmia tristis* Vogel*. 2012. 178 fls. Tese (Doutorado em Zootecnia) – Pós-Graduação em Zootecnia, Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2012.

GARÓFALO, C. A.; MARTINS, C. F.; ALVES-DOS-SANTOS, I. The brazilian solitary bee species caught in trap nests. In: FREITAS, B. M.; PEREIRA, J. O. P. (eds.). *Solitary bees: conservation, rearing and management for pollination*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2004. p. 77-84.

LIMA, M. C.; ROCHA, S. de A. *Efeitos dos agrotóxicos sobre as abelhas silvestres no Brasil: proposta metodológica de acompanhamento*. Brasília: Ibama, 2012. 80 p.

LOPES, Marcio; FERREIRA, João Batista; SANTOS, Gilberto dos. Abelhas sem-ferrão: a biodiversidade invisível. *Agriculturas*. v. 2, n. 4, Dez. 2005.

PINHEIRO, J. N.; FREITAS, B. M. Efeitos letais dos pesticidas agrícolas sobre polinizadores e perspectivas de manejo para os agroecossistemas brasileiros. *Oecologia Australis*, v. 14, p. 266-281, 2010.

Pollination services and community composition: does it depend on diversity, abundance, biomass or species traits? In: FREITAS; PEREIRA (eds.). *Solitary bees: conservation, rearing and management for pollination*. Fortaleza: Imprensa Universitária. 2004. p. 115-124.

VENTURIERI, GIORGIO CRISTINO. Criação de abelhas indígenas sem ferrão / Giorgio Cristino Venturieri. - 2. ed. rev. atual. - Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2008.

VILLAS-BÔAS, Jerônimo Manual Tecnológico de Aproveitamento Integral dos Produtos das Abelhas Nativas Sem Ferrão. Brasília – DF. Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). 2a edição. Brasil, 2018.

**Capítulo 44 - DOI:10.55232/10830012.44**

## **FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE ESCOLAS RURAIS: VIVÊNCIAS DE ATIVIDADES ADAPTADAS DA SITUAÇÃO DE ESTUDO NO ENSINO DE CIÊNCIAS**

**Cristiano Lima dos Santos Almeida**

**RESUMO:** Este trabalho tem por objetivo relatar a experiência vivenciada durante a estruturação e desenvolvimento de um curso para formação de professores que trabalham em escolas rurais no município de Coaraci/BA. A proposta do curso se deu no interior do Grupo de Pesquisa em Currículo e Formação de Professores em Ensino de Ciências (GPeCFEC), em que se buscou considerar uma adaptação de atividades de uma Situação de Estudo desenvolvida pelo Grupo Interdepartamental de Pesquisa sobre Educação em Ciências (Gipec-Unijuí). Adotou-se a Situação de Estudo como proposta norteadora das atividades a serem desenvolvidas com os professores das escolas rurais de Coaraci/BA que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para Maldaner e Zanon (2001) a Situação de Estudo é uma proposta de reconfiguração curricular que busca contribuir com o ensino e a formação escolar pautando-se pela interdisciplinaridade, intercomplementaridade e transdisciplinaridade. A partir da discussão coletiva no grupo de pesquisa e considerando que na delimitação de uma Situação de Estudo, a temática a ser trabalhada necessita ser de alta vivência dos alunos e rica conceitualmente (MALDANER; ZANON, 2001), optou-se pela adaptação de algumas atividades da Situação de Estudo, devido aos temas se aproximarem da realidade daquela região, mais especificamente, o problema do lixo da cidade. Os temas trabalhados foram: Geração e Gerenciamento dos Resíduos Sólidos Provenientes das Atividades Humanas (GIPEC-UNIJUÍ, 2003), a fim de se estabelecer uma relação entre os conteúdos de Ciências e a situação daquela realidade local. Estruturar um curso que estivesse voltado para a vivência de atividades relacionadas ao ensino de Ciências no contexto rural e considerando que os professores participantes desenvolvessem sua prática docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental constituiu um grande desafio para os integrantes do GPeCFEC. Desta forma, a elaboração deste curso demandou uma articulação que considerasse aspectos teóricos e metodológicos que contemplassem a necessidade de refletir e planejar ações voltadas ao desenvolvimento da prática do ensino de Ciências em contextos rurais. A estruturação das atividades para o curso de formação no contexto do grupo de pesquisa contribuiu para a formação dos sujeitos dos diferentes níveis de ensino: professor da universidade, licenciandos, alunos de pós-graduação e professores da rede básica das escolas rurais, oportunizando assim novas possibilidades para um ensino inovador na área de ciências.

**Palavras-chave:** Formação de professores, Ensino de Ciências, Situação de Estudo.

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho relata a experiência vivenciada no âmbito do Grupo de Pesquisa em Currículo e Formação de Professores em Ensino de Ciências (GPeCFEC). Esse grupo de pesquisa é constituído por professores da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), discentes do curso de Licenciatura em Química (bolsistas de Iniciação Científica e orientandos de Trabalhos de Conclusão de Curso), professores da rede básica de ensino do município de Ilhéus/BA que são convidados a participar das reuniões e discentes do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências (PPGEC) que desenvolvem pesquisas de mestrado.

O relato aqui apresentado resulta da construção e implementação de um curso de 16 horas de formação continuada para os professores das escolas rurais do município de Coaraci/BA. A proposta para a elaboração do curso surgiu quando um dos integrantes do grupo de pesquisa e autor deste trabalho necessitou desenvolver uma das etapas de sua pesquisa de mestrado em Ensino de Ciências. Tal pesquisa teve como objetivo analisar as contribuições da Situação de Estudo enquanto proposta de reconfiguração curricular (MALDANER; ZANON, 2001) na formação continuada de professores de escolas rurais do município de Coaraci/BA.

Um dos aspectos centrais da pesquisa de mestrado desenvolvida foi à compreensão de como a vivência de atividades adaptadas da Situação de Estudo por parte dos professores das escolas rurais, pode trazer contribuições na formação continuada dos mesmos e, conseqüentemente, na prática docente desses sujeitos.

Neste relato apresentamos aspectos relacionados ao processo de elaboração do curso de formação continuada, que contou com a intensa interação dos integrantes do GPeCFEC, considerando especialmente a participação de componentes de diferentes modalidades e níveis de ensino.

Antes de avançar para as etapas que foram seguidas no processo de elaboração do curso, no grupo de pesquisa, até a sua implementação juntos aos professores das escolas rurais da rede municipal de ensino de Coaraci, destaca-se a necessidade de apresentar a proposta de reconfiguração curricular denominada de Situação de Estudo, especialmente os aspectos que estão atrelados a sua proposição, implementação em sala de aula e utilização na formação de professores.

## **A SITUAÇÃO DE ESTUDO COMO PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

A proposta de reorganização curricular denominada SE, segue a dinâmica de desenvolvimento da área de ensino de ciências que tem buscado nos últimos anos alternativas de ensino que possibilitem uma reconfiguração do currículo escolar e a implementação de um ensino científico que atenda as novas demandas sociais da contemporaneidade.

Diante dessa realidade de busca por alternativas que visem contribuir para um ensino-aprendizagem de ciências relacionado à vivência dos alunos e ao desenvolvimento de uma postura reflexiva dos mesmos frente às ciências e tecnologias, grupos de pesquisa têm trabalhado na elaboração de propostas de reorganização curricular para o ensino de ciências, a exemplo do Grupo Interdepartamental de Pesquisa sobre Educação em Ciências – GIPEC, que segundo Maldaner e Zanon (2006) tem desenvolvido uma proposta de organização do ensino de Ciências, concebida como SE.

Estudos sobre ideias pré-científicas, alternativas ou errôneas, passaram a ser realizados, suscitando a elaboração de orientações curriculares que permitissem superar dificuldades de ensinar e aprender os conceitos científicos ou de significá-los na direção desejada (PANSERA-DE-ARAÚJO; AUTH e MALDANER, 2007, p. 162).

Para Maldaner e Zanon (2006), a SE pode ser entendida como uma orientação que objetiva contribuir com o ensino e a formação escolar, buscando superar visões anteriores, uma vez que busca a articulação entre os saberes, os conteúdos de ciências, bem como a relação com os demais saberes advindos do cotidiano dos alunos, além da tentativa de um ensino pautado pela interdisciplinaridade, intercomplementaridade e pela transdisciplinaridade.

[...] conceitualmente rica, identificada nos contextos de vivência cotidiana dos estudantes fora e dentro da escola, sobre a qual eles têm o que dizer e, no contexto da qual, eles sejam capazes de produzir novos saberes expressando significados e defendendo seus pontos de vista. (MALDANER; ZANON, 2001, p. 53).

Um dos fatores apontados por estudiosos da área de ensino de ciências que contribui para um ensino científico descontextualizado é o modelo fragmentado de ensino que está pautado por uma lógica disciplinar, na qual não existe nenhuma relação

entre os conteúdos disciplinares tão pouco aos aspectos relacionados aos problemas do cotidiano dos alunos. Como resultado desse modelo de organização do ensino de ciências tem-se um ensino marcado pela mera transmissão de conceitos científicos.

No intuito de superar essa organização fragmentada de ensino de ciências Maldaner e Zanon (2006), destacam a inserção do trabalho com temas amplos de estudo que são originários da vivência social dos alunos e articulação dos mesmos aos aprendizados escolares, de modo que a utilização de temas amplos é uma alternativa na busca por superar a disciplinaridade e contribuir para uma melhor articulação dos conteúdos entre e si e com os contextos de vivencia dos educandos.

Quanto ao desenvolvimento de uma Situação de Estudo Pansera-de-Araújo, Auth e Maldaner (2007) destacam algumas etapas que são necessárias nesse processo, que são: o planejamento coletivo no grupo de pesquisa no âmbito da universidade, o desenvolvimento da SE com os estudantes em formação inicial (licenciandos da área de ciências), desenvolvimento da proposta com professores da educação básica (Química, Física e Biologia) e a reelaboração do material pela tríade de sujeitos considerando as contribuições dos diferentes grupos de sujeitos que desenvolveram a SE.

Destacam-se ainda algumas características inovadoras que podem ser desenvolvidas no processo de construção e desenvolvimento da proposta (PANSERA-DE-ARAÚJO, AUTH; MALDANER, 2007):

- I. situação de alta vivência e, sob o ponto de vista da ciência, conceitualmente rica;
- II. caráter interdisciplinar, inter-relacional e intercomplementar fundamentado no conhecimento disciplinar não cristalizado;
- III. formação inicial e continuada de professores numa interação das três categorias de sujeitos envolvidos no processo;
- IV. evolução da compreensão conceitual e aprendizagem significativa;
- V. compreensão da relação entre conhecimento científico, desenvolvimento científico e tecnológico e cotidiano dos cidadãos (Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente);
- VI. visão de mundo globalizante instituída entre os sujeitos participantes do processo. (p. 170)

No que se refere ao desenvolvimento da SE no contexto de sala de aula, Frison *et al.* (2007, p. 342) apontam algumas etapas: inicialmente deve-se buscar o entendimento da vivência dos estudantes e a ampliação dos significados, sendo necessário para isso que os alunos sejam estimulados a manifestar suas compreensões sobre o tema tratado “Suas ideias iniciais precisam ser consideradas para que a

construção dos conceitos científicos aconteça, a partir da situação real identificada por eles”.

A segunda etapa a ser desenvolvida na implementação da SE em sala de aula é o aprofundamento das discussões iniciadas na etapa anterior com a utilização de leituras de textos, pesquisas bibliográficas, além de atividades experimentais na busca por estabelecer as relações entre os conhecimentos cotidianos e o conhecimento científico (FRISON *et al.*, 2007). É nessa etapa que são realizadas as discussões referentes aos conteúdos e conceitos necessários a compreensão do tema.

Segundo Frison *et al.* (2007), na terceira etapa desenvolve-se com os estudantes a sistematização da SE na forma de seminários, relatórios escritos, além da produção de textos que servem como instrumentos para a avaliação da compreensão produzida durante o desenvolvimento da SE. Para Pansera-de-Araújo, Auth e Maldaner (2007) ao final da SE é necessário que ocorra uma produção coletiva e individual que deve ser apresentada e defendida com o intuito de estimular a capacidade de comunicação, argumentação, convivência e escrita. A seguir apresenta-se como ocorreu o processo de adaptação de atividades de uma SE na formação continuada de professores de escolas rurais de Coaraci/BA.

## **CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA COM PROFESSORES DAS ESCOLAS RURAIS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE COARACI**

A proposta de elaborar o curso de formação para os professores das escolas rurais surgiu a partir de um contexto de pesquisa de mestrado de um dos integrantes do grupo do Grupo de Pesquisa em Currículo e Formação de Professores em Ensino de Ciências. Nesse aspecto, o grupo de pesquisa deu início a uma série de discussões durante suas reuniões, pensando na elaboração de um curso de formação que pudesse contemplar a realidade daqueles professores em seu contexto de sala de aula. A estruturação deste curso de formação permeou um período de três meses e neste tempo foram importantes os momentos de discussões coletivas, no qual foram realizados os ajustes do curso de formação bem como, a delimitação do tempo para o curso.



Na elaboração coletiva da proposta formativa para os professores das escolas rurais buscou-se considerar a adaptação de atividades de uma Situação de Estudo que foi desenvolvida pelo Grupo Interdepartamental de Pesquisa sobre Educação em Ciências (GIPEC) da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. No que se refere especialmente ao público alvo para qual o curso foi direcionado, se buscou considerações no desenvolvimento da proposta, pensando nos professores das escolas rurais do município de Coaraci/BA.

A proposta de elaboração do curso para os professores das escolas rurais da rede municipal de ensino de Coaraci/BA, contou com a participação dos integrantes do Grupo de Pesquisa em Currículo e Formação de Professores em Ensino de Ciências (GPeCFEC) que é composto por: Professores da UESC, Licenciandos em Química, Mestrandos em Educação em Ciências e uma professora da Rede Básica de Ensino do município de Ilhéus. Teve início uma série de discussões durante as reuniões do grupo, pensando na elaboração de um curso de formação que pudesse contemplar a realidade do ensino de ciências no contexto das escolas rurais. A estruturação deste curso de formação permeou um período de três meses e neste tempo foram importantes os momentos de discussões coletivas, no qual foram realizados os ajustes do curso de formação bem como, a delimitação do tempo para o curso.

No desenvolvimento da proposta do curso buscaram-se considerações no que tange especialmente ao público alvo para qual o curso estava sendo direcionado, neste caso, os professores de escolas rurais do município de Coaraci/BA. O município conta com 10 escolas localizadas na área rural, como apresentado na tabela-1:

**Tabela 1. Escolas da zona rural do município de Coaraci/BA**

	<b>ESCOLA</b>	<b>REGIÃO RURAL DO MUNICÍPIO DE COARACI</b>
<b>1</b>	Escola Aline Ribeiro Reis	Duas Barras
<b>2</b>	Escola Antônio Ferreira de Freitas	Macacos
<b>3</b>	Escola Chico Mendes	Assentamento Ojjeferson Santos
<b>4</b>	Escola Francisco Benício dos Santos	Rodovia Coaraci/Almadina
<b>5</b>	Escola Jerônimo Jasmineiro de Santana	Lagoa de Sambaíba
<b>6</b>	Escola Nossa Senhora de Lurdes	Mangueira
<b>7</b>	Escola Padre Francisco Xavier Cardoso	Rodovia Coaraci/Ibicaraí
<b>8</b>	Escola Regis Pacheco	Ruinha dos Três Braços
<b>9</b>	Escola Santa Helena	Lagoa de Sambaíba
<b>10</b>	Escola São José	Lagoa de Dentro

**Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Coaraci.**

Pensar um curso que estivesse voltado para a vivência de atividades relacionadas ao ensino de Ciências no contexto rural e considerando que os professores participantes desenvolvessem sua prática docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental constituiu um grande desafio para os integrantes do GPeCFEC. Desta forma, a elaboração deste curso demandou uma articulação que considerasse aspectos teóricos e metodológicos que contemplassem a necessidade de refletir e planejar ações voltadas ao desenvolvimento da prática do ensino de Ciências no contexto das escolas rurais.

Adotou-se a SE como proposta norteadora das atividades a serem desenvolvidas com os professores das escolas rurais de Coaraci/BA. Para Maldaner e Zanon (2001) a SE é uma proposta de reconfiguração curricular que busca contribuir com o ensino e a formação escolar pautando-se pela interdisciplinaridade, intercomplementaridade e transdisciplinaridade.

Ao pensar-se a estruturação de uma SE é necessário que se considere a construção coletiva e o desenvolvimento de um trabalho que envolva professores das diferentes áreas de conhecimento e níveis de ensino, organizados em torno de um planejamento pedagógico interdisciplinar. Para Pansera-de-Araújo, Auth e Maldaner (2007), essa construção coletiva de uma SE deve atender a algumas orientações básicas. A primeira delas diz respeito ao envolvimento de três categorias de sujeito,

caracterizando o envolvimento de uma tríade de sujeitos no processo de sua estruturação:

Três categorias de sujeitos: I. professores universitários, considerados formadores de professores; II. Professores de escola (em formação continuada), que trazem suas experiências e vozes, bem como as dos seus estudantes e, III. licenciandos (formação inicial de professores) (p. 167).

Outro aspecto a ser considerado na delimitação da proposta deste curso de formação para professores das escolas rurais foi à objetivação da consideração metodológica na organização das atividades a serem desenvolvidas. Buscou-se organizar as atividades considerando também os Três Momentos Pedagógicos, segundo Delizoicov, Angotti e Pernambuco (2009) são divididos em: Problematização Inicial, Organização do Conhecimento e Aplicação do Conhecimento.

A partir da discussão coletiva dos integrantes do GPeCFEC e considerando que na delimitação de uma SE a ser desenvolvida deve-se considerar que a temática a ser trabalhada necessita ser da alta vivência dos alunos e rica conceitualmente (MALDANER; ZANON, 2001) optou-se pela adaptação de algumas atividades da SE “Geração e Gerenciamento dos Resíduos Sólidos Provenientes das Atividades Humanas” (GIPEC-UNIJUÍ, 2003).

O planejamento das atividades a serem desenvolvidas ocorreu de forma coletiva, por meio de encontros semanais. Os integrantes do GPeCFEC iniciaram os trabalhos de planejamento por meio de busca de informações sobre o contexto local e o público ao qual o curso estaria destinado. Um dos aspectos apontados para os integrantes do grupo de estudos foi à problemática em torno do gerenciamento do lixo em Coaraci/BA. Foi apresentado ao grupo vídeo de reportagens que evidenciavam o problema do descaso com o gerenciamento do lixo no município e o relato de moradores reclamando da queima do lixo e os problemas de saúde ocasionados pelo lixo.

Uma vez que o curso que estava sendo planejado era voltado para os professores de Ciências das escolas rurais, considerou-se que os moradores das áreas rurais também enfrentam problemas com relação ao gerenciamento do lixo. Com relação à importância do trabalho com a temática de gerenciamento do lixo na zona rural destaca-se:

Pouco pensamos sobre os resíduos sólidos produzidos pelas atividades humanas na zona rural. Na maioria das regiões não existe serviço de coleta para esses resíduos e a sua composição é cada vez mais semelhante aos da zona urbana. É importante lembrar que o lixo úmido, nesse meio, pode ser

aproveitado na propriedade para a alimentação de animais ou para adubações (GIPEC, 2003, p. 15).

Elegeram-se algumas atividades da SE “Geração e Gerenciamento de Resíduos Sólidos Provenientes das Atividades Humanas” (GIPEC-UNIJUÍ, 2003) para serem desenvolvidas com os professores durante os dois dias de encontros do curso de formação continuada. As atividades escolhidas foram adaptadas e buscou-se considerar que os professores participantes são docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental e em um contexto específico de ensino que são as turmas multisseriadas das escolas rurais. Dentre as atividades que foram escolhidas para vivência dos professores durante o curso de formação destacam-se *Reciclagem Artesanal de Papel e Construção de uma composteira doméstica*.

Um aspecto que perpassou todo o trabalho de planejamento das atividades foi à preocupação com o desenvolvimento de um curso que contemplasse atividades práticas e que ao mesmo tempo possibilitasse um diálogo com os professores participantes, ou seja, buscou-se estruturar momentos que contemplassem a possibilidade do professor manifestar-se sobre sua prática docente no ensino de Ciências e sua experiência de ensino no contexto das escolas rurais.

O curso foi então planejado contemplando momentos de problematização nos quais os professores eram estimulados a falar sobre os temas propostos e a relação com sua prática docente. Outro fator importante no planejamento foi que se definiu que não se iniciaria o curso explicando a perspectiva teórica da SE, tão pouco que se apresentaria uma temática central aos professores, mas que os mesmos ao participarem das atividades propostas teriam então a oportunidade de perceber algumas características da temática trabalhada e da SE enquanto proposta de reconfiguração curricular.

Quanto ao planejamento das atividades elaboradas pelo GPeCFEC, os integrantes deste grupo foram inicialmente subdivididos em duplas e/ou trios a fim de pensarem nas propostas a serem executadas durante o curso. Desta forma, pensando no processo de reorganização curricular para o ensino de Ciências das escolas rurais e sua contribuição para a formação destes professores da rede básica de ensino, foram estruturadas as atividades no período de dois dias como pode ser observado no quadro 1:

**Quadro 1. Organização do curso de formação continuada com os professores de escolas rurais**

<b>Período</b>	<b>Organização das atividades</b>
1º dia manhã	Recepção dos professores e apresentação dos membros do GPeCFEC. Vídeo documentário Ilha das Flores. Discussão coletiva dos assuntos retratados no vídeo. Discussão em pequenos grupos e socialização coletiva de questões propostas sobre o lixo e seu gerenciamento nas escolas que os professores atuam. Discussão em pequenos grupos a respeito do gerenciamento do lixo orgânico produzido nas escolas rurais. Vídeo sobre compostagem produzido pela UFSCAR. Discussão sobre a viabilidade de construção de uma composteira.
1º dia tarde	Atividade prática: construção de composteira com garrafa PET. Discussão de conteúdos de ciências que compõem o conteúdo programático de ciências das escolas rurais de Coaraci/BA e como a atividade de construção de uma composteira pode contemplar os conteúdos de Ciências.
2º dia manhã	Revisão de questões trabalhadas no 1º dia. Vídeo: Lixo Extraordinário (Vick Muniz). Discussão coletiva sobre os 6Rs: reduzir, reutilizar, reciclar, repensar, recuperar, recusar e reaproveitar. Oficinas práticas: <ul style="list-style-type: none"><li>• Banco de PET;</li><li>• Reciclagem artesanal de papel;</li><li>• Utilidades de PET.</li></ul> Discussão coletiva sobre as oficinas realizadas e os conteúdos de ciências que compõe o conteúdo programático de ciências das escolas rurais de Coaraci/BA.
2º dia tarde	Vídeo Programa Ressoar de Paulínia/SP. Discussão coletiva sobre as questões propostas no vídeo. Atividade individual: construção de uma proposta que contemple: um tema, atividades e conteúdos de ciências e demais disciplinas para os anos iniciais nas escolas rurais. Apresentação: aspectos da SE. Encerramento: História do lixão para o doutorado.

**Fonte: Autoria própria (2021)**

O planejamento do curso exposto no quadro 1 traçou um caminho a ser seguido no momento da formação dos professores, permitindo que as ideias organizadas anteriormente fossem bem sucedidas. Desta forma, todo o período de trabalho coletivo possibilitou o amadurecimento dos participantes envolvidos no que diz respeito as leituras dos referenciais, as discussões coletivas, o exercício da escrita e do ouvir o outro e o tempo dedicado para a realização das atividades.

Considerando que para Maldaner e Zanon (2006), a SE preocupa-se com a organização dos conteúdos escolares em “temas amplos” que orientam a reconstrução curricular, foi proposto aos participantes do curso de formação continuada, que após a vivência das atividades adaptadas da SE “Geração e Gerenciamento dos Resíduos Sólidos Provenientes das Atividades Humanas” (GIPEC-UNIJUÍ, 2003), eles propusessem temas oriundos da vivência dos alunos no campo, que pudessem subsidiar as atividades, os conteúdos e conceitos, a serem desenvolvidos em sua prática docente nas escolas em que atuam.

Essa atividade do curso teve como objetivo possibilitar a compreensão dos professores, da relação entre a vivência dos alunos e os conteúdos escolares. Por serem professores de diferentes escolas rurais no município de Coaraci, foi solicitado aos docentes que fizessem uma sistematização individual, considerando a realidade vivenciada pelos alunos e professores em cada escola. Segue abaixo o Quadro 2 com os temas elencados pelos professores e à organização das disciplinas e conteúdos referentes a cada tema:

**Quadro 2. Temas propostos pelos professores**

<b>Professor</b>	<b>Tema</b>	<b>Disciplinas e Conteúdos</b>
P1	Agricultura	<p><b>Ciências:</b> origem animal, vegetal, alimentação, matéria prima, produtos industrializados, ervas medicinais, solos e tipos de solo.</p> <p><b>Matemática:</b> Problemas, ordem crescente e decrescente, gráficos e tabelas, comprar e vender, dinheiro, sistema de numeração.</p> <p><b>Português:</b> Lista de nomes de frutas, árvores e vegetais, vogais, consoantes, produção textual, organização de frases, ordem alfabética, nomes próprios e comuns.</p> <p><b>Geografia:</b> solo, tipos de solo, preparação do solo para o plantio, meios de transporte, mapas (regiões), trajetos, urbanização do solo, agricultura de subsistência.</p> <p><b>História:</b> histórias de vida, identidade pessoal, família, datas de plantio e colheita.</p> <p><b>Arte:</b> músicas, desenhos, transformação e reutilização de objetos.</p>
P2	Plantas	<p><b>Ciências:</b> partes das plantas, como nascem as plantas, plantas utilizadas na alimentação, plantas medicinais.</p> <p><b>Matemática:</b> quantidade de plantas, gráfico com plantas utilizadas na alimentação: raiz, caule, folhas e semente.</p> <p><b>História:</b> história do cacau na região.</p>

**Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas  
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 2**

P3	Alimentos produzidos na horta	<b>Ciências:</b> os nutrientes presentes nos alimentos, água: fonte de vida. <b>Geografia:</b> escolha do terreno, limpeza do terreno, modos de plantio e cultivo.
P4	Seres humanos	<b>Ciências:</b> ar
P5	Ervas Medicinais	<b>Ciências:</b> doenças, medicamentos e plantas medicinais. <b>Português:</b> listagem de palavras, sílabas. <b>Matemática:</b> quantidades.
P6	Animais	<b>Ciências:</b> tipos de animais, alimentação, habitação, higiene, saúde e cuidados. <b>Português:</b> textos, separação de sílabas. <b>Matemática:</b> quantidades. <b>Histórias:</b> antiguidade <b>Geografia:</b> tipos de matas, habitat.
P7	Plantas	<b>Ciências:</b> partes das plantas, seres vivos, importância das plantas. <b>Português:</b> separação e classificação de sílabas, encontro vocálico, encontro consonantal. <b>Matemática:</b> numeral, quantidades, medidas, ordem crescente e decrescente, problemas a partir da cena. <b>Geografia:</b> ambiente natural e modificado. <b>História:</b> casa, família e escola. <b>Arte:</b> desenho, pintura e colagem envolvendo plantas.
P8	O homem e o campo	<b>Ciências:</b> seres vivos, vegetais, classificação dos seres vivos, animais, meio ambiente, cadeia alimentar, ciclo da água. <b>Geografia:</b> rios, êxodo rural, reflorestamento, erosão, desmatamento, plantas de uma região.

**Fonte: Autoria própria (2021)**

Na proposição dos temas realizada pelos professores, constata-se a predominância de temas relacionados ao contexto rural: Agricultura, Alimentos produzidos na horta, o homem e o campo, plantas, ervas medicinais, animais e seres vivos. A busca por temas que considerem o contexto rural está em sintonia com a proposta da SE, que, segundo Pansera-deAraújo, Auth e Maldaner (2007), em sua

constituição, necessita ter atividades organizadas a partir de uma situação contextual e da vivência dos alunos e professores envolvidos.

## **CONCLUSÕES:**

O relato de experiência apresentado teve como perspectiva, olhar para o ensino de Ciências considerando a formação continuada de professores de escolas rurais, podendo abordar o ensino de Ciências numa proposta inovadora, que considera a situação de alta vivência da realidade local, no qual estão inseridos professores e estudantes.

Considerando a vivência das atividades da SE por parte dos professores participantes nota-se que a SE é uma proposta de reconfiguração curricular que tem como potencialidade o desenvolvimento de uma prática que contemple o contexto dos estudantes possibilitando assim a valorização da realidade local e dos saberes que os alunos possuem referentes ao seu contexto de vida.

Destaca-se também que a SE pode contribuir com o desenvolvimento de uma maior autonomia por parte dos docentes frente à delimitação dos temas a serem desenvolvidos e trabalhados, rompendo com uma delimitação vertical na qual os temas são muitas vezes indicados pela coordenação pedagógica das secretarias de ensino.

Além disto, toda essa experiência num contexto do grupo de estudos reflete no fortalecimento para a formação inicial de professor, para a formação do pesquisador e também para a formação continuada daqueles sujeitos que se encontram ativos no ambiente educacional, permitindo a estes novas possibilidades para um ensino inovador na área de Ciências. Neste aspecto, o GPeCFEC vem trabalhando no sentido de integrar as áreas de conhecimento caracterizando a proposta de reconfiguração do currículo para o ensino de Ciências, tendo por base a Situação de Estudo que possibilita a articulação entre a formação inicial, a formação continuada e os formadores de professores da área.



## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARAÚJO, M. C. P. de; AUTH, M. A.; MALDANER, O. A. Situações de Estudo como forma de inovação curricular em Ciências Naturais. In: Construção curricular em rede em educação em ciências: uma aposta de pesquisa em sala de aula. GALIAZZI, M. C. *et al.* (Org.) Ijuí:UNIJUÍ, 2007.

DELIZOICOV, D; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. Ensino de Ciências Fundamentos e Métodos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção Docência em Formação).

FRISON, M. D.; BOFF, E. T. O. ; OLIVEIRA, C. B. ; SANDRI R.D.M.A. ; OTT M.M. ; VIEIRA, M. I. ; SILVA D.A. R. ; EICH B. T. Conhecendo o Câncer: Um Caminho para a Vida - Uma Situação de Estudo como possibilidade de mudança no fazer cotidiano Escolar. In: Maria do Carmo Galiazzi *et al.* (Org.). Construção Curricular em Rede na Educação em Ciências: Uma Aposta de Pesquisa na Sala de Aula. 1ªed.Ijuí: Unijuí, 2007, v. 01, p. 337-354.

GRUPO INTERDEPARTAMENTAL DE PESQUISA SOBRE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS. Geração de resíduos sólidos provenientes das atividades humanas. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

MALDANER, O. A. ; ZANON, L. B. SE: uma organização curricular que extrapola a formação disciplinar em ciências. Espaço da Escola.v.1. n. 41, p.45-60, jul/set.2001.

MALDANER, O. A. Situações de estudo no ensino médio: nova compreensão de educação básica. In: NARDI, R. (Org.). A pesquisa em ensino de ciências no Brasil: alguns recortes. São Paulo: Escrituras, 2007. p. 239-254.

MALDANER, O. A.; ZANON, L. B.SITUAÇÃO DE ESTUDO: uma organização do ensino que extrapola a formação disciplinar em Ciências. In: MORAES, R; MANCUSO, R.(Org.). Educação em Ciências: produção de currículos e formação de professores. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006. p. 43-64. (Coleção educação em ciências)

## **A ÉTICA E A DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

**Maria Antônia Ramos Costa**

**RESUMO:** Este estudo reúne conceitos que são importantes a serem trabalhados no ambiente escolar, como a ética e a diversidade na educação inclusiva, possibilitando assim, construir nos alunos valores éticos e morais, que são fundamentais para desenvolverem sua cidadania. O objetivo central é trabalhar conceitos inclusivos, que são importantes no âmbito educacional para que assim, cada sujeito seja capaz de conduzir suas relações sociais no meio em que está inserido. O estudo foi desenvolvido baseado nas teorias de Puig (1998), Araújo (2015), utilizando os conceitos de Sasaki (1998), Booth e Aiscow (2011) e Manton (2002), na discussão em torno de uma educação inclusiva e sua contribuição para o processo de construção de um novo tipo de sociedade, através de transformações, tanto nos ambientes físicos escolares como na mentalidade das pessoas. A pesquisa desenvolveu por meio de levantamento bibliográfico, visou-se de um lado, caracterizar, ilustrar e problematizar o tema na atualidade e, por outro lado, formar uma base conceitual para o trabalho, pois, o domínio da bibliografia é fundamental, no qual toma-se conhecimento da produção existente e abre a discussão sobre as fontes que estão de acordo com o tema. Através dos estudos teóricos, pode-se perceber que há um caminho a ser percorrido na educação inclusiva. Desse modo, educadores, família e cuidadores são peças fundamentais na efetivação do processo de inclusão e empoderamento desses alunos, esse é o papel da escola inclusiva, derrubando preconceitos e oportunizando reflexões em suas ações. Portanto, a educação inclusiva não é um modismo, é resultado de muita discussão, com estudos teóricos e práticas que tiveram participações e apoio de organizações e organismos nacionais e internacionais. Essa discussão também é fruto de um contexto histórico, para resgatar a educação como lugar do exercício da cidadania e garantias dos direitos. Nas conclusões, verificou-se que o tema é pertinente para docentes e discentes, na busca da construção de uma inclusão humanizada, com valores que são essenciais para a vida do aluno e no desenvolvimento de uma postura ética e inclusiva.

**Palavras-chave:** Educação. Ética. Diversidade. Inclusão

## **1 INTRODUÇÃO**

Atualmente a sociedade tem passado por muitas transformações, desse modo, a escola tem buscado ser um local democrático e precisa trabalhar os mais variados tipos de valores, fundamentais para construir o desenvolvimento de competência, para que o aluno consiga lidar com as diversidades tão presentes na vida do ser humano, tanto dentro como fora da sala de aula. Contudo, para acontecer de fato essa diversidade, cabe à escola contemplar um trabalho alicerçado para superar a exclusão, a discriminação e os preconceitos tão presentes no ambiente escolar.

Logo, cabe a educação esse papel de construir uma cidadania inclusiva dentro da atual sociedade, no entanto, importante que se compreenda que a diversidade social produz a exclusão dentro do ambiente escolar, realidade essa tão presente na educação do século XXI, sendo assim, cabe a escola repensar as suas ações pedagógicas, tendo em vista, preciso formar profissionais da educação que consigam trabalhar assuntos relevantes para construir valores éticos na formação da cidadania.

Para que o ensino democrático nas instituições escolares aconteça, devem-se trabalhar temas voltados para a concepção de valores que ensinem a promoção da cidadania pautada na democracia, na igualdade e na inclusão, mas, principalmente na ética.

Sendo assim, esse estudo buscou compreender as mais variadas instâncias sociais para que se crie um ambiente escolar pautado na diversidade e na inclusão e, possibilitando ao aluno desenvolver uma cidadania construída com valores éticos e morais, indispensáveis para a vida de todos, além do que, subsidia a escola a trabalhar com a proposta de superar a diversidade.

Desse modo, esse estudo teve como objetivo central ressaltar os conceitos que são importantes a serem desenvolvidos pela escola, ou seja, trabalhar a diversidade respaldada no sentido ético para assim, desenvolver valores nas instituições escolares.

## **2. METODOLOGIA**

A pesquisa desenvolveu por meio de levantamento bibliográfico, visou-se de um lado, caracterizar, ilustrar e problematizar o tema na atualidade e, por outro, formar uma

base conceitual para o trabalho, pois o domínio da bibliografia é fundamental é a base através do qual se toma conhecimento da produção existente e abre a discussão sobre as fontes que concordam com o tema, utilizando de livros, periódicos, teses, dissertações e outros documentos que se fizerem necessários para o melhor entendimento do tema em questão.

De acordo com Gonçalves (2001, p.56) a pesquisa bibliográfica é “[...] aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, visando oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno”.

Visto que, é nesse momento da pesquisa bibliográfica que possibilita qual caminho percorrido para desenvolver o trabalho, ou seja, nesse momento o pesquisador tem um leque de informações a respeito da temática, consultando diferentes obras e autores e contribuindo de uma forma geral para a finalização do trabalho.

### **3. A CONSTRUÇÃO DA ÉTICA NA DIVERSIDADE**

A ética se constrói a partir de um conjunto de ações que disciplinam e orientam o ser humano, a desenvolver conhecimentos e comportamentos. Desse modo, a ética e a moral tem significados bem próximos, juntos referir-se a um conjunto de princípios, padrões e regras que se relaciona com o homem e o modelo determinado pela sociedade.

Sendo a educação, no ambiente escolar, um dos meios utilizados, para o desenvolvimento desses diversos fatores, princípios e valores que se faz necessário que se construa a autonomia dos alunos para viver em sociedade, para poderem desenvolver um espírito crítico e reflexivo em consonância com a realidade fora da sala de aula.

Nesse sentido, Castro (2012, 106) destaca que “converte-se uma sociedade autônoma é aquela que logra a defender e gerir livremente uma identidade cultural e, ao mesmo tempo levar a outros continentes de recursos cuja acessibilidade se dá potencialmente de maneira igual para todos”.

Compreendendo que a educação é capaz, e tem o poder para construir valores e regras que irão auxiliar criticamente com a realidade encontrada nas escolas. Assim sendo, pode ocorrer algum tipo de resistência por parte de alguns alunos, por não aceitarem as condutas básicas comportamentais, gerando assim, preconceito e violência no ambiente

escolar.

Ressaltando essa linha de pensamento sobre ética, Puig (1998, p. 15) salienta que, as “educações éticas e morais precisam ajudar a analisar com criticidade a realidade encontrada no cotidiano, para poder contribuir com formas mais justas e adequadas de convivência em sociedade”.

No campo educacional os valores éticos e morais devem ser trabalhados, sendo que o papel da educação é para contribuir com os indivíduos para serem formados eticamente perante os meios sociais que convivem. Desse modo, a escola necessita repensar sua função para possibilitar conhecimento e aprendizagem para os alunos, capacitando os indivíduos para apropriar-se desse conhecimento.

Em comum acordo com Araújo (2015, p.5) que ressalta que a “escola precisa ter seu projeto pessoal e também a capacidade de universalização, para ajudar a construir um mundo melhor”.

A escola deve trabalhar com princípios que favoreça ao indivíduo a ter uma responsabilidade e um posicionamento crítico no meio social, para que ele possa pensar nos seus próprios atos, conhecendo seus direitos e deveres no ambiente escolar.

De acordo com Camargo e Fonseca (2012) é na escola o local adequado que permite ao indivíduo reconhecer qual é sua função social no mundo, é onde compreende sua posição que é de ser explorado ou explorador.

Os educadores têm papel importante na construção de valores éticos na escola, tendo em vista, mediador do processo de conhecimento, portanto, aberto ao diálogo, importante também no auxílio aos alunos para contribuir na formação de cidadãos éticos.

Desse modo, Lavelberg (2019) destaca que em tempos de desafios contemporâneos a escola contribui para a formação moral e ética dos alunos, tão fundamental nos espaços educativos.

Nesse contexto, Moraes (2008, p. 274) contribui com a educação, ressaltando que:

Vive-se numa época de muita insegurança, seja por motivos étnicos, culturais, religiosos, econômicos ou políticos, e principalmente, pelo aumento da criminalidade e pela presença de um estado democrático, assim a educação deve preparar o indivíduo para desempenhar um papel fundamental no seu próprio processo de escolarização e emancipação deles mesmo durante a sociedade.

Consequentemente, a escola contribui na formação ética e moral dos indivíduos para modificar suas funções colaborando com o conhecimento, para dar suporte ao aluno, pois a sociedade está sempre em constantes transições e precisa se adaptar a todas essas mudanças para serem sujeitos autônomos e capazes de dialogar com os meios sociais de forma ética e coerente.

#### **4. EDUCAR NA DIVERSIDADE**

Realizar um trabalho com educação inclusiva implica ter uma maior visibilidade acerca da pluralidade de características que compõem o mosaico da diversidade existente na sociedade contemporânea, sejam elas nas diferenças religiosas, étnicas, físicas, gêneros, etc.

Portanto, emerge uma discussão da categoria ética de compreensão e da necessidade de se viver e conviver em uma sociedade justa e igualitária que são inerentes aos que dela fazem parte. Necessário ser uma sociedade que acolha a diversidade de sujeitos que estão presentes nos mais variados âmbitos sociais deixando claro, que sua relação com uma educação de qualidade, emerge justamente na condição de oferecer uma inclusão e consequentemente a permanência dos diferentes sujeitos no âmbito escolar. Todavia a escola auxilia na busca por uma educação inclusiva e que todos tenham participação nesse processo.

Desse modo, a educação inclusiva trabalha atualmente na perspectiva de efetivar o que foi discriminado acima, pois, por muito tempo, era somente uma educação especial, ou seja, uma educação realizada apenas de forma paralela à educação regular, entretanto, os debates em torno da temática produz uma educação inclusiva, para atuar diretamente ao ensino regular das instituições e nos mais variados níveis de ensino.

Nesse contexto, Sasaki (1998, p. 8) destaca que:

Educação inclusiva é o processo ocorrendo em escolas de qualquer nível, preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para conseguir acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes.

Para ser uma escola inclusiva, o estabelecimento deve ir mais além do que uma infraestrutura adequada com serviços especializados de suporte para a superação das dificuldades. Precisa ser uma escola, que integra toda a comunidade, onde a figura dos pais é fundamental para o processo de incluir a criança; na escola; obtenha êxito, tendo em vista que é um ambiente propício para que o processo de ensino aprendizagem aconteça.

Sendo assim, numa sociedade contemporânea é necessário construir uma escola para todos, ou seja, uma escola que trabalhe e fundamente o processo de qualificação e os direitos dos indivíduos.

No entanto, um dos grandes destaques na sociedade contemporânea é uma educação que saiba lidar com a diversidade, a diferença e os conflitos que são inerentes do ambiente escolar, por isso mesmo a escola deva propor a construção de valores para a inclusão social.

Os processos mundiais de integração e inclusão marcaram os últimos tempos, é possível perceber, que a inclusão depende de ações individuais e coletivas. Individual, pois é a aceitação e valorização das diferenças. Coletivas, por as ações serem conjuntas, um trabalho colaborativo, onde reconhece no outro a parceria na busca de garantir os direitos a igualdade.

Sendo assim, uma escola torna-se inclusiva quando quebra os paradigmas socialmente construídos. É necessário respeitar o tempo de aprendizado dos alunos, com valorização das potencialidades e os diferentes saberes.

Segundo Booth e Aiscow (2011) a educação na diversidade envolve constantes movimentos para buscar uma identidade inclusiva partindo do princípio da igualdade de oportunidades.

Ressaltando ainda que, para desenvolver essa identidade é necessário três dimensões: produções de políticas inclusivas, desenvolvimento de práticas inclusivas e criação de uma cultura inclusiva, assim precisa-se construir e dar significado a identidade da escola.

Pode-se perceber que para construir uma escola inclusiva não é uma tarefa simples. É necessário acreditar nas possibilidades de aprendizado, de aceitação. Sendo que, muitas barreiras comprometem a visão de educação para a diversidade. Pois, existem na realidade das escolas, muitos alunos excluídos do ambiente escolar, isso é um problema muito comum. No entanto, o que se precisa é de um ambiente escolar que seja flexível e sensível

às necessidades educacionais.

A escola necessita repensar sua função para construir uma sociedade melhor, com ênfase no enfrentamento da diversidade, para construir uma sociedade justa, e o primeiro passo para se obter a inclusão, é a superação da diversidade, com intuito de desenvolver ações e respeito ao próximo, papel fundamental da escola, formar cidadãos autônomos para aprender a conviver com a diferença do próximo sem discriminar e julgar.

Entretanto, desenvolver esse trabalho de inclusão e respeito a diversidade, não é uma tarefa muito simples para as escolas. Pois, isso é uma concepção arraigada no interior dos próprios alunos, considerando que os alunos já vivenciam esse emaranhado de desigualdade e diversidade fora do ambiente escolar, desse modo, trabalhar a inclusão escolar exige um envolvimento e uma postura dos profissionais frente à superação desses desafios.

O Ministério da Educação (2004) reitera que, a inclusão abrange conceitos como respeito mútuo, compreensão, apoio, equidade, assim, a inclusão é um valor social, considerado desejável.

De acordo com Mantoan (2002), diversidade é um dos conceitos mais questionados na sociedade, como desenvolver uma escola que consiga incluir todos os alunos e ainda ser um ambiente de aprendizagem e qualificação pessoal e profissional.

Esse é um dos desafios, em tempos de inclusão, ainda faltam profissionais capacitados a trabalhar em favor da superação das desigualdades sociais dentro das escolas.

A escola no que lhe concerne, precisa modificar sua função, ou seja, ressignificar sua função, com ações voltadas para os valores éticos dos alunos, promovendo um ambiente escolar que desenvolva o respeito ao próximo, ensinando-os a conviver com as diferenças em todos os aspectos, que ocorra assim o desenvolvimento de aprendizagens significativas. Contribuindo com esse conceito, Delores (2006) salienta que os sistemas educativos formais, limita a realização pessoal do aluno, pois, impõe as crianças o mesmo modelo cultural e intelectual, sem ressaltar a diversidade dos talentos individuais.

Contudo, para que realmente aconteça essa realização pessoal, a escola também precisa modificar seu método e sua maneira de ensinar, trabalhar com uma educação voltada para o pluralismo, sendo assim, é certo que a escola deva explicar aos seus alunos conceitos básicos para que ele desenvolva seu sentido ético e cidadão frente as



diversidades, por isso a escola é responsável em ensinar valores que a sociedade contemporânea tanto necessita, ou seja, formar seres para aprender conviver na diversidade.

Segundo Barth (1990) as diferenças estão nas grandes oportunidades de aprendizado; para o autor, sendo verdadeiramente importante na escola e nas pessoas, é o diferente e não no que é igual.

Portanto, a escola deve trabalhar conteúdos que sejam de fato vinculados a realidade do aluno, além do que, devem propiciar um ensino voltado para as relações sociais, para formar indivíduos que saibam conviver com a diferença do outro. Desta forma, a escola deve repensar como está sua estrutura frente a essa temática, e como poderá desenvolver um ensino que forme cidadãos éticos que respeita seu próximo e suas diferenças.

## **5. OS DESAFIOS DA INCLUSÃO EDUCACIONAL**

No âmbito da educação tradicional, os progressos envolvendo a diversidade e equidade não é uma tarefa muito fácil, visto que, são necessárias melhores oportunidades educacionais que trabalhem com grupos de estudantes diversas informações para a promoção de um ambiente educacional flexível e sensível às necessidades que são singulares a esse público.

Sendo que, nos últimos tempos, há uma grande discussão em relação ao processo de inclusão nas escolas, tendo em vista, realizadas reformas educacionais, decretos e leis que salientam a inclusão das crianças e adolescentes no ensino regular. No entanto, muitos desafios ainda permeiam a discussão envolvendo a educação inclusiva. Como deve ser trabalhada com estes alunos em sala de aula, discussões em torno da formação de professores, das estruturas físicas e até mesmo como deve ser o acompanhamento pedagógico. Desse modo, há ainda muito a ser feito para uma efetiva escolar inclusiva.

A educação inclusiva, não acontece com definições fechadas, ela acontece de forma gradual e colaborativa para atender aos alunos. Contudo, há ainda a necessidade de compreender o termo inclusão, tendo em vista que, muitos ainda enxergam como apenas incluir, segregar pessoas, ou seja, sem colocar os alunos com os outros.

Para que a inclusão aconteça de fato, antes de tudo, é necessário uma autoanálise e conseguir enxergar no outro o que ele pode oferecer, e como é a sua visão de mundo.

Nesse sentido, Sasaki (1998) ressalta que, a inclusão social contribui para o processo de construção de um novo tipo de sociedade através de transformações pequenas ou grandes nos ambientes físicos e na mentalidade das pessoas.

Contudo, não basta fazer acontecer essas transformações nesse âmbito, é necessário garantir seu direito de aprendizado no ensino regular, com estratégias organizadas para possibilitar a construção de conhecimentos partindo de adaptações e adequações possíveis para incluir o aluno.

Nesse contexto, Sasaki (1998) explica que a educação inclusiva não basta somente oferecer oportunidades a todos os estudantes com necessidades especiais para ter uma vida satisfatória, implica em primeiro lugar aceitar as crianças como pessoas, como ser humano único e diferente entre si.

Contudo, para que todas essas oportunidades aconteçam, nota-se a necessidade de preparar o professor para os desafios inerentes à inclusão na educação, de maneira a capacitá-los para discutir as questões referentes a esse processo, visando conhecer especificidades das áreas da educação especial, para poder se sentir seguro em realizar as adaptações curriculares e trabalhar o preconceito e a discriminação, situações ainda bastante presente nas escolas. Ter uma participação responsável dos demais alunos é importante para a inclusão social do educando.

Entretanto, para ocorrer de fato essa inclusão, é necessário dar-lhes oportunidades para falar a respeito de suas próprias limitações, suas fantasias e mitos, sendo o professor, responsável por atuar positivamente na convivência regular e saudável entre todos. O professor é também, agente responsável e de fundamental importância nesse processo de aprendizagem dos alunos.

No entanto, atualmente os professores ainda enfrentam desafios que são inerentes a todas as mudanças ocorridas na educação, as novas realidades que se fazem presente no ambiente escolar. Sendo que, grande parte dos profissionais tem dificuldades em receber alunos com necessidades especiais em suas salas de aula, seja em razão da falta de capacitação ou até mesmo por preconceitos de alguns pais.

De acordo com Mitler (1997) o professor no que lhe concerne tem o direito a ter capacitação e apoio para lidar com questões pertinentes a educação inclusiva. Apesar de que, o sistema educacional na atualidade tem trabalhado essas capacitações em salas

especializadas que atuam direto com crianças especiais, contudo, ainda falta uma formação adequada para os professores que atuam diretamente nas salas de aulas.

Sendo que a educação inclusiva diz respeito a todos na escola, todavia, é um equívoco considerar que essa responsabilidade caiba somente ao professor da sala especializado e do professor titular.

Segundo Bueno et al, (1999 apud) Glat e Nogueira, (2002) um dos grandes impedimentos da escola inclusiva tornar realidade, na prática, está a questão do “despreparo dos professores do ensino regular para receber alunos em suas salas de aulas, geralmente repleta de alunos com problemas de disciplina e aprendizagem, com necessidades especiais” (p. 23).

Nesse sentido, Mantoan (2001, p. 112) complementa que esse despreparo, salas com excesso de alunos e ainda com problemas de disciplina e aprendizagem têm sido “maior desculpa para justificar o estado atual da maioria das nossas escolas”, que acabam por resistirem à inclusão escolar.

Desse modo, a qualidade desse processo de inclusão, está ligada diretamente a questão da estrutura organizacional da escola, das relações discutidas e de como a escola está apresentando aos seus participantes as práticas inclusivas.

Contudo, ainda existe a máxima, de que os educadores precisam estar dispostos a mudarem e reverem seus conceitos, suas ideologias e valores, para atuarem como mediador do processo de conscientização na construção da cidadania e da capacidade de formar cidadãos que consigam atuarem como um ser crítico e reflexivo.

Sendo assim, se faz necessário, que seja criado um projeto de inclusão reúna esforços de toda a comunidade escolar, onde o aluno com necessidades educacionais especiais não pode estar em situação de desvantagem em relação aos seus pares. A educação especial desafia professores, levando-os a refletir sobre os exercícios da docência e a buscar formação e estratégias que permitam ações direcionadas a esses alunos.

Assim, essa inclusão torna-se um processo diário a partir do compromisso e das experiências de cada professor. Desde os primórdios, da segregação até a inclusão escolar, a história se construiu com muitos avanços. Atualmente, a escola regular ampliou o seu atendimento, tal fato pode ser comprovado com o aumento de matrículas.

Nesse contexto, é necessário considerar fatores políticos e pedagógicos que

articulam para oferecer uma educação que tenha compromisso com a qualidade, pois, a responsabilidade do professor no processo de inclusão dos alunos especiais vai além da sala de aula, envolvendo a ampliação das possibilidades desse atendimento, a convivência social, a promoção da aprendizagem e o desenvolvimento integral do aluno.

Pensar em uma escola verdadeiramente inclusiva é buscar a reestruturação do sistema de ensino e provocar mudanças de atitude. Todo sistema de ensino deve ter clareza em relação a sua proposta de inclusão, requerendo renovação de sua estrutura física, material e formação adequada.

Desta maneira, o projeto de inclusão escolar precisa ser assumido por todos, levando-os a repensar suas concepções para impulsionar novas possibilidades.

A ação da escola precisa ser orientada pelos interesses e capacidades das crianças, contribuindo para o estabelecimento de um clima harmonioso, onde professor possa exercer sua prática, atendendo o ritmo biológico de cada um.

Ressalte-se que independente do contexto, a inclusão precisa acontecer para que as crianças possam aprender com seus pares a atingir seu pleno desenvolvimento.

A inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais não se faz por uma resolução ou decreto, mas com mudanças de atitudes, de concepções e compromisso do nosso papel transformador, considerando que a presença dessa criança especial na classe comum é proveitosa. A meta principal é de minimizar as dificuldades impedidas sua participação na sociedade.

Segundo o que foi observado, a educação especial teve um expressivo avanço nos últimos tempos, após a declaração de Salamanca (1994), principalmente, no que se referem ao termo necessidades educativas especiais:

Na perspectiva da educação inclusiva, a Educação Especial passa a “constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação” (BRASIL, 2007, p.15).

A educação especial pode ser concebida como a capacidade de acolher a todos, independentemente de suas condições, possibilitando a revisão de práticas para assim construir a escola da diversidade. Na escola de todos não há espaço para práticas que exijam o domínio de aprendizagem de todos da mesma forma, pois, a inclusão ocorrerá por

meio do acesso a um currículo flexível e adaptado, atividades e materiais diversificados.

Contudo, a perspectiva inclusiva abrange novas atitudes, materiais, recursos físicos, um currículo multicultural aberto à diversidade e concepções sobre a implementação de políticas públicas e o papel da escola nessa situação atual.

Sendo que, para os princípios básicos de uma educação inclusiva funcionar ressalta-se a promoção e a universalização do acesso e permanência e uma educação atenta a diversidade, é um dos elementos-chave para ser considerada uma política de direitos humanos e a igualdade.

Desse modo, numa escola inclusiva, todos os sujeitos precisam atuar em parcerias para que as crianças deem seu o melhor, para sentirem parte integrante do ambiente educacional.

A literatura especializada aponta avanços recentes, mas, ao mesmo tempo, revela imensas lacunas no conhecimento relativo a problemas que envolvem os indivíduos especiais, suas famílias, a escola e a comunidade; problemas cuja solução depende de investigação científica e de intervenção que seja cientificamente embasada e avaliada.

## **6 DISCUSSÃO E RESULTADOS**

Através dos estudos teóricos, pode-se perceber que há um caminho a ser percorrido na educação inclusiva. Desse modo, educadores, família e cuidadores são peças fundamentais na efetivação do processo de inclusão e empoderamento desses alunos, esse é o papel da escola inclusiva, derrubando preconceitos e oportunizando reflexões em suas ações. Portanto, a educação inclusiva não é um modismo, é resultado de muita discussão, com estudos teóricos e práticas que tiveram participações e apoio de organizações e organismos nacionais e internacionais. Essa discussão também é fruto de um contexto histórico, para resgatar a educação como lugar do exercício da cidadania e garantias dos direitos.

## **CONCLUSÕES**

Para construir um ambiente escolar inclusivo e democrático, implica ações pedagógicas que construam uma formação ética nos alunos e ajuda-os a serem cidadãos

críticos e participativos na sociedade, criando uma educação transformadora nesse aluno.

Destacando que a escola tem papel fundamental para construir no aluno a autonomia efetiva e contribuir na aquisição de conhecimentos para poderem desenvolver sua cidadania numa educação inclusiva e participativa.

Visto que, a escola também precisa subsidiar um processo de ensino diversificado pautados na ética e na moral para exercerem uma postura cidadã em todos os âmbitos da sociedade.

Diante do que foi exposto ao longo do estudo, considera-se que a escola precisa modificar e reestruturar a sua função atualmente, tanto no modo de pensar como no modo de agir em relação aos alunos, para construírem hábitos para conviver e respeitar as diversidades dentro e fora do ambiente escolar.

Portanto, a escola necessita construir esses valores essenciais para a vida do aluno, para desenvolverem sua postura ética na sociedade e assim, saberem lidar com a diferença do outro. Assim, ensinando esses valores a escola poderá transformar sua função e exercer seu papel na sociedade contemporânea.

## **REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, U. F. **Temas transversais e a estratégia de projetos**. São Paulo: Moderna, 2003.

BARTH, R. **A personal vision of a good school**. Phi Delta Kappan, n. 71, p. 512571, 1990.

BOOTH, T.; AINSCOW, M. **Index para a inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola**. 2011. Disponível em: Acesso em: 01.març. 2019.

BRASIL. **Ministério da educação e do esporte**. Secretaria de educação especial. Política nacional de educação especial. Brasília, MEC/SEESP. (Livro 1), 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007.

CAMARGO, Edson Carpes. FONSECA. **A ética na escola: educando para o diálogo**, 2012.

CASTRO, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. **Geografia: conceitos e temas**, Rio de Janeiro: 2012.

DELORS, Jacques. **Educação um tesouro a descobrir**. 6. Ed. – São Paulo: Cortes; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2006.

GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. **Revista Integração**. v. 24, ano 14, Brasília: MEC/SEESP, 2002.

LAVELBERG, Catarina. **Formação moral e ética dos alunos-cidadãos**. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/618/formacao-moral-e-etica-dos-alunos-cidadaos>. Acesso em: 01.mar.2019.

MANTOAN, M. T. E. **Compreendendo a deficiência mental**: novos caminhos educacionais. São Paulo: Scipione, 2001.

MANTOAN, M.T.E. **Ensinando a turma toda**. Pátio, Porto Alegre, ano 5, n. 20, p.18-23, 2002.

MITTLER, P. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Tradução: Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 1997.

MORAIS, Maria Cândida. **Pensamento eco-sistêmico**: educação, aprendizagem e cidadania no século XXI, Petrópolis, RJ, 2008.

PUIG, J. **A construção da personalidade moral**, São Paulo: Ática, 1998.

SASSAKI, Romeo. Kazumi. **Inclusão, o paradigma da próxima década**. Mensagem, Brasília, v. 34, n. 83, p. 29, 1998.

UNESCO. Declaração de Salamanca. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 1.mar. 2019.

**Capítulo 46 - DOI:10.55232/10830012.46**

**MODERNIDADE LÍQUIDA. UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE  
PESQUISAS SOBRE ORGANIZAÇÃO E TRABALHO**

**Jéssica Gomes Lima e Antonia Juliana Mesquita Ferreira**

O presente trabalho teve por objetivo realizar revisão sistemática junto a uma meta-síntese de publicações que adotam o conceito de modernidade líquida de Bauman em estudos de organização e trabalho. A partir do problema de pesquisa identificado: Como o conceito de modernidade líquida de Bauman vem sendo adotado em estudos sobre organização e trabalho? As obras do sociólogo Zygmunt Bauman trouxeram contribuições significativas para conjuntura da pós-modernidade, um reflexo disso consiste no número de 148.327 citações feitas ao autor desde 2014, e até 2019 foram 347.454 citações. As versões em inglês e espanhol de sua obra a Modernidade Líquida são as mais referenciadas internacionalmente, respectivamente, Modernidad líquida 18.811 citações e Liquid modernity 16.187 citações (Scholar Google, 2019). Contudo, a adoção do conceito de modernidade líquida em pesquisas sobre organização e trabalho, ainda é emergente no Brasil. Conforme identificado neste trabalho, nos últimos cinco anos, seis artigos científicos adotam os pressupostos referente a concepção de modernidade líquida. O resultado obtido demonstrou pontos de convergência entre os autores com relação ao conceito de modernidade líquida, mas sob perspectivas diferentes no que tange o objetivo de cada artigo científico. Este trabalho abre espaço para uma agenda futura de pesquisa sobre possíveis perspectivas do conceito de modernidade líquida em estudos organizacionais e de trabalho.

**Palavras-chave:** Modernidade líquida; organização; trabalho; revisão sistemática.

**Referências Bibliográficas:**

ARAÚJO, Silvia Maria de. Da precarização do trabalhador portuário avulso a uma teoria da precariedade do trabalho. *Sociedade e Estado*, v. 28, n. 3, p. 565-586, 2013.

CARDOSO, Adalberto; PRÉTECEILLE, Edmond. Classes médias no Brasil: Do que se trata? Qual seu tamanho? Como vem mudando?. *Dados*, v. 60, n. 4, p. 977-1023, 2017.

DE NORONHA, Nayara Silva; BARBOSA, Déborah Mara Siade. Renda, consumo e centralidade do trabalho na “nova classe média” brasileira. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, v. 17, n. 1, p. 40-54, 2016.

JESSON, Jill; MATHESON, Lydia; LACEY, Fiona M. *Doing your literature review: Traditional and systematic techniques*. Sage, 2011.



PADILHA, Roberto de Queiroz et al. Princípios para a gestão da clínica: conectando gestão, atenção à saúde e educação na saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, p. 4249-4257, 2018.

PRESTES, Vanessa Amaral; GRISCI, Carmem Ligia Iochins; FRAGA, Aline Mendonca. Lifestyles of workers in the expatriation context. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, v. 17, n. 3, p. 39-59, 2016.

SAMPAIO, R F.; MANCINI, M C. Estudos de Revisão Sistemática: Um guia para síntese

SENNETT, R. *A Corrosão Social do Caráter: consequências pessoais no novo capitalismo*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SCHOLAR, GOOGLE. Citações. Zygmunt Bauman. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/citations?hl=pt-BR&user=wp4RL1sAAAAJ>> Acesso em: 18 set. 2019.

SIGAHI, Tiago Fonseca Albuquerque Cavalcanti e SALTORATO, Patrícia. A emergência da universidade operacional: redes, liquidez e capitalismo acadêmico. *Educ. Soc.* [online]. 2018, vol.39, n.144, pp.522-546.

TSOUKAS, Haridimos. Don't simplify, complexify: From disjunctive to conjunctive theorizing in organization and management studies. *Journal of Management Studies*, v. 54, n. 2, p. 132-153, 2017.

ZAHAR, Jorge. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ZIMMER, Lela. Qualitative meta-synthesis: a question of dialoguing with texts. *Journal of advanced nursing*, v. 53, n. 3, p. 311-318, 2006.

**Capítulo 47 - DOI:10.55232/10830012.47**

**A INSERÇÃO DO JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO -  
MEU PRIMEIRO EMPREGO**

**Vanessa Castro Alves de Oliveira e Vanessa Castro Alves de Oliveira**

Venho defender um programa que a muito é a menina de meus olhos, inclusive em TCC's de faculdade, a inserção do jovem no mercado de trabalho - Meu primeiro emprego. Como vou empregar um jovem hoje, que muitas das vezes passa a ser o alicerce familiar? Muitas das vezes concluem o ensino médio e por alguma razão de força maior não conseguem ou não podem ingressar numa faculdade e se veem na difícil situação de procurar um emprego para se sustentar e sustentar os demais que formam a sua família. E ai vem a famosa e desmotivadora pergunta: Qual a sua experiência? Onde já trabalhou? qual sua formação? E saem sem saber o que responderem, desmotivados, desacreditados e muitas das vezes buscam meios escusos para ganhar o pão de cada dia, não só pra si mas para os seus. Venham trabalhando em um projeto onde o jovens/adolescente saia do ensino médio não só com a didática que "obrigatoriamente" uma instituição de ensino julga essencial, a famosa e BNCC entre tantas outras quem vêm surgindo a media que a educação evolui a passos de tartaruga. Venho com uma proposta, um projeto onde os discentes assegurem uma formação didática decente e também uma formação no contra turno escolar onde possam aprender praticas inerentes ao mercado de trabalho de sua região ou algo que eles possam através de órgãos competentes como o SEBRAE ou outra entidade se tornarem pequenos ou quem sabe grandes donos de seu próprio negocio? Um contra turno onde o aluno permaneça na escola com todos os diretos preservados como almoço, assistência didática e quem sabe banho entre outros e assim contarmos com a ajuda de officieiros ou amigos da escola (cabelereiros, manicures, confeiteiros, bordadeiras, mecânicos, legistas entre outros para que esses discentes tenho uma formação e possam assumir uma posição no mercado de trabalho com dignidade e respeito.) Uma formação com certificado e horas cursos. Tudo documentado, dentro dos protocolos cabíveis para que nossos jovens/adolescentes tenho o mínimo de dignidade para trabalhar honestamente. É um projeto que visa não só o discente como também a família que poderá participar das oficinas permanentes, dentro de um outro contexto de contra turno, por exemplo à noite, apreendendo habilidades onde proponho seja reutilizar, reaproveitar, reciclar e retornar ao mercado ou para sustento próprio transformando o que é lixo em luxo e dando principalmente aos officieiros a promoção de seu trabalho. É um projeto que se levarmos na ponta do lápis para analise de investimento verão que é de baixíssimo custo, com profissionais qualificados porém que estarão assumindo um compromisso como amigos da escola ou da comunidade entorno. Todos unidos para levar além do conhecimento didático, regulamentado pela BNCC, pelo ECA ou qualquer outro órgão defensores da (moral e dos bons costumes) tem como finalidade colocar comida na mesa e saciar a fome não só do físico mas também o intelecto pois o nosso Brasil está carente disso e de tantas outras. Que sejamos melhores, não só deixemos um mundo melhor!

**Palavras-chave:** Jovens - Inserção, Meu primeiro emprego

**Referências Bibliográficas:**

ADORNO, Sérgio. Adolescentes, crime e violência. In: ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virgínia de; SPÓSITO, Marília. Pontes. (Orgs.). Juventude em Debate. São Paulo: Cortez, 2002.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Orgs.). Pós-neoliberalismo. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 9-37.

ANTUNES, Ricardo. O mundo precarizado do trabalho e seus significados. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, São Paulo, v. 2, no. 1, p. 55-59, 1999.

BARBOSA FILHO, Milton Benedito. Reformas curriculares no Ensino Técnico no Centro de Educação Tecnológica – Ceeteps – pós promulgação da LDB 9394/69. O caso da Escola Técnica Estadual de São Paulo – Etesp: construindo currículos em contextos de grandes desafios. São Paulo: PUC, 2001. (Tese de Doutorado)

BRASIL. Ministério da Casa Civil da Presidência da República. Consolidação das leis do trabalho. Decreto-Lei 5.452 de 1o. maio de 1943. Disponível em: <https://www.presidencia.gov.br/casacivil/site/static/le.htm>. Acesso em: 18 jul. 2005a.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <https://www.presidencia.gov.br/casacivil/site/static/le.htm>. Acesso em: 18 jul. 2005b.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <https://www.presidencia.gov.br/casacivil/site/static/le.htm>. Acesso em: 18 jul. 2005d.

Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2005h.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, Trabalho e Educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina e VANUCHI, Paulo. Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

INSTITUTO DA CIDADANIA. Projeto Juventude - versão inicial para discussão, complementação e ajustes. São Paulo, 2004. \_\_\_\_\_. Perfil da juventude brasileira. Brasil: 2004. [CD-ROM]

## **A IMPORTÂNCIA DO PPP NA ESCOLA DEMOCRÁTICA**

**Vanusa Pereira da Silva Melo e Thais Gonçalves Carvalho**

O Projeto Integrado de Escola é substituído pelo Projeto Político Pedagógico, assim determinada pela Lei de Diretrizes e Bases, lei 9.394/96 (LDB) que assegura a construção de um projeto de transformação do sistema educacional, lembrando que a democratização começa no interior da escola por meio da criação de espaços nos quais todos participam. Serão abordados os princípios do PPP, sendo este de suma importância na construção de uma escola democrática, pois é um dos grandes desafios das nossas escolas públicas, tornar os projetos uma instituição pública para todos, ou seja, democrático. Levando em consideração tal contexto o presente estudo em pesquisas bibliográficas. Portanto, uma escola democrática é fundamentada nos valores éticos, político, conhecimentos epistemológicos e relações didático pedagógico. A escola democrática abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira implicando assim a reflexão, o olhar crítico, repensar na estrutura de poder e decisões, tendo em vista a socialização que propicia a prática da participação de todos e implementação de ações coletivas que contribuem para uma dinâmica socioeducativa de qualidade. Conforme Bordignon, “analisar a gestão da educação, seja ela desenvolvida na escola ou no sistema municipal de ensino, implica em refletir sobre as políticas de educação. Isto porque há uma ligação muito forte entre elas, pois a gestão transforma metas e objetivos educacionais em ações, dando concretude às direções traçadas pelas políticas”. Sendo assim, observa-se que as políticas de educação surgem naturalmente dando suporte à algumas questões encontradas nos sistemas educacionais de ensino, com isso a gestão democrática vem para atingir objetivos preconizados pela LDB, que requer mais que mudanças nas estruturas de organização, mas também dos paradigmas que fundamentem a construção da proposta educacional e o desenvolvimento de uma gestão diferente da que vivenciamos hoje em dia. Segundo Heloisa Lück, “democratização da escola e autonomia de sua gestão sejam parte de um mesmo corolário”, isso porque é de extrema importância que a construção da democratização seja aliada pois a democratização da gestão da escola contribui para o desenvolvimento da qualidade na educação, despertando assim em toda comunidade uma conscientização e valorização da importância da participação, nas tomadas de decisões no âmbito escolar. Segundo Vasconcellos (2007), entende-se que, no espaço da escola, é necessário o trabalho coletivo sistemático, ou seja, um tempo para os segmentos refletirem sobre a tomada de decisões. Portanto, Todos estão comprometidos democraticamente numa construção coletiva onde torna-se um espaço aberto para os alunos as famílias e a sociedade participarem dessas decisões, onde todos entram na responsabilidade das relações com o outro. Sendo assim uma ação que fala da educação como uma função coletiva. O objetivo deste resumo é de esclarecer e tornar prático educativo, a importância da participação da comunidade escolar, de todos os segmentos que compõe o ambiente escolar na construção de ensino aprendizagem de qualidade, dentro de uma escola democrática da rede pública, mostrando que

não basta ser só democrática representativa, mais participativa. A metodologia utilizada para a realização deste resumo foi pesquisa bibliográfica, informações de fontes virtuais e leitura do PPP que se encontra disponível na base do portal Integrees.net. O respaldo legal para a implementação do PPP acontece a partir da LDB 9394/96 que prevê e respalda a construção da proposta pedagógica das unidades escolares. E para auxiliar esse profissional no seu cotidiano escolar foi elaborado a BNCC (Base Nacional Comum Curriculares). Para que haja construção no processo educacional de uma escola democrática o PPP traz como base de sustentação o planejamento de forma coletiva, realizado de forma participativa, resultando assim, numa aprendizagem de qualidade, (BUSSMANN, 2010). Sempre tendo como princípios norteadores a igualdade, qualidade, liberdade, e valorização do magistério. O projeto político pedagógico deve ser um processo.....

**Palavras-chave:** Projeto Político Pedagógico, Escola Democrática, Participação Coletiva.

**Referências Bibliográficas:**

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. Entre políticas, conhecimentos e práticas educacionais; editora: Kikos ano: 2016, Organizadora: Marilene Gabriel Dalla Corte.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Orientações para o gestor escolar entender, criar e revisar o PPP; editora: Fundação Santillana ano: 2016, Organizadora: Comunidade Educativa Ceac.

**Capítulo 49 - DOI:10.55232/10830012.49**

## **PLANO DIRETOR E A PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS**

**Amanda Ribeiro de Almeida**

O Plano Diretor Municipal está presente em todos os municípios com mais de 20 mil habitantes. Trata-se de um reconhecimento de como a cidade funciona. Ele tem como objetivo fazer com que a cidade se desenvolva de forma organizada, além disso, ele também controla o que deve ser preservado e o que pode ser urbanizado. No art. 6º, VI é decretado:” Proteção (...), dos recursos naturais e dos mananciais hídricos superficiais e subterrâneos de abastecimento de água do Município;”. Assim, é correto afirmar que o Plano Diretor protege os mananciais, além de outros recursos naturais. No município de Franca, existem algumas leis que também protegem os mananciais, tais como: Emenda à Lei Orgânica nº 58, de 11 de novembro de 2011, Lei nº 8.902, de 19 de março de 2020, Lei nº 4.240, de 11 de dezembro de 1992, entre outras. De acordo com o relatório pioneiro de 2015 Open Government Index (Índice de Governos Abertos), menos da metade da população global (40%), tem algum conhecimento sobre a existência de leis que dão direito às informações do governo, que é um número extremamente baixo, levando em consideração que essas leis estão disponíveis para acesso da população. A Legislação Ambiental Brasileira é uma das mais completas e avançadas do mundo. Causar poluição de qualquer natureza (em níveis que prejudiquem a saúde humana, mortandade de animais ou destruição significativa da flora) é crime. A punição varia entre reclusão, detenção e multa. Existem diversas maneiras para que a população possa ajudar a proteger os mananciais, entre elas é importante destacar o fim das queimadas, da extração ilegal de madeira, do desmatamento, das práticas agrícolas agressivas ao meio ambiente e da poluição industrial. Em virtude dos fatos mencionados, a quantidade de pessoas que não têm ciência dessas leis é um número preocupante. Nota-se a necessidade da criação de algum projeto ou programa para que a população se informe e assim, fazer sua parte perante a natureza. É importante a intervenção do governo, diante a tantos crimes ambientais, como as queimadas muito decorrentes.

**Palavras-chave:** Meio-ambiente, recursos hídricos e mananciais.

### **Referências Bibliográficas:**

CALDAS, A. L. Legislação ambiental brasileira é uma das mais modernas do mundo, diz especialista. Agência Brasil, 2011. Disponível em: <https://shre.ink/mJ91>. Acesso em: 10 set. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA. Câmara aprova sistema de proteção de mananciais, 2020. Disponível em: <https://franca.sp.leg.br/pt-br/noticias/2020/02/camara-aprova-sistema-de-protecao-de-mananciais>. Acesso em: 10 set. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA. Câmara vota preservação de mananciais na quinta. Disponível em: <https://franca.sp.leg.br/pt-br/noticias/2020/02/camara-vota-preservacao-de-mananciais-na-quinta>. Acesso em: 10 set. 2020.

LOBATO, A. Menos da metade da população conhece leis de governo aberto. O Globo Mundo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/menos-da-metade-da-populacao-mundial-conhece-leis-de-governo-aberto-15711243>. Acesso em: 10 set. 2020.

**Capítulo 50 - DOI:10.55232/10830012.50**

**CULTIVANDO O SABER: IMPLANTAÇÃO DE UMA HORTA EDUCATIVA NA ESCOLA ESTADUAL COMENDADOR MÁRIO DEDINI**

**Endre Kurotusch Canettieri, Ecyr Mainardi Lara Salles, Eloá Nazato Chinaglia, Gabriel Bianchi Stival, Gabriel Casassa Schoendorf, Heloiza Bortolozzo da Silva, Júlia Peron Baroni, Larissa Miiller, Letícia Maria Cardeal Leonel, Luisa de Moraes Lima, Marília Petrini Rodrigues Cruz, Victor Jorge Pereira das Neves, Victória Brito de Ceni, Vitor Provinciatio Gonçalves e Yasmin Santana Tomsic**

Em 2015 os chefes de Estado dos países-membros da ONU, em reunião histórica, estabeleceram os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs), com o propósito de criar uma Agenda Mundial para o Desenvolvimento Sustentável a ser atingida até 2030, comprometendo ao mínimo os recursos do planeta, promovendo a igualdade e garantindo a existência das próximas gerações. Dentre esses objetivos, a ODS 4 refere-se à garantia de uma Educação de Qualidade. No período 2013-2018 o Brasil perdeu posições no ranking de IDH, ficando na 79ª posição, graças à educação estagnada. Assim, contribuir para que as crianças tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade, completem o ensino primário e secundário livres, equitativo e de qualidade, possibilita atingir a ODS-4 e o projeto “Cultivando o Saber” desenvolveu-se nessa linha. Em 2018, a Coordenação Pedagógica da E.E. Comendador Mário Dedini formulou o Projeto Horta Escolar como uma possibilidade de “promover múltiplas vivências entre os estudantes, além de permitir a abordagem significativa e contextualizada de diferentes conteúdos curriculares, na perspectiva da integração das áreas do conhecimento e da consolidação de uma cultura da sustentabilidade” (EECMD, 2017). A escola atende os primeiros anos da educação fundamental e integra o Programa de Ensino Integral (PEI), lançado pela Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP), cujo propósito é instituir um novo modelo de escola de ensino integral; substituir o antigo modelo curricular organizado por disciplinas por um currículo integrado; proporcionando uma experiência que seja simultaneamente um processo de aprendizagem, interação social, respeito à diversidade e reflexão sobre valores e atitudes. Para tal, a Coordenação Pedagógica da EECMD firmou uma parceria com o PET-GAEA, que se responsabilizou por todas as etapas desde a capinagem do terreno, implantação de sistema de irrigação, a feitura e manutenção dos canteiros, assim como, no auxílio nas aulas, capacitação dos professores e acompanhamento do desempenho dos alunos. O projeto desenvolveu um espaço de experiência prática e de aprendizado para os estudantes, de modo que o protagonismo dos alunos no processo educativo possibilitou a expansão do conhecimento, incentivou a participação em classe, e contribuiu para o desenvolvimento de uma consciência pautada na sustentabilidade e valorização do alimento cultivado. As crianças puderam, através do projeto, aprender a manusear e cuidar de hortaliças e leguminosas, estabelecendo uma experimentação prática de métodos básicos de plantio. Além



disso, todos os cuidados envolvendo a horta serviram de suporte para a matéria do currículo dos alunos, auxiliando no seu desenvolvimento escolar e pessoal. O projeto estimulou a compreensão dos estudantes acerca da educação prática e da importância do aprendizado, ideias alinhadas a ODS 4. Para os membros do PET-GAEA foi uma experiência ímpar de ensino, pesquisa e extensão, pois além da possibilidade de exercício prático dos conhecimentos adquiridos na universidade através da implantação da horta, da realização de um trabalho de extensão através da parceria com uma escola da rede pública de ensino, vislumbra-se inúmeras possibilidades de desenvolvimento de pesquisas de iniciação científica, nas áreas de ensino que integram o PET.

**Palavras-chave:** Aprendizagem, Hábitos alimentares, Horta

**Referências Bibliográficas:**

JAPIASSU, H. Interdisciplinaridade e patologia do saber. Rio de Janeiro: Imago, 1976

**Capítulo 51 - DOI:10.55232/10830012.51**

**DIREITO E A JUSTIÇA NA PERSPECTIVA  
CONTRATUALISTA**

**Leandro Rogério Nunes Mendes e Ângelo Felipe Castro Varela**

O Direito está presente na realidade humana, de modo que, é uma das concepções que todo indivíduo possui, seja um conhecimento mais amplo ou a simples noção de ter ou não direito a algo, assim, o direito positivo foi sendo formulado de modo que o estado fosse modelando esses direitos em prol da coletividade, como forma de ser justo para todos, de modo que a justiça passa a ser um parâmetro para diversas decisões, nas mais diversas áreas do conhecimento. Nesse sentido, relatamos abaixo as concepções de alguns autores, contratualistas, que relacionam o direito e a justiça, nos permitindo responder à pergunta: O direito é garantidor de justiça ou a justiça é garantidora do direito? O Contratualismo é uma classe de teorias que tentam explicar a formação dos governos por meio de pessoas de modo a manter a ordem social. Assim, os autores dessa classe defendem que o Estado Moderno precisa dessa ideia de contrato para que o Direito Positivo seja criado e a sociedade seja ordenada. Nesse sentido, Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, defendem que o Estado passa a ser necessário para regular essas relações entre os indivíduos, que em seus estados naturais, ou de natureza, não conseguiriam conviver de forma social. Thomas Hobbes é o autor da teoria que o Homem é um ser egoísta por natureza, e a única forma de evitar a barbárie, característica de uma sociedade violenta e egoísta em que todos lutam contra todos, é a sociedade civil, pois se deve compreender que o estado de natureza não oferece um poder comum, ao qual todos devam respeitar. John Locke, defende que os seres humanos em estado de natureza não vivem em guerra, na verdade vivem em harmonia, no entanto, o conflito passa a ocorrer no instante que é necessário defender a sua propriedade, motivo este que seria a justificativa para a criação do Estado, onde o mesmo seria o garantidor dessa propriedade, sob ordens comuns a todos. Jean-Jacques Rousseau defendia que o homem por natureza, nascia bom, ao viver isolado viveria feliz e livre, porém, ao viver em sociedade, a própria sociedade o corromperia por fatores de vaidade, e corrupção do coração, e por necessidades a serem apresentadas como o mundo das aparências para essa mesma sociedade. Assim, o Estado surge como forma de garantir a igualdade entre todos. Thomas Hobbes entende que a justiça seria o meio necessário para assegurar a harmonia da sociedade, John Locke, a justiça é o direito que a sociedade tem de lutar por seus direitos naturais e Jean-Jacques Rousseau, a justiça decorre do pacto moral entre os homens. Finalmente, trazemos a pergunta novamente; O direito é garantidor de justiça ou a justiça é garantidora do direito? Assim, afirmamos que tanto o direito é garantidor da justiça como a justiça é garantidora do direito. A partir do momento que analisamos o estado de natureza ou natural do homem, entendemos que ser justo é garantir que o direito natural do homem seja preservado, porém, direitos estes, decorrentes de uma vida em sociedade ao qual o direito natural, passa a ser respeitado em razão de um interesse comum, em que a vida, a liberdade e a propriedade sejam garantidas pelo Estado, e suficiente para submeter toda a sociedade aos mesmos princípios, em que a justiça é o bem comum de proteção

dos direitos. Assim, surge o direito positivo que emana regras de aplicação universal, de modo a serem justas e de modo a garantir que a justiça seja um bem de equidade e igualdade entre todos, de modo a garantir a harmonia e o cumprimento das relações sociais.

**Palavras-chave:** Indivíduos; Natural; Sociedade

**Referências Bibliográficas:**

LOCKE, John. Carta acerca da tolerância; Segundo tratado sobre o governo; Ensaio acerca do entendimento humano. São Paulo: abril Cultural, 1978. (Coleção os pensadores)

LOCKE, John. Ensaios Políticos; org. Mark Goldie; tradução Eunice Ostrensky. – São Paulo: Martins Fontes, 2007. – (clássicos Cambridge de filosofia política).

MENEZES, Pedro. " O Estado de Natureza em Hobbes, Locke e Rousseau"; Toda Matéria. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/estado-natureza/>. Acesso em 30 de maio de 2020.

RIBEIRO, Paulo Silvino. "Rousseau e o contrato social"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/rousseau-contrato-social.htm>. Acesso em 31 de maio de 2020.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a economia política e Do contrato social. Trad. Maria Constança Peres Pissarra. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

SANTOS, Murilo Angeli Dias Dos. " O Conceito De Justiça Em Thomas Hobbes e Suas Conseqüências Jusfilosóficas"; Educadores. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/FILOSOFIA/Disseratacoes/Hobes.pdf#:~:text=Hobbesconcebeajustiacomo,dospactosentreoshomens](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/FILOSOFIA/Disseratacoes/Hobes.pdf#:~:text=Hobbesconcebeajustiacomo,dospactosentreoshomens). Acesso em 30 de maio de 2020.

**Capítulo 52 - DOI:10.55232/10830012.52**

**RECURSOS TECNOLÓGICOS: OS DESAFIOS DA  
EDUCAÇÃO NO CAMPO EM TEMPOS DE PANDEMIA EM  
RIO BRANCO- ACRE.**

**Vangléia Germano Costa**

A pandemia do novo corona vírus trouxe impactos negativos em milhões de pessoas. Mas se tratando dos impactos causados na educação as medidas foram o fechamento de escolas públicas e particulares fazendo com que as escolas procurassem medidas como recursos tecnológicos para não haver prejuízo no aprendizado. Esse novo cenário trouxe vários desafios aos professores, alunos e famílias, mas a escola do campo sofreu grandes impactos causados pela pandemia. Onde professores e escolas tiveram que se reinventar para que os alunos que já saíram do campo a fim de ver nos estudos uma oportunidade de não voltar e não abandonarem por conta do fechamento das escolas. Assim, as escolas do campo tiveram dificuldades de utilizar meios como a tecnologia, visto que muitos, mal tinham um celular com internet e a única forma de utilizar computadores era indo à escola. A dúvida dos professores do campo era saber a que recursos poderiam usar, porque não era somente ensinar remotamente, existia a desigualdade do acesso remoto, mesmo sabendo que a tecnologia teve seus avanços principalmente no que diz respeito à evolução digital e diante ao caos vivido pela pandemia causada pelo Covid-19, ela se tornou um fator primordial. Em Rio Branco no Estado do Acre a Secretaria de Educação do Estado lançou o PROGRAMA ESCOLA EM CASA, onde a mesma secretaria criou o Departamento de Mídias Digitais para suprir a emergência que precisava para o ano de 2020, esse programa permitiu a realização da carga horária escolar da rede pública à distância. O departamento contribuiu com as gravações de vídeos e aulas que posteriormente foram transmitidas aos estudantes, inclusive em lugares mais remoto do estado. Logo professores se transformaram em apresentadores pela tv pelo AmazonSat filiada à rede Amazônica de televisão, já no rádio foi possível ouvir as transmissões feita pela Adeia Fm e Difusora Acreana, ambas pertencentes ao sistema público de comunicação. Diante das dificuldades de acesso à internet, a escola do campo utilizou a tv digital e o rádio como ferramentas imprescindível como uma alternativa relevante para educação, especificamente na cidade de Rio Branco no Estado do Acre. Este trabalho buscou entender os efeitos causados pelo programa disponibilizado aqueles alunos onde o acesso à tecnologia é bem distante da sua realidade, pois as escolas no campo já têm uma realidade de dificuldades e com as escolas fechadas devido a pandemia, submeteram ainda mais a adaptação utilizando recursos que tinham para manter os alunos “em sala de aula”. Desta forma, diante a pesquisa será importante analisar qual a dificuldade encontrada na educação do campo (zona rural) utilizando os recursos tecnológicos na pandemia do covid-19 como o rádio e a Tv digital. O objetivo geral é pesquisar o processo de adaptação imposta aos educadores das escolas do campo em tempo de pandemia, e os objetivos específicos são: analisar os impactos causados pela pandemia; descrever quais os recursos “tecnológicos” usados pelos educadores; e demonstrar os limites e os desafios

encontrados pelos educadores para ampliar o processo do ensino remoto através do uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs). A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, utilizando de levantamento bibliográfico e de instrumentos como artigos científicos já publicados. Esse tema surgiu enquanto futura profissional da educação que percebeu ao longo da pandemia que houve dificuldades das escolas se adaptarem ao ensino remoto, porém imaginei que não seria nada fácil a educação do campo se adaptar, pois a luta deles já não é muito fácil quando se trata da educação imagina ao ensino remoto.

**Palavras-chave:** Comunicação. Zona rural. Tecnologia.

**Referências Bibliográficas:**

BRITO Gláucio; PURIFICAÇÃO, Ivonelia da. Educação e novas tecnologias: um repensar. Curitiba. Editora InterSaberes,2015.

CORDEIRO, Karolina Maria de Araújo. O impacto da pandemia na educação: a utilização da tecnologia como ferramenta de ensino. Disponível em: Acesso em 30 de maio 2022

NASCIMENTO, Herika Schneider Sobral; PONTES, Alex Correa; ARAÚJO, Jessé Alves. A educação do campo em tempos de pandemia de covid-19: Como o professor tem reinventado sua prática. Recima21-Revista Científica Multidisciplinar. São Paulo, v.2,n.5,2021. Maio Junho 2021.

SOUZA, Maria Antônia; PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues; FONTANA, Maria Iolanda. Educação em tempos de pandemia: Narrativas de professoras (es) de escolas públicas rurais. Revista Brasileiro de Pesquisa (Auto) Biográfico, Salvador, v.05,n.16,p.1614-1631, edição especial, 2020.

**Capítulo 53 - DOI:10.55232/10830012.53**

## **OS BENEFÍCIOS DE UMA ATIVIDADE MUSICAL DE QUÍMICA PARA A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL**

**Mirtes Matheus Damaceno e Catharina Prates**

**INTRODUÇÃO:** O orientador educacional é um profissional com formação específica que atua no contexto social e pedagógico da escola. Este integrante do processo de aprendizagem adota atitudes facilitadoras, segundo Almeida (2018), considerando a realidade escolar para tratar questões que podem impossibilitar a formação do cidadão. Estas ações devem considerar as emoções e a diversidade cultural do estudante. A utilização das artes no ensino envolve um encontro entre o conhecimento científico e as expressões artísticas. Dessa forma, a ciência é incluída na cultura do indivíduo, proporcionando a aproximação entre o estudante e o objeto de estudo. A arte configura-se como uma importante ferramenta pedagógica, assim como a experimentação e a utilização de novas tecnologias. A música no ensino de química permite uma abordagem intertransdisciplinar. Para Bergo (2018), a ciência pode inspirar a arte e esta pode estimular o interesse pela ciência. A educação envolve as experiências prévias dos alunos e reflexões que podem transformar o seu cotidiano. Neste trabalho, foi analisada uma atividade musical como instrumento para compreensão de um tema da disciplina de química, a corrosão, tendo em vista os aspectos da orientação educacional. Esta atividade de ciência e arte teve o objetivo de estimular o interesse do aluno, motivando-o e facilitando o processo de ensino-aprendizagem por seu caráter lúdico, estético e sua relação com a cultura do aluno.

**METODOLOGIA:** A sequência didática desta aula de corrosão iniciou-se com um procedimento experimental empregando materiais do cotidiano como ácido muriático, arame, latinha de refrigerante e cordas de violão. Os alunos foram estimulados a citar uma música que expressasse o fenômeno químico observado. Em seguida, o conteúdo teórico sobre a experiência foi explanado. O aprendizado e as impressões dos alunos foram analisados através de um questionário qualitativo. Ao final, houve um debate sobre o conceito científico, o contexto social da turma e as suas perspectivas para o futuro.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A escola estava retomando as aulas com a frequência facultativa após a quarentena imposta pela pandemia do COVID-19. Os dois alunos da terceira série do ensino médio presentes estavam desanimados pela falta de aulas naquele período. Eles mostraram-se mais motivados durante a atividade. Com a música, os estudantes ficaram mais receptivos à professora e ao conteúdo ao mesmo tempo que o experimento deixou o fenômeno mais evidente. Um dos alunos manifestou a preferência pela aula tradicional para o estudo de determinados temas. Porém, os dois jovens revelaram inseguranças com o futuro.

**CONCLUSÕES:** A música fez a mediação entre os alunos, o conteúdo e o professor. Durante a atividade, o conhecimento científico foi conectado ao aspecto emocional dos estudantes. Ao escolher as músicas para o experimento, eles participaram ativamente expressando a sua cultura. A abertura realizada pela inserção das músicas favoreceu a aprendizagem. Esta aula foi especial para o momento da escola em que foi ministrada, após o abalo emocional causado pelas perdas e pelo fechamento das instituições mediante a doença do coronavírus. Uma

atividade musical pode ser eficiente para integrar os alunos e a comunidade escolar. Além disso, esta ferramenta trabalha pontos importantes para a orientação educacional como o contexto social, o enfoque emocional e a facilitação da aprendizagem para os estudantes.

**Palavras-chave:** Orientação Educacional, Ensino de Química, Ciência e Música

**Referências Bibliográficas:**

ALMEIDA, L. A psicologia de Carl Rogers na formação e atuação de orientadores educacionais. Rev. Educ. PUC-Camp. 2018, págs. 311-327. Arquivo PDF.

BERGO, G.S.M. Ciência, Música e Ambiente: Experiências e estratégias transdisciplinares no ensino básico integral modelo GEO. 2018. Dissertação (Mestrado em ensino em Biociências e Saúde) – Programa de pós-graduação do Instituto Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, [S. l.], 2018. Arquivo PDF.

**Capítulo 54 - DOI:10.55232/10830012.54**

**BIODIGESTORES INTELIGENTES: GERAÇÃO  
TECNOLÓGICA DE BIOGÁS E BIOFERTILIZANTES  
ATRAVÉS DA CO-DIGESTÃO DE BIOMASSA  
LIGNOCELULÓSICA E BACTÉRIAS ÁCIDO LÁTICAS (BAL)**

**Karin Amaral Silveira e Marcos Baroncini Proença**

**INTRODUÇÃO:** Com a preocupação mundial em preservar os recursos naturais presentes e para as futuras gerações, foi elaborado em Setembro de 2015 a Agenda 2030 a qual abrange diferentes aspectos do desenvolvimento social, econômico e ambiental, servindo como preceptora de 17 objetivos definidos, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Dentre os objetivos, destaca-se o ODS7, “Energia Acessível e Limpa”, que assegura o alcance sustentável, confiável e tecnológico, com um preço acessível a todos. (Plataforma Agenda 2030, 2021). As energias renováveis aderem a um novo espaço de prospecção energética global de maneira eficaz e inteligente, desenvolvendo e aprimorando novos projetos para a preservação dos recursos naturais já demasiadamente escassos. A produção de biogás como alternativa na geração de energia elétrica e térmica, e biofertilizantes, para uma futura substituição dos fertilizantes químicos utilizados indiscriminadamente na agricultura moderna, além da destinação e transformação sustentável de resíduos orgânicos, contribuem significativamente ao Desenvolvimento Sustentável, pois agregam os três Pilares que o constituem: o desenvolvimento econômico social e a proteção ambiental. A geração de renda através da biodigestão de resíduos orgânicos em Biodigestores (reatores anaeróbios capazes de armazenar biomassa, com a função de acelerar o processo natural de biodigestão) tem demonstrado resultados satisfatórios, principalmente em projetos de pesquisa em pequena escala, como na agricultura familiar, promovendo também acessibilidade tecnológica.

**OBJETIVOS:** Este ensaio objetivou a prototipagem de um biodigestor inteligente, utilizando materiais reutilizáveis e monetariamente acessíveis, e através da coleta de dados por sensores eletrônicos, como temperatura e umidade, CO<sub>2</sub>, e posteriormente biometano advindo da co-digestão de biomassa lignocelulósica, composta de borra de café, ácido cítrico, soro de leite e bactérias ácido láticas, buscou aperfeiçoar a biodigestão anaeróbia, na tentativa de controlar o processo até a obtenção de um resultado final satisfatório. Buscou efetivamente comprovar a eficácia da geração de biometano e biofertilizantes, através da biodigestão anaeróbia do blend dos substratos lignocelulósicos, monitorados por microcontroladores, (placa de prototipagem eletrônica) e também sintetizou a acessibilidade da geração de biogás e renda para a agricultura familiar do Cinturão Verde de Curitiba.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foi possível, ainda sem a finalização da pesquisa, a demonstração e funcionamento dos microcontroladores na coleta de dados, como temperatura e umidade, durante o processo de biodigestão. Por ser um protótipo de biodigestor em batelada, a biomassa lignocelulósica por sua vez, contém alto grau de lignina, (material que reveste sua estrutura) ainda que pré-tratada mecanicamente, necessita de um TRH maior para a sua biodegradação e posterior geração de biometano e do digestato



como biofertilizante. **CONCLUSÕES:** A produção de energia através de combustíveis fósseis move a sociedade capitalista há mais de dois séculos, contribui diretamente para emissão de gases de efeito estufa (GEE) e compromete significativamente o meio ambiente durante o seu processo de extração e utilização. Diante desse panorama assustador, a necessidade por alternativas que não degradem e preservem o planeta tem se destacado no cenário energético global, através de pesquisa e desenvolvimento de projetos sustentáveis, como as energias renováveis e dentre elas, a geração de biogás através da biodigestão anaeróbia. A implantação de um biodigestor inteligente que facilite a acessibilidade à tecnologia e renda para a agricultura familiar, foi o objeto desse estudo como protótipo de um futuro promissor. Por meio de pesquisa e coleta de dados foi possível a demonstração de um grande potencial em informações e monitoramento que interferem diretamente na biodigestão anaeróbia, esta, fundamental para a posterior geração de biometano. A utilização de matéria orgânica lignocelulósica como fonte principal na geração de biometano, necessita também de pesquisa aprofundada, principalmente em relação ao pré-tratamento, ferramenta fundamental para otimização da degradação da biomassa, assim como a utilização de bactérias ácido lácticas (BAL)

**Palavras-chave:** Microcontroladores. Blend. Energias Renováveis

**Referências Bibliográficas:**

BRUNO, Laura Maria. “Manual de Curadores de Germoplasma – Microorganismos: Bactérias Àcido-Láticas”. EMBRAPA. Brasília, 2011.

I. C. P. TSCHOEKE; T. C. P. SOUZA<sup>1</sup>, A. F. M. S. SANTOS; J. V. F. L.CAVALCANTE; J. P.SILVA; F. F. S. DIAS. “Sistema de controle automático para Biodigestor” Fortaleza, 2016

MORAIS VIDAL, Thais Cristina “Geração de biogás a partir de resíduos das agroindústrias de banana e palmito pupunha” Cascavel, 2014

RUIZ, H. A.; ROMANÍ, A.; MICHELIN, M.; TEIXEIRA, J. A. “A importância do pré tratamento no conceito das biorrefinarias”. Boletim de Biotecnologia, v. 2, n. 3, p. 3-6, 2013.

“Objetivo 7: Energia Acessível e Limpa”. Agenda 2030, 2021. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/ods/7/> Acesso em: 4 de Março de 2021.

“What is Arduino?” Arduino®, 2021. Disponível em: <https://www.arduino.cc/> Acesso em: 15 de Junho de 2021.

**Capítulo 55 - DOI:10.55232/10830012.55**

**A IMPORTÂNCIA DAS 4C`S (PENSAMENTO CRÍTICO, CRIATIVIDADE, COLABORAÇÃO E COMUNICAÇÃO) NA EDUCAÇÃO EM CENÁRIO DE IA (INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL) NO SETOR PÚBLICO**

**Carla Maria de Bastos Borrões**

Pretendemos abordar, de forma reflexiva, ainda que resumidamente, a importância das 4C`s (pensamento crítico, criatividade, colaboração e comunicação) na educação e de que forma estas contribuem para o cenário de IA (Inteligência Artificial) no setor público. A metodologia utilizada é a resultante da teorização acerca das 4C`s e da IA. Com efeito, a utilização das tecnologias nos processos de digitalização e automatização, como a Internet, a robótica e a Inteligência Artificial implicam mudança e transformação na organização do trabalho e potencia alteração e inovação nas condições de trabalho e nas relações de emprego público. Existem comprovadas experimentações e relatos que evidenciam que as tecnologias digitais contribuem, de forma positiva, para o ambiente de trabalho permitindo o aumento de segurança e saúde nas condições de trabalho e a melhoria na eficiência dos processos de trabalho. O objetivo é evidenciar que apesar de ser certo é que, em contexto de pandemia COVID-19, as tecnologias digitais ajudaram a reduzir os riscos para a saúde e a aumentar a segurança no local de trabalho, acresce às vantagens, preocupações com destaque para a permissibilidade à intrusão de controlo e monitorização na gestão pública, daí a importância das 4C`s (pensamento crítico, criatividade, colaboração e comunicação) na educação em cenário IA (Inteligência Artificial) dado que a crítica reflexiva do pensar promove a argumentação e a extração de conclusões enquanto ferramentas de resolução de problemas, a criatividade revela-se fundamental também para tal intento, com destaque na conceção da inovação, a colaboração fomenta o trabalho em equipa na comunidade educativa permitindo o destaque dos melhores talentos, e por fim, a comunicação eficaz é o instrumento facilitador da transmissão do conhecimento, de forma dinâmica e atual, mediante o uso da correta linguagem.

**Palavras-chave:** Colaboração, Comunicação, Criatividade, Crítico, Inteligência Artificial.

**Referências Bibliográficas:**

BORRÕES, C.M.B. Repensar o Regime Fiscal das Sociedades de Advogados. Como Unir a Transformação Digital com a Sustentabilidade das Finanças Públicas? EBOOK. Lisboa: Editora da Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (AAF DL Editora), 2022.

BORRÕES, C.M.B. O gestor do projeto do século XXI: Os descobrimentos portugueses como metodologias ágeis? In: De Souza Junior. et al. Direitos Humanos numa Perspetiva Atual, v. 1, Brasil: CAED-Jus/CAEduca & Editora Pembroke Collins, 2021, pp. 395-398.

**Capítulo 56 - DOI:10.55232/10830012.56**

**COMPORTAMENTO NO DESCARTE PÓS-CONSUMO DE  
CELULARES NA PERSPECTIVA DA ÉTICA DA  
SUSTENTABILIDADE**

**Luis Antônio Augusto de Oliveira e Ana Paula Martinho**

No Brasil, o número de celulares em operação superou o número de habitantes no país. De acordo com a Agência Nacional de Telecomunicações, em maio de 2019, foram habilitados 228,64 milhões de celulares, assim, o volume de celulares antigos pós-uso e descartáveis no Brasil está aumentando. O tratamento e depósitos inadequados, inseguros, queima a céu aberto ou em aterros não tratados, aumentam os níveis de resíduos sólidos eletrônicos, com consequentes danos ao meio ambiente e à saúde da população. Esses fatos desafiam a gestão correta do lixo eletrônico, dificultando o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) acordados na Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030. Pesquisas sobre a gestão pós-consumo de telefones celulares na região do Rio de Janeiro, Brasil, ajudarão entender melhor esse fenômeno e se alinharão aos ODS, 3; 6; 8; 11 e 12. Para selecionar os resultados do inquérito, foram interpretadas e cruzadas as respostas às questões relacionadas às duas correntes da ética ambiental antropocêntrica (Ética da virtude do ambiente e Ética do pragmatismo ambiental) e a associação entre variáveis categóricas relacionadas à Teoria do Comportamento Planejado, como referencial teórico na pesquisa pós-consumo de celulares, observando assim que a atitude deve ser traduzida em intenção para influenciar a conduta. No quadro antropocêntrico, os resultados da pesquisa apontam para uma visão centrada no ser humano. Quando estão ligados aos construtos, amor à natureza e cidadania ecológica, produzem um entendimento e mitigação do descarte indevido de equipamentos celulares. O sentimento de gestão inadequada dos resíduos sólidos, do ponto de vista moral, traduz que o ser humano assume a responsabilidade diante da proteção do meio ambiente, pela sua própria sobrevivência e pelos desafios para as gerações futuras. O potencial transformador do homem não o afasta da responsabilidade pela natureza. Quanto às ações importantes da sociedade, no descarte ético, o maior destaque é o hábito do consumo sustentável, que está relacionado ao desenvolvimento de ações conjuntas efetivas, que são a participação ativa de todos os atores envolvidos no ciclo de vida do produto. Nossa pesquisa nos leva a compreender as mudanças no comportamento humano através da Teoria do Comportamento Planejado - TCP de Ajzen, assumindo que os indivíduos podem planejar suas ações de acordo com suas próprias crenças comportamentais, normativas e de controle. Há evidências de uma associação significativa entre o conhecimento sobre descarte inadequado, a existência de empresas de reciclagem e operadoras que mantêm descontos para a reutilização de telefones usados. Evidências significativas associadas ao conhecimento dos riscos à saúde humana decorrentes do descarte inadequado, das diversas substâncias químicas encontradas nos celulares, a segurança no descarte regular e reciclagem quando há informações e vantagens, também foram comprovadas. Não houve evidência de dependência entre segurança ao decidir sobre o descarte

regular quando associado ao destino dado ao celular substituído. Quanto à associação entre a importância de preservação ambiental e responsabilidade compartilhada entre os atores envolvidos no ciclo de vida do produto, também houve evidências significativas.

**Palavras-chave:** Pragmatismo Ambiental, Ética da Virtude do Ambiente, Teoria do Comportamento Planejado

**Referências Bibliográficas:**

Ajzen (1971). Ajzen, I., (1971, p.1), Behavioral Interventions Based on the Theory of Planned Behavior, Brief Description of the Theory of Planned Behavior, Interventions with the TPB

ANATEL (2018), Agência Nacional de Telecomunicações, (Telefonia Móvel, Celulares pós-pagos crescem 13,16% em 12 meses), Publicado: Quarta, 31 de Outubro de 2018, 14h19, Última atualização em Quarta, 31 de Outubro de 2018, 14h48, disponibilizado em, <http://www.anatel.gov.br/institucional/noticias-destaque/2116-celulares-pos-pagos-crescem-13-16-em-12-meses>, acessado em novembro de 2018

Vaz & Delfino (2010) Vaz S., Delfino A., Manual de Ética Ambiental da Universidade Aberta, nr: 311, Outras\_eticas\_antropocentricas\_-\_pragmatismo\_ambiental\_e\_etica\_da\_virtude, Disponibilizado na UAb Universidade Aberta.

Becker (2011), Becker C.; Sustainability Ethics and Sustainabilit Research, 4.4 The Ethical Relevance of Social Structures and Institutions, 2011, p. 28, Disponibilizado UAb

Gómez-Lobo (1994) – Alfonso., Aristóteles - Ética a Nicómaco, Textos Escogidos, Colección Core Curriculum: Civilización Contemporánea, pp. 279,289,326.

**Capítulo 57 - DOI:10.55232/10830012.57**

**BIOMASSA COMO SOLUÇÃO AGRÍCOLA E DE ENERGIA**

**Mellany Jhuly de Oliveira Machado**

No início dos anos 70 a humanidade enfrentou a crise de combustíveis e começou a buscar novas formas de gerar energia para sustentar o crescimento da população mundial. Além disso, notaram que não seria possível manter o padrão de vida sendo dependentes apenas do petróleo, por não se tratar de uma fonte de energia renovável. "Um estudo publicado pela BP (British Petroleum) demonstrou que as reservas de petróleo podem acabar em 2067. [...] esse estudo não levou em consideração a descoberta de novas reservas no futuro, pois isso é imprevisível. [...] Outro fator que contribui para a queda do petróleo é a sua substituição por energias alternativas e renováveis. [...] Energias renováveis e que relativamente agridem menos o meio ambiente tendem a substituir as energias não renováveis como o petróleo." (MENDONÇA, Matheus. O fim do Petróleo está próximo? Entenda as previsões e as alternativas, Blog da Engenharia 2021). A biomassa compõe todas as matérias vivas existentes em um ecossistema, assim como os restos destas substâncias após a morte. É um combustível conhecido por ser inesgotável, pois a utilização de componentes orgânicos de rápida regeneração, permite que novos materiais sejam gerados em dias ou até horas, diferente de combustíveis fósseis, que levam milhões de anos. "Homens, plantas e animais- incluindo- se, aí, as folhas secas, cadáveres, fósseis, galhos de árvores insetos vivos ou seus restos, e assim por diante, até as escalas microscópicas de seres – constituem a biomassa de nosso planeta. [...] Enquanto existir vida, existirá biomassa."(BARREIRA, Paulo. Biodigestores. Energia, Fertilidade e Saneamento Para a Zona Rural, 3ª edição 2017). Infelizmente grande parte dessa matéria vegetal e orgânica é desperdiçada na natureza quando passa pelo processo de decomposição e com isso perdemos um dos principais produtos derivados da biomassa: o biogás (CH<sub>4</sub> +CO<sub>2</sub>). Para aproveitar o biogás é necessário ter um equipamento denominado biodigestor, capaz de fazer com que os microrganismos troquem substâncias e que após a decomposição de todo o resíduo, esse recurso seja armazenado para consumo. Nosso objetivo é desenvolver um biodigestor controlado por inteligência artificial, ou seja, que não precise de supervisão humana para funcionar. Nossos primeiros passos foram investigar os protótipos já criados para entender os métodos usados e quais seriam eficientes no nosso experimento. Pretendemos desenvolver um biodigestor que tenha controle sobre a temperatura e que a torne favorável para a proliferação de bactérias que são as responsáveis pela fermentação do material na câmara de digestão (processo biológico). Esperamos poder acompanhar os dados de cada etapa do processo, para que ao final possamos calcular quanto de biomassa foi reaproveitada. O material restante pode ser usado como fertilizante, sem contar que essa prática gera energia barata e a emissão de gases para atmosfera é baixa. Ao explorar sobre esse assunto, percebemos que esse tipo de atividade deve ser inserido no nosso cotidiano, pois já se passaram 50 anos e ainda enfrentamos a crise de combustíveis. Mesmo tendo conhecimento do potencial que os biocombustíveis têm, ele foi ignorado e o petróleo continuou sendo a principal fonte de

combustível. Infelizmente se a humanidade não repensar sua forma de consumir energia agora, vamos sofrer com a falta dela em breve.

**Palavras-chave:** Biomassa ,Biogás ,Biodigestor.

**Referências Bibliográficas:**

BARREIRA, Paulo. Biodigestores. Energia, Fertilidade e Saneamento Para a Zona Rural, 3ª edição 2017

BP (British Petroleum). Statistical Review of World Energy, 68th edition 2019

MENDONÇA, Matheus. O fim do Petróleo está próximo? Entenda as previsões e as alternativas, Blog da Engenharia 2021; <https://blogdaengenharia.com/o-fimdopetroleo-entenda-as-previsoes-e-alternativas/>

**Capítulo 58 - DOI:10.55232/10830012.58**

## **OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS AULAS REMOTAS EM TEMPO DE PANDEMIA**

**Jucilene Sousa de Jesus**

**INTRODUÇÃO:** A pandemia do novo coronavírus impôs o fechamento das escolas em 2020, o cenário apresentado era de muita incerteza, principalmente na escola pública. Em se tratando da EJA, a pandemia integra-se a desigualdade social que ocorre com os alunos desse segmento. Nesse novo momento de desafio e de readequação de aprendizagem ora estabelecidos pelos recentes acontecimentos, à escola necessitou se reinventar em novas dinâmicas de trabalhar, as aulas remotas tornaram-se uma realidade, e em um curto período de tempo, professores, gestores, coordenadores tiveram que adquirir habilidades tecnológicas para atender os alunos nesse novo contexto. Vive-se a era da informação e do conhecimento, as mudanças ocorrem de uma maneira muito rápida e a tecnologia avança em grandes proporções, um processo que permite transformar cenários e pessoas, pois tudo está em movimento, nada é imutável.

**OBJETIVO:** Descrever as ações efetivadas na Educação de Jovens e Adultos – EJA no período pandêmico e seus resultados.

**MÉTODO:** O referido trabalho é um relato de experiência desenvolvido nas turmas da EJA – I e II etapas médio no ano pandêmico de 2020 em uma escola pública em São Luís – MA.

**RESULTADO:** diante dos desafios impostos pela nova cepa do coronavírus, o segmento de Educação de Jovens e Adultos – EJA, foi o que sofreu um maior impacto, seja pela falta de um planejamento mais sistemático, seja por haver outras prioridades. O novo momento pandêmico impulsionou os pares da escola a implantarem novas estratégias e o segmento EJA não foi diferente. De início listou-se os alunos frequentes que possuíam celulares e formou-se três distintos grupos de whatsapp (as aulas agora seriam remotas) aqueles sem celulares, organizou-se uma campanha emergencial entre os amigos para a aquisição de tais aparelhos, sejam eles novos ou usados em bom estado, reunião virtual com os alunos para explicar o novo momento, divisão da equipe de docentes em três grupos que seriam responsáveis de postar todos os dias mensagens de incentivos nas turmas, aulas postadas nos grupos de whatsapp em PDF e no Google Meet, roteiro de estudo, hora da conversa, atividades impressas (retiradas na escola), gincana online, mapa conceitual, fichas individuais de acompanhamento dos alunos, projetos de incentivo: Eu aluno da EJA sou assíduo e participativo (com distribuição de cesta básica, brindes) para os alunos destaques do mês, reunião da equipe via Meet para análise do desempenho mensal dos alunos, palestras com profissionais variados, busca ativa dos alunos com carro de som e na residência dos discentes, atividade avaliativa postada no grupo de whatsapp e através do Google Forms. Apesar de ser um ano atípico, contatou-se a capacidade dos docentes e discentes em adaptar-se ao novo.

**CONCLUSÃO:** A participação dos alunos da EJA nos grupos formados é o grande desafio no momento, a nova forma das aulas trouxeram mudanças e inovações para toda comunidade, despertou para muitos o interesse em se tornarem seres pró-ativos, dispostos a criar e a inovar.

**Palavras-chave:** Reinventar, Desafio, Habilidades.

**Referências Bibliográficas:**

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.



**Capítulo 59 - DOI:10.55232/10830012.59**

**EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS NO PROGRAMA  
RESIDÊNCIA PEDAGÓGICAS NA TURMA DO 2º ANO CMEB  
PROFª LÍVIA LORENE BUENO MAIA**

**Elaine Cardoso de Moraes Ferreira**

Este trabalho caracteriza-se como um relato de experiência de docência nas séries iniciais do ensino fundamental, feito pelo Programa Residência Pedagógica. O objetivo deste trabalho é destacar como tem sido as correções de blocos de atividades realizado no Centro Municipal de Educação Básica Professora Lívia Lorene Bueno Maia na turma do 2º ano do Ensino Fundamental. O programa, elaborado e financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), foi desenvolvido em uma Escola Municipal do Ensino Fundamental de Arraias -TO e acompanhado por uma preceptora regente na escola de Campo citada acima e por uma docente orientadora da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Arraias. O programa Residência Pedagógica proporciona a ligação entre a Universidade e as escolas de ensino básico, capacitando os futuros pedagogos, introduzindo-os na realidade escolar ao qual irão fazer parte. Precisamos estar cientes que a formação é um processo longo e contínuo, preparado para relacionar universidade e escola. Tendo em vista instruir os futuros pedagogos e contribuir para o processo de ensino aprendizagem dos alunos e futuros docentes. O programa da residência proporciona aos residentes formação docente centrada na aprendizagem das crianças acompanhada do professor regente da turma, em que a formação é baseada nos referenciais teóricos estudados durante o programa da residência pedagógica e nas experiências de sala de aula contadas pelo docente da turma. Participar deste programa está sendo uma experiência gratificante para a minha formação acadêmica, conhecer a realidade dos professores e dos alunos nos torna seres atuantes na educação, contribuir para o processo de ensino aprendizagem das crianças é de suma relevância para a nossa bagagem de experiência docente.

**Palavras-chave:** Formação acadêmica , Ensino-aprendizagem , Prática docente .

**Referências Bibliográficas:**

CARVALHO, Ramires Santos; DAVID, Alessandra. Saberes docentes e professor reflexivo: Reflexões na Prática escolar. 10.28998/2175-6600.2015v7n13p156.

**Capítulo 60 - DOI:10.55232/10830012.60**

**A SUBJETIVAÇÃO DO MACHISMO PELA MULHER: UMA  
FORMA DE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA?**

**Letícia Fernanda Pinheiro Bilóia**

**INTRODUÇÃO:** O presente trabalho tem o objetivo de: analisar por meio da pesquisa acadêmica, possíveis razões que levaram as mulheres à reprodução do machismo contra seu gênero, histórico e socialmente, e porque elas sustentam a prática de violência e opressão contra si próprias, sendo este o estudo da interiorização do machismo dentro do gênero feminino; e as implicações tanto subjetivas quanto externas que esta conduta de auto violência e opressão afetam as mulheres e a sociedade. Defende-se que esse processo de interiorização, resulta em uma forma de violência auto imposta como modelo de comportamento social. Falando em proporcionalidades, as mulheres são vítimas diretas do machismo, assim como são capazes de reproduzi-lo consigo próprias, impondo-as constantemente a violência que provém de um problema estrutural e social. A maneira como as mulheres aderem ao machismo está tão enraizada que chega a se manifestar naturalmente na vida cotidiana, sem que elas próprias estejam conscientes disto, pois, o inconsciente é capaz de captar as reais intenções mais rápido do que o lógico racional. Com isso, se torna evidente a ideia de que, ao mesmo tempo em que se tem autoras de uma conduta que transborda menosprezo e repressão, também se tem as vítimas que essa conduta está atingindo (BEAUVOIR, P.251). Nesse sentido, as mulheres sofrem as consequências da violência que praticam consigo mesmas, muitas vezes, sem ter a consciência do ato praticado, por se tratar de uma violência por vezes simbólica.

**METODOLOGIA:** Este trabalho adotou a pesquisa bibliográfica, com ênfase na teoria crítica feminista por se revelar adequada à abordagem das diversas formas de violência as quais as mulheres estão sujeitas. Tendo foco na literatura das autoras Márcia Tiburi: “Se as mulheres confiarem em si mesmas e umas nas outras, o sistema sustentando na diferença hierárquica entre homens e mulheres e na estúpida desconfiança sobre a potência das mulheres pode ruir”; e Clarisse Pinkola: “A mulher moderna é um borrão de atividade. Ela sofre pressões no sentido de ser tudo para todos”. O ponto de partida desta pesquisa é: as mulheres são machistas, ou elas estão em condição de reprodução do machismo?

**ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS:** A cultura massificada do machismo é responsável pelas mulheres aderirem à comportamentos machistas, e a interiorizá-los inconscientemente. Isso faz com que as mulheres naturalmente se auto violentem, por exemplo, aceitem o menosprezo da condição feminina frente ao masculino. Este machismo é sustentado e mantido pelas mulheres no momento em que elas se rendem aos estereótipos e aquisições que o campo exterior faz delas, e elas fazem de si expectativa para esse mesmo campo exterior, machista, sexista, e que tem menosprezo à condição de mulher. Ao passo que as mulheres tomam consciência de que a machismo também pode estar sendo praticado por elas, de que são coautoras dessa violência, e que em momentos do cotidiano podem o reproduzir, que no patriarcado o destino das mulheres é a violência e que nele seus direitos não estão resguardados, a visão delas se abre para necessidade de resistência contra esse sistema, movimentando-as à mudança, libertação e empoderamento. A mulher

forte, atendida do mundo e dos acontecimentos, que expressa sua liberdade individual e social, sempre foi motivo de incômodo. E o machismo foi a forma de dominação eleita para “disciplinar”. Por essa razão, é imprescindível a discussão sobre o processo de assimilação do machismo, por encerrar mais uma forma de violência à mulher. Demais disso, trata-se de uma forma de violência, que no mais das vezes ela não tem consciência, o que fica notório em sua negação da importância do feminismo como uma luta por igualdade e direitos para todas as mulheres.

**Palavras-chave:** Mulher, Violência, Opressão

**Referências Bibliográficas:**

PINKOLA, Clarisse Estés. Mulheres que correm com os lobos. 1992. P. 23. Introdução.

TIBURI, Márcia. Feminismo em Comum. 2018. P. 39. Capítulo 6: Da Misoginia ao Diálogo.

BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo. Capítulo II: A Mãe. P. 251. (1967)

**Capítulo 61 - DOI:10.55232/10830012.61**

**RETORNO DAS AULAS PRESENCIAIS NA PANDEMIA**

**Edson Araujo da Silva, Julia Beatriz Pinto Araujo e Leonardo Pinto Araujo**

Em razão da pandemia de Covid-19, no Brasil, seguimos há mais de dezesseis meses com as nossas escolas fechadas e na maioria dos estados as aulas estão acontecendo de forma remota; alguns trabalhadores, geralmente informais, estão impossibilitados de trabalhar devido às frequentes medidas impostas pelo governo para restrição da circulação. Em muitos lares do país falta o básico para sobrevivência e os auxílios são a única fonte de rendimento dessas famílias. Como podemos esperar que numa condição desta, nossos alunos mais carentes, possam ter acesso à internet para realizar as tarefas propostas em um ensino à distância? Está claro que os reflexos negativos dessa pandemia vão perdurar por muitos anos, por outro lado, quando observamos a posição de outros países frente à pandemia, notamos que aqueles com as melhores notas nas avaliações no Programa Internacional de Avaliação de Estudante (PISA) estão privilegiando a volta ao ensino presencial de forma gradual e seguindo todas as normas conhecidas para controlar a disseminação do vírus. Mesmo na China, na cidade de Wuran onde se registrou os primeiros casos da Covid-19, as aulas retornaram de forma presencial após sete meses dos primeiros casos diagnosticados, quando ainda não conhecíamos todos os efeitos da doença, no entanto, agora sabemos que a contaminação entre as crianças, ao ocorrer, não se desenvolve de maneira grave. Em muitos países, e aí podemos incluir o Brasil, os grupos com maior probabilidade de evolução para formas mais graves da doença já estão vacinados, com isso o argumento que as crianças poderiam levar o vírus para os idosos não faz mais sentido. Devemos ter como modelo a experiência de vários países que estão flexibilizando as aulas de forma presencial como: Aferir a temperatura dos alunos antes de entrar na escola. Aplicativo para que os pais possam acompanhar e informar alterações na saúde dos filhos. Ensino híbrido dividindo a turma em dois grupos com aulas em dias alternados. Quando possível, realizar as atividades ao ar livre. Uso de máscara, distanciamento entre alunos e lavagem das mãos. Salas de aula com ventilação natural e higienizadas duas vezes ao dia. Em caso de aluno contaminado a turma será afastada por quatorze dias. Intervalos e horários de entrada e saída de forma escalonada. O governo federal, através do Ministério da Educação, deve liberar esse retorno de forma gradual junto às prefeituras, alocando verbas para que as escolas de ensino fundamental possam iniciar seu retorno com as adaptações necessárias, para o início das aulas. O próximo passo seria dado pelos governadores, com o retorno das aulas no ensino médio e finalmente as universidades. Não é racional abrir shopping center antes das escolas, essas deveriam ser as últimas a fechar e as primeiras a abrir em qualquer situação. Os impactos sobre essa geração serão gravemente sentidos, uma vez que as doenças pós covid-19 já começam a aparecer na sociedade como um todo. Precisamos de líderes com coragem para contrariar interesses de poucos, que possam prejudicar as necessidades de muitos cidadãos.

**Palavras-chave:** Ensino, Covid-19, Sociedade

**Referências Bibliográficas:**

MARTINS V, ALMEIDA J. Educação em tempos de pandemia no BRASIL: Saberesfazeres escolares em exposição nas redes. Revista docência e cibercultura, v. 4, Rio de Janeiro, 2020.

**Capítulo 62 - DOI:10.55232/10830012.62**

**LITERATURA E MULTILETRAMENTOS: NOVAS FORMAS  
DE ENSINAR E APRENDER NA CONTEMPORANEIDADE**

**Betty Bastos Lopes Santos**

À medida que a sociedade avança, novos letramentos são necessários para acompanhar a evolução da tecnologia, e a linguagem está totalmente inserida neste contexto. As gerações nascidas na era tecnológica exigem práticas pedagógicas que atendam aos padrões modernos de produção do conhecimento e a escola deve se adequar a esses novos moldes educacionais, a fim de dirimir o fosso que ainda impede uma proposta de educação pautada nas necessidades de uma geração considerada por Presky (2001) como “nativa digital”, e que carece de letramentos multissemióticos e digitais para contemplar às exigências educacionais deste século. O projeto Um pouco de poesia a cada dia nasceu diante do contexto do isolamento social, objetivando manter o contato, mesmo que remoto, com os alunos da escola pública e continuar incentivando a leitura e a produção escrita autoral que já eram desenvolvidas em sala de aula antes da pandemia. O isolamento social conduziu os educadores a investirem em inovações pedagógicas que contemplassem o uso das tecnologias digitais. Embora o alunado da escola pública, na qual o projeto foi desenvolvido, enfrentasse enormes dificuldades com as tecnologias, como a falta de acesso à internet, por vezes, o compartilhamento de um único aparelho celular por família e a dificuldade de manter dados móveis devido aos custos, o projeto conseguiu alcançar alguns alunos que gostam do gênero poema e apresentavam facilidade em produzi-los. Os alunos se inscreveram e enviaram seus textos, posteriormente, revisados, ajustados para serem gravados e publicados. A edição especial de produção de vídeos com poemas autorais se desenvolveu durante o segundo semestre de 2020. A criação desses artefatos multimodais demonstrou o quanto é possível desenvolver uma pedagogia que rompa com as modelos tradicionais de aprendizagem e que valorize as práticas de produção voltadas para os multiletramentos tão necessários na sociedade moderna. Além disso, essas propostas despertam nos alunos a capacidade de autoria e maior envolvimento com a literatura, extrapolando os muros da escola, alargando os horizontes para além das práticas escritas convencionais. A proposta sugeriu a produção de poemas com temática livre, pelos alunos do Colégio Estadual Teotônio Vilela, em Feira de Santana, Bahia. As etapas do projeto consistiram na produção dos textos, revisão textual e adequação ao gênero, orientação para a gravação e lançamento dos vídeos no Instagram do Colégio. Cabe destacar que todo o processo de produção se deu por meio do WhatsApp, este recurso tecnológico que se apresentou muito útil, tornando-se um forte aliado para a educação neste novo cenário. O projeto também contou com a participação especial de professores da unidade escolar em que foi desenvolvido e com o apoio da gestão, da coordenação e de professores parceiros que ajudaram na divulgação das produções publicadas em outras redes sociais. A Secretaria Estadual de Educação da Bahia publicou uma matéria no site da SEC-BA reconhecendo a importância e a relevância do Projeto para o processo de desenvolvimento dos alunos mesmo em tempos de isolamento social. O projeto foi apresentado em eventos com a Feira do Livro de Feira de Santana – FLIFS virtual

que acontece todos os anos e que também inovou com a versão virtual por conta da pandemia. Esta experiência é uma prova de que é possível ressignificar as nossas práticas pedagógicas, rompendo com as ideias cristalizadas e, muitas vezes, pouco eficazes, que são desenvolvidas nas nossas salas de aula, valorizando apenas o presencial e o impresso, negando a importância das atividades que podem ser desenvolvidas de forma virtual, remota e que trazem grandes benefícios para a aprendizagem desta nova geração inserida no contexto atual da sociedade. Confira: Projeto Um pouco de poesia a cada dia - Instagram @cetvescola e <https://www.consed.org.br/noticia/em-feira-de-santana-estudantes-utilizam-redes-sociais-para-fomentar-a-arte-literaria>.

**Palavras-chave:** Leitura, literatura, tecnologia.

**Referências Bibliográficas:**

PRENSKY, M.: Digital Natives Digital Immigrants. In: PRENSKY, Marc. On the Horizon.NCB University Press, Vol. 9 No. 5, October (2001a). Disponível em. Acesso em 13/Março/2008.

**Capítulo 63 - DOI:10.55232/10830012.63**

**PROJETO TOCA GUARUS: ENSINO DE INSTRUMENTOS  
MUSICAIS E PRÁTICA INSTRUMENTAL COLETIVA**

**Henrique Gonçalves da Costa e Paula Roberta Alves da Silva**

O projeto visa desenvolver atividades de ensino e execução musical em grupo envolvendo instrumentos como Flauta, Violino, Violão e Teclado, proporcionando o contato com a pedagogia de instrumentos musicais e a dinâmica da formação e atuação em grupos musicais. Prevê também a realização de aulas e ensaios semanais (aproveitando a estrutura existente no campus de salas já equipadas com instrumentos como teclados e violões), nos quais são estudados aspectos técnicos da execução dos instrumentos e da metodologia de ensino coletivo de instrumentos musicais, e apresentações em público. O projeto é direcionado à comunidade local e tem interação direta com o curso de Licenciatura em Música. O projeto se constitui um espaço de democratização do acesso a bens culturais, a aprendizagem musical e a inclusão de pessoas desprovidas de melhores condições sociais em grupos musicais antes inacessíveis, assim como a curricularização da extensão para os estudantes do Curso de Licenciatura em Música. A execução do projeto, neste período que abrange a atual pandemia de Covid -19, tem se dado de forma online, com aulas de instrumentos, buscando possibilitar este ensino aos envolvidos. Mesmo diante das limitações e dificuldades impostas pela pandemia, tem sido possível o alcance de resultados no que diz respeito ao aprendizado dos instrumentos ensinados.

**Palavras-chave:** Ensino de Instrumentos. Prática coletiva. Inclusão.

**Referências Bibliográficas:**

CRUVINEL, Flavia Maria. Efeitos do ensino coletivo na iniciação instrumental de cordas: a educação musical como meio de transformação social. Goiânia, 2003. Dissertação (Mestrado em Música). UFG.

PAZ, Ermelinda A. Pedagogia Musical Brasileira no Século XX. Metodologias e Tendências. 2. ed. Brasília: Editora MusiMed, 2013.



**Capítulo 64 - DOI:10.55232/10830012.64**

**O CONTROLE DAS FAKE NEWS ELEITORAIS EM SERGIPE**

**Janaína Evellyn dos Santos e Maurício Gentil Monteiro**

Introdução - As “fakes news” eleitorais dizem respeito à larga propagação de notícias inverídicas com o intuito de macular o pleito eleitoral e criar vantagem por meio da veiculação de informações inverídicas que afetem a imagem dos candidatos. Essa difusão em massa e em rápida propagação é uma ameaça à liberdade de expressão e também à liberdade de informação, asseguradas como direitos fundamentais, bem como ao Estado Democrático de Direito que tem no processo eleitoral idôneo e fiel à vontade consciente e soberana do eleitor um dos pilares fundamentais da democracia representativa. Objetivo - mapear a atuação dos órgãos competentes quanto à prevenção, repressão e combate às ‘fake news’ eleitorais, com a catalogação de processos na Justiça Eleitoral Sergipana envolvendo representações nessa temática, para poder entender e analisar a inefetividade ou efetividade do sistema de Justiça Eleitoral diante dos casos concretos. Métodos - levantamento bibliográfico juntamente com o fichamento teórico; levantamento dos dados sobre as ações objeto da pesquisa, que é a busca de dados na Justiça Eleitoral em Sergipe; análise dos dados coletados (quanto a espécie, iniciativa, objeto, decisão e duração), e sistematização dos dados, ou seja, uma análise crítica frente a decisão de todos os processos encontrados e analisados em meio as subclassificações. Resultados - A maioria dos processos possuem decisão monocrática e grande parte deles se referem às eleições de 2018 e 2020. Constatou-se os principais meios utilizados pelos partidos/candidatos para disseminar “fake news” eleitorais são as redes sociais, com destaque especial ao Instagram e WhatsApp. Ademais, patenteia-se que houve algumas condenações em 1º grau com pagamento de multa, contudo, a maioria das decisões foram reformadas com o argumento de que as críticas não ultrapassam os limites da liberdade de expressão e o direito de crítica (motivo pelo qual até o presente momento não foi encontrado um meio que resulte na solução completa para esse problema), destacando-se ainda que a crítica é considerada um pilar da democracia; ou que foram divulgadas de maneira genérica relacionadas ao desempenho de funções públicas, além de fazer parte do “jogo político”. Por fim, destaca-se que em muitos processos ocorreu o indeferimento do pedido por se tratar de informação verdadeira propagada pela parte representada. Conclusão: O exame das representações contra fake news eleitorais processadas e julgadas pela Justiça Eleitoral em Sergipe referentes às eleições de 2018 e 2020 aponta para a conclusão de que o combate e a sua prevenção, ainda que necessite dessa atuação jurisdicional repressiva e preventiva (que se revelou, no caso, inefetiva), não tem nela o seu elemento mais apto para a sua coibição, aparentando ser mais efetivas medidas administrativas e de educação política do eleitorado frente ao comportamento diante de notícias massivamente divulgadas nos períodos pré-eleitorais e eleitorais, para melhor qualificação e aprimoramento e defesa do regime democrático.

**Palavras-chave:** Análise de dados; Candidatos; Democracia; Educação Midiática; Eleição; Fake News; Liberdade de Expressão; Propagação.

**Referências Bibliográficas:**

BARROSO, Luna. A legitimidade do processo eleitoral: o combate às fake news e a garantia da liberdade de expressão. Disponível em: Acesso em: 17 nov. 2021

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Código eleitoral anotado e legislação complementar. Código Eleitoral – Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral-1/codigo-eleitoral-lei-nb0-4.737-de-15-de-julho-de-1965>. Acesso em: 07 de mai. 22.

CARVALHO, Mariana. MATEUS, Crístielle. FAKE NEWS E DESINFORMAÇÃO NO MEIO DIGITAL: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O TEMA NA ÁREA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16901>. Acesso em: 25 de nov. 2021.

**Capítulo 65 - DOI:10.55232/10830012.65**

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NO COMBATE AO  
RACISMO E À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA**

**Claudia da Cruz Moraes**

O presente trabalho se justifica diante da importância de combater o racismo e a intolerância religiosa institucionais do País. Tem-se como objetivo demonstrar o preconceito racial e religioso apontando a melhor forma de combatê-los. Para o desenvolvimento do trabalho foram realizadas pesquisas bibliográficas e adotou-se o método hipotético-dedutivo. Há, na legislação brasileira, a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira nas escolas, mas 17 anos após a promulgação da respectiva lei, ainda se constata dificuldade em sua efetivação. O racismo, que leva também a intolerância das religiões afro-brasileiras, é institucional na sociedade brasileira, por isso é urgente a efetivação desta Lei. Crianças negras ou pertencentes às religiões afro-brasileiras sofrem discriminação dentro das escolas (SANTOS, 2020), o que acarreta na violação da sua dignidade. Situações como essas ainda ocorrem devido à falta de informação. Conclui-se, portanto, que para construção do respeito à laicidade religiosa e inclusão de crianças negras ou pertencentes às religiões afro-brasileiras, com a igualdade e respeito que lhe são de direito, é fundamental a educação dos indivíduos, ainda em idade escolar, efetivando-se a Lei existente e acrescentando à legislação a obrigatoriedade da abordagem de ensino religioso acerca da diversidade religiosa do País. Necessário dizer que apenas a tolerância é insuficiente à laicidade religiosa e igualdade de direitos entre crianças negras e brancas, quem tolera se coloca em uma posição superior à de quem é tolerado (NOGUEIRA, 2020), e o objetivo é a igualdade material, pois somente dessa forma efetivar-se-ão os artigos 5º, VI, 205 e 206, I da CRFB.

**Palavras-chave:** Racismo; religião; educação.

**Referências Bibliográficas:**

BRASIL, Constituição (1988). Constituição Da República Federativa Do Brasil de 1988. Disponível em: . Acesso em: 14 set. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 14 set. 2020.

NOGUEIRA, Sidnei, Intolerância Religiosa. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020.

SANTOS, Ana Paula. Estudante é vítima de racismo em troca de mensagens de alunos de escola particular da Zona Sul do Rio. Rio de Janeiro: G1, 20 de maio de 2020. Disponível em: [. Acesso em 14 set. 20.](#)

**Capítulo 66 - DOI:10.55232/10830012.66**

**DESPERTANDO O OLHAR EMPREENDEDOR EM  
ESTUDANTES DE QUÍMICA: VIVÊNCIA E EXPERIÊNCIA**

**Rodrigo Ramos da Cruz, Hildelayne Ferreira da Silva e Randerson Ramos da Cruz**

As rápidas transformações tecnológicas, econômicas e a globalização vão criando a cada momento novas necessidades, trazendo assim novas demandas às mais diversas áreas profissionais. O empreendedorismo sempre foi tido como área intimamente ligada à administração. Entretanto, nos últimos anos, essa palavra vem encontrando mercados em áreas bem distintas como medicina, direito, biologia entre outras. O novo profissional do século XXI precisa ter consigo características empreendedoras, não somente no intuito de criar novos empreendimentos, mas também para poder ajudar no desenvolvimento da organização em que está inserido, ao criar novas oportunidades ou resolver problemas. Empreender, portanto, pode ser a saída para se reinventar e se destacar em mercados cada vez mais saturados ou com oportunidades cada vez mais escassas e específicas. Este estudo, portanto, busca relatar a experiência de palestras sobre empreendedorismo e características empreendedoras ministradas em turmas de um curso de química, em uma Universidade Maranhense. Dada a impossibilidade de realizar as conversas em modo presencial, dois professores do curso de química convidaram um administrador para ministrar essas palestras de modo remoto. A primeira palestra fora intitulada “Noções Básicas de Empreendedorismo” e aplicada dentro da disciplina Botânica Econômica. Nesta palestra, fora dado um espaço para que os discentes pudessem perceber como a utilização do conhecimento científico pode ser uma ferramenta de grande diferenciação no mercado, simulando assim, a partir das ideias obtidas em aula, a criação de pequenos negócios. Num segundo momento, foi dada a palestra “Seja empreendedor, use a química a seu favor”. Nessa conversa, o público alvo passou a ser alunos em fase de conclusão de curso, que dada a pandemia e as poucas oportunidades de trabalho encontradas no período, encontravam-se em dúvidas sobre o que fazer com o tão sonhado diploma, e onde iriam trabalhar. Percebeu-se, portanto, a importância destas duas conversas para despertar em jovens com poucas oportunidades, o espírito de crescimento individual e profissional, além de evidenciar que todo o conhecimento adquirido na academia poderia se tornar um diferencial em sua carreira empreendedora. Desse modo, o objetivo inicial das palestras traçados pelos professores organizadores e palestrantes foi alcançado: o de despertar uma visão diferenciada nos discentes, fazendo com que seus pensamentos estejam cada vez mais abertos, e suas visões estejam cada vez mais atentas às novas oportunidades. Entretanto, em contrapartida, notou-se um tanto de receio para tomar iniciativas, e evidenciou-se problemas clássicos como: “falta de investimento”, “necessidade de segurança/estabilidade”, “medo do novo” e “medo do fracasso. Contudo, as palestras instigaram os discentes a se aprofundarem no assunto. Nesse sentido, identificou-se a necessidade de uma formação empreendedora dentro do curso, para que mesmo em período pequeno, seja possível discutir,

incentivar e desenvolver competências, habilidades e características que ajudem o aluno a potencializar suas aptidões.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo, docencia, visão empreendedora

**Referências Bibliográficas:**

ARAÚJO, Maria H. et al. O estímulo ao empreendedorismo nos cursos de química: formando químicos empreendedores. *Química Nova* [online]. 2005, v. 28, n. suppl, pp. S18-S25. Disponível em: . Epub 28 Nov 2005. ISSN 1678-7064. <https://doi.org/10.1590/S0100-40422005000700005>. Acesso em: 04 Agosto 2021

OLIVEIRA, Beatriz do Nascimento. A química dos cosméticos como proposta metodológica aplicando o empreendedorismo. 2022. 47 f. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Química : Licenciatura) – Instituto de Química e Biotecnologia, Curso de Graduação em Química, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

ZUCCO, César. A graduação em química: um novo químico para uma nova era. *Química Nova* [online]. 2005, v. 28, n. suppl, pp. S11-S13. Disponível em: . Epub 28 Nov 2005. ISSN 1678-7064. <https://doi.org/10.1590/S0100-40422005000700003>. 04 Agosto 2021

PINOTTI, S.; ANDREASSI, T.; SALUSSE, M.; MATA MACHADO, S. G. SER OU NÃO SER EMPREENDEDOR: O PROFISSIONAL TÉCNICO E O DILEMA DA MUDANÇA DE CARREIRA. *Iberoamerican Journal of Entrepreneurship and Small Business*, São Paulo, SP, v. 4, n. 3, p. 177–203, 2015. DOI: 10.14211/regepe.v4i3.192. Disponível em: <https://www.regepe.org.br/regepe/article/view/192>. 04 Agosto 2021 Acesso em: 16 ago. 2022.

**Capítulo 67 - DOI:10.55232/10830012.67**

**APLICAÇÃO DE UMA ABORDAGEM TERAPÊUTICA NO  
TRATAMENTO DE ABUSO DE ÁLCOOL**

**Kassieli Egert Kuster, Ivone Almeida da Silva dos Reis e Maria do Socorro  
Magalhães R. R. da Silva**

De acordo com o DSM-V (2014, p.142), o transtorno por uso de álcool é definido por um agrupamento de sintomas comportamentais e físicos, que podem incluir abstinência, tolerância e fissura. A abstinência de álcool é caracterizada por sintomas que se desenvolvem aproximadamente 4 a 12 horas após a redução do consumo que se segue a uma ingestão prolongada e excessiva de álcool. Segundo Toffolo et al. (2011), quando dependentes de álcool diminuem o seu consumo ou se abstêm, estes podem apresentar um conjunto de sinais e sintomas que são denominados síndrome de abstinência do álcool (SAA). Sintomas como tremores, insônia, agitação e inquietação psicomotora são comuns na síndrome de abstinência, devido às alterações orgânicas e neuroquímicas causadas pela dependência alcoólica. A fissura por álcool é indicada por um desejo intenso de beber. Várias atividades podem sofrer desempenho devido aos efeitos posteriores ao consumo. Sendo assim o indivíduo pode usar álcool em circunstâncias que representam perigo para a integridade física (p. ex., conduzir veículos, nadar, operar máquinas durante intoxicação). Este trabalho objetiva demonstrar através de estudos e pesquisas, formas em que a Terapia Cognitiva Comportamental pode atuar em casos de transtornos relacionados ao abuso de álcool, trazendo como exemplo um estudo de caso, realizado com uma paciente do sexo feminino. Considerando o estudo de Moraes (2013) que fala a respeito das principais técnicas utilizadas no tratamento da dependência química na TCC e utilizando as demais publicações consultadas a respeito (SILVA; SERRA, 2004, RANGÉ; MARLATT, 2008), foram identificadas algumas técnicas utilizadas para intervenção no caso de abuso e transtornos relacionados ao álcool. Segundo Rangé e Marlatt (2008) Em primeiro lugar, as técnicas básicas da terapia cognitiva para o abuso de álcool/drogas demandam, fortalecimento da aliança terapêutica através de um entendimento empático do problema do cliente, em combinação com aceitação incondicional. Para a elaboração do presente trabalho, foram utilizados artigos científicos como base de pesquisa e seguindo o método de intervenção usado pela TCC. Na realização do estudo de caso primeiramente, foram levantados os dados relevantes da história pessoal da paciente, depois, identificado as crenças, sendo: centrais e intermediárias, foi utilizado o exemplo de intervenção com a técnica da seta descendente sendo ela uma técnica usada com frequência para atingir uma crença a partir da identificação de um pensamento automático. Também foi utilizado a identificação de Pensamentos Automáticos, o questionamento socrático e o Registro Diário de Pensamentos Disfuncionais (RPD). Com o decorrer das sessões notou-se que houve: Extinção das crenças disfuncionais, diminuição significativa da fissura, tristeza, ansiedade e mudança de hábitos e comportamentos como: Deixar de estudar para beber. Através da análise da revisão da literatura é possível perceber que os resultados indicam que a TCC é eficaz e trouxe muitos benefícios durante o tratamento da paciente, proporcionando a ela percepção das desvantagens

do uso e prejuízos que estava tendo. Percebe-se a importância e a eficácia da TCC no tratamento de pacientes com transtornos relacionados ao abuso de álcool e outros transtornos, tendo em vista que se trata de uma abordagem com fundamentação teórica focada na reestruturação de cognições disfuncionais com objetivo de desfazer alguns elos disfuncionais que direto ou indiretamente levam a dependência. A TCC utiliza de técnicas que podem promover a superação do transtorno e a prevenção de recaídas. A TCC foca em ensinar as habilidades relevantes para o abandono do uso de substâncias e para prevenir, ou lidar com outros problemas que podem vir a interferir de forma negativa ao indivíduo, fazendo com que encontre o real sentido sem depender do uso da substância, e assim reestabelecer uma nova rotina com mais saúde e qualidade de vida.

**Palavras-chave:** Terapia Cognitiva Comportamental, Transtornos, Alcoolismo

**Referências Bibliográficas:**

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-5. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Trad. Maria Inês Corrêa Nascimento. 5. Ed. Porto Alegre: ARTMED, 2014.490 a 492p.

MARLATT, A. G.; RANGÉ, P. B. Terapia cognitivo-comportamental de transtornos de abuso de álcool e drogas. Rev. Bras. Psiquiatr. vol.30 suppl. 2 São Paulo Oct. 2008.

MORAIS, S. A. A importância da terapia cognitivo-comportamental no tratamento psicológico do usuário de maconha, uma revisão da literatura. São Paulo 2013.

SERRA, M. A. Terapias Cognitiva e Cognitivo-Comportamental em dependência química. Rev. Bras. Psiquiatr. 2004; 26 (Supl I):33-39p.

SILVA, L. F. M.; BRANCO, M. F. C.; MICCIONE, M. M. A eficácia da terapia cognitivo-comportamental no tratamento da dependência química: uma revisão de literatura. ESTAÇÃO CIENTÍFICA, Juiz de Fora, ano 2015, n. 13, p. 1 a 17, jan. a jun. 2015

TOFFOLOTOFFOLO, F. C. M.; PEREIRA, S. I.; SILVA, L. A. K.; MARLIÉRE, A. C.; NEMER, A. S. A. Escolha de alimentos durante a abstinência alcoólica: influência na fissura e no peso corporal. J. Bras. psiquiatr. vol.60 no. 4 Rio de Janeiro 2011.



**Capítulo 68 - DOI:10.55232/10830012.68**

**“PIBID EM GEOGRAFIA NOS TEMPOS DE PANDEMIA:  
DESAFIOS E PERSPECTIVAS”**

**Liniara Santos Sena, Diego Gonçalves Helena, Joana Luzia Costa Batista Netta, José Vitor Pinto Ribeiro, Shara Mota Custódio e Cláudia Lúcia da Costa**

O PIBID em Geografia permite ao professor e pibidianos mediar o conhecimento pautados numa educação cada vez mais expansiva, na perspectiva de alcançar os estudantes em suas diversidades, além do que, o processo educacional requer estratégias e reflexões sobre suas práticas, roga pela visão pensada no coletivo, subjetivo, na dificuldade, facilidade, acessibilidade e inclusão; propiciando, então, melhorias no processo ensino e aprendizagem. O objetivo do trabalho é discutir o ensino de Geografia direcionado às turmas de Ensino Fundamental II, mais especificamente, no âmbito das turmas de 8º ano, condicionando-lhes o conhecimento acerca da Geografia enquanto ciência e em face de suas concepções/objeto de estudo. Na experiência em questão, a metodologia utilizada foi a observação e preparação de atividades orientadas pelas professoras coordenadora do PIBID e supervisora do PIBID na escola. As classes observadas e trabalhadas foram “A” e “B” do Instituto de Educação Matilde Margon Vaz, em conjunto com a professora supervisora Ana Lúcia da Silva, no período de 01/10/2020 a 31/03/2022. De modo a deixar as aulas mais interativas, foram planejadas e realizadas atividades com dinâmicas, quizzes (Google Forms), cruzadinhas e slides. As atividades não fugiram do foco principal do objetivo geral do projeto. Em face do período de duração do projeto considera-se ter sido uma ótima oportunidade, visto que contribuiu percepção dos pibidianos, aprendizagem sobre as metodologias e realidade do contexto escolar. Estar à frente de uma sala de aula no contexto da pandemia da COVID-19 foi e tem sido desafiador, posto que a adequação aos meios disponíveis para a sustentação do sistema de ensino trata-se de uma tarefa árdua. Deste modo, todo o período foi marcado por aprendizagem, conhecimento, partilhas e trocas, em que ensinamos e também fomos ensinados. Para o próximo semestre, espera-se primeiramente, que o atual cenário referente ao COVID-19, esteja modificado (de maneira positiva), e que os alunos(as) estejam mais perseverantes e confiantes de uma educação melhor, desenvolvendo assim, amor pelo próprio processo de aprendizagem, pois a educação e conscientização de eficácia transforma contextos.

**AGRADECIMENTOS:** Dirigimos os nossos honestos agradecimentos por toda experiência adquirida ao longo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) em consonância ao Instituto de Educação Matilde Margon Vaz. De igual modo, direcionamos nossos cumprimentos às professoras preceptoras Msa. Ana Lúcia da Silva (a qual nos acompanhou ao decorrer da primeira etapa do Projeto) e Madalena Aparecida de Jesus; a vocês, nosso muito obrigado por serem fonte de inspiração e por terem nos encorajado a nos tornarmos docentes comprometidos com o ensino da Geografia enquanto ciência e fonte de transformação para os discentes. Ressaltamos a valorosa atribuição da Universidade Federal de Catalão -

UFCAT, que de maneira benevolente, batalha para que os projetos de ensino, pesquisa e extensão, sejam implementados tornando-se eficazes para o desenvolvimento das bases educacionais da comunidade catalana. Deixamos, ainda, os nossos agradecimentos aos que contribuem na permanência do PIBID: Coordenadora Institucional - Dr<sup>a</sup> Marcia Pereira dos Santos; Vice Coordenadora Institucional - Dr<sup>a</sup> Simara Maria Tavares Nunes, bem como salientamos nosso apreço pelo trabalho das coordenadoras do PIBID do Instituto de Geografia, Dr<sup>a</sup> Patrícia de Matos (a qual nos acompanhou até o findar do primeiro semestre referente a 2021) e Dr<sup>a</sup> Cláudia Lúcia da Costa (Coordenadora em vigência). Por fim, aos demais colegas de projeto, nossa imensa gratidão pelo apoio e contribuição prestados.

**Palavras-chave:** Ensino Remoto; Covid-19; Desafios; aula de geografia; metodologias.

**Referências Bibliográficas:**

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. O papel da didática na formação do educador . In: CANDAU, Vera Maria (org). A didática em questão. 30.a Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

MORMUL, N. M; GIROTTO, E. D; BIRAL, R.C.; FRANCISCHETT, M.N. A Geografia e o PIBID: relatos de experiências e atividades. Curitiba, PR: CRV, 2015.

CASTROGGIOVANNI, A. C. (Org.). Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

**Capítulo 69 - DOI:10.55232/10830012.69**

**INFLUENCIADORES OU INFLUENCIADOS: UM  
ENTENDIMENTO DA RELAÇÃO SOCIAL  
CONTEMPORÂNEA SOB A ÓPTICA DO INTERACIONISMO  
SIMBÓLICO**

**Ana Luísa de Paula Menezes Costa**

Marcada pela perda da estabilidade das estruturas sociais e pela ascensão da internet, a Era Pós-Moderna possui um contexto social distinto das demais épocas. Com o mundo cibernético crescente e cada vez mais ativo e menos passivo na vida cotidiana, o campo interativo e comunicativo transformou-se, migrando para a internet, o que resultou nas chamadas “mídias sociais” ou “redes sociais”. Os sujeitos virtuais, ou os usuários, assumem, assim como na vida real, máscaras sociais, frutos de estigmas da virtualidade e, de certa forma, do meio social contemporâneo. Esta pesquisa possui como objetivo principal compreender as relações sociais cibernéticas, as interações dos sujeitos no meio e a suposta exposição da privacidade, aliada às personas virtuais. Sob o recorte teórico do interacionismo simbólico, posto por George Herbert Mead (1863-1931), Herbert Blumer (1900-1987) e Erving Goffman (1922-1982), o estudo salienta o fenômeno virtual de influência e dos influenciadores digitais, em análise com o ambiente virtual e os estigmas cibernéticos. Visto o uso massivo das mídias sociais, esta pesquisa é de extrema importância para a compreensão do fenômeno social e o bem-estar dos sujeitos, dentro e fora das redes. Por meio de uma análise empírica, posta sob os preceitos interacionistas descritos por Blumer, analisou-se o perfil na rede social “Instagram” de Gustavo Tubarão, um influenciador mineiro que possui um vasto público na internet, logo, faz constante uso das redes. Com ênfase nos chamados “stories”, uma ferramenta que permite publicações temporárias de 24 horas, diagnosticou-se interações dos sujeitos, sendo as mais significativas: interações de vínculo; interações de conflito máscara e público; e interações parasita. Diante essa análise, em paralelo à revisão literária, concluiu-se que o fenômeno de influência pertence ao meio cibernético, bem como o de caracterização social. Por fim, entendeu-se que a influência, assim como a informação, é fluida na internet, onde todos contribuem, logo, influenciam e são influenciados, instigando, modulando e restringindo sujeitos e ações, sejam eles anônimos, sejam eles midiáticos.

**Palavras-chave:** Influenciador digital, Persona, Redes sociais.

**Referências Bibliográficas:**

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: do conhecimento à ação política. Tradução: Roneide Venancio Majer. ed. 21. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

CASTRO, Celso. Textos básicos de sociologia: De Karl Marx a Zygmunt Bauman. ed. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

GIDDENS, Anthony. As Consequências da Modernidade. Tradução: Raul Fiker. ed. 5. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOFFMAN, Erving. A Representação do eu na vida cotidiana. Tradução: Maria Zélia Santos Raposo. ed. 10. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução: Mathias Lambert. ed. 4. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HAN, Byung-Chul. No Enxame: perspectivas do digital. Tradução de Lucas Machado. ed. Digital. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

GUSTAVO TUBARÃO. Instagram: ogustavotubarao. Disponível em: <https://www.instagram.com/ogustavotubarao/>. Acesso em 19 de abr. 2021.

MORTENSEN, C. David. Teoria da Comunicação - Textos Básicos. ed. 1. São Paulo: Mosaico, 1980.

SCHUTZ, Alfred. Fenomenologia e relações sociais. Tradução de Angela Melin. ed. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SILVA, C. R. M. da. Influenciadores Digitais e as Redes Sociais Enquanto Plataformas de Mídia. In: Intercom — Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 16., 2016, São Paulo. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2104-1.pdf> Acesso em: 09 de jul. 2021.

**Capítulo 70 - DOI:10.55232/10830012.70**

**CASSAÇÃO DE WILLIAM PARREIRA E PAULO TELLES:  
BREVES CONSIDERAÇÕES**

**Paulo César de Souza**

O Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais por maioria cassou os mandatos de William Parreira Duarte e Paulo Telles da Silva em 12/07/2022. De acordo com a inicial, o recorrido na condição de Prefeito, passou a determinar, a partir de agosto/2020, a realização de obras de urbanização em terrenos particulares, com abertura de ruas em imóveis individuais, em benefício de grupos determinados de eleitores integrantes dos mesmos grupos familiares. Foi reconhecida no bojo dos autos a litispendência parcial com o processo Pje nº 0600984-79.2020.6.13.0351 Ação de Investigação Judicial Eleitoral ajuizada em 14 de novembro de 2020, pela Coligação Confiança do Desenvolvimento e Antônio Pinheiro Júnior A justiça de primeira instância “aquo” julgou o pedido improcedente por entender que os motivos levados nos autos não seriam suficientes ao ponto de cassar os mandatos da chapa vencedora. Não obstante, o Tribunal por maioria reformou a sentença de primeiro grau. Ao recorrente caberia, no entendimento do Egrégio Tribunal o ônus processual de comprovar não a ilegalidade das obras, que a máquina pública foi movimentada pelos recorridos com desvio de finalidade, objetivando favorecer a campanha de William Parreira e Paulo Telles, em detrimento da normalidade, da legitimidade e da igualdade do pleito, a partir da utilização de recursos públicos para beneficiar determinada parcela do eleitorado. Compreende a Colenda Corte Eleitoral da procedência do pedido, decorre a cassação do mandato eletivo, com base em prova de fatos que caracterizem a prática de abuso de poder econômico, ao abuso de poder político, corrupção ou fraude. entre os meses de julho a dezembro do ano eleitoral de 2020, foi comprovado nos autos que a Prefeitura de Ibitité, a partir de convênio firmado com o CDL, distribuiu, no âmbito do Programa Habitar, benefício social em forma de repasse de recursos financeiros a, pelo menos, 641 pessoas, excluindo-se os benefícios que foram repassados em janeiro de 2021. No caso dos autos, considerando esse parâmetro de análise do fato imposto pela LC nº 64/90, pelo que a diferença no resultado na votação não deve ser parâmetro para a verificação da ilicitude da conduta. Nessa esteira houve a concentração da destinação dos recursos nos meses anteriores à data do pleito - mais de 90% dos recursos. Em análise aos acontecimentos no município de Ibitité/MG, as normas eleitorais, como visto, surgem a partir da elaboração das fontes formais pelo órgão competente, as limitações ao direito de votar e ser votado embasa nos princípios norteadores da CR/88 da moralidade e probidade considerada a vida pregressa do indivíduo.

**Palavras-chave:** Eleições. Ibitité. Prefeito.

**Referências Bibliográficas:**

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Relator designado Juiz Guilherme Doehler. Processo n° 0600001-46.2021.6.13.0351, Recurso Eleitoral [Ibirité/MG] Ano 2022, n° 131. Disponibilizado em 22.07.2022. Publicação do Acórdão em 25.07.2022

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.. Diário da Justiça Eletrônico. Ano: 2022, n° 138. Proc. n° 0600002-31.2021.6.13.0351 Disponibilização em 01.08.2022. Publicação em 02.08.2022. pp- 22-24

SOUZA, Paulo César de. Política, saúde pública e as eleições 2022. Estudos avançados em Direito Público e Direito Privado Nova Xavantina, MT: Pantanal Editora, 2022.

SOUZA, Paulo César de. As eleições suplementares de 2022 em Itatiaia/RJ e a resolução n° 1201/2021. O Direito nas intersecções entre o fático e o normativo Ponta Grossa: Aya, 2022.

SOUZA, Paulo César de. As eleições suplementares de 2022 e a resolução 23669/2021. Diálogos em direito. São Paulo: Opção, 2022.

**Capítulo 71 - DOI:10.55232/10830012.71**

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM IBIRITÉ E A LEI DE  
RESPONSABILIDADE FISCAL**

**Paulo César de Souza e Natalia Regina Pinheiro Queiroz**

No final do ano de 2020, foi aprovada na Câmara de Vereadores de Ibirité e sancionada pelo chefe do Executivo, a Lei nº 2.294/2020, que estimou as receitas e fixou as despesas do orçamento fiscal do município para o exercício de 2021. O valor geral foi estimado em R\$ 416.155.018,12 sendo destinado aos respectivos órgãos: Gabinete e Secretária do Prefeito, as despesas correntes foram R\$ 633.935,10; Secretaria de Planejamento R\$ 4.792.948,40; Secretaria de Desenvolvimento Social R\$ 3.886.223,50; Esporte Cultura e Lazer R\$ 3.232.917,70; Procuradoria-Geral R\$ 3.461,998,00; Secretaria de Administração 14.416.943,50; Secretaria de Educação R\$ 97.300.286,90; Secretaria de Fazenda R\$ 5.629.901,90; Secretaria de Obras e Urbanismo R\$ 11.475.528,00); Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Urbanos (SEMAS) R\$ 26.569.412,90; Secretaria de Saúde R\$ 118.695.230,00; Instituto de Previdência dos Servidores de Ibirité - R\$ 20.179.832,50; Câmara Municipal R\$ 8.014,000,00; Controladoria-Geral do Município R\$ 505.071,50. A referida lei municipal foi editada para cumprir as exigências da Lei Complementar nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi instituída para estabelecer um manual de conduta aos gestores públicos, alinhada em padrões internacionais de boa governança. A probidade e a conduta ética do gestor público como deveres jurídicos positivados passam a ser o núcleo da gestão fiscal responsável, voltada para a boa fé na coisa pública. Através dela, introduz-se uma nova cultura na Administração Pública brasileira, baseada no planejamento, na transparência, no controle e equilíbrio das contas públicas e na imposição de limites para determinados custos e para o endividamento. A partir da lei, confere-se maior efetividade ao ciclo orçamentário, por regular e incorporar institutos na lei orçamentária periódica e na lei de diretrizes orçamentárias, voltadas para o atingimento das metas estabelecidas no plano plurianual. Impõe-se a cobrança dos tributos constitucionalmente atribuídos aos entes federativos para garantir sua autonomia financeira e estabelecem-se condições na concessão de benefícios, renúncias e desonerações fiscais. Obriga-se a indicar o impacto fiscal e a respectiva fonte de recursos para financiar aumentos de gastos de caráter continuado, especialmente em se tratando de despesas de pessoal. Fixam-se limites para a ampliação do crédito com vistas ao controle e redução dos níveis de endividamento. E criam-se sanções de diversas naturezas em caso de descumprimento de cláusulas. Preleciona Alexandre Mazza (2021, p. 1726) a LRF foi promulgada com a finalidade de regulamentar a redação do artigo 163 da CR/88, segundo o qual disporá sobre operação de câmbio realizada por órgãos e entidades dos entes incluindo os Municípios; emissão e resgate de dívida pública; fiscalização financeira da administração pública direta e indireta; finanças públicas entre outros. Nesse sentido, a LRF possui natureza jurídica de lei nacional, em repercussão simultânea aos entes: União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como, às administrações públicas diretas e indiretas. Um dos conceitos técnicos relevantes utilizado

pela LRF é o de receita líquida, assim apontada como a soma das receitas tributárias, de contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas, deduzidos: a) os valores definidos como repartição de receitas entre as entidades federativas; b) o montante arrecadado com as contribuições sociais (arts. 195, I e II, e 239 da CR/88). A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades (art. 2º, § 3º, da LRF). Para Alexandre Mazza (2021, p. 1735) adotando as bases do sistema orçamentário estabelecido pelo art. 165 da CR/88, a LRF cria regras a respeito dos três tipos de leis orçamentárias existentes no Brasil: a) Plano Plurianual (PPA); b) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); c) Lei Orçamentária Anual (LOA). Mais importante do que instituir toda uma nova

**Palavras-chave:** Administração, Município, Executivo

**Referências Bibliográficas:**

IBIRITÉ. Lei Municipal nº 2.294/2020. Estima as receitas e fixa as despesas do orçamento fiscal do município de Ibirité para o exercício de 2021. Disponível em:< [https://www.camaraibirite.mg.gov.br/docs/legislacao/LEI\\_2294.pdf](https://www.camaraibirite.mg.gov.br/docs/legislacao/LEI_2294.pdf) > acesso em: 30 de julho de 2022.

MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo 11 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.



**Capítulo 72 - DOI:10.55232/10830012.72**

**A COLETA DE ELEMENTOS PROBATÓRIOS NO ÂMBITO  
DA INTERNET POR MEIO DE FONTES ABERTAS**

**Humberto Goulart Neto**

O desenvolvimento tecnológico trouxe uma série de mudanças para a sociedade, sendo que no contexto social pode-se elencar o elevado nível de imersão dos indivíduos em redes sociais e aplicações cibernéticas das mais variadas formas. Assim, formulou-se o problema: É possível a coleta de elementos probatórios na internet por meio de fontes abertas? O método de pesquisa utilizado foi o dedutivo. A pesquisa é aplicada, com objetivo exploratório-explicativo, de abordagem qualitativa e procedimento bibliográfico. O objetivo geral é demonstrar que dados e informações compartilhados no âmbito da internet podem ser utilizados como elementos probatórios aptos a produzirem efeitos processuais. A pesquisa justifica-se haja vista a alta conectividade da sociedade atual. No âmbito penal, a investigação policial visa a obtenção de elementos probatórios a fim de se apurar fatos relativos a delitos ocorridos. No caso, diante de uma sociedade cada vez mais imersa em um contexto tecnológico e interconectado, a coleta de dados por meio de fontes abertas revela-se um fértil campo para a obtenção de elementos probatórios. As fontes abertas são elencadas como todas aquelas que são de livre acesso na internet, não havendo a necessidade de credenciamento para a sua obtenção, ou seja, autorização especial para acessá-la, seja ela judicial ou administrativa. Sendo assim, no âmbito investigatório, a obtenção de meios de prova em fontes abertas se desvela uma importante ferramenta para formação do convencimento da autoridade policial, sem embargo por evidente, de sua posterior submissão ao contraditório e ampla defesa no âmbito judicial.

**Palavras-chave:** Investigação policial, Fontes abertas, Meios de prova.

**Referências Bibliográficas:**

CASTELLS, Manuel. A SOCIEDADE EM REDE. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

NASCIMENTO, Barbara Luiza Coutinho do Nascimento. Provas digitais obtidas em fontes abertas na internet: conceituação, riscos e oportunidades. In Direito, processo e tecnologia / coordenação Erik Navarro Wolkart ... [et al.]. -- 1. ed. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

**Capítulo 73 - DOI:10.55232/10830012.73**

**AÇÕES INTERDISCIPLINARES NO CUIDADO DE  
GESTANTES NO CONTEXTO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE  
DA FAMÍLIA**

**Thomaz Ademar Nascimento Ribeiro**

Temos a finalidade de apresentar relato de experiência que visa oferecer assistência multidisciplinar às mulheres durante o pré-natal e puerpério. A ação vem sendo desenvolvida em duas unidades de saúde da Estratégia de Saúde da Família pela equipe de profissionais residentes do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Federal de Mato Grosso-Campus de Rondonópolis. O acompanhamento pré-natal é imprescindível para garantir a qualidade de vida materna infantil desde a avaliação pré-concepcional até o ciclo gravídico-puerperal. Entretanto, observa-se que a atenção básica é caracterizada por uma assistência uniprofissional e unilateral. Desta forma, destaca-se a importância de assegurar que durante o ciclo gravídico-puerperal a mulher seja acompanhada por uma equipe multiprofissional, que atue de maneira interdisciplinar. Considerando esta premissa, o que se propõe é apresentar um relato de intervenção e de estudo quanti-qualitativo, derivado do desenvolvimento de projetos de extensão e de pesquisa, que são realizados pelos profissionais residentes e que contam com o apoio das equipes de saúde da família locais. No âmbito da pesquisa, estão sendo realizadas entrevistas semi-estruturadas pela equipe multiprofissional com mulheres que estão gestantes e/ou puérperas e pertencentes à área adscrita. Durante as entrevistas são abordadas questões que permitem realizar o levantamento referente ao uso de medicamentos e realização de exames laboratoriais, além de questões relativas ao acesso e qualidade do serviço. Também são levantadas informações referentes à participação do parceiro na gestação, sobre as possíveis mudanças psíquicas ocorridas no período e dados secundários que possibilitem o mapeamento da situação de saúde das gestantes. Na operacionalização do projeto de extensão, vem sendo realizadas atividades que compreendem o trabalho em grupo, quer seja encontros temáticos levantados pelos participantes ou rodas de conversa. Embora os resultados sejam parciais, fica notório que a contribuição dos residentes no acompanhamento durante o ciclo gravídico-puerperal contribui efetivamente para a melhoria da assistência materna infantil.

Dessa forma, a experiência fortalece as boas práticas preconizadas pelo Ministério da Saúde através da Rede Cegonha e contribui para que as mudanças ocorram a nível municipal, fortalecendo assim, a atuação multiprofissional, o planejamento e análise em saúde. Observamos ainda, o reconhecimento por parte dos trabalhadores e usuários das ações que ampliem o método do pré-natal tradicional que se resume em ofertar atenção relativa apenas aos obstétricos desconsiderando os aspectos sociais, psíquicos, entre outros. Por meio desta experiência, tem sido possível conhecer a qualidade do atendimento dispensado às gestantes, desde o pré-natal, parto, puerpério e, ao mesmo tempo, propor intervenções que articulam a assistência médica, de enfermagem, odontológica, psicossocial e farmacêutica na busca pela

integralidade do cuidado. Enfim, por parte das gestantes é possível identificar em suas narrativas durante os encontros, assim como nas entrevistas, que se sentem mais esclarecidas sobre os processos de gestação, parto e puerpério e acerca dos direitos que possuem durante este período. Deste modo, esta experiência busca a efetivação dos ideais da humanização.

**Palavras-chave:** Saúde da Família, Residência, Gestante

**Referências Bibliográficas:**

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Portaria n.1.459, de 24 de junho de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único Saúde - SUS - a Rede Cegonha. Brasília: Ministério da Saúde. 2011. Disponível em: <http://www.saude.mt.gov.br/arquivo/4837/legislacao>

Herrmann A, Silva ML, Chakora ES, Lima DC; BRASIL. Ministério da Saúde. Guia do Pré-Natal do Parceiro para Profissionais de Saúde. Rio de Janeiro (RJ): Ministério da Saúde, 2016. 55 p.

Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12ed. São Paulo: Hucitec, 2010, 406 p.

**Capítulo 74 - DOI:10.55232/10830012.74**

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE VITÓRIA  
DA CONQUISTA - BAHIA: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DA  
RUA PEDRO ALVARES CABRAL.**

**Erlan Rocha do Nascimento**

**INTRODUÇÃO:** A Rua Pedro Álvares Cabral fica localizada no Bairro Ibirapuera na cidade de Vitória da Conquista – Bahia. Essa rua vem se desenvolvendo muito nas últimas décadas em decorrência do próprio desenvolvimento da cidade, na qual ao longo dos anos, cresceu em grandes proporções e alcançou grande destaque, em áreas como: economia, educação, saúde, agropecuária e etc. Devido ao grande número de serviços oferecidos, a cidade se tornou um ponto de atração para várias pessoas que se deslocam em busca deles, dessa forma, Vitória da Conquista exerce grande influência em municípios circunvizinhos até o norte de Minas Gerais. Nesse contexto, com o crescimento constante desse núcleo urbano, os seus bairros, e conseqüentemente, a Rua Pedro Álvares Cabral, teve mudanças significativas ao longo dos anos em vários aspectos, como, infraestrutura, construções, acessibilidade, vizinhança e diversos outros fatores. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo analisar a dinâmica do espaço urbano da cidade de Vitória da Conquista Bahia, de forma específica, os aspectos históricos que fizeram parte da construção territorial e espacial da Rua Pedro Álvares Cabral.

**CONTEXTO HISTÓRICO DA RUA:** Dessa maneira, segundo relatos de alguns moradores que moram há tempo na Rua Pedro Álvares Cabral, há aproximadamente 40 anos atrás, ela era uma rua que não tinha saneamento básico, esgoto e por esses motivos os residentes abriam foças na frente das suas casas ou em seus quintais. Não havia água encanada e a população se abastecia em um chafariz, no qual hoje não existe mais, visto que foi construído um sobrado no local. Não existia acessibilidade na rua, como: passeios e pavimentação. Nesse sentido, quando chovia ocorria deslizamento de terra e resíduos de esgotos que corria a céu aberto. Além disso, havia muito mato, poeira, lixo e entulhos, pois a rua se localiza ao lado de uma valeta, na qual se jogava esses resíduos. **MUDANÇAS SÓCIO-ESPACIAIS NA RUA:** Graças à pressão popular e de lideranças comunitárias, começou a ter melhoras significativas na rua e no bairro, já que atualmente tem paralelepípedos, pavimentação, esgotamento, água encanada e etc. Nesse sentido, podemos observar como o espaço se molda ao longo do tempo graças à participação da população em busca dos seus direitos por um local mais digno de se morar. Nessa perspectiva, segundo o filósofo e sociólogo Henri Lefebvre (1994), o espaço urbano é construído através da intervenção da sociedade para que haja transformações em sua realidade. Nesse contexto, com tais mudanças na Rua Pedro Álvares Cabral, os moradores começaram a se organizar para melhorar a infraestrutura da rua, pois fizeram calçadas nas casas, param de jogar resíduos em locais inadequados, já que atualmente tem coleta de lixo semanalmente no bairro, e construíram muros de proteção em lugares que havia deslizamento de terra. Em relação às construções da rua, as casas eram mais simples e feitas de blocos, não havia presença do comércio e moradias mais sofisticadas. Com o crescimento da cidade e com investimento

do poder público na infraestrutura do bairro e das ruas, começou a serem construídas moradias mais aprimoradas, na travessa Pedro alvares Cabral, pois surgiram sobrados, creche, residências maiores e um crescente aumento do empreendedorismo por parte de alguns moradores, que auxiliou no surgimento de vários estabelecimentos comerciais no local, como: bares, salão de beleza, mercadinhos, restaurantes e etc. E nessa mesma perspectiva que Milton Santos (1988, n.p.) geógrafo brasileiro, afirma que o espaço geográfico possui uma dimensão física/natural e também uma dimensão humana/social, a qual é histórica, política, econômica, cultural.

**Palavras-chave:** Produção do Espaço; desenvolvimento urbano; Vitória da Conquista.

**Referências Bibliográficas:**

LÉFÈBVRE, Henri. The Production of Space. Oxford, UK: Blackwell, 1994. p. 1-67.

SANTOS, W. O.; FERRAZ, A. E. de Q. Urbanização e produção do espaço urbano em Vitória da Conquista – BA: novas formas e conteúdos. Braz. J. of Develop, Curitiba (PR), v. 6, n. 1, p. 729-740, jan. 2020. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/5910/5295>>. Acesso em: 19 de nov. de 2020.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. Hucitec: São Paulo, 1988. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5350058/mod\\_resource/content/1/texto3B\\_m santos\\_1988.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5350058/mod_resource/content/1/texto3B_m santos_1988.pdf)>. Acesso em: 21 de abr. de 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.



## **VISÕES REGENERATIVAS INTEGRANDO HUMANOS E A NATUREZA**

**Priscila Corrêa Faria**

Participamos da evolução das nossas cidades, testemunhamos o desenvolvimento de outras, e ao mesmo tempo nos observamos e sentimos a necessidade de nos adequarmos às rápidas transformações e transições que a era do capitoloceno nos exige, onde se revela o “capitalismo como uma forma de organizar a natureza, ou seja, uma ecologia-mundo capitalista situada em multiespécies” (MOORE, 2016). Nesse sentido entendemos que o corpo cidadão carece de cuidados proporcionais ao seu crescimento e podemos concordar que “para o bem ou para o mal, a cidade o convida a refazê-la, a consolidá-la numa forma em que você possa viver nela” (HARVEY, 2008). Com as rápidas mudanças e com o abalo de velhas estruturas, instituições e formas de trabalho, nos vemos confrontados como indivíduos, comunidades e sociedades. Nos encontramos em meio a inovação de sistemas e a uma profunda transformação cultural. Podemos afirmar que, nessa sequência e atrelada a ausência de uma liderança política efetiva, temos testemunhado o ressurgimento de iniciativas de autoajuda baseadas na colaboração dos cidadãos em escala comunitária. “Na escala das comunidades locais, a abundância e a prosperidade humana não se baseiam exclusivamente na disponibilidade de recursos materiais e energia, mas na criatividade e nos relacionamentos humanos” (WAHL, 2016). As aceleradas mudanças ambientais, tecnológicas, sociais, econômicas e culturais que estão ocorrendo a nossa volta, acabam por influenciar diretamente o mundo dos negócios, que em resposta, também se encontram em rápido processo de mudança. A mudança não se refere apenas às forças externas, com imposições à novos estios de trabalho, mas revela um importante ativador psicológico, apresentando uma transformação mais profunda, que impulsiona o desejo das pessoas por um trabalho significativo e por fazer a diferença sentindo-se parte desse novo mundo. Desenvolver conversas na escala da comunidade, ou seja, projetar coletivamente um futuro abordando assuntos sobre como implementar visões regenerativas (HES e DU PLESSIS, 2015) que dizem respeito à troca de saberes, de conhecimento e de tecnologias nas mais variadas escalas, são processos poderosos de transformação cultural. Sabemos que conversas como essas estão começando a acontecer em todos os lugares, em grupos comunitários, prefeituras, escolas, universidades, e etc, devido à possibilidade que temos nas últimas décadas de nos interconectar em redes sociais. Para uma melhor compreensão sobre o que são visões regenerativas, começamos pelo entendimento de que “nenhuma visão é única, nem pode descrever a complexidade total do mundo” (WAHL, 2016), e seguindo a evolução da percepção de como o ser humano se relaciona com a natureza, as visões regenerativas consideram o mundo como uma rede de fenômenos interconectados” (HES e DU PLESSIS, 2015). Isso revela que nossas perspectivas e soluções para os problemas são limitadas dentro de uma visão de mundo singular. A integração da natureza com os seres humanos é o ponto de partida, sendo a natureza matriz-educadora e parceira, e não apenas o contexto ou a base para atividades humanas. O desenvolvimento das visões de mundo pode ser

entendido como um processo de evolução onde “qualquer nova visão de mundo se baseia no conhecimento acumulado através de numerosas visões de um mundo anterior” (HES e DU PLESSIS, 2015). Assim, podemos concluir que se faz necessário uma mudança de comportamento eficiente em como nos relacionamos com a natureza. Não podemos mais tratar os atuais problemas ambientais da mesma forma, ou seja, da maneira como foram dados, fragmentos e pontuais, e se faz cada vez mais necessário as trocas de saberes nas diferentes escalas do convívio.

**Palavras-chave:** Regenerativo; Natureza; Comunidade

**Referências:**

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna - Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo, 17<sup>o</sup> edição: EDIÇÕES LOYOLA, 2008.

HES, D.; DU PLESSIS, C. *Design for Hope. Pathways to Regenerative Sustainability*. New York: Routledge, 2015.

MOORE, Jason W. *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism*. Oakland - CA, PM Press, 2016.

WAHL, Daniel Christian. *Design de Culturas Regenerativas*. Rio de Janeiro, 2<sup>o</sup> edição: BAMBUAL EDITORA, 2020.



**Capítulo 76 - DOI:10.55232/10830012.76**

**COMPLIANCE E LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: DA  
ABORDAGEM RESPONSIVA À GOVERNANÇA**

**Nathalia Mylena Farias Santos**

**INTRODUÇÃO:** Para a efetividade da Governança de Dados, necessário pois, a existência de uma Política de Governança, que se relaciona com a adoção de pilares do compliance repercutindo em boas práticas. Na intersecção entre o compliance, as boas práticas e a governança, surge a abordagem responsiva. A abordagem responsiva entende a necessidade de assunção de comprometimento por parte de todos os stakeholders para garantir a efetividade na proteção de dados pessoais, o comprometimento exigido para o compliance e que se reveste na adoção de boas práticas até que se tornem hábito na Organização culminando na boa governança. **METODOLOGIA:** O tipo de pesquisa empregado foi a pesquisa exploratória, com o objetivo de explorar conteúdo referente ao tema compliance realizando um paralelo com a LGPD com vistas a demonstrar a inter-relação com a temática da Governança e da abordagem responsiva, esta, como pressuposto para a adoção de boas práticas, implementação do compliance e a criação de uma Governança sólida e eficaz. Quanto à abordagem, utilizou-se a metodologia qualitativa, pois, buscou-se a análise de aspectos qualitativos sobre o tema, como instrumentos normativos e entendimentos doutrinários. No que pertine à técnica utilizada como instrumento para conduzir aos objetivos da pesquisa cita-se a pesquisa bibliográfica, em razão da utilização de materiais já publicados como livros, artigos e periódicos, sem prejuízo da utilização de legislação correlata ao tema. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Ante os fatos mencionados, depreende-se que a partir de uma abordagem responsiva, ou seja, autorresponsabilidade, torna-se possível a implementação de uma Governança multistakeholder que impacta às Organizações em curto e a longo prazo com uma mudança na sua cultura. Nessa perspectiva, surge a possibilidade de implementação de um programa de compliance com o objetivo de manter a reputação organizacional evitando imbróglios no cenário nacional e internacional. Em decorrência da boa Governança e do programa de compliance eficaz, parte-se para o tratamento de dados pessoais, com a Governança de Dados. Todos esses aspectos se inter-relacionam com vistas a assegurar a adoção de boas práticas, conduta reiterada até tornar-se hábito nas Organizações. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Busquei demonstrar com o presente trabalho a necessidade de compreensão da abordagem responsiva por parte de todos os interessados no bom e regular desenvolvimento organizacional para, a partir daí, demonstrar a necessidade de adoção de mecanismos que assegurem a boa Governança, em seu aspecto mais abrangente, assim como o compliance. Em decorrência da Governança, das boas práticas e do compliance no ambiente organizacional, perquiri a possibilidade de reenquadramento de tais pressupostos voltados ao tratamento de dados pessoais, como uma reação em cadeia. Defendo a necessidade de mudança na cultura organizacional para alcançar a mudança na cultura da proteção de dados pessoais.

**Palavras-chave:** Compliance; LGPD; abordagem responsiva; governança.

**Referências Bibliográficas:**

BRASIL. Decreto nº 10.046, de 09 de outubro de 2019. Dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D10046.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10046.htm). Acesso em: 14 de maio de 2022.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm). Acesso em: 14 de maio de 2022.

FONSECA, Edson Pires da. Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD. Salvador: Editora JusPodivm, 2021.

GARCIA, Renata Cavalcanti de Carvalho. Proteção de dados pessoais no Brasil: uma análise da Lei nº 13.709/2018 sob a perspectiva da Teoria da Regulação Responsiva. Revista de Direito Setorial e Regulatório, Brasília, v. 6, nº 2, p. 45-58, outubro 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). Código das melhores práticas de governança corporativa. 5.ed. / Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. - São Paulo, SP: IBGC, 2015. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php4382648mod\\_resource/contentLivro\\_Codigo\\_Melhores\\_Praticas\\_GC.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php4382648mod_resource/contentLivro_Codigo_Melhores_Praticas_GC.pdf). Acesso em: 14 de maio de 2022.

IRAMINA, Aline. RGPD v. LGPD: Adoção Estratégica da Abordagem Responsiva na Elaboração da Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil e do Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia. Revista de Direito, Estado e Telecomunicações, Brasília, v. 12, nº 2, p. 91-117, Outubro de 2020.

**Capítulo 77 - DOI:10.55232/10830012.77**

## **A IMPLEMENTAÇÃO DO BOLSA FAMÍLIA NA BAIXADA FLUMINENSE**

**Thayla da Silva de Oliveira e Mani Tebet Azevedo de Marins**

Conforme a definição dada pela Caixa Econômica Federal em seu site, o Programa Bolsa Família é uma política de transferência de renda que tem por proposta superar a situação de vulnerabilidade social na qual muitas famílias brasileiras se encontram. Sabendo que os beneficiários do programa são, em sua maioria, mulheres pobres, negras e mães solteiras, e dado o aumento de solicitações do benefício nos municípios da Baixada Fluminense nos últimos anos, esta pesquisa tem como objetivo investigar a produção de estigmas acerca da figura dessas beneficiárias e a relação das mesmas com os agentes públicos – assistentes sociais, professores e agentes de saúde – e a comunidade local não-beneficiária. Para isso, utilizamo-nos de recursos quanti e qualitativos, começando por um levantamento bibliográfico acerca das temáticas de políticas públicas e interseccionalidade, conceito que, pretendendo dar conta do imbricamento entre classe, gênero e raça, nos permite pensar a construção de estigmas a partir de um possível tratamento discriminatório dos agentes públicos. Em seguida, realizamos entrevistas com mães beneficiárias e agentes públicos locais. Nossa primeira conclusão diz respeito à autopercepção das beneficiárias. Para as mães que se encontravam desempregadas, a falta de escolaridade é o maior obstáculo na busca por emprego e, conseqüentemente, na obtenção de uma renda fixa. Apesar da condição de vulnerabilidade, muitas delas não se consideram pobres por possuírem um lugar para morar com seus filhos e terem condições físicas – em termos de saúde e bem estar – de trabalhar, o que aparece como uma vantagem em relação a indivíduos mais vulneráveis. Com relação ao Programa Bolsa Família, há expressivo descontentamento quanto a falta de averiguação da renda das solicitantes e dos critérios que estipulam o valor do benefício, pois muitas mulheres recebem valores altos sem haver uma “real necessidade”. Aqui observamos que critérios morais em torno das noções de merecimento e meritocracia são comuns entre as beneficiárias. Quanto aos agentes públicos, é no ambiente escolar que vimos a construção de estigmas com mais clareza. Segundo as professoras, parte majoritária das crianças beneficiárias do Bolsa Família chegam à escola doentes, sem banho, com roupas sujas e sem material escolar ao passo em que suas mães aparecem bem vestidas. A conclusão tirada por elas é que o dinheiro recebido pelo Programa era usado em benefício das próprias mães e não das crianças. Além disso, todas vêem o programa como uma jogada política que visa o alcance de votos e não a melhoria de vida das famílias carentes, pois além da falta de fiscalização da situação da criança, os responsáveis não são encaminhados para empregos e/ou cursos de capacitação. Assim, verificamos que, embora sejam observadas defasagens no programa por essas agentes, a falta de recursos materiais e financeiros não é vista como uma possível justificativa para a forma como as crianças se apresentam na escola, tampouco as falhas do Bolsa Família. Ao invés da responsabilização do Estado que não cumpre sua promessa de superação da pobreza, deparamo-nos com a

responsabilização e estigmatização das beneficiárias enquanto mães imprudentes e desajuizadas.

**Palavras-chave:** Bolsa Família, Estigmatização, Pobreza

**Referências Bibliográficas:**

COLLINS, Patricia Hill. “Intersectionality: a knowledge project for a decolonizing world?”. Comunicação ao colóquio internacional Intersectionnalité et Colonialité: Débats Contemporains, Université Paris Diderot, 28 mar, 2014.

CRENSHAW, Kimberlé W. “Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”. University of Chicago Legal Forum, 1989, pp. 139-167.

**Capítulo 78 - DOI:10.55232/10830012.78**

**CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DAS BICAS PÚBLICAS  
DE OLINDA: SÃO PEDRO, QUATRO CANTOS E ROSÁRIO -  
SISTEMA COLONIAL DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA**

**Vania Avelar de Albuquerque**

**RESUMO:** É objetivo deste estudo a conservação e o restauro das estruturas arquitetônicas compostas pelas Bicas públicas de Olinda: São Pedro, Quatro Cantos e Rosário. Tombadas pela Prefeitura, em 1985, e inseridas no Polígono de Tombamento, Iphan/1979, fazem parte do Patrimônio Mundial da Humanidade desde 17 de dezembro de 1982, na Cidade de Olinda. Consideram-se tais Bicas não apenas monumentos históricos, visto que desempenham contemporaneamente, embora precariamente, funções no abastecimento cotidiano de água para a população mais humilde. A pandemia da COVID-19 reforça a prioridade da higiene e saúde quanto ao sistema de abastecimento de água. Assim, e devido à necessidade de enfoques múltiplos que complementam a abordagem patrimonial, elaboraram-se estudos técnicos hidrogeológicos, urbanísticos, arquitetônicos, ambientais e legais. Tais Bicas apresentam, de forma geral, degradação, tendo como principal agente o antrópico: a) águas poluídas, impróprias para uso humano e/ou a necessidade de monitoramento da verificação dos níveis de poluição; b) grau de degradação em níveis diferenciados no entorno imediato e nas suas estruturas; c) vandalismo generalizado; d) uso inadequado; e) danos nos perfilhamentos, rebocos e pinturas. As propostas de conservação e restauração das Bicas e seus entornos contaram com levantamento cadastral e proposta de organização de obras. O estudo finaliza com um roteiro de ações preventivas, uma vez serem, realmente, efetivas, quando consideradas parte de um processo que tem como meta a salvaguarda duradoura de um bem.

**Palavras-chave:** Sistema Colonial de Abastecimento de Água; Bicas; Fontes; Chafarizes; Conservação Preventiva.



Vista de Olinda, Cidade Patrimônio da Humanidade. Foto realizada pela autora

## **1 INTRODUÇÃO**

Envolvida por água, a Cidade de Olinda localiza-se às margens de um antigo braço do Rio Capibaribe, mangues e do Oceano Atlântico. No núcleo inicial da colonização, a partir do qual a cidade se expandiu, localizaram-se, praticamente, todos os monumentos históricos, tais como: igrejas, conventos, seminários, muitos deles, com a idade superior a 400 anos.

O centro histórico de Olinda conserva, com muita fidelidade, a trama urbana, a paisagem e o sítio da vila fundada no século XVI, na ocupação portuguesa em 1535. O traçado urbano é informal, característico dos povoados portugueses, de origem medieval, situados em morros, encantando pela paisagem e localização. O caráter próprio e diferenciado de Olinda está nessa ambiência paisagística, mantida ao longo de sua história. Junto ao casario singelo, erguem-se igrejas notáveis. Essas edificações foram construídas a partir do século XVI pelas missões religiosas. A arquitetura civil residencial combina elementos dos séculos XVII, XVIII e XIX, além de elementos neoclássicos do início do século atual.

A Cidade de Olinda situa-se no Estado de Pernambuco, no Brasil, América do Sul, Latitude 8° 02' 30" e Longitude 34° 53' 42". Terceira maior cidade de Pernambuco, Olinda possui 43,55 km<sup>2</sup> de extensão territorial. População de 367.902 hab, sendo 8.447,81 hab/ km<sup>2</sup>, apresenta uma alta densidade populacional. Olinda área urbanizada de 36,73 km<sup>2</sup>, correspondente a 98% do município, e 6,82 km<sup>2</sup> de área rural.

A água desempenha um papel modelador da Cidade de Olinda. Não só as grandes superfícies de água, como também os rios e o mar configuram os seus limites, obrigando-a a contorná-los. O mesmo ocorre com os cursos menores, que definem o desenho das suas ruas, às quais vêm ceder o lugar. Os pontos de acesso à água potável desempenham este papel e, pela importância crucial que têm a eles são reservados espaços que lhes conferem boa visibilidade e fácil acesso, num vazio com dimensões reservadas para poucos equipamentos da cidade. O desempenho desta função vital se atribui às Bicas, por serem importantes referências na imagem e identidade de Olinda. Com a pandemia da COVID19 a água fica ainda mais evidenciada como fundamental para a higiene e saúde das populações.

## **2 A IMPORTÂNCIA DAS BICAS PARA OLINDA**



As Bicas integram o primeiro sistema de abastecimento de água de Olinda desde o Séc. XVI. Suas fontes de água constituíram fator determinante na localização da Vila de Olinda, somado a existência de porto natural, ao lado da questão estratégica de defesa, configurada pelas colinas e pela salubridade oriunda dos ventos vindos do mar. Essas Bicas estão ligadas ao próprio desenvolvimento urbano de Olinda, segundo Vanildo Bezerra Cavalcanti.

Mostrando pequenas construções, a partir do Séc. XVI essas Bicas foram destinadas ao fornecimento de água à população de Olinda. Ao longo dos anos, foram ficando subutilizadas, diante da infraestrutura de fornecimento d'água instalada na Cidade. Entretanto, em razão de o sistema de abastecimento público estar longe do ideal, a população continua fazendo uso delas para consumo diário de água.

As Bicas públicas são integrantes do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Olinda o qual, diante da sua importância Patrimonial, foi inscrito nos Livros de Tombo de Belas Artes, no Histórico e no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em 1968. As Bicas também foram tombadas isoladamente pela Prefeitura de Olinda, em 1985, e as mesmas estão inseridas no Polígono de Tombamento do Município de Olinda, estabelecido pelo Iphan em 1979 e integram o PAC-CH – Programa de Aceleração do Crescimento Cidades Históricas, Olinda 2013-2014.

Vale salientar que tais Bicas possuem, ainda hoje, valor utilitário para as pessoas mais carentes, que vêm nelas uma das maneiras mais fáceis de acesso ao fornecimento gratuito de água. Elas fazem parte do Patrimônio Mundial da Humanidade desde 17 de dezembro de 1982, quando a Cidade de Olinda foi inscrita pela Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura -, na Lista do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Entretanto as Bicas não são apenas monumentos históricos visto que, ao mesmo tempo, embora precariamente, abastece regularmente de água população, em especial a mais humilde, do núcleo histórico da cidade, em época de pandemia da COVID19 prioridade a higiene e saúde das populações

A Bica dos Quatro Cantos continua com boa vazão, sendo utilizada como fonte de água para fins não potáveis.

A Bica do Rosário apresenta duas galerias que captam água de dentro do solo da encosta e convergem para um ponto de cota mais baixa, antigamente muito utilizada para lavagem de roupa. Atualmente, a água da Bica verte para uma canaleta que cruza a Estrada do Bom Sucesso e deságua no córrego remanescente do Val das Fontes - o Rio Tapado.



A Bica de São Pedro, apesar de apresentar maior vazão de água entre as Bicas, hoje é a única que não se mantém ativa, por ter tido seu fluxo desviado para a galeria de águas pluviais pela municipalidade, alegando contaminação.

Nas últimas décadas, as Bicas foram ficando progressivamente contaminadas por esgotos domésticos, confirmado pela realização de análises físico-químicas e bacteriológicas nas três Bicas públicas, já no ano de 2000, mostrando certo nível de comprometimento bacteriológico.



### **3 A SITUAÇÃO ATUAL DAS BICAS**

Verifica-se uma inversão de valores, abandono e resistência, com relação às Bicas públicas de Olinda, as quais têm sido comumente tratadas como equipamentos de abastecimento d'água obsoletos. Por outro lado, a persistência da população carente em utilizá-las, ainda que precariamente, não se traduz como uma espécie de resistência a uma tradição, mas como uma subversão ao sistema oficial de abastecimento.

As Bicas Públicas de Olinda são detentoras de uma proporção com equivalência e equilíbrio em modulação perfeita, pela harmonia das suas partes com relação ao todo, resultando em modinaturas particulares nos seus modos de tratamento plástico de grande singeleza.

A Bica dos Quatro Cantos, peça colonial, com frontispício em estilo clássico, apresenta cercadura com cimalha rampante. Possui pequeno pátio acessado por escada com degraus de pedra em bossel. Bacia de recolhimento em pedra calcárea. Encontra-se em péssimo estado de conservação, com água estagnada, pela deficiente drenagem e

acúmulo de lixo, devido ao mau uso e vandalismo. Situa-se em pequeno Largo, sustentado por muro de arrimo. Seu georeferenciamento: Latitude 8° 0' 56,72" S e Longitude 34'51'13,34"O.

A Bica do Rosário apresenta características do estilo barroco, com seu frontispício guarnecido de volutas, curvas e cimalha alteada no centro. Abaixo da cimalha mostra um brasão com o símbolo de Olinda. A Bica está engastada entre muros de arrimo, criando pátios acessados por escadas lageadas em pedras. Seus paredões são ornados com dois jarros. É a única Bica alimentada por duas fontes mediante galerias. Apresenta alto estado de degradação, devido ao acúmulo d'água pela deficiente drenagem, sendo sua bacia de acolhimento em pedra calcárea. Seu georeferenciamento: Latitude 8° 0' 3,39" S e Longitude 31'51'11,28" S.

A Bica de São Pedro se encontra em uma interseção viária, a mais singela das três Bicas Públicas. Singela peça colonial de estilo barroco, apresenta seu frontispício de modinatura composta por jogo de elementos em curvas harmoniosas, com cimalha alteada no centro e cartela, contendo um dos símbolos de Olinda, o globo terrestre encimado por Cruz Latina – Orbis Cristianis (Mundo Cristão). Seu frontispício está colado parcialmente na parede do imóvel vizinho. A bacia de recolhimento d'água é em pedra calcárea. Encontra-se em estado de conservação da sua estrutura regular, mas sem verter água, por desvio da Prefeitura. Seu georeferenciamento: Latitude 8° 1' 3,23" S e Longitude 31'51'13,30" O.

#### 4 A SISTEMÁTICA DO ESTUDO DAS BICAS



O estudo das Bicas pautou-se na política de preservação considerando que os Bens Patrimoniais cumprem 4 funções básicas: reforçar a noção de cidadania através de bens de interesse público geridos pelo Estado; materializar a ideia de nação e reforçar a coesão nacional; servir como provas materiais e documentais das versões da história de um povo e de sua ocupação territorial; servir como instrumento pedagógico, visando a instrução dos cidadãos.

A valorização das Bicas tem sido desprezada como marcos temporal na composição da paisagem urbana. Talvez esses fatos expliquem a ausência de ações de conservação e restauro, assim como de estudos sobre o tema. Esta é a constatação mais simples do presente Estudo.

O estudo das Bicas públicas de Olinda teve necessidade de múltiplas abordagens abarcando temas estruturadores como um conjunto de bens patrimoniais que envolvem a Arquitetura e Engenharia Hidráulica, cuja funcionalidade deverá ser mantida, compreendendo os aspectos mediante estudos técnicos Hidrogeológicos, Urbanísticos, Arquitetônicos, Ambientais e Legais.

## **5 ESTRUTURAÇÃO DO ESTUDO**

Estruturam e conformam os itens deste trabalho os aspectos que se apresentam como produtos dos estudos, listados a seguir: a) Levantamento de dados históricos e levantamento físico; b) Levantamento de pontos de abastecimento d'água de Olinda, desde o Séc. XVI; Levantamento cadastral das Bicas e seus entornos, com apresentação de planta de locação, planta de situação, planta baixa, cortes e fachadas; c) Maquetes eletrônicas de cada Bica, visando a uma melhor compreensão das suas volumetrias; d) Mapa de danos, com a situação de degradação, capaz de subsidiar um futuro estudo de intervenção; e) Visão Perceptiva - Percurso entre as três Bicas Públicas de Olinda, buscando a percepção da paisagem urbana; f) Prospecções arquitetônicas, objetivando a análise química e física de materiais construtivos, com o fim de subsidiar a identificação dos danos e possíveis soluções quanto às três Bicas e seus entornos; g) Diagnóstico das três Bicas de Olinda e seus entornos; h) Propostas para as três Bicas de Olinda e seus entornos; i) Proposta de Rota Temática, interligando as três Bicas Públicas de Olinda; j) Proposta de iluminação para as três Bicas de Olinda e seus entornos; k) Proposta de conservação preventiva para as três Bicas de Olinda e seus entornos; l) Estudo de organização de obras das Bicas.

Como resultante desses produtos, tem-se a Proposta de Conservação e Restauração das três Bicas Públicas de Olinda e dos seus entornos, requalificando os bens históricos e tombados, restabelecendo as condições satisfatórias de higiene para os usuários, como um componente efetivo de valorização do conjunto urbano, para a efetiva apropriação social na preservação do patrimônio, cujo estudo obteve o primeiro Premio Ana – Agencia Nacional de Águas – BRASIL/2012.



## **6 A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO**

No que se refere à ação de conservação e restauro propriamente dita, a proposta para as Bicas de Olinda: São Pedro, Quatro Cantos e Rosário e seus entornos, se impõe como às de mínima intervenção necessária nas suas estruturas, visando a manter a harmonia reinante nos seus espaços no resgate da integridade destes Bens.

Os projetos de restauração respeitam-se à individualidade de cada Bica, considerando que cada uma é única, enquanto obra de arte, respeitando princípios de intervenção: compatibilidade com os materiais originais respeitando a originalidade, intervenção mínima, possibilitando a reversibilidade mediante o reconhecimento da intervenção

Resgata-se o fornecimento de água (Bica de São Pedro) e água de boa qualidade com inserção de sistemas de tratamento de água (todas as três Bicas). Reduz-se o impacto degradador e resgatam-se as suas integridades diante do uso indevido como sanitário, pela ausência nas proximidades, mediante proposta de inclusão de sanitários públicos.

Proposta da Bica do Rosário ampliar a escada de acesso ao segundo pátio ocupando a sua toda largura, corrigindo os perigosos vazios nas laterais da escada existente, além de dar maior imponência e segurança.

Enquanto a Bica de São Pedro, por se encontrar em uma interseção viária, sem a mesma força dinâmica de um largo, apenas receberá generosa calçada adicional, protegendo-a, mediante um tratamento urbano qualitativo, bem como, corte na calçada elevada à direita, descortinando-a inteiramente.

Na Bica dos Quatro Cantos propõem-se ações de restauro com mínima intervenção e a valorização do seu Largo como uma extensão da Casa do Patrimônio/Iphan, complementando o espaço necessário para as atividades culturais.

Enfim, e igualmente consistente, a questão do controle da qualidade da água das três Bicas integra a proposta, reforçada nesta época de pandemia da COVID19. Recomenda-se o resgate da sua potabilidade, mediante instalação de sistemas de tratamento da água compatível com suas vazões. Estas ações são acompanhadas de outras a médio e longo prazo, a saber: envolvimento da população no entendimento das ações e seu cuidado através da educação patrimonial que se configuram em complementos fundamentais para a permanência desses acervos patrimoniais, exemplos singulares do sistema de abastecimento colonial hidráulico que surgiram com a Cidade de Olinda.

## **7 CONCLUSÕES**

A gênese das Bicas é o abastecimento de água à Cidade, disponibilizadas no espaço público, mas a sua componente ornamental é também um aspecto importante sob o ponto de vista estético. Trata-se, com efeito, de equipamentos com presença marcante no seu local de inserção. Este é o caso das Bicas de Olinda: Bica de São Pedro, Bica dos Quatro Cantos e Bica do Rosário que, embora tenham perdido parcialmente a função básica de fornecimento de água, com qualidade, devido ao sistema de abastecimento moderno existente, continuam servindo e guardam permanência no imaginário da população, diante do sentimento de pertencimento conferido.

Considera-se fundamental o envolvimento da comunidade, no caso, na revitalização das Bicas, mediante o processo de restauração e conservação. Entende-se

que além da depreciação normal do passar do tempo, as agressões constantemente advindas de ações de vândalos têm acelerado o processo de decadência das belas Bicas que têm sua história vinculada ao processo de formação da Cidade de Olinda, Patrimônio da Humanidade.

Apesar das leis e normas, parece que não há um perfeito entendimento da população do que significa a ação de proteção. Acredita-se que falta aos Institutos, que estão a serviço do povo, agir de uma forma mais clara para ter o apoio da população. Há deficiência da capacidade dos Institutos nas suas estratégias de trabalhar para o povo e não com o povo. É indispensável ter o povo como parceiro nesta empreitada coletiva visando à proteção dos bens. Afinal, para reconhecer o trabalho dos Institutos se faz necessário, primeiro, conhecer e entender a fim de proteger.

Reforça-se que a continuidade da permanência deste conjunto de bens patrimoniais, enquanto integrantes do Sítio Histórico de Olinda, preservando-se mediante simples ações de conservação preventiva, que além de proporcionar a contínua manutenção da qualidade ambiental das suas estruturas e entorno, visa garantir a salubridade das suas águas, somada a instalação de equipamentos de tratamentos das águas junto às Bicas, em especial em tempos de pandemia da COVID19 como prioridade a higiene e saúde das populações, passando pelo sistema de abastecimento de água.

Diante da importância das Bicas para a Cidade de Olinda, no serviço à população ao longo dos tempos, enquanto fator determinante das suas fontes para a fundação da Cidade, este trabalho as resgata, individualmente e no conjunto, como elementos que proporcionam a possibilidade concreta de usufruto pela população e visitantes, de um serviço com adequado tratamento das suas estruturas e retomando a qualidade das águas públicas, enquanto bem de direito do cidadão.

Dentro da proposta, além da conservação preventiva e restauração considerando a mínima intervenção nas suas estruturas, está o restabelecimento das condições satisfatórias de higiene para os usuários, mediante proposta da instalação de sistemas de tratamento das suas águas contíguo as Bicas, a fim de ser um componente efetivo de valorização do conjunto urbano.

## **REFERÊNCIAS**

1. Alberti, Leon Battista. *Tratado De Leon Battista Alberti*. Traduzido por Giovanni Orlandi. 2 ed. Milano: Polifilo, 1966.
2. de Azevedo Gusmão Filho, Jaime. *A Cidade Histórica De Olinda: Problemas E Soluções De Engenharia*. Editora Universitária UFPE, 2001.
3. Cavalcanti, Vanildo Bezerra. *Olinda Do Salvador Do Mundo: Biografia Da Cidade*. Editora ASA Pernambuco, 1986.
4. Fonseca, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio Em Processo: Trajetória Da Política Federal De Preservação No Brasil. Patrimônio E Memória. Vol. 2*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005.
5. Olinda, Prefeitura Municipal de. *Situação Geotécnica E Hidrogeológica No Sítio Histórico De Olinda-Pe*. Recife: Convênio Prefeitura Municipal de Olinda - PMO e Fundação para o Desenvolvimento da UFPE - FADE / Departamento de Engenharia Civil-UFPE, 2007.
6. Saramago, José. *Ensaio Sobre a Cegueira*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
7. Vitruvio, Marco Polião. *Da Arquitetura*. São Paulo: Hucitec. 1999.

**Capítulo 79 - DOI:10.55232/10830012.79**

**GESTÃO DE MUDANÇAS: ESTUDO DE CASO DA EMPRESA  
CRESCA MAIS**

**Vinicius Theodoro Gomes e Gustavo Júlio dos Santos**

**RESUMO:** O presente trabalho está centrado na importância de plataformas online de estudos e de que forma pode ser benéfico para as pessoas que o realizam, bem como na sua praticidade, eficiência e conforto da sua própria residência. Os resultados mostram que pessoas que optam por estudar diante dessas plataformas estão colaborando para uma disrupção no ensino que em um futuro será dominado pelo ensino Ead, e precisam ter uma maior disciplina e maior concentração para que tenha um resultado positivo esperado. Conclui-se que plataformas online de ensino não são só para quem não tenha condições para ter aulas presenciais e de grandes distâncias, mas sim uma experiência futurista que iremos ter, nos deixando mais à vontade com a nossa relação de estudo e com uma maior flexibilidade em relação aos nossos horários. Com base nesse contexto surgiu a necessidade de conhecer os profissionais responsáveis pelas próprias plataformas de ensino situadas na cidade de Varginha. Para tanto, foram utilizadas as técnicas de pesquisa de campo, observação e entrevistas, através das quais foi avaliado como os professores e os seus alunos da plataforma se sentem com essa vivência e se este contribui para um maior conhecimento e um estudo alternativo.

**Palavras-chave:** Inovação. Gestão de mudanças. Aprendizado



## **1. INTRODUÇÃO**

O presente trabalho visa compreender o modelo de gestão de mudança da empresa Cresça Mais. No atual cenário de medo e insegurança devido à Pandemia, as empresas têm buscado treinar e capacitar seus colaboradores através de novas metodologia de ensino aprendizagem, como cursos à distância (EAD ou Online), através de ferramentas e plataformas virtuais de educação corporativa. Estas ferramentas possibilitam que os profissionais e as empresas possam se manter atualizados e ampliem seus conhecimentos.

Desta maneira a Cresça Mais vem com uma metodologia diferenciada e atual para facilitar o aprendizado individual ou em parcerias com as instituições de nossa região e do país por ser de forma virtual com os profissionais altamente qualificados e atualizados.

Dessa forma, todos necessitam se dedicar e qualificar para conseguir se manter competitivo neste mercado de trabalho, e pensando nisto que a Cresça Mais, vem se consolidando neste cenário atendendo diversas empresas e quando estas empresas buscam esta parceria para seus funcionários a mudança organizacional é muito satisfatória para todos os envolvidos, pensando de forma estratégica.

E como a Cresça Mais pode se manter competitiva nos dias de hoje com toda esta tecnologia a disposição. Buscando se atualizar, ter profissionais bem qualificados, está antenado às demandas de mercado, disposta a se adaptar conforme solicitação do cliente, ser uma empresa inovadora.

## **OBJETIVOS**

### **Objetivo Geral**

O presente projeto tem por objetivo geral, realizar um estudo de caso sobre o tema gestão de mudança. Neste sentido, buscou-se uma empresa que vem realizando esta mudança através do conhecimento com uma plataforma de capacitação corporativa, que oferece conteúdos relevantes para o desenvolvimento pessoal e profissional.

### **Objetivos Específicos**

- Contextualizar a empresa Cresça Mais;

- Avaliar a gestão de mudanças dentro da empresa;
- Compreender a educação corporativa no Brasil;
- Analisar a plataforma de ensino virtual no Brasil.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

A educação, assim como as outras áreas da sociedade, evolui à medida que o homem se desenvolve. Isso ocorre, pois o desenvolvimento tecnológico e social gera modificações nos constructos sociais que estabelecem essas relações (HARARI, 2014), portanto os próprios conceitos ontológicos da moral são inerentes à mobilidade do entendimento humano (TAYLOR, 1997). Assim sendo, é visível que o desenvolvimento tecnológico, gerado através das tecnologias comunicacionais contemporâneas, reflete suas consequências nas estruturas de relações entre o virtual e a realidade (LEMOS, 2010). Desse modo, as relações inerentes ao ensino também se modificaram, pois como afirma, Branco (2017), o desenvolvimento destas tecnologias ampliou de forma exponencial o fluxo informacional disponível aos indivíduos, por consequência, é coerente afirmar que a própria forma do ensino vem se modificando.

### **2.1 Gestão de mudanças nas organizações**

A gestão da mudança é apontada como um caminho para o ajuste eficaz das organizações aos novos cenários. Segundo Anderson e Anderson (2001), a gestão da mudança, desde a década de 90, vem assumindo papel de destaque entre as práticas gerenciais, pois prepara as corporações para novas realidades, uma vez que mudar tornou-se requisito para o sucesso, transformando os desafios da mudança em oportunidades. Os tipos de mudanças são:

a) **Mudança incremental:** aparece para incrementar, acrescentar algo à empresa e aos processos existentes. Trata-se de uma melhoria que pode ocorrer em processos internos ou na estrutura organizacional. A mudança incremental é a mais comum de ocorrer, porque não exige um grande planejamento e pode ser implementada aos poucos, discretamente e no dia a dia.

b) **Mudança Transformacional:** a mudança transformacional tem o intuito de alterar, transformar, trazer algo novo. Focada na transformação, ela modifica o ambiente

em que a empresa está inserida, influenciando diretamente na rotina de líderes e seus colaboradores. Trata-se de uma reestruturação que atende uma nova estratégia, envolvendo tendências, avanços tecnológicos e climas sociais.

c) **Mudança Evolucionária:** Mais um entre os tipos de mudança organizacional é a mudança evolucionária. Esse tipo de mudança surge a partir de um propósito, de uma necessidade da empresa ou uma demanda do mercado. Caso a empresa esteja passando por alguma dificuldade, um plano de ação para sair deste cenário é também uma evolução. Criar um produto novo para se diferenciar no mercado, por exemplo, pode ser uma alternativa.

d) **Mudança Revolucionária:** A mudança revolucionária é pautada por um objetivo geral da organização – seja para melhorar as vendas, impactar novos consumidores, superar a concorrência, entre outros. Esse tipo de mudança é a mais ousada e vai impactar os colaboradores, mas, além disso, também os clientes diretos da empresa e o mercado como um todo. Novas propostas e estratégias, a parceria com uma grande empresa, uma inovação disruptiva a ser lançada, um novo modelo de gestão, novo mercado de atuação, todos esses podem ser exemplos de mudança revolucionária.

## **2.2 Educação corporativa no Brasil**

É sabido que neste milênio, a base geradora da riqueza das nações será constituída por sua organização social e pelo seu conhecimento criador. Não é por coincidência que o tema Universidades Corporativas desperta tanto interesse nas empresas realmente preocupadas com competitividade, propiciando ao mesmo tempo encantamento e polêmica. Surge no final do século 20 como o setor de maior crescimento no ensino superior. Para compreender sua importância tanto como novo padrão para a educação superior quanto, num sentido amplo, como instrumento-chave de mudança cultural, é importante compreender as forças que sustentaram o aparecimento desse fenômeno (Meister, 1999). Em essência, são cinco: Organizações flexíveis: a emergência da organização não-hierárquica, enxuta e flexível, com capacidade de dar respostas rápidas ao turbulento ambiente empresarial; Era do Conhecimento: o advento e a consolidação da economia do conhecimento, na qual conhecimento é a nova base para a formação de riqueza nos níveis individual, empresarial ou nacional; Rápida obsolescência do conhecimento: a redução do prazo de validade do conhecimento associado ao sentido de

urgência; Empregabilidade: o novo foco na capacidade de empregabilidade / ocupacionalidade para a vida toda em lugar do emprego para toda a vida; Educação para estratégia global: uma mudança fundamental no mercado da educação global, evidenciando-se a necessidade de formar pessoas com visão global e perspectiva internacional dos negócios.

### **2.3 Plataformas de ensino virtual**

A educação a distância (EAD) está crescendo e tomando espaço, com o propósito de suprir parte das deficiências existentes hoje na educação. Segundo Azevedo (2000), entre as várias soluções imaginadas e propostas, a EAD é frequentemente lembrada para aumentar a capacidade do sistema de educação superior, mantendo a qualidade do ensino e da formação profissional. Existem vários meios que são utilizados na educação a distância: material impresso, rádio, TV, computador e outros. De acordo com Souza (2006), os avanços tecnológicos oferecem aos usuários de mídias em geral, várias ferramentas de comunicação disponibilizadas na Internet. Em alguns sistemas hospedados nesta rede, encontram-se ferramentas reunidas e organizadas em um único espaço virtual, visando oferecer ambiente interativo e adequado à transmissão da informação, desenvolvimento e compartilhamento do conhecimento. Na educação a distância utiliza-se o meio tecnológico como ferramenta de apoio para o aprendizado. Eles assumem um papel fundamental de mediadores do conhecimento, ao possibilitar a troca de informações. A internet está sendo largamente usada em EAD, por diversos recursos de comunicação e interação, além de possibilitar a utilização de ambientes virtuais de aprendizagem. Por meio deles é possível disponibilizar um conjunto de ferramentas de comunicação e cooperação entre os participantes, apoiando o processo de conhecimento coletivo e ferramentas administrativas que apoiam o processo de gestão e acompanhamento dos cursos.

## **3. MATERIAIS E MÉTODOS**

Conforme salientou-se na introdução, usaremos os dados obtidos na pesquisa que será feita através de um formulário. Tal pesquisa foi realizada na empresa Cresça, onde foi solicitado aos profissionais da Instituição a resposta a uma pesquisa.

Os procedimentos metodológicos utilizados na realização deste trabalho utilizam-se, inicialmente, de dois métodos, o primeiro é o método indutivo, baseado e compreendido que através da verificação e do levantamento de referencial teórico. Para Lakatos e Marconi (2007 p.86), “Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados, infere-se a uma realidade. Ao elencar os procedimentos metodológicos para a elaboração do trabalho leva-se também a compreender que indiretamente utiliza-se o método dialético, que de acordo com Gil (2008, p.14), “A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, uma vez que estabelece que os fatos sociais não possam ser entendidos quando consideramos isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas e culturais.”

## **4. ANÁLISE E DISCUSSÃO**

### **4.1 Contextualização da Empresa**

Empresa: Cresça Mais Edtech.

Cidade: Varginha - MG.

Instituição Privada: Empresa EIRELI.

Início das Atividades: Produtos atuais foram iniciados em 12 de junho de 2018.

Quantidade de funcionários: 15 funcionários diretos.

Alunos: 40.000 cadastrados, em mais de 70 empresas espalhadas pelo Brasil.

Gestão de Qualidade: Com linguagem simples, os cursos ofertados utilizam de metodologia focada no aluno como centro do processo ensino-aprendizagem, otimizando o tempo das equipes em treinamento. A plataforma Cresça Mais possibilita a construção do conhecimento onde e quando quiser, além de oferecer indicadores sobre o desempenho dos alunos. Fundada em Varginha, Sul de Minas Gerais, a plataforma Cresça Mais oferece conteúdo online em diversas áreas do conhecimento, ministrados por profissionais experientes. Hoje, a Cresça Mais está presente em empresas e entidades de todas as regiões do Brasil, colaborando para que, cada dia mais, pessoas sejam transformadas a partir da Educação.

Gestão de Competência: Cursos com experts: Profissionais com vivência prática e referência no setor.

Ajudamos você a produzir seus conteúdos: Você quer produzir um curso/conteúdo para você ou para sua empresa? Nós te ajudamos!

Mantenha sua equipe atualizada: Treinamentos prontos para serem implementados dentro da sua empresa.

Conhecimento para seu negócio: Capacite sua equipe com especialistas do mercado, além disto, desenvolva os próprios conteúdos da sua empresa.

Adaptável para os dispositivos: Acesse de qualquer dispositivo, basta ter acesso a internet.

Gerir os melhores resultados para seu negócio: Investimentos em conhecimento geram sempre os melhores lucros.

Projeto Empresarial: O projeto foi estruturado a partir de uma experiência anterior, através da Startup Save Companies. Uma plataforma que conecta fornecedores e compradores, mas o projeto teve que ser parado, sendo os principais fatores: timing, equipe e mercado. Nós visitamos e conhecemos centenas de empresas, conhecendo suas realidades e maiores necessidades. Então identificamos que um dos grandes problemas é a falta de conhecimento e capacitação (colaboradores, parceiros e clientes), bem como a falta de recursos para criar um ambiente para que isso aconteça. Assim, começamos a Cresça Mais.

#### **4.2 Gestão de mudanças nas organizações**

A gestão de mudanças tem como principal objetivo aumentar a probabilidade de sucesso dos projetos de mudanças nas organizações, fazendo com que as iniciativas sejam realizadas com menos impactos nos indivíduos e mais retorno sobre o investimento. O conceito de mudança que estamos explorando é o de melhorar uma empresa, alterando a forma como o trabalho é realizado. Quando você apresenta uma mudança para a organização, em última análise, você estará impactando um ou mais dos seguintes aspectos: Processos; Sistemas; Estrutura organizacional; Funções de trabalho; Ferramentas de trabalho; Mensuração da performance; Remuneração; Comportamentos. A mudança normalmente advém de uma reação a problemas ou oportunidades específicas que a organização encontra, com base em estímulos internos ou externos. Embora a noção de se tornar “mais competitiva”, “mais próxima do cliente” ou “mais eficiente” possa ser a motivação para mudar, em algum momento esses objetivos devem ser transformados em impactos reais nos processos, sistemas, estruturas de organização e/ou funções de trabalho. Este processo de mudança que impacta como as coisas são feitas mostra a importância de se gerenciar essas transformações com uma abordagem estruturada de

gestão de mudanças. Se estamos alterando a forma como os indivíduos trabalham, precisamos gerenciar a transição de cada um deles para que consigam atuar da forma que a organização deseja. Caso contrário, o resultado será pessoas trabalhando da mesma forma e ausência de retorno sobre o investimento dos projetos realizados.

### **4.3 Educação corporativa no Brasil**

A educação corporativa nas empresas representa uma robusta estratégia fonte de vantagem competitiva. Ela promove mudanças positivas na estrutura e na cultura organizacional como um todo, bem como o seu conhecimento gerado é visto como o valor único e difícil de ser imitado pelo mercado cada vez mais competitivo. É por essas e outras razões que muitas organizações já incentivam e oferecem aos seus colaboradores cursos in company, programas de MBA ou cursos customizados para atender às demandas e lacunas específicas da empresa. A importância da educação corporativa nas empresas é observada em vários aspectos tangíveis e intangíveis dentro da organização, indo além da formação educacional e desenvolvimento de habilidades dos colaboradores. Confira alguns benefícios fundamentais da sua implementação:

**Mudança comportamental:** O comportamento talvez seja o benefício mais visível no curto prazo dentro das empresas que iniciam programas de educação corporativa, haja vista que a autonomia colocada no processo de aprendizagem estimula um maior autoconhecimento, habilidades de lideranças e envolvimento dos colaboradores. Assim, eles conseguem alcançar os resultados organizacionais com maior eficiência.

**Expansão da criatividade e inovação:** Ao serem estimuladas habilidades e competências do pensamento crítico e criativo nos funcionários, estes conseguem oferecer soluções mais inovadoras aos procedimentos, técnicas, produtos e serviços tradicionais da organização. Contudo, a empresa deve promover espaços de colaboração para que o conhecimento possa permear todos os setores e expandir limites internos.

**Aumento da produtividade:** Não há dúvidas que o colaborador ganha muito ao engajar-se na educação corporativa nas empresas, porém a empresa por completo se beneficia desse conhecimento gerado. O colaborador procura se envolver mais em todos os processos da organização, conhecendo áreas diferentes e se entrosando com a sua equipe. Além disso, quando a empresa alia gestão do conhecimento ao processo de

educação, a aprendizagem é compartilhada e expandida, contribuindo para a diminuição das falhas em processos e aumento da produtividade como um todo.

Retenção de talentos: Ao perceber os investimentos que a organização dispõe para o seu desenvolvimento intelectual e pessoal, o colaborador se sente mais valorizado, aumenta a sua autoestima e a sua motivação contribui para a sua decisão de continuar na empresa e buscar novas oportunidades internas de crescimento. Dessa forma, a educação corporativa é um importante pilar que sustenta os projetos de retenção de talentos da organização, assim como é vista como um programa de benefícios valorizado pelo mercado e atrai os melhores talentos para a organização. Como podemos constatar, a educação corporativa desempenha papel fundamental na estratégia de qualquer tipo de organização, não somente incrementando a capacitação profissional dos colaboradores, mas também promovendo uma mudança global em todos os agentes envolvidos diretamente ou indiretamente com a proposta e favorecendo o atingimento das metas organizacionais.

#### **4.4 Plataformas de ensino virtual**

Os benefícios da adoção ficam claros para toda a comunidade escolar. Desde os gestores até os responsáveis, passando pelas turmas e pelos educadores, todos podem aproveitar as vantagens da plataforma digital de ensino. Para cada função de ensino ou seus responsáveis por isso acontecer ocorre uma coisa para melhorar a aprendizagem são elas:

Para as escolas: são gerados relatórios sobre o desempenho e o engajamento de alunos e turmas. A partir dessas informações, é possível identificar os principais desafios de cada série e propor atividades de reforço. Isso facilita o acompanhamento de coordenadores e gestores. As escolas demonstram que estimulam a inserção de ferramentas tecnológicas no dia a dia de crianças e adolescentes. Esse esforço é reconhecido pela comunidade escolar como um todo e desperta o interesse de outros responsáveis pelas boas práticas de ensino. A preocupação em modernizar a rotina da escola tem reflexos positivos também no corpo docente. O professor percebe que há investimentos para melhorar a qualidade do ensino e para aproveitar mais o seu potencial. Quem ganha com a adoção é o processo aprendizagem.

Para os professores: a plataforma possibilita preparar um conteúdo sob medida para o plano de aulas. Além de acompanhar a maneira como as turmas assimilam os



assuntos trabalhados, os professores também conseguem enviar considerações sobre exercícios específicos para os alunos. As ferramentas oferecidas potencializam a didática do professor. Com a interatividade, é mais fácil reter a atenção das turmas para os temas que são trabalhados. Se há mais concentração nos conteúdos, a aprendizagem flui de maneira mais eficiente. Algumas plataformas permitem que o conteúdo produzido pelo professor seja inserido no ambiente digital. Assim, o empenho para a elaboração não é perdido e os educadores se sentem mais reconhecidos pelo seu trabalho. Esse sentimento é muito positivo para o contexto da educação.

Para os alunos: existem fóruns que motivam os estudantes a trocar impressões sobre os conteúdos trabalhados pelos professores. Isso incentiva a colaboração e a interação entre as turmas. A forma como são apresentados vídeos e imagens também ajuda a despertar o interesse. A proximidade com os educadores também aumenta. Os estudantes podem receber feedbacks específicos sobre o desempenho nos temas trabalhados. Esse diálogo estimula o esforço dos alunos, ajuda a mapear as dificuldades e favorece uma relação mais amigável com os professores. As mochilas, por outro lado, ficam mais leves. Com a plataforma digital, o material didático está no dispositivo utilizado para o acesso. A rotina de carregar peso, assim, é deixada para trás. O uso de escaninhos também não é mais necessário.

Para os pais: a aprendizagem se torna mais atrativa e os pais podem notar uma mudança no comportamento dos estudantes. As ferramentas incentivam a gestão do tempo e o senso de responsabilidade, dois elementos que serão fundamentais para os futuros profissionais no mercado de trabalho. Todos os empregos exigem, em maior ou menor grau, conhecimentos sobre o mundo virtual. Incentivar o uso dessas ferramentas é uma maneira de estimular a adaptação, por parte de crianças e adolescentes, às mudanças tecnológicas. A plataforma digital também pode ser acessada pelos dispositivos móveis dos estudantes. Os custos dos livros físicos costumam ser superiores aos da plataforma. Assim, os responsáveis que incentivam um ensino mais tecnológico também podem economizar.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para os funcionários da empresa, a participação dos alunos nas plataformas online, proporcionando flexibilidade de horário para um melhor desempenho educacional e para uma maior disciplina na educação a distância, conclui-se que a empresa Cresça mais

como uma instituição promotora de educação com uma correlação pela educação das pessoas.

O ensino a distância está em constante desenvolvimento em várias partes do mundo atualmente, fazendo com que comece a se pensar em como futuramente o ensino educacional será determinado, pelo fato de uma globalização no mundo inteiro cada vez mais acentuada, e a tecnologia sendo melhorada e inovadora sempre em constante desenvolvimento, pode-se analisar que o ensino presencial em salas de aulas com professores presencialmente possivelmente irá se dissipar, dando mais oportunidades para os alunos que não podem ir a grandes distâncias para ter as suas aulas e também em relação a flexibilidade de horário dos próprios alunos.

Como podemos ver nos gráficos evidenciados logo acima, com a pandemia as inscrições para aulas em plataformas digitais aumentou em 400% na empresa Cresça Mais, sendo evidenciado uma procura mais ampla para os alunos que querem aumentar seus conhecimentos por meios alternativos. Os funcionários da empresa são de maioria masculina, com o total de 9, mas também com 6 mulheres presentes. O feedback dos alunos que fazem os cursos da própria empresa, são de grande maioria positivos, mostrando um aprendizado e um conhecimento mais amplo adquirido. A faixa etária dos funcionários da empresa que tem maior número expressivo é de 21 a 30 anos com 6 funcionários contendo essa média de idade. A maioria dos funcionários também apresentam experiência na área de 2 anos e 5 meses até 5 anos e por fim o que os alunos mais reclamam sobre as aulas é que não tem mais conteúdos para serem explorados com auxílio de professores online.

## **REFERÊNCIAS**

ADIZES, Ichak. **Gerenciando as mudanças: o poder da confiança e do respeito mútuos na vida pessoal, familiar, nos negócios e na sociedade** 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1995.

ANDERSON, Dean; ANDERSON, Linda S. **Beyond change management: advanced strategic for today's transformational leaders** San Francisco: Jossey-Bass, 2001.

AZEVEDO, Wilson. Educação a distância na universidade do século XXI. 2000. Disponível em: Acesso em 06 de Maio de 2018.

- EBOLI, M. Educação Corporativa no Brasil: Da Prática à Teoria. Anpad, 2004.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HAYES, John. **The theory and practice of change management** New York: Palgrave, 2002.
- KIRKBRIDGE, Paul. Gerir mudança. In: STACEY, Ralph. **Pensamento estratégico e gestão de mudança: perspectivas internacionais sobre dinâmica organizacional** Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- KOTTER, John P. Liderando a mudança: por que fracassam as tentativas de transformação. In: **MUDANÇA: Harvard Business Review** Trad. Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- KOTTER, John P. **Liderando mudança** 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- KOTTER, John P. Oito erros fatais. In; JÚLIO, Carlos A. **Inovação e mudança: autores e conceitos imprescindíveis** São Paulo: Publifolha, 2001.
- KOTTER, John P. What leaders really do. **Harvard Business Review**, p. 85-96, 2001.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos da Metodologia Científica. 6. Ed. 5. Reimp. São Paulo: Atlas, 2007.
- MEISTER, J. C. Educação Corporativa: a gestão do capital intelectual através das Universidades Corporativas. São Paulo: Makron Books, 1999.
- NADLER, David A., TUSHMAN, Michael L. Beyond the charismatic leader: leadership and organizational change. **California Management Review**, v. 32, n. 2; p. 77-98, 2001.
- SOUZA, Maria Carolina Santos de. Produção do conhecimento em ead: um elo entre professor – curso – aluno. In Proceedings CINFORM - Encontro Nacional de Ciência da Informação V, Salvador, Bahia. 2006. Acesso em 26 de Junho de 2018 [https://blog.ufba.br/cinformv\\_anais/artigos/mariacarolinasantos.html](https://blog.ufba.br/cinformv_anais/artigos/mariacarolinasantos.html).
- SIMS, Ronald R. **Changing the way we manage change** Westport: Quorum Books, 2002.
- TUSHMAN, Michael L; ANDERSON, Philip. Technological discontinuities and organizational environments. **Administrative Science Quarterly**, v. 31, p. 439-465, 1986.

**Capítulo 80 - DOI:10.55232/10830012.80**

## **AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO COMO ESTRATÉGIAS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE NO ENFRENTAMENTO DA COVID-19**

**Marilisa Alves Pires**

**RESUMO:** A pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19) tem sido considerada um evento marcante no início desse século e tem provocado profundas transformações na sociedade contemporânea. Entre essas transformações a pandemia trouxe a urgência de soluções inovadoras para novos problemas e paradigmas, inclusive no campo da saúde. A pesquisa se apresenta como uma revisão narrativa de literatura. A pesquisa se fundamenta em artigos publicados nas plataformas Scielo, Lilacs e PubMed, nos últimos 3 anos utilizando as seguintes palavras chaves: Promoção da Saúde. Quarentena. COVID-19. Tecnologia Após análise dos artigos a pesquisa selecionou 11 artigos para uso na discussão conforme critérios de inclusão e exclusão. A maioria da produção científica sobre a pandemia de Covid -19 concentram-se na área de enfermagem, medicina, psicologia, e pedagogia, com significativa produção no ano de 2020. A pesquisa aponta que as ações de saúde no contexto pandêmico utilizaram diversos tipos de tecnologia dentre inteligência artificial, tecnologias de comunicação e sistema de geolocalização. Essas tecnologias têm sido utilizadas em ações de promoção à saúde como o teleatendimento, diagnóstico e teleconsulta.

**Palavras-chave:** Promoção da Saúde. Quarentena, COVID-19, Tecnologia

## **INTRODUÇÃO**

A tecnologia já está presente de forma consolidada em diversos aspectos da vida contemporânea mudando a forma de vender e comprar, pagar, de estudar, de trabalhar, se divertir entre outras atividades já rotineiras para a maioria das pessoas. O uso das tecnologias no momento contemporâneo tem modificado a forma com as informações são disseminadas, tornando eventos noticiados em fato conhecido no mundo em poucos minutos.<sup>1</sup>

A COVID-19 trata-se de uma infecção respiratória, motivada pelo SARS-COV-2 (Corona Vírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave), reconhecido pela primeira vez, dezembro de 2019 em Wuhan, na província de Hubei, China, em pacientes acometidos por pneumonia, os quais obtiveram relato de exposição a um mercado de frutos do mar e animais vivos.<sup>1</sup>

Nesse contexto a pandemia do novo coronavírus( Covid-19) é uma das primeiras pandemias que ocorrem em um cenário de globalização e tecnologia da informação tão desenvolvida. No entanto, apesar dos inúmeros benefícios da tecnologia de informação o desafio atual é a enorme quantidade de dados e informações disponíveis havendo o risco da perda do que é mais significativo, ou seja, há uma enorme dificuldade em filtrar o que é relevante no universo de informações disseminadas pelas tecnologias.<sup>2</sup>

A presente pesquisa foi norteada pela seguinte pergunta de pesquisa: Como as tecnologias da informação podem ser utilizadas para ações de promoção em saúde no enfrentamento da COVID-19?

Assim, a presente pesquisa tem como objetivo central conhecer as formas como as tecnologias da informação podem ser utilizadas para ações de promoção em saúde no enfrentamento da COVID-19. Os objetivos específicos da pesquisa são: Verificar quais são as ações de promoção da saúde utilizadas na pandemia. Analisar a eficácia das tecnologias da informação como estratégias utilizadas durante a pandemia.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa se apresenta como uma revisão narrativa de literatura de abordagem qualitativa com o objetivo geral de avaliar a produção científica sobre a utilização da tecnologia no combate ao coronavírus SARS-COV-2 (Corona Vírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave). A revisão bibliográfica é um método mais amplo de

abordagem metodológica que permite a inclusão de estudos experimentais e não experimentais em uma análise mais completa do fenômeno estudado.<sup>3</sup>

Esse método é essencial na área da saúde, pois “promove a síntese de múltiplos estudos publicados e possibilitam conclusões gerais a respeito de uma particular área de estudo” o que facilita a leitura do profissional de saúde que procura uma leitura objetiva e que ajude a prática clínica da profissão<sup>4</sup>.

A pesquisa tem como base a seguinte pergunta de pesquisa: *Como a tecnologia tem sido utilizada como ferramenta no combate à pandemia do novo coronavírus?*

Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório sobre o tema, buscando reunir a contribuição de diferentes autores e pesquisas na área de interesse.

A importância da pesquisa bibliográfica deve-se ao fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente, sendo diversas as fontes bibliográficas. Conforme Gil (2002, p.51) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros, publicações periódicas: Jornais e revistas entre outros materiais impressos.

O procedimento da presente pesquisa ocorreu da seguinte forma, primeiro a escolha do tema, logo após foi delimitado a pergunta norteadora da pesquisa, foi definido as palavras chaves da pesquisa, a seleção de artigos, análise do material, e logo após foi feito a discussão do conhecimento reunido.

A seleção dos trabalhos foi baseada em critérios de inclusão e exclusão. Os critérios de exclusão foram: trabalhos incompletos, que não contribuíssem para a elucidação da pergunta de pesquisa, publicados a mais de 3 anos e não disponíveis de forma integral. Os critérios de inclusão foram: trabalhos completos e disponíveis, publicados nos últimos cinco anos, contribuíssem para a discussão do tema, trabalhos com delineamento descritivo, quantitativo e qualitativo, quase experimental e experimental. A pesquisa se fundamenta em artigos publicados nos bancos de dados Scielo, Lilacs e PUBMed, nos últimos 3 anos utilizando as seguintes palavras chaves: “Promoção da Saúde”. “Quarentena”. “COVID-19”. “Tecnologia”. Foram excluídos da análise pesquisas trabalhos incompletos, que não contribuíssem para a elucidação da pergunta de pesquisa, publicados a mais de 5 anos e não disponíveis de forma integral.

Após leitura de todos os artigos selecionados foram escolhidos 11 artigos conforme critérios de inclusão. Os artigos selecionados foram utilizados na pesquisa

como fonte de pesquisa, e os trabalhos que contribuíam para a pesquisa foram resumidos no quadro de resultados.

## RESULTADOS

**Quadro 1-** Listagem dos artigos pesquisados.

<b>Autor(es)A no</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Resultados</b>	<b>Ações de Promoção em saúde</b>	<b>Conclusão</b>
SERRAVAL LE, Kamile Miranda Lacerda <i>et al.</i> . 2021. <sup>11</sup>	Descrever a incorporação de tecnologias digitais no desenvolvimento do apoio institucional e técnico e das atividades de educação permanente pelo Cesat/Divast para técnicos da Rede Estadual de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador da Bahia no contexto da pandemia da Covid-19.	Ampliação das ações de saúde do trabalhador no estado, integração das equipes, mudanças de práticas, aprendizagem e troca de experiências no enfrentamento da pandemia, em contexto de restrição de encontros presenciais e de necessidade de prevenção da exposição de trabalhadores.	Webtreinamento; Webcapacitação; Webpalestra	As Tecnologias de informação possibilitou a reorganização de práticas e estabelecimento de vínculos, antes distantes nos territórios, garantindo maior participação, inserção e atuação dos profissionais de saúde no âmbito da Vigilância da Saúde do Trabalhador, no enfrentamento da Covid-19 no estado da Bahia.
Santos, Andreia B.; França, V. Marcos V. Sacramento.; Santos, Juliane L. 2020. <sup>13</sup>	Apresentar uma forma de organização da unidade docente-assistencial da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, em Salvador, Bahia, tendo o atendimento remoto como um dos instrumentos utilizados.	O atendimento a distância pode se apresentar como uma alternativa diante das restrições impostas pelo isolamento social, distanciamento social e o cumprimento de quarentena.	Teleatendimento	Os limites do atendimento à distância devem ser mais bem avaliados no sentido da construção de caminhos que viabilizem a sua prática. Entraves como a impossibilidade do exame físico, limitações de ordem técnica para o uso dos aplicativos e acesso as tecnologias digitais, nenhuma ou pouca privacidade durante as consultas a distância em residências com poucos cômodos, acústica limitada ou um número grande de moradores na mesma residência, devem ser avaliadas no sentido de não impactar a qualidade da consulta médica e das informações, assim como no sigilo médico
Pereira, Mirian Caroline; Silva, Jessica Stranburger da; Silva, Tailyse Venialgo; Arcoverde, Marcos Augusto Moraes; Carrijo, Alessandra Rosa.. 2020. <sup>16</sup>	Relatar as atividades desenvolvidas em uma Central de Telessaúde com intervenções de Enfermagem e Psicologia no enfrentamento à Covid-19.	As intervenções realizadas, tais como escuta qualificada, orientações e encaminhamentos, permitiram a manutenção dos cuidados de prevenção e promoção à saúde.	Teleatendimento.	É possível prestar atendimentos na área de Enfermagem e Psicologia mediante uso de tecnologia remota, para evitar maiores agravos na saúde da população.

**Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas  
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 2**

Lobo Coelho, A.; De Araujo Morais, I.; Vieira Da Silva Rosa, W A.2020. <sup>21</sup>	Demonstrar como o uso de tecnologias da informação em saúde, por meio do monitoramento de redes de acesso público, contribui na redução de agravos das condições de saúde em pandemias, avaliando o uso das tecnologias nas experiências internacionais e sua potencial aplicação à realidade brasileira.	O estudo demonstrou que existe uma grande tendência mundial para o uso de tecnologias da informação e comunicação como ferramentas no auxílio ao enfrentamento de pandemias.	Teleatendime nto.	A capacidade tecnológica brasileira é limitada de uma forma geral. As questões socioculturais no Brasil se destacam, por se tratarem, por vezes, de barreiras existentes no cenário brasileiro, e que devem ser discutidas, visando um melhor entendimento sobre o uso dessas tecnologias nas políticas públicas de forma a alcançar toda população.
Caetano, Rosângela, et. al.2020. <sup>15</sup>	O artigo discute a contribuição da telessaúde para o enfrentamento da COVID-19 e as iniciativas recentes desencadeadas no país, como oportunidades para a consolidação da telemedicina e de aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde.	A telessaúde oferece capacidades para triagem, cuidado e tratamento remotos, auxilia o monitoramento, vigilância, detecção e prevenção, e para a mitigação dos impactos aos cuidados de saúde indiretamente relacionados a COVID-19.	Teleatendime nto, telessaúde.	Ainda que exista muito a ser construído e operacionalizado no país para que a telessaúde possa efetivamente ocupar os vários espaços apontados, é razoável imaginar que, passada esta crise sanitária, o campo adquira uma nova configuração que venha a fortalecer o sistema único e universal que possuímos e nos quais 212 milhões de habitantes possam depositar seus direitos e suas esperanças.
Pessalacia, Juliana Dias Reis..2020. <sup>22</sup>	Analisar a evolução da tele saúde durante a pandemia da Covid 19 no Brasil.	Assim, considera-se o Telessaúde uma importante ferramenta para o enfermeiro, facilitando-se a sua atuação, principalmente no atual período de pandemia da COVID-19. Contudo, a comunicação à distância pode exercer influência no tempo necessário para uma interação de qualidade, na satisfação dos envolvidos e nas limitações relacionadas à comunicação não verbal.	Teleconsulta, teliagnóstico.	A pandemia da COVID-19 tem evidenciado as contribuições do Telessaúde para a assistência de Enfermagem. Contudo, deve-se avaliar constantemente os impactos da incorporação de novas tecnologias no cuidado de Enfermagem e considerar uma preparação educacional ampliada e consciente das melhores práticas em Telessaúde, com base em evidências científicas para a garantia de uma assistência de qualidade.
Costa, Debora Ellen Sousa, et. al. <sup>4</sup>	Abordar por meio de uma revisão Integrativa da literatura como as tecnologias influenciam na saúde mental dos idosos em tempos de pandemia	Os autores abordaram que a inclusão digital de idosos e a utilização das tecnologias auxiliam na melhoria da saúde mental deste grupo; reduzem efeitos como a solidão e a sensação de isolamento social e possibilitam uma maior interação dos idosos com os amigos e familiares.	telessaúde	O uso das tecnologias por idosos proporcionam efeitos benéficos sobre a saúde mental desses, reduzindo sentimentos de solidão e a sensação de isolamento, além de proporcionar o aumento da sensação de segurança e independência.
Caetano, R. et. al. <sup>9</sup>	Discutir os espaços de contribuição da telessaúde para o enfrentamento da epidemia pela COVID-19 e as iniciativas recentes desencadeadas no Brasil, sobretudo pelo Governo Federal, que suspendem restrições ao uso e abrem novas oportunidades para	As políticas públicas e as investigações sobre o tema apresentam diferentes níveis de desenvolvimento nos países.	Prevenção, diagnóstico e monitorament o.	O trabalho evidencia algumas práticas importantes que estão sendo tomadas pelos países em termos de políticas institucionais e públicas. Considerando as delimitações feitas para a busca de artigos, encontraram-se quatro trabalhos da China, quatro dos EUA, três do Brasil e um da Itália.



	a maior consolidação da telessaúde no país como ferramenta de melhoria do Sistema Único de Saúde (SUS).			
Celuppi, Ianka Cristina et al.2021. <sup>10</sup>	Compilar e analisar algumas experiências de uso das tecnologias digitais em saúde, para minimizar os impactos da COVID-19.	Identificou-se o desenvolvimento de soluções tecnológicas de manejo clínico do paciente, diagnóstico por imagem, uso de inteligência artificial para análise de riscos, aplicativos de geolocalização, ferramentas para análise de dados e relatórios, autodiagnóstico e, inclusive, de orientação à tomada de decisão.	Telediagnóstico, teleatendimento.	A grande maioria das iniciativas listadas tem sido eficaz na minimização dos impactos da COVID-19 nos sistemas de saúde, de modo que visa à diminuição da aglomeração de pessoas e assim facilita o acesso aos serviços, bem como contribui para a incorporação de novas práticas e modos de cuidar, em saúde.
Frossard, Andrea Georgia de Souza; Aguiar, Aline Baptista. 2020. <sup>12</sup>	Objetiva-se o acompanhamento da dinâmica social em um cenário pandêmico, a fim de projetar novas tendências aos processos de acolhimento na assistência paliativa.	No contexto brasileiro, a incorporação das tecnologias direcionadas à qualidade de vida tende a mediar definitivamente às relações entre paliativista e seu público assistido.	Telediagnóstico, teleatendimento.	Conclui-se que o uso intensivo das TICs tem dupla faceta: agrega e facilita a comunicação entre pessoas, grupos e serviços e, ao mesmo tempo, mostra-se inacessível pelo fato de essas tecnologias serem distribuídas desigualmente entre a população. Afirma-se como necessária a redução de assimetrias por meio do estabelecimento de políticas públicas.
Leite, Sílvia Cristina Marreiros de Carvalho et. al.2021. <sup>6</sup>	Analisar a influência da telemedicina na relação médico-paciente.	Os estudos enfatizaram a telemedicina e a relação médico-paciente, e também a influência da telemedicina na assistência, uma vez que em meio a pandemia de Covid-19 os canais e mídias de saúde são cada vez mais utilizados	Telemedicina	A telemedicina é uma ferramenta que contribui para a aproximação do médico com o paciente, especialmente em tempos de pandemia, como a da COVID-19, em que o contato físico social teve que ser restringido.

## DISCUSSÃO

Como se observa no quadro acima, apesar da pandemia do novo coronavírus ser um fenômeno recente já há considerável material científico sobre o tema, porém os aspectos tecnológicos da pandemia ainda é um tema escasso com pouca produção no período analisado.

Grande parte da produção científica sobre a pandemia de Covid -19 concentram-se na área de enfermagem, medicina, psicologia, e pedagogia com significativa produção no ano de 2020. A pesquisa com a palavra chave COVID-19 na base Scielo sem nenhum filtro, por exemplo, apresenta 2 produções em 2019, 1474 em 2020 e 516 em 2021, na data da última pesquisa.

O quadro apresenta os artigos selecionados na pesquisa como resultado da busca na base Scielo utilizando as palavras chaves tecnologia e COVID- 19 foram encontrado 50 resultados, no PubMed 378 e 312 na plataforma Lilacs. A pesquisa aponta que as ações de saúde no contexto pandêmico utilizou diversos tipos de tecnologia dentre inteligência artificial, tecnologias de comunicação e sistema de geolocalização. Essa tecnologia tem sido utilizada em ações de promoção à saúde como o teleatendimento, telediagnóstico, e teleconsulta.

O mundo está passando por um período único, de mudanças e transformações, causadas, sobretudo por uma pandemia de um novo coronavírus nomeado de COVID-19. O vírus decorrente de uma mutação foi identificado no final de 2019 na China, e tem sido o motivo do isolamento e distanciamento social em nível global, além disso, tem sido tema central de discussão não só na área da saúde, mas da economia, política, social, da psicologia etc.<sup>5</sup>

A pandemia pode ser um indicio no questionamento da teoria da transição epidemiológica, que pode ser definida como, transformações resultantes de mudanças demográficas, sociais e econômicas que alteram características específicas de uma determinada população nos padrões de morte, morbidade e invalidez.<sup>6</sup>

Essa teoria supunha-se (ou especulava-se) que as doenças infecciosas e parasitárias dariam lugar às condições crônicas e degenerativas como as principais causas de mortalidade e morbidade humana<sup>6</sup>. Assim, esse processo ocorre com alguns elementos que caracterizam essa transição, como, o aparecimento de novos problemas de saúde decorrentes de novos agentes infecciosos a mudança de comportamento epidemiológico de velhas doenças infecciosas, incluindo a introdução de agentes já conhecidos em novas populações de hospedeiros suscetíveis e outras alterações importantes no seu padrão de ocorrência<sup>6</sup>

No entanto, a pandemia de COVID-19 mostra que as doenças infecciosas e parasitárias estarão sempre a espreita e Berlinguer<sup>7</sup> em seu estudo publicado em 1999 havia previsto o acomodamento mundial com relação às doenças infecciosas, “O extraordinário resultado da redução da mortalidade por doenças infecciosas em todos os países alimentou, nas últimas décadas, a esperança de um mundo sem epidemias.”<sup>8</sup>.

Como diz Lilia Schwarcz “a experiência humana é que constrói o tempo.”, dessa forma o cenário atual é de uma experiência que marcara a transição do século XX para o século XXI, não só de rotinas, mas em aspectos mais profundos da política, da psicologia social, economia, saúde, redes sociais etc.<sup>9</sup>

Decerto que o COVID-19 representa um catalisador de mudanças que já estavam ocorrendo, porém, foram aceleradas devido a mudanças no contexto, como a educação à distancia, a comunicação virtual, o trabalho e igualmente no contexto da saúde.<sup>10</sup>

No campo da tecnologia é notável que a pandemia trouxe a urgência de novas soluções para os novos desafios impostos pela pandemia, visto que, o isolamento social exigiu novas formas de manter a dinâmica social.<sup>11</sup>

Outro ponto importante a ser discutido é a relação entre a globalização e às doenças infecto contagiosas. O debate sobre a globalização nesse aspecto se dará em como a globalização afeta a disseminação de doenças, como a atual pandemia de COVID-19 e de que forma essa relação pode afetar aspectos políticos e econômicos no âmbito global.<sup>8,12</sup>

A globalização é um termo multifacetado engloba aspectos econômicos, culturais, sociais, políticos etc., e entre as características mais marcantes da globalização encontra-se a maior circulação de pessoas, mercadorias, ideologias, cultura, etc.<sup>12</sup>

No entanto essa maior aproximação inclui além dos aspectos já citados os problemas que vão desde a religião a problemas ambientais. Assim a pandemia de COVID-19 expõe a vulnerabilidade de um mundo globalizado, onde a informação leva segundos para alcançar os quatro cantos do mundo assim como um vírus se espalham graças a essa facilidade na circulação de pessoas no globo.<sup>13</sup>

Os artigos pesquisados demonstram que no Brasil apesar das divergências e embates políticos, as recomendações de isolamento social e de higienização das mãos têm sido seguidas pela maioria da população.<sup>14</sup>

Como parte do enfrentamento da crise do COVID-19 as vigilâncias sanitárias e epidemiológicas possuem papel essencial na resposta da saúde frente a uma situação de emergência na saúde. Esse planejamento está contido no Plano Nacional de Resposta às Emergências em Saúde Pública do Ministério da Saúde que estabelece a atuação da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), da esfera federal do Sistema Único de Saúde (SUS), na resposta às emergências em saúde pública.<sup>15</sup>

A resposta da Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS) à epidemia da COVID-19 ocorreu logo após os indícios de uma pandemia que ocorreu em 3 de janeiro. Primeiramente foram acionados os Pontos Focais Nacionais do Regulamento Sanitário Internacional da OMS (PFN-RSI/OMS).<sup>15</sup>

Após avaliação de risco, o evento foi incluído pelo Comitê de Monitoramento de Eventos em 10 de janeiro. Em 22 de janeiro, foi acionado o Centro de Operações de

Emergência (COE) do Ministério da Saúde, coordenado pela SVS/MS, para harmonização, planejamento e organização das atividades com os atores envolvidos e o monitoramento internacional. Em 27 de janeiro, foi ativado o plano de contingência e, em 3 de fevereiro a epidemia foi declarada Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN).<sup>15</sup>

Os artigos pesquisados demonstram que alguns estudos apontam também o rápido desenvolvimento de algumas tecnologias que já vinha sendo inseridas no contexto da saúde, porém a pandemia interferiu acelerando o desenvolvimento dessas tecnologias tanto no campo da comunicação, educação em saúde como de diagnóstico.<sup>12,16</sup>

Quanto à tecnologia no contexto pandêmico, muitos trabalhos estão voltados ao desenvolvimento do tele atendimento, uma modalidade em crescimento, visto que o isolamento social limitou o acesso das pessoas aos postos e hospitais.<sup>5,10,11.</sup>

No âmbito da comunicação grande parte dos estudos aponta que o tele atendimento traz muitos benefícios aos usuários do sistema de saúde, porém algumas pesquisas indicam preocupação dos médicos que a limitação de contato no atendimento médico prejudique a relação médico-paciente.<sup>11,13,15,17,18</sup>

As tecnologias de comunicação foram aplicadas com frequência no atendimento básico de saúde principalmente em Unidades básicas de saúde. No entanto, alguns autores apontam a necessidade de melhorias na questão legal quanto ao direito de privacidade, visto que, quanto maior o uso de tecnologias e disponibilização de dados na rede, maior risco do uso indevido desses dados no cyber crime.<sup>9,10,19.</sup>

Autores apontam que o aumento no uso da tecnologia para compras, pagamentos, e outras atividades que demanda dados bancários e dados pessoais foi acompanhado também do aumento no número de fraudes e roubo de informações. Dessa forma é importante que haja uma reflexão e educação sobre os meios de se proteger de criminosos virtuais.<sup>20,21</sup>

Alguns estudos apontaram que o tele atendimento pode minimizar os efeitos deletérios do isolamento social, visto que estudos indicam que o isolamento pode ocasionar malefícios à saúde mental dos indivíduos, assim o tele atendimento é fundamental como suporte psicológico e para minimizar os efeitos da privação social.<sup>13,19,20</sup>

Outro ponto importante está relacionado com a estrutura e desigualdade quanto ao acesso às tecnologias. Conforme dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.

br) em 2019, 71% dos lares pesquisados tinham conexão com a internet. Desses, 44% utilizam banda larga e 56% utilizam internet discada, via rádio ou modem 3g.<sup>22</sup>

Na mesma pesquisa de 2019 dos lares que não tinha acesso à internet, 27% achavam muito caro e 18% relataram não saber utilizar a internet e 5% não possuem disponibilidade de acesso à internet em sua região.<sup>23</sup>

São dados que interferem diretamente no acesso da população às ferramentas digitais de saúde disponíveis. Importante observar que apesar de haver um nítido crescimento no acesso à internet no Brasil esse crescimento não foi acompanhado de melhora na qualidade desse acesso. Nesse sentido, autores defendem que uma internet de qualidade permite maior avanço no uso da rede para a educação, saúde, para o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação.<sup>10,13,24</sup>

Já para outros autores os benefícios da tecnologias se sobrepõem a essas dificuldades e apontam que o telessaúde pode oferecer cuidado e tratamento remotos, auxilia o monitoramento, detecção e prevenção dos problemas de saúde mesmo em tempos de isolamento social como o vivido na pandemia.<sup>5,9,21</sup>

**REFERÊNCIAS**

1. Ferreira, C. A. A.; Pena, F.G. O uso da tecnologia no combate ao covid-19: uma pesquisa documental. *Brazilian Journal Of Development*, [S.L.], v. 6, n. 5, p. 27315-27326, 2020.
2. Mendes, K. S. *et. al.*. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, [S.L.], v. 17, n. 4, p. 758-764, dez. 2008.
3. Ercole F.F, Melo LS, Alcoforado C.L.G.C. Revisão integrativa *versus* sistemática. *Rer Min Enferm.* 18(1):10.2014.
4. Souza, M. T. de *et. al.* Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein, Morumbi*, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt\\_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf](http://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf)>. Acesso em: 01.06.2021.
5. Costa, D. E.S., *et. al.* A influência das tecnologias na saúde mental dos idosos em tempos de pandemia: uma revisão integrativa. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 2, e8210212198, 2021.
6. Schramm, J. M. de A. *et. al.* Transição epidemiológica e o estudo de carga de doença no Brasil *Ciência & Saúde Coletiva*, (94):897-908, 2004.
7. Leite, S. C. M. de C., *et. al.* A relação médico-paciente frente à telemedicina. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, [S.L.], v. 13, n. 2, p. 23-42. 2021.
8. Berlinguer, G. Globalização e saúde global. *Estud. av.*, São Paulo , v. 13, n. 35, p. 21-38, Apr. 1999 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141999000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07.05.2021
9. Schwarcz, L. K. M.. O século 21 começa nesta pandemia [online] CNN. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/07/05/o-seculo-21-comeca-nesta-pandemia-analisa-a-historiadora-lilia-schwarcz>. Acesso em: 10.06.2021
10. Caetano, R. *et al.* Desafios e oportunidades para telessaúde em tempos da pandemia COVID-19: uma reflexão sobre os espaços e iniciativas no contexto brasileiro. *Cad Saúde Pública*. v. 36, n. 5 p. e00088920, 2020.
11. Celuppi, I. C. *et. al.* Uma análise sobre o desenvolvimento de tecnologias digitais em saúde para o enfrentamento da COVID-19 no Brasil e no mundo. *Cadernos de*

- Saúde Pública [online]. v. 37, n. 3,. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00243220>>. Acesso em: 10.06.2021.
12. Serravalle, K. M.L. *et. al.*. Incorporação De Tecnologias Digitais Nas Estratégias De Apoio À RENAST-BA Durante A Pandemia Da Covid-19. *Revista Baiana de Saúde Pública*. v. 45, N Especial 1, p. 267-281 jan./mar. 2021.
  13. Frossard, A. G. de Souza; Aguiar, Aline B. Covid-19 E Os novos modos de interação na Assistência Paliativa. *Scielo preprint*, [S.L.], p. 2-15, 12 ago. 2020.
  14. Santos, A. B. S. dos, *et. al.* Atendimento remoto na APS no contexto da COVID-19: a experiência do Ambulatório da Comunidade da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública em Salvador, Bahia. *APS EM REVISTA*, v. 2, n. 2, p. 169-17. 2020.
  15. Lima, L. O. de *et. al.*. Desafios e atuação da Vigilância Sanitária no enfrentamento da Covid-19 no Estado do Paraná. *Revista de Saúde Pública do Paraná [Internet]*.2020.
  16. Caetano, R. *et. al.*. Desafios e oportunidades para telessaúde em tempos da pandemia pela COVID-19: uma reflexão sobre os espaços e iniciativas no contexto brasileiro. *Cadernos de Saúde Pública*, [S.L.], v. 36, n. 5, p. 2-17, 2020.
  17. Pereira, M.C. *et. al.* Covid-19: experiências da enfermagem e psicologia em foz do Iguaçu. *Revista de Saúde Pública do Paraná*, [S.L.], v. 3, n. , p. 198-211, 2020.
  18. Barbosa, S. P. A prática da atenção primária à saúde no combate da COVID-19. *APS em Revista*, 2:17-9.2020.
  19. Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais. Plano estadual de contingência para Emergência em Saúde Pública: infecção humana pelo SARS-CoV-2 (doença pelo coronavírus - COVID-2019). Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais; 2020.
  20. Ministério da Saúde. Portaria nº 467, de 20 de março de 2020. Dispõe, em caráter excepcional e temporário sobre as ações de Telemedicina, com o objetivo de regulamentar e operacionalizar as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional previstas no art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, decorrente da epidemia de COVID-19. *Diário Oficial da União*. 2020.
  21. Pessalacia, J.D. R. Telessaúde durante a pandemia da COVID-19 no Brasil e a enfermagem. *Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro*, [S.L.], v. 10, p. 1-4, 29 dez. 2020.

22. Coelho, A.L. *et. al.* de tecnologias da informação em saúde para o enfrentamento da pandemia do Covid-19 no Brasil. *Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário*, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 183–199, 2020. DOI: 10.17566/ciads.v9i3.709. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/709>. Acesso em: 26.05. 2021.
23. Bioni, B. *et. al.* Os dados e o vírus: Pandemia, proteção de dados e democracia. São Paulo: Reticências Creative Design Studio; 2020.
24. Lima, C. M. A. Information about the new coronavirus disease (COVID-19). *Radiologia Brasileira*, [S.L.], v. 53, n. 2, p. 5-6, abr. 2020.
25. Núcleo d Informação e Coordenação de Ponto br (NIC.BR). [ed.]. Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2009. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2010.
26. Grisotti, M. Pandemia de Covid-19: agenda de pesquisas em contextos de incertezas e contribuições das ciências sociais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 30(2), 2020.
27. Luna, E. J.A.; Silva Jr. J. B. Doenças transmissíveis, endemias, epidemias e pandemias. *In: Fundação Oswaldo Cruz. A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: população e perfil sanitário [online].vol 2; Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013.*
28. BRASIL, Portaria Nº 188, de 3 de Fevereiro de 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>. Acesso em: 07.05.2021.
29. Silva, L. J. A Globalização da doença. *Revista de Saúde Pública [online]*. 2003, v. 37, n. 3, pp. 273-274. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-89102003000300001>>. Acesso em: 14.06.2021.
30. Souza, D. O. A pandemia de COVID-19 para além das Ciências da Saúde: reflexões sobre sua determinação social. *Ciência & Saúde Coletiva [online]*. v. 25, suppl 1, pp. 2469-2477. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.11532020>>. Acesso em: 14.06.2021.
31. Almeida, C.; Campos, R. P. de. Multilateralismo, ordem mundial e Covid-19: questões atuais e desafios futuros para a OMS. *Scielo preprint*, [S.L.], p. 5-25, 21 ago. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/scielopreprints.1115>. Acesso em:14.06.2021.



**Capítulo 81 - DOI:10.55232/10830012.81**

## **SENTIDOS NA VISÃO DE PROFESSORES PARA A ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO ENSINO SUPERIOR**

**Jeime Andreia Davalo Gonçalves e Ricardo Vianna Hoffmann**

**RESUMO:** O presente trabalho, que discute dados gerados a partir de inquietações resultantes do trabalho docente em Instituições de Ensino Superior (IES), apresenta com objetivo geral analisar na voz de professores atuantes em cursos na modalidade presencial, sentidos referentes à atuação da coordenação ou apoio pedagógico nas instituições onde atuam. Nossos objetivos específicos são, a) Conhecer sentidos para o trabalho da coordenação pedagógica relacionado ao aprendizado do acadêmico, na visão de professores do ensino superior; b) Analisar a partir dos dados gerados, compreensões dos professores nas IES referente às atribuições da coordenação pedagógica; c) Destacar, a partir da voz de professores nas IES, situações e momentos em que este profissional recebe auxílio da coordenação pedagógica. Justificamos esta pesquisa por nos depararmos com professores no ensino superior que podem ser vistos como multifacetados, em meio às diversidades e exigências as quais são submetidos (DANA, HEINIG, 2014). Nesse contexto, problematizamos, a partir da trajetória histórica do nosso corpo docente universitário, a compreensão institucional, de que, ao se contratar alguém que sabe fazer, ele, em tese, também saberá ensinar (CERVI, 2014). Para este estudo, a metodologia da pesquisa é qualitativa, fazendo uso de entrevista semiestruturada e pesquisa bibliográfica. Nossos sujeitos, duas professoras atuantes em IES na cidade de Brusque estado de SC, ressaltam como pontos primordiais para atuação da coordenação pedagógica o auxílio, tanto a professores, quanto a acadêmicos diante das diversas situações emergentes nas IES. Contudo, vale destacar nos dados gerados, a orientação, por parte do pedagógico, diante do cumprimento de regras impostas na academia, motivo pelos quais, também, o professor busca auxílio na coordenação pedagógica. Sob a perspectiva sócio histórica do trabalho docente assim como na teoria dos Novos Estudos dos Letramentos, ligamos esse artigo a formação e atuação do professor, cujo trabalho não é neutro, tampouco acabado, e que, por estar em contínua construção, necessita do apoio de profissionais como a coordenação pedagógica. Com base em autores como (LEA, STREET, 2014), (PLACCO; SOUZA, 2006), (DANA, HEINIG, 2014), (CERVI, 2014) entre outros, abordamos a atuação do professor e do apoio pedagógico no Ensino Superior, assim como a relação entre estes profissionais, onde se observa questões ideológicas e relações de poder, como identidade, intencionalidade e posicionamento em meio à diversidade encontrada em sala de aula.

**Palavras-chave:** Sentidos, Educação superior, Coordenação pedagógica

## **1 INTRODUÇÃO**

Com esta pesquisa temos como objetivo geral analisar na voz de professores atuantes em cursos na modalidade presencial, sentidos referentes à atuação da coordenação ou apoio pedagógico nas instituições onde trabalham.

O motivo para estudarmos a visão de professores quanto ao trabalho da coordenação pedagógica perpassa pela vivência do professor em sala de aula. Segundo (PLACO, SOUZA, 2006; MORAES, 2010 apud SCHERLEY; MORELL,2006) os desafios enfrentados por este profissional em sala de aula podem gerar algum tipo de frustração diante do idealismo da profissão e a realidade vivenciada.

Nesse contexto, na visão de autores como Dana e Heinig (2014,p.129) “ser professor universitário, atualmente, vai muito além do ato de mediar as atividades de sala de aula”. Estas mesmas autoras mencionam o professor universitário como um “profissional múltiplo e multifacetado, que concilia o eu-professor com o professor-formador, professor-pesquisador, professor-orientador entre outras identidades [...]”(DANA, HEINIG, 2014,p.129), diretamente conectadas ao profissional desses sujeitos.

Outro ponto que vale ser mencionado, é que nas “ nas universidades brasileiras em geral, o corpo docente foi se constituindo por professores pesquisadores ou por profissionais bem- sucedidos nas suas áreas”, conforme expõe Cervi, (2014,p.52). Nos cabe, então problematizar diante do perfil exposto pela autora onde “a lógica que norteia a prática de contratações é a de que “quem sabe, sabe ensinar” (CERVI,2014.p. 52).

Compreendendo que “a docência em todos os seus níveis, é uma atividade que mantém diálogo constante com a história, a cultura, a sociedade, a religião e as instituições, sejam elas privadas ou públicas (DANA, HEINIG, 2014,p.130), menciona-se que o docente que hoje se insere em um “educar para a diversidade (...)” (MORAES, 2010,p. 255 apud SCHERLEY; MORELL,2006,p.8) busca por formação continuada. Essa necessidade de busca, visa o auxílio, respeito e compreensão de outros sujeitos inseridos em uma prática de interação e inclusão diante das diversas singularidades e complexidades expostas em sala.

Sob uma compreensão de que a reação de cada sujeito, inclusive os professores, tem íntima “relação com suas experiências de vida e com o processo de constituição de

sua identidade” (PLACO, SOUZA, 2006,p. 70) e que a visão diante das mais diversas situações varia de sujeito para sujeito nos atentamos a voz dos professores. Vale ressaltar situações e momentos em que eles recebem auxílio da coordenação pedagógica. Justificamos esta pesquisa por nos depararmos com as multifacetadas do professor no ensino superior, em meio a exigências as quais é submetido.

Em um contexto de continuidade, apoio e busca, Dana e Heinig (2014,p.129) mencionam o professor, ao abordar que a “construção identitária desse sujeito é perpassada por diferentes experiências tanto na vida pessoal quanto na vida profissional, em um constante movimento de ir e vir, com trocas simbólicas [...] e ideológicas [...]. Para as autoras, as muitas experiências e trocas pelas quais estes professores perpassam, fazem parte da formação e identidade docente, que é contínua, enquanto sujeitos e profissionais, destacando, que dentre estas trocas, podem ser citadas o apoio e orientação da coordenação pedagógica.

Diante de professores universitários que por vezes não tem uma formação específica que o oriente sobre a ação docente, somando “a inclusão de estudantes oriundos de diferentes classes sociais e com diferentes formações na educação básica, que tornou o espaço e sala de aula mais plural e mais complexo (CERVI,2014,p. 52) nos questionamos sobre o apoio pedagógico oferecido a estes profissionais que trabalham com a educação.

Inseridos na diversidade existente em sala de aula, cabe “destacar o importante papel do outro no processo de aprendizagem” (PLACO, SOUZA, 2006,p. 76) onde a coordenação pedagógica pode assumir importante função “na formação continuada do professor, quando se dispõe a exercer a escuta, a facilitar a reflexão e as tomadas de decisão (PLACO, SOUZA, 2006,p. 71).

Ainda como foco na atuação do coordenador, Cervi, (2014,p.52) cita a necessidade de existir “[...] alguém mais próximo dos professores, capaz de aproximar do cotidiano dos professores o diálogo com os fazeres e os saberes que atravessam a sala de aula”. A autora defendendo a necessidade de um acompanhamento a esses professores, menciona sobre características deste profissional coordenador, que segundo ela, “deveria ser alguém que não tem como objetivo “ensinar”, mas construir processos de aprendizagem com o outro [...]” (CERVI, 2014,p. 53).

Existe dentro dos meios educacionais, a necessidade de profissionais como os coordenadores pedagógicos, como agentes atuantes no processo de ensino e aprendizagem, compreenderem a necessidade de adaptação e esforço para atender as necessidades oriundas das características desta sociedade heterogênea que chega as salas de aulas.

Conscientes de características que envolvem uma sociedade plural e complexa, nos pomos a pensar sobre articulações e trabalhos educacionais necessários para atender a esta demanda. Também com um olhar sobre esta realidade complexa, Loureiro, Maio e Silva (2010) abordam algumas funções que envolvem a supervisão e acompanhamento da ação docente, mencionando que estas atividades antigamente focavam no controle, hoje destina-se ao auxílio, apoio ao trabalho do professor.

As exigências existentes no meio acadêmico se refletem no trabalho do professor, assim como de outros profissionais que atuam nesse contexto. Questões como normas diversas ou relações de poder, que nem sempre estão explícitas, fazem parte das vivências dentro das universidades, perpassando pelas leituras e escritas, assim como, das atividades diversas existentes na academia (STREET, 2010).

Ainda para (STREET, 2014) as práticas relacionadas a leitura e escrita se relacionam também as relações de poder que estariam permeadas de “significados e práticas culturais específicas” (STREET, 2014, p. 17). Neste ambiente em que o sujeito de insere e as relações de poder ali existentes, interferem na forma que estas pessoas leem, escrevem, realizam suas atividades, tomam decisões e posicionamentos.

A execução de tarefa, cumprimento de metas, é citada por Placo e Souza (2006) ao mencionarem a possibilidade do professor repensar seu trabalho, sua prática, ao se expressar, estando ciente de que é escutado e não julgado.

Esta prática de debater e refletir com o outro, sobre as diversas atividades que envolvem o seu trabalhos, fazem parte de em processo de formação identitária. “Para que ocorra esse envolvimento do professor, é importante que o coordenador pedagógico seja alguém que saiba ouvir , permitindo-lhe tomar consciência de si” (PLACO, SOUZA, 2006,p. 76).

Inquietos diante das múltiplas atividades que envolvem o trabalho docente, com o olhar direcionado ao professor Universitário e suas necessidades, abordaremos o trabalho destes, assim como, desafios enfrentados em sua prática.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Relatamos nesse texto, nossa busca por gerar dados em uma pesquisa, onde utilizou-se pseudônimos para os dois sujeitos, referindo-se ao sujeito A, uma mulher de 36 anos, atuante a 18 meses no Ensino Superior, e sujeito B, uma mulher de 44 anos, atuante a 4 anos no Ensino Superior.

Apresentando características de uma pesquisa qualitativa, onde os dados se apresentam de forma descritiva, gerados a partir do “ambiente natural” Bogdan e Biklen (1994, p.47), utilizamos como instrumentos para geração dos dados a entrevista semiestruturada, onde, a partir do tema escolhido organiza-se perguntas principais que regem a entrevista (MANZINI 2004).

Nossa entrevista semiestruturada gira em torno da caracterização do sujeito pesquisado, formação, idade, tempo de atuação do ensino superior, curso em que atua, assim como a visão deste sujeito sobre o trabalho da coordenação ou apoio pedagógico.

Estão inseridas nesse instrumento de geração de dados três perguntas cruciais sobre as quais se embasam nossas análises de dados, sendo elas: a) Na sua compreensão, quais são as atribuições da coordenação pedagógica? b) Em meio ao trabalho em que você realiza nesta instituição, quais momentos em que o professor recebe auxílio da coordenação pedagógica, de que forma esse auxílio acontece? c) Na sua visão em que situações que você enquanto professor, entende como necessária a participação e apoio da coordenação pedagógica.

Nossa busca por conhecer momentos e situações onde o professor, dentro das IES, tem acesso ao auxílio por parte da coordenação pedagógica, vem também do fato de que no “trabalho do professor, surge uma necessidade de fazer buscas para conferir os referenciais, para repensar os procedimentos que tenham sintonia com sua intencionalidade inicial”(PLACO, SOUZA, 2006,p.74). Vale destacar, que em muitas vezes, para este processo de reflexão, existe a necessidade de outros olhares, do auxílio de outros profissionais em meio a suas atividades, leituras e escritas.

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Com foco no professor no ensino superior, multifacetado, que necessita se adaptar a clientela heterogênea com a qual trabalha, assim como as regras institucionais as quais é submetido, olhamos para os dados dos nossos dois sujeitos. visamos responder nossos objetivos gerais e específicos que vão de encontro a conhecer sentidos para o trabalho da coordenação pedagógica relacionado ao aprendizado do acadêmico. Nesse contexto buscamos a partir da voz de professores nas IES, situações e momentos em que eles recebem auxílio da coordenação pedagógica.

Ao questionarmos estas duas professoras sobre como elas compreendem as atribuições da coordenação pedagógica, visões distintas destacamos em suas respostas:

(01) “ [...] as únicas orientações é referente, basicamente **a prazo, a metas**, e tudo mais né? Então, eu não considero isso como pedagógico, pedagógico, **o fazer, o saber fazer**. Sujeito A. Fonte: Entrevista semi estruturada. Maio de 2018

(02) “[...] ela é essencial dentro do processo acadêmico, por conta de que nós termos muitas situações que a coordenação pode intervir, seu papel, ele é fundamental, inclusive não só de **suporte ao acadêmico, como excepcionalmente também em suporte à docência** [...]”. Sujeito B. Fonte: Entrevista semi estruturada. Maio de 2018

(03) “[...] **a coordenação pedagógica, ela não intervém diretamente, em sala de aula**, não , pelo menos eu entendo, **não no ensino superior** [...]”. Sujeito B. Fonte: Entrevista semi estruturada. Maio de 2018

Podemos observar que no excerto 01, nosso Sujeito A, aproxima as atribuições observadas na coordenação pedagógica dentro da instituição onde atua, ao cumprimento de “ **prazo, [...] metas**”(01), surgindo aí sentidos relacionados a cumprimento de regras, apesar de não considerar este trabalho ligado a função real desta coordenação. Este sujeito compreende que a função da coordenação pedagógica, estaria ligada ao “ **fazer, o saber fazer**” (01) docente, o auxiliar como realizar, como trabalhar os conteúdos, como ensinar aos alunos dentro de suas diversidades, e não apenas cumprir metas.

Observa-se então, que para o Sujeito A, existe uma relação entre o trabalho da coordenação pedagógica e a visão de Placo e Souza (2006), que relaciona o coordenador pedagógico com o sujeito que ouve, acompanha e auxilia o trabalho do professor diante de seus desafios.

Já o Sujeito B relaciona o trabalho da coordenação mais ao **“suporte ao acadêmico” (02)**, e não ao docente, onde a orientação acontece **“excepcionalmente”(02)**. Ainda para este sujeito B **“a coordenação pedagógica, [...] não intervém diretamente, em sala de aula [...] não no ensino superior [...]”(03)**.

Podemos compreender que na visão deste Sujeito B, existe diferença do trabalho do professor no nível superior e em outros níveis da educação, pois no ensino superior, excepcionalmente, a coordenação não “intervém” em sala de aula.

Este posicionamento do Sujeito B, e se afasta da compreensão, de que existe dentro do trabalho docente, indiferente no nível em que atua, a necessidade de fazer buscas, repensar os procedimentos”(PLACO, SOUZA, 2006). Tampouco cita os benefícios de se ter um apoio profissional, que lhe ouça, que seja “alguém que não tem como objetivo “ensinar”, mas construir processos de aprendizagem com o outro [...]” (CERVI, 2014,p. 53), auxiliando nos desafios em sala de aula.

Quanto aos momentos em que o professor recebe auxílio da coordenação pedagógica a orientação quanto as regras institucionais surgem na fala do nosso sujeito:

(04) **“A questão de conteúdo, de material, (a orientação ) está nisso basicamente. A ementa é essa, o conteúdo é esse, né, e você faz né, do jeito que achar melhor as suas aulas e tudo mais, então, é neste ponto, e quando eu iria questionar eu tinha um feedback, mas fora isso, não tinha momentos ao qual eu teria essa coordenação, esse auxílio pedagógico”**. Sujeito A. Fonte: Entrevista semi estruturada. Maio de 2018

(05) **“ [...] eles fazem a reunião com o entendimento de que todo mundo já sabe o que esta fazendo ali, né? ”**. Sujeito A. Fonte: Entrevista semi estruturada. Maio de 2018

O cumprimento de regras e relações de poder surgem novamente na resposta do nosso Sujeito A. Quando esta professora destaca que a orientação gira mais em torno da “ **questão de conteúdo, de material**” (04), “ **prazo, [...] metas**” (01). Podemos assim, nos remeter a aspectos como, exigências, normas diversas ou relações de poder, que nem sempre estão explícitos, mas fazem parte e interferem nas vivências desses profissionais dentro as academia (Street, 2014).

Fora as exigências, quanto as regras, normas e metas, na visão no nosso Sujeito A, as aulas, e práticas aplicadas com os alunos são compreendidas dentro da instituição de uma maneira, onde, o professor domina a arte de ensinar e assim “ [...] **você faz né, do jeito que achar melhor as suas aulas e tudo mais[...]** ”(04).

Esta visão do nosso sujeito pode se aproximar da compreensão de ” (CERVI,2014), onde as instituições partem do pressuposto de que os professores que atuam no nível superior, por dominarem os saberes e conteúdos trabalhados dentro do curso onde atuam, também sabem ensinar e não precisam de acompanhamento ou auxílio neste quesito. Contudo, partimos da premissa de que o professor é um profissional em formação contínua, e que apesar de estarem apropriados de saberes referentes a sua área, os professores que atuam no nível superior, trabalham com a diversidade. Nesse contexto de desafios diversos, por vezes, estes professores, podem necessitar de auxílio de algumas funções que perpassam pela supervisão e acompanhamento da ação docente, em meio ao processo de ensino e aprendizagem, articulações e trabalhos necessários para atender esta demanda, heterogênea (LOUREIRO;MAIO;SILVA; 2010).

Vale destacar que “a docência em todos os seus níveis, é uma atividade que mantém diálogo constante com a história, a cultura, a sociedade, a religião e as instituições, sejam elas privadas ou públicas” (DANA, HEINIG, 2014,p.130). Nesse contexto, o professor hoje, além dos saberes referente a sua disciplina, necessita direcionar seu olhar para as diferenças existentes em sala de aula. Na busca por alcançar o diferente, a necessidade de adaptação, pode perpassar pelo auxílio e acompanhamento de outros profissionais da educação, como o apoio e coordenação pedagógica.

Neste contexto de compreensão quanto aos olhares dos nossos sujeitos, situações em que o professor compreende como necessária a participação e apoio da coordenação pedagógica também podem ser debatidas.



(06) “[...] e eu senti falta, né, dessa coordenação pedagógica, desse pedagógico realmente, de como fazer, né, de qual maneira correta de ensinar, qual o melhor jeito de fazer, né, porque muitas vezes eu percebo muita cobrança, mas sem esse auxílio realmente né? Como se todo mundo já soubesse, todo mundo que iniciasse já tivesse obrigação de saber, como fazer a coisa certa né? [...]” Falta um pouco desse suporte, eu diria”. Sujeito A. Fonte: Entrevista semi estruturada. Maio de 2018

(07) “[...] mas em situações, principalmente, onde o professor precisa de suporte, existe essa intervenção, e também sempre alinhando as atividades dentro da universidade, porque muitas vezes o profissional, ele inicia, as suas atividades, sem necessariamente, saber o que se espera dele,[...] vejo aí também o papel fundamental da coordenação pedagógica”. Sujeito B. Fonte: Entrevista semi estruturada. Maio de 2018

Para nosso Sujeito A, o trabalho da coordenação pedagógica deveria estar mais relacionado ao aprendizado do aluno, direcionado ao professor, no sentido de **“como fazer, né, de qual maneira correta de ensinar, qual o melhor jeito de fazer, né”**(06), apresentando sentidos de auxílio, apoio e amparo, que se aproxima da necessidade de busca, de compreensão sobre métodos e formas necessárias para o trabalho docente, dentro das IES. Estes profissionais se deparam com o diverso, e nesse contexto, um olhar diferenciado como o do apoio pedagógico, pode ser útil (PLACO, SOUZA, 2006).

Este mesmo Sujeito A, se apresenta diante de uma realidade de trabalho, diferente do que ele acredita como ideal, no caso ao invés de orientação sobre como trabalhar, como ensinar com foco no saber do aluno, alega receber **“muita cobrança”**(06), da coordenação quanto a metas e prazos.

O Sujeito B também demonstra sua inquietação com as regras e relações de poder quando afirma que as **“[...] situações, [...] onde o professor precisa de suporte, [...]”**(07) se relacionam a situações onde **“[...]muitas vezes o profissional, ele inicia, as suas atividades, sem necessariamente, saber o que se espera dele,[...]”**(07).

Nessa conjuntura, podemos então relacionar este “esperar do professor”, à sua conduta, postura, cumprimento de metas e regras, e não sobre a metodologia de ensino, visando a aprendizagem. Podemos também relacionar estas cobranças com as relações de poder, que interferem nas práticas realizadas dentro da academia, (STREET, 2010).

A visão de que, o professor que é contratado para atuar no ensino superior, deve dominar as regras assim como, compreender sobre o que é esperado dele, surge na fala de nossos sujeitos quando o Sujeito A destaca, sua percepção de que, para a instituição é “[...]Como se todo mundo já soubesse, todo mundo que iniciasse já tivesse obrigação de saber, como fazer a coisa certa né?”(06) e do Sujeito A, “[...] muitas vezes o profissional, ele inicia, as suas atividades, sem necessariamente, saber o que se espera dele,[...]”(07).

Nosso Sujeito B, menciona anteriormente, que o apoio pedagógico, não interfere em sala, um dos espaços onde o aprendizado de constrói, mas foca em sua fala, a necessidade de auxílio da coordenação pedagógica, na orientação do professor. Em nosso ver, esta orientação da qual o sujeito se refere, tem sentidos ligados as relações de poder ali existentes, sobre “[...]a coisa certa [...]”(06), na visão institucional. Segundo dados apresentados pelo Sujeito B, assim como para o Sujeito A, podemos interpretar que existe uma perspectiva dentro da universidade, onde o professor se vê exigido a se adequar aos padrões esperados e regras, contudo, nossos sujeitos não mencionam nesse contexto o aprendizado do acadêmico.

Esta visão de homogeneidade, quanto as expectativas institucionais, se interliga a compreensão que se observa em meio aos trabalhos na universidade, a de que **“todo mundo [...] já tivesse obrigação de saber, como fazer a coisa certa né?”**(06), podendo assim ligar **“esta coisa certa”** as regras, metas e posicionamento esperados.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do nosso objetivo geral, que visa apresentar sentidos quanto ao trabalho da coordenação ou apoio pedagógico na visão de professores nas IES, podemos destacar o surgimento de sentidos que se referem a apoio e auxílio, assim como as relações de poder existentes na academia, que interferem diretamente nos trabalhos e atividades dentro da universidade. Contudo, observa-se que para o Sujeito A, que os sentidos relacionados a apoio e auxílio, se relacionam a visão do que ela espera do trabalho da coordenação, que é diferente do que essa professora aponta ter encontrado dentro da instituição, ou seja, um trabalho da coordenação que mais se aproxima da cobrança quanto a regras e metas.

Já o nosso Sujeito B, também demonstra sentidos relacionados a apoio, quando se trata da coordenação pedagógica. Porém, como esta professora nos dá indícios de

compreender o trabalho da coordenação mais ligado ao acadêmico do que ao docente diretamente, ela aponta que a orientação do apoio pedagógico em seu ver, acontece quando o professor ainda não conhece o que se espera dele na academia, ou seja, quando ele ainda não compreende as regras a serem cumpridas, neste contexto, também se relacionando as relações de poder na universidade.

Quando tratamos da compreensão de professores nas IES referente as atribuições da coordenação pedagógica, observa-se também uma relação entre o que a atuação da coordenação e as relações de poder, onde este pedagógico, tem seu trabalho mais relacionado a metas, prazos do que as aulas do professor, suas formas e métodos de ensino, visando a aprendizagem acadêmica.

Diante do apresentado, quanto a situações e momentos em que os professores recebem auxílio da coordenação pedagógica, observou-se na fala dos nossos sujeitos, orientações não direcionadas a sala de aula. Os professores são orientados sim, mas sobre questões institucionais, de conteúdos, e prazos, existindo a compreensão de que dentro da sala de aula, este profissional domina sua prática.

Esta visão nos inquieta, diante da diversidade em sala de aula e da necessidade de formação continuada do professor. Nesse contexto problematizamos o fato de que o professor apesar de estar apropriado de saberes referentes a sua área, lida com desafios diversos, e por vezes, pode necessitar de auxílio de outros profissionais, em meio ao processo de ensino e aprendizagem. Por estar imerso em um espaço, onde lida com a heterogeneidade, necessitando apresentar-se multifacetado, dinâmico e aberto ao novo, este profissional é submetido a exigências, e por vezes, pode sentir falta de uma orientação, sobre seus métodos, conforme nossos dados também apontam.

## **REFERÊNCIAS**

- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto. Porto Editora.1994.
- CEREJA, William in BRAITH, Beth. **Bakhtin: Conceitos- Chave**. São Paulo. Contexto. p. 201,220. 2007

CERVI, G.M. Docência no Ensino Superior : **Experiência, Experimentação?** P.51-60 in CERVI, G.M; RAUSCH, r.b (ORG) Docência Universitária: Concepções, experiências e dinâmicas de investigação. Xanxerê. Meta Editora, 2014 238p.

CORREA, SHIRLEI DE SOUZA. **A coordenação pedagógica na rede estadual de ensino catarinense: a implantação do cargo.** X ANPED SUL. Florianópolis, 2014. Fonte: [http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq\\_pdf/436-0.pdf](http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/436-0.pdf) acesso 06-05-2018

DANA, C.L; HEINIG, O.L.O.M.**Docência na universidade uma profissão dialógica e multifacetada.** P.129 a140 in CERVI, G.M; RAUSCH, r.b (ORG) Docência Universitária: Concepções, experiências e dinâmicas de investigação. Xanxerê. Meta Editora, 2014 238p.

LOUREIRO, A; MAIO,N.L; SILVA, H.S. EDUSER: **Supervisão Pedagógica A supervisão: Funções e Competências do Supervisor** revista de educação, EDUSER: Revista de educação, p. 37-51, 2010.Vol 2(1), 2010 fonte: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/3447/1/46-151-1-PB.pdf> acesso: 19-09-2017

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986. 99 p. Disponível em <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2237/1505>> Acesso: 06 jul. 2015.

MANZINI, E. J. Entrevista Semi-estruturada: **Análise de objetivos e de roteiros.** In Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos.2, 2004, Baurú. A pesquisa qualitativa em debate. Anais ... Bauru. USC, 2004.CD-ROOM. ISBN: 85-98623-01-6.10p.Fonte:[http://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini\\_2004\\_entrevista\\_semi-estrutura](http://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estrutura) da pdf. Acesso: 01 de junho de 2015.

MARTINS, H. H. T. S. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MARTINS, H.H.T de S. Metodologia qualitativa da pesquisa. Educação e pesquisa, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004.

MORAES, M.C. **O paradigma educacional emergente**. São Paulo: Papirus, 2010  
( Coleção Práxis) in SCHLEY, C.A; MOREL, J.C. OFFIAL, P.C. Licenciaturas em Foco.  
UNIASSELVI, 2016

MORETTO, V. P. **Planejamento: Planejando a educação para o desenvolvimento de  
competências**.3 ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2008.

PLACCO, V. M. N. S.; SOUZA, V. L. T. **A aprendizagem do adulto professor**. São  
Paulo: Loiola, 2006. p.95.

STREET, B. V. **Letramentos Sociais: Abordagens críticas do letramento no  
desenvolvimento, na etnografia e na educação**. São Paulo, Parábola, 2014.

## **QUANDO A DUALIDADE DO PAEBES DENUNCIA A FARSA DO BÔNUS DESEMPENHO**

**Daniel Barboza Nascimento**

**RESUMO:** No estudo dos resultados do Paebes e sua relação com o bônus desempenho na rede estadual do ES, no Ensino Médio do município de Vitória - ES, nos é imposta uma análise crítica por disciplina, escola e o conjunto das escolas e disciplinas. Assim, nossa postura exige um método: olhar por dentro, observar a dinâmica própria (nível de descrição) e, na sequência (nível analítico), fazer a crítica necessária relacionando os resultados com as condições socioeconômicas e os critérios de bonificação. Estamos diante de “novas” formas organizativas em que o controle (e, nos parece, também, o sentido) do projeto pedagógico e ação dos professores encontram-se FORA da escola, numa espécie de "gerência-científica". Os frutos do ranqueamento e de seu superlativo, a bonificação, associados aos processos, igualmente perversos, de intensificação do trabalho pedagógico, têm buscado impor um novo tipo de trabalho ao trabalhador na educação. Em busca de uma desmitificação possível, estamos propondo uma agenda de pesquisa que, de certo modo, já iniciada: desmontar o discurso das Avaliações em Larga Escala e as bonificações relacionando as condições socioeconômicas.

**Palavras-chave:** Avaliações em Larga Escala. Ranqueamento. Bonificação. Paebes. Política Educacional

## **1. INTRODUÇÃO**

No estudo dos resultados do Paebes<sup>1</sup> e sua relação com o bônus desempenho na rede estadual do ES, no Ensino Médio de Vitória - ES, nos é imposta uma análise crítica por disciplina, escola e conjunto das escolas. Assim, nossa postura exige um método: olhar por dentro, observar a dinâmica própria (nível da descrição) e, na sequência (nível analítico), fazer a crítica necessária.

Nosso estudo sobre avaliação em larga escala expresso na pesquisa “*A ILHA E O ORNITORRINCO: A dualidade do Ideb do município de Vitória*” analisa os dados do Ideb. Após análise minuciosa e comparativa, encontramos 2 cidades: de um lado Vitória-continente com os “melhores” e a Vitória-ilha (sua periferia da baixada e dos morros) com os “piores” resultados. Uma dualidade que expressa as desigualdades socioeconômicas que nos impõem críticas sobre o sistema educacional e as avaliações em larga escala. Os resultados “falam de um Lugar”<sup>2</sup>, da comunidade escolar e ou, o lugar impõe, juntamente com a comunidade escolar, um resultado. Temos diferentes propostas de escolas e cada uma apresenta um dinamismo próprio e realidades socioeconômicas distintas. Lançamos luz sobre uma situação complexa: algumas escolas são de “escolha” e outras são de “falta de escolha”. Olhando as árvores (escolas<sup>3</sup>) e suas distintas folhagens (as disciplinas<sup>4</sup>), passaremos à análise da floresta (o município<sup>5</sup>). E, se encontrarmos o que nos foi evidenciado na pesquisa do Ideb, e é o que nos parece, é lícito que perguntemos se tem endereço certo os “bons” e “péssimos” resultados, logo, as “melhores e piores” bonificações.

## **2. O RESULTADO POR DISCIPLINA<sup>6</sup>**

---

<sup>1</sup> Paebes é o Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo, criado em 2009. É o que sustenta o Bônus Desempenho regulamentado pela Lei Complementar nº 504 e pelo Decreto nº 2761-R, alterado pelo Decreto 3949-R e Lei Complementar 887 que concede aos profissionais ativos no âmbito da Sedu a Bonificação por Desempenho.

<sup>2</sup> Em suas múltiplas dimensões socioeconômicas e culturais, e suas tensões e movimentos.

<sup>3</sup> O nome das escolas e suas respectivas siglas encontra-se anexo.

<sup>4</sup> As avaliações de Matemática e Português foram as que inauguraram o Paebes, com aplicação anual. As disciplinas de Química, Física e Biologia começaram em 2011 (aplicação bianual). O mesmo valendo para as aplicações de História e Geografia com início em 2012.

<sup>5</sup> Um são quase metropolitanas (atendendo estudantes de mais de um município) outras ficam circunscritas ao bairro e bairros próximos. Misto desses polos são as escolas que atendem a diversos bairros e regiões.

<sup>6</sup> Para efeito de análise das 7 disciplinas, adotamos a mesma organização/agrupamento da aplicação do Paebes: português/matemática, história/geografia e biologia/física/química

Comparamos o resultado por disciplinas em relação à média do ES, bem como seu intervalo entre o menor e maior resultado e o desempenho ano a ano por escola em relação à Média. Temos uma situação uniformemente desigual, um grupo de escolas que sempre consegue atingir a média (com estratificações) e outro grupo, igualmente constante, que nunca consegue atingi-la e duas ou três escolas que ficam intermediárias.

**Tabela 1 - Resultados<sup>7</sup> do Paebes de todas as disciplinas por escola, EM, Vitória-ES, 2008-19:**

		8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9			
S	<sup>8</sup>	42	49	73	79	81	85	78	85	79	89	88	90			
		37	40	64	71	71	73	69	78	81	81	85	86			
						75			85				99			
						80			89				94			
					49		51		56			62				63
					48		55		61			64				68
					48		51		54			56				62
E		30	45	73	96	97	93	85	87	73	81	86	92		8	
		28	37	61	82	87	82	78	78	74	73	85	88			
						64		99		89		92				
						71		95		83		87				
					60		63		64		47		63			
					66		60		66		63		66			
					63		65		61		55		71			
		66	68	06	08	13	22	92	16	09	14	24	17	2	00	
		58	55	90	96	99	03	81	01	03	98	10	13			
						05		08		21		37				

<sup>7</sup> Na página do Paebes, os resultados trazem um número depois da vírgula. Em razão dos limites do artigo, achamos melhor suprimir, mas nas tabelas seguintes seguem como na página.

<sup>8</sup> Cada letra corresponde a uma disciplina: M = Matemática, P = Português, H = História, G = Geografia, F = Física, B = Biologia e Q = Química.



**Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas  
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 2**

						07		08		16		25			
					65		85		86		88		88		
					66		98		83		84		03		00
					71		92		78		71		81		
<b>B</b>		18	24	44	62	66	59	77	48	54	70	81	80		
		20	21	38	68	71	61	78	71	71	80	85	86		6
						60		91		88		98			5
						64		97		92		90			0
					40		35		50		58		60		
					32		46		51		51		57		
					38		31		48		44		47		
		38	33	73	51	65	73	72	74	74	68	80	75		
		35	30	56	54	76	80	65	77	78	76	69	76		6
						81		88		97		91			5
						78		98		86		77			5
					29		62		45		41		34		0
					16		47		40		49		48		
					22		46		53		34		44		
<b>C</b>		37	35	32	62	31	85	41	61	52	56	48	36		
		17	35	48	61	32	78	59	70	57	60	71	54		
						22		68		66		88			
						26		63		72		74			
					34		48		13		25		28		
					30		44		42		35		25		
					19		43		26		45		35		
<b>L</b>		41	31	34	61	83	48	58		74	97	74	66		
		45	24	47	54	75	52	55		77	79	67	70		6
						57		89		86		77			5
						57		90		95		75			0

**Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas  
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 2**

					34		44				68		55		5
					39		36				86		61		
					36		41				55		45		
<b>H</b>		51	56	75	87	98	08	99	08	97	01	10	98	2	00
		38	45	71	84	93	02	99	09	03	02	09	03		
						86		16		18		27			00
						90		16		18		18			
						61		83		80		84		74	00
						60		82		86		78		75	
						57		76		82		74		74	
		08	23	4	48	43	47	38	40	41	41	63	51		
		17	16	42	49	39	45	36	37	61	48	75	71		
						36		57		76		92			
						36		53		71		83			
						28		26		24		27		45	
						29		31		24		32		37	
						34		35		31		30		37	
<b>O</b>		35	44	08	84	90	99	87	93	93	87	97	09		5
		25	31	83	80	87	86	83	87	02	91	93	07	0	3
						99		07		13		18			00
						92		99		09		07			
						62		70		66		73		79	00
						61		75		70		74		09	
						72		73		63		61		74	
		51	48	90	00	01	84	97	04	94	08	97	10	0	3
		37	45	78	99	78	63	72	90	86	87	85	98		
						54		01		99		06			5
						58		05		98		01			
						59		38		65		75		71	

**Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas  
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 2**

					55		60		86		89		92		00
					66		50		65		65		66		0
	00	31	51	49	58	57	55	51	61	82	67	71			
	07	27	51	51	61	50	57	46	76	85	79	88			6
					46		65		85		9				
					49		64		78		84				
				25		23		30		54		54			
				22		29		39		59		51			
				27		30		34		49		53			
	20	45	8	75	81	89	86	00	02	99	02	19			5
	21	37	77	75	78	79	81	94	95	94	96	12	0		3
					61		04		14		14				00
					72		03		05		00				5
				61		70		77		97		04			00
				45		66		79		76		21			0
				55		58		56		65		86			00
	23	31	58	69	58	61	64	52	68	70	73	66			
	31	24	57	61	54	56	63	44	65	71	80	71			
					71		57		79		92				
					68		60		71		83				
				37		41		31		43		43			
				42		30		32		50		46			
				42		31		34		42		43			
<b>P</b>									85	11	20	82	81		0
									98	11	98	97	89		00
									33		06				00
									32		05				00
									80		09		60		6
									73		01		71		00

									47		92		59		6
<b>ot.</b>															
<b>S</b>															

Fonte: tabela elaborada pelo autor.

**a) O resultado das escolas: Matemática e Português**

Em relação à Matemática, o pior desempenho foi em 2009 (16,6%), quando apenas 2 escolas ficam acima da média do ES e os anos 2010, 12 e 15 apresentam o melhor desempenho (53,8%). 4 UEs (Unidades Escolares) *nunca* conseguiram a média estadual, enquanto que, na outra ponta, 2 escolas *sempre* a atingem. O pior resultado para Português foi em 2008 e 09 Unidades Escolares (03 UEs cada, 23%) conseguem ficar acima da média (ES). O ano de 2012 apresenta o melhor desempenho (61,5%), 2 UEs *nunca* conseguiram atingir a média estadual e 2 *sempre* atingiram. Exceto a ETI de SP que conseguiu atingir 3x para matemática e para português 5x a Média do ES (o que representa 60 e 100% respectivamente), podemos agrupar as escolas em três modos: as que nunca atingiram, as que pouco atingiram e as que regularmente atingem a Média (com destaque para as UEs RJCP e IMH, com 100%).

Para Matemática (2008), a UE RJCP tem “nota” 266.1, nota que 2 escolas (APR e GC) nunca atingiram, ficando abaixo da mesma até o ano de 2018, ou seja, 12 anos depois. A escola ELA, até o ano de 2016, também nunca havia conseguido superá-la, fazendo isso apenas em 2017 (282). Nesse aspecto, em Português (2008), a Escola RJCP tem como “nota” 258.4. 2 UEs (ELA e GC), até 2015, só tinham ultrapassado uma única vez (2012) e a escola APR só o fizera em 2016, voltando para nota inferior em 2017. A nota 254.3 da escola GC, em 2019, é inferior à *menor* nota da escola RJCP ocorrida em 2009, ou seja, para o RJCP é como se houvesse voltado 10 anos em seu desempenho.

**Tabela 2: Os 4 “melhores e piores” resultados, Matemática/Português, Vitória, EM, 2008-19:**

	8	9	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
o	JCP	JCP	O	JCP	JCP	JCP	MH	JCP	P	P	JCP	DR
	66	68	08	08	13	22	99	16	11	20	24	19

**Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas  
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 2**

o	M	MH	JCP	M	M	MH	M	MH	JCP	JCP	MH	JCP
	51	56	06	00	01	08	97	08	09	14	10	17
o	MH	E	M	E	E	O	JCP	M	DR	M	DR	M
	51	45	90	96	97	99	92	04	02	08	02	10
o	L	M	DR	MH	MH	E	O	DR	MH	MH	O	O
	41	48	83	87	98	93	87	00	97	01	97	09
o	DR	LA	B	L	CS	B	L	CS	LA	B	CS	LA
	20	31	44	61	58	59	58	52	61	70	73	271
o	B	L	PR	PR	LA	LA	LA	LA	B	XPB	LA	L
	18	31	40	48	58	57	55	51	54	68	67	66
o	PR	B	L	XPB	PR	L	L	B	C	C	PR	PR
	08	24	34	51	43	48	41	48	52	56	63	251
o	LA	PR	C	LA	C	PR	PR	PR	PR	PR	C	C
	00	23	32	49	31	47	38	40	41	41	48	36
o	JCP	JCP	JCP	M	JCP	JCP	MH	MH	P	MH	JCP	JCP
	58	55	90	99	99	03	99	09	11	02	10	313
o	L	M	O	JCP	MH	MH	O	JCP	JCP	JCP	MH	DR
	45	45	83	96	93	02	83	301	03	98	09	312
o	MH	MH	M	MH	O	O	JCP	P	MH	P	P	O
	38	45	78	84	87	86	81	98	303	98	97	307
o	M	E	DR	E	E	E	DR	DR	O	DR	DR	MH
	37	37	77	82	87	82	281	94	02	94	296	303
o	B	L	C	L	LA	CS	C	C	B	E	PR	CS
	20	24	48	54	61	56	59	70	71	73	75	271
o	PR	CS	L	XPB	CS	L	LA	LA	CS	CS	C	PR
	17	24	47	54	54	52	57	46	65	71	71	271
o	C	B	PR	LA	PR	LA	L	CS	PR	C	XPB	L
	17	21	42	51	39	50	55	44	61	60	69	70
o	LA	PR	B	PR	C	PR	PR	PX	C	PR	L	C

	07	16	38	49	32	45	36	37	57	48	67	54
--	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

Na tabela 2, salta aos olhos uma certa regularidade: escolas que sempre têm as “melhores” avaliações e outras as “piores”. A regularidade que acusamos acima, em termos de desempenho, é melhor observada a seguir.

**Tabela 3: 4 “melhores e piores” resultados, por colocação das UEs, Matemática/Português, Vitória, EM, 2008-19:**

Escolas entre os 4 “melhores” Resultados						Escolas entre os 4 “piores” Resultados						
	<i>o</i>	<i>o</i>	<i>o</i>	<i>o</i>	<i>otal</i>		<i>Es</i>	<i>o</i>	<i>o</i>	<i>o</i>	<i>o</i>	<i>otal</i>
JCP					2	00	DR					
P						0	CS					5
MH					0	3	XPB					6
DR							B					
O						1	L					8
M						5	LA				0	3
E						3	C					0
L							PR				2	00
JCP					2	00	E					
MH					1	1	CS					0
M						3	XPB					6
P						0	B					3
O						0	LA					0
DR							L					8
L							C					5
E						3	PR				2	00

Fonte: tabela elaborada pelo autor

Fica exposta a desigualdade educacional na apropriação das disciplinas de matemática e português. Duas escolas simbolizam os extremos: RJCP e APR. A primeira tem 12 participações entre os 4 “melhores” resultados e a outra ocupa 12x os “piores”

resultados: a UE RJCP, dos 4 “melhores” resultados, ocupa 7x para matemática e 6x para português o “melhor” resultado. Na outra ponta, a UE APR ocupa 6x o “pior” nas 2 disciplinas. Destacamos as UEs com “baixo pertencimento”, seja em um mundo ou em outro, ou seja, as escolas FDR, ACS e CXPB para matemática e as UEs CE e HL, para português.

Nenhuma escola da rede estadual de Vitória que oferece o EM conseguiu se posicionar na categoria<sup>9</sup> de avançado e somente duas escolas conseguiram, muito recentemente, a condição de *proficiente*. Verificamos duas realidades educacionais e com processo de deslocamento igualmente desigual. Escolas que nunca conheceram a condição de AB em matemática são elas: ACS, AM, IMH, RJCP e SP<sup>10</sup> e, em português, apenas, RJCP. Outras (CE, FDR e MO, para matemática e IMH e AM, para português) conheceram essa condição por apenas um ano e não mais voltaram. O ano de 2011 é um marco, primeira vez em que todas as unidades se encontraram na condição básica nas disciplinas em tela. No ano 2012, ainda persiste um AB para matemática e, para português (2014 e 2015), ainda persiste uma única escola com classificação AB. O ano de 2013 é outro marco para a disciplina de matemática: a primeira vez em que uma escola consegue a classificação *Proficiente*. Já na disciplina de Português, *nenhuma* escola conheceu a classificação P<sup>11</sup>, ou seja, nenhuma escola, em nenhum ano, conseguiu resultado superior a 315.

Para a disciplina de matemática, em 2014, ainda se tem a presença de AB e a partir de 2015 não mais, somente aparecendo 5 anos depois. Uma escola por ano (anos de 2015, 17 e 18) consegue a classificação P e, em 2019, parece se acentuarem ainda mais as diferenças: ao mesmo tempo em que duas escolas conseguem a classificação *Proficiente* (um marco), uma escola parece “retroagir” 5 anos, com a classificação AB. Entre as 14 UEs e os 12 anos de avaliações, tivemos 161 “notas” a saber: 20AB, 135B, 6P e 0A, ou seja, 12,9% Abaixo do Básico, 84,3% Básico e 2,7% Proficiente. Já para a disciplina de português, entre as 14 UEs e os 12 anos, tivemos 160 “notas” a saber: 8AB, 152B, 0P e 0A, ou seja, 5% Abaixo do Básico e 95% Básico.

## **b) O resultado das escolas: História e Geografia**

---

<sup>9</sup> AB para *Abaixo do Básico*, com pontuação até 240; B para *Básico*, com pontuação de 240 até 315; P para *Proficiente*, com pontuação de 315 até 365 e A para *Avançado*, com pontuação acima de 365.

<sup>10</sup> Nesse grupo, duas (APENAS) conseguiram a classificação P, como já dissemos, são elas: RJCP e SP.

<sup>11</sup> Registamos que apenas as UEs RJCP, IMH, FDR, MO e SP tiveram notas superiores a 300, as duas primeiras de forma mais regular.

Até aqui acompanhamos a análise dos resultados nas disciplinas de Matemática e Português cujas aplicações ocorrem anualmente. As disciplinas de avaliação bianual (História, Geografia, Biologia, Física e Química) vão ser por nós analisadas. Analisaremos o desempenho em relação às disciplinas de história e geografia. De início, verificamos resultado desigual e muito uniforme em relação à média do ES, bem como seu intervalo entre o menor e maior resultado e seu desempenho ano/escola em relação à média do ES.

O pior desempenho foi no ano de 2012: 38,4%, para história, quando apenas 5 UEs conseguem ficar acima da média do ES e, para geografia, 23% (3 escolas). O ano de 2014 apresenta o melhor desempenho para as 2 disciplinas (69,2%). Quatro escolas *nunca* conseguiram atingir a média estadual, enquanto que, na outra ponta, 4 UEs *sempre* atingiram essa média (100%).

Exceto a ETI de SP que atingiu 2x a Média do ES, o que representa 100%, podemos agrupar as escolas de três modos: as que nunca atingiram a média, as que pouco atingiram e as que regularmente a atingem, com destaque para as escolas RJCP, IMH, MO e FDR (história) e as 3 primeiras para geografia com 100% de aproveitamento. Os dados de história mostram que, no ano de 2012, a UE RJCP tem como “nota” 305, nota que as UEs APR e GC nunca conseguiram, ficando abaixo da mesma até o ano de 2018, ou seja, 6 anos depois. Para geografia, ultrapassar 300 pontos sempre foi normal para a UE RJCP e, a partir de 2014, o será para as escolas IMH e FDR<sup>12</sup>. Na outra ponta, temos oito escolas que nunca atingiram a pontuação 300.

**Tabela 4: 4 melhores e piores resultados, História/Geografia, Vitória, EM, 2012-18:**

	4 “melhores”				4 “piores”				
	1 2	1 4	1 6	1 8	1 2	1 4	1 6	1 8	
°	R JCP 3 05	I MH 3 16	S P 3 33	R JCP 337	°	A M 254	G C 268	E LA 285	A CS 292
°	M O 2 99	M O 3 08	R JCP 3 21	I MH 3	°	E LA 246	E LA 265	A PR 276	A PR 292
°	I MH	R JCP	I MH	M O 318	°	A PR 236	A CS 257	A CS 279	E LA 291

<sup>12</sup> Para história e geografia, apenas as UEs RJCP, IMH, FDR, MO, AM e SP tiveram notas superiores a 300, as três primeiras de forma mais regular e a RJCP em todas.



	2 86	3 07	3 18						
°	C XPB 2 81	F DR 3 04	F DR 3 14	F DR 314	°	G C 222	A PR 257	G C 266	G C 288
°	R JCP 307	I MH 316	S P 3 32	R JCP 325	°	H L 2 57	E LA 2 64	E LA 2 78	A PR 2 83
°	M O 2 92	R JCP 3 08	I MH 3 18	I MH 318	°	E LA 2 49	G C 2 63	G C 2 72	C XPB 2 77
°	I MH 2 90	F DR 303	R JCP 3 16	M O 307	°	A PR 2 36	A CS 2 60	A CS 2 71	H L 2 75
°	C XPB 2 78	A M 3 05	M O 3 09	S P 305	°	G C 2 26	A PR 2 53	A PR 2 71	G C 2 74

Fonte: tabela elaborada pelo autor

A Tabela 4 nos impõe profundas reflexões. Salta aos olhos certa regularidade: escolas que sempre ficam com as “melhores” avaliações e escolas que sempre recaem entre as “piores”. A regularidade que acusamos acima, em termos do desempenho das unidades, é melhor observada abaixo:

**Tabela 5: 4 “melhores e piores” resultados, por colocação das UEs, História/Geografia, Vitória, EM, 2012-18:**

Escolas entre os 4 “melhores” Resultados						Escolas entre os 4 “piores” Resultados						
°	°	°	°	total		E	°	°	°	°	total	
JCP					00							
MH						M						5
P					0	LA						00
O						CS						5
DR					5	PR						00
XPB						C						
JCP					00							
MH						XPB						5

P							LA							
O						5	L							5
DR						5	CS							0
XPB					C									00
M					PR									

Fonte: tabela elaborada pelo autor

Fica exposta a desigualdade do sistema educacional: Duas UEs simbolizam os extremos: RJCP e GC, para história e RJCP e APR, para geografia. No caso da disciplina de história, a primeira tem quatro participações entre os quatro “melhores” resultados e a outra ocupa quatro vezes os “piores” resultados: a UE RJCP, dos quatro “melhores” resultados, ocupa 2x o melhor e, na outra ponta, a UE GC, dos quatro piores, ocupa 3x o “pior” da cidade. Na disciplina de geografia, a UE RJCP repete o que fez em história e a UE APR, entre os 4 piores, ocupa 2 vezes o “pior” resultado da cidade. Podemos destacar algumas escolas com “baixo pertencimento”, seja em um mundo ou em outro: as UEs FDR e CXPB, para história e, para geografia, as escolas FDR e AM. Na outra ponta, fica entre os 4 piores: a UE AM, para história; e a UE CXPB, para geografia.

Nenhuma escola conseguiu se posicionar na categoria<sup>13</sup> de *avançado* e somente quatro escolas (história) e duas para geografia conseguiram, muito recentemente, a condição de *proficiente*. No caso da disciplina de história, duas UEs conheceram a condição de AB, no primeiro ano de avaliação e não mais voltando nos anos seguintes, são elas: APR e GC. Na condição de classificação de *Proficiente*, uma escola se destaca. A UE IMH alcançou 3x em 4 avaliações e foi seguida pelas escolas RJCP, MO e SP. Para a disciplina de geografia, o ano de 2014 é um marco, pois, pela primeira vez, todas as UEs encontravam-se na condição Básica, exceto IMH, que chega à classificação P, de onde não mais saiu. Em 2016, a IMH é seguida pelas escolas RJCP e SP. Entre as 14 unidades e as 4 avaliações, tivemos 54 “notas” a saber: 02AB, 45B, 7P e 0A, ou seja, 12,9% Abaixo do Básico; 84,3% Básico e 2,7% com condição de Proficiente para história; E, para geografia, ficou: 02AB, 46B, 6P e 0A, ou seja, 3,7% Abaixo do Básico, 85,1% Básico, 10,7% Proficiente.

<sup>13</sup> Na página do Paebs, encontramos uma escala de classificação dos resultados das escolas.

**c) O resultado das escolas: Biologia, Física e Química.**

Por fim, chegamos à análise das disciplinas *Biologia, Física e Química*. Quanto à disciplina Biologia, do ponto de vista absoluto, os piores desempenhos são verificados nos anos de 2011, 13 e 19, com 6 escolas cada. Decerto, o ano de 2019 foi, do ponto de vista percentual, ainda pior, por conseguir apenas 42,8% acima da média: 5 UEs *nunca* conseguiram atingir a média estadual, enquanto que, na outra ponta, 4 escolas *sempre* atingiram. Para a disciplina de Física, o pior desempenho foi o ano de 2011, com 5 UEs (38,4%) que conseguem ficar acima da média: 6 escolas da cidade nunca conseguiram atingir a média estadual, enquanto que, na outra ponta, 5 UEs sempre a atingiram. Para a disciplina de Química, o pior desempenho foi nos anos de 2013 e 15, com 5 escolas cada (38,4%) que conseguem ficar acima da média do ES: 7 UEs da cidade *nunca* conseguiram atingir a média estadual, enquanto que, na outra ponta, 7 *sempre* atingiram.

Exceto a ETI de SP, que obteve 66,6% de aproveitamento da Média do ES, para Biologia e Química e, para Física, teve 100%, podemos agrupar as UEs de três modos: aquelas que nunca atingiram a Média, as que pouco a atingiram e as que regularmente a atingem. No caso de Biologia e Química, com destaque para as UEs FDR, IMH, MO e RJCP com 100% de aproveitamento, e as escolas AM, MO, SP RJCP e IMH, com 100%, para Física.

Em relação à Biologia, seis UEs nunca atingiram 265.5 (*menor nota da escola* RJCP ocorrida no ano de 2011), a saber: ELA, CXPB, APR, GC, ACS, AB e CE. Duas escolas alcançaram, em uma única vez, a marca de 300 pontos, a saber: SP (2017) e, em 2019, FDR (duas são ETIs). Para Física, a UE RJCP (2008) tem como “nota” 266.3. Seis UEs (ACS, AB, ELA, CXPB, APR e GC) nunca atingiram, ficando abaixo da mesma até 2019, ou seja, 12 anos depois. A UE HL conseguiu superar tal nota em apenas uma avaliação. Outra situação de destaque é que a UE CE tem 266.7, em 2011 (que foi a nota mais alta para o ano) e, somente em 2019, supera tal nota. A situação da UE GC é semelhante em uma situação diferente: termina 2019 com uma avaliação inferior a inicial, depois de passar 3 avaliações acima da avaliação inicial. Para Química, apenas duas escolas conseguiram ter “notas” acima de 290. Na Tabela 6, salta aos olhos uma certa regularidade: escolas que sempre ficam com as “melhores” avaliações e escolas que sempre saem com as “piores”.

**Tabela 6: 4 melhores e piores resultados do Paebes, Biologia, Física e Química, Vitória, EM, 2011-19:**

	1	3	5	7	9			1	3	5	7	9
°	JCP 65.5	JCP 85.9	JCP 86.3	P 09.4	DR 04.4	F 3	°	C 34	B 35.6	CS 32	E 47.2	CS 246.5
°	O 262.3	MH 83.2	P 80.6	DR 97.3	JCP 88.1	R 2	°	PR 29.2	CS 30.6	LA 30.1	XPB 41.6	PR 45.9
°	DR 61.6	O 70.2	MH 80.3	JCP 88.8	O 79	M 2	°	XPB 28.4	PR 26.1	PR 224.4	PR 27	XPB 234.6
°	MH 61.2	DR 70.2	DR 77.9	MH 84.6	MH 74.4	I 2	°	LA 25.5	LA 23	C 13.1	G 225	G 228.4
°	E 66.7	JCP 98.3	MH 86.5	P 01.9	DR 21.2	F 3	°	C 30.4	CS 41.3	XPB 49.8	CS 50.1	XPB 48.7
°	O 261.9	MH 82.9	M 86.2	M 89.1	O 09.7	M 3	°	PR 29.4	L 36.5	CS 43.6	XPB 49.8	CS 243.2
°	JCP 66.3	O 75.7	JCP 83.2	L 86.7	JCP 03.3	R 3	°	LA 22.4	PR 31.8	C 235.3	C 35.3	PR 37.2
°	MH 60	DR 66.2	DR 78.9	JCP 84.9	M 92.2	A 2	°	XPB 16.8	LA 29.8	PR 32.6	PR 227	C 25.5
°	O 272.1	JCP 92.2	MH 82	P 92.3	DR 86.3		°	PR 34.7	PR 35.6	LA 34.6	B 44.5	XPB 244.3
°	JCP 71.2	MH 76.4	JCP 78.6	MH 74.5	JCP 81.2		°	LA 27.4	B 31.5	CS 34.1	CS 42.7	CS 43.8
°	M 66.6	O 73.7	M 65.1	JCP 71.9	MH 74.3		°	XPB 22.8	CS 31.4	PR 231.9	XPB 34.3	PR 37.3
°	E 63.8	E 65.7	O 63.9	DR 65.5	O 74.2		°	C 19.1	LA 230.1	C 26.3	PR 30.8	G 35.5

Fonte: tabela elaborada pelo autor

A regularidade que acusamos acima, em termos do desempenho das escolas, é melhor observada na Tabela 7. Na disciplina de Biologia, duas UEs simbolizam os extremos: RJCP e GC. A primeira tem cinco participações entre os quatro “melhores” resultados, a outra ocupa 4x os “piores” resultados: a UE RJCP, dos quatro “melhores” resultados, ocupa 3x o melhor resultado e, na outra ponta, a UE GC, dos quatro piores, ocupa 3x o “pior”. Podemos destacar algumas escolas com “baixo pertencimento”, seja em um mundo ou em outro, ou seja, as UEs AB e CE podem ser incluídas nessa posição. Em Física, duas UEs simbolizam os extremos: RJCP e APR. A primeira tem cinco participações entre os 4 “melhores” resultados da cidade a outra ocupa 5x os “piores” resultados: a UE RJCP, dos 4 “melhores” resultados, ocupa 1x o melhor resultado e, na outra ponta, a UE APR, dos 4 “piores”, ocupa 2 vezes. Para Química, duas UEs são os extremos: RJCP e GC. A 1ª tem cinco colocações entre os 4 “melhores” e a outra ocupa 4x o pior resultado em 5 edições. Numa espécie de 2º lugar, teríamos ainda a UEs FDR e ELA em posições simetricamente opostas. Para Química e Física, acusamos que estar nesse lugar (4 “melhores ou piores” resultados) é mais “participativo” no topo da tabela: 8 diferentes UEs, para Física, e 7, para Química, ocupam até o quarto lugar. Em Biologia, observamos o inverso.

**Tabela 7: 4 melhores e piores resultados do Paebes, por colocação das UEs, Biologia, Física e Química, EM, 2011-19:**

Escolas entre os 4 “melhores” Resultados						Escolas entre os 4 “piores” Resultados					
	o	o	o	o	total	E	o	o	o	o	total
JCP					00	B					0
P					6	E					
DR					00	CS					0
O					0	XPB					
MH					00	PR					00
						LA					0
						C					0
MH					0						
JCP					00						
DR					0	L					0

P					14	0	CS								0
E							XPB								0
O						0	C								
M						0	LA								0
L						0	PR								00
JCP						00									
MH						0	B								0
O							CS								0
P						0	XPB								0
DR						0	LA								
M							PR								00
E							C								0

Fonte: tabela elaborada pelo autor

Nenhuma escola conseguiu “notas” na categoria de Avançado e Proficiente na disciplina de Biologia e Química (ter pontuação acima de 315). Apenas uma escola, na disciplina de Física, conseguiu a categoria Proficiente.

No ano de 2011, em Biologia, cinco UEs conheceram a condição de AB (Abaixo do Básico), a saber: APR, CXPB, ELA, GC e HL. A escola APR só saiu dessa condição em 2019. Com exceção da escola APR, em 2017, todas as UEs encontravam-se na condição *básica*. No ano de 2019, as UEs CXPB e GC voltam a apresentar avaliações AB, depois de longos oito anos. Duas UEs, em uma única vez, conseguiram pontuação acima de 300 (todas ETIs). Em Física, algumas escolas nunca conheceram a condição de AB, são elas: AM, CE, FDR, MO, IMH, RJCP e SP, outra (AB) conhece essa condição por apenas um ano e não mais volta. 2019 é a 1ª vez que uma UE consegue a classificação *Proficiente*, o que é bom e, ao mesmo tempo, parece acentuar ainda mais as diferenças, pois outra escola parece “retroagir”, com classificação AB e outra permanece “estagnada” desde o início. No ano de 2011, seis escolas, em Química, ficaram AB, a saber: AB, APR, CXPB, ELA, GC e HL (A escola APR não conseguiu sair dessa condição). Com exceção das escolas APR e CXPB, em 2017, e APR e GC, em 2019, todas as UEs se encontravam

<sup>14</sup> A UE “SP” apresenta apenas 4 avaliações no Paebes, e destas, 2 conseguiu ficar entre os 4 melhores resultados

na condição Básica e duas UEs, em uma única vez, conseguiram pontuação acima de 290 (RJCP, em 2013, e SP, em 2017). Entre as 14 unidades, tivemos 67 “notas”, a saber: 18AB, 49B, 0P e 0A, ou seja: 26,8% AB, 73,1% como Básico, para Química; 19AB, 49B, 1P e 0A, ou seja: 25,3% AB, 73,1% como Básico e 1,4% como Proficiente, para Física. Para Biologia: 15AB, 52B, 0P e 0A, ou seja: 22,3% AB, 77,6% como Básico.

### 3. Análise conjunta: similitudes e contrapontos

O método de analisar os resultados por disciplinas (07) por escolas (14) nos impõe e, decerto, nos antecipa uma conclusão: estamos diante de um “apartheid educacional” que expressa as mazelas socioeconômicas vividas por grande parte da sociedade. Com o critério que estabelecemos de até o “quarto melhor e pior resultado”, as escolas terão “188 possibilidades” de ocupar 4 posições. Sintetizamos, na tabela 2, incluindo dados do InSe/INEP, onde quantificamos por escola e nos permite ter uma visão de conjunto. Ficam evidentes os resultados expressos em dois mundos.

**Tabela 8 – Síntese dos resultados/posições do Paebes<sup>15</sup> de todas as escolas, disciplinas e anos, Vitória, EM, com InSe/Inep 2013/15 2008-19:**

	o	o	o	o	ot	Inse		Inse			o	o	o	o	ot
						2015	2013								
JCP	3	4			7	4	4	5,3		JCP					
MH		4	0		1	2,4	4	2,5	A	MH					
P <sup>16</sup>					3					P					
O			0		7	9,7	3	0,7	A	O					
DR				5	5	0,4	3	1,2	A	DR					
M					9	0,4	3	2,2	A	M					
E					1	9,4	3	1,3	A	E					
L								5,5		L					7
XP B						0,1	3	6,4		XP B					5
B						9,3	3	9,1		B					4

<sup>15</sup> No critério que estabelecemos, as escolas têm 188 possibilidades de ocupar 4 melhores ou piores posições/notas, por disciplinas e ano. O que permite a cada escola somar, no máximo, 47. Assim, duas escolas conseguiram somar 47 entre os piores resultados e uma entre os melhores, ou seja, em todos os anos e disciplinas sempre estiveram presentes entre os 4 “melhores” ou “piores”.

<sup>16</sup> A escola “SP” é uma situação peculiar que precisa ser melhor entendida.

CS						8,3	3				CS	0	0			6
LA						8,7	3	7,5			LA		2			1
PR						0,1	3	7,4			PR			6	8	7
C						6,8	3	9			C				9	7

Fonte: tabela elaborada pelo autor

Revelamos aqui duas faces de um mesmo sistema educacional: um grupo de quatro escolas que sempre ocupam os “melhores”, de outro, um grupo de cinco UEs que sempre ocupam os “piores” resultados. Aqui também se fala de um lugar da cidade e de condição socioeconômica distintos. Em um campo de penumbra, encontramos 5 escolas que, mesmo passando nos 2 mundos, pisam com mais força mais em um do que em outro. Nos extremos opostos, temos, de um lado, as UEs RJCP e IMH que ocupam os “melhores” resultados com maior participação em 1º e 2º lugares. A escola RJCP consegue estar as 47x (100%) entre as 4 melhores (48,9% como 1º e como 2º, 29,7%). De outro, as UEs APR e GC apresentam-se em outro extremo, ocupam 47x (100%) os piores resultados: a primeira ocupa 19x (40,4%) a “última posição” com um equilíbrio nas restantes e a segunda, com concentração nas últimas e penúltimas posições (34% e 38,2% respectivamente).

Isso posto, podemos ver o resultado do Paebes, no conjunto da cidade, num gradiente onde encontramos as escolas intermediárias e os extremos opostos estão no limite da cidade dividida: é o que nos indica os InSe de 2013 e 2015, ou seja, as escolas com os maiores InSe estão com os “melhores” resultados e as escolas com os menores InSes, com os “piores” resultados.

#### **4. A dualidade do Paebes expressa as contradições das diferenças sociais e denuncia a farsa do Bônus Desempenho**

A burguesia disputa o conteúdo da escola pública, sua forma de organização e as relações de trabalho em seu interior. As duas coisas não são novas, no principal, a escola remunera a sociedade burguesa e a escola é utilizada para, de forma aparentemente "neutra", distribuir as pessoas e as ocupações sociais. Atualmente, encontramos dois movimentos que estão de mãos dadas, mas que, certamente, conhecerão seu divórcio: o ultraconservadorismo, no debate de conteúdo, e o ultraliberalismo, em sua organização e



forma (e também em conteúdo). As duas proposições têm impacto sobre a consciência (corações e mentes) e no corpo dos professores (gerando inúmeros tipos de adoecimentos) e nos parece que a segunda, menos explícita, logo menos evidente aos desavisados, pode ter consequências severas e mais permanentes devido, sobretudo, à sua institucionalização.

Se os governos (e os capitalistas) não conseguirem privatizar a escola pública, *farão de tudo* para liberalizá-las, ou seja, para que funcionem como empresas capitalistas. Nessa direção, a Avaliação em Larga Escala é a forma mais *elaborada* e *dissimulada* de se atingir tal propósito: em sua forma tímida, exacerba o ranqueamento e a meritocracia, apresentando como propósito primeiro (e seu FIM) a Bonificação. Eis a face perversa da avaliação em larga escala (se lhe é possível ter outra), assim, a bonificação é a individualização salarial, objetivo central do capitalismo (salvação ou desgraça individual).

Diante do exposto, as novas formas organizativas onde o controle (e, nos parece, também, o sentido) do projeto pedagógico e ação dos professores encontram-se FORA da escola, numa espécie de "gerência-científica". Os frutos do ranqueamento e de seu superlativo, a bonificação, associados aos processos, igualmente perversos, de intensificação do trabalho pedagógico, têm buscado impor um novo tipo de trabalho e trabalhador na educação. Em busca de uma desmitificação possível, estamos propondo uma agenda de pesquisa a qual, de certo modo, já foi iniciada: desmontar o discurso das Avaliações em Larga escala e as bonificações relacionando as condições socioeconômicas.

## REFERÊNCIAS

ESPÍRITO SANTO. **Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo.**  
Disponível em: <http://www.paebes.caedufjf.net/>.

## ANEXO A

<b>Relação das Unidades de Ensinos do Ensino Médio da Rede Estadual</b>	<b>Sigla:</b>
CEEMTI SAO PEDRO	SP
EEEFM AFLORDIZIO CARVALHO DA SILVA	ACS
EEEFM ALMIRANTE BARROSO	AB
EEFM DESEMBARGADOR CARLOS XAVIER PAES BARRETO	CXPB

***Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas  
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 2***

EEEFM ELZA LEMOS ANDREATTA	ELA
EEEFM HILDEBRANDO LUCAS	HL
EEEFM MAJOR ALFREDO PEDRO RABAYOLLI	APR
EEEFM MARIA ORTIZ	MO
EEEM ARNULPHO MATTOS	AM
EEEM COLEGIO ESTADUAL DO ESPIRITO SANTO	CE
EEEM GOMES CARDIM	GC
EEEM IRMA MARIA HORTA	IMH
EEEM PROF FERNANDO DUARTE RABELO VITORIA	FDR
EEEM PROF RENATO JOSE DA COSTA PACHECO	RJCP

Fonte: tabela elaborada pelo autor

**Capítulo 83 - DOI:10.55232/10830012.83**

**O VOO DO PÁSSARO DE FOGO: A DUALIDADE DO IDEB  
DO MUNICÍPIO DE CARIACICA-ES.**

**Daniel Barboza Nascimento**

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo analisar os resultados obtidos pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em relação à rede municipal de Cariacica/ES e, na sequência, em relação à rede estadual (fundamental e médio), sob a perspectiva de comparação entre a relação dos resultados escolares e as condições socioeconômicas e culturais referentes ao local em que a escola está inserida, bem como suas tensões e as questões necessárias aos desafios da política educacional. Para tanto, conta-se com o apoio teórico de Brooke e Soares (2008), Ravitch (2011), Freitas (2018) e Laval (2019), desdobrando com a análise do ranqueamento, meritocracia e avaliação em larga escala, o que exigiu a compreensão da gens e desenvolvimento e aplicação do Ideb.

**Palavras-chave:** Escola Pública; Política Educacional; Ideb; Avaliação em Larga Escala; Ranqueamento

## **Introdução**

A convite da Comissão **Popular de Monitoramento do Programa Nacional de Enfrentamento à Criminalidade Violenta em Cariacica-ES**, nos foram colocados novos desafios: analisar os resultados do Ideb na cidade de Cariacica-ES para auxiliar no *estudo e intervenção dirigida* da Comissão, na temática *Educação e Violência*. Diante do desafio nos foram impostas novas questões ou as mesmas afloradas das análises dos resultados do Ideb na capital capixaba<sup>1</sup>: o lugar<sup>2</sup> em que a escola se encontra, a sua comunidade local e escolar impõe o resultado do Ideb?

Não pretendemos discutir questões metodológicas ou os limites das avaliações em larga escala, ainda que, ao final, possamos refletir sobre o que aqui chamamos, provisoriamente, de *Limite Estrutural*<sup>3</sup>. No esforço de efetuar um olhar por dentro, dialogando com a lógica interna do Ideb, para assim, melhor compreender os seus resultados "pra fora", ou seja, o que ele quer esconder ou o que não pode revelar: a) estaria o Ideb apenas refletindo as diferenças sociais e, ou, b) em que medida o Ideb contribui para alimentar uma concorrência entre as escolas, entre os estudantes e famílias, dilatando as diferenças "escolares" e sociais? A questão a) pode sugerir uma condição passiva, a b), nos solicita atenção para processos internos que podem dialogar com situações externas.

Conversaremos com os "resultados" em nível municipal por escola e região (2005-2019). Em um segundo momento, a referência não mais será seu desempenho frente à Meta Municipal, passaremos à própria escola e sua meta própria, por região e em nível municipal. A primeira parte de nosso esforço repousa sobre a análise dos resultados dos anos iniciais (1º ao 5º) do Ensino Fundamental (EF) que aqui chamaremos de

---

<sup>1</sup> Expresso na pesquisa "**A ILHA E O ORNITORRINCO. A dualidade do Ideb do município de Vitória**", em que encontramos duas cidades e uma dualidade que nos impõe ação mais profunda sobre o sistema educacional e as avaliações em larga escala. A pesquisa tem origem nas provocações de minha pedagoga da EMEF "*Maria Leonor Pereira da Silva*", Rosalba Gazoni Lima Tovar, sobre os resultados do Ideb

<sup>2</sup> Em suas múltiplas dimensões socioeconômicas e culturais, expressando sempre tensões e movimentos.

<sup>3</sup> O passo seguinte é observar que fatores (internos e externos) influenciam nos resultados apresentados. O que nos chama atenção é o que consideramos como a "*lógica do Ideb*": influencia o interior escolar e a rotina escolar. Isso acontece desde ações "isoladas" de pais e mães, passando por alunos até chegar aos professores e equipes pedagógicas e, não podemos esquecer, chega até as Secretarias de Educação (com ranqueamentos de escolas, estudantes e professores com tudo que há de horrível em tais práticas) e Governos (ver SAE/Governo Federal). Lembramos que em Vila Velha-ES, a Secretaria de Educação, deliberadamente, reduziu carga horária de Artes, Ed. Física, História e Geografia, aumentando Matemática e Português, bem como houve movimento de vereadores, com seus projetos mirabolantes (em Vitória, Vila Velha e outros), de estampar o Ideb na porta de entrada das UEs.

Fundamental 1 (F1). Em seguida, nos ocuparemos da análise dos resultados dos anos finais (6º ao 9º) do Fundamental 2 (F2). Em um terceiro momento, assumiremos o desafio de "comparar", com todo risco latente, os resultados do F1 e F2. Como se trata de uma temática, que em nosso entendimento não se restringe à rede municipal, em seguida faremos o mesmo procedimento em relação à oferta da rede estadual (fundamental e médio) para, depois, efetuarmos uma análise de conjunto e esperamos, ao final, podermos apresentar questões referentes aos desafios da política educacional, no geral e, em particular, à cidade de Cariacica. Diante dos limites do artigo, nos ocuparemos da apresentação e discussão dos resultados da rede municipal de Cariacica-ES.

Entendemos que a escola (em seus múltiplos e diversos movimentos) é maior do que qualquer número (índice) possa expressar e que o próprio número é uma fotografia (ou um congelamento) que precisa ser entendido como tal. O que realmente nos preocupa é a capacidade de um sistema que, se utilizando de “congelamentos” busca “orientar/determinar” o dinamismo próprio das escolas... de cada escola: essa capacidade é a intencionalidade escondida no que chamamos de lógica do Ideb.

### **1.1A visão de nossa floresta: o ponto de visão é a Meta Municipal (F1/F2):**

**Tabela 1 - Ideb - Resultados e Metas - Cariacica – Municipal, F1/F2 (2005-2019):**

<b>Emefs/Ideb da PMC</b>	<b>1º ao 5º – F1</b>								<b>6º ao 9º – F2</b>							
	<b>3.8</b>	<b>4.2</b>	<b>4.4</b>	<b>4.6</b>	<b>4.9</b>	<b>5.2</b>	<b>5.3</b>	<b>5.6</b>	<b>3.4</b>	<b>3.2</b>	<b>3.4</b>	<b>3.2</b>	<b>3.3</b>	<b>3.7</b>	<b>3.8</b>	<b>4.0</b>
Agustinha M. de Oliveira	3.1	4.1	3.9	4.1	4.7	4.8	5.1	5.5								
Almerinda P. Colodette	3.3	3.7	3.6	4.3	3.9	4.3	4.0	4.6	3.3	3.2	2.5	3.6	3.6	4.0	*	3.1
Álvaro Armeloni	4.1	4.6	4.7	4.6	5.3	5.2	6.0	6.6								
Amenophis de Assis	4.4	3.8	4.3	5.2	4.4	5.7	6.1	5.0							5.3	4.2
Ângelo Zani		3.4	4.3	4.1	4.0	5.2		5.5	4.0	3.2	2.9	3.7	3.4	3.9	*	*
Antário Alexandre T. Filho								5.6	4.7	3.8	3.6	3.1	2.9	4.0	*	*
Antero J. do Nascimento	3.2	4.0	4.0	4.2	3.9	4.6	4.7	5.2	3.4	2.9	2.7	3.4	3.0	4.2	*	*
Antônio C. Oliveira	3.8	4.0	3.7	4.4	4.3	5.4	4.6	5.2								
Arthur da C. e Silva	2.7	3.3	3.9	3.6	3.6	4.1	4.4	*		2.6	2.9	2.4	2.6	3.1	2.9	*
Ayrton Senna	4.3	3.8	4.4	4.3	5.1	5.4	5.4	6.1	4.6	3.6	3.4	3.2	3.5	3.7	4.5	*
Cerqueira Lima	4.7	5.4	5.0				*	*		4.2	4.4	4.2	4.0	3.6	4.9	3.9
Cladiston Regis Barbosa	3.1	3.2	3.8	3.8	4.9	5.0	6.0	5.3								
Cleilza A. Vaz		4.1	4.3	4.5	5.0	5.1	5.9	6.3								
Deocleciano F. da Vitória		4.0	4.4	4.5	4.6	5.4	5.7	5.8		2.9					*	*
Elisa Leal Bezerra	3.5	4.1					*	*								
Eulalia Moreira	2.8	2.7	3.7			4.5	5.4	*	2.8	2.4	2.7	2.5	3.4	2.8	*	*
Eurides Gabriel	3.4	3.1	3.6	4.1	4.4	4.6	4.6	5.3	3.4	3.1	3.5	3.0	3.6	3.5	*	3.8
Euvira Benedita C. da Silva		4.0	3.9	4.2	3.9	4.8	5.0	5.6		3.8	3.4	2.9	2.6	4.2	*	3.3
Ferdinando Santório	4.3	5.2	5.6	5.6	6.7	6.9	6.5	6.7		2.0						
Hemogenia M. da Conceição	4.7	4.1	4.6	5.6	4.9	5.7	5.5	5.8								
Hilário V. da Silva	3.1	3.7	3.5	4.2	4.2	4.7		5.6	2.4	3.4	3.7	2.6	3.7	3.6	4.4	4.3
Hilda Scarpino	3.9		5.2	5.7	5.4	6.2	6.3	6.5								
Iracy Gobbi	4.0	4.3	4.8	4.9	4.9	5.8	5.6	6.2								
Joana M. da Silva	3.1	3.8	4.1	4.2	4.7	5.1	5.2	5.2		1.8						

**Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas  
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 2**

Joao P. da Silva									3.1	2.7	2.8	2.1	2.7	3.1	2.8	*
Jocarly G. Salles	4.1	4.9	5.1	5.8	5.8	6.3	6.2	7.0								
Jones dos S. Neves	3.1	4.0	5.1	5.8	5.5	6.1	6.0	*								
Jose Zacchi								5.2								
Laurinda P. do Nascimento	3.9	3.8	4.6	4.7	5.2	5.2	5.6	6.0		2.4						
Leonilda das G. Langa	3.4	4.0	4.7	4.8	4.3	5.0	*	6.2								
Luzbel Pretti	2.9	3.1	3.6	3.9	4.4	5.0	5.1	5.4	2.6	2.4	3.0	3.0	2.7	3.7	*	4.1
Manoel M. Sobrinho	4.9	5.0	5.6	5.5	5.5	6.1	5.7	6.2	4.6	4.3	4.3	3.9	4.6	4.1	4.7	*
Manoel P. Rocha					4.9	5.7	6.2	*								
Margarete C. Pereira														3.9	**	4.1
Maria A. Tavares	3.4	3.4	3.6	4.1			*	*	2.9	2.6	3.1	2.9	2.6	3.5	3.6	*
Maria G. de Castro		4.1	3.6	3.8	5.0	4.3	4.6	5.3		3.1	3.0	2.9	2.7	3.2	*	*
Maria Paiva	4.1	5.2	5.0	4.9	4.7	5.6		6.5								
Marilia R. Coutinho	4.1	4.6	4.2	4.7	4.6	5.2	4.9	6.0								
Martim Lutero	2.5	3.0	3.1	4.1	4.0	4.3	4.0	3.7	2.5	2.8	2.4	2.2	2.5	3.3	*	*
Nilton Gomes	4.7	4.8	5.2	5.5	6.0	6.0	6.0	6.6								
Noemia Costa de Lima								4.9								
Oliveira Castro	4.1	3.9	4.5	4.4	4.3	5.0		5.4	3.6	4.6	4.1	3.4	3.6	4.2	*	*
Olivino Rocha	3.6	4.4	4.1	5.2	5.3	5.1	5.2	6.2								
Orlando M de Lima	4.4	4.4	5.0	5.0	5.2	5.9	5.9	6.3								
Padre A. Lute	3.5	3.8	4.2	4.3	4.2	4.9	4.5	4.5							*	*
Padre Gabriel R. Maire	3.3	3.7	4.1	3.5	4.4	4.6	3.9	5.0	3.0	2.8	2.9	3.0	2.7	2.4	2.7	*
Pedro Venturim	4.6	5.0	4.9	5.2	5.6	5.2	6.5	6.8								
Presidente Medici	2.9	3.9	4.2	4.1	4.7	4.9	5.4	*								
Renascença	3.1	3.2	3.1	3.0	3.3	3.7	4.6	4.5	2.7	2.2	2.8	2.0	3.3	3.0	3.8	*
Rosa da Penha		4.8	4.8	4.9	5.5	6.0	5.6	5.6	3.9	4.2	4.3	4.0	4.5	4.0	4.5	*
São J. Chrisóstomo		3.4	4.2	4.2	4.9	5.2	5.1	*								
São Jorge	3.1	4.0	4.2	4.5	5.2	5.3	5.5	5.2								
Sebastião R. Sobrinho	4.8	4.7	5.6	4.9	5.2	5.3	5.4	5.7					4.1	4.3	4.4	*
Stélida Dias	4.8	5.0	4.9	5.7	6.1	5.9	5.7	6.7	3.9	3.6	4.1	4.8	3.9	4.7	*	5.3
Talma S. de Miranda								6.0	3.5	3.3	3.0	3.2	3.1		*	4.2
Tancredo de A. Neves	3.1	3.9	4.7	4.6	5.1	5.4	5.7	5.6	2.1	2.3						
Tania P. Leite				2.9	4.1			5.9								
Terfina R. Ferreira	3.3	3.9	3.4	4.6	4.4	4.3	*	*	2.8	2.9	2.6	3.4	3.4	3.3	*	*
Valdeci Cezário	4.2	4.6	5.0	5.1	5.5	5.1	5.9	5.6		2.5						
Valdici A. Baier			4.1	4.2	4.3	4.8	5.0	5.0					3.5	3.4	4.0	4.0
Vienna R. Guterres	3.4	4.1	4.7	4.9	5.3	5.7	5.9	6.1								
Virgílio F. Schwab	4.4	4.9	4.9	5.2	5.5	5.8	6.0	5.2							*	3.5

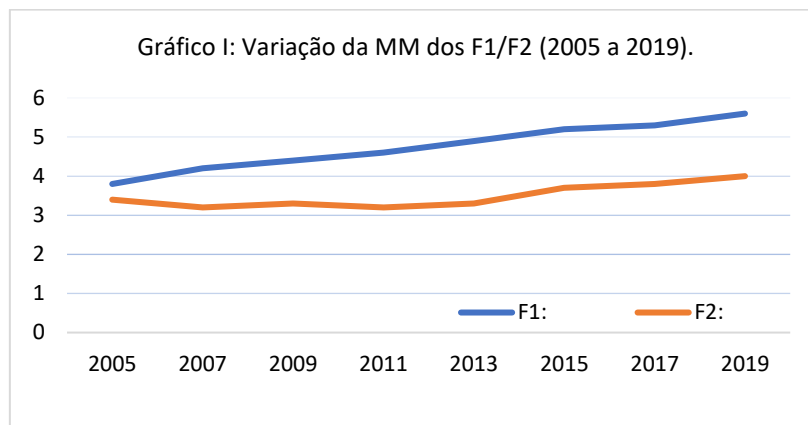
Nossa suspeita inicial é que o local, bairro ou região em que a escola se encontra "exerce" influência sobre o resultado. A sentença não é nova, e, bem expressa, em falas de outros tempos e que ainda se fazem presentes: *"aquela escola é primeiro lugar... olha a clientela em que ela se encontra"* e ou, *"os bairros pobres terão as escolas com resultados piores"*. Em que medida tais falas, ditas de senso comum, casam com a realidade? Assim, precisaremos observar se realmente isso ocorre e em que medida e se alguma escola *"escapa"* a tal premissa.

Na página do INEP, encontramos a planilha Ideb - Resultados e Metas - Cariacica – Municipal, assim construímos a Tabela I com os Resultados do Ideb (F1 e F2) onde está a apresentação da classificação das escolas. Esses dados pouco nos auxiliam para uma maior compreensão da realidade educacional. Procuraremos desvelar essa aparência

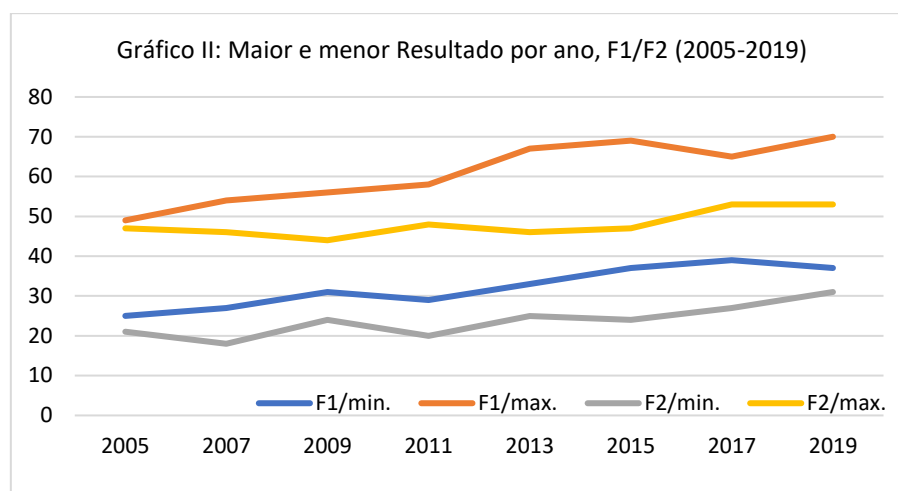
buscando relacionar os resultados com a região e bairro em que as escolas se encontram.

Inicialmente, destaca-se que a MM do F1 sai de 3.8 em 2005 e chega a 5.6 em 2019, apresentando um crescimento de 47,3% o que representa uma média de 2,25 ao ano. A evolução da MM do F2 sai de 3.4 em 2005 e chega a 4.0 em 2019, com um crescimento de 17,6%, ou seja, com uma média de 0,75 ao ano.

Ideb de Cariacica-ES / Ano	05	07	09	11	13	15	17	19
Resultados do Ideb – 1º ao 5º - F1	3.8	4.2	4.4	4.6	4.9	5.2	5.3	5.6
Resultados do Ideb – 6º ao 9º - F2	3.4	3.2	3.4	3.2	3.3	3.7	3.8	4.0



Podemos verificar o desempenho das escolas em seus resultados mínimos e máximos apresentados pelos F1 e F2 de 2005-19. Em relação ao Resultado *Mínimo* de Avaliação do F1, observamos aumento de 2.5 (2005) para 3.9 pontos em 2017 em queda para 3.9 em 2019. Sobre o Resultado *Máximo*: saímos de 4.9 (2005) para 7.0, em 2019, contudo, no ano de 2013, houve um salto para 6.7, com crescimento em 2015 (6.9) e apresenta uma queda em 2017. Quanto ao F2, primeiro teceremos considerações em relação à nota mínima que apresenta uma pequena variação (0.6) com enorme oscilação (21 – 3 + 6 – 4 + 5 – 1 + 3 + 4). Quanto ao resultado máximo, podemos dizer que conhece igual situação: pequena variação no intervalo e grande oscilação (47 – 1 – 2 + 4 – 2 + 3 + 6 + 0). Salta aos olhos a situação que ocorre entre 2005 e 2015. É como se ocorresse uma estagnação, pois começou em 4.7 e, passados 10 anos, continuou com os 4.7 (depois do sobe e desce). No ano de 2017, ocorreu um salto significativo, batendo os 5,3. E estagnando na edição seguinte do Ideb.



Como consequência do comportamento dos extremos (notas *mínima* e *máxima*), observamos que o intervalo no F1 sai de uma diferença de 2.4 (2005) e chega, 8 anos depois, em 3.4 pontos, encontramos seu ápice em 2013. Com queda em 2015 continuando em 2017, 32 e 26 de intervalos respectivamente (constante com pequenas variações). 2013 bate 2019 (3,3).

A Tabela 2 nos apresenta o percentual de escolas que atingem a Meta Municipal, as que ficam abaixo e acima da mesma. Em termos absolutos para o F1, o ano de 2007 apresenta o máximo de escolas abaixo da meta (32 escolas) e, proporcionalmente, fica para o mesmo ano o “pior” resultado (67,3). Do ponto de vista proporcional, a participação abaixo da meta das escolas tem uma contínua redução (o que é muito bom!) saindo de 67,3 (em 2007) para chegar em 39,1 (2017) e terminando em 42%.

**Tabela 2: Posição em relação à MM: % na meta, acima e abaixo da meta, F1/F2 (2005-2019):**

Ano:	Nº / escolas	< a meta		Meta			> a meta	
2005	F1: 46	24	52,1	1	2,1	3.8	21	45,6
	F2: 21	11	52,3	2	9,5	3.4	8	30
2007	F1: 52	35	67,3	0	0	4.2	17	32,6
	F2: 30	18	60	2	6,6	3.2	10	33,3
2009	F1: 53	28	55,8	2	3,7	4.4	23	46
	F2: 24	14	58,3	2	8,3	3.4	8	33,3
2011	F1: 53	27	50,9	3	5,6	4.6	23	43,3
	F2: 24	13	54,1	2	8,3	3.2	9	37,5
2013	F1: 51	24	47	5	9,8	4.9	22	43,1
	F2: 26	11	43,2	1	3,8	3.3	14	53,8
2015	F1: 52	24	46,1	6	11,5	5.2	22	42,3
	F2: 26	13	50	2	7,6	3.7	11	42,3
2017	F1: 46	18	39,1	0	0	5.3	28	60,8
	F2: 13	4	30,7	1	7,6	3.8	8	61,5
2019	F1: 50	21	42	6	12	5.6	23	46
	F2: 12	5	41,6	1	8,3	4.0	6	50



Vejamos o desempenho do F2. Em termos absolutos, o ano de 2007 tem o máximo de escolas abaixo da meta (18 UEs) e, proporcionalmente, 60%. Entre os anos de 2013 e 2017, a quantidade das escolas que ficam abaixo da MM é inferior a 50%. Já nos anos de 2013, 2017 e 2019), se forem somadas as escolas que ficaram na meta, percebemos que menos de 50% das mesmas atingiram ou ficaram abaixo. Na outra ponta, temos os anos de 2005 a 2011, o número de UEs que ficam abaixo da MM é superior a 50% e, se agregarmos as que ficaram na Meta, em todos esses anos, teremos percentuais iguais e ou bem superiores a 60%.

As escolas acima da Meta (F1) saem de 45,6 em 2005 e batem os 60,8% (2017, melhor resultado) e encontram o pior resultado em 2007, com 32,6%. Entre os anos de 2009 e 2015, ficar acima da Meta conheceu uma certa estabilidade (46, 43,3, 43,1 e 42,3%) para os referidos anos. Em relação ao F2, não observamos uma movimentação significativa nos anos de 2005-2011, ou seja, sai de 30 e chega a 37,5. Subiu em 2013 e recuou em 2015 e encontra o maior índice da série em 2017 com 61,5%.

## **1.2 Meta Municipal e a Meta Própria por escolas e região (pequenos bosques) F1 e F2:**

A Tabela 3 tem a ousadia de relacionar os resultados aprontados pelas UEs da PMC com as suas respectivas regiões, tendo como referência tanto a Meta Municipal (MM) como sua Meta Própria (MP). Deixamos também para consulta a meta projetada da cidade e das respectivas escolas o que permite uma análise singular, bem como o desempenho por ano e região.

**Tabela 3 - Resultados do Ideb por UE e região – Meta Municipal (MM) e em relação à Meta Projetada por escola e região – F1/F2 (2005-2019):**

Escolas		Ideb Observado								Metas projetadas						M	
<b>Ideb do Município de Cariacica (IMC)</b>		<b>3.8</b>	<b>4.2</b>	<b>4.4</b>	4.6	<b>4.9</b>	<b>5.2</b>	5.3	5.3	3.9	4.2	4.7	4.9	5.2	5.5	5.8	F1
		3.4	3.2	3.3	3.2	3.3	3.7	<b>3.8</b>	4.0	3.4	3.6	3.8	4.2	4.6	4.9	5.1	F2
<b>Região 01 - Porto Santana</b>		<b>05</b>	<b>07</b>	<b>09</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	<b>07</b>	<b>09</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	
Antônio C. de Oliveira	Retiro Saudoso	<b>3.8</b>	<u>4.0</u>	3.7	4.4	4.3	<u>5.4</u>	4.6	5.2	3.8	4.2	4.6	4.9	5.1	5.4	5.7	F1
Arthur da C. e Silva	Aparecida	2.7	<u>3.3</u>	<u>3.9</u>	<u>3.6</u>	3.6	<u>4.1</u>	<u>4.4</u>	*	2.8	3.1	3.5	3.8	4.1	4.4	4.7	F1
			2.6	<u>2.9</u>	2.4	2.6	3.1	2.9	*		2.7	2.9	3.2	3.6	3.8	4.1	F2

**Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas  
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 2**

Hilda Scarpino /Pres. Médici	Porto Novo	<b>3.9</b>		<u>5.2</u>	<u>5.7</u>	<u>5.4</u>	<u>6.2</u>	<u>6.3</u>	<u>6.5</u>	4.0	4.3	4.8	5.0	5.3	5.6	5.9	F1
João P. da Silva	Porto de Santana	3.1	2.7	2.8	2.1	2.7	3.1	2.8	*	3.1	3.2	3.5	3.9	4.3	4.6	4.8	F2
Martim Lutero	Flexal II	2.5	<u>3.0</u>	3.1	<u>4.1</u>	<u>4.0</u>	<u>4.3</u>	4.0	3.7	2.6	2.9	3.3	3.6	3.9	4.2	4.5	F1
		2.5	<u>2.8</u>	2.4	2.2	2.5	3.3		*	2.6	2.8	3.1	3.6	4.0	4.2	4.5	F2
Padre Gabriel R Maire	Porto Novo	3.3	<u>3.7</u>	<u>4.1</u>	3.5	<u>4.4</u>	4.6	3.9	5.0	3.3	3.7	4.1	4.4	4.7	5.0	5.3	F1
		3.0	2.8	2.9	3.0	2.7	2.4	2.7	*	3.0	3.2	3.4	3.8	4.2	4.5	4.7	F2
	MM	F1	2	0	1	1	1	2	1	1	Resultados em:						
		F2	0	0	0	0	0	0	0	0	Negrito = Atinge meta municipal						
	MP	F1		4	3	3	3	4	2	0	Sublinhado = Atinge própria meta						
		F2		1	1	0	0	0	0	0							
<b>Região 2 - Santana</b>		<b>05</b>	<b>07</b>	<b>09</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	<b>07</b>	<b>09</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	
Agustinha M. de Oliveira	Vila Prudêncio	3.1	<u>4.1</u>	<u>3.9</u>	<u>4.1</u>	<u>4.7</u>	<u>4.8</u>	<u>5.1</u>	<u>5.5</u>	3.2	3.5	3.9	4.2	4.5	4.8	5.1	F1
Laurinda P. Nascimento	Vila Graúna	<b>3.9</b>	3.8	<u>4.6</u>	<u>4.7</u>	<u>5.2</u>	<u>5.2</u>	<u>5.6</u>	<u>6.0</u>	3.9	4.3	4.7	5.0	5.2	5.5	5.8	F1
			2.4						*		2.5	2.7	3.0	3.3	3.6	3.8	F2
Maria G. de Castro	Campo Verde		4.1	3.6	3.8	<u>5.0</u>	4.3	4.6	<u>5.3</u>		4.3	4.6	4.9	5.1	5.4	5.7	F1
			3.1	3.0	2.9	2.7	3.2		*		3.2	3.4	3.7	4.1	4.3	4.6	F2
Vienna R. Guterres	Santana	3.4	<u>4.1</u>	<u>4.7</u>	<u>4.9</u>	<u>5.3</u>	<u>5.7</u>	<u>5.9</u>	<u>6.1</u>	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4	F1
	MM	F1	1	0	2	2	3	2	2	3							
		F2	0	0	0	0	0	0	0	0							
	MP	F1		2	3	3	4	3	3	3							
		F2		0	0	0	0	0	0	0							
<b>Região 3 - Itacibá</b>		<b>05</b>	<b>07</b>	<b>09</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	<b>07</b>	<b>09</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	
Álvaro Armeloni	Oriente	<u>4.1</u>	<u>4.6</u>	<u>4.7</u>	<u>4.6</u>	<u>5.3</u>	<u>5.2</u>	<u>6.0</u>	<u>6.6</u>	4.1	4.5	4.9	5.2	5.4	5.7	6.0	F1
Leonilda das G. Langa	Nova Valverde	3.4	<u>4.0</u>	<u>4.7</u>	<u>4.8</u>	4.3	<u>5.0</u>	*	6.2	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4	F1
Terfina R. Ferreira	Itacibá	3.3	<u>3.9</u>	3.4	<u>4.6</u>	<u>4.4</u>	4.3	*	*	3.4	3.7	4.2	4.4	4.7	5.0	5.3	F1
		2.8	<u>2.9</u>	2.6	<u>3.4</u>	<u>3.4</u>	3.3	*	*	2.8	3.0	3.2	3.6	4.0	4.3	4.5	F2
	MM	F1	1	1	2	3	1	1	1	1							
		F2	0	0	0	1	1	0	0	0							
	MP	F1		3	2	2	2	1	0	0							
		F2		1	0	1	1	0	0	0							
<b>Região 4 - Campo Grande</b>		<b>05</b>	<b>07</b>	<b>09</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	<b>07</b>	<b>09</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	
Antário Alexandre T. Filho	Campo Grande								<u>5.6</u>								
		<u>4.7</u>	<u>3.8</u>	<u>3.6</u>	3.1	2.9	<u>4.0</u>		*	4.8	4.9	5.2	5.5	5.9	6.1	6.3	F2
Ferdinando Santório	Vila Capixaba	<u>4.3</u>	<u>5.2</u>	<u>5.6</u>	<u>5.6</u>	<u>6.7</u>	<u>6.9</u>	<u>6.5</u>	<u>6.7</u>	4.4	4.7	5.1	5.4	5.7	5.9	6.2	F1
			2.0						*		2.1	2.3	2.6	3.0	3.2	3.5	F2
Manoel M. Sobrinho	Vila Palestina	<u>4.9</u>	<u>5.0</u>	<u>5.6</u>	<u>5.5</u>	<u>5.5</u>	<u>6.1</u>	<u>5.7</u>	<u>6.2</u>	5.0	5.3	5.7	6.0	6.2	6.4	6.7	F1
		<u>4.6</u>	<u>4.3</u>	<u>4.3</u>	<u>3.9</u>	<u>4.6</u>	<u>4.1</u>	<u>4.7</u>	*	4.6	4.8	5.0	5.4	5.8	6.0	6.2	F2

**Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas  
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 2**

Maria Paiva	São Geraldo	4.1	<u>5.2</u>	<u>5.0</u>	<u>4.9</u>	4.7	<u>5.6</u>		<u>6.5</u>	4.2	4.5	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0	F1
Marília de R Coutinho	Santa Cecília	4.1	<u>4.6</u>	4.2	4.7	4.6	5.2	4.9	<u>6.0</u>	4.1	4.5	4.9	5.1	5.4	5.7	6.0	F1
Nilton Gomes	Cruzeiro do Sul	4.7	<u>4.8</u>	<u>5.2</u>	<u>5.5</u>	<u>6.0</u>	<u>6.0</u>	<u>6.0</u>	<u>6.6</u>	4.7	5.1	5.5	5.7	6.0	6.2	6.5	F1
Stélida Dias	Campo Grande	4.8	<u>5.0</u>	<u>4.9</u>	<u>5.7</u>	<u>6.1</u>	<u>5.9</u>	<u>5.7</u>	<u>6.7</u>	4.9	5.2	5.6	5.9	6.1	6.3	6.6	F1
		3.9	3.6	<u>4.1</u>	<u>4.8</u>	3.9	4.7		<u>5.3</u>	3.9	4.1	4.3	4.7	5.1	5.3	5.6	F2
Talma S. de Miranda	Campo Grande	3.5	3.3	3.0	3.2	3.1			<u>4.2</u>	3.5	3.7	3.9	4.3	4.7	5.0	5.2	F2
	MM	F1	6	6	5	6	4	6	4	6							
		F2	4	4	3	3	2	3	1	2							
	MP	F1	-	5	4	4	3	3	1	5							
		F2		0	1	0	0	0	0	0							
<b>Região 5 - Itaquiari</b>		<b>05</b>	<b>07</b>	<b>09</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	<b>07</b>	<b>09</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	
Iracy Gobbi	Exedito	4.0	<u>4.3</u>	<u>4.8</u>	<u>4.9</u>	4.9	<u>5.8</u>	<u>5.6</u>	<u>6.2</u>	4.0	4.4	4.8	5.1	5.3	5.6	5.9	F1
Jocarly G. Salles	Alto Lage	4.1	<u>4.9</u>	<u>5.1</u>	<u>5.8</u>	<u>5.8</u>	<u>6.3</u>	<u>6.2</u>	<u>7.0</u>	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	5.8	6.0	F1
Oliveira Castro	Itaquiari	4.1	3.9	<u>4.5</u>	4.4	4.3	5.0	*	5.4	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	5.8	6.0	F1
		3.6	<u>4.6</u>	<u>4.1</u>	3.4	3.6	4.2		*	3.6	3.8	4.0	4.4	4.8	5.1	5.3	F2
	MM	F1	3	2	1	2	2	0	0	2							
		F2	1	1	1	1	1	1	1	0							
	MP	F1		2	2	2	1	2	2	2							
		F2		1	1	0	0	0	0	0							
<b>Região 6 - Jardim América</b>		<b>05</b>	<b>07</b>	<b>09</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	<b>07</b>	<b>09</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	
Amenóphis de Assis	Vale Esperança	4.4	3.8	4.3	<u>5.2</u>	4.4	<u>5.7</u>	<u>6.1</u>	<u>5.0</u>	4.5	4.8	5.2	5.5	5.7	6.0	6.2	F1
									<u>5.3</u>	4.2						5.5	F2
Ayrton Senna	Vista Mar	4.3	3.8	4.4	4.3	5.1	5.4	5.4	<u>6.1</u>	4.3	4.7	5.1	5.3	5.6	5.9	6.1	F1
		4.6	3.6	3.4	3.2	3.5	3.7	4.5	**	4.6	4.8	5.0	5.4	5.8	6.0	6.2	F2
Jones dos S. Neves	Boa Sorte	3.1	<u>4.0</u>	<u>5.1</u>	<u>5.8</u>	<u>5.5</u>	<u>6.1</u>	<u>6.0</u>	*	3.2	3.5	3.9	4.2	4.5	4.8	5.1	F1
Cerqueira Lima <sup>4</sup>	Jardim América	4.7	<u>5.4</u>	<u>5.0</u>					**	4.8	5.1	5.5	5.8	6.0	6.3	6.5	F1
			<u>4.2</u>	<u>4.4</u>	<u>4.2</u>	4.0	3.6	4.9	3.9		4.3	4.5	4.9	5.2	5.4	5.7	F2
	MM	F1	3	1	3	2	2	3	3	2							
		F2	1	2	2	2	2	1	3	0							
	MP	F1		2	1	2	1	2	2	1							
		F2		0	1	0	0	0	0	0							
<b>Região 7 - Caçaroca<sup>5</sup></b>		<b>05</b>	<b>07</b>	<b>09</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	<b>07</b>	<b>09</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	
Joana M. da Silva	Castelo Branco	3.1	<u>3.8</u>	<u>4.1</u>	<u>4.2</u>	<u>4.7</u>	<u>5.1</u>	<u>5.2</u>	<u>5.2</u>	3.2	3.5	4.0	4.2	4.5	4.8	5.1	F1
			1.8						*		2.1	2.4	2.9	3.3	3.5	3.8	F2
Maria A. Tavares	J. Botânico	3.4	3.4	3.6	4.1				*	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4	F1

<sup>4</sup> A Emef Cerqueira Lima, a partir de 2011, passa a oferecer apenas de 6º ao 9º ano.

<sup>5</sup> A partir de 2013, a Emef Maria Augusta Tavares passa a oferecer apenas de 6º ao 9º ano.

**Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas  
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 2**

			2.9	2.6	<u>3.1</u>	2.9	2.6	3.5	3.6	*	2.9	3.0	3.3	3.7	4.1	4.3	4.6	F2
São J. Chrisóstomo	Liberdade/J. Bot.		3.4	<u>4.2</u>	<u>4.2</u>	<u>4.9</u>	<u>5.2</u>	<u>5.1</u>	*		3.6	3.9	4.2	4.5	4.8	5.1		F1
Cladiston Regis Barbosa			3.1	3.2	3.8	3.8	4.9	5.0	6.0	5.3								F1
São Jorge	Rio Marinho		3.1	<u>4.0</u>	<u>4.2</u>	<u>4.5</u>	<u>5.2</u>	<u>5.3</u>	<u>5.5</u>	<u>5.2</u>	3.1	3.5	3.9	4.2	4.5	4.8	5.1	F1
	MM	F1	0	0	0	0	2	2	1	0								
		F2	0	0	0	0	0	0	0	0								
	MP	F1	-	2	3	3	3	3	3	2								
		F2		0	1	0	0	0	0	0	0							
<b>Região 8 - Nova R da Penha</b>			<b>05</b>	<b>07</b>	<b>09</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	<b>07</b>	<b>09</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	
Almerinda Portela Colodette	Vila Progresso		3.3	<u>3.7</u>	3.6	<u>4.3</u>	3.9	4.3	4.0	4.6	3.4	3.7	4.1	4.4	4.7	5.0	5.3	F1
			3.3	<b>3.2</b>	2.5	<b>3.6</b>	<b>3.6</b>	<b>4.0</b>		3.1	3.3	3.4	3.7	4.1	4.5	4.8	5.0	F2
Padre A. Lute	Nova Esperança		3.5	<u>3.8</u>	<u>4.2</u>	<u>4.3</u>	4.2	<u>4.9</u>	4.5	4.5	3.6	3.9	4.3	4.6	4.9	5.2	5.5	F1
Tânia P. Leite	Vila Cajueiro					2.9	<u>4.1</u>		*	<u>5.9</u>				3.2	3.5	3.8	4.1	F1
	MM	F1	0	0	0	0	0	1	0	1								
		F2	0	1	0	1	1	1	0	0								
	MP	F1		2	2	2	0	1	0	1								
		F2		0	0	0	0	0	0	0	0							
<b>Região 9 - Cariacica Sede</b>			<b>05</b>	<b>07</b>	<b>09</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	<b>07</b>	<b>09</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	
Cleilza Amaral Vaz	Vila Merlo		4.1	<u>4.3</u>	4.5	<u>5.0</u>	5.1	<u>5.9</u>	<u>6.3</u>		4.3	4.6	4.9	5.2	5.5	5.7		F1
Olivino Rocha	São João Batista		3.6	<u>4.4</u>	<u>4.1</u>	<u>5.2</u>	<u>5.3</u>	<u>5.1</u>	5.2	<u>6.2</u>	3.7	4.0	4.4	4.7	5.0	5.3	5.6	F1
Valdici A. Baier	Areinha				4.1	4.2	4.3	4.8	5.0	5.0			4.4	4.7	5.0	5.3	5.6	F1
						<u>3.5</u>	3.4	<u>4.0</u>	<u>4.0</u>						3.7	4.0	4.3	F2
Virgílio F. Schwab	Porto Belo II		<u>4.4</u>	<u>4.9</u>	<u>4.9</u>	<u>5.2</u>	<u>5.5</u>	<u>5.8</u>	<u>6.0</u>	5.2	4.5	4.8	5.2	5.5	5.7	6.0	6.2	F1
	MM	F1	0	2	2	2	2	1	1	2								
		F2	0	0	0	0	1	0	1	0								
	MP	F1		2	3	2	3	2	2	2								
		F2		0	0	0	1	0	1	0								
<b>Região 10 - Operário</b>			<b>05</b>	<b>07</b>	<b>09</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	<b>07</b>	<b>09</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	
Ângelo Zani	Mucuri			3.4	<u>4.3</u>	<u>4.1</u>	4.0	<u>5.2</u>		<u>5.5</u>		3.6	3.9	4.2	4.5	4.8	5.1	F1
			<b>4.0</b>	<b>3.2</b>	2.9	<b>3.7</b>	<b>3.4</b>	<b>3.9</b>		*	4.0	4.2	4.4	4.8	5.2	5.4	5.7	F2
Antero J. do Nascimento	Vale dos Reis		3.2	<u>4.0</u>	<u>4.0</u>	<u>4.2</u>	3.9	<u>4.6</u>	4.7	<u>5.2</u>	3.3	3.6	4.0	4.3	4.6	4.9	5.2	F1
			<b>3.4</b>	2.9	2.7	<b>3.4</b>	3.0	<b>4.2</b>		*	3.4	3.5	3.8	4.2	4.6	4.9	5.1	F2
Deocleciano F. da Vitória	Vista Dourada		4.0	<u>4.4</u>	<u>4.5</u>	4.6	<u>5.4</u>	<u>5.7</u>	<u>5.8</u>			4.2	4.5	4.8	5.1	5.3	5.6	F1
			2.9						*		3.0	3.2	3.5	3.9	4.1	4.4		F2
Euvira Benedita C. da Silva	Novo Brasil		4.0	3.9	4.2	3.9	4.8	5.0	<b>5.6</b>			4.2	4.6	4.9	5.1	5.4	5.7	F1
			<b>3.8</b>	<b>3.4</b>	2.9	2.6	<b>4.2</b>		3.3		3.9	4.1	4.5	4.8	5.0	5.3		F2
Hemogênia Mª da	Piranema		<b>4.7</b>	4.1	<b>4.6</b>	<u>5.6</u>	<b>4.9</b>	<b>5.7</b>	<b>5.5</b>	<b>5.8</b>	4.8	5.1	5.5	5.7	6.0	6.2	6.5	F1

**Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas  
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 2**

Conceição																		
Luzbel Pretti	Operário	2.9	<u>3.1</u>	<u>3.6</u>	<u>3.9</u>	<u>4.4</u>	<u>5.0</u>	<u>5.1</u>	<u>5.4</u>	3.0	3.3	3.8	4.0	4.3	4.6	4.9	F1	
		2.6	2.4	<u>3.0</u>	<u>3.0</u>	2.7	<b>3.7</b>		<b>4.1</b>	2.6	2.7	3.0	3.4	3.8	4.0	4.3	F2	
	MM	F1	1	0	2	1	1	3	2	5								
		F2	2	2	1	2	1	4	0	1								
	MP	F1		2	4	5	1	4	2	4								
		F2		0	1	1	0	0	0	0								
<b>Região 11 - Padre Gabriel</b>		<b>05</b>	<b>07</b>	<b>09</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	<b>07</b>	<b>09</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>17</b>	<b>19</b>		
Eurides Gabriel	Campo Belo	3.4	3.1	3.6	4.1	4.4	4.6	4.6	<b>5.3</b>	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4	F1	
		<b>3.4</b>	3.1	<b>3.5</b>	3.0	<b>3.6</b>	3.5	*	3.8	3.4	3.6	3.8	4.2	4.6	4.9	5.1	F2	
Orlando M. Lima	Itapemirim	<b>4.4</b>	<b>4.4</b>	<u>5.0</u>	<b>5.0</b>	<b>5.2</b>	<u>5.9</u>	<b>5.9</b>		4.5	4.8	5.2	5.5	5.7	6.0	6.2	F1	
Pedro Venturim	Rosa da Penha	<b>4.6</b>	<u>5.0</u>	<b>4.9</b>	<b>5.2</b>	<b>5.6</b>	<b>5.2</b>	<u>6.5</u>	<u>6.8</u>	4.7	5.0	5.4	5.7	5.9	6.2	6.4	F1	
Rosa da Penha	Rosa da Penha		<b>4.8</b>	<b>4.8</b>	<b>4.9</b>	<b>5.5</b>	<u>6.0</u>	<b>5.6</b>	<b>5.6</b>		5.0	5.3	5.6	5.8	6.1	6.3	F1	
		<b>3.9</b>	<u>4.2</u>	<u>4.4</u>	<b>4.2</b>	<b>4.3</b>	<b>4.0</b>	<b>4.5</b>	*	3.9	4.0	4.3	4.7	5.1	5.3	5.6	F2	
	MM	F1	2	3	3	3	3	3	3									
		F2	2	1	2	1	2	1	1	0								
	MP	F1		1	1	0	0	2	1	1								
		F2		1	1	0	0	0	0	0								
<b>Região 12 - Santa Bárbara</b>		<b>05</b>	<b>07</b>	<b>09</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	<b>07</b>	<b>09</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>17</b>	<b>19</b>		
Hilário V. da Silva	Jardim C. Grande	3.1	<u>3.7</u>	<u>3.5</u>	<u>4.2</u>	<u>4.2</u>	<u>4.7</u>		<u>5.6</u>	3.1	3.5	3.9	4.2	4.5	4.8	5.1	F1	
		2.4	<b>3.4</b>	<b>3.7</b>	2.6	<b>3.7</b>	3.6	<b>4.4</b>	<b>4.3</b>	2.5	2.8	3.2	3.7	4.2	4.4	4.7	F2	
Renascer	Pe. Gabriel Maire	3.1	<u>3.2</u>	3.1	3.0	3.3	3.7	4.6	4.5	3.1	3.5	3.9	4.2	4.4	4.7	5.0	F1	
		2.7	2.2	2.8	2.0	<b>3.3</b>	3.0	<b>3.8</b>	*	2.7	2.9	3.1	3.5	3.9	4.2	4.4	F2	
Sebastião R. Sobrinho	Flor do Campo	<b>4.8</b>	<b>4.7</b>	<u>5.6</u>	<b>4.9</b>	<b>5.2</b>	<b>5.3</b>	<b>5.4</b>	<b>5.7</b>	4.8	5.2	5.5	5.8	6.1	6.3	6.5	F1	
						<b>4.1</b>	<u>4.3</u>	<b>4.4</b>	*					<b>4.3</b>	<b>4.6</b>	<b>4.8</b>	F2	
Tancredo de A. Neves	Santa Bárbara	3.1	<u>3.9</u>	<b>4.7</b>	<b>4.6</b>	<b>5.1</b>	<b>5.4</b>	<b>5.7</b>	<b>5.6</b>	3.2	3.5	3.9	4.2	4.5	4.8	5.1	F1	
		2.1	<u>2.3</u>						*	2.2	2.4	2.8	3.2	3.7	3.9	4.2	F2	
Valdeci Cezário	Vila Rica	4.2	<u>4.6</u>	<u>5.0</u>	<u>5.1</u>	<u>5.5</u>	5.1	<u>5.9</u>	<b>5.6</b>	4.2	4.6	5.0	5.3	5.5	5.8	6.1	F1	
			2.5						*		2.6	2.8	3.1	3.5	3.7	4.0	F2	
	MM	F1	1	2	3	3	3	2	3	4								
		F2	0	1	1	0	3	1	3	1								
	MP	F1		5	4	3	3	2	2	2								
		F2		2	1	0	1	1	1	0								

A Tabela acima é fundamental para análise, pois de cada 04 Emef da PMC com oferta do F1 das regiões (2, 7 e 9) as famílias terão que escolher uma, ou seja, 25%. O mesmo não é diferente para as outras regiões (3, 5 e 8) onde as escolhas ficam de 3 para uma (33,3%). Nas regiões 6, 11 e 12, a relação cai de 2 para 1 (50%). Além do fato da

Tabela nos fortalecer na percepção do desempenho por região, Meta Municipal (MM) e Meta Própria (MP) e por ano abordando o F1/F2, no período de 2005-2019. Tendo como base o resultado (Tabela 3) das escolas em relação ao Ideb municipal (MM) e a sua Meta Própria com relação à região, buscaremos a compreensão (ver Tabela 4) do desempenho das UEs em relação às metas do Ideb do município e da própria escola (por região).

**Tabela 4: Desempenho por região da MM X MP, F1/F2 (2005-2019):**

Ideb		SMM %		SMP %		Ideb		SMM %		SMP %	
R1	F1	9/29	23,68	15/15	50	R7	F1	5/22	18,51	15/3	83,33
	F2	0/26	0	9/14	39,13		F2	0/8	0	1/16	5,88
R2	F1	15/16	48,38	21/07	75	R8	F1	2/17	10,52	8/9	47,05
	F2	0/6	0	0/4	0		F2	4/3	57,14	0/6	0
R3	F1	11/9	55	9/7	56,25	R9	F1	14/15	48,27	16/9	64
	F2	2/4	33,33	3/2	60		F2	2/2	50	2/2	50
R4	F1	44/5	89,79	26/16	61,9	R10	F1	15/29	34,09	21/16	56,75
	F2	22/5	81,48	16/6	27,27		F2	13/13	50	2/20	9,09
R5	F1	16/5	76,19	13/7	65	R11	F1	23/7	74,19	6/20	23,07
	F2	6/0	100	2/3	40		F2	10/4	71,42	2/10	16,66
R6	F1	19/7	73,07	11/11	50	R12	F1	21/18	53,84	20/19	51,28
	F2	13/3	81,25	1/13	7,14		F2	10/11	47,61	6/11	35,29

**Legenda:** SMM = situação das escolas em relação à Meta do Município;  
SMP = situação das escolas em relação à Meta Própria de cada unidade.

Ao analisarmos o desempenho das escolas do F1 e do F2 que atingiram a MM por região, teremos uma enorme disparidade: No caso do F1, na Região 1 e 2, nenhuma escola, em nenhum ano, conseguiu alcançar a MM (aproveitamento de 0%), enquanto que em outra região (4) conseguiu perto de 90% (89,7) e a 5 e 11, com mais de 70% de aproveitamento. Para o F2, as regiões 2 e 7, nenhuma escola, em nenhum ano, conseguiu alcançar a Meta Municipal, enquanto que outras (regiões 4, 5 e 6) conseguiram 81,4, 100 e 81,2 respectivamente e um pouco mais baixi0, com 71,4, a R11. Eis a situação dos extremos. Em relação ao miolo, podemos registrar que, para o F1, as regiões 1, 7 e 8 tiveram menos de 25% de aproveitamento em relação à MM. Para o F2, se formos olhar o primeiro tercil, poderíamos acrescentar, além das já citadas, no primeiro quartil a Região 3 (com exatos 33,3%).

Em relação ao fato de se atingir a MP por região, encontramos igual disparidade tanto no F1 quanto no F2: para o primeiro, as regiões 2 e 11, observa-se que nenhuma escola, em nenhum ano, conseguiu alcançar a MP (aproveitamento de 0%), enquanto que a região 7 consegue mais de 83,33% e, para o segundo, o melhor desempenho por região

é de 60%, o que é realmente preocupante. As regiões 2 e 8 ficaram com um aproveitamento de 0%, ou seja, nenhuma escola, em nenhum ano, conseguiu atingir a Meta Própria. Com aproveitamento inferior a 10%, temos as regiões 6, 7 e 10, com 7,1, 5,8 e 9%. Ainda, em movimento crescente, temos com 16,6% a região 11. Sobre a condição de se atingir a MP das escolas que oferecem o F1, verificamos três grupos bem distintos: as regiões com aproveitamento inferior a 33,3% e alguns bem perto de zero, os até 66.6 % e, os poucos, que conseguiram ficar acima.

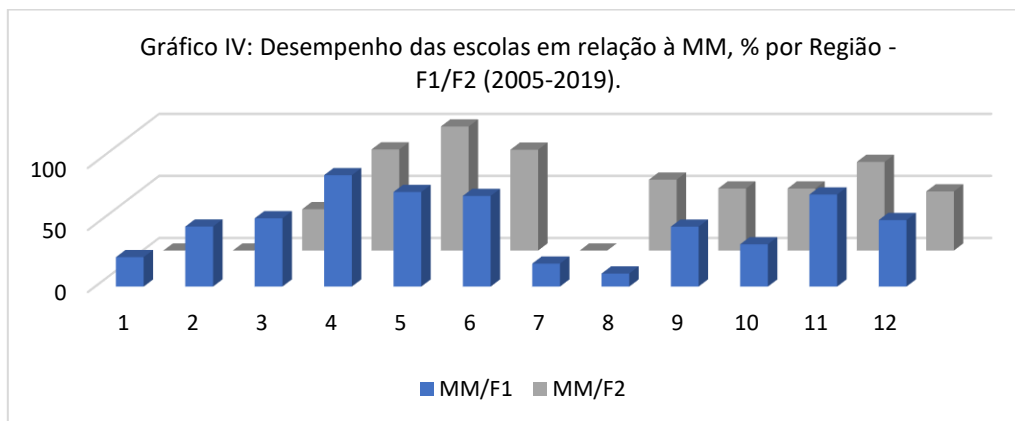
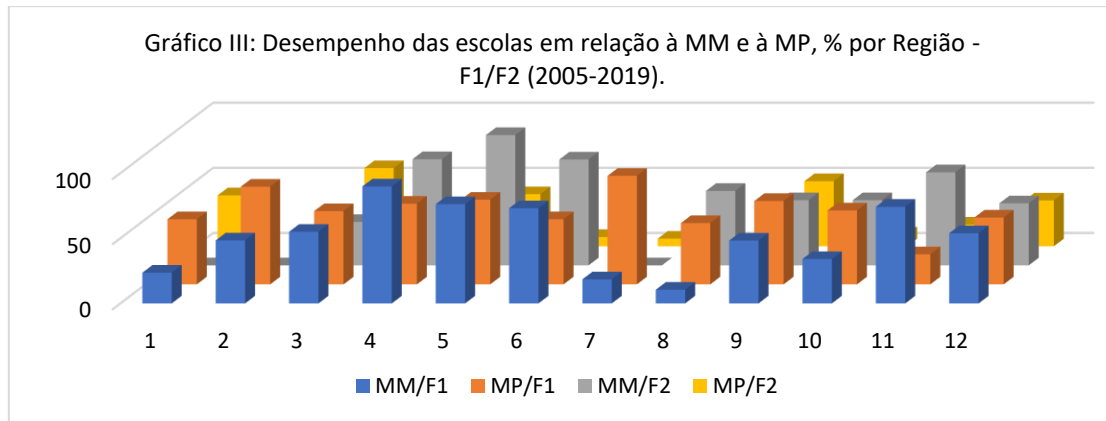
Das 12 regiões<sup>6</sup>, 7 (sete) delas tiveram resultados de desempenho menor na MP do que na MM, 1 (uma) muito próximas empate e 4 (quatro) com larga vantagem para MM, ou seja, essa situação sugere que, para a oferta do F1, foi mais difícil conseguir a Meta Municipal do que a Meta Própria, ainda que essa situação fale de diferentes lugares da cidade. Essa situação se inverte para o F2, nas 12 regiões, 7 (sete) delas tiveram resultados de desempenho menor na MP do que na MM, dois empates apenas 3 (três) regiões tiveram resultados de desempenho menor na MM do que na MP sugerindo que, para a oferta do F2 da PMC, foi mais difícil conseguir a MP do que a MM.

A condição ótima é termos escolas atingindo a Meta Municipal e sua Própria Meta. São poucas UEs que conseguem conciliar as duas posições. É mais comum o oposto, não se conseguir a MM nem a MP. Normalmente, as UEs conseguem sucesso ora em uma, ora em outra posição.

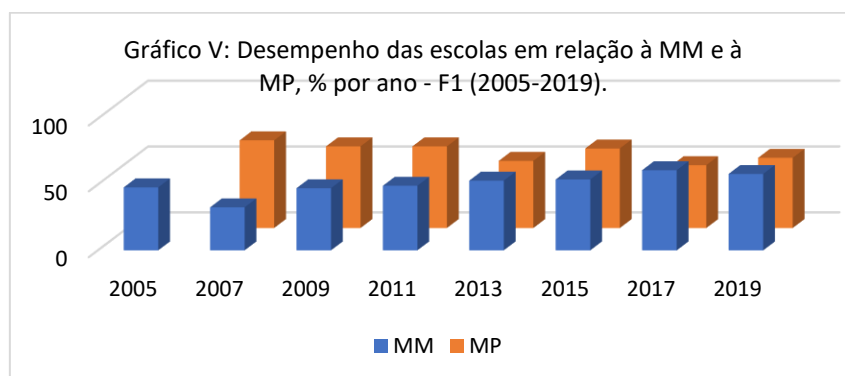
Daremos relevo ainda sobre a questão do F1, salientamos que duas regiões (1, 8 10 e 12) não conseguem 50% de aproveitamento na MM (a região 10 e 12 passam pouco dos 50) e ficam muito baixas na MP. Como já destacamos, a região 7 não conseguiu em nenhum ano, em nenhuma escola, obter um resultado superior à média. A região 2 obteve 48,3% da MM e 75 na MP (duas realidades bem distintas). Nas pontas ou nos extremos, vamos encontrar a região 4 (melhor resultado da MM com 89,7%) e 61,9 de MP. As regiões 7 e 11, respectivamente, guardam grandes distâncias entre os resultados da MM e MP, a saber: a região 7 (MM 18,5 e MP de 18,5%) e o mesmo ocorrendo com a região 11 (74,1 e 23%).

---

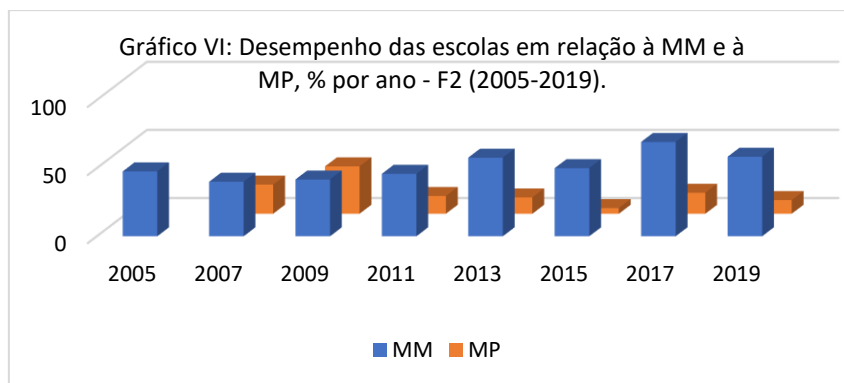
<sup>6</sup> Ainda que tenhamos a Região 13 – Rural, optamos em não apresentá-la em razão de não ter resultados de avaliação do Ideb.



Efetuada as análises das regiões em relação ao desempenho da MM e MP do F1, passamos agora para a análise em relação aos anos. No F1 vamos olhar tanto o desempenho das escolas em relação MM e MP: o ano de 2007 com o pior resultado (32,6) e 2017 com o melhor (66%). No caso da MP, temos o ano de 2017 (47,7%) como pior desempenho e o ano de 2007 como o melhor (66,6%). E para o F2, em relação à MM, o ano de 2007 com o pior resultado (40%) e 2017 como o melhor (69,2). No caso da MP, temos 2015 (4,1%) como pior desempenho e o ano de 2009 como o melhor (34,7%).







### 1.3As árvores (F1/F2):

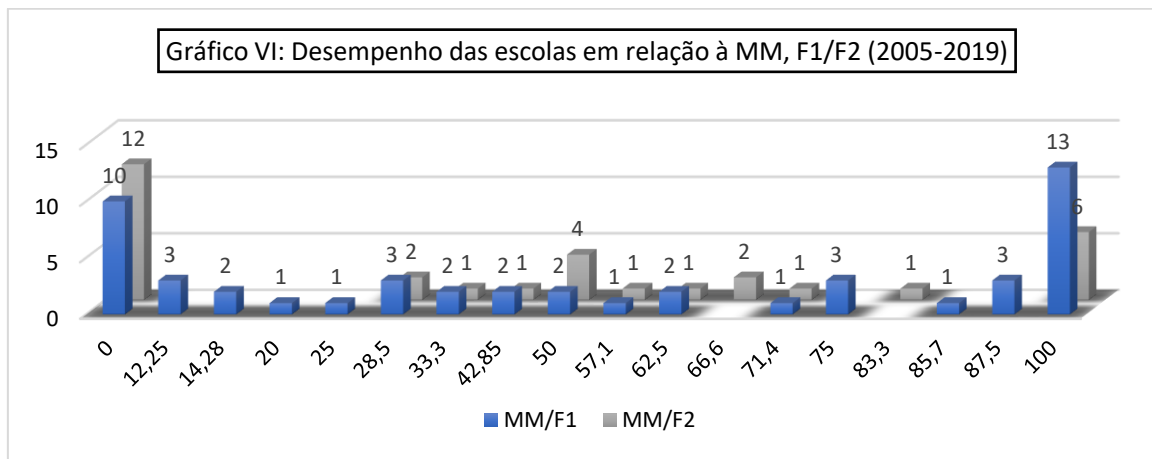
Na tabela 3, é possível observar o desempenho de cada UE e, assim, verificar o resultado comparativo ao conjunto da cidade. O resultado em relação à Meta Municipal (MM) e Meta Própria (MP) gerou em um código e, com o mesmo, nos foi possível uma certa “classificação” das escolas, correlacionando desempenho da MM com MP e vice-versa: ver as colunas 1 e 2 da Tabela 5.

**Tabela 5: Desempenho das escolas por região MM x MP, F1/2 (2005-2019):**

R1	Coluna 1	Coluna 2	R4	Coluna 1	Coluna 2	R7	Coluna 1	Coluna 2	R11	Coluna 1	Coluna 2
F1	ACO 2625	ACO 2526	F1	AATF 11 00	AATF 0011	F1	JMS 0870	JMS 7008	F1	EG 1707	EG 0717
F1	ACS 0752	ACS 5307	F2	AATF 4232	AATF3242	F2	JMS 0101	JMS 0101	F2	EG 3406	EG 0634
F2	ACS 0614	ACS 1406	F1	FS 8070	FS 7080	F1	MAT 0403	MAT 0304	F1	OML 7024	OML 2470
F1	HS 7051	HS 5170	F2	FS 0100	FS 0001	F2	MAT 0715	MAT 1507	F1	PV 8034	PV 3480
F2	JPS 0770	JPS 7007	F1	MMS 8025	MMS 2580	F1	SJC 2450	SJC 5024	F1	RP 7015	RP 1570
F1	ML 0843	ML 4308	F2	MMS 7060	MMS 6070	F1	SJ 3433	SJ 3334	F2	RP 7024	RP 2470
F2	ML 0614	ML 1406	F1	MP 6151	MP 5161	R8	Coluna 1	Coluna 2	R12	Coluna 1	Coluna 2
F1	PGRM 0834	PGRM 3408	F1	MRC 5325	MRC 2553	F1	APC 0825	APC 2508	F1	HVS 1660	HVS 6016
F2	PGRM 0706	PGRM 0607	F1	NG 8061	NG 6180	F2	APC 4306	APC 0643	F2	HVS 5343	HVS 4353
R2	Coluna 1	Coluna 2	F1	SD 8042	SD 4280	F1	PAL 1743	PAL 4317	F1	Ren 0816	Ren 1608
F1	AMO 0870	AMO 7008	F2	SD 7024	SD 2470	F1	TPL 1221	TPL 2112	F2	Ren 2506	Ren 0625
F1	LPN 7161	LPN 6171	F2	TSM 4250	TSM 5042	R9	Coluna 1	Coluna 2	F1	SRS 8016	SRS 1680
F2	LPN 0100	LPN 0001	R5	Coluna 1	Coluna 2	F1	CAZ 3442	CAZ 4234	F2	SRS 3011	SRS 1130
F1	MGC 2516	MGC 1625	F1	IG 8061	IG 6180	F1	OR 4461	OR 6144	F1	TAM 6270	TAM 7062
F2	MGC 0504	MGC 0405	F1	JGS 8070	JGS 7080	F1	VAB 0605	VAB 0506	F2	TAM 0210	TAM 1002
F1	VRG 6270	VRG 7062	F1	OC 4506	OC 0645	F2	VAB 2222	VAB 2222	F1	VC 6257	VC 5762
R3	Coluna 1	Coluna 2	F2	OC 6023	OC 2360	F1	VFS 7161	VFS 6171	F2	VC 0101	VC 0101
F1	AAr 8025	AAr 2580	R6	Coluna 1	Coluna 2	R10	Coluna 1	Coluna 2			
F1	LGL 2540	LGL 4025	F1	AAs 5334	AAs 3453	F1	AZ 2441	AZ 4124			
F1	TRF 1432	TRF 3214	F2	Aas 1102	AAs 0211	F2	AZ 5105	AZ 0551			
F2	TRF 2432	TRF 3224	F1	AS 6216	AS 1662	F1	AJN 085 2	AJN 5208			
			F2	AS 7006	AS 0670	F2	AJN 3305	AJN 0533			
			F1	JSN 5260	JSN 6052	F1	DFV 4351	DFV 5143			
			F1	CL 3011	CL 1130	F2	DFV 0101	DFV 0101			
			F2	CL 5215	CL 1552	F1	EBCS 1606	EBCS 0616			
			F2	VC 0101	VC 0101	F2	EBCS 3305	EBCS 0533			
						F1	HMC 7116	HMC 1671			

						F1	LP 1760	LP 6017			
						F2	LP 2524	LP 2425			

De acordo com a *coluna 1 - RMM F1* (o coeficiente da Meta Municipal correlacionado com a desenvoltura da Meta Própria, ver gráfico abaixo), 13 Emef's tiveram 100% de aproveitamento em sua participação quanto a MM, a saber: CL, RP, OML, HS, SRS, AAr, MMS, MMS, MM, SD, IG, NG, FS e JGS. Com 85,7% de aproveitamento ou mais, temos 4 UEs. Para o F2, 6 Emef's tiveram 100% aproveitamento em sua participação em relação à MM, a saber: SRS, OC, AS, RP, MMS e SD. De outro lado, ainda sobre o F1, temos 10 escolas que não conseguiram, em nenhuma vez, atingir a Meta do Município. Para fechar o primeiro quartil, ainda temos as Emef's: EG, PAL, LP, EBCS, HVS, TRF e ACO. O primeiro quartil soma 17 escolas, de outro lado temos o último quartil, com iguais, 17 UEs. Para efeito de “desempate”, correlacionamos com o desempenho da sua MP.

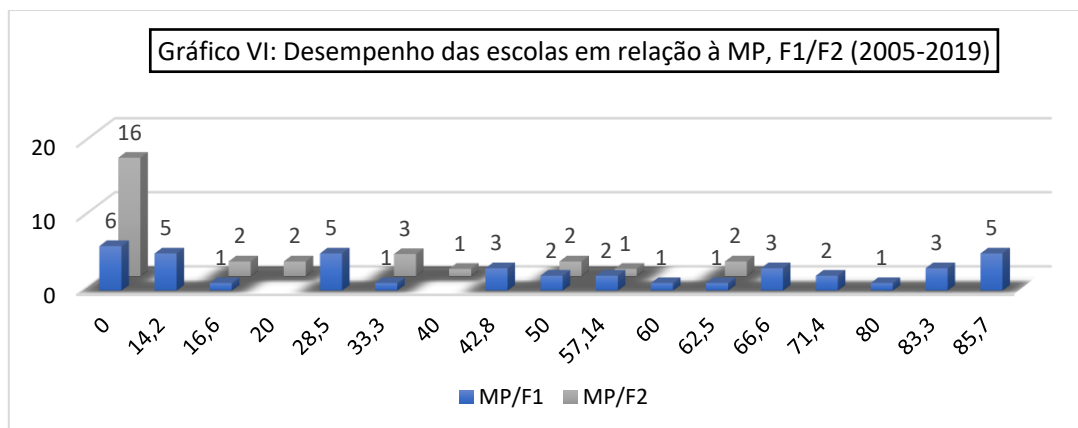


Agora, veremos a *coluna 2 do F1*, que nos apresenta o coeficiente da Meta Própria correlacionada com a Meta Municipal. Seis escolas não conseguem atingir a MP em nenhum ano da aplicação do Ideb, a saber: MAT, AATF VAB, EBCV, EG e OC. Dessas 6 UEs, 5 delas também não conseguem nenhuma vez a Meta Municipal, são elas: MAT, JMS, ACS, ML e PGRM. As escolas que atingem até o primeiro quartil de aproveitamento (até 25%) são: Ren, MGC, MGC, AS, RP, HMC e SRS. Sobre o aproveitamento da meta da própria por escola, temos um total de 12 escolas que não atingem e ou se limitam ao primeiro quartil.

Em relação ao F2, temos 16 escolas que não conseguem atingir a MP em nenhum ano da aplicação da avaliação do Ideb, a saber: FS, LPN, DFV, JMS, VC, AAs, MGC, AJN, AZ, PGRM, Ren, EG, APC, AS e MMS. Dessas 16 UEs, 4 delas também não conseguem nenhuma vez a Meta Municipal, são elas: MGC, PGRM, JPS e ML. As escolas que atingem até o primeiro quartil de aproveitamento (até 25%) são: com 16,6 (MAT e CL) e com 20% (ACS e ML). Em termos de aproveitamento em relação à Meta Própria por escola, temos um total de 20 escolas que não atingem a sua Meta Própria e ou se limitam ao primeiro quartil. Pasmem! Quase 80% das escolas da rede não conseguem ou ficam igual ou abaixo de  $\frac{1}{4}$  de aproveitamento em relação a sua MP.

Os dados do primeiro quartil são preocupantes e não muito melhor é a situação do último quartil do F1, pois encontramos 13 escolas com 100% de aproveitamento; Com 83,3%, temos: HVS, ASC, SJC, OR, LPN, HC, IG e CV e para terminar o último quartil temos: MP e LGL (com 80%). O último quartil tem como soma 20 UEs (39,2%) o que sugere que é mais fácil para o F1 atingir a Meta Própria do que a Meta Municipal em observação dos extremos, ou seja, do primeiro e último quartil.

Nesse aspecto, para o F2, não foi diferente, ao contrário, é altamente preocupante e, não muito melhor é a situação do último quartil, pois encontramos 3 escolas com 100% de aproveitamento, a saber: TAN, TSM e JPS. O último quartil não tem nenhuma UE o que sugere que é mais fácil para o F1, da PMC, atingir a MM do que a MP em observância dos extremos, ou seja, do primeiro e último quartil. Se ampliássemos o olhar para o último terço, no caso do F1, teríamos o acréscimo de apenas 2 escolas, a situação continua altamente preocupante.



## Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI, Volume 2

Por fim, a análise da Tabela 6: 20% “melhores e piores” resultados das unidades de ensino, F1/F2 (2005-2019) nos permite observar a posição das UEs em relação ao seu desempenho entre os 20% “melhores e piores” resultados. As escolas que aparecem três vezes ou mais com suas respectivas pontuações será a base de nossa síntese para análise final<sup>7</sup>. Faces da mesma cidade que expressam realidades *socioeconômicas e educacionais* bem gritantes.

**Tabela 6: 20% das escolas com “melhores” e “piores” resultados:**

	2005		2007		2009		2011		2013		2015		2017		2019	
	F1	F2	F1	F2	F1	F2	F1	F2	F1	F2	F1	F2	F1	F2	F1	F2
1º	MMS	AATF	CL	OC	FS	CL	JGS	SD	FS	MMS	FS	SD	FS	AAs	JGS	SD
2º	SRS	MMS	FS	MMS	MMS	MMS	JSN	CL	SD	RP	JGS	SRS	PV	CL	PV	HVS
3º	SD	AS	MP	RP	SRS	RP	HS	RP	NG	SRS	HS	OC	HS	MMS	FS	AAs
4º	CL	AZ	MMS	CL	NG	OC	SD	MMS	JGS	CL	JSN	AJN	JGS		SD	TSM
5º	HMC	SD	SD	AATF	HS	SD	FS	AZ	PV	SD	MMS	EBCS	JPR		NG	
6º	NG	RP	PV	EBCS	JGS		HMC		JSN	HVS	NG	MMS	AAs		AAR	
7º	PV		VFS	AS	JSN		MMS		MMS		RP		JSN		HS	
8º	AAs		JGS	SD	CL		NG		VFS		SD		NG		MP	
9º	OML		NG		MP		PV		VC		OML		VFS		OML	
10	VFS		RP		VC		VFS		RP		VFS		AAR		CAV	
11					OML		AAs		HS		IG		CRB			
							OR									
	<b>3.8</b>	<b>3.4</b>	<b>4.2</b>	<b>3.2</b>	<b>4.4</b>	<b>3.4</b>	<b>4.6</b>	<b>3.2</b>	<b>4.9</b>	<b>3.3</b>	<b>5.2</b>	<b>3.7</b>	<b>5.3</b>	<b>3.8</b>	<b>5.6</b>	<b>4.0</b>
14															VFS	
13	AMO		APC				AZ		LGL						SJ	
12	GRB		PGRM				PM		OC						JMS	
11	HVS		HVS		ACO		AMO		ACO		HVS				AJN	
10	JMS		MAT		EM		MAT		VAB		EG		AJN		ACO	
9º	JSN		AZ		MGC		EG		PAL		PGRM		ACO		JZ	
8º	Ren		SJC	VC	APC		ML		HVS	LP	AJN		EG		AAs	
7º	SJ		ACS	EM	MAT		LP		TPL	PGRM	EM		MGC		VAB	
6º	TAN		GRB	LP	EG	JPS	GRB	HVS	AZ	MGC	MGC	MGC	Ren		PGRM	
5º	LP	Ren	Ren	LPN	LP	Ren	MGC	EM	ML	JPS	TRF	JPS	PAL		MCL	
4º	PM	LP	EG	TAN	HVS	AJN	ACS	ACS	APC	EBCS	ML	ACS	ACS		APC	
3º	EM	ML	LP	Ren	TRF	EM	PGRM	ML	AJN	MAT	APC	Ren	ML	ACS	Ren	VFS
2º	ACS	HVS	ML	FS	Ren	TRF	Ren	JPS	EBCS	ACS	ACS	EM	APC	JPS	PAL	EBCS
1º	ML	TAN	EM	JMS	ML	APC	TPL	Ren	ACS	ML	Ren	PGRM	PGRM	PGRM	ML	APC

O que até o presente momento não nos foi mostrado, e que somente pela nossa

<sup>7</sup>

pesquisa é possível REVELAR, é que, levando em conta a região/lugar em que as escolas se encontram, estamos diante de um “*apartheid* educacional”. Com esse propósito, construímos a Tabela 7: posicionamento dos 20% “melhores e piores” resultados das UEs, por região, F1/F2 (2005-2019), onde nos é possível encontrar os “melhores” e “piores” resultados, as regiões em que se encontram e possíveis distinções. O resultado das análises que efetuamos do Ideb nas escolas da PMC, em relação ao F1 e F2, EVIDENCIA-SE uma separação territorial/geográfica e, também, socioeconômica. A tabela abaixo será um esforço em traduzir os resultados dos 20% “melhores e piores” do Ideb das escolas da PMC, F1/F2 baseado no InSe<sup>8</sup> de 2013 e 2015.

**Tabela 7 - 20% "melhores e piores" resultados do Ideb com relação do InSe, F1 e F2 (2005-19):**

Reg.		20% “piores” (> 3)	20% “melhores” (>3)	InSe 13			InSe 15		
				M	MA	A	G3	G4	G5
01	F1	ML-8, ACS-5, PGRM-5	HS-6	4	1		4		
	F2	ML-3, ACS-4, PGRM-3 e JPS-5							
02	1	MGC-5		1	3		2	1	
	2								
03	1	TRF-4		1	2		2	1	
	2								
04	1		MP-3, FS-7, MMS-6, NG-8 e SD-6		7	1	1	4	1
	2		AATF-3 MMS-7, SD-7						
05	1		JGS-7		2	1		3	
	2		OC-3						
06	1		JSN-5, CL-3, AAs-3		4		1	3	
	2		AS-6 e CL-5						
07	1	MAT-3, CRB-3		3	1		4	1	
	2								
08	1	APC-3 e PAL-3		3			1		
	2								
09	1		VFS-6		3		1		
	2								
10	1	LP-4, AJN-4 e AZ-3		4	2		3	1	
	2		LP-3						
11	1	EG-6	RP-3, PV-6 e OML-4	1	3		2	2	
	2		RP-5						
12	1	Ren-7		2	2		3	1	
	2	Ren-5							
Tot.		F1 (>4) = 07 F2 (>4) = 02	F1 (>4) = 09 F2 (>4) = 05	17	30	2	24	17	1

Poderíamos usar o IDH de municípios e ou os dados do IBGE sobre as condições socioeconômicas de Cariacica e seus bairros, contudo nos apoiamos no InSe/Inep dos

<sup>8</sup> Estamos utilizando a sigla *InSe* para o que o Inep chama de *Índice Socioeconômico das escolas*. É resultado dos questionários respondidos pelas crianças e familiares no ato da aplicação dos testes do Ideb.

anos de 2013 e 2015. Assim, nas Regiões 4, 5, 6, e 11, foram encontrados os “melhores resultados” do Ideb (exceto para uma escola, do F1, da região 11) onde também estão as comunidades escolares com os *InSe* mais elevados, tanto em relação ao F1 e ou F2<sup>9</sup>. Para o F1 e F2, observa-se que, nas referidas regiões (para o *InSe*/13), não encontramos escolas com comunidades escolares na classificação M(Médio) e as únicas duas unidades na classificação A(Alto) encontram-se exatamente nesse grupo de regiões, em especial nas regiões 4 e 5, e no caso do F2, em especial, nessas duas regiões.

Numa rápida olhada para as diferenças entre o *InSe* de 2013 e 2015, além da nomenclatura (M, MA e A para G3, 4 e 5), salta aos olhos uma certa dificuldade ou maior exigência na classificação, então vejamos: no *InSe* de 2013 o M (34,6), MA (61,2) e A (4,0) e para o *InSe* de 2015 G3(57,1), 4(40,4) e 5(2,3). As mesmas escolas passam a ter classificação distintas, onde os percentuais afloram tal distinção: se podemos acreditar em uma “equivalência” na nomenclatura o M - 34,6 (2013), em 2015 o G3 abarca 57,14% das unidades, ficando com a maioria absoluta da representação, enquanto que a maioria da amostragem, em 2013, localizava-se na condição MA (Médio Alto).

Olhando para o *InSe* de 2015 do F1/F2, teremos as regiões acima citadas (Regiões 4, 5 e 6) também em posição de destaque, pois, das 14 unidades lá presentes, 10 são do G4 e a única unidade no G5 da cidade pertence à mesma. No ano de 2015, a PMC apresentava 17 escolas no G4 e, destas, 10 são, como já destacamos, das regiões em tela (58,8% das UEs da cidade). Os bairros dessas regiões parecem constituir uma cidade à parte, ou seja, os seus resultados do Ideb encontram-se muito acima da média, o que ao nosso ver revela a distinção socioeconômica, como determinante para a “superioridade dos resultados educacionais”

As regiões 1 e 11, no F1, apresentam uma oscilação que encontra os opostos, pois, em posições diferentes, encontram-se nos dois mundos (os melhores e piores resultados). Apresentando resultados bem díspares são reveladoras dessa desigualdade: a região 1 com três unidades entre os piores resultados [ML-8, ACS-5, PGRM-5] e uma entre os melhores [HS-6] encontra um certo oposto na região 11: uma unidade entre os piores [EG-6] e três entre os melhores [RP-3, PV-6 e OML-4]. Mera coincidência?! Não. Se

---

<sup>9</sup> Já encontramos em outro lugar a mesma relação, em estudo similar feito por nós na cidade de Vitória, a saber: de certo modo as condições socioeconômicas “impõem” o resultado do Ideb (para o “bem ou para o mal”).

olharmos as condições socioeconômicas das escolas e regiões veremos que os resultados são de certo modo “contaminados” pelo lugar, então vejamos:

a) A região 1, com três unidades entre os piores resultados, apresenta o InSe de 2013 com 4 Emef M, 1 MA e nenhuma na classificação A e, no caso do InSe de 2015, as 4 unidades que se apresentaram são do G3, ou seja, as baixas condições socioeconômicas, de certo modo, influenciaram o resultado.

b) De outro lado, na região 11, observamos uma melhora considerada dos resultados do Ideb, quase o oposto da região 1, associados às condições socioeconômicas mais elevadas. Assim, observamos o InSe de 2013 com 1 Emef (M), 3 (MA) e nenhuma na classificação (A), e no caso do InSe/15, as 2 unidades G3 e 2 no G4 e nenhuma no G5.

Aqui se evidencia um fato que observamos na pesquisa de origem “A ilha e ornitorrinco”: se a cidade é portadora de uma estratificação, essa mesma situação, é observada no interior de uma região (em muitos casos, também, no interior do mesmo bairro). Digno de nota e reveladora de uma contradição profunda seria o fato de uma mesma escola ter resultados ocupando os dois mundos (estar entre os 20% melhores e piores resultados). De acordo com os municípios que já tivemos a oportunidade de observar os resultados essa é uma possibilidade, pequena, mas possível de ocorrer.

É verdade que encontramos regiões que contemplam um bom resultado entre os 20% melhores e que outras oscilam a posição nos dois mundos, com predomínio de um ou outro. No caso das regiões 2, 3, 7, 8, 10 e 12, para o ano de 2013, observamos que seriam os “primos pobres”, no caso do F1, apresentando os piores resultados e que também são portadores das piores condições socioeconômicas, vejamos:

a) em relação ao InSe/13, das 17 escolas do nível mais baixo da escala do Inep, 14 são dessas regiões (82,3% das unidades) e das 30 do MA, 33,3% são pertencentes a essas regiões.

b) a situação não é diferente no InSe de 2015, onde das 24 unidades no G3, 15 (62,5%) delas são das regiões em tela e 29,4% são do G4.

Nenhuma escola das regiões mencionadas é portadora de InSe mais elaborado. Aqui chegamos a uma péssima conclusão: as escolas e regiões com mais baixo InSe (condições econômicas) são reveladoras dos “piores” resultados no Ideb e o mesmo podemos dizer para o seu oposto: as escolas com alto InSe vêm acompanhadas dos

“melhores” resultados. Como argumentamos anteriormente, o lugar (lugar social, econômico, cultural) em que a escola se encontra “impõe um tipo de resultado.

A região 12 encontramos a Emef Ren, numa posição bem cristalizada (de 8 edições do Ideb, encontra-se entre os 20% piores resultados em 7 edições para o F1 e, 7 edições, no F2. O que acontece com a Emef Ren, infelizmente não exclusividade da mesma, em outras UEs registra-se situação idêntica, a região 1 vive essa situação de forma ainda mais acentuada: as Emefs ML-8, ACS-5, PGRM-5 ocupam os piores resultados do F1 e infelizmente repetem essa situação no F2: ML-3, ACS-4, PGRM-3. Na região 10, também ocorre com a Emef LP. Na outra ponta, entre os 20% melhores resultados, essa situação se repete, na região 4: MMS-6 e SD-6 (resultados do F1) e repetem essa desenvoltura no F2. Nas regiões 6 e 11, temos as Emefs CL e RP que, respectivamente, ocupam “boas” posições no F1 e F2.

As regiões 1, 2, 3 e 7 apresentam resultados bem consolidados e reveladores de uma desigualdade singular, a saber: em relação ao InSe de 2013, 52.9% das Emefs (M) da PMC estão nessas regiões, bem como 23,3% das Emefs (MA), contra 34.6 e 61.2%, do conjunto da cidade, respectivamente. O mesmo podemos destacar em relação ao InSe de 2015: 50% das escolas G3 e 17,6% das G4 encontram-se nas referidas regiões. Se existe uma certa desigualdade distribuída ao longo da cidade, nessas regiões elas são concentradas em abundância.

Saindo da visão geral sobre as regiões e o InSe/Inep, adentraremos em relação aos resultados do F2, realçamos que: a *Região 1*, com 4 unidades entre os piores resultados [ML (3), ACS (4), PGRM (3) e JPS (5)], acreditamos estarmos diante do “PIOR” resultado sobre regiões, ou seja, são 4 unidades que no mínimo 1(uma) esteve 4 vezes entre os piores resultados, 2 estiveram 3 vezes entre os piores resultados e uma, JPS, ocupou os piores resultados em todas as edições do Ideb, se igualando com a Ren-5.

### **Uma tentativa de conclusão:**

O resultado de nossa pesquisa, tendo como base números oficiais das avaliações do Ideb, sugere e ao mesmo tempo nos impõe uma conclusão: as escolas e regiões com mais baixo InSe (condições socioeconômicas) são portadoras dos “piores” resultados no Ideb e o mesmo podemos dizer para o seu oposto: as escolas com alto InSe



vêm acompanhadas dos “melhores” resultados. Brooke e Soares (2008: 9-105)<sup>10</sup> nos apresentam uma coletânea de textos de autores renomados que tratam dessa questão, na Seção 1, “*A escola Não faz a diferença*”, os textos e autores argumentam que a escola sofre as contradições e consequências das distintas condições socioeconômicas e culturais em que se encontra. Carlo *apud* Freitas (2018) nos diz que:

(...) no cenário geral (da pesquisa), cerca de 60% dos resultados do desempenho são aplicados pelas características básicas dos estudantes e da família (a maioria não é observável, mas provavelmente pertence à variável renda/pobreza). Os fatores de escolaridade observáveis e inobserváveis explicam cerca de 20%, sendo a maior parte (10-15%) efeito do professor. O resto da variação (cerca de 20%) é inexplicável (erro). Em outras palavras, embora as estimativas precisas variem, a preponderância das evidências mostra que as diferenças de desempenho entre os estudantes são predominantemente atribuíveis a fatores fora das escolas e das salas de aula (...). Agora, para ser claro: isso não significa que os professores não sejam realmente importantes (...). (CARLO *apud* FREITAS, 2018, p. 38).

Entre a maquiagem da fábula do Ideb e sua face perversa, Diane Ravitch nos adverte para:

Ela poderia até mesmo comprometer as escolas públicas removendo os melhores estudantes das escolas mais pobres. Eu também estava preocupada que a responsabilização, agora um senso comum que todos aplaudiam, havia se tornado mecanicista e até mesmo contrária à boa educação. A testagem, percebi com desgosto, havia se tornado uma preocupação central nas escolas e não apenas uma mensuração, mas num fim em si mesmo. Eu comecei a acreditar que a responsabilização, conforme estava escrito na lei federal, não estava elevando os padrões, mas imbecilizando as escolas conforme os estados e distritos lutavam para atingir metas irrealistas (RAVITCH, 2011, p. 27-28).

Somos aqui, com as duas citações, obrigados a concluir com a lembrança de que o passo seguinte é observar que os fatores (internos e externos) influenciam nos resultados apresentados. Chama atenção para o que consideramos como a “*lógica do Ideb*”: ela influencia o interior escolar, a rotina escolar, que vai desde ações “isoladas” de pais e mães, passando por alunos até chegar aos professores e equipes pedagógicas e, não podemos esquecer, que chega até às Secretarias de Educação e por elas são promovidos (com ranqueamentos de escolas, estudantes e professores e toda perversidade) e Governos (ver SAE do Governo Federal).

Lembramos a indagação inicial: o que o Ideb quer esconder ou o que não pode revelar: estaria apenas refletindo as diferenças sociais e, ou, em que medida contribui para alimentar uma concorrência entre as escolas, entre os estudantes e famílias, dilatando as diferenças “escolares” e sociais? Ao contrário, o Ideb incrementa uma competição

---

<sup>10</sup> Livro organizado com título “Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias” com profundas reflexões sobre a questão e o título da seção 1 é desafiadora/provocadora da questão: A escola não faz a diferença.

educacional que dilata as desigualdades sociais<sup>11</sup>: os pais e estudantes procuram as “ditas melhores escolas”, largando à própria sorte as escolas “mal avaliadas”. Analisamos as florestas (nível municipal), os bosques (as regiões) e encontramos as árvores (nas escolas), uma questão de escala. A pesquisa nos conduziu a um método e, por sua vez, o método nos conduziu a uma premissa: o lugar, em suas múltiplas dimensões socioeconômicas e culturais, em que a escola se encontra, a sua comunidade local e escolar, expressando sempre tensões e movimentos, impõem o resultado do Ideb, bem como a correlação entre MM e MP constitui a bussola que nos orientou.

O caminho percorrido até o momento da pesquisa e Diante do desafio que nos foram impostos, olhar os resultados de toda uma rede municipal, na sua oferta do F1 e F2, precisamos perguntar se a oferta estadual do EF e Médio expressará a mesma DUALIDADE denunciada nos resultados analisados por nossa pesquisa? Com um elemento adicional: a rede estadual do ES tem adotado a política de bonificação e entendemos que a mesma só tem servido a otimização e exacerbação da dualidade denunciada por nossa pesquisa, diferente do que prega o discurso oficial. Que venha o estudo do Ideb da Rede estadual!!!

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultados Ideb**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/ideb/resultados>>. Acessado em: 05 jan. 2020.

BROOKE, N. SOARES, J. F. (Org). **Pesquisa em eficácia escolar: origens e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. Coleção Educação e Pedagogia 1ª ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LAVAL, Chistian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Tradução de Mariana Echalar, 1ª ed. - São Paulo: Boitempo, 2019.

RAVITCH, Diane. **Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação**. 1ª ed. – Rio Grande do Sul: Sulinas, 2011.

---

<sup>11</sup> Luiz Carlos de Freitas nos lembra que é exatamente nesse aspecto que os reformadores liberais e seus arautos encontram a qualidade e excelência na educação.

**Capítulo 84 - DOI:10.55232/10830012.84**

**HISTO É GEOGRAFIA: UM PROJETO  
INTERDISCIPLINAR SOBRE A SERRA DO ABONARI,  
RODOVIA FEDERAL BR 174, KM 202**

**Daniela Paiva Carvalho, Leidiam Araújo De Freitas**

**RESUMO:** Este trabalho consistiu como resultado da prática da interdisciplinaridade entre as disciplinas de Geografia, História e Ciências, para identificação de aspectos físicos (relevo, rios e vegetação) e compreensão dos aspectos históricos desde a construção até a pavimentação da rodovia. Foi realizada a atividade de campo em uma das principais paisagens da Rodovia Federal BR-174, a Serra do Abonari, localizada no km 205, com as turmas do 9º ano “A” e “B” da III Colégio Militar Municipal-Nova Jerusalém, km 179. Constatou-se durante a prática de campo, as diferenciações das paisagens e da vegetação do percurso. Como trabalho pós-campo, os alunos elaboraram maquete da Serra e prepararam apresentações sobre o histórico da rodovia e as características físicas da área de estudo, considerando a importância da análise desde o contexto histórico e a configuração do relevo da região.

**Palavras-chave:** Serra do Abonari, Waimiri-Atroari, Rodovia Federal BR-174.

## 1. INTRODUÇÃO

A importância do conhecimento sobre a história e a geografia de um local visa promover a busca destes aspectos, levando em consideração o que são constituídas as características físicas, desde a gênese de um relevo e as características históricas, como a construção de uma estrada, em qual época e quais os povos originados.

O projeto interdisciplinar **Histo é Geo-Ciências: Conhecendo a história e os elementos naturais da BR-174**, desenvolvido no III Colégio Militar Municipal-Nova Jerusalém, localizada no km 179, da BR-174, no município de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas, envolvendo os alunos da turma do 9º ano A e B, ensino fundamental, com 29 alunos, e realizado de forma interdisciplinar buscando a participação da comunidade escolar, que se tornam atores ativos e envolvidos na função principal da escola, de ser o transmissor da aprendizagem a todos.

O trabalho foi dividido em quatro etapas: Pré-Campo - Atividade de campo - Confeção de maquete e cartazes – Culminância. Para cada etapa, os alunos desenvolveram seus trabalhos, que foram divididos previamente por cada professor, enfocando os assuntos para apresentação final. A culminância do projeto foi realizada através de uma Mostra de projetos do ano apresentada à comunidade escolar, com *stands*, cartazes, encenação de peças teatrais e maquetes.

A área de estudo escolhida para o desenvolvimento deste projeto foi a Serra do Abonari, localizada no km 205, BR-174 (Figura 1), a 98 quilômetros de distância, ao norte da sede do município de Presidente Figueiredo. O rio Abonari, é um dos afluentes da Bacia Hidrográfica do rio Uatumã, que abrange a Usina Hidrelétrica de Balbina.

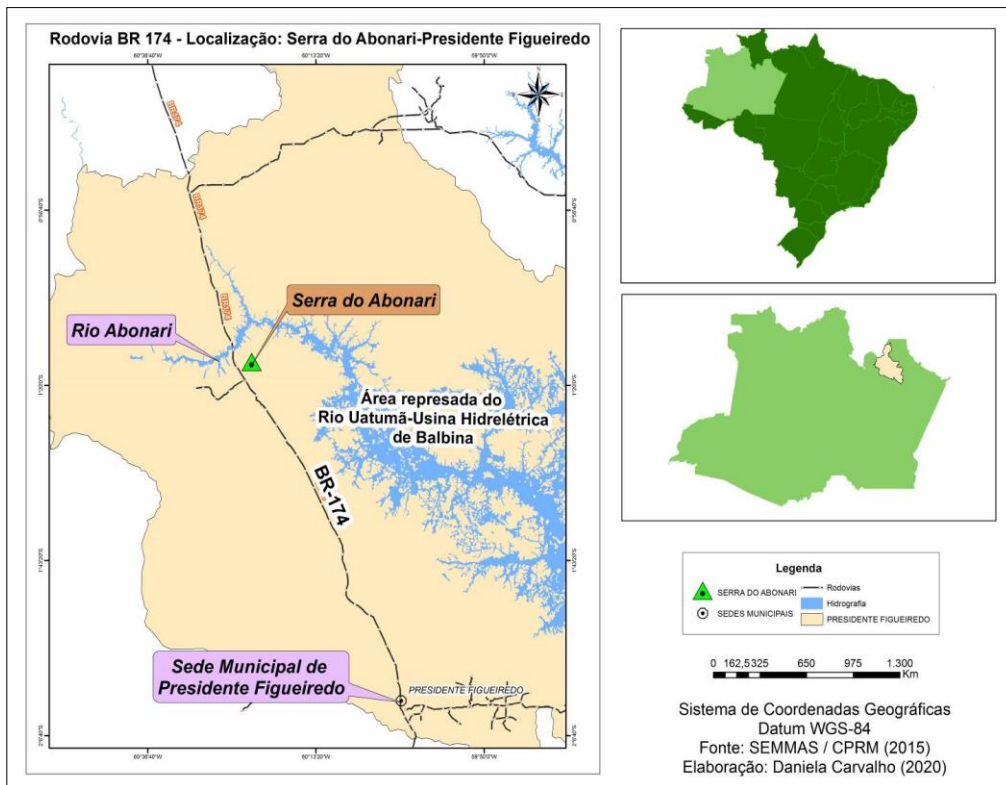


Figura 1: Mapa de localização da área de estudo.  
Elaboração: Autores, 2020. Fonte: Base cartográfica IBGE (2011).

Além desta interação entre a interdisciplinaridade, o presente projeto consiste em identificar como os agentes externos (a ação das águas, dos ventos e ação humana) podem atuar na formação e transformação do relevo terrestre; além da caracterização da paisagem através dos aspectos da fauna e da flora; descrição da paisagem de acordo com critérios geográficos e análise do histórico da construção da Rodovia BR-174 e seus impactos diretos e indiretos na paisagem.

O trabalho de campo é uma técnica bastante utilizada na Geografia desde o seu surgimento, e isso é percebido pelos relatos de pesquisadores, viajantes, naturalistas que utilizavam o meio como instrumento de análise. O homem, desde sua origem, sentiu a grande necessidade de conhecer melhor o seu lugar e os recursos inerentes à sua sobrevivência. Para Hissa e Oliveira (p. 56, 2004), “essa prática contribuiu para o fortalecimento da Geografia e o desenvolvimento da pesquisa, uma vez que a observação e a descrição foram pontos primordiais para o aperfeiçoamento dessa ciência”.

Com isso, os alunos podem reconhecer de que forma as diferentes comunidades transformam a natureza, tanto em relação às inúmeras

possibilidades de uso ao transformá-la em recursos quanto aos impactos socioambientais delas provenientes (BRASIL, 2017, p.364).

Tendo como base o Referencial Curricular Amazonense (p.477, 2020), para os anos finais, a especificação da localização geográfica e a dimensão territorial do estado do Amazonas, vê-se a importância de trabalhar a riqueza dos conteúdos regionais e a relação das regionalidades, garantindo a aprendizagem no ensino da Geografia.

A contribuição deste projeto serviu para que os educandos possam compreender a descrição da realidade local do relevo.

## **2. METODOLOGIA**

No presente estudo foram envolvidos os componentes curriculares das disciplinas do 9º ano do Ensino Fundamental: Geografia, Ciências e História. As atividades foram desenvolvidas no período de Agosto a Novembro de 2019.

A princípio, um pré-campo foi realizado, para se constatar a viabilidade do estudo de campo na Serra do Abonari. Após este objetivo metodológico, pode ser realizado um estudo do meio para relacionar a teoria e a prática. Neste caso, os assuntos vistos no segundo bimestre foram: Relevo (Formas de relevo, Agentes modificadores do relevo, Tipos de rochas, Tipos de solos e Relevo brasileiro).

Com base nisso, houve a necessidade de um trabalho de campo (Figura 2) como atividade complementar, onde foi possível identificar e caracterizar relevo e vegetação, além da observação destes aspectos que permitiram identificar a ação antrópica, ação das águas e ação dos ventos. Foram registrados pelos alunos por meio do relatório: croqui (desenho), fotografias e produção de vídeos as diferenciações encontradas *in loco*.



Figura 2: Atividade de campo na Serra do Abonari.  
Fotos: Autores, 2019.

A Culminância do Projeto ocorreu com a realização da Mostra de Gestão Escolar, onde foram apresentados os principais projetos realizados ao longo do ano, sendo finalizadas com a apresentação da maquete e dos cartazes na Mostra de Gestão Escolar.

#### -Construção da maquete

Primeiramente para a base da maquete (Figura 3), modelo esquemático em 3D de um relevo, utilizou-se as formas originadas das curvas de nível, equivalente às formas do relevo, extraídas da Base Cartográfica do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), sendo estas georreferenciadas no software *Arcgis 10.2.2*. Foram ainda utilizados os materiais: papel madeira, folha de isopor, massa corrida, jornal, tinta para tecido, toalha de banho e cola de isopor, que serviram para acabamento do trabalho.



A maquete produzida serviu para apresentação na Mostra de Gestão Escolar, onde vários trabalhos realizados ao longo do ano, puderam ser expostos à comunidade escolar.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **Caracterização física-natural da área**

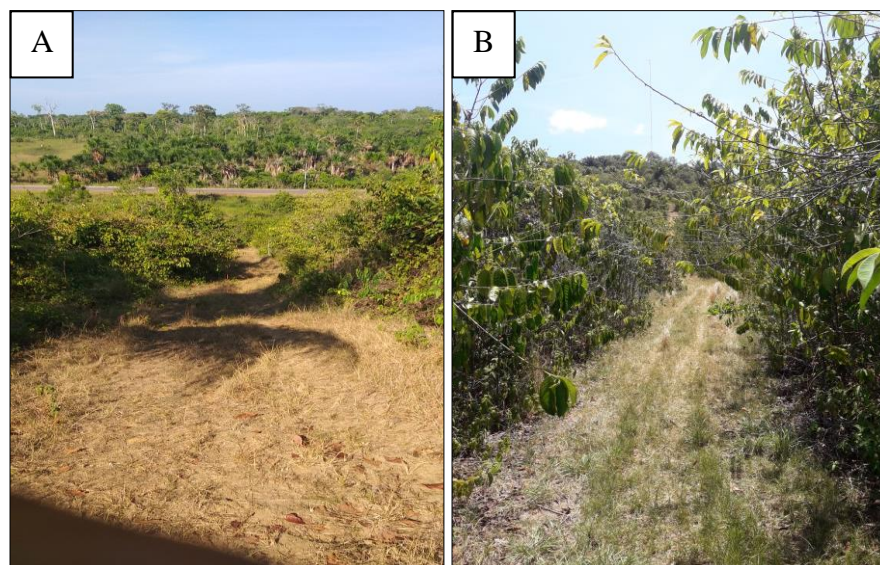
O relevo da Serra do Abonari (Figura 4) é caracterizado como superfícies aplainadas do Norte da Amazônia, de acordo com a classificação da CPRM (2010, p. 38) “apresentam variações entre 100 a 250 metros de altitude, sendo este domínio localizado ao norte da Bacia amazônica sedimentar e do reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina”. Através da medição com auxílio de estacas de madeiras, de 90 a 90 metros, constatou-se até quase o topo da serra, 357 metros de altitude.



Figura 4: Serra do Abonari, km 205, BR-174.  
Foto: Autores, 2019.



A vegetação (Figuras 5 A e B) encontrada pode ser caracterizada do estrato tipo arbórea a arbustiva (5 a 20 metros de altura), com presença de gramíneas (vegetação rasteira), desde a base (rodovia) até o topo da Serra.



Figuras 5: A) Vegetação-Base; B) Vegetação vertente-topo.  
Foto: Daniela Carvalho, 2019.

Quanto aos impactos ambientais, observou-se a presença de paliteiras (restos de árvores), oriundas do represamento da Usina Hidrelétrica de Balbina, localizada ao sul da Serra do Abonari (Figura 6).

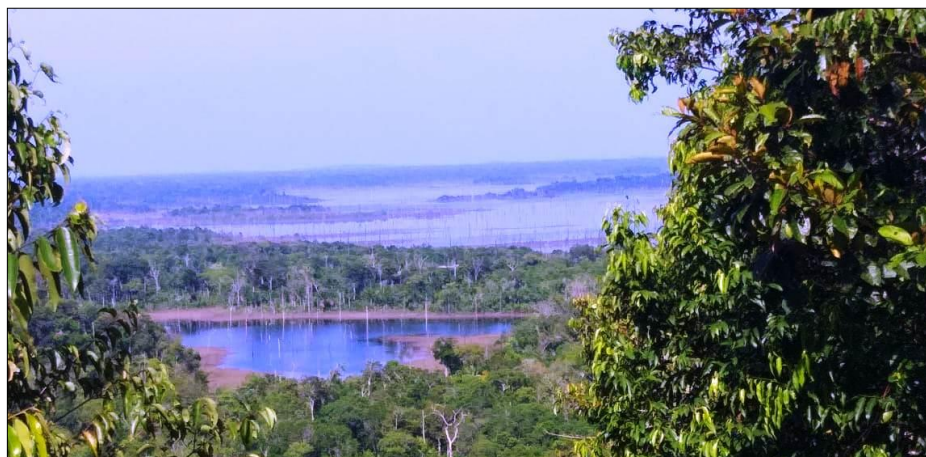


Figura 6: Ao fundo, lago com formação de paliteiras.  
Foto: Autores, 2019.

**Caracterização: Breve histórico da BR-174**

Durante o campo, houve a discussão sobre a ocupação dos militares à época da construção da referida rodovia federal, por volta da década de 1970. Segundo Carvalho (2017, p.43), a rodovia atravessa uma área de reserva indígena, sob jurisdição da FUNAI (Fundação Nacional Índio), cujo programa foi criado para que houvesse equilíbrio entre os interesses do homem branco com os índios. Na aula prática, os alunos puderam entender sobre o contexto histórico da ocupação da região.

**Apresentação do Projeto: Culminância**

O resultado deste projeto compreendeu para a exposição na Mostra de gestão escolar (Figuras 7 A e B).



Figuras 7: A) Stand: impactos ambientais; B) Stand: Histórico da BR-174.  
Fotos: Autores, 2019.

**4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A inclusão da proposta didática deste projeto é relação ambiente-natureza, além da percepção sobre o contexto histórico de um determinado lugar, a fim de aperfeiçoar a construção da área científica dos educandos. A integração do aspecto natural, recorrente do perfil que é proposto pelo componente curricular, foi colocada em prática, através da investigação dos alunos tanto em sala de aula, quanto *in loco*.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos aos envolvidos neste projeto: Leidiam Freitas (Professora de História), José Maria dos Santos (Professor de Ciências), Alfa Fernandes (Corpo Pedagógico) e a Maria do Socorro Ferreira (Diretora Comandante/Gestão Escolar) e aos demais funcionários pelo auxílio na execução deste projeto escolar.

## **REFERÊNCIAS**

AMAZONAS. RCA – **Referencial Curricular Amazonense Ensino Fundamental-Anos Finais**. 2020. Disponível em: < <https://www.sabermais.am.gov.br/pagina>>. Acesso em: 14.02.2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf)>. Acesso em: 13.02.2020.

CARVALHO, D.P. **Ocorrência de voçorocas (*gullies*) na Rodovia Federal BR-174: Trecho Manaus-Presidente Figueiredo (AM): gênese, morfologia e previsão de riscos**. 2017. 140 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

CPRM – Serviço Geológico do Brasil. Programa de Geologia do Brasil. Levantamento de Geodiversidades. **Geodiversidade do Estado do Amazonas**. MAIA, M.A.M. (org.). Manaus: Editora Contexto, 2010.

HISSA, C. E. V.; OLIVEIRA, J. R. DE. O trabalho de campo: reflexões sobre a tradição geográfica. **Boletim Goiano de Geografia**, v.1, n. 24, p. 31-41, 2004.

## **ECONOMIA CRIATIVA: uma abordagem integradora da revisão da literatura.**

**Carlos Roberto Gonçalves Selva, Thais Pereira Holanda, Paula Felipe Schlemper De Oliveira**

**RESUMO:** A criatividade e a cultura têm sido de forma exagerada como impulsionadores e potencializadores do desempenho econômico. O objetivo deste estudo é aplicar um método de revisão sistemática integrador que oferece uma solução simples e bem fundamentada nos princípios e leis bibliométricas sobre pesquisas e abordagens de economia criativa. O modelo de Teoria do Enfoque Meta Analítico (TEMAC) abrange a preparação da pesquisa, inter-relação dos dados e detalhamento. A fonte de dados utilizada como referência foi a Plataforma Web of Science – Coleção Principal (Clarivate Analytics) em razão de sua plataforma própria que facilita a extração e consolidação dos dados. Os resultados encontrados referem-se à aplicação do contexto da economia criativa para mostrar a sua eficácia na gestão de organizações; as principais características dos sistemas econômicos construídos sobre os princípios da economia criativa; a atuação do marketing criativo e suas principais ferramentas como fenômeno da economia criativa; e a perspectiva de ampliação do conhecimento teórico e prático enfrentadas pelas empresas. Conclui-se que esta investigação possibilitou uma análise sistemática e integradora de pesquisas e estudos relacionados a economia criativa que navegam desde a contextualização, passando pela inovação até a implementação.

**Palavras-chave:** Economia Criativa, Inovação, Revisão da Literatura.

## **INTRODUÇÃO**

A inovação e a cultura vêm a cada dia ganhando mais espaço em meio a economia criativa e o intermédio do empreendedorismo. Nas cidades em que a inovação é um valor social, passa a ser percebida por todos os atores, governo, empresas, consumidores, e isso melhora a qualidade de vida, a renda e o empreendedorismo. Assim cidades inteligentes e sustentáveis passam a ser pautadas pelos cidadãos promovendo o patrimônio cultural, preservação e valorização da cultura e da economia.

De acordo com Selva et al. (2020) o cenário empresarial atual é altamente competitivo e incerto, e algumas instituições podem estar se transformando drasticamente, com novas formas emergentes de relacionamento com clientes, fornecedores, colaboradores e novos competidores, antes inimagináveis.

Observa-se que com cenário do mercado atual, este estudo justifica-se por aplicarmos o método sistemático integrador que ofereça uma solução fundamentada em bibliometria sobre pesquisas, estudos e abordagens em economia criativa.

## **ECONOMIA CRIATIVA**

O conceito de economia criativa foi definido por John Howkins e ficou conhecido pelo seu livro *The Creative Economy: How People Make Money from Ideas* (2001). Na abordagem, o professor John deixa claro que a criatividade é o ponto central desse novo modelo de economia. Consequentemente, inclui todo o negócio que se utiliza da criatividade, conhecimento e capital intelectual para criar produtos e serviços.

As atividades, ideias e processos que caracterizam os negócios que fazem parte da economia criativa é a geração de valor intangível para o público. Por isso que o conceito também anda junto da inovação. Atualmente o modelo é encarado como a economia do futuro, pois além de atender necessidades atuais, oferece soluções criativas para o desenvolvimento da sociedade.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

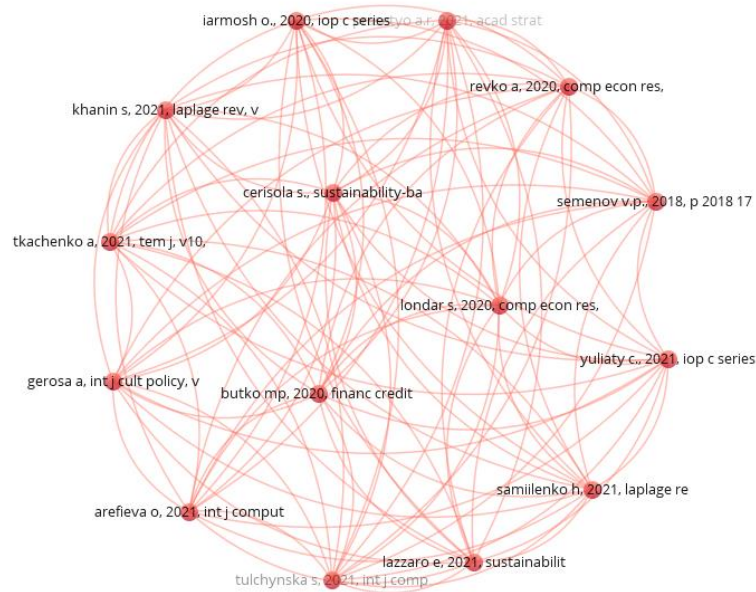
O método utilizado neste estudo visa identificar e inter-relacionar os principais autores, bem como apresentar o objetivo e métodos de seus estudos em economia criativa e afins.

Conforme Mariano e Rocha (2017), a aplicação do TEMAC atende aos princípios do Enfoque Meta Analítico, que utiliza os critérios de impacto de revistas, citações de autores e artigos e frequência de palavras-chaves, mas com o benefício de integrar ao processo ferramentas tecnológicas de acesso gratuito que facilitam as análises e reduzem o trabalho manual.

O TEMAC conta com três etapas: Preparação da pesquisa, consiste na definição de palavras-chave relacionadas ao tema da pesquisa, a definição do período de análise, as bases de dados utilizadas e as áreas de conhecimento que serão consideradas; Apresentação e inter-relação dos dados, consiste em relacionar inúmeras fontes de informações, a critério do pesquisador, como a evolução do tema ano a ano, os autores mais citados, periódicos que mais publicam, entre outros; e Detalhamento, modelo integrador e validação por evidências, nesta etapa são identificados os principais autores, abordagens e linhas de pesquisa referentes ao tema, utilizando técnicas de co-citação (co-citation) e acoplamento (coupling).

Na figura 1 identificamos vários autores inter-relacionados a partir das citações em economia criativa através da técnica de co-citation em análise de referências.

**Figura1. Autores com conexão nas citações sobre o tema.**



**Fonte:** Autoria própria em pesquisa a Base de Dados – Web of Science (2022)

Com o método TEMAC podemos identificar várias conexões dos autores, das obras, locais de publicação, dentre outros que possam gerar indicadores e direcionadores de estudos relacionados a economia criativa. Entretanto, para este artigo, o foco foi nas obras mais atuais que possuem citações de autores mais relevantes relacionados a economia criativa que foram publicados recentemente e que possuem várias conexões através das citações dos autores.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

As principais contribuições e abordagens presentes na base consolidada e gerada pelo método TEMAC, foram abordadas neste capítulo e que enriquecem este estudo.

O trabalho de Dergaliuk et al. (2021) se dedica a uma análise detalhada e formação de diretrizes para intensificar o desenvolvimento dos sistemas econômicos regionais na formação da teoria da economia criativa sob a influência de seus determinantes intelectuais e inovadores característicos. É feita uma breve descrição do conceito teórico estudado, a partir da qual é identificada uma lista das principais características que caracterizam os sistemas econômicos construídos sobre os princípios da economia criativa.

O estudo de Samiilenko et al. (2021) sistematiza as informações sobre a definição

do marketing como uma ferramenta líder para a inovação da economia criativa, que explora a função integradora do marketing, bem como analisa minuciosamente a essência e o conteúdo da criatividade, com base em cinco níveis de processo criativo do indivíduo ao sistema econômico global. O processo de realização do marketing criativo e seus resultados nas condições do direcionamento inovador da economia criativa é desenvolvido e apresentado.

Como representação, Da Silva et al. (2021) usam o contexto da economia criativa local para mostrar a gestão de duas organizações específicas. Uma organização atua no segmento de cultura popular e a outra organização atua no segmento de comunicação e tecnologia da informação. Ambas as organizações exigem a resolução de problemas organizacionais relevantes para seu contexto de trabalho. O estudo tem como ideia central propor uma discussão sobre a gestão feita a partir do cotidiano de duas organizações que atuam no mesmo contexto da economia criativa local. Espera-se desenvolver o processo de resolução criativa de problemas que ocorrem no dia a dia das organizações por meio de diferentes formas de gestão no âmbito da economia criativa.

Os artigos pesquisados são de fundamental importância para a análise qualitativa do estudo, bem como, serve para embasar a utilização da economia criativa em estudos futuros.

## **CONCLUSÃO**

A investigação possibilitou, além de uma análise sistemática e integradora de pesquisa e estudos relacionados a economia criativa, como também pode proporcionar a identificação dos novos estudos e que navegam desde os princípios da economia criativa até a participação e relevância do marketing digital.

Entende-se como economia criativa as ações e atividades relacionadas à cultura, tecnologia e criatividade que geram receita e impacto na economia.

Conclui-se que o estudo pode proporcionar o conhecimento e aplicação do modelo sistemático TEMAC e o tanto que pode ser útil na pesquisa bibliométrica, além de identificar as pesquisas relacionadas a economia criativa, como também os modelos e metodologias aplicadas.



**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

DA SILVA, Ítalo; DIAS, Pamela; DOS SANTOS, Elisabeth. Organizing e Gestão Ordinária na Economia Criativa Local Revista Administração Pública e Gestão Social, v. 13, nº. 3, Universidade Federal de Viçosa, Brasil, 2021.

DERGALIUK, Marta; KHANIN, Semen; POPELO, Olha; TULCHYNSKA, Svitlana; PAKHOTA, Nataliia. Intensificação do desenvolvimento de sistemas econômicos regionais nas condições da formação da economia criativa. Laplage em Revista, 7(3), 2021.

MARIANO, Ari; & ROCHA, Maíra. S. Revisão da Literatura: Apresentação de uma Abordagem Integradora. In AEDM International Conference–Economy, Business and Uncertainty: Ideas for a European and Mediterranean industrial policy. Reggio Calabria (Itália), 2017.

SAMILENKO, Halyna; BONYAR, Svitlana; IVANOVA, Nataliia; KHUDOLEI, Veronika; KUKHTYK, Stanislav. Características do marketing criativo nas condições de desenvolvimento da economia inovadora. Laplage em Revista, 7(3), 2021.

SELVA, Carlos; SOUZA, João; MARIANO, Ari; CHAIM, Ricardo; SOUZA, João Gabriel; GOMES, Allam; COSTA, João; ALBUQUERQUE, Nelson. Opções Reais como ferramenta de Inovação para os trabalhos de Auditoria Interna de TI. Brazilian Journal of Development, 6(12), 2020.